

Estudos
sobre
diversidade
e de gênero: **sexual**
atualidades,
temas, objetos.

Humberto da Cunha Alves de Souza
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
Toni Reis
(Orgs.)

Humberto da Cunha Alves de Souza
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
Toni Reis
(Orgs.)

Estudos
sobre
**diversidade
e de gênero:**
sexual
atualidades,
temas, objetos.

 Livres
& Iguais

 **IBDSEX**
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIVERSIDADE SEXUAL

COLEÇÃO LIVRES & IGUAIS

ORGANIZAÇÃO

Humberto da Cunha Alves de Souza (UTFPR)

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (IPFER)

Toni Reis (Aliança Nacional LGBTI+)

CONSELHO EDITORIAL

Dayana Brunetto (UFPR)

Eliane Rose Maio (UEM)

Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ)

Leander Cordeiro de Oliveira (UTFPR)

Leandro Franklin Gorsdorf (UFPR)

Luanna Marley (UnB)

Marcielly Cristina Moresco (UnB)

Marcio Caetano (UFPEl)

Megg Rayara Gomes De Oliveira (UFPR)

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (IPFER)

Toni Reis (Aliança Nacional LGBTI+)

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Juh Moraes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estudos sobre diversidade sexual e de gênero:
atualidades, temas, objetos [livro eletrônico] /
Humberto da Cunha Alves de Souza, Sérgio Rogério
Azevedo Junqueira, Toni Reis, (orgs.). --
1. ed. -- Curitiba : IBDSEX, 2020. --
(Coleção livres & iguais ; 1)
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-991261-0-9

1. Congresso Internacional LGBTI+ (11. : 2019 :
Curitiba, PR) 2. Direitos humanos 3. Diversidade
sexual 4. Gênero e sexualidade 5. Homofobia
6. Identidade de gênero 7. LGBTI+ - Siglas
8. Políticas públicas 9. Política de saúde - Brasil.
I. Souza, Humberto da Cunha Alves de. II. Junqueira,
Sérgio Rogério Azevedo. III. Reis, Toni. IV. Série.

20-37480

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. LGBTI+ : Diversidade sexual : Sociologia 305.3

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

AGRADECIMENTOS

Esta rica coletânea de artigos é o resultado do Simpósio Acadêmico Internacional LGBTI+, um dos componentes do Congresso Internacional LGBTI+, realizado em Curitiba-PR, de 13 a 15 de novembro de 2019.

Para que o Congresso Internacional LGBTI+ e todos seus componentes se realizassem, foram necessárias muitas parcerias e os esforços de um grande contingente de pessoas. Portanto, este é o momento de agradecer!

Agradecemos à diretoria da Aliança Nacional LGBTI+ e à diretoria da Rede GayLatino pela confiança depositada em nós para a realização dos eventos. Agradecemos à Universidade Federal do Paraná pela parceria com cessão do espaço para a realização do Congresso, pelo apoio institucional e pelo apoio técnico da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade. Agradecemos à Deputada Federal Christiane de Souza Yared pelo apoio e carinho, e ao seu Chefe de Gabinete, José Luiz Gonçalves Velloso, pela agilidade no lidar com os trâmites burocráticos. Agradecemos à Fundação da Universidade Federal do Paraná pelo apoio com a execução financeira.

Nossos agradecimentos à Comissão Organizadora do Congresso: Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (IBDSEX); Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR); Me. Humberto da Cunha Alves de Souza (UTFPR / IBDSEX); Ananda Puchta (Grupo Dignidade); Fernando Henderson (Grupo Dignidade); Rafaelly Wiest da Silva (Grupo Dignidade); Lucas Siqueira Dionísio (Grupo Dignidade); bem como todos e todas os/as voluntários/as que ajudaram.

Agradecemos ao Comitê Científico que analisou os trabalhos apresentados para o Simpósio Acadêmico Internacional LGBTI+ e que se encontram nesta publicação: Dra. Dayana Brunetto (UFPR); Dr. Dimitri Nascimento Sales (PUCSP); Dra. Eliane Rose Maio (UEM); Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (IFTRJ); Dr. Josafá Moreira da Cunha (UFPR); Dr. Leandro Franklin Gorsdorf (UFPR); Dra. Luma Nogueira de Andrade (UNILAB); Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano (UFRS); Dra. Maria Rita de Assis César (UFPR); Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR); Dr. Miguel Rueda (Colômbia); Dra. Paula Regina Costa Ribeiro (UFRS); Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR); Dr. Paulo Vinicius Opuszka (UFPR); Dr. Rodolfo Pinzon (Guatemala); Dr. Sérgio Azevedo Junqueira (IBDSEX) e Dr. Toni Reis (Aliança Nacional LGBTI+).

Pelo apoio institucional, agradecemos ao Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – UNAIDS, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, à Defensoria Pública da União, à Defensoria Pública do Estado do Paraná, ao Ministério Público do Estado do Paraná, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, ao Governo do Estado do Paraná, ao Instituto Brasileiro de Direito de Família, ao Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais da Política Pública LGBT, à 99, à Prefeitura Municipal de Curitiba, ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Técnica Federal do Paraná, ao Estúdio Xuê, à Mirum, à Impulse São Paulo, à Impulse Rio de Janeiro e à RHA Engenharia.

Aos nossos parceiros do Movimento Social LGBTI+, agradecemos às Mães pela Diversidade, à Associação Nacional de Travestis e Transexuais, à Rede Nacional de Adolescentes LGBT, à Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas, à Rede Gay do Brasil, ao Instituto Brasileiro Trans de Educação, à Articulação Brasileira de Jovens LGBT, à Rede Trans Brasil, às Mães pelo Amor Incondicional, ao Fórum Nacional Fórum de Travestis e Transexuais Negras e Negros, à Liga Brasileira de Lésbicas, à União Nacional LGBT, à Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, à Articulação Brasileira de Gays, à Games, ao Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero, Jovens Unidos por Direitos Humanos - JUDIH LGBT, à Yumbrel, à Associação Nordestina de LGBT, à Revista Lado A, ao Transgrupo Marcela Prado, à Eternamente Sou, à UNALGBT Paraná, à Família Stronger, ao Espaço Paranaense de Diversidade LGBT, ao Centro Paranaense da Cidadania, ao Queerlombo, ao Dom da Terra, à Articulação Piauiense de Travestis e Transexuais, ao Fórum Baiano LGBT, à Acontece – arte e política LGBTI+, à Revista Arco-Íris, ao Instituto Ouroboros de Ensino, Pesquisa e Qualificação, Semear Diversidade, Associação Nordestina de Travestis e Transexuais, Associação Paranaense da Parada da Diversidade, SOMOSGAY, Coalición Mexicana LGBTTTI+, Red de Minorías Sexuales Población LGBTI, Federación Argentina LGBT, Coletivo Cássia, Fórum Paranaense de Travestis e Transexuais.

Pelo apoio geral, nossos agradecimentos ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, ao Grupo de

Pesquisa em Ciências Criminais CESCAGE-PR, ao Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia-RJ, ao Ssex Bbox, ao Diversity Bbox, à Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil, à International Gay and Lesbian Travel Association, à LigaSida, ao Deputado Estadual Michele Caputo Neto e ao Deputado Estadual Goura.

Enfim, agradecemos a todas as instituições e todas as pessoas que contribuíram para o Congresso Internacional LGBTI+ e todos seus componentes pudessem acontecer!

Congresso Internacional LGBTI+

Livres e Iguais em Dignidade e Direitos

Stonewall 50 Anos

Análise da Situação e Possíveis Respostas

Compreendendo:

- Simpósio Acadêmico Internacional LGBTI+
- IV Encontro Regional GayLatino
- Congresso Nacional da Aliança Nacional LGBTI+
- II Seminário de Empresas – *networking, diversidade & inovação*

Curitiba-PR, Brasil, 13 a 15 de novembro de 2019.

Realização:



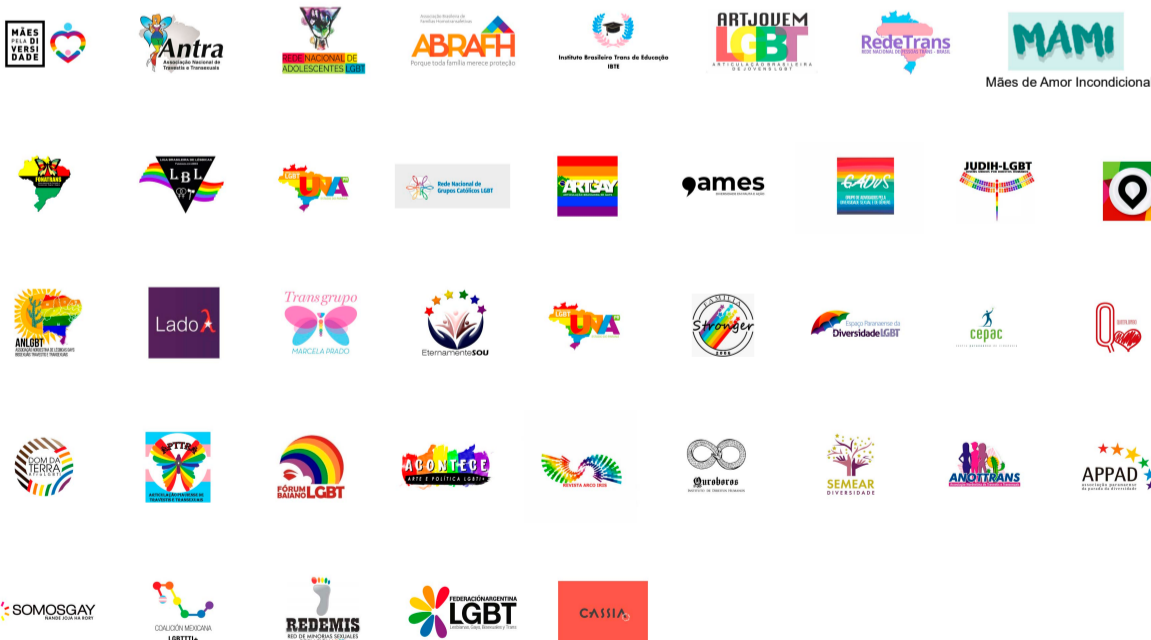
Execução:



Apoio Institucional:



Apoio do Movimento Social LGBTI+:



Apoio Geral:



PREFÁCIO

Por Toni Reis

É uma grata surpresa e um enorme prazer ter sido convidado para escrever o prefácio de uma obra que reúne tão rica coleção de artigos sobre a temática LGBTI+. São 116 artigos divididos entre 12 temas: comunicação; LGBTIfobia; educação; feminismos, interseccionalidade, estudos decoloniais; desafios para a democracia; tecnologias de gênero; ciência da religião; heteronormatividade; literatura e arte; criança, infância, juventude e família; saúde integral, e sexualidades, gêneros, raças, deficiências e velhices LGBTIs. Abordam uma vasta gama das vivências relacionadas à condição de ser LGBTI+.

Tratam-se dos trabalhos apresentados, conforme os temas das mesas e dos grupos de trabalho, no Simpósio Acadêmico Internacional LGBTI+, um dos quatro eventos, que compuseram o Congresso Internacional LGBTI+, realizado em Curitiba-PR de 13 a 15 de novembro de 2019. Os outros três foram: o Congresso Nacional da Aliança Nacional LGBTI+; o II Seminário de Empresas – networking, diversidade & inovação; e o IV Encontro Regional GayLatino.

Assim, o Congresso Internacional LGBTI+ foi bastante inédito e, nestes tempos sombrios que ameaçam retrocessos para nossa comunidade, procurou aproximar academia, empresas, movimentos sociais e outros setores interessados, e unir forças em diversas áreas para avançar com a promoção e a defesa da cidadania e dos direitos humanos das pessoas LGBTI+. A meta é encontrar respostas para superar a cultura da LGBTIfobia na região da América Latina e do Caribe.

O preconceito contra as pessoas LGBTI+, geralmente, é oriundo da ignorância, isto é, da falta de conhecimento a respeito, apoiado por credices e atitudes LGBTIfóbicas, culturalmente arraigadas há séculos, ainda bastante predominantes na sociedade. Portanto, é uma satisfação muito grande ver a academia trabalhando e produzindo acerca do tema LGBTI+, contribuindo para difundir o conhecimento e, assim, cooperando na redução do preconceito, do estigma e de suas consequências, muitas vezes por meio da discriminação e da violência contra as pessoas LGBTI+.

Nos meus 35 anos de envolvimento e atuação pela causa LGBTI+ no Brasil, vi com emoção a evolução da luta contra o preconceito. O que um dia foi chamado de “movimento homossexual brasileiro”, não passava de 20 grupos organizados em todo o país e, na maioria das vezes quase sozinhos em sua luta. As dificuldades eram hercúleas: pouco ou nenhum apoio de outros setores; sem políticas governamentais – a não ser as de saúde pública – e sem políticas públicas específicas, não havia manifestações de visibilidade massiva, como as paradas LGBTI+, e o contexto era caracterizado pelo silenciamento e pelo medo de se assumir, pelo medo de não conseguir ou ser demitido/a do emprego, quando não, marginalizado/a e ridicularizado/a simplesmente por ser LGBTI+.

Que alegria e realização de um sonho ver um evento do porte do Congresso Internacional LGBTI+, apoiado por diversos setores, reunindo diversos atores e produzindo registros acadêmicos da alta qualidade.

Os desafios para a comunidade LGBTI+ vêm mudando com o passar do tempo, mas uma coisa é certa, avançamos muito em pouco tempo e a contribuição da academia tem sido e sempre será fundamental para continuarmos progredindo e para resistirmos ao retrocesso.

Congratulo – literalmente – às centenas de pessoas que dedicaram tempo e esforço para pesquisar, estudar e escrever sobre os temas tão diversos apresentados nesta obra. Cada uma contribuiu para o aprofundamento da discussão e do debate acerca da miríade de aspectos específicos que compõem e influenciam as vidas das pessoas LGBTI+. Esse esforço leva, inexoravelmente, a mais avanços, rumo a uma sociedade mais igualitária e mais respeitosa para com a diversidade humana.

Sempre avante!

APRESENTAÇÃO

Por Humberto da Cunha Alves de Souza
e Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

Este e-book é o primeiro dos resultados do Congresso Internacional LGBTI+, realizado em Curitiba, entre os dias 13 e 15 de novembro de 2019. Assumimos a coordenação do eixo acadêmico deste congresso, que contou ainda com as empresas e os movimentos sociais de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras, transexuais, intersexo e de outras orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTI+), por meio da diretoria do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX), da qual fizemos parte.

O congresso, inédito na região, foi um sucesso de adesão e contou com a participação de 437 pessoas de todo o Brasil e de alguns países que falam espanhol, da América Latina e do Caribe. Entre estas pessoas, no que diz respeito especialmente ao eixo acadêmico, 31 pesquisadoras e pesquisadores de destaque sobre o tema da diversidade sexual e de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento e, um total de 116 conferencistas, com trabalhos apresentados nos 12 Grupos de Trabalhos (GTs), são trazidos aqui, neste primeiro e-book, para a circulação e democratização do conhecimento.

Desde o primeiro momento, o congresso foi pensado para promover a interdisciplinaridade e a colaboração entre academia, movimentos sociais e empresas. Certamente um desafio colocar em colaboração campos tão distintos e tão importantes ao mesmo tempo para todos os aspectos das vidas de pessoas LGBTI+. Por esta razão, os temas das mesas e GTs buscaram abarcar diferentes abordagens e/ou objetos e, nos GTs, em especial, decidimos aceitar não somente artigos e ensaios, mas também relatos de experiência, para que esta colaboração fosse possível. Estes trabalhos são trazidos todos aqui no seu formato original de submissão e apresentação, para que fique registrada, também, esta diversidade.

Buscamos ainda construir os GTs de maneira provocativa e questionadora para que pudesse ecoar nos trabalhos uma atitude reflexiva, não somente sobre os avanços, mas, especialmente, sobre os limites e desafios de nossas próprias questões e abordagens teóricas, sobretudo diante do momento que se apresenta. Uma tarefa que não devemos “rejeitar com um floreio”, como bem nos ensinou Gayatri Chakravorty Spivak¹. A tarefa de construir uma “Universidade sem condição”, uma universidade livre, que pode “conhecer e pensar sua própria história ao infinito” como, então, nos ensinou Jacques Derrida, que se desconstrói porque assim o faz com sua sociedade e que produza, “longe de toda neutralidade utópica, obras performativas”, para lembrarmos novamente Derrida², mas, também, John Austin³ e Judith Butler⁴.

Pensamos que a semente desta provocação germina nestes trabalhos, tanto pela diversidade dos temas, atualidades e objetos – que se imprime na escolha que fizemos pelo título – quanto pela representatividade das regiões do país. Como dissemos, foram 116 trabalhos nos 12 GTs, divididos aqui como o foram no evento, bastante elogiados pelas pesquisadoras e pesquisadores que puderam acompanhar o congresso integralmente e nos honraram com suas presenças também nos GTs. Isto nos dá a certeza de que, além do sucesso de participação no congresso, a pesquisa sobre diversidade sexual e de gênero está em pleno vigor científico, se consolidando e corporificando em seus objetos e teorias, confirmando sua pertinência e sua relevância, inclusive para o enfrentamento dos mais absurdos e inaceitáveis avanços antidemocráticos e até mesmo fascistas sobre a universidade e o conhecimento científico nestes tempos tão obscu-

1 SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 165.

2 DERRIDA, Jacques. **A Universidade sem condição.** Tradução: Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 68, 37.

3 AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words.** 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

4 BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 (Sujeito e História).

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative.** New York: Routledge, 1997.

ros. Ainda, nos autoriza a dizer, sem dúvidas, que a pesquisa em diversidade sexual e de gênero se consolida, especialmente, por suas resistências, pequenas, espontâneas, solitárias, improváveis, pois, como sugere o brilhante pensamento de Michel Foucault⁵: “ali onde há poder há resistência” – mas não nos esqueçamos, contudo, que “por isso mesmo ela nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”.

Externamos ainda nosso desejo de que a comunidade acadêmica faça não somente circular este produto do conhecimento, mas que o torne iterável, performativo, que se produzam novos estudos, relatórios, ensaios, reflexões, críticas sobre o material que aqui apresentamos. Que se pesquise as autoras e autores, teorias, temas, objetos, questões e metodologias que refletem a pesquisa em diversidade sexual e de gênero no Brasil, que este e-book tão bem documenta. Que possamos, enfim, através da pesquisa em diversidade sexual e de gênero no Brasil, fazer emergir uma política de aliança⁶ que faça o enfrentamento das normas que tornam nossas vidas precárias⁷, eis que “na luta é que a gente se encontra”⁸, como diria a Estação Primeira de Mangueira.

Por fim, a tarefa que escolhemos é a de conhecer o mundo e as questões das pessoas LGBTI+ mas, sobretudo, de produzir um conhecimento ético e socialmente comprometido que possibilite diminuir o preconceito e as violências contra a diversidade sexual e de gênero (LGBTIfobia) e que, enfim, nos permita construir uma sociedade mais justa e igual. Esperamos que este e-book colabore nesta tarefa. Para tanto, lembremos quatro dos irretocáveis ensinamentos de Foucault⁹:

- **Liberem a ação política de toda forma de paranoia unitária e totalizante.**
- **Façam crescer a ação, o pensamento e os desejos** por proliferação, justaposição e disjunção, e não por subdivisão e hierarquização piramidal.
- **Não utilizem o pensamento para dar a uma prática política um valor de Verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento**, como se ele não passasse de pura especulação. Utilizem a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política.
- **Não se apaixonem pelo poder.**

26 de maio de 2020.

5 FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 104-105.

6 BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

7 BUTLER, Judith. **Performatividad, precariedad y políticas sexuales**. AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana, v. 4, n. 3, p. 321–336, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/623/62312914003.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>. Acesso em: 26 mai. 2020.

8 Cf. <<https://youtu.be/JMSBisBYhOE>>.

9 FOUCAULT, Michel. **Uma introdução à vida não fascista. Prefácio**. Tradução: Fernando José Fagundes Ribeiro. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**. New York: Viking Press, 1977. Disponível em: <http://letraefilosofia.com.br/wp-content/uploads/2015/03/foucault-prefacio-a-vida-nao-facista.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

Sumário

01 - COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E CULTURA: SOCIABILIDADES, SUBJETIVAÇÕES E (RE)SIGNIFICAÇÕES DAS NARRATIVAS E (RE)EXISTÊNCIAS LGBTI+	15
(RE)SIGNIFICAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE DA ANIMAÇÃO MULAN NO TWITTER Romão Matheus Neto.....	16
A PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBTI*: UMA PERSPECTIVA FOTOETNOGRÁFICA Natalie Vanz Bettoni Gallego Campos e Valquíria Michela John	21
A REFRAÇÃO HOMOFÓBICA NO JORNALISMO: ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSASSINATO DE BRUNA Piero Vicenzi.....	25
A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO GAY NA MÍDIA: REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE REPRESENTATIVIDADE EM TELENÓVELAS DA REDE GLOBO Valdemir Santos Neto e Damaris Strassburger	30
A REPRESENTAÇÃO HOMOAFETIVA MASCULINA NA CAMPANHA “PAIS (IM)PERFEITOS A BORDO” DA RENAULT Arthur Monteiro Silva e Rômulo Zanotto.....	36
BALLROOMS: A LINGUAGEM, A SUBVERSÃO E AS AMARRAS Henrique Cintra Santos	41
CADA DIA MAIS GAY: NARRATIVAS DE HISTÓRIAS DE VIDA DE HOMENS HOMOSSEXUAIS Mailson Lima e Adriane Wollmann	47
ENTRE A VILANIA E A NORMATIVIDADE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE JAFAR E DR. FACILIER Bianca Choma e Regina Françaia.....	57
HETERONORMATIVIDADE E USO DO YOUTUBE COMO MÍDIA ALTERNATIVA: LEVANTAMENTO DOS CANAIS LGBTI+ Adrian Busch	63
NARRATIVA HOMOAFETIVA Ítalo José Pereira e Rogéria Costa de Paula	69
O LÉXICO DAS TRAVESTIS DE SETE PORTAS – SALVADOR (BA): UMA ANÁLISE À LUZ DA ECOLINGUISTICA E DOS DIREITOS LINGUISTICOS Tadeu Luciano Siqueira Andrade	74
QUAIS TEMÁTICAS POSSUEM MAIOR INCIDÊNCIA DENTRO DE JORNAIS ESPECIALIZADOS PARA O PÚBLICO LGBT: UM ESTUDO DE CASO DO SITE OBSERVATÓRIO G Giovanna Chaves Fermam Vieira	79
REPRESENTATIVIDADE LÉSBICAS NAS REVISTAS GRAFIPAR Agnes do Amaral e José Carlos Fernandes.....	83
TEXTUALIDADE A RESPEITO DO CASO PULSE: MÍDIAS, REFERENCIALIDADES E LGBTFOBIA Ettore Stefani de Medeiros e Caio Benevides Pedra.....	88
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE ENTREVISTAS COM MULHERES TRANSEXUAIS REFUGIADAS RESIDENTES EM MANAUS João Batista de Felipe Rodrigues.....	93
VAI SAPATÃO! POTÊNCIA DA IMPRENSA LÉSBICA ENQUANTO UMA PEDAGOGIA CULTURAL LESBIANA Larissa P. Martins e Marcio Caetano.....	99
02 - LGBTIFobia	104
A BISSEXUALIDADE E SUAS FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE Danielle A. de Souza Amaral, Stephanei C. Paulini, Danielle J. Barreto, Gilberto Alves	105
A DESCONSTRUÇÃO E OS GÊNEROS: DO HOMEM ÀS HUMANIDADES Thiago Teixeira	110
AS FUNÇÕES SIMBÓLICAS DO DIREITO NO COMBATE À LGBTIFOBIA: A ABORDAGEM COMUNICATIVA DA LEGISLAÇÃO Arísio Antonio Fonseca Junior.....	116

CONTEXTO DO ATENDIMENTO MÉDICO À POPULAÇÃO TRANS NA CIDADE DE CURITIBA - PR Ana Magda Delfim, Carla França, Mariana Camas e Mariana Ghellere	122
CRIMINOLOGIA QUEER NO BRASIL: AUSÊNCIAS E POTENCIALIDADES Victor Sugamoto Romfeld	127
LGBTIFOBIA NOS ESPORTES: UMA ANÁLISE DESSA PROBLEMÁTICA EM GASPAR, EM BLUMENAU E NO IFSC – CAMPUS GASPAR Bruna Candido, Helena Alfarth Deschamps, Luiz Herculano de Sousa Guilherme e Raphael Silvano Ferreira Silva	133
PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA LESBOFOBIA EM ÂMBITO UNIVERSITÁRIO Heloisa A. Ferrari, Maria F. Mariot, Gilberto Alves e Danielle J. Barreto	138
TIRE SUA LGBTIFOBIA DO CAMINHO QUE EU QUERO PASSAR COM O MEU AMOR: REFLEXÕES SOBRE A FOBIA INTRAFAMILIAR Evelyn Santos.....	143
VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES LÉSBICAS: ESTUPRO E LESBOFOBIA NA CONTEMPORANEIDADE Kleire Anny Pires de Souza e Claudia Regina Nichning	154
CRIMINOLOGIAS QUEER E O ENFRENTAMENTO À LGBTIFOBIA Ana Claudia da Silva Abreu.....	160
RELAÇÕES ENTRE ATITUDES ASSOCIADAS ÀS DINÂMICAS DO BULLYING HOMOFÓBICO COM AS PREFERÊNCIAS DE APOIO SOCIAL DE ACORDO COM O TIPO DE VÍTIMA Emerson Vicente da Cruz, Neus Roca Cortés e Marlene Neves Strey	165
03 - EDUCAÇÃO PARA QUEM: CORPOS ESTRANHOS, EDUCADOS, EXCLUÍDOS NO AMBIENTE ESCOLAR.....	166
“QUAL A SEXUALIDADE DO SEU CÉREBRO?” EDUCAÇÃO, ARMA FUNDAMENTAL PARA A PROPAGAÇÃO DO CONHECIMENTO Ângelo Moraes da Cruz.....	167
A AGÊNCIA DO CONCEITO DE BULLYING NO DEBATE BRASILEIRO SOBRE GÊNERO: REFLEXÕES DE UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA Juliane Bazzo	170
A ESCOLA PRECISA DE UMA PEDAGOGIA QUEER? Heros Rodrigues de Moraes e Christopher Smith Bignardi Neves	174
A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE E VISIBILIDADE DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MEIO ACADÊMICO: A PROSTITUIÇÃO COMO ÚNICA ‘SAÍDA DE SOBREVIVÊNCIA Iago Vinícius Waltrick e Luiz Herculano de Sousa Guilherme.....	180
A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL E O ENSINO DE GÊNEROS E SEXUALIDADES EM NÚCLEO COMUM: CRIANDO ESPAÇOS DE PERTENCIMENTOS Danielle Jardim Barreto, Ana Laura Benetati Rocha, David Ferreira Santiago e Milena Valentim.....	184
A TEORIA QUEER NA EDUCAÇÃO: POR UMA PEDAGOGIA QUEER Wezelley Campos França	191
DIVERSIDADE SEXUAL EM PUBLICAÇÕES NO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (ENPEC): COMO A EDUCAÇÃO SEXUAL COMPREENDE A DIVERSIDADE? João Ricardo Jortieke e Anselmo Calzolari	197
GÊNERO, SEXUALIDADE E CURRÍCULO: QUAL É O LUGAR DA DIVERSIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA? Edimauro Ramos.....	203
HOMENS (TRANS) DOCENTES: TRANSMASCULINIDADES NA EDUCAÇÃO Giseli Cristina dos Passos.....	208
HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: PAPEL DA ESCOLA, DOS EDUCADORES E DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR Rômulo Gonçalves de Carvalho Pereira e Nádia Macedo Lopes Santos	213
INFOZINE: ENSINANDO A TRANSGREDIR O CONHECIMENTO Vinícius Souza.....	217
O ESTUDANTE TRANSGÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: A INCLUSÃO É UMA REALIDADE? Carolina Pinto Viana e Lucíola D’Emery Siqueira	220
PROBLEMATIZANDO OS CURRÍCULOS: LGBTs NOS COTIDIANOS ESCOLARES Daniel Henrique de Oliveira Silva.....	225

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS TRANS NA EDUCAÇÃO FORMAL Clara Hanke Ercoles, Suelen Soares Barcelo de Miranda e Eliane Rose Maio	230
EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA: COLETIVO LGBT LUTAS E CORES E OS ENFRENTAMENTOS DA LGBTFOBIA NO INTERIOR DO NORDESTE Émerson Santos e Allene Lage	235
04 - DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS: FEMINISMOS, INTERSECCIONALIDADE, ESTUDOS DECOLONIAIS	239
(IN)VISIBILIDADES DE VIOLÊNCIAS ENTRE PARCEIRAS ÍNTIMAS: ROMPENDO O SILÊNCIO DE VIVÊNCIAS COTIDIANAS Pietra Fraga do Prado e Taís Bleicher	240
O (NÃO) LUGAR DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS Keylla Myllena Lima dos Anjos e Marcella Miranda da Silva.....	247
A SOLIDÃO DA MULHER BISSEXUAL: A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DA BISSEXUALIDADE NAS MÍDIAS E SEUS EFEITOS NA VIDA AMOROSA DE MULHERES BISSEXUAIS Domitilla Mariotti Rosa.....	254
COLONIALIDADE DO GÊNERO, PEDAGOGIA DECOLONIAL E INTERCULTURALIDADE: POSSIBILIDADES CRÍTICAS AO ENSINO DE HISTÓRIA Karine de Fátima Mazarão	257
ELAS POR ELES: VOZES FEMININAS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE COLOMBO Carine Rossane Piassetta Xavier, Letícia Fernanda de Abreu e Emanuelle Aparecida Proença	262
INTERSECCIONALIDADES ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NOS ESCRITOS DE ANTONIETA DE BARROS Elizabeth Maria Espíndola.....	265
OS ENTRAVES SUBJACENTES À EXISTÊNCIA DA MULHER-CIS NEGRA E LÉSBICA: UM ESTUDO AUTOÉTNOGRÁFICO Ana Carolina Silva Oliveira.....	270
SER QUEER VOCÊ QUIZER: APONTAMENTOS SOBRE UMA TEORIA QUEER DECOLONIAL Wilena MargraF e Mariana Barbosa de Souza	275
05 - DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA: REPRESENTAÇÃO, JUSTIÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE LGBTI+	279
“CURA GAY” NO BRASIL: A DESCONFIGURAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE EGODISTÔNICA ENQUANTO PSICOPATOLOGIA Victor Hugo Streit Vieira	280
“THE YP +10”: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PRINCÍPIOS ADICIONAIS DE YOGYAKARTA PARA A SAÚDE GLOBAL DE PESSOAS DA COMUNIDADE LGBTIQI Fernanda Catharina Pires da Trindade e Matheus dos Santos DA Silveira	285
A REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL COMO VIA ESTRATÉGICA DE ATUAÇÃO PARA AS MOBILIZAÇÕES BRASILEIRAS EM PROL DOS DIREITOS LGBTI João Paulo Ribeiro Rodrigues.....	289
CIDADE PARA QUEM? O CENTRO DE FLORIANÓPOLIS E A POPULAÇÃO LGBTI+ Cristina Besen Müller	294
DEMONIZAÇÃO, CENSURA E FISCALIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS: DESAFIOS IMPOSTOS PELA RETÓRICA ANTIGÊNERO À DEMOCRACIA Bárbara Anzolin, Rennan Eymael da Costa e Yolanda Maria Stanke Taddei.....	300
DO COMPROMISSO INTERNACIONAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DOMÉSTICAS: UM ESTUDO DO COMPROMETIMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO COM A POPULAÇÃO LGBTI Lucas Andrade Costa e Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	306
ESTRATÉGIAS DE LINGUAGEM NÃO SEXISTA NO ANTEPROJETO DO ESTATUTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO Leandro Babilônia.....	311
O MOVIMENTO LGBTIQI+ ENQUANTO SUJEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DA (IN) VISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO DE DIREITOS Livia Almeida Dutra e Pollyana Gonçalves dos Inocentes	317
O NOME SOCIAL COMO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA Eduardo Tadeu Roque Amaral e Isabela Fernanda do Nascimento Oliveira.....	322

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO LGBT NO BRASIL Natalia Cristina da Silva, Luiza Stopasolla Pinto e Milena Gehring Nascimento.	330
06 - TECNOLOGIAS DE GÊNERO PRODUÇÕES DAS SUBJETIVIDADES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	335
A DRAG QUEEN COMO CONTRADISPOSITIVO E A/REENCONTRO DO SUJEITO COM SUA SUBJETIVIDADE Gustavo Barrionuevo, Roberta Stubs e Eliane Rose Maio	336
AS POSSIBILIDADES DE TECNOLOGIAS NO AQUILOMBAR Patricia Teixeira	340
CONCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A MULHER CIENTISTA E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO Aylson Dailson Medeiros de Moura Eulalio, Stéphaní Júlia Tasso e Fabiano Antunes	347
DECORAÇÃO “MÃO NA MASSA”: TECNOLOGIA DE GÊNERO NO BLOG HOMENS DA CASA Lindsay Jemima Cresto e Marinês Ribeiro dos Santos.....	352
DEFININDO A CIS-HETERO-NORMATIVIDADE Eli Bruno do Prado Rocha Rosa.....	357
DOUBLE LIFE E O GÊNERO NÃO BINÁRIO: A CRISE DO RECEPTOR DA OBRA DE ARTE Vanessa Fuckner.....	363
PARA ALÉM DOS ESTIGMAS: O ACESSO AS TECNOLOGIAS PARA O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR AOS HOMENS TRANS NO BRASIL Ana Maria de Carvalho e Lindamir Salete Casagrande	367
TRACER É LÉSBICA? VARUS É GAY? UMA ANÁLISE DOS RELACIONAMENTOS LGBTI+ EM OVERWATCH E LEAGUE OF LEGENDS Letícia Rodrigues, Mariana M. Fontoura, Luiz E. Merkle e Marília A. Amaral	372
UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES PRESENTES EM CAPAS DO JORNAL INFORMATIVO BABADO (1994-1997) Julio Teodoro da Costa e Marilda Lopes Pinheiro Queluz	377
FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NO DESIGN DAS EMBALAGENS DE CERVEJA PROIBIDA PURO MALTE Katia Fernanda de Oliveira e Marinês Ribeiro dos Santos.....	382
O CORPO LIBERTÁRIO: CONTRUÇÃO DE TECNOLOGIAS POLÍTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA REVISTA ANARQUISTA ESTUDIOS (1928-1937) Nabylla Fiori de Lima.....	388
07 - PECADO E PRAZER CIÊNCIA DA RELIGIÃO E HOMOSSEXUALIDADE E DIÁLOGOSPERSPECTIVAS.....	392
A HOMOSSEXUALIDADE NA CONCEPÇÃO DO CATOLICISMO: DO DISCURSO FUNDAMENTALISTA RELIGIOSO À ABORDAGEM INCLUSIVA E INTEGRADORA Silvia Mara Camargo Kreuz	393
ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL E LGBTFOBIA:O ABISMO CRIADO COM O RESULTADO DO JULGAMENTO DA ADI 4439 Plumma Samanta Anhelô Corêcha da Costa e Renata Muniz Moraes	399
HOMOSSEXUALIDADE SOB OS OLHARES TEOLÓGICOS – UM DIÁLOGO Gregory Souza	405
QUEM SOU EU PARA JULGAR?: DO ARMÁRIO DO VATICANO À “IDEOLOGIA” DE GÊNERO – OS PARADOXOS DO PONTIFICADO DE FRANCISCO Reuber Côgo Daltio e Chayane Daltio Figueiredo	422
08 - PENSAR DIFERENTEMENTE E SACUDIR AS EVIDÊNCIAS DA HETERONORMATIVIDADE	430
“GOSTO DE MENINOS, GOSTO DE MENINAS”: CONSIDERAÇÕES SOBRE BISSEXUALIDADE(S) E O PARADIGMA HETERONORMATIVO NAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS Oscar Guilherme Lopes	431
DIREITO E NÃO RECONHECIMENTO DE FAMÍLIAS POLIAFETIVAS PELO CNJ: DE QUE MODO A DECISÃO LIGA-SE À HETERONORMATIVIDADE? Caio Benevides Pedra e Ettore Stefani de Medeiros	437
A LGBTFOBIA COMO EFEITO DA HETERONORMATIVIDADE NA UNIVERSIDADE Mauricio Kölln Genero e Gilberto Alves.....	442

ROUPA PARA MODA “SEM GÊNERO”? ANÁLISES DE ESTUDOS ACERCA DA ROUPA PARA MODA “SEM GÊNERO” E APROXIMAÇÕES À TEORIA DE JUDITH BUTLER Tatiane Melissa Scoz.....	447
TRANS CORPORALIDADES E OS DESAFIOS FRENTE À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BINÁRIA ESPORTIVA Giann Lucca Interdonato	452
09 - LITERATURA E ARTE LGBTI+.....	457
ARACNA SWAN: SUBVERSÃO DE GÊNERO NO BALLET CLÁSSICO PELA SAPATILHA DE PONTAS Cristiano Paiva Mercês.....	458
ARTE E TEORIA QUEER: POSSÍVEIS CONEXÕES Giovana Domingues Vespa	465
AVESSOS INAUDITOS: NARRATIVA DE UM CORPO-EXPERIÊNCIA EXPRESSANDO (RE)EXISTÊNCIAS Rogério Amador de Melo, Leandro Rodrigues DIAS e Fernando Silva Teixeira-Filho	470
EM CENA LÍDERES FEMININAS QUILOMBOLAS: O REGISTRO AUDIOVISUAL DA (RE)CONSTRUÇÃO NA RACIALIDADE Carine Rossane Piassetta Xavier	475
LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO Juliana Maria Duarte Marques	479
LIVRO-REPORTAGEM: TODAS AS CORES Caroline Giantomaso	484
MULHER E LÉSBICA, DUAS VEZES INVISÍVEL: A LÉSBICA EXISTE PARA O MEIO LITERÁRIO? Laura Guzinski	488
MURAL DOS NOMES IMPRÓPRIOS, A CALIGRAFIA COMO DESENHO: NOTAS SOBRE MINHA PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA, COM TEXTOS HOMOERÓTICOS PINTADOS EM BANHEIROS PÚBLICOS Eduardo Souza e Souza da Silva.....	493
O PROCESSO DE DESPEDIR-SE DE UMA VOZ: PERCURSOS DE TRANSIÇÃO VOCAL DE CANTORES TRANSMASCULINOS Bruno Caldeira	500
POSICIONAMENTO POLÍTICO NO MEIO DRAG: ABORDAGENS DÍSPARES COM UM MESMO FIM Manoel Silva e Camila Dazzi	504
PÓS-PORNOGRAFIA: REPENSANDO O IMAGINÁRIO SEXUAL NO CONTEXTO LGBTQI+ Bruno Ribeiro	510
SARAU LGBTI+: “TODA FORMA DE AMOR VALE A PENA” Ivo Marins Pedagogo	513
A POESIA LGBT+ DENTRO DE ESPAÇOS DE ENCLAUSURAMENTE NUMA SOCIEDADE HETERONORMATIVA Gibson Camelo	515
10 - CRIANÇA, INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA.....	520
ABANDONO AFETIVO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL E DA IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL Naira Almeida da Silva	521
EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: DISCUTINDO A CULTURA DO ESTUPRO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nathália H. Turke, Felipe Tsuzukil, Maria L. Corrêa e Virgínia Iara de A. Maistro.....	526
FEITA DE AMOR: UM OLHAR SOBRE O RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO NA ANIMAÇÃO STEVEN UNIVERSE Leonardo José Costa e Naiza Comel.....	531
JOÃO GOSTA DE ROSA: ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA QUEER NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS Alex Menezes Matsuyama	537
O PROJETO DE LEI ESTATUTO DA FAMÍLIA: DISPOSITIVO DE PODER CRISTÃO? Marildo de Oliveira Lopes.....	541
QUESTÕES DE GÊNERO NA ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS Pedro Henrique Feliciano	545
RECEPTIVIDADE JUDICIAL PARA O DIREITO DE FAMÍLIAS LGBTQI+ NO STF (1988-2011) Iago Masciel Vanderlei	550

11 - SAÚDE INTEGRAL E CUIDADO CONTÍNUO EM HIV-AIDS, ISTS E HEPATITES VIRAIS AVANÇOS E DESAFIOS555

A CONDUTA SEXUAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA EM TEMPOS DE 'AMORES LÍQUIDOS', ISTS E HIV/AIDS

Wellington do Nascimento Moreira Junior e André William Marinho Fama 556

ADOLESCENTES E JOVENS DISCUTINDO SAÚDE, GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE PARES: UM RELATO DE CASO

Gabryel Gustavo Faustino, Bárbara Daniel de Andrade Noronha, Camila Francieli Cordeiro, Edilomar Leonart, Vanessa Bacelar de Souza, Doriana Cristina Gaio Girata, Gisele Marchetti e Maria Lúcia Tozetto Vettorazzi..... 561

ATENDIMENTO A POPULAÇÃO LGBTI NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: ESTUDO DE CASOS

Washington Luan Gonçalves de Oliveira, Ana Lúcia Barreto da Fonseca e Anderson Fontes Passos Guimarães..... 566

COMPETÊNCIA NO CUIDADO EM SAÚDE COM A POPULAÇÃO LGBTI+

Maurício da Silva Oliveira e Milena Santana da Conceição 570

UNIDADE BÁSICA AMIGA DA SAÚDE LGBT

Lúcia Maria da Silva Barbosa · Erik A. F. Abade, Vanessa F. Ribeiro, Elizabete O. Santana e Alexandre A. C. Sousa 573

O USO DE PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO (PREP) E A RESPONSABILIDADE DE SI: UM ESTUDO DE CASO

Jeneson Tavares da Cruz..... 577

PREVENÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE

Juliana Maria Duarte Marques 580

PSICOLOGIA E IDENTIDADE DE GÊNERO: PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS TRANSGÊNERO

Verônica Louro Meneguete e Yasmin Tamires Bezerra de Araújo 585

SOBRE VIDAS ATRAVESSADAS PELO HIV/AIDS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Danielle Jardim Barreto e Nádia Alessandra Silva 591

12 - DEVIRES DISSIDENTES SEXUALIDADES, GÊNEROS, RAÇAS, DEFICIÊNCIAS E VELHICES LGBTIs 597

A DIFERENÇA NA DIFERENÇA: AS RUPTURAS HETERÔNOMAS E HETEROSSEXISTAS DA COMUNIDADE SURDA NO 1º SEMINÁRIO: SOU SURDX, SOU LGBTI+ E AGORA?

José Francisco Duran Vieira 598

DA MARGINALIDADE À BUSCA PELO SUCESSO: CARREIRAS DE PESSOAS TRANSEXUAIS NA ATUALIDADE

Lucas Jorge e Heliani Berlato..... 603

NOVAS CONFIGURAÇÕES DE MASCULINIDADE E SAÚDE MENTAL DO HOMEM

André Lucas Santos Rodrigue, Erick Figueredo Santos, Isabelle Elisandra Kuch e Victoria Maria Pinto Cordeiro..... 612

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO GETLIBRAS: TERMINOLOGIA, LIBRAS, INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA E COMUNIDADE SURDA LGBTI+

Vinicius Martins Flores e Sandro Rodrigues da Fonseca..... 623

ROMPENDO CERCAS E TECENDO A LIBERDADE: A AUTO ORGANIZAÇÃO DAS LGBT NO MST

Alessandro Santos Mariano 628

UM ESTUDO SOBRE DEFRONTAÇÃO NO PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO EM PESSOAS TRANSGÊNERAS: A ESCOLHA DO NOME SOCIAL

Jordana Roberta Ribeiro Pantoja, Priscila Pellegatti Faia, Wendel Kledir da Silva e João Eduardo Coin de Carvalho..... 636

VALORIZAÇÃO RECONHECIDA DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS COMO VIVÊNCIA LIBERTADORA: NOVAS PERCEPÇÕES

Albina Lurdes Mattana Minozzo 641



01

**COMUNICAÇÃO,
LINGUAGEM E CULTURA:
SOCIABILIDADES,
SUBJETIVAÇÕES
E (RE)SIGNIFICAÇÕES
DAS NARRATIVAS
E (RE)EXISTÊNCIAS
LGBTI+**

(RE)SIGNIFICAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE DA ANIMAÇÃO MULAN NO TWITTER

Romão Matheus Neto¹

RESUMO

Graças à eclosão da cultura digital e, conseqüentemente, do surgimento de uma cultura de convergência que infere habilidades participativas e coletivas, (re)interpretações alternativas sobre as relações de gênero e sexualidade representadas em diferentes textos culturais são potencializadas nos sites de redes sociais, especificamente as animações. Logo, o presente paper, como parte de uma pesquisa ainda em andamento, busca analisar qualitativamente como os espectadores brasileiros ressignificam as narrativas e personagens do longa-metragem Mulan (1998), de Walt Disney. Para tal, os estudos queer baseados em Butler (2017), Louro (2016) e Miskolci (2012) são localizados como principais operadores teóricos, assim como delineamentos conceituais acerca da cultura digital em Lévy (2007), Jenkins (2009) e Martino (2014). A análise se dá por meio da metodologia de Teoria Fundamentada em Fragoso, Recuero e Amaral (2011). Detecta-se diferentes interpretações dos usuários do site de rede social em questão quanto à personagem, suas relações com o gênero e possíveis transexualidades. Diante das confluências e conflitos entre os diferentes comentários, considera-se também a importância do alinhamento entre os estudos de cibercultura e estudos de gênero, bem como a percepção das negociações sociais e culturais de gênero e sexualidade transpostas para o digital por meio da linguagem.

Palavras-chave: Mulan. Twitter. Cultura Midiática. Comunicação. Teoria Queer.

INTRODUÇÃO

Em relação à cultura e comunicação, as mediações digitais atuam enquanto mudanças marcantes nas interações humanas, assim como a escrita e eletricidade. Baym (2010) defende que diferentes sociabilidades são configuradas e estabelecidas, de modo que são questionadas as definições de ausência e presença, do público e privado, do self e das inúmeras identidades em rede. Para a pesquisadora, ao contrário do que é descrito por algumas compilações das mídias populares, a cibercultura não se refere a determinismos tecnológicos variantes anteriores ao homem, tampouco um terreno à parte da sociedade, como uma mera simulação oposta ao real.

Associadas às teorias de gênero e sexualidade (BUTLER, 2000), surgem importantes análises científicas dos mais variados textos culturais. Não obstante, na presença de uma audiência não só ativa, mas também participativa e produtiva em rede (MARTINO, 2014), os espectadores são posicionados simbolicamente pelo discurso e, concomitantemente, posicionam esses códigos a partir de suas filosofias, constituindo narrativas e interpretações subversivas desses conteúdos na internet, mesmo com lacunas temporais entre seus lançamentos e a atualidade.

Esta conjuntura pode ser percebida a partir de Mulan, animação da Walt Disney que, apesar de ter completado mais de vinte anos desde seu lançamento, é ponto de diversas discussões nas redes sociais sobre as relações de gênero e sexualidade a serem impulsionadas pelo lançamento do live-action em 2020. Desse modo, o objetivo do presente artigo é analisar qualitativamente como os espectadores brasileiros ressignificam as narrativas e personagens da animação Mulan (1998), a partir da cultura da convergência, cultura participativa e inteligência coletiva em cibercultura no Twitter. Para tanto, são apresentados, em um primeiro momento, conceitos dos estudos queer baseados em Butler (2000), Preciado (2014) e Louro (2016). Em seguida é realizada a descrição do objeto e da Teoria Fundamentada (RECUERO; FRAGOSO; AMARAL, 2011) como metodologia e, posteriormente, a análise.

GÊNERO E SEXUALIDADE

Em um esforço teórico e filosófico pós-estruturalista, Butler (2017) endereça importantes argumentos que são endossados ou tensionados por outros estudiosos que tomam centralidade no que se constituem como estudos queer. A partir de uma ressignificação daquilo que seria estranho, bizarro e pejorativo para um modo de empoderamento, é empreendida uma crítica feminista quanto ao sujeito das mulheres consolidado e permanente, mesmo que certa cristalização identitária fosse necessária para importante visibilidade política. Dessa maneira, são abordadas as distinções e qualidades entre sexo e gênero. No entanto, rompe-se com esses traços duais, estabelecendo o sexo não como uma superfície dada e passiva a ser demarcada, algo anterior ao pensamento e à inteligibilidade; pelo

¹ Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Núcleos de Estudos em Ficções Seriadas (NEFI-CS/PPGCOM). Bolsista Capes. E-mail: romaomatheusneto@gmail.com

contrário, ele mesmo também carregaria caráter social, valores e um enunciado fabricado, como o gênero (BUTLER, 2000).

Desse modo, os teóricos queer compreendem a presença fantasmagórica da performatividade, ou seja, normas e práticas de gênero e sexo que são constantemente citadas, repetidas e reiteradas dentro de um campo discursivo majoritariamente heterossexual (LOURO, 2016). Ainda, Butler (2000) as concebe como afirmações citacionais que se tornam “fatos”, com efeitos materiais nem sempre uniformes, mas que são obrigatórias, já que coagem e demarcam os sujeitos quanto aos gêneros e, simultaneamente, permitem a subversão e resistência.

Com a compreensão do espectro performativo, é fácil detectar a existência de uma ordem compulsória de sexo/gênero/desejo. Compete a essa composição um raciocínio linear de que o indivíduo, a partir de seu órgão sexual, deve se identificar com o gênero que lhe foi designado e que deseje alguém de sexo e gênero oposto. Em outras palavras, uma pessoa que possui uma vagina, por exemplo, deve se identificar como mulher e possuir desejos heterossexuais. Do mesmo modo, um indivíduo que desde o momento que a mãe descobre por meio da ultrassonografia que terá um pênis, é esperado que seja um homem e que deseje alguém do sexo e gênero oposto (COLLING, 2012; LOURO, 2016).

Um arcabouço teórico-político queer denuncia as insuficiências e consequências de pensar tanto o gênero quanto a sexualidade em constituições binárias. Tratar apenas de categorias como homem/mulher e heterossexualidade/ homossexualidade significa ignorar que entre — ou até além — dessas fronteiras há outras identidades e corporalidades, como os transgêneros, não binários e bissexuais. Além disso, existem outras discussões e vozes que permeiam esses entre-espacos, como os homens femininos, a masculinidade feminina e até mesmo as hierarquias de homossexualidades que existem no próprio movimento LGBTQIA+ (MISKOLCI, 2012).

AS RESSIGNIFICAÇÕES SOBRE MULAN NO TWITTER

Na mesma leva das releituras de Cinderela, A Bela e a Fera e Aladdin, a Walt Disney planeja lançar um live-action de Mulan em março de 2020, tendo publicado em julho de 2019 o primeiro trailer do remake, com grande repercussão. Segundo reportagem da BBC News², a empresa de entretenimento possui foco no público chinês, já que ele representa o segundo maior mercado cinematográfico do mundo. Por isso, a adaptação procura se aproximar da lenda original chinesa e sua cultura, por meio de representações fiéis e contratações de atores orientais. O orçamento da trama dirigida por Niki Caro é estimado em US\$290 milhões.

É justamente o teaser do remake em questão que se apresenta como um novo impulsionamento de argumentações sobre a animação, apesar dos lapsos temporais entre a atualidade e seu lançamento original, em 1998. Constitui-se um ciberacontecimento, o qual potencializa as produções de sentidos por meio dos sites de redes sociais, como propõem Machado, Gonzatti e Esmitz (2018). Conforme expõem os pesquisadores, cada acontecimento na rede é único, com protocolos simbólicos igualmente singulares graças às reinterpretações e narrativas subversivas por meio da linguagem.

Apoiado em uma pesquisa exploratória, a plataforma escolhida para análise das conversações sobre Mulan foi o Twitter, visto que, em relação a comentários de posts em portais de notícias ou blogs, é nele que se materializam maiores fluxos de informações e conteúdo em relação ao tema. Como ferramenta de busca, o serviço permite a aplicação de busca avançada baseada em termos, hashtags e expressões, podendo delimitar também datas e idiomas.

Nessa linha de raciocínio, foram coletados 295 tweets durante os dias 07 de julho de 2019 e 8 de julho de 2019 — coincidindo com a data de lançamento do primeiro trailer do live-action de Mulan. Para este recorte analítico, três critérios para filtragem de dados foram estabelecidos, sendo eles: a) uso de palavras-chaves específicas que relacionassem a animação cinematográfica à discussão de gênero e sexualidade³; b) tweets em português; c) tweets da aba “destaque”, isto é, que pelo número maior de likes e retweets recebidos, são lidos como mais relevantes pelos algoritmos do site.

Para dimensionar qualitativamente as ressignificações, a Teoria Fundamentada (TF) (FRAGO-

² Reportagem publicada em 12 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48969895>

³ As palavras-chave utilizadas foram “Mulan gênero”, “Mulan sexualidade”, “Mulan queer”, “Mulan mulher”, “Mulan LGBT”, “Mulan lésbica”, “Mulan gay”, “Mulan bissexual” e “Mulan transsexual”.

SO; RECUERO; AMARAL, 2011) é designada como operador metodológico, visto sua capacidade de permitir que o pesquisador investigue e reflita o campo empírico por meio de concomitante coleta e sistematização de dados. Por seguinte, três categorias não excludentes entre si foram detectadas: discussões acerca da identidade de gênero de Mulan e sua possível transsexualidade, debates sobre a suposta bissexualidade do personagem Shang e comparações entre o live-action e animação. Por sua vez, a esfera analisada por este trabalho — e a que gerou mais repercussão — foi justamente aquela que argumentava sobre a identidade de gênero da protagonista, gerando posts com números mais altos de curtidas, retweets e respostas.

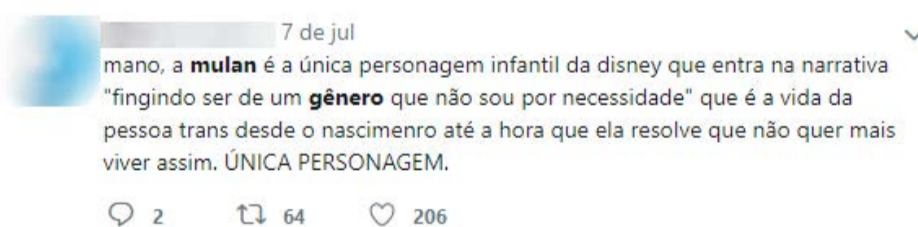
Uma das publicações é elementar para a discussão, já que traz uma fanfiction escrita por um usuário na qual a Mulan e Shang são transsexuais e se apaixonam um pelo outro. Neste sentido, evidencia-se a característica da cultura participativa (JENKINS, 2009), uma vez que aqueles que, na infância, apenas consumiam o filme, agora, na idade adulta, contribuem para a narrativa, produzindo alternativas e reelaborando-as.

Figura 1 - Fanfic sobre Mulan ser transsexual
Fonte: dados da pesquisa.



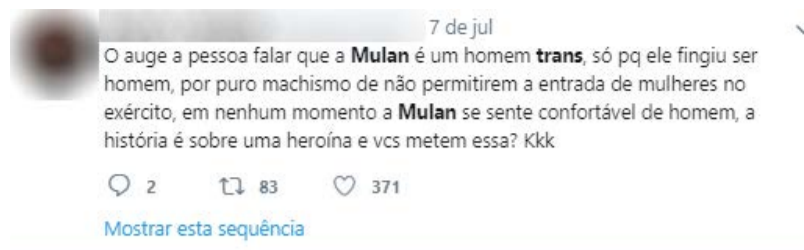
Há um investimento voluntário e emocional na continuação de um artefato da cultura pop a partir de uma vertente subversiva, que propõe que a categoria de gênero não seja estritamente binária e que não haja uma linearidade performativa de sexo-gênero-desejo (LOURO, 2016). Logo, o usuário propõe uma resignificação que sirva como representatividade, na qual Mulan não se identifique com o gênero feminino, independentemente de sua genitália, assim como Shang. Essa perspectiva é endossada por outros perfis com a mesma leitura.

Figura 2 - Única personagem com narrativa trans
Fonte: dados da pesquisa.



Apesar de também operarem no campo de busca por uma narrativa de representação igualitária de gênero dentro do enredo, outros usuários (figura 3) se afastam do ângulo fluído e não binário que Mulan supostamente teria (LIMBACH, 2013). O disfarce da chinesa não teria sido motivado por questionar sua identidade de gênero, mas por procurar salvar seu próprio pai. Logo, ela não quebraria os muros binários de gênero e sexualidade.

Figura 3 - A história é sobre uma heroína
Fonte: dados da pesquisa.



Essas expressões em rede sobre uma obra da década de 1990 desvendam as hibridações culturais que desembocam em convergências (JENKINS, 2009). Uma animação, da cultura cinematográfica e de mídia, circula agora por meio de diferentes linguagens, em uma sincronização. Como aponta Lévy (2007), esse desempenho coletivo se diz respeito mais às afinidades do que localidades físicas em si. Mais do que isso, a cibercultura significa uma transferência das negociações, disputas e embates humanos, sociais e políticos já existentes.

Tal raciocínio pode ser explanado ainda nas rachaduras filosóficas e teóricas entre estudos de gênero e sexualidade que tratam de perspectivas críticas mais radicais e as abordagens pós-estruturalistas, performativas e interseccionais, que criticam o sujeito substantivo do feminismo (BUTLER, 2017).

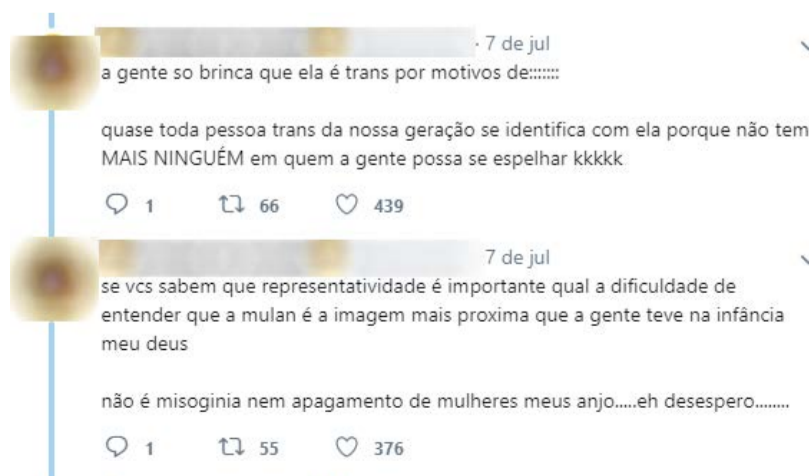
Figura 4 - Críticas sobre o movimento queer
Fonte: dados da pesquisa.



Diante de uma interpretação queer, apesar da importante argumentação apresentada, são captadas, na figura 4, percepções essencialistas e cristalizadoras, de modo que os usuários, por vezes, supõem a busca por uma identidade legítima e unificada do que é ser mulher, como se a transsexualidade caracterizasse uma inferioridade quanto à essa categoria devido a não linearidade entre sexo/gênero.

Como descreve Woodward (2000), uma das vertentes dentro da política de identidades é justamente a essencialista, que se baseia em características biologicamente determinadas para delinear, por exemplo, a identidade da mulher ou, partindo para o tópico sexualidade, uma identidade gay. Entretanto, os estudos de Butler (2000; 2017) e Preciado (2014) questionam a natureza como algo dado e pré determinado; ao contrário, ela também seria composta social, histórica e politicamente como discurso. Conseqüentemente, as identidades de gênero não seriam fixas, fundamentadas ou estáticas, mas compostas em fragmentos, a partir de ordenações simbólicas e culturais, produzindo diferentes pautas.

Figura 5 - Representatividade trans em Mulan
Fonte: dados da pesquisa.



Na releitura daqueles que percebem Mulan como transsexual (figura 4) é apontada a necessidade de representatividade interseccional na cultura infantil. Por isso, dentro dessas produções coletivas e participativas do público, ela ocuparia um lugar de headcanon. Ou seja, uma interpretação e criação individual do fã que vai além das narrativas oficiais produzidas da trama. Logo, fanfictions e fanarts tornam-se não só métodos de entretenimento, mas também de resistência e negociação (MARTINO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos apontamentos teóricos e os exercícios analíticos expostos, observa-se as relações ambíguas e dicotômicas entre os textos culturais e seus leitores, especificamente as da animação posta em exame por este artigo. As representações, valores e visualidades indicadas em Mulan não só endereçam e posicionam determinado público a partir de um contexto temporal específico, mas também são negociadas e posicionadas pelos próprios espectadores, uma vez que se concebe a audiência simultaneamente como ativa e também produtiva, alinhadas às articulações e criações em rede (MARTINO, 2014).

REFERÊNCIAS

- BAYM, Nancy K. *Personal Connections in the Digital Age*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 110-127.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- COLLING, Leandro. *Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?*. IN: PELÚCIO, Larissa. *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- FRAGOO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. 2ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- LÉVY, Pierre. *O que é virtual?*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- LIMBACH, Gwendolyn. *You the man, well, sorta: Gender binaries and liminality*. In: CHEU, Johnson. *Diversity in Disney films: Critical essays on race, ethnicity, gender, sexuality and disability*. North Carolina: McFarland & Company, 2013. p. 115–128.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. Ed.; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MACHADO, Felipe V. K.; GONZATTI, Christian; ESMITIZ, Francielle. *E elxs viverão felizes para sempre? (In) visibilidades de personagens LGBTs em produções da Disney como força propulsora de cibercontenúdos*. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. V. 15, n. 43. Escola Superior de Propaganda e Marketing: São Paulo, 2018.
- MARTINO, Luís Mauro de Sá. *Teorias das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

A PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LGBTI*: UMA PERSPECTIVA FOTOETNOGRÁFICA⁴

Natalie Vanz Bettoni Gallego Campos⁵
Valquíria Michela John⁶

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar o impacto dos produtos culturais na construção da identidade do jovem LGBTI+. Considerando a chamada “crise da identidade”, hoje existem múltiplos centros para a formação da identidade do indivíduo e um dos principais influenciadores deste processo são os produtos culturais. A forma como determinados grupos são representados nos mais diversos produtos leva a interpretações por parte do indivíduo, que, de forma consciente ou subconsciente, influenciam na forma como este se percebe e constrói sua identidade. Atualmente em fase de mapeamento da percepção do público através de questionário online, a metodologia envolverá também análise etnográfica em profundidade, com entrevistas abertas de indivíduos selecionados a partir do questionário, e fotoetnografia, visando obter considerações finais sobre a influência da representação da comunidade LGBTI+ em produtos culturais na identificação do indivíduo até o início de novembro.

Palavras-chave: Identidade. Cultura. Fotoetnografia. Sexualidade. Gênero.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o tema “identidade” entrou em evidência. Estudiosos como Bauman (2004), Woodward (2000) e Hall (2006) passaram a tê-lo como um de seus principais temas de estudo ao passo que constituiu-se o que se denominou uma “crise da identidade”.

Com a globalização e a difusão do consumismo, passamos a partilhar o que Hall (2006) chama de efeito de “supermercado cultural”, em que qualquer pessoa tem acesso a lugares, histórias e tradições, independente do local ou tempo em que se situam. Tais fatores contribuem para a participação do sujeito em um processo permanentemente inacabado de identificação, do qual fazem parte uma multiplicidade de identidades. Assim, a globalização foi uma das causadoras de um deslocamento do centro do sujeito, que passou de ter uma vida e visão de si mesmo baseadas em sua classe social e/ou nação, como era durante o Iluminismo, para um cenário diverso, em que sua identidade pode partir de uma multiplicidade de centros (Hall, 2006). Hoje, estamos diante de um sujeito fragmentado, formado por identidades diversas e, muitas vezes, contradizentes. As novas identidades são híbridas, levando os indivíduos a adentrarem a crise identitária que ocorre também em escala local, global e política (Woodward, 2000).

A faceta política de tal crise se tornou evidente especialmente a partir dos movimentos sociais de 1968 nos Estados Unidos, que colocaram identidades antes marginalizadas no centro do debate (Woodward, 2000). O feminismo, por exemplo, é apresentado por Hall (2006) por questionar a distinção entre o privado e o público, enfatizar a forma como a generificação é uma construção social e politizar a subjetividade, a identidade e o processo de identificação, incluindo a formação das identidades sexuais e de gênero.

O PAPEL DA CULTURA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Hall (2006) ressalta a formação da identidade como um processo nunca finalizado. A identificação seria assim o que o autor chama de uma “celebração móvel”, com a identidade sendo “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (citando Hall, 1987, no id na pós-modernidade).

As relações com a mídia podem contribuir para a construção de tais representações (Martino, 2010). Como Hall (2016) destaca, as representações são a forma como damos sentido às coisas, sentido este que é criado sempre que nos relacionamos com objetos culturais e os integramos em nosso cotidiano.

Sendo assim, o significado produzido pelas representações veiculadas na mídia é o que dá sentido à nossa experiência e ao que somos e assim, à nossa identidade (Woodward, 2000). Dis-

⁴ Trabalho submetido ao GT 01: Comunicação, Linguagem e Cultura: sociabilidades, subjetivações e (re)significações das narrativas e (re)existências LGBTI+

⁵ Graduanda em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: natalievcampos@gmail.com

⁶ Descrição e e-mail Val

cursos e sistemas de representação seriam então formadores de lugares de fala e posicionamento, que, como afirma Hall (2016), produzem significados que fazem parte de sistemas partilhados. São esses sistemas que constituem a cultura, que intermedeia a experiência dos indivíduos e suas relações sociais, e é nesse contexto que a identidade é produzida.

Como a representação está intimamente inserida em nossa cultura, ela mesma é uma forma de atribuição de sentido, e não detentora da presença real e do significado (Silva, 2000). Depende de sistemas como a linguagem, por meio da qual construímos os significados compartilhados que fazem parte da cultura (Hall, 2006), e são esses significados mesmos de que dependemos para construir nossa autopercepção. Dessa forma, a representação passa pelos processos intrínsecos ao sistema em que está inserida: assim como o sistema linguístico e cultural, ela é arbitrária, indeterminada e apresenta estreita ligação com as relações de poder. Inclusive, de acordo com Silva (1998), é através da representação que se travam batalhas de poder: quem está na posição de referência é quem define a forma como se processa representações alheias e também representa os outros e a representação, por sua vez, ajuda a produzir identidades culturais e sociais e assim reforça as relações de poder, podendo ganhar tanta força e visibilidade que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade.

AS DISPUTAS DE PODER ENTREMEADAS NA IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Assim como os sistemas de representação e assimilação da cultura são profundamente entremeados por sistemas de poder, as identidades de gênero e sexuais também dependem das relações sociais e suas redes de poder (Louro, 1999). Nada é natural ou intrínseco ao corpo do indivíduo e nem todos vivemos nossos corpos da mesma forma. Assim, a sexualidade do indivíduo faz parte do seu processo de identificação, através do qual ele se reconhece em uma identidade ao “responder afirmativamente uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (LOURO, 1999, p. 6).

Ao mesmo tempo em que as identidades não podem ser deduzidas diretamente a partir dos corpos, dedicamos intenso esforço para adequá-los aos critérios diversos dos grupos a que pertencemos. De roupas a cuidados físicos, “inscrevemos nos corpos marcas de identidade e, consequentemente, de diferenciação” (LOURO, 1999, p. 9) e nos treinamos para identificá-las e, em decorrência delas, classificar os sujeitos. Assim, reconhecemos o “outro” a partir do lugar que ocupamos na sociedade e, em meio a esse processo de reconhecimento de identidades e classificação e atribuição de diferenças, quem está na posição de identificar e classificar é privilegiado. Em nossa sociedade, quem assume esse papel é, historicamente, o homem, branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Na dicotomia anteriormente mencionada, ele seria o “normal”, o “incluído”, o “bom”, a referência, enquanto quem não o é se torna marcado por suas características que fogem de tais padrões e é denominado a partir disso.

Para Woodward (2000), as identidades sexuais vêm mudando: o atual contexto histórico-social favoreceu a fragmentação da própria identidade sexual, com identidades agora mais questionadas e ambíguas. Este movimento tem sua origem na década de 60, quando os novos movimentos sociais enfraquecem as fronteiras entre o pessoal e o político e assuntos antes privados são colocados em pauta.

Hoje, como coloca Louro (1999), surgem novas respostas e resistências ao movimento, especialmente com a renovação do apelo conservador. Ao mesmo tempo, como destacado por Facchini (2018), a popularização da internet e o acesso ao ensino superior permitem a difusão dos estudos queer entre gerações mais jovens de ativistas, e novas categorias de identidade ganham lugar nas disputas pelo direito de afirmar identidades desviantes do padrão.

A PROPOSTA DA PRESENTE PESQUISA

Como ressaltado por Silva (2000), a construção da identidade é um processo constante e permanentemente inacabado, de forma que nunca se alcançará uma identidade unificada e completa. Em seu caráter fluído, até mesmo o contexto interfere: diferentes momentos, lugares, papéis e contextos sociais levam a diferentes posicionamentos e representações do sujeito (Hall, 2006).

Hall (1997) também afirma que a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada por significados culturais produzidos sobre a sexualidade, através de sistemas dominantes de representação. Assim, é novamente através do denominado como referência, daquele que está no poder, que a representação da identidade do outro é construída. Nestas representações, indivíduos com identidades sexuais diferentes da predominante buscam formas de autoafirmação e corroboração para a construção de suas identidades (SOUZA, 2009), mostrando, novamente, a importância das disputas de poder e controle das formas de representação e interpretação das mesmas em produtos culturais.

O processo de interpretação de tais representações é intermediado por fatores diversos, de referenciais identitários a múltiplas lógicas sociais e culturais. O que este trabalho se propõe é a identificar as consequências das diversas interpretações da representação do indivíduo LGBTI+ em produtos culturais na formação da identidade e autopercepção do indivíduo.

A partir da pergunta “Qual o impacto da representação LGBTI* em produtos da cultura pop na construção da identidade do indivíduo queer nascido a partir de 1986?”, se constitui o presente trabalho. A autora parte da hipótese de que, na sociedade brasileira, em que o discurso acerca de sexualidades fora do padrão heteronormativo binário é majoritariamente moralista e conservador, a presença e o caráter da representação LGBTI* em produtos culturais são em grande parte responsáveis pela forma como o indivíduo queer constrói sua identidade e, desta forma, se vê e insere a si mesmo na sociedade. Assim, o objetivo aqui colocado é analisar se e de que forma a representação LGBTI* interfere neste processo.

Por ser um tema com referencial relativamente imaturo e considerando a posição da autora tendenciosa por sua identificação com o público a ser estudado, serão utilizados métodos qualitativos. A pesquisa será em parte exploratória e focará em conceitos gerais, levando em conta a relativamente baixa produção bibliográfica acerca do tema, mas majoritariamente se trata de uma pesquisa descritiva, utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados e alto nível de descrição.

Após a revisão da bibliografia acerca da construção da identidade e suas repercussões na sociedade, tomando como principal base teórica os estudos de Hall (2000, 2006), Woodward (2000) e Silva (2000) e contextualização do movimento LGBT no Brasil e da teoria queer, tomando como referência principal os estudos de Judith Butler, a pesquisa está em fase de levantamento através de questionário difundido online, visando identificar quais os produtos culturais mais presentes no imaginário do indivíduo queer em diferentes fases de sua vida. A partir daí a medida de tendência central adotada será a moda, visando compreender o que é típico no grupo, e partindo para análises mais aprofundadas na pesquisa de campo.

Na próxima fase de pesquisa, que estará concluída no período do Congresso, a principal abordagem será a etnográfica segundo a definição de Travancas: uma descrição densa, que dê conta das estruturas significantes que estão por trás e dentro do menor significado humano. Assim, a abordagem qualitativa envolverá entrevistas abertas e em profundidade, também considerando amostras probabilísticas, estratificadas e proporcionais, somadas à observação participante em grupos focais e à sua análise de discurso e conteúdo. Por fim, a fotoetnografia será empregada, considerando o registro das manifestações visuais da identidade, tais como vestimentas, estilo pessoal e de habitação, seguida por leitura e análise de imagens, para então haver um relatório completo das conclusões. e considerações finais.

REFERÊNCIAS

- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Editora Vozes Limitada, 2017.
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Artmed editora, 2008.
- DUARTE, Jorge. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Atlas, 2005. RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 14.Reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. 2005.

STUART, H. A. L. L. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JOHN, Valquíria Michela; COSTA, Felipe da. Mulheres, identidade de gênero e sexualidade: problemáticas e desafios a partir do recorte por sexo. In: JACKS, Nilda et al. Meios e audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Editora Sulina, 2014.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug. "Quem precisa das identidades?". In: JACKS, Nilda et al. Meios e audiências III: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2017.

JACKS, Nilda et al. Meios e audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Editora Sulina, 2014.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; CORUJA, Paula. Relações de gênero: os desafios para além das binariedades, identidades e representações. In: JACKS, Nilda et al. Meios e audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Editora Sulina, 2014.

OIKAWA, Erika; SILVA, Lourdes Ana Pereira Silva. Identidades midiáticas: narrativas de pertencimento nos estudos de recepção e consumo midiático. In: JACKS, Nilda et al. Meios e audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Editora Sulina, 2014.

SCHMITZ, Daniela; FANTONI, Andressa; MAZER, Dulce. Juventude(s) e os meios: um cenário pouco plural. In: JACKS, Nilda et al. Meios e audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil. Editora Sulina, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. Cultura e representação. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Comunicação e Identidade: quem você pensa que é. São Paulo: Paulus, 2010.

QUINALHA, Renan. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Revista Cult, v. 235, p.21-23, 2018.

GREEN, James N. Visão retrospectiva: um balanço histórico e memorialístico. In: O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Revista Cult, v. 235, p.24-27, 2018.

FERNANDES, Marisa. Desejo transformador e revolucionário: o movimento das lésbicas feministas no Brasil. In: O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Revista Cult, v. 235, p.28-31, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Uma nova pauta política: notas sobre as travessias da população trans na história. In: O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Revista Cult, v. 235, p.32-35, 2018.

FACCHINI, Regina. Múltiplas e diferentes identidades: é preciso conectar a política às estruturas de poder que incidem diretamente sobre a vida dos sujeitos. In: O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Revista Cult, v. 235, p.36-39, 2018.

TREVISAN, João Silvério. Amparo e solidariedade: as novas frentes de luta e resistência da comunidade LGBT. In: O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. Revista Cult, v. 235, p.40-43, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541, 2001.

A REFRAÇÃO HOMOFÓBICA NO JORNALISMO: ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSASSINATO DE BRUNA

Piero Vicenzi⁷

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a refração da realidade homofóbica brasileira pelo jornalismo, mais específico, na notícia do assassinato de Bruna, publicada em 2017 pelo jornal pelotense Diário Popular, na versão impressa e no site. Desse modo, desenvolve análise discursiva da notícia a partir de quatro categorias analíticas baseadas em discussões teóricas abordando conceitos como Construção Social da Realidade, Notícia e sua produção, Discurso e Teoria Queer. Para dar luz às teorias citadas, utilizamos pensadores como Berger e Luckmann (2014), Alsina (2009), Correia (2009), Traquina (2005), Sobral (2009) e Butler (2016). Nesse sentido, a pesquisa explora o objeto em questão a partir de aspectos como estrutura do texto jornalístico (técnicas utilizadas na redação), contexto jornalístico e noticioso, valores-notícia adotados na mobilização do saber de narração jornalístico e, por fim, o discurso enunciado pelo sujeito enunciatário da notícia (Diário Popular). Isso porque falamos do Brasil, país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo relatório publicado em 2016 pela ONG Transgender Europe. Portanto, o trabalho busca demonstrar o posicionamento concordante e invisibilizante do veículo noticioso durante a narração do acontecimento com uma realidade brasileira marcada pelo discurso de ódio. Pois, ainda pode-se destacar que o Grupo Gay da Bahia (GGB) utiliza informações coletadas na mídia para elaborar relatórios anuais acerca do número de LGBTI+ mortos no país. Assim, se conclui que o jornalismo refrata uma realidade em consonância com padrões socialmente aceitos, uma realidade marcada pela homofobia e discriminação dos sujeitos que desconstruem as normas de inteligibilidade dos corpos.

Palavras-chave: Jornalismo. Notícia. Discurso. Queer.

INTRODUÇÃO

Como o jornalismo se relaciona com a realidade do país que mais mata travestis e transexuais no mundo⁸ (TGEu, 2016)? Sendo a notícia o principal produto da atividade jornalística, para responder à pergunta inicial, devemos, portanto entender como esta age na realidade. Até porque, para realizar pesquisas como a da TGEu, utilizam-se dados coletados na mídia. Para tanto, podemos partir da definição de realidade, na perspectiva de Berger e Luckman (2014), entendida como uma qualidade pertencente aos fenômenos que reconhecemos ter um ser independente da nossa própria vontade, ou seja, a realidade se apresenta “pronta” e é anterior aos sujeitos sociais.

Tal abordagem nos permite compreender a linguagem como o meio através do qual a experiência social dos sujeitos se objetiva e é tipificada. Em outras palavras, apreendemos a realidade pela linguagem. Enquanto um campo de atividade humana, também pela linguagem o jornalismo se insere na realidade social, bem como, seu principal produto: a notícia. Esta que pode ser definida como “uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299). Sendo esses “mundos possíveis” interpretações sobre os acontecimentos aos quais se referem, isto é, a realidade discursiva (SOBRAL, 2009) oriunda da negociação de sentido entre sujeito enunciatário (quem produz) e enunciatário (a quem se dirige).

Para narrar o mundo em notícias, os jornalistas partilham saberes próprios da tribo interpretativa (TRAQUINA, 2005), que possibilitam formas de ser/estar no mundo, de produzir, circular e interpretar discursos. Desse modo, o processo de produção da notícia inicia a partir dos valores-notícia, critérios seguidos na escolha de acontecimentos perante tantos outros. Para desenvolver a ação enunciativa (a notícia, propriamente dita), o jornalista segue padrões socialmente aceitos e, muitas das vezes, normativos e hegemônicos.

Assim como a realidade, os “padrões” são anteriores aos sujeitos e perpetuados pelos próprios através de interações sociais. Como exemplo dessas normas de inteligibilidade, podemos destacar os “sentidos” discursivamente inscritos nos corpos, como sexo, gênero e sexualidade. Considerados caracteres construídos (BUTLER, 2016), há quem os desconstrua, os sujeitos constituídos enquanto queer. Ao cruzar a barreira da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2016), tais sujeitos confrontam as noções mais básicas da constituição identitária, além de reforçar o caráter construtivo e cultural dos padrões. Contudo, cruzar uma barreira discursiva é também um jogo de poder, e gera consequências.

⁷ Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), no Rio Grande do Sul. E-mail: pierovicenzi@hotmail.com
⁸ Segundo estudo publicado pela ONG, em novembro de 2016, o Brasil registrou, ao longo de oito anos, ao menos 868 mortes – três vezes mais que o México, segundo colocado.

SUJEITO ENUNCIADOR E CORPUS DE ANÁLISE

Conforme mencionado, a análise tem por base a notícia do assassinato de Bruna, publicada no site do jornal pelotense Diário Popular em 09 de julho de 2017. Antes de prosseguir, cabe mencionar que, na versão impressa, o acontecimento da morte de Bruna foi publicado um dia após, 10 de julho de 2017. As mesmas informações divulgadas no site foram reorganizadas em dois parágrafos na abertura de uma reportagem sobre assassinatos ocorridos naquele final de semana em Pelotas, São José do Norte e Capão do Leão. O texto noticioso foi veiculado na editoria Segurança da versão impressa.

Ainda, antes de partir para a análise, devemos comentar sobre o sujeito enunciador, isto é, o jornal Diário Popular (DP). Em circulação diária há mais de 120 anos, é o mais antigo do Rio Grande do Sul e ocupa o terceiro lugar dentre os jornais mais antigos do Brasil em circulação ininterrupta. Em formato tabloide e impresso em cores, aborda temas como política, economia, esporte, segurança, cultura e entretenimento. Definido como “testemunha fiel da história e porta-voz dos interesses do sul do Estado” (DIÁRIO POPULAR, 2018), abrange os 23 municípios da Zona Sul do Rio Grande do Sul.

Em 09 de julho de 2017, a manchete no site do DP enunciava: “Jovem é morto a tiros em Pelotas”. A interpelação pelo sujeito no gênero masculino nos move a realizar este estudo, uma vez que temos por objetivo observar a materialidade linguística do texto noticioso para, assim, identificar a refração da realidade homofóbica brasileira pelo jornalismo. Composta por quatro parágrafos, a matéria fala sobre o 57º homicídio cometido em Pelotas no ano de 2017: a morte de Bruno Santos da Silva, de 22 anos (a travesti Bruna). Por se acreditar ser um objeto mais específico, iremos nos deter a analisar somente a notícia publicada no site, conforme ilustra a imagem 1 abaixo.

Imagem 1 – notícia publicada no site do DP
Fonte: site DP (2018).



ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

ESTRUTURA DO TEXTO JORNALÍSTICO

Por estar inseridos em uma comunidade interpretativa transnacional, a tribo jornalística (TRAQUINA, 2005), os jornalistas partilham saberes de narração, técnicas de estrutura do texto noticioso e uma linguagem própria. Exemplo disso, é o lide que, segundo Manual da Folha de S.Paulo (2018), “em sua forma clássica, responde às questões básicas da reportagem: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? (não necessariamente nessa ordem)” (p. 73). Em nosso objeto, o lide foi organizado em dois parágrafos. O primeiro, composto por dois períodos, responde três das seis perguntas básicas do lide. De forma rápida, concisa e direta, nos dois primeiros períodos é possível saber o quê, onde e quando aconteceu, e ainda, um dos “quem” nos é indicado. Então, podemos compreender que o acontecimento ao qual a notícia enunciada por “Jovem é morto a tiros em Pelotas” se refere é o 57º homicídio ocorrido em Pelotas (grifada para situar a cidade e posto como um quem envolvido, um sujeito ativo, responsável por registrar), no domingo (9). O fato ocorreu na [Rua] Ambrósio Perret, Zona Leste da cidade [Pelotas].

O segundo parágrafo do texto serve como sublide (complemento de informações) e responde mais duas perguntas, além de especificar uma das já respondidas nos dois períodos anteriores. A última linha permite compreender como ocorreu o homicídio, pelo disparo de arma de fogo. Esta

última informação é destacada segundo a Polícia Civil (fonte 1) e a Brigada Militar (fonte 2), ou seja, segundo fontes oficiais. No entanto, o lide clássico utilizado pelo jornalista na notícia não responde ao “por quê?” do acontecimento. Tal resposta fica aberta na citação direta, marcada pelo uso de aspas, da fala do tio de Bruna, Israel da Silveira (fonte 3), no último período do terceiro parágrafo. Também é através da fonte 3, em uma citação indireta, que a vítima do 57º homicídio de 2017 é apontada como travesti. O último período da notícia se dedica a informar que a investigação do crime será realizada pela Delegacia de Homicídios e de Desaparecidos. Porém, aparece deslocado ao lado do corpo da notícia e abaixo da imagem utilizada.

Outra técnica comum é a organização da notícia em Pirâmide Invertida (PI). Ou seja, a redação de uma notícia começa pelos dados mais importantes (lide), seguido de informações complementares organizadas em blocos decrescentes de interesse (CANAVILHAS, 2006, p. 5). Assim, a notícia da morte de Bruna foi construída de modo a apresentar os fatos considerados mais importantes/relevantes pelo jornalista nos dois primeiros parágrafos (lide e sublide).

CONTEXTO JORNALÍSTICO E NOTICIOSO

Ao observarmos a página online da editoria do site do DP na qual nosso objeto foi publicado, predominam notícias envolvendo violência, tragédias e homicídios, identificadas através de cartolas⁹. De maneira geral, tal editoria se presta a informar sobre criminalidade. A notícia do assassinato de Bruna foi classificada com a cartola “violência”. No entanto, o site possui cartolas para homicídios – e a resposta do lide para “o quê” é o 57º homicídio do ano, como apontado. Desse modo, entendemos que a editoria do veículo, em conjunto com a cartola, agrega valor à informação e a situam em um contexto de violência.

Ao noticiar o assassinato de Bruna, o jornalista adota uma conduta interpretativa do acontecido, de acordo com referencial já explicitado. Na transmissão de tal, não constrói uma “nova” realidade, mas sim, produz uma realidade discursiva em consonância com o sistema de crenças social, com os padrões hegemônicos de inteligibilidade. Assim, compreendemos que as notícias possuem papel ativo na refração e perpetuação de normas acerca dos fenômenos sociais.

VALORES-NOTÍCIA

Para dar conta da proposta inicial do trabalho, precisamos ainda identificar o que tornou o acontecimento do assassinato de Bruna noticiável. Os valores-notícia servem de “óculos” para os jornalistas ver o mundo e são também partilhados pela tribo interpretativa. Ao nosso objeto, aplicaremos os valores-notícia de seleção, entendidos como os critérios utilizados pelos jornalistas na escolha de um acontecimento perante outros tantos (TRAQUINA, 2005).

O primeiro valor-notícia mobilizado nos salta aos olhos no título: a morte de um “jovem”. De acordo com Traquina (2005), este valor é fundamental aos jornalistas e explica o negativismo da comunidade interpretativa refratado diariamente. Outro valor percebido é o conflito ou controvérsia, identificado pela violência – seja ela física ou verbal, uma vez que o corpo da vítima apresentava sinais de agressão, especialmente no rosto. No objeto, tal valor também se manifesta na cartola da editoria Segurança do DP, e está ligado à infração (violação e transgressão de regras), em se tratando de um homicídio. Ainda é interessante lembrar que os acontecimentos possuem diversos valores-notícias, pois estes se ativam em conjunto. E que, além deles, a organização jornalística e a política editorial do veículo também influem na seleção dos acontecimentos enquanto notícia.

DISCURSO JORNALÍSTICO

Ao mobilizar a linguagem de acordo com as técnicas partilhadas pela tribo jornalística (ação enunciativa), o jornalista produz um enunciado sobre o acontecimento da morte de Bruna. Porém, por ser publicado em um veículo de comunicação, entendemos o DP como sujeito enunciativo, ou seja, quem produz o enunciado, em função de sua posição de fala como agente no campo jornalístico. A ação enunciativa gera um sentido, produzido entre o DP e seus leitores, com efeito de verdade, caráter sério e relevante e com consequências sobre o contexto no qual a notícia se insere. Segundo Correia (2009), o jornalista, ao proferir um discurso sobre os acontecimentos, o faz respei-

⁹ Uma ou mais palavras utilizadas para definir o assunto da matéria acima do título.

tando os “valores socialmente aceitáveis”, através de palavras medianamente partilhadas, com raciocínios que se tornam razoavelmente partilhados por todos. Assim, em nosso objeto, observamos que o sujeito enunciador (DP) descreve Bruna (a vítima) como um jovem, ou seja, adota o gênero masculino para definir a identidade do sujeito pelo discurso que sugere a diferenciação dos corpos pela sua materialidade física (o órgão sexual) – tal discurso está em consonância com o padrão de inteligibilidade de sexo, gênero e sexualidade confrontado por Butler (2016), a heterossexualidade compulsória.

No texto, o sujeito enunciador se refere à Bruna sempre utilizando o gênero masculino, em palavras como “jovem”, “morto”, “encontrado”, “Bruno”, “ele”. A identidade travesti (queer) da vítima é identificada de acordo com a fonte 3 (o tio), no terceiro parágrafo da notícia. Ao adotar citações (diretas e indiretas) de fontes, o jornalista sugere um caráter impessoal do relato, ou seja, a ideia de que o acontecimento estivesse sendo contado por si próprio. E, ao apresentar a identidade queer de Bruna no penúltimo parágrafo do texto sugere, de acordo com as técnicas da PI, que a informação não é relevante à compreensão do fato. Porém, a notícia se insere em um contexto marcado pela violência, uma vez que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo (TGEu, 2016). Desse modo, a informação da identidade queer de Bruna se torna um dado relevante à compreensão do evento, que envolve agressões ao corpo e o homicídio, e poderia ser uma resposta a “como?” adotada pelo enunciador. Mas, tal dado foi negligenciado ao adotar as fontes 1 e 2 para responder como ocorreu o acontecimento, o que, mais uma vez, reforça o caráter impessoal do relato e gera um efeito de distanciamento do papel de mediador/interprete do jornalista. Todos esses apontamentos anteriores agem e se inserem na relação entre o sujeito enunciador e o enunciatário na produção do sentido do enunciado, na realidade segunda do discurso refratada pelo objeto de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, podemos acrescentar que a negociação do sentido começa na escolha de um acontecimento perante tantos outros, pelos valores-notícia partilhados pela tribo jornalística. A partir de então, o profissional inicia seu saber narrativo e mobiliza a linguagem para produzir certo enunciado – na análise acima, o processo começa com a morte de Bruna, seguida da controvérsia (violência) e infração (homicídio). Contudo, este enunciado será produzido em consonância com padrões hegemônicos considerados socialmente aceitos, partilhados pelos agentes sociais e inserido em um contexto. E, negligenciar a identidade queer da vítima no discurso sugere a negação de outras perspectivas bem como, a produção de um efeito de sentido de acordo com a heterossexualidade compulsória.

E, uma vez que o texto noticioso apresenta a morte de um jovem ao invés do assassinato de uma travesti, o acontecimento não se soma às estatísticas nacionais, sendo que o Grupo Gay da Bahia utiliza dados coletados em matérias jornalísticas para elaborar seus relatórios. Dessa forma, podemos entender que o jornalismo refrata uma realidade em consonância com padrões socialmente aceitos, uma realidade marcada pela homofobia e discriminação dos sujeitos que desconstroem as normas de inteligibilidade dos corpos. No caso específico de nosso objeto de estudo, o sujeito enunciador (DP) não apenas refratou tal realidade, mas a negligenciou e mascarou os números que corroboram no entendimento da realidade homofóbica brasileira.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel R. A Construção da Notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BUTLER, Judith P. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. 2006. 17 f. Artigo – Universidade Beira Interior, Covilhã, 2006.

CORREIA, João Carlos. Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais. Covilhã: LabCom, 2009.

DIÁRIO POPULAR. História. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/-/historia/>> Acesso em: 09 nov. 2018.

FOLHA DE S.PAULO. Manual da redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

JOVEM é morto a tiros em Pelotas. Diário Popular. Pelotas, 09 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/seguranca/jovem-e-morto-a-tiros-em-pelotas-125436/?>> Acesso em: 26 out. 2018.

LAGATA, Carla; BALZER, Carsten; BARREDO, Lukas. Informe anual del TMM 2016: 2.190 asesinatos son sólo la punta del iceberg. Espanha: Transgender Europe, 2016. v.15.

LEVANTAMENTO aponta recorde de mortes por homofobia no Brasil em 2017. Huffpost Brasil. São Paulo, 19 jan. 2018. Disponível em: <goo.gl/Fu2Uex> Acesso em: 29 out. 2018.

SEGURANÇA: Diário Popular. Pelotas: n. 259, 10 jul. 2017.

SOBRAL, Adail. Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO GAY NA MÍDIA: REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE REPRESENTATIVIDADE EM TELENOVELAS DA REDE GLOBO

Valdemir Santos Neto¹⁰

Damaris Strassburger¹¹

RESUMO

O presente estudo propõe uma discussão em que considera os processos de representação do sujeito gay em telenovelas da Rede Globo. Através de uma revisão bibliográfica, o estudo abarca autores que visam compreender como esses sujeitos são representados pela indústria televisiva. Considerando os achados obtidos, as reflexões iniciais demonstram que o processo de representação através desses produtos, nem sempre, estão atrelados ao regime da representatividade.

Palavras-chave: Gay. Representação. Rede Globo. Telenovelas.

INTRODUÇÃO

Ainda que os estudos demonstrem um acentuado declínio da audiência das emissoras de televisão aberta, as telenovelas, ainda, continuam cativando o público. A Rede Globo, por exemplo, segue sendo a pioneira em produções ficcionais seriadas, e, com a chegada do Globoplay, a emissora tem recorrido às estratégias transmidiáticas para levar até o público tais produções. Mas, afinal, por que as telenovelas?

Segundo Rusky (2019, p.1) a telenovela “mimetiza as enormes contradições e desigualdades sociais que dilaceram a sociedade brasileira”. Em uma sociedade cada vez mais conectada, onde o consumo dessas produções se configura como importante fenômeno cultural frente aos índices de audiência, Duarte (2005) elucida que as telenovelas, dentro dos estudos comunicacionais, se enquadram em um plano de realidade que não possui compromisso com o mundo exterior à mídia: a supra-realidade¹². Todavia, este estudo faz um contraponto em que acredita ser de extrema importância debater sobre este paradoxo à comunidade LGBT.

Na seara de informações em que a televisão coloca ao dispor dos telespectadores, o presente estudo se justifica pela necessidade em se ter um maior aprofundamento em torno dessas questões, considerando principalmente a representatividade adotada por esses veículos midiáticos. Não podemos menosprezar que dentro do universo LGBT existe uma pluralidade de perfis existentes em todas as esferas. Deste modo, ressaltamos a importância do debate coletivo, em específico no que se refere a esses produtos e como os mesmos perpassam a imagem do afeminado em tais produções.

Nesse sentido, chegamos à problemática que norteou essa investigação: estariam as telenovelas contribuindo para a (des)construção da imagem da comunidade gay? Portanto, esse estudo se encontra dividido em três tópicos: além desta introdução, o segundo tópico contextualiza a inserção do gay na indústria televisiva. O terceiro tópico discute como essa representação se propõe a ser um espaço representativo para a comunidade LGBT. Por fim, o quarto e último tópico apresentam as considerações sobre o estudo e os desafios a serem enfrentados.

Cabe ressaltar que o objetivo deste estudo não se propôs menosprezar os espaços adquiridos na mídia ao longo dos anos pela comunidade gay, mas, sim, além de refletir acerca da representatividade construída pelos produtos midiáticos, reafirmar, sobretudo, o compromisso das telenovelas como uma das fontes precursoras da construção da imagem desses indivíduos em tais produções.

O SUJEITO GAY NA MÍDIA BRASILEIRA

Antes de entendermos a importância da mídia em que pese à representatividade a qual este texto aborda, precisamos compreender o real sentido do termo representatividade, segundo a literatura. Para Makowiechy (2010, p. 4) “a representação é um processo pelo qual institui-se um repre-

¹⁰ Discente do curso de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade do Vale do Itajaí. E-mail: valdemirnetto@gmail.com

¹¹ Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria – POSCOM/UFSC. Docente do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/SC). E-mail: damaris.strassburger@gmail.com

¹² Segundo a autora, “a supra-realidade seria aquele tipo de realidade veiculada pela televisão que não tem compromisso direto com o mundo exterior, mas com uma coerência interna ao discurso que produz, constituindo-se naqueles produtos ficcionais – subgêneros novela, minisséries, seriados, telefilmes – que têm por base a verossimilhança, pautando-se pelas leis, convenções e regras da ficção” (DUARTE, 2005, p.4).

sentante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar de quem representa”.

A autora sugere que a “representação é uma referência e temos que nos aproximar dela, para nos aproximarmos do fato. A representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo” (2010, p.4). Deste modo, o que temos é um processo de produção de sentido o qual corrobora a formação da subjetividade do indivíduo,

Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro ‘ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações (Castoriadis), processo este que envolve uma dimensão simbólica (PESAVENTO, 1995, p.15).

Portanto, quando nos referimos à representatividade do movimento LGBT nos produtos midiáticos, nos referimos em específico às práticas discursivas que permitem criar representações e significados na mente do telespectador. Na visão de Rosa (2010, p. 11) “a identidade LGBT é vista como desviante porque foge à norma, representada pelo modelo da família heterossexual monogâmica e procriadora”. Todavia, o autor menciona que a representatividade do meio LGBT vai além da equalização desses direitos, pois, visa, sobretudo, o respeito e a garantia de um espaço mais democrático.

Ao tencionarmos essa discussão para o âmbito televisivo, o questionamento deste artigo visa compreender como essa representatividade está sendo difundida pelos meios de comunicação. Com base em uma reconstituição histórica realizada da presença de personagens gays em telenovelas da Rede Globo entre os anos de 1974 a 2005 (PERET, 2005), é possível perceber uma alternância entre os “personagens afetados e estereotipados com personagens ditos “normais”, ou seja, que não apresentam nenhum trejeito, vestimenta ou linguajar que possa “denunciar” a sua orientação sexual” (COLLING, 2008. p. 13). Ainda nos dias atuais, embora longe de generalizar tal suposição, o que vemos é a representação de um discurso estruturado, o qual não se objetiva a priori ampliar o espaço de fala à comunidade.

Em outro momento, Silva (2019, p. 182) infere em sua dissertação que “as transformações pelas quais passaram as representações homoafetivas na telenovela brasileira demonstram que a luta por reconhecimento social e por proteções jurídicas pertinentes, (...) mesmo que lentamente, estão progredindo”. Ainda segundo o estudo, com base em fragmentos de telenovelas que abordassem as narrativas LGBT, e a partir de entrevistas em profundidade com a comunidade gay, os resultados evidenciaram que alguns respondentes aceitaram que há um movimento de representação, porém, na visão dos mesmos, não houve representatividade.

Já em um estudo de recepção realizado em 2018, Oliveira (2018, p. 18) conclui que as telenovelas produzem, sim, “novas representações que podem ser apropriadas e transformadas em um significativo espaço para canalizar aspirações e demandas por reconhecimento e aceitação da comunidade homossexual” (OLIVEIRA, 2018, p.18).

Segundo Ladeira (2018, p. 8) “dentro da comunidade LGBT, é evidente a existência de uma ampla gama de identidades de gênero e uma pluralidade de formas de se relacionar com a sexualidade”. Neste estudo em específico, quando nos referimos aos sujeitos gays, não devemos considerá-los como um grupo segregado, isto é, que estejam representando personagens caricatos, sem conteúdo ou espaço na sociedade. Ora, se a luta é em virtude dos espaços igualitários em todos os âmbitos da sociedade, por que esses sujeitos são marginalizados e, em alguns casos, ridicularizados pela grande mídia?

Trejeitos afeminados ou comportamentos que fujam da regra heteronormativa são passíveis de críticas e ofensas tanto de grupos heterossexuais como de grupos gays, configurando este o perfil que se percebe como do homossexual mais reprimido e perseguido por ser o que é. (CAVALVANTE, 2015, p.18-19).

Deste modo, quando nos referimos às telenovelas, devemos considerar o poder persuasivo e latente em tais produções, em especial quando o discurso é construído visando o entretenimento. Para Castro (2006), as escolhas adotadas por essas produções, do ponto de vista discursivo, visam majoritariamente cativar o público, pois sem audiência não há como as emissoras se manterem.

Todavia, há de observar que, embora o discurso seja do gênero ficcional, esses produtos são importantes agentes reguladores da opinião da pública, visto que segundo Kellner (2001, p. 54) a mídia é “a forma dominante e o lugar da cultura nas sociedades contemporâneas”. Nesse sentido, para que essas produções pudessem contemplar essa lógica do entretenimento prevista por Castro (2006), a “necessidade de apresentar personagens que os telespectadores já conhecessem, levou a telenovela a ter uma gama de estereótipos da sociedade brasileira desfilando nas telas” (DOS SANTOS, 2017, p. 92).

Na visão de Becker, Gambarro e Chaudhry (2016, p. 75), “a verdade é que a produção ficcional na televisão custa muito caro para o padrão das emissoras. A única que, no momento, parece ter fôlego para verdadeiramente investir nessas produções é a Globo, haja vista sua receita publicitária”. Com isso, subentende-se que a representação desses sujeitos, em específico em telenovelas da Rede Globo, está intrinsecamente atrelada ao regime mercadológico em detrimento à representatividade, ou seja, há um distanciamento entre o ato de representação e do discurso da representatividade.

REPRESENTAÇÃO OU REPRESENTATIVIDADE?

Embora alguns autores concordem que há um processo de aproximação dessas narrativas ao contexto real dos sujeitos visando um “fácil reconhecimento e identificação, com uma aproximação do que é encontrado no dia a dia do telespectador” (DOS SANTOS, 2015, p. 92), podemos considerar que há, sim, um exacerbamento quando essas produções se apropriam de personagens gays, acrescentando assim uma “pitada cômica para contrabalancear a seriedade das tramas vivenciadas pelos protagonistas heterossexuais” (RISK; SANTOS, 2019, p.3).

Segundo Kellner (2001), a “sociedade e cultura são terrenos de disputas e que as produções culturais nascem e produzem efeitos em determinados contextos” (KELLNER, 2001, p. 15). Quando consideramos, por exemplo, a circulação das mensagens midiáticas, Martín-Barbero e Rey (2011) afirmam que a televisão se constituiu como um âmbito decisivo do reconhecimento sociocultural, do desfazer-se e do refazer-se das identidades coletivas, tanto as dos povos como as dos grupos. A melhor demonstração desses cruzamentos entre memória e formato, entre lógicas da globalização e dinâmicas culturais é constituída, sem dúvida, pela telenovela: essa narrativa televisiva que representa o maior sucesso de audiência, dentro e fora da América Latina, de um gênero que catalisa o desenvolvimento da indústria audiovisual latino-americana, justamente ao mesclar os avanços tecnológicos da mídia com as velharias e anacronismos narrativos, que fazem parte da vida cultural desses povos. (MARTÍN-BARBERO & REY, 2001, p. 115).

Lopes (2017) reitera que a representação do gay na mídia “não é a de criar uma identidade própria, por meio de imagens positivas ou negativas do homossexual”, todavia, deveria ser “a de buscar imagens plurais, que representem uma democracia real de sujeitos e corpos diversos” visto que “a construção das identidades está diretamente relacionada com as representações mediadas constituídas através da mídia” (SILVA, 2015, p. 21).

Quando consideramos a representatividade à qual as emissoras julgam defender, muitas vezes observa-se que são discursos fragilizados, vazios e inexpressivos, visto que, em muitos casos, não favorecem uma discussão positiva, mas sim, marginalizam esses sujeitos, onde muitas vezes são reduzidos a afeminados, incubados ou “bichas má”¹³.

Na visão de Risk e Santos (2019), nos casos de telenovelas em que há a presença desses sujeitos, observamos que o texto-roteiro no limite do ridículo, a gesticulação caricata, as expressões faciais exageradas, dentre outras características desses personagens, cumprem funções estéticas sedimentadas por mecanismos de poder que aviltam a homossexualidade pela ordem do escárnio, da galhofa, da zombaria. O espectador ri não apenas do que se diz, mas, sobretudo, de quem diz (RISK; SANTOS, 2019, p.10).

Ou seja, aqui temos então um distanciamento dos discursos representativos da comunidade LGBT. Dentro dessa perspectiva, seria impossível dialogar com o público em que pese à pluralidade a qual Lopes (2017) menciona. Como consequência, esse esvaziamento do discurso abre espaço para a manifestação de estereótipos marginalizados que visam apenas fomentar a indústria do en-

13 O termo “bicha má” se tornou uma expressão popular graças à novela “Amor à Vida”, exibida em 2013, pela Rede Globo.

tretenimento, se opondo de tal maneira aos espaços de fala que deveriam privilegiar as minorias, ressignificando, de tal maneira, esses sujeitos.

Portanto, o que presenciamos nessas obras são sujeitos sendo “indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir de padrões e referências, das normas, valores e ideias da cultura” (LOURO, 2004, p. 75). Subentendemos, nesse sentido, que não há um processo de ressignificação positiva da imagem do LGBT na sociedade, mas sim, uma espécie de “acomodamento literário”, onde tais obras não se propõem viabilizar um espaço de resistência e militância.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Embora haja muito que se questionar no que se refere às representações do sujeito gay na mídia, levantamos aqui questões que precisam ser debatidas e mais bem contempladas pelos estudos, não só de gênero, quanto os comunicacionais. Sobretudo, ressaltamos que o gay não deve ser estereotipado como uma mera representação do ser feminino ou reduzidos a representações cômicas e caricatas.

Assim como os estudos de gênero visam contribuir para o rompimento desses distanciamentos dos discursos vazios, os estudos comunicacionais devem propiciar um espaço que possibilite um diálogo interdisciplinar em que considere a representação desses sujeitos nesses produtos midiáticos.

Em uma sociedade cada vez mais polarizada e reduzida a discursos de ódio, “é nesse cenário que o comportamento gay afeminado se faz presente e é para esta sociedade que ele deve se comunicar e se fazer diligente, num esforço de provocação e reflexão sobre preconceitos e clichês” (LOPES, 2017, p. 421). Ou seja, para além dos preceitos engendrados pelas instâncias reguladoras dos discursos midiáticos.

Na visão de Colling (2008, p. 14), ainda que tais narrativas tenham “contribuído para uma maior visibilidade e aceitação da orientação sexual homossexual”, Joyce (2013, p. 61) reitera que apesar dos importantes avanços de representação idealizadas pela TV Globo e da inclusão de histórias LGBT nas telenovelas, essa representação ainda se ancora geralmente em estereótipos e, talvez em grande maioria, proíbe qualquer expressão física do amor gay, aumentando assim os discursos que consideram a homossexualidade errada, anormal, vergonhosa e pecaminosa (tradução minha).¹⁴

Deste modo, compreendemos que a construção da imagem destes sujeitos está sendo constantemente moldada, pois, são “produtos culturais populares como a telenovela que irão ampliar e popularizar o debate, auxiliando a formar gerações mais tolerantes e aptas a aceitar e oferecer espaço aos homossexuais” (DE OLIVEIRA, 2018, p.19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no aporte teórico mobilizado nesta investigação, o presente estudo busca direcionar o nosso olhar para novas perspectivas e processos discursivos, os quais devem ser abordados pela comunidade LGBT, em específico aos estudos comunicacionais. Entendemos que a representatividade não se incumbe apenas à inclusão desses indivíduos nessas produções, sobretudo, nota-se que os mesmos precisam ser reconhecidos em um processo de aceitação e identificação. Por sua vez, a mídia, considerando o seu impacto social, deve se ater a todas as formas de representação e não somente àquelas que visam, apenas, à marginalização desses sujeitos.

De acordo com alguns autores, torna-se evidente, em alguns casos, uma pseudo representatividade, isto é, uma falsa representação dos gays em telenovelas brasileiras, visto que tratando de um espaço onde o discurso pudesse ter uma conotação representativa, tais sujeitos passam a ser caricatos ou heteronormativos, caracterizando-se assim como um estereótipo estrutural. Portanto, ainda que as telenovelas não possuam compromisso com a realidade há de se ponderar sobre a inserção desses sujeitos como um elemento adicional às narrativas, mas como um sujeito integrante de uma realidade existente.

Obviamente, não menosprezamos os avanços adquiridos pela comunidade LGBT, principal-

¹⁴ *Despite the important strides made by TV Globo's representation and inclusion of GLBT storylines in telenovelas, such representation still usually relies heavily on stereotypes and, perhaps most importantly, prohibits any physical expression of gay love, thereby adding weight to discourses that deem homosexuality wrong, abnormal, shameful, and sinful.*

mente em que pese ao espaço midiático conquistado por tais sujeitos. Todavia, é preciso discutir e, sobretudo, considerar esses processos de subjetivação em que os sujeitos pertencentes à comunidade LGBT são enquadrados nessas produções. Por fim, esse é um esforço que não se esgota neste texto.

REFERÊNCIAS

BECKER, Valdecir; GAMBARO, Daniel; CHAUDHRY, Ali Nasim. AUDIÊNCIA TELEVISIVA EM QUEDA: MUDANÇAS NO JORNALISMO E NA PROGRAMAÇÃO DA TV ABERTA. *Revista Conexão - Comunicação e Cultura (UCS)*. Caxias do Sul, v. 15, n. 29, p. 59-80, 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/-conexao/article/view/4139>. Acesso em: 6 set. 2019.

CAVALCANTE, Ulisses Natan da Silva. *Bicha pão com ovo: um ensaio jornalístico sobre a desconstrução da heteronormatividade*. Universidade Federal da Paraíba (UFPA). Trabalho de conclusão de curso (TCC). Paraíba/PB. 2015.

COLLING, Leandro. "Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados". In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2008, São Luis. Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais-/nordeste2008/resumos/R12-0414-1.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.

DUARTE, Elizabeth Bastos Duarte. *Televisão: diferentes modalidades de embaralhamento de realidades discursivas*. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (NP 15 – Semiótica da Comunicação), 2005, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/-resumos-/R0309-1.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.

DE OLIVEIRA, José Aparecido. *Telenovela e mudança social no Brasil: recepção da representação homossexual*. *Revista Dispositiva*, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 1-22, jan. 2019. ISSN 2237-9967. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/19229>. Acesso em: 06 set. 2019.

DOS SANTOS, Romilson Marcos. *Um percurso diacrônico nas transformações do engendramento das personagens das telenovelas brasileiras do horário nobre*. *Revista Mediação*, Belo Horizonte, v. 19, n. 24, p. 81-101, 2017. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/4791/pdf>. Acesso em: 4 set. 2019.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LADEIRA, Thalles Azevedo. O GAY, O "VIADO" E A "BICHA PÃO COM OVO": DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE IN: V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão, 2018, Niterói. [...]. Capina Grande: Realize, 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/-revistas/ceduce/trabalhos/TRABALHO_EV111_MD1_SA7_ID265_02022018151011.pdf. Acesso em: 3 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LOPES, Oscar Guilherme. *Gays afeminados ou a poluição homoerótica*. *Revista Periódicus*: n. 7, v. 1, mai.-out. 2017, p. 405-422. ISSN: 2358-0844. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/22287/14319>. Acesso em: 13 set. 2019.

MAKOWIECHY, Sandra. *Representação: a palavra, a idéia, a coisa*. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 4, n. 57, p. 2-25, jan. 2003. ISSN 1984-8951. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/-index.php/-cadernosdepesquisa/article/view/2181>. Acesso em: 06 set. 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac, 2001.

PERET, Luiz Eduardo Neves. *Do armário à tela global: a representação social da homossexualidade na telenovela brasileira*. 2005. 278 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Escola de Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

PESAVENTO, SANDRA J. *Representações*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, nº 29, 1995.

RISK, Eduardo Name; SANTOS, Manoel Antônio dos. *A construção de personagens homossexuais em telenovelas a partir do cômico*. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://>

periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e8801/pdf. Acesso em: 6 set. 2019.

ROSA, Fernando Manuel André. A construção da visibilidade LGBT: uma análise crítica do discurso jornalístico. Dissertação de mestrado. Lisboa, ISCTE, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/3967>. Acesso em: 06 set. 2019.

SILVA, Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da. Representações e recepção da homossexualidade na teledramaturgia da TV Globo nas telenovelas América, Amor à Vida e Babilônia (2005-2015). 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182267>. Acesso em: 7 set. 2019.

A REPRESENTAÇÃO HOMOAFETIVA MASCULINA NA CAMPANHA “PAIS (IM)PERFEITOS A BORDO” DA RENAULT

Arthur Monteiro Silva¹⁵
Rômulo Zanotto¹⁶

RESUMO

Este artigo investiga a representação de identidades – estereotipadas ou não – na publicidade. A partir de entrevistas com dois homens cis representantes de diferentes letras do movimento LGBTQ+ - gay e bissexual -, pretende-se verificar a percepção dos discursos publicitários pela minoria quando a própria é representada nas narrativas publicitárias. O corpus adotado nesta pesquisa é a campanha publicitária “Pais (im)perfeitos a bordo”, lançada pela Renault em março de 2019. Os conceitos de identidade e estereótipos (Woodward e Hall) e entrevista em tópicos-guia (Gaskell) tecerão a base para a abordagem teórica e metodológica. As entrevistas mostram uma não identificação com as narrativas e um estranhamento quanto às questões parentais. Além disso, percebe-se a necessidade de desdobrar a pesquisa em futuras abordagens, comparando percepções das outras identidades que compõem a minoria LGBTQ+.

Palavras-chave: Publicidade. Representação. Identidade. LGBT. Estereótipo.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo verificar a percepção dos discursos publicitários pela minoria LGBTQ+¹⁷ quando a própria é representada nas narrativas publicitárias. Em que medida as minorias possivelmente representadas nestes discursos se veem, de fato, identificados com ele? Estes discursos legitimam verdadeiramente cada uma destas identidades ou, ao contrário, representam um novo estereótipo? Mesmo com aqueles que não se sentem representados, há uma elevação da estima social?

A abordagem metodológica escolhida foi um tensionamento entre entrevistas realizadas com indivíduos LGBTQ+ e o referencial teórico sobre as questões de identidade, representação e publicidade. A utilização da técnica de entrevista se dá pela possibilidade de encontrar informações não documentadas e mais precisas (LAKATOS et al., 2003), trazendo um nível de profundidade de informações ao artigo para responder aos questionamentos iniciais de pesquisa e sugerir problemáticas para futuras investigações. Segundo Tainan Tomazetti, apenas 8% das pesquisas de Pós-Graduação em comunicação⁴ investigam a interseção entre a publicidade e os estudos de gênero (2019). É esperado que a circulação dos resultados desse artigo gerem inquietações em pesquisadores – especialmente aqueles da área publicitária – para que a relação entre a publicidade e os estudos LGBTQ+ seja pesquisada com maior frequência.

A CAMPANHA DA RENAULT E CONCEITOS SOBRE ESTEREÓTIPOS

A campanha publicitária da Renault é composta por 11 vídeos¹⁸, dentre os quais três têm como protagonistas casais homoafetivos. Os casais masculinos apresentados são constituídos por homens brancos, com idade aparente entre 30-35 anos, em que é possível admitir que são dois casais homoafetivos formados por duas pessoas. Não há elementos nos comerciais que faça possível entender se os personagens são cis ou trans.

O vídeo “Olha o Aviãozinho” apresenta um dos pais tentando alimentar a filha com brócolis, mas demonstra preocupação e receio ao que ela rejeita o alimento. A filha, por meio de um voiceover, na verdade, está interessada em continuar utilizando o tablet. O pai busca na internet como fazer a filha se alimentar até que seu companheiro chega e tenta brincar com a filha para fazê-la comer o brócolis, terminando a narrativa em tom de humor. O outro vídeo, “Primeira Vez na Praia”, mostra o casal chegando à praia em um carro da Renault e um dos pais fica preocupado com os perigos que a praia possa oferecer ao filho – este último, no entanto, está ansioso para conhecer o local. O outro pai tenta acalmá-lo, dizendo que o filho da amiga deles também já foi à praia e não teve problema nenhum. O comercial finaliza com o casal e seu filho na praia, passando bronzeador

15 Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM, UFPR. E-mail: arthurmmonteiro@gmail.com

16 Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM, UFPR. E-mail: romulozanotto@gmail.com

17 A sigla LGBT é internacionalmente utilizada para se referir aos indivíduos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais. Neste projeto, será adotada a sigla LGBTQ+ na tentativa de abranger orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que não estão representadas diretamente na primeira sigla. Fonte: Manual de Comunicação LGBTI+, disponível em <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>, acesso em 15 de julho de 2019.

18 Os vídeos podem ser acessados na página da Renault Brasil: <https://www.renault.com.br/universo-renault/campanhas/pais-imperfeitos.html>.

e com o pai preocupado demonstrando cuidado excessivo (em tom humorístico) com a criança.

Neste artigo, será adotado o conceito de estereótipo proposto por Stuart Hall em seu livro *Cultura e Representação* (2016), em que o autor afirma que a estereotipagem é a redução da representação a traços facilmente e amplamente compreendidos de forma exagerada e simplificada (p. 191), sendo a fronteira que delimita o “normal” do “anormal”, aquilo que pertence daquilo que não pertence. Logo, os estereótipos atuam como parte da manutenção de uma sensação de ordem social e simbólica hegemônica na sociedade, e por isso está presente em narrativas midiáticas que agem como mediadoras culturais. Na campanha da Renault, é possível encontrar a representação masculina homoafetiva absorva em conceitos heteronormativos, citada por Iribure (2008), como se fossem estereótipos da vida de casais gays. Apesar de mostrar variadas construções familiares em todos os seus comerciais, a campanha não cita – nem textualmente, nem no vídeo manifesto – ter como foco a diversidade em si. É algo subentendido ao abordá-la como um todo.

Em um momento histórico de avanços nas formas de representações identitárias na publicidade, narrativas publicitárias apresentando o movimento LGBTQ+ estão sendo agora veiculadas de forma mais frequente. No entanto, tal representação – a do universo LGBTQ+ masculino – estaria circunscrita apenas aos indivíduos identificados com a letra G do amplo aspecto da sigla? Mais ainda: será que, mesmo dentro desse grupo, esta representatividade não estaria reduzida ou enquadrada em estereótipos incapazes de abarcar as características destes indivíduos, eliminando, assim, a capacidade de criar identificação entre eles e as suas pretensas representações publicitárias? Mas até que ponto a publicidade conhece as peculiaridades de todas as letras para abarcá-las?

O PROCESSO METODOLÓGICO

A escolha por entrevistas foi realizada por permitir mapear e compreender dados que estão além do cotidiano dos pesquisadores – o objetivo desse procedimento foi entender a interpretação de indivíduos LGBTQ+ sobre os comerciais e como eles veem a representação do movimento dentro desta publicidade. Para guiar as entrevistas a partir dos conceitos da obra *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som* (2003), de George Gaskell, foram utilizados tópicos-guia¹⁹ e escolhidos grupos naturais para integrar o espectro da pesquisa. Dentro do movimento LGBTQ+, foram selecionados respondentes cisgêneros masculinos de duas letras (G e B, sendo Gay e Bissexual) para que fosse possível comparar as respostas sobre identificação de cada um. Porém, sugere-se fortemente que sejam realizadas futuras pesquisas abordando indivíduos de outras identidades, como mulheres lésbicas, visto que a campanha da Renault possui um comercial que apresenta um relacionamento homoafetivo entre mulheres.

Também sugere-se que esta campanha seja analisada pelos diferentes olhares não inclusos neste texto. É necessário entender as questões da identidade, da identificação e da representação LGBTQ+ separadamente – não é possível falar que esta é uma campanha que inclui a minoria toda, sendo que há dois comerciais de casais de homens homoafetivos e um casal de mulheres homoafetivas, não sendo possível entender se há representações de bissexuais, trans e outras letras nesta campanha. Logo, apesar de ser amplamente conhecida como a minoria LGBTQ+, sugere-se que a investigação das questões de representação seja feita com o foco em uma letra ou por meio de comparação entre duas identidades, para que a pesquisa possa ser aprofundada no conceito de identidade que Hall (1996) apresenta: as vivências, cotidiano e sentimento de pertencimento desses indivíduos.

Para preservar o sigilo sobre o perfil dos entrevistados, serão utilizados nomes abreviados para identificá-los. “B.” foi o entrevistado da letra B. Ele se identifica como bissexual, tendo atração por homens e mulheres. Durante a realização desta pesquisa, ele informou que está num relacionamento com uma mulher. Ele tem 34 anos, cisgênero, caucasiano e trabalha na área de marketing digital. “G.” é um homem, cis, gay, caucasiano, tem 31 anos, casado, há 10 anos em um relacionamento homoafetivo e há seis meses pai de um filho adotivo com 2 anos de idade. Com formação superior completa, é funcionário público do estado do Paraná. Ambos vivem em um bairro residencial de classe média em Curitiba.

¹⁹ Os tópicos-guia utilizados foram Apresentação e aquecimento; Identidade; Representação e Percepção sobre o comercial e Consumo.

ENTRE A NÃO IDENTIFICAÇÃO E O ESTRANHAMENTO: ESTEREÓTIPOS E FICÇÃO NA NARRATIVA PUBLICITÁRIA

Entender o pertencimento dos indivíduos no movimento LGBTQ+ e em suas respectivas letras foi um dos primeiros tópicos da entrevista e este sentimento apareceu de formas diferentes nas falas dos entrevistados. B. veio se identificar como bissexual em seus quase trinta anos. Mesmo com experiências homoafetivas anteriormente, foi somente após a movimentação na empresa onde trabalhava, durante o mês do Orgulho LGBT, que ele percebeu que se identificava com a letra. Ainda assim, ele sente hostilidade dentro do movimento LGBT diante aos bissexuais, o que faz citar que “existem diversas frentes LGBT em quais alguma se sente identificado e em outras, não”. Ele também cita uma situação em que um indivíduo gay diz “não acreditar que ele é bissexual por não tê-lo visto beijar outros homens”, desqualificando o sentimento de pertencimento de B. Pode-se relacionar a conceituação de Kathryn Woodward (2014) com este fato, visto que para a autora, a identidade é marcada pela identidade que ela não é, pela diferença que pode ser mais importante que outras em casos particulares.

G. relata que, mesmo definindo-se como gay, não se identificava com o movimento LGBTQ+ até ter sido vítima de um ataque homofóbico aos 28 anos. A partir do suporte e do apoio recebido de ONGs e entidades LGBTQ+ em virtude do ataque de que fora vítima, simpatizou-se com e reconheceu melhor o movimento.

No momento seguinte da entrevista, foi questionada a identificação dos indivíduos com as personagens representadas no comercial. Em ambas, tivemos uma não identificação com o casal de personagens – porém, por motivos diferentes. B. não se identifica com o comercial por conta da sexualidade do casal – ele afirma que, para ele, “são um casal de dois homens em um relacionamento, mas com um olhar geral seria um casal de homens gays”. Para B., há uma dificuldade da representação de bissexuais em comerciais por conta da contextualização. Ele vê que essa representação é possível de forma direta, com a menção da palavra “bissexual” na narrativa; pelo roteiro que apresenta a história do casal, em que um deles mencionaria uma antiga namorada ou a própria bissexualidade; ou por uma representação em formatos de relacionamento diferentes, como um relacionamento formado por três pessoas.

G., por outro lado, não se reconhece e não se identifica com os casais homoafetivos em nenhuma das duas peças da campanha nos aspectos paternal e étnico. Ainda antes de discorrer sobre suas percepções acerca da identidade homoafetiva dos casais retratados, ele sente um estranhamento, induzindo a uma forte distância emocional, pela dublagem do comercial.²⁰ Para G., aspectos étnicos não permitem uma identificação com o casal representado. “Eles não são brasileiros”, aponta o entrevistado, “não sou eu ali.” G. classifica, pelos corpos apresentados nos comerciais, um “homem branco, nórdico, europeu”.

No aspecto parental, G. aponta os medos apresentados pelos pais, em ambas as peças, como incoerentes ou inverossímeis. “Com uma criança daquela idade, o pai já não tem mais dúvidas se a criança come brócolis ou não”, aponta ele. “E em relação à praia e ao banho de mar, existe o receio sim, mas não daquela forma estereotipada que é apresentada no comercial”.

Nesse ponto, uma questão de pesquisa é abordada por G. e outra surge como inquietação: a estereotipagem e a ficcionalidade do comercial. Esses dois pontos se relacionam a partir de Hall (2016) que fala sobre como os estereótipos são a facilitação da compreensão da representação por traços exagerados e simplificados. Mesmo sendo uma campanha com vários comerciais, que pretende abordar diferentes formatos de pais, ainda assim os estereótipos são percebidos na narrativa e na apresentação étnica e parental. G., inclusive, aponta ainda outra percepção das representações paternas homoafetivas, que reforça um estereótipo: a imagem da mulher como instintivamente materna. “É como se fosse pela ausência da figura feminina que o casal de dois homens se mostra atrapalhado.” G. cita que, caso o contexto geral do estudo e da campanha não lhe tivessem sido relatados, chegaria a considerá-la preconceituosa, começando pelo próprio título, “como se os pais sempre fossem imperfeitos pela falta da figura da mãe.

20 O comercial foi criado por uma agência brasileira para veiculação no mercado latino-americano da Renault (Brasil, Argentina, Colômbia e México), foi produzido na Argentina e circula por estes países em mais de 150 versões, algumas dubladas em português. Fonte: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2019/03/27/renault-celebra-pais-e-maes-imperfeitos-em-campanha.html>. Acesso em: 29 jul. 2019.

A ficcionalidade, abordada por G. em relação a parentalidade, aparece com mais intensidade nas citações de B. O entrevistado vê que é um comercial fantasioso, especialmente no anúncio referente à praia, porque ele não se sentiria seguro o bastante para levar o filho para a praia daquela forma, estando em um relacionamento homoafetivo. Ele entende que é “ficcional ao encenar a naturalidade para passar a mensagem do produto, sem precisar abarcar questões negativas”.

Interessante notar, conforme observa Soraya Januário, que a publicidade não se constitui enquanto representação do real. “Extraí as suas fontes da própria sociedade com o intuito de criar identificação com o receptor” mas, “no entanto, veicula uma versão ‘otimizada’ da vida real” (JANUÁRIO, 2016, p. 201). Embora a publicidade observe o comportamento dos indivíduos e da sociedade e esteja sempre atenta ao surgimento de novas tendências de comportamento, suas representações apresentam apenas uma versão fantasiosa desse comportamento. Uma ficção, muitas vezes galgada na estereotipificação.

Os pesquisados, quando perguntados se lembram de comerciais ou anúncios que se sentiram representados como LGBTQ+, ambos afirmaram não recordar exatamente ou em quantidade. B. lembra que teve um comercial – o qual ele não conseguiu dizer a marca ou o segmento – que mostrava uma mulher beijando duas pessoas de gêneros diferentes. Isso reforça a questão da bissexualidade em narrativas publicitárias necessitar ser mostrada de forma explícita.

Para concluir a entrevista, foi questionado sobre a percepção da marca Renault após os comerciais. Apesar de nenhum deles se sentir fielmente representados ali e ambos citarem o fato de ser um comercial publicitário com objetivo de venda do produto, é importante ressaltar que ambos afirmaram passar a olhar para a marca Renault de uma forma mais positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU SERIAM QUESTIONAMENTOS FINAIS?)

A realização de entrevistas semiestruturadas permitiu elencar as diferenças de visão entre as duas identidades dentro da minoria, ressaltando as díspares experiências de vida entre elas. Por exemplo, saber o que é ser pai ou não depende da vivência, e não de se identificar como homoafetivo. Por isso G. não se sente representado no comercial, enquanto B. enxerga ser possível se identificar nos anúncios. Além disso, mesmo com uma leitura subjetiva da campanha de referenciar diferentes configurações parentais, encontrou-se estereótipos identificados pelos entrevistados, tanto no aspecto étnico quanto no aspecto parental, que levam a uma percepção de inverossimilhança do anúncio – percepção essa que está relacionada com a necessidade da publicidade de recorrer a formas simples para tornar a comunicação e a identificação mais fáceis, como pode-se tensionar entre as afirmações de Hall e Sampaio, e portanto, mais fictícias. Esta narrativa de ficção, independente da questão de sexualidade, foi o elemento que levou a uma identificação (no caso de B.) ou não (no caso de G.). Há uma relevância desta percepção para os estudos de gênero porque mostra que, em algumas narrativas, a identificação não passa pela relação homoafetiva, mas pela ação que se pratica – e que, tal como uma roupa, não deveria ter gênero, por exemplo – e para os estudos publicitários porque aponta que o problema da representação pode ser uma falha narrativa no processo do fazer publicitário.

Durante o período de realização das entrevistas, percebeu-se que, mais do que respostas definitivas, esse artigo traz inquietações de pesquisa e, a seguir, colocam-se algumas sugestões de futuros trabalhos para a área de publicidade e estudos LGBTQ+. Sugere-se que sejam realizadas abordagens de pesquisas qualitativas com as outras identidades do movimento LGBTQ+. Pelo próprio objeto da campanha da Renault, há a possibilidade de explorar o olhar de lésbicas, homens e mulheres trans. Para cada identidade, existem questionamentos singulares: como pessoas trans se sentem representadas – ou não – nessa campanha? Qual o estereótipo percebido no anúncio com o casal de mulheres? Como os aspectos étnicos e parentais são vistos a partir da visão das outras pessoas LGBTQ+?

Reforça-se aqui que estas perguntas devem ser pesquisadas com o foco em uma individualidade. Hall (1996) disse que as identidades existem a partir de vivências e, como pode-se ver nesta pesquisa, os históricos de experiências dentro da comunidade LGBTQ+ - e entre as letras – são consideravelmente diferentes e requerem observações isoladas. Utilizando os mesmos comerciais como objeto, também sugere-se realizar a mesma abordagem com homens trans gays e/ou bisse-

xuais. Estes anúncios são receptivos para eles?

Entende-se também a necessidade de explorar a publicidade mais geral em relação à bissexualidade. A entrevista com B. levantou os questionamentos sobre a representação destes indivíduos - como eles podem aparecer nos anúncios publicitários? É necessário que a bissexualidade seja mencionada diretamente para que eles sejam representados?

Por fim, propõe-se que sejam realizadas mais entrevistas em pesquisas com o movimento LGBTQ+. Leal e Antunes (2019) reconhecem que as pesquisas em relação à sexualidade no campo da Comunicação só ganharam volume recentemente e ainda há uma escassez nos trabalhos que conversam diretamente com a comunidade, adquirindo essas informações de maior profundidade que Lakatos afirma que a entrevista permite encontrar. E neste período de conservadorismo e incertezas sobre o futuro da pesquisa em Comunicação, é necessário que as vozes dos indivíduos queer sejam ouvidas para que as representações dessas minorias sejam mais expressivas.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.

IRIBURE, André. As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira: um olhar contemporâneo nas últimas três décadas. 2008. 309 f. Tese de Doutorado (Pós-graduação em comunicação e informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13806/000655317.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2019.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. Masculinidades em (re)construção: Gênero, Corpo e Publicidade. Covilhã: Labcom.ifp, 2016.

LEAL, B. S.; ANTUNES, E. Desafios metodológicos à pesquisa sobre gênero e Comunicação: reflexões a partir de narrativas de um problema cotidiano. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. Anais, 2019. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_0RN3ZILBYZPKW6UH-VM0L_28_7220_27_01_2019_18_13_57.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

TOMAZETTI, T. P. Genealogias dissidentes : os estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação do Brasil (1972-2015). 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - UFRGS, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/193542>. Acesso em: 30 jul. 2019.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 14ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

BALLROOMS: A LINGUAGEM, A SUBVERSÃO E AS AMARRAS

Henrique Cintra Santos²¹

RESUMO

A cultura dos Ballrooms surgiu por volta da década de 1970 no bairro do Harlem em Nova York e consiste em uma cultura LGBTQI+ de competição e performance em que novos sistemas de gênero são forjados e tais indivíduos criam redes de apoio social, emocional e, algumas vezes, financeiro a fim de lidar com as repressões desses grupos frente uma sociedade heteronormativa. Hoje essa cultura se encontra em processo de transnacionalização, tendo o Brasil como um dos principais cenários. As potencialidades subversivas das práticas dessa cultura, principalmente em relação às normas de gênero, têm recebido uma atenção maior, ainda que não suficiente, de pesquisas acadêmicas. No trabalho presente, no entanto, foca-se no papel da linguagem em relação à subversão (ou não) das injúrias destinadas a esses indivíduos na sociedade, como também a dinâmica entre o controle linguístico e as relações de poder que são estabelecidas entre os grupos dos Ballrooms estadunidenses e aqueles desenvolvidos em novos locais, em especial aqui o Brasil. Para ilustrar e respaldar a discussão apresentada, foca-se na análise do evento Vogue Fever de 2016, um ball realizado anualmente na cidade de Belo Horizonte. Como resultado, percebe-se que a cultura dos Ballrooms se engaja em um empreendimento de subversão de termos injuriosos que são destinados a esses grupos na sociedade hegemônica, mas ao mesmo tempo os grupos de Ballrooms estadunidenses tomam a linguagem como forma de dominação dos grupos dessa cultura desenvolvidos em outros países. Percebe-se que tais amarras são projetadas sob o discurso que a manutenção dos termos dos Ballrooms na língua inglesa garantiria certa originalidade aos grupos brasileiros. No entanto, como se observa no evento Vogue Fever de 2016, já se percebem certos escapes dessas amarras, o que aponta para a necessidade de atendimento às necessidades locais dos indivíduos LGBTQI+ brasileiros.

Palavras-chave: Linguagem. Performance. Gênero.

INTRODUÇÃO

Paris is Burning (1990) é um documentário de Jennie Livingston sobre a cena drag da cidade de Nova York no final dos anos 1980. Butler (1993) ao se engajar na análise do documentário e observar suas potencialidades subversivas, bem como suas ameaças (re)inscríveis para com a heteronormatividade, define essa cena drag como um local onde se dão competições em que as categorias envolvem uma série de normas atreladas ao gênero, classe e raça (p. 129). Ampliando não apenas a definição promulgada por Butler como também a nomeação do que se entende por essa cena drag, considera-se aqui os Ballrooms como o nome dessa cultura formada na cidade de Nova York a partir dos anos 1970 cujas práticas estão atreladas não apenas à uma organização performática e de competição, mas também à alianças baseadas na promoção de uma estrutura de apoio social e pessoal para indivíduos LGBTQI+ que, em sua grande parte, se encontram marginalizados e, muitas vezes, excluídos materialmente da sociedade e de suas famílias biológicas.

Segundo Lawrence (2011), os bailes drags da cidade de Nova York, os quais haviam se iniciado no fim do século XIX e se intensificado a partir dos anos 1920, podem ser tomados como o início do que viria ser a cultura dos Ballrooms. Como aponta Hughes (1993), a estratificação racial presente nesses bailes drags se tornou algo insustentável por parte dos participantes negros já que estavam submetidos à necessidade de se “branquear”, ou seja, realizar a infame prática do passing, caso almejassem competir de forma “igualitária” com os competidores brancos e talvez terem a chance de ganharem em alguma categoria. Devido a insatisfação crescente por parte dessa parcela marginalizada, mas consideravelmente numerosa, deram-se inícios os bailes organizados pelos e para os próprios participantes negros (e posteriormente também os latinos), principalmente no bairro Harlem em Nova York, eventos os quais de forma gradual se transformaram no que hoje se denomina de cultura dos Ballrooms.

Como demonstra Bailey (2013) há três elementos principais que estruturam essa cultura: o sistema de gênero, a estrutura de parentesco e apoio social (as Houses) e os eventos de competição (balls) em que uma série de performances ritualizadas estão em seu cerne. A forma como tal cultura se estrutura remete ao que Becker (2008) propõe como uma tendência quando há um pertencimento a uma categoria socialmente desviante onde aqueles que compartilham tal sentimento de exclusão enxergam em sua aliança uma ferramenta potencial para lidar com as consequências simbólicas e materiais que interpelam os processos de marginalização desses indivíduos. Como atesta Cohen (1996), essas comunidades representam a criação de um espaço em que se possa explorar algum grau de independência e, conseqüentemente, de expressão de suas identidades, promovendo, dessa forma, o que Becker denomina de cultura desviante.

²¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) E-mail: henriquecintra@outlook.com

As Houses seriam alianças desenvolvidas entre os membros dos Ballrooms a fim de promover um acolhimento desses indivíduos marginalizados socialmente. Dessa forma, as Houses ocupam o papel de aliança entre os membros da comunidade, assim como uma função de uma espécie de time (se pensarmos de forma análoga ao futebol) em que seus membros devem competir nas diversas categorias de competição e performance nos balls realizados.

Já o sistema de gênero e os balls com suas performances ritualizadas são dois terrenos constitutivos da cultura dos Ballrooms e dificilmente dissociáveis. Ao contrário do que é observado na sociedade hegemônica, as possibilidades de gênero nos Ballrooms são em maior número e pretendem englobar aquilo que socialmente seria lido como desviante e, portanto, inserido em processos de marginalização. Como aponta Bailey (2013), por exemplo, no sistema de gênero observado em Detroit se encontram seis categorias possíveis de identificação as quais estão atreladas àquilo que se faz durante as competições. Tem-se, então, uma construção dessas categorias e uma confirmação da identificação a partir daquilo que é produzido dentro das performances observadas nos balls e suas respectivas competições. Vê-se, então, que se esse sistema de gênero extrapola aquele encontrado de forma binária dentro da sociedade heteronormativa e é, em última instância, edificado e confirmado dentro das performances competitivas do grupo, a performatividade (Butler, 1990) da categoria de gênero se faz presente e constante.

O que é percebido é que a cultura dos Ballrooms apresenta um sistema de gênero predeterminado cujas categorias são forjadas, moldadas e confirmadas (ou não) pela própria comunidade. Ou seja, apesar de propor uma desnaturalização de uma ordem compulsória binária que é centrada na suposição de uma ontologia lógica entre gênero e sexo a fim de expandir as categorias do seu próprio sistema de gênero, na “cultura dos Ballrooms, as categorias excluem e delimitam, assim como o fazem na sociedade como um todo” (Bailey, 2013). Tal promoção reguladora, mesmo quando se pretende desconstruir as “ontologias” da heteronormatividade, (re)perpetua um novo limite e exclusão, o que leva Butler (1993) questionar se tais práticas recaem em uma subversão da norma ou se essa desnaturalização está à serviço de uma eterna (re)idealização, uma que só pode oprimir. (p. 129). Tal questionamento sobre as potencialidades subversivas nos Ballrooms está centrado não apenas em seu sistema de gênero, mas também está atrelado às práticas linguísticas que constituem essa comunidade e que apontam para potencialidades subversivas desses grupos, assim como a promoção de amarras pelo e para a própria cultura dos Ballrooms.

BALLROOMS E A INJÚRIA

Como parte constitutiva das práticas dos Ballrooms, encontram-se os engajamentos linguísticos como algo usualmente pouco observado dentro dessa cultura, mas cujas implicações dialogam de forma explícita com as potencialidades subversivas (ou não) desses grupos. Observa-se que há uma tendência nos Ballrooms de se adotar as expressões que na sociedade hegemônica são direcionados a esses indivíduos de forma pejorativa para, então, ressignificar tais expressões as projetando para um novo campo semântico. Bailey (1993) nota em sua etnografia que termos como cunt, pussy e bitch, considerados injúrias na sociedade hegemônica e usualmente direcionados a tais grupos a fim de marginalizá-los, são ostensivamente utilizados dentro das práticas dos Ballrooms em seus empreendimentos de competição e performance. Dessa forma, a expressão feeling cunt, a qual teria uma conotação injuriosa na sociedade hegemônica, adentra um campo semântico elogioso geralmente evocado quando alguém realiza uma boa performance dentro das competições. McBeth (2001) observa que tal engajamento linguístico é comum dentro de grupos LGBTQI+ e o denomina de gaylect, ou seja, um dialeto próprio desses grupos. Para Bailey (2013), esse gaylect vai além de apenas um dialeto e é lido como uma forma de resistência desse grupo para com a opressão generalizada em que tais indivíduos se encontram subjugados. Para Preti (1984) a existência de signos de grupo se faz presente como forma de uma projeção autoafirmativa e/ou um mecanismo de defesa, como também de agressão, em relação a outros grupos sociais, principalmente os detentores de posições sociais hegemônicas.

Nota-se, então, um engajamento discursivo por parte dos membros dos Ballrooms onde há a possibilidade de desconstruir as intenções sociais prévias que interpelam a historicidade semântica de um termo e projetá-las para um novo campo discursivo no qual o teor injurioso é minado a fim

de promover um novo efeito semântico para determinada expressão. Tal processo está intimamente ligado ao fato de que na constituição do sujeito, a sua interpelação não se vê atrelada apenas àquilo que é proferido em direção a si de forma positiva, mas também a injúria, calúnia, ofensa, etc. No entanto, observa-se que ao mesmo tempo que interpela o sujeito, a injúria também pode abrir um espaço para um outro (contra)discurso, um que desestabiliza o efeito injurioso, podendo subvertê-lo. Como aponta Butler (1997):

o sujeito não é simplesmente fixado pelo nome o qual é chamado. Ao ser chamado de um nome injurioso, o sujeito é derogado e degradado. Mas o nome também apresenta uma outra possibilidade: ao ser chamado por um nome, é dada ao sujeito, paradoxalmente, uma certa possibilidade de existência social, ele é iniciado em uma vida temporal da linguagem a qual excede os fins anteriores que promoveram aquele chamado. (...) Se ser endereçado é ser interpelado, então o chamado ofensivo corre o risco de inaugurar um sujeito no discurso que passa a usar a linguagem para contrariar a ofensa. (p. 2, tradução própria²²).

A potência da injúria interpelar de forma pejorativa o sujeito, mas também poder inaugurar um discurso que pretende miná-la, reside no fato de que a historicidade semântica de um termo injurioso não está comungando a uma suposta ontologia, como se pode ostensivamente refletir a partir dos autores promulgadores da virada linguística na filosofia. Essa historicidade semântica só se faz possível a partir de uma incessante repetição discursiva de um terminado termo a fim de promover um efeito injurioso. É na necessidade de se repetir a injúria a fim de criar, confirmar e perpetuar sua historicidade semântica que também se encontra a possibilidade de subversão.

Como observa Butler (1997) a linguagem não é apenas um aparato descritivo da violência, mas é a própria violência (p.9). Dessa forma, o engajamento linguístico de um determinado grupo, principalmente aqueles marginalizados, o que é o caso aqui observado nos Ballrooms, pode ter uma potencialidade subversiva linguística e, conseqüentemente, social desses indivíduos. Vê-se, assim, que “sobrevivência linguística” implica que um certo tipo de sobrevivência acontece através da linguagem.” (p. 4, tradução própria²³). O termo queer é evocado por Butler para indicar um movimento de sobrevivência linguística onde queer de um campo semântico pejorativo foi (re) apropriado por indivíduos LGBTQI+ e a partir de sua repetição em um novo campo semântico, esse termo foi gradualmente adquirindo um novo uso semântico na sociedade. É claro que tal efetivação se dá através de diversas instâncias sociais que não estão restritas ao engajamento de um grupo (como por exemplo o papel da mídia nesses processos). Mas tal resignificação do termo queer aparece como exemplar desse processo de subversão da injúria, o que se dá sempre com conseqüências sociais e políticas, e se assemelha ao movimento observado em um engajamento discursivo nos Ballrooms ao tentarem subverter a potencialidade injuriosa de termos como cunt ou bitch.

Essa dinâmica linguística atrelada a fazeres políticos de resistência não se faz presente apenas em relação às injúrias, mas também entre outros signos de grupo, se usarmos a definição de Preti (1894). O termo entendido, como aponta Green (2019), passou por uma (re)apropriação pelos homossexuais brasileiros na segunda metade do século XX e, como atesta Perlongher (2008), tratava-se de um termo ostensivamente reconhecido na sociedade hegemônica no fim do século XX para se referir a indivíduos homossexuais. Da mesma forma, Chauncey (1994) mostra como o termo gay, que antes era sinônimo de feliz, foi apropriado pelos homossexuais estadunidenses como um código do grupo para identificar outros homens homossexuais e, mais tarde, passou a ser um termo utilizado por toda a sociedade estadunidense, e posteriormente o mundo todo, para designar um indivíduo homossexual. Apesar de os casos aqui sublinhados não necessariamente consistirem em casos de injúrias a priori, vê-se essa dinâmica da possibilidade de resignificação de certas expressões e uma potencial projeção de inovação discursiva de volta para a sociedade como um todo.

No entanto, não se deve tomar esses empreendimentos linguísticos subversivos como sempre bem-sucedidos ou, em última instância, realmente subversivos. Primeiramente, deve-se ter em mente que a subversão pode acontecer dentro do grupo, mas não se projetar para a sociedade hegemônica, por exemplo, a qual continuará usando determinado termo a fim de promover um efeito injurioso e a marginalização do sujeito. A possibilidade de um termo sob nova intensão semântica

22 “One is not simply fixed by the name that one is called. In being called an injurious name, one is derogated and demeaned. But the name holds out another possibility as well: by being called a name, one is also, paradoxically, given a certain possibility for social existence, initiated into a temporal life of language that exceeds the prior purposes that animate that call. (...) If to be addressed is to be interpellated, then the offensive call runs the risk of inaugurating a subject in speech who comes to use language to counter the offensive call” (BUTLER, 1997, p.2).

23 “Linguistic survival” implies that a certain kind of surviving takes place in language (...).”

repercutir na sociedade de forma ostensiva geralmente está atrelada às possibilidades de circulação que tais termos apresentam, algo que usualmente se dá concomitante aos interesses dos meios de comunicação. Em segundo lugar, essa repetição da injúria sob novo escopo semântico não pode ser observada apenas sob uma lente que visa suas potencialidades positivas, mas deve considerar que “não importa quão veemente a oposição a determinado discurso se dá, sua recirculação inevitavelmente produz traumas” (Butler, 1997, p. 37, tradução própria²⁴). Dessa forma, atestar as capacidades subversivas de um determinado engajamento linguístico é uma tarefa que se deve considerar possível apenas à longo prazo e é uma reflexão cuja subjetividade e a não fixidez da língua se impõem de forma que raramente se pode fazer de forma conclusiva, mas primordialmente de forma sugestiva. O terceiro aspecto que deve ser sublinhado é que mesmo entre aqueles cuja intenção subversiva se faz presente, ou seja, os marginalizados, as relações internas grupais de poder se fazem presentes, assim como os controles projetados no espectro intragrupo. Tais relações de poder entre um mesmo grupo e as potencialidades subversivas da linguagem são observadas no processo de transnacionalização da cultura dos Ballrooms.

TRANSNACIONALIZAÇÃO E AS AMARRAS

Após um sucesso midiático no início dos anos 1990, esses grupos voltaram a atingir atenção mainstream atualmente e se percebe que hoje se trata de uma cultura em processo de transnacionalização, tendo o Brasil como principal expoente na América Latina. Nessa transnacionalização se pode apontar para uma natural tradução cultural que visa instalar tais práticas em um local díspar em relação a onde tal cultura se desenvolveu. No entanto, como atesta Venutti (1998), toda tradução passa por processos de domesticação os quais estão atrelados a relações de poder. No caso aqui observado, ao refletir sobre a disseminação da cultura dos Ballrooms em outros locais que não os Estados Unidos, há uma projeção de amarras por parte dos Ballrooms estadunidenses em direção aos locais onde tal cultura vem se instalando e desenvolvendo. Como observam Ferreira (2008) e Fernandes (2017) em relação a disseminação da capoeira na Europa, a transnacionalização se dá sob um aparato promulgado por relações de poder em que o embate entre a domesticação e as amarras projetadas pela cultura traduzida se encontram no cerne da tradução.

Um dos principais traços dos processos de transnacionalização dos Ballrooms é o almejo pelo reconhecimento de uma cena de Ballrooms frente às Houses estadunidenses. Sendo assim, as Houses brasileiras almejam o reconhecimento por parte das Houses estadunidenses. Como aponta Santos (2018) durante o evento mais importante da cena dos Ballrooms brasileira, o Vogue Fever, na edição 2016 na cidade de Belo Horizonte, um convidado estadunidense ao falar sobre as diferenças entre os Ballrooms estadunidenses e o brasileiro, apontou que as Houses desenvolvidas em território brasileiro, caso viajassem até os EUA, não seriam reconhecidas como verdadeiras Houses. Caso almejam, então, serem reconhecidos, os brasileiros devem estar cientes de que ao saírem do Brasil “devem reconhecer seu lugar perante a cena de Nova York” (p. 89). Vê-se, dessa forma, a projeção de uma clara diferenciação promulgada por tais discursos que observam os Ballrooms brasileiros como sendo diferentes daqueles observados em Nova York, os quais detêm, então, uma certa originalidade do que se entende por Ballrooms ou não e, portanto, possuem a priori um respaldo para delegar ou não reconhecimento dessas novas Houses. É nesse almejo por reconhecimento na manutenção e aproximação daquilo que seria visto como “original” em que a linguagem toma papel protagonista.

Na cultura dos Ballrooms no mundo todo se vê que as categorias de competição dos balls (como Runaway, Vogue Femme, Butch Queens Up In Drag, entre outras), dos elementos constitutivos dessa cultura (Houses, Kiki House, 007, Ball, etc), dos movimentos de dança (dip, turn, etc.), entre outras nomeações seguem aquilo que é promulgado pelos Ballrooms dos Estados Unidos. No evento Vogue Fever em 2016, como observado por Santos (2018), percebe-se que todos os nomes das categorias de competição, assim como a nomeação desses elementos diversos próprios da cultura dos Ballrooms seguiam essa nomenclatura em inglês, mesmo que parte esmagadora dos ali presentes era de falantes nativos de português e, de forma suposta, parte considerável não tinha domínio avançado da língua inglesa, visto que em todas as atividades do evento havia a presença de

²⁴ “No matter how vehement the opposition to such speech is, its recirculation inevitably reproduces trauma as well.”

um intérprete. O busílis é que a cultura dos Ballrooms se promove sob o discurso de um espaço que lida com as necessidades de indivíduos marginalizados na sociedade hegemônica, um espaço em que podem forjar identidades a fim de responder às necessidades do grupo. Espera-se que seja de consciência epistêmica que, apesar de tratar de ser uma cultura majoritariamente LGBTQI+ e terem na identidade de gênero e sexualidade o ponto de convergência entre todos os grupos, não se pode preconceber que as necessidades dos membros dos Ballrooms brasileiros sejam exatamente os mesmos dos estadunidenses. De forma ainda mais radical, é impossível conceber que as vivências LGBTQI+ de indivíduos da periferia de São Paulo sejam as mesmas de um grupo do interior do Rio Grande do Sul. O que se pretende apontar aqui é que se os Ballrooms se propõem como um espaço que atenda as necessidades identitárias específicas de seus membros, como então lidar com o fato de que as vivências pessoais e coletivas desses membros brasileiros serem diversas dos estadunidenses, mas ainda assim estarem subjugadas a (re)promover as práticas e nomeações forjadas pelos membros estadunidenses a fim de alcançarem uma suporta originalidade?

Como Butler (1997) atesta, existe a violência na linguagem e não apenas uma descrição do ato violento. Há a sobrevivência linguística que é possível exatamente pelo estado não natural do efeito injurioso que só se faz possível pela incessante repetição, a qual inaugura também a possibilidade de subversão. Como então os membros dos Ballrooms brasileiros podem promover uma sobrevivência linguística se ficam amarrados na adoção das expressões forjadas pelos estadunidenses? Qual é o efeito semântico e, por conseguinte, a violência promovida por um termo como cunt em relação a um indivíduo brasileiro falante nativo do português? Qual é a sua sobrevivência linguística promovida pela adoção do termo cunt nas práticas do Ballrooms entre Houses da periferia carioca? E os termos injuriosos destinados aos membros brasileiros dentro de sua vivência local?

Essas amarras promovidas pelos Ballrooms estadunidenses e fundadas no almejo por um reconhecimento por parte desses grupos ficam bastante explícitas na entrevista concedida a Santos (2018) por uma das participantes brasileira ao ser questionada se os Ballrooms brasileiros precisavam de suas próprias expressões linguísticas:

“Nossa, pelo amor de Deus, não, a gente não pode inventar as nossas próprias expressões. A gente já abrasileira tudo né? (...) Eu não acho que precisa existir essa necessidade de tradução (...) E assim, se a gente for traduzir tudo, eu acho que vai perder o significado. Tanto que, por exemplo, aquilo de você ler um livro em português, mas você quer realmente entrar na raiz dele e ler o original, sabe? (...)” (p.117).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar os Ballrooms como uma cultura cujo cerne se dá em forjar uma estrutura de apoio social, pessoal e, muitas vezes, financeiro entre indivíduos LGBTQI+ majoritariamente marginalizados na sociedade hegemônica e em busca de um ambiente de aliança e possibilidade de subversão daquilo que os oprime, esperava-se que ao observar a transferência dessa cultura para outros locais em um processo de transnacionalização, houvesse a preocupação de que esses grupos passassem também a lidar com as especificidades locais dos indivíduos.

A linguagem nos Ballrooms toma um papel paradoxal em que de um lado ela atesta para um empreendimento subversivo nos Ballrooms em que as injúrias direcionadas aos seus membros dentro da sociedade heteronormativa são submetidas a processos de resignificação e subversão do seu campo semântico injurioso. Por outro lado, essa linguagem é também atrelada a amarras limitantes dentro da própria cultura dos Ballrooms o que aponta para relações de poder que se estabelecem na transnacionalização dessa cultura. Se a violência, então, acontece através da linguagem e é no engajamento linguístico que se encontra uma possibilidade de subversão da opressão que tais discursos projetam, como se faz tal dinâmica possível dentro de um amplo controle linguístico como observado na transnacionalização dos Ballrooms? Se Butler voltasse a observar os Ballrooms atualmente e visse tal projeção limitante como cerne das relações promulgadas com a transnacionalização dessa cultura, ela provavelmente apontaria para essa dinâmica como mais um potencial restritivo da capacidade subversiva dos Ballrooms, para além da sua crítica da subversão ou não da heteronormatividade pelo sistema de gênero dessa cultura.

Deve-se frisar, no entanto, que como observa Ianni (2000), “a realidade é que sempre há mudança e transfiguração. Nada permanece original, intocável, primordial. Tudo de modifica, afi-

na e desafina na travessia.” (p. 107). Esse parece ser também o caso dos Ballrooms já que como aponta Santos (2018), apesar da manutenção linguística restritiva nos Ballrooms brasileiros, durante o mesmo evento em que uma das participantes defendeu em sua entrevista a não necessidade de expressões próprias do contexto brasileiro, no decorrer do ball das competições a expressão em português “vai, viado” foi entonada repetidamente e de forma espontânea. Tem-se, então, uma injúria direcionada e esses indivíduos na sociedade sendo (re)apropriada como algo positivo durante as performances, o que atesta que um empreendimento linguístico local já está se materializando e aponta para uma limitação das potencialidades repressoras e prescritivas que acompanham a transnacionalização dessa cultura.

Observa-se na cultura dos Ballrooms a linguagem como um campo em que questões sobre gênero, sexualidade e resistência LGBTQI+ são observadas, mas em que também as inconsistências, paradoxos e conflitos internos são evidenciados. De qualquer forma, deve-se frisar a crítica (...) deve se situar dentro do contexto de vidas na forma como são vividas e deve ser guiada pela questão de o que maximiza a possibilidade de uma vida suportável, o que minimiza a possibilidade de uma vida insuportável ou, de fato, uma morte social e literal. (Butler, 2004).

REFERÊNCIAS

- BAILEY, M.M. *Butch Queens Up in Pumps: Gender, Performance, and Ballroom Culture in Detroit*. Michigan: The University Of Michigan Press, 2013.
- BECKER, S. H. *Outsider: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BUTLER, J. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, J. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.
- COHEN, C.J. *Contested Membership: Black Gay Studies and the Politics of AIDS*. FERNANDES, F. “Ele ginga que nem brasileiro!”: Transnacionalização cultural e a negociação dos espaços de subjetividade na Alemanha. *Revista Ambivalências*, v. 5, n. 9, 2017, p. 112 – 147.
- FERREIRA, D. G. *Adaptação em Movimento: o processo de transnacionalização da Capoeira na França*. *Antropológicas. Rev. Cont. de Antropologia e Ciência Política*. UFF, Niterói, n. 24, p. 63-85, 1. Sem, 2008.
- GREEN, J. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Uneso, 2019.
- HUGHES, L. *The Big Sea: An Autobiography*. Hill and Wang, 2nd edition, 1993.
- IANNI, O. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Civilização Brasileira, 2000.
- LAWRENCE, T. *Voguing and the Ballroom Scene of New York, 1989-92*. New York, Soul Jazz Books, 2011.
- MCBETH, M. *The Queen’s English: A Query Into Contrastive Rhetoric*. In: PANETTA, C. *Contrastive Rhetoric Revisited and Redefined*. Mahwah, NJ: Lawrence Earlbaum Associates, 2001.
- PERLONGHER, N. *O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Fundação Perseu Abram, 2008.
- PRETI, D. *A gíria e outros temas*. São Paulo: Edusp, 1984.
- SANTOS, H.C. *A transnacionalização da cultura dos Ballrooms*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.
- VENUTI, L. *Escândalos da Tradução*. Edusc, 1998.

CADA DIA MAIS GAY: NARRATIVAS DE HISTÓRIAS DE VIDA DE HOMENS HOMOSSEXUAIS

Mailson Lima²⁵
Adriane Wollmann²⁶

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar possibilidades e impasses que as homossexualidades masculinas encontram na atualidade, uma vez que o assunto ainda apresenta desconforto à sociedade. Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, realizada com cinco participantes de uma Organização não Governamental para a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual e mais, de Curitiba. Pretende-se responder a pergunta sobre o que é ser homem homossexual na contemporaneidade. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada contendo questões norteadoras sobre o processo dos impasses de assumir a homossexualidade tanto em ambiente familiar quanto na sociedade e sobre a identidade de um homem homossexual. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, por meio da qual emergiram alguns eixos temáticos, a saber: a história das homossexualidades, o emblemático “sair do armário”, identidade, homofobia e por fim a psicanálise. A partir dos resultados, compreende-se que ser um homem homossexual na contemporaneidade é cercado por inúmeras possibilidades. A identidade é construída de maneira muito singular a partir de experiências de vida. O que se observa em grande parte neste estudo, é que ser um homem homossexual é marcado também pela luta política, militante, de reivindicação de direitos sociais e de vivências amorosas. Os impasses de ser um homem homossexual perpassam pela forte homofobia dentro de casa, pela sociedade e por questões religiosas. Assim como, as questões de patologização das homossexualidades como “terapia de cura gay”. Outro ponto que será apresentado é com relação a imposições da sociedade sobre a sexualidade, ora muito repressora, ora muito invasiva, bem como os estigmas e discriminação sofridos por esse segmento populacional.

Palavras chave: Homossexualidades Masculina. Psicanálise. Identidade. Sair do Armário. Contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

A temática das homossexualidades²⁷, apesar de serem estudadas de forma recorrente nos mais diversos campos do saber, ainda encontra resistência em algumas áreas, haja vista que a sexualidade ainda é um tabu na sociedade atual. Embora o tema ganhe visibilidade, os homossexuais não são eximidos de sofrerem algum tipo de violência física e/ou psicológica em decorrência de sua orientação sexual. Os debates em torno das homossexualidades são amplos, mas nem todos são éticos, por vezes são homofóbicos e propagam o ódio aos homossexuais.

As homossexualidades são datadas do início da história da humanidade. Porém, é na atualidade que ganha força no sentido militante²⁸. O ativismo da população de lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual e mais²⁹ (LGBTI+),³⁰ vem sendo um dos movimentos mais importantes, desde o século XX, no combate à violência contra essa comunidade (MOTT, 2001).

O nascimento da psicanálise possibilita pensar, ainda hoje, sobre mudanças significativas, tanto na cultura, quanto nas relações que a permeiam, possibilitando novas reflexões e estudos sobre as questões das homossexualidades. Para Quinet (2013) é preciso que os psicanalistas estejam à altura da subjetividade de sua época. Nesse sentido, a psicanálise está em uma constante elaboração, não podendo ser considerada como um saber completo.

Este artigo se justifica pelo caráter reflexivo acerca dos homens homossexuais na contemporaneidade. Nesse sentido Quinet (2013), aponta que nos dias atuais, a psicanálise vai contra qualquer tipo de discriminação aos homossexuais. Contudo, isso não impede que psicanalistas, ainda pensem as homossexualidades de modo “anormal”, fora da norma, patologizante, como na época de Freud, fazendo procedimentos de tentativas de “correção” ou “reorientação” das homossexualidades, em nome da psicanálise (QUINET, 2013, p. 10).

Ao longo da história a sociedade construiu diversos entendimentos a respeito das homossexualidades, estes foram postos como pecadores, criminosos ou doentes. Com isso, a questão que se pretende responder é: o que é ser homem homossexual na contemporaneidade?

25 Graduado em Psicologia pelo UniBrasil – Centro Universitário. Psicólogo no Grupo Dignidade e no Pequeno Cotelengo Paranaense. E-mail: mailsonlimapsi@gmail.com

26 Graduada em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (1996), especialização em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2006). Mestre em Políticas Públicas da UFPR, com ênfase em Saúde Comunitária (2018). Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIBRASIL. E-mail: adriane.wollmann@gmail.com

27 Neste artigo, escolheu-se utilizar o termo “as homossexualidades”, no plural, pois segundo Marques (2013) isso ressalta a diversidade das escolhas possíveis, no campo subversivo e inventivo da sexualidade humana.

28 Por militante entende-se aquele que defende ativamente uma causa.

29 O símbolo + diz respeito à inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (REIS, 2018).

30 A sigla LGBTI+ foi escolhida neste artigo, por ser a terminologia mais atualizada para designar esse segmento populacional (REIS, 2018).

O objetivo deste artigo é investigar possibilidades e impasses que as homossexualidades masculinas encontram na atualidade. Para tanto, serão estudadas a construção da identidade e as formas de expressão de homens homossexuais na contemporaneidade, de forma a refletir, em caráter crítico, sobre o limite e o alcance da psicanálise frente às homossexualidades.

Esse artigo não se propõe a responder sobre a possível etiologia das homossexualidades, pois segundo Quinet (2013), tentar traçar de modo a responder “como se faz um homossexual” é algo preconceituoso e um modo de patologizar as homossexualidades. Essas tentativas abrem portas para a prevenção, discriminação e tratamento das homossexualidades.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, com análise de dados qualitativa, de cunho exploratória. A pesquisa ocorreu em uma Organização não Governamental (ONG) LGBTI+, na Cidade de Curitiba, região sul do Brasil, cujo projeto, sob o parecer consubstanciado de número: 2.937.361, foi previamente submetido à avaliação e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do UniBrasil Centro Universitário. Essa pesquisa se propôs a conhecer histórias de vida de homens homossexuais, na faixa etária dos 18 aos 90 anos.

Os participantes foram convidados a participar da entrevista no dia de estágio do pesquisador na ONG. Os que concordaram, foram direcionados até uma sala separada, para a realização da pesquisa. A entrevista teve início após a leitura, explicação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A amostra se constituiu de cinco participantes, sendo todos do gênero masculino e homossexuais.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, instrumento que propiciou aos participantes, melhor expressão dos conteúdos, colaborando e enriquecendo os resultados da pesquisa. Estas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. As transcrições das falas dos entrevistados serão apresentadas em itálico no decorrer do texto, com parágrafo recuado.

Para análise das narrativas de histórias colhidas nas entrevistas, utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1979), a qual permite um aprofundamento na interpretação dos dados. A análise de conteúdo é organizada em três fases, sendo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira, as entrevistas realizadas foram transcritas individualmente. Na segunda, foram selecionadas as possíveis. Na terceira e última fase, foram realizadas interpretações dos dados categorizados, buscando pressupostos teóricos que fundamentam o estudo, e que serão apresentadas e discutidas ao longo deste trabalho. Definiram-se as seguintes categorias descritivas sobre as homossexualidades masculinas: As Homossexualidades são tão Antigas como a História da Humanidade; Ser Homem Homossexual: Identidade; O emblemático “Sair do Armário”; Homofobia: O Mal-Estar da Sociedade. Essas categorias constituíram o corpus de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AS HOMOSSEXUALIDADES SÃO TÃO ANTIGAS COMO A HISTÓRIA DA HUMANIDADE

O primeiro registro encontrado sobre as homossexualidades data do ano de 4.500 antes de Cristo, entre Oros e Seti, em uma sociedade egípcia (MOTT, 2001). Já na Grécia e em Roma, ser homem homossexual tinha uma concepção totalmente diferente do que na atualidade. As homossexualidades eram algo que envolviam muitos rituais, próprios das diversas sociedades do mundo antigo. Nessas sociedades, as homossexualidades eram praticadas na iniciação de adolescentes para a vida adulta, assim como acontecia entre militares, como pontua Guimarães (2009). Nesse caminho, Mott (2001) aponta que na Grécia também existiram grandes figuras para a humanidade como Alexandre Magno e os filósofos, como Platão e Sócrates, todos homossexuais.

Na Idade Média, com o cristianismo, as homossexualidades ficam conhecidas como sodomia e são tomadas como um pecado gravíssimo. A Igreja e a inquisição associavam a prática da sodomia com a heresia, bruxaria e coisas demoníacas. No auge do seu poder, na Idade Média, a partir do século XI, a igreja realiza uma caça aos homossexuais, em punição aqueles que se colocavam contra a moral da igreja. Os homossexuais eram usados como “lenha” nas fogueiras, nas quais lésbicas eram queimadas como bruxas pela Santa Igreja. A relação sexual tinha somente o objetivo

de reprodução, tudo o que fugia desses moldes era considerado imoral e antinatural (GUIMARÃES, 2009).

No discurso médico, em muitas vezes, este transformou as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo gênero de “crime” ou “pecado” para “patologia, doença”, buscando uma “cura” ou “correção”. Com o entendimento das homossexualidades como doença, abriram-se portas de sanatórios e demais entidades psiquiátricas, segregando os homossexuais, já que eram considerados detentores de patologias, as quais faziam “experiências científicas” chamadas de “cura”. No século XIX, surge o termo “homossexualismo”³¹ para denominar relações sexuais com pessoas do mesmo gênero. Este termo sugere doença e, portanto, deveria ser tratada (FRAY; MACRAE, 1991).

Paoliello (2013) discorre que em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) avançava, deixando de considerar as homossexualidades como patologia, retirando do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) (DSM-II). No entanto, Santos; Bernades, (2008) bem como Paoliello (2013) discorrem que de fato a APA, remove as homossexualidades do DSM-II, mas as homossexualidades continuaram presentes como subcategorias.

No dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS), retira o termo “homossexualismo” da sua lista de doenças de Classificação Internacional de Doença (CID-10), afirmando que as homossexualidades não constituem doença, distúrbio e nem perversão, e que os psicólogos não colaborariam com eventos e serviços que propusessem tratamento e cura das homossexualidades. Esse dia passou a ser considerado como “Dia Internacional contra a homofobia.” Essa foi uma conquista realizada principalmente pelo movimento homossexual internacional (FRAY; MACRAE, 1991; QUINET; JORGE, 2013).

No entanto, ainda existem psiquiatras, psicólogos e psicanalistas que consideram as homossexualidades como doenças, desvio do desejo ou perturbação, que necessitaria tratamento, oferecendo “conversão” aos homossexuais para a heterossexualidade (GUIMARÃES, 2009; PAOLIELLO, 2013). A despatologização das homossexualidades, realizada pela APA e a OMS, não garantiu que a patologização das homossexualidades também tenha sido removida da cabeça de todos os psiquiatras, psicólogos e psicanalistas (QUINET; JORGE, 2013).

A partir dos recortes das entrevistas a seguir, é possível perceber que as homossexualidades não foram abandonadas como pecado na idade média e que ainda hoje, existem perseguições aos homossexuais por parte da igreja e da própria família, o que ocasiona sofrimento a muitos.

Venho de uma família muito religiosa, me (auto sabotei) auto limitava a não sentir isso, nesse processo da adolescência, antes dos 18 anos foi complicado por causa da religião, me sentia muito mal, durante dois anos, chorava quase todos os dias (Entrevistado 1, 23 anos).

Chegava ao ponto de haver cultos em que o pastor apontava o dedo para mim e me chamava de filho do diabo, na frente de 600 pessoas, me chamava de covarde, que eu iria para o inferno, que eu fui levantado pelo Satanás, para desviar os filhos do Senhor. Eu me sentia extremamente mal. Isso foi em 2015 demorei dois anos para superar tudo isso, todo esse processo ligado ao passado, tanto que até hoje passo por terapia, pois existem alguns resquícios, três anos depois, mas que acabam me afetando, mas hoje consigo falar sobre isso sem me abalar emocionalmente (Entrevistado 3, 23 anos).

Pela primeira vez na história humana, nós temos um grito global de orgulho. A identidade gay demorou muito tempo, foi forjada na história, precisou que alguém determinasse a homossexualidade como crime, pecado ou doença, precisou chegar nesse ponto pra gente dizer (Não, isso não é vergonha, isso é orgulho!) e construir um movimento global, é um momento esperançoso (Entrevistado 5, 25 anos).

Verifica-se também na fala de um dos entrevistados acima o panorama histórico das homossexualidades e o quanto isso ainda é um fato marcante, das classificações que os homossexuais sofrerem e sofrem, sendo considerados como criminosos, pecadores e/ou doentes. Hoje em dia,

31 O sufixo ‘ismo’ remete a patologia, doença. Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP) na resolução 001/99 de 22 de março de 1999, “Estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual.” A resolução considera que a homossexualidade não se constitui como doença, distúrbio e nem perversão. Para a psicologia é considerado que seus estudos e práticas podem e devem esclarecer sobre as questões referentes à sexualidade de maneira ética, possibilitando a superação de preconceito e discriminação. Com seu conhecimento deverão refletir sobre questões referentes ao preconceito e o desaparecimento de discriminação e estigmatização contra os homossexuais. O psicólogo não irá patologizar ou impor ação coerciva de tratamento, ou seja, de cura da homossexualidade.

como relatado pelo entrevistado, existe uma voz de orgulho e luta, contra aquilo que possa causar sofrimento ou preconceito contra as homossexualidades.

AS LUTAS DAS HOMOSSEXUALIDADES

Em 28 de junho de 1969, em um bar chamado Stonewall, aconteceu um marco importante para a emancipação e liberdade dos homossexuais e da luta contra a homofobia. Nesse evento, homossexuais desse bar em Nova Iorque reagiram contra uma abordagem policial no local. Em decorrência dessa reação, contra a opressão dos policiais, esse dia passou a ser conhecido como O dia do orgulho gay, hoje conhecido como O dia do orgulho LGBTI+. Depois de quase 50 anos de Stonewall, é possível ver conquistas referentes a direitos das homossexualidades, mas ainda existem os retrocessos, entre os quais se destacam os grandes atos de homofobia e assassinatos contra homossexuais (QUINET; JORGE, 2013).

Nas entrevistas, conteúdos sobre as agressões e discriminação também puderam ser observadas:

(...) essa sensação o tempo todo que a maior parte de direitos e das liberdades elas não são garantidas, elas são emprestadas, essa sensação pra mim é muito gritante no momento de hoje, e acho que não interessa se a gente conquistou o casamento, se a gente está conseguindo punir alguns casos de homofobia, se a gente tem uma estrutura comunitária um pouco melhor, ou uma estrutura política, um diálogo político melhor, se a gente tem até diálogo com família melhor, quando isso pode sumir de repente, e nesse sentido eu tenho medo. Essa agressão que sofri, me deixou pior ao perceber que isso está acontecendo com outros amigos pelo país, dada a situação política (Entrevistado 5, 25 anos).

Nessa perspectiva, o fato de pessoas LGBTI+ sofrerem violência física e psicológica é algo notável em nossa sociedade, a partir dos dados de vítimas assassinadas em decorrência de LGBTfobia como mostram os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 2018, 420 LGBTI+ morreram no Brasil vítimas da LGBTfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando registraram-se 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados. O número de pessoas vítimas de homotransfobia pode ser muito maior, pois muitos casos não são notificados. A cada 20 horas um LGBTI+ é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia no Brasil (MICHELS, MOTT e PAULINHO, 2018).

O fragmento da entrevista a seguir é um exemplo de uma tentativa de suicida a partir da discriminação:

Por causa da perseguição religiosa, o meu melhor amigo parou de falar comigo, por proibição da mãe dele, e me senti extremamente mal. Houve uma tentativa de suicídio, aquele dia, a qual foi evitada pela minha mãe, por meio do contato telefônico, ela me proibiu de ir pra faculdade, fui direto para casa, e ela reuniu toda a família, tios, tias primos, primas, contou a todos por mim que eu era homossexual. Cheguei em casa e todos me apoiaram, me abraçaram e falaram, que me aceitavam do jeito que eu era, esse dia foi bastante especial, ali começou um processo de aceitação, de aprendizado, carrego como uma memória muito boa, me ajudaram bastante naquele dia (Entrevistado 3, 23 anos).

É notório o elevado índice de depressão e suicídio entre os homossexuais. Quinet e Jorge (2013) demonstram que os estudos têm ampliado as discussões sobre gênero e sexualidade. Com isso, é possível indagar se o psicanalista acompanha as transformações da sociedade contemporânea que refletem na clínica e outros espaços de possibilidades psicanalíticas. O psicanalista estaria preparado para responder às questões das homossexualidades de sua época?

Ceccarelli (2012) alerta que muitos analistas não escutam o sujeito como um outro, que possui angústias, medos, neuroses, razão para se procurar análise. O que se “escuta” primeiro é o “ser” homossexual, partindo da ideia de que a homossexualidade é sintomática em todos os casos, ou seja, homossexualidade é igual a sofrimento. Quando o analista pressupõe que o paciente “é isso” ou “é aquilo” sua atenção flutuante fica imobilizada, ligando por vezes a homossexualidade do sujeito como causa de sintomas. Na maioria das vezes, o sofrimento das homossexualidades advém de temas sociais, das questões relacionadas à discriminação.

SER HOMEM HOMOSSEXUAL: IDENTIDADE

Para pensar sobre a construção de identidade dos homens homossexuais, é preciso refletir sobre os assuntos a respeito das homossexualidades. Nesse caminho Ceccarelli (2012) aponta que

é possível entender as identidades homossexuais no sentido dos grupos, como espaço político, com um movimento de ação atuante, em uma luta em comum, contra a exclusão, uma luta em prol da cidadania e direitos.

Questões sobre identidades e busca por direitos, podem ser evidenciadas nas falas dos entrevistados:

Falando de mim, é exigido uma característica de homem gay, existe um padrão de homem gay, tem que ser simpático, estar sempre sorrindo, ser muito bonito, entender de tudo, tem que ser politizado, um homem gay não pode deixar de ser politizado. As pessoas acham que só por que você é gay, você é super politizado(...) (Entrevistado 1, 23 anos).

Os homossexuais constroem a sua forma de pensar, sua opinião, sozinhos. Acho que por isso os homossexuais são tão autênticos, em opiniões, em demonstrar, e acho que por isso geralmente os héteros se sentem oprimidos quando vamos discutir política, ou algum contexto social (Entrevistado 2, 22 anos).

Ano passado pesquisei por ONGs LGBTs que lutassem por direitos humanos da população LGBTI, porque tomei uma decisão, de que eu devia ajudar pessoas que era iguais a mim (Entrevistado 3, 23 anos).

Ressalta-se que os entrevistados - a respeito da identidade - percebem uma cobrança sobre serem politizados, assim como, os estereótipos de se vestir e se comportar, existente sobre os homens homossexuais. Percebe-se também uma busca de informação de modo mais ativa. Destaca-se que em sua maioria, que os homossexuais buscam por direitos, atuando por causas. Os entrevistados da pesquisa ressaltam o assunto da militância por trabalharem em uma ONG LGBTI+.

Partindo do princípio de que cada sujeito é perpassado por experiências de vida muito singulares, com modos diferentes de existir. No entanto, existem algumas barreiras no tornar-se homem homossexual, principalmente quando se refere sobre as identidades, busca-se refletir sobre “quem sou eu”, “quem somos nós”. Nesse sentido, os significados de vida são adquiridos a partir das experiências de cada pessoa, de maneira muito singular, por meio do conhecimento e reconhecimento de si, de um ideal do que se quer ser, do grupo que pertence e de apropriações de discursos que produzem sentido (GUIMARÃES, 2009). Tais afirmações foram encontradas nos discursos dos entrevistados:

Não existe um padrão de identidade, acredito que essa identidade que é extremamente individual, plural de cada um, ela não será construída se não for a partir do próprio conhecimento de si mesmo e da coragem, em admitir o que de fato é, e saber lidar com isso. Então, essa identidade é construída a partir de autoconhecimento, mais a desconstrução de preconceito, tanto interno, quanto externo, principalmente interno (Entrevistado 3, 23 anos).

A singularidade na construção de identidade de cada pessoa é possível por meio de experiências de vida, de um processo de análise de si, de reflexões, desconstruções e reconstruções sobre a vida. A luta no passado e no presente por direitos e espaços conquistados, é ressaltada nas falas, podendo demonstrar a importância dessas conquistas. Nesse caminho, Hall (2000) discorre que esses apontamentos sobre identidade, são importantes para pensar sobre a problemática que é o desafio de tornar-se homem homossexual. É notável que os homossexuais tenham uma grande parte de direitos desrespeitados ou negligenciados e outra parcela que é supostamente cumprida. Isso é confirmado nas falas dos entrevistados, a saber:

Ser gay é lacrar! Ser homossexual hoje é você dar a cara à tapa, é lutar, ser gay é você ir atrás dos seus direitos, porque ninguém vai fazer isso por você (Entrevistado 2, 22 anos).

Eu acho que não tem receita, não tem um portfólio, mesmo porque, os portfólios que nós temos são os estereótipos, desde o estereótipo afeminado até o estereótipo masculino, heteronormativo, machão. O lugar que cabe a gente seja o marginal, o enrustido, seja esses papéis sociais que a sociedade encontrou de desenhar nossa identidade, é essa constante entre a norma e a não norma, então, tem muitas forma de resolver isso, você pode se encaixar na norma, ser completamente assimilado ou você pode ser completamente antinorma (...) (Entrevistado 5, 25 anos).

Aqui, percebe-se que algumas definições dos entrevistados sobre ser homem homossexual, muitas vezes, estão diretamente relacionadas a lutar por direitos. É possível observar também sobre os estereótipos que foram construídos pela sociedade ao longo do tempo, assim como a problemática da heteronormatividade, que por sua vez, busca fazer com que todos caminhem em uma norma,

como se a heterossexualidade fosse à única e a melhor forma de expressar a sexualidade.

Muitas vezes a nossa identidade está sendo construída, não por nós mesmos, num processo de análise pessoal, individual, está sendo construída pelos outros, seja pela sociedade heteronormativa, a regra, a estrutura, seja até nós mesmos, ou seja, as comunidades LGBTs, os partidos. É muito gostoso não ter essa identidade pronta, de pensar que eu posso abraçar o que tem de melhor aqui e ali, e pensar onde se encaixa para mim como indivíduo. Diferente de quem está na norma, temos a possibilidade de desenharmos nossa própria identidade, talvez eles não tenham essa possibilidade, essa liberdade mental de poder produzir, de poder criar. Ser gay é ter essa completa liberdade individual de poder criar, de poder se repensar, o tempo todo, de poder se reler, e poder narrar a história de outra forma também (Entrevistado 5, 25 anos).

Para Hall (2000), é necessário que os homossexuais saibam de que lugar eles falam, e quais discursos são produzidos a seu respeito, possibilitando refletir sobre quem se é, e o que se quer ser, viabilizando que se possa reivindicar seus direitos. Com isso, é possível viver em uma sociedade em que os discursos produzidos serão os que o identificarão como pessoas que devem ser respeitadas. É por meio das identidades, a forma de garantir um lugar, vez e voz, para reivindicar direitos. Identidade é utilizada para entrelaçar os discursos que buscam “interpretar” o sujeito na sociedade, como também para “os processos que produzem subjetividades, que constroem como sujeitos dos quais se podem falar” (HALL, 2000, p. 111-112).

O EMBLEMÁTICO “SAIR DO ARMÁRIO”

O “sair do armário”, é algo muito marcante para grande parte dos homossexuais, Sedgwick (2007) fornece contribuições sobre esse termo que ficou conhecido depois do evento Stonewall, o que possibilitou que as pessoas se autorizassem a se assumirem como homossexuais. Mesmo para sujeitos assumidos como gays, existem pessoas as quais se mantêm dentro do armário, por razões, sejam elas de caráter familiar, econômico ou que são institucionalmente importantes para elas, como no trabalho. Isto pode ser confirmado nos relatos dos entrevistados:

Não tive aquele dia que me assumi homossexual, minha família sempre soube, tive uma conversa com minha mãe, quando fiz 18 anos, minha mãe sempre foi muito religiosa, então esperei chegar um momento da minha vida em que eu tivesse minha independência e fui conversar com ela, mas minha mãe tem uma cabeça super aberta. (...) A minha família em si, pai, padrasto, não contei pra ninguém, não acho necessário, em festas de família levava namorado, então nunca cheguei em ninguém e me assumi, acho que essa palavra se assumir, é muito forte, se assumir é como assumir algo que você estivesse fazendo de errado (Entrevistado 2, 22 anos).

Quando eu entrei na faculdade em 2014, foi quando de fato eu me assumi, já entrei no curso de ciências sociais, já sabendo que iria me assumir na faculdade, por ser um espaço, digamos assim, um curso mais tranquilo (...) neste mesmo ano conversei com minha mãe sobre isso, foi uma conversa bem franca, depois de um ano falei para meu pai, aí o jogo foi outro, ele chorou, foi complicado, mas minha mãe é uma pessoa incrível, daí ela contou pra todo mundo (Entrevistado 4, 23 anos).

Nota-se que grande parte dos entrevistados contam sobre o receio de “sair do armário”, seja por medo de serem expulsos de casa, motivos os quais alguns contam sobre sua sexualidade quando podem se manterem sozinhos financeiramente. Outro ponto relevante é o peso que assumir sua sexualidade carrega, às vezes, podendo ser sentido como algo que se fez de errado, como assumir um crime. O sair do armário, por vezes, é acompanhado pelo sair de casa, sobre isso, Jorge (2008), pontua que a relação amorosa entre pessoas do mesmo gênero é vivida às margens da sociedade, da cultura e da vida cotidiana. Nesse sentido, existe a dor de muitos homossexuais que são levados a conduzirem suas vidas para longe da família, da cidade de origem e dos amigos de infância. Indo em direção à cidade grande, às “selvas de pedra”, buscando o anonimato e tolerância que a cidade grande pode oferecer. Essas questões são encontradas nas falas de dois entrevistados:

Por ser do interior e não ter nenhuma referência lá era puramente errado ser gay. Quando fiz 18 anos, cinco dias depois, saí de casa, fui para a universidade, entrei no movimento estudantil, tive contato com pessoas LGBTs, então comecei a me aceitar, vamos dizer assim. Assim, comecei a ter independência financeira, e por ser maior idade, me assumi, e por ser ativista também (Entrevistado 1, 23 anos).

O que eu percebo dos meus amigos gays, é essa sensação que às vezes, não tem mais lar pra onde voltar, não tem mais essa estrutura, e a gente cresce em uma sociedade, onde as maiores partes das famílias, das comunidades, não vão oferecer este lar inicial. Isso é sério, isso é forte, isso

afeta nossa comunidade, na razão que nós temos que fazer terapia (Entrevistado 5, 25 anos).

Por meio dos relatos, percebe-se que alguns homossexuais saem de casa para viver sua liberdade, enquanto outros são expulsos de casa por serem homossexuais.

O encontro de gays com outras pessoas, de presunção heterossexista³², exige a construção de um novo armário, levantamento de estratégias de relações, sigilo ou exposição. Mesmo para gays assumidos, existe um questionamento se a nova pessoa que se lida sabe ou não de sua orientação sexual. Em grande parte, a sociedade administra de modo precário o saber sobre a sexualidade do outro, ou seja, quando se sabe da sexualidade de alguém, causa um não-saber agir diante disso. Para os homossexuais, existe um dualismo entre ser gay de modo compulsório, ter que sair do armário e outro de proibido ser gay. Aqui a discussão toma o rumo do saber sobre o público e o privado, sobre o ser gay na contemporaneidade e o quanto a sexualidade de alguém “tem” que ser dita para um outro (SEDGWICK, 2007). Tais questões são evidenciadas nas falas desses entrevistados:

(...) fui trabalhar em um banco e sabe quando você tem receio em falar que é homossexual? Eu não me permiti passar por isso. É essa nossa luta hoje em dia e eu não consigo ficar calado, batia de frente nesse banco, acho que ser homossexual é você não se calar para um cara machista, homofóbico. Tem muitos candidatos que não são corruptos, mas tem que ser aquele candidato machista, homofóbico, porque é uma coisa enraizada nas pessoas (Entrevistado 2, 22 anos).

Sou professor e o fato de estar frequentando o ambiente escolar já muda muita coisa, quando me assumi na sala, alguns alunos ficam chocados, mas percebo que alguns alunos homossexuais, começam a se sentir mais livres com a minha simples presença. Os preconceitos, piadas, bullying diminuem (Entrevistado 4, 23 anos).

Segundo os entrevistados o local de trabalho é rodeado de medo da reação dos colegas de saberem da sua sexualidade, por vezes, se sentindo oprimidos. Entretanto é possível enxergar a conquista e reconhecimento em ambientes de trabalho. Ademais nota-se nas entrevistas que o ambiente familiar pode silenciar a existência de homossexuais, fazendo que se viva uma vida a parte.

HOMOFOBIA: O MAL-ESTAR DA SOCIEDADE

Sobre a homofobia, Jorge (2010) possibilita pensá-la pela psicanálise, a qual revela uma lição maior, sendo o preconceito, um efeito do recalque, como tentativa de eliminar a diferença insuportável refletida/implicada pelo outro, daquilo que o outro traz notícias, ou seja, que é algo presentificado, algo que era desconhecido até então. No texto *Análise terminável e interminável* é posto que: “Não existe maior perigo para a heterossexualidade de um homem do que ser perturbado por sua homossexualidade latente.” (FREUD, 1937-1939/1996, p. 157). Estas questões sobre homofobia são exemplificadas nestes trechos dos entrevistados:

As agressões físicas ocorreram no tempo da escola, ensino médio, chacota bullying, não tinha me assumido, disfarçava ao máximo, fui me assumir só aos 20, 21 anos. Por mais que a gente tente esconder uma sexualidade, uma homossexualidade a gente sempre falha. As agressões verbais: bichinha, viadinho, depois partia para agressões físicas, tapas na cabeça, agressões. A perseguição aconteceu após eu romper com a igreja que tinha o processo da cura gay, era muito falatório, muita fofoca, cortavam laços, os pais proibiram os filhos que eu era amigo de falarem comigo, por eu ser homossexual (Entrevistado 3, 23 anos).

Existe um certo medo de demonstrar afeto, maior receio, de não poder andar de mão dada, de dar um beijo em público, de frequentar alguns espaços, de ter que se esconder quem se é, de não poder demonstrar quando a gente está em uma relação com outra pessoa, em relação a amizades, trabalho acho que já está mais tranquilo. O complicado é nas relações pessoais, de expressar isso de modo seguro (Entrevistado 4, 23 anos).

É perceptível que a homofobia pode ser encontrada desde a época da escola, como descrita na fala do entrevistado, caracterizada pela violência física e psicológica sofrida pelo mesmo nesse tempo. Nota-se também a segregação realizada por algumas igrejas, afastando as pessoas dos homossexuais. O que se destaca é o medo dos homossexuais em demonstrar afeto, como pegar na mão ou beijar em público, por medo da violência.

Para Passamani (2008), os homens homossexuais entendidos como afeminados são alvos mais frequentes de homofobia, inclusive pelos próprios homossexuais. Nesse sentido, o corpo de-

³² Discriminação, ódio contra qualquer sexualidade que não seja heterossexual.

sejado é o do homem heterossexual (viril), que rejeita para si e para o outro, relações com o “afeminado”. Isso também é perceptível na seguinte entrevista:

Na comunidade LGBT existem vários tipos de violência, um homem gay quanto mais próximo ele chega do perfil de uma mulher, mais preconceito ele vai sofrer, quanto mais afeminado ele for. O homem gay e a travesti sofrem mais agressão física (Entrevistado 1, 23 anos).

O fato de homossexuais sofrerem mais violência é algo notável, a partir dos dados de vítimas assassinadas em decorrência de homotransfobia como já exposto neste artigo. Evidenciando, dessa forma, uma sociedade que lida de modo precário e violento contra diferenças sexuais e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homossexuais durante a história da humanidade foram considerados como pecadores, criminosos ou doentes. Agora, na atualidade existe um movimento mais autoral, referente às questões políticas e de existência das homossexualidades, o que resgata a subjetividade e dignidade do sujeito.

Os resultados da pesquisa possibilitaram compreender que ser um homem homossexual na contemporaneidade é estar cercado por inúmeras possibilidades, a partir de uma identidade construída de maneira muito singular, considerando a experiência de vida. O que se observa em grande parte neste estudo, pelos depoimentos dos entrevistados, é que a vida de um homem homossexual é marcada pela luta política, militante, de reivindicação de direitos sociais e de vivências amorosas. Dentre os impasses de ser um homem homossexual foram apresentadas ainda a homofobia dentro de casa e pela sociedade, as questões religiosas e de patologização das homossexualidades como “terapia de cura gay”. Outro ponto encontrado é a imposições da sociedade sobre a sexualidade, ora muito repressora, ora muito invasiva.

O estudo destacou ainda questões psicológicas, como depressão, ideações e tentativas de suicídio, e permitiu refletir a importância de psicólogos e psicanalistas estarem preparados para trabalhar tais questões referentes às homossexualidades, sem reorientá-las ou tratá-las como doença. Visto que não há cura para o que não é doença e nem reorientação sexual para o que não é um desvio.

O desejo de Freud era de que alguns de seus escritos fossem ultrapassados, imperfeitos, e que assim, fossem superados. É preciso superar as ideias de patologização sobre as homossexualidades, para que psicanálise continue com seus estudos sobre a sexualidade, sem um discurso normativo, uma vez que não há naturalidade na sexualidade humana. É preciso escutar o sujeito, primeiro a partir do seu sofrimento não presumindo que os homossexuais sofrem por serem homossexuais.

Freud construiu sua teoria escutando seus pacientes. É importante refletir sobre as homossexualidades, escutando os sujeitos em sua época. Entre os objetivos desta pesquisa estava, ouvir o que homens homossexuais tinham a dizer sobre si, construindo seu discurso, enquanto sujeito. Sugere-se a continuidade de pesquisas como a apresentada, por ser um assunto de amplo alcance individual e social.

Contudo, espera-se que a homofobia e a patologização das homossexualidades sejam superadas por completo. Que se possa ser a cada dia aquilo o que se quer ser, seguindo o seu desejo. Que ninguém possa dizer como desejar, como amar.

Que se possa ser, cada dia mais gay, se assim o quiser!

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

CECCARELLI, P. R. A invenção da homossexualidade. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 2, n. 02, 27 nov. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (1999). Resolução CFP No. 001/99 de 22 de março de 1999 – Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: <http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf> Acesso em: 5 de jul. de 2018.

FRAY, P; MACRAE, E. O que é homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FREUD, S. Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939). Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standart Brasileira, volume XXXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUIMARÃES, A. F. P. O desafio histórico de “tornar-se um homem homossexual”: um exercício de construção de identidades. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 553-567, 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200023&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 ago. 2018.

HALL, S. (2000). Quem precisa de identidade. Petrópolis: Vozes, 2000.

JORGE, M. A. C. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Vol I. As bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan. Vol II. A clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B. Vocabulário de Psicanálise. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARQUES, L. Sexualidade e ética psicanalítica. In: QUINET, A; JORGE, M. A. C. (Org.). As homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização. São Paulo, Segmento Farma, 2013.

MOTT, L. História da Homossexualidade no Brasil. Cronologia dos Principais Destaques. Anais do X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, Maceió, 2001.

MICHELS, E. MOTT, L. PAULINHO. População LGBT morta no Brasil. Bahia. Grupo Gay da Bahia – GGB. 2018, 27 p. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil relatório.

PAOLIELLO, G. A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, A; JORGE, M. A. C. (Org.). As homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização. São Paulo, Segmento Farma, 2013, p. 29-46.

PASSAMANI, G. R. O arco-íris (des)coberto. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2008.

QUINET, A; Homossexualidades em Freud. In: _____ As homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização. São Paulo, Segmento Farma, 2013, p. 29-46.

QUINET, A; JORGE, M. A. C. (Org.). Prefácio. In: QUINET, A; JORGE, M. A. C. (Org.). As homossexualidades na Psicanálise: na história de sua despatologização. São Paulo, Segmento Farma, 2013, p. 09-14.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

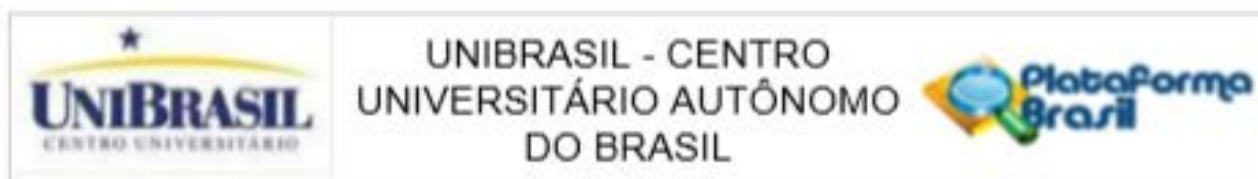
SANTOS, J. P; BERNARDES, N. M. G. Percepção social da homossexualidade na perspectiva de gays e de lésbicas. In: ZANELLA, A.V., et al., org. Psicologia e práticas sociais. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 289-296. ISBN: 978-85-99662-87-8. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-27.pdf>> Acesso em 10 de jun. 2018.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. Cad. Pagu, Campinas, n. 28, p. 19-54, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 Jun. 2018.

Trevisan, J. S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ANEXO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As homossexualidades masculinas na contemporaneidade

Pesquisador: ADRIANE WOLLMANN

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 98139518.9.0000.0095

Instituição Proponente: Faculdades Integradas do Brasil/Complexo de Ensino Superior do

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.937.361

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, sendo uma pesquisa-ação diagnóstica com indivíduos LGBTI+ que sofrem homofobia intrafamiliar. O trabalho não visa a intervenção direta, mas sim a obtenção de mais informações sobre o assunto. As informações serão obtidas com o uso de entrevista semiestruturada, que será gravada e transcrita.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar as experiências de homofobia intrafamiliar vivenciadas pelos entrevistados de forma a compreender os prejuízos decorrentes delas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

É relatado o risco de constrangimento do participante. Para minimizar este risco, a entrevista será realizada em local que apresente privacidade e silêncio. Além disso, o participante pode não responder às perguntas que não se sentir confortável em responder.

Um benefício direto ao participante seria a oportunidade de conversar sobre sua experiência de vida, falar e ser ouvido. Além disso, há o benefício indireto que é a possibilidade de diminuição de estigmas e preconceitos na sociedade a partir do maior conhecimento sobre o assunto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de acordo com os objetivos propostos.

Endereço: Rua Konrad Adenauer, 442

Bairro: Tarumã

CEP: 82.821-020

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3361-4323

Fax: (41)3361-4200

E-mail: cep@unibrasil.com.br

ENTRE A VILANIA E A NORMATIVIDADE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE JAFAR E DR. FACILIER

Bianca Choma³³
Regina França³⁴

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender como é retratada a performance de gênero da figura do antagonista em filmes de animação infantil. Dessa forma busca-se comparar duas animações considerando a época em que foram produzidas, devido às influências histórico-culturais presentes em cada década, compreendendo a figura da vilania, bem como a influência da indústria cinematográfica na formação dos sujeitos que consomem esse mercado, analisando apenas características visuais, comportamentais e alguns traços de personalidade, atendo-se assim, a identidade de gênero, não analisando o campo de sexualidade dos vilões. Para isso, foi utilizada a metodologia análise fílmica, que consiste em um método interpretativo, para a decomposição dos vilões das animações Aladdin (1992) e A princesa e o Sapo (2009), ambas produções significativas na abrangência do público, com a própria animação e decorrente dos artefatos materiais fabricados a partir de tais filmes, produzidas por Walt Disney Studios, junto a uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados SCIELO e Scholar Google. Os resultados demonstraram que mesmo com uma diferença de dezessete anos entre a produção dos filmes em questão e, conseqüentemente, do contexto histórico em que foram produzidos, ambas as personagens, Jafar e Dr. Facilier, apresentaram uma construção de performance de gênero semelhante, sendo ela caracterizada de maneira transgressora da heteronorma. Apresentando-se de modo distinto ao padrão do masculino ditado conforme a ideologia dominante, passando a ser visto como inadequado e repulsivo, inserindo essa representação na cultura de forma sutil por meio dessas animações. Por fim, através do enredo em que as personagens estão inseridas, dissemina-se a perpetuação da marginalização das pessoas não normativas na sociedade.

Palavras-chave: Antagonista. Gênero. Animação.

INTRODUÇÃO

Logo após o seu surgimento, no século XX, a indústria cinematográfica se inseriu no cotidiano da população como forma de manifestação cultural pela via entretenimento. Porém, a partir do seu desenvolvimento técnico e amplitude de alcance, passou a ser utilizada também como artefato para difundir valores e ideologias, principalmente aqueles produzidos pela classe dominante (GIROUX, 1995).

Tais artefatos passaram a influenciar diretamente na cultura social, inicialmente de maneira sutil. O campo de animação infantil, por ser tido como inofensivo, a princípio foi deixado de lado por muitos anos, sendo que apenas em meados da década de 90 iniciou-se um olhar mais apurado para esses longas metragens (GIROUX, 1995).

Compreendendo as especificidades de cada sociedade, nesse trabalho, o conceito de cultura utilizado é o do antropólogo Ralph Linton (1970) o qual a define como nada mais do que a maneira de se organizar e viver que cada sociedade apresenta. Em meio a essa realidade é possível des-trinchar a cultura a partir de questões macro até as microssociais, por exemplo, a maneira em que sociedade se estrutura sociedade em si, até as escolhas de vestimentas pessoais.

Por funcionar como um norteador de comportamento, estabelece padrões de respostas esperadas frente a determinadas situações. Tais padrões culturais funcionam como forma de conservação da estrutura social, podendo-se dizer assim, que o indivíduo tem a opção de se adequar ou não a eles, mas que ao negá-los terá de enfrentar as conseqüências negativas decorrentes de suas escolhas. (LINTON, 1970).

Dentre os conceitos padronizantes da sociedade, encontra-se a hierarquia de gênero, construída a partir da lógica binária sexual dividida entre feminino e masculino. Tal ideologia fomenta, então, um discurso normatizador no qual a classe dita feminina é subalterna à classe masculina. Compreende-se assim, que ao sujeito se denominar como mulher, independente de classe, idade ou etnia, recai em determinados estereótipos específicos ligados a reprodução, cuidado e submissão, da mesma maneira que ao se denominar homem, recai sobre o indivíduo estereótipos ligados a dominação e virilidade. Dentre esses estereótipos, construídos relacionando a vivência e o comportamento pessoal, deve-se estar alinhado o sexo, gênero, desejo e prática sexual, necessariamente de acordo com a matriz heteronormativa. (BUTLER, 2003).

33 Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: biancahamad@hotmail.com

34 Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora da Graduação em Psicologia e Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: carrefran@me.com

Tendo essas questões como premissa, analisando a cultura e estereótipos gênero, bem como, considerando a indústria cinematográfica de animações como multimilionária e produtora não apenas de longa metragens, mas também de diversos artefatos culturais que incidem e impactam no cotidiano da população, independente de classe social, levanta-se o questionamento de como é retratada a performance de gênero da figura da personagem antagonista nos filmes, analisando animação da década de 90, Aladin (1992) e comparando-a com A princesa e o Sapo (2009), produzida na primeira década de 2000, buscando assim identificar os estereótipos presentes em tais personagens, bem como possíveis modificações nas representações com o passar dos anos.

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO – CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE

Nas produções midiáticas de cinema há uma representação de papéis bem delimitados das personagens conforme sua expressão de gênero, reforçando a construção de que mulheres devem ser pacíficas, belas e estar à espera de um homem corajoso, forte e heroico, para que se case e seja feliz para sempre. A naturalização dessas performances restritivas pelas animações da Disney, retratam um modelo a ser seguido, pela via heteronormativa de viver, caso deseje ter uma vida feliz e completa (GIROUX, 1995).

Para melhor compreender a construção do gênero nesse âmbito, utiliza-se a autora Judith Butler (2003), a qual realiza uma análise da afirmação de que a natureza, intrínseca desde o nascimento, é externalizada pelo sexo biológico e antecede o conceito social de gênero. Tal conceito de gênero expresso aqui não se delimita ao binarismo de diferenciação sexual, que consolida a matriz heterossexual, mas sim se constitui através da ação, ou seja, se diferencia dos demais conceitos que o haviam colocado como uma substância interna da pessoa, passando a ser compreendido através da forma e não do conteúdo, com uma visão estruturalista, na qual a interioridade é produzida na prática do sujeito através das suas interações (BUTLER, 2003).

A partir disso, é possível compreender a questão da performatividade, levando em conta que o gênero não é algo intrínseco, mas sim feito e na representação do fazer não há quaisquer expressões que sejam falaciosas, pois o ser é o que está se propondo a performar naquele momento. Logo, assim como os personagens são fluidos, as identidades também o são, porém esses atos são repetições baseadas nas normas já cristalizadas dos estereótipos e reafirmadas por tais performances dentro da heteronormatividade. Nos casos em que a chamada natureza, o sexo, e o dito gênero feminino e masculino, dentro dos padrões, se encontram, a escolha sobre a expressão do seu próprio gênero é extremamente reduzida pela imposição social (BUTLER, 2003).

Dentro desse espectro social, é possível observar identidades que não seguem tal norma vigente, ou seja, performances dentro da cultura, marginalizadas e excluídas da cultura dominante que incide sobre todos, como por exemplo, a expressão bissexual e homossexual. Butler (2003) enfatiza o fato de que não há uma exclusão real, mas sim uma restrição social devido ao desvio da norma:

O que permanece “impensável e “indizível” nos termos de uma forma cultural existente não é necessariamente o que é excluído da matriz de inteligibilidade presente no interior dessa forma; ao contrário, o marginalizado, e não o excluído, é que é a possibilidade cultural causadora de medo ou, no mínimo, da perda de sanções. Não ter o reconhecimento social como heterossexual efetivo é perder uma identidade social possível em troca de uma que é radicalmente menos sancionada (BUTLER, 2003, P. 139).

É relevante pontuar que mesmo dentro da homossexualidade, as pessoas ainda buscam, majoritariamente, seguir o padrão heterossexual compulsório de comportamento até mesmo dentro de suas relações, exercendo papéis próprios do que seria adequado a uma mulher ou a um homem. Porém, ao mesmo tempo, a sociedade procura moldar o corpo homossexual com determinados estereótipos com viés pejorativo, contribuindo ainda mais para sua marginalização (BUTLER, 2003; MARTINS, DOS SANTOS & TEIXEIRA, 2016).

Para compreender tais estereótipos que incidem sobre o corpo homossexual, é necessário analisar sua socialização desde a infância, atendo-se às expectativas e padrões nos quais são submetidos desde a tenra idade (WELZER-LANG, 2001). No presente estudo será destrinchado a questão da homossexualidade masculina, ou seja, do homem gay, considerando as divergências entre a socialização dos mesmos e das mulheres homossexuais.

Quando há o impulso de crianças do gênero masculino para que se agrupem com outros meninos, deixando de lado as meninas, inicia-se a construção do masculino de maneira mais enfática. Nesse período despertam as brincadeiras envolvendo o falo e a erotização predominantemente, buscando sempre a virilidade. À medida que as fases da vida vão sendo vencidas, os mais velhos, já iniciados nesse ciclo, introduzem, ajustam e, quando necessário, punem, os mais novos, e assim sucessivamente. Esses ritos instituídos visam principalmente se afastar e distinguir do que é ser mulher. (WELZER-LANG, 2001).

Nesse contexto, em um primeiro momento, há um intenso sofrimento físico e psicológico do menino para incorporar esse ser viril, másculo, competitivo e violento. Já em um segundo momento, ele reproduz para com seu semelhante situações análogas às que passou. Sendo assim, o tornar-se homem gira em torno de alguns níveis de sofrimento, para que nesses grupos “monossexuados se incorporem gestos, movimentos, reações masculinas e todo o capital de atitudes” (WELZER-LANG, 2001; ANDRÊO et al, 2016).

Logo, a masculinidade hegemônica, sendo essa representada por um comportamento que se espera de uma figura masculina, podendo ser mutável de acordo com a época em que se está vivendo, tem em comum alguns aspectos muitas vezes inalcançáveis pela maioria dos sujeitos, porém ainda vista como um modelo a ser seguido. Em relação ao sujeito homossexual, quando passa a assumir-se como gay, torna-se estigmatizado, associado a trejeitos femininos, com perfil passivo, pesando sobre ele um tratamento igual ao que se dá as mulheres, deixando assim, sua posição de poder frente aos demais homens (WELZER-LANG, 2001).

Pode-se afirmar dessa forma, que os estereótipos, tidos como pejorativos socialmente que recaem sobre os gays, são semelhantes ou os mesmos, que recaem sobre as mulheres. Não apenas incluem comportamentos submissos, mas também a forma de se portar como um todo. (LOPES, 2010). O ato de negar sua posição de poder para assemelhar-se com o gênero feminino, conforme difundido pela cultura dominante dentro da matriz heterossexual compulsória, ocasiona uma repulsa social, tornando esses corpos abjetos e colocados à margem da sociedade. É negado-lhes assim, muitas vezes, além do direito à cidadania, o direito à existência, podendo ser externalizado das mais diversas formas através de práticas homofóbicas (ANDRÊO et al, 2016).

Dado esse contexto, os homens estão passando por um processo contínuo ao longo dos anos, buscando encontrar uma maneira de viver sua masculinidade fugindo dessa hegemonia padrão, que também inclui estereótipos de raça e classe, além dos já destacados aqui. Considerando que, dessa forma, tem a opção de performar ou não determinados trejeitos de quaisquer gêneros, independente de sua orientação sexual. Tarefa conflituosa, visto que a cultura dominante permanece tentando alinhar sexo-gênero-desejo-prática sexual (LOPES, 2010).

ANIMAÇÃO INFANTIL

Por mais que no âmago do surgimento do cinema, no século XX, seu objetivo tenha sido, em uma primeira instância, científico e documental, logo foi aprimorado e então apropriado pelo sistema capitalista, tornando-se uma indústria cinematográfica, que visava multiplicar o capital por meio do entretenimento. Além do interesse econômico, por intermédio dos meios de comunicação de massa, passou-se a se difundir ideologias hegemônicas que acabam por reproduzir e perpetuar as relações de dominação existentes na sociedade nos mais diversos âmbitos, como classe, raça e gênero (SANTOS, 2015).

É visível a influência das artes visuais na constituição da cultura social. A cultura pode ser compreendida como o modo de funcionar de determinada sociedade, cada qual com suas especificidades. Ela age ditando padrões de conduta social e pessoal dos indivíduos, ou seja, com o passar do tempo, o coletivo acaba por determinar comportamentos individuais passados de geração em geração, dentro de uma certa margem variável. Porém, é preciso considerar que não há elementos compartilhados por todas as pessoas da sociedade, por exemplo, padrões emitidos e transmitidos por adultos, muitas vezes não serão compartilhados por crianças pequenas da mesma forma e, por tal motivo se faz necessário uma adaptação nessa difusão visando a manutenção da estrutura social (LINTON, 1979).

Assim, é possível assegurar que inicialmente se entra em contato com uma sociedade através

de seus aspectos manifestos e, que em um segundo momento, identifica-se os aspectos ocultos compostos por seus valores. De igual forma, quando se busca uma mudança social, deve-se focar primeiramente em aspectos manifestos materiais, para, conseqüentemente, modificar seus padrões e condutas (LINTON, 1979).

Com a produção de artefatos materiais, englobando filmes e objetos concretos estampados com personagens de suas produções, a Disney se insere no cotidiano da população. Dessa forma abre-se uma porta de acesso direta ao espaço privado e individual, conseqüentemente expandindo-se a possibilidade de difundir valores, bem como padrões de condutas sociais por meio de suas produções (LINTON, 1970; GIROUX, 2005).

O mundo utópico dos longas metragens é o local “onde os sonhos se tornam realidade”, mas com a condição de que se siga um padrão específico de gênero, orientação sexual e raça, principalmente. Dessa maneira, acaba-se contribuindo com a estigmatização e marginalização dos sujeitos desviantes. Baseado nessas premissas, as personagens são construídas em torno de um enredo que as separa entre mocinhos e vilões, os quais necessariamente devem ter finais felizes ou punitivos, de acordo com a sua conduta ao longo da história (SANTOS, 2015).

Já em relação à construção do gênero nos personagens antagonistas, pode-se observar que não condizem estritamente com as normas sociais, conforme os heróis e heroínas retratados. Quando se trata de alguém supostamente do gênero feminino, há trejeitos extremamente estereotipados beirando ao grotesco com extremas maquiagens, roupas espalhafatosas, além de um perfil agressivo e sedutor sem performar a feminilidade. Ao mesmo tempo, ao retratar o gênero masculino, a vilania de maneira geral apresenta um corpo delicado, sem força física, com um perfil invejoso e ganancioso, sem se importar em conquistar alguém romanticamente (LIVOLLMER & LAPOINTE, 2003).

É interessante ressaltar que os vilões são retratados como seres isolados da sociedade no âmbito relacional, porém muitas vezes também vivem em lugares remotos e não acolhedores. Não há “final feliz” para essas personagens, sendo elas dignas de repulsa, acabando de maneira trágica, com a morte ou castigadas pela eternidade (SANTOS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou compreender como é retratada a performance de gênero da figura do antagonista em filmes de animação infantil, comparando filmes de diferentes épocas, de uma das maiores empresas cinematográficas de todos os tempos, o Walt Disney Studios.

Ao analisar o gênero das personagens antagonistas a partir das concepções teóricas de Judith Butler (2003), foi possível constatar a construção de identidades transgressoras, visto que Jafar e Dr. Facilier não performam a masculinidade conforme os estereótipos da ideologia dominante.

Compreendendo que o conhecimento não se difunde apenas através da educação formal, mas também por meios populares, como canais de entretenimento, ingressou-se no universo cinematográfico de animações, cujo público alvo é especialmente crianças. É evidente que tais filmes não se findam apenas no divertimento, mas sim transmitem uma determinada ideologia, com valores e papéis específicos, auxiliando assim no entendimento de mundo desde a infância, conforme teorizou Giroux (1995).

Esse movimento de se inserir no universo social com artefatos materiais, por meio dos filmes e também dos mais diversos materiais que são produzidos e estampados com personagens referentes aos mesmos, conforme nos elucidava Linton (1970), é a maneira mais eficaz de se introduzir em uma cultura. Após dar esse primeiro passo é possível difundir valores e crenças morais sobre os sujeitos, modificando a cultura em que estão inseridos, de maneira sutil.

Constatou-se ao longo desse estudo que a imagem do vilão é construída de maneira transgressora e ao longo do enredo a personagem é tratada com repulsa pelos demais, que convivem com elas apenas por medo, se livrando delas assim que têm a oportunidade. Além disso, a construção de sua identidade não normativa, isto é, a maneira de se portar, de agir e de se vestir semelhante as personagens femininas das animações, reforça o estereótipo masculino do herói. Com isso é reafirmado a misoginia subentendida nas relações expostas nesses âmbitos, pois o que está atrelado ao feminino é tido como ruim e deve ser evitado, ou mesmo extinto.

Apesar de não ser o enfoque do estudo, notou-se que além da questão do gênero, no que diz respeito a representação racial das personagens também é efetuada de maneira caricata, se opondo aos personagens representados como bons que permanecem com traços ocidentais brancos, independente de sua cor de pele. Em específico, Dr. Facilier é retratado como um feiticeiro efetua práticas atribuídas a religiões de matriz africanas a partir de um olhar eurocentrado, ou seja, suas práticas são rodeadas de ganância e falácias, sendo enfatizado uma conotação negativa pelas demais personagens em diversos momentos. Notou-se aqui um vasto campo a ser explorado em estudos posteriores acerca da representação de raça nas animações infantis.

No fim de ambas as histórias, mesmo com uma diferença de quase duas décadas entre elas, Jafar é preso em uma lâmpada para sofrer eternamente e Dr. Facilier é levado para o outro lado, ou seja, morto, ambos com finais trágicos e celebrados pelas demais personagens. Levanta-se então a hipótese, a ser aprofundada em estudos posteriores, levando em consideração a influência que as animações tem na constituição da subjetividade, principalmente infantil, e na própria cultura em si, que uma construção repulsiva da imagem de sujeitos transgressores nesses filmes, levam os indivíduos a generalizarem essa repulsa para a vida real, levando a uma sistemática não aceitação de pessoas não normativas, perpetuada ao longo dos anos pela indústria que é financiada pela ideologia dominante.

REFERÊNCIAS

- ANDRÊO, C. et al. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 16, n. 1, p. 46-67, 2016.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.
- CITOLIN, M. M.C. Representação da negritude: uma análise da primeira princesa negra da Disney em “A Princesa e o Sapo”. 2017. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017.
- DE MELO, V. A. A ANÁLISE DA PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, O LAZER E A ANIMAÇÃO CULTURAL. 2002.
- GIROUX, H. A disneyzação da cultura infantil. Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995 p. 49-81.
- GIROUX, H. A. The mouse that roared: Disney and the end of innocence. Lanham MD: Rowman and Littlefield Press, 1999.
- GIROUX, H. A. A Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*, 2005, v. 6, p. 132-158.
- LINTON, R. Cultura e personalidade. São Paulo: Mestre Jou, 1979.
- LINTON, R. O Indivíduo, a Cultura e a Sociedade. In: CARDOSO, F.H. e IANNI, O. *O Homem e Sociedade*, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1970, p.98 - 102.
- LI-VOLLMER, M; LAPOINTE, M. E. Gender transgression and villainy in animated film. *Popular Communication*, v. 1, n. 2, p. 89-109, 2003.
- LOPES, M. Homens como outros quaisquer. Subjetividade e homoconjugalidade masculina no Brasil e na Argentina, 2010.
- LOPES, K. E. L.S. Análise da evolução do estereótipo das princesas Disney. 2016.
- MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 8. Rio de Janeiro Atlas 2017.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. Rio de Janeiro Atlas, 2017.
- MARTINS, L. P; DOS SANTOS, A. V. G; TEIXEIRA, R. L. P. Homossexualidade e Corpos Estereotipados. *RE-LACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 2, n. 4, p. 370-380, 2016.
- MOMBELLI, N. F; TOMAIM, C. S. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. *Lumina*, v. 8, n. 2, 2014.
- NASCIMENTO, F. D. F. Entre aparências e contrastes: imaginário do masculino nas animações Disney. 2018.

152 f. Tese de Mestrado - Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2018.

RAMOS VOSGERAU, D. S; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Revista Diálogo Educacional, v. 14, n. 41, 2014.

SANTOS, C. C. O vilão desviante: Ideologia e Heteronormatividade em filmes de animação longa-metragem dos estúdios Disney. 2015. 143 f. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

PRINCESA e o Sapo, A. Direção: Ron Clements, John Musker. Disney, 2009. 1 DVD (97 min).

ALADDIN. Direção: Ron Clements, John Musker. Disney, 1992. 1 DVD (90 min).

HETERONORMATIVIDADE E USO DO YOUTUBE COMO MÍDIA ALTERNATIVA: LEVANTAMENTO DOS CANAIS LGBTI+

Adrian Busch³⁵

RESUMO

Este trabalho versa sobre a heteronormatividade como fato normatizado pela cotidianidade. Entende as expressões LGBTI+ no Youtube como possibilidade de disputar, de certa forma, a hegemonia hétero através desse espaço de comunicação. Mas, sinaliza a complexidade do termo, com o conceito de Gramsci, a partir do levantamento dos canais LGBTI+. Assim, observa a reprodução de outros padrões de opressão na dinâmica de alcance desses conteúdos, visto que a cultura digital, apesar de oferecer possibilidade de uma comunicação mais democrática e plural, é produto da estrutura social que estamos inseridos, com raízes profundas no histórico patriarcal, racista e classista. Para isso, faremos uma análise do conteúdo dos três canais brasileiros com expressões LGBTI+ com maior número de visualizações na semana do dia Internacional do Orgulho LGBTI+ de 2019.

Palavras-chave: Hegemonia. Cotidiano. Heteronormatividade. YouTube. Canais LGBTI+.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão pretende apontar as estruturas que suportam o fenômeno da heteronormatividade³⁶. Partindo da observável e notória cristalização da heterossexualidade e padrões cisgênero na mídia hegemônica, temos como objetivo expor as características do sistema social que sustentam essa norma, marginalizando a diversidade sexual baseada em uma dominação patriarcal e classista. Pós essa observação, pensamos a cultura digital, que aparentemente apresenta características mais democráticas de comunicação, como um ambiente para produção de conteúdos alternativos a esses discursos. Ou seja, discursos que abarquem a diversidade sexual como pauta. Para tanto, não podemos deixar de enxergar as limitações desse espaço de comunicação, que também faz parte de uma lógica do capital e por isso espelha outras estruturas hegemônicas, ainda que se pretenda alternativa.

Fizemos então, um levantamento dos canais com temáticas LGBTI+ no YouTube organizados hierarquicamente em número de visualizações com intuito de observar quais tem mais potência (de alcance numérico) e quais dessas estruturas hegemônicas são refletidas como fenômeno, ainda que em uma mídia entendida pelo senso comum como alternativa e com temática que contradiz uma das normas estabelecidas (hétero). Para isso, analisamos os três canais com maior abrangência (visualizações) dessa lista, tomando como intervalo de tempo o período de 23 a 29 de julho de 2019, começando pelo dia da maior Parada LGBTI+ do Brasil, em São Paulo (domingo, 23 de julho) e passando pelo dia Internacional do Orgulho LGBTI+ (28 de julho) para fazermos uma descrição dos canais e verificarmos as pautas abordadas nesse recorte de tempo em que a pauta LGBTI+ estava em destaque em todo mundo. Assim, podemos observar que esses discursos vão de encontro com a heterossexualidade compulsória promovida pela mídia tradicional, mas que há uma reprodução de predominância masculina e com observável recorte de classe, visto que seu fazer é também estruturado pelo sistema capitalista.

Não pretendemos descartar a importância dessas alternativas no YouTube como discurso contra a heteronormatividade, mas apontar que o cotidiano está intimamente atrelado ao capital e por isso suas ferramentas de comunicação acabam por refletir as desigualdades que o sistema produz. Assim, mesmo a produção de uma mídia alternativa à hegemonia tradicional esbarra nas limitações do cotidiano capitalista e suas opressões.

OS CANAIS LGBTI+ NO YOUTUBE

A heteronormatividade é a forma de organização social pautada pelo modelo heterossexual que mantém acordo com os padrões de performatividade de gênero (BUTLER, 2015) estabelecidos com o sexo biológico. Ou seja, pessoas que tem sexo biológico feminino performam o gênero como convém as normas sociais para que ela seja mulher hétero, e o mesmo com homens que tem sexo biológico masculino. Levando em conta que vivemos em uma sociedade heteronormativa, trouxe-

35 Mestranda em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Jornalista pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(UFRRJ). E-mail: adriancomunicacao@gmail.com

36 Por heteronormatividade, entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família. (CALEGARI, 2006).

mos como objeto para esse artigo a produção de conteúdo LGBTI+ como contra-hegemônico a partir da perceptiva de que a heteronorma é uma das opressões hegemônicas sociais. Assim sendo, e entendendo cotidiano a partir da perspectiva de Agnes Heller (1970), observamos que as expressões heterossexuais e cisgêneras³⁷ são naturalizadas no cotidiano e tem reforço na produção de conteúdos de comunicação tradicionais. A heteronormatividade é também uma presunção sobre a sexualidade das pessoas, tendo hétero-cis como norma e outras sexualidades e expressões de gênero como desviantes. Exemplo disso é que apenas os não heterossexuais precisam “se assumir”, já que está dado que o esperado (e desejado) é a heterossexualidade. Essa presunção é um tipo de preconceito social gerado pela cotidianidade. Ou seja, algo que assimilamos de nosso ambiente e aplicamos espontaneamente em casos concretos através de mediações. (HELLER, 1970. p.49). “Partimos do fato de que a vida cotidiana produz, em sua dimensão social, os preconceitos, bem como de que a base antropológica dessa produção é a particularidade individual, ao passo que o “tecido conjuntivo” emocional é a fé.” (HELLER, 1970. p. 50). É nesse contexto que criamos uma sociedade em que a heterossexualidade é compulsória e a diversidade sexual e de gênero, desviante. Com isso em vista, observaremos a listagem dos canais, organizados hierarquicamente por número de visualizações, a fim de encontrar quais desses preconceitos tem sido mais facilmente negociados em sociedade através da maior aderência aos conteúdos.

O nosso cotidiano, que tem o comportamento hétero naturalizado, tende a ultrageneralizar a sexualidade das pessoas. Por isso, entendemos que as expressões não heteronormativas são capazes de negociar e pôr em cheque a naturalização cotidiana daqueles comportamentos a medida que quebra o padrão cis-hétero. Ainda que essas expressões sejam vistas como desviantes à regra, a sua existência e expressão, contribuem para uma crescente pressão social no que diz respeito a disputa e negociação dessa norma. Por isso, é muito importante que observemos com atento olhar as possíveis contribuições dessa ferramenta de comunicação na negociação histórica por produções que abarquem pessoas LGBT+ e suas pautas específicas, bem como as possíveis armadilhas de cooptação de pauta em favor do sistema. Além disso, a heteronormatividade é regra nas representações midiáticas, e apesar de ser associado à heterossexualidade, o termo carrega também outras normas pelas quais a sociedade está organizada. Assim, mesmo nas tentativas de transgressão, ela é o modelo. A monogamia e o casamento, por exemplo, são características heteronormativas difundidas como regra social mesmo em representações homoafetivas. Se tomarmos de exemplo as telenovelas brasileiras, que são grandes meios de produzir estereótipos devido ao grande poder cultural, apresentam, veremos narrativas heteronormativas como temática principal, mesmo aquelas que representam de alguma forma à comunidade LGBT. Podemos perceber isso analisando, por exemplo, as novelas da maior rede televisiva do país, a Globo (COLLING, 2007). Percebe-se que a narrativa do gay é abordada a partir de estereótipos de gênero e sua representação atende aos padrões heteronormativos, contemplando o binarismo de gênero.

No jornalismo não é diferente da dramaturgia. Darte(2008) analisa em seu artigo uma reportagem do Globo Repórter que caracteriza bem a representação homossexual jornalística nos dias de hoje. O valor-notícia da matéria analisada era a adoção de um menino pela namorada de sua mãe. O casal vive com o filho em uma rua com vizinhos de “família tradicional” (pai, mãe e filhos) e a reportagem foca em afirmar características heteronormativas da família construída a partir da união de duas mulheres. Fala do casamento, da monogamia, e ainda mostra características que afirmam a masculinidade do filho como jogar futebol e videogame. Ou seja, temos “a norma como paradigma de sua própria transgressão” (DARTE, 2008. p. 227).

É nesse contexto de representações heteronormativas que podemos observar a consolidação do preconceito a diversidade sexual e de gênero, e pensamos a possibilidade de comunicação através do YouTube como uma alternativa que pessoas da comunidade LGBT+ possuem para se expressarem e colocarem em pauta suas questões. Assim, fizemos um levantamento dos canais LGBT+ no YouTube. Como critério selecionamos não só aqueles que tem a causa como temática principal, mas também os que tem como produtores pessoas da comunidade LGBT+ que falam

37 Cisgênero é a pessoa que se reconhece como pertencendo ao gênero que foi compulsoriamente designada quando nasceu. Ou seja, nasceu com um pênis e por conta disso, foi compulsoriamente designado como homem e se reconhecem como homem; nasceu com vagina e foi compulsoriamente designada como mulher, e se reconhece como mulher. < <https://www.dicionarioinformal.com.br/cisg%C3%AAnero/> > Acesso em 10 de ago de 2019 .

sobre sua sexualidade ou identidade de gênero no canal. Para isso, buscamos na plataforma os termos-chave? “LGBT”; “Gay”; “Lésbica”, “Bissexual”; “Trans”; “Como eu me assumi”. Busca que também possibilitou encontrar outros canais a partir dos “vídeos recomendados”.

Visto que é preciso não só olhar os indicativos numéricos mas também analisar os conteúdos e discursos desses canais, o levantamento pretende contribuir para pesquisas futuras sobre diversidade sexual e de gênero no YouTube, incluindo a pesquisa de mestrado em desenvolvimento no momento. O levantamento é um primeiro apontamento para o desenvolvimento de questionamentos sobre a produção de conteúdo e alcance da temática analisada. Trazemos como resultado o fato da expressão numérica de visualizações e inscritos estar atribuída majoritariamente a homens cisgêneros. E, neste artigo, analisamos os seus conteúdos em um recorte de tempo para pensarmos sobre hegemonia e sua negociação.

HEGEMONIA HETERONORMATIVA E SEUS REFLEXOS NO DIGITAL

Em nosso levantamento de canais podemos perceber a majoritária presença de homens no topo da tabela organizada por número de inscritos. O que nos leva a pensar sobre quais seriam os sintomas sociais que produzem esses números. Entendemos a menor visibilidade feminina quando se trata de conteúdos de diversidade sexual como um fenômeno que tem como essência, estruturas históricas complexas baseadas no patriarcado. Queremos apontar que a negociação de valores e preconceitos se dá por brechas abertas por pessoas que fazem parte de alguma forma de grupos hegemônicos.

O homem-cis-branco ocupa um espaço social de privilégios que o oportuniza articular sobre seus direitos enquanto cidadão e inserir a questão da homossexualidade. Temos uma configuração em que quanto menos regras sociais são quebradas maior é a facilidade de adaptação do sistema para integrar aquela pessoa sem que a estrutura capitalista seja abalada. Daí a importância da interseccionalidade na negociação de sentidos que a quebra da heteronormatividade proporciona. As diversas faces da hegemonia que mantém a estrutura social como conhecemos produzem diversos tipos de opressões e é sintomático que os canais mais bem-sucedidos nas métricas de desempenho do YouTube sejam aqueles que ecoam mensagens e outros padrões hegemônicos.

A cultura digital e suas possibilidades mais democráticas de fazer comunicação é uma importante ferramenta para a comunicação, resistência e empoderamento (BERTH, 2018) de diversas minorias (SODRÉ, 2005). Porém, é preciso que observemos as expressões digitais as mediações desse processo, bem como a complexidade da internet enquanto meio de comunicação. A cultura digital, como extensão de nossas vivências cotidianas, reflete as opressões produzidas pelo nosso sistema social. As comunicações online tem um potencial muito mais democrático, mas também estão inseridos na lógica e estrutura hegemônica.

O termo hegemonia foi originalmente conceituada por Lênin em 1905, mas foi com Antônio Gramsci que ele teve destaque e aprofundamento (GRUPPI, 1978). O Autor entende que a conservação da hegemonia se dá em níveis profundos para construção do consenso. “Se o que aprendemos fosse meramente ideologia imposta (...), seria – e isso seria ótimo – algo muito mais fácil de ser derrubado.” (WILLIAMS, 2005 p.218) Sendo hegemonia não (só) um processo coercitivo, mas ideológico e estrutural, não só os grandes aparelhos de mídia hegemônica contribuem para a construção e manutenção das hegemonias que sistematizam e sustentam o sistema capitalista. Isso porque, ainda os conteúdos de mídias alternativas são produzidos por pessoas que são formadas no cotidiano de ideologia hegemônica e estruturadas pelo mesmo sistema. A cultura digital e suas possibilidades mais democráticas de fazer comunicação também tem seus conteúdos produzidos por indivíduos inseridos na cultura, ideologia (THOMPSON, 2011) e estrutura hegemônica de poder. O pensamento otimista de que a internet pode democratizar a comunicação faz sentido se olharmos para a capacidade e possibilidade da ferramenta, mas é preciso considerar as estruturas que perpassam o acesso aos conteúdos e as ferramentas de produção, bem como as barreiras ideológicas que norteiam a sociedade para a aceitação dessas produções.

É importante que ao pensarmos as expressões LGBT no YouTube como uma produção alternativa, uma vez que temos a heteronormatividade como característica na mídia tradicional, tenhamos em vista não só as limitações e complexidade da ferramenta como também as mediações

(SILVERSTONE, 2004) que permeiam o processo. “A comunicação virtual vem somar-se (jamais substituir ou suplantar) a fontes de veiculação alternativa (...)” (MORAES, 2010. p.74). Nesse sentido, pensamos que as produções de conteúdo por e para LGBT+ como uma forma de ativismo digital (MALINI, 2013) a medida que contribuem para a expressão de corpos e vozes que quebram normas sociais morais.

Entretanto, a hierarquização por alcance desses canais indica alguns sintomas e levanta uma série de possíveis questionamentos. É possível observar pelo levantamento que os 3 canais com maior número de inscritos são protagonizados por homens brancos, que não tem as pautas LGBT+ como principal temática do canal. Seria esse é o perfil de quebra de heteronormatividade aceitável? Afinal, homens podem ter liberdade sexual. Eles são gays mas não falam disso o tempo todo. Eles tem um nível social e de influência alto. Será que esses canais, ao serem comandados por pessoas que não se adequam a heterossexualidade abrem brechas para contra-hegemonia? São questões sobre a passabilidade dos discursos na negociação da hegemonia.

Mulheres lésbicas e bissexuais desafiam duplamente a norma hegemônica, quando não-homem e não-hétero. Suas existências e expressões nos espaços físicos e digitais rompem com a ideia de “naturalidade cotidiana”. A possibilidade de que seus posicionamentos alcancem grande público no YouTube tem grande valor, visto a invisibilidade histórica da diversidade sexual, principalmente a feminina. Não há aqui a intenção de hierarquizar as opressões sofridas. Mas temos claro que há uma tendência a negociação para “inclusão” e não uma força para a quebra das hegemonias que estruturam esse sistema produtor de múltiplas opressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento dos dados apresentados nesse artigo foi feito no dia 4 de agosto de 2019. A tabela completa com os 112 canais encontrados com a temática está disponível no link³⁸. No levantamento listamos 67 canais protagonizados por homens (12 trans; 1 bissexual e 54 gays); 41 mulheres (8 trans; 9 bissexuais; 24 lésbicas); 2 não-binários; 1 apresentado por ambos os gêneros (1 lésbica e 1 gay) e 1 agênero. Dentre esses números, os 5 canais mais acessados são produzidos por homens cisgêneros: “Luba Tv”; “Hotel Mazzafera”; “Diva da Depressão”; “Um Bipolar” e “Põe na Roda” são, nessa ordem, os canais com maior número de inscritos.³⁹ Destes, analisaremos os 3 primeiros, com intuito de observar suas temáticas. O Canal protagonizado por uma pessoa LGBT+ com maior número de visualizações é o “Luba Tv”. Na descrição oficial⁴⁰ disponível no YouTube encontramos apenas a frase “Eu gosto de fazer vídeos”. Analisando os vídeos da semana do Dia Internacional do Orgulho LGBTI+ podemos descrevê-lo como um canal de entretenimento com temáticas variadas.

Podemos perceber a falta de engajamento do canal com o movimento LGBTI+ a partir do momento em que na semana onde a pauta foi assunto em da agenda midiática por conta das Paradas LGBTI+ em todo o mundo, o canal não teve nenhum conteúdo dessa temática. Veja, não pretendemos sugerir que toda pessoa LGBTI+ tenha o dever de falar apenas sobre as pautas da comunidade, afinal, as pessoas têm diversas facetas, habilidades e interesses. Mas a medida em que se dispõe a falar sobre a vida pessoal é sintomático que o canal com mais seguidores e visualizações se abstenha da temática no YouTube.

Seguindo a sequência, temos o canal “Hotel Mazzafera”. O canal dedica-se a entrevistas de entretenimento com famosos. Com dois vídeos por semana, os vídeos são de entretenimento e curiosidades sobre pessoas famosas. As conversas e brincadeiras protagonizadas por Matheus Mazzafera e seus convidados giram em torno do humor em um mundo de celebridades e ostentação. No período de tempo que determinamos o canal não postou nenhum vídeo com conteúdo voltado para a pauta LGBTI+. Inclusive, apesar de falar sobre casais homoafetivos com naturalidade, tem o discurso heteronormativo à medida que também pressupõe a heterossexualidade das pessoas bem como a monogamia. Além disso, o discurso de ostentação gira em torno de padrões de beleza hegemônicos sem problematizá-los.

38 encurtador.com.br/efgO9 Acessado em 25 de ago de 2019.

39 Com base nos números até o dia 01 de setembro de 2019.

40 encurtador.com.br/djpw0 Acessado em 20 de ago de 2019.

Já canal “Diva da Depressão”, que ocupa o terceiro lugar nessa tabela, tem em sua descrição⁴¹ a frase “O veneno chega a escorrer”. O canal fala de cultura pop, “fofocas” da internet e tem tom de entretenimento, mas seu discurso tem maior posicionamento político dentro do entendimento das pautas LGBTI+. Inclusive, participaram da transmissão ao vivo da Parada LGBTI+ de São Paulo e disponibilizaram esse conteúdo em seu canal. Em suas narrativas falam abertamente sobre homofobia, machismo e problematizam alguns padrões hegemônicos como os de beleza de maneira leve e descontraída. Ainda assim, a passabilidade do conteúdo pode estar atribuída a ideia estereotipada dos gays em um discurso carregado de luxo no segmento da moda e fofocas de celebridades.

Essa pequena análise dos três canais que são protagonizados por pessoas LGBTI+ mais acessados do YouTube tem como objetivo ilustrar nosso posicionamento teórico sobre hegemonia e as expressões não-heteronormativas na cultura Digital. Temos observado que a negociação da hegemonia heteronormativa nesse espaço tem se valido de outras opressões para disputar espaços e não necessariamente discursam por uma quebra de paradigmas em um caminho interseccional e sim são incluídos na lógica vigente.

Com tudo isso, podemos concluir que produção de conteúdo LGBTI+ no YouTube contribui para negociação de sentidos sobre os preconceitos construídos na cotidianidade através da quebra do discurso heteronormativo naturalizado, mas, ainda assim, existe um reflexo de desigualdades sociais de gênero na cultura digital. Este artigo teve a intenção apontar a complexidade estrutural que atinge também às mídias alternativas que pretendem pensar em conteúdos contra-hegemônicos. Sendo hegemonia não (só) um processo coercitivo, mas ideológico e estrutural (WILLIAMS, 2005), não só os grandes aparelhos de mídia hegemônica reproduzem e mantêm hegemonias que sistematizam e sustentam o sistema capitalista. Isso porque, ainda os conteúdos de mídias alternativas são produzidos por pessoas formadas no cotidiano de ideologia hegemônica e estruturadas pelo mesmo sistema. Acreditamos que ainda esses discursos que não necessariamente ecoam as pautas LGBTI+ são importantes para o contato daquele público, não necessariamente interessado na temática, tenha contato com a existência dessas pessoas. Pretendemos apontar que a hegemonia, intimamente ligada ao capitalismo, e assim sendo, ligada as opressões que o sistema produz e reproduz. Por isso, mesmo a produção de uma mídia com potencial alternativo esbarra nas limitações do cotidiano capitalista e suas opressões.

REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 8aed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALEGARI, Lizandro. A mulher no Cinema Brasileiro e a tentativa de afastamento da heteronormatividade: uma leitura de Dona Flor e seus dois maridos. Revista Literatura e Autoritarismo: Cinema, música e história, n 7, jan./jun. 2006. Disponível em Acessado em 19 nov. 2017.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. In: Revista Gênero, Niterói: EDUFF, 2007.

DARDE, V. W. S. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. Em Questão. 2008.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. 2010. GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 1988.

HELLER, Agnes. (1970). O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVERSTONE, R. Por que estudar a mídia. São Paulo: Loyola, 2004.

THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.).Comunica-

⁴¹ encurtador.com.br/pyFOX (Acessado em 20 de ago de 2019).

ção e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

WILLIAMS, Raymond. Base e estrutura na teoria cultural marxista. Revista USP, São Paulo, n. 65, p. 210-224, 2005.

NARRATIVA HOMOAFETIVA

Ítalo José Pereira⁴²
Rogéria Costa de Paula⁴³

RESUMO

O presente trabalho é um recorte da minha monografia onde realizei a análise da autobiografia de um militante homoafetivo que retratou em seu livro sua trajetória de identificação como homem-homossexual e sua saída do armário. Neste ensaio debruço-me sobre a vida desse autor e mostro as formas como ele dialoga com seus interlocutores por meio do discurso ao posicionar-se utilizando a Língua Portuguesa. Discuto temáticas relacionadas a gênero/sexualidade, a teoria “queer” e a construção de gênero. A análise que se seguiu teve caráter linguístico discursivo-descritivo pautada nos pensadores Van Langehove e Harrè (1999) que versam sobre os modos de como o indivíduo produz e tenta construir conhecimentos sobre si e sobre os outros. Atréados a essa teoria recorri ao pensador Wortham (2001) e suas cinco pistas de interação que atribuem vozes aos indivíduos. E como pano de fundo e fundamentando todas as teorias aqui propostas utilizarei fragmentos (recortes) das memórias do autor onde o mesmo narra sua descoberta, frustrações, entrada e saída do armário tomando sempre por base o uso da Língua Portuguesa por meio de verbos enunciativos, adjetivos, expressões, sentenças e semânticas na tentativa de caracterizar e performatizar a narrativa que Viana aprendeu sobre si mesmo na construção de seu gênero/sexualidade e vivência da homossexualidade declarada.

Palavras-chave: Discurso. Homossexualidade. Narrativa. Posicionamento/ Performance.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, discuto a temática de gêneros/sexualidades fundamentado em pesquisas realizadas por distintos autores de renome nacional e mundial tais quais, Judith Butler (1999), Garcia Louro (2010), Moita Lopes (2010), Costa de Paula (2010) etc. Nesse tocante, entre as principais teorias que subjazem esta investigação destaca-se a teoria “queer”.

Início trazendo em voga as teorias de posicionamento que abalizaram a dinâmica de interpretação dos relatos de Fabrício Viana perfazendo suas performances de gênero descritas em seu livro intitulado – “O Armário, Vida e Pensamento do Desejo Proibido” –, questionando a aceitação da sua homoafetividade e explorando seu lado “queerizante”.

Emprego o termo homoafetividade na tentativa de contrastar a forma que homens e mulheres têm de se relacionarem afetivamente por meio de seu gênero/sexualidade, na tentativa de elucidar o atributo de que os homossexuais têm uma vida desregrada às quais lhes interessam o sexo em si. E a partir dessas ideias centrar esforços nos estudos de gênero e sexualidade, tomando por base as narrativas/discursos que empregam aos indivíduos formas culturais de se posicionar. Essas mesmas narrativas nos colocam diante de dois tipos de performances, a binária – que é a seguida socialmente, a hegemônica – e a transgressora, que rejeita abertamente o binarismo e quer constituir uma sociedade igualitária nas formas de representação dos gêneros.

TEORIZANDO POSICIONAMENTOS

A teoria de posicionamento foi constituída pela pesquisadora da área da psicologia Hollway, em 1984. Para ela, os “discursos tornam posicionamentos possíveis”. Assim os posicionamentos destacam as formas como as pessoas irão se localizar umas com as outras em determinadas interações ao construírem significados conjuntamente. A pesquisadora argumenta que “as pessoas investem em posições particulares nos discursos e conseqüentemente em relação umas às outras” e ressalta ainda que diferentes tipos de identidades coexistem, de modo que as pessoas criam múltiplos posicionamentos de acordo com as interações entre os participantes.

Na análise que seguirá, utilizo as noções de posicionamento de Wortham (2001) que em sua pesquisa, percebe que “os indivíduos são vistos como sujeitos de suas vozes em dada interação e não como simples seres receptivos da mensagem, posicionados nas conversas sem possibilidades de atribuírem resistência”. O pesquisador focaliza os posicionamentos que as pessoas postulam em narrativas que criam umas para as outras, especificamente, narrativas autobiográficas nas quais, segundo o autor as pessoas não só descrevem um eu preexistente como também explicam como são constituídas interacionalmente. Na narração, as pessoas utilizam pistas linguístico-discursivas que servem para posicionar tanto o narrador quanto as personagens da história narrada e seus ou-

42 Pós-Graduado em Literatura Brasileira pela Faculdade São Braz (2015). E-mail: ijgpereira@gmail.com

43 Doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp (2010). E-mail: rcostadepaula@gmail.com

vintes. (Worham 2001) descreve cinco pistas interacionais que evidenciam os posicionamentos dos narradores.

A primeira pista descrita pelo autor é a referência e a predicação, expressões que caracterizam as vozes do referente dentro de um dado contexto. A função de referentes e predicadores, geralmente é exercida por meio de adjetivos e outros predicadores que servem para vozear e avaliar as personagens.

Descritores metapragmáticos, são pistas que incluem verbos de ação, basicamente, verbos de enunciação, usados para declarar como algo fora dito, avaliando o que foi falado.

Citação - combina referência a um falante citado, verbo metapragmático e enunciação citada com o intuito de representar algum exemplo de fala. Também identifica a personagem como um tipo de pessoa que fala com certa voz.

Índices avaliativos – servem para avaliar e posicionar o narrador em relação aos personagens, a escolha de itens lexicais, construções gramaticais, sotaques, termos específicos, fatores linguísticos [...] possibilita ao falante indexar suas ocupações, origens regionais, gênero entre outros.

Por fim, a modalização epistêmica, que segundo Worham (2001), “compara o estado epistemológico do narrador no evento de contar e no evento narrado”. Como explica (MOITA LOPES apud COSTA DE PAULA), “os narradores podem estar situados como participantes privilegiados ou como participantes contingentes no evento de contar”. Trata-se, de “uma formulação que localiza o evento fora do tempo e do espaço. É um trabalho que pode ser realizado gramaticalmente, através de verbos que expressam o tempo da ação ou por outras formas linguísticas”.

Na mesma perspectiva de posicionamento, acrescento a pesquisa realizada por Van Langenhove e Harrè (1999), que versa sobre “os modos como as pessoas dinamicamente produzem e tentam explicar conhecimentos que produzem de si mesmos e dos outros”. Tendo em vista esse conceito, será discutido que as práticas discursivas em que, os sujeitos estão envolvidos, os posicionam de acordo com alguns traços identitários. Como cita (CAVALCANTE, 2006 apud COSTA DE PAULA, 2010) nesse tipo de elaboração “um indivíduo emerge por meio dos processos de interação social como alguém que é (re) constituído por intermédio das práticas discursivas das quais participa”. Portanto, é na comunidade de prática de que esse indivíduo participa que será criada, construída e/ou moldada e significa suas performances. Assim, para melhor compreensão de como as pessoas se posicionam interacionalmente em uma conversa, ou mesmo, considerando o caso deste ensaio, em que analiso uma autobiografia historicizada, utilizo as noções de posicionamento em conformidade com o que apresentam (Van Langenhove e Harrè, apud COSTA DE PAULA) que descrevem os quatro tipos de posicionamentos, relacionados a seguir:

1. posicionamento de primeira ordem – uma pessoa se posiciona e posiciona os outros;
2. posicionamento reflexivo – uma pessoa negocia seu posicionamento ou reposiciona-se;
3. posicionamento moral – uma pessoa se posiciona com base em aspectos morais específicos de uma dada instituição social como a igreja, a família, a escola etc.;
4. posicionamento intencional – uma pessoa toma um posicionamento conscientemente, objetivando intenções, e de acordo com quatro tipos de intenção do falante:
 - a) auto posicionamento deliberativo: usado para expressar traços de suas identidades sociais;
 - b) auto posicionamento forçado: usado para conformar-se com um julgamento moral de uma instituição social;
 - c) auto posicionamento deliberativo do outro: usado para dar informações sobre outra pessoa presente ou ausente na interação;
 - d) auto posicionamento forçado do outro: usado para avaliar um indivíduo conforme julgamentos de uma instituição.

Considerando as duas teorias de posicionamento apresentadas para este trabalho, creio, que seja prudente utilizá-las amalgamadas, pois isso contribuirá para uma melhor reflexão dos tipos de posicionamento que interpreto ao fazer análise da narrativa autobiográfica de Fabrício Viana. Isso possibilitará construir uma interpretação sobre os modos como ele significa a homossexualidade, e como ele entende gênero/sexualidade.

ANÁLISE DE TRECHOS DO LIVRO – O ARMÁRIO VIDA DO DESEJO PROIBIDO

Seguindo a teoria de posicionamento de Wortham (2001) e suas pistas interacionais, percebe-se que, o título deste livro remete-nos a primeira de suas cinco pistas, referência e predicação, aqui entendidas como “expressões que caracterizam as vozes dos referentes em um dado contexto linguístico” (WORTHAM, 2001 apud COSTA DE PAULA, 2010), pois a utilização do substantivo, “armário”, será interpretado como o único local onde se podem guardar os instintos e desejos atrelados à homossexualidade. Nessa visão, o armário não é tratado como um móvel qualquer, mas sim aquele em que se podem armazenar em diversos compartimentos os mais profundos, obscuros e sutis desejos, de uma relação afetiva e sexual entre pessoas do mesmo sexo que por uma moral social essa prática é recriminada. Nesse contexto, o armário vira o símbolo de repressão, vergonha, um verdadeiro esconderijo a essa expressão de relacionamento humano.

Considerar-se-á que a utilização da figura de um armário na capa do livro e mesmo o referente “armário” como título de suas memórias interpelará ao leitor a realizar inferências com base nessa autobiografia sobre reflexões no que tange à história e práticas homossexuais no Brasil e no mundo. Esta ideia é reiterada no subtítulo de suas memórias, onde se lê: “vida e pensamento do desejo proibido”. Ao evocar a ideia de armário, lançada no título e a figura do armário na capa, o narrador interpela os leitores para considerarem a possibilidade de vivência ou não vivência desses desejos, a (não) aceitação de sua condição “homo”, e o poder de enfrentamento social de que o indivíduo deverá lançar mão ao longo de sua vida para realmente sair do armário ou nem entrar. Esses processos de narração e interpelação se constituem tendo em vista que os discursos sociais de moral e bons costumes são veiculados, pela igreja, mídia, família, e instituições sociais em geral que atuam, frequentemente, na luta por rechaçar a categoria homossexual que ainda é considerada um viés de grande repercussão ideológica na vida do indivíduo social. E é por intermédio desse contexto social de sujeitos à margem que o livro apresenta a figura de um armário como objeto e esconderijo de desejos e prazeres, vivências de uma existência não abraçada e aceita por um todo.

Início a análise pelas considerações do livro e, identifico fragmentos da teoria de posicionamento de Van Langenhove e Harrè (1999) destacados em *Itálico*, que versam sobre “os modos de como as pessoas dinamicamente produzem e tentam explicar o conhecimento que constroem de si próprias e dos outros”. No livro em foco, o autor/narrador, inicialmente, indica ao seu leitor/ouvinte os contornos que o fizeram elaborar esse livro, que também é a sua autobiografia.

Observe o primeiro fragmento.

Escrevi este livro com a finalidade de levar informações importantes a todos que desejam conhecer um pouco mais sobre a homossexualidade, focando sempre nos conflitos presentes na entrada e na saída do “armário”, isto é, nos fatores que levam uma pessoa a assumir ou não sua homossexualidade para si e para os outros (VIANA, 2010, p.15).

No excerto acima primeiro parágrafo do texto evidencia-se o posicionamento em primeira ordem, (VAN LANGENHOVE e HARRÈ (1999)), pois por meio do verbo em primeira pessoa “escrevi” ao iniciar seu relato pessoal, Fabrício se autoposiciona na intenção de ser visto pelo interlocutor para a leitura como personagem principal da história contada.

Constante na visão de posicionamento entende-se que, no segundo parágrafo das considerações e, em um pequeno trecho do terceiro parágrafo, evidenciam-se o posicionamento reflexivo – onde o autor negocia com seus interlocutores os posicionamentos que serão tracejados ou mesmo se reposiciona.

Sabedor de que em seu último parágrafo, Viana propunha a seus leitores um olhar mais focado nos fatos de estar escrevendo um livro com a temática homossexual, e que por muitas vezes alguns de seus leitores seriam meros iniciantes nessa leitura, Viana se propõe a fazer uma reflexão acerca de como a obra fora escrita e quais circunstâncias determinaram para a culminância da obra. Os trechos abaixo foram ambos retirados de (VIANA, 2010).

A forma com que escrevi é muito pessoal e foi baseada em minha vida, pensamentos e estudos bastantes significativos desenvolvidos ao longo desses anos. Por isso “Vida e Pensamento do Desejo Proibido”, pois ele mostra a minha visão do homem e de um mundo que não é, necessariamente, a visão de todos, me dando bastante liberdade quanto a isso. Tive a preocupação de não confundir o leitor com sua perplexidade, principalmente para aqueles que, pela primeira vez,

venham a ter contato com este assunto.

Conforme consta no ideário da obra em análise depreende-se que, referências substantivadas ou mesmo pistas (WORTHAM, 2001), encontradas no início do primeiro capítulo intitulado “Minha Descoberta” e com o subcapítulo “Minha História”, são utilizadas para nortear o leitor em relação ao que se deve esperar da personagem central da narrativa e para posicionar o leitor ante a história que lhe será contada.

Tacitamente, no primeiro parágrafo desse capítulo Fabrício Viana, inicia a narração de sua vida interpelando o leitor/ouvinte para se engajar em uma reflexão crítica sobre questões de gênero/sexualidade. Para fazer isso, o narrador utiliza uma modalização epistêmica, pois nesse ato de narrar, ele se mostra como participante privilegiado da história que será contada e que, portanto, deverá ser entendida pelo leitor como real. A narrativa autobiográfica de Viana tem início em sua adolescência, por meio por um posicionamento em primeira ordem, como já asseverado no início dessa seção e ela se desenvolve até sua vida adulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os posicionamentos apresentados na análise da narrativa autobiográfica investigada, pode-se destacar que o narrador, em diversos momentos de sua narrativa, toma posicionamentos reflexivos e se reposiciona em relação às performances socialmente esperadas com base nos gêneros/sexualidades das pessoas, colocando em xeque o binarismo que se apresentava como socialmente inscrito e legitimado pela sociedade. Evidenciou-se que no ato de contar sua trajetória de homem-homossexual, o narrador tenta a todo instante demonstrar ao seu interlocutor, homossexual ou não, os posicionamentos (VAN LANGENHOUE e HARRÈ, 1999, WORTHAM, 2001) por ele adotados em situações adversas que o fizeram se constituir como pessoa. Tentei, portanto, analisar, por meio das pistas interacionais de Wortham (2001) e dos tipos de posicionamentos de Van Langenhove e Harrè (1999) os demonstrativos linguístico-discursivos que abalizaram a narrativa, perfazendo a construção do narrador como homem e da “categoria” homossexual. Identificou-se que, os tipos de posicionamento mais recorrentes foram o de primeira ordem onde o narrador se posiciona na intencionalidade de posicionar o outro seja ele, o interlocutor ou algum personagem da autobiografia. Em seguida percebeu-se a utilização do posicionamento reflexivo onde o narrador negocia seu posicionamento com o interlocutor a fim de ser visto/observado. E por último temos o posicionamento intencional com ênfase a sua primeira vertente, o auto posicionamento deliberativo que se constitui por meio dos traços identitários do indivíduo. No que tange às pistas a maior foi a modalização epistêmica, pois o sujeito que narra é o mesmo que sofreu os acontecimentos narrados, ou seja, ele é personagem privilegiado da narração. Concomitantemente, houve várias marcações de referentes e predicadores, demonstrados por meios linguísticos descritivos da Língua Portuguesa.

Observando, ainda, a obra de Fabrício Viana, encontramos os traços da teoria queer, palavra essa que pode ser traduzida como, estranho, ridículo, raro, extraordinário, ou mesmo pejorativamente ao relacioná-la homens e mulheres homossexuais. Ser queer é se coloca contra a normatização, e moralização indébita, é fazer-se oposição. O autor nunca em seu livro se encarou ou se performatizou como autor queer, mas seu estilo de escrita e a forma como aponta a leitura para o viés da liberdade identitária e porque não de gênero, o coloca como um autor queerizante. Viana tenta em seu livro além de fornecer um relato pessoal de sua performance como homossexual, narrar um pouco da trajetória da homossexualidade no mundo e no Brasil a fim de que aqueles que se condicionaram no armário possam se assumir e sair dele de cabeça erguida, inter-relacionando com a citação “to come home, of course, you first had to come out”, é necessário se assumir para poder encerrar a sociedade e a si mesmo.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. How to to do things with words. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BIAL, H. (Ed.) The performance studies reader. London: Routledge, 2003.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 2 ed. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2008/1990.

BUTLER, J. Bodies that matter. New York: Routledge, 1993.

COSTA DE PAULA, R. Não quero ser branca não. Só quero um cabelo bom cabelo bonito!" Performance de corpos/cabelos de adolescentes negras em práticas informais de letramento. Campinas, 2010. Tese de doutorado em Linguística Aplicada. Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Linguagens da Universidade Estadual de Campinas.

GONÇALVES, A. C. Narrativa autobiográfica e Mangá: Uma análise de Gen Pés descalços, História, imagens e narrativas Nº. 6, ano 3, abril/2008.

LOURO, G. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a Educação. Estudo Feministas, ano 9, 2º. Semestre, 2001.

VIANA, F. O Armário vida e pensamento do desejo proibido. 3ª ed. ver e amp. – Blumenau, SC: Ed. do Autor, 2007.

WORTHAM, S. Narratives in Action. A strategy for Research and analysis. New York: Teachers College Press, 2001.

O LÉXICO DAS TRAVESTIS DE SETE PORTAS – SALVADOR (BA): UMA ANÁLISE À LUZ DA ECOLINGUISTICA E DOS DIREITOS LINGUISTICOS

Tadeu Luciano Siqueira Andrade⁴⁴

RESUMO

A linguagem é o recurso imprescindível à comunicação seja verbal ou não verbal. Afinal, a linguagem é interação. Graças à linguagem, os homens, de modo geral, interagem, expressam sua vontade e seu pensamento, constituem-se como sujeitos da comunidade onde estão inseridos. Não podemos falar em comunidade sem nos reportar à linguagem. Há uma relação intrínseca entre o homem e o ambiente onde está inserido. Ademais essa relação se dá pela linguagem, seja para nomear as coisas que estão ao seu redor, seja para interagir. Este trabalho objetiva analisar alguns termos linguísticos usados pelas travestis nas suas interações e em seus espaços sociais. Usamos o método descritivo e analítico, entrevistas com 08 travestis, considerando os contextos discursivos, semânticos e pragmáticos dos usos linguísticos delas. Fundamentamos nossas análises nos pressupostos teóricos do Ecolinguística, considerando a relação Povo – Território e Língua e no aporte jurídico da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL). Nas análises dos dados, percebemos a riqueza lexical e a competência comunicativa, sobretudo, a associação língua, espaço e falante. Dessa forma, os dados possibilitarão um novo olhar acerca da linguagem das travestis como forma de ação e interação, buscando erradicar o estigma das minorias linguísticas, visando à efetivação da DUDL e implantação de políticas linguísticas.

Palavras-chave: Direito. Identidade, Interação, Linguagem. Travestis.

INTRODUÇÃO

A linguagem desempenha uma função importante na comunidade de seus falantes. Por intermédio dela, nomeiam-se as coisas, estabelecem-se interações. Não se fala em comunidade sem levar em conta a linguagem. Pela linguagem, reconhece e diferencia-se o falante de diferentes comunidades, estratos sociais, grau de escolaridade, entre outros aspectos: por isso, é um parâmetro que permite classificar o indivíduo de acordo com a sua nacionalidade, naturalidade, sua condição econômico-social (CALLOU & LEITE, 2002, p. 7). Por outro lado, esse padrão é usado para discriminar e estigmatizar o falante. Às vezes, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. (GNERRE: 1998, p.22). É comum a linguagem das minorias sociais ser considerada como linguagem de malfeitores por não se inserir nos padrões da língua estatal.

Dessa forma, era denominada de calão. Na verdade, trata-se de uma língua especial usada com fins de interação por diversos grupos excluídos da sociedade. Este trabalho tem como objetivo analisar o uso de alguns termos linguísticos empregados por um grupo de travestis nas interações entre elas ou entre elas e os “clientes”.

DESCREVENDO A PESQUISA

Colaboradores: características socioculturais: A pesquisa foi realizada com 10 (dez) travestis, considerando as variáveis: i) faixa etária (18, 25, 28 anos); II) origem: todos de Salvador e oriundos de bairros populares de Salvador, grau de escolaridade: apenas dois colaboradores concluíram o ensino médio.

A pedido das informantes e em obediência aos princípios ético-morais, para preservar a intimidade das entrevistadas não as identificamos.

Delimitação espaço-temporal: Por que Sete Portas? Essa expressão apresenta duas versões: a) Provém do Largo das Sete Portas, denominação popular, lembrando um mercado que tinha sete portas naquela localidade. (MIYAZONO, 2013); b) recebeu esse nome devido às sete entradas de acesso.

Por que escolher essa região? Lá ocorre uma das feiras mais tradicionais de Salvador. Para uma informante, “o bairro de Sete Portas é bom para aquendar, pois possui diversos bares, motéis a preço bom o período e locais desertos onde a gente pode abordar os clientes”.

A pesquisa foi realizada nos meses de novembro a dezembro de 2017.

Métodos e técnicas de pesquisa: usamos a técnica da conversa espontânea para que as informantes sentissem-se à vontade. À proporção que a conversa se desenvolvia, anotávamos alguns termos, observando o contexto discurso-semântico e pragmático.

⁴⁴ Doutorando em Linguística do programa de Pós Graduação em Linguística e Letras Clássicas (Universidade de Brasília), professor do Curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia – Campus IV, Tadeu.luciano@bol.com.br

A LINGUAGEM DAS MINORIAS SOCIAIS NÃO É CALÃO, É JARGÃO.

O jargão, por muito tempo, ficou relegado ao esquecimento pelas classes detentoras do poder que oprime e nega aos excluídos a voz que os insere no processo social. Trata-se, pois, de uma espoliação linguística. A linguagem é um dos instrumentos que identificam o falante no contexto social. Ele “converte-se agora, já não só no produtor de cultura, mas também [...], no seu produto” (GEERTZ, 1980, p. 28). Portanto, o jargão é uma modalidade linguística que contextualiza o falante em um determinado grupo social e em um território. Para Burke (1997, p. 8), o termo jargão, é uma palavra medieval, fazia parte do provençal e francês nos séculos XII e XIII. O jargão era usado para se referir a uma fala ininteligível, um tipo de gargarejo. Integrado ao léxico de várias línguas, o jargão sofreu um processo de ressemantização, passando a designar a linguagem do submundo, um tipo de gírias que ajudava a atividade de pedintes, ladrões, vigaristas tornar-se incompreensível para o cidadão comum.

O jargão era considerado uma antilinguagem de contracultura ou de uma linguagem de marginais (BURKE, 1997, p. 8). No século XVIII, o jargão, assumindo outros contornos semânticos, passou a designar termos de artes ou termos técnicos usados por diferentes grupos de profissionais. Por isso, não é apenas um traço característico do falante, mas também das profissões, de determinados espaços sociais ou geográficos, por exemplo, o jargão do direito brasileiro é compreendido em qualquer lugar do Território nacional. Por outro lado, há expressões que apresentam diferenças tratando-se do espaço. No léxico de cada comunidade, há expressões usadas em uma região e em outras, não. Por exemplo, referindo-se ao léxico das travestis, fazer quibe, em Salvador (Bahia) significa acariciar, amassar o pênis do parceiro. Em Fortaleza (Ceará), diz-se bater bolinhos. Trata-se de uma metáfora, comparando-se com o ato de preparar a massa do quibe ou do bolo com as mãos.

O LÉXICO DAS TRAVESTIS E A PAJUBÁ

Lima (2018) enfatiza que o uso do pajubá cria uma identidade comunitária entre os LGBTs. Os falantes usam expressões a fim de fortalecer a luta de seus grupos. Pajubá (variação pajubá) corresponde à linguagem popular formada com a inserção no português de palavras e expressões de línguas africanas ocidentais, empregado pelos praticantes de religiões afro-brasileiras e pela comunidade LGBT.

Além da resistência, esses dialetos também significam proteção e segurança, conforme defende Machado na uma tese sobre temáticas de gênero e sexualidade: “Pajubá é linguagem de gueto, das manas de esquina. Ele é usado por elas para se proteger dos aliban (polícia).”

A seguir alguns fragmentos das conversas com as travestis em que constatamos o jargão e suas propriedades linguístico-semântico-lexicais. No texto escrito, mantivemos o padrão linguístico das colaboradoras para dar visibilidade à argumentação delas. Uma das entrevistadas, ao ser perguntada se empregava termos do grupo em outros contextos, respondeu: “Em casa, eu num digo não esses nome, nem em outros lugares. Pode levar churria. Quando eu estou na casa das amiga, eu falo assim ou na rua [...], in casa é normal”.

Considerando esse fragmento, concordamos com Damatta (1997), os jargões atuam como elemento de separação entre público (a rua) e do privado (casa). No espaço, onde atua, a entrevistada tem a liberdade de se reconhecer como travesti e exercer a sua identidade. Por outro lado, em casa, ela fala “normal”, conforme os padrões heteronormativos.

Esse espaço é a rua dividida de um lado, a luta pela sobrevivência; de outro, o espaço onde a travesti se reconhece como uma profissional. Porém, nesse mesmo espaço de luta e de identidade, há a exclusão e a marginalização. A rua entendida como o espaço onde as pessoas se locomovem, expressam seu pensamento. Nesse cenário, a rua é um lugar de contradição, lutas, conflitos político-ideológicos, sobretudo, um espaço dialético.

A interação nos centros urbanos possibilita que os grupos sociais constituam comunidade de fala e de prática, compartilhando suas experiências e vivência. Nesse espaço dialético, a linguagem exerce um papel importante, pois permite o falante dizer-se, interagir e constituir-se como sujeito do processo social.

Quando a língua é estudada como interação, levando em conta os novos sujeitos de direitos advindos dos diferentes movimentos sociais, propicia uma análise da linguagem como delimitadora

de espaços sociais ou geográficos e ainda a construção da identidade dos falantes. Os espaços passam a ser referentes, e os falantes associam elementos semânticos e pragmáticos que possibilitam a interação.

O conhecimento e domínio dos símbolos urbanos tornam os jargões em recursos linguísticos de diversas camadas da sociedade, são considerados elemento de agrupamentos urbanos. Os falantes associam elementos semânticos que possibilitam a interação, mas esses elementos devem ser compartilhados entre o grupo. No trecho, percebemos expressões de conteúdo semântico que são compartilhados com as integrantes do grupo:

Ela ontem deu a elza na amiga.

Ela passa cheque. Tem homem que num gosta quando a gente passa cheque não, que tira a tesão. [...]. Ela fica gravando no banheiro da estação Pirajá. Às vezes, eu vou pro Tupi no domingo.

As expressões *deu a elza*, *passar cheque*, *fica gravando* respectivamente significa *furtar/roubar*, *sujar o pênis do parceiro com fezes*, *fazer sexo oral*, pois o pênis assemelhar-se a um microfone.

Referindo-se aos espaços urbanos: a) estação Pirajá é um terminal de ônibus à época da pesquisa. Segundo as informantes, o banheiro dessa estação era propício para pegação; b) Tupy refere-se ao cinema pornô situado no bairro Aquidabã, próximo ao bairro da pesquisa. Nesses casos, há um jogo discursivo-semântico-pragmático.

Considerando o processo metonímico (troca de um termo por outro), as palavras adquirem novos sentidos, por exemplo, banheiro (a troca do ato pelo lugar). O termo banheiro integra roteiro gay de algumas cidades do Brasil. Tratando-se do item lexical banheiro, como espaço de pegação, destacamos as pesquisas de Marie Declercq e Tedson Souza.

Marie Declercq (2017) argumenta que, em um universo especificamente masculino, a pegação é regida por silenciosas normas de conduta. Os adeptos do banheiro vivem um misto de tesão e tensão. Para a autora, o banheiro ultrapassa os limites do Brasil, relata casos de banheiro, por exemplo, o cantor George Michael, que assumiu sua orientação sexual para o mundo quando foi flagrado mantendo uma relação sexual em um banheiro público. O caso repercutiu na imprensa internacional. “Na Inglaterra, onde a sodomia era crime até o final dos anos 1960, homens gays se encontravam em banheiros de parques para pegação. A prática ganhou o apelido de “cottaging”, em referência às casinhas inglesas que abrigavam os mictórios” (DECLERCQ, 2017).

Tedson Souza (2012), descrevendo as experiências sexuais no banheiro masculino da estação da Lapa – Salvador – BA, definiu o banheiro como um lugar onde as pessoas passam e interagem. Por isso, para compreendermos a relação dos falantes de uma língua com o meio onde estão inseridos, é necessário recorrer aos pressupostos teóricos da Ecolinguística.

ECOLINGUÍSTICA: POVO – LÍNGUA E TERRITÓRIO

As relações sociais ocorrem em um espaço físico, envolvendo ações e diferentes sujeitos. Nesse contexto, destacamos e definimos a Ecolinguística como o estudo das relações entre língua e meio intermediadas pelos povos que a usam. Assim, os espaços sociais, político-geográficos influenciam a linguagem e também por ela são influenciados.

Dessa forma, justificamos a relação intrínseca o meio ambiente e a linguagem. O meio ambiente não se refere apenas ao espaço por si mesmo, mas também a todos os elementos que nele estão inseridos, sobretudo, o convívio entre os seres vivos (homens, plantas e animais) e entre os humanos e a sociedade.

A Ecolinguística é imprescindível à análise dos jargões como delimitação de espaço de atuação de grupos e recursos linguísticos da interação, conforme observamos o sentido que a entrevistada deu aos termos *estação Pirajá* e *Tupy*.

Um ecossistema linguístico é formado por três elementos inter-relacionados: o Território, a População e a Língua. O povo vivendo em determinado território, interage conforme os costumes linguístico-culturais e sociais desse território.

A Língua não é entendida apenas como formas, e sim a maneira que um povo a usa na comunicação. Sempre que uma comunidade tiver um nome para seu modo de comunicar e interagir, teremos uma Língua (COUTO, 2006, p. 97); Povo, para a Ecolinguística, são organismos humanos

que compõem o meio ambiente físico, parte mental dos membros de uma comunidade, e cada membro da comunidade da perspectiva da coletividade; Território requisito para existirem as interações que ocorrem em um determinado espaço. O território não se refere apenas ao espaço fixo, pode ter vários sentidos. Tratando-se dos jargões usados pelas travestis, constatamos: a relação da língua com o espaço físico, espaço mental (os processos mentais envolvidos na significação dada aos jargões) e no social, considerando as interações entre elas e entre elas e entre elas e o mundo. Por isso, o cidadão, independente de qualquer condição, deve ter os seus direitos respeitados considerando sua realidade social, cultural e linguística.

OS DIREITOS LINGUÍSTICOS E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL), denominada também de Declaração de Barcelona, foi aprovada na conclusão da Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos (1996), em Barcelona, Espanha e elaborada em sintonia ao que foi recomendado na Declaração do Recife (1987) durante um congresso realizado na Faculdade de Direito do Recife, da UFPE.

A língua é um bem jurídico que deve ser preservado, resguardando-se os direitos linguísticos de seus falantes. A situação de cada língua é o resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de fatores: político-jurídicos; ideológicos e históricos; demográficos e territoriais; econômicos e sociais; culturais; linguísticos e sociolinguísticos; interlinguísticos. Em 1996, a DUDL reconhece o direito isonômico a todas as comunidades linguísticas e condena qualquer ato discriminatório:

Artigo 10.º 1. Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito.

2. Esta Declaração considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, econômica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas.

A Constituição Federal de 1988 (Artigo 215), expressa que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais. Nesses direitos culturais, destacamos a língua como a expressão viva de um povo, um traço distintivo do falante, seja no aspecto cultural, temporal e social. No âmbito internacional, o Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) prevê que todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Fundamentando-nos na DUDL, consideramos interdependentes os direitos linguísticos tanto na dimensão coletiva quanto individual, haja vista a língua ser uma atividade social e constituída na interação. Por essa razão, os direitos linguísticos só serão efetivados e respeitados se, no plano coletivo, também existir tal respeito.

Em 1966, foi aprovado o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o primeiro documento normativo da Organização das Nações Unidas que trata especificamente dos direitos das minorias no que se refere à proteção da etnia, língua e cultura e religião.

Artigo 27. Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.

Defendemos o direito à soberania linguística e o respeito à identidade linguística das comunidades de fala. Todos os falantes têm o direito de se expressar conforme suas experiências, suas vivências e suas peculiaridades linguístico-culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os seres humanos usam a língua, em qualquer contexto, seja na interação na sociedade em que fazem parte, seja nos espaços públicos. Esses usos distinguem os grupos sociais com suas diversas formas de falar de uma comunidade. A língua não é apenas o sistema, mas também é interação, constrói fronteiras, define espaços sócio-político-geográficos e constitui identidade cultural. As diversas formas que as travestis utilizam para se comunicar consistem na interação, identidade de pertencimento de um grupo social e também como forma de delimitação espacial. Ao desqualificar

a língua de uma pessoa usa, não se está desqualificando um só falante, e sim toda a comunidade à qual pertence. Concluímos, usando as palavras de Scherre o preconceito linguístico se configura como um tratamento desumano e degradante - uma tortura moral. Se necessário for, poderíamos até propor uma lei específica contra esse tipo de preconceito, apenas para ficar mais claro que qualquer pessoa tem o direito de buscar a justiça quando for vítima de qualquer iniciativa contra o seu modo de se expressar.

Necessário se faz que a democracia comece a partir do reconhecimento dos direitos linguísticos como direitos fundamentais, que devem ser tutelados pelo Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/>. Acesso em: 20/08/2019.

BURKE, P. E PORTER, Roy (org.). Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem. São Paulo: Unesp, 1997.

COUTO, Hildo Honório do. Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: The-saurus Editora, 2007.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua. Rio de Janeiro. Editora Rocco, 1997.

DECLERCQ, Marie. Por dentro do banheiro brasileiro. Vice. São Paulo, 09 aug.2017. Disponível em: < https://www.vice.com/pt_br/article/neej4w/>. Acesso em: 20/08/2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br> > Acesso em: 10/09/2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br> Acesso em: 10/09/2019.

GEERTZ, Clifford. Transição para a humanidade. In: _____. O papel da cultura nas Ciências Sociais. Porto Alegre. Editorial Villa Martha, 1980.

GNERRE, Maurício, Linguagem, Escrita e Poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITE, Yone e CALLOU, Dinah. Como falam os brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. O que é o pajubá, a linguagem criada pela comunidade LGBT. Super. São Paulo, 5 nov. 2018. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/>> Acesso: 20/08/2019.

MACHADO, ALISSON. In: Enem 2018: conheça a origem do pajubá, dialeto de gays e travestis citado no exame do ENEM. Disponível em: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/ noticia/ 5 de nov. de 2018](https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/5-de-nov-de-2018). Acesso em 10 set.2019.

MIYAZONO, Shizue. Conheça nomes curiosos de ruas e bairros de Salvador. R7 BA, 13 out. 2013. Disponível em: < <https://noticias.r7.com>>. Acesso em :20 nov. 2018.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/textos/tratado05.htm>>. Acesso: em 26/08/2019.

SCHERRE, Marta. O preconceito linguístico deveria ser crime. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com> > . São Paulo (2013). Acesso em: 12/09/2019.

SOUZA, Tedson da Silva. Fazer banheiro: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e adjacências. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/>>. Acesso em: 20/08/2019.

QUAIS TEMÁTICAS POSSUEM MAIOR INCIDÊNCIA DENTRO DE JORNAIS ESPECIALIZADOS PARA O PÚBLICO LGBT: UM ESTUDO DE CASO DO SITE OBSERVATÓRIO G

Giovanna Chaves Fermam Vieira⁴⁵

RESUMO

O presente trabalho faz um estudo de caso no site Observatório G, para descobrir qual temática possui maior incidência de matérias veiculadas. A proposta analisa todos os tópicos da aba 'notícias' do site, que é uma plataforma de informação e opinião direcionada ao público LGBT. O site em questão foi escolhido por ser um espaço que noticiabiliza diversas questões do dia-a-dia da população LGBT. O tema LGBT foi escolhido por ainda ser um grupo que necessita representação nos veículos de comunicação tradicionais. O método aplicado ao estudo de caso em questão foi a análise quantitativa das matérias disponibilizadas no site Observatório G.

Palavras-chave: Jornalismo. Internet. LGBT. Webjornalismo.

INTRODUÇÃO

Hoje vivemos na sociedade da informação. Mas isto não significa que o acesso às informações tornou-se plenamente democrático, apenas que nunca tivemos tanta informação disponível quanto agora. Esta constatação nos leva a refletir a respeito das mudanças ocorridas na produção informativa e que não são só nos avanços tecnológicos. Consideramos que há modificações na relação do público com as produções informativas além de uma transformação no perfil do profissional da área.

Sendo assim, é de extrema importância segmentar a produção de notícias, considerando que o público está cada vez mais exigente e dividido. Nossa sociedade se tornou dividida em grupos de diferentes interesses, e o jornalista passa a se preocupar mais com as informações especializadas. Segundo Maria Tereza Garcia (2004), a segmentação nasce para oferecer o que é desejado pelo público, satisfazendo o cliente independente de preço ou distribuição.

Nos últimos anos, o Brasil tem apresentado uma extensa agenda de pautas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), principalmente no campo político, o que acaba também se refletindo na produção jornalística. Temas como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homofobia e transfobia.

Segundo a autora Carole Ferreira da Cruz (2004), a visibilidade midiática do público em questão, a comunidade LGBT, vem crescendo através dos movimentos aliados à capacidade de introduzir novos temas na esfera de visibilidade pública e de desenvolver estratégias.

Para Gonçalves (2017), representar uma minoria na mídia, atualmente, pode afetar a maneira como a sociedade as reconhece. Assim, o jornalismo deve abarcar diferentes visões para que possa promover a pluralidade nas representações. No caso da população LGBT, é importante que suas histórias sejam contadas a partir de diferentes espaços sociais, sem que sejam associadas a características estereotipadas.

O tema deste projeto de pesquisa está diretamente relacionado ao webjornalismo, se ligando também, com o jornalismo especializado. Pois irá investigar os principais temas abordados em um site de conteúdo especializado ao público alvo.

O site escolhido para o estudo de caso é o Observatório G, uma plataforma de informação e opinião direcionada ao público LGBT, lançado no ano de 2017. Foi escolhido por ser um site que noticiabiliza diversas questões do dia-a-dia da população LGBT. Promovendo um amplo debate sobre sexualidade, saúde, direita e outros temas.

A MÍDIA E O MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

Para iniciarmos a discussão sobre LGBT e pensar em como são representadas na imprensa, é necessário ter em mente alguns conceitos básicos. Orientação sexual e identidade de gênero são os mais importantes deles. O que é orientação sexual? A orientação sexual contempla o L, o G e o B da sigla, referindo-se a qual ou quais gêneros uma pessoa se atrai.

⁴⁵ Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade de Cuiabá. E-mail: gfermam@gmail.com

Gays e lésbicas têm orientação homossexual, isto é, atraem-se pelo mesmo gênero que o seu. Quem se atrai por pessoas de ambos os gêneros é bissexual. O termo “opção sexual” já caiu em desuso, sendo substituído por “orientação sexual”, por não se tratar de uma escolha. Além disso, o termo “opção” culpa as pessoas por suas sexualidades, como se fosse uma opção, sendo que não é.

Identidade de gênero defini com qual gênero (feminino e masculino ou não binário) uma pessoa se identifica, independentemente de sua genitália e de como ela foi classificada ao nascer (homem ou mulher). Quando a pessoa se identifica com o mesmo gênero que foi designada na infância, diz que sua identidade de gênero é cissexual. Quando é diferente, dizemos que a pessoa é transexual.

Em alguns locais no Brasil, o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (crossdressers, drag queens, transformistas, entre outros).

O movimento LGBT no Brasil nasceu no final dos anos 1970, predominantemente formado por homens homossexuais. Mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomo; e nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento.

Desde o seu início, a “imprensa gay” teve o objetivo de promover a interação e a integração desse grupo. Historicamente, o conteúdo informativo voltado ao público LGBT surgiu da necessidade de conexão desse grupo, marginalizado socialmente e também pelos veículos de comunicação convencionais.

Como ressalta Péret (2011), “as primeiras publicações no país voltadas especificamente para homossexuais eram feitas de maneira artesanal, mimeografadas e distribuídas ou trocadas entre pessoas das diferentes turmas”. Com o passar dos anos, as publicações passaram a ganhar caráter politizado e acompanhar a realidade dos integrantes dos grupos LGBTs da época.

A comunidade LGBT começou a ganhar destaque na mídia quando os homossexuais foram em busca de visibilidade realizando um movimento no Brasil, onde a imprensa teve um papel importante:

Os veículos de comunicação foram responsáveis por difundir identidades e formular construções sociais de imagens da comunidade gay. Neste cenário, o jornalismo de gênero surge como ferramenta para a veiculação do orgulho da identidade homossexual, conquistada por meio de muitas lutas e hoje cada vez mais firme. (SANTOS; VELOSO, 2010, p. 2). As noções de representação e representatividade são complexas e caras aos movimentos e minorias sociais. No regime da visibilidade em que vivemos, “ser visto” é também uma forma de pressionar instâncias governamentais por mais direitos e políticas de igualdade, a fim de garantir a dignidade humana de grupos sociais cotidianamente zombados. Daí um dos papéis fundamentais da mídia na contemporaneidade: é o espaço da visibilidade por excelência.

O público LGBT mostra-se como um grupo que ainda precisa de representação nos veículos de comunicação tradicionais. Historicamente, foi só no ano de 2016, que um programa televisivo dedicado a esse público ganhou espaço na TV aberta. O Estação Plural estreou em março, na TV Brasil, com a intenção de tratar da diversidade e promover debates sobre sexualidade, cidadania, e temas de interesse do público-alvo.

Atualmente, mesmo considerando os benefícios que sites e blogs dedicados a esse público têm apresentado nesse processo de representação, também é relevante considerar as contribuições da comunicação direcionada, que considera as particularidades e peculiaridades do público.

METODOLOGIA

O método aplicado ao estudo de caso em questão foi a análise quantitativa das matérias disponibilizadas no site Observatório G. Foram avaliados as seguintes seções: comportamento; cultura; direitos; esporte; famosos; mercado; moda; mundo; política; saúde; sexo; tecnologia e violência. O objetivo dessa pesquisa foi constatar qual segmento do site possui a maior incidência em publicações.

Os dados agora apresentados são resultantes de uma contagem aplicada ao site no período

de quinze dias, do dia 01 de abril à 15 de abril.

Das quatorze seções analisadas, os segmentos 'famosos e violência' apresentaram os maiores índices de publicações. Totalizando com o maior número ficou 'famosos' com 58 notícias. Seguindo de violência 24 notícias, cultura 21, comportamento 7, direitos 6, saúde 5, mundo e tecnologia 4, esporte e política 3 e beleza 2. Os tópicos mercado, moda e sexo não continham nenhuma publicação no período analisado.

RESULTADOS

A temática 'famosos' no site Observatório G teve a maior incidência de matérias publicadas no período analisado. Podemos considerar que isso acontece pela grande exposição que algumas figuras públicas infelizmente sofrem, deixando suas vidas como vitrines na internet. Com o avanço da internet e a criação de diversas plataformas de redes sociais online, como Facebook, Instagram, Twitter, Youtube, cresceu não somente o acesso, mas também a inserção de figuras públicas nesses ambientes.

Por serem figuras públicas, essas pessoas carregam uma grande importância na formação de opiniões. Quando um ator se assume homossexual, aquilo se torna de conhecimento geral e consegue ajudar pessoas e até formar e mudar opiniões sobre esse assunto. Sendo considerada uma grande força de representatividade.

Hoje a sociedade ainda é considerada homofóbica, mesmo com todo o avanço já conquistado, muitas pessoas ainda sofrem espancamentos, são expulsas de suas casa, estupradas e até mortas por serem quem são. Sendo assim, dar visibilidade a questões pouco faladas é o ponto crucial para mudar isso.

Já o tema 'violência' ficou em segundo colocado com a maior incidência de veiculação de notícias. A violência é um fenômeno histórico, social, político e humano, que se expressa de diferentes formas de acordo com o contexto histórico e social. Ela se expressa de diferentes formas de acordo com cada contexto sócio histórico e, principalmente, da condição de classe, raça/etnia, orientação sexual etc. dos sujeitos.

A homofobia pode ser caracterizada como o ódio, medo e/ou repulsa irracional diante a homossexualidade ou à pessoa homossexual, sujeitando o indivíduo a uma posição de inferioridade pelo fato de constituir relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo sexo, de modo que não se encaixa no padrão heteronormativo posto em nossa sociedade.

Portanto o exercício de dominação de um sujeito sobre o outro é facilmente percebido quando se analisa essa violência, onde, a heterossexualidade é posta como superior à homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade e transexualidade, o que ratifica historicamente a violência praticada contra sujeitos LGBT's.

CONCLUSÃO

Todo veículo jornalístico tem uma responsabilidade social. Se é verdade que nenhum jornalista tem a capacidade de, certamente, escolher que informações são "boas" ou "más", é legítima a preocupação com os efeitos maléficos que uma informação possa causar à sociedade. Esse é um tema complexo, e sempre dependente da análise do momento. A regra é divulgar, na suposição de que a sociedade é adulta e tem o direito de ser informada. O site Observatório G, exerce sua função de noticiar tudo o que acontece no universo LGBT, sendo hoje um site de conteúdo especializado com uma média de 400 mil visitas únicas e 1 milhão de pageviews por mês.

Quando representamos alguém, construímos uma fonte de possibilidades do olhar, um norte de orientação para o pensar e o agir. Partindo desse princípio, observar de que forma se dá a representação de um grupo minoritário de direitos sociais na imprensa hegemônica do Brasil é buscar compreender como se constrói, através do jornalismo, uma maneira de se ver, encarar e atuar sobre esse grupo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Íria Catarina Queróz, ABREU, Karen Cristina Kraemer. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial, 2010.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

COTTA, Diego de Souza. Estratégias de Visibilidade do Movimento LGBT: Campanha Não Homofobia – um estudo de caso.

CRUZ, Carole Ferreira. Ativismo Anti-Homofobia: Embates político-midiáticos da rede LGBT na Internet, 2014.

GARCIA, Maria Tereza. Estratégia de segmentação no mercado jornalístico, São Paulo, 2004.

GONÇALVES, G. O. Signo da Diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT.

MELO, I. F. Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo. 2013. f. 385 Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

REPRESENTATIVIDADE LÉSBICAS NAS REVISTAS GRAFIPAR

Agnes do Amaral⁴⁶
José Carlos Fernandes⁴⁷

RESUMO

Esta pesquisa é um recorte da monografia intitulada A construção das identidades lésbicas no jornalismo e literatura brasileira: um mapeamento, realizada entre 2015 e 2016. O objetivo foi analisar a representação do relacionamento entre mulheres em três revistas da editora Grafipar: Rose (primeira para o público homossexual masculino no Brasil), Peteca e Personal. As inferências sobre a representação da lesbianidade nessas revistas foram feitas a partir da quantidade de matérias sobre lesbianidade em proporção ao total, a relevância desse assunto nessas matérias, o modo de abordagem e número de vozes no discurso, em 68 edições (13 da Rose, 22 da Personal e 23 da Peteca). Considerando a quantidade de matérias por edição e, mais adiante, a profundidade dessas menções, conclui-se que existia uma visibilidade maior da lesbianidade nessa imprensa alternativa. Apesar do assunto ainda ser discutido esporadicamente, as revistas tentavam esclarecer a homossexualidade para seu público e quebrar preconceitos.

Palavras-chave: Lesbianidade. Jornalismo. Imprensa Alternativa. Grafipar.

As revistas Rose, Personal e Peteca são publicações da editora e gráfica paranaense da década 1970, Grafipar. A Grafipar une a transgressão da imprensa alternativa⁴⁸ com o comportamental: todas as publicações abordavam a sexualidade, sem medo de tratar assuntos como fetiches, sadomasoquismo e homossexualidade.

As três revistas possuem estruturas físicas semelhantes, eram de bolso, com seções parecidas: notas, notícias sobre literatura e cinema, matérias mais profundas, seção de cartas de leitor e fotos de modelos nus (homens na Rose e mulheres na Personal e na Peteca). As inferências dessa pesquisa foram feitas a partir de quatro pontos.

A QUANTIDADE DE MATÉRIAS SOBRE LESBIANIDADE EM PROPORÇÃO AO TOTAL

O primeiro ponto da análise ajuda a ter uma ideia de quanto a lesbianidade era tratada. A tabela a seguir sistematiza a quantidade de menções em relação ao número de edições analisadas.

Tabela 1: Quantidade de menções à lesbianidade nas revistas Grafipar.

Revistas	Total	Menções à lesbianidade
Personal	22	10
Peteca	23	9
Rose	12	4

RELEVÂNCIA DO ASSUNTO

Na Rose, todas quatro menções sobre lesbianidade são rápidas, não há nenhuma matéria sobre o assunto. Na Personal, seis menções estão nas categorias Pornocine e Telerótica. Essas aparições abordam o tema da relação entre mulheres nos cinemas, especulação sobre a vidas sexual das atrizes e o cinema erótico, onde a homossexualidade entre presos e presas surge como alternativa para a falta de sexo heterossexual, e muita vezes é baseada na violência.

Duas matérias se destacam: Homossexualismo na Infância, da qual falaremos no próximo tópico, e Casamento entre lésbicas (publicada na seção Sexinformação da edição ano 2/nº 14), sendo que nesta última a relevância da lesbianidade é maior.

Nela, Júlia Franklin escreve sobre seu casamento de dez anos com sua parceira Bete, abrangendo sua “descoberta” da lesbianidade.

46 Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (2016). E-mail: agnes.amaral@gmail.com

47 Doutor e mestre em Estudos Literários Pela Universidade Federal do Paraná. Professor do curso de Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: zeca@ufpr.com.br

48 Nas décadas de 1970 e 1980, a censura da ditadura militar fez necessários o escape e a resistência por válvulas não só políticas, mas também na imprensa alternativa. Segundo Barros (2003), a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizarem as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa.

De fato, pela primeira vez na vida, comecei a explorar meu próprio corpo, estudá-lo no espelho, observar como ele se transforma durante a masturbação. Eu estava começando a tomar consciência da minha condição de mulher, como ser próprio, e não como complemento à sexualidade dos homens que eu encontrava. (PERSONAL, ano 2/ n° 14, p. 33) .

O texto ainda fala da aceitação pelos familiares e da falta de vontade de ambas de terem filhos, o que a autora não considera um problema. O fato da lesbianidade ser abordado por uma lésbica faz diferença na sua representação. Franklin fala de seu relacionamento e sua sexualidade de forma direta, clara e positiva.

Na Peteca, das nove menções, quatro estão na seção De Cabo a Rabo (nas edições 67, 73, 74, 81), específica para notícias rápidas sobre a homossexualidade⁴⁹. A seção “Sexyterapia” é na qual são encontradas matérias mais profundas sobre temas que são cercados de dúvidas e tabus. Nas edições 64 e 65 a seção aborda de forma mais profunda a bissexualidade feminina e masculina. Na edição 82 são respondidos vários tópicos sendo um deles “dúvidas sobre homossexualismo”.

A obra de Cassandra Rios, autora que abordava a lesbianidade em seus livros, aparece na Personal, na sessão pornô e na de cinema dos números 64 e 67, e na Peteca, na seção “Jogando Peteca” (editoria de notícias sobre música e cinema), com o filme Adriella, inspirado em seu livro A paranóica. As relações entre a atriz Nicole Puzzi e Christiane Torloni são apontadas como ponto alto no texto da revista Peteca.

Nicole vive cenas das mais excitantes: faz amor oral com grande desinibição e a cena em que tem um relacionamento sexual com Cristiane Torloni, é considerada como uma das mais excitantes da história do cinema erótico. Ariella, como uma gata no cio, rosna e grunhe sobre o pano verde, onde acaba perdendo sua virgindade. (PETECA, 1980, n° 82, p. 9).

Porém, as matérias mais interessantes sobre Cassandra estão na sessão “Sexyliteratura” (números 53 e 59).

Qual a receita de Cassandra? Sem dúvida o maior apelo é falar de sexo. Em “Tessa, A gata” e “Macárias”, dois de seus romances mais recentes, o tema central é a relação sexual entre duas mulheres, mostradas positivamente, com paixão e carinho. As cenas “mais fortes” ficam por conta dos outros personagens apresentados geralmente como gente de mau caráter. Os homens quase sempre não estão com nada, especialmente os maridos. A linguagem é simples, com muito diálogo, e enredos que misturam desde droga, crime, preconceitos de família, macumbas e amores impossíveis. (PERSONAL, n° 53, 1980, p. 13)

O que faz de Cassandra Rios, neste ou em outro qualquer de seus livros, uma escritora de fato, com lugar definitivamente conquistado na literatura brasileiro – embora o ar azedo com que “críticos” e literatos teimem em lhe negar o sucesso, que, de resto, não depende deles, mas dos seus cada vez mais inumeráveis leitores. (PERSONAL, n° 59, 1980, p 13)

Sem poupar elogios a Cassandra e defendendo sua obra da ideia existente de que o que ela escrevia não era literatura em si, a abordagem da revista parece não ver nada de absurdo no tema da lesbianidade, até valorizando a abordagem positiva. Não consideravam fora dos limites o erotismo da autora, “nada que possa chocar muito o leitor assíduo da Grafipar” (n° 53, 1980, p. 13).

MODO DE ABORDAGEM

De modo geral, quando a homossexualidade feminina aparecia nessas revistas era de forma positiva, sem sensacionalismo, apesar aparente dúvida sobre como tratar o assunto.

A edição 36 de 1979 da Personal traz matérias especiais sobre a homossexualidade para “enfrentar os preconceitos e tabus” (p. 3). Em destaque a matéria Homossexualismo na infância: uma questão em debate (p. 13 – 18), na seção “Sexyinformação” trata da descoberta da sexualidade e da curiosidade infantil. Como é possível observar em outros assuntos delicados, a revista não faz rodeios, trata com naturalidade e diretamente sobre as inseguranças e ignorância que envolvem os temas. Muitas vezes se utiliza de argumentos científicos para tal.

A manipulação dos órgãos genitais entre crianças do mesmo sexo, ou sua exibição, não quer

⁴⁹ Na edição 64, a cantora Angela Rô Rô confirma seu romance com outra mulher e afirma estar “de saco cheio porque minhas entrevistas acabam sendo uma mesa ginecológica. Pô, eu sou mulher que canta e toca piano. Isso eu sei que faço bem. O resto é comigo e com minha companhias”. A restrição da sexualidade ao âmbito privado e não público era comum. As jornalistas paranaenses Adélia Maria Lopes e Dinah Ribas Pinheiro reiteram que nas décadas de 60 e 70 a posição política era tão importante nas relações que as preferências sexuais não eram discutidas. “A ditadura foi tão feroz, tão cruel na vida da gente que esse lado não era falado. A posição libertária política era mais importante do que sexualmente. Sexualmente você fazia o que quisesse.” (Lopes. Ribas, 2015).

significar, necessariamente, um desvio sexual, conforme afirma o médico Alfredo Castro Neto. Longe de ser motivo de repressão, a atitude infantil deve ser encarada com simpatia pelos pais, se bem que também não precise ser estimulada. (PERSONAL, nº 36, 1979, p. 14)

Vale dizer que ainda que mais de cinquenta dos homens, em algum período de suas vidas, tiveram inclinações para o homossexualismo, conforme comprova Alfred Kinsey, em seu “Sexual Behaviour in the Human Male”. Em “O Sexo Equívoco”, Marin Hoffmann afirma que “na maioria dos homens, mais acentuado que o preconceito contra homossexuais é o medo da homossexualidade”. Sigmundo Freud, o Pai da Psicanálise, dizia que todos os indivíduos têm sentimentos sexuais em relação aos membros de seu próprio sexo, reprimindo-os, contudo, em nossa sociedade. (PERSONAL, nº 36, 1979, p. 18)

Esse ambiente repressivo seria a proibição de certos comportamentos de acordo com o gênero da criança: a boneca para os meninos, o futebol para as meninas. “A culpa cabe aí no pânico que os pais têm do homossexualismo dos filhos” (p. 18). Ainda sobre a questão da escolha, continua:

Mesmo num ambiente sadio, os jovens podem ceder ao fascínio da sedução homossexual, optando por um relacionamento mais fácil, como é a prática entre crianças do mesmo sexo. Muitas vezes, a timidez (medo de procurar parceiros do sexo oposto) lavem a má decisão, mas nem sempre o homossexual é um tímido. (PERSONAL, nº 36, 1979, p. 18)

Na tentativa de explicar a homossexualidade cai-se numa contradição, pois a relação nunca é vista como natural. Mesmo não sendo mais vista como doença, seria sempre fruto de alguma anormalidade. Segundo a revista, a homossexualidade seria um relacionamento “mais fácil”, assemelhando-se à prática entre crianças do mesmo sexo (do mesmo modo que a lesbianidade era tratada como uma brincadeira entre amigas e a verdadeira sexualidade feminina estaria no contato com o homem nos chamados livros de sensação, livros eróticos populares no século XIX), uma saída para problemas em se relacionar com o sexo oposto.

Apesar disso, o objetivo do texto é tratar do assunto de forma didática e lúcida e para finalizar, a revista ainda diz que os pais devem aceitar a homossexualidade do filho “se este estiver optado por esta variante”.

Ele será muito mais feliz sendo um homossexual autêntico, aceito pela família, que um hetero frustrado, obrigado a desempenhar um papel que não é o seu, que o faz muito infeliz. Ninguém transforma um homossexual num heterossexual – isso Freud já afirmava no começo do século. Portanto, em vez de tentar-se “curar” o homossexual, é preciso ajuda-lo a viver. O que duas pessoas fazem numa é da exclusiva competência dessas duas pessoas (PERSONAL, nº 36, 1979, p. 18).

Outro destaque é encontrado na edição 85 da Peteca, na seção “Peteca Astral”, na qual cartas de leitores eram respondidas, sempre com dúvidas sobre sexualidade e relacionamentos. Intitulado Garota virgem, tenho medo dos homens o texto responde a carta de uma leitora de 21 anos que diz ter náuseas ao trocar carícias com homens e sente-se apaixonada por uma amiga, além de, desde criança, sentir uma “atração especial por mulheres”. A resposta da revista incentiva que a leitora não reprima sua sexualidade.

Você mesma reconhece que não dá mais para reprimir esse sentimento e viver sua verdadeira identidade sexual. Não negue-se a isso e não faça disso um motivo de dor, de sofrimento. O amor é sentimento muito belo e não há porque envergonhar-se dele. Definida a identidade, só resta tomar uma decisão no sentido de viver sua mais real expressão. (..) Parta para o diálogo e procure frequentar os ambientes onde essa forma de expressão é aceita e compreendida (PETECA, 1980, nº 85, p. 32-33).

As três revistas buscavam esclarecer e diminuir o preconceito contra a homossexualidade, mesmo que para isso fosse preciso contrariar certezas e dogmas dos leitores.

POLIFONIA

A voz que mais se destaca nesses textos é a ciência: os argumentos científicos são usados para credibilizar as matérias sobre homossexualidade.

Na revista Peteca, uma matéria se destaca na edição 69, de 1980, com o título Lesbianismo: moda ou contestação na seção “Sexyterapia”. O título sugere que o assunto estava sendo debatido

e considerado por muitos como uma “moda”.

Aumenta o índice de mulheres lésbicas? Por que a diferença entre os homossexuais masculinos e femininos? Produto da repressão e do machismo que aflora com os movimentos de libertação? A bissexualidade seria uma expressão exclusivamente masculina? Há tanta diferença assim entre os sexos? (PETECA, 1980, nº 69, p 14.).

A escala de Kinsey e a explicação de Freud são usados aqui para esclarecer sobre bissexualidade e homossexualidade. Ainda são mostradas as ideias de Simone de Beauvoir, com o subtítulo “Simone de Beauvoir: mitos desfeitos”, referindo-se à ideia de Freud de que a homossexualidade seria “uma parada na evolução, no desenvolvimento para o padrão da sexualidade” (p. 16).

Simone vê o lesbianismo como uma opção pessoal, onde nem mesmo o condicionamento físico seria a causa. Para aqueles que consideram o homossexualismo na mulher como uma “falha” ou carência, Simone de Beauvoir é bem clara: “Em verdade, a lésbica não é nem uma mulher falhada nem uma mulher superior”. (PETECA, 1980, nº 69, p. 17).

Para terminar, o suposto aumento de lésbicas e a ideia de modismo é contestada. Quanto ao propagado “aumento” do índice de homossexualidade, o conceito não tem qualquer fundamento. O que se pode dizer é que com a libertação dos tabus e preconceitos, estamos no advento da “revelação”. Reprimido há séculos, o problema veio à tona, permitindo que cada pessoa assuma publicamente sua condição sexual. Seria ridículo atribuir um “modismo”. Ninguém iria escolher por deslumbramento um caminho ainda tão incompreendido e repleto de obstáculos a vencer (Idem).

A seção em muito se assemelha à “Sexyinformação” da Personal: ambas tinham como objetivo tirar dúvidas, esclarecer certos assuntos. Para tanto, são onde mais aparece menção a estudos e opiniões de especialistas. O estudo mais citado é a escala de Kinsey⁵⁰ que mostra como a sexualidade humana é fluida. O estudo também é usado na revista Rose, principalmente na seção “Confidências”, que servia para responder as dúvidas enviadas pelos leitores, nas edições 65, 76, 77.

Além da voz da ciência, nos textos da “Sexyterapia” as matérias começam com uma coletânea de cartas dos leitores que se relacionem com o tema da edição, o que sugere que os temas eram escolhidos de acordo com as dúvidas recebidas. Reflexo da tentativa das pessoas em esclarecer questões e até buscar ajuda em assuntos pessoais por meio da imprensa.

O leitor aparece também nas páginas reservadas para a troca de recados entre pessoas, comum em periódicos das décadas de 60, 70 e 80. O diferencial é que as revistas da Grafipar abriam espaço para troca entre pessoas que procuravam outras do mesmo sexo. Na Personal e na Peteca, por exemplo, existia o “Gay Corner”. Na “Ponto de Encontro” eram identificados a seção “Ele & Ela”, “Ela & Ela” e “Ele & Ele”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das revistas Grafipar comprovou que, por mais que mesmo nesta imprensa alternativa a lesbianidade não era tão visível quanto outros assuntos da sexualidade humana, inclusive a homossexualidade masculina, a imprensa marginal acabe sendo pioneira em tratar assuntos tabus. A chamada “grande mídia” tende a abrir espaço mais lentamente, de forma a testar o público e muitas vezes reforçando pré-conceitos. A forma de testar o público, muitas vezes, é observar o caminho já percorrido por jornais alternativos.

A pesquisa mostra também que a representação da homossexualidade não segue um processo linear. Da mesma maneira que a recepção da sociedade para esse assunto oscila, os produtos culturais, inclusive a imprensa, também apresentam essas imagens de forma diversa.

A dificuldade para encontrar matérias sobre a lesbianidade e a própria dificuldade na abordagem - que algumas vezes mostra ideias oscilantes - comprovou que a repressão e o tabu sobre a sexualidade feminina envolveram a lesbianidade numa invisibilidade e num clima de permissividade baseado na fetichização e na invalidade dessa sexualidade como meio de satisfação plena.

Ao fim, a maior questão dessa pesquisa foi resgatar a memória da lesbianidade e tirar as lésbicas da área de invisibilidade em que ocupam na sociedade e até no movimento LGBT.

O material da Grafipar também foi pouco estudado, apesar de sua contribuição importante para

50 O relatório de Kinsey, publicado em 1948 por Alfred Kinsey, é um dos mais influentes sobre sexualidade. Foi resultado de um trabalho de 11 anos em que 20 mil pessoas foram entrevistadas sobre suas experiências e preferências sexuais. Alfred então criou a escala Kinsey que vai de 0 a 6.

a imprensa paranaense e brasileira. De tal forma, essa pesquisa poderá abrir portas para que novas perguntas surjam.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Agnes do. A construção das identidades lésbicas na literatura e no jornalismo brasileiro: um mapeamento. 2016. 145f. Universidade Federal do Paraná.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Patrícia M. Imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”. IN: AKRÓPOLIS: Revista de Ciências Humanas da Unipar, Umuarama, v.11, n. 2, abr./jun., 2003. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view-/332/299>> . Acesso em: 7 jun. 2015.

EL FAR, Alessandra. Páginas da sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LOPES, Adélia Maria. Entrevista a Agnes do Amaral, em 15 de dezembro 2015.

PINHEIRO, Dinah Ribas. Entrevista a Agnes do Amaral, em 15 de dezembro 2015.

TEXTUALIDADE A RESPEITO DO CASO PULSE: MÍDIAS, REFERENCIALIDADES E LGBTFOBIA

Ettore Stefani de Medeiros⁵¹
Caio Benevides Pedra⁵²

RESUMO

Em 2016, um homem armado entrou na boate LGBT Pulse em Orlando, matando 50 pessoas e ferindo outras ⁵³. A cobertura midiática sobre a tragédia fez surgir inúmeros acontecimentos, que deram novos contornos ao caso. Dialogando metodologicamente com as noções de texto-textualidade de Abril e de referencialidade de Ricoeur, objetivamos analisar de que forma os textos midiáticos sobre o caso Pulse conduziram o debate público. Percebemos que a trama midiática que foi sendo costurada sobre o atentado oferecia, a cada momento, novos modos de ver o crime e as motivações do criminoso, trama que esteve por vezes assentada em estereótipos e/ou LGBTfobia.

Palavras-chave: Pulse. LGBTfobia. Textualidade. Referencialidade. Mídia.

INTRODUÇÃO

Em 2016, um homem armado entrou em uma boate LGBT⁵³ em Orlando (Estados Unidos) durante uma festa de temática latina e abriu fogo contra seus frequentadores, matando 50 pessoas e ferindo outras 53 (G1, 2016). O evento, que completou três anos em 2019, foi um dos maiores atentados contra pessoas LGBT no mundo. A tragédia fez surgir inúmeros acontecimentos que, para além da própria situação criminosa, emergiram e deram novos contornos ao caso: descobriu-se que o atirador, chamado Omar, era islâmico; seu pai afirmou à época que ele havia visto dois homens se beijando recentemente e isso o teria incomodado; frequentadores da boate disseram que Omar já havia sido visto outras vezes na boate; e usuários de aplicativos de encontro gay reconheceram Omar em um dos perfis.

Vemos tais acontecimentos enquanto textos. Afastando-se de uma visão verbocêntrica que vislumbra texto somente como aquilo que se refere ao verbal, Abril (2007) compreende o conceito enquanto uma unidade de comunicação multissemiótica, que abarca várias possibilidades de formato e sentido. Por esta perspectiva, há textos verbais, audiovisuais, sonoros, corporais, os quais repercutem em diferentes processos de significação. Um deslocamento feito pelo autor é compreender o texto enquanto textualidade, de tal modo que um determinado fenômeno social não deve ser visto isoladamente, mas como um processo dinâmico que se encontra ligado a vários outros textos. No objeto de estudo deste trabalho, não tomamos o tiroteio como um produto dado e estável, mas como um evento contínuo que é negociado e mutante temporalmente. As variações narrativas do caso Pulse vão ocorrendo conforme se dá a emergência de novos atores, instituições, descobertas e associações ligados ao caso, que se tramam e permitem ver o acontecimento por novos ângulos.

Para dialogarmos com o caso Pulse de forma específica, trazemos Ricoeur (1989; 2010), cuja noção de texto difere da de Abril: ela associa-se ao discurso escrito. Ricoeur tampouco compreende o texto como objeto fechado, portador de sentidos apriorísticos. O pensador coloca em prática essa perspectiva ao tratar a referencialidade presente no texto, livre para juntar-se a outros textos em decorrência de atos interpretativos. Frisamos que utilizaremos a noção de texto-textualidade de Abril como pano de fundo e a perspectiva de referencialidade de Ricoeur como linha de frente para análise do objeto, sobretudo em sua dimensão midiática. Valendo-nos metodologicamente dessas teorias, este trabalho objetiva analisar de que forma os textos midiáticos, feitos por jornalistas ou usuários de mídias sociais online, sobre o caso Pulse conduziram o debate público, por vezes mantendo uma relação com discursos estereotipados e/ou LGBTfóbicos.

51 Doutorando e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais Gerais com pesquisas relacionadas com LGBTfobia e cultura LGBT. Pós-graduado em MBA em Marketing Digital pelo Instituto de Gestão em Tecnologia da Informação. Bacharel em Publicidade e Propaganda – Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ettoremedeiros@gmail.com

52 Mestre em Direito pela UFMG e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro com pesquisas relacionadas ao acesso à cidadania pela população LGBT. Bacharel em Direito pela UFMG e especialista em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela mesma universidade. Membro do projeto de extensão “Diverso UFMG”, do Grupo de Pesquisa “Estado, Gênero e Diversidade” (EGE-DI-FJP) e da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/MG. E-mail: caiopedra@gmail.com

53 O reconhecimento de identidades não hegemônicas de gênero e sexualidade já se encontra extremamente avançado e essa sigla já é bem maior, além de nunca parar de crescer. Nesse trabalho, no entanto, optamos pela utilização de “LGBT” – referente a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneras – por ser a formação atualmente reconhecida pelo Estado brasileiro em seus documentos oficiais.

ENTRE O REAL E O FICCIONAL: TEXTOS MUDIÁTICOS SOBRE OMAR

Os textos que foram surgindo no decorrer da cobertura do caso Pulse parecem misturar elementos históricos e ficcionais. Para Ricoeur, a intersecção entre esses elementos compõe as narrativas, por mais próximas do “real” que elas possam ser. A referencialidade encontra-se nesta intersecção: a história remete a uma referência que está no passado “real” (representância), enquanto a ficção, a uma referência associada ao “poder ser” (significância), que cria possíveis passado, presente e futuro. Sobre isso, o passado não se encontra pronto em uma narrativa, mas é interceptado pelo presente na medida em que há o esforço de trazer o passado ao presente. Logo, há certo potencial criativo em narrativas, que se equilibram entre o passado “real” e o passado “criado”.

Ricoeur ainda retrata a questão cultural que envolve o texto, cuja emergência está diretamente imbricada no contexto dos sujeitos. O meio cultural, portanto, aciona outros textos e temporalidades, que reconfiguram a textualidade. Assim, o texto está fora do mundo, de maneira que a referencialidade é dependente também das pessoas que tomam o texto, fazendo com que ele seja livre para se juntar a outros textos, diacrônica e sincronicamente. O ato interpretativo textual, tomado como apropriação, suscita referencialidades em uma textualidade.

Para ilustrar essas discussões teóricas, observemos Omar e como se deu a criação desse personagem pela mídia. Após o atentado, uma das primeiras notícias jornalísticas que surgiu sobre Omar elucidava o fato de ele ser muçulmano (BEGLEY, 2016), o que imediatamente fez surgir especulações sobre ele ter sido treinado pelo Estado Islâmico (EI), o que elevaria o crime à figura de atentado terrorista e religioso. Desenvolveu-se um debate social pautado por temas sensíveis, como intolerância religiosa, terrorismo e xenofobia.

O fato de o sujeito ser muçulmano direcionou o crime mais como religioso do que como discriminatório: o então governador da Flórida, Rick Scott, reconheceu inicialmente a ação como terrorista, cometida por um islâmico, e não como LGBTfóbica (MUNZENRIEDER, 2016). De tal forma, houve a invisibilização da violência sofrida pelo grupo socialmente minoritário, focalizando a problemática mais na presença de islâmicos nos Estados Unidos do que em assassinatos motivados por ódio. Butler (2015) afirma que estas duas ações estatais, uma que desenvolve políticas anti-islâmicas e outra que recusa, em alguma medida, o reconhecimento aos LGBT, atuam em conjunto a fim da manutenção de uma ambiência cultural normativa, heterossexual e racista.

A seguir, o pai de Omar foi entrevistado e afirmou que o filho havia visto dois homens se beijando recentemente (KAZEM, 2016), o que o havia irritado muito. O tiroteio na Pulse, então, poderia ter sido motivado por vingança, o que enquadraria o crime como homofóbico. A entrada deste texto midiático na narrativa do caso imediatamente lançou luz sobre discussões acerca da homofobia e abriu espaço para a culpabilização das vítimas, postura comum em análises de crimes de ódio. Evidencia-se aqui a maneira como o meio cultural aciona outros textos e temporalidades: a LGBTfobia permite que as vítimas do atentado sejam consideradas culpadas.

À época, circulou em inúmeros portais de comunicação, alguns até mesmo voltados ao público LGBT no Brasil, como “Purpurinado” e “Põe na Roda”, textos que, atualmente apagados, colocavam Omar como um homem gay enrustido. A responsabilidade do crime, então, se daria a partir de um desejo recalcado, não por uma prática homofóbica vinda de um heterossexual. Embora tenham sido encontrados vestígios da presença de Omar na boate em outras noites, bem como de que ele usava aplicativos de encontro gay, tais indícios não aparecem nas narrativas midiáticas como possibilidade de Omar estar planejando o crime. O visível encontrado nos textos midiáticos sobre o caso também abre espaço para investigarmos o invisível (ABRIL, 2012): por que não se considerou que Omar frequentava ambientes LGBT como forma de planejar o atentado? Por que a referencialidade desse texto investe na “descoberta” do desejo homossexual de Omar?

Nessas notícias, a culpabilização pelo tiroteio recairia sobre o próprio grupo vitimado: sendo Omar homossexual, o atentado teria ocorrido entre pares. Isso reforça um movimento social que minimiza ou silencia crimes cometidos contra minorias sociais. Nesse sentido, os textos midiáticos ao mesmo tempo em que são constituidores da cultura em que se inserem também a constituem. Como afirma Hepp (2013), o pesquisador deve perceber a mídia como uma instituição autônoma, a qual é influenciada por outras instituições.

Posteriormente, o Departamento Federal de Investigação (cuja sigla, em inglês, é FBI) divul-

gou uma nota (BERKE, 2016) expressando que não foi encontrado nenhum indício de que Omar fosse gay. A declaração, no entanto, não pareceu ser mais capaz de desfazer a personagem. A essa altura, a figura de Omar passara a carregar em si certo desprezo social que é dispensado à população LGBT em uma sociedade estruturalmente LGBTfóbica. A desqualificação e desumanização de grupos considerados “perigosos”, segundo Gallego (2019, p. 85), é um processo estatal que conta com o apoio da imprensa para legitimar a violência do Estado contra todos aqueles que não são considerados cidadãos, criando hierarquizações e punições para quem não se enquadra nos padrões exigidos.

Nesse mesmo sentido, o destaque noticioso de que Omar era islâmico costurou uma trama narrativa intensa que referenciou outros textos: fundamentalismo religioso, imigração, porte de armas nos Estados Unidos. A suspeita de que Omar foi treinado pelo El ganhou visibilidade midiática que transitou entre o “poder ser” e o “passado real”, até que, após investigações, constatou-se que não havia ligação entre o atirador e o grupo (PRAGMATISMO, 2016). Essa referencialidade não veio do texto em si, mas de sujeitos e de seu contexto, na medida em que o terrorismo é algo amplamente discutido desde o atentado de 11 de setembro, o que tem repercutido na constante estereotipação dos islâmicos.

De tal forma, longe de serem apenas representação, os textos também são atuantes na construção da cultura, como expõe Ricoeur (1989). Falar das notícias da Pulse apenas como formas de representar um caso parece uma postura simplista: há narrativas ali que influenciam os modos de ser e estar no mundo, incluindo as midiáticas, cuja ação ajuda a modelar e transformar as percepções e interpretações sociais dos sujeitos (HEPP, 2013).

MIDIATIZAÇÃO E INTERMÍDIA: A AÇÃO DE DIFERENTES ATORES E MÍDIAS NO CASO PULSE

Durante o atentado, notamos a presença de práticas que podemos associar à midiatização. Para Hepp (2013), este conceito tem a ver com o cenário em que vivemos atualmente, em que a união de diversas mídias molda nossas práticas sociais. A partir de duas perspectivas, a institucionalista e a socioconstrutiva, o autor propõe a conjunção crítica entre estudos de mídia de massa e estudos de comunicações cotidianas, sobretudo das mídias digitais e da comunicação pessoal, o que culmina na interrelação entre as mudanças midiáticas e as mudanças socioculturais.

Tragamos novamente nosso objeto: um homem presente na boate durante o tiroteio manda uma mensagem para sua mãe (CBS NEWS, 2016), via mídia social, explicando que está preso no banheiro e que Omar está indo matá-lo. Sua mãe, depois de fazer perguntas para localizar o filho, chama a polícia. Infelizmente, durante o diálogo, o homem é assassinado por Omar. Seu último contato antes de falecer desencadeia a chegada da polícia à Pulse: tal texto aparece como um agenciador na textualidade, cujo dinamismo, enquadrado num processo de midiatização, permitiu que Omar fosse interpelado antes de cometer mais assassinatos. A referencialidade deste texto teve caráter projetivo, construindo determinado futuro com a chegada da polícia à Pulse.

A própria Pulse, em sua página do Facebook, fez uma postagem durante o tiroteio em que pedia para que todos se retirassem do ambiente porque corriam perigo⁵⁴. Tais textos, futuramente, foram referenciados em mídias sociais digitais e mídias de massa como fragmentos da narrativa (HEPP, 2013), sendo vestígios com função de representância. Vemos, com estes exemplos, como a mídia não está deslocada da realidade social, mas totalmente imbricada nela, sendo improdutivo, pela ótica da midiatização, separar essas duas instâncias.

Ainda falando sobre as narrativas midiáticas, podemos lançar olhar para a intermídia, uma rede de mídias que contém lógicas distintas e hibridações. Alzamora (2012) afirma como as mídias, em conjunção na contemporaneidade, têm criado teias de relações que reconfiguram o espaço midiático.

No caso Pulse, deparamo-nos com o vídeo de um canal televisivo estadunidense em que um homem identificado como Miguel diz ter tido um relacionamento de dois meses com Omar após tê-lo conhecido pelo Grindr, um aplicativo de encontro gay. Miguel, durante a entrevista, afirma que ambos teriam feito sexo a três com um porto-riquenho soropositivo, o que teria causado a revolta

⁵⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/pulseorlando/posts/everyone-get-out-of-pulse-and-keep-running/10154938990430031/>. Acesso em 25 set. 2019.

de Omar e a invasão à Pulse (UNIVISION, 2016). O vídeo, circulado inicialmente na TV, ganhou maior visibilidade nas mídias sociais digitais, onde milhares de outros textos emergiram, sobretudo em comentários e postagens de usuários: Miguel parecia disfarçado, com peruca e maquiagem na entrevista, sendo este um vestígio de que o sujeito era um personagem; a aparição de Miguel seria uma estratégia para que o ataque homofóbico ou terrorista fosse transformado em caso de vingança cometido por um gay enrustido; Miguel seria apenas um ator querendo atenção, usado para trazer visibilidade ao canal de TV.

Aqui, notamos como, pela intermídia, o texto possui vida própria. As intenções de Miguel iam provavelmente na direção de criar uma história, cujas referências estão no passado real, mas um caráter ficcional emergiu a partir dos textos de sujeitos que duvidaram da credibilidade do homem. O “poder ser” da significância deixa fluir as interpretações do texto, o que nos faz refletir sobre o mundo social e cultural presente na textualidade: o texto emergiu não somente a partir de Miguel, da jornalista que o entrevistou e da emissora, mas também de outros veículos de comunicação que recircularam o produto midiático e dos sujeitos que receberam, comentaram e difundiram a entrevista. De tal forma, novos textos reconfiguraram a textualidade midiática do caso inteiro, retrazendo no presente o que se pensava do passado e fazendo um movimento projetivo futuro: pode ser que o porto-riquenho apareça, pode ser que Miguel afirme que realmente sua aparição foi estratégica para ganhar visibilidade, pode ser que o FBI investigue a situação para comprovar sua veracidade.

Vemos no texto de Miguel o papel da intermídia enquanto articuladora das referências que desenham o caso Pulse, complexificando o fenômeno em uma trama que hibridiza diferentes mídias, textos e locais de fala. A intersecção de lógicas divergentes, a de massa e a de mídia social, mostra uma audiência cada vez mais sofisticada e fragmentada, que facilita a emergência de novos textos (ALZAMORA, 2012). Sem as mídias sociais digitais, por exemplo, a entrevista poderia ter sido pouco explorada, o que não ocorreu quando ela foi transposta para Facebook e Twitter, por exemplo. As indagações que surgiram com relação ao vídeo verificaram o processo de uma mídia para a outra, conferindo novos valores e adicionando conteúdo ao fenômeno. Essa força que a audiência ganha por meio da intermídia concatena-se ao de *produsage* (BRUNS apud Alzamora, 2012), conceito que une a ideia de consumidores e produtores em uma só prática. Na cultura intermidiática em que vivemos, os textos que emergem vêm não apenas de grandes conglomerados de mídia, estrategicamente organizados, mas também de pequenos grupos, senão de indivíduos, que parecem ampliar ainda mais a dinamicidade da trama com novas referencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, percebemos que os textos que foram produzidos e repercutidos ao longo da cobertura do caso Pulse constituíram-se em trama, formada em grande escala pelas referencialidades acionadas, seja no ato de ocorrência do texto ou em sua interpretação, seja por instituições de comunicação ou por sujeitos sociais comuns.

Os enfoques de cada texto – a religião de Omar, sua origem, sua sexualidade, seu comportamento – foram direcionando o debate público para uma série de discussões específicas e, por vezes, novas em comparação às anteriores. Cada novo texto que emergia gerava espaço para novos textos, interpretações e passados. As variações de características que compunham a personagem ofereciam novas formas de ver o crime e de compreender as motivações de Omar, bem como estavam assentadas em estereótipos que reconfiguravam a própria cobertura midiática do caso, alguns dos quais envoltos em LGBTfobia.

O papel da mídia, guiada pelas noções de *mediatização* e *intermídia*, é significativo para a emergência de narrativas históricas e ficcionais, cuja influência repercutiu na textualidade do fenômeno, reestruturando-o constantemente. Desde a postagem da Pulse durante o acontecimento até a entrevista com Miguel para um canal televisivo, refletimos sobre como as referencialidades ganham dinamicidade no atual contexto de arranjo midiático, de maneira que uma rede complexa e viva passa a guiar fortemente nosso mundo social.

REFERÊNCIAS

ABRIL, G. Análisis crítico de textos visuales: mirar lo que nos mira. Madri: Síntesis. 2007.

_____. Cultura visual: de la semiótica a la política. Madrid: Plaza y Valdes, 2012.

ALZAMORA, G. C. Especificidades da rede intermídia contemporânea: considerações sobre a audiência em contextos reticulares. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 1, p. 50-61, 2012.

G1. Atirador abre fogo em boate gay em Orlando e deixa mortos e feridos. G1, 12 jun. 2016. Mundo. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/atirador-abre-fogo-dentro-de-boate-e-deixa-feridos-nos-eua.html> Acesso em: 24 set. 2019.

BEGLEY, S. Orlando Nightclub Shooter Omar Mateen Was Taunted for Being Muslim. Time, 18 jul. 2016. Disponível em: <https://time.com/4411523/orlando-shooting-pulse-nightclub-omar-mateen-muslim/>. Acesso em: 25 set. 2019.

BERKE, J. FBI: No evidence that Omar Mateen had gay lovers. Business Insider, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/fbi-no-evidence-that-omar-mateen-had-gay-lovers-2016-6>. Acesso em: 25 set. 2019.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CBS NEWS. As Orlando mass shooting unfolded, son texted mom: "I'm gonna die". CBS News, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/as-orlando-mass-shooting-unfolded-son-texted-mother-im-gonna-die/>. Acesso em: 25 set. 2019.

G1. Atirador abre fogo em boate gay em Orlando e deixa mortos e feridos. G1, 12 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/atirador-abre-fogo-dentro-de-boate-e-deixa-feridos-nos-eua.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

GALLEGO, E. Quem é o inimigo? retóricas de inimizade nas redes sociais no período 2014-2017. In: PINHEIRO-MACHADO, R; FREIXO, A (Orgs.). Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

HEPP, A. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiatização na era da "mediação de tudo". Revista Matrizes, São Paulo, 2013.

_____. Cultures of mediatization. Cambridge: Polity Press, 2013.

KAZEN, H. Orlando gunman's father condemns atrocity but says 'punishment' for gay people is up to God. The Guardian, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2016/jun/13/orlando-gunmans-father-condemns-atrocity-but-says-punishment-for-gay-people-is-up-to-god>. Acesso em: 25 set. 2019.

MUNZENRIEDER, K. k Scott Has Refused to Say the Words "Gay" and "LGBT" Since Orlando Attack. Miami New Times, 13 jun. 2016. Disponível em: <https://www.miaminewtimes.com/news/rick-scott-has-refused-to-say-the-words-gay-and-lgbt-since-orlando-attack-8522937>. Acesso em: 25 set. 2019.

PRAGMATISMO. Atirador de Orlando não tinha relação com Estado Islâmico, dizem CIA e FBI. Pragmatismo, 17 jun. 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/06/atirador-de-orlando-nao-tinha-relacao-com-estado-islamico-dizem-cia-e-fbi.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

RICOEUR, P. Do texto à acção: ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés-Editora, 1989.

_____. Tempo e narrativa. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

UNIVISION. Transcript of interview with man who claims to be former lover of Orlando gunman. Univision, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.univision.com/univision-news/transcript-of-interview-with-man-who-claims-to-be-former-lover-of-orlando-gunman>. Acesso em: 25 set. 2019.

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE ENTREVISTAS COM MULHERES TRANSEXUAIS REFUGIADAS RESIDENTES EM MANAUS

João Batista de Felipe Rodrigues

RESUMO

A participação no projeto de acolhimento Casa Miga, que é um abrigo para refugiados e brasileiros LGBTQ+, fez com que eu percebesse a triste realidade dos refugiados venezuelanos. A partir dessa percepção, resolvi investigar sobre a situação deles em nosso país e como se deu o processo de refúgio. Há um crescente número de refugiados em nossa cidade, principalmente, e isso fez com que o tema fosse relevante de ser investigado. Foram realizadas entrevistas com alguns refugiados, e será apresentado um recorte das entrevistas de dois sujeitos. Traços discursivos em comum nas entrevistas são as evidências da análise, para traçar uma formação discursiva das refugiadas venezuelanas transexuais e travestis. Pesquisar e verificar as discursividades de refugiados LGBTQ+ se torna relevante, uma vez que é um grupo vulnerável e que muitas vezes sofre uma série de perseguições em seus países, e até mesmo no Brasil. A maioria de nossas refugiadas está, ou veio da prostituição, e a casa busca mecanismos para coloca-las no mercado de trabalho. Buscou-se fazer uma comparação entre o tratamento que é dado a esses sujeitos no Brasil e em seus países de origem, e ficou claro que a situação na Venezuela é um cerceamento muito maior dos direitos das mulheres trans.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Imigração. Queer.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da minha investigação sobre como é a vida de refugiados LGBTQ+ no Brasil, mais precisamente em Manaus. Os refugiados em questão são oriundos da Venezuela, que passa por uma grave crise política e econômica.

A partir disso, eu não quis utilizar textos que relatassem a vida dos refugiados no Brasil, sua migração quase forçada, quis ouvir e dar voz a esses sujeitos, que muitas vezes são desumanizados e marginalizados em nosso país, tendo em vista o próprio discurso do presidente da nossa nação. Segundo Michel Agier “Do ponto de vista da sabedoria, as hierarquias sociais, nacionais ou étnicas não têm sentido.”

OBJETIVO GERAL

- Delimitar e analisar as formações discursivas presentes nas entrevistas com os refugiados.

Objetivos específicos:

- Demonstrar as diferentes posições dos sujeitos através do discurso dos refugiados;
- Selecionar os pré-construídos presentes nos textos desses sujeitos.

MOTIVAÇÃO

A participação no projeto Casa Miga, que é uma casa de acolhimento de refugiados e brasileiros LGBTQ+, que fez com que eu percebesse a realidade dos refugiados e resolvesse escrever sobre. É uma realidade difícil, já que por exemplo a maioria das mulheres transexuais e as travestis vivem da prostituição das ruas, inclusive algumas já estão diagnosticadas com doenças sexualmente transmissíveis.

A ideia é dar visibilidade àqueles e àquelas que são invisíveis na nossa sociedade, que são taxados de forma preconceituosa como preguiçosos, mas que na realidade não tem possibilidades de continuarem em seu país e são mal vistos aqui, ainda mais na situação das transexuais e travestis, que sofrem uma dupla marginalização, por identidade de gênero e por serem refugiadas.

JUSTIFICATIVA/RELEVÂNCIA

O crescente número de refugiados venezuelanos fez com que o tema recebesse relevância de ser pesquisado. Atualmente, no Brasil, há milhares de refugiados venezuelanos, e o número da diáspora venezuelana no mundo é da ordem de três milhões e quatrocentos mil refugiados, sendo que mais de um milhão se encontra em território colombiano, segundo a ONU.

Pesquisar sobre refugiados homossexuais, transexuais, bissexuais se torna relevante, já que é um grupo muito vulnerável e que muitas vezes sofre perseguição em seus países, busca-se verificar como é o tratamento com relação a essas pessoas no Brasil e em seus lugares de origem.

Pesquisas sobre os refugiados pode auxiliar na implementação de políticas públicas para essa população, que não é apenas de venezuelanos, mas também de outros países que sofreram com problemas humanitários, tais como Haiti e Cuba. Através de pesquisas o governo pode verificar quais as demandas dessas pessoas e como melhorar suas vidas dentro do nosso país.

Uma das principais demandas é capacitar os professores de Língua Portuguesa a ensinarem o idioma como Segunda Língua, já que muitos refugiados não conseguem emprego devido à dificuldade linguística.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A linguística teve sua origem marcada a partir do Curso de Linguística Geral de Fernand de Saussure. Até então, estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar textos, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão do texto, e da atividade do gramático em estudar aspectos normativos e descritivos.

A Análise do Discurso surgiu na década de 1960 na França, tendo o discurso como objeto de estudo. Sendo assim, através desta forma de pensar que nasce o projeto da A.D de Michel Pêcheux, que apoia sua teoria numa formação filosófica e materialista, em um questionamento crítico sobre a Linguística. Pêcheux, ao instituir a A.D coloca o estudo do discurso em outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. AAD é uma disciplina de entremeio que se estrutura no espaço que há entre a linguística e as ciências das formações sociais (materialismo histórico e psicanálise).

AAD reside na articulação de três regiões do conhecimento científico:

O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;

A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. As três regiões atravessadas e articuladas pela natureza psicanalítica (teoria da subjetividade).

É importante salientar novamente que o objeto da Análise do Discurso é o discurso, que é entendido como efeito de sentido entre sujeitos. Ao se propor estudar o discurso, a AD busca ver a língua não apenas como transmissão de informações ou o simples ato de fala, mas a língua numa visão discursiva que busca a exterioridade da linguagem como a ideologia e o fator social. Orlandi (2005), ao discorrer sobre o objetivo da AD, menciona que na Análise do Discurso toma a linguagem como mediadora indispensável entre o homem e o meio social e natural em que vive, assim, a AD toma a língua como uma forma de relação entre os sujeitos, em que os mesmos são interpelados todo momento pela ideologia.

Sendo a língua um método interpelação ideológica, para compreender um texto é necessário que haja um contexto ou uma situação em que o enunciado é produzido, a esse contexto Pêcheux denominou condições de produção. As condições de produção são de extrema importância para interpretar um texto, mas mesmo sem o contexto a interpretação pode ser realizada, apenas teremos efeitos de sentido diferentes. Mas mesmo com as condições de produção, sujeitos diferentes interpretam de forma distinta, já que podem ter formações ideológicas e discursivas também diferentes.

Para a AD, um texto pode ter diferentes Efeitos de sentidos, para a AD não é tão importante a ideia de autoria como individual, mas que sujeito produziu o texto, a partir de qual formação discursiva e como irá interpelar outros sujeitos, dessa forma criando os efeitos de sentido.

Para Pêcheux: “o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou proposição por uma palavra, expressão ou proposição” isto quer dizer que os elementos passam a se confrontar de modo que revestem sentidos; passar a ter diferentes sentidos, dependendo de quem os emprega e como os emprega.

Os conceitos de Formação ideológica e Formação discursiva que regulam o que pode e deve ser dito e também o que não pode e não deve ser dito, sendo que a formação ideológica é maior que a discursiva. Vale lembrar-se do conceito de interdiscurso e intradiscurso, o interdiscurso seria todos os dizeres possíveis por um sujeito, os ditos e os não ditos, todos os discursos possíveis; já o intradiscurso seria o discurso pontual, seria a materialidade do discurso.

Em relação ao sujeito, de acordo com os princípios da AD, não pode ser concebido como uma posição individual, e que é o ser em que se constitui na fonte do próprio discurso, mas sob uma relação entre o “eu” e o “tu” em que o outro é parte constitutiva do “eu”, ou seja, do sujeito. O que se pretende dizer é que a AD vê o sujeito como clivado, não como um ser centralizado que é dono do seu próprio dizer, uma vez que é constituído pelo discurso.

O sujeito discursivo cria uma realidade discursiva imaginária para si, totalmente ilusória. Acaba sofrendo, dessa forma, de uma dupla ilusão. Em primeiro lugar se coloca como senhor, origem do sentido de seu discurso, isso quer dizer que tem a ilusão de que é ele o detentor absoluto daquilo que enuncia; segundo, porque imagina que tem consciência de tudo aquilo que diz no instante em que retoma o seu discurso para tentar explicar o que diz ou até mesmo no momento em que se utiliza de diversos discursos e estratégias para produzir os efeitos de sentido desejáveis com o seu discurso. Evidencia-se essa dupla ilusão do sujeito quando se atenta para o fato de que o sujeito passa por dois tipos de esquecimento. De acordo com Orlandi (2005), o esquecimento número um, conhecido também por esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e é resultado do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Através desse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que se diz. Já o esquecimento número dois é da ordem da enunciação, ou seja, ao falarmos, o fazemos de uma forma e não de outra, e ao longo de nosso falar, formam-se discursos parafrásticos que indicam que o dizer sempre podia ser outro.

Assim, não se pode conceber um sujeito único e egocêntrico. Conceber o sujeito como um ser ideológico, cujo discurso é na verdade “um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social” (BRANDÃO, 2004, p. 59), implica dizer que para a AD a linguagem não corresponde a um ato homogêneo, mas sim como um produto de interação social. A linguagem é concebida como um fato dialógico em que o “Outro” é essencial para a constituição do sujeito. O “Outro” não representa apenas o interlocutor ou o destinatário, mas outro discurso que foi enunciado em outro contexto, em outra condição de produção. É sob essa visão que Mussalim (2004) esclarece que o sujeito não se encontra no campo consciente, mas se encontra clivado, submetido ao inconsciente. A autora ainda esclarece que: nesse sentido, o “eu” perde a sua centralidade, deixando de ser senhor de si, já que o “outro”, o desconhecido, o inconsciente, passa a fazer parte de sua identidade. O sujeito é, então, um sujeito descentrado, que se define agora como sendo a relação entre o “eu” e o “outro”. O sujeito é constitutivamente heterogêneo, da mesma forma como o discurso o é. (MUS-SALIM, 2004, p. 134).

PSICANÁLISE

A existência de uma única instância psíquica, que subverte nossas intenções e vontades: o inconsciente. A humanidade deve a Sigmund Freud essa descoberta. Apesar das transformações sociais, culturais e tecnológicas dos últimos anos, o método psicanalítico criado por Freud para lidar com o mal-estar inerente à condição humana foi utilizado como base para os estudos de Jacques Lacan, que são utilizados na Análise do Discurso para tentar entender um sujeito clivado e assujeitado.

Freud demonstrou que na área do inconsciente grande parte da vida psíquica se desenrola sem que tenhamos acesso a mesma. Ali são encontradas principalmente ideias reprimidas que aparecem disfarçadas em nossos sonhos e nos sintomas neuróticos. Já o Ego é a nossa parte organizada do sistema psíquico que entra em contato imediato com a realidade e tem a capacidade de atuar sobre a mesma numa tentativa de adaptação. O ego é o que media os impulsos instintivos do id e as exigências do superego.

Por sua vez, o Id é a fonte de nossa energia psíquica, formando-se por pulsões e desejos da ordem do inconsciente. Sua interação com as outras áreas são geralmente conflituosas, uma vez que o ego, sob os domínios do superego e as exigências do mundo real, tem que avaliar, determinar e controlar os impulsos do id, permitindo sua satisfação, adiando-a ou cerceando-a totalmente. Já o Superego forma-se a partir das identificações com o pai e a mãe, dos quais assimila ordens e proibições. Assume o papel de juiz, guardião e vigilante, uma espécie de autoconsciência moral e doinante. É o àquele que exerce a função controladora por excelência dos impulsos do id e age como colaborador nas funções do ego. Pode tornar-se extremamente rígido, anulando as possibili-

dades de escolha do ego.

A pulsão está situada entre o psíquico e o somático, sendo a representante psíquica dos estímulos que se originam no organismo e alcançam a mente. É diferente do instinto, pois não apresenta uma finalidade biologicamente predeterminada, e é insaciável, pois tem relação com um desejo, e não com uma necessidade. A pulsão que nos distancia dos animais, pois é através dela que entramos no mundo do simbólico da linguagem. A partir do momento que transformamos instinto em pulsão, começamos a privar eu de certos desejos, sendo interpelados por determinados discursos, somos assujeitados.

A história Lacaniana na psicanálise é a da fundamentação do conceito sujeito nessa área, que é deslocada para a Análise do Discurso. Os conceitos de simbólico, imaginário e real são deslocados para o sujeito, em que a linguagem é o simbólico por meio de seu sistema de representações, que se baseia em significantes que determinam o sujeito à sua revelia. Por sua vez, o imaginário é um registro psíquico que corresponde ao ego do sujeito, que sempre busca no Outro a sensação de completude. Essa por sua vez é inatingível, pois o Outro não existe para desenvolver a imagem com o ego deseja para ser sustentado.

“O real é o registro psíquico que não deve ser confundido com a noção corrente de realidade. O real é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado e que permanece impenetrável no sujeito” (BRAGA, 1999, p. 2).

Lacan coloca que o real àquilo que se escapa ao simbólico, pois na interação do sujeito com o símbolo, há a possibilidade de uma *verwerfung* primitiva, isso quer dizer que alguma coisa é simbolizada e vai se manifestar no real da linguagem.

A linguagem é um elemento essencial na definição e distinção da área do simbólico. Lacan coloca a configuração do psíquico e do inconsciente no nível do simbólico. Para ele a linguagem representa a base sólida de seu pensamento e através da mesma que o sujeito poderá organizar e sistematizar o seu universo psíquico, compreendendo assim, diferentemente de Freud, o inconsciente como parte da linguagem.

TEORIA QUEER

A teoria queer (queer theory, em inglês) é uma teoria da década de 1980 sobre questões de gênero, que afirma que a orientação sexual e identidade sexual (ou de gênero) de um sujeito são resultado de uma construção social. Isso quer dizer que não existem papéis sexuais biologicamente inscritos na natureza dos seres humanos. Ou seja, nós somos o resultado do que nosso entorno social nos faz e, conseqüentemente, podemos desempenhar um ou vários papéis sexuais e sociais.

A teoria começou a se consolidar mesmo nos anos 90, com o livro *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, após observar as chamadas “tecnologias de gênero”, de Teresa de Luretis, que abrangem as técnicas de ser homem ou mulher, nos anos 80.

É óbvio que isso não é uma definição amplamente aceita por todas as correntes acadêmicas. Ela, assim como a sexualidade, flui por áreas como cultura, sociologia da sexualidade, antropologia, filosofia, artes, etc. A teoria queer teve como referenciais teóricos os estudos de Foucault e Derrida, além da contemporânea Judith Butler. Ela foi originada do encontro dos estudos culturais estadunidenses com o pós-estruturalismo francês. A palavra queer é traduzida por estranho, excêntrico, raro e extraordinário. Os estudos queer adquire todo seu poder com a invocação que o relaciona com patologias e insultos e representam a transgressão em relação a uma sociedade heteronormativa, destacando a realidade social e cultural de uma minoria excluída - os homossexuais, bissexuais, transexuais, etc.

A teoria queer é mais profunda do que os estudos gays e lésbicos. Ela considera que esses estudos foram normalizados e não apontam para o constante movimento, para a mudança social. Basicamente, a teoria queer diz que não devem haver rótulos. As pessoas não são uma coisa só e suas relações com o mundo estão em constante mudança.

E como Louro (2004) também afirma:

“Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina”.

Esses corpos considerados estranhos que residem na Casa Miga sofrem um duplo estranhamento, uma dupla intolerância, pois são LGBTQ+ e estrangeiros que migraram de um país que economicamente e politicamente está desprestigiado, fazendo com que os brasileiros não vejam bem as pessoas que migram da Venezuela. Isso faz com que o preconceito que sofrem seja exacerbado. O desconforto da população local com os refugiados é perceptível, mesmo sem pesquisas sobre o tema, empiricamente é possível perceber tal situação.

Há um desconforto na população quando veem as travestis e transexuais andando pelas ruas da cidade, principalmente durante o dia, como se a cidade não pertencesse a elas, e elas mesmas não pertencessem à cidade. Mas ao mesmo tempo em que existem olhares de perturbação, olhares de escárnio, há os olhares de desejo de alguns homens, que são os mesmos que as procuram pelas ruas nas noites de Manaus, já que infelizmente, uma parcela significativa dessas mulheres transexuais e das travestis trabalham como profissionais do sexo.

Não se pode esquecer que esse estranhamento e desejo produz algumas perversões em nosso país, o Brasil é o país que mais mata esses corpos estranhos. Segundo o grupo LGBTQ+ da Bahia, no ano de 2018, 420 LGBTQ+ foram vítimas no Brasil de morte violenta: 76% homicídios e 24% suicídios, 45% gays, 77% com até 40 anos, 58% brancos, predominam profissionais do setor terciário e prestação de serviços, 29% mortos com armas de fogo, 49% na rua, apenas 6% dos criminosos identificados.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. ENCONTROS ETNOGRÁFICOS: INTERAÇÃO, CONTEXTO, COMPARAÇÃO. Michel Agier: tradução Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameiras, Yann Hamonic. - 1º ed. - São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

BRANDÃO, H. H. N. INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

BRAGA, Maria Lucia Santaella. AS TRÊS CATEGORIAS PEIRCIANAS E OS TRÊS REGISTROS LACANIANOS. São Paulo, 1999.

CASSANA, Mônica Ferreira. CORPOS IMPOSSÍVEIS: A (DES)ORDEM DO CORPO E A AMBIVALÊNCIA DA LÍNGUA NO DISCURSO TRANSEXUAL. Porto Alegre, 2016. (Tese orientada pela Profª Drª Solange Mittmann) - UFRGS.

COURTINE, J. J. Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos. São Carlos: EduFSCar, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAZIÈRE, Francine. Análise do discurso: História e práticas. Tradução Marcos Marcionillo – São Paulo: Parábola editorial, 2007.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: BENTES, A. C; MUSSALIM, F. (Org.) Introdução à linguística: domínios e fronteiras. Vol.2; 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise do Discurso: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

RODRIGUES, Diana da Silva. WHAT'S THE T?: Investigando a literatura Trans. Niterói, 2019. (Dissertação orientada pela Prof.ª Drª Carla de Figueiredo Portilho) - UFF.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. Conhecendo Análise do Discurso – Linguagem, Sociedade e Ideologia. Manaus: Editora Valer, 2006.

VALÉRIO, Simone Toschi. DEUS NÃO FEZ SÓ MACHO E FÊMEA: o poder do dispositivo de linguagem na constituição de saberes e de verdades sobre as sexualidades. Niterói, 2018. (Tese orientada pela Prof^a Dr^a Luciana Maria Almeida de Freitas) - UFF.

ZANELLA, Alexandre da Silva. ESPAÇOS ATRAVESSADOS: sujeitos homossexuais no discurso jornalístico sobre a cidade. Niterói, 2017. (Tese orientada pela Prof.^a Dr.^a VANISE GOMES DE MEDEIROS) – UFF.

VAI SAPATÃO! POTÊNCIA DA IMPRENSA LÉSBICA ENQUANTO UMA PEDAGOGIA CULTURAL LESBIANA

Larissa P. Martins⁵⁵
Marcio Caetano⁵⁶

RESUMO

Ao dispor-se de perspectivas apreendidas dos Estudos Culturais e Feministas, é possível apropriar-se do entendimento de que os artefatos culturais veiculados as Mídias são poderosos objetos de análise. Desse modo, utilizaremos a imprensa alternativa lésbica circulada na década de 1980 por mulheres que participavam do movimento feminista e movimento homossexual, como escolha para esta abordagem, encontra-se o boletim Chanacomchana, produzido pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista. Consideramos esta mídia enquanto uma pedagogia cultural de grande relevância para os estudos voltados a áreas de Educação, Comunicação, Lesbianidade e afins, pois através de suas publicações tinham como objetivo transmitir conhecimentos, valores e habilidades para suas leitoras. Os boletins Chanacomchana possibilitavam para suas leitoras um novo espaço de resistência e ressignificações de ideias, retirando-as de uma posição de marginalizadas, possibilitando que as lésbicas adquirissem voz e conquistassem espaços por meio do diálogo com outros movimentos sociais, como o movimento feminista e o movimento homossexual. Compreendemos que os discursos são fortemente marcados por relações de poderes, que provêm de diferentes segmentos econômicos, sociais e culturais, de diferentes ideologias e crenças e que são apresentados por diferentes agentes que consolidam as verdades e buscam convencer sobre as perspectivas de vida, de expressão, de ser e de estar no mundo. Desta forma, nossa intenção central para este trabalho é analisar os modos como os discursos presentes na imprensa alternativa lésbica brasileira produziram possibilidades acerca da performatividade de mulheres lésbicas, problematizando suas formas de existência, reivindicando uma identidade política e sexual, instigando o que ela poderia viver e experimentar.

Palavras-chave: Imprensa Lésbica. Chanacomchana. Movimento de lésbicas. Feminismo. Estudos Culturais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho⁵⁷ baseia-se na perspectiva dos Estudos Culturais Feministas e parte do entendimento de que os artefatos culturais veiculados nas Mídias são poderosos objetos de análise, uma vez que os discursos por eles instituídos afetam os sujeitos e disputam subjetividades, apontando maneiras de ser e estar no mundo. Aqui, focaremos na análise da imprensa alternativa e lésbica da década de 1980 com o boletim Chanacomchana. Entendemos que este artefato cultural tenha servido como uma estratégia de resistência ao visibilizar as vivências lésbicas e instigar a criação de uma identidade política e sexual acerca da lesbianidade.

Compreendemos a imprensa lésbica enquanto uma pedagogia cultural, que através de suas publicações tinham como objetivo transmitir conhecimentos, valores e habilidades para suas leitoras. Procuramos problematizar como as formas e atribuições dadas a(s) lésbica(s) aparecera(m) em pedagogias culturais para projetá-la performativamente. Como exemplo de outras investigações, a exemplo de Kathryn Woodward, (2000), Gláucia Almeida, Maria Luiza Heilborn (2008) e Patrícia Lessa (2007), este trabalho concebe os marcadores identitários como construções socioculturais que têm, nos grandes momentos de deslocamentos sócio-histórico-culturais, as condições emergenciais de suas abordagens conceituais.

PERCURSOS E ALINHAMENTOS POLÍTICOS EPISEMOLÓGICOS

Segundo Jane Felipe de Souza (1995) não podemos ver a pedagogia como um mero domínio de técnicas ou habilidades. Ela caracteriza-se como um modo de produção cultural diretamente envolvida nas formas como o poder e os significados/ são utilizados tanto na construção, quanto na organização do conhecimento. Ao compreender a força pedagógica da cultura contemporânea, os diferentes meios de/ comunicação transmitem pedagogias carregadas de significados que buscam levar os sujeitos a novos debates acerca de gênero, raça, classe, sexualidades, etc.

Os discursos, que estão fortemente marcados por relações de poderes, provêm de diferentes segmentos econômicos, sociais e culturais, de diferentes ideologias e são apresentados por diferentes agentes que consolidam as verdades e buscam convencer sobre as perspectivas de vida, de ex-

55 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação/PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES. E-mail: larissa.pmartins@yahoo.com.br

56 Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2011). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: mrvcaetano@gmail.com

57 Este trabalho é um recorte da dissertação que está sendo construída por Larissa Martins e orientada por Márcio Caetano.

pressão, de ser e de estar no mundo. Essa maquinaria econômico-cultural forma um jogo eficiente de produção e disputa de subjetividades. Não a menos que os processos de interação dos sujeitos com a mídia tenham sido apresentados como um poderoso tópico de pesquisa no campo da educação. Portanto, é curioso e produtivo perguntar sobre os efeitos que esses discursos puderam contribuir para a produção do modo como as lésbicas construíram significados em suas existências cotidianas.

Segundo Simone Rocha et al. (2010) a concepção de cultura na perspectiva dos Estudos Culturais é entendida enquanto um terreno de luta pelos significados. Nele reside inter-relações entre comunicação e o processo de produção de sentidos inserido em contextos sociais determinados. Assim sendo, podemos pensar boletins como o ChanacomChana enquanto um instrumento questionador que buscava promover mudanças a partir de seus discursos. A autora Karina Woitowicz (2014), explica que com as mudanças enfrentadas pelo movimento feminista e de mulheres entre as décadas de 1970-1980, havia uma necessidade de criar um discurso próprio que fosse capaz de promover questionamentos e mudanças como uma forma de estratégia para uma educação feminista, capaz de produzir uma História das, sobre e com as mulheres. Isso não me parece diferente das intencionalidades emergidas com a imprensa lésbica, que buscava romper com a ótica da heterossexualidade compulsória presente no movimento feminista (RICH, 2012).

Neste sentido, podemos pensar a imprensa alternativa lésbica enquanto uma pedagogia cultural que busca promover mudanças através de seus discursos, gerando novos conhecimentos a partir de problematizações que questionam o que socialmente está representado como “certo”. Através dela, é possível construir novas concepções de mundo e de “verdades” e, com isso, auxiliar-nos nas construções identitárias através das subjetividades presentes em seus discursos.

Segundo Rosangela Soares (2008), os meios de comunicação através da sua produção cultural fornecem modelos a serem seguidos, tanto de como ser homem, quanto de como ser mulher, sendo assim, modelos de comportamentos a serem aceitos ou não e, dessa forma, constroem as percepções de gênero, sexualidade, raça e outras identidades culturais. Nesse sentido, as mudanças produzidas pela mídia alternativa contribuem para compor novas posições de sujeitos, assim como, constroem novas identidades sociais para seu público. Estas identidades estão intimamente ligadas às representações, sendo assim, “O processo de aquisição de identidade não é fixo, não é um produto acabado, é um processo que está sempre sendo refeito. É um processo que se articula a categorias abrangentes como sexualidade, gênero, classe.” (SOARES, 2008, p. 51-52).

Buscamos entender a identidade, como uma construção histórica e social, que segundo Kathryn Woodward (2000) adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas, e essa representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas (WOODWARD, 2000, p. 18). Ainda sobre as identidades, Woodward (2000, p.33) afirma que estas “são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições”. Sendo assim, uma mesma pessoa pode ter várias identidades, que podem ser divergentes, mas que irão coexistir em uma só sujeita, podendo uma prevalecer mais que outra em determinado momento e, ou ambiente.

Desse modo, é pensando nessas múltiplas identidades existentes que reforço minha hipótese de que a imprensa alternativa lésbica brasileira teve um papel importante na construção identitária e política das lésbicas que tinham acesso a esse conteúdo durante a década de 1980 através das criações de narrativas que possibilitaram uma identificação por parte das leitoras. Pautando a diferença como um elo que as unia, colocando-as em uma categoria comum.

Este boletim buscava abordar diferentes formas de construções identitárias sobre a lesbianidade, apresentando como finalidade, ter a intenção de fazer com que as leitoras pudessem construir para si, uma identidade lésbica que não abdicasse de outras identidades, sendo estas como mãe, trabalhadora, esportista, estudantes, dentre outras possíveis, fazendo com que tivessem a oportuni-

dade, então, de se reconhecer em outros espaços, não abdicando aqueles da qual já estavam inseridas. Reforçavam em suas publicações a importância de assumir a lesbianidade enquanto um ato político, e não apenas uma prática sexual. Segundo, Monique Wittig (2006), não existe luta possível para alguém sem uma identidade, pois faltará uma motivação interna para lutar, nesse sentido, a busca pela consciência das lésbicas para uma identidade política, demonstra a necessidade de uma luta reivindicativa pelos seus direitos, pela sua existência.

A afirmação política das identidades, segundo Woodward (2000, p. 25), exige alguma forma de autenticação que, muito frequentemente é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão. De encontro com este pensamento, como vai argumentar Norma Mogrovejo Aquis (2004, p. 47), as pioneiras no movimento de lésbicas, com a influência da segunda onda do feminismo, manifestavam que o primeiro passo para consolidarem-se enquanto movimento, decorreria ao dar um sentido a uma estrutura de identidade coletiva, com a qual, as lésbicas pudessem se reconhecer. Para isso, seria necessário um suporte a uma identidade coletiva em uma história, dito de outra maneira, nomear o amor entre mulheres como uma relação social e política. De mesmo modo, o segundo passo dado pelo movimento de lésbicas feministas, complementa Mogrovejo (2004), seria dar a identidade recuperada a partir da reivindicação anterior, uma dimensão política e pública, ou seja, uma existência pública ao amor entre mulheres definido agora com relação social.

Para tanto, a partir de uma análise qualitativa dos dados, o presente trabalho utilizará enquanto metodologia as ferramentas da Análise do Discurso a fim de interrogar os modos como os discursos presentes na imprensa alternativa lésbica brasileira a performatizaram durante as décadas de 1970 e 1980.

Não podemos olhar para os jornais apenas como um transmissor de conteúdo, precisamos olhá-los de uma forma pela qual possamos perceber que há uma intenção por trás da produção, mesmo que essa seja buscar produzir subjetividades por meio de seus discursos. Autoras como Mônica Karawejczyk (2010) problematizam a ideia da “não neutralidade” presentes na imprensa, fazendo com que discursos narrados, para alguns, sejam considerados inválidos enquanto fontes confiáveis. No entanto, minha compreensão condiz com a reflexão da autora, pois, a não neutralidade destas fontes é que possibilitam uma análise aprofundada do que se pretende com tal discurso.

CHANACOMCHANA TAMBÉM É BACANA!

Dispondo de doze edições publicadas enquanto boletim e uma enquanto jornal, o ChanacomChana vem de encontro com a segunda geração da imprensa alternativa feminista (CARDOSO, 2004), por pautar desde sua primeira publicação, a liberdade sexual e questões voltadas a vivência lésbica. Este nome bastante sugestivo tem sua explicação logo na primeira publicação, ainda enquanto Jornal, datada de janeiro de 1981, do qual as lésbicas do GALF pontuam:

CHANACOMCHANA foi um pilo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra Chana não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”, para alguns como “CHANCA” (pé grande – sapatão?), e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. [...] Voltando ao nosso papel com tinta, sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, e mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias (CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

Podemos perceber aqui, que a criação de uma imprensa alternativa elaborado por lésbicas e para lésbicas, tinha um propósito político. Como aponta Lessa (2007), as lésbicas por trás do ChanacomChana, criaram um discurso no qual valoriza uma sexualidade tão menosprezada, no qual, o “Chana” vai além do que a representação da genitália feminina, ganhando novos sentidos como o sentido político de ‘chance’, que pode ser entendido como a chance de serem lésbicas, de expressarem suas ideias, de sentir e manifestar desejos, anseios, dores, temores, amor ou, apenas estarem tendo a chance de existir e resistir. Ao escolher utilizar a palavra “chanca”, principalmente colocando-a em destaque, passam a reinterpretar seu significado, tomando para si uma palavra que estava mergulhada em um discurso pejorativo, de insulto as lésbicas.

Em “chama”, podemos dar sentido de erotização aos relacionamentos homoafetivos, pois, remete-se ao fogo, elemento que aquece, incendeia, mas também a uma “chama” de esperança de

encontrar nesse local, conforto e entendimento. Dessa forma, o papel transgressor expresso nos sentidos da palavra ‘Chana’ implica uma provocação social criativamente elaborada, com a qual, suas estratégias de ação, expõem a vontade de se fazer ouvir em um contexto que as rejeita, exigindo, dessa forma, seu lugar de fala nesse espaço social (LESSA, 2007, p. 104).

Na tentativa de se fazer ouvir, também abrem espaços para que lésbicas de outros cantos do Brasil possam falar. No decorrer das publicações do ChanacomChana, foram sendo criadas colunas fixas no boletim, afim de abrir espaço de interação entre as leitoras. Colunas como “Fazendo Poesia”, “Troca de Cartas” e “Opinião da Leitora”, incentivavam tal interação e protagonismo das leitoras dentro do boletim.

Ao compartilharem suas experiências e identificarem-se com os demais conteúdos presentes nos boletins, as leitoras encontravam um espaço seguro de sociabilidade, em que, era possível existir sem receio de ser julgada por conta da sua sexualidade. Com os discursos presentes no ChanacomChana, foi possível que diversas mulheres lésbicas de diferentes partes do país se identificassem enquanto lésbicas e, através dele, conseguissem construir uma identidade na qual a lesbianidade fosse uma realidade possível. Como argumenta Marisa Costa (2002, p. 72), “boa parte da modelagem identitária empreendida pelas sociedades neoliberais é levada a efeito pela mídia e por outros artefatos da indústria cultural”. Seguindo esse pensamento, a imprensa lésbica da década de 1980 teve um papel fundamental nas construções identitárias de mulheres lésbicas a partir dos discursos emitidos ao longo de suas publicações.

Com esse propósito, as militantes do GALF⁵⁸, utilizavam o Chanacomchana como um veículo do qual poderiam compartilhar vivências de forma política, deixando evidente, em diversos momentos das edições, sua visão e postura perante a sociedade (STÖLBEN, 2018). Assim, como também, abordavam temas importantes para a época, como era o caso da liberdade sexual, lesbianidade e preconceitos, dessa maneira, demonstravam seus interesses em conscientizar e educar as leitoras a respeito de situações que as afetavam. Dessa forma, como aponta Lessa (2007), os boletins Chanacomchana possibilitavam para suas leitoras um novo espaço de resistência e ressignificações de ideias, retirando-as de uma posição de marginalizadas, possibilitando que as lésbicas adquirissem voz e conquistassem espaços por meio do diálogo com outros movimentos sociais, como o movimento feminista e o movimento homossexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada ainda está em andamento, mas já conseguimos captar, através das análises das publicações dos boletins Chanacomchana, a potência de uma pedagogia cultural que buscava auxiliar mulheres lésbicas a construir suas identidades, buscando desmistificar o tabu sobre a lesbianidade, e instigando suas leitoras a assumirem sua lesbianidade de forma política.

Para além da sociabilidade, os boletins Chanacomchana, serviam também como um espaço de acolhimento e aprendizado, onde as próprias leitoras poderiam participar ativamente das publicações, seja através da troca de cartas com outras leitoras ou com a publicação de suas cartas no boletim. Dessa forma, podemos entender os boletins Chanacomchana enquanto uma pedagogia cultural que para além da emissão, fomentava o conhecimento e reconhecimento pelas próprias leitoras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*, v. 9, n. 1, 2008.

AQUISE, Norma Mogrovejo. *Teoría lésbica, participación política y literatura*. Universidad Autonoma De LA Ciudad, 2004.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

CHANACOMCHANA. São Paulo, 1981.

58 O Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) foi o responsável pela produção, publicação e venda dos boletins.

COSTA, Marisa V. Ensinando a dividir o mundo; as perversas lições de um programa de televisão. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, p. 71-82, 2002.

KARAWEJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico: breves considerações. *Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande*, v. 1, p. 131-147, 2010.

LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1970-2006)*. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 261f.

SOARES, Rosângela. *Pedagogias culturais produzindo identidades. Educação para a igualdade de gênero*, 2008.

SOUZA, Jane Felipe de. *Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil*. Silva, p. 195, 1995.

STÖLBEN, Marília Daniel. *Mexe com a Chana pra ver! Educação, Resistência e Militância Lésbica no periódico 'Chanacomchana' (1981 – 1987)*. Santa Cruz do Sul, 2018.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2012.

ROCHA, Simone et al. *Os estudos culturais e os entrelaçamentos entre comunicação e cultura: uma análise do filme Cão sem dono*. *Interin*, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2010.

WITTIG, Monique. *El Pensamiento Heterossexual y Otros Ensayos*. Madrid, Editorial Egales. 2006.

WOITOWICZ, Karina Janz. *A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e práticas de ativismo*. In *Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia – Santa Catarina*, Vol. 11, nº1, p.104-117, janeiro e Junho de 2014.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



02

LGBTIFobia

A BISSEXUALIDADE E SUAS FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Danielle Araujo de Souza Amaral¹
Stephanei Coelho Paulini²
Danielle Jardim Barreto³
Gilberto Alves⁴

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre as faces e interfaces da bissexualidade na universidade, contextualizando as vivências e problematizando as violências sofridas pelas pessoas bissexuais neste ambiente, por meio da análise dos dados já coletados pelo projeto LGBTfobia e re(ve)lações universitárias: construindo um instrumento de pesquisa. A partir da enunciação de pessoas bissexuais, o presente trabalho busca analisar como estas vidas expressam-se na universidade, bem como as violências enfrentadas, como reagem diante destas discriminações e preconceitos sofridos/percebidos, e ainda, o número de tentativas de solicitação de ajuda para órgãos competentes da universidade. Além disso, buscou-se promover a bissexualidade como uma das diversas existências válidas e singulares. Por meio de análise qualitativa dos dados levantados, foram selecionadas informações apresentadas nos questionários respondidos por bissexuais que convivem neste espaço. Dos resultados, destaca-se: dos/as 671 participantes da pesquisa, 22 (3,13%) se autodeclararam bissexuais; 40,91% tem medo que pais e/ou amigos pensem que a pessoa seja LGBTTI; 77,27% discordam de que as pessoas LGBTTI vivem sua sexualidade abertamente; ainda, 9,09% das/os respondentes afirmaram terem sido vítimas de violências no ambiente acadêmico, e ainda, do/as que sofreram, 80% disseram não ter relatado estas discriminações para alguém ou para algum órgão competente. Por fim, é necessário pontuar que a universidade, enquanto instituição que produz e sustenta discursos hegemônicos de poder, se mostra também, com base nos dados, território de reprodução de bifobias, não oferecendo suporte para o combate à tais violências. Desta maneira, entendemos a necessária resistência, a fim de que nossas ações possam penetrar as fissuras da instituição, pois afinal, fazemos parte e percorremos os corredores da universidade.

Palavras-chave: Bissexualidade. Universidade. Bifobias. Subjetividade. Binariedade.

INTRODUÇÃO

A fim de proporcionar visibilidade não só à diversidade e à existência de pessoas que se identificam sob a sigla LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais), mas também com o intuito de identificar as violências sofridas por elas no ambiente acadêmico universitário, é que se elaborou e aplicou um questionário a respeito de e para pessoas LGBTTI e LGBTTI-fobia, por meio do projeto LGBTfobia e re(ve)lações universitárias: construindo um instrumento de pesquisa. A partir do levantamento destes dados, elegeu-se como destaque a bissexualidade, sendo que esta é descrita por Riesenfeld (2006, p.17), como uma orientação sexual, e: “Por orientación sexual se entiende la atracción, tanto amorosa y afectiva como física y sexual, por una persona según su sexo”, e ainda, o conceito de bissexualidade como a atração sexual e/ou afetiva tanto por mulheres quanto por homens, não importando a quantidade de relações nas quais se tenham envolvido com cada um dos gêneros (RIESENfeld, 2006, p. 91). Uma vez levantados os dados sobre a presença de pessoas bissexuais no espaço universitário, se faz necessário proporcionar formas de visibilidade e legitimação de suas vidas, sendo que o ambiente acadêmico é um campo em que encontram-se diversas formas de expressões, sejam elas de pensamento, posicionamento político, dogmas religiosos, gêneros e sexualidades. No entanto, a hegemonia dos discursos, produz formas de expressões desejáveis em oposição às indesejáveis e inadequadas; e ainda, considerando a academia como território de produção da vontade de verdade, que segundo Foucault (1996), é um sistema de exclusão que apoia-se num suporte institucional, reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas pedagógicas, pela forma do emprego do saber, sua valorização e distribuição que inclina-se a coagir outros discursos a apoiarem-se no discurso verdadeiro, produz assim, também, a manutenção das hegemonias. Desta forma, a partir da enunciação de 3,13% de pessoas bissexuais, o presente trabalho busca analisar como estas vidas expressam-se neste ambiente, bem como as

1 Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Paranaense/UNIPAR. Email: danielle.amaral@edu.unipar.br

2 Participante do Projeto de Iniciação Científica (PIC) - Acadêmica do curso de Psicologia Universidade Paranaense/UNIPAR. Email: stephanei.paulini@edu.unipar.br

3 Doutora em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis — UNESP, Universidade Estadual Paulista (2016). Professora do curso de Psicologia e Medicina na Universidade Paranaense/UNIPAR. Orientadora da pesquisa. E-mail: danibarreto@prof.unipar.br

4 Doutor em Ciências de Alimentos pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Professor do curso de Psicologia na Universidade Paranaense/UNIPAR. Email: gilberto.alimentos@prof.unipar.br

violências enfrentadas, como reagem diante destas discriminações e preconceitos sofridos e percebidos, e ainda, o número de tentativas de solicitação de ajuda para órgãos competentes da universidade. Além disso, é de interesse deste trabalho, visibilizar a bissexualidade como uma das diversas existências válidas e singulares — singularidade esta que, segundo Guattari & Rolnik (1996, p. 17) se constitui como uma recusa aos moldes identitários pré-estabelecidos, para então construir outras formas de se relacionar, sentir, de produzir desejos etc.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para começar a tratar sobre sexualidade, inicialmente, partiremos de três conceitos teóricos: o dispositivo, a subjetividade e a singularidade. Seguindo esta linha, temos Foucault (1979), que em sua obra *Microfísica do Poder*, trata do conceito de dispositivo, este que pode ser entendido como um aglomerado diverso, composto por discursos, sejam eles científicos, filosóficos, de moralidade ou filantropia, também por instituições localizadas ou não, legislação e regras; enfim, o que é falado e o que não é.

Partindo da concepção de “[...] uma subjetividade de natureza industrial, maquinica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 25), no âmbito social, própria para ser incorporada e reproduzida pelos sujeitos, concebemos, então, neste trabalho, a sexualidade enquanto dispositivo de subjetivação, ou seja, uma ferramenta de produção de subjetividade a ser consumida.

Neste sentido, a heterossexualidade enquanto norma, invisibiliza e/ou desconsidera as sexualidades dissidentes, jogando-as para o campo da abjeção. Todavia, essa fuga aos moldes preestabelecidos, é o que Guattari & Rolnik (1996), vem chamar de processos de singularização, os quais constroem, assim, novas formas de relação, de sensibilidade, de produção, dentre outros. É no campo da singularidade onde compreenderemos, então, a bissexualidade; mais especificamente, a mesma no ambiente acadêmico.

Assim, considerando estas vivências no espaço universitário, consideramos a necessidade de “[...] analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo, não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 88), isto é, o poder que forma um saber cristalizado e determinante das hegemonias sociais. Neste sentido, concordamos com Barreto (2016, p. 149), que nos afirma que: “[...] a universidade é um espaço de produção de poderes e de saberes heteronormalizados e higienistas”, ou seja, que respondem à normas heterossexuais já naturalizadas e que visam limpar e/ou invisibilizar quaisquer outras expressões que fujam a este padrão.

De acordo com Foucault (1988), dentro de uma análise jurídico-discursiva, no que se trata do sexo, o poder determina a lei, reduzindo-o à possibilidade de apenas dois lados: lícito e ilícito, permitido e proibido. Sendo assim, a homossexualidade torna-se este extremo dissidente, o lugar dos “nãos” e da condenação. Deste modo, segundo Riesenfeld (2006), a heterossexualidade e a homossexualidade possuiriam características dicotômicas e irreconciliáveis, assim, diante desta perspectiva, seria impossível que tais extremos coexistissem em uma só pessoa; todavia, a bissexualidade, tida como uma atração por outras pessoas sem importar de que sexo sejam, definiria-se “[...] por oposição às categorias de homossexual e de heterossexual [...] [as quais seriam] muito restritas” (CASTAÑEDA, 2007, p. 281, grifo da autora).

Em nossa sociedade capitalista, a subjetividade acolhida e vivenciada pelos indivíduos em suas próprias existências, é, como supracitado, configurada no âmbito social, num sentido de que tudo aquilo que nos chega e que nos rodeia, é algo a ser consumido; à vista disso, a cultura de massa produz indivíduos da norma, submissos segundo sistemas hierárquicos, receptores e reprodutores de determinados valores e práticas, tais como: modos de ser, de sentir, de viver, de perceber o mundo; sob essa ótica, os modos de se vivenciar tal subjetividade alternam entre dois espectros: o de alienação e opressão, ou o de expressão e singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Além disso, no cenário capitalístico, a produção de verdade se dá em princípios binários, sendo os discursos a respeito dos modos de vida e de viver, atravessados pelo imperativo “ou”, fortalecendo generalizações — ser isso ou ser aquilo; tal imperativo promove normatividades, universalidades, produz identidades cristalizadas (BARRETO, 2016).

Enquanto dispositivo de subjetivação, a sexualidade seria, igualmente, algo a ser consumido;

onde mesmo a própria heterossexualidade se autolimita a determinados padrões específicos de se relacionar. Barreto (2016) nos aponta acerca das condutas protocolares da prática sexual, as quais enfocam-se na procriação, com a relação pênis-vagina sendo o clímax da prática heterossexual, salvo as pobres tentativas de incrementar tais protocolos. As práticas homossexuais, ainda que dissidentes, alvo da negativa, são entendidas como uma atitude contrária à norma. Já a bissexualidade, rompe a dicotomia e as categorizações absolutas, desta maneira, abrindo espaços menos determinantes; todavia, no esquema da binariedade, parece haver somente o não e o sim — não há espaço para o talvez e todas as possibilidades que existem entre eles; dito isto, descobrir-se bissexual não é tarefa fácil (RIESENFELD, 2006).

Assim sendo, contextualizar as vivências bissexuais na Universidade, bem como sobre os (pré) conceitos e vivências peculiares à esta orientação sexual, problematizando tal hegemonia binarista, e destrinchando as bifobias, violências vivenciadas por pessoas bissexuais no ambiente acadêmico, se faz necessário, uma vez que a bissexualidade “ainda não é entendida nem aceita pela sociedade” (CASTAÑEDA, 2007, p. 299), assim como outras formas de vida que agenciam suspeitas às hegemônias discursivas vigentes.

METODOLOGIA

Por meio dos dados levantados pelo instrumento-piloto do projeto de pesquisa LGBTfobia e re(ve)lações universitárias: construindo um instrumento de pesquisa (aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob protocolo número 74185517.4.0000.0109 e financiada pelo CNPQ), realizada junto ao corpo discente de uma universidade em 2018, foram checados, selecionados e compilados informações e dados específicos, apresentadas nos questionários respondidos por bissexuais que convivem neste espaço; enfatizou-se como a bissexualidade se apresenta na Universidade, as práticas de violência sofridas e percebidas em relação ao público LGBT, bem como os sofrimentos por elas causados neste contexto e por fim, o índice relatado dessas violências para órgãos competentes.

Embora reconheça-se a importância e a necessidade do emprego da linguagem não binária, no presente trabalho, utilizou-se artigos masculinos e femininos ao se referir aos participantes da pesquisa, uma vez que todos se identificaram como homens e mulheres cisgênero.

RESULTADOS

Dos/as 671 participantes da pesquisa, somente 22 (3,13%) auto declaram-se bissexuais; dentre estes, 86,63% são cis mulheres e apenas 13,64% são cis homens. A partir dessa amostragem, 13,64% concorda totalmente com a afirmativa “Eu tenho medo que pais e/ou amigos pensem que eu seja LGBT”, enquanto que 27,27% somente concorda e 45,45% é indiferente; 13,64% discorda totalmente. Quando questionados se pessoas LGBT vivem sua sexualidade de maneira aberta, se sentem bem e são aceitos no meio social, 36,36% diz discordar totalmente, 40,91% somente discorda, 13,64% é indiferente e os que apenas concordam ou concordam totalmente, somam 4,55%, igualmente. Ainda, 9,09% das pessoas bissexuais relataram terem sido vítimas de preconceitos e discriminações no ambiente acadêmico, bem como 59,09% informaram ter presenciado situações LGBTTIfóbicas (violências caracterizadas como verbais e não verbais, direcionadas à pessoas que não são heterossexuais); além disso, 50% disseram terem sido discriminados por terem amigo/a/es LGBTTI. Entre as práticas de violência sofridas informadas pelas pessoas bissexuais, sobressaíram-se: piadas, sendo estas 13,63% dos casos, e ofensas, contabilizando 9,09% das situações. Ainda, das que sofreram algum tipo de violência, 80% disseram não ter relatado estas discriminações para alguém ou para algum órgão competente a fim de pedir ajuda, sendo que algumas justificaram sua omissão por não sentirem coragem e segurança e/ou por não acharem necessário, tendo lidado com a situação no momento em que aconteceu.

DISCUSSÃO

A maioria dos/as respondentes ao questionário identificaram-se como mulher bissexual; diante disso, Riesenfeld (2006) salienta que, para as mulheres, parece haver maior facilidade para essa experimentação do desejo, uma vez que em nossa sociedade é permitido às mulheres demons-

trarem carinho ou afeto umas pelas outras sem que sua sexualidade seja tão questionada quanto a masculina, por exemplo. Concomitantemente, assumindo que “[...] a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 68-69, grifo dos autores) e ainda, está associada ao reconhecimento, a identidade é, então, uma maneira de nos referenciar, de identificar o indivíduo, de nos fixar em determinado lugar; assim, os conflitos com o sentimento de pertença relacionados a binariedade dos mundos, nos quais é difícil encontrar seu próprio espaço à medida de que para os heterossexuais, o bissexual seria muito homossexual, assim como para os homossexuais, ele seria muito heterossexual (RIESENFELD, 2006), coincidem com números elevados de respostas apresentados em relação ao sentimento de medo de que outras pessoas pensem que se seja LGBT, bem como a discordância em relação à viver abertamente sua sexualidade. Quanto a esta última questão, percebe-se que há um jogo de forças que se contrariam, nas quais de um lado há o desejo e do outro a necessidade de se enquadrar aos moldes normativos, o que por si só já pode causar algum tipo de sofrimento. Neste sentido, o próprio ato de vivenciar a bissexualidade, é sentir a passagem da linha de fuga, conceito discutido por Deleuze & Guattari e comentado por Barreto (2016), a qual cria rupturas, desestabiliza e subverte os modos identitários de se viver e nos aproxima dos processos de singularização, visto que “O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 47).

Adiante, os elevados índices de discriminação sofridas e percebidas no ambiente acadêmico nos traz diversos questionamentos: como este ambiente está lidando com a temática da LGBTTI-fobia? Quais medidas a instituição está propondo diante disso? O que este território está propondo a estes estudantes enquanto ambiente de reflexão e expansão de possibilidades? Para responder tais questões, Barreto (2016) nos diz que à respeito das problematizações acerca da hierarquização de gêneros e sexualidades, assim como da lógica heteronormativa binarista, que ainda é agenciada nos núcleos de pesquisa e extensão de diversas universidades, temos estes espaços vistos como especialistas nestes saberes, ao invés de territórios de possibilidades, optando por punir individualmente ações de violência em detrimento de ações e intervenções coletivas que questionam essas naturalizações; dito isto, o ambiente acadêmico nada contribui ou busca conscientizar acerca da LGBTTI-fobia sofrida/percebida, bem como não incentiva ou não informa à estas pessoas algum método de solicitar ajuda, haja vista a quantidade de omissões relatadas; e ainda, ou seja, ressaltando o supracitado, em resposta ao instrumento, foi-se questionado, por um dos respondentes: “Para quem relatar?”.

Diante de todo o exposto, pode-se dizer que a universidade não percebe a violência em que está imersa. No entanto, Butler (2015) em seu livro Quadros de Guerra, articula sobre a violência salientando que exatamente por se estar mergulhado nela, é que a luta existe, havendo a possibilidade da não violência; e mesmo que esta luta seja irremediavelmente necessária, é ao mesmo tempo apenas uma alternativa e não um determinismo, por isso aplicada tantas vezes sem sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste trabalho implicou-se em proporcionar contorno às vidas invisibilizadas das pessoas LGBTTI, — especificamente as bissexuais — em relação à suas experiências nos territórios universitários enquanto existências válidas e singulares; pontuando as violências que sofreram e suas reações frente às discriminações e preconceitos a que foram submetidas; e ainda, como e quanto solicitaram ajuda de órgãos competentes da universidade.

Alicerçada e atravessada pela teoria, se fez possível a análise sobre as vivências bissexuais, resgatando conceitos sobre orientação sexual, a bissexualidade em si, dispositivos, subjetividades e singularidades; conceitos estes que propõem a sexualidade como dispositivo de subjetivação, exercendo poder normatizador sobre as identidades e as formas de se relacionar. A binariedade como campo dos extremos, resistência à fluidez e não possibilidade do “e” ao invés do “ou”, marca também a existência das pessoas bissexuais, na singularidade de pertencerem a um pólo E a outro.

Em todo este contexto, a universidade, enquanto instituição que produz e sustenta discursos hegemônicos de poder, se mostra também, com base nos dados, território de reprodução de bifobias, não oferecendo suporte para o combate à tais violências, as quais, pelo mesmo motivo hege-

mônico, muitas vezes não são percebidas, uma vez que algumas das pessoas respondentes, em certa questão, disseram não ter sofrido discriminações ou preconceitos por serem LGBTTI, porém quando perguntadas sobre quais tipos de violência sofrem, responderam terem sido vítimas de piadas, por exemplo. Ou seja, por vezes as violências são disfarçadas de brincadeiras e a reprodução do discurso, continua a circular.

Desta maneira, entendemos que é necessário lutar pela não violência, pois afinal, fazemos parte e percorremos os corredores da universidade e se a resistência é uma possibilidade, como já nos afirmou Foucault (1979), que nossas ações possam penetrar as fissuras da instituição e possibilitar a promoção, visibilidade e respeito das e nas relações com as pessoas LGBTTI, até que os muros da hegemonia caiam.

REFERÊNCIAS

BARRETO, D. J. A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em psicologia: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes. 2016. 213 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016.

BUTLER, J. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

CASTAÑEDA, M. A experiência homossexual - Explicações e Conselhos para os Homossexuais, suas Famílias e Terapeutas. São Paulo: A Girafa, 2007.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. A ordem do discurso. Resumos dos Cursos no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970-1982. São Paulo: Loyola, 1996.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do Desejo. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

RIESENFELD, R. Bisexualidades: Entre la homosexualidad y la heterosexualidad. 1 ed. México: Paidós, 2006.

A DESCONSTRUÇÃO E OS GÊNEROS: DO HOMEM ÀS HUMANIDADES

Thiago Teixeira³

RESUMO

A desconstrução aparece como um importante caminho filosófico. Nesse percurso marcado, sobretudo, pela instauração das descontinuidades, nos esforçamos para enfraquecer as estruturas de discurso e, por conseguinte de poder, que se colocam no mundo a partir de uma presença hostil. Pensar o enfraquecimento desses poderes de destruição alocados num sujeito que vê a si mesmo como norma — que demarca o que é central e, ao mesmo tempo, o que é lido enquanto margem —, se torna o nosso objetivo. (Re)pensar a categoria de homem, enquanto gênero e representação de poder, é trazer essas estruturas para o campo da reflexão, da crítica e, na mesma esteira, de uma tensão ética. De-compor o homem, nessa direção, incide ressignificar poder e os lugares nos quais ele se dá. Ao pensarmos os homens e não o homem, somos inclinados a desfazer a oposição entre humano e não humano e, mais, tensionados a perceber as humanidades que se manifestam nas relações e nas tessituras oscilantes de poder. Ao desconstruir uma ontologia da identidade e da presença marcada pelo sujeito que pensa a si como norma masculina, branca e cis-heteronormativa, nós somos levados a pensar novas alianças e valores. Abrimos, assim, espaço para um processo de reconstituição das identidades, bem como dos pactos sociais, longe, evidentemente, das composições narcísicas masculinas. Nesse caminho, pensamos o enfraquecimento do sujeito norma que esmorece o que lhe escapa, o que está a margem através dos marcadores de gênero e sexualidade, raça e classe. Esses pactos que se dão na refração em relação ao sujeito norma caminham na direção do que entendemos como uma ética inflexiva.

Palavras-chave: desconstrução, gênero, homem, ética, diversidade

DESCONSTRUÇÃO DO GÊNERO: O HOMEM EM CHEQUE

Ao tratarmos da desconstrução demarcamos um lugar na filosofia que se mantém atento aos processos contínuos de descontinuidades. Ora, de modo significativo, nós escapamos das leituras imediatas que abraçam esse termo, isto é, não pensamos o efeito de desconstruir como um processo de consumo absoluto, tampouco como destruição dos termos, dos conceitos e das identidades.

Para nós, a desconstrução aparece como um efeito de fratura. Podemos, então, nos perguntar: mas o que deve ser exposto à fissura? Somos tensionados a perceber essa questão toca as bases mais redigidas de discurso que, como sabemos, operam como processos representativos, descritivos e constituintes de lugares políticos. Desconstruir, nesse sentido, se refere ao processo contínuo de desvelamento dos discursos de poder que, de modo tácito, mantém uma linearidade hostil e uma centralidade de poder que cria efeitos de violência.

Ao pensarmos, orientados por Antônio Negri e Félix Guatarri, na obra *As verdades nômades*: por novos espaços de liberdade, que os discursos reverberam estruturas de poder, compreendemos que os discursos deixam entrever as relações de poder que se desdobram da centralidade constituída pelo sujeito norma. Ele age ao criar representações sobre o mundo e, ao mesmo, ao polarizar os espaços discursivos entre os que se expressam e os que não. Assim, é possível dizer o “discurso já é ato. Forjar outro discurso sobre o existente pode desencadear a sua destruição.” (NEGRI; GUATARRI, 2019, p. 8).

Desse modo, as perspectivas filosóficas que incorporam a desconstrução estão interessadas em enfraquecer os estereótipos que, de modo profundo, criam efeitos de poder polarizados e, na mesma direção, centralizadores. Ao desconstruir operamos como aqueles que redesenham as cenas e os discursos de poder a partir de si mesmos. Nesse sentido, o que fazemos não está na ordem da destruição ou do consumo absoluto das normas, dos valores e do gênero que, para nós aparece como referencial de reflexão, inflexão e de crítica.

Ao instauramos essa fratura nos valores e nas estruturas, nesse caso as de gênero, que se propõem unilaterais, absolutas e irrevogáveis, nós criamos um efeito de descontinuidade.

Ao dinamitarmos esse ato de fala que se desdobra na composição de poder, nós ressignificamos os discursos, a fim de alocarmos a sua composição no tempo, na situação e nas relações concretas, longe das aspirações de verdade incorpóreas, abstratas e que se determinam, como afirma Foucault, enquanto “vontade de verdade” (1999, p. 18). Dos mecanismos de exclusão apontados pelo filósofo, a vontade de verdade opera como uma construção normativa dos discursos e dos poderes válidos, em detrimento dos que são enfraquecidos e constituídos como abjetos.

³ Professor do Departamento de Filosofia da PUC Minas. Doutorando em Ciências Sociais pela PUC Minas. Mestre em Filosofia pela FAJE. Editor da Revista *Senso*. E-mail: thiagoteixeiraf@gmail.com

Creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos — estou sempre falando de nossa sociedade — uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (1999, p. 18).

Compreendemos que essas fabulações ou vontades de verdade criam efeitos de exclusão, quando constituem discursos, afetos, corpos e realidades que são marcadas no lugar da abjeção e, por esse motivo, estão designadas a ausência à morte. Notamos, assim, uma relação intrínseca entre biopoder e discurso.

Nesse lugar, isto é, do discurso enquanto criação e retroalimentação da norma, a partir do sujeito que entende a si mesmo como legítimo, são articulados os efeitos de gradação entre o que é considerado vida e o que é considerado passível à morte. Nessa articulação, isto é, entre o sujeito norma e o estatuto de determinação do que é considerado uma vida, nos aproximamos do que Achille Mbembe apresenta — em sua obra *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte* — como biopoder. Este tipo de poder de destruição opera como teia que perpassa pelas relações e instaura o desejo de morte. Nesse desejo, o lugar social marcado recorrentemente pela guerra.

Matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implementação e a manifestação de poder. Pode-se resumir nos termos acima o que Michel Foucault entende por biopoder: aquele domínio da vida sobre qual o poder estabeleceu controle [...] a guerra, afinal, é tanto um meio para alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. (2019, p. 8).

Numa atmosfera de guerra nós temos alguns elementos centrais que se atravessam mutuamente. Em primeira instância percebemos uma eleição do inimigo. Esse inimigo, por sua vez, é marcado com um grande alvo em seu peito. A relação com o outro é circunscrita pelo ódio que, de modo reiterado, articula uma oposição clara entre o nós versus os outros. Em segunda instância, ao anunciar a manutenção do inimigo comum sublinhado com a insígnia da morte, o valor da vida se torna algo relativo às determinações desse sujeito que enxerga o outro numa lógica destrutiva e genuinamente bélica.

O que se cria é um efeito “falso” (FOUCAULT, 2006, p. 457) entre os sujeitos, isto é, uma gradação inferior que impede que o outro seja visto a partir de sua capacidade discursiva e de seu poder. Ele, o outro, é enfraquecido em suas forças, pois é visto como inferior, passível à morte e, mais, como aquele que está impedido de falar sobre si. Ele se relaciona com o sujeito a partir das diretrizes centralizadas de suas normas desejanças de putrefação do que escapa ao que é lido e forjado, dentro das tecnologias de poder, como legítimo.

Notamos que, nessa disposição, isto é, de um poder que se articula como centralidade normativa, é possível que identifiquemos camadas profundas de exclusão e de esvanecimento da vida do outro, aquele marcado como o abjeto. Nessa direção, a Filosofia, ou melhor, as Filosofias operam como efeito de refração aos estatutos e contornos que intensificam as marcações do outro no lugar da margem, do dócil e do passível à morte.

É possível dizer que a Filosofia transita pelos lugares como uma grande experiência de tensão. Ao pensarmos que a crítica aparece como uma das suas atividades mais expressivas, destacamos a sua aspiração pela questão e, na mesma proporção, sua reflexão contemporânea acerca das faces inessenciais dos valores, das normas, do corpo e do gênero, que, como se mostra, é o nosso lugar de discussão. Tratamos de uma perspectiva crítica e, mais, capaz de demonstrar os valores, sentido e as padronagens entregues à historicidade, longe dos pressupostos estáticos, supostamente universais e irrefutáveis, das essências.

Ela, a crítica, opera como a esforço de reorganizar o mundo, bem como a percepção que nós temos sobre ele. Assim, as Filosofias penetram, ao perpassar pelas discussões sobre o gênero, numa atmosfera de descentralização dos lugares estanques e promovem a ampliação de categorias que, em nome das economias de poder muito delineadas, enfraquecem, subjagam e matam os que são marcados como os outros.

Ao requisitarmos esse horizonte de contraste, como perspectiva de compreensão, nos aproximamos da desconstrução e, nela, em diálogo com reflexões e insurreições propostas por filósofas e filósofos (compreendendo inclusive que alguns destes e destas não estão nesse modo de instaurar

quebra nas continuidades chamado de desconstrução), traçaremos o nosso itinerário de inflexão em relação à norma masculina e seus estatutos de restrição.

A desconstrução deve ser entendida, que se afirma em Derrida, como a tentativa de reorganizar, de certa maneira, o pensamento ocidental, perante uma variedade heterogênea de contradições e desigualdades não lógicas discursivas de todos os tipos, que continua a assombrar as fissuras até mesmo o desenvolvimento bem sucedido de argumentos filosóficos e sua exposição sistemática. A desconstrução não é uma doutrina, uma filosofia ou um método. Ela é somente, de acordo com Derrida, uma “estratégia” de decomposição para a metafísica ocidental. (MENESES, 2013, p. 177).

Enquanto estratégia de compreensão e de adesão pelo contraste de sentidos, a desconstrução aparece como uma lente que nos tensiona a perceber pontos tácitos dos discursos, não a partir de uma hostilidade que se materializa no consumo extremo ou no desfazer das coisas, mas como a incorporação da oscilação, no que diz respeito à experiência dos sujeitos, em relação a si mesmos e ao mundo que os cerca.

A sua realidade, ou seja, a expressão da desconstrução é, como afirma Magda Guadalupe Santos (2013, p. 6), a do ruído. Nessa dicção, vale dizer que esse modo de reflexão atua enquanto “transgressão da linguagem” e redimensiona a discussão filosófica, longe das substâncias e das suas jaulas de ferro, posto que essas prisões impendem movimento, transformação e expressividade.

Uma quebra na linguagem lança luz às contradições no discurso e apresenta a importância em decompor as essências, valendo-se das descontinuidades. Estas se manifestam como insurreições, como ataques aos estatutos disciplinares que, como aponta Foucault (1996, p. 36), aparecem como “princípio de controle do discurso”.

No instante em que submetemos o homem ao lugar da investigação, de modo imediato criamos um ruído em seu poder de continuidade. Entendemos esse tipo de poder através do filósofo coreano Byung-Chul Han, em sua obra *O que é o poder?* Ali o pensador demonstra que a eficácia do controle está na construção do desejo no outro, uma espécie de cadência de dominação que, de modo sutil e igualmente perverso, mantém o status quo do mundo.

Ao colocarmos o sujeito que se pretende universal contra a parede e, mais, ao denunciarmos o poder que emana de sua vontade centralizada e seu discurso legitimador e não legitimado, nós criamos uma fissura nesse lugar seguro, violento e, até então, não marcado. Ademais, ao nos perguntarmos, para parafrasearmos Simone de Beauvoir, “o que é ser homem”? ou se perguntarmos “quais são as formas de existir enquanto homem?”, negamos uma substância, uma essência e, ao mesmo tempo, alocamos os homens em lugares corpóreos, situados e, por conseguinte, relacionais.

Esse processo de crítica instaura uma depuração na subjetividade norma que, através do seu poder construído de forma abstrata, pretensiosamente universal e incorpóreo, faz com que exista o homem e não os homens. Esse tipo de poder centralizado atua, como afirma Achille Mbembe em sua *Crítica da razão negra*, — ao tratar da África frente ao poder forjado como ativo e constituído para enfraquecê-la, passivizá-la e destituí-la de força — como um “símbolo daquilo que está tanto fora da vida quanto para além da vida. É aquilo que se presta à repetição e à redução — a morte reiterada da vida, e a vida que habita a máscara da morte, nas fronteiras desta impossível possibilidade que é a linguagem” (2009, p. 101, grifo do autor).

Colocar em xeque a substância de masculinidade é, ao mesmo tempo, instaurar um processo de descontinuidade de poder. Se, ao longo dos tempos, o homem se tornou sinônimo de poder, violência e de normatividade, aos enfraquecermos essa substância, instauramos novos processos discursivos. Se, por um lado, o homem, no singular, se refere à determinação da razão, da norma e do poder, de outro, os homens, no plural, tomam consciência de sua dimensão corpórea, concreta e relacional.

Embora os modelos de existir enquanto homem tenha sido alterados, ao longo dos tempos, percebemos que a masculinidade dia-após-dia, reitera os estatutos de segregação e de marginalização dos que, como aponta Simone de Beauvoir, são constituídos enquanto uma “força precária”. (BEAUVOIR, 2009, p. 117). Seus marcadores de poder forjados a partir da branquitude, da cis-heteronormatividade e da classe, se desdobram em forças que deslizam pela realidade e compõem um processo difuso de marginalização. Estar à margem, como sinaliza Marilena Chauí em seu texto

Sobre a Violência, é “ter sido espoliado até o limite” (2017, p. 83).

A norma que, nessa economia de poder está associada às insígnias de masculinidade cria um efeito duplo: a) se contrai na centralidade dos pares; b) cria um efeito de morte, em ondas, dos que estão à margem dessa subjetividade válida nas cenas sociais. Gênero/Sexualidade, raça, classe e credo, por exemplo, dão os contornos dos que, nas “paisagens sociais” (FOUCAULT, 2006, p. 445) são permitidos.

Essa permissão está atrelada diretamente à pertença do que chamaremos aqui de ontologia da presença ou da identidade. Estão presentes, vivos e expressivos os que partilham de uma existência comum, isto é, os que são abraçados pelo “pacto narcísico”(RIBEIRO, 2019a) de masculinidade versus os outros que, longe das supostas insígnias de subjetividade legítimas, encarnam a degradação e, por isso, são, para esse sujeito que se pretende norma e para os seus pares, passíveis à violência, em todos os níveis e potências.

O que bell hooks, na obra *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, compreende como “cultura de dominação” (2019, p. 107) remonta àquele pacto narcísico anunciado por Djmila Ribeiro em seu texto *O pacto branco e a maldição da mediocridade*. Segundo hooks, a autoestima desse sujeito constituído nas tessituras de poder como norma, é forjada a partir de um processo contínuo de degradação do outro em favor da sua própria auto-estima.

Nenhum corpus significativo da literatura feminista surgiu para dialogar com os garotos, para dizer a eles como construir uma identidade que não seja fundada no sexismo. Homens antissextistas pouco se educam para a consciência crítica que inclui o foco na juventude, principalmente o desenvolvimento dos garotos adolescentes [...] a maior parte dos homens nesta nação não se sente perturbada pela natureza de sua identidade. (HOOKS, 2019, p. 107-108).

É possível uma perversidade imbricada nesse pacto e, mais, a dimensão de expropriação do outro que se retroalimenta na garantia desse mundo político marcado pelo monólogo. Para hooks é preciso criar um efeito de descontinuidade no processo de formação dos garotos, isto é, ao invés de aprenderem sobre a sua suposta superioridade, os meninos deveriam se tornar conscienciosos de sua relação com os outros. A construção de um novo pacto, nessa dimensão, seria possível, no instante em que o homem não se sobrepusesse as humanidades.

O que falta é respeitar as nossas diferenças — uma unidade pautada no silêncio ou na violência para quê? Como feministas negras, estamos pensando em um projeto de sociedade no qual essas opressões não existam, e temos que pensar em raça, classe, gênero e orientação sexual justamente porque uma não pode sobrepor à outra. Mais do que isso estamos falando de uma ética do cuidado. Precisamos ter posturas éticas, o que não significa não discordar; mas no modo como vamos discordar, vai mostrar se temos postura ética ou não. (RIBEIRO, 2019b, p. 15).

Percebemos, assim, que os marcadores de violências alocados numa identidade masculina faz parte de um arranjo de poder que de deleita da sua permanência nos mecanismos centrais de controle e segregação. Ao requisitarmos a desconstrução desse homem, no singular, em nome da construção de novos arranjos de masculinidades, corpóreos, alocados num tempo e diante dos outros, somos impelidos a pensar uma nova composição ética. Esse novo arranjo pactual seria orquestrado pelo que Paco Vidarte, em sua *Ética Bixa*, chama de “conversão política” (VIDARTE, 2019, p. 62), isto é,

Isto ninguém dá de presente, ninguém concede, não precisa de cerimônia de reconhecimento, nem se filiar em lugar nenhum: depende de cada um tomar a decisão de ser uma bixa, uma lésbica, uma trans que elevam a si mesmas à categoria de conflito e à oposição de luta de sujeitos políticos. Sujeito políticos por decisão. Vontade de guerrear. Determinação de batalhar contra um inimigo comum. (2019, p. 62).

Essa necessidade de transgressão subverte uma máscara de poder que se alimenta da dissimulação da precariedade e vulnerabilidade do sujeito norma mascarada em tecnologias de controle e morte. Esse sujeito se esconde atrás da aparência que ele mesmo cria e mantém viva, para criar um mundo de silêncios e continuidades. Ao apresentarmos os homens encarnados, alocados nas situações, nas classes, marcados pela raça e pela diversidade sexual, retiramos, de algum modo, implodimos esse lugar abstrato de um eu que pensa, sobretudo do seu lugar solitário e que alimenta as dinâmicas de poder e violência, pois o seu lugar não pode ser questionado.

Pensamos que a desconstrução oferece, em vez de destruição, descontinuidades. O caráter

inflexivo desse viés interpretativo descentraliza, despolariza e, mais, nos faz compreender as dimensões de fronteira que perpassam pela nossa compreensão sobre os sentidos e os seus efeitos constitutivos.

Ao perceber o gênero como um dispositivo tecnológico, ou seja, como um discurso produzido no intramundo de uma tessitura de poder, é possível que estejamos diante dia após dia, de um efeito de universalidade cristalizado e impenetrável. Essa produção, isto é, como uma engenharia de controle e organização normativo da realidade, surge como desdobramento de uma força, de um corpo e de uma existência que se lê e que interpreta a realidade a partir dos seus estatutos fabulados como norma: a masculinidade.

De modo ostensivo, discurso, verdade e poder se relacionam como categorias forjadas para o controle. De algum modo, é possível dizer que a narrativa masculina heteronormativa demarca os lugares discursivos, corpóreos, afetivos e políticos, de modo geral. O lugar do discurso sempre esteve alocado numa dimensão não relacional, demasiadamente abstrata e a-histórica: o homem. Este aparece como uma tecnologia de poder que se retroalimenta dessa constituição perversa da verdade como força de enfraquecimento. Ao determinar o masculino com verdade e, mais, ao solapar todas as outras expressões de vida que se alocam à margem desse centro, enquadradas, por exemplo, percebemos efeitos de controle, silêncio e constituição de verdades.

Grifamos que a partir dessa fabulação que opera como legitimidade surgem dois efeitos: a) o que é “normal”, portanto, reconhecido como existente, orbita nessa existência universalizada e que não é tocada pelo tempo, pela história e nem pelo outro — a não ser pelo desejo de seu aniquilamento; b) a construção de uma perspectiva de mundo que retira a masculinidade do campo de questão ou de vulnerabilidade. O que se perde aqui, na ordem de uma norma expressa pela existência do homem, é a capacidade da relacionalidade, ou de “aliança” (BUTLER, 2018, p. 79).

Ao pensarmos novos pactos entre os gêneros e as sexualidades, deixamos entrever uma disposição ética que, ao enfraquecer o homem, anuncia um horizonte de reciprocidade. Uma ética inflexiva, nestes termos, opera como processo contínuo de denúncia das matrizes racistas, misóginas e excludentes alocadas na formatação de um mundo monológico do masculino. Pensamos que esse processo ético terá start no instante em que a educação se torne um processo de formação anti-estereótipos que se “baseiam na ignorância e no preconceito” em relação aos grupos minoritários. Esse processo de quebra na continuidade do poder requisitado insistentemente pelo sujeito norma, abre margem para um novo horizonte pactual: o do diálogo.

REFERÊNCIA

- CHAUÍ, Marilena. Sobre a violência. (org.). Itokaku, Erika Marie; Berlinck. Belo Horizonte: Autêntica 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BORRILHO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução de Fernanda Siqueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FOUCAULT, Michel. A origem do discurso. Tradução de Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- HAN, Byung-Chul. O que é o poder? Tradução de Gabriel Savi. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- NEGRI, Antônio; GUATARRI, Félix. As verdades nômade. Tradução de Mario Antunes Marino e Jerson Viel. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução de Re-

nata Santini. São Paulo: n- 1 edições, 2019.

RIBEIRO, Djamila. O pacto branco e a maldição da mediocridade. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-pacto-branco-e-a-maldicao-da-mediocridade-por-djamila-ribeiro/>. Acesso em 11 de setembro de 2019a.

RIBEIRO, Djamila. Diferentes e diversas. Revista Cult. Entrevista concedida a Fernanda Carvalho. CULT: São Paulo, nº 247, p. 11-17, julho 2019b.

SANTOS, Magda Guadalupe. Dossiê desconstrução e alteridade: diálogos com Jacques Derrida. Revista Sapere Aude. V. 4, n. 7, (2013) .

VIDARTE, Paco. Ética bixa. Tradução de Pablo Cardellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. São Paulo: n- 1 edições, 2019.

AS FUNÇÕES SIMBÓLICAS DO DIREITO NO COMBATE À LGBTIFOBIA: A ABORDAGEM COMUNICATIVA DA LEGISLAÇÃO

Arísio Antonio Fonseca Junior⁴

RESUMO

Trata-se de trabalho adaptado e reduzido de capítulo de dissertação em desenvolvimento. A LGBTIfobia é percebida no texto como uma ideologia, um dispositivo, que perpassa instituições, normas jurídicas e comportamentos individuais e coletivos. Vista como fenômeno social, a LGBTIfobia desafia a normatividade constitucional de proteção contra discriminações e violações de direitos individuais. Por ser assim, ao Direito cumprem funções com as quais a LGBTIfobia deve ser combatida. Além das tradicionais funções promocionais e, sobretudo, punitivas, o objetivo do trabalho é apresentar a abordagem comunicativa da legislação como estratégia de produção normativa capaz de lidar com a LGBTIfobia no âmbito municipal. A técnica metodológica utilizada para este trabalho consiste em leitura de bibliografia pertinente. Em alguns momentos, pesquisa de dados constantes de sites de instituições políticas foi utilizada para sustentar algum argumento. Os resultados são parciais e teóricos, conduzindo a pesquisa para diálogos com a democracia deliberativa em uma perspectiva crítica. No contexto da dissertação de mestrado em que se insere este artigo, leis municipais das capitais dos Estados brasileiros – obviamente, daqueles Municípios que dispõem de lei específica – serão analisadas em sua estrutura formal e material, e questionários sobre a aplicação das leis foram aplicados às mesmas cidades, a partir dos quais será possível fazer uma avaliação qualitativa das funções do Direito nos casos estudados. Conclui-se, ainda que provisoriamente, que, ao se utilizar de leis que expressam valores constitucionais e constituem comunidades interpretativas das normas jurídicas, consideradas essas funções simbólicas da lei, a abordagem comunicativa se mostra uma alternativa para a modificação de pensamentos e comportamentos de pessoas e instituições em relação à discriminação e à violência contra pessoas LGBTI+.

Palavras-chave: LGBTIfobia. Funções do Direito. Teoria do Direito. Legislação Simbólica. Abordagem Comunicativa.

INTRODUÇÃO

[...] as minorias constituem ordens jurídicas, o que lhes aumenta a legitimidade e fundamenta sobretudo suas pretensões em ver reconhecidos seus direitos subjetivos perante a sociedade dominante e os Estados aos quais pertencem. Sem sujeitos de direito, não há direitos subjetivos...

Rouland (2008, p. 301).

A relação entre Direito, sociedade e poder apresenta-se de extrema relevância desde os clássicos até os contemporâneos. Na condição de imunizador das expectativas legítimas em uma dada sociedade, o Direito tanto regula normativamente relações, quanto busca assegurar que dados comportamentos sejam observados na vivência social. Neste sentido, tradicionalmente, o Direito pode prescrever, proibir ou autorizar condutas comissivas ou omissivas sobre variados âmbitos da sociedade, assim como cria e disciplina instituições aptas a agirem em caso de inobservância das previsões normativas.

O breve artigo que ora se apresenta decorre da necessidade de se perceber que vidas estão sendo ceifadas, pessoas têm tido suas integridades físicas, psíquicas e morais extremamente lesadas em consequência não só de uma discriminação cultural e socialmente compartilhada, mas também de um silêncio acumpliciado do Estado, muito mais evidente no âmbito federal do que nos espaços estaduais e municipais. A violência que sofrem as pessoas LGBTI+, crescente em número e em crueldade, relaciona-se com as funções do Direito e os usos dele por parte dos representantes do povo e pelo próprio povo.

Pensar o Direito em relação à discriminação, nas suas mais variadas formas, sofrida por determinado(s) grupo(s) de pessoas, implica um raciocínio analítico: tanto se pode focar na prevenção de atos atentatórios de direitos, quanto se pode concentrar na elaboração de normas para se promover a punição dos atos já perpetrados, como, ainda, é possível destacar políticas para emancipação dos afetados e superação das relações de opressão e dominação. Sendo o Direito, ordinariamente, uma criação pós-fato da inteligência humana quando se trata de regulação de situações de ameaça e lesão aos direitos de pessoas, preciso é traçar as ideias mais gerais acerca da violência que sofrem as pessoas LGBTI+ para, então, pensar sobre o papel do Direito no combate a esse estado de coisas seja preventivamente, seja em forma de punição após a violação,

⁴ Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto, na área de concentração “Novos Direitos, Novos Sujeitos” e na linha de pesquisa “Diversidade Cultural, Novos Sujeitos e Novos Sistemas de Justiça”. Advogado. E-mail: arisiofonsecajr@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Universidade Federal de Ouro Preto com bolsa de pós-graduação.

seja criando condições democráticas para o estabelecimento de uma comunidade deliberativa sobre as leis com vistas à superação da LGBTIfobia como prática social de discriminação e violência.

A LGBTIFOBIA COMO FENÔMENO SOCIAL

A população LGBTI+ vem sofrendo, ao longo do tempo, discriminação e violência ao redor do mundo. Longe de ser um fenômeno localizado, a LGBTIfobia aparece em maior ou menor grau em vários países do globo, com traços bem marcados de uma violência real.

Não cabe falar em LGBTIfobia como fenômeno psíquico apenas, como sendo aversão, medo ou intolerância restritos ao âmbito interno de cada pessoa. Quando se pensa em comportamentos, atitudes e instituições que comprometem a vida íntima, a integridade física e moral das pessoas LGBTI+, deve-se observar a LGBTIfobia como fenômeno social, como evento produzido e reproduzido no seio das sociedades.

A heteronormatividade, como ideologia que regula a vida social com base em um binarismo sexual naturalizado, define quem está dentro e quem está fora do Direito e da política. Observa-se, assim, a heteronormatividade “como conjunto de ideias que ajudam a legitimar um poder dominante ou como conjunto de valores e crenças orientados para a ação social” (RAMOS; NICOLI, 2016, p. 184), mas também, e especialmente, como dispositivo, no sentido que Michel Foucault estabelece:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (2008, p. 244).

É esse poder invisível exercido pelo dispositivo que faz com que se pense, comumente, ser a heterossexualidade o padrão de comportamento a se levar em conta na elaboração das leis e no desenho das instituições jurídicas. A força pré-reflexiva, portanto, naturalizada, de uma valoração hierárquica entre homens e mulheres, de um lado, e comportamentos heterossexuais e desviantes, de outro, produz mecanismos institucionais de exclusão dos “diferentes”.

Em razão de decorrer desses mecanismos ocultos, muitas vezes irrefletidos e irracionalizados, que permeiam as sociedades, a LGBTIfobia pode ser definida nas mesmas palavras de Daniel Borrillo (2010, p. 34) sobre a homofobia:

a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas.

Essa hostilidade que afeta as pessoas LGBTI+ as deixa em condição de vulnerabilidade em relação aos grupos majoritários heteronormativos. Por isso, pode-se considerar o grupo LGBTI+ como uma minoria no Estado brasileiro nos termos que Norbert Roulard expõe:

Não existem minorias em si: elas só se definem estruturalmente. São grupos postos em situação minoritária pelas relações de força, e de direito, que os submetem a outros grupos no seio de uma sociedade global cujos interesses são assumidos por um Estado, que opera a discriminação seja por meio de estatutos jurídicos desiguais (políticas de apartheid), seja graças aos princípios de igualdade cívica (privando de direitos específicos coletividades cuja situação social e econômica é particular, a igualdade cívica pode criar ou perpetuar desigualdades de fato) (2008, p. 300).

As formas de hostilidade podem variar. Desde insultos em lugares públicos e privados até o homicídio (ou lgbtcídio, conforme pretende nomear o crime o Projeto de Lei 7.292/2017 em tramitação na Câmara dos Deputados), a violência contra as pessoas LGBTI+, em razão mesmo da identidade de gênero, da orientação sexual ou de comportamentos sociais desviantes do padrão heteronormativo, tem-se tornado crescente. Relatórios de organismos internacionais apontam que a violência contra as pessoas LGBTI+ aumentou nos últimos anos. Exemplificativamente, o relatório sobre violência contra as pessoas LGBTI+ da Comissão Interamericana de Direitos Humanos de 2015 indica que, apesar de os números não serem os mais exatos, em razão da subnotificação e da invisibilidade de crimes de LGBTIfobia, diversos países reconheceram o aumento no quantitativo –

e, até mesmo, na crueldade – dos delitos contra as pessoas LGBTI+ (OEA, 2015, passim). Também a Organização das Nações Unidas, em relatório de 2015, enfrentou a questão da LGBTIfobia e os números que ela representa (ONU, 2015, passim).

Se, por um lado, a LGBTIfobia pode ser manifestada por particulares e, inclusive, pelo Estado por meio de violência física, psicológica, moral e verbal, de se ver que há outro tipo de violência, uma violência silenciosa, constituída pela “falta de ação jurídica [que] é um consentimento, uma cumplicidade com essa violência diuturna – uma evidência da ‘denegação de igualdade plena’”, conforme expôs José Reinaldo de Lima Lopes. E esse autor prossegue:

[t]al passividade estatal e jurídica mostra o quanto se naturalizou a violência contra esse grupo particular de cidadãos: fala-se na defesa de crianças e adolescentes, mas quanto se fez a favor de um grupo que justamente na infância e na adolescência é dos que mais sofre a violência e a degradação? Não há aí um papel para o direito? (LOPES, 2005, p. 75).

A pergunta acima formulada por Lopes é extremamente pertinente e atual. O que o Direito é capaz de fazer em casos como o da LGBTIfobia?

O PAPEL DO DIREITO NA PROTEÇÃO DAS PESSOAS LGBTI+

Argumenta-se, comumente, que o Direito moderno, com suas classificações compartimentadas, é incapaz de lidar com as demandas de pessoas que fogem aos padrões jurídica e socialmente estabelecidos ou de minorias. Todavia, não é possível concordar com esse argumento. No âmbito de uma sociedade liberal, as lutas por reconhecimento e distribuição de bens, direitos e posições jurídicas podem ser, e reconhece-se que geralmente o são, absorvidas pela ordem normativa estatal, seja nas casas parlamentares, seja nos tribunais.

É claro que não se admite aqui um conceito unívoco ou consensual de Direito, afinal, “o que é (o) Direito?” apresenta-se como uma pergunta que a Teoria do Direito e a Filosofia do Direito tentam responder há séculos. Todavia, ao se o pensar como um fenômeno social e, mais, em um Estado Democrático de Direito, algumas características são admitidas para se perceber o fenômeno jurídico. O Direito pode ser compreendido, então, como o conjunto de normas legislativas, executivas ou judiciais, derivadas tanto da vontade popular, direta ou representada, quanto das instituições constitucionalmente estabelecidas, que impõem obrigações, preveem faculdades, dispõem sobre permissões ao próprio Estado e aos particulares destinatários das normas, assim como expressam valores socialmente relevantes capazes de contribuir para a construção de uma comunidade interpretativa garantidora dos direitos fundamentais. Ainda em referência a um Estado Democrático de Direito e, no caso brasileiro, constitucional, importa observar que as leis infraconstitucionais, além de serem produzidas pela vontade popular, devem respeito e conformação às disposições constitucionais.

No Brasil, a Constituição da República dispõe sobre a proteção contra qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, inclusive com a previsão de punição por meio de lei (art. 5º, XLI), bem como impõe como objetivo do Estado brasileiro a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV). Em seu art. 5º, caput, a Constituição ainda prevê que “[t]odos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, o que implica um rol de direitos e garantias fundamentais destinado a todas as pessoas, as quais, ainda em referência a dispositivos constitucionais, têm garantida a dignidade humana como fundamento da República (art. 1º, III).

Como se vê, jurídica e filosoficamente, a Constituição Federal eleva a pessoa humana ao mais alto grau de valor intrínseco. A proteção de direitos fundamentais e o cada vez mais amplo desenvolvimento do ser humano são objetivos bastante claros do Estado brasileiro no contexto de “uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”, em que vigora o pluralismo político, conforme o preâmbulo e o art. 1º, IV, do Texto Constitucional. Contudo, a realidade da LGBTIfobia coloca em risco, quando não, desafia, a normatividade da Constituição. Por essa razão, a imprescindibilidade de leis infraconstitucionais, regulando matérias de competências específicas, se mostra evidente

para combater a violência contra pessoas LGBTI+ e efetivamente garantir a dignidade, a liberdade, a igualdade, o pluralismo, a segurança, enfim, todos os inúmeros direitos contidos nas hipóteses normativas dos dispositivos constitucionais.

As pessoas LGBTI+ já gozam do status jurídico de sujeitos de direito, senão em todas as possibilidades que o Direito prevê, ao menos em importantes perspectivas. Todavia, a despeito de obterem algum reconhecimento como sujeitos de direito, de acordo com as ideias apresentadas nos trabalhos de Roger Raupp Rios (2001; 2015), Murilo Peixoto de Mota (2008), Juliana Vieira Sampaio e Idilva Maria Pires Germano (2014), ainda padecem com a violência. É certo, ainda, que muitas dessas conquistas vieram por meio de decisões judiciais, notadamente proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. Não obstante, a realidade desafia constante e violentamente a normatividade.

Como sujeitos de direito associados em um corpo político, cuja condição de existência funda-se no respeito, na igualdade, no reconhecimento, são merecedores da tutela das normas jurídicas contra a discriminação e a lesão a seus direitos fundamentais. Todavia, a violência que atinge as pessoas LGBTI+ é cotidiana, é evidente, tem chegado ao conhecimento popular a partir das diversas mídias.

O potencial transformador do Direito em relação à realidade social importa na percepção de que as mudanças no Direito precisam impactar também mudanças através do Direito. Conforme expõem Lawrence Friedman e Jack Ladinsky (1980, p. 231),

[a]s mudanças podem ter lugar dentro desse domínio legal; e estas são mudanças legais. Ainda uma inovação puramente formal é um exemplo de mudança legal. Por exemplo, uma legislatura aprova uma lei, porém falha em estabelecer uma maquinaria adequada de cumprimento ou implementação. Ao menos, a lei agrega uma linha ou duas à coleção de leis. Por isso, fez uma ligeira mudança formal no Direito. Esta mudança se limita, provavelmente, ao domínio do legal. Não afetou, significativamente, nenhum comportamento exterior a esse domínio.

O Direito, assim, pode promover, prevenir ou punir, utilizando-se da sua tradicional função instrumental. Todavia, pode, ainda, apresentar outras funções, chamadas simbólicas, por meio das quais valores são expressos, compreensões desejáveis sobre um conceito ou um direito são buscadas e comunidades interpretativas são criadas a fim de se alterar a mentalidade e o comportamento das pessoas.

A ABORDAGEM COMUNICATIVA DA LEGISLAÇÃO CONTRA A LGBTIFOBIA

Em um primeiro momento, percebe-se que a LGBTIfobia, como figura típica penal, não é especialmente prevista na legislação brasileira. No âmbito de sua competência, cabe à União legislar sobre o direito penal aplicável aos casos específicos de violência contra pessoas LGBTI+, porém, até o momento, não o fez. Em relação a legislações estaduais e municipais, a LGBTIfobia pode ser combatida em âmbito administrativo, jamais por meio de lei penal. É assim que alguns Estados e Municípios produziram norma de proteção contra a discriminação em razão de orientação sexual e/ou identidade de gênero, pelas quais as penalidades a serem aplicadas vão desde a advertência até a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento empresarial. Importante perceber que essas leis punem, em regra, as pessoas jurídicas que promovem ou permitem ocorrer atos de LGBTIfobia, embora algumas sancionem, também, pessoas físicas.

O foco nas leis municipais de combate à discriminação contra as pessoas LGBTI+ se justifica pela proximidade que o local, em comparação com o nacional e o estadual, pode proporcionar entre as pessoas e as interações subjetivas que a democracia deliberativa pressupõe. Por meio da abordagem comunicativa da legislação, ou legislação simbólica em sentido positivo, ou, ainda, a lei como símbolo, a legislação é vista como comunicação de mão dupla entre o legislador e a comunidade jurídica, incluída nesta, além do Executivo e do Judiciário, os destinatários das leis. Cabe ao Legislativo, na produção de textos jurídicos, traduzir em normas legais valores fundamentais da comunidade, os quais, contudo, não têm um significado já estabelecido – como, por exemplo, igualdade, devido processo legal ou biodiversidade. No caso da legislação comunicativa, um padrão aberto é usado, mas com uma intenção diferente. O legislador emite padrões aspiracionais que precisam ser desenvolvidos em diálogo com os diversos atores e órgãos jurídicos, políticos e sociais.

As normas aspirativas são normas legais cujo significado não está (ainda) ou não está totalmente cristalizado em uma sociedade, mas que, no entanto, representam objetivos ou ideais fundamentais para essa sociedade. Aquilo que Van Klink chama de *symbolic working of law*

pressupõe que o trabalho da legislação implica um processo comunicativo contínuo entre os membros da comunidade interpretativa que a lei cria (consistente, entre outros, de juízes e estudiosos), de um lado, e os destinatários da norma e aqueles que devem ser protegidos pelas normas (o grupo ou grupos alvos), de outro (VAN KLINK, 2005, p. 128-129).

O modelo de lei como símbolo dispõe que a legislação a) tem valor, ou seja, “ela não é apenas uma ferramenta que pode ser usada para qualquer meio”; b) é uma expressão de valores, que “simbolizam o que nós, como comunidade, defendemos”; c) requer interpretação como um “empreendimento coletivo, no qual tanto operadores jurídicos, quanto cidadãos participam e cooperam”; d) requer comunicação, desde a promulgação, passando pela disseminação da lei pelos meios oficiais e pela mídia, processo no qual os significados da lei vão se alterando; e) resulta de interação social entre o legislador e os cidadãos, não só na produção da legislação, mas também na aplicação, como uma atividade cooperativa contínua; f) oferece um vocabulário, que “afeta a forma como as pessoas percebem a realidade e como elas agem”, ou seja, “através dos seus conceitos a lei torna o mundo compreensível e administrável em termos jurídicos”; g) não só se dirige a comportamentos externos, mas também pretende influenciar as convicções internas das pessoas, não tanto por meio de ameaças e sanções, mas primordialmente por meios de persuasão (VAN KLINK, 2018, p. 84-86).

A abordagem comunicativa da legislação não se aplica, contudo, a toda e qualquer situação em que se faz necessária a intervenção legislativa do Estado. De fato, “o modelo de lei como símbolo restringe sua aplicação a questões que são moralmente sensíveis, politicamente controversas e conceitualmente complexas” (VAN KLINK, 2018, p. 87), ao passo que outras situações menos sensíveis podem continuar sendo tratadas conforme o modelo tradicional de legislação.

A abordagem comunicativa da legislação, ao evidenciar as funções simbólicas da lei, pretende promover uma mudança naquela ideologia heteronormativa que ainda impede a fruição total da dignidade, da igualdade e da liberdade das pessoas LGBTI+. Suas funções cognitiva, expressiva e comunicativa podem, e talvez, devem preceder o uso da função instrumental do Direito nesse campo da LGBTIfobia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve artigo teve como objetivo apresentar a abordagem comunicativa da legislação como estratégia de produção normativa apta a combater a discriminação e a violência contra as pessoas LGBTI+. Não se trata, obviamente, de uma proposta miraculosa, que extinguirá de pronto a LGBTIfobia; tampouco se acredita ser uma possibilidade legislativa facilmente utilizável, sobretudo em casos em que ideologias dominadoras e opressoras fomentam comportamentos contrários à igualdade e à liberdade. Não obstante, no percurso que se faz em trabalho mais amplo do que o ora apresentado, a tentativa é a de compreender como e em quais circunstâncias pode a abordagem comunicativa da legislação explorar as funções simbólicas cognitiva, expressiva e comunicativa na luta das pessoas LGBTI+ para seu reconhecimento, respeito e consideração sociais, políticas e jurídicas.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas. ISBN 978-0-8270-6594-9. Organização dos Estados Americanos, OEA/Ser.L/V/II. Doc.36/15 Rev.1, 2015.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. organização e tradução de Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas. Sur, Revista internacional

de direitos humanos, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 64-95, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

ONU. Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. Disponível em <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23>. Acesso em 28 de março de 2019.

RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. O que é LGBTfobia? In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; BRENER, Paula Rocha Gouvêa. Gênero, Sexualidade e Direito: uma introdução. Belo Horizonte: Initia Via, 2016. p. 183-192.

ROULAND, Norbert. Nos Confins do Direito: antropologia jurídica da modernidade. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VAN KLINK, Bart. An effective-historical view of the symbolic working of law. In: ZEEGERS, Nicole; WITTEVEEN, Wilhelm; VAN KLINK, Bart. Social and Symbolic Effects of Legislation Under the Rule of Law. Lewiston: The Edwin Meller Press, 2005. p. 113-146.

VAN KLINK, BART. Legislation, Communication, and Authority. How to account for the bindingness of law? In: OLIVER-LALANA, A. Daniel (ed.). Conceptions and Misconceptions of Legislation. Cham: Springer, 2019. p. 81-106.

CONTEXTO DO ATENDIMENTO MÉDICO À POPULAÇÃO TRANS NA CIDADE DE CURITIBA - PR

Ana Magda Delfim⁵
Carla França⁶
Mariana Camas⁷
Mariana Ghellere⁸

RESUMO

O atendimento médico humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação é um dos princípios básicos de cidadania presente na Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde, criada pelo Ministério da Saúde. Contudo, a assistência médica é centrada, principalmente nas premissas hétero-cis-normativas, o que torna um grande desafio o acesso a cuidados efetivos e integrais à saúde da população Trans. O presente estudo, tem como objetivo geral, compreender como é a relação médico-paciente no atendimento médico à população Trans, além de identificar a percepção quanto à saúde, levantar as adversidades identificadas e caracterizar os fatores que influenciam e promovem o preconceito. Para tanto, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, elaborada através de um grupo focal. As participantes relataram a falta de preparo e conhecimento dos médicos sobre as principais demandas da população Trans e referiram que o preconceito e a recusa ao atendimento por parte dos profissionais é algo constante. Sobre as políticas públicas, enfatizaram que são falhas, escassas e as que existem são inefetivas. Além disso, discorreram sobre a falta de senso, treinamento e empatia por parte dos médicos. Em relação aos anseios, as participantes enfatizaram a necessidade de atendimento mais humanizado e respeitoso, em que os médicos tenham mais equidade e universalidade, que sejam mais receptivos, solidários e sem falsos pressupostos. Concluiu-se que a discriminação de gênero ainda é presente e marcante no atendimento médico. Dessa forma, é necessário não só o aporte legal à essa população, como também a legitimação, por meio de capacitação e discussão entre profissionais médicos para proporcionar cuidados à saúde de forma integral e livre de preconceitos.

Palavras-chave: Cuidados médicos. Pessoas Transgênero. Preconceito.

INTRODUÇÃO

A humanização da relação médico-paciente é de suma importância e deve ser abordada, principalmente, na esfera da saúde coletiva nas populações em condição de vulnerabilidade (GOU-LART, 2010). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), definição de saúde é a de um “estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1998). Nesse contexto, o termo humanização do cuidado visaria abranger aspectos étnicos, religiosos e sexuais do indivíduo.

Em 2006, o Ministério da Saúde lançou a “Carta dos direitos dos usuários da Saúde” que tem como um dos princípios garantir o direito ao atendimento de todo cidadão, de maneira humanizada, acolhedora e livre de qualquer discriminação, respeitando a pessoa, os seus valores e os seus direitos (BRASIL, 2009). Entretanto, na prática, ocorrem diversas situações de exclusão e violação de direitos humanos fundamentais, sobretudo das pessoas Trans. Em artigo de revisão sistemática, Grayce Albuquerque (2016) identificou que existe a necessidade de fornecer treinamento aos profissionais de saúde acerca de informações clínicas baseadas em evidências relacionadas ao processo de cuidados de saúde para a população LGBT, além de ser necessário compreender a relação entre saúde, doença e gênero.

Apesar da vigência da Portaria nº 2.836 que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013), e de todas as políticas públicas que vem sendo implantadas no Brasil, uma queixa frequente da população Trans é que suas necessidades específicas e gerais não são atendidas adequadamente, uma vez que essa população não se sente acolhida ou bem orientada por conta dos preconceitos deflagrados por parte das equipes de saúde e da relação médico-paciente basear-se em premissas hetero-cis-normativas, dificultando a procura desta população aos serviços de saúde (RODRIGUEZ, 2014). Por isso, essa discussão não deve ser limitada ao campo da cura e do tratamento, mas sim ser reforçada no âmbito social, ambiental, econômico, cultural, emocional em

5 Médica especializada em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal do Paraná (2013). Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Maranhão (2016). Professora do curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: anamagda_m@hotmail.com

6 Psicóloga especializada em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (2005). Doutora em Filosofia pela Universidade Católica do Paraná (2018). Professora do curso de Psicologia e de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: carrefran@me.com

7 Doutoranda em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: marianapons@gmail.com

8 Doutoranda em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: mari_maribg@hotmail.com

que essa população está inserida.

Em face a essa realidade, a elaboração de políticas públicas não é garantia de que serão executadas a fim de oferecer um serviço de saúde mais igualitário e integral a população Trans e a todos que sofrem algum tipo de constrangimento e preconceito num atendimento à saúde. A discussão deve ser levantada em âmbito cultural, social e acadêmico, visando a quebra de estigmas que dão embasamento as posturas e atitudes preconceituosas. Busca-se a reflexão acerca da possibilidade de mudança e avanço no que se refere a abordagem humanizada, empática e integral da população Trans.

MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido por meio da abordagem qualitativa, elaborada através de um grupo focal, composto por três etapas. Na primeira etapa foi feito um estudo bibliográfico prévio a respeito de entrevista com Grupos Focais, e treinamentos para se aprender a moderar grupos focais de modo mais imparcial e homogêneo. Esse momento também foi utilizado para elaborar um roteiro de debate com base na literatura e nos objetivos do trabalho, além de estabelecer as funções de cada pesquisadora entre moderadora, relatora, observadora e gravadora.

Na segunda etapa, foi realizado um único encontro no Transgrupo Marcela Prado, um grupo que visa assegurar e lutar pelos direitos, além de promover saúde e plena cidadania de travestis e transexuais, localizado na cidade de Curitiba, Paraná. O encontro contou com a presença seis mulheres Trans, um homem Trans e as pesquisadoras. O grupo focal foi iniciado com uma breve apresentação do trabalho e das suas motivações em relação a essa pesquisa. Posteriormente, foi sugerido uma dinâmica para apresentação das pesquisadoras e das participantes, com intuito de descontração para que a entrevista ocorresse de forma mais natural possível. E após uma rápida contextualização, foi dado início a entrevista em grupo focal em si, deixando que as participantes falassem de forma confortável.

A terceira e última etapa do projeto consistiu em transcrever a gravação, analisar e inserir os relatos obtidos em quatro tópicos gerais. Os tópicos foram criados a partir dos objetivos gerais do projeto. Sendo eles: relação médico-paciente, percepção quanto ao atendimento, adversidades identificadas e o que promove o preconceito. Por último, realizou-se a discussão dos resultados obtidos por meio da análise do grupo focal.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O atendimento médico é fundamentado na relação médico-paciente, a qual tem como objetivo o enfoque na pessoa como um todo (COSTA et al., 2010). Dessa forma, o segredo para um bom atendimento é estabelecer uma boa relação entre o médico e seu paciente, em que o profissional seja atencioso, saiba ouvir, respeitar e zelar pela pessoa na qual está atendendo. Contudo, o grupo focal relatou que esse vínculo não ocorre no atendimento à população Trans, dificultando o acesso aos serviços de saúde.

Tenho pouca vivência em médicos, porque eu tenho medo de chegar até eles [...], medo de ser discriminado, de sei lá, mandar eu embora [...] (ENTREVISTADO K).

Além disso, outro aspecto que tem influência positiva na relação médico-paciente é a questão do nome. Quando o profissional se refere ao paciente pelo nome, demonstra gentileza e sensibilidade com a pessoa que será atendida. E, esse mesmo cuidado deve ser aplicado ao chamar as pessoas Trans pelo nome social, o qual é garantido pela portaria nº 1.820/2009 instituída pelo Ministério da Saúde através da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. O nome social está diretamente relacionado com a inclusão, acolhimento e humanização das pessoas Trans nos serviços de saúde e se apresenta como uma senha de acesso ao SUS (SILVIA et al., 2017). Por conseguinte, não chamar pelo nome social, é ignorar como a pessoa se autodenomina, e isso impõem barreiras no atendimento.

Às vezes não dá pra você dialogar com o médico [...] “eu (médico) não vou te chamar de K, vou te chamar pelo seu nome de registro, é esse seu nome” (ENTREVISTADO K).

Em relação a percepção da população Trans quanto ao atendimento, elas afirmaram que existem diferenças em relação ao tratamento de pessoas trans e homossexuais. A homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no início dos anos 90 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 2015), entretanto, a transexuali-

dade, até junho de 2018 era considerada, pela OMS, como Transtorno de personalidade e de comportamento, ou seja, um distúrbio mental. Já a nova classificação internacional de doenças (CID), na sua 11ª edição, colocou a transexualidade na categoria de condições relacionadas à saúde sexual, representando um início da luta contra o preconceito.

Porque o gay passa normal “ah, é gay”, mas chega na parte da travesti, da transexual “poxa, isso aí é um demônio” [...] (ENTREVISTADO K).

Com o foco nas adversidades quanto ao atendimento, as políticas públicas de saúde para a população Trans precisam ser discutidas. Em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, lançadas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), instituiu a portaria nº 2.836, cujo principal objetivo é a promoção integral a saúde da população LGBT, eliminando discriminação e o preconceito e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidar o SUS como um sistema universal, integral e equitativo. Entretanto, segundo o relato do grupo focal, essas políticas não cumprem com o devido papel a qual foram designadas.

As políticas públicas voltadas para nós [...] são muito falhas e muito escassas. [...] A única coisa que tem pra gente é exame de HIV e entrega de camisinha (ENTREVISTADO K).

E outra questão que é muito pesada dentro do SUS, é a recusa do atendimento, é nítido, assim, que eles são obrigados a atenderem (ENTREVISTADO M).

Outro ponto levantado foi a falta de preparo e de conhecimento por parte dos médicos em relação ao atendimento da população Trans. A atuação médica, mostra certa limitação, no que diz respeito ao atendimento integral e humanizado, inclusive em saúde geral para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Além disso, a grade curricular médica costuma contemplar uma visão reducionista da sexualidade, em que ocorre a valorização dos aspectos biológicos em detrimento dos relacionados a construção social da sexualidade humana e sua correlação com a saúde (CRO-NEMBERGER et al., 2013). Dessa forma, a formação profissional que carece de ensino referente a sexualidade, afeta na capacitação para a assistência de qualidade.

[...] Eu vejo que não se tem uma preparação, ele não tem conhecimento sobre que é transexualidade [...] a diferença entre gênero, e a diferença entre orientação sexual (ENTREVISTADO M).

[...] Eles não sabem atender, [...] eles não sabem o que fazer (ENTREVISTADO KA).

Quanto ao preconceito, elas relataram, no grupo focal, o quanto os médicos se respaldam em falsos pressupostos, sem ter a real confirmação. Isso ocorre, principalmente em relação ao HIV. Pelo fato de serem Trans, é comum, os profissionais médicos as julgarem como HIV positivo, sem qualquer certificação. De acordo com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) -relatório informativo de julho de 2018, o risco de infecção pelo HIV é 27 vezes maior entre homens que fazem sexo com homens, 23 vezes maior entre pessoas que usam drogas injetáveis, 13 vezes maior entre profissionais do sexo e 12 vezes maior entre mulheres Trans (ONU, 2018). Dessa forma, pode-se perceber que o risco existe, sendo inclusive maior nas demais populações, o que não justifica esse comportamento e estigmatização por parte dos médicos frente a população Trans, de forma a censurar tal afirmação, sem ainda ter a comprovação.

Ah, você tem HIV né?”. É uma pergunta que na verdade é uma afirmação (ENTREVISTADO I).

É a primeira coisa que eles pensam, “olha lá o aidético”, entendeu?! A primeira coisa que eles fazem é um teste de HIV (ENTREVISTADO K).

Outra questão que precisa ser evidenciada é a violência psicológica, que se faz presente inclusive pelos profissionais da saúde, a qual é caracterizada por violência emocional, causando danos à pessoa (PARDINI et al., 2017). Nesse enfoque de violência psicológica, é necessário correlacioná-la a situações às quais as pessoas Trans são expostas diariamente, quando não tem sua identidade respeitada, sendo evidente o quanto seus espaços na sociedade são ínfimos.

Já vi médico que fala que não adianta estudar, que isso daí é aberração, que é lixo da humanidade [...] (ENTREVISTADO I).

Acabam sendo ofensivos. “Ai, nossa, ontem veio uma aqui igual a você” [...] (ENTREVISTADO M).

Você pode até fazer a tua cirurgia, que pra mim você vai continuar sendo homem, porque o teu DNA é de homem (ENTREVISTADO C).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atendimento médico à população Trans ainda é constituído de preconceitos, contradizendo o Código de Ética de Médica, o qual defende que a medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e, portanto, deve ser exercida sem discriminação, independentemente do grupo social.

A partir desse estudo, pode-se perceber que a relação médico-paciente carece de humanização, por parte do médico à pessoa Trans. O vínculo falha quando ocorre o medo da discriminação, recusa ao atendimento, ou quando o profissional se nega a chamar pelo nome social, desrespeitando a integridade individual e dificultando o acesso e usufruto dessa população aos serviços de saúde.

A pesquisa também evidenciou que existem diferenças em relação ao atendimento das pessoas Trans e homossexuais, confirmando o fato de que o primeiro grupo ainda enfrenta barreiras de aceitação pela sociedade, algo que já foi conquistado, em grande parte pelo segundo. E ainda, para inclusão da pessoa Trans, são necessárias políticas públicas mais eficazes e efetivas, visando a promoção integral à saúde dos indivíduos transexuais. Entretanto, segundo o depoimento do grupo focal, as políticas existentes não cumprem com o devido papel a qual foram designadas. Além disso, foi evidenciado no estudo, a falta de capacitação e preparo médico em lidar com o modelo que foge do binarismo social, contribuindo com a desigualdade e dificuldade de inclusão.

Por fim, por meio desse estudo, foi ressaltado que o preconceito médico existe nos diferentes aspectos. Ocorre desde as formas mais ocultas até as mais declaradas. Diante disso, para extinguir toda e qualquer forma de desigualdade, é necessário melhorar o aporte legal à essa população, por meio de capacitação e discussão entre profissionais médicos e legitimação de leis, a fim de proporcionar cuidados à saúde de forma integral e humanizada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce. et al. Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review. *BMC International Health and Human Rights*, v.16, n.2, p.16-20, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12914-015-0072-9>>. Acesso em 13/05/2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – ALRS. Combater a violência e garantir direitos para população LGBT. Porto alegre, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 675, de 30 de março de 2006 (Revogada pela PRT GM/MS nº 1.820 de 13.08.2009). Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 ago. 2009. p.13.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2013.

COSTA, Fabrício. et al. Empatia, Relação Médico-paciente e Formação em Medicina: um Olhar Qualitativo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v.34, n.2, p.261-269, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n2/a10v34n2.pdf>>. Acesso em 24/07/2018.

CRONEMBERGER, Rufino. et al. O Ensino da sexualidade nos cursos médicos: a percepção de estudantes do Piauí. *Revista brasileira de educação médica*, v.37, n.2, p.178-185, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14/05/2018.

GOULART, Bárbara. Humanização das práticas do profissional de saúde: contribuições para reflexão. *Ciência saúde coletiva*, vol.15, n.1, p.255-268, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000100031>>. Acesso em 24/06/2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Joint United Nations Programme on HIV/Aids (UNAIDS). Estatísticas Globais sobre HIV 2017. Brasil, 2018.

PARDINI, Bruna. et al. Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. *Psicologia - Saberes & Práticas*, v.1, n.1, p.110-118, 2017. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos-/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/12122017145609.pdf>>. Acesso em 13/03/2018.

RODRIGUES, Ana. Experiências de Atenção à Saúde E Percepções das Pessoas Transgênero, Transexuais e Travestis sobre os Serviços Públicos de Saúde em Florianópolis/Sc. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVIA, Livia. et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Revista de Saúde Coletiva, v.27, n.3, p.835-846, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00835.pdf> >. Acesso em 25/07/2018.

CRIMINOLOGIA QUEER NO BRASIL: AUSÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Victor Sugamoto Romfeld⁹

RESUMO

Pode-se dizer que a teoria queer representou uma nova abordagem dentro dos estudos de gênero, ao questionar o binarismo entre “masculino” e “feminino”, buscando compreender como esses papéis são produzidos e reproduzidos socialmente. Diante disso, o objetivo deste trabalho consiste em verificar se as perspectivas queer foram recepcionadas pelo saber criminológico no Brasil, sobretudo em suas correntes críticas. Como metodologia, utilizou-se a revisão bibliográfica através da ferramenta de “busca integrada” no acervo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A partir dos resultados obtidos, observa-se uma tímida produção acadêmica em torno de uma criminologia queer, confirmando a hipótese inicial de que a teoria supracitada não foi incorporada, até o presente momento, no saber criminológico-crítico nacional. Desse modo, é possível concluir que a falta de uma abordagem atenta às questões de gênero e sexualidade faz com que as ciências criminais brasileiras, como um todo, não consigam dar respostas suficientes aos problemas apresentados pelos movimentos LGBTI, tais como a criminalização da LGBTIfobia e o encarceramento de indivíduos que apresentam orientação sexual e identidade de gênero não hegemônicas.

Palavras-chave: Criminologia Queer. LGBTIfobia. Homotransfobia.

INTRODUÇÃO

Em linhas bastante gerais, e para fins meramente introdutórios, a criminologia pode ser considerada como uma ciência que se ocupa do estudo do crime, do criminoso, da vítima e do controle social exercido sobre o crime, valendo-se de um objeto empírico e interdisciplinar (SHECAIRA, 2013, p. 40). Trata-se de um ramo do saber que é permeado pelas mais diversas possibilidades de aproximação teórica, desde um viés positivista – que se consolidou no século XIX, sobretudo com Césare Lombroso –, considerando “o criminoso” um doente portador de determinadas características genéticas, até as perspectivas críticas, que questiona – por vezes, de forma radical – o poder punitivo e o controle da criminalidade realizado pelo Estado.

Ocorre que, mesmo entre os estudos criminológicos críticos, suas formulações hegemônicas têm como norte a construção de uma teoria materialista do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização, valendo-se de instrumentos conceituais oriundos do marxismo (BARATTA, 2002, p. 159). A predominância deste enfoque, macrossociológico, fez com que as análises sobre criminalização e vitimização fossem realizadas sob lentes marxistas, levando-se em conta as desigualdades econômicas entre os indivíduos selecionados pelo Estado para compor as estatísticas criminais oficiais. Isto significa que questões de raça, gênero e sexualidade foram marginalizadas neste campo teórico crítico, o que vem sendo denunciado – ao menos no Brasil – pela criminologia feminista (MENDES, 2014, p. 157-164) e pela teoria crítica racial que se debruça sobre a criminologia (FLAUZINA, 2008, p. 149-165).

Se, por um lado, há uma produção acadêmica nacional notável de criminólogas e criminólogos (embora não consolidada) incorporando contribuições dos feminismos e da teoria crítica racial ao campo da criminologia, por outro, o mesmo não pode ser dito a respeito da teoria queer. Portanto, o objeto do artigo é a produção acadêmica referente à criminologia queer, ao passo que o objetivo consiste em investigar se esta corrente teórica foi recepcionada pelo saber criminológico no Brasil.

Nesta empreitada, nos valem da revisão bibliográfica como metodologia, principalmente a partir da ferramenta da “busca integrada” no acervo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Considerando a escassa produção sobre este viés na criminologia, pretende-se confirmar a hipótese central do trabalho, qual seja, de que ainda não se pode falar em uma criminologia queer desenvolvida no país. Esta insuficiência teórica gera certa incompreensão, por parte de penalistas e criminólogos, a respeito de pautas dos movimentos LGBTI, como a criminalização da LGBTIfobia e o encarceramento de pessoas que não se encaixam no binarismo “homem-mulher”, nem se amoldam à heteronormatividade.

⁹ Doutorando e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Homoafetivo e Gênero pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Bacharel em Direito pela UFPR. Pesquisador na área das ciências criminais, com enfoque em gênero, sexualidade e interseccionalidade, integrante do Núcleo de Criminologia e Política Criminal do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFPR). E-mail: victorromfeld@gmail.com.

O QUE É TEORIA QUEER E QUAIS SUAS REPERCUSSÕES PARA AS CRIMINOLOGIAS DE VIÉS CRÍTICO?

Apesar das dificuldades de estabelecer um conceito geral, esgotando as complexidades e a própria pluralidade epistemológica desta teoria, pode-se afirmar que a teoria queer foi produzida por feministas (homens e mulheres) que, a um só tempo, questionaram a maior parte dos estudos gays – que ignorava a produção feminista – e o próprio sujeito do feminismo – centrado na mulher. Esta desconstrução se deve ao fato de que o gênero passa a ser lido como categoria cultural: “masculino” e “feminino” não estão vinculados necessariamente ao sexo biológico, mas às normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade (MISKOLCI, 2017, p. 32).

Um dos autores que pode ser considerado como precursor da referida é Michel Foucault¹⁰, principalmente quando – em um de seus livros – rejeita a “hipótese repressiva” do século XVIII, isto é, de que a sociedade que se desenvolve neste período (burguesa e capitalista) teria reprimido o sexo, recusando-se a conhecê-lo. Ao contrário, Foucault entende que foi instaurada uma gama de mecanismos para produzir “discursos verdadeiros” sobre o sexo (FOUCAULT, 2015, p. 78). Uma teórica essencial que, em tese¹¹, teria protagonizado o desenvolvimento da teoria queer seria Judith Butler, a qual procura explicar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder (BUTLER, 2016, p. 9).

Conforme afirmamos anteriormente, as criminologias de viés crítico apresentam, de forma majoritária, um background teórico influenciado pelo marxismo e suas categorias fundantes (luta de classes, capitalismo, materialismo histórico-dialético), fazendo com que outras dimensões do “sujeito” investigado por estas criminologias (tais como gênero, raça e sexualidade) fossem marginalizadas, colocadas em segundo plano. Na tentativa de romper esta tendência, alguns criminólogos brasileiros buscaram compreender o controle social da sexualidade em determinados períodos históricos, verificando que estes mecanismos ora foram influenciados pela religião, ora inspirados no modelo científico-médico higienista. Sob o manto científico, reforçado pela recepção do positivismo criminológico no Brasil, determinadas práticas punitivas foram direcionadas a categorias de homens (homossexuais e travestis) e mulheres (prostitutas e negras), estigmatizados por sua sexualidade rotulada como transgressora (PEDRINHA, 2009, p. 168-186).

Portanto, ao que tudo indica, a teoria queer dialoga com a(s) criminologia(s) crítica(s) para desvendar as formas de punição aplicadas – seja pelo Estado, seja por outras instituições sociais – a categorias de indivíduos “desviantes” em relação à cisheteronormatividade. Sendo assim, o controle social (formal/informal) exercido sobre a sexualidade exige ferramentas teóricas que certamente transcendem a desigualdade econômica entre pessoas que são alvo preferencial do poder punitivo.

A intersecção entre teoria queer e ciências criminais também revela dois campos de investigação. Teoricamente, os estudos queer impactam nas ciências jurídicas (queer legal theory), e sobretudo, no direito penal e na criminologia (queer criminology), proporcionando a compreensão dos processos de exclusão e da intolerância em suas especificidades. Politicamente, evidencia as demandas por direitos e pelo reconhecimento da igualdade, sustentada por movimentos LGBTI (CARVALHO; DUARTE, 2017, p. 202-203), tais como o casamento homoafetivo, a retificação do prenome de pessoas trans, e a criminalização da LGBTIfobia, apenas para dar alguns exemplos.

O encontro entre teoria queer e a criminologia, a princípio, é marcado por tensões, na medida em que aquela desestabiliza algumas zonas de conforto culturais criadas pelo heterossexismo, que é hegemônico nas ciências criminais. Num segundo momento, esse diálogo procura esmiuçar os níveis de violência heterossexista, como expõem Salo de Carvalho e Evandro Piza:

A naturalização da norma heterossexual, ao aprisionar as subjetividades no binarismo hétero/homossexual, cria automaticamente mecanismos de saber e de poder nos quais a diferença é exposta como um desvio ou como uma anomalia. Definido o comportamento ou modo de ser desviante a partir da regra heterossexual, o controle social formal é instrumentalizado nos processos de criminalização (direito penal) e de patologização (psiquiatria) da diferença. Outrossim, para além destas

10 Há, contudo, controvérsias sobre a classificação de Foucault como filósofo que impulsionou (ou não) a formulação da teoria *queer*, como adverte Tamsin Spargo (SPARGO, 2017, p. 13-14).

11 “Em tese”, porque alguns intérpretes de Butler apontam dificuldades de classificar esta autora apenas em uma teoria, considerando que suas análises transcendem questões de gênero e sexualidade, segundo as impressões de Sara Salih (SALIH, p. 9-28).

respostas sancionadoras produzidas nas e pelas agências de punitividade (violência institucional), a lógica heteronormativa potencializa inúmeras outras formas de violências (simbólicas e interindividuais) nas quais a diversidade sexual é vitimizada (homofobia).

Entendo, pois, que esse complexo processo de legitimação da violência heterossexista poderia ser decomposto em três níveis fundacionais que congiguram as culturas heteronomoralizadoras e heteronormalizadoras: primeiro, da violência simbólica (cultura homofóbica), a partir da construção social de discursos de inferiorização da diversidade sexual e de orientação de gênero; o segundo, da violências das instituições (homofobia de Estado), com a criminalização e a patologização das identidades não heterossexuais; o terceiro, da violência interpessoal (homofobia individual), no qual a tentativa de anulação da diversidade ocorre por meio de atos brutos de violência (violência real). (CARVALHO; DUARTE, 2017, p. 204-206).

Firmadas essas premissas, passamos a abordar a existência (ou inexistência) de uma criminologia queer assentada no Brasil.

HÁ UMA CRIMINOLOGIA QUEER CONSOLIDADA NO AMBIENTE ACADÊMICO BRASILEIRO?

No âmbito internacional – principalmente nos países de origem anglo-saxã –, é possível encontrar com certa facilidade estudos a respeito de criminologia queer. Não apenas com enfoque na discriminação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero, mas num enfoque interseccional, demonstrando como pessoas LGBTI também são atingidas por outros sistemas de dominação-exploração (MEYER, 2015). Estudos estrangeiros buscam não apenas investigar as raízes da criminologia queer (queer criminology) e seus desdobramentos acadêmicos (BUIST; LENING, 2016), mas também explorar tópicos específicos, principalmente como o sistema de justiça costuma lidar com as pessoas LGBTI em contextos de criminalização ou vitimização (DWYER; BALL; CROFTS, 2016).

Diante deste cenário, é pertinente colocar a seguinte indagação: no âmbito nacional, há produção acadêmica em torno da criminologia queer? Para responder a esta pergunta, nos valem da ferramenta virtual de “busca integrada” ao acervo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sua escolha se justifica, primeiramente, pelo fato de o autor ser doutorando na referida instituição, o que facilita o acesso a tais informações e à busca propriamente dita. Em segundo lugar, e não menos importante, a seleção desta ferramenta se deu por sua abrangência, isto é, por alcançar diversas bases de dados (como a Web of Science, Scopus, SciELO, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, entre outras). Utilizando sua opção avançada, no campo de busca, inserimos as seguintes palavras-chave: criminologia e queer nos resumos dos trabalhos.¹² Note-se, portanto, o emprego de um operador booleano (AND) para capturar a intersecção entre os referidos saberes.

De início, foram obtidos 20 (vinte) resultados. Como o objeto deste artigo está voltado ao desenvolvimento e à recepção da criminologia queer no Brasil, inserimos um filtro para separar apenas trabalhos acadêmicos redigidos em português. Aplicando esta filtragem, foram encontrados 16 (dezesesseis) resultados de busca. Neste universo, alguns artigos e dissertações/teses, por alguma razão, apresentavam duplicidade, e outros, tiveram de ser excluídos por ainda conterem idioma em língua estrangeira (espanhol). Vencida esta terceira etapa de pesquisa, foram colhidos 5 (cinco) trabalhos, como demonstra a tabela abaixo:

12 Nesta ferramenta de busca, é possível pesquisar as palavras-chave a partir do texto completo, do autor, do título, do resumo, entre outras opções. Optamos pelo resumo porque parece ser o mais abrangente. Ademais, nem sempre o filtro do título do trabalho pode representar um espaço amostral confiável, tendo em vista a possibilidade de as produções acadêmicas versarem sobre criminologia *queer* sem necessariamente citar estes dois termos no seu título.

TÍTULO	TIPO DO TRABALHO ACADÊMICO	NOME DA(S) AUTORA(S) E/OU DO(S) AUTOR(ES)	ANO E LOCAL DE PUBLICAÇÃO
“É babado, é confusão, é gritaria: as histórias de travestis recifenses sob um olhar da criminologia crítica”	Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas)	Maria Júlia Leonel Barbosa	2018 – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
“Interdisciplinaridade e estudo Criminológico da Violência Homofóbica: tensões entre Criminologia e Teoria Queer”	Artigo científico	Manoel Rufino David de Oliveira	2016 – Revista Eletrônica de DIREITO PENAL & POLÍTICA CRIMINAL
“Políticas e leis sobre violência de gênero: reflexões críticas”	Artigo científico	Adriano Beiras, Maristela de Melo Moraes, Roberta de Alencar Rodrigues e Leonor M. Cantera Espinosa	2012 – Revista Psicologia & Sociedade
“A tutela penal diante da homofobia e o PLC 122/2006: sobre a legitimidade da demanda político-criminal do movimento LGBT”	Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais)	Clara Moura Masiero	2013 – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
“Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere”	Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social)	Guilherme Gomes Ferreira	2014 – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Confirma-se, dentro da pesquisa realizada, a hipótese inicial lançada no artigo, qual seja, de que a recepção da criminologia queer no Brasil é precária, insuficiente e esparsa, principalmente diante da pequena quantidade de trabalhos acadêmicos encontrados. Nota-se, ainda, que as discussões têm sido protagonizadas pela área do Direito, visto que dos 5 (cinco) trabalhos encontrados, 3 (três) deles pertencem à referida área, sendo que os remanescentes são da Psicologia e do Serviço Social. Os títulos destas produções acadêmicas, por sua vez, indicam que elas se inserem nos dois campos mencionados neste artigo: teórico (formação de um saber criminológico-queer) e político (demandas de movimentos LGBTI por direitos, igualdade e reconhecimento).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, dentro dos parâmetros e dos limites da pesquisa realizada, que a produção acadêmica brasileira sobre criminologia queer é escassa. Para além de tal constatação, quais são as consequências da ausência de perspectivas queer nas criminologias, sobretudo aquelas de viés crítico?

Um primeiro desdobramento diz respeito às tensões existentes entre a academia e os movimentos sociais. Academicamente, a criminologia crítica inspirada no marxismo tem se mostrado majoritária, e por isso, os intelectuais (pesquisadores e docentes) que integram instituições de ensino superior costumam se posicionar de forma crítica em relação ao funcionamento do sistema penal brasileiro e ao seu “uso estratégico” por parte dos movimentos mencionados, já que o sistema de justiça criminal seria impassível de reformas diante de sua essência classista, seletiva e estigmatizante. Politicamente, os movimentos sociais se mobilizam pela reivindicação de direitos, demandas

jurídicas que se colocam ora como pautas positivas (casamento homoafetivo e retificação do prenome de pessoas trans), ora como pautas negativas (criminalização da LGBTIfobia), as quais foram recepcionadas pela instância máxima do Poder Judiciário (Supremo Tribunal Federal).¹³ Admite-se, portanto, demandas por criminalização e reformas prisionais, ainda que de forma parcial, reconhecendo a limitação do alcance dessa agenda.

Um segundo desdobramento está relacionado à ausência de um paradigma que consiga explicar as múltiplas violências que atingem o grupo e os indivíduos LGBTI. Se a criminologia predominante em meios acadêmicos brasileiros é a criminologia crítica, em seu viés marxista, então a criminalização e a vitimização do referido grupo será analisada sob esta ótica. Ou seja, levando-se em consideração apenas o funcionamento (seletivo) do sistema penal a partir das desigualdades econômicas. Contudo, as abordagens queer parecem extrapolar questões de classe, além de permitir que as violências contra pessoas LGBTI sejam analisadas quando elas são vítimas¹⁴, ou quando são encarceradas, duas “frentes” de estudo que merecem ser aprofundadas.¹⁵

O cenário desenhado sugere que se invista em uma (ou diversas) criminologia(s) queer brasileira(s). Se as estatísticas produzidas por ONG’s e grupos de Direitos Humanos demonstram que existem dimensões de violências – das mais visíveis até as mais refinadas – que atingem pessoas LGBTI, somente uma criminologia com o referido enfoque será capaz de apreender criticamente este fenômeno, que certamente não pode ser explicado por abordagens restritas ao funcionamento classista do sistema penal. Observe-se que um diagnóstico preciso da LGBTIfobia no país abre caminhos para pensar soluções destinadas a lidar com este problema social, tanto no que diz respeito às políticas de segurança pública para o grupo mencionado, como no tocante às políticas educacionais inclusivas, combatendo preconceitos e comportamentos discriminatórios enraizados historicamente na sociedade brasileira. Ao que tudo indica, a criminologia queer é a única perspectiva capaz de explorar essas potencialidades.

REFERÊNCIAS

- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BUIST, Carrie L; LENNING, Emily. *Queer criminology: new directions in critical criminology*. Routledge: London, 2016.
- BURKE, Anderson. *Vitimologia: manual da vítima penal*. Salvador: Juspodivm, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 10. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas ciências criminais*. São Paulo: Saraiva, 2017.
- DWYER, Angela; BALL, Matthew; CROFTS, Thomas (Editors). *Queering criminology*. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e prisões: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil*. Curitiba: Multideia, 2015.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- MASIERO, Clara Moura. *O movimento LGBT e a homofobia: novas perspectivas de políticas sociais e criminais*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.
- MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

13 Estas pautas foram reconhecidas através dos seguintes julgamentos: i) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 432; ii) Recurso Extraordinário (RE) nº 670.422; iii) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e Mandado de Injunção (MI) nº 4.733.

14 Fala-se, nos estudos recentes de vitimologia (BURKE, 2019, p. 99-100), sobre a “cifra aro-íris” da criminalidade, isto é, os crimes que são cometidos, mas não são noticiados (por inúmeros fatores), contra membros da comunidade LGBTI.

15 A exemplo dos livros publicados por Clara Moura Masiero (MASIERO, 2014) e Guilherme Gomes Ferreira (FERREIRA, 2015).

MEYER, Doug. Violence against queer people: race, class, gender and the persistence of anti-LGBT discrimination. New Brunswick, New Jersey, and London: Rutgers University Press, 2015.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PEDRINHA, Roberta Duboc. Sexualidade, controle social e práticas punitivas: do signo sacro religioso ao modelo científico médico higienista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 5. ed. rev. São Paulo: RT, 2013.

SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria queer. Tradução de Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LGBTIFOBIA NOS ESPORTES: UMA ANÁLISE DESSA PROBLEMÁTICA EM GASPAR, EM BLUMENAU E NO IFSC – CAMPUS GASPAR

Bruna Candido¹⁶

Helena Alfarth Deschamps¹⁷

Luiz Herculano de Sousa Guilherme¹⁸

Raphael Silvano Ferreira Silva¹⁹

RESUMO

Atualmente os debates em relação à homofobia²⁰ nos esportes estão cada vez mais presentes no cenário mundial. Contudo, mesmo com toda essa “visibilidade”, o preconceito ainda se faz presente nos meios esportivos, porém de maneira velada. Antigamente quando a questão da LGBTIfobia²¹ era colocada em pauta, não se encontrava de forma tão visível, assim como, a informação a respeito dessa questão. Este cenário começou a despertar interesse após os casos de abusos sexuais noticiados pela mídia. Desta maneira, pretende-se com esta pesquisa analisar a intensidade do impacto que os atletas sofrem com a intolerância das pessoas em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero, e como isso prejudica não só sua carreira, bem como sua vida pessoal. Para se conseguir autenticar o projeto será feita uma investigação por meio de um survey²² que terá como respondentes alunos do IFSC, grupos de esporte internos e da comunidade externa. Neste haverá perguntas que auxiliarão o entendimento a respeito da temática do trabalho e como isso afeta os atletas. Para preservação dos sujeitos participantes, o survey será realizado anonimamente. Além disso, deseja-se saber como os casos de LGBTIfobia são tratados nos ambientes esportivos frequentados pelos respondentes e pesquisar movimentos realizados para acabar com este tipo de preconceito.

Palavras-chave: LGBTIfobia. Esportes. Visibilidade.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema a LGBTIfobia objetiva analisar seu impacto no espaço esportivo e promover mudanças, reflexões, debates para oferecer oportunidades aos atletas neste meio onde estão inseridos, de estarem em um lugar para debater sobre isso, adquirir informações e exprimir o que sentem a respeito da temática, pois os atletas não são protegidos, apesar de sua competência e eficiência no esporte, eles não estão seguros e sofrem LGBTIfobia da mesma maneira.

Quando se pesquisa sobre LGBTIfobia nos esportes percebe-se logo a ausência de trabalhos nesse campo do conhecimento. Isso mostra o quão invisibilizados estão os casos e as vítimas dessas violências. Porém, após as ocorrências de abuso sexual nos anos de 2017 e 2018, a LGBTIfobia começou a ter mais perceptibilidade na vida social e na mídia, dando o devido tratamento a este assunto. Ao pesquisar informações sobre preconceitos ocorridos nos esportes, pode-se perceber uma predominância de notícias no futebol em relação aos de outros. O futebol é considerado o esporte mais popular no Brasil, em que se construiu e se consolidou como parte de uma cultura machista e misógina que, muitas vezes proporciona a propagação de muito ódio e preconceito com a população LGBTI (ANDRADA BANDEIRA; SEFFNER, 2013; FINGER; OSELAME, 2014).

A maior parte das entrevistas feitas em relação à LGBTIfobia são voltadas aos atletas de nível olímpico, que possuem patrocínio, ocasionando em uma maior visibilidade e divulgação a eles. Atletas famosos que conquistam o pódio possuem maior apoio da mídia e isso possibilita um maior acesso para divulgar as rejeições que sofrem no dia a dia, promovendo maior apoio da população. Atletas invisibilizados nos meios esportivos sofrem mais para ter apoio e divulgação de seus preconceitos sofridos, prejudicando sua carreira, afetando sua vida e seu psicológico.

Espera-se que os atletas, independente de suas experiências e de seus status em relação ao esporte, sintam-se bem na modalidade que praticam, que não desistam de suas carreiras por conta da discriminação, opressão e violência que, muitas vezes, sofrem. Dessa maneira, temos em vista

16 Estudante do curso técnico de Química campus. E-mail: bruna18candido@gmail.com

17 Estudante do curso técnico de Química campus. E-mail: helena.a.d.23@gmail.com

18 Doutorando em Letras pela UFRJ. Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Gaspar. E-mail: luiz.herculano@gmail.com

19 Mestre em Educação pelo Programa de Processos Formativos e Desigualdades Sociais - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ (2015). Professor de Educação Física do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Gaspar. E-mail: silvano.rsfs@gmail.com

20 Série de atitudes e sentimentos negativos em relação a pessoas homossexuais, bissexuais e contra transgêneros e pessoas intersexuais.

21 Essa expressão refere-se à hostilidade direcionada a homossexuais – lésbicas e gays –, mas o termo se popularizou e é utilizado amplamente.

22 É um dos instrumentos de geração de dados mais conhecido e utilizado em científicas nas mais diversas áreas.

a proposta de fazer os atletas praticarem suas atividades físicas sem se sentirem constrangidos ou incapazes por conta da intolerância. Deseja-se oferecer suporte para alunos e atletas que sofrem LGBTIfobia nos esportes e que não possuem espaço em casa ou na sociedade para falar sobre.

COLETA DE DADOS

As coletas de dados estão sendo feitas de duas maneiras: uma por meio de pesquisas na mídia, investigando casos de LGBTIfobia em várias modalidades e como pode impactar na vida das pessoas. Além disso, utiliza-se também como base relatos e experiências de uma das autoras que é atleta e presença como a propagação da LGBTIfobia está presente nos dias atuais.

O outro de método de coleta de dados a ser utilizado será a construção de um survey que será divulgado no IFSC, nos grupos de esporte e na comunidade externa. Neste questionário abordaremos perguntas que nos auxiliarão para entender se aquilo já visto nas pesquisas na mídia se repete no contexto a ser investigado. Cabe ressaltar que aplicação do questionário ocorrerá apenas após a aprovação do projeto junto ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos. Paralelamente a isso, pretendemos criar com os dados coletados uma base de informações sobre como a LGBTIfobia nos esportes está presente no nosso cotidiano e como ela afeta nossos atletas. O survey será realizado anonimamente para não incidir em visão de privacidade e permitir a cada respondente o direito à liberdade de expressão, ou seja, queremos criar para cada pessoa um espaço seguro onde ela possa expor aquilo que pensa sem ser afrontada.

Além disso, a investigação procurará ainda abordar modalidades esportivas específicas com casos de LGBTIfobia e pesquisar movimentos e atos realizados nos clubes de esportes para acabar com este tipo de preconceito.

Dessa forma, esta ação tem como proposta também visitar algumas escolas da região para promover palestras, reflexões e abrir espaço para rodas de conversas. De tal modo que eles se sintam à vontade de falar sobre suas vivências e expor o quão importante é falar sobre o assunto. Nossa pesquisa está em fase de desenvolvimento e, por isso, os resultados aqui apresentados são ainda parciais.

O IMPACTO DA LGBTIFOBIA NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

O círculo social escolar tem o papel de transmitir informações para a construção do conhecimento de indivíduos, entretanto, faz isso de modo a solidificar os modelos sociais, fabricando sujeitos conforme os padrões estabelecidos. Como por exemplo, em situações na pré-escola, onde se encontram crianças com uma média de idade de 6 a 10 anos em fase de desenvolvimento de aprendizagem social e didático. Estas situações transcorrem em aulas de educação física, em que algumas separações realizadas a partir do critério da identidade de gênero podem ocasionar em desconforto entre aqueles que não se encaixam nos padrões presentes nos discursos heteronormativos (FINCO, 2003).

Em muitas instituições de ensino encontram-se ambientes hostis para as pessoas fora da heteronormatividade²³, já que se construiu para muitas pessoas um ódio estrutural à população LGBTI, fomentado, por puro preconceito. Devido a isso a LGBTIfobia prejudica a inclusão social e educacional dos sujeitos nesses espaços. Tal ação gera desinteresse e dificuldade no processo de aprendizagem e em práticas de atividades físicas (FRANCO, 2016).

As escolas brasileiras constituem-se a partir de conjecturas de um grupo de normas e crenças, responsáveis por restringir a figura do outro, rotulando pessoas fora do padrão como “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, entre outras (DINIZ JUNQUEIRA, 2009). Em uma pesquisa sobre “Perfil dos Professores Brasileiros”, produzida pela Unesco²⁴, foram entrevistados 5 mil professores de rede pública e privada, na qual foi revelado que para 59,7% dos professores acham inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais (UNESCO, 2004.).

Outra pesquisa feita com o mesmo vínculo de organização em 13 capitais e no Distrito Federal, concedeu certa percepção do alcance da homofobia no espaço escolar. Certa pesquisa revelou que

²³ É um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas.

²⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

cerca de 12% de professores/as em Belém, Recife e Salvador, entre 14 e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza acreditam que homossexualidade é uma doença e 33,5% dos estudantes de sexo masculino de Belém, entre 40 e pouco mais de 42% no Rio de Janeiro, em Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza e mais de 44% em Maceió e Vitória constataram que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe (ABRAMOVAY et al., 2004.).

LGBTIFOBIA NOS ESPORTES

Desde a antiguidade a sociedade sempre estabeleceu padrões, dividindo a população entre os “certos” e “errados”. Com o passar do tempo foram desenvolvendo-se modelos “ideais”, que se enraizaram e se hierarquizaram. A sociedade em que vivemos é muito complexa e repleta de padrões que são seguidos de forma muito intensa, estereótipos que classificam “coisas” de meninas e “coisas” de meninos, e, dependendo do ambiente, estar fora destas classificações sendo uma criança pode ser algo muito difícil de lidar e compreender, pois esta faixa etária desenvolve-se a partir de suas influências de criações (FINCO,2003).

Quem nunca ouviu, quando criança, que futebol era coisa de menino? Ou quando um juiz e jogadores são xingados de “viado” pela torcida? Em fevereiro de 2019, o jogador do Vasco, Felipe Bastos, usou palavras homofóbicas para hostilizar jogadores e a torcida do Fluminense. Casos como esses ganham maior destaque no futebol, pela forte influência que esse esporte tem no Brasil (PIRES,2019).

O esporte, de um modo geral, costuma ser hostil com a comunidade LGBTI, e parte disso está enraizado em nossa cultura. Tem-se como prova a utilização de termos pejorativos, de cunho LGBTIfóbico, para agredir outra pessoa. Sob a perspectiva heteronormativa da sociedade, os comportamentos homossexuais são vistos sistematicamente como desviantes do padrão, do comum, do esperado. As pessoas fora dos padrões de gênero e heteronormatividade impostos pela sociedade, quando não se aceitam e não compreendem o que são, se veem como aberrações e se sentem rejeitados em relação à sociedade, casos assim só se agravam quando não se tem o apoio da família ou então nos meios escolares e instituições de práticas esportivas. Como por exemplo o ginasta Diego Hypólito que cresceu em uma família extremamente religiosa e teve contato com muitas pessoas homofóbicas, fazendo com que não se aceitasse, ocasionando em muitas dificuldades na sua vida. Em uma entrevista especial para o UOL esporte, Diego conta um pouco sobre sua trajetória como atleta e aceitação:

Fui criado na igreja, tenho uma tatuagem de Jesus crucificado no braço, até hoje frequento cultos da Bola de Neve todas as quintas-feiras. Eu tinha vergonha porque na minha cabeça ser gay era ser um demônio, um ser amaldiçoado que vive em pecado. Quando eu tinha uns dez anos, um treinador foi dizer para a minha mãe que ela devia mudar minha educação para que eu não virasse gay. Ela veio falar comigo, preocupada. Eu era muito inocente, nem sabia o que era isso. Mas isso me marcou. (HYPÓLITO, 2019).

Muitos atletas assumem sua identidade de gênero quando acabam suas carreiras, pois temem perder patrocínio e a reação do público, escondendo quem são de verdade por anos. Muitos atletas das categorias iniciais desistem de suas carreiras por conta da falta de apoio e do preconceito que sofrem, pois muitas pessoas usam a sexualidade e identidade de gênero de homens e mulheres para tentar desqualificá-los. O ginasta Diego Hypólito esperou duas Olimpíadas e 17 anos de carreira para revelar que é gay. Ainda sobre a entrevista de Diego:

Eu vivi a solidão de não ter ninguém com quem eu pudesse compartilhar os dilemas de ser uma pessoa gay numa sociedade preconceituosa. Por mais que todo mundo tenha a impressão de que tem muito gay na ginástica, não tem. Todo mundo me zombava, zombava do meu jeito. Eu tinha o sonho de conseguir uma medalha olímpica e faria de tudo para chegar lá, até esconder quem eu era. Eu tinha certeza que se um dia eu sáísse do armário publicamente, perderia patrocínios e minha carreira seria prejudicada. (HYPÓLITO, 2019)

Diego Hypólito é um de centenas atletas que escondem sua verdadeira identidade. A maior parte das entrevistas feitas em relação a LGBTIfobia são voltadas aos atletas de nível olímpico, que possuem patrocínio, ocasionando em uma maior visibilidade e divulgação a eles. Atletas famosos que conquistam o pódio, possuem maior apoio da mídia, possibilitando maior acesso para divulgar

as rejeições que sofrem no dia a dia, promovendo maior apoio da população. Atletas com pouco destaque e pouca visibilidade nos meios esportivos, sofrem mais para ter apoio e divulgação de seus preconceitos sofridos, prejudicando sua carreira, afetando sua vida e seu psicológico.

Quando falamos sobre transexualidade²⁵ nos esportes gera-se intensos debates devido a pouco produção acadêmica sobre o tema. Muitos não aceitam atletas trans pelo fato de se acharem injusto com os outros atletas. Como no caso de Tiffany Abreu ponteira/ oposta no voleibol e a primeira mulher transexual a participar da Superliga em contexto nacional. Muitas pessoas ainda não aceitam isso pois acham que existem fatores biológicos que poderiam trazer uma suposta vantagem para Tiffany em quadra por conta de seu físico e nível hormonal, pois Tiffany viveu sua puberdade e jogou vôlei antes da transição de gênero. Mesmo ela passando por diversas cirurgias para estabelecer o nível de testosterona, ela sofre muito preconceito de torcedores e jogadores. Segundo COI (Comité Olímpico Internacional), uma mulher competidora precisa ter um nível baixo de testosterona por litro de sangue, pois este hormônio forma massa muscular. Tiffany perdeu força física por causa do tratamento, tendo muitas meninas de seu time com o nível de testosterona mais elevado do que o dela. Tiffany em uma entrevista com a revista UOL, indagou o quanto é discriminada pela sociedade por ser uma mulher trans (VECCHIOLI; CARNEIRO, 2018).

Eu fui homem e tive a testosterona de homem. Hoje sou uma mulher e tenho hormônios somente de mulher. Tenho totalmente o nível de uma mulher. Você não pode se destacar. Você só pode ser ruim e levar bolada, não pode ser a que dá bolada. Você tem que ser a mal falada, você tem que ser a que é discriminada. Por quê? Porque você é uma trans. Mas não é assim. A gente pode bater e pode apanhar, pode chorar e pode sorrir. A lei é para todos, não é só para um. É por isso que eu luto. (ABREU, 2018).

Em 2019, uma menina trans de 11 anos é barrada em campeonato de patinação. A menina Maria Joaquina Cavalcanti Reikdall iria participar do Campeonato Sul-Americano de Patinação Artística, mas não foi convocada mesmo obtendo segundo lugar no campeonato brasileiro, com a justificativa de ser uma criança transgênero. Uma das polêmicas entre atletas transexuais femininas no esporte, seria o nível de testosterona mais elevado, dando assim a vantagem física entre as outras competidoras. Segundo COI, as mulheres não podem ter mais que 10 nanomol por litro (unidade medida que indica o nível de testosterona) do hormônio no sangue 12 meses antes da competição. Mas Maria Joaquina não entrou na puberdade, tendo os níveis de testosterona sendo como de qualquer criança. Pai de Maria Joaquina afirma que:

Maria Joaquina ainda é uma criança. Ela é acompanhada frequentemente por um endocrinologista, que faz as medições das taxas hormonais. Maria Joaquina tem 0,5 nmol/l de testosterona no sangue, enquanto a irmã mais nova dela, Talia, tem 0,7 nmol/l. (CAVALCANTI, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os resultados dessa pesquisa encontram-se em fase de coleta e/ou análise. Além disso, busca-se levantar hipóteses a respeito dos encaminhamentos tomados sobre os casos de LGBTIfobia nos ambientes interno e externo.

Constata-se que meios escolares e esportivos de pouco reconhecimento não têm o apoio e o debate devido em relação à temática LGBTIfobia, um dos motivos presentes para a realização deste trabalho. Observando a característica de invisibilização do tema, espera-se que o desenvolvimento desta pesquisa suscite mais debates acerca do assunto e colabore para a diminuição e quiçá, extinção dos preconceitos recorrentes relativos ao público LGBTI.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Gustavo Andrada. SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. Espaço plural. 2013, XIV (29) p. 246-270. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944242012.pdf>. Acesso em: 12. set. 2019.

BASSETTE, Fernanda. Aos 11, menina trans é barrada em campeonato de patinação. Veja, 20. abr. 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/esporte/aos-11-menina-trans-e-barrada-em-campeonato-de-patinacao-pais-recorrem/?utm_source=whatsapp. Acesso em: 10. set. 2019.

25 Refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento.

CAMARGO, Wagner Xavier de. O armário da sexualidade no mundo esportivo. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, fev. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100705&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30. maio. 2019.

COSTA, Cristiane Finger. OSELAME, Mariana. Futebolização do esporte na televisão: compromisso com o jornalismo ou com os números de audiência?. Periodicos.ufsc. v. 11, n. 2. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo-/article/view/1984-6924.2014v11n2p459>. Acesso em: 11. set. 2019.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. Pro-Posições., v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2212/42-dossie-fincod.pdf>. Acesso em: 10. set. 2019.

FRANCO, Neil. A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. Motrivivência., Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 47-66, maio. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v-28n47p47/31818>. Acesso em: 30. maio. 2019.

GONZALEZ, Mariana. ELAS JOGAM QUE NEM MULHER Atletas olímpicas lésbicas falam de coragem, amor e preconceito. E, não, elas não querem jogar “que nem homem”. Da universa, jun. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa-/reportagens-especiais/elas-jogam-que-nem-mulher/#elas-jogam-que-nem-mulher> Acesso em 14. jul. 2019.

HYPOLITO, Diego. Quero falar uma coisa Diego Hypolito conta pela primeira vez sobre como o sonho olímpico o fez esconder sua sexualidade. Minha história, Especial para o UOL esporte 8. maio. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/minha-historia-diego-hypolito/index.htm>. Acesso em: 27. jul. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 32. ed. Brasília: UNESCO/Secad/MEC, 2009.

PIRES, Breiller. A resposta histórica do fluminense à homofobia. El país, São Paulo. ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/18/deportes-/1550524082_018610.html. Acesso em: 11. set. 2019.

VECCHIOLI, Demétrio. CARNEIRO, Gabriel. Achou ruim? Primeira mulher trans no vôlei feminino brasileiro, Tiffany reforça direito de jogar entre choro e desabafo. UOL Esporte, out. 2018. Disponível em: <https://www.uol/esporte/especiais/entrevista-tiffany-abreu.htm>. Acesso em: 10. set. 2019.

PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA LESBOFOBIA EM ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Heloisa Andrade Ferrari²⁶

Maria Fernanda Mariot²⁷

Gilberto Alves²⁸

Danielle Jardim Barreto²⁹

RESUMO

Esta pesquisa visa, através de análises de dados, explorar o contexto das vidas lésbicas no âmbito universitário, focando nas situações de lesbofobia experienciadas pelos indivíduos participantes da presente pesquisa, abrangendo discussões a partir dos resultados obtidos. É importante mencionar o destaque dado a questões como a sustentação da heteronormatividade e os efeitos violentos gerados a partir dela, a existência de uma discriminação particular direcionada ao público lésbico e conseqüente reconhecimento da lesbofobia como forma de violência, o entendimento da sexualidade enquanto dispositivo de subjetivação, a prevalência de formas sutis e mascaradas de violência, as conseqüências físicas e psíquicas advindas da discriminação e a maneira como a percepção das normas é fabricada e aplicada socialmente. Ademais, são aludidos tópicos pertinentes a violência interiorizada experienciada pelo público lésbico, a concepção sobre corpos passíveis de luto ou não passíveis de luto, a naturalização de valores e representações que excluem indivíduos e a necessidade de uma maior visibilidade lésbica. Os dados foram obtidos por meio de uma aplicação in loco de um questionário piloto anônimo sobre e para pessoas LGBTTI e LGBTTIfobia previamente realizado, do qual foram analisadas as respostas pertencentes a oito perguntas pertinentes ao assunto discutido. Por fim, conclui-se que a pesquisa aborda uma temática de problematização fundamental e relevante, expondo uma luta constante que demanda reconhecimento e discussões a seu respeito, frisando a necessidade da oportunização da visibilidade lésbica no meio universitário, além de promover a reflexão consoante aos diversos tipos de preconceitos e discriminações geradores de malefícios físicos e/ou malefícios mentais.

Palavras-chave: Sexualidades. Lesbianidades. Lesbofobia. Universidade.

INTRODUÇÃO

Nos espaços universitários encontram-se vidas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais entre outras vidas e expressões de sexualidades e de gêneros (LGBTTI), todavia o foco deste trabalho estará direcionado a presença da lesbianidade no território universitário, podendo sofrer desde efeitos de atitudes vinculadas a pertencimentos até as de preconceitos e outras violências diversas, que podemos afirmar serem agenciadas por conta da heteronormatividade.

De acordo com Louro (2009), a heteronormatividade em seus efeitos violentos, é sustentada pelo alinhamento da lógica sexo-gênero-sexualidade, onde supõe-se que todos os indivíduos são definidos pelo seus órgãos sexuais que obrigatoriamente os tornam heterossexuais pela natureza e o destino anatômico de seus corpos. Tanto seu status de normalidade, quanto seu privilégio são garantidos através de vários discursos e estratégias nas mais diversas instâncias sociais, sendo seu processo de reiteração tramado de forma continuada e constante, por vezes empreendida sutilmente no tecido social.

Foucault (1988) traz o entendimento da sexualidade enquanto dispositivo de subjetivação e diz, ainda, que não se pode tomar a sexualidade por uma simples continuação de desavenças influenciadas pela luta de classes, porém, que se mostra sob influência das relações de poder e saber. É viável constatar, conforme a obra de Toledo (2013), que consoante à experiência de toda e qualquer sexualidade, se faz necessária a percepção da forma com que elementos como as normas são criados e fabricados, quais são seus propósitos, de que modo atingiram seu posto atual e de que maneira os compreendemos subjetivamente. Além disso, afirma que as mulheres experienciando as lesbianidades são capazes, com base em sua própria expressão, de transmitir a ideia que ser lésbica é criar um modo diferente de subjetivação de ser mulher.

O termo lésbica refere-se a uma categoria política de visibilidade baseada na vivência do erotismo entre indivíduos de biocorpo feminino, que passou a ser utilizado nos movimentos sociais contemporâneos contra a discriminação e violência, visando reivindicar direitos civis e humanos (TOLEDO, 2013). Vale destacar que as discriminações dirigidas às lésbicas não são as mesmas que

26 Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense. E-mail: heloisa.ferrari@edu.unipar.br

27 Graduada em Medicina pela Universidade Paranaense. E-mail: maria.mariot@edu.unipar.br

28 Doutor em Ciências de Alimentos pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Docente na Universidade Paranaense. E-mail: gilberto.alimentos@prof.unipar.br

29 Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016). Docente na Universidade Paranaense. E-mail: danibarreto@prof.unipar.br

dirigidas a homossexualidade masculina, sendo que estas sofrem uma forma específica, a lesbofobia, “que especifica medos, descréditos, aversões, ódios, discriminações e violências direcionadas às mulheres lésbicas ou com relações/práticas homoeróticas ou, ainda, àquelas presumidas serem/terem.” (TOLEDO, 2008, p. 16).

Segundo Borrillo (2010), gays e lésbicas não estão imunes a ter sentimentos homofóbicos, visto que estão inseridos numa sociedade em que a heterossexualidade é vista como superior, logo à conflitos internos nesse indivíduo dissidente, resultante de uma não adequação aos valores estabelecidos e enraizados no meio social.

Este trabalho tem por objetivo problematizar e tratar das particularidades observadas na experiência universitária do público lésbico, estendendo-se sobre os efeitos, procurando destrinchá-los.

LEVANTAMENTO DE DADOS LESBOFÓBICOS

As informações necessárias para o desenrolar do trabalho foram retiradas a partir de dados obtidos através de uma aplicação in loco de um questionário piloto anônimo sobre e para pessoas LGBTTI e LGBTTI fobia em 2018, instigado pelo projeto LGBTfobia e re(ve)lações universitárias: construindo um instrumento de pesquisa e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob protocolo número 74185517.4.0000.0109. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, composta por uma amostra de 13 universitárias lésbicas.

Buscou-se analisar estes dados através do método crítico e genealógico de Foucault (1999), estes dois que se alternam, se apoiam e se complementam. Sendo o método crítico da análise responsável pela desconstrução dos discursos hegemônicos e normatizados; de fato, ela põe em prática o princípio da inversão, ligando-se aos sistemas de recobrimento do discurso, para assim expor e problematizar aquilo que se encontra. Enquanto o método genealógico apoia-se em como se formaram, qual fora a norma específica de cada uma e sob quais condições ocorreu sua aparição e crescimento, ou seja, sua análise se detém nas séries da formação efetiva do discurso.

A análise se refere a resultados de 8 perguntas do questionário, onde 7 nos informa sobre situações lesbofóbicas (se já foi vítima de discriminações e preconceitos no ambiente acadêmico; se sim, quais foram às práticas feitas com você; a situação à qual o agressor e a vítima se encontravam; como se sentiu após o ocorrido; se já relatou alguma dessas discriminações para alguém ou para algum órgão competente com o intuito de pedir ajuda; se já se sentiu constrangido por ter demonstrado afeto/carinho por alguém do mesmo sexo que o seu no ambiente acadêmico) e uma sobre sentimentos como LGBT (eu reconheço a importância de criar espaços no ambiente universitário como grupos, rodas de conversas, palestras e outras ações para os LGBT).

Através da análise estatística dos dados, obtivemos que 30,77% da amostra que se identificam como lésbica já foi vítima de alguma discriminação e/ou preconceito no ambiente acadêmico, enquanto 69,23% nunca foram vítimas. Das que responderam sim para essa questão, apontaram como práticas: piadas (50%), comentários de desqualificação (33,33%) e acusações (16,67%). Em tais situações, o agressor estava em 25% dos casos sozinho, 25% em grupo e 50% em ambos os casos. Estes dados se repetem nas situações às quais as vítimas se encontravam ao serem ofendidas. Após o ocorrido, as vítimas alegaram se sentirem ofendidas (37,50%), irritadas (37,50%), tristes (12,50%) e desanimadas com o ambiente universitário (12,50%). Diante dessa situação, apenas 25% relataram alguma dessas discriminações para alguém ou para um órgão competente, enquanto 75% não chegaram a relatar. Sobre se sentir constrangido por ter demonstrado afeto/carinho por alguém do mesmo sexo na universidade, 38,46% afirmaram que sim, contra 38,46% que não e ainda 23,08% que nunca chegaram a demonstrar.

Referente aos sentimentos enquanto LGBT, 7,69% e 46,15% das lésbicas, respectivamente, concordam ou concordam totalmente sobre reconhecer a importância de criar espaços e ações no ambiente universitário para os LGBT. Enquanto, 15,38% é indiferente a questão, seguida da mesma porcentagem para as que discordam ou discordam totalmente.

A PRESENÇA DA LESBOFOBIA NA UNIVERSIDADE

Conforme visto nos dados obtidos, algumas lésbicas já se sentiram constrangidas ao demonstrar afeto/carinho por outra mulher no ambiente universitário, ou, ainda, que nunca chegaram a

demonstrar. Essa ocorrência pode se dar pelo medo de que sua sexualidade as coloque em “foco”, vindo a sofrer assédios, agressões, acusações e/ou piadas. Logo, na medida em que essas violências interferem negativamente na vida dessas mulheres dissidentes da heterossexualidade, elas escolhem por não expor sua orientação sexual. Vale salientar que a lesbofobia, em muitos casos, ainda não é reconhecida como violência; tal afirmação fica clara nos dados, pois há a predominância de uma violência em sua forma mais velada e sutil, sendo na maioria das vezes disfarçada de piadas e comentários de desqualificação, que apesar de seu caráter inofensivo podem vir a ser um forte causador de sofrimentos emocionais.

Borrillo (2010) comenta que, por vezes, lésbicas crescem em um ambiente hostil, portando-se anti-homossexual de maneira interiorizada, “sob a forma de insultos, injúrias, afirmações desdenhosas, condenações morais ou atitudes compassivas, impele um grande número de homossexuais a lutar contra seus desejos, provocando, às vezes, graves distúrbios psicológicos.” (BORRILLO, 2010, p. 101). Podemos levar em conta o ambiente universitário, a presença dessa violência interiorizada, geradora de sofrimentos psicológicos, como o sentimento de culpa, vergonha, ansiedade e a depressão. Ademais, a tentativa dessas jovens de rejeitar ou encobrir sua sexualidade, vivendo nos famosos “armários”, gerando comportamentos e atitudes de mentira, visto que os preconceitos individuais e a intolerância social em relação a homossexualidade levam a predisposição da homofobia interiorizada (MEYER; DEAN, 1998, apud BORRILLO, 2010).

Rodrigues (2010) em uma pesquisa, de uma amostra LGB, consta que lésbicas manifestam os níveis mais baixos de homofobia internalizada, devendo-se a isso, à flexibilidade e mutualidade da identidade lésbica. Segundo exposto por Butler (2015), uma vida passível de luto deve ser uma vida cuja perda se lamenta, visto que, portanto, ela teve importância e foi validada enquanto vida. Deve-se levar em consideração, todavia, o que define uma vida como valiosa e passível de luto. A autora ainda aponta que somos todos considerados vidas precárias, pois, por dependemos do próximo para sermos, de fato, quem somos, cabe a nós igualmente o poder de prejudicar e o poder de beneficiar uns aos outros.

Diante disso, o ato de evitar o dano ao próximo é tido como um ato de autopreservação. Partindo de tal premissa, é cabível o questionamento da razão de haver tamanha discriminação e comportamento danoso direcionado ao público lésbico. Vidas lésbicas, assim como todas as demais vidas, devem ser consideradas passíveis de luto, embora não seja esta a realidade. Quando se analisa o que torna as vidas perceptíveis ou não para nós, Butler (2015) alega que a comoção é dependente de apoios sociais para que possa ser sentida.

Os dados ainda apontam que somente uma parte ínfima das vítimas recorreu ao relato da violência. Alguns dos motivos que implicam na ausência de denúncias podem ser abrangidos a partir de respostas dos indivíduos participantes da pesquisa. Falas como “Não há resultados, então não denuncio” e “Por se tratar de uma professora, tenho medo de perseguições” observadas entre as respostas do questionário explicitam duas situações recorrentes que podem gerar o receio da denúncia por parte das vítimas, esclarecendo o baixo número de relatos.

Por vezes, tal ocorrência nem venha somente pelo receio, mas pela naturalização de valores e representações que excluem pessoas, que, de tão naturalizadas, tornam-se aceitas pelo próprio sujeito da exclusão: “isso é assim e não há nada para fazer” (WANDERLEY, 2001, p. 23). Em síntese, há um ciclo de exclusão, reforçado e reproduzido pela naturalização do fenômeno e marcado pelo estigma. Ainda mais, Wanderley (2001) apresenta alguns conceitos como: a desqualificação, relacionado aos fracassos e sucessos da integração (PAUGAM, 1991, 1993, apud WANDERLEY, 2001, p. 21); a desinserção, questionando a própria existência da pessoa enquanto indivíduo social (GAUJELAC e LEONETTI, 1994, apud WANDERLEY, 2001, p. 21); e a desafiliação, que seria uma ruptura de pertencimento à sociedade (CASTEL, 1995 apud WANDERLEY, 2001, p. 21). Articulamos estes conceitos as relações de exclusão/inclusão na universidade, onde uma visibilidade restrita pode vir a interferir nas vivências lésbicas e suas relações universitárias, resultando diretamente em consequências e efeitos na qualidade de vida dessas mulheres.

Estamos falando de um ambiente universitário, onde os corpos estão interligados em uma rede de relações e que acaba por definir-se por essas. E, como nos demais contextos da sociedade, buscamos ser reconhecidos e participarmos de um mundo comum, porém, por não existir reconhe-

cimento perfeito, a luta por igualdade e liberdade se dá de maneira constante (BUTLER, 2016). Essa luta exaustiva, juntamente com a ocorrência de situações de exclusão e lesbofobias, podem levar essas mulheres lésbicas, como aponta os dados, a se sentirem ofendidas, irritadas, tristes e desanimadas com o ambiente acadêmico, podendo vir a ser motivo de desistência.

Mais da metade das lésbicas deixam evidente nos dados o sentimento de necessidade de uma maior visibilidade e reconhecimento no âmbito universitário. Tocante à visibilidade lésbica mencionada, segundo Pocahy (2007), pode-se afirmar que na atualidade as diversas visibilidades, dentre elas a lésbica, possuem influência nas transformações sociais; observam-se mudanças no que é permitido dizer, ver e pensar, de tal forma que vários paradigmas do mundo contemporâneo, bem como a ordem sexual e social instituída, são colocadas em questão. A criação de espaços e ações visando os corpos dissidentes da heterossexualidade são necessários, visto que estes, precisam se sentir pertencentes e encorajados, para que se permitam assumir sua vivência e orientação sexual. Dessa forma, mulheres lésbicas ao se imporem, implicam sua visibilidade, buscando serem ouvidas, vistas e, por fim, respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa detém relevância ao problematizar as relações universitárias e expor a luta constante por reconhecimento que os corpos femininos dissidentes da heterossexualidade buscam na universidade, uma vez que, é necessário oportunizar a visibilidade lésbica no âmbito universitário. Ademais, os dados servem para refletir sobre as situações lesbofóbicas, levando a propor e planejar ações e intervenções que aplaquem estes preconceitos e naturalizações geradoras de sofrimento.

Em um contexto geral, abrangemos e problematizamos temas relacionados à lesbofobia no espaço universitário, tratando de tópicos como a origem e a naturalização de concepções de gênero e sexualidade fabricadas socialmente e as formas de violência pertencentes e oriundas de tal âmbito, bem como a maneira que isso influencia no entendimento que possuímos sobre dados assuntos na atualidade e as consequências geradas por estas construções sociais nas vidas lésbicas.

A universidade é um lugar onde há transmissão de informações, críticas e reflexões e, que, em teoria, deveria ser de inclusão. Logo, devemos problematizar e desconstruir valores hegemônicos, que excluem as vivências não-heterossexuais, sendo necessário a implantação de políticas universitárias visando a minimização da lesbofobia nesses espaços. É preciso trazer à tona esse assunto, não como tabu, mas de modo que venha a quebrar sua invisibilidade e os valores heteronormativos tão enraizados e naturalizados, vindo a ser reconhecida toda diversidade e multiplicidade das vivências universitárias, logo, para que estas identidades se construam sem a necessidade de moldar-se ou esconder-se, apenas vir a ser.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Claudio Leão; BARRETO, Danielle Jardim; ZONTA, Fernanda Gracielle Aguiar. LGBTTI-fobia e re(ve)lações universitárias: O processo de formação nos cursos da área da saúde e a política LGBT. In: GUILHERME, Willian Douglas (Org.). Desafios e Soluções da Sociologia. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 65-75.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (Org.). Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-42.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educa-

ção, 2009. p. 85-93.

POCAHY, Fernando. Um Mundo de Injúrias e Outras Violações: reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH Rompa o Silêncio. In: POCAHY, Fernando (Org.). Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RODRIGUES, Patrícia. Homofobia internalizada e suicidalidade em jovens LGB e não LGB. LES Online, v. 2, n. 2, p. 22-34, 2010.

TOLEDO, Livia Gonsalves. Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista. 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2008. TOLEDO, Livia Gonsalves. "Será que eu tô gostando de mulher?": tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista. 2013. 434 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2013.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). As ar-timanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26.

TIRE SUA LGBTIFOBIA DO CAMINHO QUE EU QUERO PASSAR COM O MEU AMOR: REFLEXÕES SOBRE A FOBIA INTRAFAMILIAR

Evelyn Santos

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre a LGBTIfobia intrafamiliar e suas consequências para o sujeito homossexual. A questão que se pretende responder é: se dentre as dificuldades de ser homossexual está o preconceito enraizado na sociedade, como lidar quando essa violência vem da família? O artigo se baseia em uma pesquisa aplicada, com análise de dados qualitativos, de cunho exploratório realizada em uma Organização Não Governamental localizada em Curitiba-PR, com um grupo de seis voluntários. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas e a análise de dados a partir da abordagem cartográfica. A revisão bibliográfica utilizada para fundamentar o trabalho contou com autores contemporâneos que abordam as temáticas homossexualidade e LGBTIfobia. Inicialmente o trabalho se propõe a fazer uma breve revisão histórica sobre a homossexualidade, ao refletir sobre a cultura da LGBTIfobia, que vem se perpetuando através dos séculos embasada em crenças religiosas. Em seguida será apresentado o período em que a homossexualidade foi considerada uma patologia e por fim uma breve revisão psicanalítica diante dessa temática. Num segundo momento, recortes de entrevistas serão apresentadas de forma a exemplificar a fundamentação teórica utilizada, buscando compreender como as experiências de LGBTIfobia intrafamiliar podem comprometer o bom desenvolvimento psíquico e emocional do homossexual. Com a pesquisa conclui-se que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são destinos pulsionais ligados às suas resoluções edipianas, e que se poderia considerar injusta a exigência social de uma idêntica conduta sexual. Dessa forma, a violência praticada pela família do sujeito homossexual é pautada em crenças e ideias baseadas principalmente em doutrinas religiosas e discursos de senso comum, não possuindo nenhum embasamento científico que justifique tais comportamentos. Sabe-se que deles derivam um sofrimento psíquico intenso para a vítima dessa violência, podendo vir a desenvolver, dentre tantos males, baixa autoestima, ideias suicidas, ansiedade e outros transtornos psicológicos.

Palavras-chave: LGBTIfobia. Homossexualidade. Diversidade Sexual. LGBTIfobia Familiar.

INTRODUÇÃO

Durante anos, a homossexualidade foi considerada como um pecado nefando²⁸, algo terrível que poderia tirar os privilégios sociais da família do sujeito homossexual por até três gerações. Homossexuais foram queimados, considerados como criminosos, torturados e mortos, obrigados a viver escondidos para não sofrer, nas mãos da própria sociedade, as mais cruéis formas de perseguição. No século XIX, a homossexualidade começou a ser estudada pela medicina e pela psiquiatria e foi considerada como uma patologia, um desvio, que se adquiria no nascimento ou no decorrer da vida. Foi incluída no campo das perversões, encontrada em manuais conhecidos, como a Classificação Internacional de Doenças (CID) e o Manual de Diagnóstico das Perturbações Mentais (DSM). Somente após muitos séculos de perseguição e de sofrimento, a homossexualidade foi retirada dos manuais diagnósticos e, em 1990, deixou de ser considerada como patologia.

Tamanha conquista não isentou a homossexualidade de ser vista por muitas pessoas como algo negativo, já que o preconceito se enraizou na cultura, tendo sido perpetuado pelos séculos em diferentes contextos fundamentais, como na religião, na política e até mesmo na família.

Devido à crescente preocupação com a hostilidade com que homossexuais são tratados, tornou-se necessário modificar a maneira como a questão estava sendo problematizada. Até aquele momento, a maioria dos estudos sobre a temática tratavam de explicar a homossexualidade e seu comportamento. Agora, a atenção se fixa nos comportamentos e relacionamentos homoafetivos, alvos de estigma e discriminação²⁹.

A homofobia é um fenômeno complexo, que pode estar presente de formas sutis. Assim são os casos em que o sujeito exibe certa tolerância a gays e lésbicas, mas a estes atribui uma posição marginalizada e silenciosa, com uma sexualidade considerada como inacabada ou inferiorizada, que pode até ser aceita na intimidade da vida privada, mas torna-se insuportável se reivindicar publicamente a equivalência do relacionamento heterossexual.³⁰

Diferentemente do medo da diferença sexual, o comportamento homofóbico consiste em ideias baseadas em crenças e valores, estes por sua vez advindos da pretensão da superioridade heterossexual-cisgênera diante de outras formas de expressão da sexualidade, erotismo e identi-

28 MOTT, L. Pecado que não deve ser mencionado. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*. São Paulo. n.49. p. 40-59. 2001.

29 ALEXANDRE, M. E. S. de; LIMA, E. D. de; GALVÃO, L. K. de S. Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional. *Revista Brasileira de Psicologia*. Salvador. v.01, n.02. pp.132-144, 2014.

30 BORRILLO, D. *Homofobia história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 16-17.

dade de gênero. Dessa forma, são vítimas de LGBTobia gays, lésbicas, bissexuais e todos aqueles que não se encaixam no padrão fêmea/feminina/mulher/heterossexual e macho/masculino/homem/heterossexual. Portanto, é um mecanismo regulatório da sexualidade, acionada por discursos que podem partir desde a invisibilização até práticas de violência, opressão e dominação³¹.

Além da violência física, que acomete muitos homossexuais dentro e fora de seus lares, é importante salientar a violência psicológica, que pode ocasionar sequelas para toda a vida. A violência psicológica se baseia em ações que visam causar danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa, podendo manifestar-se de diversas formas, tais como humilhação, chantagem, discriminação e cobranças de comportamento³². Portanto, a LGBTfobia intrafamiliar se enquadra no campo das violências psicológicas, justificando a importância do tema para a psicologia.

CONTEXTO HISTÓRICO DA HOMOFOBIA ATÉ A LGBTFOBIA

A diferença entre homossexualidade e heterossexualidade serve sobretudo para ordenar os regimes das sexualidades em que os comportamentos heterossexuais são os únicos aceitos e referência de normalidade. Seguindo esse pensamento, na ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determinaria o desejo sexual único (heterossexual) assim como também definiria o comportamento social (masculino/feminino). Dessa forma, as vítimas de homofobia deixam de ser apenas homossexuais, mas também todos aqueles que não aderem à ordem clássica das divisões de gênero, como travestis, bissexuais, mulheres heterossexuais que não apresentam traços evidentes de feminilidade e homens heterossexuais que manifestem muita sensibilidade ou delicadeza³³.

De fato, o antropólogo Luiz Mott (2001) afirma que, há mais de quatro mil anos, as civilizações que serviram como base para a sociedade atual vêm rotulando a homossexualidade com diversos nomes negativos, em essência reprovando e associando o ato sexual à abominação e ao pecado de sodomia. Essa população vem sendo perseguida e condenada a diferentes tipos de morte e tortura. A ciência etno-histórica indica que as raízes da homofobia estão vinculadas à tradição abraâmica, visto que Abraão é o patriarca de três das religiões mais homofóbicas da história (judaísmo, cristianismo e islamismo). A partir da promessa de Deus a Abraão – de que este seria pai de uma grande nação e que povoaria a terra tanto quanto existissem estrelas no céu –, a homossexualidade passou ser considerada como pecado nefando, como desperdício do sêmen, essencial para a procriação e para o subsequente cumprimento da promessa feita por Deus. Além de os homossexuais já carregarem o estereótipo de afeminados, eram tidos como guerreiros fracos, incapazes de proteger sua prole.

O termo “homofobia” foi cunhado no ano de 1960, nos Estados Unidos pela própria população do que hoje se entenda LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexos (LGBTI+))³⁴ que surge de um momento histórico, no qual a homossexualidade estava deslocando-se da posição de patologia e de pecado nefando para o lugar de uma “homossexualidade política”. Isso, por seu turo, com inspiração nos movimentos feministas e no movimento negro, que estavam se reuniam para discutir melhores políticas para sua população. Viu-se, então, a necessidade de nomear essa violência; foi utilizada nos mesmos moldes do racismo para denunciar a discriminação. Portanto, foi na década de 1960 que se notou um passo importante para a homossexualidade, passando a reconhecer-se que seus sujeitos ocupam um lugar de opressão na sociedade³⁵.

Foi, contudo, apenas no ano de 1990 que o termo “homofobia” foi introduzido no Brasil, primeiro pelos movimentos sociais e depois pela mídia para designar um tipo de violência letal, afirmando que o combate a homofobia deveria fazer parte da pauta política de construção de uma cultura de direitos humanos, principalmente como uma descritiva da violência letal vivida pelos LGBTI+. Veja-se, nesse sentido, que a homossexualidade foi considerada como crime hediondo durante muitos

31 TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. V.65 n.3. Rio de Janeiro: 2013.

32 SILVA, L. L. *et al.*. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface Comunic., Saúde, Educ.*, v. 11, n. 21, 2013. pp. 93-103.

33 BORRILLO, D. *Homofobia história e crítica de um preconceito*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 16-17.

34 REIS, T. (Org.). O símbolo + diz respeito à inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

35 FERNANDES, F. B. M. Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: da luta política LGBT à um campo de governança. *Passages de Paris*. v.7 p. 97-104, 2012.

anos, equiparada ao regicídio (assassinato de um rei) e à traição nacional. As punições para o sujeito foram diversas: pena de morte a pedradas entre os antigos judeus e, atualmente em alguns países islâmicos, decapitação. No tempo dos primeiros imperadores cristãos, enforcamento ou afogamento. Na Idade Média, queima na fogueira pela Santa Inquisição]. Na recente Alemanha nazista, prisão com trabalho forçado. No Brasil, não foi muito diferente: desde os seus primeiros dias de Brasil Colônia a homossexualidade foi criminalizada pela Corte de Portugal^{36 37}.

A partir do século XIX, o discurso médico psiquiátrico passou a enquadrar a homossexualidade como uma patologia dentro do espectro de anormalidade das parafilias e perversões. A percepção de que a homossexualidade fosse um tipo de transtorno mental surgiu em 1886, por meio sexólogo Richard von Krafft-Ebing, para quem a homossexualidade era uma inversão congênita, adquirida no nascimento ou no decorrer da vida³⁸.

Dessa forma, a homossexualidade passou a ser considerada como patologia ou um desvio e, conseqüentemente, vários tipos de tratamento foram propostos para “curar gays”, a saber:

Esses tratamentos incluíam as chamadas terapias elétricas aversivas, com eletrochoque, exposição a fotos de vômitos, utilização de medicações como a apomorfina, a “terapia da playboy”, na qual homens gays deveriam se masturbar vendo fotos de mulheres nuas, ou, ainda, a implantação de eletrodos no cérebro do homossexual masculino com a finalidade de estimulá-lo enquanto este era seduzido por uma prostituta. Até procedimentos cirúrgicos, com castração unilateral e transplante do tecido testicular de um homem heterossexual, foram tentados, obviamente todos sem sucesso³⁹.

Desde 1977, o “homossexualismo” fez parte da Classificação Internacional de Doenças (CID). Foi apenas em 17 de maio de 1990 que o termo foi retirado do CID, e a terminologia homossexualismo colocada em desuso, devido ao sufixo “ismo” ser associado a patologias.

Da mesma forma, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) incluiu a homossexualidade no ano de 1952, em sua primeira edição, entre os distúrbios sociopáticos da personalidade. Foi apenas em 1973, após muitos protestos da comunidade homossexual e do apoio de alguns psiquiatras, que a American Psychiatric Association (APA) viria a eliminar a homossexualidade da lista de doenças mentais, e na terceira edição do DSM, publicada em 1980, a homossexualidade deixa de ser um diagnóstico⁴⁰.

Destarte, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou a Resolução 001/99, que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à orientação sexual”, com o objetivo de despatologizar as homossexualidades. A resolução serve como um anteparo ético e como ferramenta para o profissional de psicologia no atendimento de pacientes homossexuais em consultório, como também em outros âmbitos de atuação, salvaguardando a postura profissional e de não propagação da homofobia, além de evitar a “cura”, visto que não se está falando de uma doença.

Fundamentado nos princípios éticos, científicos e filosóficos da Psicologia, o CFP busca tão somente orientar as (os) profissionais psicólogas (os) para uma atuação pautada no reconhecimento de que a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade, promovendo a superação de preconceitos e discriminações. As homossexualidades não devem ser tratadas como patologias, distúrbios ou perversões e, portanto, não são cabíveis quaisquer práticas que proponham seu tratamento ou cura.⁴¹

Apesar das considerações oficiais e enfáticas, não são raros os casos de familiares que encaminham seus entes LGBTIs a profissionais da psicologia, na tentativa de curá-los.

36 MOTT, L. *Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999-2000.

37 FREIRE, L.; CARDINALI, D. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. *Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*, n.12. Rio de Janeiro, 2012.

38 ALEXANDRE, M. E. S, de; LIMA, E. D. de; GALVÃO, L. K. de S. Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional. *Revista Brasileira de Psicologia*. Salvador. v.01, n.02. 2014, pp.132-144.

39 DIEHL, A.; VIEIRA, D. L.; MARI, J. de J. A CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade. *Debates em Psiquiatria*. pp. 20-25, 2014.

40 ALEXANDRE, M. E. S, de; LIMA, E. D. de; GALVÃO, L. K. de S. Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional. *Revista Brasileira de Psicologia*. Salvador. v.01, n.02. 2014, p.132-144.

41 PSICOLOGIA, Conselho Federal de. *RESOLUÇÃO CFP N° 001/99*. 1999.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A família é um dos núcleos responsáveis por inserir o sujeito na sociedade. É o primeiro ambiente de socialização dos indivíduos e tem função de oferecer segurança, bem-estar físico, psicológico, suporte emocional e estabilidade aos seus constituintes, sendo via de transmissão de crenças, valores e significados da sociedade para seus novos membros. Dessa forma, a revelação da orientação sexual pode ser um enorme desafio psicológico, tendo em vista de que a família habitualmente representa a parte mais difícil desse processo⁴².

A indiferença da família, o sentimento de desconexão do ideal criado por seus familiares e pelo próprio sujeito, sentimentos de confusão em relação à sexualidade devido à pressão imposta e à necessidade de se encaixar no padrão oferecido por uma sociedade heterossexista são fatores que foram apontados como potencializadores das angústias vivenciadas pelos entrevistados. Constituiu-se de um processo longo e contínuo, influenciado pelo ambiente em que o sujeito se insere e pelas percepções deste sobre os próprios comportamentos diante das figuras significativas e da atitude delas perante a orientação sexual.

De acordo com Palma e Levandowski, o sujeito sente medo da rejeição dos familiares, e a revelação seria o último passo dentro do processo de autoaceitação. A regulação do gozo que assegura os discursos é frequentemente utilizada pela “moral sexual civilizada”, para determinar e discriminar os laços amorosos adequados ou inadequados em uma sociedade. O homossexual transforma-se em uma subespécie, o sujeito passa a ser julgado, valorizado, aceito ou excluído a partir de sua prática sexual. Os comportamentos sexuais são transformados em identidades sexuais^{43 44}.

Muitas vezes minha mãe usou palavras como sapatão para tentar me deixar mal, ela me privava de sair com alguma amiga pois achava que estava me relacionando com ela, verificava todas as minhas redes sociais para ter certeza de que não estava dando pinta, assim como escolhia todas as minhas roupas e não me deixava sair se eu não estivesse tão feminina como ela gostaria. Eu me sentia mal, muito mal, eu tive muito medo de mim, achei que realmente estava confundindo quem eu era, não tinha confiança em me vestir de alguma forma pois precisava agradar ela, tinha medo de ser quem eu sou. Desenvolvi alguns distúrbios psicológicos como TOC e ansiedade, passei a sentir medo de sair sozinha, também acredito que depois desse momento me empenhei muito mais em conseguir emprego e sair de casa, é como se eu sentisse uma grande urgência em dar orgulho a ela, para conseguir compensar algo. (Participante 2, 19 anos).

Mott enfatiza que são poucas as famílias que aceitam e convivem bem com membros homossexuais, estando presentes com mais frequência a intolerância e o inconformismo, para a maioria dos homossexuais a família acaba sendo umas das principais preocupações, como repressora ou por cobrar compromissos heterossexuais, as expectativas geradas pelos pais, relacionadas a casamento e netos e o sentimento de culpa são fatores importantes que permeiam a questão da descoberta da homossexualidade dos filhos⁴⁵.

De primeira minha mãe disse que não aceitava, que não tinha criado filha para ser sapatão, mas que me respeitava [...] então começou a dizer coisas do tipo “só é sapatão porque nunca ficou com um homem de verdade”, “sapatão não serve pra nada, não entendo a necessidade de mulher ficar com outra mulher”, “é falta de louça pra lavar” e outras mais pesadas como “esse tipo de pessoa tem que apanhar até virar gente”. (Participante 3, 27 anos).

De acordo com Freud, não existe um caminho natural para a sexualidade humana, não há uma maneira única de satisfazer o desejo, o que atribui ao sujeito a sina de estar sempre insatisfeito, com a sensação da falta. É a partir disso que Freud diferencia a pulsão sexual (Trieb) do instinto (Instinkt), este um padrão de comportamento com objeto específico. A pulsão sexual não se implica em um comportamento pré-formado, nem em um objeto específico, é inconsciente e único de cada sujeito⁴⁶.

42 PALMA, Y. A.; LEVANDOWSKI, D. C. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*. v.30 n.4. Maringá, 2008.

43 CECCARELLI, P. R. Enfrentamento à patologização e à homofobia. 2011.

44 QUINET, A. Homofobias psicanalíticas na psicologização do Édipo. *Stylus* – n. 33. Rio de Janeiro: 2016.

45 PALMA, Y. A.; LEVANDOWSKI, D. C. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*. v.30 n.4. Maringá, 2008.

46 FREUD, S. Os instintos e suas vicissitudes (1915). Edição standard brasileira das obras Psicológicas Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago. 1996, pp.123-147.

A pulsão é um processo dinâmico, consiste em uma força que impulsiona o organismo a um objetivo. Uma pulsão tem a sua fonte em uma excitação corporal; o seu objetivo é eliminar o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir suas metas, que são excitações externas e internas, as quais deveriam ser descarregadas assim que interferissem na constância do organismo⁴⁷.

A psicanálise ensina que o sujeito é regido pela dimensão do desejo, que, submetido aos destinos pulsionais, frustra qualquer apreensão direta de sua finalidade. Na busca do prazer, a sexualidade escapa à própria natureza e age a serviço próprio “pervertendo” o suposto objetivo natural: a reprodução. Freud, nesse sentido, propõe que destinar a sexualidade unicamente a essa função é um critério demasiadamente limitado. Isso mostra à biologia, à moral, à religião e à opinião popular o quanto elas estão equivocadas no tocante à natureza da sexualidade humana. Ela em si é perversa, pois não possui uma finalidade específica: em se tratando de sexualidade, não existe “natureza humana”, porquanto a pulsão não tem um objeto único e fixo e muito menos predeterminado biologicamente.⁴⁸

Se a pulsão não tem um objeto fixo, não existe nada biologicamente programado. Assim, forma com que o sujeito realizará suas atividades sexuais será o resultado do percurso pulsional e de sua história individual: ou seja, a sexualidade em cada ser humano será resultado da singularidade de sua história, encontrando um destino particular para sua catexia, não havendo, portanto, uma maneira correta e universal de manifestar a sexualidade. Portanto, se a homossexualidade é tomada como objeto de estudo, assim deveria ser feito com a heterossexualidade, visto que a base da “escolha” sexual repousa no fato de que todo o objeto é bom, desde que sirva à satisfação pulsional⁴⁹.

Em nossa sociedade, desde muito cedo se aprende que a única sexualidade lícita, correta, aceitável, dentro dos padrões normativos é a heterossexualidade: essa cultura heterossexista expõe que as expressões da sexualidade que não se encaixam no modelo hegemônico são descartadas. Os homossexuais nascem em uma sociedade, cujo a organização simbólica muito cedo lhes ensina que sua forma de viver sua sexualidade é errada⁵⁰.

Na época foi muito pesado, ia para a análise duas vezes por semana e ainda era pouco, ia chorando e voltava chorando, tive algumas ideações suicidas, acho que foram uma ou duas vezes que pensei nisso, na época foi muito forte. (Participante 6, 23 anos).

Alguns indivíduos esperam receber o apoio de seus familiares; e, muitas vezes, não é o que acontece: dessa forma, sentimentos negativos, de infelicidade, insegurança e solidão são desperdatados. À medida que o sujeito se sente amado, amparado e protegido pela família, os problemas sociais decorrentes de sua homossexualidade acabam se tornando menos difíceis de enfrentar.

Alguns participantes, frente à questão do que poderia ser dito aos seus familiares diante dos momentos de intolerância, foram enfáticos em dizer que nada do que eles poderiam ter dito naquele momento faria alguma diferença, na reação e aceitação. Outros se posicionaram de forma militante e não recuaram, como se pode conferir, a seguir:

Eu achava que eles só tinham que me apoiar, porque somos sangue, são minha família, não vou deixar de ser filha, conseguir tirar o DNA deles de mim, eu gostaria mesmo que eles tivessem apenas respeitado e me apoiar. É algo em que me senti bem ao contar para eles, mas sempre me julgaram, quando era mais nova, sempre gostei de jogar futebol e eles diziam que isso era coisa do diabo, então vivi infeliz num casamento heterossexual durante 15 anos, mas eu tinha que continuar casada, porque a sociedade não via com bons olhos uma mulher separada, agora imagine uma mulher gay [...] Na época eu só queria que eles dissessem “ok filha, se é a tua escolha, como decidi viver, então vá viver a sua vida” e não me amaldiçoarem como fizeram. Isso realmente me afastou totalmente deles. (Participante 1, 39 anos).

Eu acho que não importa o que eu tivesse dito naquele momento, nada iria mudar a situação, eu até falei algumas coisas sobre continuar sendo a mesma pessoa, mas isso não fez diferença nenhuma. (Participante 2, 19 anos).

Eu acho que não só gostaria como fui dizendo ao longo do tempo. Me posicionando, as vezes rolava uma tensão mesmo, mas sempre me posicionei, eu nunca fui de me omitir, sempre em conversas que dizem algo de cunho homofóbico eu paro e digo olha vamos conversar, ressignificar e desconstruir isso aí [...] eu vejo que estou militando da minha forma. (Participante 4, 21 anos).

47 LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. Vocabulário da psicanálise. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 394.

48 FREUD, S. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais (1917). Edição standard brasileira das obras Psicológicas Completas. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp.325-339.

49 CECCARELLI, P. R. O que as homossexualidades têm a dizer à psicanálise (e aos psicanalistas). Bagoas. n. 08. Natal: 2012, pp. 103-123.

50 CECCARELLI, P. R. Enfrentamento à patologização e à homofobia. 2011.

Diante dessa experiência vivida no processo de revelar sua orientação sexual à família, e de esta aceitar a nova realidade proposta, diferente daquela idealizada, houve um impulso construtivo. O processo, por mais dolorido e difícil que tenha sido, levou cada participante a afirmar as próprias particularidades. No decorrer do processo, houve uma libertação de dogmas e preconceitos preestabelecidos, um empoderamento do sujeito homossexual, convicto de seus direitos como cidadão, como sujeito desejante e fora de qualquer patologia ou estigma em relação à sexualidade.

Foi um processo bem difícil, me senti num buraco, porque revelei uma coisa que para eles foi o fim do mundo, na época pra mim, foi muito difícil, até fiquei pensando se não estava me confundindo, as pessoas colocavam coisas na minha cabeça, todos diziam que eu estava errada, e eu pensava mas porque errada se estou amando? O que tem de errado em amar? Nossa, foi um processo muito complicado. Hoje estou tranquila, mas ainda sinto que aonde vou é como se tivesse que me assumir novamente, quando vou fazer entrevistas de emprego e me perguntam se sou casada, eu sinto que não devo mentir então falo que sim, casada com uma mulher. Daí fico pensando que se o entrevistador for machista ele já não vai me aprovar, já fico com medo, mas acho que você tem que ser verdadeiro, não mentir sobre quem você é. Eu acho que mudei muito depois de me assumir, me sinto mais forte, é aquilo que eu escolhi viver sem mentiras. Passei por vários processos complicados, até me sentir tranquila hoje, me considero uma pessoa bem posicionada. (Participante 1, 39 anos).

Acredito que foi um processo de aceitação dela (Mãe), no início foi um choque muito grande para ela, essa situação dela ter me distanciando, me afastando, fazendo essa pressão psicológica foi a forma que ela achou para reagir naquele momento, pode ter sido um pouco inconsciente. Mas pude perceber que ela foi melhorando com o passar do tempo, pesquisando, se informando com pais e amigos LGBTI+s, foi um processo, algo que demorou mas agora está mais estável. [...] Acredito que essa situação, apesar de ter deixado várias marcas, foi importante para o meu caráter, para ser uma pessoa LGBTI+ hoje, procurando leis, me educando como LGBTI+ na sociedade e não apenas na família, como cidadã. Acredito que o que passei foi importante porque hoje sou apoio para outras pessoas que passaram por essa situação. (Participante 2, 19 anos).

Eu acho que o que eu mais utilizei foi a questão de que eu não vou permitir que me barrem, na primeira semana, depois de contar que sou gay aos meus pais, uma amiga postou uma foto nossa com o boy que eu estava saindo e nossa minha mãe ficou louca, queria que eu apagasse, então assim acho que o meu modo de reagir a tudo foi me impor, então pensei não vou apagar, quando meu pai me disse se podia me pedir algo em relação a minha sexualidade eu disse “depende” não dou espaço, eu sou assim, [...] acho que se em algum desses momentos eu tivesse agido de uma maneira diferente estaria me reprimindo novamente de alguma forma. (Participante 4, 21 anos).

Acho que evolui bastante como pessoa, como homem gay, sabe? Acho que foi uma continuação do meu processo de aceitação da minha sexualidade, acho que me empoderei mais ainda depois que contei, na época foi muito difícil. Mas hoje me orgulho bastante do que fiz. (Participante 6, 23 anos).

De fato: todo ser humano tem a necessidade de ter uma rede de apoio formada por pessoas com quem se compartilha a proximidade: o afeto, a aceitação, a intimidade, o apoio, o lazer, o calor emocional e o sentimento de pertencimento; e poucas vezes os sujeitos homossexuais conseguem ter essas necessidades preenchidas. O preconceito e a perseguição os impulsionam a buscar novos valores a respeito de algumas normas, entre elas uma ressignificação do que representa a família⁵¹.

Em grande parte das entrevistas realizadas, pôde-se notar que a religião contribui muito para o preconceito vivido dentro de casa. Em “O mal-estar na civilização” (1930/1996), Freud fala da religião como uma manifestação neurótica, uma neurose coletiva. Ainda cita que a obsessão é a religião particular do neurótico⁵². O que chama atenção é a transferência, no âmbito das relações dos fiéis com os líderes religiosos, favorecida pela confiança e pela privacidade das relações. Formase terreno fértil para relações firmadas em traços histéricos e obsessivos, por seu turno favorecidos pela intensa repressão sexual e pela ambivalência que algumas religiões apregoam. Dessa maneira, a religião aparece como um lugar de controle e regulação; e a sexualidade, como um domínio livre das amarras institucionais e sociais⁵³.

Minha mãe ligou e disse, “é verdade isso? Você tem que tirar esse demônio da sua vida”, falou um monte de coisas absurdas, me xingou, disse que isso era uma maldição, meus pais são pastores e cresci indo à igreja, sei que isso contribui pra esse bloqueio, eles dizem que são demônios, e colocam na cabeça do meu filho que ele não pode aceitar, de jeito nenhum pode aceitar [...] acabam destruído o laço afetivo que temos por conta da religião. Todos deram as costas pra mim, ninguém

51 FRANÇA, M. R. C. Famílias homoafetivas. *Revista Brasileira de Psicodrama*. v.17 n.1. São Paulo, 2009.

52 FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

53 NATIVIDADE, M.. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião e Sociedade*. v.30 n.2. Rio de Janeiro, 2010.

falava comigo, todos viraram a cara, foi bem complicado. [...] numa festa de aniversário, meu pai chegou e disse “eu te amaldiçoo, lanço sobre você todas as maldições que existem”, desabou várias maldições na minha vida, na hora até me bloqueei, fiquei sem ação, comecei a chorar e saí de perto, é tenso ouvir isso de um pai, tanto que agora eu não falo mais com eles. (Participante 1, 39 anos)

O momento de revelar a minha sexualidade para a minha família foi algo muito pesado, acho que posso dizer que foi algo um pouco traumático. Estavam todos na sala, com olhares de julgamento e raiva, porque alguns boatos já estavam rondando pela família, então juntei toda a coragem que poderia existir em mim e falei que eu era homossexual, que havia tentado várias vezes mudar essa condição, que eu me culpava por não ser normal como eles, mas que eu já não sabia o que poderia fazer para que eu pudesse me sentir de outra forma. Foi horrível, minha mãe surtou, meu pai ficou enfurecido dizendo que preferia uma filha prostituta a uma filha sapatão, passaram dias sem me olhar na cara, eu me sentia um peso na casa, era como se eu não fizesse mais parte da família. Me senti muito sozinha. (Participante 2, 19 anos).

De acordo com Andrade (2009), o controle cresce no terreno das fraquezas do sujeito dominado, o que está em harmonia com a percepção de Freud da religião como um sintoma neurótico. Porém, o sujeito dominado goza dessa condição, ao passo que, aquilo que ele faz – e o faz em nome do Outro – desaparece da condição do sujeito, de ser faltante e desejoso, tudo é feito em nome de Deus. A alienação a um Deus todo poderoso é terreno fértil para a proliferação de seitas e religiões com esse perfil excludente, o que efetivamente vem acontecendo de forma acelerada em muitos países⁵⁴.

Desde muito cedo ouvi que o normal era homem e mulher, era um discurso muito decorrente na minha família que tem uma forte ligação com o catolicismo, então durante muito tempo me fizeram participar de novenas, jejuns, retiros para tentar converter minha sexualidade, durante algum tempo eu fui aceitando mas não posso me obrigar a caber em uma pele que não é minha, não me pertence. Isso me causou um grande mal-estar, porque todos me diziam que Deus fez tudo perfeito e que ele não erra em nada, que a minha sexualidade é uma escolha promíscua e que se eu tivesse força de vontade poderia mudar. Isso ficou ressoando durante tanto tempo na minha cabeça, me senti deslocado, errado, incompleto. Deus nunca odiou homossexuais e eu acho muito errado as pessoas justificarem seu preconceito com isso, tenham maturidade, tenham amor ao próximo. (Participante 5, 18 anos).

Uma prática insidiosa, mas comum, em algumas religiões é o acolhimento pastoral do sujeito homossexual, com intenção de engajamento em algum culto de libertação, “exorcismos”, cura ou terapias. Nessa perspectiva, a homofobia é acionada recorrentemente no discurso do cuidado pastoral e de grupos que visam inspirar os sujeitos que “estão homossexuais”. O discurso de acolhida encobre estratégias de reestruturação da subjetividade do sujeito: acolhe os homossexuais para transformá-los⁵⁵. Quinet efetua uma crítica ao posicionamento da psicanálise e de alguns psicanalistas mais conservadores que reproduzem a ordem vigente.

A civilização está cada vez mais contaminada pela barbárie em vários níveis: barbárie da espoliação capitalista, da segregação, das guerras e da destruição do meio ambiente. A história da psicanálise nos mostra a “engenharia humana” na qual ela se transformou com a sua psicologização e forclusão do inconsciente, a participação e condescendência de analistas nas ditaduras militares, a homofobia nas instituições psicanalíticas e suas teorias, até a discriminação homoterrorista de alguns psicanalistas na Europa contra as leis do casamento gay e da homoparentalidade. Daí a necessidade de uma crítica assídua para que a psicanálise não seja degradada e engolida pela religião, ciência ou discurso capitalista.⁵⁶

Analisar a homossexualidade pela obra freudiana é uma tarefa difícil. A teoria realizou uma crítica ao discurso da psiquiatria de sua época, mas problematizou a homossexualidade cometendo o que hoje se vê como alguns equívocos e contradições. No decorrer de sua obra, Freud veio a defender o aspecto natural, e não patológico, da homossexualidade, posicionando-se, contra as figuras

54 ANDRADE, T. Psicanálise e religião. *Círculo Brasileiro de Psicanálise. Estudos de Psicanálise* n. 32 – pp.181-185 – Novembro. Aracaju: 2009.

55 NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*. n.2 pp.121-161 2009

56 QUINET, A. Homofobias psicanalíticas na psicologização do Édipo. *Stylus*. n.33. Rio de Janeiro: 2016, s/p.

importantes de sua época e defendendo suas ideias contra as leis que discriminavam e perseguiram homossexuais: um “militante⁵⁷” dos movimentos sexuais de sua época. Em 1903 Freud, concede uma entrevista ao jornal vienense *Die Zeit*, defendendo um homem acusado de práticas homossexuais. Em 1930, assinou uma petição solicitando uma revisão do Código penal e a anulação do delito da homossexualidade entre adultos que consentem. Opôs-se, ainda, a Ernest Jones, quando este se recusou a consentir o estatuto de psicanalista a um homossexual^{58 59}.

Ainda que sua teoria apresente certas contradições, Freud ofereceu uma grande contribuição ao pensamento crítico da época. Um exemplo é a necessidade problematização da própria heterossexualidade, visto que não se pode minimizá-la à um resultado natural da biologia: [...] “o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidencia indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química”⁶⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é uma das bases principais do indivíduo, especialmente os pais. Contudo, quando se fala sobre os homossexuais, por vezes, esta não é a verdade. É muito comum a não aceitação pela própria família, com a possibilidade de rejeição ou marginalização, e não pelo que se tenha feito, mas por um fator existencial. Isso traz grandes angústias para a vida do indivíduo, vítima dessa violência. Quando a família não aceita a orientação de um ente e passa a taxá-lo como doente ou anormal, o sofrimento psíquico resultante é imenso, pois a família é uma rede de apoio importante, na qual se encontra subsídio para enfrentar as adversidades, é o lugar em que se recebe apoio. Ser excluído ou discriminado por conta da sua orientação sexual pode gerar consequências emocionais e psicológicas, como nos exemplos de alguns entrevistados, que desenvolveram TOC, ideação suicida, insegurança, além de uma possível fragilização e ruptura do relacionamento familiar.

Os homossexuais são considerados como uma das minorias mais odiadas, devido à forte cultura homofóbica que vem-se perpetuando através dos séculos, obrigando-os a esconderem sua orientação sexual, sob pena de sofrerem duras consequências. Esse silenciamento resultou em uma homofobia internalizada na sociedade, a qual muitas vezes atinge até os próprios homossexuais, que, em sua maioria vivem, uma constante busca de identidade, com a autoestima prejudicada.

O preconceito se articula no contexto familiar de forma a legitimar a violência vivida por essa população, podendo ocasionar uma fragilização e até uma ruptura do vínculo familiar, levando a um afastamento temporário ou permanente entre o sujeito homossexual e sua família, de forma complexa e dolorosa. Com isso, vemos a importância da acolhida familiar: quando temos esse suporte, as lutas diárias decorrentes da violência ocasionada pela homofobia têm um impacto menos intenso.

São inúmeros os exemplos que traduzem a luta interna entre a verdade do próprio sujeito e os valores introjetados pela sociedade. Esse discurso se constrói a partir de referências simbólicas do masculino e feminino e dita os parâmetros que definem a “sexualidade normal”. Como consequência, o sujeito homossexual é marcado pelos ideais da sociedade e sente-se desviante, excluído do discurso dominante. Afinal, nenhum indivíduo nasce “sexuado”, tanto sua sexuação, sua subjetivação e, por fim, sua identidade são produtos finais das relações que o recém-nascido estabelece com os outros. Esse fato torna as diferentes expressões de sexualidade tributárias das relações de poder heterossexuais, responsáveis pela homofobia. A introjeção da homofobia pode estar presente em diversos contextos, como nas situações em que o sujeito homossexual reúne a família para contar sua orientação sexual, e o que é pior, se desculpa, muitas vezes em prantos, pelo “desgosto” que traz à família^{61 62}.

Assim, por todas as razões referidas, é importante preparar sistemas de prevenção para este segmento populacional, podendo os e as profissionais da psicologia exercer um importante papel na intervenção e na educação de crianças, adolescentes e encarregados/as de educação sobre as questões LGBTI+, no sentido da desconstrução de mitos e preconceitos.

57 Por “militante”, entende-se aquele que defende ativamente uma causa.

58 BADINTER, E. XY: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993..

59 VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. v.9 n.2. Fortaleza, 2009.

60 FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *Edição standard brasileira de obras Completas*. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp.137-138.

61 MAYA, A. C. L. Homossexualidade: saber e homofobia. *Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*. Rio de Janeiro, 2008, pp. 8-28.

62 CECCARELLI, P. R. *Enfrentamento à patologização e à homofobia*. 2011.

Um dos mecanismos que poderiam ajudar os LGBTI+ a conseguirem um melhor relacionamento com suas famílias de origem é trabalhando inicialmente a própria homofobia internalizada, profundamente enraizada devido a fatores sociais. A ampliação da consciência, enfim, a percepção das consequências das dificuldades vividas possibilita uma aceitação da própria orientação sexual de forma mais integrada, o que favorece a obtenção de aceitação pela família. O empoderamento e a autoaceitação favorecem muito a maior compreensão e o suporte por parte da família, uma vez que o indivíduo terá menos reações emocionais e mais assertividade quando tiver de lidar com situações de homofobia.

Destarte, a conclusão que se pode obter é que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são destinos pulsionais ligados, a resoluções edipianas. A homossexualidade é uma posição libidinal tão legítima quanto a heterossexualidade, tendo em vista que os investimentos libidinais homossexuais estão presentes, mesmo que de forma inconsciente, em todos os seres humanos desde o início da vida.

Este trabalho não pretende esgotar a temática proposta, mas contribuir com reflexões para impulsionar novos estudos sobre a temática. Em frente!

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Maria Edna Silva de; LIMA, Edgley Duarte de; GALVÃO, Lilian Kelly de Sousa. Homossexualidade e a Psicologia: revisitando a produção científica nacional. *Revista Brasileira de Psicologia*. Salvador. v.01, n.02. p.132-144, 2014. Disponível em: <<http://revpsi.org/wp-content/uploads/2014/12/Alexandre-Lima-Galv%C3%A3o-2014-Homossexualidade-e-a-Psicologia-revisitando-a-produ%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-nacional2.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2018.

ANDRADE, Tarcísio. Psicanálise e religião. *Círculo Brasileiro de Psicanálise. Estudos de Psicanálise – Aracaju* – n. 32 – p.181-185 – Novembro. 2009. Disponível em: <<http://www.cbp.org.br/psicanalisereligiao.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2018.

BADINTER, E. XY: Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (1993).

BARBIER, Rene. A pesquisa Ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília. Liber Livro Editora, v.3 p.3-36 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/9610023/BARBIER_Rene_A_Pesquisa_Acao?auto=download>. Acesso em: 4 set. 2018.

BORRILLO, Daniel. Homofobia história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autentica, 2011. p. 16-17. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira.

CATRIB, P.R.V.M. e OLIVEIRA, I.C.S. A cartografia na enfermagem: uma proposta de abordagem metodológica. *Esc. Anna Nery* vol.14 n.2 Rio de Janeiro. Apr./June 2010. Acesso em: 13 jun 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452010000200026>

CECCARELLI, Paulo Roberto. Enfrentamento à patologização e à homofobia. 2011. Disponível em: <<http://www.ceccarelli.psc.br/texts/enfrentamento-a-homofobia.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

CECCARELLI, Paulo Roberto. O que as homossexualidades têm a dizer à psicanálise (e aos psicanalistas). *Bagoas*, Natal, n. 08, p. 103-123. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3368/2718>>. Acesso em: 19 out. 2018.

DIEHL, Alessandra; VIEIRA, Denise Leite; MARI, Jair de Jesus. A CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade. *Debates em Psiquiatria*, São Paulo. p. 20-25 2014. Disponível em: <https://doi.galoa.com.br/sites/-/default/files/rdp/RDP_2014-05_final_site-3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: da luta política LGBT à um campo de governança. *Passages de Paris*. v.7 p. 97-104. 2012. Disponível em: <http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012-/articles/pdf/PP7_artigo10.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

FRANÇA, Maria Regina Castanho. Famílias homoafetivas. *Revista Brasileira de Psicodrama*. São Paulo. v.17 n.1 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932009000100003>. Acesso em: 30 set. 2018.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. *Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro. n.12. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000600003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 out. 2018.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). Edição standard brasileira de obras completas. v. VII Rio de Janeiro: Imago, 1996. P.137-138.

FREUD, S. Os Instintos e suas Vicissitudes. (1915) Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago. 1996. p.123-147.

FREUD, S. O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. (1917) Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.325-339.

FREUD, S. O Mal-Estar na Civilização. (1930) Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. Vocabulário da Psicanálise. 2º Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1992. P. 394.

MAYA, Acyr Corrêa Leite. Homossexualidade: Saber e Homofobia. *Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*. Rio de Janeiro. p. 8-28. 2008. Disponível em: <<http://teopsic.psicologia.ufrj.br/arquivos/documentos/41FAA-6DD54688AFE639B8D6B68642DA.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. Edição 1. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. p.13-25 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt=-BR&lr=&id=Rx0bAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=P7A&dq=minayo+viol%C3%AAncia+e+sa%C3%BAde&ots=Yarh4TUM1e&sig=mHWdyWPgGNE5a6CFmsLNkyt-g4kA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 18 set. 2018.

MOTT, Luiz. Epidemia de Ódio: Violações dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas e Travestis no Brasil. Editora Grupo Gay da Bahia; Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas, 1996.

MOTT, Luiz. Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil, 1999, Salvador, Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

MOTT, Luiz. A Revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*. São Paulo. n.49. p. 40-59. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp-/article/view/32907/35477>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos*. n.2 p.121-161 2009 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2933/293322969007/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro. v.30 n.2. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-85872010000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 1 ago. 2018.

PALMA, Yáskara Arrial; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*. Maringá. v.30 n.4. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400015>. Acesso em: 10 out. 2018.

PSICOLOGIA, Conselho Federal de. RESOLUÇÃO CFP N° 001/99. 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

PSICÓLOGO, Código de Ética Profissional do, -publ. VI Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>> Acesso 14 out. 2018

PSICOLOGIA, Conselho Federal de. Conselho Federal de Psicologia repudia PDC nº 539/2016. 2017. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/nota-de-posicionamento/>>. Acesso em: 12 out. 2018.

QUINET, Antônio. Homofobias psicanalíticas na psicologização do Édipo. *Stylus*. Rio de Janeiro. n.33. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2016000200015>. Acesso em: 23 ago. 2018.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Acesso em: 25 ago 2018. Disponível em: <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>

SILVA, L. L. et al. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface Comunic., Saúde, Educ.*, v. 11, n. 21, pp. 93-103.

SILVA, Antônio Willelberg Freitas da; SOUSA, Leilane Barbosa de. Autoaceitação, aceitação sócio familiar e saúde sexual de jovens homossexuais (Do sexo biológico masculino) no maciço de Baturité. *Repositório UniLab, Fortaleza: EdUnichristus*, ed. 1, v.1 2016 Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream-/123456789/569/1/Antonio%20Willelberg%20Freitas%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro V.65 n.3. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300005>. Acesso em: 1 out. 2018.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. Revista Mal Estar e Subjetividade. Fortaleza v.9 n.2.2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006>. Acesso em: 2 out. 2018.

VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES LÉSBICAS: ESTUPRO E LESBOFOBIA NA CONTEMPORANEIDADE⁶³

Kleire Anny Pires de Souza⁶⁴
Claudia Regina Nichnig⁶⁵

RESUMO

O artigo busca refletir sobre as violências contra as mulheres, em especial em relação às mulheres lésbicas, que estão sujeitas a dupla vulnerabilidade visto que além de serem mulheres tem sua sexualidade marcada contra a dominante; a heterossexual, sendo expostas às práticas violentas chamadas de estupro “corretivo”. Ao refletirmos analiticamente sobre as violências, levando em consideração o caráter político construído num complexo sistema histórico, social e linguístico, o objetivo é pensar não somente como as violências específicas são nominadas, mas também invisibilizadas. Por outro lado, pensar sobre a necessidade de leis específicas, em busca de proteção às mulheres lésbicas vitimadas por violências como o estupro chamado de “corretivo”, o qual, por vezes, é utilizado como instrumento para punir a sexualidade lésbica.

Palavras-chave: Violências contra as mulheres lésbicas. Estupro corretivo. Lesbofobia. Heterossexualidade compulsória.

INTRODUÇÃO

O trabalho pretende discutir as violências contra as mulheres, especialmente as mulheres lésbicas, a partir das teorias de gênero e feministas, que entendem o “feminino” e o “masculino” como construções culturais e não como determinações biológicas. Não fundamentado no biológico podemos desconstruir a ideia de homens teriam impulsos insanáveis que os levariam a cometer violências contra as mulheres, especialmente as sexuais. O que entendemos é que essa suposta permissão para o uso de práticas violentas ou corretivas estão expressas em nossa cultura misógina e patriarcal. Nos ajuda a pensar sobre as diferenças impostas pela cultura quando dispõe o historiador Thomas Laqueur que o gênero, “que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou ‘real’. O gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional.” (LAQUEUR, 2001, p. 19).

Os usos do gênero estão expressos na cultura, e o sexo ou a sexualidade é dado e marcado pela linguagem. Thomas Laqueur mostra que até o século XVII os órgãos sexuais masculinos e femininos levavam os mesmos nomes e, portanto, a não diferenciação sexual, fazia com que a sexualidade feminina poderia ser redefinida, debatida, negada ou qualificada. A partir do século XVII, se passou a diferenciar o feminino e masculino, pois até então não existiam padrões rígidos para definir os corpos e passa a ser negado o prazer para as mulheres e a sexualidade feminina volta-se apenas para a procriação e para a formação da família, colocando a mulher apenas como uma máquina reprodutora, um objeto, um não ser.

O ESTUPRO CORRETIVO

Estupro conforme a legislação penal brasileira significa: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”⁶⁶

O estupro “corretivo” cunhado pelos veículos de notícia, em 2008, passa a agregar sentido diferente do crime de estupro, pois afirma que a violência é perpetrada como forma de correção para uma sexualidade desviante. Eudy Simelane, a atleta de futebol e ativista dos direitos LGBTQI, do KwaThema, África do Sul, após ter sido estuprada, foi brutalmente assassinada, justamente por conta da sua sexualidade (ALFREDSSON, n.p, 2008). O caso de Eudy Simelane, marcar além do estupro “corretivo” também aponta para o Lesbocídio⁶⁷. Dessa forma, o termo estupro “corretivo” se enquadraria no ato de cometer violência sexual contra mulheres lésbicas sob a premissa de

63 Trabalho submetido ao GT 02: LGBTIFobia do Congresso Internacional LGBTI+

64 Graduanda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Integrante do programa de Educação Tutorial (PET), Estagiária Voluntária da Cátedra Unesco. E-mail: kleire@icloud.com

65 Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, no Mato Grosso do Sul, Brasil. É doutora no Programa interdisciplinar em Ciência Humanas da UFSC, na área de Estudos de Gênero. Contato: claudianichnig@gmail.com,

66 Brasil. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23.08.2019.

67 Lesbocídio é quando a prática da lesbofobia chega ao viés da morte da vítima.

“corrigir” sua sexualidade para a considerada normal, a heterossexualidade.

O estupro é considerado um dos crimes hediondos que existe nas sociedades ocidentais contemporâneas, essa violência viola não só o corpo, mas como também o direito à vida, a liberdade, e a integridade física acarretando em traumas que marcam as vítimas para o resto de suas vidas, porém, ele se torna ainda mais cruel quando usado como arma de um sistema punitivista para corrigir a sexualidade considerada “anormal” por esse sistema heterossexual. O estupro “corretivo” é assim nominado por sua motivação, a qual carrega em si uma pretensão de corrigir algo que para o abusador é considerado errado na sua vítima, indo além da violação do corpo, ele viola a existência das mulheres lésbicas e o direito de viver livremente sua sexualidade, do direito de amar outra mulher.

A invisibilidade da discussão da temática nos motivou a escrever sobre o crime. Ademais, a legislação brasileira apenas em setembro de 2018 incluiu como agravante da pena do crime do estupro o fato do estuprador ter sido motivado pela intenção de corrigir a sexualidade da vítima. O que é de extrema necessidade ser questionado visto que o Brasil segundo pesquisas 6 mulheres lésbicas foram estupradas por dia no ano de 2017, em um total de 2.379 casos registrados, segundo levantamento exclusivo da Gênero e Número⁶⁸, a partir de dados obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan, parte do Ministério da Saúde) via Lei de Acesso à Informação. Em 61% dos casos notificados, a vítima foi estuprada mais de uma vez.

Além de mostrar o racismo escrachado da sociedade Brasileira, pois, o estupro corretivo de lésbicas ainda carrega a tripla vulnerabilidade de mulheres negras perante a sociedade com resquício da colonização, onde as mulheres negras são a maioria das vítimas de estupro contra lésbicas. No ano de 2017, elas representavam 58% das vítimas, seguida de brancas (35%), indígenas e amarelas (1%), segundo dados da Gênero e Número.

A necessidade de tratarmos de temas sobre as violências sexuais contra mulheres lésbicas é urgente, ainda mais seguindo os recortes interseccionais de análise, nos levando a pensar as motivações, e a suposta ideia de correção por parte do violentador, bem como a inércia do Estado e das políticas públicas estatais em face dos crimes lesbofóbicos. Também buscaremos discutir o porquê essa prática se mantém presente ainda nos dias de hoje, mesmo com as medidas legislativas que visam reconhecer os direitos das mulheres, principalmente de uma vida livre de violências⁶⁹.

DISCUSSÕES A PARTIR DO CONCEITO DE PATRIARCADO

Mesmo que o crime de estupro tenha recebido modificações ele demonstra que nas sociedades, homens ainda se consideram proprietários de corpos femininos, e as violentam sexualmente mesmo sem o consentimento das mesmas. A história permite expor a separação dos sexos biológicos com margem nas sociedades, que possuem por base o sistema patriarcal como molde da construção do comportamento, um sistema que se originou claramente em cima da dominância sendo a própria palavra significação disso patriarcado vinda do grego *patér* pai, *arkhé*, poder, logo este é seu elemento central a dominância masculina sobre a feminina.

CANELA (2009) aponta que em Roma o termo *stuprum* surge, provavelmente no Século XVIII a.C, pois, na lei romana o crime significava a conjunção carnal ilícita realizada com mulher virgem ou viúva honesta, mas sem o emprego de violência, ou seja, o crime não se manifestava pela violação do corpo da vítima e sim pelo ato de comprometer um “objeto” de outro homem. Já na idade média o estupro ele até mesmo foi aprovado pelo estado, como pontua Silvia Federici (2017) que a legalização do estupro viabilizou um clima totalmente misógino que colaborou para a degradação das mulheres de todas as classes, além de anestesiar a população acerca da violência contra as mulheres.

A historiadora Gerda Lerner (1987) em seu livro *The Creation Of Patriarchy* contribuiu para dar significado ao que é o patriarcado, explicitando que o patriarcado é a manifestação e a institucionalização do domínio dos homens sobre as mulheres dentro das esferas de poder, como a família, o Estado, e o prolongamento desse domínio masculino sobre as mulheres na sociedade

⁶⁸ Gênero e número é uma plataforma que busca dar visibilidade a dados sobre violência, igualdade, e debates de Gênero.

⁶⁹ Dados divulgados pelo site da câmara legislativa brasileira no ano de 2018, onde aponta o aumento da ocorrência de casos de estupro corretivo. Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direitos-humanos/559362-cresce-numero-de-denuncias-de-estupros-corretivos-contra-lesbicas,-segundo-especialista.html>

como um todo. Ela traz também que o sexo masculino ocupa todas as instituições importantes dentro da sociedade fazendo com que as mulheres não tenham acesso a poder algum ficando dessa forma a mercê da dominância masculina.

As mulheres são excluídas do poder e forçadas a serem submissas, as tornam dependente dos homens, considerando também que normas são impostas por homens para controlar as mulheres evitando assim que elas possam reverter essa situação de submissão. No caso das sexualidades dissidentes ou não incluídas na norma, a sexualidade e o prazer feminino estavam voltado a procriação, e, portanto, as práticas sexuais entre mulheres estariam fora da ordem patriarcal, pois, se enquadrava como sexo não procriador.

Se há uma norma heterossexual que impõe a todos os sujeitos as sexualidades dentro da heteronormatividade, e adotada como se fosse natural e ignora as preferenciais sexuais individuais de cada pessoa, é uma imposição social que foi implantada no imaginário coletivo como um fenômeno natural, uma lei divina cristã e obrigatória onde há condenação do oposto disso, e qualquer que difira desta orientação é considerado desviado e depravado. Kathleen Gough, em “The Origin of the family” (1975), para conceber a ideia da Heterossexualidade compulsória, pontuando tópicos que trazem a perspectiva das instâncias onde se encontrariam esse poder masculino, Gough coloca como exemplo negar a sexualidade da mulher, força-las à sexualidade hétero, comandar ou explorar o trabalho feminino, controlar ou roubar seus filhos, confinar o direito de ir e vir, usar como objeto da noção masculina do corpo, restringir o pensamento entre outras formas, pondo assim a mulher apenas como um objeto inanimado em função das vontades dos homens.

Pensando assim, as mulheres lésbicas são totalmente desviantes da norma social, pois, se a sociedade é construída sobre a dominância dos homens, mulheres que se relacionam exclusivamente com mulheres são colocadas como inimigas da sociedade patriarcal, visto que elas contestam com sua existência as normas impostas por este sistema, logo, os agentes do patriarcado tentam corrigir essas mulheres para a norma do sistema usando a violência como meio para alcançar isso.

Ainda sobre o caso Eudy Simelane, uma matéria veiculada no jornal Estadão, foi colhida a declaração com o seguinte teor: “(Os agressores) dizem que elas estão roubando suas namoradas. É um senso distorcido de posse e uma necessidade de proteger sua masculinidade” (Estadão, 04 de julho de 2011). Tal declaração é a demonstração de como o patriarcado é nocivo e cruel com as mulheres que diferem da norma, pois, exprime um pensamento de que as mulheres lésbicas destoa das formas patriarcais de sexualidade são inimigas e ameaça o poder dos homens dentro da sociedade, e qualquer objeção a isso é visto como errado.

A PRÁTICA VIOLENTA COMO BUSCA DE “CORREÇÃO”

Os agressores justificam a violência afirmando que buscavam “corrigir” ou “curar” a sexualidade desviante de sua vítima. Vejamos tal explicação para a afirmativa:

De todas as formas de apagar a identidade lésbica, o ‘estupro corretivo’ se mostra mais odioso, porque consiste em uma prática criminosa na qual o agressor acredita que poderá mudar a orientação sexual da lésbica através da violência sexual. Isto porque, para eles, ao praticarem tal ato, elas vão ‘aprender a gostar de homem. (FIGUEIRÊDO, n.p, 2013)

A desnaturalização da homossexualidade não foi fruto só da condenação religiosa, ela foi instigada até mesmo pela ciência, “No século XIX, o amor entre iguais deixou de ser visto como um pecado e passou a ser encarado como doença a ser tratada” (DIETER, 2012, p. 5). E apenas depois dos anos 90, exatamente em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a questão da homossexualidade da lista de “doenças” e perde o seu sufixo “ismo”.

A heterossexualidade ansiava se distinguir da sexualidade anormal lido como homossexualidade daí por diante, se passa a entender a heterossexualidade em todas as esferas de instituições como sendo a natural e de ordem divina, a influência da Igreja católica colaborou de grande forma neste processo, pois condenar a homossexualidade garantia grande parte de seus interesses como a manutenção de nascimento e novos fiéis e trabalhadores a serviço dela.

A politização e culpabilização das mulheres acerca de sua sexualidade já eram impostas como erro e vergonha desde a idade média, a historiadora Silvia Federici pontua:

[...] centrados nos homens, tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino, destacando que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos — lugares privilegiados — para a implementação das técnicas de poder e das relações de poder. (FEDERICI, 2017, p. 32).

Nesse sentido o clero reconheceu que as mulheres possuíam um poder sexual a qual levava os homens ao pecado, e que era necessário realizar exorcismos e evitar as mulheres e o sexo; transformando a sexualidade feminina em objeto de vergonha e perseguição. Instaurando principalmente tribunais e perseguições a qualquer culto com um número de mulheres. A casta patriarcal alterou totalmente a história das mentalidades no sentido da sexualidade, uma vez que a igreja munida de poder até a contemporaneidade visou perseguir as mulheres as utilizando como bodes expiatórios para seus problemas. Vejamos estudo sobre o tema:

A igreja intensificou seus ataques contra a “sodomia”, dirigindo-os, simultaneamente, aos homossexuais e ao sexo não procriador (Boswell, 1981, pp. 277-86 apud FEDERICI, S; p. 82), e pela primeira vez condenou a homossexualidade, “a incontínência que vai contra a natureza. (Spencer, 1995^a, p.114 apud FEDERICI, S; p. 82).

A sexualidade feminina é considerada um tabu, há séculos ela está sendo punida e colocada como vergonhosa e até mesmo usada para diminuir mulheres, ao se pensar que a homossexualidade nesse contexto de Idade Média também aparece como crime severo, uma vez que, a relação entre mulheres era inútil a procriação em um contexto de baixa densidade demográfica e morte, conflitava com os interesses da igreja, pois precisava dar manutenção de súditos e servos para o trabalho laboral.

Dentro dessa lógica a cultura de estupro e a heterossexualidade compulsória, criam meios que facilitam o surgimento do estupro corretivo como uma maneira de “ajustar” socialmente esta mulher que é “errada”, uma vez que, a sociedade sendo patriarcal e heterossexual, a mulher lésbica é totalmente uma desviante, se tornando duplamente vulnerável, pois está totalmente a margem do “padrão” e da “norma”.

A correção é colocada como “aprender” a gostar das práticas sexuais com homens, ou heterossexuais, transparecendo que as mulheres lésbicas somente praticam sexuais entre mulheres porque não aprenderam de outra forma, e a partir do momento que há uma imposição violenta do sexo heteronormativo as mulheres irão “aprender” a sexualidade correta e desejada, que se destina a procriação, o destino das mulheres.

Não se deve apenas considerar que o agressor seja doente ou mero produto de uma sociedade determinista que o moldou assim, o colocando como doente seria isentar das responsabilidades para com a vítima, e que por mais que a sociedade seja forjada em bases misóginas ele não é um mero produto dela, e sim o criador e possibilitador da existência dela. Se uma das justificativas para as violências perpetradas por homens, seria um impulso sexual desmedido, insaciável ao seu próprio controle. Lynda Birke comenta que essa justificativa:

pode ser usada para legitimar o estupro, a prostituição, o exibicionismo, a promiscuidade masculina e a existência da pornografia [...] as explicações biológicas sugerem, efetivamente, que um homem não é totalmente responsável por suas ações (BIRKE, 1986, p 20-25).

O exercício da sexualidade pelas mulheres é sempre posta como motivo de culpa e sujeita a punição por “cometer um erro”, em que são as mulheres que ocasionam as violências. Nesse sentido o estupro corretivo, pode ser visto como se as próprias vítimas pedissem para serem “transformadas” em mulheres de “verdade”, levando o estuprador a crer que ele no seu papel enquanto homem estaria fazendo algo correto e bom, uma vez que estaria corrigindo algo que está “errado”, no caso da sexualidade da vítima. Em contrapartida temos a desvinculação da culpa dos homens no exercício das violências, pois, o estupro como violência sexual está ligado a um “impulso” sexual incontrolável na maioria das vezes em que ele é notificado.

Partindo da premissa que os homens não são desencorajados a praticar o estupro corretivo, por certo sabem que são munidos de poderes frutos do patriarcado que se expressa em forma das leis do Estado, e que ainda tem em sua maioria detentores do domínio da máquina do estado o sexo masculino. Sendo eles os criadores, aplicadores, e os agentes a serviço das suas leis. Vejamos:

O estado é masculino na visão feminista: a lei enxerga e trata mulheres da mesma forma que homens enxergam e tratam mulheres. O estado liberal coercitivamente e autoritariamente constitui a ordem social segundo o interesse dos homens enquanto gênero—por meio de suas normas legitimizantes, formas, relações com a sociedade, e políticas substantivas [...] A lei, enquanto palavras no poder, escreve a sociedade na forma de um estado e inscreve o estado na sociedade. (tradução livre) (MACKINNON, 1989, p. 644-645).

Segundo o perito criminal Hélio Buchmüller (2016), as punições em casos de estupro são muito menores do que os volumes em que elas ocorrem, as taxas de condenação por estupro no Brasil estão à margem de 1% (um por cento). O que podemos concluir que o Estado acaba sendo um agente omissivo que não toma medidas cabíveis para segurança das mulheres, visto que algumas leis, como a que prevê a Segurança Nacional, traz punições mais severas para a morte de uma autoridade do que para o estupro ou morte de uma mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estupro “corretivo” passou a ser reconhecido como um agravante ou uma qualificação na pena apenas em setembro de 2018 na legislação brasileira, e o fato de não estar expresso que são violências cometidas contra mulheres lésbicas, nos faz crer que o caminho para a visibilidade e a proteção contra essa violência específica e a lesbofobia, ainda permanece à margem de interpretação. A demora do Estado mediante a punição de estupradores e naturalização de violências nas famílias denota que a cultura patriarcal ainda é operante e cria vítimas, todos os dias. A naturalização de estruturas que legitimam as violências e impõem às mulheres a vivência da sexualidade apenas com o objetivo da procriação, e não para a vivência de seus desejos e prazeres. Essas estruturas ainda perpetuam a ideia de que homens possam “corrigir” com uso de força e violências a sexualidade de mulheres lésbicas através do estupro corretivo.

REFERÊNCIAS

- ALFREDSSON, Karin. Eudy Simelane. Cause of Death: Woman. [S.l.] 28 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.causeofdeathwoman.com/eudy-simelane> Acesso em: 17 de abril de 2019.
- BIRKE, Lynda. Women, Feminism and Biology: The Feminist Challenge. Brighton: Wheatsheaf Books. 1986.
- BOSWELL, John (1980). Christian Tolerance and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century. Chicago: Chicago University Press.
- BRASIL. Lei de Segurança Nacional. Lei n 7170 do ano 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm Acesso em: 01 de maio de 2019.
- BRASIL. Código Penal. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm Acesso em: 02 de maio de 2019.
- CANELA, Kelly Cristina. O “stuprum per vim” no direito romano. 2009. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DIETER, Cristina Ternes. As Raízes Históricas da Homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional. IBDFAM. 2012. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/As%20raizes%20históricas%2012_04_2012.pdf Acesso em: 1 de maio de 2019.
- ESTADÃO. Estadão Digital. Homossexuais sul-africanas sofrem com onda de ‘estupros corretivos’. 2011. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias-/geral,homossexuais-sul-africanas-sofrem-com-onda-de-estupros-corretivos,740492> Acesso em: 24 de agosto de 2019.
- FEDERICI, Sílvia. Calibã e a Bruxa. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FIGUEIRÊDO, Ticiane. Lésbicas: invisibilidades e violências. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2013/08/28/lesbicas-invisibilidades-e-violencias/> Acesso em: 01 de maio de 2019.
- Gênero e Numero. No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/> Acesso em: 26 de agosto de 2019.
- LAQUEUR, Thomas. Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará,

2001.

LERNER, GERDA. The creation of patriarchy. Oxford University Press. 1986.

MACKINNON, Catharine. Toward a Feminist Theory of the State. London: Harvard University Press, 1989.

RICCI, Rudá. A Impossibilidade do convívio social sem norma. Revista Mineira de Psicanálise. 1ª edição. 2018.

SPENCER, Colin (1995a). Homosexuality in History. Nova York: Harcourt 456 457 Brace. [ed. bras.: Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999].

CRIMINOLOGIAS QUEER E O ENFRENTAMENTO À LGBTIFOBIA

Ana Claudia da Silva Abreu⁷⁰

RESUMO

A proposta de pesquisa tem como escopo principal expor as possibilidades de desenvolvimento de criminologias queer, ou seja, perspectivas criminológicas que se utilizam das teorias queer para propor novas abordagens a respeito dos objetos de pesquisa próprios da criminologia e também novas formas de pensar a própria criminologia (ressignificar). Para a compreensão dessa proposta Criminológica objetiva-se: demonstrar como a biopolítica impõe aos corpos um padrão de sexo, gênero e sexualidade e como o discurso jurídico penal reforça essa heteronormalização; apresentar a Epistemologia queer e analisar as identidades sexuais a partir das considerações da Teoria Queer; utilizar as contribuições da Criminologia Feminista para demonstrar os limites da Criminologia para então propor o diálogo da Criminologia com as teorias Queer. Por intermédio da análise documental (legislação penal vigente, propostas de Projeto de Lei e decisões dos Tribunais Superiores) será demonstrado que a criminalização à violência de gênero, ao partir da categoria mulher e do sexo feminino como objeto de proteção, não abrange todas aquelas vítimas de violência baseada no gênero que não estejam categorizadas no padrão mulher cis heterossexual. Através de pesquisa bibliográfica, será possível observar que os estudos da Criminologia sobre as identidades e sexualidades periféricas, com exceção da análise dos sujeitos como desviantes e a patologização e criminalização do estranho, ainda são praticamente inexistentes nas pesquisas criminológicas. As Criminologias Queer desafiam o senso-comum teórico criminológico atual, sobretudo no que tange à necessidade de promover a desestabilização das identidades, das regulações sociais, da heteronormatividade e do binarismo sexo-gênero e seu desenvolvimento é fundamental para o enfrentamento à lgbtifobia.

Palavras-chave: Criminologias. Teorias Queer. Criminalização da Lgbtifobia.

INTRODUÇÃO

As criminologias queer apresentam novas formas de pensar a criminologia de forma sensível e atenta às diversidades sexual e de identidade de gênero, uma abordagem até então insipiente nas pesquisas criminológicas uma vez que os estudos criminológicos, quando abordam essa temática, tratam aqueles sujeitos que não estão inseridos em um padrão de sexualidade, como desviantes.

Há uma longa história de criminalização e patologização da homossexualidade e da transgeneridade ou transexualidade no mundo e que ainda não acabou por completo. Mais de um terço dos países ainda penalizam as relações homossexuais consentidas entre adultos no âmbito privado, sem contar as leis que se relacionam aos atos realizados em público. No que tange à patologização, a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade do catálogo de doenças mentais apenas em 1995 enquanto que a transexualidade permanece⁷¹ tipificada como “transtorno de identidade de gênero” no Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM). (MASIERO, 2017, p. 154)

O enfoque proposto no presente artigo avalia a experiência dessas identidades com o crime e com o sistema de justiça criminal através da problematização da criminalização da lgbtifobia.

Para realizar o objetivo proposto, o artigo foi dividido em três partes.

Primeiramente, será feita a análise do discurso penal (e criminológico) como uma prática que exerce uma força compulsória de heteronormatividade, impondo um padrão corporal e de normalidade de sexo, gênero e sexualidade.

Em seguida, partindo do pressuposto de que o discurso de criminalização da violência contra a mulher, que permeia as reivindicações de direitos dos movimentos feministas e a Criminologia Feminista, contribui para a manutenção dos discursos binaristas de sexo e gênero, havendo, portanto, a necessidade de um olhar atento para a tutela das identidades queer. Para tanto, pretende-se realizar uma análise das identidades sexuais com fundamento na Teoria Queer, representada, principalmente, pelas considerações da filósofa Judith Butler, para avaliar as identidades sexuais para além do sincronismo sexo/gênero/ sexualidade.

Por fim, serão apresentadas as criminologias queer com o fim de responder à seguinte questão: em que medida uma proposta de Criminologia Queer realiza a inclusão da população LGBTI nos estudos criminológicos?

⁷⁰ Doutoranda em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professora do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real/Guarapuava-Pr. E-mail: anaclaudia.silva@gmail.com

⁷¹ De acordo com a nova classificação (2018) a transexualidade não é mais considerada um distúrbio mental, estando agora listada na seção de saúde sexual. A partir de então, o que era antes denominado distúrbio de gênero para a ser identificado agora como “incongruências de gênero”.

DISCURSO PENAL COMO UM MECANISMO DE HETERONORMALIZAÇÃO

Quando se propõe a entender heteronormatividade deve-se compreender que a construção de um sujeito feminino ou masculino baseia-se nos corpos, na sua forma de se manifestar e se comportar a partir de discursos normalizadores e reguladores da sexualidade, discursos esses estritamente reducionistas que impõem o padrão binário do homem x mulher, e, da mesma forma, classifica como patológicos e anormais aqueles que não se encaixam nesse roteiro pré-estabelecido, reduzidos à exclusão.

Essa sociedade disciplinar, de vigilância e de controle opera como uma força preocupada com a administração e o cultivo da vida – fazer viver e deixar morrer – como um mecanismo de biopoder, no qual a sexualidade desempenha um papel fundamental. Essas estratégias ou técnicas de biopoder atuante na sexualidade podem ser assim definidas: o controle da sexualidade das mulheres (histeria), a regulação do processo procriativo (métodos contraceptivos); a autoridade castradora da sexualidade das crianças (censura da masturbação) e, finalmente, os desejos sexuais tidos como anormais são categorizados como anomalias (perversões sexuais). (FOUCAULT, 1988, p. 137-138).

Mais especificamente no campo da sexualidade, tanto os discursos médicos quanto os discursos penais, avaliam as diferentes manifestações do desejo como perversões, ora patologizando-os, ora criminalizando-os, ou seja, policiam os corpos impondo uma lógica de dominação. Pode-se pensar o sexo, pelo menos a “partir do século XVIII, como uma tecnologia biopolítica. Isto é, como um sistema complexo de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos, os instrumentos, as máquinas, os usos e os usuários” (PRECIADO, 2014, p.79).

A naturalização da norma heterossexual como a dominante, além de apresentar a diferença como uma anomalia, estabelece privilégios, promove a desigualdade e legitima e potencializa várias formas de violência.

Pode-se apontar, primeiramente, a violência simbólica, através de discursos heteronormativos e de sua naturalização, estabelece-se uma hierarquia inferiorizando-se outra identidade ou orientação sexual. A segunda forma de violência é a institucional, através da qual o Estado atua por intermédio da criminalização das condutas tidas como anormais (relações sexuais entre adultos do mesmo sexo) ou pela patologização das identidades não-heterossexuais. A última forma de violência é a real, ou seja, corresponde aos atos de brutalidade contra o diferente, contra o anormal. (CARVALHO, 2012, p. 154).

O discurso jurídico penal é um desses mecanismos de heteronormalização. Por exemplo, a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/15), ao alterar o art. 121 do Código Penal, considera qualificado o homicídio quando praticado por razões da condição de sexo feminino e estabelece que as razões da condição de sexo feminino ocorrem quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Nota-se, portanto, que a lei, inicialmente, dispõe a proteção ao sexo feminino e em seguida a discriminação à condição de mulher, ou seja, limitou-se a tutelar a mulher. Ao identificar as mulheres tão somente com o sexo (biológico) e não em razão do gênero, deixa de fora uma série de vítimas cuja identidade e/ou subjetividade de gênero é feminina⁷². A proteção penal à mulher no direito brasileiro tem cingido a tutelar a mulher branca, cis⁷³ e heterossexual, mostrando-se insuficiente para a tutela das mulheres que não se encaixam nesse padrão.

Esse discurso jurídico, que produz identidades e dissimula sob a figura da representação, reforça os processos de subjetivação heteronormativos e afasta do gozo de direitos aqueles que não se encaixam na descrição biológica dos sexos e na construção binária de gênero, tais como transexuais, transgêneros, intersexuais, lésbicas, gays, etc. Ao contrário, aumenta a exclusão social desses grupos que não se encaixam no padrão de sexualidade estabelecido nas sociedades contemporâneas – veja-se que a criminalização do feminicídio no ordenamento brasileiro deu visibilidade à violência sofrida pela mulher portadora das características descritas como femininas pelo discurso

72 O projeto original da CPML ao reproduzir o conceito feminista (violência extrema que resulta na morte de mulher) preocupou-se em reduzir ao máximo as possíveis discussões legais sobre o seu entendimento. Já as duas versões posteriores (da CCJ e da Procuradoria da Mulher) ao optarem pela expressão razões de gênero buscaram ampliar o conceito, possibilitando a inclusão de múltiplas identidades de gênero. Por fim, a expressão razões da condição do sexo feminino foi proposição da bancada evangélica para reduzir o alcance da norma e restringir sua aplicação somente às mulheres, assim consideradas enquanto sua condição biológica. A expressão razões da condição do sexo feminino revela uma redução legal de conteúdo (dos estudos de gênero) e uma interferência religiosa. (CAMPOS, 2015, p. 111)

73 Mulher ou homem que foram designados com um gênero ao nascer e se identificam com ele.

biológico, que tem família e casa, bem como vive num meio em que as pessoas conseguem identificar que a sua morte foi por discriminação de gênero. (BORGES, BORTOLOZZI JR, 2016, p. 341).

O discurso penal, portanto, é um mecanismo de heteronormalização que exclui da tutela legal todos aqueles que não se encaixam em um modelo biológico de sexo, na construção binária de gênero e no padrão de sexualidade impostos nas sociedades contemporâneas, tais como transexuais, transgêneros, intersexuais, lésbicas, gays, etc, o que auxilia na perpetuação da violência contra quem se expressa fora das identidades sexuais tidas como normais.

IDENTIDADES QUEER

O termo queer, derivado do inglês, surgiu como uma forma de xingamento, como algo extremamente pejorativo, atribuído àqueles que saíam de um padrão de gênero e/ou sexualidade, como o gay afeminado, a lésbica masculinizada, as travestis, enfim, todos aqueles sujeitos não normalizados segundo um padrão cisgênero heterossexual.

Esse termo pejorativo é pela primeira vez associado a uma escola acadêmica em 1990, quando Tereza de Lauretis, em uma conferência na University of California, utiliza um termo que pudessem ser associado a gays e lésbicas: “um rótulo que buscava encontrar o que há em comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas”. (MISKOLCI, 2016, p. 32).

À medida que a resistência ao termo foi vencida, sobretudo em razão do apoio de pessoas ligadas ao estudo das questões de gênero e sexualidade e por grupos comumente denominados queer, ocorre a sua apropriação pelos próprios sujeitos oprimidos, de maneira consciente e provocadora. Promove-se uma (re)significação ao termo, de xingamento para um modo de pensar e agir que desafia todas as normas regulatórias da sociedade.

Apontam-se duas principais obras paradigmáticas da Teoria Queer que decorrem dos estudos de Foucault: Problemas de Gênero de Judith Butler (1990) e A Epistemologia do Armário de Eve Kosofski Sedgwick (1993). As duas autoras inovam ao focar a sexualidade e questões como a homossexualidade não como problemáticas ou patológicas e sim sob o ponto de vista da indagação de quais mecanismos de poder fazem com que as pessoas LGBTIs continuem sendo vítimas de preconceito e atravessadas pela violência, estigmatização e exclusão.

Judith Butler questiona o pressuposto do feminismo: o sujeito mulher universal enquanto uma construção social e teórica. Para a autora, o conjunto de construtos sociais que hierarquizam as manifestações de gênero como adequadas/inadequadas são responsáveis pela heterossexualidade compulsória, única prática de desejo válida e reconhecida. À heteronormatividade, alia a ideia de performatividade: todos os corpos são fabricados e se criam no âmbito da cultura, tendo as suas realidades construídas discursivamente e de maneira performática, sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos, não sendo sexo, gênero e sexualidade atributos identitários fixos e imutáveis. (BUTLER, 2016).

Deve-se, portanto, “considerar que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 2014, p.31)

A Teoria Queer, para muito além do sujeito mulher do feminismo ou do sujeito gay ou lésbico dos estudos da homossexualidade, empreende uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade das identidades sexuais. Se não há uma identidade fixa não é cabível um movimento que se apoie na identidade, propõe um giro pós identitário nos Estudos de Gênero.

A dominação masculina das mulheres e a rejeição às relações homossexuais são construídas sobre a mesma lógica machista e falocêntrica que inferioriza o homem que não reproduz a lógica da dominação masculina, seja por não apresentar-se como macho ou viril, seja por desejar sexualmente outro homem. Enfim, não há como dissociar a homofobia da violência de gênero, estabelecendo-se, tão somente, pautas centradas no sujeito feminino.

A POSSIBILIDADE DE CRIMINOLOGIAS QUEER?

A construção do conceito de gênero foi libertadora para as mulheres, pois possibilitou demonstrar que a opressão masculina tinha uma causa social (negação de direitos, patriarcado, sistema capitalista, a depender da vertente) e não natural ou biológica. Mais especificamente em relação à violência de gênero, os estudos de da americana Joan W. Scott (1986) revelam que a perspectiva de gênero desvela a diferença entre o social e o biológico, demonstrando como o feminino e o masculino são construídos socialmente nas relações de poder entre homens e mulheres e, dessa forma, a violência contra a mulher é uma espécie de violência de gênero, vez que revela a dominação do masculino e o assujeitamento do feminino.

Não que tange à Criminologia, não se pode ignorar que as teorias criminológicas até então produzidas, centradas em uma lógica androcêntrica, pareciam ignorar as relações de gênero. A Criminologia Feminista representa uma ruptura paradigmática no campo da criminologia, trata-se de uma tomada de posição da Criminologia a partir das relações de gênero. Como bem pontua Soraia da Rosa Mendes (2014, p. 158), “Adotar o ponto de vista feminista significa um giro epistemológico, que exige partir da realidade vivida pelas mulheres (sejam vítima, réis ou condenadas) dentro e fora do sistema de justiça criminal”.

A Teoria Queer, por sua vez, questiona o ponto de partida identitário das correntes feministas, compreendendo o gênero como um discurso de poder que oprime os sujeitos através do binarismo masculino/feminino, de modo a questionar qualquer essencialidade sexual marcada previamente nos corpos. Do mesmo modo, não é possível ignorar que “a noção de ‘sexo normal’ ainda permanece dominante e, como resultado, as Outras identidades sexuais ainda estão sujeitas à demonização é à regulação punitiva tal como sempre estiveram”. (PHOENIX, 2017, p. 167)

Ante os limites da Criminologia Feminista, sobretudo a identificação do sujeito unicamente feminino, e devido ao fato de que os estudos criminológicos sempre trataram a sexualidade de forma deficiente, pergunta-se: É possível uma criminologia queer? Essa aproximação, atenta às diversidades, denunciante de um discurso heteronormativo e preocupada com a efetivação dos direitos humanos atenderia às demandas políticas (positivas e negativas⁷⁴) das pessoas lgbti?

Costuma-se atribuir o insight fundamental da necessidade de uma criminologia queer ao artigo “Perverse criminologies: the closet os Doctor Lombroso”, de Nic Groombridge (1999), no qual desafiou os criminólogos a tirarem criminologia do armário. (MASIERO, 2017, p. 157).

Carrie L. Buist, Jordan Blair Woods e Matthew Ball no artigo: Introduction to the Special Issue on Queer/ing Criminology: New Directions and Frameworks (2013) apresentam as reflexões iniciais sobre o significado da Criminologia Queer. Trata-se de um conjunto diverso de pesquisas, críticas, metodologias e perspectivas da criminologia cujo foco é refletir sobre as experiências e vivência daqueles que estão fora da norma, ainda, de como modo os métodos criminológicos atuais excluem essas pessoas. Os estudos queer abrangem também a análise do modo como a população lgbti é tratada pelo sistema de justiça criminal, bem como as críticas à Criminologia tradicional. Apesar de abrangente, os autores acreditam que essa definição abrange mais adequadamente o significado da Criminologia Queer.

Como se trata de um campo novo dentro do estudo da Criminologia, ainda são poucos os autores que tratam do tema, podendo-se destacar, no Brasil, Salo de Carvalho e Clara Masiero. Fora do Brasil, os principais autores são Nic Groombridge⁷⁵, Carrie L. Buist e Codie Stone⁷⁶, Jordan Blair Woods⁷⁷ e Matthew Ball.⁷⁸

Para Salo de Carvalho a criminologia queer conseguiria transcender a dicotomia de gênero, de modo a ir além da desconstrução do padrão sexista que inferioriza o feminino, mas romper com um ideal de masculinidade hegemônica que subordina as masculinidades não hegemônicas (CARVALHO, 2012).

74 No dia 13 de junho de 2019 o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a criminalização da LGBTfobia, por 8 votos a 3. O STF determinou que o crime de racismo seja enquadrado nos casos de agressões contra pessoas LGBT até que norma específica seja aprovada pelo Congresso.

75 GROOMBRIDGE, Nic. *Perverse criminologies: the closet os Doctor Lombroso*.

76 BUIST, Carrie; STONE, Codie. *Transgender Victims and Offenders of the United States Criminal Justice System and the Necessity of an international journal*.

77 WOODS, Jordan Blair. *Queering Criminology: overview of the state of the field*

78 BALL, Matthew. *Queer Criminology, Critique at the Art of Not Beings Governed*.

A intersecção entre os estudos criminológicos e queer tem muito a contribuir para o pensamento criminológico à medida que abre novas perspectivas de investigação até então pouco ou nada exploradas. (MASIERO, 2017)

Deve-se, porém, ir além, não se trata só de desconstruir o modelo de masculinidade hegemônica e sim questionar qualquer padrão, inclusive aquele de uma feminilidade hegemônica. Pensar em Criminologia Queer é acreditar na desconstrução dos padrões institucionalmente hierarquizados e na luta para eliminar a desigualdade e desafiar as diversas formas de subordinação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Criminologia Queer é uma epistemologia alternativa que trabalha a partir da marginalidade e, sobretudo, questiona o discurso oficial (heteronormativo). A relevância do tema repousa sobre a necessidade de reconhecimento de direitos e proteção penal independente do binarismo de gênero e de uma dada sexualidade. Esse paradigma heteronormativo e de masculinidade provoca a opressão da mulher (misoginia) e a anulação da diversidade sexual (lgbtifobia).

Os estudos das Criminologias Queer são de fundamental importância para que o discurso penal não seja mais estabelecido através desse binarismo homem-agressor/mulher-vítima e sim que se volte a todos os indivíduos que sofrem os efeitos da violência de gênero, independente de sexo, gênero ou sexualidade e se apresente como uma forma de resistência à heteronormalização.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Clara Maria Roman; BORTOLOZZI JR, Flávio. Uma Crítica Foucaultiana à Criminalização do Femicídio: Reflexões Sobre um Direito Pós-Identitário para a Diminuição da Violência de Gênero. Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Curitiba, vol. 61, n. 3, set./dez. 2016, p. 323 -344.
- BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Relatório final. Brasília: Senado Federal, 2013.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade. Trad. Renato Aguiar. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, Judith. Cuerpos que importam. Sobre los limites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CAMPOS, Carmen Hein de. Femicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista. Revista Sistema penal e violência. Porto Alegre, v. 7 n. 1, jan-jun, p. 103-115, 2015.
- CARVALHO, Salo. Sobre as possibilidades de uma criminologia queer. Revista Sistema penal e violência. Porto Alegre, v. 4 n. 2, jul-dez, p. 151-168, 2012.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. A vontade de Saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MASIERO, Clara Moura. Criminologias Queer. (in) Criminologias alternativas. Org. CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres. Porto Alegre: Cana Ciência Criminais, 2017.
- MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia Feminista: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pela diferença. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.
- PHOENIX, Jo. A política da sexualidade: compreensões alternativas das mudanças sexuais e culturais. (in) Criminologias alternativas. Org. CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres. Porto Alegre: Cana Ciência Criminais, 2017.
- PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual. Trad: de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições. 2014.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos pagu. Unicamp – Campinas. n. 28, janeiro-junho de 2007.19-54.

RELAÇÕES ENTRE ATITUDES ASSOCIADAS ÀS DINÂMICAS DO BULLYING HOMOFÓBICO COM AS PREFERÊNCIAS DE APOIO SOCIAL DE ACORDO COM O TIPO DE VÍTIMA

Emerson Vicente da Cruz
Neus Roca Cortés
Marlene Neves Strey

Palavras chaves: Representações Sociais. Atitudes. Bullying Homofóbico.

Em diálogo com a Teoria das Representações Sociais e os estudos feministas, o presente estudo pretende estudar as relações entre a dimensão conativa das atitudes nos papéis associados às dinâmicas de violência escolar homofóbica com as preferências de apoio social de acordo com o tipo de vítimas de bullying homofóbico. Se trata de um estudo descritivo de abordagem dominante qualitativa, que se fundamenta na lógica metodológica e epistemológica dos mixed-methods.

A amostra é composta por 178 adolescentes (50% garotas) de 11 a 16 anos ($M = 13,67 \pm 1,576$) de 5 institutos de Jundiaí (São Paulo, Brasil). A pesquisa teve duas fases: na primeira delas, foram realizados 45 grupos focais, que possibilitaram descrever a dimensão conativa das atitudes em relação ao bullying homofóbico; na segunda fase, com as 178 entrevistas individuais realizadas, foram analisadas as preferências de apoio social das vítimas de acordo com as coincidências entre a expressão de gênero (não normativa e normativa) e as orientações afetivo-sexuais (homo e hetero) e sua relação com as variáveis sociodemográfico.

A entrevista de grupo utilizou novos e atualizados instrumentos audiovisuais que narravam histórias sobre o bullying homofóbico. Os vídeos, produzidos no âmbito da pesquisa, contêm elementos de imagem e conteúdo especialmente projetados para adolescentes e para a situação em questão. Em tais narrativas havia situações de conflito que ocorriam na aula de educação física e no banheiro masculino. Os personagens fictícios reuniram diferentes combinações de rasgos: expressão de gênero vs. orientação afetivo-sexual.

O estudo foi dividido em três partes. A primeira descreve, mediante estatísticas descritivas, as preferências de apoio social de acordo com os tipos de vítimas. Os resultados indicam que essas preferências estão associadas à orientação afetivo-sexual, dado que se opta por apoiar sobretudo as vítimas hétero qualquer que seja a sua expressão de gênero. A segunda examina, com a análise de conteúdo e estatísticas descritivas, a dimensão conativa das atitudes em relação ao bullying homofóbico. Os resultados descrevem 25 atitudes que abrangem dois grupos: homofóbicas ($n = 9$; 76%) e igualitárias ($n = 6$; 24%). As homofóbicas foram divididas em 5 categorias: adaptação à estrutura-cultura homofóbica (40%), inatividade (12%), agressão defensiva (8%), fugir da violência (8%) e amparo social heteronormativo (8%). As igualitárias se organizam em duas categorias: afirmação e promoção do tratamento igualitário (12%) e apoio social equitativo (12%). As atitudes também foram organizadas considerando os papéis associados às dinâmicas do bullying homofóbico: 18 para a vítima (72%), 4 para o/a defensor/a (16%), 2 para a audiência (8%) e 1 para o contexto cultural (4%). A terceira analisa, com estatísticas descritivas e bivariadas, as relações entre a dimensão conativa das atitudes, preferências de apoio social e variáveis sociodemográficas. Os resultados indicam que o apoio social homofóbico é direcionado para ambas as orientações, inclinando-se mais aos personagens hétero; e o apoio social igualitário se distribuem equilibradamente, embora se dirijam mais aos personagens homo. Com relação ao sexo, as garotas propõem de forma mais equilibrada ambos tipos de apoio social, enquanto os meninos propõem o apoio social mais homofóbico. Os meninos quase não mostram intenção de apoiar as vítimas gays.

O estudo conclui que o apoio social é fundamental se a vítima é hetero, que a maioria das atitudes são homofóbicas e atribuída às vítimas e que, sob as peculiaridades do contexto cultural, a orientação afetivo-sexual é mais determinante do que expressão de gênero nas dinâmicas de bullying homofóbico, em especial porque a metrosssexualidade está autorizada entre os adolescentes heterossexuais brasileiros. Os resultados deste estudo podem ser uma contribuição importante no desenho de programas de prevenção e intervenção do bullying homofóbico.

03

**EDUCAÇÃO PARA QUEM:
CORPOS ESTRANHOS,
EDUCADOS,
EXCLUÍDOS NO
AMBIENTE ESCOLAR**

“QUAL A SEXUALIDADE DO SEU CÉREBRO?” EDUCAÇÃO, ARMA FUNDAMENTAL PARA A PROPAGAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ângelo Moraes da Cruz¹

RESUMO

Discursões sobre gênero e sexualidade tem crescido dentro do meio educacional. Principalmente quando questionam a ideia do porque a educação tem dificuldade em argumentar sobre esses assuntos tão delicados. A desestruturação e falta de capacitação dos meios institucionais conservam essa ideologia. Entretanto, isso não é apenas um problema que se remete a falta de diálogo, mais também de caráter cultural. Escritores que já tinham concepções referente a esse tema abordam os principais fatores que podem culminar nesse debate. Medo, é a palavra que pode descrever a atuação de alguns posicionamentos. O acovardamento pode estar ligado ao rompimento das barreiras de gênero, que tem se flexibilizado com o decorrer do tempo. Segundo Weeks, “O corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar. (Weeks, 1995, p.90-91)”.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Sexualidade. Sociedade.

INTRODUÇÃO

“Qual a sexualidade do seu cérebro?” Pesquisar e desenvolver sobre questões que remetem a esse assunto é de um tanto complicado. Muitos podem não saber a resposta para essa pergunta, ou então precisa de um tempo para que a resposta venha a surgir. Mas a formação das ideias sexuais e de gênero partem do pressuposto ao qual crianças e jovens estão inseridos. Diversos fatores podem influenciar para construção da personalidade e de como o indivíduo se identifica em sociedade. A priori, não nascemos com o pensamento voltado para a caracterização de homem e mulher, entretanto, estamos instruídos a fazer coisas extintivas e naturais como, respirar. Através de avaliações baseadas em argumentos adquiridos no Instituto Federal Da Bahia (IFBA) - Campus Santo Amaro, com o objetivo de investigar o juízo de educação, gênero e sexualidade no âmbito institucional. Foi delimitado um recorte para a aplicação dessa pesquisa, baseada em adolescentes entre 15 a 18 anos e descobrir se realmente é relevante o ensino pleitear sexualidade e/ou gênero. A justificativa de tais informações, está patenteado nas suposições de autores que legitimam a compreensão desses fatos. Para erguer e sustentar esse artigo partimos de um horizonte de hipóteses que estejam projetadas em eloquência com as circunstâncias. Iniciamos com algumas críticas, por exemplo, “o por que do dogma de que educação não pode discutir sexualidade e gênero?”, e com isso encarando defesas machistas e científicas, não como uma manifestação natural, mas como resultado da hierarquização cultural. Em tese, a ciência não é “ingênua” ou “pura”, é proveniente e estabelecida a partir das negociações e relações que são disseminadas entre diferentes grupos para obter vantagens pessoais, não havendo, portanto, uma “ciência verdadeira” que não esteja pautada em ideologias e interesses políticos, sociais e econômicos. Outros teóricos tem a mesma perspectiva, demonstram que os temas estão interligados e fundamentam suas teorias em vivências e análises próprias. Contudo, os resultados apresentados na análise de campo, está intrinsecamente ligado ao panorama que é exposto.

METODOLOGIA

Com toda a complexidade e polêmica do assunto, se fez necessário uma pesquisa de campo, estruturada sobre o campus, cujo, eu faço parte. Induzida pelas opiniões e posicionamentos do corpo docente, pedagógico e psicológico da instituição, buscando compreender o fundamento e o porque de ser tão discutido. Foi feito um questionário, ao qual possui três perguntas que se fizeram essenciais para fomentar essa pesquisa. Somando a isso, e sob perspectivas da autora Guacira Lopes, (Doutora em Educação, professora aposentada da UFRS, e escritora de livros que debatem o mesmo tema). A mesma expõe sobre esse ponto em seu livro “Educação, gênero e sexualidade: uma perspectiva pré-estruturalista”, por meio dele foi possível dar continuidade ao conteúdo envolvido, contendo esse embasamento teórico. Ademais, o quadro que se obteve mediante a todo esse processo foi bastante satisfatório e de grande valor intelectual.

¹ Técnico do Curso de Tecnologia da informação do Instituto Federal - BA, angelomoraes0405@gmail.com

DESENVOLVIMENTO

Desde o começo, a escola exerceu e ainda continua com suas ações distintivas. Ela separou sujeitos, com múltiplos mecanismos de ordenamento. Os espaços educacionais delimitam, mais do que deveriam a personalidade e ações naturais de meninos e meninas, rapazes e moças. O processo de “fabricação” de sujeitos se propaga de forma sutil e quase imperceptível. Afinal, é “normal” aceitar que haja separação entre os sexos durante trabalhos em grupo ou filas? E de se esperar diferentes aptidões de acordo com o sexo? Já que caminhamos dessa forma, deveríamos então avaliar esses pupilos de forma diferente? Segundo Guacira Lopes, “se partimos da perspectiva de que a sexualidade é algo “natural”, “ficar sem sentido

argumentar respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído” (LOURO, 1999, p.11).

Uma das autoras que teve material consultado, foi, Bell Hooks escritora negra e insurgente, que em sua obra “Ensinando a transgredir”, descreve sobre um novo tipo de educação, uma educação com prática de liberdade. Para a autora, ensinar os alunos a “transgredir” as barreiras sexuais, raciais e de classe a fim de obter a liberdade deve ser o objetivo mais considerável do professor. Bell Hooks diz, “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi constatado que é papel da escola discutir sobre assuntos referentes a sexualidade. Está claro que não é de hoje que escritores(as) e pedagogas conversam sobre como e explicito a falta de intimidade e apropriação de determinados tópicos. Com todas as informações coletadas é essencial atenuar conversações. Disciplinas ou temas como gênero/sexualidade deveriam estar introduzidos nos currículos e grades, provocando discussões de influência social, tirando suas dúvidas e angústias. Se deve falar sobre as inquietações e repensar os espaços para recreação, onde não haja separações, apesar do crescimento da flexibilização em muitas esferas. Percebeu-se com tudo isso que os adultos temem borrar as fronteiras de gênero. Para eles, isso pode interferir diretamente na sociedade, toda via, se faz necessário, projetos presentes para a desconstrução de ideologias machistas e preconceituosas,

O corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar. Por que outra razão estamos tão preocupados em saber se os desejos sexuais, sejam héteros ou homossexuais, são inatos ou adquiridos? Por que outra razão estamos tão preocupados em saber se comportamento genérico corresponde aos atributos físicos? Apenas porque tudo o mais é tão incerto que precisamos do julgamento que, aparentemente, nossos corpos pronunciam (Weeks, 1995, p.90-91).

Os métodos utilizados demonstram perspicácia e resultados equiparados os que foram consultados. Muitos jovens e adolescentes ainda estão em processo de aceitação, sobre o que são e para além disso,

Deborah Britzman afirma:

“Nenhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada (grifos da autora).” BRITZMAN (1996, p. 74).

A citação acima, assim como o que foi descoberto, repercutem no mesmo espaço, palavras proferidas por aqueles que temos como referência induz o sujeito a uma construção da sua identidade sexual. Isso não significa que essa “construção” não seja volúvel. Ou seja, personalidade é uma estruturação individual e que se deve ser feita sozinho, por meios próprios. A precariedade do sistema de políticas públicas não garante a liberdade de expressão. A sociedade está em constantes e significativas mudanças, as escolas não podem se manter em um regime conservador e patriarcado. A formação pedagógica também possui suas defasagens, durante a preparação dos

docentes, não se pensa em aplicar requisitos que possam estruturar conteúdos essenciais para se pensar em violência sexual e de gênero. Desse modo, a escola, inclusive, deve ser um dos palcos para a realização de discursos, proteção e cuidado. A escassez de argumentações e posicionamento escolar pode trazer déficits consideráveis a futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privatização de conhecimentos que se parecem obsoletos e podem passar despercebidos sem nenhuma consequência imediata é o mais arriscado entre eles. As brechas que vem se postergando ao longo do tempo ainda causam o efeito de muitas evasões escolares. As identidades de gênero se caracterizam a partir da vivência de sua sexualidade. Se acentua como assunto de grandes discussões o termo “gênero”, diversas propostas tem como objetivo intervir no processo de agrupamento humano, sobretudo em ambientes educacionais. Homens e mulheres não são formulados a partir de repressão, mas através de estímulos e relações que induzam o modo de ser ou está, dessa forma, estabelece condutas mais apropriadas. Nas palavras de Foucault, “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”. A resistência seria inerente ao exercício do poder. Foucault (1988, p. 91).

A ideia que se é forjada do pressuposto em que se deve representar separadamente a ideia de masculino e feminino, força, usualmente a prática de discriminação e subserviência. O ambiente de aprendizado que recebemos de legado ao longo dos anos já se apropria de distinções entre os grupos, como por exemplo se faz divergente para ricos e pobres. Novas propostas de educação foram sendo agregadas de forma latente para abonar e projetar assimetria entre os sujeitos. Bell Hooks, em sua obra, diz, que educar com práticas de liberdade implica em: “questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aulas a grupos diversificados de alunos.” (HOOKS, 2017, p. 20). A sala de aula, deve ser construída com a legítima e única voz que pode romper barreiras e perdurar o conhecimento. É o professor(a), ou para resultados mais específicos e igualdade de gênero, vozes múltiplas que perpassam o saber, mostrando através de diálogo que todos tem a capacidade de ouvir e expressar aquilo que toma como verdade demonstrando diferentes perspectivas sobre os saberes.

REFERÊNCIA

<https://pedagogiaaopedaletra.com/resenha-genero-sexualidade-educacao/> acessado em: 31 de agosto de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

HOOKS, Bell (1994). Ensinando a Transgredir - A Educação Como Prática da Liberdade. Nova York/Londres.

BRITZMAN, Deborah P. “O que é essa coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo” Educação e Realidade dezembro de 1995. P. 185– 206.

A AGÊNCIA DO CONCEITO DE BULLYING NO DEBATE BRASILEIRO SOBRE GÊNERO: REFLEXÕES DE UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA

Juliane Bazzo²

RESUMO

Estabelecido como construto científico no final dos anos 70 por Dan Olweus, pesquisador no campo da psicologia na Universidade de Bergen (Noruega), o bullying espalhou-se mundialmente desde então, na função de nomear práticas de intimidação repetitivas entre pares, especialmente nos ambientes escolares. No Brasil, o termo conquista enorme popularidade a partir dos anos 2000. Minha tese de doutorado problematiza etnograficamente como o conceito de bullying vem informando, no cenário brasileiro contemporâneo, a dinâmica dos espaços educacionais, a realização de pesquisas científicas, a elaboração de políticas públicas, a cobertura midiática e a concepção de novos produtos oferecidos pelo mercado. Em todos esses contextos, a noção de bullying, em um sentido foucaultiano, desponta a um só tempo como um conhecimento científico, uma técnica de governo e um mecanismo gerador de novas subjetividades. Nesta comunicação, objetivo refletir especificamente acerca da emergência do conceito de bullying no tenso debate sobre gênero que tem se delineado na realidade brasileira. Para tanto, analisarei a significância da acepção de bullying nas lutas da população transgênero por direitos e contra a discriminação, à luz de uma perspectiva interseccional. No entorno desse ativismo, situo as contradições que permeiam a promulgação da lei nacional antibullying no final de 2015, em meio a sucessivos vetos legais às discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: Bullying. Gênero. Interseccionalidade. Etnografia.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de pensar sobre o governo de corpos, a disposição de fronteiras de segregação e o exercício da cidadania no Brasil contemporâneo, compartilho neste trabalho algumas reflexões de minha pesquisa de doutorado no campo da antropologia social.

Meu estudo etnográfico problematiza a agência do conceito de bullying no cenário brasileiro da atualidade. A acepção de “agência” que utilizo é a de Ortner (2007). Segundo ela, quaisquer atores são dotados da capacidade de agenciamento, porém, em graus diferenciados e imprevisíveis, condicionados às relações de poder de cada universo socio-histórico. Nesse panorama, minha investigação atenta para a atuação do que Becker (2008) define como “empreendedores morais”. Estes são indivíduos, instituições, projetos e documentos responsáveis hoje por agenciar a noção de bullying numa variedade de contextos no Brasil e, dessa maneira, alavancar uma série de filosofias, políticas e práticas.

Sob essa luz, meu trabalho de campo etnográfico, sediado principalmente no estado do Rio Grande do Sul, teve concentração especial no ambiente escolar, no qual a noção de bullying encontra suas origens, como adiante se explicará. Mas não ficou restrito a isso: incluiu também a pesquisa em órgãos públicos, redes científicas e movimentos sociais, como também o monitoramento de conteúdos midiáticos, de produtos de mercado e de documentos de referência, tanto nacionais quanto internacionais, em que o bullying aparece como mote.

De autoria atribuída ao sueco Dan Olweus (2006), professor e pesquisador do campo da psicologia na Universidade de Bergen, na Noruega, o bullying é um construto científico da década de 70. Desde então, esse conceito vem se alastrando mundialmente, na função de nomear agressões de natureza intimidante e repetitiva entre pares nos ambientes escolares. No Brasil, o termo bullying não encontrou uma tradução bem estabelecida no português e se dispersou tal e qual aparece na língua inglesa. Sob essa forma, o conceito experimenta uma vultosa popularização no país a partir da metade da primeira década dos anos 2000. A essa altura, já havia transcendido, aqui e internacionalmente, a aplicação ao universo educacional. Seu mais famoso desdobramento reside no chamado cyberbullying, que consiste no bullying praticado via meios eletrônicos.

Considerada a abordagem de Hacking (2013) para fins de entender como a noção de bullying vem sendo “moldada” no interior de uma “rede de interesses”, é imprescindível considerar o Brasil como um país que vem passando por mudanças ágeis e densas. Nesse escopo, minha investigação etnográfica constatou que a ideia de bullying desponta com significância num contexto sociopolítico bastante particular, delineado pelos governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003, iniciados com Luís Inácio Lula da Silva e continuados por Dilma Rousseff.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Substituta no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: bazzojuliane@gmail.com.

Com sua orientação à esquerda, o Partido dos Trabalhadores, ao chegar ao poder, deixa um histórico status de “oposição” para se tornar “posição”. Um exemplo da legibilidade do bullying a partir desse divisor aparece na comparação das edições II e III do Programa Nacional de Direitos Humanos, lançados em 2002 e 2009 respectivamente. Verifica-se que, no primeiro documento, não há menção a estratégias de enfrentamento do bullying no contexto educacional. No segundo, tais estratégias não somente aparecem, como contemplam o cyberbullying (Brasil, 2002, 2009). Desse modo, a emergência do conceito de bullying na cena pública brasileira vai refletir adesões, restrições e contraposições de diferentes coletivos a novas políticas não só de direitos humanos, mas também de redistribuição de renda impulsionadas nacionalmente por esses governos.

Pinheiro-Machado (2014) advoga que essas políticas promoveram um “movimento sutil das placas tectônicas da sociedade de classes brasileira”. A despeito de tênue, esse choque, de um modo sem precedentes, deixou à mostra abissais desigualdades de direitos e contestou históricos privilégios elitistas. Tal quadro acirrou conflitos que vieram literalmente a dividir uma nação, entre segmentos pró e contra ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, afastada de seu cargo em meados de 2016.

Diante disso, argumento que a etnografia da agência da noção de bullying no contexto brasileiro alinha-se com a premente necessidade defendida por Pinheiro-Machado (2016) de efetuar uma “antropologia do Brasil profundo”. Nas palavras dessa etnógrafa, isso significa “entender como a pessoa moral responde de forma inesperada e, por vezes, contraditória aos processos estruturais mais amplos” (Pinheiro-Machado, 2016, p. 27).

É por meio dessa moldura que compreendo o bullying, no sentido determinado por Foucault (1984), como um “dispositivo” que a um só tempo opera como um saber científico, uma técnica de governo e um mecanismo gerador de novas subjetividades. Quero demonstrar isso mais claramente pela narrativa de situações captadas pela minha etnografia, que conectam o bullying a tensos debates sobre gênero, raça e classe na sociedade brasileira atual.

O CASO DOS COLETIVOS TRANS

Começo com o ativismo dos grupos representados pela letra T na sigla LGBT: travestis, transexuais e transgêneros. Durante minha pesquisa de campo, pude acompanhar o crescimento exponencial das mobilizações desses coletivos, há muito pouco tempo invisibilizados no país. Estrategicamente, esses grupos vêm agenciando uma noção em voga de bullying para denunciar discriminações, violências e riscos de vida que experimentam cotidianamente. Isso acontece num panorama em que esses segmentos, embora parte do movimento LGBT, têm atuado cada vez mais em prol de pautas específicas a seus interesses.

Dentre essas pautas, aparecem a superação de barreiras nos serviços de identificação, saúde e ensino; a aceitação pública do uso de nomes sociais; bem como a adesão das escolas a uma discussão ampliada sobre gênero. Todas essas reivindicações singulares ligam-se ao fato de a alteridade dos grupos T situar-se como radical perante uma sociedade conservadora, que lhes lega segregações mais complexas em comparação aos demais estratos do movimento LGBT.

É preciso assinalar que a projeção do ativismo trans encontra sustentação em marcos políticos inéditos instaurados justamente durante os governos presidenciais petistas. Dentre eles, estão a Lei Maria da Penha, que desde 2006 penaliza a violência doméstica contra a mulher independente de orientação sexual; um referendo de 2011 do Supremo Tribunal Federal à união homoafetiva como entidade familiar; além da Resolução n. 12 de 2015, em que o governo federal assegura a permanência de pessoas trans em instituições de ensino, com garantia de uso de nomes sociais e de banheiros segundo o gênero de identificação.

Assim, fala-se hoje no Brasil em “transfobia” e “bullying transfóbico”, expressões reveladoras de outras facetas de intolerância não tornadas evidentes por seus precursores “homofobia” e “bullying homofóbico”. Não obstante, a agência estratégica do termo bullying pelos coletivos trans pode ser ainda melhor entendida quando se lança mão do conceito de “interseccionalidade”. Nos termos de Crenshaw, essa acepção quer “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

O impacto da interseccionalidade aparece de modo contundente nas palavras que ouvi de

uma participante do I Seminário do Fonatrans - Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras e Negros, que acompanhei na cidade de Porto Alegre (RS), em 2015. Disse ela: “Como assistente social, quando trabalho com sexualidade e educação para a diversidade na escola, tenho um desafio a mais, porque eu sou tudo de ruim numa pessoa só, do ponto de vista desta sociedade: sou preta, trans, gorda e pobre. Mas mesmo assim eu encaro e vou adiante”.

O debate sobre bullying permeava discussões nesse evento e, dessa maneira, a escuta desse relato me abriu os olhos para a versatilidade proporcionada pelo agenciamento dessa categoria. O emprego da noção de bullying possibilita uma economia de explicação na denúncia de violências cotidianas aglutinadas. Sob apoio desse conceito, portanto, têm se tornado inteligíveis e visíveis narrativas de segregação e dominação protagonizadas por indivíduos multiestigmatizados na sociedade brasileira, especialmente durante suas vivências escolares.

Nesse quadro, a população trans negra de estratos socioeconômicos desfavorecidos coloca-se como grupo representativo, mas sem dúvida não está sozinho. Como prova disso, apresento a fala emblemática da liderança de uma religião afro-brasileira durante o I Colóquio Internacional Bullying Submerso: Religião e Etnicidade na Escola, que acompanhei na cidade de Goiânia (GO), também em 2015. Disse ela: “Sofri bullying a vida toda. Até agora, aos meus 53 anos, o bullying faz parte da minha vida, porque sou negra, mulher e escritora de polícia. No bairro onde moro, quando ando na rua, as pessoas dizem: ‘Lá vai a macumbeira’”.

DISSENSOS EM AGÊNCIA

Apesar de sua função “coringa”, a agência da noção de bullying não é, entretanto, unanimemente aceita no interior dos movimentos sociais brasileiros, especialmente em meio às lutas afrodescendentes. Isso fica explícito no título de um livro lançado em 2013, que reúne relatos de mulheres negras sobre vivências de discriminação na escola. Os autores, Brito e Nascimento (2013), chamaram a obra de Negras (in)confidências: Bullying, não. Isto é racismo.

Logo, para estratos do ativismo afrodescendente, a popularidade atual do bullying comporta o risco de encobrir discussões mais amplas sobre a escravidão e o racismo como fenômenos opressores seculares da sociedade brasileira. Esse argumento – assim como se viu no caso dos coletivos trans – também se alicerça na recente conquista de instrumentos políticos capitaneados durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Dentre esses instrumentos, estão o Estatuto da Igualdade Racial de 2010; a Lei de Cotas em processos seletivos universitários de 2012; além da Lei 10.639 de 2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do país. Esses mecanismos favoreceram como nunca antes o defrontar do racismo, embora a prática esteja tipificada como crime desde 1989 (Lei n. 7.716).

As divergências em torno da agência do bullying não param aí, entretanto. Em meu cenário analítico, há ainda quem adapte a ideia de “racismo reverso” ou de “discriminação reversa” para advogar a existência na atualidade de um “bullying reverso”. De acordo com a abordagem de Sobre-Denton (2012), noções de racismo, discriminação ou bullying em forma reversa são acionadas por indivíduos que se dizem estigmatizados por possuírem atributos associados a uma percepção de “branquitude”.

É nesse contexto que situo as falas de uma série de interlocutores de pesquisa para quem eles próprios ou seus filhos teriam sofrido bullying, na escola e em outros domínios, em virtude de poder aquisitivo elevado, indumentária refinada, beleza física ou inteligência no aprendizado educacional. Ou ainda para quem negros, homossexuais e transgêneros se aproveitam de sua condição “minoritária” para se afirmarem como vítimas de bullying e tirarem vantagens de situações.

Perpassados pela agência da noção de bullying, esses argumentos informam bastante bem sobre a intensificação atual de embates históricos no Brasil, mobilizados por atributos de classe, raça e gênero. Conforme assinala Sobre-Denton (2012), tais discursos demonstram com clareza a resistência de segmentos da população em admitir a existência de estruturas de poder e sistemas de opressão, responsáveis por sustentar privilégios para poucos em detrimento de muitos.

Outro exemplo do aprofundamento desse confronto esteve na promulgação em 2015 de uma lei nacional antibullying (n. 13.185), no mesmo momento em que o debate sobre identidade de gê-

nero e orientação sexual foi excluído dos planos norteadores da educação brasileira, em âmbitos nacional, estadual e municipal.

Em resposta a esse paradoxo, a organização feminista Anis Instituto de Bioética (2016) lançou um pertinente desafio nas redes sociais: “Resolva esta charada: as escolas não podem falar de gênero mas a lei as obriga a combater o bullying. E quando o estudante sofre discriminação sexista?”. No atual momento, boa parte da sociedade brasileira não parece disposta a encarar esse questionamento, que pressupõe rediscutir privilégios e ampliar direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta comunicação objetivou demonstrar, de modo sucinto, algumas formas em que o agenciamento da noção de bullying vem derrubando e, paradoxalmente, edificando muros de segregação no cenário brasileiro contemporâneo. A etnografia de conceitos como esse, que deixam os gabinetes para ganhar a boca do povo, me parece fundamental para perceber com mais acuidade como chegamos ao “golpe jurídico-parlamentar” (Souza, 2016) vivido pelo país em 2016, assim como a sucessiva chegada ao poder executivo de um governo de extrema-direita em 2018.

Como assinalou Austin (1975), palavras fazem muito mais que comunicar: elas têm efeitos concretos sobre a realidade. Nesse cenário sociopolítico grave, mais que nunca é preciso atenção para os usos libertários ou autoritários que construtos como o bullying podem ganhar.

REFERÊNCIAS

- ANIS INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO. Bullying nas escolas. Disponível em: <www.vozesdaigualdade.org.br>. Acesso em: 15/02/2016.
- AUSTIN, John L. How to do things with words. Harvard: University Press, 1975.
- BECKER, Howard S. Outsiders: estudo de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 2). Brasília: Ministério da Justiça, 2002.
- BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3). Brasília: SEDH/PR, 2010.
- BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (org.). Negras (in) confidências: Bullying, não. Isto é racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2013.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Introdução. In: História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 07-32.
- HACKING, Ian. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. Cadernos Pagu, n. 40, p. 7-66, 2013.
- OLWEUS, Dan. Bullying at school: what we know and what we can do. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.
- ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam P. et al. (org.). Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. p. 45-80.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. 2016. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o ‘Brasil profundo’ em tempos de crise. R@U, v. 8, n. 2, p. 21-28, 2016.
- SOBRE-DENTON, Miriam S. Stories from the cage: autoethnographic sensemaking of workplace bullying, gender discrimination, and white privilege. Journal of Contemporary Ethnography, v. 41, n. 2, p. 220-250, 2012.
- SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

A ESCOLA PRECISA DE UMA PEDAGOGIA QUEER?

Heros Rodrigues de Moraes³
Christopher Smith Bignardi Neves⁴

RESUMO

A busca por uma educação que contemple a diversidade e comporte as diferenças de gênero e sexualidade parte da formulação de uma concepção de educação menos conservadora e mais crítica a acerca das novas realidades. Os formatos e abordagens pedagógicas são pautados em padrões, normas, dogmas e regras que a pedagogia Queer busca questionar. Entender a escola como espaço de questionamento dos formatos e como responsável por consolidar os estereótipos de certo e errado, daquilo que é recomendado como normal comum e fazê-la discutir aquilo que é desviante disso, tem sido um dos objetivos dessa pedagogia. Ela se recusa aceitar a heteronormatização compulsória como via única e legítima de comportamento e conduta, pois restringi e não comporta parte da sociedade que vem ocupando cada vez mais espaço e visibilidade. Este ensaio teórico traz evidências dessas novas perspectivas.

Palavras-chave: Pedagogia. Professor. Queering. Teoria Queer.

INTRODUÇÃO

Atualmente as escolas brasileiras têm perpetuado formatos pedagógicos que não contemplam os indivíduos nas suas particularidades e fazem o agrupamento com base em pesquisas acadêmicas que melhor produzam comportamentos normatizados e quantitativos. Assim os indivíduos ao adentrarem as escolas, precisam se ajustar as regras, normas, formatos, padrões e sistemas que lhe dê sentido e pertencimento naquele espaço.

Considerando esses fatores, o estudo, a implantação e a discussão da Pedagogia Queer faz-se necessária por abarcar as características que visem desconstruir essas normativas, priorizando as individualidades também no que diga respeito às características de gênero, diversidade sexual e etnias.

A teoria queer, por exemplo, se consolida como corrente intelectual, tendo como uma das fontes filosóficas principais as reflexões de Michel Foucault sobre a sexualidade. Outras de suas fontes importantes foram os trabalhos sobre gênero de Judith Butler e as pesquisas de Eve Sedgwick, pensadoras que interpretam a homossexualidade e a heterossexualidade como construções históricas e sociais, logo, como noções que podem e devem ser repensadas e modificadas. (NINO e PIVA, 2013, p. 501).

Estudar e divulgar uma proposta educacional inovadora faz-se necessária para que novos formadores apliquem princípios e metodologias que atendam todos os tipos de alunos, por meio de processos pedagógicos inclusivos. O estudo do tema é necessário para que se construam conhecimento que fundamente essas práticas, além de propor uma educação que possibilite mudanças em professores e alunos pertencentes ao mesmo estado social.

A pesquisa da pedagogia queer e sua efetivação nas escolas é um desejo dos insatisfeitos com a escola atual, que molda os corpos e mentes dos alunos, e de seus corpos docente, que propaga a produção de maneira involuntária e inconsciente. Abordar a pedagogia queer é fugir dar armadilhas e montar outras, é sair das definições do que é ser homem e mulher, é fugir da padronização da sexualidade, que ajusta todos ao modelo heterossexual, concebendo todos os sujeitos com um desejo único (o sexo oposto). Concebe-se a escola com um espaço que instrui crianças e jovens para um único caminho, caminho este tido como o único a ser percorrido, o caminho correto, e aquele que foge é punido, pois segue algo errado e proibido. Essa escola propaga a homogeneidade, enquanto que a pedagogia queer busca a heterogeneidade das ações.

A resistência de grupos diminuídos e estigmatizados faz com que tenhamos que reconhecer sua existência, bem como aceita-las de maneira natural, como as devem ser. A escola é então um espaço não apenas de propagar o conhecimento acumulado, mas também é um ambiente cultural e político, desta forma acredita-se que a escola é um espaço de lutas, resistências, embates, contradições, afrontas, etc.. Assim, a discussão das relações de gênero e poder permeiam as salas de aula, e devem possibilitar novos significados para o homem e a mulher.

O termo queer, em inglês, além de ser usado como insulto aos gays e lésbicas, refere-se ao que é estranho, excêntrico, diferente, incomum. A teoria que se apropria deste termo como forma de contestação surge em meados dos anos 1980, como parte dos Estudos Gays e Lésbicos de forma a levar ao limite o questionamento sobre a estabilidade de identidades e a heterossexualidade. A obra que marca este surgimento é de "Between Men", de Eve Sedgwick. Neste livro, Sedgwick afirma que a sociedade está baseada na heterossexualidade compulsória (obrigação de ser heterossexual) e na heteronormatividade (todas as relações amorosas/sexuais com referência no casal reprodutivo heterossexual). (FRAGELLI, 2008, p. 42).

³ Professor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e da Secretaria Estadual de educação de São Paulo; E-mail: heros-morais@ig.com.br

⁴ Pedagogo. Coordenador pedagógico na Prefeitura Municipal de Paranaguá. Mestrando em Turismo pelo PPGTUR/UFPR. Bolsista CAPES. E-mail: smithbig@hotmail.com

OBJETIVO GERAL

Por ser tratar de uma temática recente e muitas ideias ainda estarem no campo das ideias, faz-se necessária uma pesquisa sobre as produções acadêmicas e na literatura o que já existe sistematizado sobre Pedagogia Queer- para oportunizar uma educação de gênero e diversidade sexual e quais ações, mesmo que timidamente, veem sendo implantadas nas redes educacionais e outras formas possíveis de se trabalhar nas escolas públicas do país.

Apresentar conceitos, ideias - a partir da literatura acadêmica existente, bem como algumas práticas para atender necessidade de trabalhar junto aos currículos escolares as questões de gênero e diversidade sexual em sala de aula, a fim de abarcar os diferentes públicos das escolas brasileiras. Dentre esses, apontar metodologia que viabilizem e possibilitem aulas, propor discussões, relacionar práticas e projetos que contemplem questões como orientação sexual, identidade de gênero, movimentos sociais e formação de professores para uma escola democrática e inclusiva.

METODOLOGIA

Nas buscas por resultados para atender aos subsídios necessários para implantação e discussão de uma Pedagogia Queer o trabalho será direcionado às leituras que busquem resultados qualitativos dos materiais estudados. Por meio da revisão bibliográfica indicada no recorte de atividades, projetos e atividades que se baseiem em uma pedagogia mais inclusiva sobre gênero, diversidade sexual e etnia.

Quantos as fontes de informação foram usadas livros e artigos acadêmicos como linha teórica para o estudo. Nelas serão enfocados aquilo que se destaca para contemplar a pesquisa sugerida sobre Pedagogia Queer, revisando a literatura existente e já firmada. Os procedimentos de coletas se pautam nas publicações e divulgações acadêmicas de revistas científicas e aquelas que se utilizam de fundamentação necessária.

Sendo a abordagem qualitativa, pretende-se verificar as relações existentes entre o que já existe e o objeto de estudo, bem como as possíveis interpretações e análises possíveis de serem elencadas com a finalidade de ofertar materiais que busquem inspirar novas práticas. Dentre as estratégias as serem usadas para esse fim, destaca-se o uso de um texto descritivo que busque oferecer alternativas para as complexidades do problema de maneira a sistematizar ideias, conceitos e métodos que auxiliem o objetivo da pesquisa.

Por fim, usar os dados encontrados para comparar os dados empíricos e aqueles constatados com a revisão da literatura, unindo-os para fundamentar e embasar algumas sugestões de atividades para situações específicas, mesmo que de forma simbólica.

POR QUE UMA PEDAGOGIA QUEER?

A busca por uma educação que contemple a diversidade e comporte as diferenças de gênero parte da formulação de uma concepção de educação menos conservadora e mais crítica acerca das novas realidades. Os formatos e abordagens pedagógicas são pautados em padrões, normas, dogmas e regras que a pedagogia Queer busca questionar. Conforme nos ensina Nino e Piva (2013) há novas propostas de ensino que corroboram para novas práxis, que contemplem os mais variados desejos, inclusive os sexuais, todos em um currículo, desta forma a teoria queer seria uma “ferramenta teórica e política de emancipação efetiva dos anormais da sociedade heteronormativa” (NINO e PIVA, 2013, p. 504). E mais:

A pedagogia queer foca o processo educacional nas questões de gênero e sexualidade, mas inova ao incluir sujeitos não normativos nessa perspectiva e rechaçar uma visão binária de poder, conhecimento, sexualidade e gênero. Queer é uma teoria e uma política pós-indenitárias, causada pelas novas demandas do movimento LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), influenciada por análises sobre a crise da Aids nos EUA dos anos 80 e pelas teorias pós-estruturalistas de Foucault e Derrida (Louro, 2001; Talburt; Steinberg, 2007) (RODRIGUES p.740).

Entender a escola como espaço de questionamento dos formatos e como responsável por consolidar os estereótipos de certo e errado, daquilo que é recomendado como normal ou comum e fazê-la discutir aquilo que é desviante disso, tem sido um dos objetivos dessa pedagogia. Ela se recusa aceitar a heteronormatização compulsória como via única e legítima de comportamento e conduta, pois restringi e não comporta parte da sociedade que vem ocupando cada vez mais espaço e visibilidade e participando das relações de poder que se estabelecem nesse terreno.

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (LOURO, 2001, p. 550).

Uma dessas ideias é não conceituar as minorias como inferiores, mas sim como as menos ouvidas e muito silenciadas dentro das escolas e demais projetos de educação. Não se contempla aquilo que subverte, que contesta, que burla, que questiona, que duvida, que estremece as verdades absolutas construídas ao longo dos séculos e que vem sendo questionadas desde metade do

século XX iniciado pelos Movimentos Negros, Populares, LGBT, entre outros.

Para melhor entender essa teoria, temos também aqui de recorrer à história, mais exatamente à segunda metade do século XX, época em que ocorre o nascimento de novos movimentos sociais, como o movimento pelos direitos civis dos negros do sul dos Estados Unidos, a segunda onda do movimento feminista e o movimento homossexual. Esses movimentos reivindicavam fundamentalmente dignidade e respeito da sociedade. Com isso revelaram que a sociedade burguesa era muito mais ampla e complexa do que a velha distinção sociológica e marxista entre burgueses e proletários. Em outras palavras, esses movimentos mostraram que a desigualdade ia muito além das injustiças econômicas e de classes (NINO e PIVA, 2013, p. 502). Pelas lutas e inclusões de temas como gêneros, cultura, economia e etnia dentro dos currículos escolares e que vem se consolidando um novo formato que também não busca ser rígido, determinadamente e como única ferramenta de mudança de paradigmas. Fragelli (2008) no remete o conceito de que a pedagogia queer contribui para formar um sujeito sem seguir um modelo ideal, pois o sujeito da pedagogia queer é por si incompleto, logo, a pedagogia queer não pretende ter objetivos e propostas estáticas, bem como não estabelece um currículo que induza o sujeito a ações adequadas, dessa forma, nada mais é do que uma pedagogia que não se engessa, não se enquadra, não estipula mente e corpos, mas sim uma práxis para transgredir as formas estipuladas de se agir e pensar.

“‘falamos’ a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconheçam nessa posição-de-sujeito, sujeitos queer. Tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização, a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência.” (LOURO, 2004, p. 52).

As escolas com uma proposta pedagógica Queer tem por princípio ampliar as possibilidades de ser e de viver das pessoas a longo do seu contato com o mundo e modificar o que está posto. Nela, busca-se desestabilizar as certezas para que se entenda que as diferentes identidades se constroem socialmente e que há uma necessidade de colocar nos currículos escolares esses saberes e vivências.

À primeira vista, pode parecer remota a relação entre a cultura popular e a pedagogia aplicada à sala de aula. A cultura popular é organizada em torno do prazer e da diversão, enquanto a pedagógica é definida principalmente em termos instrumentais. A cultura popular situa-se no terreno do cotidiano, ao passo que a pedagógica geralmente legitima e transmite linguagem, os códigos e os valores da cultura dominante. A cultura popular é apropriada pelos alunos e ajuda a validar suas vozes e experiências, enquanto a pedagógica valida vozes do mundo adulto, bem como o mundo dos professores e administradores de escolas (MOREIRA e SILVA, 2001, p. 96). Transformar essas ideias em ações tem sido o desafio daqueles que entendem a educação como veículo que legitima e constata aquilo que deve ser seguida e respeitada. Sobre essa ideia Silva (1999) afirma que:

...tal como o feminismo, a teoria queer efetua uma verdadeira reviravolta epistemológica. A teoria queer quer nos fazer pensar queer (homossexual, mas também “diferente”) e não straight(heterossexual, mas também “quadrado”): ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. (...) O queer se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar queer significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia queer é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa. (SILVA, 1999, p.107)

Considerando as ações pautadas em referenciais institucionais, professores e professoras devem valer-se desses referenciais para sustentar e possibilitar subversões que incluam, legitimem deem visibilidade aos grupos não previstos.

Algumas dessas ações são orientadas pelos Parâmetros curriculares Nacionais para o tema Orientação Sexual, elaborado pelo Ministério da Educação nos idoso de 1998. A escola deve ter como parte do seu currículo a promoção de experiências, bem como abarcar as experiências já vividas pelos seus alunos, busca-se dessa forma o pleno desenvolvimento do conhecimento. A escola tem significância mor na sociedade, e deve desenvolver atividades ligadas à saúde, à sexualidade, ao bem estar, ao prazer, fazendo com que os alunos percebam a diversidade que é a humanidade (BRASIL, 1998).

É a partir da vivência das crianças e jovens, no ambiente familiar e escolar, que se desenvolve o conceito de ser menino e ser menina, identificando seu corpo e seu gênero. A escola deve então entender que a diferença dos sexos, não deva ser a prioridade ou a exclusividade do assunto, mas também ressignificar o que é ser homem e mulher na sociedade, para isso a escola deve adentrar no campo das orientações sexuais, destituída de preconceitos e dogmas (principalmente os de cunho religiosos).

A construção do pertencimento a este ou aquele gênero se dá pela forma como são tratados, meninos e meninas, até pelas expressões de suas sexualidades que advém dos padrões da sociedade em que estão inseridos. Estes padrões impostos, conhecido como heteronormatividade,

são reproduções do que se crê ser o correto, e culturalmente imposto, iniciando pelas diferenças de sexo, denominando a mulheres determinadas funções, e a homens outras; muitas vezes esse conhecimento, ou essa aquisição social, é transmitida no ambiente escolar, é o que denominamos de relações de gênero, e saber dessas diferenças, desta imposições, e deter este conhecimento é fundamental para o desenvolvimento sadio da criança (BRASIL, 1998).

Por esses saberes entendemos que a legitimidade de abordagem dos temas relacionados à sexualidade e ao gênero se torna alvo de trabalho com urgência dentro da pedagogia Queer, por eles se tornarem padrões oriundos da forma como esses temas são tratados em sala de aula.

Sendo assim, se começar ofertar um currículo que aponte a inclusão de temas polêmicos, que desenvolva atividades que não reforcem apenas os conhecimentos construídos e pautados na ideia binária, com atividade e projetos que tragam as culturas existentes nos guetos como objeto de análise e de novas possibilidades válida de manifestação e com a inclusão do histórico da diversidade nos cânones oficiais e acadêmicos para assim iniciar-se uma nova fase.

Quando presenciamos o espaço escolar já notamos que os sujeitos nele inseridos estão separados, inicialmente por quem esta dentro da escola (onde as atitudes devem ser uma) e por quem esta fora da escola (onde há o imaginário de que possa ser feito de tudo), depois ocorre outras separações, os adultos das crianças, os maiores dos menores, meninas separados das meninas, ricos em um grupo e pobre em outro, depois disso vem à delimitação do espaço, sala do os professores (local restrito aos alunos), sala da equipe pedagógica, banheiro de meninos versus banheiro das meninas (FRAGELLI, 2008).

Nessa delegação do local onde cada um ocupa, professores e professoras detêm seus ambientes de atuação, ficando fortemente designado os seus posicionamentos enquanto formadores. A presença de um professor do sexo masculino no ciclo de alfabetização ou séries iniciais já é uma ruptura e manifestação da pedagogia queer, por se tratar de um espaço até então considerado apenas feminino, pode-se ir além a presença de um homem no ambiente escolar é de estranheza. “Não posso esquecer que os homens, agentes sociais produzidos pelas circunstâncias e pela educação são eles mesmos, os que modificam aquelas circunstâncias e a própria educação” (SANFELICE, 1998, p. 90).

Estes professores e professoras ao se apresentarem, fornecem padrões em seus corpos como, por exemplo, uma professora de cabelo curto e que não use saias no seu dia-a-dia ou um professor de cabelos longos e cacheados que use roupas de cultura afro-brasileira. A forma como eles apresentam os conteúdos, a relação que estabelecem com seus alunos e quais fundamentações usam nos seus discursos são de suma importância. Estas manifestações podem e devem ser questionadas como sugere Sanfelice (1998):

Por que, nas salas de aula, não se ensinou sempre os mesmos conteúdos? Por que não se utilizou sempre os mesmos métodos de ensino? Por que os conceitos de ensino e aprendizagem sofreram várias alterações através dos tempos? Por que os conceitos do que é ser professor ou aluno, também foram se transformando? Mais ainda: por que os objetivos pedagógicos visados pelas atividades desenvolvidas em sala de aula foram passando por explicações teóricas e normativas tão diversificadas? Além de tudo, por que diferentes ideologias se fizeram portadoras de propostas pedagógicas para a sala de aula? (SANFELICE, 1998, p. 88).

Dentre as práticas possíveis existem aquelas que visam organizar os grupos como nomes “Grupo A e GRUPO B alternando a seleção em uma sequência e não como de costume, grupo de meninas e meninos, trabalhar com cores que não o rosa e o azul, mas o verde e o amarelo, propor nomenclatura de banheiros que não masculino e feminino, mas sim por cabines/banheiros 1, 2, 3, questionar e ampliar as discussões sobre as ilustrações durante as explicações de um conteúdo do livro didático. Todas essas também são práticas que atuam no sentido queer de ensinar.

O grande desafio está em criar ações que materializem os conceitos apresentados neste estudo. Uma proposta é que a escola possibilite momentos criativos e experienciados de aulas Queers.

Por que uma pedagogia queer? Para introduzir na pedagogia e na educação a dúvida e a incerteza em relação à norma disciplinar quanto aos saberes e aos corpos. Isto é, para dilacerar os limites do pensamento e pensar o impensável. Por que na escola? Porque na escola, em nome da racionalidade e da ciência, se produziu uma história de normalização, exclusão e violência em torno dos saberes, dos corpos e dos sujeitos. (CEZAR, 2010, p, 352)

Seguindo esse pensamento a escola deve se posicionar por meio de uma visão pautada no respeito, na laicidade e contra todo e qualquer preconceito ou discriminação. Exemplos disso são aulas, atividades que visem ações propositivas desde a compra de materiais e objetos que não sejam marcados por gêneros ou até mesmo cores até a forma como a orientação profissional se dá para as crianças possibilitando a reflexão utilizando-se das possibilidades, variedades e pluralidades.

Atividades essas que em que os estudantes percebam não apenas aquilo que é oferecido como legítimo, normal, sadio ou adequado para as pessoas só porque foi à forma encontrada e marcada historicamente pelos modelos.

Mora dentro dessas aulas e projetos compartilhados e interdisciplinares, diferentes padrões, visto que muitas vezes eles serão questionados, até serem legitimados por contemplar parte da sociedade que não se identifica apenas naqueles que são apresentados.

Uma indagação sobre o acontecimento da diferença nas escolas pressupõe um conhecimento das disposições de professoras e professores, por não saberem mais as respostas, além do desejo de realizar novas perguntas. Esse movimento implica adentrar em territórios sem mapas, isto é, sem as conhecidas verdades sobre os sujeitos – o louco, o doente, o delinquente, a histórica, o homossexual, o transexual (CEZAR,2010 p.361).

A escola deve incentivar o uso de diferentes linguagens como performances, trechos de vídeos, obras de arte, peças publicitárias, debates entre outras ferramentas que abordem as violências de gênero, machismos, cissexismos, Lgbtfobia e demais manifestações de preconceito e discriminação dentro dos ambientes escolares e na sociedade. Através delas, desestabilizar os cânones oficiais de gênero e sexualidade que são impostos dentro dos ambientes de aprendizagem. Bem como oferecer práticas que levem o aluno e a aluna a refletir e construir suas relações com outro de maneira a perceber com tranquilidade a presença de mulheres dirigindo uma carreta cegonha e homens exercendo a função de babá com tranquilidade. Ou seja, a presença de ambos os sexos nas mais diversas funções do cotidiano.

Às escolas cabe o papel de se posicionar frente às situações de violência, se indignar e questionar essas manifestações, ter claro a sua função enquanto instituição pública, formar sua equipe escolar, buscar parcerias com movimentos sociais sem se distanciar das suas atribuições, não se omitir enquanto representante do estado, fundamentado suas ações na responsabilização de atos de violência e dar os seus encaminhamentos legais, inibindo-as dentro de seus espaços. Cabe ainda à escola abrir um canal de atuação para que os jovens ajam de forma protagonista, por meio dos grêmios e demais grupos e movimentos a serem estimulados e principalmente empoderar aqueles e aquelas que ali frequentam de seus direitos enquanto cidadãos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas, segundo a pedagogia Queer, passariam a ver os sujeitos como parte do processo que compõe a cultura social, e não apenas como ele sendo um fruto dela. Isso ajudaria a compreender as ambiguidades contidas nos gêneros, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais. Isso faria com que todos e todas se apropriassem da construção da cultura, dos saberes e da educação para a contemporaneidade.

Professores e demais profissionais da educação fazem a suas contribuições quando acertadamente oferecem atividades que trabalhe com exemplos que choquem a visão cartesiana dos padrões. Com a abordagem e discussão, se constrói mais tolerância e integração. Trazer para o campo da pesquisa e análise personagens que transgridam os conceitos de gênero e sexualidades, não como modelo a ser seguido, mas como um exemplo de possibilidade existente.

Uma atividade possível e questionadora é o trabalho com a moda criada nos anos 70 que implantou as roupas unissex. Trabalhar o que historicamente vem sendo apontado como sendo masculino e feminino ao longo da história, e as contribuições que foram feitas para que esse termo fosse usado nesse contexto.

Outra atividade é propor que as filas e formas de organizar os grupos sejam diagramadas para contemplar as diferenças e diversidades. Nessas atividades prever a existência de alunos negros, de diferentes nacionalidades e não proporcionar o ocultamento dessas marcas sociais. Ao escolher atividades, cores, forma como conduz a divisão dos grupos buscar refletir como e quando elas reforçam as características dos grupos de meninos e meninas, e como o professor está ensinando, por meio dessa pedagogia, reforços da postura mais Queer.

Em particular, como professor e em 15 anos de magistério, tenho visto muitas práticas que já são consideradas Queers, sem que colegas tenham consciência desta pedagogia. Isso se dá quando os educadores consideram as diferentes feminilidades e masculinidades apresentadas por alunos oriundos de novas educações familiares e diferentes formatos de família, ao considerar ainda a etnia, a classe social e diferentes concepções religiosas das crianças que chegam aos bancos escolares.

Quando professores e professoras planejam suas atividades considerando estes aspectos, bem como as diferentes sexualidades, já contribuem para uma oferta de educação mais equiparada e inclusiva e acolhedora fazendo com que a aula dê sentido frequentar estas instituições.

No demais a pedagogia Queer, na prática nada mais seria senão carregar suas marcas, assim como os corpos, para os contextos formadores e acadêmicos, para com naturalidade, se transformarem em cultura e por fim suavizar as marcas de violência institucional que se pratica ao apresentar modelos com os quais parte da sociedade não se reconhece.

REFERÊNCIA

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CÉZAR, Maria Rita de Assis. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia. ETD - Educação

FRAGELLI, M.C.B.. A educação enquanto prática transgressora: Pressupostos e possibilidades da teoria queer. Monografia. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2008.

LOURO, G. L. Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001 .< <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em 27 Jan. 2016.

NINO, A.; PIVA, P.J.L.. O cotidiano escolar e os impactos da teoria queer face à pedagogia heterossexista. In Sapere Aude – Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.501-505 – 1º sem. 2013.

RODRIGUES, Gabriela de Andrade. Pedagogias queer e libertária para educação em cultura visual. Educ. Pesqui., São Paulo v. 36, n. 3, p. 735-745, Dec. 2010 Disponível em:. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022010000300006>>. Acesso: 27 Jan. 2016.

SANFELICE, J. Sala de Aula: Intervenção no real. in MORAIS, Regis de (Org). Sala de Aula: que espaço é esse? Papirus, Campinas-SP 3ªEd, 1998.

SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE E VISIBILIDADE DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MEIO ACADÊMICO: A PROSTITUIÇÃO COMO ÚNICA SAÍDA DE SOBREVIVÊNCIA

Iago Vinícius Waltrick⁵
Luiz Herculano de Sousa Guilherme⁶

RESUMO

Este trabalho tematiza a falta de representação e visibilidade de pessoas travestis e transexuais no meio acadêmico brasileiro. A discriminação rouba dessas pessoas a oportunidade de estudo, visto que, este meio é onde ocorre discriminação, ameaças e bullying, fazendo com que leve a evasão educacional dessas pessoas. Estima-se que cerca de noventa por cento de travestis e transexuais do país sobrevivam da prostituição, além disso, pesquisas mostram que o país concentra oitenta e dois por cento de evasão escolar, fazendo muitos nem chegarem às universidades, trazendo mais vulnerabilidade ainda e aumentando os altos índices de violência. Este é um dado alarmante uma vez que, essas pessoas devem ter o direito como qualquer outra pessoa de fazer uma graduação em uma universidade. Infelizmente a realidade das poucas pessoas travestis que entram em uma universidade é a desistência do curso, o preconceito e a intolerância de colegas e professores lhes obrigam a esta fuga do ensino superior. Em um país onde se mata mais travestis e transexuais do mundo, onde paralelamente ocorre a maior taxa de desistência das escolas e(ou) universidades, é um tema que precisa de visibilidade o mais rápido possível, a educação muda vidas, quebra barreiras, abre portas e pode fornecer a estas pessoas dignidade, formação e profissionalização tirando-as das ruas onde correm grandes riscos de serem mortas ou dizimadas. É uma pena que a realidade de uma transexual que vive de prostituição vai para o trabalho todos os dias sem saber se volta para casa com vida, por isso a importância de trazeremos estas pessoas para o meio acadêmico. Esta pesquisa está em desenvolvimento e continuará.

Palavras-chave: Travestis. Transexuais. Universidade. Prostituição. Representatividade.

INTRODUÇÃO

Travestis são pessoas que ao nascer foram designadas do sexo masculino, porém ao decorrer de sua trajetória de vida, construíram uma identidade do gênero feminino, fazendo com que se tornem mulheres. A sexualidade sempre foi tratada como um “pecado”, segundo Foucault (1976, p.14)

Seria legítimo, certamente, perguntar por que, durante tanto tempo, associou-se o sexo ao pecado — e, ainda, seria preciso ver de que maneira se fez essa associação e evitar dizer de forma global e precipitada que o sexo era “condenado” — mas seria, também, preciso perguntar por que hoje em dia nos culpamos tanto por ter outrora feito dele um pecado? Através de que caminhos acabamos ficando “em falta”, com respeito ao nosso sexo?

Quase não se vê pessoas transexuais em escolas, tampouco em meios universitários, partindo disto, surge a pergunta: Por quê? ou seja, por que travestis e transexuais foram/são apagados do ambiente acadêmico?

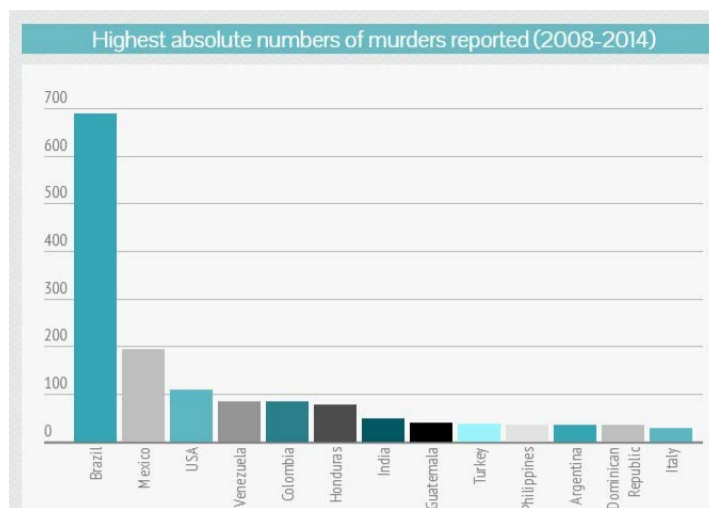
Muitas travestis nem chegam a terminar o ensino fundamental, pois são alvos de ameaças, preconceito e intolerância, quem dirá entrar em uma universidade. Em um país com o maior índice de assassinato de travestis, aquela que alcança o ensino superior é uma vencedora, uma batalhadora que transpõe muitas barreiras e obstáculos em vários campos. A Pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chegou ao resultado de que o Brasil concentra, aproximadamente, 82% de evasão escolar de pessoas transgêneros, levando-as, diretamente, para a prostituição, pois precisam sobreviver e, para isso, necessitam de subsídios.

Infelizmente a grande realidade da maior parte das travestis que vivem da prostituição no Brasil, é um sentimento de incerteza, não sabem se, ao sair para trabalhar, voltaram vivas. O brasileiro é o povo que mais mata transexuais no mundo.

⁵ Graduando do curso superior de tecnologia de Design de Moda no Instituto Federal de Santa Catarina e-mail: iagowaltrick@icloud.com

⁶ Doutorando em Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro e docente de Língua Portuguesa do IFSC – Campus Gaspar e-mail: luiz.herculano@gmail.com

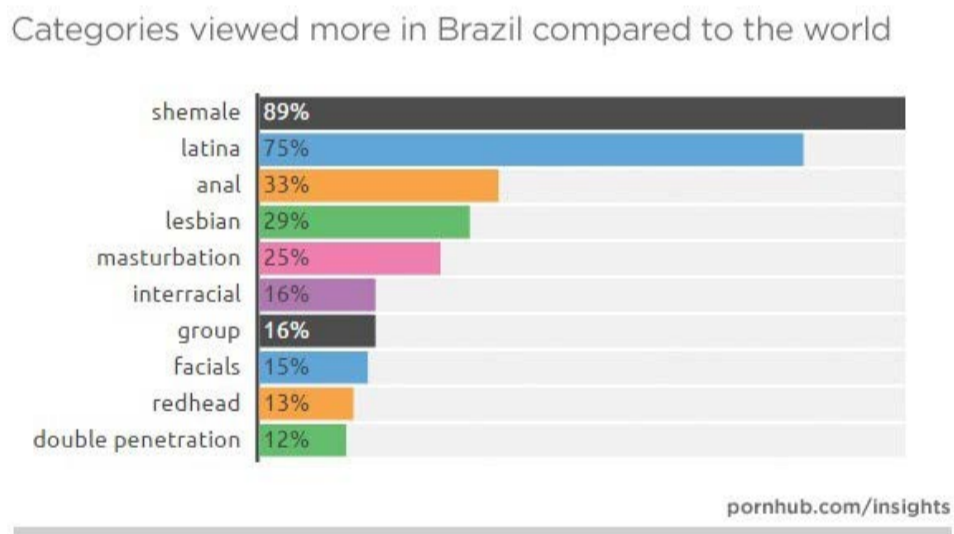
Figura 1: Número de assassinatos de pessoas transexuais por país (retirada de <https://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>).



O primeiro colocado no ranking é o Brasil, que tem 3 vezes mais casos do que o segundo lugar, o México. Paralelamente aos assassinatos, o Brasil é o mais que mais acessa conteúdo adulto na internet com travestis, como mostram os dados do site Pornhub, de conteúdo adulto. Esta então, escancarada, a hipocrisia, a marginalização e a sexualização de pessoas trans visto que, o país é primeiro lugar em assassinatos mas também em acesso à vídeos pornográficos, deixando claro que travestis são usadas só na hora do prazer como algo secreto, comparando-as à bonecas infláveis. Para Foucault (1988, p.75).

Porque o sexo é assim tão secreto? Que força é essa que, durante tanto tempo, o reduziu a silêncio e mal acaba de ceder, permitindo-nos talvez questioná-lo, mas sempre a partir e através de sua repressão? [...] Convém, portanto, perguntar, antes de mais nada: que injunção é essa? Por que essa grande caça à verdade do sexo, à verdade no sexo?

Figura 2: Categorias de maior visualização no Brasil comparadas com o mundo. (retirada de <https://www.pornhub.com/insights/redtube-brazil>).



Neste trabalho, trazemos como embasamento teórico as definições de Foucault (1988) sobre a história da sexualidade, Rayara (2017), a primeira travesti negra a obter o título de doutora na Universidade Federal do Paraná, utilizamos como material de estudo a sua tese de doutorado que trata da (r)existência de LGBT's na educação, Moscovici (2015) como um investigador da área de psicologia que trata das representações sociais, e por último trazemos Maria Berenice Dias (2014), como fundamentação da área do direito para reafirmar, por meio de leis, os direitos LGBTI.

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE

Um fator preponderante e que serve de incoação para a linha de raciocínio é compreender a importância de travestis se sentirem representadas no meio em que vivem, e, ainda mais, em outros meios. Por exemplo, quantas travestis você já ouviu falar que são advogadas? Quantas travestis você sabe que são médicas? Quantas travestis você tem o conhecimento de que atuam em altos escalões do governo? Agora, quantas travestis você já viu se prostituindo?

A representatividade, hodiernamente, tornou-se um mecanismo muito importante para todos

os povos, em especial para as minorias, que raramente se veem representadas no topo das pirâmides sociais. Representatividade não se trata só de saber que existem pessoas na mesma condição que você em altos cargos, mas sim de saber que você também pode chegar lá. Moscovici (2015, p. 216) aponta que representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa [...]. É portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva [...].

Como já dito anteriormente, sentir-se representada muda toda a trajetória de uma vida, por isso a importância de trazeremos travestis para o meio acadêmico tanto como forma de lhes garantirem dignidade humana, quanto como forma de representação para outras pessoas. Vale também ressaltar a importância do conhecimento e do saber para que essas instituições de ensino possam, sem medo e preconceitos, abraçar estas discrepâncias, principalmente as que envolvem gênero e sexualidade, visto que, o discurso da heterossexualidade, machista e tóxica enraizado na sociedade, invisibiliza LGBTQs principalmente em meios acadêmicos e sociais.

O que se faz hoje com pessoas transgêneros pode-se tranquilamente comparar ao que Hitler fez com os judeus, diferenciando-se apenas o século e o tempo. Heterossexuais são vistos como modelo para os demais, com o intuito de encaixar todas as pessoas neste molde. Como afirma Megg (2017, p.172) em sua tese.

Incluem-se nesse modelo padrões de conduta inspirados na cis heterossexualidade e na branquidade hegemônica, denunciados como opressores pelos movimentos negros, movimentos feministas, ativistas lésbicas, ativistas travestis, ativistas mulheres e homens transexuais, brancos/as e negros/as.

TRAVESTIS NO SEU DIREITO DE OCUPAR O ÂMBITO EDUCACIONAL

Quando se fala dos direitos de pessoas LGBTQI paralelamente à educação, Maria Berenice Dias cita em seu livro o estatuto da diversidade, reforçando que : “ Os professores devem ser capacitados para uma educação inclusiva, bem como ações com o objetivo de elevar a escolaridade em face da identidade sexual dos alunos ou de pais , a fim a evitar a evasão escolar.” (DIAS,2014, p.173).

No artigo 62 do estatuto da diversidade, está explícito que “ em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, bem como nos cursos superiores, é assegurado aos transgêneros e intersexuais, desde o ato da matrícula e a qualquer tempo, o uso do nome social, que deverá constar em todos os assentos escolares e registros acadêmicos.” No mesmo artigo, parágrafo segundo, no caso de o aluno ser menor de idade, ele tem o direito de solicitar o uso do nome social sem autorização do responsável.

Travestis são alvos de ofensas e intolerância todos os dias, principalmente no meio educacional. Estes fatores muitas das vezes corroboram com que as alunas evadam os espaços escolares, pois a grande maioria não tem estruturas emocionais e psicológicas de continuar nessas situações de abuso psíquico. Em uma reportagem do Correio Braziliense, um jornal situado em Brasília, foi feito uma entrevista com a Rafaella Coelho, uma travesti brasileira, e em um dos depoimentos ela aponta que, o ato de desistir da escola foi uma carta de alforria para ela, pois ela não conseguia mais suportar aquelas situações de abuso. Outro relato importantíssimo para evidenciar o grande problema da evasão escolar de travestis e a falta de representatividade, é o depoimento de uma aluna para a tese de mestrado de Adriana Sales (2012, p.102):

P- E você acha que a escola para você é importante?

E.B- É, é fundamental. Sem escola não tem nada, sem escola eu vou para a rua fazer programa, vou fazer um monte de coisa, vou me drogar, eu nunca me droguei na minha vida e nem tenho vontade também.

Faz parte do nosso papel como indivíduos de uma sociedade igualitária, ou que ao menos deveria ser, entender que essas travestis querem e merecem ocupar estes espaços acadêmicos. Esta demanda, além de nos permitir entender a forma que elas querem ocupar estes espaços, também nos permite compreender a amplitude desta construção de identidade, que atravessa as barreiras do preconceito, fazendo-as serem vistas como seres humanos dignos de um diploma, uma profissionalização e o importantíssimo significado desta ocupação de travestis nestes espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, como objetivo, mostrar a real importância de trazeremos travestis para o meio acadêmico como forma de representatividade e dignidade humana.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, analisando as narrativas do cotidiano destas travestis com o meio acadêmico, percebemos que somos, mesmo que indiretamente, influenciados por padrões heteronormativos. Tivemos o privilégio de perceber que o nosso papel é fundamental para trazeremos estas pessoas para a universidade, podemos sim fazer mais por elas.

O nosso papel como cidadãos é apoiar e difundir políticas públicas de incentivo à recepção destas pessoas nos meios acadêmicos brasileiros. Precisamos cobrar a capacitação dos profissionais desta área para que recebam de braços abertos, e preparados, estas meninas, para que não sofram nenhum tipo de intolerância e não evadam os espaços escolares.

Ressaltamos aqui, então, a grande importância de existir escolas que abracem essa diversidade, e que acima de tudo, incluam em seus currículos escolares pautas de respeito às diversidades, ensinando sobre orientação sexual, identidade de gênero e sexo, para que essas travestis entendam o que estão passando e não se sintam em corpos estranhos sem conexão consigo mesma.

É cada vez mais necessário educarmos nossos jovens para que num futuro, possamos ter uma sociedade igualitária, respeitando as características de todos, sabendo que ser diferente é normal. Além disso, salientamos ainda, a necessidade de reconhecermos que estas sujeitas querem e sentem-se necessárias em ocupar estes espaços para estarem inseridas num contexto sociocultural.

REFERÊNCIAS

- BRAZILIENSE, Correio. Rafaella Coelho fala sobre transfobia dentro da sala de aula. Brasília, DF. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=G28ZQLLi2N8> > Acesso em: 13/09/2019.
- DIAS, Maria Berenice. Homoafetividade e os direitos LGBTI. São Paulo, SP. Revista dos tribunais. 2014.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber. Rio de Janeiro, RJ. Gallimard. 1988.
- MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015.
- OLIVEIRA, M. R. G. O DIABO EM FORMA DE GENTE: (R)EXISTÊNCIAS DE GAYS AFEMINADOS, VIADOS E BICHAS PRETAS NA EDUCAÇÃO. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR. 2017. Disponível em < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605> >. Acesso em: 12/09/2019.
- SALES, Adriana. TRAVESTILIDADES E ESCOLA NAS NARRATIVAS DE ALUNAS TRAVESTIS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis, MT. 2012. Disponível em < <http://ri.ufmt.br/handle/1/1230> >. Acesso em: 12/09/2019.

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL E O ENSINO DE GÊNEROS E SEXUALIDADES EM NÚCLEO COMUM: CRIANDO ESPAÇOS DE PERTENCIMENTOS

Danielle Jardim Barreto⁷
 Ana Laura Benetati Rocha
 David Ferreira Santiago
 Milena Valentim⁸

RESUMO

Este trabalho é efeito de uma tese de doutorado, que se enunciou a partir de questionamentos acerca dos constantes embates vivenciados em sala de aula ao trazermos a temática de outras sexualidades, outros prazeres e de outras expressões de gênero, dissidentes dos modelos identitários heteronormativos, em nosso cotidiano universitário. Destes tensos encontros ao longo dos meus dezoito anos de experiência docente, anunciaram-se indagações como: - Que Psicologias estamos ensinando? - Que profissionais da Psicologia estão se formando atualmente? E mais uma indagação ainda: - Há uma identidade psi? O presente trabalho tem como objetivo trazer em cena a importância do ensino de gêneros e sexualidades na formação em Psicologia, tendo em vista que acadêmicas e acadêmicos dissidentes sexuais e das normativas de expressão de gêneros, muitas vezes não possuem um lugar de fala ou de pertencimento nas relações universitárias.

Palavras-chave: Formação em Psicologia, universidade, invisibilidade, narrativas.

INTRODUÇÃO

Antes da apresentação das experiências docentes na formação em Psicologia no ensino sobre sexualidades e gêneros, é preciso problematizar os processos de construção da identidade profissional de psicólogos e psicólogas, além de trazer em cena o próprio histórico do movimento LGBTTIQ+ e dos contextos e do que essa sigla significa. A sequência de letras maiúsculas, é uma designação que abrange lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intersex, queer, e mais toda amplitude possível de expressões de sexualidades e gêneros que não se encaixam nas letras/identidades listadas. No Brasil, esse movimento se iniciou no final dos anos 1970, a princípio formado apenas por homens homossexuais, tendo em seguida uma participação mais evidenciada de mulheres lésbicas, enquanto sujeitos políticos relativamente autônomos, sendo sucedidas pelas travestis e transexuais, e por último, os bissexuais, que se tornaram mais representativos dentro do movimento por volta da virada do século XX para o XXI (FACCHINI, 2011). Ao promover as várias possibilidades de identidades, identificação e o reconhecimento social e cultural de uma parcela da população que é historicamente marginalizada, o movimento LGBTTIQ+ luta diariamente por um ambiente democrático e cidadão, que garanta direitos constitucionais e políticos a todos. Tal movimento é, sem dúvida, referência fundamental para o pensamento social em temas como multiplicidade de gêneros, sexualidades e desejos, além da problematização sobre diferenças, desigualdades, diversidades e identidades no corpo social. Na definição dos gêneros e sexualidades contemporâneas, as classificações de heterossexual/homossexual, homem/mulher e ativo/passivo ainda aparecem como os grandes eixos binários possíveis, dando-se grande ênfase a leituras biológicas dos corpos e utilizando-se dessas concepções para a justificativa dos papéis sociais ocupados pelas pessoas, sem uma reflexão do próprio corpo enquanto “[...] um construto sociocultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder” (MEYER, 2004). Neste jogo de poder, temos como alguns efeitos, a figura da mulher lésbica que torna-se menos discutida e visibilizada pela sociedade, enquanto que as pessoas que se identificam como bissexuais frequentemente sofrem discriminações, pelo fato da bissexualidade perturbar as certezas da heterossexualidade e homossexualidade, assim como da própria naturalização da conceituação de identidades fixas e imutáveis. (GARBER, 1999; MOSER, 1989). Segundo Miranda & Pereira (2015), um dos maiores desafios a serem superados no combate das desigualdades e violências e na promoção da justiça social para as minorias envolve a união e o diálogo entre diferentes movimentos sociais, gestores públicos e sujeitos políticos, de modo a confrontar a fragmentação das coletividades, a visão desequilibrada e binarista dos gêneros, os

⁷ Doutora em Psicologia e Sociedade pela Unesp/Assis, SP. Docente dos cursos de Psicologia e Medicina na Universidade Paranaense/Umarama, PR. E-mail: danibarreto@prof.unipar.br

⁸ Acadêmico e acadêmicas do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense/Umarama, PR. Vinculadas ao PIC 2017. E-mails: analauramh21@gmail.com; davidfs89@hotmail.com; mvalentim01@gmail.com

silêncios institucionais e a própria falta de informação da população em geral. A perpetuação nas concepções atribuídas socialmente aos gêneros e às sexualidades encontram diferentes ambientes que são propícios à sua reprodução e naturalização, sendo um deles o da universidade, que atua como espaço de produção de poderes e saberes heteronormativos e higienistas, uma instituição que se apresenta como o lugar da racionalidade (NARDI et al, 2013). Esse espaço funciona ao mesmo tempo como um âmbito de aquisição de saberes, criação de contatos sociais e vínculos, imposição de hierarquias e normas que restringem as relações sociais, além da produção contínua de violências contra aqueles considerados inferiores. Os estatutos e as antigas tradições de instituições como as acadêmicas limitam e vigiam as vivências, as expressões pessoais e os prazeres, tratando os casos de violência de forma isolada e com postura punitiva aos agressores e perseguidores, “[...] ou seja, as universidades mantêm as punições individuais em detrimento das discussões, problematizações e ações pedagógicas e legais coletivas e questionadoras destas naturalizações” (BARRETO, 2016. p. 149).

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E SOBRE QUAIS PSICOLOGIAS ESTAMOS PROBLEMATIZANDO

Não temos a pretensão neste trabalho de nos debruçarmos por muito tempo na clássica História da Psicologia no Brasil, essa empreita pode ser encontrada em livros já consagrados e em inúmeras teses já defendidas, pretendemos agenciar uma linha de problematizações para a ausência de determinados marcadores psicossociais como os de gêneros, sexualidades, etnia/raça/cor e classe social, nas leituras teóricas e metodológicas utilizadas na formação de profissionais da Psicologia no Brasil, caracterizando e identificando ainda a nossa profissão como neutra em pleno século XXI, justificando o temor citado em se tornar profissional psi. O que se agencia nesse mapeamento é a problematização da própria inveja da Psicologia por não se sentir e por não se fazer uma ciência singular – única, pura, como acredita serem as outras ciências parceiras. A Psicologia tem um complexo de inferioridade, pois ao tentar se definir, ela busca uma resposta uniforme, definitiva e identitária. Georges Canguilhem (1999), em 1956, já esclarecia que o grande fantasma da Psicologia era como se posicionar ética/política e esteticamente diante da pergunta: O que é a Psicologia? Aparentemente uma pergunta simplista, porém hoje baseados nas diretrizes curriculares para formação acadêmica em Psicologia e no próprio código de Ética Profissional, responderíamos que o que nos faz profissionais é a autorização exclusiva de aplicação, análise e produção de documentos por meio do uso de testes psicológicos. Resumindo, nossa habilitação nos torna únicos na autorização de compra e aplicação de instrumentos de mensuração de comportamentos e afetos. Para além da busca identitária, ou da defesa de uma Psicologia cientificamente reconhecida, um dos objetivos dessa trabalho é empoderar as Psicologias que sequer se sentem como partes da Psicologia dita científica; não para nomeá-la, explicá-la ou sequer criar uma identidade, mas sim, para valorar suas características mais temidas e principalmente também desejadas por nós, quais sejam – a desestabilização das respostas identitárias, o agenciamento dos discursos parresistas e a visibilidade das heterotopias na Psicologia. A heterotopia “tem como regra justapor, em um lugar real, vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, p. 24). Ao nosso ver, esse outro lugar agencia um corpo teórico que sustenta a possibilidade de construção de territórios de saberes autônomos na Psicologia. Essa crise agenciada pela pergunta O que é a Psicologia? materializa um espelho onde a imagem de si, enquanto discurso instituído e validado deveria ser a do que a definiria como aquela que: - cria identidades, - mantém a unidade, - busca otimização das habilidades e competências individualizadas, - mantém o mito do Eu autônomo e ainda tem o poder de curar. Na argamassa das bases epistemológicas da Psicologia, não há elementos de resistência a nada, ou seja, ela se adequa e se reorganiza cientificamente, de acordo com interesses econômicos e políticos em voga. Os campos de saber da Psicologia que se ensina na atualidade, ainda transitam entre as bases biologistas e da física, ficando clara, dessa forma, a obrigatoriedade da manutenção de conteúdos de ciências exatas na formação, via diretrizes curriculares, como objetivos de produção de habilidades e competências, buscando manter esse lugar de ciência, enquanto indiscutivelmente reconhecida, desde o século XIX. Esse terreno de produção

de especificações e especializações de saberes e fazeres ditos psi agencia-se num campo nada tranquilo. Foucault (1979) nos aponta que a verdade da ciência agencia-se dos conflitos, das contradições, das irregularidades dos discursos, da luta árdua dos saberes e dos poderes que desenham o octógono da batalha estabelecida, sendo assim, as Psicologias com suas contradições não escapam do status clássico de ser Ciência, que produz verdades e relações de poder e saber.

AS VIVÊNCIAS DO UNIVERSITÁRIO LGBTTIQ+

De acordo com Oliveira, Peixoto & Peres (2015) embora a educação contemporânea apresente um ambiente mais aberto a discussões e transmissão de conteúdos envolvendo os temas de gênero e sexualidade, a herança social dos tabus, do silêncio dos pais sobre esses temas e da falta de preparo docente para essas problematizações traz um impacto negativo considerável no que se refere ao combate às violências dentro do ambiente escolar e mesmo dentro do contexto social mais amplo. A falta de compreensão, dificuldade na mediação dos conflitos e invisibilização das situações de violência acaba se tornando uma das ferramentas pelas quais as injustiças perduram. Isso se mostra como um reflexo de que “[...] Apesar de estarmos em uma sociedade que se diz tolerante com as diversidades sexuais, percebe-se que ainda essa aceitação não se estabelece para as orientações sexuais que divergem dos padrões considerados ‘normais’ [...]” (LOLLI, BUENO & MAIO, 2015, p. 57). Nardi et al (2013) apontam como a hierarquização permanece efetiva dentro das instituições de ensino, de uma maneira mais velada e naturalizada, e funcionando como reflexo das relações ocorridas no contexto mais amplo da sociedade. Funcionando como um pilar do conhecimento e da ciência, a universidade também atua como um ambiente de socialização entre seus membros, em que determinadas características serão valorizadas enquanto outras são influenciadas e moldadas para atenderem aos padrões dessas hierarquias. Para BLANCO (2014) este ambiente universitário não é um campo apenas de transmissão de conhecimentos, é também um espaço que transforma, que mobiliza os acadêmicos/as em suas construções políticas, sociais, familiares e sexuais; e embora a universidade seja um campo aberto a todos/as, ela possui regras, discursos e práticas que delimitam e regulam as relações pessoais nesse espaço. Portanto, conforme Nardi et al (2013) as expressões de sexualidade são fortemente limitadas e vigiadas, evitando-se comportamentos transgressores ou questionadores que podem colocar em risco o status de determinados grupos. Esse controle ocorre de muitas formas, como pelos trotes, pelas mensagens anônimas nas paredes e pelos insultos, formando uma linha rígida, mas muitas não dita explicitamente, do que é esperado ou permitido conforme o gênero do estudante. As vivências divergentes desses padrões são então excluídas, atacadas, menosprezadas, categorizadas e, por fim, silenciadas. As gestões das universidades tendem a culpabilizar e punir (muitas vezes de forma extremamente rígida) os casos isolados de violências de gênero e sexualidade, sem discutir ou refletir o contexto institucional e social que envolvem essas violências. Perdem a oportunidade de tomarem uma ação pedagógica mais efetiva, que envolva além da docência e dos estudantes, também suas famílias e a comunidade em geral. Ao adotar medidas de silenciamento ou de combate à violência que são ineficazes como as que foram descritas, pautados em discursos de viés moralista, religioso ou exclusivamente biológico, “[...] a universidade não apenas reproduz as desigualdades sociais, mas produz novas formas de desigualdade, além de atualizar discursos discriminatórios, simultaneamente ao tratamento e vivência dos conflitos no espaço acadêmico [...]” (NARDI et al, 2013, p. 195). O/A estudante dissidente sexual se vê então diante da encruzilhada de tentar equilibrar sua vida privada da pública, e de visibilizar suas expressões individuais, seus desejos e sua forma de se relacionar socialmente; ao mesmo tempo em que é silenciado e marginalizado pela hierarquia heterossexual. O incentivo e muitas vezes a imposição (muitas vezes de forma contínua, para diferentes pessoas e em diferentes ambientes) de saída do armário aparece então como uma nova forma de violência, que não legitima as escolhas e concepções de vida da pessoa (SEDGWICK, 2003). A mesma autora cita em sua Epistemologia do armário, como “O armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX [...]” (2003, p. 26). Dessa forma, a própria ideia de visibilidade se torna contraditória, já que os comportamentos não heterossexuais já são destacados nas situações de perseguições e ataques de intolerância. Oliveira, Peixoto e Oliveira (2015) discutem como o silêncio tanto familiar quanto do ambiente escolar sobre o tema, além das grades curriculares que ainda priorizam exclusivamente

as visões biológicas do ser humano não contribuem na formação crítica e ampliada desses jovens. Pode-se dizer de certa forma que a instituição escolar de uma maneira geral está desconectada do cenário social contemporâneo, prendendo-se a leituras científicas clássicas e já obsoletas sobre as relações entre as pessoas, possuindo uma contrariedade histórica a tudo aquilo que envolve a diversidade. A padronização pode ser analisada tanto no que se refere aos conteúdos ministrados aos alunos quanto à maneira como as próprias instituições de ensino buscam, através de suas normativas (exames, atribuição de notas etc.) a tornarem os dissentes semelhantes. A não compreensão das diferenças e o desprezo por aquilo que foge às normas sociais pré-estabelecidas pode gerar atos de violência que visam a imposição de pretensas hierarquias sociais, a segregação e o rebaixamento. Não apenas as violências físicas, mas as múltiplas formas de ataques e constrangimentos como os xingamentos, piadas, risos, apelidos e pichações. Deve-se ressaltar a possibilidade de uma posição transformadora e de destaque da escola nas discussões e intervenções reflexivas junto aos alunos, em temas que envolvam a diversidade de gêneros e sexualidades, situações de violência, entre outros. Através do aprendizado, estudantes têm a possibilidade de ressignificar seu passado familiar de vivências e tradições transmitidas, fugindo de leituras religiosas moralistas e priorizando o convívio harmonioso com as diferenças e o respeito pela dignidade humana. É essencial que docentes, discentes, a comunidade acadêmica em geral estejam “[...] atentos(as) para as novas demandas que, de alguma maneira, possam interferir na formação dos sujeitos no sentido de conduzir contribuindo para o fim do preconceito que modela e/ou limita corpos e mentes dos(das) estudantes [...]” (LOLLI, BUENO & MAIO, 2015, p. 59). Destaca-se também a importância da convivência, tanto individual quanto coletiva, com pessoas de diferentes corpos, raças, nacionalidades, classes socioeconômicas e sexualidades no território universitário.

EXPERIÊNCIAS COM ENSINO DE GÊNEROS E SEXUALIDADES EM NÚCLEO COMUM

Desde 2014, há a previsão de uma disciplina ofertada em Núcleo comum na matriz curricular de formação em Psicologia na Universidade Paranaense (UNIPAR), intitulada “Gênero, sexualidade e processos de subjetivação”. Em 2018 foi a primeira vez que tivemos em nossa formação a discussão dessas temáticas de forma obrigatória e comum na formação de psicólogos em psicólogas. Este trabalho busca apresentar a partir de agora nossas primeiras experiências, e alguns efeitos na formação profissional do ensino de gêneros e sexualidades na visão teórica pós-estruturalista, ou seja, numa visão para além de Freud e das patologias anunciadas em manuais psicopatológicos como CID 11 e DSM V. As primeiras atividades da disciplina Gênero, sexualidade e processos de subjetivação, são cartográficas, ou seja, buscamos conhecer e caminhar a partir de onde cada aluno e aluna fala, para sabermos quais territórios estão mais enrijecidos, quais estão sufocados em armários e quais estão subalternos a ponto de serem invisibilizados.

Para esse mapeamento situacional de quem fala e para quem falamos, distribuimos um questionário aberto com as seguintes questões: Qual é sua orientação da sexualidade? O que é sexualidade para você? O que aprendeu sobre sua sexualidade com sua religião, O que aprendeu sobre sua sexualidade com sua família? Durante o ano letivo de 2018, tivemos os seguintes cenários levantados:

Auto declaração sobre sexualidade! 26 declaram-se somente heterossexuais; 05 se declaram homossexuais; 02 se declaram bissexuais;
Sobre o que é sexualidade? Sentir, intimidade, desejo, define as características do sexo, começa aos 12 anos, relação entre duas pessoas, escolha, prazer, comportamento, anatomia é o destino, experiências, não sabe, afetividade, relação com o próprio corpo, gosto sexual, relacionada as práticas sexuais em diversas modalidades, interação íntima entre duas pessoas, discursos, experiências inter e intra pessoal, momento de sexo e prazer para ambos.

Sobre o que aprendi com a religião sobre sexualidade? Sexo só depois do casamento, ensinamentos sobre a procriação, pecado transar antes do casamento, heterossexualidade definida pela biologia, ser contra tudo que não for heterossexual, ter filhos, fidelidade compulsória, se for feito após o casamento entre homem e mulher terão filhos como benção divina, repressão, que sexualidade é gênero, nada, imoralidade se falada, amor entre pessoas do mesmo gênero é pecado, respeitar as diferenças mas não incentivá-las, quem não é heterossexual vai para o inferno, algo que devemos controlar, meninas não devem usar roupas curtas.

Sobre o que aprendi com minha família sobre sexualidade? Tabu, necessidade/obrigatorie-

dade da virgindade, heterossexualidade compulsória, biologia do prazer, prevenção a ISTs/HIV/AIDS, normas de gêneros (feminino), não ter vários parceiros, assunto interdito e censurado para externos a família, algo que não pode demonstrar e falar, coisa de adulto, meninos não podem tocar parte íntima das meninas.

Os dispositivos utilizados para as aulas foram: documentários, filmes, reportagens, além dos textos orientadores das temáticas. Todas as aulas traziam as legislações de garantia de direitos as pessoas LGBBTI Q+ que norteiam nossas intervenções tanto em políticas públicas quanto nas legislações do Conselho Federal de Psicologia como a Resolução 01/99 e a 01/2018. Destacamos a experiência sobre o tema masculinidades, pois para discutirmos masculinidades, fizemos uma roda de conversa, onde após um vídeo educativo (Vida de João), convidamos os alunos que se auto declararam do gênero masculino para que narrassem seus processos de subjetivação no que tange as suas masculinidades. A experiência de estarem na mesma posição discursiva, agenciou relatos tanto de meninos que cometiam violências contra outros meninos durante a inicialização escolar, relatos de percepção de si enquanto criança viada, criança diferente, relatos de violência familiar, relatos de afetividade familiar e de acolhimento, relatos de longos desertos existenciais por não sentir-se pertencente, relatos de arrependimentos por ser agressor na infância e adolescência. Houve o reconhecimento dos lugares de privilégios entre a desigualdade das vivências entre homens brancos heterossexuais dos homens brancos homossexuais, e entre os homens homossexuais não afeminados dos homens homossexuais afeminados. Durante a roda conduzida pelos meninos, as alunas puderam perguntar sobre os dispositivos de agenciamento de determinados discursos performatos nas masculinidades, puderam ver e ouvir outras linhas de masculinidades que não a cis-normativa heterossexual, puderam identificar as toxidades de algumas masculinidades.

NARRATIVAS DE PERTENCIMENTOS

“Ao estudar, “gêneros e sexualidades”, me fez questionar enquanto pessoa e acadêmico de psicologia a realizar desconstrução e desnaturalização de processos que foram engendrados em meu viver enquanto norma e naturalização, ao qual eu estive por muitos anos sedimentado e preso. Diante disso, uma das maiores dificuldades que objetive com essa experiência, primeiramente a de eu, sair das sedimentações e aprisionados que foram colocados enquanto discursos em minha vida, sobre a minha forma de agir, ser, estar e amar de acordo com o meu sexo. Ao qual eu tive que primeiramente vivenciar e sair desses aprisionamentos que muitas vezes nós vivenciamos e sofremos por estarmos capturados. Uma das melhores experiências, foi a de eu poder me abrir e dizer para toda a sala como eu me sentia enquanto um gay, um veado, uma bicha, um corpo desviante e fora da norma, o como foi difícil estar nessa zona que gera estranheza ao outro. E essa experiência enquanto estudo de gêneros, me proporcionou vivenciar novas situações, novos sentimentos, novas formas de prazer (não apenas pinto na vagina e nem somente no cú). Mas de um corpo cheio de possibilidades, de vivências e de formas de prazeres. Assim estudar gêneros e sexualidades me proporcionou não somente enquanto aluno a fazer questionamentos e sair da linha, mas também de estar disposto a ouvir e acolher as inúmeras formas de expressões, de vivências, de pessoas, de forma que não violentar mais ainda esse sujeito. Mas que o acolhe, o escute, e faça práxis a partir de suas vivências e principalmente de seu desejo e não do que é instituído como via de regra”. (A.)

“A maior dificuldade tem sido, a cada discussão, questionamento e compreensão, me posicionar a favor da vida que desejo, assumindo os “riscos” e responsabilidades que me são cobradas, de uma religião dogmática e controladora que não mais corresponde à minha expressão espiritual, conseqüentemente, de membros da família que não mais me demonstram admiração (não convidam para festas) por estar, fazer, falar, vestir, acreditar e defender o que desejo. Em geral, de um grupo social de pessoas que não admitem a luta e a defesa para que outras pessoas, outras mulheres, outras negras, outras pobres, sigam os seus desejos e conquistem espaços, micro politicamente, pelo que acreditamos e queremos, e não pelo que esperam de nós, pelo que somos porque queremos ser, e não pelo que nos pedem que sejamos. Entretanto, o prazer e a sensação de “liberdade” proporcionada pela fuga de determinadas amarras, caracterizam uma experiência ímpar a cada dia, receber o reconhecimento, afeto e respeito das (poucas) pessoas que realmente estão comigo, dispostas a ouvir, compartilhar e lutar pela viabilidade das vidas e suas possibilidades

é indescritível. Buscar e encontrar a cada dia, em mim mesma, uma versão mais “eu” e contribuir para que as (os) minhas (meus) busquem e encontrem versões mais suas me movem em direção a árdua missão de promover encontros em meio ao contexto do desencontro, do conflito de classes, condições, interesses e atuações. Para isso, o curso de Psicologia, em particular, a disciplina de gêneros e sexualidades tem sido imprescindível à força, ao encorajamento, ao engajamento ético e político e à busca pela criação de estratégias, de fissuras, a cada dia em favor de todas as vidas, suas expressões, suas possibilidades e manifestações, a luta pela (r)existência, pela sobrevivência em cada campo de concentração (da norma, da resignação, da estabilidade). Motivo pelo qual defendo a permanência da disciplina em núcleo comum para a formação de profissionais comprometidos com todas as formas de vida e subjetivação, com a criação de “novas armas” para o combate político e ideológico e formação de aliadas (os) à defesa, garantia e efetivação de direitos humanos e sociais à todas e todos”. (G.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, e talvez por isso, a problematização tratada no presente trabalho, a Psicologia em suas diversas variações e os profissionais da Psicologia, ainda alimentam-se e se retroalimentam conceitualmente e metodologicamente, pelas vidas em sofrimento, entendendo, muitas vezes, o próprio processo de singularização como expressão necessariamente de vidas angustiadas, amarguradas. Essa identidade de profissão que “ajuda” as pessoas que sofrem, ao invés de uma profissão que se pensa e faz para a potencialização das vidas e a plena emancipação de viver, do respeito às singularidades e diversidades existenciais, das conquistas políticas emancipatórias advindas dos movimentos sociais em guerrilha, acaba por significar também a própria linha de produção de pesquisas, de conceitos e de fazeres das Psicologias na atualidade, dando-nos a ver a escassez promovida em tempos tão despotencializados. Esse “jeitão” de ser psicólogos, nos coloca numa situação delicada diante dos movimentos sociais e seus componentes, que demandam justamente a libertação das capturas capitalísticas que os limitam as marginalizações e suas vitimizações. A vitimização das minorias marginalizadas já é conhecida, diagnosticada e controlada pelo sistema, para isso que se torna preciso torná-los audíveis, respeitáveis e possíveis vidas potentes nos espaços públicos, validar a implicação da vida dita em sociedade. Talvez, para que as Psicologias voltem pelo menos um olhar, enquanto ciência e as práticas enquanto profissão para as outras expressões de vida, que para além dos sofrimentos, das violências, das exclusões e das invisibilidades também almejem os discursos das vidas que enfatizem o reconhecimento das diferenças, enquanto possibilidades reais e positivas de vidas, seria interessante o agenciamento da minoração das Psicologias, ou seja, promover o agenciamento de territórios de produção de saberes e fazeres, vinculados ao menor, ao devir, valorando as desterritorializações dos planos de produção desses jeitos instituídos – desconstruir os fixos modos de ser psicólogos. Os processos de desterritorialização puderam ser ilustrados nessa trabalho como a própria sala de aula, tratando das temáticas dos sexos, dos gêneros, das sexualidades e dos prazeres. Arriscamos afirmar que nestes dias em sala de aula, os e as acadêmico/as experimentaram outras estéticas e éticas de vida, seus corpos foram politizados quando inseridos na graduação em Psicologia, sendo, eles mesmos, dispositivos de desterritorialização das identidades psi. Nossas obrigações molares de ensinar o manejo de testes psicométricos, de produção de protocolos avaliativos, de teorias psicológicas ultrapassadas, podem ser desmontados, com estágios e extensões nas ruas, nas casas de prostituição e nas políticas públicas em atenção as mulheres e populações de gays, lésbicas e pessoas trans, com vistas às suas emancipações e politizações. A sala de aula se agenciou em outros espaços; - espaços de liberdade de expressões de gêneros, de sexualidades e de afetos, espaços de não métodos de intervenção, espaços de emergência de problematizações vinculadas aos movimentos sociais e suas demandas, espaços de desconstrução de modos de ser psis. Neste sentido, concordamos com a afirmação de Torres (2011) que: “Às vezes, os conceitos nascem da necessidade de impor normas. Em todo caso, a princípio se circunscreve a um âmbito determinado. Com o tempo, se entrincheiram até se diluírem no cotidiano.” (TORRES, 2011, p. 12) (tradução nossa). Essa diluição de conceitos produzidos por uma Psicologia queerizada faria gaguejar as línguas psi, fazendo com que as bases teóricas e já dadas como verdades de uma certa Psicologia e sua consequente produção de um único jeito de

ser psicólogo, pudessem se fazer em outros, mais poéticas, mais ficcionais, para daí sim deixarmos de ser profissionais de uma Psicologia tecnicista e biopolítica que apenas diagnostica, enquadra, aprisiona, modifica e normatiza, para sermos profissionais parresiasistas, de Psicologias inventivas, éticas e em favor de todas as formas de vida e de viver.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, D. J. A (In)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em Psicologia: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.
- BLANCO, R. Normatividades de la vida cotidiana: género y sexualidad en los saberes, la política y la sociabilidad universitária. *Propuesta Educativa*, Buenos Aires, vol. 2, p. 55-64, nov. 2014.
- CANGUILHEM, G. Que é a Psicologia? Tradução Osmyr Faria Gabbi Jr. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*. Piracicaba/SP. Volume 11. N.26, p.11 a 26, 1999. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/impulso26.pdf>> Acesso em: 16 de set. de 2015.
- FACCHINI, R. Histórico da luta de LGBT no Brasil. In: *Psicologia e diversidade sexual*. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2011. 92f.; 23 cm. (Caderno Temático 11).
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- GARBER, M. Extracts from vice versa: bisexuality and the eroticism of everyday life. In: STORR, M. (org). *Bisexuality: a critical reader*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1999.
- LOLLI, M. C. G. S.; BUENO, P. R. L.; MAIO, E. R. A escola do século XXI está preparada para atuar em situações de desigualdade e violência de gênero? Uma reflexão baseada na experiência de equipes diretivas. In: CORREA, C. M. A.; MAIO, E. R. (Org.). *Observatório de violência de gênero: entre políticas públicas e práticas pedagógicas*. Curitiba: CRV, 2015.
- MEYER, D. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 57 (1), p. 13-18, jan-fev. 2014.
- MIRANDA, A. C. T.; PEREIRA, L. K. I. A atuação do docente no combate às violências de gênero. In: CORREA, C. M. A.; MAIO, E. R. (Org.). *Observatório de violência de gênero: entre políticas públicas e práticas pedagógicas*. Curitiba: CRV, 2015.
- MOSER, C. O. N. Gender planning in the third world: meeting practical and strategic gender needs world development. Elsevier, Londres, v. 17 (11), p. 1799-1825, 1989.
- NARDI, H. et al. O armário da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria&Sociedade*, Belo Horizonte, n. 21 (2), p. 179-200, 2013.
- OLIVEIRA, M.; PEIXOTO, R.; OLIVEIRA, D. Violência(s) e a educação: entre políticas e (des)informações. In: CORREA, C. M. A.; MAIO, E. R. (Org.). *Observatório de violência de gênero: entre políticas públicas e práticas pedagógicas*. Curitiba: CRV, 2015.
- OLIVEIRA, M.; PEIXOTO, R.; PERES, J. A. Educação e relações de gênero na concepção dos/das docentes de artes de uma rede municipal de ensino. In: CORREA, C. M. A.; MAIO, E. R. (Org.). *Observatório de violência de gênero: entre políticas públicas e práticas pedagógicas*. Curitiba: CRV, 2015.
- TORRES, D. *Pornoterrorismo*. Madrid: Tafalla, 2011.

A TEORIA QUEER NA EDUCAÇÃO: POR UMA PEDAGOGIA QUEER*

Wezelley Campos França¹⁰

RESUMO

A proposta básica deste estudo é ressignificar a diversidade sexual e a identidade de gênero na escola a partir de um olhar sobre a abordagem da teoria queer, olhar este que se faz imprescindível para a defesa da equidade e compreensão dessas representações no espaço escolar, como um dos pontos principais a reconhecer às diferenças e a consolidação dos preceitos de uma sociedade justa, igualitária e aberta à diversidade. Este artigo tem como objetivo abordar a teoria queer e sua inserção no campo da pedagogia e as diferentes expressões de sua sexualidade que advém dos padrões da sociedade em que estão inseridos. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica considerando as contribuições de autores como BORTOLINI (2008), FOUCAULT (2018), LOURO (2001, 2004, 2014) e MISKOLCI (2017), entre outros, procurando compreender o chão da escola como espaço de questionamento dos formatos e como responsável por consolidar os estereótipos de certo e errado, daquilo que é recomendado como normal acerca da discussão daquilo que é desviante dos objetivos dessa pedagogia.

Palavras-chave: Teoria queer. Pedagogia Queer. Identidade de Gênero. Sexualidade. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Partindo do conceito histórico, os estudos queer tiveram sua origem em meados da década de 1980, nos Estados Unidos, como uma corrente teórica que alcançou notoriedade a partir de fins do século passado, pondo em xeque a compreensão das identidades sociais. Alicerçado nas áreas de estudos gay, lésbicos e feministas a teoria queer surge no momento em que a crítica política de identidades começou a ser repensada, em meio ao aprofundamento da problemática que trabalha todos os corpos e fortemente influenciada pela obra de Michel Foucault e pelo movimento feminista de Judith Butler.

Para compreender melhor a antropologia histórica, há que se enfatizar a análise de que o termo queer faz parte de um vocabulário semântico para entender a homossexualidade desde o século XIX, e que só em tempos atuais ganhou significado política dada à incorporação teórica e legitimação dos movimentos sociais.

A teoria queer vai além da oposição homossexual/heterossexual, mulher/homem, ela designa como à desconstrução da heterossexualidade como normal, criando de forma crítica a emancipação teórica e política do termo “heteronormatividade”, sugerindo a variedade e diversidade das práticas e subjetivações encontradas nos estudos e Butler.

Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentando, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual. (FOUCAULT, 2018, p. 113)

Em tal contexto, Miskolci (2017, p.48) discute como os conceitos de heterossexismo¹¹, heterossexualidade compulsória¹² e heteronormatividade¹³ são importantes para compreendermos a hegemonia cultural hétero¹⁴ em diferentes dimensões, propondo reflexões acerca de um novo olhar sobre as possibilidades de uma educação não normalizadora ou compulsória. Nesse viés, a resultante está na experiência de aprender algo que se constrói incessantemente em um diálogo com o qual nos causa estranheza dentro dos muros da escola, ou seja, no contato com as diferenças e sua desnaturalização. Segundo o autor, o termo queer também está associado à abjeção e tudo o que está relacionado ao discurso que a sociedade transforma em anormal, estranho, abjeto e subalterno. Portanto, todos aqueles que estão na margem social e são considerados uma ameaça ao seu bom funcionamento à ordem social e política, como por exemplo, os gays afeminados, as lésbicas masculinizadas, as pessoas trans e travestis e as pessoas intersexo são menosprezados.

9 Trabalho submetido ao GT 03: Educação para quem? Corpos estranhos, educados, excluídos no ambiente escolar.

10 Pós-graduando em Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Questões Étnico-Sociais ou Raciais pela Faculdade Dom Alberto, graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e especialista em Gestão Escolar: Administração, Supervisão e Orientação pela Universidade Candido Mendes – UCAM. wezelleyfranca@gmail.com

11 Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser heterossexuais.

12 Heterossexualidade compulsória é a obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto.

13 Heteronormatividade é o enquadramento de todas as relações, mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo, em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, desejos e atos a partir do modelo heterossexual, familiar e reprodutivo.

14 A linguista Maria Helena de Moura Neves em “Guia de uso do português: confrontando regras e usos”, defende o uso da palavra ‘hétero’ (acentuada) usada como substantivo e/ou adjetivo, valendo por heterossexual.

O termo queer utilizado pelos teóricos, não tem uma tradução exata para a língua portuguesa, podendo ser traduzida como:

Estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante-homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, 2014, p.7-8).

Louro (2004) reforça:

A teoria queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, refletindo sobre o processo de resignificação das novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (LOURO, 2004, p. 47).

Atualmente, também é utilizado em tons depreciativos e homofóbicos para designar uma cultura sexual marginalizada, que se autoidentifica como queer, outras vezes para descrever a nascente teoria que tem se desenvolvido distante dos estudos mais tradicionais sobre gays e lésbicas, representando claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada.

A TEORIA QUEER NA EDUCAÇÃO

A proposta queer anseia que a educação possa ser (re)pensada como um veículo de desconstrução e entendimento de que a diferença dos sexos não deve ser a prioridade ou a exclusividade do assunto, de forma a resignificar o que é ser homem e mulher na sociedade. Para isso, a escola, ao invés de ensinar a reproduzir a experiência da abjeção, deve ampliar as possibilidades de ser e de viver dos sujeitos ao longo do seu contato com o mundo e modificar o que está posto, adentrando no campo das orientações sexuais, destituída de preconceitos e dogmas, através de momentos criativos e experienciados de aulas queer. Para que, assim, se entenda que as diferentes identidades numa ordem histórica de desigualdade e injustiças dos currículos escolares, e então, o anormal e o estranho sejam tão amplamente utilizados como propagador de mudança social e de abertura para o futuro.

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (LOURO, 2004, p.48).

Outro exemplo de resignificação está no rompimento com os paradigmas dominantes dos movimentos sociais negros, feministas, LGBT¹⁵, de pessoas com necessidades educacionais especiais, entre outros, que tem cooperado de forma significativa à visibilidade destes grupos que historicamente foram silenciados e subjugados por não estarem enquadrados dentro dos limites estabelecidos por grupos hegemônicos.

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as “novas” práticas, os “novos” sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição imediatista e prática leva a perguntar: o que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer resposta; antes é preciso conhecer as condições que possibilitaram a emergência desses sujeitos e dessas práticas. (LOURO, 2004, p.28-29).

15 São muitas as representações envolvidas, além das várias mudanças na sigla representativa desse movimento no Brasil. A mais comum, GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) foi substituída por GLBT (com inclusão de Bissexuais e Transgêneros e exclusão dos Simpatizantes). A sigla aqui adotada, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), segue deliberação da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008. Há controvérsias quanto à nomeação de todos os Ts, a inclusão de um Q (para queers) ou um A (para assexuais), um I (para intersexos), um P (para pansexuais) um + (por vezes adicionado ao final para representar qualquer outra pessoa que não seja coberta pelas outras oitos iniciais), mas há um consenso na busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção das desigualdades trazendo à tona pertencimentos sexuais e de gênero.

Embora a gente esteja em uma época a qual diferentes formas de manifestação da sexualidade têm se tornado alvo de várias pesquisas e trabalhos acadêmicos, ainda vivemos em um mundo em que a grande parcela da sociedade acredita que a mulher, por ser mulher, não pode fazer tarefas e participar de brincadeiras consideradas de homem e vice-versa, do mesmo jeito como o indivíduo não pode escolher uma identidade de gênero diferente daquela que nasceu com ela, intrinsecando assim a diversidade e as diferenças de gênero como parte da formulação de uma concepção de educação menos conservadora e mais crítica acerca do processo de construção e aprendizado dos sujeitos, contemplando as novas realidades.

Neste viés, a pedagogia e o currículo queer salientam-se o processo educacional vem buscando uma didactologia diferente diante das questões de gênero e sexualidade, a qual a escola possa fornecer meios para que o aluno construa a sua própria personalidade, identidade e senso crítico, por meio da heterogeneidade das ações, importantes por abarcar as características de desconstrução das normativas, geradoras de tensão e repúdio por parte dos conservadores que ainda insistem em acreditam que o diferente é o anormal. A pedagogia queer busca a heterogeneidade das ações.

O termo queer, em inglês, além de ser usado como insulto aos gays e lésbicas, refere-se ao que é estranho, excêntrico, diferente, incomum. A teoria que se apropria deste termo como forma de contestação surge em meados dos anos 1980, como parte dos Estudos Gays e Lésbicos de forma a levar ao limite o questionamento sobre a estabilidade de identidades e a heterossexualidade. A obra que marca este surgimento é de “Between Men”, de Eve Sedgwick. Neste livro, Sedgwick afirma que a sociedade está baseada na heterossexualidade compulsória (obrigação de ser heterossexual) e na heteronormatividade (todas as relações amorosas/sexuais com referência no casal reprodutivo heterossexual). (FRAGELLI, 2008, p. 42).

A pedagogia e o currículo queer faz-se, então, importante para que a escola seja compreendida, também, como espaço de questionamento e responsável por tratar de uma temática muito rica e reveladora de novas identidades. Dessa forma, é urgente a necessidade de trabalhar temas relacionados à sexualidade e ao gênero, sobretudo a pedagogia queer, para que as pessoas ao longo do seu contato com o mundo modifiquem o que está posto, ganhando, pois, cada vez mais espaço e visibilidade nas relações de participação que se estabelecem nesse terreno.

Há ainda que se acrescentar que a busca por uma educação que contemple a diversidade e comporte as diferenças de gênero parte da formulação de uma concepção de ensino menos conservadora e uma proposta educacional que apliquem princípios e metodologias que atendam todos os tipos de alunos acerca das novas realidades, por meio de processos pedagógicos inclusivos.

A escola foi, durante muito tempo, um local de normalização, por isso, abordar a pedagogia queer nos leva a fugir das armadilhas e conseqüentemente montar outras, pois prioriza as individualidades também no que diz respeito às características de gênero e diversidade sexual, saindo das definições do que é ser homem e mulher, levando a se pensar qualquer dimensão da existência daqueles ou daquelas que se reconhecem nessa posição de sujeito, isto é, como sujeitos queer, que foge da padronização da sexualidade, que ajusta todos ao modelo heterossexual, concebendo todos os sujeitos com um desejo único (o sexo oposto), tida como a única e natural possibilidade de expressão de gênero e sexualidade.

A ESCOLA PRECISA DE UMA PEDAGOGIA QUEER

Nos dias que correm, as escolas brasileiras têm perpetuado formatos pedagógicos que não consideram as particularidades dos indivíduos, que por sua vez, ao adentrarem nas instituições de ensino, acabam por se ajustar ou até mesmo moldar-se as normas e regras de um sistema heteronormativo padronizado.

No processo educacional, o educador faz uso de métodos para disciplinarizar e adaptar-se ao padrão da instituição escolar. Dessa maneira, Fonseca citado por Santos (2017, p.192) argumenta que:

Se temos um padrão moderno de escola, também temos padrões de aluno, professor e de formação que esta instituição espera. Ao se esperar esta normalidade, tenta-se estabelecer o sentido desse modelo disciplinar: disciplinarizar o corpo, o comportamento e atitudes dos envolvidos no ambiente escolar. (FONSECA, 2011, apud SANTOS, 2017, p. 192).

Posto isto, é de suma importância que se discuta ideias como a de aceitação da diferença e tolerância, no firme propósito de (des)naturalizar comportamentos sexistas. Nesse interim, ao propor uma educação que se volte à diversidade e que incessantemente questione entre os professores, provando que o desafio de buscar um saber crítico sobre essas temáticas é gigantesco, e dessa forma, compreendê-la e operacionalizar transformações.

Louro (2004) destaca que “trabalhar com conhecimentos aos quais tem-se resistência em serem desenvolvidos, ou porque ousam questionar o ‘normal’, ou porque implicam adotar uma posição desconfortável dentro de uma ótica culturalmente estabelecida” é uma grande dificuldade para tornar queer o currículo, uma vez que construir uma experiência educacional voltado para a uma perspectiva queer exige lidar com a experiência da abjeção, quebrando o pensamento de gênero que defendendo a existência de sexualidades “normais”, aceitas por ser condizente a heterossexualidade e “anormais” quando diz respeito a homossexualidade e logo serem recusadas pelos conservadores.

Elucubrando esses fatores, é pertinente desconstruir essas normativas, priorizando as individualidades também no que diga respeito às características de gênero e, diversidade sexual, no propósito de que sejam aplicados princípios e metodologias que atendam a todos os tipos de alunos, por meio de processos pedagógicos inclusivos, permitindo que a escola tenha uma pedagogia cujo o objetivo seja discutir os estereótipos de certo e errado, daquilo que é recomendado como normal ou comum, que restringi e não comporta parte da sociedade para que assim, ela possa ser desviante de uma heteronormatização compulsória.

Quando falamos de escolas com uma proposta pedagógica queer precisamos pensar na inclusão de sujeitos não normativos, como pressupostos a ampliar as possibilidades de ser e de viver das pessoas ao longo do seu contato com o mundo e que, segundo Louro (2004) falem:

A todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconheçam nessa posição-de-sujeito, sujeitos queer. Tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização, a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. (LOURO, 2004, p. 52).

Entender a escola como espaço de questionamento e modificar o que está posto diz respeito a ocupar cada vez mais espaço e ganhar visibilidade, rebatendo, pois, uma visão binária de poder, conhecimento, sexualidade e gênero, para que se entenda que as diferentes identidades se constroem socialmente e interagem entre as relações de poder que se estabelecem nesse terreno.

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (LOURO, 2001, p. 550).

O contexto escolar assim como o seu espaço são de suma importante para a implementação de uma educação participativa, uma vez que gera aprendizado político para a participação na sociedade em geral e permite pensar a necessidade de colocar nos currículos escolares uma teoria e uma política pós-indenitárias, causada pelas novas demandas do movimento LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), a fim de que possibilite a troca de saberes e vivências, singulares que se tornam plurais quando se passa a entender que a diferença dos sexos, não deve ser a prioridade ou a exclusividade da pauta, e sim de ressignificar o que é ser homem e mulher numa sociedade patriarcal, para isso a escola deve adentrar no campo das orientações sexuais, destituída de preconceitos.

A proposta da pedagogia queer não está apenas em incluir informações pertinentes a sexualidade no currículo, e sim, provocar questionamentos acerca de significações que defina os papéis sociais e as identidades dos indivíduos que estão inseridos no cotidiano escolar. A partir dessa perspectiva, a possibilidade de discutir o que a sociedade nos impoe como normalidade e anormalidade, permitindo perceber os outros diferentes de nós e ao mesmo tempo semelhantes.

Os tempos mudaram e a pedagogia não pode estar enraizada aos modelos de antes, resistentes e não assumindo uma postura queer apenas por ignorância, que se dá pela falta de conhe-

cimento e de uma pedagogia adequada à realidade presente. Posto isto, os educadores e os educandos não podem ensinar e aprender sem que seja problematizado e reforçado que as diferenças existem e precisam ser respeitadas, num trabalho que enfatize dinamicamente a vivência de todos e suas experiências, a fim de contestar as inúmeras formas arcaicas de conhecimento, inclusive as que erroneamente são passadas como verdades na e pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível refletir de que em uma sociedade marcada pela heteronormatividade, as discussões acerca das temáticas de gênero, sexo, sexualidade e direitos humanos permeiam todos os âmbitos sociais. Nesse sentido, a teoria queer desenvolve uma crítica contundente contra as premissas naturalizantes usadas pelo conservadorismo a fim de justificar e legitimar a discriminação e a heteronormatividade.

Nesse ínterim, a escola que deveria abraçar as diferenças, pode ser o ambiente mais opressivo que existe e para combater o silenciamento das temáticas de gênero, sexo, sexualidade dentro dos muros da escola é pertinente torná-las um objetivo para escola alcançá-lo.

Para tanto, precisamos trabalhar o que historicamente vem sendo apontado como feminino e masculino, pensando, pois, nas contribuições que foram feitas para que esse termo fosse usado nesse contexto e então, implantar ações que promovam mudanças, a fim de integrar a teoria queer no âmbito escolar, no intuito de minimizar ou sanar posturas preconceituosas, permitindo as manifestações de suas peculiaridades, sem descaracterizá-las.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo. Diferenças silenciadas: pesquisas em educação, preconceitos e discriminações. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2015.

BORTOLINI, Alexandre (Org.). Diversidade sexual e de gênero na escola: educação, cultura, violência e ética. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CANDAUI, Vera Maria. Somos Tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 7. ed. Rio de Janeiro /São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRAGELLI, M.C.B.. A educação enquanto prática transgressora: Pressupostos e possibilidades da teoria queer. Monografia. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2008.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em 13 Set. 2019.

_____. Um corpo estranho - ensaios sobre a teoria queer. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

_____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

SANTOS, Wendel Souza. Teoria Queer e educação para uma abordagem não normalizadora. Rev. Sem

Aspas, Araraquara, v.6, n.2, p. 183-196, jul./dez., 2017. e-ISSN 2358-4238 DOI: 10.29373/semaspas.v6.n2.2017.8224.

TORRES, Marco Antonio. A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013.

DIVERSIDADE SEXUAL EM PUBLICAÇÕES NO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (ENPEC): COMO A EDUCAÇÃO SEXUAL COMPREENDE A DIVERSIDADE?

João Ricardo Jortieke¹⁶
Anselmo Calzolari¹⁷

RESUMO

A violência contra a população LGBTI+ é crescente no Brasil, evidenciando a necessidade de buscar medidas que revertam esse cenário. Nesse contexto, a escola se destaca enquanto instituição com papel fundamental na transformação da comunidade que a rodeia e, portanto, da sociedade. Assim, este trabalho trata-se de parte de uma pesquisa em andamento que se situa no campo de pesquisa de Ensino de Ciências e tem o objetivo de compreender como a Diversidade Sexual e a Homofobia são retratadas nos trabalhos que tratam amplamente de Educação Sexual publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC). Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se Pesquisa Bibliográfica e Análise Textual Discursiva como recursos metodológicos. Foram analisados 31 trabalhos que exibem apenas trechos que retratam as temáticas de interesse. Em geral, a compreensão de Diversidade Sexual é centrada principalmente na homossexualidade e as performances afetivo-sexuais desviantes à norma são retratadas como uma questão social amplamente presente na escola, que desperta o interesse do alunado e, principalmente, se manifesta em forma de alguma nuance de violência. O interesse do alunado e as manifestações de violência colidem em barreiras que impedem uma abordagem ampla e inclusiva da sexualidade no Ensino de Ciências devido, principalmente, à falta de recursos de ensino e preparo do corpo docente. Ainda, poucos são os trabalhos que retratam medidas que podem auxiliar de alguma forma na superação dos preconceitos encontrados, evidenciando a necessidade de pesquisas nessa área. Recomenda-se pesquisas e práticas que abordem as temáticas de forma multidisciplinar e garantam a presença de indivíduos que destoam das normas hegemônicas em espaços formais e não formais de ensino.

Palavras-chave: Análise Textual Discursiva. Ensino de Ciências. Pesquisa Bibliográfica.

INTRODUÇÃO

Recentemente, o Brasil presenciou um grave caso de censura. O prefeito da cidade do Rio de Janeiro requisitou a apreensão de obras infanto-juvenis que não apresentavam aviso sobre o teor de conteúdo e que tratavam de “homotranssexualismo” vendidas na XIX Bienal Internacional do Livro. Basicamente, essa solicitação foi fundamentada na ideia de que as obras que tratam desta temática são inapropriadas para a faixa etária do público alvo. No entanto, o Supremo Tribunal da Justiça suspendeu a liminar que permitia a ação da prefeitura (BRASIL, 2019).

A situação acima evidencia um exemplo das diversas situações sofridas diariamente pelas pessoas LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexuais): ações motivadas por preconceito. Infelizmente, o preconceito é o ponto de partida para formas mais graves de violência, tais como agressões e homicídios.

Conforme o Mapa da Violência de Gênero, houve aproximadamente 225 casos de violência contra pessoas LGBTI+ por dia em 2017 (GÊNERO E NÚMERO, 2019).

Em 2017, ano mais recente com dados disponíveis, 76% dos registros tratavam de violência física, tanto para pessoas homo/bi quanto para pessoas trans. Os casos de violência sexual foram 8% dos casos de violência contra pessoas trans e 4% contra pessoas homo/bi (GÊNERO E NÚMERO, 2019, on-line).

Ainda, somam-se os casos de homicídios aos números dos casos de violência citados: entre 2009 e 2018, ocorreram aproximadamente 4.208 casos de morte envolvendo indivíduos LGBTI+, conforme a Figura 1.

Chama atenção o fato de que a violência contra essa parte da população é crescente, exigindo a busca de medidas advindas de diferentes áreas de conhecimento que somem esforços para superar esse cenário.

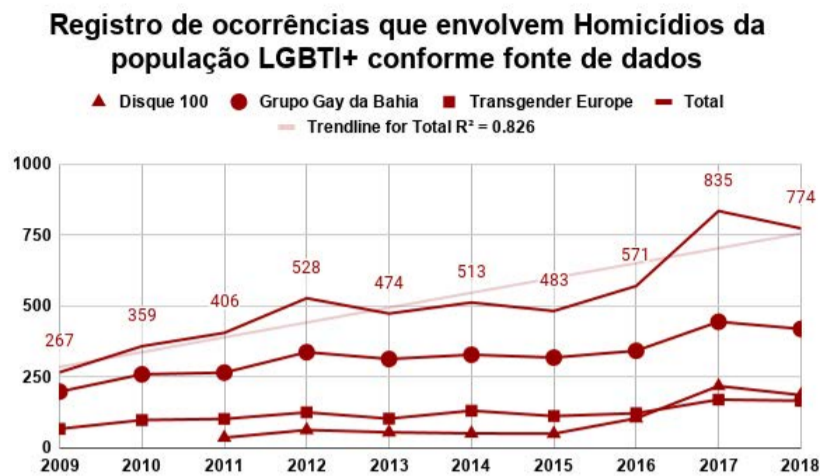
Nesse contexto, a escola se destaca enquanto instituição com papel fundamental na transformação da comunidade que a rodeia e, portanto, da sociedade por meio da recriação de sentido pessoal e social. A educação orientada por princípios igualitários em meio à diversidade presente na sala de aula e o acesso ao conhecimento científico com valorização da inteligência cultural dos indivíduos são apenas alguns dos fatores que auxiliam as pessoas a transformarem seus contextos socioculturais (AUBERT et al., 2016).

¹⁶ Licenciando em Química pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Araras. E-mail: ricardojrjj@gmail.com

¹⁷ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2012). Professor do Departamento de Ciências Naturais, Matemática e Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Araras. E-mail: anselmo@ufscar.br

Figura 1. Registro de ocorrências que envolvem morte* da população LGBTI+ entre os anos de 2009 e 2018 conforme fonte de dados. Fontes: BRASIL, 2017, GGB, 2019; TGEU, 2019.

*Homicídios, suicídios e tentativa de homicídios/suicídios.



Considerando evidências de violência contra população LGBTI+ e entendendo a Aprendizagem Dialógica (AUBERT et al, 2016) como possibilidade de superação desta condição, este artigo trata-se de parte de uma pesquisa em andamento¹⁸, situada no campo de pesquisa em Educação em Ciências, e tem o objetivo de compreender como os conceitos Diversidade Sexual e a Homofobia são retratadas em trabalhos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), os quais foram categorizados, na pesquisa em andamento, como tangentes à Educação Sexual.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, utilizou-se a modalidade de Pesquisa Bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007) e a técnica de Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2016).

O PROCESSO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Conforme Lima e Mioto (2007), a Pesquisa Bibliográfica é “[...] um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Os parâmetros utilizados constam no Quadro 1.

Quadro 1. Parâmetros estabelecidos para a Pesquisa Bibliográfica. Fonte: Elaboração do autor.

Parâmetro			
Temático	Linguístico	Cronológico	Fonte
Homofobia e Diversidade Sexual no Ensino de Ciências.	Português.	Entre 1997 e 2017.	Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências.

Elegeram-se as Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) como fonte de dados pelo fato deste evento bianual ser considerado um dos principais em âmbito nacional sobre tal temática. O Parâmetro Cronológico foi delimitado com base no número de edições do evento, sendo a primeira em 1997. Houve a edição do evento em julho de 2019, mas, até o momento da elaboração deste artigo, as atas não haviam sido publicadas, portanto o período considerado neste parâmetro encerra-se em 2017.

18 Projeto: Homofobia e Diversidade Sexual no Ensino de Ciências: Contribuições do ENPEC nas últimas duas décadas. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo: 2018/25248-9.

Com relação ao Parâmetro Temático, é importante ressaltar que primeiramente realizou-se o levantamento de trabalhos que tratam amplamente de Sexualidade e Gênero no Ensino de Ciências e, a partir daí, reduziu-se o corpus de análise através da leitura do resumo, título e palavras-chave das obras encontradas. Além disso, dentre as obras não selecionadas para compor o escopo principal da pesquisa, fez-se uso de ferramenta de busca por palavras para encontrar trabalhos que fizessem menção a termos relacionados à comunidade LGBTI+, tais como: homofobia, LGBT, sapatão, bissexualidade, entre outros. A partir desse processo completo foi possível determinar dois grupos de trabalhos encontrados: I) Trabalhos que abordavam diretamente questões de diversidade sexual e homofobia; II) Trabalhos que tangenciam essa temática, possuindo trechos que se preocupam em discutir ou evidenciar tais questões, consideradas na Educação Sexual. Como explicitado nos objetivos, o presente artigo focará análise neste Grupo II.

A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA

Trata-se de uma metodologia de análise qualitativa proposta por Moraes e Galiazzi (2016) que consiste na desorganização de obras literárias de interesse para os objetivos de uma pesquisa (denominado corpus) em Unidades de Análise (UA) fragmentadas e reorganizadas. O processo tem início pela etapa da Unitarização, seguido pela Categorização e, finalmente, Captação do Novo Emergente.

Para o presente trabalho, as categorias são classificadas enquanto categorias emergentes devido ao uso do método indutivo.

A elaboração de categorias com o método indutivo reivindica que o pesquisador busque teorias com as quais talvez nem tenha trabalhado para fundamentar as suas categorias. Ou seja, exercício empírico é que induz o delineamento teórico categorial. (SOUSA; GALIAZZI, 2017, p. 521).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre 8.042 trabalhos publicados ao longo das onze edições publicadas do ENPEC, foram encontrados 122 que tratam amplamente sobre Gênero e Sexualidade. Destes, 15 abordam diretamente questões de Diversidade Sexual e Homofobia (Grupo I e 31 possuem apenas trechos que tangenciam esse tema de alguma forma (Grupo II) e são, portanto, alvo da análise textual discursiva a seguir, considerando a etapa de captação do novo emergente.

Em geral, a compreensão de Diversidade Sexual nos trabalhos que mencionam tal temática é centrada principalmente na homossexualidade. Ainda, as performances afetivo-sexuais desviantes à norma são retratadas como uma questão social amplamente presente na escola, que desperta o interesse do alunado e, principalmente, se manifesta em forma de alguma nuance de violência.

O interesse de alunas e alunos é um fator que destaca a necessidade de abordar tais temáticas na sala de aula, uma vez que se fazem presentes na vida desses indivíduos e, devido ao fato de serem consideradas um tabu na sociedade, possuem pouco espaço para discussão na esfera familiar. O interesse é majoritariamente feminino, evidenciando a influência das normas de gênero na discussão do tema.

Trechos dos trabalhos ajudam a evidenciar essa questão. Ao tratar da formação de categorias de trabalho na sala de aula com base em dúvidas expostas por estudantes em uma urna, Fernandes, Jojima e Santiago (2011) destacam que “As categorias estabelecidas para organizar as dúvidas foram: ‘Uso do Anticoncepcional’, ‘Preservativo’, ‘Emocional’, ‘Prazer’, ‘Saúde sexual’, ‘Gravidez’, ‘Primeira vez’ e ‘Homossexualidade’ - esta última categoria presente apenas nas perguntas das meninas.” (p. 7). Em outro trabalho, que buscou compreender o interesse de familiares e estudantes sobre Orientação Sexual, temos que “Os dados revelam que para os adolescentes do sexo masculino, preconceito/tabus (26,%) e homossexualidade (19,6%) foram os menos citados. Por outro lado, 38,7% das adolescentes citaram a homossexualidade e 32,3 % citaram preconceitos/tabus.” (MENEZES; CHAVES, 2013, p. 5). Ainda, “As pesquisas de opinião evidenciam, fortemente, uma rejeição alta da população brasileira, especialmente masculina, aos homossexuais [...]” (CARVALHO, 2007, p. 5). Dessa forma, é evidente que o interesse de indivíduos masculinos por temas ligados à diversidade sexual se configura, mais intensamente, enquanto um tabu.

Saindo da esfera do alunado, o escopo de trabalhos encontrados retrata que a necessidade de abordar a Diversidade Sexual na escola é reconhecida, inclusive, pelo corpo docente. Um trabalho que buscou compreender os tópicos relevantes a serem ensinados ao longo dos ciclos de ensino constatou que “[...] muitos professores apontaram outros temas ligados à sexualidade, entre eles: mudanças físicas e fisiológicas, contracepção, namoro e sexo, homossexualismo e temas mais gerais, como respeito.” (BARDI; CAMPOS, 2007, p. 9).

No entanto, tal necessidade é confrontada com diversas barreiras, entre as quais “[...] a falta de material didático específico e a incompreensão e desinformação por parte dos pais de alunos” (ALVES; CHAVES, 2007, p. 11). A falta de formação específica também é uma barreira citada por dois trabalhos: “A professora tem consciência de que primeiramente deve ter formação compatível com as demandas sociais, do mesmo modo que outros professores comentaram ao se referirem sobre outros temas polêmicos da sexualidade: homossexualidade e relação sexual antes do casamento.” (GARCIA; LARENCINI JÚNIOR, 2003, p. 3)

“Relatos de posturas mostram que os professores/educadores não conseguem lidar com a sexualidade infantil, têm dificuldades com o homossexualismo e as relações de gênero, e tendem a ainda abordar a Educação Sexual de forma desigual para ambos os sexos perpetuando a discriminação e os estereótipos.” (SILVA; MEGID NETO, 2005, p. 6). Tais barreiras acabam por colaborar para a formação de ambientes na escola que favorecem situações de violência.

A falta de conhecimento do alunado sobre a Diversidade Sexual, além de despertar interesse pelo tema, leva a preconceitos que, por sua vez, podem se manifestar na forma de violência. Dois trechos evidenciam bem essa questão: Uma aluna reconhece a dificuldade de uma professora em abordar tais temáticas dentro das aulas de sexualidade e aponta que “[...] aqui na escola precisava ter mais atividades que falem para os homossexuais. Aqui na escola têm muitos que sofrem muito preconceito. Até os professores têm preconceito.” (CEZAR; VARGAS, 2013, p. 6); e as consequências de uma situação de ensino que considerou a Diversidade Sexual como um eixo essencial:

Questionados sobre o significado das palavras intersexual, heterossexual, homossexual, bissexual, transexual, encontrados na pesquisa bibliográfica, os alunos relataram um sentimento de surpresa, pois eles não sabiam da existência de tantas formas e maneiras dos seres humanos se relacionarem com os seus corpos e mentes. Neste momento, também surgiram visões preconceituosas e estereotipadas, com o uso de alguns termos pejorativos e discriminatórios, palavras como “Bicha”, “Sapatão”, vieram à tona como observamos na fala deste aluno “se eu tivesse um filho “bicha” eu dava uma surra pra aprender a ser homem”, surgindo daí a necessidade de intensificar o trabalho de sensibilização e respeito entre às diferenças (COSTA et al., 2005, p. 6).

Tal violência não acomete somente a alunas ou alunos. Professores e professoras são levados a esconder sua verdadeira identidade de forma a evitar manifestações de preconceito, prejudicando sua saúde mental em prol de um ambiente de trabalho, ensino e aprendizagem adequado às normas hegemônicas.

Eu tento esconder minha sexualidade. Eu minto. Se perguntam se eu tenho namorado eu falo que tenho, se eu estou relacionando com alguém eu falo que é namorado. Eu tento esconder. É ruim isso, porque nesses dias uma aluna me pediu a foto do meu namorado. É ruim, mesmo se eu tivesse, acho que eu não iria mostrar. Outro dia lá na sala dos professores uma professora me perguntou: “Você é casada? Você tem namorado?” Às vezes eu falo que tenho namorado, que terminei, eu terminei um relacionamento e emagreci muito. Eu tinha 72 kilos e caí para 60. Um dia, eu estava na sala dos professores e não agüentei e chorei, chorei...Ai eu falei: “Crise de enxaqueca.” É ruim ter que ficar inventando assim, às vezes parece que minha toda é inventada, tudo é inventado, eu falo para minha amiga, parece eu tenho duas caras. É ruim. Minha família não sabe que eu sou homossexual (SILVA; ROSA, 2005, p. 8).

Em números absolutos, aproximadamente 68% dos trabalhos que compõem o corpus desta pesquisa possuem trechos que reconhecem a presença de situações de violência e preconceito. Em contrapartida, apenas 16% se preocupam em explicitar medidas que podem ser tomadas para tentar reverter esse cenário.

Das medidas apontadas pelos trabalhos encontrados, destaca-se, de maneira transversal, a participação de diferentes indivíduos em situações de ensino como colaboradores.

Este Seminário Interativo, em 2005, aconteceu na Universidade contando com a participação de diferentes profissionais da comunidade que são incluídas no processo como convidados/colaboradores: professores que estão atuando como Educadores sexuais nas escolas, psicólogos

que trabalham em instituições, especificamente com a Educação sexual de crianças, adolescentes e jovens que têm algum tipo de deficiência, (ex) prostitutas, travestis, drag queen etc. (BARCELOS et al., 2007, p. 5)

Dessa forma, são evidenciados os fatos de que, em geral, os trabalhos que estudam Sexualidade/Educação Sexual no Ensino de Ciências e mencionam as questões da Diversidade Sexual retratam este assunto direcionado à homossexualidade, deixando outras condições/identidades à margem, e um cenário caracterizado pela presença de violência, principalmente simbólica e psicológica. Além disso, reconhecem o tabu que permeia essas questões. Tal tabu parece ser responsável por suscitar um interesse na juventude pelas temáticas. Contudo, o interesse do alunado colide em barreiras que impedem uma abordagem ampla e inclusiva da sexualidade no Ensino de Ciências devido, principalmente, a falta de recursos e preparo do corpo docente. Por fim, poucos são os trabalhos que retratam medidas que podem auxiliar de alguma forma na superação dos preconceitos encontrados, evidenciando a necessidade de pesquisas nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos analisados corroboram os relatórios citados na introdução, evidenciando um cenário permeado por diversas formas de violências. É essencial que sejam estudadas e discutidas possibilidades de pesquisa que recomendem ações efetivas para combate à violência nas escolas e que colaborem com a prevenção desta violência, de forma a garantir uma sociedade verdadeira e democraticamente plural. Recomendamos a investigação de práticas que considerem a atividade promovida por Barcelos e colaboradores (2007), uma vez que, além de abordarem a temática de forma multidisciplinar, garantem a presença de indivíduos que destoam das normas hegemônicas em espaços formais e não formais, colaborando para o respeito e normatização de tais performances de gênero.

REFERÊNCIAS

AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCÍA, C.; FLECHA, R.; RACIONERA, S. Aprendizagem dialógica na sociedade da informação. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

ALVES, Janine Cinara Silveira; CHAVES, Andréa Carla Leite. As Necessidades e Dificuldades da Orientação Sexual na Visão dos Professores de Ciências de Porteirinha-MG. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8ª ed., 2011, Campinas.

BARCELOS, Nora Ney Santos; MORAES, Viviane Rodrigues Alves de; ROSENBERG, Eleusa Gallo; JOGO, Danielle Akemi; COLOMBINI, Elisa; MARTINS, Jannaina M. E.; FREITAS, Rafael F.; FARIA, Rafael. Integrando Licenciatura e Programa de Educação Afetivo Sexual - SEE (MG). In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 6ª ed., 2007, Florianópolis.

BARDI, Juliana; CAMPOS, Luciana M. Lunardi. Orientação Sexual nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 6ª ed., 2007, Florianópolis.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Balanço Disque 100 - 2017 - LGBT. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100>>. Acesso em 09 set. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar Na Suspensão De Liminar 1.248 Rio De Janeiro. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/toffoli-hq.pdf>>. Acesso em 09 set. 2019.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Educação Sexual: conflito entre saberes biológicos e culturais. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 5ª ed., 2007, Florianópolis.

CEZAR, Bartira dos Reis Rocha; VARGAS, Eliane Portes. Revistas Juvenis Femininas e a Educação Sexual no Ensino Não-Formal de Ciências. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 9ª ed., 2013, Águas de Lindóia.

COSTA, Emilie Saraiva Alves da; TORRES, Danielly Ferreira; CIME, Adriana Damasceno Pereira Pinto; COSTA, Ivaneide Alves Soares da. Percepção de Alunos da Educação Básica sobre Sexualidade. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 5ª ed., 2005, Bauru.

FERNANDES, Hylío Laganá; JOJIMA, Cecília Leiko; SANTIAGO, Jane Cristina Conzatti. Adolescência, sexualidade e formação docente: reflexão e não-diretividade para a construção da autonomia. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8ª ed., 2011, Campinas.

GARCIA, Maria de Fátima Lopes; LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. A Implementação de um Projeto Pedagógico sobre Sexualidade na Escola: resistências e desafios. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 4ª ed., 2003, Bauru.

Gênero e Número. Mapa da Violência de Gênero LGBT+. 2019. Disponível em: <<https://mapadaviolenciadegenero.com.br/lgbt/>>. Acesso em 09 set. 2019.

Grupo Gay Da Bahia (GGB). Assassinato de LGBT no Brasil: Relatório 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>> Acesso em 09 set. 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. katálysis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004> Acesso em 09 set. 2019.

MENEZES, Márcia de Oliveira; CHAVES, Andréa Carla Leite. Orientação Sexual: o que alunos e pais gostariam que fosse abordado na escola. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 9ª ed., 2013, Águas de Lindóia.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. In: _____. Análise Textual Discursiva. Ijuí, Editora Unijuí, 2016.

SILVA, Miriam Pacheco; ROSA, Maria Inês Petrucci dos Santos. Currículo e Sexualidade - Memórias na Formação de Professores. In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 5ª ed., 2005, Bauru.

SILVA, Regina Célia Pinheiro; MEGID NETO, Jorge. Formação de Professores e Educadores para Abordagem da Educação Sexual na Escola: o que mostram as pesquisas? In: Atas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 5ª ed., 2005, Bauru.

SOUSA, Robson Simplicio de; GALIAZZI, Maria do Carmo. A Categoria na Análise Textual Discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 5, n. 9, p. 514-538, 2017. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/130>>. Acesso em 09 set. 2019.

Transgender Europe (TGEU). Trans Murder Monitoring (TMM) Absolute Numbers. 2019. Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2010>. Acesso em 09 set. 2019.

GÊNERO, SEXUALIDADE E CURRÍCULO: QUAL É O LUGAR DA DIVERSIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Edimauro Ramos²⁰

RESUMO

Qual é o lugar do gênero e das sexualidades insubmissas aos ditames normativos dentro dos cursos de Pedagogia? Como a formação docente tem reportado essas temáticas aos futuros professores através do currículo? De que maneira ela tem se eximido de abrir espaço para esses debates? A presente pesquisa, movida por essas inquietações, tem o intuito de refletir sobre o currículo desse curso no panorama da do reconhecimento e problematização das temáticas diversidade sexual e de gênero na perspectiva da Educação, ressaltando a incorporação e/ou a falta das temáticas na etapa da formação docente e como essa falta dá espaço para outras dimensões que interpelam a percepção das sexualidades e do gênero no cotidiano acadêmico. Para tanto, a pesquisa comunga das ideias de autores e teóricos que promovem provocações a respeito do gênero, sexualidade, currículo e das demais pedagogias culturais, como a “pedagogia da sexualidade e do gênero”, as “pedagogias do insulto” e as “pedagogias do armário” inscritas nessas relações. A revisão bibliográfica pertinente ao tema juntamente com as aproximações teóricas e discussões tecidas apontam que, apesar de ambos os temas figurarem nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, as ementas dos cursos ainda, até mesmo a percepção docente difundida nesses cursos se esquivam ou silenciam essas vivências e corpos de seus currículos e cotidianos, dando espaço ou até mesmo reforçando a presença das pedagogias da indiferença, carecendo de reflexões e de incorporações mais sólidas que visem uma Pedagogia amparada pela igualdade e embasada de fato nas prerrogativas de respeito e equidade.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidades. Pedagogia. Formação. Currículo.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional brasileiro, sobretudo no segmento de formação de professores, aponta que o currículo desse curso ainda não é um espaço propício e inteiramente democrático para subverter normas de gênero e sexualidades tidas como hegemônicas, onde, através de silenciamentos, acaba promovendo desigualdades e investimentos em noções fadadas às abordagens sexistas e homofóbicas.

Dada a relevância de se debater sobre as identidades que escapam das balizas sexuais e de gênero, nota-se que os temas diversidade sexual e de gênero, na perspectiva da formação em Pedagogia e na educação como um todo, necessitam ser redimensionados e trazidos aos centros dos debates na formação, com a finalidade de buscar compreender tais identidades e subjetividades que transitam nos mais diferentes espaços educativos.

Exposto o ponto norteador, cabe algumas inquietações que o tecem: quais são as identidades e experiências sexuais e de gênero que o curso de formação de professores tem possibilitado debater? Quais pedagogias têm sido exercidas e aprendidas? Qual é o lugar do gênero e da diversidade sexual no currículo? Como o curso de Pedagogia age em interface às relações de gênero e preconceitos às sexualidades quando esses eixos não perpassam pelos seus debates?

Esta pesquisa se encarrega, através da revisão bibliográfica pertinente ao tema trazido ao centro, em trazer um panorama da incorporação da diversidade sexual e gênero nos currículos desse curso. Para tanto, além de estabelecer aproximações teóricas sobre a falta ou a importância da diversidade no currículo, o artigo volta os olhares para as Diretrizes Curriculares Nacionais para curso de Pedagogia, o qual estabelece que os temas têm respaldo na formação, o que não é sinônimo de que haja fomento na mesma.

GÊNERO E SEXUALIDADES À DERIVA: SOBRE QUAIS PEDAGOGIAS ESTAMOS FALANDO?

Ghiraldelli Jr. (1996, p. 10), acredita que a pedagogia como conhecemos hoje “possui suas características básicas estabelecidas com o advento do mundo moderno.” O autor ainda defende que falar em pedagogia, uma ciência tão ramificada e ampla, devemos vê-la sob perspectivas mais críticas e reflexivas:

As diferenças internas da pedagogia — o que nos obriga a falar não em pedagogia, no singular, mas em pedagogias — resultam da maneira como a filosofia moderna passou a depender da figura do sujeito (e também como ela, contemporaneamente, veio a criticar e desconstruir essa

19 Trabalho submetido ao GT 03: Educação para quem? Corpos estranhos, educados, excluídos no ambiente escolar, do Congresso Internacional LGBTI+.

20 Graduando em Pedagogia. Faculdades Integradas de Itararé – FAFIT. edimauroamos@hotmail.com.

noção). (GHIRALDELLI JR., 1996, p. 16).

Já Libâneo (2001) define a Pedagogia como o campo do conhecimento que estuda sistematicamente a educação, o ato educativo e a exercício pedagógico como fator pertencente à atividade humana, sendo interdependente aos aspectos e processos sociais. Pimenta e Lima (2004, p. 41), ao que se refere as experiências pedagógicas para a prática docente, partilham da ideia que, nesse espectro, “a universidade é, por excelência, o espaço formativo da docência”.

Apesar da afirmação e Pimenta e Lima quanto ao espaço da universidade ser privilegiado para o conhecimento, Amaral, Caseira e Magalhães (2017, p. 130) recomendam que “faz-se necessário estarmos atentos/atentas para esses outros espaços, que também estão funcionando como produtores de saberes, conhecimentos, formas de pensar e agir.”

Além do sentido educacional impregnado na semântica de Pedagogia, nota-se que a mesma se faz presente em qualquer lugar em que haja construção e compartilhamento do conhecimento. Giroux e McLaren (1995, p. 144), ressaltam que ela está presente “em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum.”

Todavia, para além dessa semântica, ou melhor, das inúmeras nuances que a Pedagogia abarca, há uma perversidade quando associamos seus significados à sexualidade e ao gênero nos espaços educativos e no currículo. As “pedagogias da sexualidade e do gênero”, “do insulto” e “do armário”, são algumas das expressões debatidas na última década, cunhadas por teóricos como Rogério Junqueira, Guacira Lopes Louro e Deborah Britzman, para descrever o ato genuíno de educar e enquadrar identidades simbólica ou diretamente, mediada por hegemonias, preconceitos e intolerâncias.

A “pedagogia do insulto”, como pondera Junqueira (2009, p. 17) é constituída “de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes” – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação”. A “pedagogia do armário”, termo explorado também por Junqueira (2012), tem como base a defesa incessante da heteronormatividade. Esta pedagogia é constituída de dispositivos de controle e silenciamento, agindo em interface com forças heterorreguladoras de dominação.

Abordagens que beiram a LGBTQfobia, machismo, misoginia e o sexismo, aliadas à sustentação da heteronormatividade no espaço escolar ou fora dele, são alicerces dessas pedagogias movidas pela indiferença. Louro (1999, p. 25), englobando as premissas que se inscrevem na “pedagogia da sexualidade e do gênero”, afirma que:

Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias

Louro (2008), está convencida que a construção do gênero e da sexualidade se dá ao longo da vida, constantemente, gradativamente. Porém, ao sermos interpelados por discursos que contradizem essa assertiva, essas pedagogias culturais, como descreve Xavier Filha (2014), nos permitem ilustrar e analisar discursos que vêm sendo reproduzidos na realidade contemporânea e que, certamente, têm produzindo e buscado educar nossas identidades.

Meyer et al. (2004) reforça que as interfaces instauradas por tais pedagogias “envolvem estratégias sutis, refinadas e naturalizadas, exaustivamente repetidas e atualizadas que quase não percebemos como tais.” Analisar essas pedagogias e os artefatos que mediam seus discursos, segundo Giroux (2005, p. 155) significa ampliar o significado e a prática da pedagogia para além das fronteiras da escola”, ou seja, compreender que elas se fazem presentes nos mais diferentes espaços.

Tal reflexão se faz importante ao estreitarmos os olhares para o curso de Pedagogia: são essas as pedagogias, hegemonias e percepções defendidas na formação docente? Qual respaldo o curso tem para pautar sobre esses temas tendo como embasamento a igualdade e a cidadania com os futuros atuantes da docência? Quais pedagogias têm sido ensinadas?

ENTRE DESDOBRAMENTOS E ESTAGNAÇÕES: O QUE DIZEM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?

No dia 4 de abril de 1939, o currículo do curso foi regulamentado, e de acordo com Silva (2015, p. 38) o curso surgiu com a necessidade de formar professores em nível superior. Porém, muitas foram as transformações curriculares desde a regulamentação e reconhecimento do curso, e a mais importante delas foi a Resolução CNE/CP nº 01/2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Estabelecendo as prerrogativas do curso, o documento estipula que:

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. (BRASIL, 2006, p. 1).

O documento compreende a atuação docente como “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia”. (BRASIL, 2006, p. 1). Contudo, nota-se o caráter plural que perpassa as Diretrizes. O Parecer CNE/CP Nº 5 das Diretrizes também ressaltam essa perspectiva, sobretudo no que tange ao reconhecimento das pautas de gênero e diversidade sexual:

[...] uma ação norteada pela ética, justiça, dialogicidade, respeito mútuo, solidariedade, tolerância, reconhecimento da diversidade, valorização das diferentes culturas e suas repercussões na vida social, de modo particular nas escolas, dando ênfase à educação das relações de gênero, das relações étnico-raciais, à educação sexual, à preservação do meio ambiente articuladamente com a da saúde e da vida, além de outras questões de relevância local, regional, nacional e até mesmo internacional (BRASIL, 2005, p. 10).

Pereira (2014), crê que, de fato, as Diretrizes abriram portas para edificar um curso de Pedagogia atento à perspectiva interdisciplinar que dialogasse também com as esferas políticas, sociais e a diversidade cultural. Unbehaum, Cavasin e Gava (2010) refletem que essas diretrizes servem de referência na estruturação de programas de formação, possibilitando que haja flexibilidade na edificação dos currículos plenos.

Sobre o gênero e a diversidade sexual diretamente, a Resolução CNE/CP nº 01/2006 dá respaldo e estipula os desdobramentos necessários para abranger os eixos temáticos voltados à diversidade e aos seus respectivos preconceitos, bem como, promover o respeito acerca das relações étnico-raciais e outras, afirmando que:

“Art. 5º: O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: X- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras.”(BRASIL, 2006, p. 2).

No último parágrafo em que se lê “escolhas sexuais”, vale destacar que essa terminologia é obsoleta, sendo substituída por “orientação sexual”. Silva (2015, p. 85), a respeito da seleção equivocada das palavras, crê que tal termo deve ser sim problematizado e que devemos levar em questão a sua presença no documento como uma fresta para reivindicar suas discussões no Ensino Superior.

Entretanto, quanto aos emblemas presentes no espaço acadêmico que se encontra o curso de Pedagogia, Castro e Ferrari (2016, p. 81) se convencem que muitas são as inseguranças e conflitos em lidar com as sexualidades e gêneros nas instituições, ainda mais no espaço acadêmico de formação de professores, pois estão inseridas dentro dos valores familiares e embates religiosos.

Félix (2015) explicita que as temáticas gênero e sexualidade são, na maioria das vezes, consideradas inúteis pelos docentes. Dias (2014) sobre esse panorama, aponta que por consequência desse silenciamento, uma quantia expressiva dos cursos de formação que não se aproxima dessas temáticas enfrenta dificuldades na prática educativa posterior.

Kelly da Silva acredita que estarmos aptos para as premissas de igualdade, como preza as Diretrizes, é também sinônimo em “questionar o silêncio que o currículo impõe sobre o gênero e a

sexualidade e compreendê-lo como um campo em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de saberes”. (SILVA, 2015, p. 84).

Por fim, Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 74) provoca uma inquietação sobre a presença e falta dessas premissas no currículo aqui discutido, questionando como seria “uma pedagogia e um currículo que não se limitassem a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscassem problematizá-las?” (2014, p. 74).

Britzman (1990, p. 90), compreendendo a relevância de construir um currículo e uma Pedagogia para a igualdade, acredita que na sala de aula universitária, onde as ciências se estreitam para a sexualidade, sua linguagem se torna didática, criativa, reflexiva, logo, dessexualizada. Contudo, o contato com os temas no âmbito do Ensino Superior, ainda mais no curso de Pedagogia, segundo Scott (1990), se torna uma maneira de dar significado e compreender a engenharia das relações de poder.

TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se Libâneo (2001) nos diz que a Pedagogia extrapola os limites da docência e que os pedagogos são aqueles que lidam com a prática educativa, cabe-nos refletir que a formação docente não se exime desse limiar de aprendizagem, pois, antes do gênero e a diversidade sexual serem meras disciplinas nas ementas, são conceitos que atravessam toda a dimensão social, cultural, histórica e humana.

Apesar do gênero a diversidade sexual figurarem nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, faz-se necessário repensar e analisar as pedagogias culturais postas em circulação no currículo e no espaço de formação docente. Mesmo que de forma indireta por meio do silenciamento, o papel do currículo necessita acalorar e incentivar debates em prol da problematização de discursos limitados à intolerância.

Que os pedagogos e pedagogas possam ter seus direitos ao saber e de debater assegurados, e que as estruturas curriculares se empenhem em despertar a curiosidade, criticidade e a reflexão sobre essas pedagogias da indiferença, da sexualidade e do gênero, do armário e do insulto. Que a Pedagogia seja uma ferramenta capaz de desestabilizar essa submissão impostas àqueles que transitam entre o binarismo de gênero, às sexualidades e aos corpos transgressores das normas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C; CASEIRA, F; MAGALHÃES, J. Artefatos culturais: pensando algumas potencialidades para discussão dos corpos, gêneros e sexualidades. In: RIBEIRO, Paula R. C.; MAGALHÃES, JONALIRA, C. (orgs.) Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/7097>. Acesso em: 15 ago. 2019

BRASIL, Parecer CNE/CP Nº 5. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 15 de ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 1. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em: 15 ago. 2019.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CASTRO, R., FERRARI, A. Educação, experiências religiosas, gêneros e sexualidades: algumas problematizações. In: RIBEIRO, Paula R. C.; MAGALHÃES, JONALIRA, C. (orgs.) Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande, RS, Ed. da FURG, 2017. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/7097>. Acesso em: 18 ago. 2019.

DIAS, A. F.. Representações sociais de gênero no trabalho docente: sentidos e significados atribuídos ao trabalho e a qualificação. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

FÉLIX, J.. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. Espaço do currículo, v.8, n.2, p. 223-231, Maio a Agosto de 2015.

GIROUX, H; McLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A F.

- (org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- GHIRALDELLI, Paulo. O que é pedagogia. São Paulo: Brasiliense. 1996.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- _____. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. Revista Educação On-line PUC-Rio nº 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20040/20040.PDF>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. Editora da UFPR, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- _____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-posições, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2>. Acesso em: 17 ago 2019.
- MEYER, Dagmar et al. “Mulher sem-vergonha” e “traidor responsável”: problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/Aids. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 13-34, 2004.
- PEREIRA, A. O curso de pedagogia e as novas diretrizes curriculares: análise crítica de um currículo escrito. Espaço do currículo, v.7, n.2, p.297-313, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/20635/11384>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- SILVA, Kelly. Currículo e gênero: a sexualidade na formação docente. 1ª ed. Curitiba Editora Appris, 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.
- UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sylvia; GAVA, Thais. Gênero e Sexualidade nos currículos de Pedagogia. FAZENDO GÊNERO–DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, v. 9, p. 01-10, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278171100_ARQUIVO_Gen_Sex_Curric_Ped_ST19_FG9.pdf. Acesso em: 16 ago. 2019.
- XAVIER FILHA, Constantina. Gênero, sexualidade e diferença em livros para a infância. In: MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). Educação para a Sexualidade. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. p. 231-246. (Coleção Cadernos Pedagógicos da EAD, v. 23).

HOMENS (TRANS) DOCENTES: TRANSMASCULINIDADES NA EDUCAÇÃO²¹

Giseli Cristina dos Passos²²

RESUMO

No Brasil não há um levantamento aprofundado sobre a população transmasculina, o reconhecimento das identidades de gênero desses sujeitos, a invisibilidade social e política enfrentada por eles, bem como sobre as múltiplas formas e expressões de violência que os atingem diariamente. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é investigar como se dá a inserção e permanência de homens (trans) na docência identificando tabus, desafios, obstáculos, enfrentamentos, resistência e conquistas que permeiam suas trajetórias profissionais. Para tanto foram feitas 7 (sete) entrevistas semi-estruturadas, online e via WhatsApp, com homens (trans) docentes de diversas cidades do país e posterior análise de conteúdo. Procurou-se reconhecer as identidades de gênero desses sujeitos e suas performances neste contexto e registrar as múltiplas formas e expressões de violência que os atingem diariamente enquanto educadores. Observa-se que os desafios enfrentados pelos discentes transexuais são os mesmos enfrentados pelos discentes transexuais, sejam eles homens ou mulheres, a exemplo, uso do nome social, o correto tratamento de gênero, o uso do banheiro e cresce-se a questão da exposição sem consentimento que muitos homens (trans) passam em seus ambientes de trabalho o que faz com que muitos, no fim, optam pela invisibilidade dada a eles por condições hormonais, alterações corporais e retificação de documentação.

Palavras-chave: Homens (trans). Transmasculinidades. Educação. Docentes. Trabalho.

INTRODUÇÃO

Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?
(Donna Haraway)

Toda análise resultante de um trabalho de pesquisa gera produção de conhecimento. Todo conhecimento é produzido por alguém, este alguém pode ser entendido como inserido no meio social e não aquém deste ambiente. Donna Haraway (1995, p. 24) nos alerta para os perigos do relativismo que a autora entende como o “perfeito gêmeo invertido da totalização” e aponta que a “alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (HARAWAY, 1995, p. 23). Assim qual o lugar da minha visão? Do meu ponto de vista?

Djamila Ribeiro (2017, s.p.) problematiza como “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Neste sentido, todos os conhecimentos são situados, social e historicamente e, portanto, parciais: “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo.” (RIBEIRO, 2017, s.p.) Há um lócus social que deve ser levado em conta, não como baliza para conceder ou não a autorização de fala, mas sim para entender qual o lugar de onde falamos e de onde olhamos para o mundo para então intervir nele eticamente.

Como ser mulher, cis, branca, professora, mãe, esposa, lésbica e pesquisadora interfere na minha descoberta, construção e organização de informações? Pensar sobre isso produziu um deslocamento e a percepção de que quem eu sou, obviamente, interfere no meu modo de pensar e que o meu saber é parcial e localizado. Mais interessante ainda, propiciou o entendimento de que o sujeito do meu conhecimento deve ser visto como uma atriz/ator e agente que vive, assim como eu, as relações entre saber, poder e verdade da contemporaneidade.

No Brasil não há um levantamento aprofundado sobre a população transmasculina, o reconhecimento das identidades de gênero desses sujeitos, a invisibilidade social e política enfrentada por eles, bem como sobre as múltiplas formas e expressões de violência que os atingem diariamente. Neste contexto, a proposta desta pesquisa consiste em investigar como se dá a inserção e permanência de homens (trans)²³ na docência identificando tabus, desafios, obstáculos, enfrenta-

21 Esta pesquisa é um resumo da abordagem e resultados apresentados em forma de dissertação como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de Concentração: Tecnologia e Trabalho.

22 Professora de História – SEED. Bacharel e Licenciada em História pela UFPR. Especialista em Educação Especial Inclusiva, Ensino Religioso, Gênero e Diversidade Sexual. Mestre em Tecnologia e Sociedade pela UTFPR. Pesquisadora do GeTec – UTFPR.

23 Utilizo a nomenclatura defendida por André Lucas Guerreiro Oliveira em sua dissertação de mestrado “Somos Quem Podemos Ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. Portanto, ao me referir aos homens (trans) estou discorrendo sobre pessoas que foram designadas como mulheres no momento de seu nascimento, por possuírem a genitália marcada como feminina (vagina) e que por qualquer motivo, em algum momento de suas vidas, passaram a se reconhecer como pertencentes ao gênero masculino, logo homens. Deste modo, seguindo a linha de pensamento de Oliveira (2015) e Flávia Teixeira (2013) de que pessoas transexuais reivindicam a priori serem reconhecidas como pessoas, e que o termo, oriundo de discurso médico, não se sobrepõe ao gênero reivindicado por eles usarei, nesta dissertação, o termo homem (trans).

mentos resistência e conquistas que permeiam suas trajetórias profissionais.

Os homens (trans) sofrem com a angústia de serem tantas vezes considerados lésbicas masculinizadas, mesmo reivindicando o reconhecimento como membros do gênero com o qual se identificam. Berenice Bento (2006, p. 209) afirma que: “conseguem nomear; situar o que sentem; entender que não são os únicos com aqueles conflitos e, principalmente, que não são gays, travestis ou lésbicas.” Ser transexual oferece uma posição identitária que dá um sentido a suas vidas.

Compreender os processos de produção do corpo e dos gêneros dialoga com a teoria queer, mais especificamente com o conceito de performatividade proposto por Judith Butler (2000, p. 154), que pode ser compreendido “(...) não como um ato singular ou deliberado, mas ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia”. Assim para melhor compreender os processos de produção do sexo e do gênero²⁴ dos corpos transexuais, é importante também considerar as tecnologias do gênero abordadas nas obras de Teresa de Lauretis (1994) e Paul Beatriz Preciado²⁵ (2018).

De acordo com Michel Foucault (2004, p. 120) “Vivemos, de fato, em um mundo legal, social, institucional no qual as únicas relações possíveis são muito pouco numerosas, extremamente esquematizadas, extremamente pobres”. Assim estudar a visibilidade e o acesso limitado e/ou negado a homens (trans) na educação como professores, não significa entender a identidade e diferença como um dado natural, estável, fixo, imutável e a-histórico (SILVA, 2005), mas sim compreendê-la como construção social e cultural inscrita em processos linguísticos-discursivos e significada nas relações de poder como aponta Tomaz Tadeu da Silva (2005). Nesta pesquisa buscamos respostas para a seguinte pergunta: como se dá a inserção e permanência de homens (trans) na docência? Para tal construímos os seguintes objetivos: identificar tabus, desafios, obstáculos, enfrentamentos, resistências e conquistas que permeiam as trajetórias profissionais dos homens(trans) docentes e elencar algumas das múltiplas formas e expressões de violência que os atingem diariamente, destacando suas experiências e narrativas.

PARA UM ENTENDIMENTO SOBRE TRANSEXUALIDADE E O AMBIENTE ESCOLAR

Este tópico vai procurar mostrar que os entendimentos sobre sexo e gênero são fruto de um devir sócio histórico em constante modificação. Pretende-se também demonstrar que a invenção do gênero tem uma relação intrínseca com discursos e tecnologias que incidirão nos corpos, tomando a experiência transexual e, mais propriamente, transmasculina. Será feita uma revisão bibliográfica, com o propósito de analisar como se dá a experiência dos transexuais como discentes e docentes, a fim de marcar semelhanças e diferenças no que diz respeito a estudantes, professoras e professores transexuais. O objetivo deste tópico não é esgotar a temática e sim apontar os caminhos percorridos para inserção e construção da transexualidade na contemporaneidade ocidental.

METODOLOGIA

Neste tópico pretende-se explicitar como foi realizada a pesquisa. Como foram os caminhos e atalhos percorridos a fim de encontrar os sujeitos participantes da pesquisa e, quando por fim foram encontrados quais foram os passos para atingir os objetivos elencados. Em sequência será feita uma análise dos professores (trans) participantes dessa pesquisa.

UNIVERSO TRANSMASCULINO: A CONSTITUIÇÃO DE SI, FORMAÇÃO E DOCÊNCIA

Neste tópico será analisado o primeiro contato dos homens (trans) entrevistados com o termo transexualidade masculina, a alteração que alguns procuram em relação a seus corpos, a passabilidade e suas implicações. Considera-se ainda como se deu o processo escolar até a entrada no mercado de trabalho desses homens, para por fim, abordar relação deles com a docência desde a motivação para escolha da profissão, passando pelos obstáculos e desafios encontrados por eles, até as práticas pedagógicas exercidas por esses docentes.

24 Para Sara Salih (2015, p.111, grifos da autora) “teorizar o sexo em termos de interpelação, como faz Butler, implica que parte do corpo (particularmente o pênis e a vagina) não estão simples e naturalmente ‘ai’, do nascimento em diante, mas que o sexo é performativamente constituído.” Assim para Salih: (2015, p. 67, grifos da autora) “o gênero é um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que ‘fazemos’, e não algo que ‘somos’.” Para saber mais ler *Bodies That Matter* (1993) e *Sex and Gender in Simone de Beauvoir's Second Sex* (1986) ambos de Butler.

25 Paul Beatriz Preciado filósofo feminista espanhol, nascido Beatriz Preciado tem importantes debates nas áreas da teoria queer e dos estudos de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi investigar como se dá a inserção e permanência de homens (trans) na docência. Para isso antes foi necessário fazer um levantamento bibliográfico que teve como intuito mostrar que os entendimentos sobre sexo e gênero são fruto de um devir sócio histórico em constante modificação. Pretendeu-se também com isso demonstrar que o gênero tem uma relação intrínseca com discursos e tecnologias que incidirão nos corpos. Deste modo será possível perceber como a internet e as mídias em geral são importantes para tecer identidades antes fadadas à abjeção. E que a descoberta do termo transexualidade trouxe um novo entendimento para vida desses homens antes embaralhada com a lesbianidade masculinizada. Dois professores trans chamaram atenção para as armadilhas do gênero, dos dimorfismos construídos e das normalizações das quais muitos homens (trans) são vítimas e como é importante a liberdade, mas também desconstrução de algumas situações de imposição ao que se refere às masculinidades e feminilidades. Sobre a transexualidade alguns dos entrevistados a entendem como uma essência, como relatado por Apolo, e outro Oxumaré a pontua como uma experiência de gênero.

Também será analisado como se deu a experiência dos transexuais como discentes e docentes, a fim de marcar semelhanças e diferenças no que diz respeito a estudantes, professoras e professores transexuais. Verificou-se que a abjeção ainda é reservada a estes corpos trans, mesmo quando estes são de docentes, assim como os/as discentes, as professoras trans são, muitas vezes, apenas toleradas, como mostra a bibliografia usada como base, e tem os mesmos desafios enfrentados pelos/as estudantes: como o respeito ao nome social, o uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero, o tratamento de gênero adequado, etc, porém cabe avaliar que apesar dos desafios serem os mesmos o modo como ocorre o enfrentamento é diferenciado, pois nas hierarquias escolares os/as docentes gozam de privilégios que os/as estudantes não têm, além da própria maturidade geracional.

Assim no caso dos homens (trans) entrevistados vemos episódios de transfobia e evasão escolar em suas trajetórias. Evasão essa que necessita ser marcada como uma expulsão resultante das violências sofridas por eles. Suas “trajetórias não lineares” e insistentes mostram uma resistência e como o reconhecimento das suas identidades de gênero, o uso do nome social, o apoio familiar e institucional escolar, fizeram a diferença em seus percursos enquanto discentes. Deste modo, antes de identificar tabus, desafios, obstáculos, enfrentamentos, resistências e conquistas que permearam as trajetórias profissionais dos homens (trans) docentes, também objetivos desta pesquisa, demarcamos algumas dessas situações no que se refere à entrada destes no mercado de trabalho antes de serem professores, para em sequência entender o que os levou a área educacional e como se deu está inserção.

O mercado de trabalho, assim como a escola, ainda impõe aos “desviantes da norma” severas sanções e exclusão. Os depoimentos evidenciaram que embora não haja um requisito legal de passabilidade e retificação de nome, há uma obrigatoriedade de fazê-lo para se inserir no mercado de trabalho e se manter no ambiente educacional. Além disso, alguns entrevistados informaram o preconceito que sofreram ao escolher uma profissão que ainda é vista por muitos como feminina, porém por necessidade ou vontade encontraram na docência um caminho profissional para suas vidas.

A idealização e a preocupação com o outro é apontada pela maioria no caminho da docência. As dificuldades iniciais e não menos violentas pontuadas estão desde conseguir um estágio, passar em uma banca de concurso até regularizar o nome social. As dificuldades encontradas pelos homens (trans) ao longo da sua carreira enquanto professores são várias e demarcam novamente o uso do nome social e o correto tratamento de gênero, além da exposição sem consentimento, a cobrança além do necessário pelos quais esses profissionais passam e também a vontade de sumir na multidão para evitar diversas dessas situações. Muitos no fim optam pela invisibilidade dada a eles por condições hormonais, alteração corporal e retificação de documentação. Essa invisibilidade pode evitar a dor individual, porém não contribui para que o preconceito diminua e tampouco contribui para que o caminho dos que virão na sequência seja menos doloroso. O enfrentamento às situações de preconceito, embora difícil, é um posicionamento político essencial para o fortalecimento dos homens(trans) enquanto categoria.

De tal modo quando analisamos as narrativas dos professores (trans) percebemos que na maioria dos relatos o preconceito se manifestou por meio de seus pares, ou seja, outros professores/as, equipe pedagógica ou diretiva. E não houve relatos de preconceito relacionados aos pais, mães e responsáveis o que pode indicar que o problema não está nos familiares e sim nos profissionais da educação. Cabe destacar que nem todos/as os/as docentes manifestam preconceito com relação aos docentes trans.

No que se alude ao corpo discente, os professores entrevistados relataram uma boa convivência com os/as jovens estudantes. Os depoimentos dos pesquisados evidenciam que os/as estudantes estão pouco preocupados/as com a sexualidade dos/as docentes. O que prevalece é a capacidade profissional e o respeito com que os docentes tratam seus alunos e alunas. Muitos também tiveram contato com estudantes LGBT, em especial, estudantes (trans) e lamentam não terem tido condições de ajudar estes/as jovens a enfrentarem os desafios e as dúvidas que se apresentavam à suas existências. Os entrevistados ressaltaram o papel da família como fundamental para destino desses estudantes (trans) que, na maioria das vezes era o abandono escolar.

É importante frisar que os homens (trans) docentes desta pesquisa superaram a impossibilidade de exercer a docência, entretanto, ocorre outra invisibilidade por não poderem demonstrar que são homens (trans) para minimizar o preconceito e o sofrimento no meio educacional. Entende-se que os professores e professoras tem uma posição hierárquica muito melhor que os estudantes, porém cabe lembrar que a transfobia sofrida por eles/elas não é menos cruel por isso.

O mergulho nas narrativas dos professores (trans) sobre suas vidas mostra a garra e a persistência que estes homens tiveram para seguir seus caminhos: vencer a transfobia, conseguir uma formação, ter sua identidade de gênero respeitada, adentrar e permanecer no mercado de trabalho, entre outras coisas. Tudo foi mais difícil, mas eles foram vencedores. A questão que nos cabe é quantos mais vão precisar passar pelas mesmas coisas? Quantos mais vão ficar pelo caminho? Um mundo ideal seria aquele, onde todos conseguissem ter uma vida estudantil saudável, ter suas identidades respeitadas e um mercado de trabalho que não exclua, mas entenda a diferença como algo enriquecedor para que possam conduzir suas vidas com dignidade.

O campo de estudos transmasculinos ainda tem muitas lacunas, das quais os entrevistados nessa pesquisa apontaram para falta de pesquisas e políticas públicas nas áreas que se referem ao serviço militar, campo esportivo e carcerário. No campo médico os homens (trans) sentem falta de estudos voltados para as doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e paternidade, assim como os efeitos do uso prolongado do binder e hormônios no corpo. No campo psi estudos que abordem para além de transformações corporais as transformações psíquicas e a questão da depressão neste meio. Muitos dos homens (trans) entrevistados gostariam de estudos que falassem mais das pluralidades existentes, das constituições identitárias, das sexualidades dissidentes desses sujeitos que não são heterossexuais, mas homossexuais ou bissexuais, por exemplo. Por fim, estudos que pensem sobre direitos que se perdem e que se ganham e para além de apenas corpos genitalizados pensar outras possibilidades como mulheres com pênis e homens com vagina.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, 3ª Ed. Civilização Brasileira, 2010.

DE LAURETIS, Teresa. "A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Ética, Sexualidade, Política. (org.) Manoel Barros da Mota. (trad.) Elisa Monteiro e Inês Autran D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro . “Somos Quem Podemos Ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Ciências Sociais. 2015.

PRECIADO, Paul Beatriz . Testo Junkie. N-1 edições: São Paulo, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

SPARGO, Tamsin. Foucault e a Teoria Queer. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

RIBEIRO, DJAMILA. O que é o lugar de fala. Belo Horizonte: Letramento. 2017.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Dispositivos de dor: poderes que corformam as transexualidades. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: PAPEL DA ESCOLA, DOS EDUCADORES E DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Rômulo Gonçalves de Carvalho Pereira²⁶
Nádia Macedo Lopes Santos²⁷

RESUMO

Ao longo dos anos, inúmeros jovens, adolescentes e até adultos brasileiros têm receio de viver sua orientação sexual por medo de sofrerem algum tipo de preconceito, agressões e/ou bullying das outras pessoas no meio escolar. Em 2016, o jornal brasileiro Folha de São Paulo mostrou, através de uma pesquisa, que 73% dos jovens LGBT+ brasileiros já foram agredidos na escola por conta de sua orientação sexual. A homofobia na escola vem tornando-se um assunto recente nas instituições de ensino e, com isso, muitos docentes não sabem como abordar o quesito quando questionados, e até dizem que não é tópico para a escola comentar. O presente artigo explora a questão existencial da homofobia e os seus tipos, no ambiente escolar, a heteronormatividade desenvolvida em meio as instituições educacionais e o despreparo e falta de conhecimento dos docentes para debater sobre a temática. Conjuntamente, demonstrar a responsabilidade que as instituições de ensino devem possuir, juntamente com as políticas públicas existentes, para garantir a segurança e o ensino-aprendizagem digno e apropriado aos discentes homossexuais. Este trabalho se constitui de uma pesquisa de natureza qualitativa, através de revisão de artigos e livros que debatem sobre o mesmo tema. Objetiva-se demonstrar que a área da Educação Física Escolar pode e deve tratar de qualquer assunto educacional que se desvie das atividades físicas e dos esportes e, inclusive, mostrar o dever e a postura que a escola e os professores da educação e da educação física devem adotar diante a presença de ações e atos homofóbicos.

Palavras-chave: Homofobia. Homossexualidade. Ambiente Escolar. Educação. Educação Física.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, mostrará que se deve debater sobre homossexualidade, assuntos LGBT+ e homofobia nas instituições de ensino escolar e ensino superior.

A homossexualidade vem do grego Homo – o semelhante; Sexualidade – conjunto de caracteres especiais, externos ou internos, determinados pelo sexo do indivíduo. O termo possui o significado de característica ou particularidade de quem possui atração ou interesse sexual por alguém do mesmo sexo. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2018; DICIO, 2009; CEPAC, s/d)

LGBT+ é uma sigla criada para nomear uma certa comunidade onde é composta por pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (Travestis e Transexuais). O símbolo “+” demonstra a representatividade de outras denominações, como Pansexuais, Assexuais, Drag Queens, Queers, Intersexuais, entre outros. (VEDUCA; SERASA EXPERIAN, 2018)

O termo homofobia foi criado pelo psicólogo norte-americano George Weinberg, em 1971. Porém, somente durante os anos 90 o presente termo foi realmente explicado e registrado nos dicionários como medo exagerado, falta de tolerância, aversão ao semelhante, ou seja, tem como vítima todas as pessoas que se afastam da heteronormatividade, que é veiculada a ideia de que heterossexualidade é a única forma “normal” de vivenciar a sexualidade humana. (BANA, 2016; REIS, 2015; MOURA & EMÉRITO, 2011; CEPAC, s/d).

HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

As pessoas homossexuais estão expostas a diferentes maneiras de violência física e/ou verbal, como: homofobia cognitiva (considerar como antinatural, inferior ou pecador), homofobia afetiva (sentir rejeição aos homossexuais), homofobia liberal (mais sutil, não aceita a homossexualidade publicamente), homofobia comportamental (atos de rejeição, agressão física ou verbal e insultos) e homofobia internalizada (o próprio homossexual se sente errado, anormal ou pecador, por conta da sociedade). (REIS, 2015)

Através de ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais, a homofobia está presente na vida de alunos homoafetivos, e isso reflete na saúde psíquica e social dos estudantes, levando-os a terem dificuldades no processo de aprendizagem, baixo rendimento escolar, evasão escolar, sofrimento psicológico, dificuldade de interação social e nas relações interpessoais, e em casos mais graves, pode levar até ao suicídio. (MOURA & EMÉRITO, 2011; JUNQUEIRA, 2009).

26 Discente do curso de Educação Física da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva - FAIT. E-mail: romullo.pereira@hotmail.com

27 Especialista em Recursos Humanos pela Faculdade Sudoeste Paulista. Docente do curso de Educação Física da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva - FAIT. E-mail: psico.nadialopes@gmail.com

Vale ressaltar que a homofobia não se restringe apenas à violência física e psicológica, mas também se apresenta, por exemplo, quando há a recusa a matricular homossexuais em escolas e universidades. Porém, de acordo com o que está escrito no Artigo 26º da Declaração de Direitos Humanos “Toda pessoa tem direito a educação”, ou seja, não pode-se proibir alguém de estudar por conta da sua sexualidade. (COMPARATO, 2015; CEPAC, s/d).

PAPEL DA ESCOLA, DOS PROFESSORES E DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O ambiente escolar é considerado como espaço formador de opiniões, fato que possibilita gerar questões conflituosas a partir de temas controversos presentes na sociedade e dentre esses temas, as sexualidades. (SANTOS e ORNAT; 2017).

De acordo com a legislação educacional brasileira, a sexualidade deve ser abordada pelo currículo escolar em todas as disciplinas, a partir do eixo “Orientação Sexual”, localizado no item “Temas Transversais” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). De acordo com o documento curricular, esse tema foi inserido no currículo pela necessidade de uma ação pedagógica que combatesse a gravidez adolescente e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis nessa faixa etária. Dessa forma, apresenta-se como um discurso normativo e prescritivo do que seria a uma boa conduta sexual. (SILVA e VIEIRA, 2009).

Educar para a diversidade nada mais é do que educar futuros adultos para o respeito às diferenças comuns entre os indivíduos, de modo a erradicar a discriminação e a homofobia. Um papel que pode e deve ser assumido pelos profissionais da área de saúde e educação, colegas e familiares, sempre de forma conjunta. (CEPAC, s/d)

A escola nega e ignora a homossexualidade, pois neste espaço de socialização apenas é consentido o desejo sexual que tem como alvo o sexo oposto, ou seja, as instituições de ensino só impõem o modo heteronormativo e os papéis de gênero atribuídos como masculino e feminino, contrariando a visão de que a escola tem que ser um espaço de transformação. (REIS, 2015; CARVALHO, 2012).

Recorrente a isso, cabe a escola fazer com que todos os seus alunos se sintam incluídos e seguros em todo e qualquer momento, principalmente os alunos LGBTQ+. Para que esse objetivo ocorra, existem vários decretos, leis e projetos que protegem o direito desses alunos a terem uma boa educação e segurança no ambiente escolar, e entre as referências deste artigo, foram encontrados alguns decretos, leis e projetos que asseguram os direitos dos mesmos na escola e na sociedade:

- Lei de Diretrizes e Bases (LDB)
- Conferência Nacional de Educação (CONAE); Eixo VI: Justiça social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, tópico VI
- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Programa Brasil sem Homofobia
- Programa Nacional de Direitos Humanos
- Constituição Federal do Brasil
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)
- Conselho Federal de Psicologia
- Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

Há uma quantidade considerável de políticas públicas de respeito à diversidade sexual e combate à homofobia nas escolas, fundamentadas nos princípios da Constituição Federal (1988), regulamentadas pela LDB (1996), complementadas pelos PCNs (1997) e por programas, planos e iniciativas subsequentes, como o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), porém a maioria da comunidade escolar desconheça-as. (REIS, 2015)

Perante as aulas de Educação Física, afirma o PCN:

No âmbito da Educação Física, os conhecimentos construídos devem possibilitar a análise crítica de valores sociais [...]; uma discussão sobre ética do esporte profissional, sobre a discriminação sexual e racial que existe nele, pode favorecer a consideração da estética do ponto de vista do bem-estar, as posturas não-preconceituosas, não-discriminatórias e a consciência dos valores erentes com a ética democrática.

Os estereótipos relacionados aos jovens homossexuais masculinos produzem agravos à sua

educação, devido aos possíveis casos de discriminação até aos possíveis casos de exclusão das aulas de Educação Física. Quanto mais as pessoas se afastam dos estereótipos de gêneros vigentes, mais discriminadas são, como acontece com gays afeminados, e quando a homofobia toma dimensões exacerbadas, pode resultar em evasão escolar (VIEIRA; GHERARDI; SEVERO, 2018).

Além das questões intrínsecas às aulas de Educação Física, devem ser oferecidos, quando necessário, atendimento psicológico e medidas de fortalecimento para os alunos gays, ajudando-os a enfrentar os conflitos e os problemas inerentes à situação vivida dentro do ambiente escolar e também do familiar. Portanto, é fundamental perceber que, assim como qualquer outro aluno, os homossexuais possuem necessidades variadas durante o processo de aprendizagem de Educação Física e devem receber atenção humanizada, por parte dos professores e da equipe diretiva da escola (SILVA; FREITAS; FONSECA, 2009; BRASIL, 2004)

Há relatos que apontam que a Educação Física se constitui como o espaço escolar de maior discriminação. Para muitos, o professor é tido como mediador responsável pelo afastamento de homossexuais das práticas esportivas, dentro e fora da escola. Situações como estas demonstram que não é o homossexual que não gosta de praticar as atividades. Ao contrário, os responsáveis por esse afastamento são os inúmeros mecanismos homofóbicos criados social e pedagogicamente (DUARTE et al, 2018).

Um dos objetivos da educação e da educação física é ajudar as crianças a conviverem em grupo de maneira produtiva, de modo cooperativo, proporcionar situações em que observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereotipadas relações sociais autoritárias e a formação de hábitos de autocuidado e de construção de relações interpessoais colaboram para que a dimensão da sexualidade seja integrada de maneira prazerosa e segura. (BRASIL, 1997)

A formação de professores deveria assegurar a aquisição de conhecimentos sobre os aspectos físicos, cognitivos, afetivos e emocionais do desenvolvimento individual do educando, no respeito à diversidade e à diferença, tanto de uma perspectiva científica, quanto relativa às representações culturais e às práticas sociais de diferentes grupos e classes sociais. (PEREIRA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores desafios postos para o professor mediador da ação pedagógica no ambiente escolar é que o estudante homossexual presente no sistema educacional, deve não só ser respeitado em suas peculiaridades e diferenças, como também, a partir da educação recebida e vivenciada, procurar analisar, pela crítica e pelo conhecimento da realidade e sua ação sobre esta mesma realidade, que se encontra em suas práticas de vida. (PEREIRA, 2015)

Portanto, todos partilham um importante papel no processo educacional e precisam ser sensibilizados para o respeito às diferenças presentes no ambiente escolar. Sendo assim, deve-se garantir aos alunos homossexuais um processo de ensino-aprendizagem livre de discriminações e com o máximo de participação destes indivíduos, fornecendo aos docentes de Educação Física e demais profissionais das escolas capacitações para que realizem suas ações pedagógicas com qualidade e de forma justa, sabendo atender a temática da homofobia.

Através do diálogo e práticas coeducativas que garantam a união, será possível levar os discentes a refletirem sobre a relevância do assunto, bem como, sobre a importância de respeitar e garantir o respeito e a minimização de condutas homofóbicas que corroboram danos físicos e/ou psicológicos suportados pelas vítimas no interior do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BANA, I. Bullying, homofobia e responsabilidade civil das escolas: uma análise sob a proteção dos direitos da personalidade. 1ª Edição. Barigui, SP: Editora Boreal, 2016.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Escola sem homofobia. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- CARVALHO, M. L. S. M. de. Orientação Sexual, Homofobia e Educação. 2012. 40 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Educação da Instituição Politécnico de Coimbra, Portugal, 2012.

COMPARATO, B. K. Especialização em Educação em Direitos Humanos: Módulo 1 – Introdução e fundamentos filosóficos e históricos dos Direitos Humanos e a construção dos marcos regulatórios. São Paulo, SP: UNIFESP, 2015.

DICIO. Homossexualidade. Dicionário Online de Português, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/homossexualidade/>.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Homossexualidade. Dicionário Aurélio, 19 de Abril de 2018. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/homossexualidade>.

DUARTE, D. da S. et al. Homofobia nas Aulas de Educação Física: Reflexões Sobre os Processos Educativos. BIOMOTRIZ, v.12, nº.2, p. 102-118, Agosto de 2018.

CEPAC, C. P. Guia de Educadores - Educando para a diversidade: Como discutir homossexualidade na escola? Curitiba: Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência. s/d.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In EDUCAÇÃO, M. D. & UNESCO, Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/Unesco, 2009.

MOURA, H. C., & EMÉRITO, M. d. (2011). A homofobia na escola e as consequências psicossociais. Teresina, PI: Revista FSA, nº 8, p. 347-361. 2011.

PEREIRA, D. R. A percepção de docentes sobre o estudante homossexual no contexto de uma educação cidadã: Tensões, dilemas e perspectivas. 1ª Edição. Joinville, PR: Clube dos Autores, 2015.

REIS, T. Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando. 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2015.

SANTOS, A. E. C. dos; ORNAT, M. J. Pelo espelho de Alice: homofobia, espaço escolar e prática discursiva docente. 1ª Edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2017.

SILVA, A. F. da; VIEIRA, J. S. Pelo sentindo da vista: um olhar gay na escola. Pelotas, RS: Currículo sem Fronteira, v. 9, nº 2, p. 185-200, Julho/Dezembro de 2009.

SILVA, A. P. da; FREITAS, J. G. de O.; FONSECA, M. P. de S. da. Bullying nas aulas de Educação Física: a homossexualidade em foco. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2009, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, p. 1-6, 2009.

VEDUCA; SERASA EXPERIAN. LGBT+ Conceitos e Histórias: Diversificando seu olhar de mundo. Curso Online. 2018.

VIEIRA, R. P.; GHERARDI, S. R. M.; SEVERO, M. F. S. W. Causas e consequências da homofobia na escola: uma revisão. Multi-Science Journal, Goiânia, v. 1, nº. 10, p. 69-77, 2018.

RESUMO

O projeto InfoZine é uma ferramenta de ensino proposta para aproximar o ensino e aprendizagem com a transversalidade e a diversidade do conhecimento. Essa atividade nasce da mistura entre um Informativo e um Fanzine. Isso significa uma representação de uma publicação livre e com linguagem artística sobre o mundo. Assim, essa produção independente é aberta para abordar qualquer assunto de interesse do adolescente. Assuntos como sexualidade, preconceito e LGBTI-fobia são temas constantes em suas edições. Portanto, essa atividade de produção desse informativo artístico é uma intervenção literária, social e uma possibilidade de fala do estudante dentro do ambiente escolar, pois possibilita pensar criticamente acerca de temas que transpassam seu cotidiano. A atividade busca aproximar os estudantes da Educação Básica da sua realidade social e da sua subjetividade enquanto indivíduo, na tentativa de ressaltar o respeito e a aprendizagem como coletiva e independente, sempre abertas a abordar diferentes temas que envolvem a vida dos adolescentes, sua sexualidade e os conteúdos ministrados durante as aulas. Na perspectiva de combater o preconceito e respeitar as diferenças. As manifestações dos estudantes são apresentadas em forma de charges, desenhos, relatos, letras de músicas, ou até mesmo informações retiradas da internet. O importante é a atividade acontecer de forma colaborativa na escolha dos temas, desse modo, os estudantes se sentem confiantes e instigados a opinar sobre os mais diferentes assuntos, que serão compartilhados na escola. Deste modo, essa ferramenta de aprendizagem política é inclusiva, visto que, tanto os professores como os estudantes se sentem motivados a buscar novas alternativas de discussão sobre suas aflições, seus problemas e a realidade que o circunda. O projeto proposto deseja justamente oferecer formas interativas dos conteúdos ministrados, para que não fiquem apenas por conta dos professores, mas apareçam como uma ferramenta de transformação, pois o desafio é compreender seus caminhos diante de realidades tão distintas entre os estudantes e suas diferentes formas de ver o mundo.

Palavras-chave: Zine; educação; participação; diversidade

INTRODUÇÃO

A construção dos gêneros: feminino e masculino é carregada de estereótipos, rótulos que colocam homens e mulheres dentro de molduras que enquadram o comportamento adequado e o inadequado para cada um dos sexos. A origem de muitos desses quadros pintados para esses gêneros são encontrados na maneira como foram culturalmente criados. Mudar a forma como crianças, adolescentes e jovens são educados, não é tarefa fácil; mas também não é impossível. Logo; por que falar de gênero? O que isso importa para a sociedade?

Somente no ano de 1998 a orientação sexual passou a ser recomendada formalmente como tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. O objetivo do documento, assim, foi promover reflexões e discussões a fim de sistematizar a ação pedagógica da escola sobre questões como gênero, sexo, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.

Nos PCNs, a orientação sexual não é contemplada no currículo como uma disciplina específica. Trata-se de um conteúdo que envolve várias áreas do conhecimento e, por isso, pode ser apresentado em diferentes matérias escolares. Portanto, o processo de formação envolve não só essa transversalidade proposta pelos parâmetros curriculares, mas também uma discussão em conjunto de toda a escola e seu processo de aprendizagem.

Não é uma tarefa difícil pensar a sexualidade dentro dos currículos das outras disciplinas, porém isso requer uma quebra de uma repetição de condutas, de valores já cristalizados que circulam de forma explícita ou silenciosamente em nossa sociedade. Esse modelo de formação engessado acaba por ser a fundamentação da construção da subjetividade humana. As imagens que temos de nós e das outras pessoas e do mundo são totalmente atravessadas por esse comportamento, o qual aponta o que é certo e errado.

É essencial estar atento para o trabalho da prática pedagógica em sala de aula, para que assim não se estabeleça uma manutenção de valores opressivos. Não é fácil quebrar paradigmas, mas é importante, atentar para a contribuição da docência na formação da subjetividade dos estudantes. Isso acontece de forma dupla, pois os professores também são influenciados pelo convívio constante da sala de aula. Uma postura crítica das práticas escolares pode ser uma chave para pensarmos em outra forma de produção de subjetividades, menos oprimidas e menos opressoras.

²⁸ Professor efetivo da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2014).

Mestre em Ética e Filosofia Política da Universidade de Brasília. Professor da Faculdade de Educação da UnB. E-mail: desilvavini-
cius@gmail.com

Logo, a transversalidade da filosofia ajuda no desenvolvimento de uma proposta de trabalho mais inclusiva e interdisciplinar. Desta maneira, uma aula de filosofia, não só busca o ensino, mas também a construção de um conhecimento de horizonte ampliado, que valorize a diversidade e o conhecimento reflexivo sobre o mundo e sua ação na vida.

“Assim, o gosto pela indagação costuma vir aliado ao gosto pela escuta, pois apenas quando nos dispomos a escutar, dando a devida atenção ao que o outro questiona ou propõe, é que nós abrimos verdadeiramente para uma troca de percepções e reflexões e para o aprendizado. Daí a importância do diálogo”. (CONTRIM e FERNANDES, 2013. P.39).

OBJETIVOS

Projeto Infozine é norteado pelos seguintes objetivos:

- proporcionar aos estudantes compreensão sobre a importância da sexualidade e sua diversidade.
- desenvolver o trabalho em grupo valorizando a diversidade e o diálogo com os colegas;
- valorizar essa atividade como um ato de reflexão sobre o mundo e o cotidiano escolar.

MÉTODO

Normalmente os assuntos e problemas abordados na construção da atividade são: gravidez na adolescência, povos indígenas, racismo, bullying, bem como outras temáticas brasileiras contemporâneas. Semanalmente, os alunos participantes da elaboração da matriz do informativo se reúnem no contra turno para selecionar o material produzido em sala de aula pelos demais colegas.

O material de publicação é proposto e decidido pelos próprios alunos, que também são responsáveis pela confecção e distribuição mensal do folheto. As atividades do projeto são realizadas em encontros quinzenais, em período extraclasse na biblioteca da escola. Há também páginas digitais nas redes sociais, que são constantemente atualizadas e alimentadas pela organização do projeto.

Os recursos financeiros para custear a realização do projeto não são altos, visto que, o valor da cópia de cada Zine fica em média entre dez ou quinze centavos, dependendo do número de cópias solicitadas. O gasto maior, assim, é com essas duplicações do modelo matriz produzido a partir das contribuições fornecidas pelos diferentes estudantes. A tiragem mensal dos zines é de seiscentas cópias, isso a depender do número do material selecionado. Já, o recurso humano para a realização do projeto fica a cargo do grêmio da escola, dos residentes e do professor orientador. Todos contribuem com a elaboração e a seleção do material recolhido e analisado.

RESULTADOS

É de conhecimento popular que a educação é uma das áreas mais importantes para um país ser considerado desenvolvido, portanto, seria incoerente excluir dessa afirmação a qualidade das escolas públicas. Nesse sentido, o reitor da Universidade de Lisboa, António Sampaio da Nóvoa, lembra um fato que parece esquecido, afirmando que, “é na escola pública que se ganha ou perde um país”.

Pensando nessa perspectiva do educador português, o momento de elaboração do material proporciona aos estudantes ações no campo da teoria e da prática; bem como, o encontro dos conteúdos das disciplinas e seus conceitos com a realidade social e familiar em que vivem.

A atividade acontece de forma colaborativa na escolha dos temas, desse modo, os estudantes se sentem confiantes e instigados a opinar sobre os mais diferentes assuntos, que serão compartilhados com os demais estudantes da escola no fim do processo. Os estudantes e os professores envolvidos na tarefa também se sentem motivados a buscar novas alternativas de discussão sobre os conteúdos, para construir uma formação sólida e bem fundamentada; nunca fechada para o diferente.

CONCLUSÃO

O projeto proposto deseja justamente oferecer formas interativas dos conteúdos ministrados, para que não fiquem apenas por conta dos professores, mas apareçam como uma ferramenta de

transformação, pois o desafio é compreender seus caminhos diante de realidades tão distintas entre os estudantes.

O trabalho em conjunto enriquece o ambiente escolar e possibilita um crescimento acadêmico e prático dos estudantes. Proporcionando uma troca de experiências e de diálogo entre os estudantes da escola pública.

Esse compromisso da escola caminha junto com as diretrizes da Educação, que buscam desenvolver uma consciência reflexiva sobre o conhecimento, a razão e a realidade sócio-histórica-política. Além da percepção da integração necessária entre os diferentes estudantes de uma instituição,

A educação constitui-se em um ato coletivo, solidário, uma troca de experiências, em que cada envolvido discute suas ideias e concepções. A dialogicidade constitui-se no princípio fundamental da relação entre educador e educando. O que importa é que os professores e os alunos se assumam epistemologicamente curiosos (FREIRE, 1996, p. 96).

Deste modo, o desafio é passar a compreender a sexualidade diante dos fatos reais que permeiam nossa realidade social e nosso cotidiano, além de tentar proporcionar um melhor ensino para os estudantes, a fim de que possam utilizar o aprendizado adquirido em suas realidades sociais, pois “não é possível educar sem ao mesmo tempo ensinar: uma educação sem ensino é vazia e degenera com grande facilidade numa retórica emocional e moral” (ARENDR, Hannah. A crise na educação. New York: Partisan Review, 1957. P.165).

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. Iniciação à docência: ensino médio. Volume único. São Paulo: Ática, 2010. CONTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Fundamentos de filosofia. Segunda Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

ARENDR, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia; Rio de Janeiro: Forense-Universidade, 2010.

CORTELLA, Mario Sergio. Filosofia e Ensino Médio: certos porquês, alguns senões, uma proposta. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARENDR, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia; Rio de Janeiro: Forense-Universidade, 2010.

ARENDR, Hannah. A crise na educação. New York: Partisan Review, 1957.

CHAUÍ, Marilena. Iniciação à docência: ensino médio. Volume único. São Paulo: Ática, 2010.

CONTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Fundamentos de filosofia. Segunda Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

CORTELLA, Mario Sergio. Filosofia e Ensino Médio: certos porquês, alguns senões, uma proposta. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GALLO, Sílvio. Coleção explorando o ensino - filosofia; capítulo 8 - Ensino de filosofia: avaliação e materiais didáticos. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de educação básica, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Adolescentes e jovens para a educação entre pares : gêneros / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 60 p.: il. – (Saúde e prevenção nas escolas, v. 7) (Série B. Textos Básicos de Saúde).

O ESTUDANTE TRANSGÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: A INCLUSÃO É UMA REALIDADE?

Carolina Pinto Viana²⁹
Lucíola D'Emery Siqueira³⁰

RESUMO

Metodologia: trata-se de um estudo descritivo, tipo pesquisa documental que teve como fonte de dados os websites oficiais das universidades federais brasileiras. Nela usamos e palavras chaves (“nome social”, “estudante transgênero e “LGBT”). Realizamos um levantamento através das palavras chaves em cada website das instituições e, caso não encontrado, do Google Depois selecionamos os links e documentos relativos ao tema e por último organizamos os documentos eletrônicos e classificamos conforme a natureza. Resultados: das 62 instituições federais, 92% possuem alguma iniciativa regulamentada para estudante trans das quais as que têm o menor número de iniciativas é a região Sudeste, com 69% das instituições com uma iniciativa regulamentada. As iniciativas regulamentadas que foram categorizadas: uso do nome social (n= 57), cota na graduação e pós-graduação (n=8), uso do banheiro conforme a identidade de gênero (n=3), políticas institucionais equivalentes (n=02) e vestibular com recorte de gênero (n=01). Conclusão: a pesquisa apontou que a maioria das universidades federais possuem alguma iniciativa, entretanto elas se atêm ao uso do nome social.

Palavras-chave: Estudante transgênero. Nome Social. Universidade. LGBT

INTRODUÇÃO

Transgênero é a denominação atribuída a um grupo diversificado de pessoas cujas identidades de gênero diferem, em diversos graus, do sexo com o qual foram designadas ao nascer. O termo “trans” tem sido utilizado para designar todas as pessoas com variabilidades de gênero e “cis” para referir-se àquelas que apresentam correspondência entre a designação sexual ao nascer e a sua identidade de gênero. Tais definições são carregadas de ideologias, seus limites são imprecisos e estão em constante transformação (Tetreault et al, 2013).

Dentre os muitos desafios enfrentados pelas pessoas transgênero está o acesso e a permanência nas universidades. Segundo Keila Simpson, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), cerca de 80% das pessoas trans que abandonam o ensino médio no mundo estão no Brasil, motivo pelo qual é escassa a presença de estudantes transgênero no ensino superior brasileiro (Andrade, 2018). Além disso, 72% das pessoas trans não possuem ensino médio e apenas 0,02% estão nas universidades (Benevides, 2018).

Desde meados de 2010, diversas legislações de âmbito municipal, estadual e federal têm pautado o uso do nome social por estudantes travestis e transgêneros desde a Educação Básica até o Ensino Superior (Alves, Moreira, 2015). Nas últimas décadas, houve diversas iniciativas governamentais de acesso e permanência do estudante no ensino superior brasileiro, como a política de cotas, incentivos financeiros e aumento do número de vagas, o que possibilitou a democratização e a expansão do acesso (PNAES, 2010).

Estudos recentes apontam que a percepção de inclusão e socialização do estudante transgênero na universidade é um fator primordial para sua permanência (Garvey, 2017). Regularizar ações voltadas para a inclusão deste estudante é fundamental no seu processo de inserção no sistema educacional. Um levantamento realizado com estudantes do ensino médio em todo o território nacional apontou que para 64% dos estudantes, não existia nenhuma disposição no regulamento da escola (ou desconheciam a existência) de inclusão e acolhimento do estudante trans, além disso, apenas 8,3% dos/das estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas. (ABGLT, 2016)

Diante disso, estudos no Brasil sobre pessoas trans no ambiente universitário são escassos, portanto faz-se necessária a produção de conhecimento sobre essa temática. A normatização de ações voltadas para a inclusão legitima a universidade como um local de pertencimento para essa população. Por isso, este estudo tem como objetivo mapear instituições federais de ensino superior (IFES) que fomentem iniciativas regulamentadas para inclusão do estudante transgênero. Estudos dessa natureza podem fornecer dados para formulação e remodelamento de políticas de inclusão

29 Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: carolinaviana123161@gmail.com

30 Enfermeira da Escola Paulista de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade de São Paulo. E-mail: luciola.demery@gmail.com

e permanência do estudante no ensino superior, incluindo sua identidade de gênero como um fator relevante no processo.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, tipo pesquisa documental que teve como fonte de dados os websites oficiais das universidades federais brasileiras.

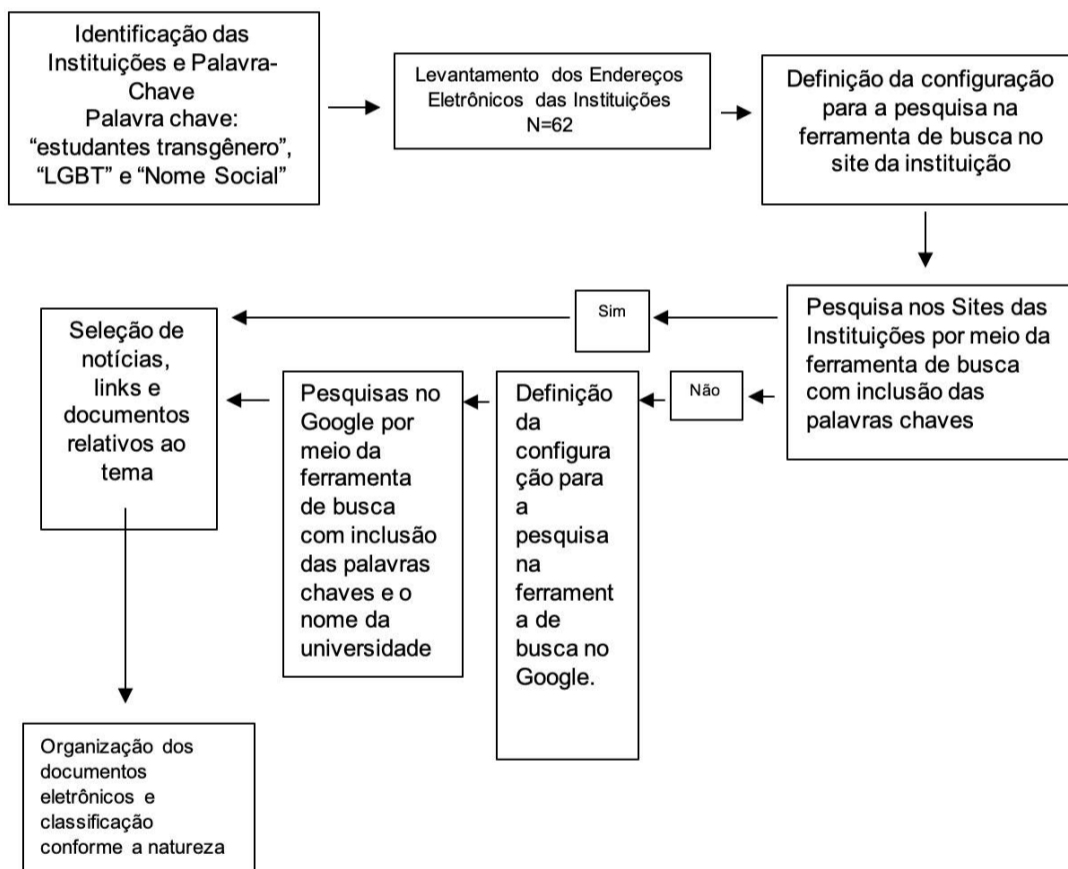
Para a busca foram adotadas as seguintes terminologias:

- “Estudante transgênero”: a escolha deste termo deve-se por ser o objeto de estudo e pode ser definido como um estudante vinculado à universidade que não se reconhece com o mesmo gênero de nascimento.

- “LGBT”: esta sigla foi escolhida por sua ampla utilização em veículos de comunicação para tratar de assuntos relacionados a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero), na qual o transgênero se insere.

- “Nome Social”: este termo foi adotado por representar a legitimação dos direitos da população transgênero.

As etapas de pesquisa e a estratégia de busca estão descritas no diagrama abaixo. A busca se deu nos meses de julho e agosto/2019. Foram consultados os websites oficiais das instituições em seu endereço eletrônico. A estratégia de busca adotada baseou-se na inserção das terminologias na ferramenta de busca dos sites. Nos casos que não foram encontrados no website oficial da instituição, foi feita uma busca complementar no google



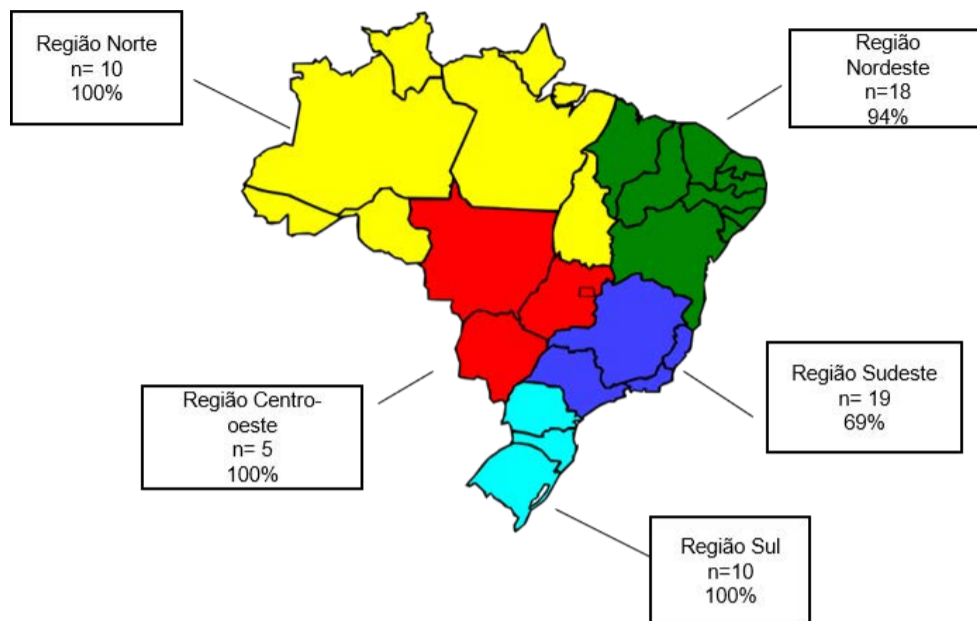
Foram incluídos na pesquisa sites de instituições de ensino superior na modalidade universidade federal pública. Institutos federais e outras modalidades de ensino superior, como estaduais e municipais, foram excluídos do estudo. Para a análise dos dados, o resultado proveniente das buscas foi selecionado quando condizente com a temática e foram extraídas informações relevantes e organizadas em um quadro de extração dos dados, com as seguintes informações: nome da instituição de ensino; ações/iniciativa; objetivo; dispositivo legal; endereço eletrônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados os websites de 62 instituições federais de ensino superior. Das instituições pesquisadas, 57 IFES (92%) possuem alguma iniciativa regulamentada de inclusão do estudante trans na universidade. A figura abaixo detalha as IFES que possuem iniciativas de inclusão por região do Brasil (figura 01). Nas regiões Sudeste e Nordeste se concentram as IFES que não pos-

suem nenhuma ação regulamentada de inclusão. A região Sudeste tem o menor percentual de IFES e apenas 69% das instituições tem alguma iniciativa de inclusão; já as regiões Norte, Centro-oeste e Sul, dentre as IFES pesquisadas, todas tinham iniciativas de inclusão.

Figura 01 – Distribuição das iniciativas institucionais de inclusão do estudante trans por região do Brasil. São Paulo, 2019.



Tais iniciativas foram categorizadas nos seguintes temas: Uso do nome social (n= 57); Cota na graduação/pós-graduação (n=8); Uso do banheiro conforme identidade de gênero (n=3); Política institucional de equidade (n=02); Vestibular com recorte de gênero (n=1).

O uso do nome social foi a iniciativa mais presente nas instituições. Sua regulamentação teve um expressivo aumento a partir do ano de 2015, como demonstrado no gráfico abaixo (gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição da Regulamentação do uso do nome social por ano.



Isto deve-se ao fato de que neste ano foi aprovada a Resolução nº12/15, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino, que em seu artigo 1º diz,

Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Para Alves e Moreira (2015), tornar obrigatória a inclusão do nome social em documentos institucionais possibilita o acolhimento de subjetividades e rompe com o sistema normativo sexo/gênero.

O uso do banheiro conforme identidade de gênero, iniciativa regulamentada em apenas três IFES, tem sido apontado, em estudos qualitativos com estudantes transgêneros, como uma demanda que impacta na sua inclusão. Castelani (2018) retratata situações de uso do banheiro e aponta

violência de gênero e agressão aos direitos humanos sofridas por alunas trans. Cruz (2011) problematiza o uso do banheiro no ambiente escolar e faz uma série de reflexões sobre a necessidade de ruptura da visão binária de gênero a partir do biológico.

Apesar das iniciativas de ações afirmativas e respeito aos direitos humanos de pessoas transgênero terem tido um avanço ao longo dos anos, como demonstrado na análise sobre os direitos das pessoas LGBT, pautadas pela Organizações das Nações Unidas (ONU), feito por Nagamine (2019), diversos desafios estão postos à ONU e às instituições que lutam pela garantia dos direitos humanos, tais como o avanço de governos extremistas de forte viés religioso que pregam um retrocesso nas políticas públicas sociais conquistadas até então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visa contribuir com informações que orientem os tomadores de decisão e os membros da academia para a formulação de políticas e implementação de programas voltados para o estudante transgênero na universidade. A pesquisa apontou que a maioria das universidades federais no Brasil possuem iniciativas de inclusão do estudante transgênero. No entanto, tais ações se limitam ao uso do nome social. Carece, portanto, de uma reflexão da comunidade acadêmica se apenas essa iniciativa contempla todas as demandas de inclusão e socialização deste estudante.

Promover a escuta do estudante trans no ambiente acadêmico pode aproximar as iniciativas institucionais das suas necessidades, o que requer um ativismo da população LGBT na universidade pela garantia dos seus direitos.

O estudo amplia o conhecimento na área de inclusão do estudante trans no ensino superior e tem como limitação a fonte de coleta de dados ter sido unicamente conteúdos publicados na web. Aprofundar o entendimento da questão, principalmente dialogando com as universidades sobre a adoção ou não de iniciativas pode trazer uma melhor compreensão das questões políticas e burocráticas que permeiam a universidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende, MOREIRA, Maria Ignez Costa. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 59-69, dic. 2015. ISSN 2014-4520. Disponível em: <<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-mo-reira/1275>>. Data de acesso: 13 sep. 2019

Andrade RO, Ambiente Diverso: Universidades investem em políticas de inclusão e acolhimento de estudantes e pesquisadores transgêneros. *Pesquisa FAPESP* 2018 Abr; 19 (266): 44-47. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/04/19/-ambiente-diverso/>.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>.

Benevides B. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Antrabrazil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais; 2018. 1 ed. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>.

Brasil. Programa Nacional de Assistência Estudantil – Lei 7.234 de 24 de Julho de 2010 [acesso em 2016 Dez 10]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/-DECRETO-N%C2%BA-7234.pdf>.

Castelani, Gisele Aparecida Zutin. Transgêneras Nos Espaços Universitários - As Alunas Trans. 2018. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10224>.

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 set. 2019.

Garvey JC, Rankin S, Beemyn G, Windmeyer S. Improving the Campus Climate for LGBTQ Students Using the Campus Pride Index. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Kathleen_Goodman/publication/319655657_Editors'_Notes/links/5ba5486e299bf13e604358e3/Editors-Notes.pdf#page=57.

Goodman, Kathleen M.; Cole, Darnell. Using Data-Informed Decision Making to Improve Student Affairs Practice. Miami: Jossey-bass, 2017.

Nagamine RRVD. Os direitos de pessoas LGBT na ONU (2000-2016). Sexualidade, Salud y Sociedad. 2019.

31:28-56. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000100028

Tetreault PA, Fette R, Meidlinger PC, Hope D. Perceptions of Campus Climate by Sexual Minorities. Journal Of Homosexuality, [internet]. 2013 [cited 2018 out 22];60(7):947-64. DOI: <http://dx.doi.org/10.>

PROBLEMATIZANDO OS CURRÍCULOS: LGBTS NOS COTIDIANOS ESCOLARES³¹

Daniel Henrique de Oliveira Silva³²

RESUMO

Acreditamos em uma escola plural, diversa, em que diferenças não sejam motivo de exclusão ou inferiorização social. Mas infelizmente essa não é atual realidade de muitas escolas no Brasil. Percebemos a nossa volta uma sociedade marcada por desigualdades sociais, em que hierarquias são estabelecidas e o outro, o diferente é designado a margem social. Nessa perspectiva, esse relato de pesquisa trata de um projeto de Iniciação Científica desenvolvido em uma escola de periferia de Uberlândia, Minas Gerais, em que buscamos repensar nossa prática enquanto docentes, analisando marcar de racismo, lgbtfobia, machismo, capacitismo ou qualquer outra forma de preconceito. Além disso, buscamos refletir de que forma esses preconceitos incidem sobre esses/as estudantes acarretando uma possível evasão escolar dessa população. Assim, concomitantemente a essas pesquisas ocorreram trabalhos que tiveram como objetivo debater e conscientizar sobre as diferentes formas de preconceitos/discriminações presentes na escola. A partir disso, foi possível problematizar práticas de preconceito presentes na escola, buscando construir um espaço de respeito as diversidades. PALAVRAS-CHAVE: Escola, preconceitos, educação, cotidianos

INTRODUÇÃO

Em nossa escola percebemos que era comum alguns estudantes tentarem inferiorizar o outro, seja por gênero, raça ou qualquer outro tipo de diferença. Aos LGBTs, eram marcados por meio de xingamentos ligados sexualidade como: bixinha, boiola, viadinho, etc. Tais apelidos pejorativos demarcam claramente práticas preconceituosas no espaço escolar. Sobre as mulheres, eram corriqueiras as falas de meninos objetificando o corpo da mulher, determinando seu caráter e moral pela quantidade de pessoas que se relacionava ou a roupa que estava vestindo. Em relação aos negros e negras era comum alunas pedirem para ir ao banheiro e voltarem com os cabelos molhados ou inferiorizar o outro pela sua cor, ou quando íamos assistir a um filme e se apagavam as luzes e outros alunos pediam para estudantes negros sorrirem, tais comentários estavam sempre disfarçados de piadas, e consagravam históricos de desigualdades e discriminações. Assim, nessa pesquisa voltamos nosso olhar para nossa própria escola, de periferia, com maioria dos/as estudantes negros e um significativo número de estudantes LGBTs. Tais constatações nos levou ao longo da construção/execução do projeto a refletir sobre quais as condições de ensino e permanência eram oferecidas àquela população na escola, isto é, aos estudantes vítimas de preconceitos. Durante a vivência da nossa pesquisa começamos a perceber as consequências de uma sociedade racista, machista, capacitista, lgbtfóbica na vida de estudantes. Acreditamos que tais práticas revelam uma sociedade marcada pela desigualdade onde o preconceito contribui na constituição de desiguais e na consagração de diferenças sociais. Assim, começamos a questionar qual o papel da escola na construção de cidadãos e cidadãs que respeitem as diversidades? Qual o peso da omissão da escola na sua responsabilidade de criar uma sociedade mais justa e igualitária? Qual o papel da escola, incluso diretores, supervisores, professores e alunos/as na construção de ações de combate ao racismo, machismo, homofobia e qualquer tipo de preconceito? Qual a responsabilidade da escola nos altos índices de evasão escolar causados especificamente por práticas preconceituosas? Esses questionamentos surgem inicialmente quando no ano de 2016 ao participar da criação e dando aulas voluntariamente em um cursinho de formação para conclusão do ensino fundamental e médio para travestis e transexuais, foi possível perceber que um alto índice delas não haviam sequer concluído o ensino fundamental. Em diálogos com elas, foi dito que evadiram do espaço escolar por não suportarem preconceitos que tinham que enfrentar cotidianamente. Dessa forma, começamos a observar que nas salas de aulas dos diferentes níveis educacionais, o respeito as diversidades e pluralidades eram extremamente raros, contribuindo como instrumento para processos de consolidação de preconceitos e, conseqüentemente, legitimador das variadas violências contra os sujeitos que se concebem ou expressam para além da heteronormatividade, das identidades de gênero hegemônicas, e dos padrões normativos de sexo, gênero, raça, classe, religião etc. Assim, podemos perceber que em vários momentos históricos e em diferentes sociedades a lógica binária construiu

31 "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

32 Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista FAPERJ. Email: daniel.hos@hotmail.com

culturalmente um componente negativo e outro positivo, impedindo a pluralidade de identidades, de pensamentos, de crenças. Assim, várias categorias foram sendo criadas e identificadas como o outro diferente. (PUGA, 2005, p. 12)

No espaço escolar, não diferente disso, podemos observar que esse outro é corriqueiramente inferiorizado, subjugado, colocado a margem nesses espaços. O normal, o aceito, é estabelecido enquanto referência. São os ditos normais, que designam as normas identitárias que definiam os sujeitos e contornavam os limites e caminhos a serem seguidos, caminhos estes que funcionam como balizas ou referências, e que ao desviar-se dessas rotas já estabelecidas, esses sujeitos eram punidos julgados e inferiorizados socialmente. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) [...] apresentam como padrão sua própria estética, sua ética em relação ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos (LOURO, 2013, p. 16). Não por acaso, a inquietação que motivou essa pesquisa foi justamente esses seres postos enquanto anormais, inferiorizados, subordinados e designados a inferioridade social. Assim, buscamos refletir sobre preconceitos presentes no espaço escolar, entendendo as diferentes formas de repressão que ocorreram nesse espaço, problematizando os discursos que estariam operando ali, gerando desiguais e criando ações que visassem produzir reflexões. Assim, após identificar preconceitos, buscamos problematizar e desconstruir tais práticas, percebendo aquilo que escapa, que desestrutura o ciclo de opressões construindo/reproduzindo ações que tivessem como princípios a igualdade e o respeito as diversidades, refletindo sobre o racismo, a homofobia a transfobia ou qualquer forma de preconceito presente na escola.

METODOLOGIA

O projeto inicialmente submetido e aprovado pela Secretaria de Estado de Educação foi desenvolvido também com apoio da equipe gestora da E.E. Ederlindo Lannes Bernardes, localizada em Uberlândia.

Ao pensar o trabalho planejamos inicialmente fizemos um mapeamento, sobre os estudantes LGBTs negras estudantes da escola e que queriam participar do projeto, tais estudantes no momento da pesquisa deveriam expressar o interesse em participar voluntariamente do desenvolvimento desse trabalho. Assim, seriam feitas reuniões semanais com aqueles que desejassem participar do projeto. Estas reuniões, com professoras e com estudantes, tiveram a finalidade de esclarecer os objetivos da pesquisa, localizar as pessoas interessadas em participar do estudo e apresentar às mesmas o as ações a serem desenvolvidas, assim como sanar dúvidas referentes ao desenvolvimento da pesquisa.

Nesse processo planejamos trabalhar com palestras; para debate sobre LGBTfobia, machismos, capacitismo, racismo, grafiteagem; onde seria construído o painel da diversidade, diálogos com estudantes LGBTs negros que sofreram preconceitos, e também a construção entre todos os professores do turno diurno de ações coletivas que culminassem no dia de exposição do desenvolvimento dos seus trabalhos.

A entrevista individual, aplicada aos sujeitos LGBTs negros estudantes, teve como objetivo analisar as trajetórias escolares deles, estabelecendo relações entre evasão escolar, e preconceito. Investigando assim, as experiências vivenciadas por eles na escola.

Na fase inicial do projeto planejamos ciclos de estudos de texto, palestras e debates que visaram a formação do grupo de pesquisa, com objetivo de uma melhor aplicabilidade do projeto, assim como vivência com a discussões que tratassem dos diferentes tipos de preconceitos. Além disso, foi realizado uma análise das formas de preconceitos presentes na nossa escola. A partir daí iniciamos com as ações. Sobre isso, ainda foi concernente desenvolver entrevistas com negros e negras que sejam travestis, gays, lésbicas ou bissexuais, analisando preconceitos, estigmatizações ou problemas enfrentados por eles/as no espaço escolar.

Após essas análises foi verificado se os espaços escolares permitiam a formação de cidadãos e cidadãs que respeitassem as diversidades presentes em nossa sociedade. Cabe ressaltar, que os resultados foram utilizados para a promoção de ações que permitiriam que fosse superada a discriminação social, a exclusão, a diferenciação e o preconceito em relação ao outro, possibilitando

construir uma sociedade que combata o racismo e saiba respeitar as pluralidades.

DESENVOLVIMENTO

Sobre as ações desenvolvidas: Aplicação dos Indicadores de Qualidade da Educação³³: Inicialmente decidimos diagnosticar o problema dos preconceitos presentes na nossa escola, percebendo prioritariamente o racismo. Organizamos-nos, formamos o grupo guardião³⁴, marcamos o momento para debater e analisar nossas práticas e escola. Fizemos os cartões: verde, amarelo e vermelho, e fizemos debates sobre cada ponto lido no livro do INDIQUE. Assim, após cada debate o relator anotava as mudanças necessárias e observações feitas por cada participante. Observar e debater sobre nossa escola foi extremamente importante, o primeiro passo para tentar nos libertar sobre as amarras dos preconceitos.

Construção do painel da diversidade (GRAFITE): nesse momento convidamos estudantes que gostassem da arte do grafite para desenhar nas paredes e muros da escola. Nessas ações prontamente percebemos que iríamos precisar do apoio de profissionais da área, assim, decidimos convidar grafiteiros da cidade, conhecidos e admirados pelos estudantes, para fazerem em conjunto a grafitação dos painéis na fachada e interior da escola. Neles, foram tratados dos temas: machismo, racismo e homofobia. É importante ressaltar que nesse momento fizemos acordo com grafiteiros reconhecidos na cidade e nacionalmente, propondo que fossem realizadas grafitações que tratassem da diversidade, enaltecendo a luta das mulheres, dos LGBTs e dos negros. Essa grafitação ocorreu em um sábado, com a presença dos/as alunos/as, inclusive aprendendo técnicas dessa arte.

Debates com Diretora de Igualdade Racial da Prefeitura de Uberlândia DIIGUAL/ Coordenadora de Diversidade Sexual da Prefeitura de Uberlândia / Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB-UFU / Professora de História da UFU membro do Núcleo de Estudos de Gênero NEGUEM – UFU. Nessa fase, levamos para a escola representantes de movimentos sociais, de organizações que promovem o debate sobre a opressão de determinados grupos na sociedade, permitindo por meio do debate problematizar preconceitos presentes no espaço escolar. Essas rodas de conversa com os debatedores do movimento negro (NEAB/ DIIGUAL), de mulheres e LGBT permitiu discutir com professores, alunos e alunos, corpo diretivo e supervisão sobre a importância do respeito as diferenças e a construção de ações que permitissem a formação de uma escola mais justa e igualitária.

Debate com membros da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA / do Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras – FONATRANS / com a vereadora Pâmela Volp – Trans negra / e membros do Conselho Nacional Contra Discriminação LGBT – CNCD/LGBT. Nesse momento, também foram feitos vários debates com representantes do movimento negro, LGBT e associações de travestis negras. O objetivo era repensar o espaço escolar, nossas práticas, fazendo com que todo corpo que a compõe identificasse práticas discriminatórias e refletisse sobre suas ações. Esse momento foi importante para repensar sobre a presença do racismo e outras formas de preconceitos na escola e na sociedade. Nessas palestras, contamos com palestrantes de diferentes estados do Brasil, como Piauí, Paraíba, Minas Gerais, Bahia.

Realização de pesquisas analisando diferentes formas de preconceito no espaço escolar, envolvendo toda a escola. Nesse momento, após termos feito várias discussões, palestras, análises da nossa escola, decidimos que a escola toda, todos professores se envolveriam em uma grande pesquisa sobre preconceitos existentes no espaço escolar. Livremente, cada professor pode escolher qual tema iria desenvolver. Durante três meses cada professor coordenador de uma turma elegeu uma forma de discriminação para desenvolver essas pesquisas. Esse projeto foi concluído com um dia de mostras dos trabalhos realizados. Tal proposição teve como objetivo fazer com que toda a escola repensasse o preconceito e percebesse o quão enraizado ele está. Aqui, foram escolhidos temas como gordofobia, racismo, LGBTfobia, capacitismo, machismo, intolerância religiosa, etc.

33 Considerando a magnitude e complexidade da questão racial no Brasil e, especificamente, na educação brasileira, os Indicadores da Qualidade na Educação Relações Raciais na Escola foram elaborados visando contribuir com a superação do racismo nas escolas. Auxilia na construção de um retrato da implementação da Lei n. 10.639/2003, a qual introduziu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africanas e afro-brasileiras, bem como da educação das relações étnicorraciais na educação básica (pública e privada).

34 O grupo guardião consiste em formar uma equipe composta por professores, estudantes, direção, supervisão, secretaria e comunidade escolar, responsáveis por guiar a avaliação dos Indicadores de Qualidade na Educação.

Nesses trabalhos foram feitas discussões de esclarecimento, assim como pesquisas, que tiveram as seguintes perguntas:

- Você já teve alguma atitude preconceituosa?
- Você aceitaria caso tivesse um filho homossexual?
- Você já sofreu racismo na escola?
- Você já teve alguma prática preconceituosa com algum colega?
- Você concorda com cotas raciais para universidades e concursos públicos?
- Você sabia que existem cotas raciais para universidades e concursos públicos?

Essas perguntas nortearam as pesquisas e possibilitaram expor como diferentes formas de preconceitos ou como determinadas concepções ainda estão presentes em nosso imaginário e consequentemente reflete nas nossas práticas sociais.

Gravação de vídeo relato/denúncia sobre práticas discriminatórias ocorridas na escola. Aqui, gravamos um vídeo com estudantes que desejaram relatar e expor práticas discriminatórias, referentes ao racismo e homofobia, ocorridas no espaço escolar. Nesse momento, em um dos casos, foi relatado a homofobia sofrida por um estudante que ouviu de uma supervisora escolar que iria para o inferno por seu homossexuais e feminino, caso ele não mudasse seu jeito de ser ele não seria feliz. Esse relato gerou uma reflexão sobre o papel da escola no combate a esse tipo de violência, nos levando a pensar, o que fazer quando isso ocorre? Qual o papel da escola no acolhimento a esse aluno discriminado? Qual apoio a escola deveria ter dado? Essas e outras reflexões foram apontadas e utilizadas para montar/criar protocolos de ações em casos como esse.

Entrevistas individuais com negras/LGBTs estudantes da escola. O objetivo foi que estudantes LGBTs negras denunciasses por meio das entrevistas sigilosas de que forma a discriminação afetou ou não suas vidas e seu desempenho escolar. Por meio dessa pesquisa pudemos perceber que as práticas de racismo e homofobia ocorrem corriqueiramente e afetam a profundamente a vida dos nossos estudantes. Os professores e a escola muitas vezes não dão o devido apoio as vítimas desses preconceitos. Até porque não há apoio psicológico disponibilizado pelo estado. Durante essas entrevistas foi possível perceber que o racismo e a homofobia são práticas presentes na escola e que os danos causados na vida de estudantes são extremamente sérios e pouco tratados. Subestimamos tais acontecimentos, e a escola, em geral, não leva a sério as denúncias. Recebemos em nossa escola estudantes trans que deixaram de estudar em outras escolas por sofrerem preconceitos, ou estudantes da nossa própria escola que deixou por dois anos de estudar por gordofobia. Esses e outros casos revelam que a discriminação, o preconceito são extremamente problemáticos e devem ser vistos com atenção e reflexão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acreditamos em uma escola plural, diversa, em que diferenças não sejam motivo de exclusão ou inferiorização social. Durante esse trabalho fomos capazes de perceber essa cultura da estigmatização, da inferiorização do outro, e subverter esses ciclos de violências que estão naturalizadas nos discursos, nas falas, nas agressões físicas, ocorridas dentro das escolas. Fomos capazes de perceber a construção histórica e política dos discursos e das identidades no interior de um sistema cultural androcêntrico, eurocêntrico, patriarcal, racista e transfóbico que exclui e designa ao outro caráter de inferioridade, instituindo desigualdades, assimetrias e hierarquizações sociais. Acreditamos que ao se conhecer a realidade do ciclo de opressão vivenciada por LGBTs negras, foi possível trilhar novos caminhos de respeito e tolerância, desconstruindo ciclos de inferiorização social. Assim, ao longo do desenvolvimento desse trabalho, percebemos que os preconceitos, a violência, as estigmatizações são corriqueiras na escola, e que causam danos talvez irreparáveis na vida dos(as) estudantes. Assim, realizamos ações que visassem quebrar com o ciclo de preconceito dentro da nossa escola, onde o primeiro passo foi rever nossas próprias práticas e assim ir trilhando caminhos de respeito e valorização das diversidades, construindo na escola um espaço plural em que todos fossem/sejam respeitados como são.

Não por acaso, o espaço escolar, ao ausentar-se de sua responsabilidade de desconstrução das diferentes opressões ali presentes, contribui para a evasão escolar de tantos/as estudantes. Assim, essas ações são/ se tornaram essenciais por propor refletir sobre a evasão escolar, as tra-

jetórias escolares, e resistências/escapes/fugas de LGBTs negras para sobreviverem naquele espaço. Se tornou importante também por denunciar a marginalização dessas populações, propondo medidas de reinserção e garantia de permanência na escola.

CONCLUSÕES

Durante a realização dessas pesquisas pudemos perceber que as práticas preconceituosas estão introjetadas nas nossas relações e que somente por meio da reflexão e do debate podemos desconstruí-las. Por meio dessas pesquisas, realizadas por entrevistas e formulários foi possível observar que apesar dos debates, da busca pela superação das desigualdades ainda há práticas racistas, homofóbicas e transfóbicas no nosso espaço escolar. Assim, acreditamos que a educação é o melhor meio de conscientização para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária onde cada um seja respeitado na sua diferença.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

_____. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

PUGA, Vera Lucia. *Útero e Loucura: medicina e moralidade. Anos 1942-1959*. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco e MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia, EDUFU, 2005.

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS TRANS NA EDUCAÇÃO FORMAL

Clara Hanke Ercoles³⁵
Suelen Soares Barcelo de Miranda³⁶
Eliane Rose Maio³⁷

RESUMO

As estatísticas de grupos trans, como o Transgender Europe (TGEU), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) têm denunciado quão transfóbica nossa sociedade é, negando o direito não só da educação, mas de existir. Temos como objetivo geral discutir sobre a educação para a população trans e elucidar brevemente sobre o processo de expulsão escolar. A escola tem sido hostil para pessoas trans, primeiramente porque não as contemplam em seus currículos, invisibilizando a elas e eles enquanto estratégia higienista do poder. Também é um espaço transfóbico, o que faz com que muitas/os desistam do estudo. A questão é que esses casos têm sido entendidos como uma violência comum de evasão escolar, enquanto, na realidade, deveria ser interpretada como expulsão, pois tem origens específicas das violências que pessoas trans vivenciam, ou seja, a transfobia. O procedimento metodológico é por meio de análises de dados coletados pelo IBTE com relação aos problemas enfrentados na educação básica e superior por pessoas trans, que são: o motivo do abandono escolar, os obstáculos encontrados no cotidiano delas/es e quem são os obstáculos. Acreditamos na escola como um 'entre-lugar' que produz deslocamentos significativos por meio de aprendizagens de que somos uma potência viva produzida e negociada numa multiplicidade desconcertante sobre diferentes modos de ser e estar, normativos ou renovados. Concluímos que a escola precisa garantir o acesso e permanência de pessoas trans porque isso é um direito delas/deles, investindo em professoras/es capacitadas/os, com propostas de cursos, grupos de estudos e eventos, proporcionando uma educação plural para a diversidade.

Palavras-chave: Educação. Formação docente. População Trans. Expulsão. Escola.

INTRODUÇÃO

A educação escolar tem sido hostil para pessoas trans, conforme discutiremos ao longo deste texto. Para que entendamos melhor, inicialmente, propomos a discussão sobre a posição da população trans na sociedade, pois os dados nos permitiram refletir sobre a necessidade de debater sobre isso no nosso país. Precisamos ser empáticas e solidárias, de forma interseccional, segundo viviane v.³⁸ (2015, p. 42) com quem sofre nas hierarquias de privilégio nessa sociedade, "hierarquizar sofrimentos, sem que isso signifique deixar de olhá-los criticamente, e de maneira interseccional a outros posicionamentos normativos".

Sua existência humana é negada, travestis e mulheres transexuais têm sido objetificadas e resumidas para fins sexuais. No blog do site de pornografia RedTube (2016), o Brasil é o país que mais usa a o termo trans na ferramenta de procura. Aqui, também, estão 90% delas em profissões sexuais (ANTRA, 2018).

As estatísticas denunciam uma sociedade transfóbica e violenta. A organização Transgender Europe (TGEU, 2016), por meio do projeto de monitoramento Trans Murder Monitoring Project (TMM), contabilizou 2.016 homicídios de pessoas trans, de 01/01/2008 a 31/12/2015, período de oito anos. Entre eles, 1.500 deles ocorreram na América do Sul e Central, sendo 802 no Brasil, o que resultou o Brasil como o país que mais assassina pessoa trans. Para Luma Nogueira de Andrade (2014) cabe à travesti adequar-se ao modelo, ou a resistir e ser eliminada.

A travesti sendo identificada como anormal, passa a ser indesejada, uma ameaça à ordem, à moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e/ou psicológica. Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural). A pressão é tão grande que muitas acabam, forçadamente, entrando neste jogo, outras se matam e algumas resistem na luta como Bela mesmo que sua vida esteja em jogo, afinal não existe vida quando não se deixa existir (ANDRADE, 2014, p. 10-11).

Por meio desses dados podemos concluir que à população trans é negada a existência na sociedade. Como seria a existência delas, então na educação formal, sendo a escola uma instituição social? Como acontece sua formação profissional para romper o ciclo de marginalidade delas?

35 Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Bolsista CAPES. E-mail: claraercoles@hotmail.com

36 Graduada de Pedagogia, pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: miranda.suelenn@gmail.com

37 Psicóloga, Doutora em Educação Escolar e Docente na Universidade Estadual de Maringá no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE). E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br

38 Nome da pesquisadora é grafado em letras minúsculas propositalmente, conforme escolha da mesma.

Segundo a ANTRA (2018), apenas 0,02% das pessoas trans estão estudando nas universidades. Ou seja, nem perto de 1% delas estão no Ensino Superior.

Clara Hanke Ercoles (2018) denuncia através de 3 relatos que requereu de suas amigas travestis/mulheres transexuais que estudam ou estudaram no ensino superior sobre suas trajetórias, identidades e ocupação na universidade, em Maringá-PR. Não ter uma quantidade satisfatória de travestis e mulheres trans ocasiona em falta de representatividade e de socialização, além de ter que se validar como pesquisadoras. Denunciaram a falta de formação para o respeito de suas existências, tanto de colegas, quanto de docentes. O espaço da universidade é relatado como intimidador por elas.

Ainda no contexto acadêmico, Viviane V. (2015) afirma que, por mais que tentem romper com a norma, como os eventos sobre gênero e sexualidade, ainda rendendo-se à normatividade. Tanto que ela, enquanto pesquisadora travesti, prefere não ocupar esse espaço, exceto se a ela for útil.

QUEM É “NEUTRO” SUFICIENTE PARA ESTAR NOS CURRÍCULOS?

Para iniciarmos essa discussão, vamos discutir brevemente sobre um território de disputa na educação: o currículo escolar. Por meio dele, sabemos o que pode ou não ser conteúdo escolar. Tomaz Tadeu da Silva (2011) afirma que não se trata apenas de conteúdos, mas também é uma questão de identidade. Selecionam o que estará ou não nele de acordo com os interesses do poder, apagando ou negando as existências marginais. “Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (SILVA, 2011, p. 16).

Para que seja estabelecida a ordem social no espaço escolar, ela deve ditar o que é ‘normal’ e, conseqüentemente, segregar o que é ‘anormal’, usando o que chamam de ‘discussões universais’, o que é uma falácia.

O discurso universalista só funciona quando os diferentes sujeitos de fala tem o mesmo poder, quando os privilégios são retirados. De outro modo, torna-se um recurso retórico para a manutenção de desigualdades – um ‘democratismo’ (JESUS, 2015, p. 23).

É preciso manter uma sociedade ‘higienizada’ de tudo o que destoe do padrão, então o currículo necessita estar limpo, livre da existência trans. Não há espaço nele para contemplar travestis e transexuais. Como afirma Guacira Lopes Louro (2003, p.130), “as políticas curriculares são, então, alvo da sua atenção, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente ‘sãos’”. A escola é constituída por uma pluralidade de corpos e existências, mas o currículo não.

A ESCOLA É “PEQUENA” DEMAIS PARA PESSOAS TRANS

Conforme o contexto que exploramos nas estatísticas na Introdução, a travesti e transexuais são expulsas/os da sociedade. E o espaço escolar, que poderia ser o espaço de aceitação e esperança, passa apenas a ser mais uma instituição de expulsão. A escola não é capaz de lidar, tratar e formar por meio das diferenças e pluralidade (BENTO, 2012).

Para Adriana Sales (2018, p. 19), “[...] desde os níveis fundamentais até o superior, muitas vezes negaram e negam nossas estilísticas de existências e, como mostram muitas pesquisas citadas nesse estudo, banem, matam e trucidam expressões de gêneros travestis”. Assim, é negado o direito à educação para travestis e transexuais em todo o trajeto escolar. E de que forma é negado?

Temos que ter cuidado para não confundir a evasão escolar com a expulsão. Para Bento (2012), o fato de estudantes desistirem ou afastarem-se dos estudos por problemas financeiros é caracterizado como evasão. Já para pessoas trans que abandonam a escola por não estarem de acordo com os padrões de gênero e/ou sexualidade impostos pela escola é transfobia e Berenice Bento (2012) entende como expulsão e isso tem uma natureza de violência diferente.

O espaço escolar usa da expulsão para mascarar a sua transfobia e, ainda que ocorra com pessoas que não sejam trans, é de forma diferente, segundo Luma de Andrade (2012, p. 249),

mesmo com as resistências, algumas são punidas, inclusive com a pena de expulsão e sem direito a defesa. Muitas vezes, a punição não é necessariamente por um erro cometido, mas é uma forma de tentar camuflar a transfobia, pois quando o mesmo ato é cometido por alguém alheio ao universo trans o procedimento de punição é diferente.

Neil Franco (2018) define transfobia como uma violência que se recusa o contexto histórico, social e cultural das pessoas trans. Diferente de pensarmos que transfobia seja apenas a violência física ou verbal direta, mas até mesmo o silenciamento nos currículos escolares, o esvaziamento de uma intervenção pedagógica ou uma ausência de mediação também é transfobia.

O material intitulado “As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil”, de 2019, produzido pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) reconhece que a escola é o não-lugar de pessoas trans. Nele, Andreia Lais Cantelli e Sayonara N. B. Nogueira (2019) divulgam informações levantadas pelo Instituto sobre o contexto educacional de pessoas trans no Brasil que colheram por meio de uma pesquisa online. Discutiremos sobre alguns dados que nos chamaram a atenção.

As razões para o abandono escolar, segundo Andreia Lais Cantelli e Sayonara N. B. Nogueira (2019, p. 37, grifos em negrito das autoras), são, em primeiro lugar, “a TRANSFOBIA, seguida pela DEPRESSÃO, em 3º lugar situação FINANCEIRA, posteriormente temos o fato de não conseguir associar o TRABALHO a escola e a EXCLUSÃO FAMILIAR”. Assim, mais evidente fica que a natureza da violência deste abandono escolar é diferente. Ainda destacamos que, já que os motivos de depressão e exclusão familiar podem também originar das exclusões na sociedade por serem trans. Então como seria o cotidiano escolar de uma pessoa trans na escola? Entre os obstáculos enfrentados são: 1- o preconceito (38%), 2 - assédio moral (18%), 3 - agressão verbal (16%), 4 - dificuldade de aprendizagem (15%), 5 - nome social (10%) e 6 - agressão física (3%). Se atentarmos às razões, percebemos que são diretamente violências transfóbicas, exceto a dificuldade de aprendizagem (CANTELLI; NOGUEIRA, 2019). Assim, podemos concluir que pessoas trans sofrem diariamente transfobias dentro do espaço escolar.

Entre quem podia ser obstáculo na educação básica e na universidade foram apontadas/os:

1 - 37% apontaram as/os colegas, 2 - 27% professoras/es, 3 - 20% gestoras/es e 4 - 16% equipe pedagógica. As pessoas que mais passam tempo ao lado delas e deles, colegas, são as/os maiores responsáveis. E as que lhes deveriam ser mediações para lidar com tais obstáculos, são as/os demais responsáveis por suas dificuldades.

Por fim, as autoras mapeiam as violências de pessoas trans no contexto educacional, pontuando sobre a natureza da violência que vivem no ambiente escolar, que precisa investir em formação a fim de uma escola inclusiva e cidadã.

Ao final deste trabalho percebemos então que a transfobia escolar diz respeito à agressividade e violência contra pessoas trans no ambiente escolar e que tornando uma conjuntura que preocupa e acarreta sérias implicações para a vida de travestis, mulher e homens trans e pessoas não-binárias, que vai desde o desenvolvimento de transtornos de aprendizagem até a exclusão escolar. É de suma importância investir na formação continuada de profissionais da educação acerca deste tema, para que possa promover de fato uma escola inclusiva e a cidadania em todo contexto escolar (CANTELLI; NOGUEIRA, 2019, p. 44).

A educação necessita atentar-se em seus currículos escolares e na formação de professoras/es. Precisamos romper com esse ciclo de violência transfóbica. Se é um direito a toda cidadã brasileira ou cidadão brasileiro tanto o acesso quanto a permanência na escola, garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Artigo 206 (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei 9394/96) (BRASIL, 1996) no Artigo 3º e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990) no Artigo 53 (BRASIL, 1990).

Para a manutenção das pessoas trans na educação básica e seu ingresso no ensino superior, torna-se indispensável a sua permanência nesta primeira modalidade de ensino, através de uma educação para a diversidade, junto aos professores e demais trabalhadores da educação, que estimule o reconhecimento das demandas das pessoas trans e a sua proteção nas escolas (NOGUEIRA, 2019, p. 10).

Precisamos garantir um espaço seguro nas escolas, baseado na diversidade e profissionais

preparadas/os, rompendo com o ciclo de expulsões. É responsabilidade do Estado e da família que se cumpra. Caso não se rompa, continuaremos negando seu direito de acesso e permanência na escola até a conclusão dos estudos. Talvez a escola seja ‘pequena’ demais para pessoas trans, onde elas/eles não caibam. Pequenas de conhecimento, pequenas de estratégias, pequenas de respeito, pequenas para um currículo plural. Pequenas...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a escola quanto a sociedade hostilizam e expulsam pessoas trans para a margem, negam a elas e eles o direito à educação e à dignidade, além do alto índice de assassinatos, que nos ajuda a compreender que nossa sociedade é transfóbica e que o espaço escolar nega-se a transformar essa realidade, mas sim deixa explícito o interesse de formar uma sociedade padrão, disfarçada de um discurso de ‘neutralidade’. O currículo escolar descarta suas existências, não as/os contemplando, tornando-as/os invisíveis e fora do padrão digno de serem consideradas/os ‘neutras/os’.

Isso nos ajuda a apontar para a compreensão que a escola é transfóbica. A transfobia é muito mais complexa que a resumir apenas a violências físicas e verbais, mas sim a invisibilidade e o assujeitamento de pessoas trans. E por meio dos dados do IBTE, temos ciência que o maior motivo do abandono escolar é a transfobia, que o maior obstáculo é o preconceito e que quem mais hostiliza são colegas da escola/faculdade. Sendo assim, quando uma pessoa trans desiste dos estudos por motivos como este, entendemos que não se trata apenas de uma evasão escolar, mas de expulsão, pois a natureza da violência que os/as motiva a isso é baseada em uma violência específica a elas e eles: a transfobia.

Precisamos criar estratégias de uma educação para a diversidade, que contemple pessoas trans e que tenham profissionais preparadas/os para isso. É um direito delas/es o acesso e permanência à educação escolar, rompendo com o ciclo de expulsões, tanto na escola, quanto na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travesti: a negação da escola e da vida. <http://www.2014.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405337469_ARQUIVO_Artigo-Luma.pdf> Vitória, 2014.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANTRA. Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017. 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CANTELLI, Andreia L; NOGUEIRA, Sayonara N. B. A realidade das/os estudantes trans no Brasil. In: CANTELLI, Andreia L; PEREIRA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Julia Jorge de; TOZO, Nicholas L.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Org.). As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil. Brasil, Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019, p. 27-44.

ERCOLES, Clara Hanke. Existir, Afirmar e Reafirmar a identidade Trans no meio acadêmico: um desafio triplo! In: MAIO, Eliane Rose (Org.). Gênero e Sexualidade: Interfaces Educativas. Curitiba: Appris, 2018, p. 183-199.

FRANCO, Neil. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. Revista Educação Pública. Cuiabá, v. 27, n. 65/1, maio/ago. 2018, p. 469-486.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). Transfeminismo: teorias e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro. Metanoia, 2015, p. 17-32.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, Sayonara N. B. Monitoramento. In: CANTELLI, Andreia L; PEREIRA, Fernanda R.; OLIVEIRA, Julia Jorge de; TOZO, Nicholas L.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. (Orgs.). As fronteiras da educação: a realidade de dxs estudantes trans no Brasil. Brasil, Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019, p. 6-13.

REDTUBE. Trans Porn in Brazil. 2016. Disponível em:<<http://blog.redtube.com/2016/06/trans-porn-in-brazil/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

SALES, Adriana. Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TGEU. 2016. Nota de Imprensa, Dia Internacional da Visibilidade Trans. Disponível em:<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/03/TvT_TMM_TDoV2016_PR_PT.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.

v., viviane. É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias. In: JESUS, Jaqueline Gomes de; colaboradores. Transfeminismo: teorias e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro. Metanoia, 2015, p. 17-32.

EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA: COLETIVO LGBT LUTAS E CORES E OS ENFRENTAMENTOS DA LGBTFOBIA NO INTERIOR DO NORDESTE³⁹

Émerson Santos⁴⁰
Allene Lage⁴¹

RESUMO

O Brasil tem se destacado negativamente no cenário internacional como o país que ocupa o topo do ranking mundial de assassinatos LGBTfóbicos. Além disso, são inúmeras as situações de LGBTfobia física, verbal, patrimonial, psicológica e simbólica no nosso país. Nesse contexto, o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI+) tem adotado uma série de estratégias educativas com objetivo de superar o cenário de intensa violência motivada por intolerância à orientação sexual e à identidade de gênero no Brasil. A partir de uma pesquisa bibliográfica, este artigo discute a adoção da educação como uma forma de superação da LGBTfobia a partir da análise da atuação de um Coletivo LGBT que desenvolve seu trabalho em um município do interior do nordeste brasileiro. Trata-se do Coletivo Lutas e Cores que atua em Caruaru-Pernambuco. Fundado em 30 de outubro de 2014, o Lutas e Cores nasceu a partir do desejo de um agrupamento de jovens que já atuavam como ativistas do Movimento LGBTI+ de forma mais individualizada e que verificaram a necessidade da construção de uma organização que pudesse articular esses ativismos individuais e passasse a desenvolver intervenções de modo mais sistemático e contínuo. A educação está presente na totalidade das atividades realizadas pelo Lutas e Cores e por seus/as ativistas. Essa atuação de caráter eminentemente educativo acompanha o coletivo desde a sua fundação. Desenvolvendo ações educativas em uma região que carrega fortes marcas de preconceitos machistas e LGBTfóbicos, o Lutas e Cores busca construir uma outra possibilidade de sociedade, onde todas as pessoas possam ser respeitadas e tenham acesso efetivo aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Palavras-chave: Lutas e Cores. Educação. LGBTfobia. Movimento LGBTI+.

INTRODUÇÃO

O conjunto de violências motivadas por intolerância à orientação sexual e à identidade de gênero ainda é um grande problema social no Brasil. Nos últimos anos, levantamentos realizados por organizações nacionais e internacionais do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI+) tem evidenciado a intensidade dessa violência no nosso país.

Diante desse cenário, o Movimento LGBTI+ tem adotado um conjunto de estratégias de ações que buscam a superação da LGBTfobia, tais como a realização de advocacy junto aos poderes estatais, promoção de paradas do orgulho, marchas, beijaços e panfletagens, entre outras ações (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Esse conjunto de ações realizadas pelo Movimento LGBTI+ no Brasil apresenta um forte caráter educativo, na medida em que busca, através de intervenções nas arenas públicas e privadas, levar informações que podem contribuir com a superação dos preconceitos e dos processos de discriminação.

Situado dentro desse debate, este trabalho discute a adoção da educação como uma forma de superação da LGBTfobia a partir da análise da atuação de um Coletivo LGBT que desenvolve seu trabalho em um município do interior do nordeste brasileiro conforme apresentado nos tópicos seguintes. Em termos metodológicos, foi realizada uma revisão bibliográfica da produção de artigos que tinham o coletivo Lutas e Cores como tema central.

O COLETIVO LGBT LUTAS E CORES

O Coletivo Lutas e Cores é uma organização do Movimento LGBTI+ que atua na promoção da cidadania da população LGBT e no enfrentamento das discriminações e violências motivadas pela intolerância à diversidade sexual e à identidade de gênero. Fundado em 30 de outubro de 2014 no município de Caruaru-Pernambuco, o Lutas e Cores nasceu a partir do desejo de um agrupamento de jovens que já atuavam como ativistas do Movimento LGBTI+ de forma mais individualizada

39 Trabalho apresentado no GT 03: Educação para quem? Corpos estranhos, educados, excluídos no ambiente escolar, do Congresso Internacional LGBTI+. Este artigo é um dos resultados do Projeto de Pesquisa: "Desdobramentos da Educação da Mulher dentro dos Movimentos Feminista e LGBT: Percursos Políticos e Pedagógicos da Marcha Mundial de Mulheres e do Lutas e Cores em Caruaru-PE", financiado pelo CNPq.

40 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Ativista do Coletivo Lutas e Cores. Coordenador Nacional da Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ArtJovem LGBT). E-mail: emerssantos1@gmail.com.

41 Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra (2006). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: allene Lage@yahoo.com.br.

e que verificaram a necessidade da construção de uma organização que pudesse articular esses ativismos individuais e passasse a desenvolver intervenções de modo mais sistemático e contínuo.

De acordo com Feitosa e Santos (2016a), o Lutas e Cores possui uma organização interna baseada numa perspectiva democrática e horizontal, caracterizada pela ausência de uma direção instituída e hierarquizada nos moldes das tradicionais organizações da sociedade civil que geralmente possuem Presidência, Secretarias e/ou Diretorias. Nesse sentido, o Lutas e Cores busca fomentar uma prática coletiva e atuante de todos/as os/as seus/as ativistas, de modo que todos/as sintam-se responsáveis pela organização e a consecução dos seus objetivos.

Outra característica relevante do grupo é a faixa etária dos seus membros, o Lutas e Cores é composto majoritariamente por jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres trans e homens trans. Além disso, os/as ativistas do Lutas e Cores possuem uma elevada escolaridade, sendo seus ativistas graduados, especialistas, mestres e/ou doutorandos em diversas áreas do conhecimento como Educação, Sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Administração Pública, Serviço Social, Design, Sistemas de Informação, Comunicação Social, Educação Física, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Biomedicina, Odontologia, entre outras.

EDUCAÇÃO NO COLETIVO LGBT LUTAS E CORES

A educação está presente na totalidade das atividades realizadas pelo Lutas e Cores e por seus/as ativistas. Essa atuação de caráter eminentemente educativo acompanha o coletivo desde a sua fundação, tendo em vista que uma das primeiras reuniões desse Movimento Social ocorreu com uma formação sobre Movimento LGBTI+ no Brasil, ministrada por um dos seus membros fundadores que é professor da educação básica, licenciado em pedagogia e mestre em educação contemporânea. Brito, Lage e Santos (2007) evidenciaram que os processos de formação política dos ativistas do Lutas e Cores os capacitam para atuar na defesa dos direitos humanos e da cidadania da população LGBTI+.

Na compreensão de Feitosa e Santos (2016), as atividades educativas do Lutas e Cores podem ser classificadas em três categorias, sendo elas: (i) reuniões internas; (ii) fiscalização e interlocução com o poder público e (iii) intervenções sociais. Essas categorias foram elaboradas com o objetivo de facilitar a descrição das ações educativas deste movimento social, tendo em vista o grande volume e diversidade de atividades que realiza.

As “reuniões internas” são realizadas com os/as ativistas que compõem o Lutas e Cores. Apesar de não ter uma periodicidade rígida e pré-estabelecida, essas reuniões ocorrem em geral a cada mês. Nelas, são planejadas as atividades que serão realizadas, é deliberado quais ativistas irão representar o grupo em determinados espaços como conferências, conselhos, congressos, seminários, etc., discute-se também qual posicionamento o Lutas e Cores deve tomar diante de determinadas situações como o período eleitoral ou, por exemplo, o fechamento de algum equipamento de política pública LGBTI+.

Além disso, muitas reuniões do Lutas e Cores tem um formato de terapia coletiva. Essas reuniões que são coordenadas por psicólogos/as que são ativistas do próprio coletivo, se constituem de momentos onde os/as membros do grupo apresentam suas experiências, relatam situações em que foram vítimas ou que presenciaram alguma violência LGBTfóbica, compartilham conquistas pessoais e apresentam as alternativas que adotaram para resistir aos processos discriminatórios. A dimensão educativa está presente em todas as reuniões do Lutas e Cores, tendo em vista que é nesses espaços de reflexão e debate coletivo que os/as ativistas se formam para atuarem nas atividades que o grupo realiza.

Seguindo a classificação elaborada por Feitosa e Santos (2016a), a categoria de atividades “fiscalização e interlocução com o poder público” também se constitui como uma importante estratégia educativa do Lutas e Cores na medida em que forma e incentiva seus/as ativistas a cobrarem o Poder Público e responsabilizar o Estado pela efetivação da cidadania da população LGBTI+. Nesse grupo de atividades destaca-se a presença do Lutas e Cores em espaços de participação social como Audiências Públicas, Comitês, Fóruns, Conferências e Conselhos.

Apesar do Lutas e Cores ter como foco de sua atuação o município de Caruaru-PE, sua incidência sobre a fiscalização e a interlocução com o Poder Público ocorre para além da municipa-

lidade. Nesse sentido, merece destaque a participação de quatro ativistas do Lutas e Cores na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT, realizada no mês de abril de 2016, em Brasília-DF. Também merece destaque a presença de ativistas do Lutas e Cores no Conselho Estadual de Direitos da População LGBT e no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT.

Por fim, é na categoria “intervenções sociais” que ocorrem as principais atividades educativas do Lutas e Cores. Essas atividades se constituem em seminários de formação e mesas redondas promovidas pelo coletivo e abertas a participação de toda sociedade, intervenções culturais nas festividades do São João de Caruaru, palestras em escolas e universidades, panfletagens nas zona central da cidade de Caruaru-PE, entrevistas na imprensa local (Rádios, TVs, Jornais Impresso e Blogs), atos públicos, etc.

Do conjunto de intervenções sociais realizadas pelo Lutas e Cores, merece destaque o grande número de convites que o coletivo recebe para realizar palestras e rodas de diálogo com estudantes sobre questões de diversidade sexual, identidade de gênero e LGBTfobia nas escolas da Rede Estadual de Ensino, localizadas em Caruaru-PE. Esse grande número de convites se deve ao fato da elevada qualificação acadêmica dos/as ativistas que compõem o coletivo, mas também aos sucessivos casos de LGBTfobia que ocorrem nessas escolas (SANTOS, 2019) e a ausência de discussões satisfatórias dessas questões no próprio interior desta Rede de Ensino (SANTOS e LAGE, 2017).

Analisando as ações e estratégias das atividades realizadas pelo Lutas e Cores, Santos, Feitosa e Vieira (2017) apontam que o Coletivo apresenta concepções políticas que dialogam tanto com a perspectiva mais tradicional do Movimento LGBTI+, quanto com uma perspectiva mais contestatória alinhada aos ativismos Queer. Todas essas ações e estratégias são carregadas de fortes intenções pedagógicas e educativas com vistas a transformação da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado nos tópicos acima, o Lutas e Cores apresenta uma grande contribuição educativa em todas as suas atividades, sejam elas no campo da educação não escolar ou da educação escolar. A própria existência, forma de organização interna e perspectiva política de atuação também são, por si só, importantes ações educativas que sinalizam para construção de uma sociedade livre de qualquer forma de discriminação. Desenvolvendo ações educativas em uma região que carrega fortes marcas de preconceitos machistas e LGBTfóbicos, o Lutas e Cores busca construir uma outra possibilidade de sociedade, onde todas as pessoas possam ser respeitadas e tenham acesso efetivo aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BRITO, Robson José de Oliveira; LAGE, Allene; SANTOS, Émerson. Formação Política no Movimento LGBT para Enfrentamento à LGBTfobia: o caso do Coletivo Lutas e Cores em Caruaru-PE. In: Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina: educação, gênero e sexualidade na América Latina, 3, 2017, Caruaru/PE. Anais... 2017. v.1 p. 239-251. Disponível em: <https://goo.gl/0Rv5H0>. Acesso em: 06/08/2018.

SANTOS, Émerson; FEITOSA, Cleyton; VIEIRA, Rafael. Concepções Políticas do Coletivo Lutas e Cores: Movimento LGBT ou Ativismos Queer?. In: CARNEIRO, Jussara Costa (org.). Com a diferença tecer a resistência: 3º seminário desfazendo gênero. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

FEITOSA, Cleyton; SANTOS, Émerson Silva. Estratégias Educativas do Movimento LGBT em Caruaru: um relato de experiência das ações do Coletivo Lutas e Cores. In: Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina: educação, gênero e sexualidade na América Latina, 2, 2015, Caruaru/PE. Anais... 2016a. v.1 p. 192-210. Disponível em: <https://goo.gl/0Rv5H0>. Acesso em: 06/08/2018.

_____. Participação Social da População LGBT: o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Revista Perspectivas em Políticas Públicas, v. 9, n. 2, p. 175-205, 2016.

SANTOS, Émerson. LGBTfobia na Educação e a Atuação da Gestão Escolar. Editora Appris, 2019.

SANTOS, Émerson; LAGE, Allene. Gênero e Diversidade Sexual na Educação Básica: Um olhar sobre o

componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede de ensino de Pernambuco. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 10, n. 22, p. 69-82, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

04

**DIÁLOGOS E
PERSPECTIVAS TEÓRICAS:
FEMINISMOS,
INTERSECCIONALIDADE,
ESTUDOS DECOLONIAIS**

(IN)VISIBILIDADES DE VIOLÊNCIAS ENTRE PARCEIRAS ÍNTIMAS: ROMPENDO O SILÊNCIO DE VIVÊNCIAS COTIDIANAS

Pietra Fraga do Prado
Taís Bleicher

RESUMO

Considerando a tentativa histórica de silenciamento da sexualidade feminina, independentemente de sua orientação sexual, pode-se afirmar que a relação afetivo-sexual entre mulheres foi ainda mais silenciada em múltiplos âmbitos, inclusive na militância. A violência em relacionamentos entre mulheres permanece ainda mais invisível. Isso decorre do entendimento social de que exclusivamente homens ocupam lugares de poder em relacionamentos e que apenas eles agridem suas parceiras. No entanto, a diferença de poder pode se instalar em outras configurações de relacionamentos, como nas homoafetivas, e resultar na reprodução de padrões violentos. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é compreender a vivência singular de mulheres que foram violentadas por suas parceiras, identificando tanto os impactos emocionais dessa vivência quanto as formas de superação utilizadas pelas mesmas. Os dados foram coletados através do método qualitativo da história de vida e analisados sob a perspectiva da análise temática de Bardin. Os resultados foram categorizados em: impactos na saúde mental e na autoimagem, perspectivas para futuros relacionamentos, violência baseada em gênero, bidirecionalidade da violência, rede de apoio sócio familiar, profissionais e abandono ou evitação de objetos e a espaços. Em vista dos resultados obtidos, é necessária a construção de políticas públicas que busquem acolher as vítimas de violência e aceitar a sexualidade dissidente da norma daquelas que são violentadas por parceiras, como também é importante a existência de espaços em que se possam discutir essas questões de maneira segura.

Palavras-chave: Relacionamento entre mulheres. Lésbicas. Bissexuais. Violência entre parceiras íntimas.

INTRODUÇÃO

A violência tem aumentado em todo o mundo, assim como no Brasil. Como consta no Atlas da Violência de 2018 (IPEA, 2018), o número de homicídios tem aumentado na América Latina e no Brasil, ainda que nas regiões sudeste e centro-oeste, as taxas têm-se mantido, enquanto que, especificamente no estado de São Paulo, há uma consistente taxa de diminuição, sem explicação acadêmica. Apesar disso, a expressão da violência ainda é muito presente no cotidiano nacional e passa por um crivo de corpos e de vivências que são afetadas mais frequentemente.

Dentre esses recortes, tem-se o corpo negro, feminino e homoafetivo como alvo mais consistente (LIMA, 2018), como pode ser ilustrado pelo assassinato de Marielle Franco em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro. Segundo o Atlas da Violência (2018), entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à taxa de mulheres não negras. No dossiê sobre Lesbocídio no Brasil (2018), tem-se um aumento de homicídios de mulheres lésbicas, embora não se tenham estatísticas oficiais que mostrem a extensão do problema devido a entraves de diversas ordens que impedem o registro e a notificação. Ainda assim, como disse Vilma Reis, no dossiê Femicídio (2016), a discriminação acumulada facilita o caminho de destruição das nossas vidas.

Acredita-se que tantos outros feminicídios ocorridos não recebem visibilidade popular, midiática e são subnotificados pelas estatísticas (LIMA, 2018). Mesmo com a subnotificação, a violência contra a mulher, em seu mais amplo sentido, como mulheres transexuais, é muito recorrente. Para o enfrentamento dessa violência, é essencial a manutenção, a ampliação e o aprimoramento das redes de apoio à mulher, presumidos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), os quais apresentam uma alternativa rumo à vida para mulheres (IPEA, 2018).

Como consta na revisão elaborada por Rosa et al. (2013), uma das formas mais frequentes de violência contra a mulher é a cometida pelo(a) marido/esposa ou parceiro(a) íntimo(a). Esse tipo de violência ocorre em múltiplos países, engendrando graves problemas de saúde pública e transcendendo grupos sociais, econômicos, religiosos ou culturais, embora possa estar correlacionada a alguns destes determinantes. Além da violação dos direitos humanos, a prática dessa violência pode suscitar variados danos às vítimas, como físicos, reprodutivos, mentais, emocionais, sociais e até mesmo óbito, impactando também os familiares da mesma (ROSA et al., 2013). Alguns autores apontam a o aumento da taxa de suicídio entre mulheres, uso de álcool e drogas, problemas ginecológicos, gravidez indesejada, depressão e ansiedade (SILVA et al., 2019).

No entanto, uma das imagens mais associadas à violência doméstica e familiar contra mulhe-

res, no senso comum, como consta no dossiê *Violência Contra as Mulheres* (2015), é a pressuposição de um relacionamento heterossexual, no qual um homem, namorado, marido ou ex agride a parceira. Isso advém de uma noção cultural heterormativa, em que se pressupõe que os homens possuiriam apenas uma orientação sexual inata, que os dirigiria a mulheres, enquanto as mulheres teriam a orientação sexual dirigida para homens, isto é, a noção de heterossexualidade compulsória (RICH, 2010).

Além disso, outro fator cultural que corrobora a essa percepção de que exclusivamente homens violentariam mulheres advém da socialização da mulher, que foi historicamente marcada por mecanismos de controle, de repressão e de domesticação de seus corpos e de suas sexualidades. Um desses controles, estruturado por filósofos iluministas e, principalmente, por Rousseau (1989) ainda apresenta efeitos hodiernamente, os quais se mostraram como motivação ao movimento feminista.

A partir do século XVII, Rousseau fundamenta a subordinação feminina baseado na morfologia, na diferença biológica entre os sexos (entre as pessoas), decorrendo disso um afastamento da mulher da vida pública (EMMERICK, 2007).

Para Rousseau, a mulher não seria nem inferior, nem imperfeita, ao contrário, ela seria perfeita para sua especificidade, dotada de características biológicas e morais condizentes com as funções maternas e com a vida doméstica, enquanto os homens seriam mais aptos à vida pública, ao trabalho e às atividades intelectuais (NUNES, 2000, p. 38 apud EMMERICK, 2007).

É a partir dessa noção, que perpassa da Idade Média à Era Moderna, de que a socialização da mulher se daria de forma passiva, dócil, fragilizada e voltada aos cuidados domésticos, quanto ao lar, aos filhos e ao marido (EMMERICK, 2007), que surgem mitos a serem combatidos, principalmente no debate da violência em relacionamentos entre mulheres. Entre esses mitos, está a perspectiva de que a mulher não seria violenta, e apenas o homem se constituiria como agressor, assim como, a visão idílica de que relacionamentos entre mulheres seriam entre pares, sem relações de poder entre elas.

Como forma de enfretamento a essas concepções da figura da mulher e suas relações, surge o movimento feminista. É inestimável a importância dos estudos feministas para a visibilidade contemporânea da violência contra as mulheres no Brasil e para a implementação de intervenções sociais, psicológicas e jurídicas. Em uma revisão das principais referências teóricas desse movimento, realizada por Santos et al (2005), foram identificadas três correntes teóricas, expostas a seguir:

A primeira, que denominamos de dominação masculina, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de dominação patriarcal, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de relacional, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice” (SANTOS et al, 2005).

Apesar das reconstruções desse conceito ao longo das ondas do movimento feminista, é constante a invisibilidade da violência em relacionamentos entre mulheres. Esse ocultamento é um efeito das relações de gênero se mostrarem como eixo norteador das conceituações de violência em casais, sem retratar a diferença de poder que pode se instalar em outras configurações de relacionamentos, como nas homoafetivas (CANTERA, 2007).

Para Nunan (2004), outro elemento da invisibilidade dessa violência se dá pela resistência de debater o tema pelo movimento LGBT como também pela sociedade em geral. Com uma luta marcada pela despatologização da diversidade sexual, o movimento LGBT ainda carrega uma apreensão a discussões que podem impulsionar outros estereótipos negativos a essa população. Além disso, para que a sociedade debata o assunto, é necessária a desconstrução de que a violência doméstica se origina da desigualdade de gênero e do sexismo.

Deve se considerar também a vivência de algumas mulheres que se relacionam com outras mulheres e que passaram pela incoerência de terem como agressoras mulheres que se afirmavam

feministas e que usavam princípios do movimento, de forma distorcida, para cometerem seus abusos (AVENA, 2010). Como referência, pode-se adotar a situação na qual a agressora “feminista” defende verbalmente o consentimento das partes envolvidas durante atos sexuais, no entanto, na prática, não respeita os limites que a outra impõe e aponta a lubrificação da segunda como uma forma de consentimento e de prazer.

A partir disso, é necessária uma definição de violência contra a mulher que incorpore as vivências de mulheres que se relacionam com outras, assim como discussões que apontem as dinâmicas afetivas violentas. No âmbito jurídico, tem-se várias nomenclaturas, como: violência doméstica e familiar, violência conjugal e violência entre parceiros íntimos. Assim, serão apresentadas essas definições, para que se possa compreender o processo de escolha da nomenclatura para esse trabalho em específico.

Impulsionado pelo movimento feminista, ocorreu um longo processo de construção da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), detalhado no trabalho de Gregori (2016), para assistir vítimas de violência entre parceiros íntimos. A LMP é considerada inovadora em dois aspectos, “por reconhecer a violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos, promovendo medidas de prevenção, proteção e assistência às vítimas e de punição aos agressores” (FERREIRA et al, 2015, p. 40), como também por, supostamente, dar visibilidade à violência nos relacionamentos afetivos-sexuais entre mulheres. No entanto, o que ocorre é a baixa disseminação sobre a aplicação da LMP em relações afetivas-sexuais e assimétricas entre mulheres.

A partir disso, apresentam-se as definições importantes para a discussão proposta para esse trabalho:

Violência doméstica e familiar

Segundo a Lei Maria da Penha, (Lei nº 11.340/2006), o conceito de violência doméstica e familiar é caracterizado da seguinte maneira:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Nesse caso, a Lei reconhece o nexos entre violência e sofrimento psicológico. Reiteradamente, a vivência de um abuso prejudica a autoestima da mulher e eleva seu risco ao desenvolvimento de sofrimento psíquico, resultando em quadros como depressão, estresse pós-traumático, ideação suicida e consumo de substâncias como tranquilizantes e álcool (OLIVEIRA et al, 2007).

Além disso, a Lei não se restringe a relações amorosas, podendo ocorrer violência independentemente do parentesco. Ainda que seja algo extremamente relevante a Lei não se restringir a relações amorosas por viabilizar suporte em múltiplos aspectos da violência, isso pode se tornar um obstáculo particular ao recorte do tema, quando se trata de violências no relacionamento entre mulheres. Isso pode ocorrer por, socialmente, ser periódica uma leitura de que duas mulheres são primas, amigas, irmãs e raramente namoradas, assim, relações entre mulheres são poucas vezes legitimadas como afetivas-sexuais (RICH, 2010). Nos relacionamentos amorosos, a violência tem fatores de risco bastante peculiares e que podem ser desconsiderados ao não perceberem o relacionamento afetivo-sexual entre duas mulheres, revitimizando as envolvidas e inviabilizando o reconhecimento da vivência de violência no relacionamento entre elas.

Em outro aspecto, questiona-se se essa Lei de fato se aplica à violência causada por outra mulher, numa relação homoafetiva, uma vez que a conceituação de violência é baseada no gênero. Seria a violência ocorrida numa relação entre mulheres baseada no gênero?

FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), prevê 5 formas de violência doméstica e familiar, sendo elas: a violência sexual, psicológica, moral, patrimonial e física, todas descritas no capítulo II, no artigo 7.

Na alínea I, a violência física é compreendida “como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal”. Enquanto a psicológica é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Na alínea III, a violência sexual é definida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

A violência patrimonial é conceituada como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006).

Seguida da definição de violência moral, na alínea V, “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

O seguinte trabalho aborda efetivamente a ocorrência de 3 desses tipos de violência, sendo essas a sexual, física e psicológica, uma vez que foram essas as trazidas nos relatos das participantes.

VIOLÊNCIA CONJUGAL

Outro conceito de violência entre casais é a de violência conjugal, que surgiu nos primeiros anos da década de 80, por meio do movimento feminista e também por meio do levantamento das situações de violência ocorridas no ambiente doméstico (SACRAMENTO et al., 2006). Esse envolve os mesmos aspectos que a violência doméstica e familiar, isto é, inclui abusos psicológicos, maus tratos físicos, abusos sexuais e outros (LAMOGLIA et al., 2009; ACOSTA et al., 2013).

Em sua definição, prevê que casais de todas as classes sociais são atingidos, assim como de todas as raças, idades, etnias e orientação sexual. Apesar disso, coloca que a raiz é o poder patriarcal que promove a desigualdade e a dominação do homem nas relações de gênero (LAMOGLIA et al., 2009). Questiona-se, então, se essa definição verdadeiramente abrange relacionamentos entre mulheres. Além disso, movimentos feministas questionam o uso desse termo devido à pressuposição conceitual de agressões mútuas (ROSA et al., 2014), um aspecto ainda mais veemente em violência em casais homoafetivos.

VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS

Por fim, tem-se esse último conceito, em que a violência por parceiro íntimo é definida como quaisquer comportamentos que, inseridos em um relacionamento, causem prejuízos nos âmbitos físico, psicológico ou sexual (KRUG et al., 2002, p. 89; BHONA, 2016). Os relacionamentos íntimos/afetivos considerados podem ser de namoro, casamento ou de coabitação. A violência pode ser praticada pelo atual ou por um ex companheiro (KRUG et al., 2002, p. 89; BHONA, 2016).

Essas nomenclaturas acima trazem um contexto histórico-social heteronormativo, em que, habitualmente, associa-se a violência àquela praticada pelo homem contra a mulher, ainda que o fenômeno tenha começado a ser estudado em relações afetivas estabelecidas entre pessoas do mesmo gênero (MORGAN et al., 2016; BHONA, 2016) e possam mudar essa noção.

Em relacionamentos afetivos-sexuais entre mulheres há fatores que as colocam em maior

vulnerabilidade devido à ausência de medidas específicas de prevenção e combate a esse tipo de violência num contexto heterossexista, heteronormativo e lesbofóbico. Esse cenário acumula fatores de opressão, colocando-as numa situação de extrema vulnerabilidade (SANTOS, 2012) e apagamento social (SCHERZER, 1998; MATTHEWS et al., 2002). Esses fatores específicos podem ser ilustrados pelo isolamento e pela falta de redes de apoio – como familiares, amigos, vizinhança – pela homofobia internalizada e pela falta ou despreparo de agentes institucionais (ELLIOT, 1996).

É ainda importante destacar que não há um consenso de qual termo deve ser utilizado (COELHO et al., 2018). Para fins desse estudo, baseado no projeto de pesquisa “(In)visibilidades de relacionamentos abusivos entre mulheres: rompendo o silêncio de vivências cotidianas”, a reflexão e discussão teórica do campo realizada levou ao abandono da nomenclatura “relacionamentos abusivos entre mulheres”. Optou-se por utilizar a terminologia Violência entre Parceiras Íntimas com três propósitos: abordar estritamente relacionamentos amorosos e violentos entre mulheres, para abranger todos os tipos de relacionamentos afetivos-sexuais entre mulheres e para se opor ao sentido generalista do termo, desmistificando a romantização de relações lésbicas, nas quais não ocorreriam violências por não envolver a presença de um homem.

Dentro desse contexto de Violência entre Parceiras Íntimas, há formas de enfrentamento delineadas em âmbito nacional e na própria cidade em que o estudo acontece. Em seu sentido mais geral, as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher preveem 10 programas especializados ao atendimento da mulher, descritos no site do Senado, e apresenta um histórico de leis, detalhado no trabalho Rosa et al. (2013). Apesar disso, não se tem campanhas de informação adequadas às mulheres homoafetivas que, aliado ao silenciamento dessa discussão em múltiplos contextos, complica o reconhecimento de seus relacionamentos como agressivos e a busca por ajuda. Além disso, o preconceito social dificulta o acesso aos programas de apoio que necessitam para sair desses relacionamentos (AVENA, 2010).

Por fim, o problema desse estudo foi a compreensão das subjetividades suscitadas pelas vivências de violências entre parceiras íntimas, visando a identificação de impactos emocionais advindos dessa vivência e as formas de superação utilizadas. Esse trabalho possibilitou, através de convite específico, um espaço seguro para serem compartilhadas as vivências de e entre mulheres, para a produção de sentidos de narrativas violentas e uma oportunidade de escuta com o fim de acolhimento. Isso foi concretizado a partir do método qualitativo da história de vida.

Por meio da publicação desse estudo, com anonimato das participantes nos termos da legislação de pesquisa com seres humanos em vigência – Resolução CNS 466/2012, com o parecer de número 3.099.830, pode-se enriquecer a discussão dessa temática e ajudar outras mulheres a identificarem violências nos relacionamentos, mudando sensibilidades sobre o que é violência e desmistificando esse conceito em relações afetivo-sexuais entre mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, não se buscou a generalização dos resultados obtidos à população, o que o caracteriza é a perspectiva qualitativa dos dados. A partir disso, pretendeu-se identificar os impactos emocionais, as concepções de violências, as estratégias e formas de superação das mulheres vítimas de violência por parceiras íntimas.

De acordo com os resultados obtidos e com base na literatura extensa de casais heterossexuais, pode-se afirmar que os impactos emocionais foram independentes das sexualidades das participantes dessa pesquisa. Todas apresentam inclinações ao desenvolvimento de quadros depressivos, ansiosos, com agravos como ideação suicida.

Referente às concepções de violência das participantes, tem-se uma noção prévia à vivência do relacionamento violento entre mulheres de que apenas em relacionamentos heterossexuais ocorreriam violências, apontando para uma perspectiva idílica de relações entre mulheres, como mostra a literatura. Além disso, todas as participantes demonstraram uma compreensão bidirecional da violência em seus relacionamentos, assumindo elas próprias a adoção a comportamentos violentos, o que corrobora com as literaturas nacional e internacional.

Quanto às formas e às estratégias de superação da violência, a família dessas participantes não se constitui como rede de apoio, sendo a principal a rede formada por amigos. Esse ponto con-

verge aos dados já produzidos, uma vez que apontam a ambivalência da efetividade desses vínculos no apoio e proteção à vítima, embora, por meio qualitativos, acessaram-se variáveis associadas estritamente à sexualidade dessas mulheres, como o caso de lesbofobia de P1.

Em vista disso, é necessária a construção de políticas públicas que busquem acolher as vítimas de violência e aceitar a sexualidade dissidente da norma daquelas que são violentadas por parceiras. Além disso, é preciso identificar e reconhecer as especificidades da violência quando ocorre no relacionamento entre mulheres, para que sejam acolhidas de forma devida e ética.

Por fim, o estudo aponta o benefício de espaços de visibilidade lésbica e bissexual, ainda mais quando se discute a possibilidade de vivências violentas nesses espaços, uma vez que mulheres podem se reconhecer nas falas e narrativas de outras mulheres e identificarem as violências em seus relacionamentos, ou até mesmo como forma de prevenção, ao saber que isso é uma realidade também entre mulheres.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. de O.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 547-553, Dec. 2013.

AVENA, D. T. A violência nas relações lésbicas: Realidades e Mitos. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, [S.l.], n. 7, p. p. 99, out. 2010.

BHONA, F. M. de C. Violência entre parceiros íntimos: estudo longitudinal e qualitativo com mulheres em Juiz de Fora/MG. 53 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CANTERA, L. M. Casais e violência: um enfoque além do gênero. 1 ed. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007. 207 p. ISBN: 9788599988107.

COELHO, E. B. S., DA SILVA, A. C. L. G., LINDNER, S. R. Violência por parceiro íntimo: definições e tipologias. *Curso Violência e Saúde*, Florianópolis, 2018.

ELLIOT, P. Shattering Illusions: Same-sex Domestic Violence, 1996. In: RENZETTI, C. M.; MILEY, C., H. (orgs.). *Violence in Gay and Lesbian Domestic Partnerships*. v. 1, n. 8. p. 23-33. New York: Harrington Park Press, 1996.

EMMERICK, R. Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos. 2007. 200f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, A. M. P.; BARBOSA, L. C.; OLIVEIRA, T. G. Mulheres em situação de violência: olhares feministas sobre a rede de atendimento. 1 ed. João Pessoa: Ideia, 2015. 301 p. ISBN: 9788546300426.

GREGORI, J. Lei Maria da Penha e Garantia de Direitos Humanos: Uma análise a partir de João Pessoa – Paraíba. 216 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê: feminicídio, 2016. Acesso em 26 ago. 2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê: Violência contra as mulheres, 2015. Acesso em 26 ago. 2018.

KRUG, E. G. et al. *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002. Doi: 10.1016/S0140-6736(02)11133-0.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. de S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 595-604, Abr. 2009.

LIMA, F. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e

lésbicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

MORGAN, K. et al. The role of gender, sexuality and context upon help-seeking for intimate partner violence: A synthesis of data across five studies. *Aggression and violent behavior*, 31. p. 136-146, 2016. ISSN 1359-1789 DOI: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.09.001>.

OLIVEIRA, E. N.; JORGE, M. S. J. Violência contra a mulher: sofrimento psíquico e adoecimento mental. *Revista da rede de enfermagem do Nordeste*, v. 8, n. 2, maio-agosto, 2007, p. 93-100, 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/3240/324027958012.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MATTHEWS, A.; TARTARO, J.; HUGHES, T. L. A Comparative Study of Lesbian and Heterosexual Women in Committed Relationships. *Journal of Lesbian Studies*, v. 7, n. 1, p. 101-114, 2002. DOI : 10.1300/J155v07n01_07.

NUNAN, S. A. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? *PSICO*, v.35, n.1, 2004. p. 69 - 78, 2004.

NUNES, S. A. O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a] feminilidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 256 p. ISBN: 9788520005071.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. Dossiê: sobre lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017. *Livros Ilimitados*, v.1., n.1, p. 1-113, Rio de Janeiro, 2018.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Revista Bagoas*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.
ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Ática, 1989.

ROSA DO A. et al. A violência contra a mulher provocada por parceiro íntimo. *Rev. Femina*, São Paulo, Março/Abril, v. 41, nº 2, p. 81-87, 2013.

SACRAMENTO, L. de T. e; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe - E.I.A.L.*, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SCHERZER, T. Domestic Violence in Lesbian Relationships. *Journal of Lesbian Studies*, v. 2, n. 1, p. 29-47, 1998. DOI : 10.1300/J155v02n01_03.

SILVA, A. N.; AZEREDO, C. M.. Associação entre vitimização por violência entre parceiros íntimos e depressão em adultos brasileiros. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 24, n. 7, p. 2691-2700, Julho, 2019.

O (NÃO) LUGAR DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: HISTÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Keylla Myllena Lima dos Anjos¹
Marcella Miranda da Silva²

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a inserção e as condições de trabalho da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto faz-se necessário analisar a formação histórica, social, econômica e política da sociedade brasileira marcada pela presença do racismo e machismo por um declínio de exploração a essas mulheres colocando-as em ocupações precarizadas. Esses mecanismos estão ligados e submetem a mulher negra em condições de desumanidade. No entanto, o estudo trata-se de uma análise da historicidade pela interpretação dinâmica na sua totalidade, fazendo um aparato da realidade social, do processo sócio-histórico e das experiências vivenciadas pelas mulheres negras, as marcas sociais e opressões que se perpetuam na sociedade por indivíduos e seus privilégios que foram socializados. A pesquisa é de cunho exploratório, com os procedimentos utilizados da pesquisa bibliográfica e documental, para embasar o estudo. É de extrema importância refletir sobre a situação das mulheres negras hoje, sobretudo, debater acerca da construção enquanto mulheres, chefia de suas famílias devido a abandono parental e tendo o papel de provedora do lar, são experiências acumuladas pelas mulheres negras.

Palavras-chave: Mulher negra. Mercado de trabalho. Lutas. Resistências.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil, no bojo de sua formação sócio-histórica, é marcada pela escravidão e a subjugação dos negros. Nesse contexto, a população negra enfrenta as desigualdades historicamente construídas no âmbito da sociabilidade em relação a população branca. Ao longo de décadas têm-se um movimento de luta e resistência do povo negro numa tentativa de dar voz aqueles que sempre foram silenciados.

Devido a uma construção histórica marcadamente patriarcal, as mulheres travam uma luta diária por igualdade de direitos. As mulheres negras, em particular, são as mais invisibilizadas, na condição de ser mulher e negra, resistem nas relações desiguais demarcadas na tríade interseccional: raça, classe e gênero. Historicamente o trabalho doméstico está intrinsecamente associado à mulher devido a condição feminina de submissão ao homem imposta, foi construída socialmente, porém, vale ressaltar que a forma como as mulheres negras e brancas vivenciam são distintas, embora ambas oprimidas pelo machismo, existem especificidades como o racismo sofrido pelas mulheres negras.

É importante remontar a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil para entender como as mulheres negras estão inseridas no mundo do trabalho desde o período escravista, no entanto, ressaltar como o modo de produção capitalista atua na correlação da exploração e força de trabalho. É devido ao sistema excludente que se faz necessário uma análise para compreender essa estruturação que nega direitos a população negra.

O racismo se manifesta e atua no cotidiano das pessoas não brancas, as estratégias de sobrevivência são uma forma de enfrentamento na luta diária dos indivíduos que estão vitimados nessas relações sociais. A realidade das mulheres negras hoje, são consequências desse processo sócio-histórico que as submetem em uma posição de vulnerabilidade social, importante destacar que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão.

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: BREVES NOTAS SOBRE O RACISMO

A colonização do Brasil, baseada no trabalho forçado de indígenas e negros, deixou marcas que ainda refletem em nossa sociedade. A formação social brasileira apresenta como categorias constituintes a escravidão e o patriarcado, expressados a partir da forte presença do racismo e de relações desiguais entre homens e mulheres.

Durante o período colonial³, os negros foram retirados compulsoriamente da África e trazidos

1 Bacharel em Serviço Social. E-mail: k.lima95@hotmail.com

2 Assistente Social e Mestra em Serviço Social. Professora do Curso Serviço Social da Universidade CEUMA e do Centro de Ensino Superior de Bacabeira (CESBA). E-mail: marcellamirandas@gmail.com

3 Entre 1530 a 1822 o Brasil foi colônia de exploração de Portugal. Em 1982, o Brasil declarou independência de Portugal, porém o tráfico negreiro só foi proibido em 1850 e a escravidão abolida em 1888.

em péssimas condições de salubridade nos navios negreiros para viverem como escravos. Ao desembarcarem no Brasil os que sobreviviam estavam expostos à tentativa aculturação pelos colonizadores, com intuito de evidenciar o poder ideológico e econômico dos brancos sobre os negros, além da imposição da cultura europeia.

A identidade étnica tem um poder e é este poder que, coletivamente, os negros resgatam com a sua luta e rebeldia de não aceitarem por completo a aculturação dos povos europeus, inclusive a da igreja católica que, através da evangelização, contribuindo para o esquecimento de sua cultura, mantém, apenas, os ensinamentos da cultura do dominador. Com o resgate da cultura africana, mesmo em locais de esconderijos, os negros que não trouxeram bagagens, muito menos pertences, mantiveram as suas lembranças e os ensinamentos das nações de origem. Foi o que fortaleceu, após a abolição da escravatura, a vida no novo mundo. Mesmo assim, as culturas negras não se conservaram totalmente em seu estado original, em estado puro, devido à convivência com as culturas encontradas além-mar (SILVA E SOARES, 2011, pág. 107).

Sendo assim os autores fazem uma ressalva sobre o conceito de etnia, que estão interligadas a dimensões socioculturais e as experiências vivencias pelos indivíduos, povos e sociedade pertencentes ao mesmo grupo. De tal modo, nessa perspectiva sócio-histórica é indispensável resgatar as relações de racismo, discriminação e preconceito racial que precisam ser compreendidas. O racismo é um sistema de opressão que nega direitos a população negra, entretanto, cabe destacar que é uma crença na existência das raças através de uma hierarquização. Parte de uma ideia de que um grupo exerce poder em detrimento de outro, poder esse fundamentado na relação da ideologia de dominação.

As características fenotípicas são usadas como justificativa para legitimar a opressão, de uma raça em detrimento a outra. O racismo está manifestado em diferentes formas, sendo ele estrutural ou institucional. Essas manifestações estão associadas à várias violações que destroem e que geram violência, desigualdade racial, extermínio da população negra, perseguição religiosa (racismo religioso). São práticas que segregam há muitos anos e que se perpetua.

[...] o racismo se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem em grupos raciais se reproduzem no âmbito da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo pode levar à segregação racial, ou seja, à divisão espacial de raças em bairros – guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais - como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes de segregacionistas dos EUA, o Apartheid Sul-Africano (ALMEIDA, 2018, p. 27).

É necessário fazer a relação entre alguns conceitos, de tal modo, falar de como o racismo se difere da discriminação racial e do preconceito racial. A palavra preconceito trata-se de um pré-julgamento que fazemos contra alguma pessoa, em decorrência disso, o preconceito racial está relacionado a questões baseadas em estereótipos de determinados indivíduos, ou que pertencem a um grupo racializado, como por exemplo a origem, cultura, religião, e o fenótipo. Portanto, existe um entendimento equivocado em relação ao preconceito racial ser denominado como algo decorrente da ignorância humana.

Quantas vezes ouvimos pronunciar, até por pessoas supostamente sensatas, a frase segundo a qual as atitudes preconceituosas só existem na cabeça das pessoas ignorantes, como se bastasse freqüentar a universidade para ser completamente curado dessa doença que só afeta os ignorantes? Esquecem-se que o preconceito é produto das culturas humanas que, em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros (MUNANGA, 2005, p.18).

O racismo enquanto sistema de opressão não é fruto apenas da ignorância, ou por falta de educação das pessoas, e sim, produto de uma cultura de dominação que foi naturalizada no âmbito da sociedade. Entretanto, essa ideia de o preconceito racial ser relacionado como uma mera falta de informação e ignorância “põe o peso nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade” (MUNANGA, 2005, p.18).

A discriminação de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (2010⁴):

Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010, s/p).

A discriminação é a materialização fundamentada do preconceito, e se manifesta diretamente no âmbito das relações sociais, expressas de forma direta e indireta, que tem em seu requisito aliado o poder. Almeida (2018) destaca que a discriminação racial direta é o repúdio ostensivo, que está relacionado a condição racial de indivíduos, e cita como exemplo o que ocorre nos países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçumanos, ou aquelas pessoas que se recusam a atender clientes devido a determinada raça. Já a discriminação indireta, o autor cita que é um processo em que uma situação específica de um grupo minoritário é ignorada.

A discriminação racial é perversa e cruel, acarreta consigo danos irreversíveis aos sujeitos discriminados, humilha, invisibiliza e retira das pessoas a dignidade humana. Desse modo, sabemos que o racismo tem como fundamento a defesa da superioridade de um grupo em detrimento de outro. O racismo é estrutural e estruturante das relações sociais e da formação social dos sujeitos, entretanto, constitui as relações no padrão de normalidade, agindo como uma forma de racionalidade.

MARCAS DO RACISMO E DO PATRIARCADO NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

As relações raciais no Brasil que assumem uma identidade que está pautada na ideologia de branqueamento da população e democracia racial. Considera-se também, acerca de uma reflexão se tratando do Estado burguês brasileiro e as propriedades de território e os proletariados inseridos e a trajetória vivida pelas mulheres negras nesse contexto histórico.

Ortegal (2018) destaca a forma como negros e indígenas eram classificados e reclassificados na forma como o europeu os enxergavam de forma racializada, ou seja, não apenas no sentido de hierarquização, como na definição do que era ou não humano. Tais elementos são relevantes para se compreender as relações sociais no período colonial em uma visão de mundo eurocêntrica, caracterizando determinado grupo como não humano ou sub-humano, em um seguimento de escravidão, exploração e genocídio. Portanto, de acordo com diversos estudos da história do Brasil não se teve esses efeitos suspensos pelos decretos, como por exemplo a promulgação da Lei Áurea ou a Proclamação da Independência, visto que em decorrência disto os efeitos perduram atualmente.

A ideia de que “à medida que o capitalismo foi se consolidando como modelo de produção tanto nos países europeus quanto nas Américas, difundiu-se também a ideia que o racismo ia chegando ao fim, dada a associação direta entre racismo e escravidão” (ORTEGAL, 2018, p.417).

Entretanto, relações entre negros e brancos no Brasil, tem uma narrativa em que a convivência era supostamente pacífica, Freyre (1994) remonta a ideia sobre o palco romântico da democracia racial e da sublimação das diferenças e sobre raça e racismo como características fundantes para as desigualdades e violências estabelecidas na sociedade dando lugar para o caráter liberal, respaldadas na questão do mérito individual.

Em razão disso é indispensável compreender as estruturas sociais na sociedade brasileira e a inserção da população negra na sociedade de classes. Fernandes (1965) sustenta a tese de que as relações raciais são heranças do passado. Parte da concepção que advém da ideia que o racismo seria incompatível com os valores jurídicos, econômicos e morais da sociedade de classes, e por esse fator a ordem emergente tenderia a incluir a população atingida por essa “anomalia”.

De tal modo, estes são alguns exemplos de como a sociedade no bojo de sua formação é marcada por diversas desigualdades no âmbito de sua formação, as relações sociais geralmente fundem-se de modo a estabelecer lugares de privilégio ou exclusão na hierarquia social. Contudo, as ideias apresentadas mostram como a sociedade brasileira é sinalizada por desigualdades que se perpetuam atualmente. Para compreender como se constituiu essas relações, é necessário remontar as questões de gênero e como as mulheres negras são afetadas de forma mais expressiva

4 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

essas desigualdades sociais.

A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: LUTAS E RESISTÊNCIAS

A realidade das mulheres negras hoje, são consequências do processo sócio histórico que as submetem em uma situação de vulnerabilidade social, e faz-se necessário destacar que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. A ausência de políticas públicas e a falta de conscientização antirracista fez com que esse processo de exclusão tivesse mais ênfase. Sabemos que o trabalho doméstico historicamente é um atributo socialmente construído e está relacionado à mulher, como aquela que tem “vocação para o lar”, parte-se, portanto, da premissa que está associado às mulheres brancas e negras que carregam esse estereótipo. No entanto, necessário remontar a forma o do mercado de trabalho no período escravista e a participa o das mulheres negras nesse âmbito, que eram submetidas a explora o de trabalho e sobre seus corpos. Freyre (1994) apresenta um melhor entendimento se tratando desse período marcado por rela o de poder desiguais.

Diz-se, geralmente, que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrup o não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava  ndia (FREYRE, 1994, p. 316).

O autor faz essa men o para se ter um entendimento sobre como a trabalhadora escravizada era tratada, uma rela o de proprietário-escrava, mas não destaca de forma mais específica os abusos e as viola o que as mulheres negras eram submetidas em rela o conflituosas nessa estrutura de poder. Gonzalez (2011) assinala também a expressão “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (Gonzalez, 2011, p. 19). São incumbências e estigmas atribuídos   mulher negra, assim como as tarefas domésticas, limpar a casa, cuidar dos filhos da sinh  e os seus (quando não lhes era retirado), atender os caprichos sexuais do senhor, e não estavam safas dos castigos das senzalas.

Ribeiro (2018) faz uma ressalva se tratando desse período, “mulheres negras são hiperssexualizadas e tratadas como objetos sexuais. E a rela o entre coloniza o e cultura do estupro   direta: no período colonial, as mulheres negras eram estupradas e violentadas sistematicamente”. (RIBEIRO, 2018, p.120). A autora reforça como as mulheres negras eram tratadas e submetida aos diversos tipos de violência sistematicamente nessa rela o entre a coloniza o, como também a cultura do estupro.

Os dados recentes do IBGE (2018), demonstram que as ocupa o por tempo parcial de 30 horas semanais são maiores entre as mulheres com 28,2% do que entre os homens com 14,1%. O estudo revela que está relacionado   predominância feminina nos afazeres domésticos em que as mulheres trabalhadoras passam 73% mais horas que os homens. As rela o de domina o e subordina o de uma sociedade historicamente racista, patriarcal, machista e sexista faz com que as mulheres negras estejam sempre no topo das desigualdades, o que segundo a autora Vilar (2018) chama de continuidade da explora o da classe trabalhadora, que   em sua maioria preta, periférica e “não abastada”.

As mulheres pretas ou pardas foram as que mais exerceram ocupa o por tempo parcial, alcançando 31,3% do total, enquanto 25,0% das mulheres brancas se ocuparam desta forma, em 2016. (IBGE, 2018). Em decorrência disto, por outro lado, lutas individuais e coletivas são marcadas pelo movimento negro como forma de resistência se tratando de questões raciais como forma de enfrentamento da popula o negra que   tida na sociedade de uma forma estigmatizada e marginalizada.

  importante refletir sobre a situa o das mulheres negras hoje, sobretudo, fazer uma análise da constru o enquanto mulheres, chefia de suas famílias devido a abandono parental e tendo o papel de provedora do lar, são experiências acumuladas pelas mulheres negras. Segundo Davis (2016), historicamente essas mulheres se basearam em sua fun o de trabalhadoras intermitentes, que trabalharam sob chicotes de seus senhores, sendo estupradas e tendo que criar os filhos que não eram os seus, e cruelmente vendo os seus sendo vendidos como mercadorias. As mulheres carregam um legado de lutas, força e autossuficiência e carregam consigo legados de gera o que se perpetuam na sociedade. Ser mulher negra no Brasil   um ato de resistência.

Contudo, as desigualdades se exteriorizam no que tange os caminhos trilhados por essas mulheres e suas trajetórias de lutas no mundo do trabalho e fora dele. A tríade interseccional raça, classe e gênero submetem a mulher negra em situação de vulnerabilidade que as colocam em uma condição e posições de trabalhos mais precarizados. Portanto, a interseccionalidade tem como viés de suporte técnico e fundamental a compreensão sobre essas interfaces de discriminações.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

De tal modo, fica explícito a colocação do negro e mais especificamente da mulher negra na sociedade brasileira. Na mobilidade social as mulheres negras são as que estão em último lugar na pirâmide social. Um estudo do IPEA (2017) afirma que o emprego doméstico ainda é a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015 (BRASIL, 2017). a ocupação nesses espaços está atrelada à mulheres negras, em relação aos processos históricos que dão segmento demonstram a atualidade. Segundo a ONU em 2014, 14% das mulheres eram empregadas domésticas e a categoria era majoritariamente feminina (92%), mais de 6 em cada 10 eram mulheres negras (65%).

A precariedade nas relações de trabalho predomina: 68% sem registro, em sua maioria por trabalhadoras com baixa escolaridade. Soma-se à informalidade o fato de que essas, além do não acesso aos direitos vinculados ao trabalho, recebiam 42% do rendimento médio das trabalhadoras. Entre a totalidade de trabalhadoras negras, 17% eram domésticas, sendo essa a atividade principal para este grupo, contra 10% das mulheres brancas, ocupadas principalmente no comércio e indústria (ONU, 2016). Vale ressaltar que a luta dos movimentos sociais é de grande importância, em especial o movimento negro em busca de avanços em termos de inserção da população negra na sociedade e mais precisamente no mercado de trabalho.

Para entender melhor a luta dos movimentos sociais, o movimento feminista no Brasil, que teve início no século XIX, a chamada primeira onda, que tem como grande nome Nísia Floresta, as reivindicações e lutas eram voltadas às pautas relacionadas ao voto e à vida pública das mulheres. A partir disso, em 1922 surge então a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que teve como objetivo lutar pelo sufrágio feminino e pelo direito ao trabalho sem autorização de marido.

Manifesta-se a segunda onda no início de 1970, a segunda geração que combateu a ditadura militar, a luta tinha como objetivo a valorização da mulher e contra a violência sexual. Já a terceira onda, teve início na década de 1990 e foi impulsionada por Judith Butler, a partir de então começou-se a discutir a micropolítica. A autora faz uma crítica em relação ao movimento feminista que tem um discurso universal que é excludente e não analisa as especificidades, visto desconsidera o recorte de raça e classe que estão embutidas nesse processo (RIBEIRO 2018).

Essa universalização diz mais sobre as mulheres brancas. Mas e as negras que lutam pelo direito de sobreviver em uma sociedade que as exclui e oprime? Enquanto o movimento feminista estava pautado na emancipação das mulheres de classe média que queriam ter o direito de trabalhar (o que não quero aqui de forma alguma diminuir a luta, que foi um marco importante), as negras lutavam pela sobrevivência e não eram inseridas nesse contexto, e é por isso que a autora reforça a ideia da exclusão, o que de fato ocorreu. Os movimentos feministas têm suas especificidades ideológicas, portanto não dá para fazer uma representação igualitária, mas é de extrema importância que o movimento feminista precisa ser interseccional, pois se a luta do movimento é uma sociedade sem hierarquia de gênero, é preciso dar voz a quem sempre foi silenciado.

É relevante apontarmos as diversas formas de resistência e experiências que são caminhos trilhados por mulheres que estiveram à frente dos movimentos feministas que denunciaram as implicações das questões raciais e sexuais. Que denunciavam também o machismo dentro do próprio movimento negro, e a ausência do campo progressista e as diversas formas de opressões. São reflexos que também são notados no Brasil. Entretanto esse debate teve a frente a feminista

Lélia Gonzalez que levante muitas críticas em relação à essas percepções vividas por mulheres negras. Gonzalez (2011) faz uma reflexão sobre a infantilidade da mulher negra em relação a esses movimentos:

Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos 'faladas', definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impor-nos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. É desnecessário dizer que com todas essas características, nós estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. Conseqüentemente, o feminismo coerente consigo mesmo não pode dar ênfase a dimensão racial. Se assim o fizera, estaria contraditoriamente aceitando e reproduzindo a infantilização desse sistema, e isto é alienação. (GONZALEZ, 2011, p.14).

A autora deixa sua contribuição se tratando da superação do capitalismo patriarcal-racista, tipicamente da economia latina no que concerne o seu estudo sobre as crises e reestruturações desse modo de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise feita até aqui apontaram-se o percurso histórico trilhado pelas mulheres negras, e os papéis sociais a que lhes são atribuídos em relação a raça, classe e gênero, que na pirâmide social as colocam em último lugar, em posição de vulnerabilidade e exploração de seu trabalho que como foi mostrado, em sua grande maioria trabalho doméstico.

Nesse sentido o resgate histórico apresentou os processos de exclusão que vem desde o período colonial e que continuam alicerçados na sociedade atual. A formação histórica da sociedade brasileira é marcada por um declínio de exploração a essas mulheres e que as colocam em ocupações de precarizadas.

Esses mecanismos estão ligados ao racismo e machismo que colocam a mulher negra nessas condições de desumanidade e que ficam de fora das estruturas de poder. O Brasil tem uma dívida histórica com a população negra. A cultura foi construída, portanto não se pode mais ser naturalizada. O racismo estrutural, institucional é real, e exclui negras e negros todos os dias. O racismo mata, precisamos combatê-lo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CREENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e Gênero. Revista Estudos Feministas nº1. Salvador, 2002.

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe. São Paulo, Boitempo, 2016.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o Regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino-americano. In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino. n.1. Brasil, 2011.

IBGE. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Editoria: Estatísticas Sociais, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho> Acesso em: 28 de maio de 2019.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf Acesso em: 09 de maio de 2019.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA (org.). Superando o Racismo na Escola. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ONU. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social – Brasília: ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, 2016.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. Serv.Soc. n. 133, p.413-431. São Paulo, set./dez.2018.

RIBEIRO, Djamila. Quem Tem Medo do Feminismo Negro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Maria; SOARES, Rafael. REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE RAÇA E ETNIA. Entrelaçando -Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno Temático: Educação e Africanidades N. 4 p. 99 N. 4 p. 99-115. Bahia, novembro/2011.

A SOLIDÃO DA MULHER BISSEXUAL: A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DA BISSEXUALIDADE NAS MÍDIAS E SEUS EFEITOS NA VIDA AMOROSA DE MULHERES BISSEXUAIS

Domitilla Mariotti Rosa

RESUMO

A bissexualidade é a orientação sexual que inspira mais dúvida, uma vez que tanto heterossexuais e homossexuais não conseguem compreender a possibilidade de sentir desejo por mais de uma genital ou gênero. A falta de representação nas mídias, como séries, filmes e livros, ou a má representação fortalece estereótipos da bissexualidade, principalmente feminina, uma vez que é vista como promíscua, incapacidade de escolher, vulgar. Nesse artigo, revelo vivências pessoais em relação à minha sexualidade e de outras muitas mulheres e como não se ver positivamente nas mídias pode afetar a visão externa da sociedade em relação às mesmas.

Palavras-chave: Bissexualidade. Mulheres. Representatividade.

INTRODUÇÃO

É muito difícil ser mulher nos dias de hoje. Aliás, sempre foi. Os tempos melhoraram muito para nós e, graças a nós mesmas, temos o direito de voto, de trabalhar, se divorciar, vestir roupas com qualquer comprimento, ter voz. No entanto, visões patriarcais ainda existem, e é muito difícil encontrar alguém (principalmente homens, se você gostar deles e se atrair por eles) que aceitem essa voz, a grandeza da luta de ser mulher todos os dias e não aceitar desaforo. Geralmente, os homens preferem submissas, controláveis – o que, graças à nossa força, é complicado de se encontrar.

No entanto, a situação de achar um par romântico piora quando você se sente atraída por ambos os sexos.

Os homens, em sua maioria, devido ao crescimento com a cultura misógina e dominante, já não apreciam mulheres não-convencionais. Mas não entenda mal! Eles amam ver mulheres se beijando, pois há uma grande fetichização na bissexualidade. É excitante, uma mulher que aceita transar com você e sua namorada e sua esposa, não é? Afinal, a bissexual pode chupar a buceta de sua mulher enquanto você não precisa fazer trabalho algum.

Enfim, é ridículo.

A questão do compromisso, no entanto, torna-se um problema para eles. Afinal, imagine ser traído por uma mulher com outra? É inaceitável para o ego masculino. Além do mais, ele, normalmente, já é ciumento com seus amigos homens –teria que se preocupar também com as mulheres? O homem não sabe e nem quer lidar.

Porém, dentro da própria sociedade LGBT, existe uma grande rejeição contra a parte bissexual. Muitos tendem a ignorar o B da sigla, pois existe um pensamento coletivo da binariedade, que consiste na crença de que só é possível gostar de um sexo ou outro. Desse modo, tentam diminuir o grande e belo espectro de atrações e sexos que fazem parte do ser humano.

Portanto, mulheres homossexuais (não todas, porém uma boa parte) não aceitam namorar ou sequer beijar mulheres bissexuais, como eu, pois existe o nojo dos pênis que passaram pela vida da bi (sim, bizarro) e o medo de que serão trocadas por homem.

Tanto na perspectiva feminina homossexual como masculina heterossexual, existe o medo de ser trocado. Apesar de vivermos em uma sociedade majoritariamente monogâmica, o que faria tais ciúmes e preocupações normais, é diferente quando se envolve uma mulher bissexual na equação. Pode ser que nos usem no sexo, mas, no amor, não chegam nem perto.

A SEXUALIDADE DUVIDADA

Em diversos diálogos com variadas pessoas, minha sexualidade foi levada à questionamento. Com grupos de amigos ou desconhecidos, fui perguntada se já havia transado com uma mulher ou namorado uma, para que eu fosse “validada”. Quando a resposta é negativa, todos logo assumem que as minhas atrações sexuais são apenas uma fase, ou uma brincadeira para atrair homem (devido ao fetiche abordado anteriormente).

Caso eu fosse uma mulher lésbica, nunca me perguntariam (LGBTs não, pelo menos) se eu já transei ou namorei com uma mulher para acreditarem em minhas palavras. Caso eu fosse um homem heterossexual – melhor ainda! – minha atração por mulheres jamais seria negada, pois é o convencional a se acreditar. Eu não precisaria ter namorado ou transado com uma mulher para saberem que gosto de uma.

Conforme Stephanie Beatriz, atriz conhecida pelo seu papel como Rosa Diaz em Brooklyn Nine-Nine e ativista bissexual, “ser bissexual é uma série contínua de revelações – primeiro, para si mesma [...]. Talvez depois para sua irmã, que te avisará sem termos incertos para não falar para seus pais até você ter um relacionamento sério com uma garota, pois eles vão surtar (sim, essa sou eu). Depois, talvez, para seus amigos de faculdade, que perguntarão, em tom de piada, se você é gay ou hétero, um em cada fim de semana (adivinhou: eu). Talvez você encontre a intensa coragem que precisa para contar para seus pais, que calmamente te ignoram. E, aí, você precisará se preparar para sair do armário de novo e de novo e de novo para todas as pessoas que você vai namorar. Quando que isso acaba? Quando que você poderá parar de contar às pessoas que você é bi? Quando as pessoas começarão a assumir que essa é a sua verdade? [...] Quando que você começa a se ver representada positivamente em todas (hey, ou qualquer uma?) as mídias que você consome?”

REPRESENTATIVIDADE NAS MÍDIAS

Em diversos filmes e séries, como *How I Met Your Mother* e *Friends* (duas que eu amo), a bissexualidade feminina é representada como algo 1. Engraçado ou 2. Para o prazer masculino. Enquanto isso, outras letras da sigla LGBT são representadas mais fielmente nesses conteúdos, como homens e mulheres gays (na maioria das vezes, brancos – o que já é outra questão).

Quando a bissexualidade é representada, não se é dito a palavra “bissexual”. Parece que, se você admitir esse termo como algo do vocabulário queer, uma grande maldição acontecerá. Em *How I Met Your Mother*, por exemplo, o máximo que se foi dito da personagem Lily Aldrin foi que ela era “bi-curious”, um termo preguiçoso para se dizer que você tem curiosidade em beijar mulheres – apesar de, em diversos momentos na série de nove temporadas (ou seja, nove ANOS), ela mostrou sentir atração diversas vezes por Robin Scherbatsky, uma das outras protagonistas. Já em *How To Get Away with Murder*, a personagem de Viola Davis amou uma mulher, teve um relacionamento estável com a mesma, mas se negava a falar que era bissexual; reconhecia-se como heterossexual (o seu caso é até explicado em outro episódio, em que ela afirma que não pode ser gay devido à cor da pele e como foi criada – um caso extremamente válido).

Em *Orange Is The New Black*, série famosa pela representatividade de mulheres de todos os tipos, jeitos e corpos, a personagem principal, Piper Chapman, claramente sente atração por homens e mulheres, tendo noivado Larry Bloom e amado Alex Vause. No entanto, quando precisa se definir, diz apenas que gosta de homens gostosos e mulheres gostosas, “gosto de pessoas gostosas”. Com tal afirmação, os roteiristas da série decidiram se apoiar em estereótipos antigos que rondam as pessoas (principalmente mulheres) bissexuais, como a promiscuidade e a indecisão.

Não estou aqui para ditar a sexualidade de ninguém, até porque cada um tem e vive sua realidade. No entanto, os produtores da série poderiam ter sido menos preguiçosos com a causa e apenas admitido a sexualidade dessas personagens, ao invés de apresentar os amor e paixão que teve com outra mulher como uma curiosidade, um caso insignificante.

Apesar de termos essas pequenas representações na televisão, chega a prejudicar a comunidade, ao seguir com estereótipos tão antigos e conservadores.

Além dessa preguiça na representatividade, há, também, a invisibilidade das mulheres bissexuais nesses meios. Em *Thor: Ragnarok*, filme da empresa bilionária Marvel e escrito e dirigido por Taika Waititi, havia uma mulher bissexual (e negra!) como protagonista. No entanto, os produtores acharam melhor tirar a parte do roteiro que revelava sua sexualidade – independente das tentativas da atriz, Tessa Thompson, que é bissexual.

A bissexualidade, que acontece nos quadrinhos dessa empresa, desaparece completamente quando se trata da grande tela prateada. Mas isso não ocorre só na Marvel: a própria Mulher Maravilha, da DC, tem sua atração por mulheres esquecida em todas as suas adaptações para o cinema.

Atualmente, já temos personagens que representam bem a comunidade bissexual, como Rosa

Diaz de Brooklyn Nine (cuja atriz, Stephanie Beatriz, ajudou a escrever o momento em que sua sexualidade é revelada para não ter os erros que foram cometidas em outras séries), Petra Solano de Jane The Virgin e Darryl Whitefeather, de Crazy Ex Girlfriend (inclusive, sua bissexualidade é revelada com uma grande música que desmitifica vários preconceitos). No entanto, é necessário mais personagens e mais histórias compartilhadas para que a sociedade como um todo aceite que é possível, sim, gostar e amar e se sentir atraído por mais de um sexo e um gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os preconceitos existentes, tanto na sociedade heterossexual quanto na LGBTQIA+, e a falta de uma representação positiva em filmes, séries e livros para modifica-los, a mulher bissexual se encontra sem escolha. A solidão é a forma mais fácil de se viver, para não ter que se revelar tantas vezes, como alegou Stephanie Beatriz.

Podemos até achar alguém que nos ame e esteja disposto a se comprometer conosco, mas isso leva tempo – e, nesse meio termo, encontramos mais pessoas que nos tiram a esperança em ser amadas. A desconstrução dos preceitos básicos é demorada, e, às vezes, é difícil se ter a paciência para fazê-lo.

A verdade é que não devíamos ter que nos explicar. Bissexuais são como qualquer outra pessoa, na exceção de ser mais aberto às possibilidades amorosas e sexuais dentro dessa humanidade tão bonita. Nós somos dignos de respeito e amor, e estou cansada de repetir isso.

REFERÊNCIAS

BEATRIZ, Stephanie. Stephanie Beatriz is Bi and Proud as Hell: The Brooklyn Nine-Nine actress explains why marrying a man doesn't make her any less queer.. GQ, [S. l.], p. 1, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.gq.com/story/stephanie-beatriz-is-bi-and-proud-as-hell>. Acesso em: 15 jun. 2019.

JANGARÉLLI, Márcio. 10 PERSONAGENS LGBT+ DAS HQS QUE NÃO TIVERAM SUA SEXUALIDADE REPRESENTADA NOS FILMES E SÉRIES!: 28 de Junho é uma data muito importante: é o Dia Internacional do Orgulho LGBT+. Aproveitando o gancho, vamos bater um papo sério sobre representações dos nossos personagens favoritos nas telinhas e telonas.. Legião dos Heróis, [S. l.], p. 1, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://legiaodosherois.uol.com.br/lista/10-personagens-lgbt-das-hqs-que-nao-ainda-nao-foram-bem-representados-nos-filmes-e-series.html#list-item-9>. Acesso em: 15 jun. 2019.

THOR: Ragnarok | Cena que comprova bissexualidade de Valquíria foi cortada da versão final: Tessa Thompson e Taika Waititi ainda lutaram para manter a cena no filme. Jovem Nerd, [S. l.], p. 1, 1 nov. 2017. Disponível em: <https://jovemnerd.com.br/nerdbunker/thor-ragnarok-cena-que-comprova-bissexualidade-de-valquiria-foi-cortada-da-versao-final/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

COLONIALIDADE DO GÊNERO, PEDAGOGIA DECOLONIAL E INTERCULTURALIDADE: POSSIBILIDADES CRÍTICAS AO ENSINO DE HISTÓRIA

Karine de Fátima Mazarão⁵

RESUMO

O ensino de História é um campo profícuo para debates acerca das manutenções das relações de poder presentes no ambiente escolar. Buscar alternativas no currículo de História é uma saída para diminuir as opressões que estão historicamente inscritas na sociedade. Neste trabalho apresento a ideia do currículo escolar como um dispositivo que determina e impõe relações de poder e proponho um diálogo entre a abordagem de gênero no ensino de História a partir de um viés do pensamento decolonial, Pedagogia Decolonial e a interculturalidade como alternativas epistemológicas na educação. A análise num primeiro momento parte do conceito de que o currículo é um dos meios em que se inscreve e se instaura a formação de identidades e subjetividades no ambiente escolar e das dificuldades em torno das relações étnico-raciais e de gênero, levando em conta o silenciamento e invisibilidade das mulheres, especialmente a invisibilidade da mulher negra e indígena nos conteúdos transmitidos em sala nas aulas de História. O presente trabalho tem por objetivo estabelecer uma crítica ao currículo oficial e aos padrões educacionais pautados em modelos sociais eurocentrados, buscamos oferecer subsídios epistemológicos distintos daqueles comumente utilizados na educação, pensando a valorização do conhecimento latino-americano. Entendemos que a abordagem teórica apresentada é apenas uma das muitas possibilidades para se enfrentar as opressões e as relações de poder inseridas na sociedade brasileira, mas vemos o ambiente escolar como um reproduzidor dessas opressões e relações de poder e um ambiente ideal para se buscar desconstruir padrões historicamente cristalizados.

Palavras-chave: Currículo. Ensino de História. Gênero. Pedagogia Decolonial. Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

O ensino de História, se mostrou um campo fértil de análise das relações de poder que estão instauradas no ambiente escolar. O estereótipo e os papéis de gênero são amplamente reproduzidos na escola, o ambiente escolar desde o seu início separa e distingue meninos de meninas, exerce uma ação distintiva, separando quem lá está em “múltiplos mecanismo de classificação, ordenamento, hierarquização” (LOURO, 1997, p. 57).

Historicamente as escolas mantêm as relações de gênero, classe e raça marcadas, impõem a norma e a disciplina e colabora para a manutenção das relações de poder reproduzindo as desigualdades em diversos instrumentos que perpetuam opressões. Guacira Lopes Louro ao se referir a estes instrumentos afirma:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão (LOURO, 1997, p. 64).

Tomaz Tadeu da Silva, especialista em Teorias do Currículo, afirma que “o currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo” (SILVA, 2017, P. 15). Esta seleção está intrinsecamente relacionada a outro questionamento proposto pelo autor: o que as alunas e alunos devem ser? O que elas e eles devem se tornar? Para Silva o currículo busca justamente modificar as pessoas que irão aprender com aquele currículo. A pergunta “o que deve ser ensinado?”, deduz o tipo de conhecimento considerado importante a partir da descrição do tipo de pessoas que as teorias do currículo consideram ideal (SILVA, 2017, p.15).

Nas discussões cotidianas acerca do currículo é levado em conta apenas o “conhecimento”, porém, nos esquecemos que este “conhecimento” está intimamente ligado àquilo que somos ou nos tornamos, ou seja, o currículo é objeto central na formação da nossa identidade e subjetividade (SILVA, 2017, p. 15). Silva afirma que o currículo também é uma questão de poder: “Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (SILVA, 2017, p.16).

A abordagem de gênero já está presente no currículo de História, no entanto, este tema tem

⁵ Mestranda em Ensino de História pela Universidade Estadual de Maringá. Mestra em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Portugal. Professora de História da rede pública do Estado do Paraná. Assessora Pedagógica do Centro Universitário Campos de Andrade. E-mail: karinemaza@gmail.com

sido constantemente ameaçado e corre o risco ser retirado dos currículos oficiais da educação básica. Para além da retirada da abordagem de gênero nas escolas constatamos que outro entrave é o fato de haver pouco avanço nos estudos de gênero e ensino de História voltados para a educação básica, tornando a abordagem gênero um simples adendo ao conteúdo formal, que muitas vezes coloca a mulher como personagem secundária em fatos históricos ou como adornos em determinadas temáticas.

Mas as dificuldades em relação a abordagem de gênero no ensino de História não se esgotam em apenas incluir as mulheres nos conteúdos, mas sim em quais mulheres estão incluídas. Pensar as relações de gênero, colonialidade e pedagogia decolonial é um primeiro passo para se criar uma epistemologia no ensino de História que vise o combate as relações de poder presentes no currículo e no ambiente escolar.

COLONIALIDADE DO GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Visando soluções para a valorização do debate de gênero a partir de uma visão interseccionista, adotando a noção de que raça, classe e gênero atravessam o mesmo indivíduo e são categorias sociais inventadas juntas do âmbito da consolidação do capitalismo global eurocentrado (COSTARD, 2017, p. 167), propomos que seja repensada a estrutura curricular do ensino de História através da abordagem da “colonialidade do gênero” defendida pela filósofa argentina María Lugones que constitui o Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade.

Para Lugones, a categorização de gênero imposta pelo colonizador na América e na África, trouxe também uma visão epistemológica feminista eurocêntrica que universalizou o conceito de “mulher”. As indígenas e as negras não estão representadas nem na categoria universal de “mulher”, nem nas categorias “índio” e “negro”. Não é possível fazer uma interseccionalidade das categorias gênero e raça, de forma que não existe “mulher negra”, nem “mulher índia”, sendo necessária outra classificação que seja especificamente representativa. Logo a crítica é colocada em relação as teorias feministas generalizantes, que, segundo a autora, excluem as mulheres com especificidades relativas à raça e classe, pois quando se fala da categoria mulher, do ponto de vista do feminismo, pensamos estritamente na mulher branca, heterossexual e burguesa.

No currículo de História é comum nos depararmos com temas relacionados à gênero nesta visão universalista pautada na discussão das feministas europeias e norte-americanas. Fala-se da luta operária feminina, a participação das mulheres na Revolução Francesa, na Primeira e Segunda Guerra Mundial, a conquista pelo direito ao voto, o direito reprodutivo ou até mesmo à cargos políticos. Assuntos e temas que estão estritamente vinculados à história das mulheres brancas. Deixando de lado a mulher indígena, negra e latino-americana que desde o período colonial foi explorada, violentada e silenciada, tendo sua história negada e não abordada nas temáticas de gênero no ensino de História.

De acordo com a proposta de María Lugones a colonização do gênero determinou as relações de poder que foram impostas às mulheres indígenas e africanas. O conceito de hierarquização de gênero foi imposto pelos colonizadores, pois em diversas sociedades originais da América e África não havia diferença social entre os gêneros masculino e feminino. Parte do projeto de dominação colonial tem a ver com a imposição dessa categorização de gênero enquanto uma organização hierárquica, na qual o homem é superior a mulher, neste ponto o indígena e o africano do sexo masculino se tornaram aliados do homem europeu na opressão e dominação das mulheres, possibilitando a dominação colonial e instituindo novas formas de relação de poder.

Larissa Costard aponta que Lugones elabora uma teoria de que a concepção da categoria mulher, “com papel de gênero definido – a partir de ideias como passionalidade, fragilidade, vida privada – não estão inscritos em qualquer natureza individual ou subjetiva” (COSTARD, 2017, p. 167). A argumentação de Lugones se pauta em duas referências: a experiência de organizações sociais anteriores à colonização em que não havia hierarquização de gênero e a existência e reconhecimento de pessoas intersexuais nas sociedades que antecedem o período colonial.

A primeira referência utilizada por Lugones para endossar sua teoria, é a que propõe um campo fértil no ensino de História visando a valorização das mulheres e da abordagem de gênero nos conteúdos trabalhados em sala, pois apresentam modelos de organização das sociedades que não

se pautavam numa relação de gênero opressiva ou hierárquica. Para Larissa Costard, a teoria de Lugones é importante para introduzir o debate acerca dos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos às mulheres, sobre este conceito a autora diz:

A inabilidade para a esfera pública, que demanda racionalidade escassa no gênero feminino, a aptidão para o afeto e a família, a honra feminina a partir do cuidado com o espaço doméstico, a fragilidade, a submissão e a necessidade de cuidado e tutela. Todas essas dimensões atribuídas à mulher em associação com a biologia, como se fossem parte da natureza feminina, foram construídas historicamente: um lugar específico, a Europa; um sistema específico, o capitalismo colonial global. Os papéis de gênero, e o próprio conceito de gênero, não são natureza, não são essência: são relações de poder (COSTARD, 2017, p. 170).

Gênero é compreendido, neste contexto, como uma relação de poder, tal como as outras relações sociais que carregam consigo opressões e relações de poder. Se estas relações acontecem em todos os âmbitos sociais, consideramos o ambiente escolar como um dos lugares aonde estas relações se estabelecem e se perpetuam. A construção da identidade cultural das alunas e alunos perpassa as relações de poder e dominação e atualmente o currículo escolar mantém essas relações intactas.

Desde a implantação da Lei 639/03 que tornou obrigatória a inclusão do estudo da História da África e Cultura Afro-brasileira nas instituições escolares e da Lei 11.645/08 que incluiu o estudo da História e da Cultura Indígena nas mesmas, notamos a dificuldade na abordagem dessas temáticas e também a falta de representatividade das mulheres nos conteúdos utilizados em sala.

É importante sabermos delinear uma abordagem epistemológica que leve em consideração a participação das mulheres na formação da história nacional, principalmente aquelas que sempre estiveram à margem e constituem a maioria da nossa população. Abordar as relações de gênero no Brasil é fundamental para diminuir as desigualdades que acometem nosso país e geram violências contra as mulheres. Para isso é necessário pensar numa abordagem teórica que priorize a história da mulher, sobretudo da mulher negra e indígena silenciada e excluída do ensino de história nas escolas.

PEDAGOGIA DECOLONIAL E INTERCULTURALIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA

O debate sobre o currículo de ensino de História não se esgota. O currículo demonstra características sociais do país levando em conta o contexto político e econômico. Nas últimas décadas vimos avanços nas temáticas que envolvem gênero, relações étnico-raciais, movimentos sociais e direitos humanos, porém, mesmo com avanços ainda podemos lançar críticas ao atual modelo curricular pautando-se em teorias que buscam a justiça social aos grupos subalternos. Para se pensar a questão do currículo nos pautaremos na visão de Catherine Walsh que tem contribuído com seus trabalhos a partir da dimensão da Pedagogia Decolonial.

De acordo com Costard, a Pedagogia Decolonial teria como objetivo “visibilizar os dispositivos de poder e questionar as ausências de grupos sociais em nossas narrativas sobre a História da humanidade” (COSTARD, 2017, p.172). Para a autora não bastaria apenas incluir essas culturas nos conteúdos trabalhados, como “adornos de homenagem à diferença, mas sim colocá-las em relação umas com as outras”. Seria necessário não apenas incluir os grupos subalternos em uma epistemologia que não foi pensada para que eles tenham dignidade como agentes históricos, mas questionar, também, a origem dessa epistemologia: “Como consequência, é urgente pensar a subalternização dos grupos dominados nas aulas de História como produtos de disputas de poder historicamente dadas” (COSTARD, 2017, p. 172).

Costard afirma que a noção de Pedagogia Decolonial é interessante para se pensar a dimensão da “colonialidade do gênero”, e pensar possibilidades de questionarmos a construção histórica desses gêneros:

O texto curricular é colonizado também no sentido da colonialidade do gênero. E a partir disso retomo a pergunta: quais mulheres-históricas temos fornecido como matéria-prima para a construção da identidade social de nossos estudantes? De que maneira nossa prática se insere na disputa pela formação da consciência histórica, dialoga com as tensões sociais dos produtos da cultura histórica? Qual lugar temos reservado para as mulheres na História em nossos textos curriculares?

(COSTARD, 2017, p. 173).

A estratégia da interculturalidade é uma perspectiva para a educação que busque apresentar mulheres históricas que despertem maior representatividade entre nossas alunas e essa visão também é abordada e defendida através de uma Pedagogia Decolonial. Segundo Vera Maria Ferrão Candau e Kelly Russo, a interculturalidade pode ser focalizada como um dos componentes centrais de mudanças sociais latino-americanas. Pode ser adotada num caráter ético e político, voltado para a construção de democracias com redistribuição e reconhecimento cultural imprescindíveis para a realização da “justiça social” (CANDAU, RUSSO, 2010, p. 164).

Neste ponto adotamos a interculturalidade como mais uma possibilidade crítica ao currículo do ensino de História. Pois é possível através dessa abordagem repensarmos a estrutura do ensino e os assuntos privilegiados pelo currículo. Candau e Russo ao citar Catherine Walsh (2005), afirmam que a interculturalidade é determinante à reconstrução de um pensamento “crítico-outro”, ou seja, um “pensamento crítico de/desde outro modo” por três razões:

Primeiro porque é vivido e pensado desde a experiência da colonialidade [...]; segundo, porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade e, em terceiro, porque tem sua origem no Sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global (WALSH apud CAUNDAU, RUSSO, 2010, p. 164).

Portanto, podemos adotar a interculturalidade não apenas como uma alternativa, mas como uma ação, que privilegia os grupos subalternos em relação aos grupos dominantes, promovendo assim a diminuição das desigualdades e combatendo um pensamento hegemônico que há séculos tem cristalizado a organização social, política e econômica em que estamos inseridos desde o período colonial.

A proposta da interculturalidade pode neste sentido ser vista como um projeto político, social, educacional, ético e epistêmico que pode gerar a descolonização e a transformação. Pois é um conceito que questiona a colonialidade do poder, do saber e do ser e propõe uma nova forma de se pensar e posicionar levando em conta a diferença colonial numa perspectiva de mundo mais justo. (CANDAU, OLIVEIRA, 2010, p. 27)

Com estes questionamentos estamos dando início a um debate acerca da representação feminina no currículo de História e avaliamos de que modo temos perpetuado estereótipos ou mantido intactas as relações de gênero historicamente dadas e construídas que mantenham as desigualdades, sejam elas nas relações de gênero, sejam nas relações étnico-raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho trouxemos algumas reflexões acerca do currículo do ensino de História e como este se configura como uma relação de poder e formador da identidade. Nos pautamos na teoria de Tomaz Tadeu da Silva para compreender a maneira como este currículo se instaura na concepção da subjetividade dos alunos e alunas.

Ao pensarmos numa possibilidade crítica ao currículo de História, apresentamos o conceito de “colonialidade do gênero” da filósofa argentina María Lugones, para exemplificar de que maneira as mulheres negras e indígenas tornaram-se ausentes no ensino de História. A partir desta abordagem pensamos como o feminismo interseccionista é fundamental para se mudar as bases epistemológicas que dão origem ao currículo.

A pedagogia decolonial e a interculturalidade foram apontadas como alternativas epistemológicas que visibilizam os dispositivos de poder e questionam a ausência de grupos sociais nas narrativas históricas. De acordo com essas teorias, não basta incluímos os grupos subalternos como adornos que valorizam a diferença, mas sim questionar e problematizar a construção dessas diferenças. Portanto, compensar a ausência das mulheres negras e indígenas nos conteúdos de História colocando imagens dessas em livros didáticos ou as apresentando num caráter exótico não contribui para o combate a invisibilidade histórica dessas mulheres.

O objetivo principal deste texto é levantar uma crítica ao currículo de História, lembrando que o texto curricular é colonizado no sentido da colonialidade do gênero, pois há a falta de representatividade de mulheres históricas negras, indígenas e latino-americanas.

Reconhecer a escola como uma das estruturas sociais que colabora para a permanência das

estruturas de opressões e de relações de poder é um passo importante para iniciar pedagogias que combatam as desigualdades. O ensino de História possibilita um cenário profícuo para desconstrução das desigualdades de gênero e para a promoção da visibilidade das mulheres.

Repensar as bases historiográficas do ensino de História é um caminho a ser seguido para se combater o silenciamento destas mulheres e os papéis de gênero cristalizados no ensino de História e no ambiente escolar. Consideramos, portanto, as teorias decoloniais possibilidades efetivas na construção de um saber histórico que não apenas valorize as mulheres, mas que também as inclua como membras da sociedade em seu caráter mais plural e amplo atendendo todas as esferas sociais e étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Belo Horizonte: Educação em Revista, v. 26, n.01, p. 15-40, abr. 2010. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=-S010246982010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15/08/2018.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, v. 10, n. 29, p.151 – 169, jan./abr. 2010. Disponível: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3076>. Acesso em: 22/08/2018.

COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. Macapá: Fronteiras e Debates, v.04, n.1, jan./jun, 2017. Disponível: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras>. Acesso em: 15/08/2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp.73-102. ISSN 1794-2489. Disponível: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 20/08/2018.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, vol.22 (n.3): 935-952, 2014. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php /ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 20/08/2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ELAS POR ELES: VOZES FEMININAS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE COLOMBO

Carine Rossane Piassetta Xavier⁶
 Letícia Fernanda de Abreu⁷
 Emanuelle Aparecida Proença³

RESUMO

O presente trabalho trata de uma ação de envolvimento de mulheres e adolescentes na luta pela remoção de barreiras sociais, e valorização de minorias. Em uma breve pesquisa realizada com alguns estudantes do IFPR Campus Colombo, definiu-se uma problemática em que, apesar de 82,9% dos entrevistados saberem quais são seus direitos, 65,7% relatam que já tiveram algum desses direitos violados. O Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação em Direitos Humanos (NIEPIDH) vêm com o intuito de aprofundar as discussões a respeito dos Direitos Humanos no contexto do município de Colombo – o qual apresenta altos índices relativos à vulnerabilidade das mulheres, justificando assim, a importância dos Estudos de Gênero para a proposição de medidas que possibilitem a mudança dos índices de desigualdade, e cooperem para a desconstrução das dicotomias de gênero, para a emancipação feminina, empoderamento e autonomia a partir do fortalecimento da dignidade humana, com base nos apontamentos de Djamilia Ribeiro (2018) e Silvia Federici (2017). Essa ação torna-se mais sólida por estarem diretamente ligadas aos projetos vinculados à Linha de Atuação dessa proposta, que desde o início preocuparam-se em promover conversas voltadas ao papel social da mulher. O NIEPIDH propõe-se a desenvolver diversas ações interdisciplinares que possibilitem, dentre essas, ofertar novas edições do curso de extensão em direitos humanos e políticas para mulheres à comunidade, realizar intervenções nos espaços necessários para garantir os direitos da mulher no sentido de prevenir atos de violência e discriminações, bem como de outros sujeitos, considerando o respeito à diversidade e a dignidade humana; tornar-se consultivo para questões que versam os Direitos Humanos, sobretudo enquanto saberes que devem estar presentes no cotidiano do Campus; levar ao conhecimento da população as ações do NIEPIDH; realizar eventos pontuais de comemoração/valorização a datas que remetem aos direitos da mulher e de minorias que representem a diversidade; e registrar, divulgar e publicar em suportes acadêmicos as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação do NIEPIDH. A abordagem metodológica tem o intuito de ensino- pesquisa, como também a pesquisa-ação, que norteia ações com intervenções artísticas. Dentre as ações realizadas no ano letivo vigente é a exposição de mensagens motivacionais penduradas em um varal dentro do bloco didático do Campus, onde tanto docentes quanto discentes podem pegar um cartão e logo após recolocam outro no lugar, a ação foi bem recebida por todos(as), surtindo efeitos positivos naqueles que participaram da dinâmica. Como resultado esperado do projeto é realização de diversas ações de intervenções artísticas, a criação de um canal no youtube para transmitir relatos das mulheres da comunidade interna do IFPR- Colombo, muralismo e exposições artísticas. Enriquecendo assim, o trabalho com pesquisas sobre Direitos Humanos e de forma a cooperar com o desenvolvimento social da cidade de Colombo.

Palavras-chave: Mulher. Direitos. Minorias. IFPR. Artes.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a maioria dos cargos de maior importância foram destinados a homens, deixando assim, as mulheres em segundo plano. Porém, com as lutas feministas, as mulheres foram aos poucos conquistando espaço na sociedade. Ainda assim, a desigualdade de gênero continua apresentando índices elevados.

As dicotomias são impostas as pessoas desde a infância, a partir da diferença entre desenhos, brinquedos, cores, roupas e atividades destinadas para meninos ou para meninas. Para tal, é importante tratar destas questões no ambiente escolar, formando desta maneira, jovens que questionam as imposições da sociedade onde vivem.

Dentro do Instituto Federal do Paraná - Campus Colombo já se tem uma preocupação por parte de docentes, discentes e técnicos/as acerca das desigualdades resultantes do sistema sexo-gênero - termo utilizado por Maria Consuelo Campos (1992) para expressar a maneira como são construídas socioculturalmente as imagens que temos de homem e mulher. A partir deste, podemos perceber práticas ditas femininas e masculinas que foram cravadas no inconsciente de várias gerações; práticas estas que, em sua maioria, colocam as mulheres em posição subalterna ao homem.

Além das lutas femininas, o Núcleo Interdisciplinar de Ensino Extensão Pesquisa e Inovação em Direitos Humanos, também traz como pauta de estudo e ação a visibilidade e apoio às minorias. Com isso, foi realizada uma breve pesquisa com a Comunidade de Colombo, onde se pode perceber que, boa parte das pessoas entrevistadas já passaram por situações onde foram vítimas de algum tipo de discriminação, assim como mostram os dados: 85,7% já sofreram bullying, 14,3%

⁶ Mestra em Teatro, professora de Teatro no IFPR-Campus Colombo e coordenadora do NIEPIDH. E-mail: carine.xavier@ifpr.edu.br

⁷ Estudante do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio pelo Instituto Federal do Paraná, Bolsista do NIEPIDH. E-mail: letfernandaabreu@gmail.com

⁸ Estudante do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio pelo Instituto Federal do Paraná, Voluntária do NIEPIDH. E-mail: emanuellepa9@gmail.com

xenofobia, 28,6% intolerância religiosa, 14,3% LGBTfobia e 65% foram vítimas de assédio. Além desta pesquisa, há relatos de alunos e servidores que já viveram ou presenciaram alguns desses casos no próprio ambiente escolar.

Tendo essas situações como problemática, o objetivo do “Elas por Eles” é incentivar mulheres e meninas, cis e trans, a serem protagonistas das lutas, tomando a frente das causas em defesa das minorias sociais, se empoderando e, aos poucos, causando impacto e alteração nos índices de desigualdade da cidade de Colombo

METODOLOGIA

A metodologia usada diverge de grupo para grupo, já que a atuação do NIEPIDH tem sido múltiplas; com a abordagem de pesquisa-ensino e pesquisa ação com intervenções artística. A metodologia estão fundamentadas no Materialismo e no Dialogismo sociodiscursivo, que têm por princípio promover a interação, a inovação e a inclusão a partir das características, experiências e necessidades dos sujeitos, sempre buscando seguir os princípios do diálogo, o respeito e a valorização à diversidade.

Durante o processo do trabalho Eles por elas, estão surgindo possibilidade de realizações de mini-curso, uma parceria com o grupo de teatro Núcleo da Cena-IF. A monitora já participou de curso para capacitação sobre “Prevenção ao Suicídio”, o qual é oferecido online e de forma gratuita pela UFRN com parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, para a capacitação das participantes.

Dentre as ações da proposta “Eles por elas” é estudo sobre a proposta da ONU, como também pesquisas online, realização de palestras na ME²PI (Mostra de ensino, extensão, pesquisa e inovação) e momentos específicos com temas minorias sociais e mulheres, visando a conscientização da comunidade com relação a estas causas. Durante o mês de setembro o mural sobre direitos humanos será pintado no interior do prédio do Campus Colombo.

Além destas, a divulgação midiática das atividades realizadas por meio de redes sociais, leva as ações do NIEPIDH à comunidade externa ao Campus.

RESULTADOS PARCIAIS

Uma das ações já realizadas foi a construção de um varal com exposição de mensagens positivas e motivacionais, onde tanto discentes como docentes podem escolher uma mensagem e colocar outra no lugar. A dinâmica surtiu efeitos positivos naqueles que participaram da mesma.

Para as mulheres, as ações realizadas foram: o grupo colocou mensagens positivas no banheiro feminino, como também uma caixa com absorventes, desodorantes e outros materiais de necessidades básicas do dia a dia; além disso, durante a V Mostra de Ensino Extensão Pesquisa e Inovação (V ME²PI), as integrantes do NIEPIDH ministraram uma oficina de maquiagem, onde participaram meninas e meninos, as (os) quais relataram que se sentiram muito bem após esta prática. O projeto foi premiado com segundo lugar na V ME²PI do IFPR Campus Colombo. Atualmente 232 pessoas acompanham o NIEPIDH pelo Facebook e 82 pelo Instagram

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NIEPIDH é uma proposta que já acontece no IFPR- Colombo a mais de dois anos, e que se caracteriza como ações que resultam em médio e longo prazo. O trabalho inicial de conscientização, disseminação de saberes e aprofundamento de conceitos tem apresentado posicionamentos comuns e até divergentes, mas que sustentam o debate que se tem promovido acerca do tema direitos humanos. Sobretudo, o projeto se caracteriza como essencial para o desenvolvimento social da cidade de Colombo.

REFERÊNCIAS

- RECHT, Bertold. Estudos sobre teatro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. 210 p. (Coleção Logos)
- AZEVEDO, Sônia Machado de. O papel do corpo no corpo do ator. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kühner. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Bra-

sil, 2007.

BRASIL. ONUBRASIL. ONU MULHERES. (Org.). Eles por Elas. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SEPPIR, 2005.

_____. Ministério da Educação. PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL – Guia Metodológico. Brasília, s/d.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. Ministério da Educação. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2011. (Disponível em: http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=53&lang=br#content, acesso em 15/08/2011, 14:12.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar, 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gênero. In: Jobim, José Luís (org.). Palavras da crítica. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

CARLSON, Marvin. Teorias do teatro: estudo histórico-crítico dos gregos à atualidade. São Paulo: UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIULANI, Paola Cappelin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (Org.) História das mulheres no Brasil. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 640-667.

LUZ, Marco Aurélio. Cultura negra e ideologia de recalque. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LUZ, Marco Aurélio. Da Porteira para dentro, da porteira para fora. In: SANTOS, J. E. (org.). Democracia e diversidade humana. Salvador: SECNEB, 1992.

ORTIZ, Renato. O Mercado de bens simbólicos. In: A moderna tradição brasileira. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NOSELLA, P. A escola de Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Paraná, Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Cadernos Temáticos: Educando para as Relações Étnico-Raciais II. Curitiba: SEED – PR, 2009. REVISTA MÁTRIA. <http://www.cnte.org.br/index.php/publica%C3%A7%C3%B5es/revistas/96-revista-matria-2007>.

PARANÁ. AVASUS. Curso de Prevenção ao Suicídio. Disponível em: <<https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=277>>.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Brasil: Letramento, 2017.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: A mulher, a cultura e a sociedade. Trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 33-64.

SANTOS, Boaventura de Souza. Direitos humanos: os desafios da interculturalidade. In: Revista de Direitos Humanos, Junho, 2009.

WAGNER, Fernando. Teoria e técnica teatral. Coimbra: Almedina, 1978. 285.

INTERSECCIONALIDADES ENTRE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NOS ESCRITOS DE ANTONIETA DE BARROS

Elizabete Maria Espíndola⁸

RESUMO

O presente artigo busca problematizar, sob a perspectiva da interseccionalidade, os escritos da jornalista, professora e deputada estadual Antonieta de Barros, que viveu na primeira metade do século XX em Florianópolis. Sua coluna, "Farraços de Idéias" constitui-se o ponto fulcral da análise. Busca-se, por meio da perspectiva interseccional, problematizar categorias como, gênero, classe e raça presentes em seus escritos. Antonieta de Barros, mulher negra, filha e neta de ex-escravas fez da educação, da imprensa e de sua atuação política, espaço de luta a favor das mulheres e de mobilidade social. Sua experiência emerge como voz dissonante no interior dos projetos hegemônicos e representa hoje um importante símbolo de luta para o movimento negro.

Palavras-chave: Antonieta de Barros. Imprensa. Interseccionalidade. Gênero.

INTRODUÇÃO

Antonieta de Barros, ela nasceu em Florianópolis, em 11 de julho de 1901, tendo sido registrada como filha natural de Catharina Waltrich.⁹ A ausência dos nomes do pai e dos avós paternos são lacunas difíceis de serem preenchidas, pois, em torno delas, paira um silêncio, que não deixa de ser ruidoso, já que permite especulações as mais diversas.

A trajetória de vida da família de Antonieta de Barros, no período que compreende o final do século XIX e início do XX, remetem a trilhas que nos direcionam a cidade de Lages, no planalto serrano, onde sua mãe e sua avó haviam sido escravas. Desde o início do século XIX, Lages era conhecida por sua economia agropecuária e por localizar-se em importante rota comercial, sendo ponto de parada (entrepasto comercial) para os tropeiros que por ali passavam vindos de São Paulo e do Paraná, em direção ao Rio Grande do Sul.

Sua mãe, Catharina Waltrich, era cativa de Lourenço Waltrich, também proprietário de terras e escravos. O registro de batismo de Catharina confirma sua condição de cativa.¹⁰ A condição de cativa da avó de Antonieta determinava também a de sua mãe, Catharina. Condição esta em que permaneceu por alguns anos, como indica o inventário de Lourenço Waltrich de 06 de setembro de 1881¹¹.

Mesmo não tendo passado pela experiência da escravidão, Antonieta era, pois, descendente de uma família de ex-escravos. Trata-se, portanto de uma família negra, e de orientação matrifocal. Ao se transferir de Lages para Florianópolis e trabalhar como doméstica na residência da família Ramos, e mais tarde como lavadeira, Catharina alterou sua condição econômica. O sustento da família contava ainda com a renda do aluguel de quartos em sua casa para estudantes.

A relação entre gênero, classe e raça perpassam as experiências de vida de Antonieta desde o princípio, mulher negra, de origem humilde, filha e neta de ex-escravas, o gênero, a classe e a cor foram em muitos momentos limites à mobilidade social para a maioria das mulheres negras, superada por meio da educação.

Desde muito cedo buscou sua inserção social, foi alfabetizada na infância em período marcado pelas reformas educacionais empreendidas por Vidal Ramos, o teor nacionalista (discurso enaltecedor da pátria, da família e dos preceitos morais), e por vezes positivista de sua formação educacional permearam seus escritos, no que se refere principalmente à educação. Logo após concluir o curso de normalista pela Escola Normal Catarinense, em 1921, Antonieta de Barros oficializou,

8 Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). Pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH/UFSC Santa Catarina. E-mail: elizabete.espindola@yahoo.com

9 Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Livro de Batismo do ano de: 1899 a 1902, p.136. Nesse mesmo registro consta, ainda, que teve por padrinhos de batismo Maximiliano Freyesleben e Maria Josepha Cúnes. Sobre Maria Josepha, nenhuma outra referência foi encontrada, já sobre Maximiliano, em pesquisa no *Almanaque Administrativo do Estado de Santa Catarina*, encontramos um registro de 1914 no qual ele é mencionado como delegado.

10 Igreja Nossa Senhora dos Prazeres. Lages, Santa Catarina. Livro de Registro de Batismo nº 17 do ano de 1863 a 1865, p.06. Nasceu em 29 de novembro de 1863 e batizada no dia 20 de dezembro do mesmo ano, na matriz de Lages, era filha de Maria, também cativa de Lourenço Waltrich. Os padrinhos de Catharina foram Roberto do Amaral e Catharina, cativa de Manoel de Souza Machado. O registro afirma ainda que todos pertenciam àquela paróquia

11 Inventário de Lourenço Waltrich e Nascimento Ribeiro de Andrade. Arquivo do Museu Judiciário de Santa Catarina, Florianópolis. Em pesquisa nos registros de compra e venda de escravos da década de 80 do século XIX, no Museu Thiago de Castro em Lages, não foi encontrada nenhuma referência do momento em que as trajetórias de vida de Catharina Waltrich e dos Ramos cruzaram-se, e quando Catharina tornou-se uma mulher livre, mas é muito provável que isso ocorreu com a abolição em 1888.

no ano seguinte, a criação do Curso Primário Antonieta de Barros de Alfabetização, que funcionava diurnamente junto à casa de sua família, situada na rua Fernando Machado nº32.

A crença na evolução da sociedade por meio da educação era definição marcante no pensamento de Antonieta. Para ela, a educação serviria de base para a disseminação de valores e normas sociais em sintonia com os apelos da nova sociedade moderna, identificada como uma preocupação que se ancorava no novo modelo de educação, difundido pela Escola Nova nas décadas de 30 e 40.

Em 1925 esteve à frente do Centro Cívico das Normalistas e da Liga das Normalistas, ao lado de Maura de Senna Pereira. Naquele período, o exercício do magistério revelou-se como possibilidade de mobilidade social e de inserção na esfera pública, para as mulheres brancas de classe média, rompendo com os domínios do mundo privado. No caso de Antonieta, mais que os limites entre público e o privado, ela rompeu com os limites de classe e cor.

Foi por meio da imprensa que Antonieta passou a se projetar na esfera pública, assinando seus escritos como Maria da Ilha. Certamente Antonieta não era a primeira mulher a escrever nos jornais de Florianópolis, mas provavelmente tenha sido a primeira mulher negra a escrever nos principais jornais da Capital, o que demonstra a sua coragem e capacidade de articulação.

O JORNAL COMO MEIO FULCRAL PARA DIVULGAÇÃO DE SUAS “IDÉIAS”.

Em crônica publicada no jornal República de 12 de setembro de 1931 discutiu em consonância com as mudanças conjunturais o significado do termo civilização, e a participação das mulheres no processo social, questionando-se sobre qual o lugar ocupado historicamente por elas:

(...) Quando Deus fez o mundo, achou, depois de muito trabalhar devia rematar sua obra dum modo mais elevado, soberbo, grandioso. Foi, então que fez o homem, “a sua imagem e semelhança”; Era a perfeição magna da sua obra divina, contudo não era o fim. Depois do homem, para amenizar-lhe a existência no Paraíso (donde se reduz a vida é, na sua essência, fastidiosa, visto que, até no Eden, havia possibilidade da criatura enfadar-se) Deus criou a mulher, isto é, uma costela de Adão corporificada. Assim rezam as notícias sobre o monumental trabalho do Grande Arquitecto. Ao homem, portanto, é impossível negar-se, coube a primazia na existência, mas, de modo nenhum, a exclusividade.

Depois de Adão, veio a Eva.

Rolaram séculos e séculos e, pêla fôrça do direito, ou pêlo direito da força, Adão tem sido o monopolizador da soberania na vida. Mas... Civilização, senhora acatadíssima e respeitável, depois de muita cousa interessante, pôs, no cartaz, a nivelção dos direitos de Adão e Eva (uma espécie de Democracia) e a descoberta de inteligência feminina. (República de 12 de setembro de 1931, p.01)

Sua discussão está assentada sobre a oposição entre masculino e feminino, Antonieta aponta para a primazia masculina, o homem é o dominador, e o princípio desta dominação já foi estabelecida a partir de Gêneses, uma supremacia construída ao longo de um processo histórico que não reconheceu a participação feminina.

Antonieta nunca escondeu sua posição religiosa e conservadora, porém com refinada ironia, discorda do sentido religioso que coloca o homem como criação perfeita, pelo fato de representar a imagem e semelhança de Deus, e a mulher apenas como um complemento ou distração para os momentos de tédio. Contudo, o texto da escritura sagrada afirma que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, a partir do momento em que se utiliza da palavra homem categoria universal, o que não implicaria dizer que a mulher também era uma criatura perfeita. O mesmo discurso ainda afirma que a mulher teria nascido a partir da costela de Adão, estabelecendo desde o princípio uma relação hierárquica sustentada pela noção de inferioridade e dependência. Antonieta era uma mulher católica e devota, em seus escritos são recorrentes as referências aos salmos e ao Evangelho. Em muitos momentos parece ter buscado conciliar sua fé as mudanças sociais, como a luta das mulheres por seus direitos.

Ao questionar se haveria lugar para as mulheres no processo civilizatório do qual fazia parte, também, o discurso de Democracia evidencia a fragilidade de tal discurso, num momento em que as mulheres ainda lutavam pelo direito de votar e serem eleitas.

Ela percebeu que o discurso de civilização e progresso científico, não era suficientemente forte para romper com o machismo e o patriarcalismo, visto que estes discursos eram escritos por homens, e na sua maioria, estavam carregados de preconceitos em relação as mulheres. Assim

sendo, a civilização não apresentava nada de novo, repetindo-se a luta das mulheres em ciclos.

O contexto social das décadas de 20 e 30 era marcado pelas reivindicações femininas por educação, pelo direito de votar e de ser eleita, pelo trabalho remunerado e pela equiparação dos salários, reivindicações defendidas pelas mulheres brancas, alfabetizadas pertencentes às classes médias e alta.

Nesse sentido, Bell Hooks traz contribuição importante sobre a experiência de mulheres negras nos EUA.

Nos Estados Unidos, o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição na vida. Estas são a maioria silenciosa. Uma marca de sua condição de vítimas é que o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas (HOOKS, Bell, 2015, p.193).

Assim como lá, no Brasil o movimento feminista encontrou suas primeiras vozes entre as mulheres brancas das classes médias, a exemplo de Bertha Lutz, a frente da Federal Feminista para o Progresso Feminismo. Nos escritos de Antonieta não foram encontradas referências diretas a exclusão das mulheres negras da luta feminista, porém, a cronista apontava o caminho da educação como saída para as desigualdades de gênero e classe.

Antonieta defendia o argumento de que a desigualdade existente no plano intelectual, entre homens e mulheres era justificada pela falta de investimentos na educação feminina.

Acorde-nos, então à mente a pergunta que deve existir em todo o cérebro feminino, neste momento:

Que seremos nós, as Mulheres? Irracionais ou domesticados?
Porque esta questão de inteligência e aptidões femininas, ora em foco, se resume, digamos de passagem, em classificar a Mulher entre as criaturas superiores ou entre irracionais. Se ela é um ser superior, tem o direito líquido de agir, pensar, trabalhar, ser indivíduo. Se não é superior, que se contente em viver à sombra, na cômoda, mas degradante situação de parasita, pois que a decantada maternidade é missão e não profissão. (República, 15 de abril de 1934, p.01).

Na base do discurso, estava novamente a capacidade intelectual feminina, questionava se as mulheres seriam irracionais por serem desprovidas de intelecto, ou foram domesticadas para serem donas de casa? Neste segmento é possível identificar certa polaridade existente na relação homem e mulher no seu pensamento.

Pela lógica machista, esperava-se que a mulher fosse comedida, moderada, prudente, calma na maneira de se portar, ficando de fora das discussões acaloradas, dos questionamentos, dos confrontos de ideias e principalmente dos espaços públicos. As mudanças sociais (no âmbito da política e da economia) caberiam aos homens promover, no discurso machista, aos homens era atribuída a capacidade do pensamento lógico e racional e de produzir maravilhas para o desenvolvimento e progresso da civilização.

Sobre sua cor, Antonieta rebateu as críticas racistas proferidas pelo então deputado estadual Osvaldo Rodrigues Cabral.

Em 1951, quando Irineu Bornhausen ocupou o cargo de governador do Estado de Santa Catarina, o médico, jornalista, historiador e na época deputado estadual, Osvaldo Rodrigues Cabral, acusou Antonieta, no plenário da Assembleia Legislativa de, por meio dos jornais, “fazer intriga barata de senzala”.¹²

Intriga barata de senzala

(palavras do Deputado Osvaldo R. Cabral, ao comentar o nosso editorial de domingo passado, na Assembléia Legislativa)
Tencionávamos, hoje, continuar as nossas considerações desprezíveis, à cerca da fala governamental ao Legislativo, no Capítulo referente a Educação. Todavia, porque o nobre Deputado nos apanhou as idéias esfarrapadas (segundo expressão sua) e as levou para a Assembléia, tivemos de alterar os nossos propósitos. E, pelo respeito que nos merecem os leitores amigos, aqui estamos, repisando o mesmo terreno, para nos esclarecer a atitude, em face da afirmativa do Deputado. Não conhecemos, na intriga, o discurso com que o irritado e nobre deputado da posição nos castigou a incrível ousadia de achar injusto os conceitos com que o Governo aponta o Magistério ao Estado e ao país. Da peça – monumental e admirável, por certo, como são todos os trabalhos do ilustrado tribuno e historiador – apenas nos contaram a frase final e conceitos depreciativos sobre os nossos pobres Farrapos.

¹² Jornal O Estado, 05 de junho de 1951, p.01.

A frase é a que epigrafa estas linhas.

Rimos. É tudo tão pueril, que achamos graça. E, pensamento distante, perguntamos aos amigos: Mas onde foi isto? Na Alemanha de Hitler, ou nos Estados Unidos? Discordar das nossas considerações é direito de toda gente e, principalmente, dos que militam, na situação, embora haja certos fatos, cuja cristalinidade e transparência impõem silêncio, para evitar que sejam mais focados. Este é o caso da situação desoladora do ensino público, de que trata a Mensagem. Por que desce o Deputado a apanhar as nossas idéias esfarrapadas? Qual foi o nosso crime? O de ter dito pela Imprensa o que se comenta à boca pequena? Fomos nós, por acaso, que criamos aquela afirmativa chocante de que a situação do ensino público é desoladora? Não (...) Onde a intriga? Não existiu. Não é do nosso feitio essa modalidade de comportamento. Somos leais. Leal e agradecida. Sempre fomos. E é uma das características dos negros.

Fizemos do Magistério o nosso caminho, e agimos sempre respeitando a professora que não morreu em nós, ainda, graças a Deus. Como, pois, descer à intriga? (...) Compreendemos que a delicada sensibilidade do nobre Deputado nada tenha sofrido diante daquela frase. Sua Excelência, para a felicidade de todos quantos são arianos – apesar de portador de um Diploma de jornalista – não milita no ensino público. Dizemos felicidade porque, à sua Excelência, falta uma das qualidades de professor: não distinguir raças, nem castas, nem classes. (O Estado, 05 de junho de 1951).

Os enunciados intrigam e senzala no discurso do deputado correlacionam-se em uma clara alusão à condição racial de Antonieta, na tentativa de desqualificar sua fala. A declaração de Cabral denuncia o caráter racista e machista de seu pensamento e a tentativa de submeter Antonieta a antigas práticas de submissão dos negros. A alusão ao cativo foi uma estratégia articulada por Cabral para calar Antonieta, lembrando-a de que aquele lugar de onde fala não poderia ser ocupado por ela, uma mulher negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordar as experiências de vida de Antonieta de Barros, mulher negra, filha e neta de ex-escravas, oriunda das classes populares, que por meio da educação, da atividade jornalística e da política ascendeu socialmente constitui tarefa desafiadora. No entanto, também contribuiu para repensar o meu lugar enquanto mulher/pesquisadora, branca, heterossexual e proveniente das classes populares.¹³

Durante pesquisa realizada no mestrado de História Social sobre o poeta negro Cruz e Sousa, a importância da compreensão das categorias, raça e classe, enquanto estruturantes e hierarquizantes das relações sociais, apresentou-se como urgente e fundamental. No entanto, foi durante o doutorado no programa de História Social da Cultura da Universidade Federal de Minas Gerais que pude compreender de fato a importância da cultura para o estudo das experiências de vida da professora, jornalista e deputada estadual Antonieta de Barros.

No estudo pós-doutoral, desenvolvido em programa Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina com ênfase nos estudos de gênero e suas inter-relações, e a partir do entrelaçamento das categorias raça, classe e gênero evidenciado nos estudos da filósofa e ativista política norte-americana Ângela Davis¹⁴ foi que novas questões surgiram, possibilitando refletir sobre os enfrentamentos e o lugar de fala de uma mulher negra.

A partir das análises de Davis, pude compreender melhor os silenciamentos de e sobre Antonieta de Barros, que viveu e lutou contra a invisibilidade dos negros no pós-abolição, período marcado por novas hierarquias sociais, onde pouca (ou quase nenhuma) forma de inserção social apresentava-se as mulheres e aos homens, descendentes dos ex-escravos.

Nesse contexto, as relações de parentesco (com destacada importância nos estudos sobre família escrava) foram fundamentais para a ruptura dos limites sociais impostos também no pós-abolição. Por vezes, Antonieta destacou os esforços de sua mãe em promover sua educação. Ao lado da irmã Leonor de Barros, também professora, fundou uma escola particular, fez parte de associações e ligas engajadas na defesa da educação, como também militou nos jornais pelo magistério. Suas experiências de vida foram marcadas pela força e presença de mulheres negras, evidenciando as-

13 Ao longo de minha formação, percebi a relação estruturante estabelecida pelo racismo. Embora seja reconhecida (pela maioria das pessoas) enquanto uma mulher branca, desde muito cedo compreendi que em uma sociedade miscigenada e colonizada como a nossa, acreditar em um ideal de branquitude é apegar-se a uma ficção racista (como ideal de superioridade racial), criada em um dado momento para negar nossa própria identidade latina, colonizada, indígena, negra e miscigenada.

14 DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

sim a orientação matrifocal.

Embora tenha assumido publicamente a condição de mulher negra e defensora da educação, ao responder as acusações do deputado Osvaldo Rodrigues Cabral¹⁵, é possível pensar o quanto a força do racismo interditou sua fala por décadas. Vale lembrar, que o contexto social estava marcado pelos efeitos da política de branqueamento, pelo forte sentimento nacionalista e de simpatia pelos regimes totalitários, e pela luta das mulheres por seus direitos.

Nesse sentido, Antonieta encontrou alguma sintonia com o Movimento Feminista Conservador, dominado por mulheres brancas e pertencentes às classes médias e a elite, em especial o direito ao voto. Entretanto, os problemas sociais que atingiam as mulheres negras não eram reconhecidos pelo Movimento que tinha Bertha Lutz como principal representante¹⁶.

Como estratégia de sobrevivência construiu importante rede de sociabilidade com homens e mulheres, brancos e negros, das classes populares, médias e da elite local. Antonieta circulou entre diferentes espaços, enfrentou forte racismo e combateu o sexismo, condenando as desigualdades de gênero por meio de sua coluna.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Vol.2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Ângela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTÃO, Luciene. Nos passos de Antonieta. Escrever uma vida. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Centro de Comunicação e Expressão. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro/abril de 2015.

MEIRINHO, Jali. República e oligarquia: subsídios para a história catarinense: 1889-1930. Florianópolis: Insular, 1997.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: Revista História. São Paulo, v.24, N.1, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC/Editora Lunardelli, 1983. SCHEIBER, Leda; DAROS, Maria das Dores. (Orgs). Formação de professores em Santa Catarina. Núcleo de publicações – NUP. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIDA, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

15 A referida resposta foi publicada na coluna dominical “Farrapos de Idéias” no jornal O Estado de 05 de junho de 1951 e intitulada: “Intriga barata de senzala” dirigida como resposta ao deputado da UDN Osvaldo R. Cabral. A mesma encontra-se transcrita na íntegra na página 15 deste mesmo relatório.

16 Refiro-me ao grupo liderado pela deputada federal Bertha Lutz que mais tarde deu origem a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

OS ENTRAVES SUBJACENTES À EXISTÊNCIA DA MULHER-CIS NEGRA E LÉSBICA: UM ESTUDO AUTOÉTNÓGRÁFICO

Ana Carolina Silva Oliveira¹⁷

RESUMO

O presente trabalho tem como base a metodologia utilizada por Paul Preciado em sua obra *Testo Junke: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, a autoetnografia. Trata-se de um método que visa descrever e examinar de modo sistemático a experiência pessoal, o que significa que autora se coloca enquanto sujeito de observação, utilizando-se de seu corpo como plataforma de construção teórica, trazendo à luz um externo que atravessa os seres, como o Estado, a história da humanidade, a cultura, o capital, as mídias, as tecnologias dentre outros dispositivos de controle que elucidam as questões subjacentes às experiências dos sujeitos e que fazem parte de seu processo de subjetivação. Ao se debruçar sobre a existência da mulher cisgênera negra e lésbica, a construção teórica, a partir de revisões bibliográficas, traz em suas linhas, a grande possibilidade de se tratar de uma vida permeada por constantes torturas psicológicas por se desviar dos valores hegemônicos determinados pelo sistema social. São torturas que se apoiam no não pertencimento no enquadre de feminilidade e todos os seus atributos (vestimentas, ações, etc.), no racismo estrutural, na invisibilidade e deslegitimação de suas relações afetivo-sexuais, demarcando, com isso, como os dispositivos de gênero impactam em nossas vidas. Nessa perspectiva, considera-se que o debate sobre essas experiências é um ato político, e mais do que isso, de sobrevivência, pois o direito básico de existir em sua autenticidade, ao que parece, é algo cunhado como proibido ou de difícil acesso, tendo como ideal uma massa de criaturas confeccionadas de acordo com o protótipo.

Palavras-chave: Mulheres. Negras. Lésbica. Invisibilidade.

INTRODUÇÃO

Enveredando pelas trilhas de uma existência marcada por constantes torturas psicológicas, parto, neste trabalho, da “menina macho”. É evidente que ao longo desses anos o contexto social me enclausurou e me resumiu a este corpo, corpo esse que não expressa à feminilidade, a esposa casta, frívola, condescendente, propriedade do homem, mas que em contrapartida, denota a criatura inacabada, o ser imperfeito, a bruxa, a Eva pecadora. Não o bastante, o contexto me encerra nesse corpo que não se alicerça nesse binarismo focado em genitálias, heterocêntrico, onde o macho deve se relacionar com a fêmea. Embora se trate de um corpo cisgênero (cis), meu desejo afetivo-sexual, juntamente com meu modo de ser e estar no mundo não contemplam essas estruturas. Lésbica, negra não-retinta, lida como “menos mulher”, não me enxergam na totalidade, sou apenas a lésbica do “cabelo ruim” que almeja igualar-se ao macho. Na adolescência, as agressões se intensificaram. A relação com os pares, crucial nessa etapa da vida, foi se esvaecendo aos poucos. Criou-se um imaginário em torno do ser lésbica, influenciado pela heteronormatividade, que passou a me retratar como uma “invertida”, uma espécie de selvagem que, supostamente, poderia vir a atacar outras meninas, semelhante às mulheres orgásticas, descritas pelos Inquisidores da Renascença como enfeitadas pela bruxaria proveniente da luxúria (Lins, 2015).

No cenário atual, além de todo esse compilado, sou atravessada pela deslegitimação de minhas relações afetivo-sexual, pois dentro de uma lógica falocêntrica, “falta algo”; pelo machismo e misoginia que une o inimaginável: burgueses e proletários, esquerda e direita, brancos e negros, homossexuais e heterossexuais; pelo racismo estrutural, onde sou lida como “mais aceita” pela branquitude por conta dos traços finos e a pele mais clara, desde que “domine” o meu cabelo.

Nesse segmento, o presente artigo tem como base a metodologia utilizada por Paul Preciado em sua obra *Testo Junke: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* (2018), a “autoetnografia”. Autoetnografia vem do grego: auto (self = “em si mesmo”), ethnos (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e grapho (escrever = “a forma de construção da escrita”)¹⁸. Por esse ângulo, trata-se de um método que visa descrever e examinar de modo sistemático a experiência pessoal, em outras palavras, postei-me enquanto sujeito de observação. Tal como Preciado, não me detive em questões subjetivas, pois, embora faça uso de meu corpo como plataforma de uma construção teórica, existe um externo que perpassa sobremaneira minha individualidade – assim como de outras mulheres – como o Estado, a história da humanidade, a cultura, o capital, as mídias, as tecnologias dentre outros dispositivos de controle que elucidam as questões subjacentes

17 Especialista em Sexologia pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia. Psicóloga Escolar e Educacional Faculdade de Tecnologia SENAI MT. E-mail: psi_carolinasilva.oliveira@hotmail.com

18 Doloriert e Sambrook (2012) e Reed-Danahay (1997) citado por Santos (2017).

as minhas experiências, e é nesse externo que me debruçarei neste trabalho.

A FABRICAÇÃO DO CORPO FEMININO

É incontestável que a conjuntura referente a cada período da humanidade deixou marcas em nossos corpos e nela, com exceção da Pré-História, a mulher sempre esteve em desvantagem. Com a instalação do patriarcado, onde a humanidade, como nos traz Beauvoir (2009), passou a ser caracterizado como “masculina, com o homem definindo a mulher não em si, mas relativamente a ele (p. 16)”, libertar-se dos obstáculos que a feminilidade – retratada como inata – acarreta, tornou-se uma tarefa árdua e com consequências, por vezes, atroz.

É importante refletir sobre como é viver enquanto mulher negra cisgênera (cis) e lésbica no ocidente, especificamente no território brasileiro, além de ilustrar como os dispositivos de gênero impactam em nossa vida e em nosso corpo. Na qualidade de sujeito de estudo, retomo experiências fundamentais para a compreensão do enunciado, mas antes, é relevante pensarmos, a partir da literatura feminista, como as mulheres, de maneira ampla, são lidas. Para Beauvoir (2009):

O homem representa há um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação *lhe* é imputada como limitação, sem reciprocidade (p. 15-16).

Despentes (2016), com um tom mais incisivo, declara:

Aqui, nos fazem excessivamente de vítimas; ali, não trepamos como deveríamos, ora muito vadias, ora muito ternas e amorosas, de qualquer forma não entendemos nada, muito pornográficas ou muito sensuais (p. 13).

Em Beauvoir, me remeto as incontáveis vezes em que me deparei com discursos ultrajantes designados ao ser humano feminino. Quando uma mulher é violentada sexualmente, destinam ao seu algoz: “você será feito de mulherzinha na cadeia”¹⁹, quando um homem deseja depreciar outro homem, declara-se: “você parece uma mulherzinha” ou “você bate feito uma fêmea” e até mesmo “parece uma mulherzinha falando”. O termo *mulherzinha* pode ser analisado no sentido literal da palavra, isto é, com intento de diminuir aquele a quem foi designado. São expressões utilizadas para indicar incompetência, fraqueza ou tagarelice, características cristalizadas como femininas, ao passo que o masculino denota força, perspicaz ou objetividade. No outro extremo, Despentes, por sua vez, traz a tona o paradoxo a que nós mulheres estamos inseridas. Ouço regularmente: “aquela é pra transar” e “aquela é pra casar”; “quero uma mulher pura, que tenha certa malemolência na cama, mas não tanto que se aproxime de uma vadia”. Nessa perspectiva, evidencia-se que a divisão entre pura e impura surgida na Renascença (XVI e XVII) – onde o conceito de mulher, segundo Hunt (1963, apud Lins, 2015) foi se tornando paulatinamente dualista, ou seja, não era mais mulher, tornara-se “objeto de adoração ou depósito de luxúria (p. 274)” – permanece engessada na atual conjuntura. Ao se aprofundar nos impactos dos dispositivos de gênero, constata-se que o que se compreende por “mulher de verdade”, caracteriza-se por um produto sintético confeccionado pela sociedade. O discurso normativo tão presente nas mídias e tecnologias, as quais projetam um modelo de perfeição inalcançável, contribui para o nivelamento do que se entende por beleza feminina, dando cabo à diversidade e favorecendo a naturalização dos estereótipos.

A preocupação excessiva com a imagem, valorizando a beleza, magreza, juventude e vigor, e as estratégias de utilização do corpo para obtenção de dinheiro, status e poder; o imediatismo nos cuidados corporais de modo a colocar as cirurgias estéticas como a solução mágica para chegar à adaptação ao modelo vigente, são exemplos dessa construção maquínica que envolve e aprisiona os sujeitos (Ferreira, 2010, p. 199).

Corroborando com essa afirmativa, Preciado (2018) nos traz o conceito de toxipornográfico, argumentando que a civilização atual é ocupada por subjetividades toxicopornográficas, onde, ao receber o feedback performativo, isto é, o retorno de que determinada mudança corporal funciona, passam a se definir a partir dessas alterações (próteses, cirurgias plásticas, substâncias cosméticas, etc.). Sendo o capitalismo o grande responsável pela produção de desejos e sentidos, com-

¹⁹ Este exemplo denota, nitidamente, que a mulher, apesar de vítima, tem o seu abusador convertido em figura feminina, porque o feminino é o negativo, o execrado.

preende-se que o conceito de toxicopornográfico de Preciado, elucida que não é saudável para subjetividade de um sujeito, especificamente de uma mulher, acreditar, por exemplo, que não ter seios protuberantes a faz menos mulher. Nessa ótica, tudo que não é capitalizado como bonito, como modelo de perfeição, tudo aquilo que se destoa dos corpos normatizados não são benquistos ou são lidos como “menos mulher”, a começar pelo corpo negro.

O SILENCIAMENTO DA ANCESTRALIDADE: A MARCA DA NEGRITUDE

Enxergar-me enquanto pessoa negra foi um processo árduo e penoso. Embora se trate de um país predominantemente habitado pelo povo preto, passei a compreender, com base em experiências pessoais e na literatura étnico-racial durante esse trajeto de então compreensão de meu pertencimento, o que essa sociedade eurocêntrica havia construído sobre nós. O silenciamento de minha ancestralidade materializava-se nos termos parda e morena consolidado pela branquitude como forma de nos tolerar em seus espaços, não significando, com isso, que gozaríamos dos mesmos privilégios. Silva e Silva (2017) citado por Varela (2017) evidenciam esse fato em seu estudo ao abordarem o conceito de colorismo ou pigmentocracia ao qual indica que quanto mais concentração de melanina uma pessoa tiver, mais segregada ela será. Entretanto, mesmo vivendo enquanto negra não-retinta, meus aspectos fenotípicos revelam minha negritude que, como supracitado, não são capitalizados como belos. Nesse segmento, pode-se levantar os diversos tratamentos e substâncias cosméticas – as quais por vezes me submeti – que objetivam clarear a axila, a vulva e até mesmo o ânus, potencializando o discurso de que o “escuro” é feio, sujo. Ampliando o debate, volto-me ao tão atacado cabelo crespo. O cabelo, para muitas mulheres, é tido como um símbolo de beleza, entretanto, para mim, nunca o foi, mas mesmo assim, possuía uma relação conturbada com ele. “Peruca”, “Bombril”, “poodle”, “sarara” e “ruim”, esses foram/são alguns dos adjetivos designados ao meu cabelo. Se tratando de uma beleza não normatizada, acabei por me sujeitar anos e anos de alisamentos químicos caros e dolorosos.

No caso dos negros, o cabelo crespo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude nos corpos. Ele é mais um elemento que compõe o complexo processo identitário. Dessa forma, podemos afirmar que a identidade negra, enquanto uma construção social, é materializada, corporificada. Nas múltiplas possibilidades de análise que o corpo negro nos oferece, o trato do cabelo é aquela que se apresenta como a síntese do complexo e fragmentado processo de construção da identidade negra (Gomes, 2006, p.7).

Sair desse lugar de tortura e passar pela transição capilar em uma civilização que se apoia, segundo Gomes (2006), “em um imaginário que prima por um ideal de beleza europeu e branco (p. 5)” para solidificar uma identidade negra, asseguradamente, constitui-se em um enorme desafio. Nota-se, com isso, que as substâncias cosméticas para clareamento da pele, bem como os alisamentos químicos, além de racistas, manifestam nas entrelinhas o machismo e a misoginia, pois o grande alvo da cosmetologia é o corpo feminino, que deve ser modificado e remodelado segundo o padrão vigente²⁰.

A EXISTÊNCIA AUTÊNTICA DA MULHER CONVERTIDA NO DESEJO DE SER HOMEM: O DISCURSO HEGEMÔNICO DA LÉSBICA ENQUANTO MULHER “FALHADA”

Se pautando ainda nos corpos que são lidos como “menos mulher”, resgato e analiso as críticas designadas às vestimentas e ações. Ao ser interpelada sobre o não uso de determinadas peças que compõe o que se compreende por vestuário feminino, como vestidos, saias, calças excessivamente apertadas e sapatos de salto alto, discorro sobre a ausência de conforto e a dificuldade de mobilidade acompanhado de dores e ferimentos no que diz respeito a certos calçados. Feito isso, tenho meu argumento invalidado, pois a “verdadeira mulher precisa sofrer para ficar bonita”. Falar abertamente sobre masturbação, sexo, apontando a possibilidade de separação entre amor e sexo é mais um dos quesitos que constitui a categoria “menos mulher”, pois o desejo carnal é do homem,

20 Imerso nessa fabricação misógina dos corpos femininos, é relevante a problematização da disseminada aversão aos pelos. As agências de controle transmitem que esse corpo “precisa” e deve ser liso, mesmo que isso te cause dores, lesões e incômodos ao se sujeitar as sessões de depilações com cera ou a laser, por se tratarem de métodos que “garantem” um aspecto mais “harmonioso”, digno de beleza e desejo. O discurso sobre os pelos se estendem também à sobrancelha que deve ter seus “excessos” sempre retirados.

sendo o sexo por sexo um comportamento, exclusivamente, masculino, enquanto que a “verdadeira mulher” é nutrida pelo amor e docilidade. Ante o exposto, vivenciar a lesbianidade acaba por agravar todos os elementos da referida categoria, estando agora diante da menina macho enquanto representação e performance, fechando assim o compilado. Esse ponto da discussão nos remete aos estudos de Beauvoir (2009) ao qual afirma que todas as vezes que a mulher age ou se coloca enquanto ser humano, alegam que esta se identifica com o macho. Ainda nessa perspectiva, a autora sublinha que “definir a lésbica pela sua vontade de ‘imitar o homem’ é votá-la à inautenticidade (p. 525)”.

A invisibilidade lésbica é histórica e isso é evidente, inclusive, na escassez de produção acadêmica sobre a temática. Tal invisibilidade não significa que essas mulheres não se relacionassem. Na realidade, o sistema patriarcal renegou/renege experiências afetivo-sexuais que dispensavam/dispensam a presença masculina, sendo as mulheres relegadas à clausura doméstica e, excluídas, conseqüentemente, dos espaços públicos. Pode-se refletir com isso, que as relações lésbicas não lidam apenas com os entraves que a sexualidade não-heterossexual gera, mas também, com toda bagagem histórica de misoginia.

Em 1613, o tribunal da Inquisição criminalizou a relação entre mulheres, mas esta foi descriminalizada em 1646, porque os inquisidores não se convenceram de que era possível haver sodomia entre mulheres, considerando que, para isso, seria necessária a penetração no “vaso traseiro” e a presença de ejaculação (Toledo e Filho, 2011, p. 50).

Nota-se que o fato da sexualidade feminina ter sido enraizada enquanto objeto de desejo masculino, torna-se inimaginável o relacionamento entre mulheres. Colocar-me enquanto sujeito de estudo me faz perceber que o conceito de sexo transcende toda essa uniformidade que é propagada como sexo²¹ e como resultado, tudo aquilo que se distancia disso não é “sexo de verdade”. A existência lésbica se dirige muito pelos trilhos da falta: “você não sente falta de algo?”, ouço regularmente. Isso pressupõe que não há possibilidade de se alcançar a “completude” numa relação afetivo-sexual entre mulheres. Apoiado no exposto Gimeno Reinoso (2005, apud Toledo e Filho, 2011) grifa que:

[...] não há nada mais perturbador para os homens de todas as épocas que imaginar que as mulheres não necessitam deles sexualmente, que o falo, sobre cujo poder se erigiu o patriarcado, na realidade não é nada (p. 49).

Além da falta, lida-se, ainda, com a fetichização: “posso participar?”, tão frequente quanto, o que significa que são relações resumidas em instrumentos de desejo. Nessa perspectiva, a indústria pornográfica fomenta a deslegitimação desses relacionamentos, pois exhibe de maneira grotesca o “ato sexual”, com a presença, muitas vezes, de um homem em cena. É relevante apontar, que a fetichização desses corpos se faz mais presente quando estão imersos nos padrões estabelecidos, como mencionado anteriormente. Sintetizando, constata-se que as marcas deixadas pelo social nessas mulheres as qualificam, aqui, como invertidas ou abomináveis, ali, como “machonas” ou uma “mulher não verdadeira”, além de as classificarem enquanto lugar, por excelência, de satisfação sexual masculina, tendo a legitimidade de sua existência subtraída. Nessa direção, uma das graves demonstrações de lesbofobia, como consequência do não pertencimento dessa “essência feminina heterossexual”, quando não assassinadas, refere-se a crescente onda do denominado “estupro corretivo” (Leonel, 2011), como forma de nos ensinar a se saciar com os “dotes masculinos”, retornando, assim, a “natureza feminina”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizar-me como sujeito de estudo foi uma das maneiras de melhor se aproximar da fidedignidade dos fatos. Minhas experiências foram convertidas em matéria prima para a compreensão das questões ocultas a experiências de mulheres-cis negras e lésbicas do ocidente, mais precisamente do território brasileiro. Por que passo pelas coisas que passo? Este fora o pontapé inicial para a presente construção teórica. Não se trata de versar sobre uma questão íntima, individual, tal como Preciado (2018) elucida em sua obra autoetnográfica, mas de apreender como o contexto social e sua fabricação de gêneros deixam marcas em nossos corpos.

A história nos mostra o lugar subalterno a que nós mulheres fomos relegadas e como o femi-

21 Está para além de meras penetrações vaginais.

nino veio sendo construído de modo a consolidar-se como algo negativo. Pôde-se evidenciar como o Estado, o capital e as tecnologias tem o poder de legislar sobre a nossa maneira de ser e, nessa direção, quanto mais distante um corpo estiver da norma estabelecida, mais chances ele possui de ser soterrado de violências psíquicas e por vezes físicas. Diante disso, ser mulher-cis negra e lésbica é ter o corpo facilmente invadido, remodulado feito uma cobaia de laboratório, ignorando-se os efeitos colaterais que essa produção sintética pode acarretar; é ser alvo de racismo por possuir um corpo não capitalizado como belo; é ser atingida pela lesbofobia e todas as suas nuances, validada como “menos mulher” e que no seu extremo pode ter sua vida ceifada por não pertencer a essa “feminilidade congênita”. Nessa perspectiva, trazer a luz tais experiências é um ato político, e mais do que isso, de sobrevivência, pois o direito básico de existir em sua autenticidade, ao que parece, é algo cunhado como proibido ou de difícil acesso, tendo como ideal uma massa de criaturas confectionadas de acordo com o protótipo.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo. Tradução Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- DESPENTES, V. Teoria King Kong. Tradução Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- FERREIRA, F. R. Corpo feminino e beleza no século XX. Rev. Alceu, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 186-201, 2010.
- GOMES, N. L. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. (2006). Disponível em: <<http://www.acao-educativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.
- LEONEL, V. Lesbofobia. In: VENTURI, G. & BOKANY, V. (Org.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- LINS, R. N. O livro do amor: volume 1 Da Pré-História à Renascença. 5 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015.
- PRECIADO, P. B. Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. Plural, Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24, n.1, p. 214-241, 2017.
- TOLEDO, L. G.; FILHO, F. S. T. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 39-61, 2011.
- VARELA, G. G. Kit Corporativo Liberdade e Resistência: A inserção do cabelo crespo e/ou cacheado no ambiente organizacional. 2017. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SER QUEER VOCÊ QUISER: APONTAMENTOS SOBRE UMA TEORIA QUEER DECOLONIAL

Wilena Margraf²²
Mariana Barbosa de Souza²³

RESUMO

A teoria queer se aflorou a partir dos grupos feministas e pós-estruturalistas nos Estados Unidos, depois disso, se estendeu para vários outros países do mundo. Entendida como a desconstrução do que é “normal”, a teoria queer faz a reflexão sobre o sujeito contemporâneo como uma construção que para legitimar-se e enquadrar-se, se afasta de determinadas identidades opostas à socialmente construída. Este artigo, feito a partir de uma revisão de literatura, busca traçar apontamentos e levantar questões a respeito de uma teoria queer vista do ângulo decolonial, isto é, pensada através do olhar do sul global e da realidade particular dos contextos latino-americano e brasileiro, nos quais sexualidades e desejos são fixados pelas relações coloniais e por múltiplas formas de exploração.

Palavras-chave: Teoria Queer. Pensamento Decolonial. Sul Periférico.

INTRODUÇÃO

Existem várias formas de se entender as diferenças. As “minorias” de gênero, sexuais e étnico-raciais expressam maneiras tão diversas de lidar com as diferenças, que acabam por tornar evidente o fato de que, cada diferença emblema uma forma particular de opressão. Em 1990, Teresa de Lauretis usava pela primeira vez o termo Teoria Queer para se referir ao contraste entre o empreendimento analítico que um conjunto de pesquisadores desenvolvia em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero (MISKOLCI, 2007).

Segundo Spargo (2017) em inglês, o termo queer pode ter função de substantivo, adjetivo ou verbo, em todas suas formas significa a oposição ao “normal” ou à normalização. Dessa forma, a teoria queer não é uma carcaça conceitual ou sistemática, mas sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual.

O termo descreve uma gama diversificada de práticas e prioridades críticas: interpretações da representação do desejo entre pessoas do mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análises das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero; estudos sobre identificação transexual e transgênero, sobre sadomasoquismo e sobre desejos transgressivos. (Tamsin Spargo, 2017, p.13)

De acordo com Louro (2018) a expressão queer, atrelada à sexualidade, talvez anos atrás, sugerisse encrenca, incômodo e curiosidade. Hoje as coisas podem se mostrar um pouco diferentes, o termo parece ter ganhado alguma visibilidade, ainda é provável que continue manifestando curiosidade e certa desconfiança, mas agora na mídia, aparece vez ou outra numa novela, exposição de arte, causando escândalo aqui e ali. Para ela, queer costuma ser o rebelde, o mal comportado, não importando se refere-se a um indivíduo ou a um grupo. Queer pode ser o sujeito da sexualidade desviante, o estranho que não deseja ser integrado, um jeito de pensar ou de ser que não deseja o centro e nem o quer como referência, que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o lugar desconfortável do ambíguo, do indecível.

Teóricos e pesquisadores da teoria queer encontraram nos escritos de Michel Foucault uma base mais teórica para dar sustento aos propósitos e diretrizes por ela defendidos. As duas obras filosóficas que viabilizaram suas bases foram a História da sexualidade I: a vontade de saber (1976) e Gramatologia (1967). (MISKOLCI, 2009) Diante das contribuições, teóricos da sexualidade, como Judith Butler, começaram a delinear análises sociais que retomavam a proposta de Foucault, onde a sexualidade se entende como um dispositivo histórico do poder que marca as sociedades ocidentais modernas, e se caracteriza pela inserção do sexo em sistemas de unidade e regulação social.

Na mesma linha de pensamento e de resistência da teoria queer, os estudos decoloniais buscam se contrapor às lógicas da colonialidade e aos modelos impostos pelo colonizador. Segundo Pereira (2015) seria uma perspectiva crítica da “colonialidade do poder” – esta, uma estrutura con-

22 Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: wika.margraf13@gmail.com
23 Pós-doutoranda em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa. GETE – Grupo de Estudos Territoriais. E-mail: mari-souza_10@hotmail.com

ceitual, política, ética e de gestão das esferas do social que se instituiu na Europa nos primeiros séculos de colonização.

Tendo isso em vista, o presente artigo tem por objetivo fazer um apanhado acerca da teoria queer e seu encontro com o pensamento decolonial. Como caminho metodológico foi utilizado um levantamento bibliográfico sobre a temática proposta.

A TEORIA QUEER

De acordo com Benetti (2013), durante o século XX o termo “identidade” predominava como uma das categorias culturais mais naturalizadas, a identidade marcava a existência dos indivíduos como tais. A partir do século XX essa ideia começou a ser questionada e problematizada por autores como Louis Arthusser, Sigmund Freud, Michel Foucault, Ferdinand de Saussure e Jacques Lacan. Juntas, as ideias desses teóricos contribuíram para determinados avanços nas teorias sociais, em especial no que Stuart Hall vai dizer ter sido “o descentramento final do sujeito cartesiano”. A identidade aí, começa a ser tratada como fantasia ou mito cultural.

Estes são alguns dos cenários que viabilizou a difusão da teoria queer durante os anos 80, a partir do encontro da vertente de estudos culturais, do pós-estruturalismo francês e das frentes feministas de terceira onda. Cabe ressaltar que o sujeito no pós-estruturalismo é encarado como circunstancial, provisório e em construção permanente e, os principais interlocutores desse movimento são Michel Foucault, Deleuze, Jacques Derrida e Feliz Guatarri.

A ideia de queer surge como não ordenada com qualquer categoria específica de identidade, desta forma, propondo uma definição, queer seriam os gestos ou modelos analíticos que dramatizam as incoerências nas relações supostamente estáveis entre sexo cromossômico, gênero e desejo sexual (ALMEIDA, 2004).

Como discorre Miskolci (2014), há pouco mais de duas décadas atrás, a hegemonia heterossexual começou a ser questionada como tendo delimitado por mais de um século o que entendemos como a cultura e a sociedade. Surgia uma nova vertente de pensamento, intitulada por Teresa de Lauretis, feminista italiana, de Teoria Queer. O uso de um insulto (queer) dirigido a homossexuais e, em especial, a dissidentes de gênero, para designar uma corrente de reflexão, traduz o impulso insurgente que dava origem a um novo pensamento radical sobre a sexualidade.

Ainda segundo o autor, a teoria queer é um rótulo que procura abarcar um amplo conjunto de reflexões sobre a heterossexualidade como uma norma político-social que direciona nossas vidas. São regulações de gênero e sexuais socialmente impostas que criam e sustentam desigualdades de toda ordem, principalmente no menor reconhecimento político e de direitos dos sujeitos cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas sociais. Colocando em outras palavras, as reflexões queer sustentam que, a norma política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e também econômicos daqueles/as que vivem no íntimo de suas prescrições.

A emergência da teoria queer também está ligada ao surto da AIDS, onde a descoberta do vírus está relacionada a uma forte reação conservadora, e uma rápida associação com a população homossexual (BENETTI, 2013, p. 19).

Homossexuais e dissidentes de gênero passaram a ser vistos como uma ameaça contaminante à ordem social estabelecida, leia-se heterossexual, reprodutiva e assentada no modelo familiar tradicional. Tornavam-se, portanto, queer, abjetos, pessoas com relação às quais muitos não escondiam sentir nojo e até mesmo esperarem que fossem eliminados. Compreende-se, assim, como o uso do termo queer para denominar uma linha de pensamento e pesquisa foi um ato político de ressignificação da injúria. Autodenominar-se queer era fazer de um termo negativo e que deveria causar vergonha uma forma de combate às forças normalizadoras cujo intuito de exclusão e até mesmo eliminação de dissidentes sexuais e de gênero era patente. (MISKOLCI, 2014, p.9).

Vejamos, pensadoras e pensadores fizeram uso do termo queer, considerado pejorativo, e adotaram a ofensa como forma de protesto. Em inglês, como já é sabido, a palavra é ofensiva e, apesar do queer ter viajado muito, ainda não tem a mesma reflexão e mesma repercussão em todos os lugares. Para Pelúcio (2016) esse desconhecimento, em contexto nacional, vai além da sonoridade do “queer”, percebe-se que nada quer dizer aos ouvidos leigos e mesmo dentro do âmbito

acadêmico ainda causa estranhamento como campo de estudos e reflexões. A autora menciona ser necessário construir nossas próprias ferramentas conceituais e teóricas, justamente para pensar essa realidade particular e regional - que são os contextos latino-americano e brasileiro – onde as sexualidades e desejos são determinados por relações coloniais e por inúmeras formas de exploração e de subalternização.

REFLETINDO SOBRE UMA TEORIA QUEER DECOLONIAL

Conforme Pereira (2015) a teoria queer não é externa à colonialidade, tampouco há como pensá-la isoladamente dos contextos geopolíticos de sua apropriação. As pessoas caminham, viajam, atravessam, movimentam-se e migram. O percurso e o trajeto as modificam, transformando-as em algo diferente no fim de uma rota. Os corpos, acostumados a outras línguas, hábitos e formas de ser e estar no mundo são afetados. Como os corpos, as teorias também viajam.

Decolonizar é se desprender da lógica da colonialidade e de seus efeitos; é desapegar-se do aparato que confere prestígio e sentido à Europa. Noutras palavras, decolonização é uma operação que consiste em se despegar do eurocentrismo e, no mesmo movimento em que se desprende de sua lógica e de seu aparato, abrir-se a outras experiências, histórias e teorias, abrir-se aos Outros encobertos pela lógica da colonialidade – esses Outros tornados menores, abjetos, desqualificados. Ao se abrir a outras lógicas, ao reivindicar a importância e magnitude desses pensamentos-outros, ao desconfiar das Teorias, apostando na multitude de teorias e corpos, o pensamento decolonial se aproxima do queer (PEREIRA, 2015, p. 415).

Para o autor, a teoria queer torna possível uma desaprovação dos olhares da história com uma lente heteronormativa, compreendendo o formato sexo/gênero como peça do projeto colonial. A teoria queer e o pensamento decolonial se abrem e “se jogam” em outros corpos, narrativas e teorias. Em suma, tanto a teoria queer quanto o pensamento decolonial indagam a ideia de que as teorias produzidas em determinadas regiões geográficas (Europa e Estados Unidos) sejam convenientes em qualquer contexto.

De acordo com Pelúcio (2016) pensar o queer decolonial não é jogar fora todas as produções vindas do Norte, mas sim ter a ousadia de se inventar a partir de tópicos próprios de nossa vivência marginal. Essa migração da teoria queer para o Brasil e toda a América do Sul, que Larissa Pelúcio denomina com ironia o “cu do mundo”, observa, segundo ela, uma “geopolítica do conhecimento”, a qual afasta um provável centro de suas periferias, um Norte produtor de ideias e um Sul simplesmente receptor.

Se o mundo tem cu é porque tem também uma cabeça. Uma cabeça pensante, que fica acima, ao norte, como convém às cabeças. Essa metáfora morfológica desenha uma ordem política que assinala onde se produz conhecimento e onde se produz os espaços de experimentação daquelas teorias (PELÚCIO, 2014, p.10).

Observa-se uma aceitação dessas “verdades” produzidas pelas epistemologias do norte, formada por binarismos rígidos: norte/sul, centro/periferia, desenvolvidos/subdesenvolvidos, heteros/não-heteros, nós/outros. Essas fronteiras intangíveis produzem subjetividades marcadas pela depreciação de cor/raça/sexualidade e pela patologização de seus desejos.

Segundo Pereira (2015) o que torna possível a mescla e a aproximação do queer com o decolonial - além da fuga do “padrão” - é que não são vertentes fechadas em si, mas movimentos de abertura para Outros, de inclusão de teorias-outros e de outras formas de pensar, ser e agir.

Não há como separar corpos abjetos, sexualidades dissidentes de localização geográfica, língua, história e cultura. A teoria queer é também uma política de localização – queer e pensamento decolonial são teorias corporificadas (PEREIRA, 2015, p. 418).

A ação é a de se afastar do eurocentrismo, a de inverter e modificar os conceitos, transformando-os de tal forma e intensidade para a produção de algo novo, dialogando mais e de outra maneira. O queer decolonial seria então um movimento de busca, apostando em outras experiências, corpos e saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O queer decolonial se apresenta como um encontro, uma busca, um projeto. É uma possibili-

dade teórica que faz viagem pelo corpo e por um sistema de localização. Pensar e viver como uma “bicha”, uma “sapatão”, um “esquisito”, alinhados a uma “teoria cu” e vistas do olhar marginal do “cu do mundo”, transforma a trama do pensamento e a forma de pensar, modifica as perguntas, os dilemas e os problemas. Por esse motivo, um queer decolonial pode construir algo inédito ao deslocar as teorias, tencionando e fazendo nascer outras lógicas e epistemologias.

Desafia-se ler e compreender os textos queer decolonialmente e, da mesma maneira e com a mesma vontade, queerizar os escritos do pensamento decolonial. Sente-se que aqui, no sul periférico a condição de ser queer é igualmente a de ser decolonial. Propõe-se a releitura das várias teorias do Norte Global, revisá-las, torcê-las, e fazer com que elas dialoguem diferente, a partir do ponto de vista ao qual se está inserido.

O objetivo foi apresentar algumas das reflexões mais significativas desse campo de produção teórica, aspirando que essas possam ser, logo, mais frequentes e mais visíveis, entre os diferentes Suis, geográficos e metafóricos, do globo.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Fernando José. A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da teoria queer no Brasil. 2013. Disponível em: < https://dadospdf.com/download/universidade-do-estado-de-santa-catarina-centro-de-ciencias-humanas-e-da-educacao-faed-curso-de-historia-a-bicha-louca-esta-fervendo-uma-reflexao-sobre-a-emergencia-da-teoria-queer-no-_5a4cd615b7d7bcab6726cdff_pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. (Ed.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 153–172.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. 3 rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007.

PELÚCIO, Larissa. O cu (de) preciado – estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. 2016.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil. *Periodicus*, vol. 1, no 1, Salvador, 2014. <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254> - acesso em: 10 ago 2019.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea - Revista de Sociologia*. ISSN: 2236-532X v. 5, n. 2 p. 411-437 Jul.–Dez. 2015. Disponível em: < <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php-/contemporanea/article/view/340/146>> Acesso em 07 de setembro de 2019.

SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.



05

**DESAFIOS PARA A
DEMOCRACIA:
REPRESENTAÇÃO,
JUSTIÇA E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA
A COMUNIDADE LGBTI+**

“CURA GAY” NO BRASIL: A DESCONFIGURAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE EGODISTÔNICA ENQUANTO PSICOPATOLOGIA

Victor Hugo Streit Vieira¹

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar alguns aspectos relevantes à questão das terapias de reorientação sexual no Brasil, popularmente conhecidas como “Cura Gay”. A partir de um breve panorama da situação no Brasil e nas Américas, abordou-se a importância da Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, enquanto um legítimo ato de resistência à homofobia institucional entre psicólogos, além de uma reivindicação por justiça, devido ao ato normativo proibir práticas que favoreçam a patologização da homossexualidade. O principal objetivo foi confrontar a pertinência de se pautar, no debate em torno da questão, a homossexualidade egodistônica, psicopatologia categorizada no CID-10 e utilizada judicialmente como argumento para sustar os efeitos da Resolução nº 01/99, legitimando as práticas terapêuticas de reorientação sexual nos casos de homossexuais egodistônicos, ou seja, que se encontram em conflito ou indispostos com a própria sexualidade. Tratou-se, portanto, da retirada de tal categoria dos principais sistemas internacionais de classificação de doenças e as perspectivas de práticas terapêuticas apropriadas. A construção do presente trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica acerca do tema em questão, além de pesquisa em documentos de órgãos internacionais, e sua pertinência se dá na medida em que diversas tentativas de revogação da Resolução nº 01/1999 vem ocorrendo nas últimas décadas, seja por via legislativa ou por via judicial, o que evidencia o quanto o debate em torno das terapias de reorientação sexual é de imensa importância para a defesa de direitos fundamentais básicos. Os resultados evidenciaram a desnecessidade de intervenções terapêuticas exclusivamente voltadas aos casos de homossexualidade egodistônica, especialmente as que envolvem tentativas de mudança de orientação sexual. Deve-se, pelo contrário, seguir as recomendações de órgãos internacionais e das principais organizações de saúde, que se posicionam a favor de práticas afirmativas que envolvam aceitação e apoio social.

Palavra-chave: Cura gay; Terapias de reorientação sexual; Resolução CFP 01/1999; Homossexualidade egodistônica.

INTRODUÇÃO

As ações promovidas por psicólogas e psicólogos que visam modificar a orientação sexual do paciente, popularmente conhecidas no Brasil como “Cura Gay”, configuram uma das formas do que especialistas convencionaram chamar de “sexual orientation change efforts” (SOCE)², descritos pela Associação Americana de Psicologia (2009, p.119), em estudo sistemático sobre o tema, como:

“[...] métodos (por exemplo, técnicas comportamentais, técnicas psicanalíticas, abordagens médicas, abordagens religiosas e espirituais) que visam mudar a orientação sexual entre pessoas do mesmo sexo para heterossexual, independentemente de profissionais de saúde mental ou leigos (incluindo profissionais religiosos, líderes religiosos, grupos sociais e outras redes leigas, como grupos de auto-ajuda) estarem envolvidos.” (tradução livre)³

Em diversos países da América⁴, ainda hoje pessoas LGBTI, ou as que são percebidas como tal, são sujeitas de maneira muitas vezes compulsória (ou mediante falsas pretensões) a supostos tratamentos terapêuticos, internadas em clínicas ou acampamentos, e submetidas a regimes rígidos que normalmente incluem tratamentos desumanos ou degradantes, incluindo abuso físico e atos de violência sexual como parte dos “procedimentos”. O objetivo das supostas “terapias” é modificar a orientação ou a identidade dessas pessoas (CIDH, 2015, p.137-139).

Diante desse cenário, em 1999 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabeleceu normas de atuação para os profissionais da área acerca da orientação sexual, através da Resolução nº 01/1999, através da qual foram proibidas práticas que favoreçam a patologização da homossexualidade e ainda prevê que os psicólogos devem contribuir para o fim das estigmatizações e discriminações contra homossexuais (RIOS, et al., 2017, p.170). A diretriz entrou em consonância com os princípios da não-discriminação e da promoção do bem-estar das pessoas e da humanidade, os quais compõem o rol de princípios éticos da profissão de psicólogo (CFP, 2005, p.7). Em seus dois

1 Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Estadual do Paraná. Graduando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: victorhsvieira@hotmail.com

2 Tentativas de mudança de orientação sexual (tradução livre).

3 No original: “[...] methods (e.g., behavioral techniques, psychoanalytic techniques, medical approaches, religious and spiritual approaches) that aim to change a same-sex sexual orientation to heterosexual, regardless of whether mental health professionals or lay individuals (including religious professionals, religious leaders, social groups, and other lay networks, such as self-help groups) are involved”.

4 Até 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos havia recebido informação sobre a existência de centros para o “tratamento” de pessoas LGBTI nos seguintes países: Equador, Peru, República Dominicana e Estados Unidos (CIDH, 2015, p.139).

dispositivos mais questionados, a resolução dispõe:

“Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.” (CFP, 1999).

O CFP desempenhou no Brasil, através da edição da Resolução 01/99, resistência à homofobia institucional entre psicólogos e também incluiu temáticas sociais inexistentes há algumas décadas entre as prioridades da profissão (TEIXEIRA, 2014, p.134), num movimento que pode ser encaixado dentro da noção de reconhecimento enquanto reivindicação por justiça, nos termos de Nancy Fraser (2007, p.105-109), com o objetivo de que os padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação sejam desinstitucionalizados e substituídos por outros que a promovam. De acordo com a própria autora:

“[...] é injusto que, a alguns indivíduos e grupos, seja negada a condição de parceiros integrais na interação social, simplesmente em virtude de padrões institucionalizados de valoração cultural, de cujas construções eles não participaram em condições de igualdade, e os quais depreciam as suas características distintivas ou as características distintivas que lhes são atribuídas. Deve-se dizer, então, que o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação da justiça”. (FRASER, 2007, p.112)

Neste sentido, a Resolução 01/99 (CFP, 1999) reconhece, em sua introdução, “que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente” e “que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações”.

A legitimidade do ato normativo se deu em muito pela tendência internacional de despatologização da homossexualidade, cujos marcos decisivos foram, em 1987, quando a Associação de Psiquiatria Americana retirou completamente a homossexualidade de seu Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, na edição DSM-III-R, e em 1993, ano em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o termo homossexualismo da 10ª revisão de sua Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (TEIXEIRA, 2014, p.37-42).

O comportamento homossexual é considerado como um aspecto amplamente prevalente da sexualidade humana por pesquisas recentes. O fato de a homossexualidade, enquanto doença por si só, ter sido removida gradualmente de diversos sistemas de classificação reflete a emergência de padrões de direitos humanos e a falta de evidência empírica que fundamenta a patologização (COCHRAN, et al., 2014, p.672).

No entanto, em dinâmica contrária, a Resolução 01/99 vem desde sua publicação sendo questionada por diversos atores ligados à setores religiosos e a favor das terapias de reorientação sexual, culminando em tentativas legislativas e jurídicas de revogação do ato normativo do CFP. Sem pretensão alguma de esgotar os debates em torno da questão, o presente trabalho passa no próximo tópico a analisar alguns contornos da homossexualidade egodistônica, relevante atualmente nos embates travados no âmbito do judiciário.

HOMOSSEXUALIDADE EGODISTÔNICA - UMA CATEGORIA DESNECESSÁRIA

Na esfera judicial, um dos argumentos utilizados para sustar os efeitos da Resolução 01/99 é o de que apesar de ser perfeitamente possível aplica-la à proteção dos homossexuais egossintônicos (aqueles que estão satisfeitos com sua orientação sexual), tendo em vista que os resguarda de ações coercitivas tendentes a conduzi-los a tratamentos psicológicos por eles não solicitados, ela não poderia ser aplicada em relação aos homossexuais egodistônicos, psicopatologia prevista na categoria F66.1 do CID-10⁵ e referente aos indivíduos que se encontram em conflito ou indispostos

5 A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) é desenvolvida pela organização Mundial da Saúde (OMS).

com a própria sexualidade⁶. Esse foi o entendimento de recente decisão judicial⁷ que determinou:

“ao CFP que se abstenha de interpretar a Resolução n. 001/1999 de modo a impedir os psicólogos, sempre e somente se forem a tanto solicitados, no exercício da profissão, de promoverem os debates acadêmicos, estudos (pesquisas) e atendimentos psicoterapêuticos que se fizerem necessários à plena investigação científica dos transtornos psicológicos e comportamentais associados à orientação sexual egodistônica, previstos no CID – 10 F66.1”. (14º Vara da SJDF, Ação Popular Nº 1011189-79.2017.4.01.3400, Juiz Fed. Waldemar Claudio de Carvalho, julg. em 15/12/2017)

Primeiramente cabe apontar que, em relação ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, a homossexualidade egodistônica foi retirada em sua edição DSM-III-R, em 1987 (TEIXEIRA, 2014, p.39). Quanto ao CID, a desclassificação só ocorreu recentemente, em 2018, na sua 11ª edição⁸, após a referida decisão judicial. Em consonância com as recomendações do Grupo de Trabalho sobre Classificação de Doenças Sexuais e Saúde Sexual (COCHRAN, et al., 2014), organizado durante o processo de elaboração da 11ª revisão do CID, e responsável por revisar e elaborar recomendações sobre os “Transtornos Psicológicos e Comportamentais Associados ao Desenvolvimento Sexual e à Sua Orientação” do CID-10 (codificadas como F66), foram excluídas do CID-11 todas as doenças inseridas nessa categoria, incluindo a orientação sexual egodistônica (F66.1).

Ainda que o CID-10 constatasse explicitamente que a orientação sexual por si só não deveria ser considerada como uma doença, as categorias F66 sugeriam a existência de doenças ligadas principalmente à orientação sexual (COCHRAN, et al., 2014, p.672). Uma das alegações do grupo de trabalho foi a de que não é possível justificar uma classificação diagnóstica baseada neste critério, seja de um ponto de vista clínico, de saúde pública ou de pesquisa (COCHRAN, et al., 2014, p.676).

Na prática, pouco interesse científico foi encontrado em relação a essas categorias, além de não haverem evidências de que elas contribuem para a prestação de serviços de saúde ou mesmo para a seleção de tratamento, assim como não fornecem informações essenciais à vigilância da saúde pública. O uso de tais categorias ainda pode causar danos desnecessários, na medida em que retarda o diagnóstico e o tratamento precisos, sem contar os diversos abusos de diagnósticos que já foram legitimados pela desaprovação social ou política, servindo para oprimir indivíduos desviantes das normas sociais e desafiadores das estruturas de autoridade. Além de não haver referências a respeito de tratamentos para tais transtornos que sejam baseados em evidências, também não há fundamentos de que, no que tange à preocupação com orientação sexual, sejam necessárias intervenções únicas e substancialmente diversas dos métodos tradicionais de tratamento de transtornos mentais como ansiedade, depressão, entre outros, ou seja, cuidados clínicos também aplicados às pessoas heterossexuais (COCHRAN, et al., 2014, p.672-675).

Nesse sentido, e em consonância com a ONU⁹, a Organização Panamericana de Saúde¹⁰ e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos¹¹, as quais reconhecem a grave ameaça à saúde mental e física e aos direitos humanos das pessoas afetadas pelas práticas SOCE¹², a Associação Americana de Psicologia (2009) apontou para o consenso de que a homossexualidade é uma variação normal e positiva da sexualidade humana, para a improbabilidade de que os esforços para

6 De acordo com a descrição presente no CID 10: “F66 Transtornos psicológicos e comportamentais associados ao desenvolvimento sexual e à sua orientação. *Nota:* A orientação sexual por si não deve ser vista como um transtorno. 66.1 Orientação sexual egodistônica. Não existe dúvida quanto a identidade ou a preferência sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou pré-púbere) mas o sujeito desejaria que isto ocorresse de outra forma devido a transtornos psicológicos ou de comportamento associados a esta identidade ou a esta preferência e pode buscar tratamento para alterá-la”.

7 Contra tal decisão, o CFP acionou o STF em setembro de 2018 através da Reclamação 31818. Em decisão monocrática (STF. RCL nº 31818, Decisão monocrática, Rel. Min. Cármen Lúcia, julg. em 24/04/2019.), a ministra Cármen Lúcia acolheu liminarmente os pedidos recursais e suspendeu a tramitação da Ação Popular Nº 1011189-79.2017.4.01.3400 e todos os efeitos dos atos judiciais nela praticados, mantendo íntegro, por hora, o ato normativo do CFP. No entanto, ainda há a possibilidade de reapreciação da matéria no julgamento do mérito, o que torna atual a discussão a respeito da matéria.

8 Lançado em junho de 2018, a entrada em vigor do CID-11 está prevista para janeiro de 2022.

9 Cf. ONU, Conselho de Direitos Humanos, *Relatório do Relator Especial sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*, A/HRC/22/53, 1 de fevereiro de 2013, par. 76; Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, *Leis e práticas discriminatórias e atos de violência cometidos contra pessoas por sua orientação sexual e identidade de gênero*, A/HRC/19/41, 17 de novembro de 2011, par. 56; ONU, Conselho de Direitos Humanos, *Relatório do Relator Especial sobre o direito de toda pessoa ao mais alto nível possível de saúde física e mental*, A/HRC/14/20, 27 de abril de 2010, par. 23; ONU, Conselho de Direitos Humanos, *Relatório do Relator Especial sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*, A/56/156, 3 de julho de 2001, par. 24.

10 Cf. Pan American Health Organization. “Cures” for an illness that does not exist. 2012, p.1.

11 Cf. Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *Violência Contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas*, OAS/Ser.L/V/II, Doc. 36/15 rev.1, 12 de novembro de 2015, par. 211.

12 “Sexual orientation change efforts”. Tradução livre: “tentativas de mudanças de orientação sexual”.

mudar a orientação sexual sejam bem-sucedidos, e entendeu ainda serem adequadas, para aqueles que buscam as práticas SOCE, intervenções terapêuticas afirmativas que envolvam aceitação, apoio e compreensão por parte do terapeuta, além da facilitação de um apoio social, e da exploração e desenvolvimento da identidade, sem que haja a imposição de uma orientação sexual específica.

É evidente que indivíduos homossexuais tendem a introjetar valores discriminatórios em uma sociedade preconceituosa, gerando sofrimento e possivelmente a percepção de não se estar em sintonia consigo mesmo, ou seja, egodistonia (SARMENTO 2018, p.30). De acordo com este entendimento, o Grupo de Trabalho sobre Classificação de Doenças Sexuais e Saúde Sexual apontou que já estava presente na décima revisão do CID uma cláusula, particularmente relevante para a revisão das categorias F66, sobre a exclusão do desvio social. É reconhecido que outros fatores além dos transtornos mentais, como questões socioambientais e normas culturais, podem resultar em comportamentos e queixas que venham a ser mal interpretados como sintomas de doenças, não devendo se incluir, portanto, o desvio social por si só, sem disfunção pessoal, nas categorizações psicopatológicas. Esses outros fatores podem levar a experiências psicológicas e comportamentos que não necessariamente configuram um distúrbio subjacente (COCHRAN, et al., 2014, p.674). Neste sentido, há fortes evidências de que existe, devido ao estigma social e psicológico em torno de minorias sexuais, um imenso estresse social associado às questões de orientação sexual, o qual pode inclusive ser considerado como o fator singular que caracteriza essas minorias enquanto grupo (American Psychological Association, 2009, p.15-17).

Para associar um rótulo de transtorno a uma condição social, é primordial que hajam utilidades clínicas demonstráveis, como a necessidade legítima de saúde mental, por exemplo, mas sem jamais corroborar para o estigma, a discriminação e a violência existentes. A evidente angústia que pessoas homo e bissexuais experienciam em nível mais elevado que heterossexuais tem sido fortemente associada a maiores experiências de rejeição social e discriminação. Sendo assim, como a angústia resulta da adversidade social, ela se encaixa na cláusula de exclusão social do CID. Do contrário, outras condições sociais severamente estigmatizadas que também podem levar ao sofrimento, como pobreza ou doenças físicas, também poderiam ser rotuladas de egodistônicas pelo fato de serem indesejadas (COCHRAN, et al., 2014, p.674-675).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a homossexualidade egodistônica foi removida dos principais sistemas internacionais de classificação de doenças, não faz mais sentido alegar a necessidade de intervenções terapêuticas exclusivamente voltadas para esses casos, especialmente as que envolvem tentativas de mudança de orientação sexual. Deve-se, pelo contrário, seguir as recomendações de órgãos internacionais e das principais organizações de saúde, que se posicionam a favor de práticas terapêuticas afirmativas que envolvam aceitação e apoio social.

Reitera-se também a necessidade e a legitimidade da Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, instrumento normativo que combate a discriminação e pugna por justiça e igualdade social, ao regular a atuação profissional de psicólogos no que tange à orientação sexual.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. (2009). Report of the American Psychological Association Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. Disponível em: <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2015). Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas. Organização dos Estados Americanos. OAS/ Ser.L/V/II.doc. 36/15 rev1. 12 nov 2015.

COCHRAN, S. D.; DRESCHER, J.; KISMÖDI, E.; GIAMI, A.; GARCÍA-MORENO, C.; ATALLA, E.; MARAIS, A.; VIEIRA, E. M.; REED, G. M. (2014). Proposed declassification of disease categories related to sexual orientation in the International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD-11). Bull World Health Organ. 2014, set., vol. 92(9), p.672-679.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (1999). Resolução Nº 01/99. Estabelece normas de atuação

para os psicólogos em relação à Orientação sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em 28 jul. 2019.

FRASER, Nancy (2007). Reconhecimento sem ética?. Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 101-138.

RIOS, Roger Raupp; RESADORI, Alice Hertzog; SILVA, Rodrigo da; VIDOR, Daniel Martins. Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: Dinâmica Institucional e Profissional em Perspectiva Jurídica. Psicologia: Ciência e Profissão Jan/Mar. 2017 v. 37(1), 159-175.

SARMENTO, Daniel (2018). PARECER - A constitucionalidade das resoluções do Conselho Federal de Psicologia que vedam a patologização de pessoas por conta de sua orientação sexual, expressão ou identidade de gênero: aspectos constitucionais e processuais. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Doc.-09-parecer-professor-Daniel-Sarmento.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

TEIXEIRA, Natália Beatriz Viana (2014). "Cura gay é o meu caralho!": a normalização da homossexualidade e a Resolução CFP 1/99. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6207>. Acesso em: 31 jul. 2019.

“THE YP +10”: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PRINCÍPIOS ADICIONAIS DE YOGYAKARTA PARA A SAÚDE GLOBAL DE PESSOAS DA COMUNIDADE LGBTQI

Fernanda Catharina Pires da Trindade¹³
Matheus dos Santos da Silveira¹⁴

RESUMO

A saúde é basilar para o desenvolvimento humano, entretanto, a comunidade LGBTQI é privada de acessar dignamente meios que possam ajudar ao desenvolvimento desta, por diversos fatores. Esse fenômeno pode ser analisado pela perspectiva queer que, tenta explicar como discursos como o das sexualidades podem estar transversalizados nas práticas de saúde, a nível global. Logo, o objetivo do presente estudo é o de analisar como os Princípios Adicionais de Yogyakarta (2017) contribuem para o desenvolvimento do campo da saúde global da comunidade LGBTQI. A metodologia se pautou na análise do documento em questão, tendo como resultado a constatação de que os Princípios Adicionais propõem diversos deveres aos Estados signatários, buscando aumentar a abrangência de suas proposições, caracterizando-se como mais um instrumento na luta pela garantia de direitos à comunidade LGBTQI. É possível concluir que, apesar do exposto, ainda é necessário o mapeamento da efetivação de tais proposições, assim como a integração do documento na fundamentação de políticas públicas, seja por Estados-Nação, seja pelos diversos formatos de Organizações. Bem como, outro ponto necessário de maior aprofundamento de discussões é relacionado à maior investigação quanto às especificidades das pessoas transgênero e intersexuais, visto que, ainda há muito a ser descoberto e discutido. A luta pela inclusão deve partir pela informação, dentro e fora da comunidade LGBTQI, tornando a agenda de demandas mais robusta e mais sensível à realidade vivida. Por fim, novos estudos voltados para mapear a efetividade dos Princípios Adicionais devem ser realizados, pois se configuram como uma importante ferramenta no campo da luta pelos direitos humanos das consideradas minorias sexuais e de gênero.

Palavras-chave: Direito à Saúde; Saúde Global; Comunidade LGBTQI; Princípios de Yogyakarta.

INTRODUÇÃO

A literatura na área dos direitos humanos aponta que a discriminação e o estigma são aspectos fundamentais para elevados índices de violência, baixos índices de acesso a serviços públicos, crescimento econômico e qualidade de vida para a comunidade LGBTQI (BIALER & MCINTOSH, 2016; BRISTOWE et al., 2018; FLORES & PARK, 2018). A necessidade da reunião de 16 especialistas em direitos humanos no âmbito internacional na cidade indonésia de Yogyakarta, em 2006, se deu pela emergência de discussões acerca da necessidade de que, instâncias estatais e não estatais, de abrangência regional e internacional, realizassem ações quanto ao respeito às sexualidades, aos gêneros e, sobretudo aos direitos humanos (LONG, 2008).

O documento gerado, intitulado Princípios de Yogyakarta, abarca diversos aspectos considerados basilares para a manutenção dos direitos humanos, a nível internacional, de pessoas com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero (THE YOGYAKARTA PRINCIPLES + 10, 2017), em conformidade com pontos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1998). Com o objetivo de ser uma referência para o desenvolvimento das bases legais internacionais de proteção às orientações sexuais e as identidades de gênero, uma década após a sua primeira divulgação, a necessidade de uma atualização se mostrou necessária, considerando novas demandas e novos obstáculos na proteção dos direitos humanos (THE WILLIAMS INSTITUTE, s/d).

Esse recorte foi feito a partir da premissa de que a saúde global é um domínio fundamental para o desenvolvimento humano em si. O estudo de determinantes para comunidade LGBTQI vem sendo, em especial desde o início do século XXI, objeto central em pesquisas de diversas áreas, perpassando interpretações que focam em aspectos físicos, psicossociais e ambientais (NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH, 2013, KATES, 2014, BIALER & MCINTOSH, 2016).

Aplicando o campo de estudos aos Princípios de Yogyakarta, o objetivo central do presente trabalho é o de analisar como os Princípios Adicionais do documento contribuem para o desenvolvimento do campo da saúde global da comunidade LGBTQI. Sendo feita uma análise dos princípios

13 Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: fernandaptrindade10@gmail.com

14 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: silveiramath49@gmail.com

adicionais, das obrigações estatais e das recomendações adicionais dispostas no documento e sua aplicabilidade para o desenvolvimento do campo da saúde da comunidade LGBTQI em escala global, à luz da perspectiva queer, explicada a seguir.

APROXIMAÇÕES DA PERSPECTIVA QUEER E DO CAMPO DA SAÚDE GLOBAL

A perspectiva queer pode conferir uma valiosa ajuda para compreender os obstáculos enfrentados pela comunidade LGBTQI no campo da saúde global, entretanto, é necessária uma breve síntese do que significa essa perspectiva. A denominação queer pode ser entendida tanto como uma perspectiva teórica como um movimento social, visto que essas facetas fazem parte de seu desenvolvimento (MISLOCKI, 2009). Ambas, no entanto, partem da crítica à ordem sexual hegemônica, advogando em favor das diversas outras formas de sexualidade, marginalizadas historicamente (MISLOCKI, 2009; ARGÜELLO, 2016).

Os fatos desencadeados com o surgimento e rápida disseminação da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), na década de 1980, é a mola propulsora para a estruturação e maior visibilidade do movimento queer (LOURO, 2015; ARGÜELLO, 2016), pois, a AIDS foi vista e disseminada como um “câncer gay”, provocando reações adversas e até punitivas para com a comunidade LGBTQI, como pontua Guacira Louro (2015).

Em contextos contemporâneos, as práticas discursivas de direitos humanos vêm sendo reforçadas enquanto estruturantes dos comportamentos e das ações, nos mais diversos níveis de complexidade. A busca pela efetivação de direitos humanos para a comunidade LGBTQI enfrenta uma série de dificuldades, sendo talvez a principal delas a do “Estado hetero” que, pode criar impasses para esta efetivação, pois isso seria conjunto a mudanças estruturais na identidade, na ordem a qual este está inserido (THIEL, 2014). O campo da saúde global, ainda não tendo a seriedade que deveria possuir conferida, se encontra atravessado por esses entraves (MCINNES & LEE, 2012). As práticas de saúde em nível global à comunidade LGBTQI perpassam tais preceitos e a construção de discursos normatizadores das relações, e logo, da vida dos indivíduos, vem sendo obstáculo para a plena efetivação de direitos acordados internacionalmente como fundamentais para o desenvolvimento humano, como o da saúde (ENSON, 2015).

OS PRINCÍPIOS ADICIONAIS

A abrangência dos Princípios de Yogyakarta (2006) ainda não era a esperada. Segmentos da comunidade LGBTQI, como os transexuais e os intersexuais receberam pouca visibilidade no documento oficial, não alcançando, dessa forma, a efetividade necessária a esse seguimento da comunidade LGBTQI. O documento suplementar The YP + 10 (2017) foi construído nesse contexto, na busca de sanar essa, assim como outras demandas.

O documento The Yogyakarta Principles + 10” foi criado em vistas a buscar aumentar a gama de direitos que devem ser conferidos aos membros da comunidade LGBTQI. Representantes de vinte países¹⁵, representando todos os continentes firmaram compromisso com os postulados do documento, assinando a declaração. Ele é disposto em três diferentes seções: princípios adicionais; obrigações estatais e recomendações adicionais. Um recorte destas seções foi realizado focando em quais podem estar relacionados à área da saúde, apresentados abaixo:

Princípio 32: Direito à Integridade Corporal e Mental

- Autonomia, autodeterminação, a necessidade de consentimento para com procedimentos que possam ser invasivos e irreversíveis em relação às características sexuais;
- Foco nos direitos sexuais infantis, as tomando como sujeitos com direitos e deveres, ativos no processo de tomada de suas decisões.
- Princípio 35: Direito à Saneamento
- Todos os indivíduos devem ter o direito ao acesso a saneamento e higiene equitativo, adequado e seguro com dignidade humana, sem discriminação com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais;
- Obrigações Estatais Adicionais ao Princípio 2: Direito à Equidade e Não Discriminação
- Garantir que o estado de HIV não será utilizado como justificativa para isolar, marginalizar ou excluir pessoas com orientações sexuais, identidades de gênero, expres

15 África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Botsuana, Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Hungria, Índia, Indonésia, Letônia, Lituânia, Nepal, Quênia, Reino Unido, Suécia, Tailândia, Uganda e Zimb.

sões de gênero e características sexuais distintas, ou de impedi-las de acessar serviços públicos, como os de saúde;

- Garantir que todos possam participar de atividades esportivas sem discriminação quanto às orientações sexuais, identidades de gênero, expressões de gênero e características sexuais;
- Combater a prática da seleção pré-natal com base nas características sexuais, incluindo abordando as causas profundas da discriminação contra pessoas no com base no sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, e realizando atividades de conscientização sobre os danos impacto da seleção pré-natal por esses motivos;
- Tomar medidas para abordar atitudes e práticas discriminatórias com base de sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, relacionadas com a aplicação de tratamentos pré-natais e tecnologias de modificação.
- Obrigações Estatais Adicionais ao Princípio 9: Direito a Tratamentos com Humanidade em Situação de Detenção.

Adotar e implementar políticas de combate à violência, discriminação e outros danos por motivos de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou sexo características enfrentadas por pessoas privadas de liberdade, (...), iten para expressar sexo, acesso e continuação do tratamento de afirmação de gênero e assistência médica, e práticas de confinamento solitário “protetor”.

- Obrigações Estatais Adicionais ao Princípio 10: Direito à Liberdade de Tratamentos Tortuosos, Cruéis, Desumanos e Degradantes ou Punições
 - Reconhecer que a modificação forçada, coerciva e involuntária de características sexuais de uma pessoa pode equivaler à tortura, ou a outras formas cruéis, desumanas ou degradantes de tratamento;
 - Proibir qualquer prática e revogar quaisquer leis e políticas, permitindo intrusões e tratamentos irreversíveis com base na orientação sexual, identidade de gênero, gênero expressão ou características sexuais, incluindo cirurgia forçada de normalização genital, esterilização involuntária, experimentação antiética, exposição médica, “terapias reparativas de ‘conversão’”, quando aplicadas ou administradas sem o uso gratuito, prévio, e consentimento informado da pessoa em questão.
 - Obrigações Estatais Adicionais ao Princípio 17: Direito ao Maior Padrão de Saúde Atingível
 - Proteger todas as pessoas contra a discriminação, violência e outros danos com base em orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais em serviços de saúde;
 - Garantir o acesso ao mais alto padrão atingível de cuidado em saúde à luz do respeito aos gêneros, com base no consentimento livre, prévio e informado de um indivíduo;
 - Assegurar que cuidado em saúde à luz do respeito aos gêneros seja fornecida pelo sistema público de saúde ou, se tal não for previsto, que os custos são cobertos ou reembolsáveis às organizações de seguro de saúde;
 - Tomar todas as medidas necessárias para eliminar todas as formas de violência sexual e reprodutiva com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, incluindo casamento forçado, estupro e gravidez forçada;
 - Garantir o acesso, sem discriminação por motivos de orientação sexual, gênero identidade, expressão de gênero, ou características sexuais, a profilaxia pré e pós-exposição (PrEP e PEP, respectivamente);
 - Garantir o acesso a uma série de contraceptivos seguros, acessíveis e eficazes, incluindo contracepção de emergência, e à informação e educação sobre planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva, sem discriminação baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais;
 - Tomar todas as medidas legislativas e outras necessárias para garantir o acesso a postos de qualidade para cuidados com o aborto, e remover quaisquer barreiras que possam dificultar o acesso oportuno a e serviços de aborto de qualidade, sem discriminação baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais;
 - Evitar a revelação do estado de HIV, bem como informações pessoais e médicas relacionadas à orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais, como o tratamento de afirmação de gênero, sem o uso gratuito, prévio e consentimento informado da pessoa;
 - Assegurar que as disposições legais, regulamentos ou outras medidas administrativas a doação de sangue, gametas, embriões, órgãos, células ou outros tecidos não discriminem com base na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais;
 - Garantir a inclusão de material afirmativo sobre aspectos sexuais, biológicos, físicos e diversidade psicológica e os direitos humanos de pessoas de diversas orientações sexuais, Identidades de gênero, expressões de gênero e características sexuais nos currículos médicos e continuando programas de desenvolvimento profissional.
- Recomendações Adicionais:
- As instituições nacionais de direitos humanos garantirão que em seus programas e atividades ações sobre questões de direitos humanos relacionados à orientação sexual, identidade de gênero, características sexuais, incorporando essas questões em todas as suas funções (...);
 - As organizações esportivas, (...) bem como todas as normas e padrões relevantes de direitos humanos, em suas políticas e práticas, em especial tomem medidas para criar espaços acolhedores para a participação no esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo não possuía o objetivo de sintetizar todas as discussões relacionadas ao tema, e sim de contribuir para esta, apresentando como os Princípios podem ser aplicados para o desenvolvimento da saúde global. No entanto, documentos podem ser efetivos, assim como podem ser apenas discursos reproduzidos sem aplicabilidade real.

Quanto aos Princípios de Yogyakarta, espera-se que o que foi proposto e ratificado por representantes de vinte países sejam traduzidos em políticas e ações voltadas para a melhoria do atual estado da saúde da comunidade LGBTQI, em escala global. É necessário, ademais, continuar a levar em consideração as diferenças existentes entre os segmentos da comunidade, de forma a não construir discursos homogêneos, que acabem normatizando a comunidade como um grupo, com apenas uma pauta de demandas.

REFERÊNCIAS

ARGÜELLO, T. M. Fetishizing the health sciences: queer theory as an intervention. *Journal of Gay and Lesbian Social Services*. v. 28, n. 3, 2016, p. 231-244. <http://dx.doi.org/10.1080/10538720.2016.1191407>. Acesso em 10 jun. 2018.

BIALER, P. A.; MCINTOSH, C. A.. Discrimination and LGBT mental health. *Journal Of Gay & Lesbian Mental Health*, [s.l.], v. 21, n. 4, 2016, p. 275-276. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/19359705.2017.1356138>. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRISTOWE, K. et al. Recommendations to reduce inequalities for LGBT people facing advanced illness: ACCESSCare national qualitative interview study. *Palliative Medicine*, [s.l.], v. 32, n.1,p.23-35, 2017.<http://dx.doi.org/10.1177/0269216317705102>.

ENSON, S. Causes and consequences of heteronormativity in health care and education. *British Journal of School Nursing*, 10, p. 73–78. doi: 10.12968/bjsn.2015.10.2.73. Acesso em 12 jun. 2018.

KATES, J. The U.S. Government and Global LGBT: Health, Opportunities and Challenges in the Current Area. The Henry J. Kaiser Foundation. 2014, p. 1-29. Disponível em: < <https://kaiserfamilyfoundation.files.wordpress.com/2014/04/8587-the-u-s-government-and-global-lgbt-health.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2018.

LONG, S. Two Novembers- Movements, Rights and the Yogyakarta Principles. Disponível em <https://www.hrw.org/legacy/wr2k8/yogyakarta/yogyakarta.pdf>. Acesso em 25 mai. 2018.

NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH. Consideration of the Institute of Medicine (IOM) Report of the Health of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBT) Individuals. 2013. Disponível em:https://report.nih.gov/UploadDocs/LGBT%20Health%20Report_FINAL_2013-01-03-508%20compliant.pdf>. Acesso em 03 jun. 2018.

SEDGWICK, E. K. Epistemology of the Closet. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.

STONEWALL CYMRU. Lesbian, Gay and Bisexual (LGB) People in Sport: Understanding LGB Sports participation in Wales. *Sport Wales*, 2012, 53 p. Disponível em:https://www.stonewall.org.uk/sites/default/files/LGB_people_in_sport.pdf. Acesso em 12 jun. 2018.

THE WILLIAMS INSTITUTE. Proposed Revisions to the Yogyakarta Principles. Disponível em: < <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/experts/andrew-park/proposed-revisions-yogyakarta-principles/>>. Acesso em 03 jun. 2018.

THIEL, M. LGBTQ Politics and International Relations: Here? Queer? Used to It?. *International Politics Reviews*, v. 2, n. 2, 2014, p. 51-60.

YOGYAKARTA PRINCIPLES IN ACTION. Princípios de Yogyakarta. Princípios sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Geneva, 2007. Disponível em:<http://www.yogyakartaprinciples.org/wp/wp-content/uploads/2016/08/principles_sp.pdf>. Acesso em 26 ago. 2017.

_. The Yogyakarta Principles plus 10. Additional Principles and State Obligations on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation, Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics to Complement the Yogyakarta Principles. Geneva, 2017. Disponível em:<https://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf>. Acesso em 09 mai. 2018.

A REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL COMO VIA ESTRATÉGICA DE ATUAÇÃO PARA AS MOBILIZAÇÕES BRASILEIRAS EM PROL DOS DIREITOS LGBTI

João Paulo Ribeiro Rodrigues¹⁶

RESUMO

Cada vez mais o âmbito internacional tem sido instrumentalizado como arena para os confrontos políticos de diversas pautas, especialmente devido à ineficiência dos Estados em responderem as demandas dos diferentes grupos sociais. A Organização das Nações Unidas (ONU), após seu alinhamento ao bem-estar do indivíduo no pós-Guerra Fria, tem oferecido maiores oportunidades para a mobilização de organizações em prol dos direitos humanos. De modo estrito, as Organizações Não Governamentais (ONG) LGBTI tem se engajado nos fóruns da ONU nas últimas décadas para trazer maior visibilidade a sua pauta de direitos e pressionar os governos para uma mudança de comportamento sobre a temática. Com a extinção da Comissão de Direitos Humanos e a criação do Conselho de Direitos Humanos (CDH), a Revisão Periódica Universal (RPU) foi instituída para a revisão da situação dos direitos humanos de todos os Estados periodicamente. Em seu terceiro ciclo, o mecanismo tem se apresentado como importante oportunidade para mobilização das organizações LGBTI. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva compreender a Revisão Periódica Universal como via institucional estratégica para a articulação internacional dos movimentos e organizações LGBTI brasileiros, especialmente no atual contexto político de erosão dos canais de diálogo com o Estado e uma conjuntura política cada vez mais repressora e desfavorável para essa pauta de direitos. Para tanto, utilizar-se-á como metodologia de revisão bibliográfica e relatórios produzidos por ONGs. Após um panorama com base nos dados sobre a participação brasileira sob revisão em matéria de direitos LGBTI, é possível concluir que a RPU ainda está pouco presente nas estratégias das organizações domésticas, com potencialidade para integrar a articulação internacional das mesmas.

Palavras-chave: Diretos LGBTI. Brasil. Revisão Periódica Universal.

INTRODUÇÃO

As reivindicações por direitos são historicamente tensionadas. Esses processos de mobilização configuram um confronto político, uma vez que consistem na coordenação de ações para influenciar politicamente outros atores, especialmente governos, em prol de demandas e objetivos compartilhados (TILLY; TARROW, 2015). Contudo, é comum que o contexto nacional não ofereça oportunidades para que se avancem os diálogos e que conquistas sejam alcançadas. Pensando nesse cenário, diferentes movimentos sociais se engajaram em alçar suas mobilizações aos espaços e fóruns internacionais. Keck e Sikkink (1998) refletem essa estratégia no modelo do Efeito Bumerangue, o qual parte de um contexto em que o governo é repressivo ou falha em oferecer respostas às reivindicações dos atores. Dessa forma, o nível internacional surge como uma oportunidade para que as manifestações ganhem ressonância e, com o apoio de atores externos (Estados, Organizações Não Governamentais, Organizações Internacionais, etc.), consigam realizar pressão de fora para dentro, o que pode configurar na mudança de comportamento do governo no âmbito nacional.

Os movimentos LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos) tiveram seu processo de internacionalização no início da década de 1970, especialmente após a Revolta de Stonewall (1969), que consistiu na resistência a uma batida policial realizada no bar Stonewall In de Nova Iorque comumente frequentado por pessoas LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009). O confronto, que completou 50 anos este ano, perdurou dias e tornou-se um símbolo de resistência mundial na luta da comunidade LGBTI.

De modo específico, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), as mobilizações de Organizações Não Governamentais (ONG) LGBTI passaram a se fazer mais presentes a partir da década de 1990. Nesse período, a ONU descentralizou o discurso da segurança para abarcar também o bem-estar do indivíduo, assim, oferecendo maiores oportunidades para participação da sociedade civil e a abertura para novas agendas de discussões. Também, ao final do século XXI, as organizações passaram a reivindicar os direitos LGBTI à linguagem dos direitos humanos, visto que esta tinha maior reconhecimento entre os Estados (HOLZHACKER, 2014). Dentre os alvos das mobilizações, com destaque à atuação dos grupos feministas, se encontrava a participação e discussão no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, que foi um órgão intergovernamental que objetivou promover e proteger os direitos humanos no sistema internacional. Apesar dos poucos avanços em

¹⁶ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista CAPES. Email: joaopaulorodrigues@gmail.com

matéria de direitos LGBTI, durante a existência da Comissão, pode-se sinalizar a iniciativa brasileira de propor uma resolução sobre os direitos humanos e orientação sexual em 2003. Contudo, por falta de articulação e forte oposição de países da Organização para Cooperação Islâmica (OCI) e Santa Sé, a discussão da resolução foi postergada até ser retirada de pauta. Também houve a declaração conjunta apresentada pela Nova Zelândia e apoiada por 32 países, em 2005, que convocou os Estados-membros para que se comprometessem a investigar e julgar os casos de violação com base na orientação sexual e reconhecessem esse motivo no princípio de não-discriminação (SWIEBEL, 2009).

Após diversas críticas sobre a politização e seletividade no trabalho da Comissão, em 2006, houve a substituição do órgão pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH), que manteve o objetivo de promoção e proteção dos direitos humanos com o caráter intergovernamental. O novo órgão passou a ser subsidiário da Assembleia Geral e a se reunir em três sessões regulares anuais. Manteram-se os Relatores Especiais, que são constituídos por especialistas na área que investigam e realizam relatórios sobre temas dos direitos humanos, como tortura e violência contra mulher, ou a situação de países específicos. Também a quantidade de membros foi diminuída de 53 para 47 Estados (SILVA, 2013).

A principal inovação que o CDH trouxe foi a criação do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU), que prevê a revisão da situação dos direitos humanos dos 193 Estados que fazem parte da ONU pelos seus pares, em média, a cada quatro anos e meio¹⁷. Dessa maneira, os Estados realizam recomendações ao Estado sob revisão, que precisa posteriormente responder sua posição sobre cada recomendação, sinalizando se a aceita (accept) ou não (note). Esse mecanismo teve início em 2008 e atualmente se encontra em seu terceiro ciclo. Devido à possibilidade de abordagem de diferentes temas e a submissão de informações por parte das ONGs, a RPU tem se apresentado como um importante espaço estratégico para a mobilização da sociedade civil (SILVA, 2013).

Atento a isso, o presente trabalho objetiva compreender a Revisão Periódica Universal como via institucional estratégica para a articulação internacional dos movimentos e organizações LGBTI brasileiros, especialmente no atual contexto político de erosão dos canais de diálogo com o Estado e uma conjuntura política cada vez mais repressora e desfavorável para essa pauta de direitos. Para tanto, utilizar-se-á de revisão bibliográfica sobre o mecanismo e a temática e relatórios produzidos por ONGs. Na primeira seção, será apresentado o processo de funcionamento da Revisão Periódica e a possibilidade de participação da sociedade civil. A segunda seção oferecerá um panorama das questões de orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais (OSIGCS) nos dois primeiros ciclos do mecanismo e, de modo específico, será observada a participação do Brasil em relação à pauta. Nas considerações finais, perspectivas e observações serão tecidas sobre a participação das organizações LGBTI na RPU.

REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Revisão Periódica Universal tem se apresentado como um importante mecanismo para o ativismo de redes transnacionais sobre diferentes pautas de direitos humanos. Sua criação foi objetivada para enfrentar as críticas de politização e seletividade nos trabalhos da extinta Comissão, assim, possuindo um caráter universal e periódico, uma vez que todos os Estados-membros terão a sua situação de direitos humanos revisada em ciclos periódicos, com duração média de 4,5 anos (SILVA, 2013). Em reflexão ao desconhecimento de parte da sociedade civil sobre o mecanismo e como ele pode integrar às estratégias domésticas, torna-se relevante a apresentação dos seus procedimentos e como as organizações podem articular a promoção de suas pautas.

A RPU pode ser dividida em três principais estágios: (i) a preparação para o momento da revisão, com o período de consulta nacional e preparação dos relatórios a serem apresentados durante a revisão; (ii) período de revisão da situação dos direitos humanos e a adoção do relatório com as recomendações e o posicionamento do Estado sob revisão; (iii) implementação das recomendações e apresentação de relatório de meio-termo (mid-term) sobre os avanços alcançados pelo Estado (ARC; IBAHRI; ILGA, 2016).

No primeiro estágio, em média um ano antes do Grupo de Trabalho para revisão, os Estados

¹⁷ O primeiro ciclo durou quatro anos, o segundo, quatro anos e meio e o atual ciclo tem previsão de duração de cinco anos.

realizam uma consulta nacional com participação de organizações e grupos da sociedade civil. Também nesse período, de seis a oito meses antes, ONGs e Instituições Nacionais de Direitos Humanos submetem relatórios com informações sobre o país¹⁸, o seu processo de implementação e possíveis recomendações. Essas informações são sumarizadas pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas (ACNUDH) em um único relatório, que será apresentado junto ao relatório nacional, produzido pelo próprio Estado, e ao relatório da ONU, com informações produzidas pelas agências da organização. Os três documentos são compartilhados com os Estados revisores, que os utilizarão como base para os questionamentos e recomendações a serem apresentados no Grupo de Trabalho (ARC; IBAHRI; ILGA, 2016).

O segundo estágio consiste no Grupo Trabalho, no qual o Estado sob revisão apresentará o seu relatório e responderá as perguntas enviadas com antecedência pelos Estados revisores. Estes também terão a oportunidade de realizar outras perguntas ou recomendações durante o diálogo interativo. Nesse momento, as ONGs podem atender à sessão, mas sem a possibilidade de apresentação de declarações. Ao final da sessão, um projeto de relatório final é produzido sumarizando as recomendações e as intervenções presentes no diálogo. Meses depois, em uma curta reunião, o documento é apresentado e adotado, com a possibilidade de intervenção do Estado sob revisão, os Estados revisores e as ONGs. O terceiro estágio corresponde ao intervalo entre as sessões de revisão, assim, os Estados podem implementar as recomendações recebidas e, em um período de dois anos, são encorajados a apresentar um relatório de meio-termo com atualizações sobre os avanços (ARC; IBAHRI; ILGA, 2016).

Como mencionado, as ONGs podem articular a participação na consulta nacional, na submissão de informações a serem sumarizadas em relatório e na intervenção na sessão de adoção do relatório final do Grupo de Trabalho. Para além dessas oportunidades, as organizações também podem se mobilizar para pressionar previamente (dois a três meses antes) Estados revisores que têm histórico favorável para que eles apresentem recomendações e questionamentos sobre a pauta LGBTI. Nesse momento, informações e indicações de recomendações podem ser compartilhadas com as delegações. Também, após o Grupo de Trabalho, a sociedade civil pode pressionar o Estado sob revisão para que aceite as recomendações recebidas. E, durante o período de implementação, principal estágio, monitorar e produzir relatórios sobre a situação dos direitos humanos, aumentar a conscientização sobre o tema e auxiliar e pressionar para que o Estado cumpra com os acordos firmados internacionalmente durante o mecanismo (ARC; IBAHRI; ILGA, 2016).

A PAUTA DOS DIREITOS LGBTI NO MECANISMO: A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO

A inserção da pauta dos direitos LGBTI na Revisão Periódica Universal tem crescido ao longo dos ciclos, ao passo que os Estados criam experiência em atuação, as ONGs aumentam o conhecimento processual sobre o mecanismo. De acordo com o relatório produzido pela ARC Internacional, International Bar Association's Human Rights Institute (IBAHRI) e International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA) (2016, p. 17), "From a civil society perspective, the UPR has been a crucial platform to make visible a wide array of human rights violations against LGBTI persons worldwide and to hold states to account".

Segundo a base de dados da UPR Info¹⁹, foram realizadas 21355 recomendações no primeiro ciclo da RPU, das quais 502 foram sobre orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais (OSIGCS)²⁰, ou seja, 2,35% do total. No ciclo seguinte, houve aumento no número de recomendações, sendo 36331, no total, e 958 específicas sobre OSIGCS, que referem-se a 2,63%. Quanto à porcentagem de recomendações aceitas sobre OSIGCS, não houve grande alteração, sendo 36,25%, no primeiro ciclo, e 36,11%, no segundo, o que correspondem a um nível baixo quando relacionado ao valor geral de aceitação de 75,11% nos dois primeiros ciclos. Contudo, mesmo quando o Estado sob revisão decide apenas notar (note) a recomendação, a sociedade civil ainda

¹⁸ Importante mencionar que as informações podem ser submetidas por ONGs individualmente ou em conjunto, sem necessidade de status consultivo do ECOSOC, sendo que os documentos de coalizações têm menor limitação de tamanho.

¹⁹ A UPR Info é uma ONG que sistematiza todos os dados produzidos durante o mecanismo. Para saber mais, acessar: www.upr-info.org.

²⁰ No sistema da UPR Info, encontra-se a categoria "orientação sexual e identidade de gênero", mas que também engloba recomendações sobre características sexuais.

pode utilizá-las como base para fomentar o ativismo, uma vez que a RPU pode ser um dos poucos espaços de diálogo entre o Estado e as ONGs sobre a pauta LGBTI (UPR INFO, 2019).

Focalizando o Brasil no mecanismo, pode-se perceber um aumento no número de recomendações recebidas tanto no total quanto específicas sobre OSIGCS nos três momentos que ele esteve sob revisão (2008, 2012 e 2017), como apresenta o quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Número de recomendações recebidas pelo Brasil na Revisão Periódica Universal
Fonte: Elaborado pelo autor com os dados extraídos da base de dados da UPR Info (2019).

Total de Recomendações		Recomendações Específicas		
Ciclo	Quantidade	Ciclo	Quantidade	% do total
1º	15	1º	0	0,0%
2º	170	2º	2	1,17%
3º	258	3º	13	2,03%
Total	443	Total	15	3,38%

Do total de 15 recomendações específicas recebidas, as normas empreendidas se relacionaram ao reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo (1); à criação de legislação e políticas para proibição e prevenção da discriminação contra pessoas LGBTI (11); ao desenvolvimento de políticas para fortalecimento dos direitos da população LGBTI (1); à atenção às condições enfrentadas por prisioneiros LGBTI (1); e à promoção de políticas que eliminem as desigualdades no acesso ao trabalho (1). Em resposta, o governo brasileiro aceitou todas as recomendações. Vale salientar que em relação às normas mobilizadas, o Brasil obteve recentes avanços, como o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da identidade de gênero, a criminalização da LGBTfobia e a adoção de legislações municipais que proíbem a LGBTfobia em espaços administrativos (UPR INFO, 2019).

Entretanto, como todo confronto político, existem alinhamentos políticos opostos. De modo específico na participação brasileira na RPU, podem ser destacadas as recomendações da Santa Sé e Arábia Saudita, nos 2º e 3º ciclos, sobre a proteção e fortalecimento da “família natural” e casamento, formados por uma mulher e um homem, como unidade fundamental de uma sociedade. Desse modo, esse alinhamento objetiva empreender a construção de família heteronormativa, o que restringe o reconhecimento de outras formações familiares, como as homoafetivas. Em resposta, o Brasil aceitou duas das três recomendações, sendo que em uma delas ele expressou aceite parcial, notificando que o país reconhece outros arranjos de família que também possuem proteção (UPR INFO, 2019).

Mesmo notando-se um aumento no número absoluto de recomendações específicas recebidas pelo Brasil, ainda assim apresenta-se como uma baixa quantidade, o que pode ser lido em dois sentidos: primeiro, o protagonismo histórico do governo brasileiro na ONU para a promoção de resoluções e declarações sobre direitos humanos e OSIG; segundo, como uma potencialidade da RPU em ser instrumentalizada como via estratégica institucional pelas organizações LGBTI brasileiras. Segundo a ARC, IBAHRI e ILGA (2016), a RPU precisa ser integrada como uma estratégia de longo prazo na atuação doméstica da sociedade civil. Nesse sentido, organizações, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), começaram a submeter informações para os relatórios que integram as revisões do Brasil. Essa é uma ação que pode ser realizada diretamente do Brasil, pois o documento é submetido diretamente no site do ACNUDH. Também, a partir do 2º ciclo da RPU, ONGs internacionais, como a ILGA, passaram a oferecer suporte (até mesmo financeiro) para possibilitar a maior participação de organizações domésticas, à distância e presencialmente (ARC; IBAHRI; ILGA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fóruns internacionais comumente surgem como alternativa para as ações coletivas domésticas, especialmente quando os governos tornam-se repressivos ou falham em corresponder as demandas dos grupos sociais. As mobilizações por direitos LGBTI se inserem nesse contexto, uma vez que enfrentam historicamente resistência e violações em todas as regiões do mundo. E, como anteriormente apresentado, a Revisão Periódica Universal, fruto do desenvolvimento institucional do Conselho de Direitos Humanos da ONU, tem se apresentado como uma oportunidade estrutural para as articulações das redes em prol dos direitos da população LGBTI.

Refletindo, de modo específico, a conjuntura política brasileira, após as eleições de 2018 e a atuação do presidente Jair Bolsonaro, tem se construído cada vez mais desfavorável para os avanços dos direitos humanos da população LGBTI. Fortalecendo essa afirmação, podem-se pontuar os recentes posicionamentos da delegação brasileira na ONU contrários às discussões de gênero e favoráveis aos alinhamentos pró-família heteronormativa em detrimento de outras formações, o que interrompe um histórico diplomático de liderança em pauta de direitos LGBTI.

Nesse sentido, a partir do panorama formulado com base nos dados da participação do Brasil sob revisão em matéria de orientação sexual, identidade de gênero e características sexuais na RPU, é possível compreender tal mecanismo ainda pouco presente nas estratégias de mobilização das organizações LGBTI brasileiras. Dessa forma, tendo potencialidade de articulação como via institucional para diálogo e pressão em momentos que o governo permanecer com posicionamento político contrário à pauta, especialmente porque a RPU, diferentemente do CDH, tem a capacidade de oferecer visibilidade a discussões questionadas como sensíveis em outros fóruns intergovernamentais.

A próxima participação brasileira como Estado sob revisão ocorrerá no 4º ciclo da RPU, em maio de 2022, mas o primeiro estágio do processo começará ao final de 2020, com a fase de consulta nacional e desenvolvimento dos documentos com informações por parte das ONGs. Se fará importante delinear, para além dos dados apresentados, quais normas e recomendações integrarão à mobilização, uma vez que houve adoção das principais pautas internacionais, como reconhecimento legal da identidade de gênero e casamento homoafetivo e a criminalização da LGBTfobia. De todo modo, nesse intervalo, também é possível a articulação de pressão sobre o governo para que ele mantenha o seu posicionamento internacional sobre a pauta dos LGBTI quando estiver como Estado revisor nos Grupos de Trabalho de outros Estados.

REFERÊNCIAS

ARC (ARC Internacional); IBAHRI (International Bar Association's Human Rights Institute); ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association) (2016). Sexual Orientation, Gender Identity and Expression and Sex Characteristics at the Universal Periodic Review.

HOLZHACKER, Ronald (2014). "Gay Rights Are Human Rights": The Framing Of New Interpretations Of International Human Rights Norms. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11370/56f6ca00-8d6b-420a-8ce-5-b74138ecf446>>. Acesso em 20 jan 2019.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn (1998). *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press.

SILVA, Marisa Viegas. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: seis anos depois. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 10, n. 18, p.103-119, 2013. <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r32490.pdf>

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha sonora do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SWIEBEL, Joke. Lesbian, gay, bisexual and transgender human rights: the search for an international strategy. *Contemporary Politics*, v. 15, n. 1, March 2009, 19-35 p. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13569770802674196>. Acessado em 21 de agosto de 2019.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2ª edição. 2015.

UPR INFO (2019). Database of Recommendations. Disponível em: <<https://www.upr-info.org/database/>>. Acessado em 10 de setembro de 2019.

CIDADE PARA QUEM? O CENTRO DE FLORIANÓPOLIS E A POPULAÇÃO LGBTI+

Cristina Besen Müller²¹

RESUMO

A cidade é um espaço de encontros, conflitos e política. Sendo assim, é ocupada por populações diferentes. O planejamento urbano deveria atender à pluralidade social que representa. Entretanto, a cidade é projetada para um sujeito-tipo padronizado que se personifica no homem, branco, heterossexual e cisgênero. Esta forma de planejamento desconsidera a diversidade: a cidade atual continua sendo majoritariamente ocupada por aqueles que gozam de privilégios de renda, etnia, raça, gênero e sexualidade. A exclusão social urbana gera disputas entre os diversos grupos de indivíduos. A partir deste conflito caracteriza-se o direito à cidade, que pode ser definido como um direito coletivo ao uso equitativo do espaço urbano, seguindo os conceitos da democracia, da equidade, da sustentabilidade e da justiça social. Neste contexto, a ocupação urbana pelos LGBTI+ é uma pauta essencial para formar cidades inclusivas. Florianópolis é divulgada tanto por governos locais quanto por empresários como LGBTI+friendly. Entretanto, esta imagem, formada para fins turísticos, contrasta com a realidade. A população LGBTI+ residente enfrenta sérios casos de violência LGBTI+fóbica e não recebe o amparo necessário. Assim, a partir de revisão bibliográfica, mapeamentos coletivos, entrevistas e análises dos resultados, busco compreender o direito à cidade no centro de Florianópolis sob a ótica LGBTI+. Em Florianópolis, LGBTI+ não têm acesso pleno à vida urbana. Alguns dos empecilhos enfrentados por LGBTI+ na cidade são planos de ação que visam predominantemente o turismo e não trazem melhorias significativas aos LGBTI+ florianopolitanos; violência LGBTI+fóbica e falta de suporte governamental à grupos de apoio e ONGs. São necessárias ações efetivas em prol dos LGBTI+, com apoio governamental pleno e garantia de segurança pública para que se cumpra o direito à cidade desse grupo em Florianópolis.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Florianópolis. LGBTI+. Espaço Público. Ocupação Urbana.

INTRODUÇÃO

Por mais que o discurso vigente afirme que espaços públicos são de todos, a cidade é projetada e ocupada por um sujeito-padrão. Isso faz com que o meio urbano represente um ambiente hostil às minorias, sejam negros, mulheres, LGBTI+. Assim, ao considerarmos a ocupação dos espaços públicos, vemos que a cidade é palco para conflitos entre grupos distintos, dentre os quais nós, LGBTI+.

Ao analisar Florianópolis, vemos que o panorama é semelhante. A Ilha da Magia é propagandeada como um ambiente espetacular para o turismo, com diversas atrações LGBTI+friendly. Entretanto, esta imagem contrasta com a realidade, onde LGBTI+ sofrem com violência e desamparo governamental.

Nesse contexto, sigo o enfoque do direito à cidade para estudar a construção do espaço, as dinâmicas urbanas, a segregação e a integração de nós, LGBTI+, ao centro de Florianópolis. A metodologia deste estudo consiste em: revisão bibliográfica, mapeamentos, entrevistas e análises de resultados. Por vezes, combino estes métodos, para que se compreenda mais plenamente o produto final.

CONCEITUAÇÕES

Para entendermos o direito à cidade, primeiro devemos analisar a formação da cidade em si. Por isso, neste trecho busco conceituar, a cidade, o sujeito-tipo do planejamento, o direito à cidade e a população LGBTI+ dentro desses direitos.

Raquel Rolnik (1995) define a cidade sob diversos aspectos: é um pólo de atração populacional, por oferecer serviços e comodidades; um espaço de trocas, sejam elas monetárias ou sociais; um a espaço político, que organiza a vida pública em sociedade; uma escrita, em que o espaço conta sua própria história. Assim, as cidades são espaços ricos em interações sociais. Já Henri Lefebvre (1991, p. 15) aponta que “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive o confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”. Entende-se que a cidade é ocupada por distintas populações.

Assim, somos erroneamente levados a crer que o planejamento urbano é realizado levando em conta a diversidade social. Na verdade, a partir da industrialização e da urbanização, a cidade passa

21 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: crisbmuller@gmail.com

a ser projetada para atender a um sujeito-tipo, caracterizado no trecho a seguir:

“Em grande parte, a cidade é planejada para um homem [...] de média idade, em plenas condições físicas, com um trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro privado e com uma esposa que o aguarda em casa com tudo feito e preparado. [...] Assim, fica claro para quem a cidade e o território são projetados.” (MONTANER, MUXI, 2014, p. 207-208)

Ainda que a Carta Mundial Pelo Direito à Cidade (2006) pleiteie que todos tenham acesso a uma cidade livre de discriminação, esta é majoritariamente ocupada por quem goza de privilégios derivados de padrões sociais de renda, etnia, raça, gênero e sexualidade. Silva e Santos (2015, p. 510-511) afirmam que no próprio Estado “Naturaliza-se a violação dos direitos humanos em ambientes que deveriam proteger os indivíduos contra todas as formas de violência e violação de direitos”. Assim, conflitos urbanos eclodem quando sujeitos fora do padrão, exigem que se cumpram seus direitos. Aqui, trato em especial do direito à cidade. Pode ser definido como:

“o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos (...) Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes.” (Carta Mundial Pelo Direito à Cidade, 2006, p. 02-03)

Sabe-se que o direito à cidade não é plenamente desfrutado por nós, LGBTI+. Estamos em posição de fragilidade social, ao sermos impedidos de ocupar as ruas devido à heteronormatividade e à LGBTI+fobia. Segundo Marley,

“Historicamente, ao sair da esfera privada para tomar as ruas e avenidas, portanto, existir na esfera pública, participar da vida na cidade em suas produções, culturas e potencialidades, a população LGBT vivenciou (e têm vivenciado) um percurso que passa por múltiplas formas de discriminações” (MARLEY, 2017, p.35)

Como podemos, então, garantir que esta população se integre de forma equitativa na cidade? Segundo Silva e Santos,

“Ocupar a cidade como espaço público e acessá-la em sua totalidade significa a ultrapassagem de um ato meramente pessoal/individual para um processo político, coletivo e de resistência às formas discriminatórias e ao complexo universo da desigualdade social, que produz e legitima lugares para determinados indivíduos(...)” (SILVA; SANTOS, 2015, p. 507)

Neste âmbito, o direito à cidade entra como uma luta fundamental das populações LGBTI+. Afinal,

“O direito à cidade é, por essência, uma bandeira contrária a qualquer forma de discriminação.(...) é somente com o engajamento de lésbicas, gays, travestis e trans, articuladas e solidárias com as pautas feministas e antirracistas, que conseguiremos lutar por cidades realmente plurais e acolhedoras.” (FROTA, 2017, p. 111)

Devemos, assim, ocupar o espaço público e entender que o direito à cidade é essencial à integração urbana de minorias. Tendo conceituado os temas tangentes ao direito à cidade e aos LGBTI+, prosseguimos ao estudo de caso: Florianópolis.

FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, em 2010, possuía população total de 421 mil habitantes (IBGE, 2010). Destes, 0,11% viviam em lares declaradamente homossexuais (IBGE, 2010). Apesar da baixa porcentagem, isso torna Florianópolis a cidade no Brasil com maior concentração de LGBTI+ assumidos proporcionalmente à sua população.

Por suas praias e sua natureza exuberante, a Ilha da Magia é altamente explorada pela indústria do turismo. Nesse contexto, o público LGBTI+ é um mercado desejável, já buscamos atividades sociais que se aproximem de nossas subjetividades (LANZARINI, RIAL, 2010). Ferreira (2012) afirma que a Ilha de Santa Catarina é frequentemente vendida como um polo turístico LGBT-friendly. Desde a década de 1970, há registros de que o município é retratado como destino maravilhoso para homossexuais (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 15).

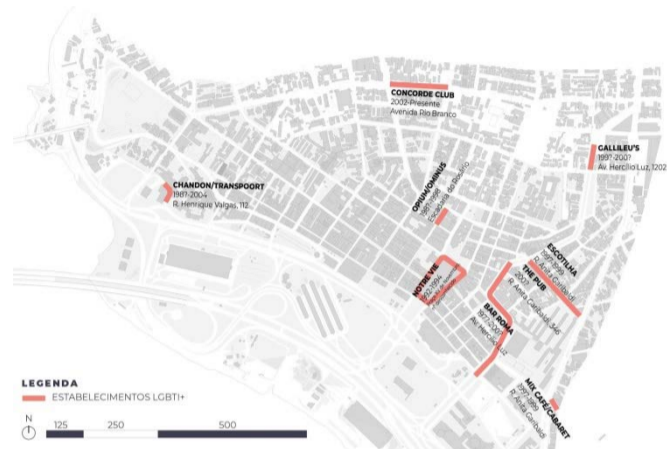
“Em uma época muito mais conservadora de valores religiosos e moral normativa, Florianópolis era conhecida como um espaço aberto às sexualidades dissidentes. Ou ao menos “mais aberta” em termos relativos para a época.” (PIRES, 2015, p. 26).

O centro de Florianópolis - que concentra as linhas de ônibus metropolitanas, além de grande parte das linhas municipais - é o local de mais fácil acesso da ilha. É um símbolo de pluralidade do município, por dispor de infraestrutura, comércio e serviços para distintos grupos. Além disso, a localização dos espaços de socialização LGBTI+ sempre foi "(...)marcadamente relacionada aos espaços circunscritos em diferentes regiões do centro da cidade" (FERREIRA, 2012, p. 87-88). Já Marco Aurélio da Silva (2003) remonta parte da memória LGBTI+ da cidade. Ele afirma que a subcultura LGBTI+ toma força no município na década de 1980, quando surgem casas noturnas destinadas a nós. À exceção das praias, os nichos LGBTI+ ao longo das décadas de 1970-2000 se concentram no centro da cidade (Figura 2), tornando-o fundamental para a história LGBTI+ catarinense. Pelo disposto, tomo o centro de Florianópolis como objeto de estudo (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Área de Estudos. Fonte: acervo pessoal.



Figura 2 - Casas Noturnas LGBTI+ de 1970 a 2005. Inform. extraídas de Silva (2003). Fonte: acervo pessoal.



Parcerias entre governos e empresariado promovem a formação de uma imagem LGBTI+friendly em Florianópolis. São elaboradas legislações, planos de ação e fomento ao turismo LGBTI+, a exemplo do I e do II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (FLORIANÓPOLIS, 2012; FLORIANÓPOLIS, 2019).

“A Ilha de Santa Catarina tem sido palco de importantes acontecimentos direcionados ao público LGBTTTT por conta, principalmente, de eventos e da publicidade que se produz a respeito do lugar como espaço homosocial, com o apoio de órgãos fomentadores do turismo brasileiro e do turismo GLS nacional e internacionalmente.” (LANZARINI, RIAL, 2010, p. 9)

Apesar disso, ações contraditórias reforçam o caráter dúbio do apoio governamental oferecido. Em 2017, por exemplo, a Parada do Orgulho LGBTI+ de Florianópolis foi adiada e realocada a um mês de sua realização. Segundo a organização do evento, mesmo com alvarás liberados, a Prefeitura impediu que a marcha ocorresse na Beira-Mar Norte, sob alegações de falta de policiamento e obstrução de tráfego. O evento perdeu patrocínios e foi realizado dois meses após o previsto em local de menor visibilidade, a Beira-Mar Continental. No mesmo ano, grandes eventos foram realizados na Beira-Mar Norte, tal qual a Maratona Internacional de Floripa. Isso leva a crer que o motivo do cancelamento do evento não tem origem nas alegações apresentadas, e sim na LGBTI+fobia.

Outro registro, o documentário Depois do Fervo (FAISTING, 2018), mostra a receptividade limitada a uma fachada LGBTI+friendly, para atrair turistas de alto poder aquisitivo. Não se garante, entretanto, segurança aos LGBTI+ florianopolitanos: residentes relatam pouco apoio governamental ao sofrerem ataques LGBTI+fóbicos. Violência e despreparo policial são alguns dos casos.

“Se o fato de haver um número considerável de lugares, que formam o que apresento aqui como pedaço GLS, tem sido entendido por esses frequentadores como um indício de um “paraíso para gays”(…) A violência contra pessoas que vivenciam experiências homoeróticas não foge do que acontece em outras cidades brasileiras” (SILVA, 2003, p. 48-49)

O marketing urbano não garante que Florianópolis seja de fato receptiva a LGBTI+. Nesse contexto, busquei Organizações Não-Governamentais do município e desenvolvi estudos acerca da ocupação urbana do centro da cidade.

MAPEAMENTOS, ENTREVISTAS E ESTUDOS

Inicialmente, contatei duas ONGs: o Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos e a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Ambas estão localizadas no centro de Florianópolis. Lá realizei mapeamentos colaborativos e entrevistas com funcionárias.

Na primeira etapa, fixei mapas que permaneceram nas ONGs por cerca de um mês. Nestes, solicitei que os usuários indicassem na área central os locais seguros (em azul) e os inseguros (em vermelho), bem como que escrevessem suas percepções acerca do centro. Poucos foram os locais listados como seguros. Dentre eles, estão as duas ONGs, o Centro de Atendimento Psicossocial e dois bares. Como inseguros, foram marcadas a Igreja Universal do Reino de Deus e o Instituto Federal de Santa Catarina. Além disso, circulou-se toda a região central e escreveu-se “Sendo mulher, todos os espaços podem ser inseguros”. Sob esta ótica, é notável o risco a que as minorias estão sujeitas nos espaços públicos.

Figura 3 - Mapa afixado no Instituto Arco-Íris. Fonte: acervo pessoal.

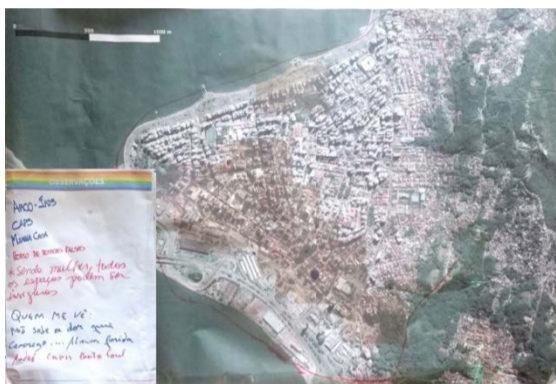


Figura 4 - Mapa afixado na ADEH. Fonte: acervo pessoal.



Além disso, entrevistei psicólogas que atendem a cada uma das ONGs. Em ambas, percebem-se dificuldades financeiras e falta de apoio governamental.

O Instituto Arco-Íris atende aos seguintes grupos: Carcerários; Pessoas em Situação de Rua; Pessoas com Distúrbios relacionados à Saúde Mental; Profissionais do Sexo e Usuários de Drogas. Realizam oficinas, cursos e eventos abertos ao público. No momento, a ONG sofre pressões devidas ao processo gentrificador que vem ocorrendo na região da Pedreira, onde se localiza. A edificação, cedida à ONG pela UFSC, está em condições precárias e oferece riscos aos ocupantes. Já enfrentou tentativas de remoção, pois o local é visado para a instalação de Start-Ups. Quanto a isso, a entrevistada manifesta seu descontentamento afirmando “a cidade não é para todos”.

Já a ADEH tem foco no acolhimento, acompanhamento e informação para os TLGBI+ da cidade. Disponibiliza assistência psicológica e jurídica, realiza oficinas e eventos abertos ao público. Na entrevista, discutimos as vivências territoriais distintas dos sujeitos que ocupam a cidade. A exemplo, a entrevistada afirmou que muitos transsexuais deixam de visitar a instituição por receio de sofrer transfobia no caminho. Ou seja, o medo da violência sobrepuja a necessidade de amparo.

O espaço físico, cedido à ONG por entidades governamentais, está sob ameaça devido à LGBTI+fobia. A entrevistada afirmou que funcionários da prefeitura que trabalham no edifício solicitam sua remoção “por causa do tipo de pessoas que [ali] circulam”. Em 2019, a ADEH anunciou em redes sociais que recebeu processos de despejo. A falta de apoio dificulta o trabalho da organização e gera instabilidade.

Após as entrevistas e reconhecendo a LGBTI+fobia em espaços públicos em Florianópolis, listei os locais considerados LGBTI+friendly no ano de 2018. A coleta de dados combinou informações do portal Guia Gay Floripa e relatos de LGBTI+ florianopolitanos. Dos 28 espaços mapeados, 2 são espaços públicos, 3 funcionam em período diurno e 23 funcionam exclusivamente em período noturno. A ausência de locais LGBTI+friendly no período diurno aponta para a invisibilização urbana que sofremos. Nosso nicho de expressão é, frequentemente, noturno.

A partir das análises realizadas, tiro algumas conclusões acerca do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Florianópolis, propagandeada por governos e empresários como LGBTI+friendly, representa em si uma contradição. Mesmo com políticas públicas e ações turísticas voltadas aos LGBTI+, a segurança e o direito à cidade não nos são garantidos. Com polícia despreparada; administração pública que invisibiliza movimentos LGBTI+ e população LGBTI+fóbica, nossa vivência no espaço público de Florianópolis é limitada. Além disso, a falta de suporte governamental a ONGs e grupos de apoio LGBTI+ dificulta o acesso a acolhimento e informação.

Para que se cumpra o direito à cidade dos LGBTI+ em Florianópolis, precisamos de ações efetivas em prol de nossa comunidade. O apoio governamental deve assegurar que diversos agentes sociais - em especial aqueles em vulnerabilidade social - tenham acesso pleno à cidade. Mas como exigir isso? Devemos exercer nossos direitos e ocupar o espaço público, para assim garantir integração urbana às mais diversas populações. O processo é longo e tortuoso, mas é necessário para que atinjamos uma sociedade inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

- FAISTING, Matheus Gonçalves. Depois do Fervo. Florianópolis: UFSC, 2017. (43 min.), color. Disponível em: <<https://youtu.be/s6YT4oPFEvs>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- FERREIRA, Glauco. Arco-Íris em Disputa: A "Parada da Diversidade" de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias. 2012. 306 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006, Realizado de Forma Descentralizada. Carta Mundial Pelo Direito à Cidade. S.i.: S.i., 2006. 15 p. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- FROTA, Henrique Botelho. O Direito à Cidade (Ainda) é Hétero e Cis. In: Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva&sexual. São Paulo: IBDU, 2017. p. 106-111.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2011.
- LAMPIÃO DA ESQUINA: Edição 0. Rio de Janeiro, abr-nov 1978. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- LANZARINI, R., RIAL, C. Turismo gay na Ilha de Santa Catarina: homosociabilidades e perspectivas. Anais... Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 – diásporas, diversidades e deslocamentos. Florianópolis, 2012. UFSC. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1290698937_ARQUIVO_artigoTurismo_Gay_na_Ilha_de_Santa_Catarina_-_completorevRial.pdf>. Acesso em 13 set 2019.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p. Tradução de Rubens Eduardo Frias.
- MARLEY, Luanna. A Cidade Para Katianes e Dandaras: Retratos da LGBTfobia no Cenário Brasileiro. In: Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva&sexual. São Paulo: IBDU, 2017. p. 34-43.
- MONTANER, Josep Maria, e MUXÍ Zaida. Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos. Tradução. [S.l.]: Editorial Gustavo Gili, 2014.
- ROLNIK, Raquel. O que é Cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995. 88 p. (Coleção Primeiros Passos). 4ª Reimpressão da 1ª edição de 1988.
- PIRES, Rodrigo Otávio Moretti. Os Cinzas do Arco-Íris: Imagens Políticas dos Eventos Públicos LGBT de Florianópolis. 2016. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 9998, de 2012. I Plano Municipal de Políticas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Florianópolis, SC, 21 mai. 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 20522, de 2019. II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Florianópolis, SC, 29 jul. 2019. Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis.
- SILVA, Andrea Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O Sol Não Nasce Para Todos: Uma Análise do Direito à Cidade Para os Segmentos LGBT. Ser Social, Brasília, v. 17, n. 37, p.498-516, jul./dez. 2015. Se-

mestral. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14259/12578>. Acesso em: 13 set. 2019.

SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de PósGraduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.

DEMONIZAÇÃO, CENSURA E FISCALIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS: DESAFIOS IMPOSTOS PELA RETÓRICA ANTIGÊNERO À DEMOCRACIA

Bárbara Anzolin²²
Rennan Eymael da Costa²³
Yolanda Maria Stanke Taddei²⁴

RESUMO

Nas últimas décadas, assistimos ao crescimento da desvalorização da pluralidade, das vivências conhecidas como diferentes de uma norma instituída, que é dominante em nosso país. Nas últimas eleições, tivemos eleitos representantes que não veem problema em defender um modelo único de família e de valores morais e em silenciar as existências dissidentes da norma heterocissexual. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma reflexão crítica acerca de recentes acontecimentos políticos e a influência da retórica antigênero na governabilidade brasileira. A negação e o silenciamento da pluralidade impõem desafios à democracia do país e nos colocam em estado de alerta, em defesa de nossa existência. Para o desenvolvimento da reflexão, fizemos uso de pesquisa bibliográfica e documental e acessamos notícias on-line de diferentes acontecimentos e discursos. Tomamos como base a noção da sociedade e das relações construídas socialmente, norteadas e norteadas por autoras e autores como Michel Foucault, Judith Butler, Robert Dahl e Zygmunt Bauman. O texto conta com uma breve contextualização das noções de gênero e sexualidade como construções sociais baseadas nos estudos de gênero; bem como uma apresentação da retórica antigênero e seus efeitos. Na sequência, listamos e analisamos alguns acontecimentos atuais, ações antidemocráticas e apresentamos algumas considerações sobre os desafios para a existência LGBTI+ e para a democracia. Nós temos representantes do povo lançando, na mídia, discursos homofóbicos e transfóbicos. De alguma forma, isso autoriza que a sociedade continue a reproduzir ideias e ações preconceituosas, discriminatórias e violentas sem que isso seja um problema. A partir da reflexão desenvolvida, concluímos que esses acontecimentos são produto e produtores da retórica antigênero, ou seja, fazem parte da sua manutenção e capilaridade.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Ideologia de Gênero. Democracia. Censura.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma reflexão crítica acerca de recentes acontecimentos políticos e a influência da retórica antigênero na governabilidade brasileira. A negação e o silenciamento da pluralidade impõem desafios à democracia do país e nos colocam em estado de alerta, em defesa de nossa existência.

Para o desenvolvimento da reflexão, fizemos uso de pesquisa bibliográfica e documental e acessamos notícias on-line de diferentes acontecimentos e discursos. Tomamos como base a noção da sociedade e das relações construídas socialmente, norteadas e norteadas por autoras e autores como Michel Foucault, Judith Butler, Robert Dahl e Zygmunt Bauman.

O texto conta com uma breve contextualização das noções de gênero e sexualidade como construções sociais baseadas nos estudos de gênero; bem como uma apresentação da retórica antigênero e seus efeitos. Na sequência, listamos e analisamos alguns acontecimentos atuais, ações antidemocráticas e apresentamos algumas considerações sobre os desafios para a existência LGBTI+ e para a democracia.

ESTUDOS DE GÊNERO E A RETÓRICA ANTIGÊNERO

As noções construcionistas sociais compreendem corpo, gênero e sexualidade como construídas socialmente, atravessadas pela cultura dominante. Em nossa sociedade, é possível percebermos costumes, noções, desejos, vestimentas, comportamentos e constituições familiares bastante semelhantes, o que pode ser compreendido como construção cultural coletiva (PARKER, 2000). São muitos os discursos que normatizam o nosso viver, dentre eles, o discurso científico, o discurso religioso, o discurso jurídico e as mídias sociais (SPOSITO, 2015), ou seja, o dispositivo da sexualidade heteronormativa (FOUCAULT, 1987/2015).

Com os questionamentos e contribuições de estudos de gênero, de estudos feministas, da militância LGBTI+, temos a desnaturalização das questões de gênero e sexualidade (BUTLER, 1990/2003), a despatologização das homossexualidades e vivências trans e enfrentamento das diferentes opressões e discriminações presentes estruturalmente no Brasil (FOUCAULT, 1987/2015;

²² Mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do curso de Psicologia da Universidade Paranaense, campus Umuarama-PR. E-mail: bah.anzolin@gmail.com.

²³ Bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira. Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rennan_eymael@hotmail.com.

²⁴ Bacharel em Administração pela Faculdade Brasileira. Graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Maringá. E-mail: yostanke@gmail.com.

MOSCHETA, 2011; BORGES, 2014).

Temos movimentos militantes negando o lugar marginalizado reservado às vivências dissidentes (como das pessoas LGBTI+) e lutando para construir outras noções e lugares sociais para os grupos historicamente marginalizados e com os direitos negados (SPOSITO, 2015). Estas lutas são narradas a partir do século XX em outros países e, no Brasil, principalmente, a partir do período de redemocratização, após a ditadura militar (FAVERO, 2010; MOCHETA, 2011; SILVA JÚNIOR, 2012).

Nós temos assistido à mobilização de mulheres em muitos lugares com as proposições e questionamentos feministas. Temos visto autoras negras sendo conhecidas, entrevistadas, denunciando racismo e sexismo de modo interseccional. Vimos conquistas como a proibição da “cura-gay” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999); programas como o Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004); casamento civil entre pessoas de mesmo sexo/gênero (Resolução n.º 175, de 2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ); e retificação de documentos de pessoas trans, com ou sem cirurgias de redesignação sexual (Provimento n.º 73, de 2018, do CNJ).

Esse processo todo de lutas e seus efeitos, porém, gera incômodo e desconforto. Essa desconstrução da naturalização dos lugares sociais promove desestabilização de padrões sociais hierárquicos, mexe com a estrutura patriarcal da nossa sociedade. Estrutura essa historicamente constituída sob os pilares da religião católica e outras religiões de matriz cristã, que têm como base o patriarcado, a submissão das mulheres e o casamento monogâmico (RICH, 1980; FAVERO, 2010).

A busca pela pluralidade de ideias, de modos de viver e de se relacionar desperta outro projeto, de cunho reacionário,

orientado a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade e, deste modo, voltado a reafirmar valores tradicionalistas e concepções ultraconservadoras, o estatuto de autoridade moral de instituições religiosas e salvaguardar a influência sociopolítica de atores cujo poder e prestígio foram abalados em virtude da afirmação das lutas sociais e das conquistas feministas (JUNQUEIRA, 2018a, p. 181).

Rogério Diniz Junqueira, estudando a invenção da dita “ideologia de gênero”, nomeia esse projeto reacionário ultraconservador como “retórica antigênero” e o localiza temporalmente, no Brasil, desde 2005 e, a nível internacional, desde a década de 1990. Essa retórica e toda a sua influência cria e dissemina o termo “ideologia de gênero” para se referir aos estudos de gênero. Essa suposta ideologia é descrita como uma doutrinação, de raiz marxista, que “por meio de discursos envolventes sobre a promoção da igualdade e o questionamento dos estereótipos [...] promoveriam a disseminação e imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: o gênero” (JUNQUEIRA, 2018a, p. 190). “Ideológicos de gênero” estariam manipulando as crianças para pensarem que, por serem construções sociais, poderiam escolher e inventar seus gêneros e sexualidades. Uma “autêntica ameaça à ‘família natural’, ao bem-estar das crianças e à sobrevivência da sociedade e da civilização” (JUNQUEIRA, 2018a, p. 190).

No intuito de efetivamente rejeitar tudo que possa vir dos estudos de gênero, ocorre um processo de homogeneização de todos os estudos e pesquisas, uma personificação e uma demonização. Processo perfeitamente ilustrado por falas de nossos representantes do legislativo e executivo, como a de Jair Bolsonaro na marcha para Jesus: “Ideologia de gênero é coisa do capeta” (CARAM, 2019).

O discurso antigênero vem assumindo característica universalista e circula não como uma resposta religiosa tradicionalista, mas como um movimento de defesa de valores e preservação da moral. Para alavancar sua eficácia, sua capilaridade possibilitou que suas bases católicas ficassem menos evidentes e suas proposições tomassem uma “roupa” de laicidade, marcando presença em documentos estatais, leis e falas públicas (JUNQUEIRA, 2018b).

O movimento é de dominar a esfera pública com “interesses privados, familistas e religiosos” (JUNQUEIRA, 2018b, p. 453). A alegação é em defesa da família, das crianças, de sua inocência, de seus direitos, pois esses direitos estariam ameaçados por um processo de doutrinação. Crenças propícias para o movimento “escola sem partido”, concepções antipolíticas e autoritárias. Vale destacar que a criança a ser defendida pelo discurso antigênero é a criança normatizada, heterocissexual, e a família, aquela composta por homem, mulher e filhos, todos normatizados, heterocissexuais (PRECIADO, 2013). Como já perguntou Paul Preciado (2013, p. 2, tradução nossa), “quem

defende os direitos da criança diferente? Os direitos do menino que gosta de usar rosa? Da menina que sonha em se casar com sua melhor amiga? Os direitos da criança homossexual, transexual ou transgênero?”²⁵.

No cenário de intensos embates, sobre aspectos morais e éticos, o processo de organização do discurso antigênero na política tem sido eficaz para impor retrocessos nas políticas públicas e nas vidas das pessoas (JUNQUEIRA, 2018a). E as crianças, adolescentes, jovens adultos, idosos não heterocisnormativos são representados e defendidos por quem? Não por acaso, grande parte da população LGBTI+ não se sente à vontade para demonstração de afeto em público, pessoas que, em algum outro momento, sentiram-se mais seguras.

DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA E PARA A EXISTÊNCIA LGBTI+

Experenciamos um tempo em que o discurso político ultraconservador mobiliza decisões políticas, dentre elas, os planos de educação, o que pode e o que não pode circular como material didático nos espaços de educação e, até mesmo, materiais literários, produções cinematográficas etc.

A exemplo, podemos citar a ação de João Doria (PSDB), prefeito da cidade de São Paulo, de recolher das escolas estaduais (dia 3 de setembro de 2019) materiais didáticos que falavam de “ideologia de gênero”. O material, com conteúdo de Ciências, apenas explicava a diferença entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. A decisão tem respaldo pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que teve o termo “orientação sexual” retirado de sua última versão, que passou a vigorar em 2019 (MAIRA, 2019).

De 30 de agosto a 8 de setembro de 2019, tivemos a realização da Bienal do Livro na cidade do Rio de Janeiro – RJ, que contemplou a venda de literaturas diversas, dentre elas, algumas relacionadas à temática LGBTI+ – romances, histórias em quadrinhos etc. A circulação de uma imagem gráfica de dois personagens fictícios se beijando em uma história em quadrinhos mobilizou a prefeitura do Rio de Janeiro para fiscalizar no evento materiais com a temática LGBTI+, sob pena de recolhimento do material caso estivessem violando os artigos 78 e 79, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ocorre que esses artigos dispõem sobre as regras que revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil devem seguir para apresentar o material quando o conteúdo for impróprio ou inadequado e a vedação quanto aos temas relacionados a bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família (BRASIL, 1990).

Usualmente, esses dispositivos legais têm o objetivo de evitar o livre acesso a materiais de cunho pornográfico, violento, com armas e que incentivem o uso de substâncias, não incluindo o acesso à pluralidade cultural e à diversidade LGBTI+. A tentativa de fiscalização realizada pela Prefeitura foi tida como ato de censura, e a discussão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em decisão (MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.248, RIO DE JANEIRO), o Ministro Presidente Dias Toffoli afirma:

No caso, a decisão cuja suspensão se pretende, ao estabelecer que o conteúdo homoafetivo em publicações infanto-juvenis exigiria a prévia indicação de seu teor, findou por assimilar as relações homoafetivas a conteúdo impróprio ou inadequado à infância e juventude, ferindo, a um só tempo, a estrita legalidade e o princípio da igualdade, uma vez que somente àquela específica forma de relação impôs a necessidade de advertência, em disposição que – sob pretensa proteção da criança e do adolescente – se pôs na armadilha sutil da distinção entre proteção e preconceito. De outro lado, não há que se falar que somente o fato de se tratar do tema “homotransexualismo” se incorra em violações aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

O processo de subjetivação das pessoas é circunscrito pela cultura em que estão inseridas, pelas referências (familiares, artísticas, políticas etc.) que acessam, crenças, valores, ídolos. Sendo assim, quais existências estão sendo tolhidas quando são silenciados, recolhidos e proibidos os livros, filmes, músicas, gestos, tudo que tem relação com a vivência LGBTI+? Mais uma vez, retomamos a pergunta de Paul Preciado (2013): e como ficam as crianças e adolescentes dissidentes da normativa heterocissexual?

O ocorrido da Bienal configura o cenário de disputas apresentado anteriormente, o que nos

²⁵ Original: “Quién defiende los derechos del niño diferente? Los derechos del niño al que le gusta vestirse de rosa? De la niña que sueña con casarse con su mejor amiga? Los derechos del niño homosexual, del niño transsexual o transgénero?” (PRECIADO, 2013, p. 2).

preocupa. Ao mesmo tempo, a decisão e posicionamento do STF se dá alinhada à defesa dos direitos, da pluralidade. A retórica antigênero, longe de se esgotar no plano discursivo, estende-se para inúmeras dimensões das experiências subjetiva, social e política.

Para teóricos do pluralismo democrático, como Robert Dahl (1997, p. 25-26), a democracia se define como um “sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos”, cuja existência está condicionada a três oportunidades plenas: a de formular suas preferências, de expressá-las aos seus concidadãos e ao governo por meio de ação individual e coletiva e de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo sem discriminação de seu conteúdo ou fonte.

A discussão se amplia quando Dahl lista oito garantias institucionais necessárias às democracias, entre as quais elenca em posição de destaque a liberdade de expressão. Ao passo que algumas instituições são exigidas por apenas uma ou duas das três oportunidades, a liberdade de expressão se impõe a todas.

Se [os cidadãos] tiverem de levar em conta as ideias de outros, será preciso escutar o que esses outros tenham a dizer. A livre expressão não significa apenas ter o direito de ser ouvido, mas ter também o direito de ouvir o que os outros têm para dizer. [...] Para adquirir a competência cívica, os cidadãos precisam de oportunidades para expressar seus pontos de vista, aprender uns com os outros, discutir e deliberar, ler, escutar (DAHL, 2001, p. 110).

A liberdade de expressão, assim conceituada, apresenta-se como instituição política dialógica: constitui-se tanto pela fala quanto pela escuta. Um governo democrático deverá, necessariamente, fornecer e viabilizar o exercício desse direito sem preterir as expressões de algum grupo contra outros. O que os recentes casos apontados demonstram, contudo, é o contrário: há uma escolha claramente demarcada por quais grupos e expressões têm a “bênção” do Estado brasileiro – como a participação do Presidente na Marcha para Jesus – e quais grupos têm sido ativamente silenciados pelo aparelho estatal.

Desse modo, a partir do modelo dahliano, que se funda em duas premissas fundamentais e interdependentes – inclusão e contestação (DAHL, 1997, p. 28) –, tem-se que a censura às expressões de conteúdos LGBTI+ restringe as possibilidades dessa população participar dos processos decisórios do Estado brasileiro. E, ao reduzir a pluralidade das arenas políticas, conseqüentemente, o Estado se afasta do trajeto à democracia, o que prejudica e inviabiliza o projeto democrático comandado pelo artigo 1º da Constituição.

Além disso, se a Constituição determina que a República Federativa do Brasil se constitua um Estado Democrático de Direito, é evidente que a violação de disposições jurídico-normativas também ameace a Democracia, porque ambas as dimensões – Estado Democrático e Estado de Direito – estão íntima e necessariamente correlacionadas. Dessa ótica, as censuras praticadas também ameaçam a Democracia, porquanto violam dispositivos constitucionais relacionados ao fundamental direito à liberdade prescrito pelo artigo 5º.

O processo democrático sofre, também, com outros efeitos que não são imediatamente políticos, mas socioculturais. Ao passo que se disseminam práticas de censura, a mixofobia – medo de misturar-se – cresce no espaço urbano e retroalimenta a sua origem; de modo que as relações com o Outro cidadão se prejudicam progressivamente (BAUMAN, 2009). Assim, o afastamento e deterioração das relações reduzem gradualmente o horizonte compartilhado, o que dificulta o diálogo e, conseqüentemente, atinge, também, instituições participativas e contestatórias essenciais a uma organização político-democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos demonstrar como o avanço dos estudos de gênero têm promovido reflexões que desnaturalizam e despatologizam existências dissidentes como as dos corpos LGBTI+. Em contrapartida, ocorre a ascensão de discursos reacionários, como a retórica antigênero, mobilizado para conferir legitimidade a práticas violentas e de silenciamento contra existências que transgridem normas de gênero e sexualidade. Violências que não miram apenas corpos, mas, também, instituições científicas, políticas e jurídicas essenciais à democracia plural, inclusiva e contestatória. Com isso, apontamos como os recentes acontecimentos são produto e produtores da retórica antigênero, ou

seja, fazem parte da sua manutenção e capilaridade.

Defendemos que a alternativa, portanto, consiste em ampliar os espaços de diálogo, a fim de gerar e intensificar horizontes comuns e as possibilidades de interações cidadinas. O espaço urbano deve se apresentar como um espaço de interação com o Outro com fins de promoção da liberdade de expressão, necessária em várias instâncias da vida social, que atravessam os corpos, as subjetividades, as normas e a política.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BORGES, Lenise Santana. *Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias...* *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 280-289, Aug. 2014.

BRASIL. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate a violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Conselho Nacional de Combate a Discriminação/Ministério da Saúde. 2004.

BRASIL. LEI Nº 8.069. *Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA*. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República. *Diário Oficial da União*, Brasília em 13 de Julho de 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Original publicado em 1990. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARAM, Bernardo. *Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro na Marcha para Jesus*. Folha de São Paulo: UOL. Versão On-line. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-diz-bolsonaro-na-marcha-para-jesus.shtml>>. Acesso em: 14 set 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Provimento n. 73 de 2018*. Brasília, jun 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>>. Acesso em: 14 set 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Resolução n. 175 de 2013*. Brasília, mai. 2013. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>>. Acesso em: 14 set 2019.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed.UNB, 2001.

FAVERO, M. H. *Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações*. Curitiba, PR: UFPR, 2010.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, 2Ed. Original publicado em 1990. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero*. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Políticas públicas de educação: entre o direito a educação e a ofensiva antigênero*. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; et al (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupações nos espaços de educação*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018a. p. 179-210.

MAIRA. *Doria retira das escolas apostila que fala sobre 'ideologia de gênero'*. *Catraca Livre Editorial*, 2019. Versão On-line. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/doria-retira-das-escolas-apostila-que-fala-sobre-ideologia-de-genero/>> Acesso em: 13 set 2019.

MEDIDA CAUTELAR NA SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.248 RIO DE JANEIRO. Ministério Público Federal. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341063935&ext=.pdf>>. Acesso em: 14 set 2019.

MOSCHETA, M. S. *Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2011.

PARKER, Richard. *Cultura, economia política e construção social da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Autêntica: Belo Horizonte, 2000. p. 125-150.

PRECIADO, P. *¿Quién defiende al niñx queer?*. Barcelona: Macba, 2013. Disponível em: <www.macba.cat/PDFs/pei/BPreciado_La%20infancia.pdf> Acesso em: 14 set 2019.

RESOLUÇÃO CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999. (1999, 22 de março). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF. Conselho Federal de Psicologia, 1999.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. Bagoas. Natal, v.4, n.5, p.17-44, 1980.

SILVA JÚNIOR, E. D. Homossexualidade: caracterização, panorama histórico, evolução terminológica e direito fundamental. In: VIEIRA, T. R. (org). Minorias sexuais: direitos e preconceitos. Brasília, DF: Consulex, 2012. p. 121-140.

SPOSITO, S. E. Homossexualidades nas pesquisas em pós-graduação em psicologia: da despatologização à luta por direitos. Tese de Doutorado Não-Publicada, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

DO COMPROMISSO INTERNACIONAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DOMÉSTICAS: UM ESTUDO DO COMPROMETIMENTO DO GOVERNO BRASILEIRO COM A POPULAÇÃO LGBTI

Lucas Andrade Costa²⁶

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves²⁷

RESUMO

Este artigo analisa o comprometimento do governo brasileiro com os direitos LGBTI, buscando investigar como as normas de direitos humanos que emergiram no âmbito internacional destinadas à esta parcela da população fizeram com que o governo buscasse se adaptar ao novo cenário, elaborando políticas públicas para tratamento do tema. A abordagem teórica que guia esta pesquisa é a proposta por Amitav Acharya em seu artigo 'How Ideas Spread? Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism', de 2004, fundamentando-se de um viés construtivista. Deste modo, busca-se aplicar sua teoria para investigar como normas de direitos humanos ou outras normas se espalham do externo para o interno através do sistema internacional. Para o presente trabalho utiliza-se o método dedutivo como metodologia, partindo de uma ótica geral dos direitos humanos sobre a população LGBTI para algo mais específico, aplicável à realidade brasileira. Além do método dedutivo o artigo também conta com uma abordagem histórica e comparativa. Para tanto, realiza-se um estudo de caso analisando as normas que emergiram no âmbito das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) durante o governo Lula da Silva (2003-2010) e parte-se da hipótese de que mesmo buscando internalizar os compromissos assumidos a nível internacional, o governo brasileiro ainda não proporcionou o amparo legal doméstico adequado, que protege a população LGBTI de sofrer discriminação com base em sua orientação sexual e identidade de gênero, ainda que em âmbito internacional seja considerado um país pioneiro quanto aos direitos humanos e à luta dos direitos LGBTI.

Palavras-chave: LGBTI. Brasil. Normas Internacionais. Políticas Públicas. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A partir de meados dos anos 1990 amplia-se a preocupação do Brasil em relação aos direitos humanos e aos abusos e violências sofridos pela população LGBTI²⁸. Em 1996, com o lançamento do primeiro Programa Nacional dos Direitos Humanos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi assumido o compromisso com a defesa dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Em 2001, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação foi criado (SALDANHA, 2006).

Nesta época, novos temas associados aos direitos humanos começaram a emergir na agenda internacional brasileira em foros regionais e multilaterais. A primeira ação de cunho internacional do Brasil visando abordar a discriminação contra pessoas LGBTI foi o projeto de resolução intitulado "Direitos Humanos e Orientação Sexual", apresentado em Genebra, em 2003, por meio da antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, atual Conselho de Direitos Humanos. Se aprovada, seria a primeira resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) a estabelecer a condenação de toda forma de discriminação com base na orientação sexual (SALDANHA, 2006).

Mostrando a maior preocupação com o tema, o governo lançou em 2009 o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e investiu na promoção de políticas públicas que promovessem maior equidade (BRASIL, 2009). Contudo, apesar do Brasil ser considerado pioneiro em termos de direitos humanos da população LGBTI, sendo o primeiro país a realizar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática (BRASIL, 2008), além de trabalhar de maneira ativa no Conselho de Direitos Humanos da ONU, ao analisar o âmbito doméstico brasileiro, percebe-se uma contradição em relação aos direitos humanos dessa parcela da população. A título de exemplo, os números indicam um alto grau de violência e intolerância. Segundo relatório elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (2017) cerca de 445 pessoas LGBTI morreram no Brasil em 2017 vítimas de LGBTfobia, totalizando 30% a mais em relação ao ano anterior.

26 Graduado em Relações Internacionais pelo Unilasalle-RJ. E-mail: lucasacandrade@gmail.com.

27 Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Atualmente é coordenadora e professora do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário La Salle-RJ. E-mail: fernanda.nanci@lasalle.org.br.

28 LGBTI é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexo, sendo a última letra incorporada para incluir aqueles que não nascem com o sexo claramente definido como masculino ou feminino. Tal sigla já vem sendo usada pelo governo brasileiro. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Anistia Internacional elegeram esta denominação como padrão para falar desta parcela da população.

CONSTRUTIVISMO, NORMAS INTERNACIONAIS E INTERNALIZAÇÃO

Um dos aspectos destacado pelos construtivistas nas Relações Internacionais são as normas sociais, entendidas como padrões de comportamento que se refletem em direitos e obrigações (KRASNER, 1982). As normas têm função de regular comportamentos e estabelecer as regras do jogo da política internacional, definindo quem são os atores, quais são seus direitos e responsabilidades básicas. Através dos processos de socialização, as normas e os papéis sociais são internalizados por atores que moldam seus próprios entendimentos do que é o comportamento apropriado que se espera deles em uma determinada situação social. Assim, os Estados não são orientados apenas por objetivos, mas por funções e papéis a serem desempenhados (RITTBERGER, 2004). Desta forma, as normas são consideradas centrais pelo Construtivismo nas Relações Internacionais.

De acordo com Finnemore e Sikkink (1998), as normas possuem um ciclo de vida que possui três estágios: emergência; aceitação e internalização. No primeiro estágio, os promotores das normas são os indivíduos e Estados responsáveis pela promoção de novas questões a serem transformadas em normas a nível internacional. Na segunda etapa, essas normas são socializadas pelos Estados, e, portanto, tornam-se aceitas. No último estágio, acontece a institucionalização quase automática da norma, ocorrendo sua internalização pelos Estados. Contudo, o ciclo de vida pode ser um processo falho, pois muitas normas emergentes não chegam a um ponto de inflexão, tornando-se efetivamente internalizadas pelos países.

A disseminação das normas sobre direitos humanos a nível internacional e sua consequente internalização pelos países pode ser vista como uma dinâmica de localização da norma, pois há produção de variações na aceitação e institucionalização da mesma em diferentes locais. Segundo Acharya (2004), a localização ajuda a descrever o processo e o resultado pelo qual os promotores das normas criam congruência entre normas transnacionais e as crenças e práticas locais, fazendo com que as normas estrangeiras sejam incorporadas nas normas domésticas. O autor ressalta que as normas com uma afirmação mais universalista, como as de direitos humanos, são mais propensas a serem localizadas.

A EMERGÊNCIA DO TEMA NO BRASIL: DOS PRIMEIROS MOVIMENTOS À INSERÇÃO NA AGENDA POLÍTICA

Segundo Terto e Souza (2015), Morris (2016) e Reis (2007), o grande marco da luta pelos direitos LGBTI ocorreu em 28 de junho de 1969, com a Rebelião de Stonewall. Stonewall Inn era um bar cuja maioria dos frequentadores era gay, localizado em Greenwich Village, na cidade de Nova York e serviu como palco do confronto aberto da comunidade LGBTI com os policiais. As intervenções policiais eram constantes no local, já que nessa época ser gay não era aceito pela sociedade. Devido a isso, essa data se internacionalizou como o Dia do Orgulho Gay.

A Rebelião de Stonewall e o surgimento de um movimento de libertação homossexual serviram de inspiração para países da América Latina no início dos anos 1970, gerando a formação de grupos na Argentina, em Porto Rico e no México. Entretanto, devido à intensa repressão militar do Brasil, um movimento gay parecia inimaginável (GREEN, 2000). De acordo com Simões (2010), só no final da segunda metade dos anos 1970 que começaram a ganhar espaço os grupos militantes homossexuais no país, com o intuito de promover novas formas de representação da homossexualidade.

Nos anos 1980, a expansão do movimento gay brasileiro sofreu uma reviravolta devido à epidemia da síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/AIDS) (MORRIS, 2016). Diante disso, a epidemia fez com que algumas ações fossem tomadas para o enfrentamento da doença, como a criação de políticas públicas de saúde voltadas para a população LGBT com foco na prevenção do HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis.

Nos anos 1990, no plano internacional, o Brasil procurou avançar nos temas relacionados à promoção da igualdade e na proteção dos direitos de todos os seres humanos, constituindo um dos elementos que sustentam a política externa brasileira (SALDANHA, 2016). A década de 1990 também foi definida pela grande presença de temas relacionados a questões de gênero e sexualidade na agenda internacional. Segundo Correia (2004), é nesse período que esses temas começaram a ser cada vez mais discutidos nos fóruns da ONU e quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de classificação de doença. O ano de 1997 foi marcado pelo iní-

cio de uma nova estratégia política, acarretando na 1ª Parada LGBT de São Paulo, em 28 de junho, 28 anos depois da Revolta de Stonewall e pela realização de paradas em outras capitais do Brasil (TERTO; SOUZA, 2015).

Já em 2003, com o governo Lula, pode-se observar que a política externa brasileira foi marcada pela defesa dos direitos humanos, com uma gestão voltada para a promoção dos valores tidos como universais. O conselho de Direitos Humanos da ONU foi o cenário principal para a atuação brasileira, uma vez que o país buscou cumprir os compromissos assumidos a fim de ter credibilidade e legitimidade diante da comunidade internacional. Outro aspecto sobre o governo Lula é que os partidos de esquerda são tradicionalmente mais progressistas e estão mais ligados aos temas que afetam à população LGBTI, o que contribuiu para que o tema tivesse maior atenção e melhor tratamento na agenda da política doméstica e externa brasileira.

A ATUAÇÃO BRASILEIRA NAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTI

A partir do primeiro movimento brasileiro no âmbito das Nações Unidas em 2003, com a apresentação do projeto de resolução sobre direitos humanos e orientação sexual, no qual expressava devida preocupação com as violações de direitos humanos sofridas pela população LGBTI, o Brasil buscou, no âmbito doméstico, internalizar tal discussão sobre discriminação com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004. O objetivo era “combater a violência e a discriminação contra a população de gays, lésbicas, transgêneros, transexuais e bissexuais e de promover a cidadania e os direitos humanos”, contando com a participação e dedicação de órgãos do governo e da sociedade civil (BRASIL, 2009, p. 3).

O programa Brasil Sem Homofobia veio como resposta à discriminação sofrida pela população LGBTI a nível interno e pela demanda para que tais normas fossem internalizadas. Ao mesmo tempo, o tema de direitos humanos correspondentes a esta parcela da população continuou a ser abordado à nível internacional, o que para Acharya (2004) faz com que as chances para ocorrer a localização das normas relacionadas a essa temática aumentem. Diante disso, um dos compromissos realizados pelo programa Brasil Sem Homofobia foi a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a população LGBTI, em Brasília, em 2008, chamada de “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, contando também com a participação ativa das ONGS (IRINEU, 2014).

Já o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, desenvolvido em 2009, foi fruto da 1ª Conferência Nacional GLBT que abarcou diretrizes para a elaboração de políticas públicas para essa área (BRASIL, 2009). Entretanto, segundo Souza (2015), o documento ficou praticamente fora de circulação depois de ter sido apresentado.

Uma das funções das políticas públicas é prover efetividade aos direitos já previstos pelas normas legais. Contudo, no que tange à temática de direitos sexuais no Brasil, em especial as questões relacionadas à população LGBTI, essas políticas não são implementadas de maneira completa. Segundo o deputado Jean Wyllys, em entrevista ao programa Espaço Público, da TV Brasil, em 2016, o Brasil pouco avançou em termos de políticas públicas para a população LGBTI. Um dos motivos é que o governo é composto por forças conservadoras²⁹, além de não haver no país leis que protejam efetivamente os direitos LGBTI. Deste modo, é necessário que haja um maior diálogo entre quem formula e quem executa as ações de políticas públicas, para que os projetos firmados se tornem instrumentos de promoção e cidadania dos direitos humanos (MELLO et al, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, percebe-se que o Brasil teve participação relevante na discussão do tema de direitos humanos em relação à população LGBTI no âmbito da ONU e da OEA, assumindo diversos compromissos internacionais e liderando discussões quanto à proteção dos direitos LGBTI, mostrando apoio aos movimentos homossexuais desde seu surgimento e se tornando referência no assunto.

Entretanto, a população LGBTI ainda sofre discriminação com base em sua orientação se-

29 Como a bancada evangélica, políticos que se identificam pertencentes à direita, entre outros.

xual e identidade de gênero sendo um dos grupos mais vulneráveis na sociedade brasileira. Até o momento, o país não proporciona o amparo legal de proteção aos direitos LGBTI, um exemplo é o projeto de Lei da Câmara número 122 de 2006 (PLC 122/2006), que criminaliza a homofobia e se encontra atualmente arquivado.

Como destacado neste artigo, a teoria Construtivista das Relações Internacionais salienta a importância das ideias e das normas na política mundial, dando espaço para a discussão de temas sociais, para além da dimensão material que conforma as relações entre os Estados. A partir da perspectiva do ciclo de vida das normas proposta por Finnemore e Sikkink (1998), nota-se que o Brasil não concluiu adequadamente o terceiro estágio que é a internalização da norma, uma vez que as normas relacionadas à temática LGBTI não foram efetivamente internalizadas. Como afirma Acharya (2004), a internalização da norma e a mudança do comportamento por parte do Estado é efetivada a partir da realidade local, da cultura e das necessidades do país.

Deste modo, mesmo que o Brasil esteja buscando internalizar as práticas discutidas a nível internacional, o desempenho do governo é ineficiente para garantir a devida proteção aos direitos humanos em relação à população LGBTI, dado que as normas discutidas no internacional não coincidem com as crenças de importantes atores locais que ocupam cargos políticos e são responsáveis pela internalização legal e efetiva do padrão de comportamento a ser adotado pelo país, devido ao conservadorismo latente no âmbito político brasileiro.

Como apresentado, algumas iniciativas de políticas públicas foram implementadas como forma de combater a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, principalmente no governo Lula. Todavia, ainda que o governo tenha discutido o tema de maneira ativa internacionalmente, as políticas públicas para esta área não foram devidamente implementadas e as normas internacionais completamente internalizadas, uma vez que o número de mortes causadas por LGB-Tfobia aumentou consideravelmente desde o governo Lula¹⁰, confirmando a proposição deste artigo de que há uma grande lacuna entre o compromisso internacional e a prática da política pública doméstica, que deveria se refletir em uma maior garantia e efetividade na proteção dos direitos desta parcela da população.

Sendo assim, a partir do que foi apresentado, o respaldo jurídico e o reconhecimento dos direitos civis da população LGBTI são imprescindíveis para o sucesso da implementação de políticas públicas acerca dos direitos sexuais. A impunidade quanto às questões de discriminação baseadas na orientação sexual e identidade de gênero faz com que a população LGBTI viva refém da violência. Nesse sentido, esse tema ainda é um grande desafio para o século XXI e gera a necessidade de maior discussão e investigações mais aprofundadas para fomentar melhorias e avanços nas políticas públicas a nível internacional e doméstico.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. How Ideas Spread? Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism. *International Organization*. v.58, n.2, 2004.

ALVES, J. A. L. Direitos Humanos e o Papel do Brasil. In.: FUNAG. O Brasil e a ONU. Brasília: FUNAG, 2008, p. 185-204.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2008.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT. Brasília, 2009.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. *International Organization*, v. 52, n. 4, 1998.

GREEN, James N. Mais amor e mais tesão: A construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Campinas, n. 15, 2000.

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório de mortes LGBTI de 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

IRINEU, B. 10 Anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. *Temporais*, v. 14, n. 28, p. 193–220,

2014.

KRASNER, Stephen. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. International Organization, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 185- 205, 1982.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcan-ces e possibilidades. Cadernos Pagu, n. 39, p. 403–429, 2012.

MORRIS, Bonni. History of lesbian, gay, bisexual and transgender social movements. American psychological association, 2016. Disponível em:<<http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/history.aspx>>. Acesso em: 20 maio, 2018.

PEREIRA, Matheus. Trajetória e características das políticas públicas de combate à homofobia nos gover-nos federais do partido dos trabalhadores (2003-2014). In: Encontro Anual da ANPOCS, 41. Minas Gerais: ANPOCS, 23-27, out. 2017.

REIS, Toni. O movimento homossexual. In: FIGUEIRO, Mary Neide Damico (Org.). Homossexualidade e edu-cação sexual: construindo o respeito à diversidade. Londrina: Eduel. 2007. p. 101-102.

RITTBERGER, Volker. Approaches to the Study of Foreign Policy Derived from International Relations Theo-ries. Tübingen: University of Tübingen, Center for International Relations/Peace and Conflict Studies, Institute for Political Science, 2004.

SALDANHA, Pedro Marcos. A atuação internacional do Brasil na proteção dos direitos humanos de pessoas LGBTI. In: INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Cadernos de política exterior, ano II, número IV, 2016.

SIMÕES, J. A. Uma visão da trajetória do movimento LGBT no Brasil. In: POCAHY, Fernando. (Org.). Políti-cas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances. 2010.

SOUZA, Camila. Políticas públicas para população LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político. In: jornada internacional de políticas públicas, 7. São Luís: UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 25-28, ago. 2015.

TERTO, Angela; SOUZA, Pedro H. De Stonewall à assembleia geral da ONU: reconhecendo os direitos LGBT. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, v.5, n.7, jan./jun., 2015.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. Internatio-nal Organization. Cambridge: MIT Press, v. 46, p. 391-425. 1992.

WYLLYS, Jean. Entrevista ao programa Espaço Público. TV Brasil, 2016. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/para-jean-wyllys-brasil-pouco-avancou-em-politicas-publicas-para-lgbt>>. Acesso em: 22 maio de 2018.

ESTRATÉGIAS DE LINGUAGEM NÃO SEXISTA NO ANTEPROJETO DO ESTATUTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Leandro Babilônia³⁰

RESUMO

O termo sexismo se refere a práticas discriminatórias direcionadas ao sexo, à sexualidade e/ou gênero dum indivíduo ou grupo; tem, portanto, origem social e, em consequência disso, se manifesta linguisticamente. Estudos e documentos oficiais o tem revelado e combatido, propondo estratégias que abrangem formas gramaticais masculinas e femininas em suas publicações: no Brasil, temos as Leis nº 2.749 (1956) e 12.605 (2012). Esses textos, entretanto, visam apenas à inclusão de mulheres, ainda elegendo a concepção biológica de machos e fêmeas. Objetivando superar o binarismo masculino-feminino e contemplar as “minorias sexuais e de gênero”, em 2017, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou o anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, que aguarda votação pelas esferas legislativas. Além das leis propostas, o Estatuto recomenda ajustes na jurisprudência vigente para assegurar a inserção desses grupos. Tendo esse cenário e à luz dos estudos de gênero e dos estudos gramaticais, da Sociolinguística e das Políticas Linguísticas, este texto investiga as estratégias e os mecanismos linguísticos mobilizados pela comissão elaboradora do Estatuto tencionando evitar o sexismo. A análise aponta que esse texto jurídico parece ainda buscar o uso linguístico ajustado às expectativas sociais. Ele apresenta avanços, como o uso de construções sintáticas sem marcação de gênero (“por marido e mulher” > “em casamento”; “Constranger mulher” > “Constranger alguém”) e de substantivos sobrecomuns (“homem/marido e mulher” > “cônjuges/pessoas”). Todavia, verifica-se ampla utilização de masculino genérico (os companheiros, os segurados) e a substituição de construções coordenadas (“Quando o pai e mãe” > “os pais”).

Palavras-chave: Sexismo. Linguagem. Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero.

INTRODUÇÃO

Neste texto, pretendemos discutir e demonstrar como o sexismo, em sua manifestação linguística, se relaciona às concepções de gênero e a questões de representatividade LGBTI+. Tomamos como objeto de estudo, para tanto, a redação do anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, o qual foi elaborado e proposto pela Comissão Especial da Diversidade Sexual e de Gênero – da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB, 2017). Por se tratar de um texto legal, normativo e regulamentador, investigamos: i) se os seus redatores cuidaram para abarcar a diversidade existente na sob a sigla LGBTI+, e ii) quais estratégias linguísticas foram utilizadas, além da sua adequação. Deste modo, este artigo opera a partir da interface entre os estudos da linguagem e os de gênero, e nele enfatizamos fenômenos como masculino genérico, neutralização do gênero gramatical e políticas linguísticas de gênero.

Como apontamos adiante, em língua portuguesa, todas as palavras têm uma leitura de gênero, assim, nada do que dizemos é neutro. A língua reflete, transmite e reforça os estereótipos e papéis considerados adequados para mulheres e homens em uma sociedade, como aponta Pauwels (2003, p. 550): “os homens são percebidos não só como falantes poderosos, mas especialmente como usuários de autoridade das línguas. As mulheres, por outro lado, são frequentemente vistas como usuárias de linguagem tagarela, frívola e analfabeta” (tradução nossa). Esse fenômeno é denominado sexismo linguístico e vários estudos o têm revelado desde a década de 1970 e diversos documentos oficiais o têm combatido, propondo estratégias que abrangem formas gramaticais masculinas e femininas em suas publicações: no Brasil, existem as Leis nº 2.749 (1956) e 12.605 (2012). Muitos desses textos, entretanto, visam apenas à inclusão e visibilização da mulher, ainda elegendo a concepção biológica de machos e fêmeas, apoiando-se no sistema.

Neste texto, objetivamos superar essa dicotomia, nos apoiando na fluidez e na diversidade que o tema exige. Portanto, definimos sexismo como práticas discriminatórias direcionadas ao sexo, à sexualidade e/ou gênero dum indivíduo ou grupo; tem, portanto, origem social e cultural. A língua, como refratária dessa sociedade, também revela tal discriminação, desde uma escolha morfológica, lexical, até a elaboração de estruturas mais complexas.

Descrevemos na próxima seção nossa concepção de gênero (social) e de gênero gramatical, a fim de que melhor se compreenda o sexismo linguístico. Na sequência, revisitamos as políticas linguísticas de gênero empreendidas no Brasil e os documentos oficiais a elas relacionados, traçando o percurso até o anteprojeto do Estatuto. Após isso, fazemos nossas análises qualitativas sobre a

³⁰ Licenciado em Letras – Língua Portuguesa (UEA) e Pós-graduando em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos (UEA). Professor de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. E-mail: leandrobabilonia@yahoo.com.br

redação do Estatuto, apontando os avanços e os retrocessos do texto. Por último, apresentamos nossas considerações finais.

GÊNERO (SOCIAL) E GÊNERO GRAMATICAL

Linda Nicholson (2000) observa a natureza polissêmica do termo gênero, sob o viés das ciências sociais e psicológicas: tem-se, de um lado, um entendimento que o opõe a sexo, criando uma dicotomia entre o que é biologicamente dado (este) e o que é socialmente construído (aquele); a outra concepção constrói-se sobre o que é masculino e o que é feminino, numa tentativa de se distanciar do fundacionalismo biológico. Entretanto, segundo a autora, sua superação ainda é necessária e propõe que o corpo e não mais o sexo, seja a base material para os estudos de gênero, porque é no e através do corpo que manifestamos toda nossa sexualidade, ideologias etc. Adotamos essa concepção de gênero (social)³¹ para as discussões que propomos.

Já na perspectiva da Linguística, há uma categoria bem estabelecida de gênero gramatical e que gera alguns conflitos. Esse termo remete a uma categorização linguística que distingue palavras masculinas e femininas na língua portuguesa³², sendo fortemente marcada nesse idioma: em português, todo nome tem gênero gramatical, seja o referente sexuado (o cachorro, a gata) ou assexuado (a libido, o momento). Isso o constitui como um mecanismo de manifestação ideológica³³ porque permite ao usuário escolher: i) utilizar ou não a forma masculina para se dirigir a um grupo heterogêneo de pessoas, ainda que formado em sua maioria por mulheres – a classe/a categoria dos professores; ii) aceitar ou não variações gramaticais em função do gênero – já é clássico o caso da presidente/presidenta Dilma Rousseff; iii) fazer ou não a concordância em função da identidade sexual e de gênero de alguém – outro caso corrente é o ou a Pablo Vittar.

Observe-se que os três casos mencionados seriam apenas questões de natureza morfossintática, gramatical, mas se constituem como problemas de cunho sócio-histórico, a partir do sexo e do gênero. Para Louro (2008), foram desenvolvidas diversas formas de ordenamento e hierarquização dos sujeitos com base na aparência dos corpos, sendo a divisão masculino/feminino considerada originária e essencial. Separam-se homens e mulheres e hierarquiza-se o masculino como o grau mais elevado; contudo, não qualquer masculino, somente aqueles mais próximos da prototipicidade, nascidos (exclusivamente) com pênis e que performam com a masculinidade valorizada socialmente.

Segundo Carvalho (2018), até a década de 1960, a noção linguística de gênero era apenas referencial – que identifica os referentes como feminino, masculino ou independente de gênero no mundo real – e sociocultural – que remete à distinção de papéis masculino e feminino e respectivos traços característicos. Por exemplo, funções vistas como exclusivamente femininas são sempre usadas dessa maneira: enfermeira, dona de casa, aeromoça, faxineira etc. Contudo, a influência dos movimentos feministas e das ciências sociais aduziu uma concepção sociocultural e psicológica complexa, em que a divisão mulheres/feminino e homens/masculino não é mais considerada natural, mas que os significados atribuídos a essa divisão, às instituições e às ideologias, às identidades prescritas e reivindicadas e à variedade de práticas sociais é que sustentam essas instituições, ideologias e identidades.

Carvalho (2018) também aponta que teorias linguísticas mais recentes propõem novas perspectivas de estudo: i) considerar o gênero como uma construção linguística a ser estudada localmente e em práticas reais; ii) encontrar maneiras de ir além de um pensamento estritamente binário de construção de gênero linguístico; iii) fornecer análises críticas de discursos normativos de gênero. Tais discussões se fundamentam no trabalho de Judith Butler sobre a construção discursiva do binarismo normativo de gênero. Assim, a primazia do masculino sobre o feminino tem sido questionada: o sexo deve deixar de ser a base para o tratamento dirigido às pessoas e se deve considerar a autodeterminação dos sujeitos. Nesse sentido, corrobora-se a asserção de Louro (2008, p. 76) quando diz que “o modo como a distinção masculino/feminino vem sendo entendida diverge e se modifica histórica e culturalmente”.

31 Neste texto, com o intuito de evitar confusões teóricas, utilizaremos *gênero gramatical* para nos referir à classificação de palavras e *gênero* quando tratarmos da vivência interna e individual de cada pessoa.

32 Algumas línguas apresentam um gênero denominado *neutro*, o qual existia em latim, mas que se perdeu em sua evolução para o português.

33 Calcula-se que apenas ¼ das línguas 6.000 existentes possui a categoria *gênero gramatical* como medida de classificação.

Neste artigo, nossa concepção de gênero não pratica mais o uso inquestionável das noções de mulher e homem como duas macrocategorias de base biológica autoexplicativas, ao mesmo tempo em que se amplia para incluir discussões de desejo e/ou identidade sexual.

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE GÊNERO NO BRASIL

As políticas linguísticas de orientação sociolinguística devem empreender reformas “direcionadas a alcançar mudanças sociais, especialmente do tipo que permite maior igualdade, equidade e acesso” (PAUWELS, 2003, p. 556, tradução nossa). Segundo a mesma autora, o planejamento de uma reforma linguística estrutura-se em quatro etapas, quais sejam: i) apuração de fatos, isto é, a documentação de questões e preocupações problemáticas; ii) viabilidade da mudança e desenvolvimento de propostas de mudança; iii) implementação, trata-se dos métodos e caminhos para promover e implementar as mudanças; e iv) avaliação/feedback, etapa final em que os planejadores aferem o sucesso das mudanças em termos de alcance das metas estabelecidas.

Podemos fazer um breve retrospecto de documentos oficiais que normatizam as políticas linguísticas de gênero no Brasil, as quais quase sempre se voltam para a marcação de gênero gramatical em língua portuguesa. O primeiro ato ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando foi sancionada a Lei nº 2.749. Sua escrita foi um primeiro movimento para que a mulher se tornasse visível; entretanto, note-se que isso a respaldava apenas de modo individual (Maria, a supervisora), caso houvesse um grupo misto, o masculino genérico³⁴ morfossintático voltaria a apagar a presença feminina (Maria e João supervisores).

A segunda política linguística – Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002, que dispõe sobre a redação inclusiva em documentos oficiais, alterando o Art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998 – tenta colocar o masculino e o feminino em destaque através de construções coordenadas (homens e mulheres, senhoras e senhores, todos e todas), uma ação exaustiva para a produção linguística, mas não inválida para o combate ao sexismo.

A terceira política, Lei nº 12.605, foi sancionada por Dilma Rousseff em 2012. Com a qual se recupera a primeira ao afirmar que “instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido”. Tornou-se polêmica pela adoção do termo *presidenta* por Rousseff em documentos oficiais e um índice de seus apoiadores: se é uma mulher ocupando esse cargo, então o termo deve se flexionar no feminino.

Destaca-se, em âmbito estadual, no Rio Grande do Sul, um Decreto Estadual (nº 49.995/2012 - RS) que compôs uma comissão para a feitura de um Manual para o uso Não Sexista da Linguagem a ser utilizado em toda a administração pública.

Em todos esses documentos, contudo, visa-se apenas à inclusão de mulheres. Perguntamos, então, como fica todo o espectro da diversidade sexual e de gênero nessa disputa? É difícil propor algo que abarque a todos, mas isso tem sido feito por alguns grupos. A título de ilustração, pensemos em como homens trans gestantes devem ser tratados? A Rede Trans, em sua Cartilha Saúde do homem trans e pessoas transmasculinas (2018), utiliza a locução “pai gestante” destacando que ele tem útero, dá à luz e amamenta. Mas a Rede Trans é um grupo à margem e sua Cartilha não é fruto de uma política pública de Estado.

Podemos ainda lembrar os usos não formalizados -@, -x, -e (todxs, tod@s, todes). Eles apresentam problemas de pronúncia, com exceção do morfema -e, não são acessíveis a softwares leitores de tela, como os usados por pessoas com deficiência visual; além disso, esses usos são limitados à linguagem escrita.

Objetivando superar o binarismo masculino-feminino e contemplar as “minorias sexuais e de gênero”, em 2017, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou o anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, que já foi encaminhado pela relatora Senadora Marta Suplicy em 2018 e, atualmente, aguarda votação pelas esferas legislativas³⁵.

Além das leis propostas, o Estatuto recomenda ajustes na legislação vigente por meio de uma

34 A utilização do gênero gramatical masculino para a referência a homens e mulheres.

35 É interessante lembrar que o *Manual de Comunicação do Senado* (2012) dialoga com as novas perspectivas de gênero, afirmando que esse termo “significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos”. Entretanto, apenas alista uma série de palavras e seus significados, e não sugere usos, construções sintáticas etc.

proposta de Emenda Constitucional, a fim de alterar, mediante enunciados substitutivos e aditivos os preceitos supralegais: Lei 10.406/2002 - Código Civil; Lei 6.015/1973 - Lei dos Registros Públicos; Lei 8.560/1992 - Regula a investigação de paternidade; Dec. Lei 5.452/1943 - CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e Lei 6.880/80 - Estatuto dos Militares.

A inserção da comunidade LGBTI+ também deve ocorrer pela linguagem. É interessante observar que, para garantir a inclusão desse grupo, os autores não usaram de novos artifícios, mas de estratégias e mecanismos linguísticos comuns em português, que analisaremos no próximo tópico.

ANÁLISE DA REDAÇÃO DO ESTATUTO

A leitura que fazemos do Estatuto aponta que esse texto jurídico parece ainda buscar o uso linguístico ajustado às expectativas sociais do grupo a que ele se propôs representar – ele apresenta avanços e alguns retrocessos. Destacamos em **VERSALETE** as mudanças consideradas um avanço; em sublinhado, a manutenção de linguagem sexista do texto original; e em **negrito**, a manutenção do texto original em linguagem não sexista.

O primeiro ponto importante é o uso de construções sintáticas sem marcação de gênero, isto é, lança-se mão de estruturas em que gênero algum é explicitado, abarcando desse modo todo e qualquer indivíduo.

1. “De acordo com a vontade que ambos acabais de afirmar perante mim, de vos receberdes em casamento (< por marido e mulher), eu, em nome da lei, vos declaro casados”.
2. “Constranger alguém (< mulher) a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça.”
3. “Parágrafo único. O reconhecimento da entidade familiar independe da orientação sexual do casal.” < “Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.”

Veja-se, em 1, que o masculino genérico ainda se faz presente nos termos sublinhados, mas que a locução marido e mulher foi substituída por uma locução adverbial. Destacamos que o termo ambos (= os dois) poderia ser elidido sem prejuízo de interpretação, pois acabais se refere à segunda pessoa do plural, que podem ser duas ou mais – embora ainda não haja uma legislação sobre, lembremos que há novas configurações de relacionamento, como trisal e poliamor –; assim, a exclusão de ambos retiraria não só o masculino genérico, mas também a necessidade serem apenas duas pessoas.

Em 2, a substituição de mulher por utiliza-se um pronome indefinido assinala que qualquer pessoa, mesmo homens cis-héteros, pode ser vítima de estupro. Já em 3, toda a oração é reformulada para abranger a diversidade.

Em sentido similar ao da primeira estratégia, o uso de substantivos sobrecomuns não hierarquiza os gêneros, porque são uniformes e apresentam um único gênero gramatical. Além disso, em 4, notamos a presença de adjetivos uniformes sem a anteposição de determinantes de gênero; entretanto, em 5, isso não ocorre, pois foi utilizado um pronome em sua forma masculina.

4. “Pelo casamento, os cônjuges (< homem e mulher) assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.”
5. “As pessoas (< O homem e a mulher) com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.
6. “O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos a um ou a ambos os cônjuges ou conviventes (<ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.)”

Outro mecanismo linguístico empregado remete ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002, trata-se do uso de orações coordenadas. Temos aqui a perspectiva do avanço, na medida em que iguala e explicita masculino e feminino gramaticais, por conseguinte, sociais; contudo, ainda se baseia no binarismo:

7. “Ao segurado e à segurada (< À segurada) da Previdência Social que adotar ou obter guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-natalidade (< salário-maternidade)”

Ainda foi possível identificar a mudança de termos por outros que não se referem exclusivamente a mulheres. Como assinala Uziel et al. (2006), o conceito de parentalidade, retira a carga sexual e biológica dos termos paternidade e maternidade; do mesmo modo, podemos pensar que

a noção de natalidade aplica-se a toda e qualquer pessoa independentemente do fator biológico.

8. “O SALÁRIO-NATALIDADE (< SALÁRIO-MATERNIDADE) é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à PARENTALIDADE (< MATERNIDADE).”

Apesar de todo esse esforço para contemplar a diversidade em seu texto, o Estatuto peca em utilizar o masculino genérico ao longo de quase toda a sua redação, além de propor mudanças infraconstitucionais que o reforçam. Como aponta Pauwels (2003, p. 557), “A referência genérica em muitas línguas ocorre através do uso de formas idênticas à representação da masculinidade” o que faz com as mulheres se tornem invisíveis e de status subsumido em expressões de formas masculinas. Se pensarmos na diversidade sexual e de gênero, ela não estará representada em 9.

9. “VI – salário-natalidade (< salário-maternidade) para os segurados empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico (<as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.)”

Além disso, notamos a substituição de construções coordenadas, novamente, pelo masculino genérico. Em 10, essa pode ter sido uma tentativa de fugir à representação da “tradicional” de família, como o proposto pelo Projeto de Lei nº 6.583/2013 (Estatuto da Família), que define “entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.” Entretanto, parece-nos favorecer o sexismo, sendo mais interessante manter a construção coordenada, adequando para “quando pai(s) e/ou mãe(s)”.

10. “Quando ambos os pais (< pai e mãe) forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles [...]”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo isso torna patente a necessidade e a urgência de fomentar o uso de uma linguagem inclusiva para a diversidade sexual e de gênero. Como se percebe até aqui, a língua em si não é sexista, mas o uso que fazemos dela é. Por isso, precisamos mudar a linguagem sexista, excludente e discriminatória, oferecendo alternativas concretas e viáveis de mudança, embora nem sempre (na verdade, nunca) seja fácil. Como afirma Borba (2015, p. 99), “ao falar, utilizamos discursos que temos disponíveis, e esses discursos podem ecoar (repetir e reiterar) as normas da heteronormatividade, nos impelindo, assim, a posições de sujeitos com as quais não necessariamente nos identificamos.” Para além das estratégias já adotadas pelos redatores do Estatuto, é recomendável a ampliação dos seus usos, bem a utilização de estruturas sintáticas neutras e de substantivos abstratos (e por isso genéricos). De todo modo, há um notório avanço tanto no campo legislativo, quanto no linguístico.

REFERÊNCIAS

BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. Revista Entrelinhas, v. 9, n. 1, p. 91-107, 2015.

BRASIL. 2.749. Lei nº 2.749, de 2 de abril de 1956. Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas. 2 abr. 1956.

BRASIL. 12.605. Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. 3 abr. 2012.

CARVALHO, Dannel. Gênero e língua: entre a gramática e o social. Roseta, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.roseta.org.br/pt/2018/05/05/genero-e-lingua-entre-a-gramatica-e-o-social/>. Acesso em 14 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero, Revista Estudos Feministas, Vol. 8, Nº 2, 2000, p. 9-41.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Anteprojeto Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero. 2017.

PAUWELS, Anne. Linguistic Sexism and Feminist Linguistic Activism. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Myriam (orgs.). The handbook of language and gender. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 550-570.

SENADO FEDERAL. Linguagem inclusiva. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/linguagem-inclusiva>. Acesso em: 11 nov. 2019.

UZIEL, Anna Paula et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 203-227. 2006.

O MOVIMENTO LGBTQI+ ENQUANTO SUJEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DA (IN) VISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Livia Almeida Dutra³⁶
Pollyana Gonçalves dos Inocentes³⁷

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a trajetória histórica do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Queer e Intersexuais (Movimento LGBTQI+) no processo de formulação de políticas públicas no contexto brasileiro, na tentativa de retratar suas conquistas e desafios e o processo pelo qual vem se constituindo enquanto sujeito das políticas públicas. Trata-se de pesquisa básica exploratória com procedimento de pesquisa bibliográfica para fundamentar o estudo, utiliza-se o método materialismo histórico dialético por permitir a compreensão da dinâmica do objeto em sua concretude. A organização dos novos movimentos sociais na luta por direitos – o direito à igualdade e o direito a ser diferente, constituiu a base fundamental para uma nova noção de cidadania e democracia, estendida como o espaço de criação de novos direitos. Apesar do Movimento LGBTQI+ ganhar visibilidade política e conquistar direitos sociais, ainda há um longo caminho a ser percorrido para combater a discriminação e a violência, e reconhecer direitos às pessoas LGBTQI+ em um contexto marcado pelo avanço do conservadorismo. É necessário fortalecer as políticas públicas, bem como fortalecer o Movimento LGBTQI+ como um sujeito político importante para construção e efetivação da cidadania desse segmento populacional. Concluímos que não há como retroceder no reconhecimento dos direitos e respeito às diferenças sexuais, considerando que tais direitos já são reconhecidos pelo Estado, sendo obrigação do aparelho estatal garantir a sua efetivação. Apesar dos avanços alcançados pelos movimentos sociais, é importante reconhecer que, ainda existe um longo percurso a ser percorrido em busca da visibilidade e garantia da cidadania da população LGBTQI+.

Palavras-chave: Movimento LGBTQI+. Políticas Públicas. Direitos.

INTRODUÇÃO

No presente texto, desenvolve-se um esforço de apresentar o surgimento dos novos movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania, situando o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, Queer e Intersexuais (LGBTQI+) na luta por cidadania e direitos. Nesse sentido, o texto procura resgatar historicamente as conquistas do Movimento LGTQI+ face às políticas públicas.

A organização dos novos movimentos sociais na luta por direitos – o direito à igualdade e o direito a ser diferente – constituiu a base fundamental para uma nova noção de cidadania e democracia, estendida como o espaço de criação de novos direitos.

Nesse sentido pode-se dizer que a conquista de direitos legitimados pelo Estado representa a visibilidade social alcançada pelo Movimento LGBTQI+ ao promover várias mudanças na sociedade contemporânea, considerando o reconhecimento das diferenças e respeito pela diversidade com a adoção de políticas públicas com vistas à promoção da cidadania e ampliação da democracia.

ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Para começarmos a discussão da dinâmica da ação dos movimentos sociais enquanto sujeito das políticas públicas, se faz necessário conhecer os processo histórico do surgimento do Estado Moderno e a gradual construção de formulação de políticas públicas, com ênfase às voltadas para o Movimento LGBTQI+.

O Estado moderno emergiu da decadência da sociedade feudal e da lei divina como fundamento das hierarquias políticas, ainda no período da chamada acumulação primitiva do capital e expressou os interesses da burguesia em constituir uma nova forma de organização do poder político, desencadeando uma discussão sobre o papel do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

O Estado se desenvolve vinculado à classe burguesa como estratégia de comando político adequado a responder aos interesses do capital, privilegiando a propriedade privada dos meios de produção, como já foi dito, às formas de produção e reprodução sociais capitalistas. Assim, “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

36 Bacharel em Serviço Social. E-mail: liviaaldut@hotmail.com

37 Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (UFMA). Bolsista FAPEMA. E-mail: pollyana_gim@hotmail.com

Na perspectiva gramsciana o Estado seria a soma da sociedade civil e da sociedade política, assumindo um caráter de Estado ampliado a partir da ampliação do campo de atuação e do significado simbólico, portanto não se resumiria aos órgãos de poder das esferas governamentais (GOHN, 1997).

Em suma, adotar a visão gramsciana de Estado ampliado significa reconhecer que os conflitos e as lutas sociais perpassam os aparelhos de Estado extrapolando a noção de que “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX E ENGELS, 2010, p. 42).

Reconhece-se a importância das lutas sociais, considerando que a partir das mobilizações sociais o Estado é pressionado a responder às demandas da população, porém tais demandas só são atendidas em sua amplitude no momento em que este deixe de ser “produto e a manifestação do antagonismo inconciliável de classes” (LENIN, 2007, p. 27), ou seja, em que o Estado deixe de ser Estado.

Segundo a análise de Montaño (1999), o Estado moderno enquanto partícipe da lógica capitalista assume uma posição ampliada ao atender tanto aos interesses da classe dominante quanto das classes subalternas. Significa, portanto reconhecer que a classe trabalhadora se organiza politicamente e reivindica por melhoria nas condições de vida e de trabalho, pressionando o Estado e a classe dominante por respostas às suas reivindicações³⁸.

O Estado altera suas políticas diante de determinadas conjunturas históricas, incorporando ou abrindo novos espaços às forças sociais, grupos de pressão (através da contestação ou não). Assim, não se pode atribuir ao Estado o poder de indutor de mudanças sociais, pois trata-se de um processo que é dialético, conflituoso e contraditório (GOHN, 1997).

O surgimento das políticas sociais no Modo de Produção Capitalista (MPC) foi gradual e diferenciando entre os países e refletem as respostas do Estado capitalista, que passa a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade, dependendo da organização política e pressão da classe trabalhadora, grau de desenvolvimento das forças produtivas, e da correlação de força no âmbito do Estado (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

A política pública é entendida, como processo de regulação ou intervenção na sociedade. Nesse sentido, a dinâmica da formação de políticas públicas tem diferentes sujeitos, com interesses e expectativas diversos. Vale dizer que trata-se de um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não decisões, constituída por interesses diversos, limitada e condicionada à processos econômicos, políticos e sociais (SILVA, 2001).

Dentro dessa perspectiva, podemos afirmar que toda política pública se constitui como instrumento de mudança social, com vistas a promover o bem-estar social dos extratos sociais, principalmente os mais invisibilizados, devendo, portanto ser um instrumento que promova a cidadania e ampliação da democracia.

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Entende-se que as políticas públicas devem ser analisadas numa perspectiva de totalidade, por serem permeadas de contradições, no qual se insere o protagonismo de diferentes sujeitos com racionalidades e interesses diversos na dinâmica da formulação das políticas públicas.

Para isso, se faz necessário discutir o papel dos movimentos sociais enquanto sujeito das políticas públicas, destacando a relação entre o Estado e a sociedade civil, em que ambos têm particularidades e interesses diversos, apesar da interdependência e autonomia, considerando que a efetivação das políticas públicas sintetiza as lutas sociais históricas, incorporando as conquistas da classe trabalhadora e, contraditoriamente confluindo para o projeto político hegemônico da reprodução do capital (GOHN, 2007).

Os movimentos sociais estão inseridos num processo histórico complexo permeado de contradições, com uma série de pautas específicas para formulação de políticas públicas, manifestado em conflitos de interesses, arranjos nas esferas do poder e perpassando toda a estrutura da sociedade

³⁸ Ninguém induz ninguém sozinho, há um sistema de correlação de forças no qual cada pressão há uma resposta ou a uma antecipação às pressões. É uma luta. Se algum grau de democratização é obtida no processo é graças às lutas e não à clarividência ou à predisposição de algum ator ou setor governamental (GOHN, 1997, p. 188).

civil e do Estado que necessita atender as diversas demandas.

No final da década de 1970, ocorreram significativas transformações nas relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, marcada de um lado pelo processo de redemocratização do país e por outro pela crise fiscal do Estado, refletindo mudanças nas políticas públicas estabelecidas nas décadas anteriores, após mais de 20 anos de regime ditatorial. Para Gohn (1991), os novos atores sociais que emergiram na conjuntura brasileira nos final dos anos 1970 configuraram novos espaços e formatos da participação e das relações sociais, espaços estes basicamente construídos pelos movimentos sociais.

A partir de então, as mudanças ocorridas no Estado brasileiro tiveram como referência uma agenda de reforma gestada na participação de diversos sujeitos. Com a evolução da agenda, destacam-se dois momentos principais: a democratização dos processos decisórios e do resultado das políticas públicas que reivindicava pela ampliação do número de sujeito sociais envolvidos na tomada de decisão e, a inclusão de novos segmentos da população brasileira atendidos pelas políticas públicas. Dentre as propostas priorizadas, destaca-se a descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e na implementação das políticas públicas.

Destaca-se a participação dos movimentos sociais na construção da agenda pública, acesso a serviços públicos e à melhoria nas condições de vida de segmentos historicamente marginalizados, especialmente nos grandes centros urbanos. Destaca-se neste momento a problemática enfrentada pela população LGBTQI+.

O MOVIMENTO LGBTQ E A LUTA PELA GARANTIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQ: DESAFIOS E TENSÕES NO CONTEXTO DE AVANÇO DO CONSERVADORISMO

O Movimento Homossexual, hoje conhecido como Movimento LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer³⁹ e Intersexuais) teve início na Europa, em torno da luta pela garantia e legitimação dos direitos civis dos homossexuais e contra a descriminalização da homossexualidade, tidos eixos fundamentais para o ponto de partida deste movimento.

Nos Estados Unidos, a “Revolta de Stonewall”⁴⁰ tornou-se referência para os países da América Latina, no que pese a luta pela garantia de direitos, respeito a diferença e igualdade “[...] Os protestos de Stonewall passaram a assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay, e a data passou a ser posteriormente consagrada como o ‘Dia do Orgulho Gay e Lésbico’.” (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p 45).

O Movimento LGBTQI+ ganhou expressividade no Brasil na década de 1970, em meio a um contexto de regime ditatorial-militar, no qual o Estado autoritário-militar repreendia e censurava toda e qualquer manifestação popular.

O movimento emergiu denunciando os incontáveis casos de violência e homicídios sofridos por aqueles que não se enquadravam no padrão da sociedade heteronormativa, problematizando temáticas como a hierarquização de gênero e a cultura machista.

Destaca-se nesta época, a criação do Jornal Lampião da Esquina, destinado à população LGBTQI+ que trazia discussões sobre a sexualidade, considerado um marco histórico e de grande influência nas manifestações daquele período. Concomitante à época tem-se a criação do primeiro grupo de organização política LGBTQI+ de São Paulo, denominado “Somos de Afirmação Homossexual⁴¹”, influenciando a criação de outros grupos organizados da população LGBTQI+, dentre eles o “Somos do Rio de Janeiro” e o primeiro grupo Lésbico – Feminista de São Paulo.

Na década de 1980, diante da epidemia da Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida (AIDS) houve um retrocesso no que se refere a visibilidade da população LGBTQI+, sendo o “homossexualismo”⁴² fortemente relacionado à proliferação da doença, culpabilizando a população LGBTQI+, principalmente os homens homossexuais, pela eclosão do vírus da AIDS.

Diante disso, o Movimento LGBTQI+ organizou mobilizações de enfrentamento à epidemia do

39 Queer é um termo utilizado com o propósito de abrigar aqueles que não se encaixam as normas heterossexuais e binárias de gênero.

40 É considerado o acontecimento mais importante para a liberação do movimento gay e a luta pelos direitos LGBT nos EUA e no mundo.

41 Somos: Grupo de afirmação homossexual, criado em 1978.

42 Até o ano 1990, a Organização Mundial de Saúde considerava a homossexualidade como doença e por isso, entre a lista de doenças mentais da organização, estava o “homossexualismo”.

vírus da AIDS, pressionando o Estado a responder de forma efetiva no enfrentamento à doença, tornando o Brasil o primeiro país a responder de forma comunitária e governamental à AIDS.

A transformação do Movimento Homossexual em Movimento LGBTQ, incorporou diversos grupos de ativistas, especialmente de lésbicas e travestis, ampliando as bandeiras defendidas pelo movimento, incluindo o enfrentamento ao preconceito, à violência, à discriminação, fortalecendo as Paradas do Orgulho LGBTQI+, além de tornar popular a expressão “homofobia”.

Os avanços das ações do Movimento LGBTQI+ no Brasil têm como marco significativo o programa “Brasil sem Homofobia”, lançado em 2004, pelo Governo Federal, pela então Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O propósito do programa era criar uma política pública com vistas a combater a discriminação, a violência moral e física, o preconceito e também a violação aos Direitos Humanos.

Em 2008, ocorreu a 1ª Conferência Nacional LGBT, culminando na implantação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com a finalidade de efetivar políticas públicas que garantam direitos, atendam às necessidades do segmento e combatam as desigualdades, tendo um importante papel na inclusão social.

Em 2011, a 2ª Conferência reiterou os objetivos traçados na primeira conferência e traça planos e diretrizes voltados a formulação de políticas públicas para a população LGBTQ. As diretrizes apontaram demandas voltadas para o tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Quadro1: Conquistas do Movimento LGBTQI+ referentes à Seguridade Social brasileira.

Fonte: BRASIL, 2010. BRASIL, 2009. BRASIL, 2007. BRASIL, 2011.

SAÚDE	PREVIDÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Criação do comitê técnico de saúde da população LGBT no Ministério da Saúde;	A parceria do INSS com ONGs na atuação da defesa dos direitos, dignidade e cidadania LGBTQ;	Qualificação no enfrentamento a discriminação de gênero, orientação sexual ligado às equipes gestoras e técnicas que atuam especificamente no cotidiano das instituições onde a PNAS é executada;
Construção do plano integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS e outras DST, com ações para mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais;	O aperfeiçoamento do atendimento do INSS para com a população LGBTQ;	Garantia, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBTQ e o asseguro a inclusão do recorte de identidade de gênero e orientação sexual, observando a questão étnico-racial, na Política Nacional de Assistência Social;
Construção do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e outras DST entre gays, homens que fazem sexo com homens e travestis;	Consolidação da MPS Nº 513 de 09.12.2010, que dispõe sobre os dispositivos da Lei nº 8.213/91, que tratam de dependentes para fins previdenciários relativamente à união estável entre pessoas do mesmo sexo.	A ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBTQ e assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal;
Realização do I Seminário Nacional de Saúde da População LGBT na Construção do Sistema Único de Saúde (SUS);		
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (portaria nº 2.836, de 01 de dezembro de 2011);		

A constituição do movimento LGBTQI+ como sujeito político é de extrema importância e um marco para essa população, entretanto, são insuficientes diante das necessidades e demandas enfrentadas por esse segmento populacional.

Diante da onda de retrocessos acerca da garantia dos direitos da população LGBTQ, devido ao avanço do conservadorismo reacionário no Brasil, que se caracteriza no golpe da então presi-

denta eleita Dilma Rousseff em 2016⁴³, onde os argumentos utilizados no dia da votação do “impeachment” eram em sua maioria a defesa da “família tradicional brasileira”. Destaca-se o crescimento da temática “moral”, contrapondo-se as transfigurações sociais, entre elas destaca-se as pautas do Movimento LGBTQ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento LGBTQI+ possui uma trajetória marcada de discriminação, violência e exclusão social. A opressão enfrentada pelo movimento LGBTQI+ implicou na promoção da democracia e da cidadania, tendo o movimento ganhado visibilidade social e promovido várias mudanças na sociedade contemporânea a partir da formulação de políticas públicas.

Assim, ainda que em números inexpressivos, as políticas públicas voltadas à população LGBTQI+ (à nível federal) surgiram como resposta do Estado às demandas do Movimento LGBTQI+. A institucionalização das políticas públicas para a população LGBTQI+ no Brasil é recente, teve início efetivo a partir do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004.

Por mais que o Movimento LGBTQI+ tenha avançado na conquista de direitos, diante da histórica invisibilidade, se faz fundamental a manutenção da organização política dessa população e a ocupação dos espaços políticos, através de manifestações, conferências, e realização de processos educativos com vistas a romper com a cultura machista, ainda fortemente presente nas relações sociais e nas diversas formas de opressão em relação às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo, Cortez, 2007.

ENGELS. F; MARX. K. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

GOHN, M.G. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. Na Trilha do Arco-Íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FRANÇA, Isadora Lins. Cada Macaco no seu Galho? Poder, Identidade e Segmentação de Mercado no Movimento Homossexual. Vol. 21 nº 60: São Paulo: RBCS, 2006.

FRY, Peter. Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MESZÁROS. I. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: Rev. Serviço Social e Sociedade nº 110, 2012.

SILVA, M. O. S (org). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria política. São Paulo: Veras Editora, 2001.

LÊNIN, V. I. O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

43 Considera-se aqui golpe devido a não participação da presidenta Dilma Rousseff nas pedaladas fiscais, comprovadas pelo Senado Federal, o que seria o motivo do impeachment.

O NOME SOCIAL COMO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Eduardo Tadeu Roque Amaral⁴⁴
Isabela Fernanda do Nascimento Oliveira⁴⁵

RESUMO

Com base em pressupostos da sócio-onomástica, este trabalho tem como objetivo analisar o nome social como uma categoria da antroponímia brasileira, utilizando como base as categorias que já estão presentes nas literaturas linguísticas. Para isso, observa-se a inserção do termo nome social no ordenamento jurídico brasileiro, considerando as mudanças ocorridas durante o período de 2016, em que a primeira menção foi feita, não somente sobre o uso do nome social, mas também sobre o reconhecimento da identidade de gênero - Decreto Nº 8.727- , e 2018, em que a última modificação, até o fim deste trabalho, foi feita como benefício às pessoas transexuais após a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4275) que possibilitou em junho do mesmo ano o Provimento Nº 73/2018, o qual regulamentou a alteração do prenome e do gênero de pessoas transexuais. Em seguida, são analisadas as estratégias de referência a pessoas trans, as quais considera-se palavras além do termo acima mencionado, em notícias sobre a violência contra esse grupo ou que envolvam tais indivíduos publicadas na internet entre 2008, um ano após a primeira citação foi feita pela Portaria Nº 1.820 e 2017, por meio da ferramenta de busca Google. A análise revela que o termo nome social começa a ser usado nas normas brasileiras de âmbito nacional nos últimos anos da primeira década do século XXI, mas sua frequência em textos de notícias tem sido baixa, somente 5,6% do montante final, encontrando-se entre os termos de menor ocorrência, além disso outras inferências tem uma constatação maior como é o caso do “antropônimo ser antecedido por conhecido(a)” em 51,1% e “antecedido por travesti ou transexual” em 13,7% dos casos. Em parte, verifica-se que o reconhecimento do nome social, apenas, com a normatização não é símbolo de inclusão, visto que em 37,8% dos dados ainda não há o tratamento adequado ao gênero, mas que também é importante para integrar outros passos que fomentem a preservação dos direitos das pessoas trans, ainda que, nos dois conjuntos de textos, seja estabelecida uma forma de viabilizar a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: sócio-onomástica; antropônimo; nome social.

O nome civil é um direito da pessoa humana e seu registro é um dever previsto no ordenamento jurídico brasileiro. Diferentemente de outras denominações pelas quais podemos ser identificados, sua escolha não é feita pelo portador e tem relação direta com a identificação biológica da criança a ser registrada. Entretanto, durante o desenvolvimento da pessoa, nem sempre há correspondência entre o sexo biológico e o autopercebido, o que pode gerar diferentes conflitos, incluindo uma rejeição ao nome do registro civil. Uma alternativa para a redução das consequências dessa incompatibilidade é a adoção do chamado nome social.

Com base nesse fato, este trabalho tem como objetivo analisar o nome social como uma categoria da antroponímia brasileira. Para tanto, apresentamos uma análise da inserção do termo nome social no ordenamento jurídico brasileiro e, em seguida, são analisados textos de notícias que contêm diferentes estratégias de referência às pessoas trans. Parte-se da hipótese de que o reconhecimento do nome social constitui, nos dois conjuntos de textos, uma forma de garantia do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto constitucionalmente.

Na primeira seção, são retomados alguns pressupostos teórico-metodológicos da Sócio-onomástica e, mais especificamente, de estudos recentes da Antroponomástica, com o fim de apresentar alguns dos diferentes tipos de antropônimos das pesquisas na área⁴⁶. Posteriormente, são comentados textos normativos que, tendo sido influenciados por tratados internacionais do século XX, propiciaram a criação de normas brasileiras que resultaram no direito ao uso do nome social. Em seguida, faz-se uma análise linguística do nome social em notícias de jornal, observando não só a presença do termo na notícia, mas também a composição dos nomes com base nos estudos de Antroponomástica.

O NOME SOCIAL COMO UM TIPO DE ANTROPÔNIMO

Os nomes próprios, como se sabe, constituem uma classe heterogênea de itens nominais que em geral, todos os autores incluem pelo menos duas subdivisões na classificação dos nomes próprios, que são os topônimos (nomes de lugar) e os antropônimos (nomes de pessoa). Dito isso, Van

44 Doutor em Letras – Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana - pela Universidade de São Paulo. Professor de Letras na Universidade Federal de Minas Gerais. Email:eduamaralbh@uol.com

45 Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email:isabelanoliveira@hotmail.com

46 Ao se falar em Antroponomástica, adota-se a terminologia estabelecida pelo Conselho Internacional de Ciências Onomásticas (ICOS, 2019) e presente em obras recentes da área, como Hough (2016).

Langendonck (2007) identifica: a) nomes primários e oficiais (prenomes e sobrenomes); b) nomes secundários e oficiais (por exemplo, nome de família empregado como nome individual: Johnson foi um ex-presidente⁴⁷) e; c) nomes não oficiais (denominados pelo autor de bynames). Bajo Pérez (2008), por sua vez, identifica: nomes de batismo; sobrenomes; apelidos, nomes de guerra, nome de religião, nomes artísticos e pseudônimo. A autora analisa dados de língua espanhola, grande parte provenientes de textos literários. Por fim ao analisar dados de textos publicados pelo jornal Folha de São Paulo durante o ano de 2009, Amaral (2011) discrimina dois grupos de antropônimos, os ortônimos (nomes de pessoa) e os alônimos (demais nomes atribuídos aos indivíduos).

No Brasil, o nome de registro civil é constituído por prenome e sobrenome. De acordo com o Código Civil, “toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome” (BRASIL, 2002). O prenome corresponde ao antropônimo que antecede o sobrenome, podendo ser tanto simples (Maria), como composto (Maria Auxiliadora). Quanto ao sobrenome, conhecido também como nome de família, é o antropônimo geralmente herdado dos ascendentes. Além desses, pode ser identificado o chamado agnome, nome que marca uma relação entre o indivíduo portador do nome e outro, de modo geral um parente. São exemplos de agnomes: Júnior, Filho, Neto e Sobrinho.

Em um conjunto diferente dos nomes do registro civil, encontram-se os antropônimos pelos quais são identificados o indivíduo e escolhidos pelo portador do antropônimo ou por outrem. São compostos por um grupo bem heterogêneo de antropônimos, alguns dos quais serão comentados abaixo, levando-se em conta o exposto por Amaral (2011).

O apelido (ou alcunha) é o antropônimo atribuído a um indivíduo por outra pessoa. Habitualmente faz alusão a alguma característica física ou intelectual, podendo ser ou não depreciativa. O hipocorístico é formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo, etc.) de outro antropônimo, como Tatá advindo de Tatiana. É geralmente utilizado em contexto familiar e se diferencia do apelido por se originar de outro antropônimo. O pseudônimo, por sua vez, é empregado por um indivíduo em lugar do nome de registro civil – com base no art. 19 do Código Civil, “O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome” (BRASIL, 2002), sendo, por sua vez, legalmente reconhecido. Entre as acepções atribuídas ao heterônimo pelo Grande Dicionário Houaiss, encontra-se: “nome imaginário que um criador identifica como o autor de obras suas e que, à diferença do pseudônimo, designa alguém com qualidades e tendências marcadamente diferentes das desse criador”. Considerando essas características, verifica-se que o heterônimo é o antropônimo atribuído a um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo.

Ao observar os trabalhos anteriores sobre tipologia de antropônimos, observa-se a inexistência de um estudo de caráter linguístico direcionado à categoria do nome social. Embora o tema venha despertando a atenção de pesquisadores de diferentes áreas (BAHIA e CANCELIER, 2017; SILVA et al., 2017; SILVA JÚNIOR, 2016; VIEIRA, 2012), faz-se necessário analisar a presença dessa categoria a partir de uma perspectiva da Antroponomástica. Isso é o que se pretende fazer neste trabalho.

Antes de entrar em aspectos linguísticos propriamente, é importante observar como o termo nome social vem sendo incluído no ordenamento jurídico brasileiro.

A INSERÇÃO DO NOME SOCIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Em 2006, como uma resposta a padrões de abusos dirigidos contra pessoas por sua orientação e identidade de gênero, real ou percebida, um grupo de especialistas em direitos humanos de diversas regiões e formações se reuniu em Yogyakarta (Indonésia) e deliberou sobre um conjunto de princípios internacionais. O resultado dessa reunião forma os Princípios de Yogyakarta, que estabelecem padrões que os Estados devem cumprir como forma de assegurar uma realidade na qual todas as pessoas gozem de fato dos direitos humanos de liberdade e de igualdade.

Os Princípios de Yogyakarta definem a identidade de gênero como a vivência interna e individual do gênero tal como cada indivíduo sente profundamente. Essa identidade pode corresponder ou não ao sexo que foi imputado no momento do nascimento. Inclui também a vivência pessoal do corpo, que pode envolver a modificação da aparência ou a função corporal e outras expressões de

47 No original: *Johnson was a former president.*

gênero como vestimenta, modo de falar e conduta.

No Brasil, em 2006, uma portaria do Ministério da Saúde (Portaria GM/MS 675, de 30 de março de 2006) aprova a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País. O terceiro princípio desse documento “assegura ao cidadão o atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável”. O interessante é que a Carta garante ao cidadão que este seja identificado na rede de serviços de saúde por um nome diferente do de seu registro. De acordo com o texto, é garantida: “a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil...” (negrito nosso)⁴⁸. Nota-se, no documento, que não aparece ainda o termo nome social.

Posteriormente, a Portaria GM/MS 675 é revogada pela Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, garantindo e citando pela primeira vez o nome social, como forma de identificação do indivíduo⁴⁹. O art. 4º desta Portaria dispõe:

Art. 4º Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos.

Parágrafo único. É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe:

I - identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas (grifo nosso).

Seguindo o propósito de defesa aos direitos das pessoas LGBT e como reflexo de ações que vinham sendo desenvolvidas nas áreas, por exemplo, da saúde e da educação, em 2016, é publicado o Decreto Nº 8.727, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Considera-se, nesse Decreto, o nome social como sendo a “designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida”. De acordo com art. 2º do mesmo documento, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, devem adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto no decreto. Veda-se ainda o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais. Além disso, o art. 3º dispõe que os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos mesmos órgãos e entidades deverão conter o campo nome social em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

O Decreto citado pode ser considerado de crucial importância para a fixação do nome social como uma categoria antroponímica em documentos da administração pública e como um meio de garantir respeito ao cidadão trans que não se identifica com seu nome de registro civil. A aplicação do Decreto Nº 8.727/2016 é feita com base nas necessidades mencionadas, entretanto, nota-se que algumas instituições, anteriormente ao Decreto, já adotavam o nome social como forma de inclusão e respeito aos transexuais e travestis, como exemplificado a seguir.

Como se vê acima, a introdução do termo nome social nas normas brasileiras não se dá de modo abrupto, mas decorre de um processo em que podem ser identificadas diferentes etapas. Primeiramente, começam a ser garantidos direitos humanos e de reconhecimento da identidade de gênero, com base especialmente em atos internacionais dos quais o Brasil participa. Em um segun-

48 Em Belo Horizonte, uma Resolução do Conselho Municipal de Educação publicada em 2008 (Resolução CME/BH Nº 002/2008), já dispõe “sobre os parâmetros para a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares das escolas”. A resolução, fundamentada, entre outras normas, na Portaria do Ministério da Saúde e no Programa Brasil sem Homofobia, apresenta uma definição do que seria o nome social: “nome pelo qual travestis e transexuais femininos ou masculinos preferem ser chamados”.

49 Na Câmara dos Deputados, a justificativa do PL 6655/2006, de autoria do deputado Luciano Zica (PT/SP), se apoiava na necessidade de reconhecimento do nome social de pessoas transexuais. Mas é o PL 2976/2008, de autoria da deputada Cida Diogo (PT/RJ), que busca, pela primeira vez, incluir no ordenamento jurídico o termo *nome social*. O projeto da deputada pretendia criar a possibilidade para que as pessoas que possuíssem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizassem, ao lado do nome oficial, um **nome social**.

do momento, garante-se o direito ao uso de outra forma de nomeação de acordo com a preferência do indivíduo. Em um terceiro momento, surge o termo que passa a ser usado nos textos normativos.

DIREITO AO NOME DEFINITIVO

O Decreto Nº 8.727/2016, citado acima, foi uma alternativa do Executivo de garantir o direito e o respeito ao uso do nome social. Difere, portanto, de decisões legislativas tal como a adotada pela Argentina, cujo Congresso aprovou a Lei 26.743/2012, que concede o pleno direito ao registro do nome social pelo solicitante. A Lei de Identidade de Gênero da Argentina garante a toda pessoa o direito de reconhecimento da sua identidade de gênero e o livre desenvolvimento dessa identidade. Fica assegurado que toda pessoa pode solicitar a retificação do sexo de registro, assim como a modificação do prenome e da imagem, quando estes não coincidam com a identidade de gênero autopercebida. Essa solicitação poderá ser feita por qualquer pessoa, sem a necessidade de provar intervenção cirúrgica de mudança genital total ou parcial, nem comprovar terapias hormonais ou tratamento psicológico ou médico.

No Brasil, ainda não há lei equivalente e o caminho para a garantia do direito à retificação do nome ficou a cargo do Poder Judiciário. Em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4275), o Supremo Tribunal Federal, no ano de 2018, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/1973, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.

Conforme definido pelo art. 58 da Lei Nº 6.015/73 “o prenome será definido, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios”. Assim sendo, a decisão do tribunal viabiliza a possibilidade do reconhecimento do indivíduo por si mesmo, não sendo necessária a necessidade de intervenções médicas ou terapias de hormonização. Em junho do mesmo ano, por meio do Provimento Nº 73/2018, o CNJ regulamentou averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais.

A incompatibilidade do prenome e sexo com a identidade autopercebida causa transtornos e sofrimento, a alteração do registro pode ser feita agora em cartórios do território brasileiro, sem a necessidade de autorização judicial. Respeitando a necessidade social de atribuição de sexo, pode-se fazer também a alteração do gênero no documento de acordo com a identificação do indivíduo, por autodeclaração⁵⁰. A possibilidade de alteração do nome de registro no cartório pode influenciar o emprego do nome social, pois, ao se fazer a mudança em todos os documentos, o nome social se converte em nome de registro, possibilitando a autenticação judicial para a troca do nome e, em termos linguísticos, uma mudança antroponímica. Em todo caso, considerando o histórico de reconhecimento do nome social em textos normativos dos últimos anos, tal como apresentado anteriormente, pode-se pesquisar sua presença em textos de outro gênero (notícias) e ainda analisar sua composição com base nos estudos antroponomásticos.

A INSERÇÃO DO NOME SOCIAL EM NOTÍCIAS DE JORNAL

Com o objetivo de verificar a inclusão não só do termo nome social em notícias publicadas online, mas também de observar as diferentes estratégias de referência às pessoas trans e a composição dos antropônimos em tais textos, foi realizada uma pesquisa no Google a partir dos seguintes elementos de busca: assassinato de trans, assassinato de transexual e assassinato de travesti⁵¹.

Foram analisadas todas as páginas obtidas e, para a seleção dos dados, consideraram-se as notícias que atendiam aos seguintes critérios: a) ser somente do território brasileiro; b) tratar somente de cidadãos brasileiros; c) conter obrigatoriamente nome de registro e o nome socialmente utilizado. Considerou-se também o seguinte: a) havendo mais notícias vinculadas a um mesmo indivíduo, foi selecionada a mais antiga; b) havendo mais de um nome social citado, foi considerado o mais

50 Segundo dados levantados pela Arpen-Brasil (Associação Nacional de Registradores de Pessoas Naturais) e divulgados pela Folha de São Paulo (MAIA, 2019), 2.033 pessoas mudaram de nome em cartório no primeiro ano após a publicação do Provimento n. 73/2018. Os dez prenomes mais escolhidos foram *Bernardo, Bruna, Maria, Pedro, Fernanda, Victor, Rafael, Gabriela, Rafaela e Julia*.
51 Em buscas prévias, foram estes elementos que se mostraram mais propensos para a coleta dos dados das diferentes estratégias de denominação. É lamentável, porém, o fato de ser recorrente a publicação de notícias de violência a pessoas trans.

completo; c) sendo os nomes citados de categorias diferentes, foram incluídos todos (por exemplo, o indivíduo Luan dos Santos usava os nomes Chaiene e Chay).

A partir dos resultados exibidos entre as datas de 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2017, foram obtidas 196 ocorrências, todas com indivíduos que se identificam com o gênero feminino. O período foi estipulado considerando o ano anterior à Portaria Nº 1.820/2009 do Ministério da Saúde e o ano posterior ao Decreto Nº 8.727/2016, comentados na seção anterior. A análise a seguir compreende, portanto, o período compreendido entre 2008 e 2017.

Entre os resultados obtidos, nota-se que o emprego do termo nome social começa a aparecer na amostra de dados a partir de 2014. Apesar das normas jurídicas e administrativas reconhecendo o nome social como um direito, nas notícias da amostra, o emprego do termo nome social como estratégia para diferenciar os diferentes antropônimos ainda pode ser considerado reduzido. A tabela 1 registra a quantidade de ocorrência de cada estratégia na amostra de notícias analisadas para a referência às pessoas trans. Como se observa, prefere-se o uso de conhecido(a) ou de outras expressões ao se mencionar o nome diferente do antropônimo de registro civil.

Tabela 1 - Estratégias usadas na amostra para referência às pessoas trans.

Formas	N.	%
Antropônimo antecedido por conhecido(a)	100	51,1%
Antropônimo antecedido por travesti ou transexual	27	13,7%
Antropônimo antecedido somente por determinante	22	11,2%
Antropônimo antecedido por outras construções	20	10,2%
Emprego do termo nome social	11	5,6%
Emprego de elementos gráficos (parênteses ou	10	5,1%
Antropônimo antecedido por apelido	3	1,5%
Antropônimo citado sem nenhuma indicação	3	1,5%
Total	196	100%

Como afirmado anteriormente, todos os 196 resultados coletados são de transexuais femininas ou travestis. Contudo, em 37,8% dos casos, a pessoa ainda é tratada no masculino. Ainda que o nome pelo qual a pessoa é identificada seja uma forma socialmente feminina, nota-se que a identificação de gênero, pelos autores dos textos, apresenta certa vacilação. Essa situação ocorre em diferentes estratégias relacionadas na tabela 1 e pode revelar, de certo modo, desrespeito à identidade de gênero autopercebida. A tabela 2 mostra a diferença entre a identificação de gênero feminino e masculino nos dados da amostra.

Tabela 2 - Tipos de identificação de gênero.

	N.	%
Identificação por formas femininas	11 4	58,2%
Identificação por formas masculinas	74	37,8%
Gênero não identificado	8	4,1%
Total	19 6	100%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o nome social como uma categoria da antroponímia brasileira. Primeiramente, observou-se a inserção do termo nome social em normas que compõem o ordenamento jurídico brasileiro. A análise permitiu situá-la nos anos finais da primeira década do século XXI. Verificou-se, ainda, que esse reconhecimento oficial constitui o resultado de um processo em que primeiro são garantidos certos direitos individuais, depois se garante o uso de uma denominação diferente da que está no registro, para então se passar ao direito do uso do nome social.

Viu-se ainda que, após o julgamento da ADI 4275 pelo STF, os indivíduos transgêneros passaram a poder substituir prenome e o sexo diretamente no registro civil, independentemente de cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes. Isso significa uma garantia maior à dignidade dos indivíduos transgêneros, pois podem substituir o nome de registro pelo nome social pelo qual se reconhecem e são conhecidos.

Também foi apresentado o resultado de uma análise de 196 casos de referência a nomes de pessoas trans citados em notícias publicadas na internet no período de 2008 a 2017. Entre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que o emprego do termo nome social é reduzido como estratégia para diferenciar os diferentes antropônimos (apenas 5,6% dos casos). Em todo caso, os exemplos coletados mostram a importância da distinção entre as duas categorias de antropônimos e a valorização do nome social como uma categoria que merece respeito por parte de autor e leitor. Isso se torna mais claro quando comparados os exemplos em que se reconhece explicitamente um antropônimo como nome social com outros que ignoram inclusive uma concordância gramatical adequada.

Após a análise dos dados, estamos de acordo com a visão de que somente a normatização do nome social não é suficiente para a inclusão das pessoas trans, tal como defendido por Silva Júnior (2016). Mas é preciso reconhecer que, pelo menos no plano linguístico, a “gambiarra legal”, assim chamada por Bento (2014) ao se referir às normas que diferentes instituições foram adotando para a permissão do uso do nome social, foi um passo para que poder público e sociedade pudessem atentar para a necessidade de reconhecimento de direitos das pessoas trans.

Por fim, há que se destacar que, embora os estudos sobre o nome social sejam recentes, o que se explica especialmente pelo fato de que o termo é recente na literatura, os resultados permitem demonstrar que essa categoria de antropônimo tem cumprido uma função de relevância social não só pelo reconhecimento legal que vem recebendo, mas também por ser uma forma que permite evitar referências pejorativas ou inadequadas às pessoas trans. É nesse sentido que se pode falar que a referência ao nome social constitui uma forma de garantia do princípio da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- AINIALA, T. Names in society. In: HOUGH, C. The Oxford handbook of names and naming. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 371-381.
- AMARAL, E. T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. Alfa Revista de Linguística, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 63-82, 2011.
- ARGENTINA. Lei 26.743, de 9 de maio de 2012. Establécese el derecho a la identidad de género de las personas. Infoleg: información legislativa y documental. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/195000-199999/197860/norma.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- BAHIA, C. M.; CANCELIER, M. V. L. Nome social: direito da personalidade de um grupo vulnerável ou arremedo de cidadania? Revista Húmus, v. 7, n. 19, p. 102-123, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoselctronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/viewFile/7005/4411>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- BAJO PÉREZ, E. El nombre propio en español. Madrid: Arco Libros, 2008.
- BAJO PÉREZ, E. La caracterización morfosintáctica del nombre propio. La Coruña: Toxosoutos, 2002.
- BANDEIRA, L. Estados permitem nome feminino de travestis em listas de chamada escolar. Folha de São Paulo, 1 dez. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u660417.shtml>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-185, 2014.
- BRASIL. Decreto Nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- BRASIL. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- BRASIL. Decreto Nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de fev. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9278.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BRASIL. Lei Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015original.htm>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- BRASIL. Lei Nº 9708, de 18 de novembro de 1998. Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 nov. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9708.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- BRASIL. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- BRASIL. Portaria GM/MS 675, de 30 de março de 2006. Aprova Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 30 mar. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0675_30_03_2006.html>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- BRASIL. Portaria Nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários do serviço de saúde. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 13 de ago. 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html>. Acesso em: 5 fev. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento Nº 73, de 29 de junho de 2018. Dispõe sobre a averba-

ção da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3503>. Acesso em: 13 mar. 2019.

HOUGH, C. (Ed.). *The Oxford handbook of names and naming*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
ICOS - International Council of Onomastic Sciences. *Onomastic terminology*. Disponível em: <https://icosweb.net/drupal/terminology>. Acesso em: 1 fev. 2019.

MAIA, Dhiego. Mais de 2.000 pessoas trans já mudaram de nome em cartório em um ano. *Folha de São Paulo*, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/sp-concentra-64-dos-transgenero-que-decidiram-mudar-nome-em-documentos.shtml>. Acesso em: 4 jul. 2019.

SILVA JÚNIOR, J. A. Direitos à meia luz: regulamentação do uso nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 173-189, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2293>. Acesso em: 1 fev. 2019.

SILVA, L. K. M.; SILVA, A. L. M. A.; COELHO, A. A.; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300835&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jan. 2019.

URRUTIA CÁRDENAS, H.; SÁNCHEZ GÓMEZ, F. El nombre propio en el español de América. In: HERNÁNDEZ ALONSO, C. (Ed.). *Estudios lingüísticos del español hablado en América*. v. III.1: El sintagma nominal - Parte I. Madrid: Visor Libros, 2009. p. 57-306.

VAN LANGENDONCK, W. *Theory and typology of proper names*. Berlin: Walter de Gruyter, 2007.

VIEIRA, T. R. *Nome e sexo: mudanças no registro civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO LGBT NO BRASIL

Natalia Cristina da Silva⁵²
Luiza Stopasolla Pinto⁵³
Milena Gehring Nascimento⁵⁴

RESUMO

O crescimento do segmento de turismo LGBT no Brasil ganhou destaque na última década, principalmente por comportar a maior Parada do Orgulho LGBTI+ do mundo. Esse crescimento que surge da necessidade de uma parcela específica da sociedade de viajar e se sentir acolhida e respeitada, trouxe, de maneira inevitável, a pauta LGBTI+ no contexto das políticas públicas. Procura-se através da pesquisa bibliográfica, documental e da abordagem qualitativa, compreender o entendimento de Turismo LGBT e Políticas Públicas no Turismo, e realizar a relação de políticas públicas nacionais com o segmento. Para sustentar a pesquisa foram selecionados dois eixos relacionados ao Turismo LGBT, presentes nos anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT realizada em Brasília no ano de 2008, pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos. O documento em estudo tem como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBTs”. Analisou-se a incorporação dos temas em políticas públicas e/ou planos nacionais, a exemplo do Plano Nacional de Turismo (PNT), do ano de 2008 até 2019. Concluiu-se que alguns projetos relacionados com o assunto foram levados adiante, com a sua real implementação no Brasil, outros programas e ações foram abandonados com o tempo, mas o cenário político atual trouxe alguns empecilhos para a representatividade LGBT no turismo, e por isso muitos dos assuntos tratados nos eixos citados não foram concluídos até o momento. Entende-se da necessidade e papel do poder público no investimento para o crescimento do segmento e a carência de atenção que sofre.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. LGBT. Brasil.

INTRODUÇÃO

Com a ascensão do segmento LGBT no turismo do Brasil, tornou-se necessário a discussão da criação de políticas públicas com o intuito de propor meios de atuação vindos do Estado e da sociedade, seja na promoção do pluralismo em diversas dimensões ou na redução de impactos negativos, de forma a assegurar um planejamento voltado para o desenvolvimento das atividades turísticas deste segmento (SERAFIM, 2017).

Considerando as possíveis situações de risco causadas por conta da vulnerabilidade da comunidade, é de exímia importância que o turista tenha a segurança de que, ao chegar em seu destino, não sofrerá discriminação. Em decorrência disto, o ordenamento jurídico é muito importante (OLIVEIRA, 2016). A ausência de políticas públicas voltadas para a população LGBT no panorama estatal de planejamento levam os resultados dessas políticas a um lapso, pois há uma dissociação que ocorre entre a elaboração e a implementação nesse processo (OLIVEIRA, 2006).

Tendo em vista de que o país comporta a maior Parada do Orgulho LGBTI+ do mundo e que este segmento teve um crescimento de 11% no turismo do Brasil em 2017 (CASTRO, 2017), é ressaltada a importância da criação de diretrizes oficiais direcionadas à segurança e anteparo dos turistas que usufruem das atividades que compõem o segmento.

O objetivo do artigo é compreender o entendimento de Turismo LGBT e Políticas Públicas no Turismo, e após isso fazer a relação de políticas públicas nacionais com o segmento. Para auxiliar a pesquisa foram selecionados 3 eixos relacionados ao Turismo LGBT presentes nos anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT⁵⁵ realizada em Brasília no ano de 2008. O documento em questão tem como tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBTs”, e conta com 9 eixos temáticos relacionados com o público LGBT, sendo um deles o turismo. A partir da escolha, analisou-se a incorporação dos temas em políticas públicas e/ou planos nacionais, a exemplo do Plano Nacional de Turismo (PNT), do ano de 2008 até 2019.

POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas carecem de uma definição concreta, pois são resultado de um processo complexo de mudanças sociais onde há o envolvimento de múltiplos agentes (GOMES, 2015), mas

52 Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: ncsilva009@gmail.com.

53 Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: lustopasolla@gmail.com.

54 Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: milenagehringnascimento@gmail.com.

55 Disponível em: <<https://bit.ly/2II38oE>>.

podem ser entendidas como um sistema de decisões e atuações do poder público para a resolução de problemas coletivos. Este conceito surge a partir de uma visão holística dos problemas sociais e engloba programas, ações e atividades visando solucionar ou amenizar conflitos ocasionados por conta de diferenças existentes na sociedade (BENEDITO, MENEZES, 2013; DIAS, MATOS, 2012).

A criação de políticas públicas é iniciada após o reconhecimento do problema pelo setor público (GOMES, 2015). Se tratando de um instrumento de desenvolvimento social e econômico é necessário compreender os motivos e importância da elaboração de um conteúdo. (SILVA 2013). Após isso, há a definição de objetivos e estratégias, realocação de recursos para sua realização, implementação e avaliação dos resultados (HOWLETT, RAMESH, 2013).

A formulação de políticas públicas de turismo e de planejamento turístico possibilitada minimizar os impactos negativos do turismo (SANTOS, GOMES, 2007) e devem funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade (SOLHA, 2006; VIEIRA, 2011).

TURISMO LGBT

Historicamente a população LGBTI+ tem ganhado visibilidade no cenário social desde a última década, motivado principalmente pelas conquistas sociais do século XX, despertando interesse do mercado para produtos e atividades destinados a esse público, como é o caso do turismo (GUERRA, 2015). A invisibilidade histórica de LGBTs tapou os olhos da sociedade de forma a não perceberem que essas pessoas sempre estiveram envolvidas com viagens, sendo assim público-alvo de atividades turísticas (TREVISAN, 2006).

Alguns autores defendem a não-segmentação do Turismo LGBT, pois acreditam que “não deveria haver necessidade de selecionar os focos do turismo se a sociedade vivenciasse sua vocação democrática até as últimas consequências” (TREVISAN, 2006, SANCHES et al, 2011). Entretanto, a procura por atividades voltadas especificamente ao público LGBT foi tão expressiva que houve o desenvolvimento e popularidade desse segmento. Prestadores de serviços turísticos perceberam que o segmento de turismo LGBT é um mercado potencial, em constante quebra de paradigmas (ANSARAH, 2000).

Parte dos turistas LGBT são motivados a visitar lugares com infraestrutura gay-friendly (HARDY e OSKARAS, 2016), ou seja, lugares que procuram ativamente a criação de um ambiente confortável para pessoas LGBTI+, seja através de políticas, pessoas ou serviços (HODES, 2007), sendo essa uma das principais características de um destino de turismo LGBT, como afirma o Second Global Report on LGBT Tourism, realizado pela International Gay & Lesbian Travel Association.

O Brasil é hoje um dos principais destinos de Turismo LGBT no mundo, impulsionado principalmente pela Parada do Orgulho LGBTI+ que ocorre em São Paulo, hoje considerada a maior do mundo. Um estudo do Fórum de Turismo LGBT apontou que, em 2017, o crescimento no segmento de turismo LGBT no Brasil foi de 11%, enquanto o turismo geral subiu só 3,5% (CASTRO, 2017).

No que se refere à políticas voltadas ao segmento de turismo LGBT no Brasil, o Ministério do Turismo trata em seus Planos Nacionais estratégias e ações necessárias para que haja a inclusão deste público nas práticas turísticas e, acima, de tudo, o respeito e bem trato dessas pessoas pelos diversos empreendimentos e serviços que compõe a atividade.

METODOLOGIA

Para a elaboração do artigo foi utilizada uma pesquisa de caráter exploratório, pois proporciona maior familiaridade com o problema, busca torná-lo mais explícito e ajuda a construir uma hipótese (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009). Os métodos utilizados foram de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, onde a primeira utiliza fontes constituídas por materiais já elaborados, como livros e artigos científicos, e a segunda recorre a fontes mais diversificadas, como jornais, revistas, relatórios e documentos oficiais (FONSECA, 2002). Para alcançar o objetivo da pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, que trabalha com o universo de significados, motivações, valores e crenças, onde a formulação da hipótese evolui a medida que a pesquisa se desenvolve (MINAYO, 2001; VEAL, 2011).

Figura 1: Fluxograma da Pesquisa.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).



Os dados bibliográficos que foram analisados estão relacionados com o entendimento de Turismo LGBT e Políticas Públicas no Turismo, analisados no referencial teórico, já os dados documentais estão relacionados com relatórios e documentos oficiais sobre a construção e aplicação dessas políticas no Brasil, que foram analisados para gerar os resultados.

RESULTADOS

EIXO 8.3: FOMENTAR O TURISMO LGBT POTENCIALIZANDO A ECONOMIA E A INCLUSÃO SOCIAL EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Desde o PNT 2013-2016⁵⁶ o segmento de Turismo LGBT era tratado como um segmento prioritário para estruturação dentro do Brasil, com foco tanto na oferta quanto na demanda, visando inclusão social e diversificação da oferta turística nacional e internacional. Neste período algumas ações foram feitas por parte do setor público, como o incentivo à Parada do Orgulho LGBT por meio da Lei Rouanet⁵⁷

Em 2018 outro PNT⁵⁸ foi elaborado pelo então governo, com validade até o ano de 2022. O plano apresentava o Turismo LGBT em duas ações diferentes: acesso democrático e combate à LGBTfobia no turismo. Entre os textos do Ministério do Turismo (2018) havia a proposta de “sensibilizar o setor para a inclusão das pessoas idosas e do público LGBT no turismo”. A aprovação do documento foi feita apenas em maio de 2019 pelo governo atual, onde a inclusão do público LGBT foi retirada das ações de acesso democrático, como mostra a imagem abaixo.

Imagem 01: Texto retirado do Diário Oficial da União, aprovado em 15 de maio de 2019.

Fonte: <<https://bit.ly/2kyrWiQ>>.



Eixo 8.5: Promover medidas para que o Brasil se torne um destino acolhedor para turistas LGBTI+ e difundir informações que promovam o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero.

O Ministério do turismo lançou em novembro de 2016 o intitulado “Guia de bolso” para orientar os prestadores de serviços turísticos. O guia foi realizado em parceria entre o Ministério do Turismo, Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, e busca, de forma didática, abranger desde conceitos básicos, termos e melhores formas de agir com o público. A cartilha faz parte de uma ação estipulada pelo Plano Nacional de turismo 2013-2016, que prevê a formulação de políticas públicas para atender melhor os segmentos turísticos, aumentando assim o número de viagens pelo Brasil. Entre esses estão idosos, pessoas com

56 Disponível em: <https://bit.ly/2nLpORv>.

57 Disponível em: <https://bit.ly/2k5wSLX>.

58 Disponível em: <https://bit.ly/2lC776q>.

deficiência ou mobilidade reduzida e a comunidade LGBT, onde para cada um foi formulado uma cartilha de atendimento diferente.

No PNT 2018-2022, é feita uma orientação para que todos entes da federação, assim como órgãos colegiados de turismo e prestadores de serviço da área sensibilizem o setor ao combate à discriminação do público LGBT.

Outra ação relacionada ao eixo 8.5 tomada pelo Ministério do Turismo, pela Embratur e a Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil, em maio de 2018, foi a assinatura de um acordo de cooperação técnica para preparar o Brasil como destino LGBT. O objetivo é de promover e apoiar a comercialização do Brasil como destino gay-friendly tanto no mercado doméstico quanto no internacional. Também pautando a importância de sensibilizar prestadores de serviços turísticos para evitar o preconceito no atendimento a esse público.

O acordo contempla as metas previstas no PNT 2018-2022 com o intuito de oferecer acesso democrático à atividade turística. A pasta possui assento no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT e em 2016 elaborou, juntamente com o CNCD-LGBT, o Guia “Dicas para atender bem Turistas LGBT”. Objetiva-se na publicação a orientação voltada para os prestadores de serviço turísticos sobre o atendimento ao público LGBTI+, oferecendo dicas que garantam acolhimento e respeito a esse público em destinos e equipamentos turísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos textos da Conferência Nacional GLBT (2008)⁵⁹ comenta sobre o crescimento e amadurecimento do Brasil como exemplo de democracia participativa, que “não teme enfrentar os gigantes obstáculos ainda presentes para se garantir avanços definitivos na área dos Direitos Humanos”.

Com o destaque brasileiro no segmento de turismo LGBT, é inquestionável a relevância da criação e implementação de políticas públicas voltadas à melhoria e desenvolvimento da atividade. Para que o crescimento seja efetivo e aplicado de forma convicta em todo setor turístico de oferta, é importante que haja interesse do Estado em investir e incentivar a atividade, demonstrando complacência com a comunidade LGBTI+, dessa forma, assegurando uma boa recepção para que usufruam das atividades ligadas ao segmento.

A partir da pesquisa se percebeu a escassez de políticas públicas no âmbito tratado. A análise foi realizada em diferentes eixos, os quais não possuíam projetos, programas ou ações no espaço tempo estudado. Os projetos citados são resultado da real ação do poder público em benefício do segmento turístico, mas apesar da sua existência são insuficientes para suprir as necessidades que esse público necessita, como garantia de atendimento igualitário e produtos estruturados para essa oferta.

Castro (2017) aponta o crescimento do número de turistas estrangeiros no Brasil impulsionados pelo turismo LGBT no ano de 2017, mas a continuidade deste crescimento é ameaçado por discursos homofóbicos que são disparados por governantes, que pode motivar a estagnação do segmento e até mesmo seu declínio, além de formar uma imagem negativa do país e de sua população.

Para pesquisas futuras recomenda-se uma investigação mais ampla nos eixos citados pelo documento, a fim de identificar ações mais conclusivas. Uma análise dos atrativos que compõem essa oferta também ajudaria no entendimento das políticas públicas propostas, e até mesmo do público-alvo das ações.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M. G. R. Turismo: segmentação de Mercado. São Paulo: Futura, 2000.

BARBOSA, F. L., CLARK, G. A (IN)VISIBILIDADE DA COMUNIDADE LGBT E O PLANEJAMENTO ESTATAL. Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, Brasília, v.3, n.1, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2IEs8xk>>. Acesso em: 07 set. 2019.

BENEDITO, A., MENEZES, D. F. N. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DAS EMPRESAS. Revista Ética e Filosofia Política, Juiz de Fora, v. 1, n. 16, 2013.

59 Disponível em: <<https://bit.ly/2II38oE>>

- CASTRO, B. Turismo LGBT cresce 11%, acima da média da indústria. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2l-FyNY5>>. Acesso em: 07 set. 2017.
- DIAS, R., MATOS, F. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.
- GOMES, B. M. A. Políticas Públicas de Turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- GUERRA, A. R. D. T. O turismo LGBT em Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- HARDY, A., PINTA, O. V. The Evolution of Gay Travel Research. *International Journal of Tourism Research*, v. 18, p. 409-416, 2016.
- HODES, S., VORK, J., GERRITSMAN, R., KRAS, B. Amsterdam as the gay tourism destination of the twenty-first century. *Tourism, Creativity and Development*: Routledge, 2007.
- HOWLETT, M., RAMESH, M., PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, L. A. TURISMO PÓS-MODERNO: O SEGMENTO LGBT NO BRASIL. *Turismo: Estudos & Práticas (rtep/uern)*, Mossoró - Rn, v. 5, n. 1, p.40-56, jun. 2016.
- SANTOS, S. R. dos; GOMES, C. M. Políticas Públicas de Turismo: a importância para o desenvolvimento do Maranhão. In: III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Maranhão, 2007.
- SEBRAE. BRASIL TEM OS DESTINOS MAIS PROCURADOS PARA TURISMO PELO PÚBLICO LGBT. 2015. Disponível em: <<https://sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/brasil-tem-os-destinos-mais-procurados-para-turismo-pelo-publico-lgbt/5578626114d0c01d007ffcfb>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- SERAFIM, R. L. TURISMO LGBT: Por outros olhares que vão além de uma visão econômica/mercadológica. Monografia (Especialização) - Curso de Turismo, Centro de Excelência em Turismo – Cet, Universidade de Brasília – Unb, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2k7Wxn8>>. Acesso em: 07 set. 2019.
- SILVA, F. S. dos, COSTA, S. R. da; CARVALHO, C. M. B. de. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país. Resende: 2013.
- SILVEIRA, D. T.; CORDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SOLHA, K. T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D., SOLHA, K. T. (Org.) Planejamento turístico. Barueri, SP: Manole, 2006.
- TREVISAN, José Silvério. Turismo e orientação sexual. In: BRASIL. Ministério do Turismo (Org). Turismo social: diálogos do turismo, uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.
- VEAL, A. J. Metodologia de pesquisa em lazer e turismo. São Paulo: Aleph, 2011.
- WAITT, G.; MARKWELL, K. Gay Tourism: Culture and Context, Binghamton. NY: Haworth Press, 2006.



06

**TECNOLOGIAS DE GÊNERO
PRODUÇÕES DAS
SUBJETIVIDADES NA
SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

A DRAG QUEEN COMO CONTRADISPOSITIVO E O RE/ENCONTRO DO SUJEITO COM SUA SUBJETIVIDADE

Gustavo Barrionuevo
Roberta Stubs
Eliane Rose Maio

RESUMO

Estávamos andando pelas ruas até nos depararmos com aquilo. Movidos pelo espanto de encontrarmos uma *drag queen* dentro de uma vitrine, nos perguntamos: podemos pensar a *drag queen* como um contradispositivo para recuperar a subjetividade do sujeito em um contexto de dessubjetivação? A *drag queen* é uma linguagem artística transformista que se apropria dos signos e símbolos da performatividade feminina com fins artísticos. Já os dispositivos, são qualquer coisa que capture, controle e modele os gestos, condutas, desejos e discursos dos sujeitos. Entretanto, o que caracteriza os dispositivos na contemporaneidade é o processo de dessubjetivação que está articulado com eles. Tal processo expropria o sujeito de sua exterioridade, da capacidade de afetar e ser afetado pelo fora. Com isto posto, objetivamos: pensar a *drag queen* como um contradispositivo para recuperar a subjetividade do sujeito. O contradispositivo, proposto aqui, é entendido como um vetor, um modo de resistência que está presente no dispositivo, que o faz se atualizar para continuar funcionando, mas que o infecta ao mesmo tempo, o desestabiliza. O contradispositivo inverte, recusa, profana, reorganiza e perverte o funcionamento do dispositivo. A *drag queen* – neste caso, Pandemonia Panacea, artista londrina que utilizamos para pensar a questão – é um contradispositivo. Quando nos deparamos com a performance da artista na vitrine, chamada *Semeosis*, estabelecemos novas linhas de subjetivação que, ao mesmo tempo que recuperam a capacidade de afetação do sujeito, constroem espaços que afirmam a vida em sua multiplicidade, permitindo que os sujeitos se constituam de outras maneiras.

Palavras-chave: *Drag queen*. Dispositivo. Contradispositivo. Processo de Subjetivação.

INTRODUÇÃO

Estávamos andando pela cidade, em frente à várias lojas, as vitrines lotadas com as melhores roupas, anúncios enormes de ofertas, pessoas entrando e saindo, conversando pelo celular. Procurávamos um vestido para a festa que vamos de noite, pretinho básico, moderno, simples e bonito, quando passamos por uma vitrine e vimos um manequim se mover. Espera. Olhamos novamente, perguntamo-nos, o que é isso?

Talvez realmente pudesse ser um manequim. Talvez pudesse ser uma boneca inflável, em tamanho real, articulada, toda de látex. Mas Pandemonia Panacea é só uma *drag queen*. Pandemonia é uma artista londrina que começou a circular no mundo da arte e da moda em 2009. Sua persona drag é caracterizada pela utilização de roupas em borracha, cores fortes (figura 1) e uma grande referência a Arte Pop – tanto pela aproximação conceitual com o movimento, quanto pela apropriação de elementos gráficos fortes das pinturas de Roy Lichtenstein ou a incorporação de produtos industrializados que os artistas do movimento utilizavam em colagens etc.

Figura 1 – Colagem criada a partir de fotografias de Pandemonia.
Fonte: Conta de Pandemonia no Instagram (@therealpandemonia).



A *drag queen* é uma linguagem artística transformista onde a/o artista se vale das performatividades do feminino para construir uma persona. Para Lamberti (2019), a *drag queen* escancara como essas performatividades “femininas” são construídas em torno do sexo biológico, resultando em subjetividades hegemônicas de “homem” e “mulher”. A figura da *drag* (seja ela *queen*, *king*, *queer*, *tranimal* etc.) permite o transitar, quebrar a lógica hegemônica dos modos de subjetivação, instaurar novas formas de vida pois afirma o múltiplo, o /im/possível.

Tendo a linguagem artística da *drag queen* e o trabalho desta artista como disparadora, nos perguntamos: podemos pensar a *drag queen* como um contradispositivo para recuperar a subjetividade do sujeito em um contexto de dessubjetivação? Se a sociedade contemporânea, nas palavras de Agamben (2009), são cheias de dispositivos que produzem sujeitos expropriados de sua subjetividade, da capacidade de afetar e ser afetado, poderia o encontro com a *drag queen* fundar novas linhas de subjetivação? Essas perguntas nos motivam a: pensar a *drag queen* como um contradispositivo para recuperar a subjetividade do sujeito.

DISPOSITIVO E A DESSUBJETIVAÇÃO

Em um de seus textos, Agamben (2009) vai se preocupar na conceitualização do que seria dispositivo em Foucault (2013). De acordo com ambos, o dispositivo seria um conjunto heterogêneo composto pelos discursos, instituições, medidas legislativas, proposições filosóficas, proposições morais, enunciados científicos etc. Tais partes deste conjunto estariam criando, desta forma, um enunciado que pode ser qualificado ou desqualificado como científico. Em palavras muito simples, dispositivos funcionam para criação da verdade científica, da episteme. Além do colocado, o dispositivo também possui uma natureza estratégica, uma certa manipulação das relações de poder para desenvolvê-lo em determinada direção, seja para bloqueá-lo, estabilizá-lo ou utilizá-lo para algo (FOUCAULT, 2013). Por isso, Agamben (2009, p.13) coloca: “[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Mas não só isso, no escopo de características do indivíduo onde o dispositivo age, podemos acrescentar também a criatividade e o desejo (PELBART, 2007).

O interessante no texto de Agamben (2009) é que o filósofo vai encaminhando a discussão sobre os dispositivos ao ponto de entrar no campo da subjetividade contemporânea. Para o filósofo, o que define a presente fase do capitalismo é a ilimitada proliferação de dispositivos e, igualmente ilimitada, proliferação de processos de subjetivação – pois todo dispositivo implica, necessariamente, em um processo de subjetivação, sem o qual ele não pode operar enquanto máquina de governo. Mas além disso, o autor ainda coloca que o que caracteriza os dispositivos na fase presente do capitalismo é o que ele chama de processos de dessubjetivação.

Dentro da lógica dos processos de subjetivação é implícito um momento em que o sujeito, para se formar outro, passa por um processo de dessubjetivação. Desterritorializamos a subjetividade para permitir que outras linhas de subjetivação sejam agenciadas, em outras palavras, a subjetividade do sujeito vai se “desfazer” para se “refazer” outra. Mas o problema que Agamben (2009) coloca sobre os dispositivos contemporâneos é que esse ciclo não se completa, esse processo se rompeu – a dessubjetivação e subjetivação não dão lugar a uma reconstituição do sujeito, ao contrário disso, o sujeito só sofre processos de dessubjetivação, de esvaziamento. “As sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real” (AGAMBEN, 2009, p. 15). Esse processo de dessubjetivação produzido pelos dispositivos funciona enquanto regime biopolítico que captura, modela e orienta o desejo e a criatividade do sujeito, como apresenta Pelbart (2007).

Aos nossos olhos, Pandemonia subverte essa lógica. Ela se apropria desse processo de dessubjetivação do sujeito para criação sua drag. A representação desse processo de dessubjetivação está presente quando a artista, por exemplo, esconde todo seu corpo, cobrindo-o com latéx, com plástico – um processo que esconde sua boca, seus olhos, sua pele, as suas cicatrizes, suas manchas... As marcas de tempo que imprimem no sujeito uma representação das experiências já vividas – transformando-a em um objeto. Para elucidar um pouco a aproximação entre a artista e Arte Pop, trazemos um excerto de Edward Lucie-Smith (2000, p. 162), crítico de arte e curador, quando este escreve sobre Andy Warhol:

Warhol, por exemplo, gostaria de eliminar totalmente a ideia de obra de arte manual. Muitos de seus quadros baseiam-se em imagens fotográficas transferidas diretamente para a tela por meio de estênceis. [...] Um crítico mais receptivo, no prefácio para o catálogo da retrospectiva de Warhol realizada em 1965 no Museu de Arte da Filadélfia, diz que “sua linguagem pictórica consiste em estereótipos”.

Uma das questões teóricas que nos chamam a atenção neste excerto é a afirmativa de que

Warhol gostaria de eliminar totalmente a ideia de obra de arte manual, a utilização de estênceis para reprodução massiva da obra seria um dos meios do artista atingir essa característica comum às fábricas, onde objetos e bens de consumo são todos idênticos uns aos outros e fabricados em grande escala. Essa característica se aproxima da prática da artista que, ao se esconder por meio de uma segunda pele de látex, retira todo resquício do ou da sujeita que está por baixo – pois ninguém sabe quem está por baixo – desde sua aparição, Pandemonia nunca divulgou quem é a/o artista por trás da persona. Ato que reforça ainda mais a ideia de objeto.

Outro ponto interessante é a afirmação de que a linguagem pictórica de Warhol consiste em estereótipos, sendo essa uma outra aproximação com a linguagem artística da *drag* como um todo, não somente no caso de Pandemonia. O estereótipo de que mulheres precisam ter cabelos compridos, precisam estar sempre maquiadas, bem cuidadas, limpas, depiladas, bem arrumadas etc. A segunda pele de Pandemonia carrega todo esse estereótipo do feminino – a maquiagem desenhada na máscara de plástico nunca sai, mas além disso, a textura do material não comporta a textura da pele real, parece que a artista nunca teve pelos, além de que o material brilha por causa do verniz, parecendo que a artista está sempre limpa e impecável. Ao mesmo tempo que ela esconde a identidade, se faz objeto, ela escancara toda a construção do estereótipo feminino (LAMBERTI, 2019).

CONTRADISPOSITIVO E SUBJETIVAÇÃO

Retornamos a Agamben (2009) quando o filósofo argumenta sobre como o dispositivo possui características muito próximas com a religião. Sagradas ou religiosas eram as coisas que saíam da esfera do humano e passavam a pertencer, de algum modo, a esfera dos deuses/as. “Consagrar” é o ato, o sacrifício, o rito de passagem do objeto de uma esfera para a outra, uma expropriação do objeto da humanidade que ele continha. O dispositivo, por sua vez, como já colocado anteriormente, expropria a própria subjetividade e a exterioridade do sujeito. E a alternativa apresentada pelo autor para lidar com esse problema é a “profanação”, que restitui à esfera dos homens, ao profano, aquilo que foi sacralizado pela consagração. “A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício havia separado e dividido” (AGAMBEN, 2009, p. 14).

Alvim (2021) coloca que os dispositivos são atravessados por linhas de resistência, tais linhas são imanentes ao próprio funcionamento do dispositivo e, de certa forma, fazem o próprio dispositivo funcionar – sem elas este estaria estático, vazio. Ademais, ainda de acordo com Alvim (2012, p. 82), as resistências podem funcionar como contradispositivo “[...] na medida em que, por meio de um movimento comum, não cessam de inverter, recusar, reorganizar e perverter o seu funcionamento”. Queremos pensar a *drag queen*, sendo a Pandemonia a disparadora desse pensamento, como um contradispositivo. Se a característica contemporânea do dispositivo é a dessubjetivação, teria como a figura da *drag* retomar a subjetividade? Agenciar outras linhas de fuga?

Um dia, saindo do banho, Derrida (2002) vê seu gato o esperando do lado de fora. Nu diante do olhar de animal, o filósofo sentia cada gota de água escorrendo pelo seu corpo ao mesmo tempo que se percebia na fronteira do humano, na barreira quase intransponível entre o humano e o não humano. O gato também estava pelado, mas apenas o homem se sente encabulado com as vergonhas de fora. Esse espanto de se ver diante de um abismo pôde gerar linhas de subjetivação que tiraram o filósofo do lugar comum da humanidade. A *drag* não faz o mesmo? Quando Lamberti (2019, p. 79) aponta que a *drag* escancara a performatividade dos gêneros, a autora o faz clamando que essa linguagem artística “[...] bombardeie as hegemonias sólidas que dicotomizam e hierarquizam as construções de gêneros e sexualidade”.

A cena descrita no começo, em que andávamos pela cidade procurando um vestido (até que nos deparamos com aquilo) não é uma cena impossível. Pandemonia possui uma performance, chamada Semeosis, em que fica na vitrine de lojas mostrando suas esculturas móveis – desenhos de calçados, de bolsas, de batons, de eletrodomésticos etc. (figura 2). O que esse encontro não poderia fazer com o sujeito?

Figura 2. Fotografia da artista com os elementos da performance.
Fonte: Conta de Pandemonia no Instagram (@therealpandemonia).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o espanto que podemos ter com a *drag queen* é muito próximo da descrição feita por Lucie-Smith (2000, p. 162 - 163) sobre a obra de Warhol:

[...] faz-nos readquirir consciência de objetos que perderam seu reconhecimento visual através da exposição constante. Olhamos como se fosse a primeira vez para coisas que nos são familiares, mas que foram separadas de seus contextos concorrentes [...].

Se deparar com a artista, em performance ou não, destaca o quão construídos nós somos. A discurso de verdade criada pelos dispositivos naturaliza a humanidade, perdemos a consciência de que somos construídos dentro de uma cultura e o processo de dessubjetivação, também próprio dos dispositivos na contemporaneidade, cria sujeitos padronizados onde todas/os pensam e desejam as mesmas coisas. A *drag queen* só apresenta de forma cômica, escrachada e direta os padrões que são impostos a todas dentro da nossa sociedade: um corpo magro, alto e branco, com cabelos longos e loiros, limpa e reluzente, um sinônimo de feminilidade a qual toda mulher é subjugada. A característica colocada anteriormente – da fabricação e do estereótipo – tem dois polos: ao mesmo tempo que demonstra a perda da humanidade na construção da personagem criada pela *drag queen* (que a transforma em um “objeto”), escracha a construção da mesma humanidade naqueles que a observam com espanto e horror – a sociedade.

A *drag queen* é um contradispositivo, ela se apropria do dispositivo para se fazer resistência – uma resistência que infecta o dispositivo, infecta o que dizível e visível pela verdade científica, recusando as relações de poder que o próprio dispositivo engendra. Em todo esse processo, ao recuperar a subjetividade do sujeito por meio do espanto, a artista intensifica formas outras de subjetivação que são mais afeitas ao outro, as dissidências. Assim como Pandemonia cria um espaço para a performance, a sua presença constrói outros espaços que afirmam a vida, materializam e impulsionam o /im/possível.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. In: _____. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. 6ª. ed. Trad. Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó SC: Argos, 2009. P. 8-51.
- ALVIM, Davis Moreira. O que é um contradispositivo? Cadernos de Subjetividade. v.00, n. 14, p. 78 – 85, 2012. Disponível: <<http://revistas.pucsp.br/cadernossujetividade/article/view/38493>>. Acesso: 12 de set. 2019.
- DERRIDA, Jacques. O animal que logo sou (A seguir). São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: _____. Microfísica do poder. 27ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013, p. 363 - 406.
- LAMBERTI, Lua de Abreu. Pe-drag-ogia como modo de tensionar/inventar territórios educacionais heterotópicos. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

AS POSSIBILIDADES DE TECNOLOGIAS NO AQUILOMBAR

Patricia Teixeira

RESUMO

Este texto versa sobre identificar e compreender as possibilidades de tecnologias no quilombar. A fundamentação teórica tem como referência a abordagem crítica de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto, a construção de identidade e reconhecimento postos na categoria político-cultural *amefricanidade* de Lélia Gonzalez e as formas de resistência concentradas no quilombismo de Abdias Nascimento. A proposta do texto é evidenciar as tecnologias no quilombar, a fim de demonstrar que, por meio de uma interpretação filosófico-científica dos conceitos apresentados, tais ações contribuem para um processo retrorreflexivo das próprias comunidades quilombolas e dos reconhecimento dessas/es autoras/es como parte da resistência dessas vivências frente a uma ciência colonizadora.

Palavra-chave: Quilombos brasileiros. Aquilombar. Amefricanidade. Quilombismo. Tecnologias.

INTRODUÇÃO

As possibilidades de tecnologias produzidas em alguns quilombos brasileiros têm por motivação o reconhecimento que a vivência e o “aquilombar” promovem sobre eles, a partir deles, para eles e por eles. Também faz parte dessa motivação a necessidade de constatar o legado histórico e a influência desse legado sobre a consciência das pessoas que são consideradas remanescentes quilombolas e estão envolvidas nesse processo histórico-social.

Aquilombar é um termo que representa o conjunto de ações de resistência frente à opressão da escravização dos povos africanos durante o período iniciado, aproximadamente, em 1550 no Brasil, segundo Gonzalez (1982, p. 89). Diante de tamanha opressão e violência, a população negra escravizada organizou sua resistência em quilombos.

[...] já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do nordeste. E os quilombos existiram em todo o país como contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto. Sua distribuição geográfica articulou-se com a migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema. Os chamados “ciclos da economia brasileira” do período escravista (açúcar, mineração e café, além de outros mais secundários, como algodão, fumo etc.) obrigavam a população escrava a tais deslocamentos e esta, por sua vez, resistia com a formação dos quilombos (GONZALEZ, 1982, p. 91).

Aquilombar é a representação desse período histórico e, também, das práticas de resistência que geraram novas vivências.

Para Lélia Gonzalez é relevante considerar a população negra na construção cultural e social do continente americano:

Essas e muitas outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano, levaram-me a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria, que não se restringisse apenas ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade. Desse modo, comecei a refletir sobre a categoria de *amefricanidade* (GONZALEZ, 1988, p. 71).

O comparativo entre as comunidades quilombolas brasileiras envolvidas nesta pesquisa será importante, considerando que, uma vez que se reconhece as vivências e as tecnologias, a distinção geográfica poderá ou não, demonstrar suas semelhanças e diferenças. Para isso será necessário considerar que os processos histórico-sociais são influenciados por diversos elementos, tais como: contexto histórico de formação da comunidade; motivação, permanência e reconhecimento social, jurídico e territorial; funcionamento do quilombo frente à comunidade local; percepção da realidade, passado, presente e futuro do quilombo a partir das/os remanescentes; meios de subsistência; produção de artefatos da comunidade; dentre outros elementos que a comunidade julgar necessário expor nas entrevistas.

A importância em desenvolver uma pesquisa que identifique e evidencie as tecnologias das vivências do quilombar está em trazer à tona as tecnologias como parte desse movimento ancestral e na construção de frentes de resistência diante da opressão de um sistema econômico que mercantiliza pessoas e as desumaniza. Além disso, a transformação social da sociedade brasileira

também se dá, além de considerar as questões culturais, pelas tecnologias desenvolvidas no aquilombar e no enfrentamento da tecnocracia posta.

FUNDAMENTAÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

O verbo “aquilombar” foi eternizado no poema de Aimé Césaire, *Le verbe marronner*. O contexto político deste poema nos revela o conjunto de ações que este verbo carrega:

Quando o escritor haitiano René Depreste afirmou em 1955 seu apoio a novas diretrizes do Partido Comunista Francês contra a poesia de vanguarda, Césaire levantou a voz em protesto, num poema intitulado “Le verbe marronner” - literalmente “o verbo aquilombar”, pois *marronner* em francês não é reflexivo. “*Vaillant Cavalier du tam-tam*” (“Valente cavaleiro do tambor”), diz ele, dirigindo-se ao colega caribenho. Em seguida, evocando o som daquele *tam-tam* com uma série de versos cheios de sons guturais e nasais (palavra com *r-e-n*), ele acrescenta: *Marronnos-les Depreste marronnos-les [les maîtres d’école] / Commejadis nous marronnions nos maîtres à fouet*. Vamos aquilombá-los Depreste vamos aquilombá-los [os *maîtres* – mestres – de escola, isto é, os chefes do Partido] / Como outrora aquilombávamos nossos *maîtres* [senhores] de chicote. “O poema”, continua Césaire, ainda se dirigindo a Depreste, “não é um engenho para moer cana-de-açúcar”; portanto, “ríamos, bebamos e aquilombemos” (SLENES, 2005, p. 19).

A ação revela um conjunto de atitudes que expressam não apenas a necessidade em resistir diante das opressões, mas um modo de viver que perdure as tradições daqueles que ensinaram o que é a luta e a vida em coletividade e a responsabilidade de levar adiante o legado do aquilombar e de tudo o que esse verbo carrega em si, a representação das identidades, tradições e culturas que foram interrompidas pela escravização de povos africanos.

Abdias Nascimento criou o termo “quilombismo”, que para ele era um “conceito científico histórico-social” e tem a ver com práxis e resistência, resultado da coletividade do povo negro:

A cristalização dos nossos conceitos, definições ou princípios deve exprimir a vivência de cultura e de praxis da coletividade negra, deve incorporar nossa integridade de ser total em nosso tempo histórico, enriquecendo e aumentando nossa capacidade de luta. Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e de sua respectiva visão do futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo (NASCIMENTO, 2019, p. 289).

O autor nos ensina que quilombo “não significa escravo fugido”. Para Nascimento, o termo representa um outro modo de viver que se contrapõe ao sistema vigente que rege a sociedade:

Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. [...] Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema, as relações de produção diferem basicamente daquelas prevalentes na economia espoliativa do trabalho chamado capitalista, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis de uma vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. Contra a propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza, percebe e defende que todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo. Em uma sociedade criativa, no seio da qual o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração, ele é antes visto como forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social. Liberto da exploração e do jugo embrutecedor da produção tecnocapitalista, a desgraça do trabalhador deixará de ser sustentáculo de uma sociedade burguesa parasitária que se regozija no ócio de seus jogos e futilidades (NASCIMENTO, 2019, p. 290).

Nascimento acrescenta e nos informa sobre o fundamento ético do quilombismo:

Assegurar a condição humana do povo afro-brasileiro, há tantos séculos tratado e definido de forma humilhante e opressiva, é o fundamento ético do quilombismo. Deve-se assim compreender a subordinação do quilombismo ao conceito que define o ser humano como o seu objeto e sujeito científico, dentro de uma concepção de mundo e de existência na qual a ciência constitui uma entre outras vias do conhecimento (NASCIMENTO, 2019, p. 291).

A categoria *amefricanidade* foi desenvolvida por Lélia Gonzalez e faz parte de suas reflexões enquanto intelectual diaspórica. Tal categoria é resultado da contradição político-ideológica da população negra frente a sua realidade observada pela autora:

Todavia, na minha perspectiva, uma grande contradição permanece quando se trata das formas político-ideológicas de luta e de resistência negra no Novo Mundo. Con-

tinuamos passivos em face da postura político-ideológica da potência imperialisticamente dominante da região: os Estados Unidos. Foi também, por esse caminho, que comecei a refletir sobre a categoria amefricanidade (GONZALEZ, 1988, p. 75).

O conceito desta categoria é exposto por Gonzalez,

[...] a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, “Négritude”, “Afrocentricity” etc. (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Gonzalez nos apresenta essa categoria com base na diáspora africana e na dinâmica cultural como resultado de um processo histórico complexo, desumano e violento, tal como foi a escravização de povos africanos trazidos ao Brasil. Durante esse processo houve forte resistência por parte da população escravizada, resultando em diversas formas de fuga e constituição de refúgios, sendo um deles, os quilombos.

A representação dos quilombos como refúgio e forma de resistência tem relação direta com a identidade perdida por anos de escravização, nesse sentido Gonzalez faz ligação com a categoria *amefricanidade*, sendo o ponto de ligação com a identidade perdida e a que deve ser construída, demonstrando uma posição política e consciente da história, evitando claramente o eurocentrismo. Vale aqui citar o raciocínio de Gonzalez (1988, p. 78-79),

Vale notar que, na ansiedade de ver a África em tudo, muitos dos nossos irmãos dos Estados Unidos que agora descobrem a riqueza da criatividade cultural baiana (como muitos latinos do nosso país), acorrem em massa para Salvador, buscando descobrir “sobrevivências” de culturas africanas. E o engano se dá num duplo aspecto: a visão evolucionista (e eurocêntrica) com relação às “sobrevivências” e a cegueira em face da exploração criadora de algo desconhecido, a nossa amefricanidade. Por tudo isso, e muito mais, acredito que politicamente é muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente mais coerente, identificar-nos a partir da categoria de Amefricanidade e nos autodesignarmos amefricanos: de Cuba, do Haiti, do Brasil, da República Dominicana, dos Estados Unidos e de todos os outros países do continente. [...] Então, por que não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente, mas de muitas outras partes do mundo e reafirmar a particularidade da nossa experiência na AMÉRICA como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África?

Antes de entrarmos no conceito de tecnologia, faz-se necessário recorrermos a Feenberg (2005, p. documento eletrônico) e a problematização que ele traz sobre código técnico e sua instrumentalização como ideologia que representa um grupo social por meio de um objeto social,

Mais precisamente, então, um código técnico é um critério que seleciona entre projetos técnicos praticáveis, alternativos nos termos de um objeto social. “Praticável”, aqui, significa tecnicamente trabalhável. Os objetivos são “codificados” no sentido de artigos e escalonamento de itens tecnicamente permitidos ou proibidos, esteticamente melhores ou piores ou mais ou menos socialmente desejáveis. Estes tipos de códigos refletem as instrumentalizações secundárias da teoria da instrumentalização, tais como mediações éticas e estéticas. “Socialmente desejável” se refere não a algum critério universal, mas como valor hegemônico, tal como a saúde e a família nuclear. Tais valores são formulados por teóricos sociais como códigos técnicos em termos ideais típicos, isto é como uma norma ou trabalho no curso da industrialização, melhor do que preservar ou realçar habilidades.

Feenberg desenvolve uma categoria, chamada “Tecnocracia” para explicar o fenômeno social do poder da tecnologia utilizado por um grupo dominante na sociedade.

A tecnocracia é uma extensão de tal sistema à sociedade como um todo em resposta à propagação da tecnologia e da gerência em cada setor da vida social. As armaduras próprias da tecnocracia contra as pressões públicas, sacrificam os valores, e ignoram as necessidades incompatíveis com sua própria reprodução e perpetuação de suas tradições técnicas. A tendência tecnocrática das sociedades modernas representa um trajeto possível do desenvolvimento, um trajeto que seja peculiarmente truncado pelas demandas do poder (FEENBERG, 2005, p. documento eletrônico).

As demandas do poder impõem um “controle técnico”, como forma de impedir que as pessoas participem da construção e do desenvolvimento de artefatos tecnológicos. Além disso, o controle técnico também é útil para a manutenção e perpetuação de uma estrutura que sustente o poder sob um mesmo grupo e/ou uma mesma classe social tecnocrática.

Ao sujeitar seres humanos ao controle técnico à custa de modelos tradicionais de

vida, na medida em que impede a sua participação no design das tecnologias, a tecnocracia perpetua as estruturas do poder das elites herdadas do passado de forma tecnicamente racional. Nesse processo mutilam-se, não só seres humanos e a natureza, mas a própria tecnologia. Uma diferente estrutura de poder criaria uma tecnologia diferente com consequências diferentes (FEENBERG, 2005, p. documento eletrônico).

Para Feenberg (2005, p. documento eletrônico) o emprego da tecnologia que evidencia e representa uma estrutura de poder está presente no cotidiano e na vivência das pessoas,

Hoje nós empregamos esta tecnologia específica com limitações que são devidas não somente ao estado de nosso conhecimento, mas também às estruturas do poder que balizam este conhecimento e suas aplicações. Esta tecnologia contemporânea realmente existente, favorece extremidades específicas e obstrui outras.

Isso se aplica ao quilômetro e seus sujeitos? Estariam essas pessoas rompendo o “controle técnico” na construção de tecnologias? Quais tecnologias representam esse rompimento? Eles estão conscientes dessas práticas e o que o quilômetro representa?

Sobre as tecnologias que podem ser identificadas no quilômetro, no quilombismo e nos quilômetros, recorreremos a Vieira Pinto (2005, p. 219) para conceituarmos tecnologia,

A palavra “tecnologia” é usada a todo momento por pessoas das mais diversas qualificações e com propósitos divergentes. Sua importância na compreensão dos problemas da realidade atual agiganta-se, em razão justamente do largo e indiscriminado emprego, que a torna ao mesmo tempo uma noção essencial e confusa. Desde os jornalistas até os filósofos, não há estudioso dedicado a observar a realidade, onde se destaca ao primeiro relance a forma de produção social, que deixe de usá-la, tendo de permeio os especialistas em todos os modos imagináveis do saber. No entanto, comprova-se imediatamente não existir um conteúdo inequívoco para defini-la.

Para Vieira Pinto (2005, p. 220) a tecnologia é também posta como “epistemologia da técnica” e ciência,

A técnica na qualidade de ato produtivo, dá origem a considerações teóricas que justificam a instituição de um setor do conhecimento, tomando-a por objeto e sobre ela edificando as reflexões sugeridas pela consciência que reflete criticamente o estado o estado do processo objetivo, chegando ao nível da teorização. Há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada tecnologia.

A epistemologia da técnica, enquanto campo de estudo existe e é legítimo admitir-se que a ele se denomine “tecnologia”. A delimitação desse campo de estudos é importante porque coloca a técnica como objeto de reflexão filosófica e científica, abrindo um campo original de análise a um objeto que se impõe à reflexão. Para Vieira Pinto (2005, p. 221): “Se a técnica configura um dado a realidade objetiva, [...] conforme o uso generalizado na composição das denominações científicas”.

O objetivo é formular elementos para a constituição de uma ciência da técnica, visando não apenas uma compreensão/explicação desse objeto aos filósofos e aos não-especialistas, mas aos próprios técnicos, para que estes sejam “capazes de explicar o que fazem e de explicar a si mesmos por que o fazem” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 221).

A epistemologia da técnica se faz ainda mais necessária nos dias atuais uma vez que as técnicas expressam cada vez mais uma realidade que é resultado da ação humana, ou seja, os “fenômenos” a serem admirados e explicados restringem-se cada vez menos à matéria mineral e orgânica – mas, ainda que as tendo por suporte, são o resultado da esfera do ser social: “Atualmente são os métodos de invenção humana que se substituem [...] funda-se nas relações dos homens uns com os outros, que são acidentais, enquanto formações históricas sucessivas” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 224).

O processo social de desenvolvimento de tecnologias e técnicas se faz, invariavelmente, por meio da consciência e autoconsciência das pessoas envolvidas. Vieira Pinto (2005, p. 223) contribui,

Com o desenvolvimento de técnicas cada vez mais complexas, e portanto exigindo o relacionamento da consciência com um amplo círculo da realidade, nos dados materiais e também na trama do processo social, a atitude cognitiva do técnico que, por ora, compõe na melhor das eventualidades toscos ensaios de teorização, na quase totalidade ingênuos, conforme não podia deixar de ser, irá se transformando qualitativamente. Por força da alteração do caráter das relações estabelecidas com o mundo, esclarece-se e assume posições críticas. Por sua vez, a consciência do pensador será forçada a desprender-se das abstrações idealistas em que tradicionalmente se formou e a moldar-se aos suportes objetivos, refletindo-os com a simultânea percepção desse reflexo, ou seja, irá se converter em autoconsciência.

No processo histórico é importante considerar tecnologia como instrumento de dominação, uma vez que há desníveis no avanço técnico entre distintas sociedades e embora isso se deva, a princípio, à posse de recursos naturais, quando se analisa criticamente esse processo, percebe-se que outros fatores, de ordem social, a isso se superpuseram e aí é que deve ser encontrada a base da dominação de um povo por outro.

Se o acesso mais fácil a recursos naturais permitiu a um povo sobrepujar outro, tal manobra, para ser mantida no tempo, certamente exigiu o progresso de técnicas de subjugação, como a extração de recursos alheios, o transporte e a comunicação, a luta armada, enfim, o necessário para constituir um aparato técnico mínimo a ser utilizado por um sistema de dominação imperialista. O desenrolar no longo prazo desse processo geralmente mostra, a um olhar superficial, que a grandeza e a centralização se tornam a fraqueza e o motivo de fragmentação de uma potência – mas, as coisas não são tão simples e lineares. Todo processo de dominação é dialético.

A força social e econômica que subjuga produz, desde que inicia seu movimento, um movimento oponente – a formação da consciência no povo subjugado. No longo prazo, o resultado é a subversão do sistema de dominação por outro, mais avançado, e, no curso de um estágio histórico ainda maior, para o qual caminhamos na atualidade, a subversão da própria dominação imperialista, partindo, inclusive, de uma rebeldia crítica da consciência dos povos periféricos, colonizados, “a época contemporânea, entretanto, parece mostrar sinais de estarmos chegando [...] consequente necessidade de maior captação de recursos retirados das áreas adicionais de exploração colonial” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 262).

Portanto, classificar a tecnologia (enquanto conjunto de técnicas) em “superior” ou “inferior”, sem analisar o contexto histórico a que se está referindo, é falsear a realidade dos fatos e negar as desigualdades em termos tecnológicos. De modo dialético, a mesma desigualdade tecnológica é em si condição para a superação da existência de tal condição e, por conseguinte, uma condição de questionamento e superação da desigualdade econômica enquanto totalidade histórica, vez que no processo de absorção de tecnologias e na luta histórica por definir suas prioridades a nação desfavorecida acaba por chegar a uma consciência de si mesma e para si mesma.

A reflexão e problematização, a partir de Vieira Pinto, especificamente em sua obra sobre *O conceito de tecnologia* (dois volumes) será a base para a discussão que se propõe aqui, com objetivo de tensionar sua teoria com a categoria *amefricanidade*, de Lélia Gonzalez e o quilombismo de Abdias Nascimento. E, assim, trazer à baila que as formas de sobrevivências dos povos africanos escravizados brasileiros podem evidenciar a transformação social, cultural e tecnológica.

Importante evidenciar também a consciência das pessoas envolvidas nesse processo histórico. Nesse sentido, mais uma vez, nos fundamentamos em Lélia Gonzalez,

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (GONZALEZ, 1984, p. 226).

O termo quilombar revela o verbo, a ação, a vivência e, poderá, revelar-se como o conjunto de práticas que demonstram os saberes e querereres dos remanescentes quilombolas, conscientes ou não do seu legado histórico. As tecnologias podem revelar como a historicidade desses povos e sua construção, motivação e legado, que podemos nominar de querereres e saberes, pode se mostrar como um novo modo de viver, constituir vivências e contestar o que é imposto.

AS POSSIBILIDADES DE TECNOLOGIAS EM ALGUMAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS

Relacionamos as comunidades que trazem em seu cotidiano as possibilidades de tecnologias, considerando que nas três comunidades descritas iniciamos aproximação por meio de atividades desenvolvidas entre os anos de 2017 e 2018. São elas:

Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente: localizada no município de Araguatins, Tocantins, na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do estado, região norte do Brasil. O território da Ilha de São Vicente possui cerca de 586 alqueires, que equivale a 2.851 hectares de

terras, em uma ilha fluvial no Rio Araguaia, território onde existe uma transição do bioma cerrado para a floresta amazônica. A Ilha de São Vicente abriga 49 famílias de remanescentes quilombola, das famílias Barros e Noronha. A comunidade foi certificada e reconhecida pela Fundação Palmares Cultural, conforme a Portaria n. 268/2017, publicada no DOU em 02 out. 2017 (FUNDAÇÃO, 2019a). De acordo com informações do Blog da Fundação Barros (FUNDAÇÃO, 2019b), a Associação dos Remanescentes dos Quilombolas da Ilha de São Vicente/TO (que possui CNPJ) é composta por uma diretoria jovem. O presidente da associação é o senhor Miguel Batista Barros. A prática de extração de óleo de babaçu é uma possibilidade tecnológica.

Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira: está instalada na casa sede da antiga Fazenda Roseira. Construída a partir do final do século XIX, de pau a pique (taipa) e tijolos, foi entregue como Equipamento Público Comunitário à Prefeitura Municipal de Campinas – mediante a chegada do loteamento em construção, em 24 ago. 2007. Tem como objetivos fomentar o ensino a pesquisa, o desenvolvimento técnico, científico e institucional, intercâmbio e demais ações e projetos voltados à recuperação e preservação do patrimônio, da memória e da cultura afro-brasileira, com ênfase no campo da antropologia, etnografia, culinária, artes, museologia e outras áreas afins, na perspectiva de superação de desigualdades, no compromisso com a construção de sociedades sustentáveis considerando a complexidade que reside nas suas múltiplas dimensões, pressupondo a qualidade de vida, a justiça social, o respeito às diversidades, a promoção da solidariedade e a cultura da paz. A Associação do Jongo Dito Ribeiro desde 2008 faz a gestão da Casa, articulando atividades culturais e educativas que tem como eixos a cultura, a história, a mitologia e o meio ambiente em uma perspectiva afrobrasileira. São muitos os projetos e atividades que acontecem na Fazenda Roseira: projeto Ossaim – etnobotânica e ervas; projeto Oxóssi – fomento de agricultura urbana e plantio de hortaliças; aulas de Capoeira – Grupo Ibeca; escola de Curimba – uma perspectiva cultural dos toques e cânticos das religiões de matrizes africanas; aulas de Hip Hop; roteiro Afro para escolas e público interessado (com agendamento); espaço Sabores das Marias – Cozinha Afro; oficinas de jogos africanos, contação de histórias, mitologia africana e brincadeiras da infância; Teia da capoeira; Cineafro com vídeos dos LAB Cultura Viva e de referência aos trabalhos comunitários; Sou África em todos os Sentidos – evento do mês da Consciência Negra; Dia do Samba – 2 de Dezembro; Carnaroseira, o carnaval da Comunidade. São ainda realizados diversos eventos em parceria com outros coletivos, como o Encontro de Trançadeiras, a Feijoada do Aos Brados, o Frango, polenta e política – Promotoras Legais Populares, a Feijoada da Escola de Bambu (COMUNIDADE..., 2019). A prática de etnobotânica e ervas, agricultura urbana e plantio de hortaliças, ensino de capoeira, toques e cânticos das religiões de matrizes africanas, gastronomia africanas, a afiação de tambores com fogo e a dança do jongo são algumas possibilidades tecnológicas.

Casa de Cultura Tainã: A Casa de Cultura Tainã é uma entidade cultural e social sem fins lucrativos fundada por moradores da Vila Castelo Branco e região em 1989 como nome de Associação de Moradores da Vila Castelo Branco e, mais tarde, através de um concurso, foi escolhido o nome de Casa de Cultura Tainã que hoje fica na Vila Padre Manoel da Nóbrega região noroeste do município de Campinas, SP. Sua missão é possibilitar o acesso à informação, fortalecendo a prática da cidadania e a formação da identidade cultural, visando contribuir para a formação de indivíduos conscientes e atuantes na comunidade. A Casa de Cultura Tainã apresenta-se, hoje, como uma das poucas opções de ação comunitária efetiva, sendo reconhecida como a étnica referência cultural numa região onde se registram todos os tipos de carências, resultantes da falta de políticas sociais que assegurem a sobrevivência e a qualidade de vida de crianças e jovens. Ela atende hoje em média 450 crianças e adolescentes/mães e 1.350 pessoas indiretamente através de atividades, oficinas e shows realizados fora da entidade. A região de atuação da Casa de Cultura Tainã compreende uma área de concentração populacional de aproximadamente 50.000 habitantes distribuídos em quatro vilas populares das regiões sul e noroeste. Caracterizada como “o outro lado da cidade”, a área possui cerca de 500.000 pessoas em sua linha de extensão, abrigando grande parte da população negra do município. Além deste projeto, a Casa de Cultura Tainã tem mais quatro áreas: Nação Tainã; Fábrica de Música; Lidas e Letras; Projeto Tambor Menino; Projeto Orquestra Tambores de Ação (CASA..., 2019). O desenvolvimento da rede Mocambos, o projeto de plantio de baobás e a escola de tambores são algumas possibilidades tecnológicas.

REFERÊNCIAS

- CASA de Cultura Tainã. Casa. Disponível em: <http://www.taina.org.br/casa.php>. Acesso em: 04 set. 2019.
- COMUNIDADE Jongo Dito Ribeiro. Casa de Cultura Fazenda Roseira. Disponível em: <https://comunidadejongo-ditoribeiro.wordpress.com/casa-de-cultura-fazenda-roseira/>. Acesso em: 04 set. 2019.
- FEENBERG, Andrew. Teoria crítica da tecnologia: um panorama. *Taylor-made BioTechnologies*, v. 1, n. 1, abr./maio, 2005. Disponível em: http://www.sfu.ca/~andrewf/-feenberg_luci.htm. Acesso em: 04 set. 2019.
- FUNDAÇÃO Palmares Cultural. Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) atualizada até a Portaria nº 104/2016, publicada no DOU de 20/05/2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES- CERTIFICADAS.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.
- FUNDAÇÃO Barros. História da família quilombola da Ilha de São Vicente: Blog. Disponível em: <http://fundacaobarros.blogspot.com.br/2013/11/historia-da-familia-quilombola-da-ilha.html>. Acesso em: 04 set. 2019.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun. 1988. p. 69-82.
- _____. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista de Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- SLENES, Robert W. Apresentação: o escravismo por um fio? In: GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII- XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Gr4h9zFm8XsC&oi=fnd&pg=PA15&dq=aquilombar&ots=GzZV1OcrGy&sig=BKx6dS5cbxmh9U-N16mLVcWVCHk#v=onepage&q=-aquilombar&f=false>. Acesso em: 04 set. 2019.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.

CONCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A MULHER CIENTISTA E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Aylson Dailson Medeiros de Moura Eulalio
Stéphani Júlia Tasso
Fabiano Antunes

RESUMO

A concepção de estudantes sobre conceitos relacionados a ciência e à cientistas está comumente relacionada a uma imagem estereotipada, apresentando muitas vezes uma visão distorcida do que é ser cientista e de suas funções. Esta situação é agravada quando são envolvidas questões de gênero, em que o papel da mulher na ciência é negligenciado, sendo abordado de forma escassa em salas de aula. Assim, os alunos continuam apresentando uma ideologia estereotipada e patriarcal sobre a ciência e por quem ela é desenvolvida. Dessa forma, o presente trabalho investigou as concepções de alunos do ensino básico sobre a mulher cientista e o seu papel na formação de conhecimento científico, trazendo discussões relacionadas a o que é ser um cientista, estimulando alunas a buscar as áreas das ciências. A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual de ensino, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, com 27 alunos do terceiro ano do ensino médio. Em um primeiro momento, os alunos responderam a um questionário relacionado ao tema em questão. Posteriormente, foi realizada uma discussão em sala de aula com os alunos. Posteriormente, foi apresentado um documentário demonstrando a contribuição da mulher para a ciência. Para concluir, foi realizada uma última pergunta, a fim de verificar se houve resignificação de conceitos a respeito do profissional cientista e a visão que se tem sobre o mesmo. Foi relatado que para a maioria dos indivíduos envolvidos neste estudo, a realidade da ciência é o que observam nos desenhos animados, nos filmes e o que é apresentado em livros didáticos. Esta situação é particularmente grave quando se verifica, simultaneamente, que há um conjunto de ideias sensacionalistas, pouco rigorosas e estereotipadas sobre a ciência, como é construída a profissão cientista.

Palavras-chave: Ciência. Gênero. Mulher. Alunos. Percepções.

INTRODUÇÃO

Comumente, são realizadas pesquisas em escolas e outros ambientes sociais para descobrir qual é a imagem que a Ciência e o cientista têm para a sociedade. Nas escolas, a grande maioria dos alunos têm uma visão

estereotipada sobre tal assunto, relatando que a Ciência é apenas para pessoas com uma capacidade intelectual elevada, não sendo feita para pessoas “normais” (SOUZA et al., 2007). A distorção também está presente nas ideias relacionadas à questão de gênero em relação aos cientistas, pois empiricamente muitos afirmam ter conhecimento de mulheres cientistas, porém sem citar seus nomes. O que nos leva a levantar questões ligadas ao papel da mulher e seu silenciamento na ciência através dos anos.

Historicamente, a Ciência sempre foi vista como uma atividade masculina (CHASSOT, 2011). As mulheres sempre tiveram papel minoritário na ciência, sendo sempre escassa sua participação em intensas e calorosas discussões nas academias e sociedades científicas entre os séculos XV e XVII (SCHIENBINGER, 2001). A mulher cientista, mesmo quando passa a possuir um papel visível em pesquisas científicas, era ofuscada quando se tratava de premiações, como o Prêmio Nobel, no qual muitas mulheres recebiam o reconhecimento sendo silenciadas por uma figura masculina (CUNHA et al., 2014).

Esse histórico de pouco reconhecimento se reflete hoje em concepções equivocadas da sociedade, sobre a mulher na ciência e sua importância na mesma. Nas aulas de Ciências Naturais do ensino básico, é pouco citado o papel da mulher em algumas descobertas, fazendo com que os alunos sustentem a ideia de que a ciência sempre foi e se mantém como uma área para homens. Isso pode ser visto quando se verifica o interesse das estudantes pela carreira científica. Em seu trabalho, Cunha et al. (2014), traz um levantamento quantitativo, com relação ao número de mulheres que estão inseridas no âmbito da pesquisa científica, comparada com homens e outras áreas de estudo. Em seus resultados, fica visível a falta de interesse das estudantes pelas áreas das Ciências, nas diversas regiões do Brasil.

Tais diferenças podem estar relacionadas à educação dos jovens, onde meninos são estimulados a utilização de objetos como ferramentas, carros, computadores e outros, as meninas passam por um processo diferente, sendo estimuladas a se envolverem com áreas da saúde, educação e bem-estar (CUNHA et al., 2014). Outra justificativa para a defasagem feminina das áreas de Ciências, seria a falta incentivo por parte social e educacional. São raros os momentos os quais são apresentadas figuras femininas como cientistas aos alunos, não só pelos professores, mas nos

materiais didáticos, como livros escolares. Nos livros didáticos, as figuras femininas estão ligadas a uma imagem de alguém bem vestido e exercendo atividades de cuidado ou ligadas a afazeres domésticos, enquanto que figuras masculinas se vestiam de forma mais informal, sempre realizando atividades relacionadas a aventura e investigação (FÁTIMA MARTINS & HOFFMANN, 2009).

A concepção de gênero e de atividades desenvolvidas por homens e mulheres são construídos de acordo com as relações sociais presentes em diferentes ambientes de convivência, sendo um destes a escola, a qual é responsável pela construção de homens e mulheres, normatizando e (re)construindo ideologias de masculino e feminino, levando-os a inserção social de seus papéis possíveis e necessários.

Então como mudar essa visão estereotipada dos cientistas, em especial da mulher dentro da Ciência? Como dar um maior reconhecimento as pesquisas realizadas por mulheres, incentivando outras meninas a seguir carreira científica? O Educador Científico é exatamente aquele professor que instiga o espírito pesquisador e a curiosidade do aluno, fazendo com que visualize os fatos concretos do meio, permitindo-o realizar sua própria experimentação para a descoberta e construção de relações significativas entre os fenômenos (VALE, 2001).

Dessa forma, o presente trabalho investigou as concepções de alunos do ensino básico sobre a mulher cientista e o seu papel na formação de conhecimento científico, a fim de explorar temas relacionado aos gêneros e seu papel no meio científico, trazendo a discussão a ideia do que é ser um cientista, além de estimular as alunas a buscar as áreas das ciências.

OBJETIVOS

GERAL

Compreender as concepções dos alunos do ensino regular de escola pública sobre as relações de gênero na construção da ciência, principalmente do papel da mulher nesta área.

ESPECÍFICOS

- Verificar as percepções dos alunos sobre a mulher cientista;
- Estimular as alunas de ensino regular a se interessarem pela ciência;
- Apresentar aos alunos o papel da mulher na construção de conhecimento científico;
- Transformar as ideias distorcidas dos alunos sobre o que é ser cientista.

MÉTODO

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede estadual de ensino, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, com 27 alunos do terceiro ano do ensino médio. A metodologia utilizada durante a aplicação do projeto consistiu na pesquisa ação, onde ocorreu a participação ativa na pesquisa.

Inicialmente, foi aplicado um questionário com 5 perguntas, as quais versavam sobre, as concepções dos alunos sobre o que é a Ciência e o que é ser um Cientista. As perguntas foram:

1. Para você, o que Ciência?
2. Para você, como seria um Cientista? Descreva.
3. Você gostaria de ser um Cientista? (sim; nunca pensei nisso; não).
4. O que influenciou sua opinião sobre o que é Ciência e o que é ser Cientista? (escola, filmes e desenhos, livros didáticos, comerciais, outros)
5. Você já teve conhecimento de alguma mulher cientista? Se sim, cite seu nome.
6. O segundo momento da pesquisa utilizamos as questões apresentadas para realizar uma discussão sobre o tema e sobre o papel da mulher no meio científico, abordando sobre a baixa visibilidade que as mulheres possuem no meio científico.

Em um terceiro momento foi apresentado um pequeno documentário sobre a vida de Rosalind Franklin e sua imagem perante outros pesquisadores da época. Os alunos observaram o vídeo para ampliar a capacidade de argumentação frente ao tema proposto. Para concluir, foi realizada uma última pergunta “Após a aula houve alguma alteração no seu pensamento sobre o que é Ciência e sobre ser Cientista?”.

A fim de verificar se houve ressignificação de conceitos a respeito do profissional cientista e a visão que se tem sobre o mesmo, avaliamos as respostas dos alunos referente a última questão.

Foram analisadas também as falas dos alunos adquiridas durante a discussão e comparadas com os novos dados coletados através da questão.

RESULTADOS

Os dados desta pesquisa foram obtidos a partir da atividade realizada em sala de aula. O questionário foi respondido sem nenhum tipo de identificação por 27 estudantes de 3º ano do Ensino médio, para verificar que significado tem para os mesmos os conceitos de Ciência, cientista e o papel de gênero no meio científico. As respostas dadas por até dois alunos não foram consideradas sendo apresentado a seguir apenas as respostas por um total de três alunos ou mais, as quais foram avaliadas neste trabalho.

Questão 1: Para você, o que Ciência?

Resposta A	“Ciência é o estudo dos seres vivos, sendo a fauna e a flora. É o estudo do meio ambiente e do corpo humano”.	6
Resposta B	“Ciência é a busca por respostas sobre algo que ainda não se conhece. A busca por novos conhecimentos, utilizando a pesquisa, seja em laboratório ou não, para chegar a tais soluções”.	7
Resposta C	“Ciência é o estudo das questões existenciais no planeta, que visa a busca por respostas sobre como certa coisa existe, como surgiu, tentando entender o porquê de algo”.	3
Resposta D	“Ciência é o estudo do universo e da vida presente nele”.	4

Nota-se que os alunos relacionam a Ciência com áreas de estudo, as quais eles têm contato na disciplina de Biologia. Outra parcela entende a Ciência como algo relacionado a pesquisa, ao conhecimento, enquanto uma minoria relaciona a Ciência com benefícios para a Tecnologia e Sociedade.

Questão 2: Para você, como seria um Cientista? Descreva.

Resposta A	“É uma pessoa que vive em laboratório, usando jaleco, óculos de proteção e com aparência desleixada, realizando experimentos”.	6
Resposta B	“É uma pessoa que realiza diversas pesquisas em busca de respostas sobre o que ainda não se sabe, descobrindo diversas novidades”.	10
Resposta C	“É uma pessoa que estuda sobre o planeta, o universo, e os seres vivos (plantas e animais) que existem”.	3
Resposta D	“Não sei dizer”.	3

Outra parcela significativa dos alunos possui uma visão estereotipada do Cientista, como sendo uma pessoa de inteligência inalcançável, com aparência desleixada, que vive de jaleco, dentro de um laboratório. Poucos alunos associaram o Cientista com descobertas e inovações, resposta está compatível com as apresentadas na questão anterior.

Questão 3: Você gostaria de ser um Cientista?

Resposta A	SIM	7
Resposta B	NUNCA PENSEI NISSO	15
Resposta C	NÃO	5

Através das respostas, é possível constatar que a maioria dos estudantes nunca pensou em fazer da Ciência sua profissão. A presença desse pensamento entre os alunos, pode estar relacionado

a falta de diálogo com profissionais da área ou outros tutores, que esclareçam as ideias sobre Ciência e Cientista, que está inserido nas mais diversas formações, nas quais muitos deles pretende seguir, como agronomia, engenharias, odontologia, etc.

Alguns deles possuem uma visão mais clara e ampla e já consideraram a possibilidade de ser um Cientista, seguindo a área que tem mais afinidade.

Questão 4: O que influenciou sua opinião sobre o que é Ciência e o que é ser Cientista?

Resposta A	ESCOLA	16
Resposta B	COMERCIAL	5
Resposta C	FILMES E DESENHO	12
Resposta D	LIVRO DIDÁTICO	4
Resposta E	OUTROS	4

É alarmante observar que a escola é a responsável pela visão dos alunos sobre o tema abordado, formando uma porção significativa juntamente com os livros didáticos. É possível avaliar que a escola e seus recursos didáticos podem estar colaborando para a má significação dos conceitos tratados, devendo-se ter uma maior atenção para que esta importante instituição social desempenhe adequadamente o seu papel de formação cultural e científica da sociedade, evitando-se abordagens que não estejam de acordo com os pressupostos epistemológicos que sustentam uma correta visão da Ciência e de seus procedimentos.

Questão 5: Você já teve conhecimento de alguma mulher cientista? Se sim, cite seu nome.

Resposta A	SIM	7
Resposta B	NÃO	19

A grande maioria dos estudantes apresentou uma ideia distorcida quanto à questão de gênero em relação ao cientista, pois mesmo nos poucos casos em que afirmavam ter conhecimento da existência de cientista do gênero feminino, não foram capazes de citar seu nome. O conceito de cientista incorporado pelos estudantes ainda parece ser o modelo estabelecido na sociedade dos séculos passados.

Questão 6: Após a aula houve alguma alteração no seu pensamento sobre o que é Ciência e sobre ser Cientista?

Resposta A	“Pude perceber que mulher também pode ser uma cientista bem-sucedida, apesar da discriminação que a mulher sofreu na área no passado”.	4
Resposta B	“Notei que os cientistas podem ser pessoas normais, que desenvolvem pesquisas sobre diversos assuntos, realizando seu trabalho em vários locais, não somente em laboratório”.	11
Resposta C	“Não”.	8

CONCLUSÃO

Na presente pesquisa foi relatado que para a maioria dos indivíduos envolvidos neste estudo, a realidade da ciência é o que observam nos desenhos animados, nos filmes e o que é apresentado em livros didáticos. Esta situação é particularmente grave quando se verifica, simultaneamente, que há um conjunto de ideias sensacionalistas, pouco rigorosas e estereotipadas sobre a ciência, como é construída a profissão cientista. Além disso, a falta de recurso a qual algumas instituições de ensino têm para promover uma análise crítica destas ideias e discutir aspectos de natureza científica, tornam esta situação ainda mais precária.

Cabe aos professores aproveitarem as vias de educação não-formal e formal para despertar nos alunos o gosto e a vontade de aprender ciência, desconstruindo ideias patriarcais apresentadas pelas mídias e por outros meios de divulgação. Contudo, para que tal seja possível, torna-se essencial que a formação de professores capacite os docentes para a exploração das potencialidades dessas vias.

REFERÊNCIAS

- CACHAPUZ, António et al. Uma visão sobre o ensino das ciências no pós-mudança conceptual: contributos para a formação de professores. *Inovação*, v. 13, p. 117-137, 2000.
- CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? É, sim senhora!. *Revista Contexto & Educação*, v. 19, n. 71-72, p. 9-28, 2004.
- CUNHA, Marcia Borin et al. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. *Educación química*, v. 25, n. 4, p. 407-417, 2014.
- FÁTIMA MARTINS, Eliecília; HOFFMANN, Zara. Os papéis de gênero nos livros didáticos de ciências. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 9, n. 1, p. 106-120, 2009.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, v. 9, p. 27, 2003.
- PINHO, Maria José S. Gênero em Biologia no Ensino Médio: uma análise de livros didáticos e discurso docente. 2009. 185 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- POLONI, Josiane Alves. Concepções de gênero, sexualidade e corpo apresentadas nos livros didáticos de ciências de Carlos Barros (1980-1990). 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013.
- SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 384p. (coleção mulher), 2001.
- SOUZA, R. et al. Concepções dos estudantes sobre a ciência, os cientistas e o método científico: uma abordagem histórico-crítica como base para uma proposta de intervenção visando a ressignificação destes conceitos–In: ATAS DO XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA-XVII SNEF. São Luís, 2007.
- VALE, J. M. F. Educação científica e sociedade. En: Nardi, R. *Questões atuais no Ensino de Ciências*, vol. 2, São Paulo: Escrituras, 2001.

DECORAÇÃO “MÃO NA MASSA”: TECNOLOGIA DE GÊNERO NO BLOG HOMENS DA CASA

Lindsay Jemima Cresto
Marinês Ribeiro dos Santos

RESUMO

A decoração masculina, de acordo com o blog Homens da Casa, caracteriza-se pelo caráter prático representado pelas atividades do tipo “faça você mesmo”, tratadas como “colocar a mão na massa”. O *blog* foi criado em 2012 pelo publicitário Eduardo Mendes e compartilha sugestões de decoração com ênfase no conceito “faça você mesmo”. Idealizado para atender um público presumido como masculino, o *Homens da Casa* destaca-se dos outros *blogs* desse tema ao adotar uma linguagem informal, com muitas gírias e palavrões, articulando o conteúdo sobre personalização da decoração com discursos sobre gênero. O objetivo deste artigo é discutir as propostas de decoração veiculadas no *Homens da Casa* como tecnologias de gênero, com ênfase na construção das masculinidades. Considero que o *blog* utiliza estratégias discursivas e materiais que caracterizam as sugestões de decoração como masculinas, evidenciando o potencial das tecnologias de gênero na formação de valores sobre masculinidades e feminilidades e posições de poder associadas ao gênero na sociedade.

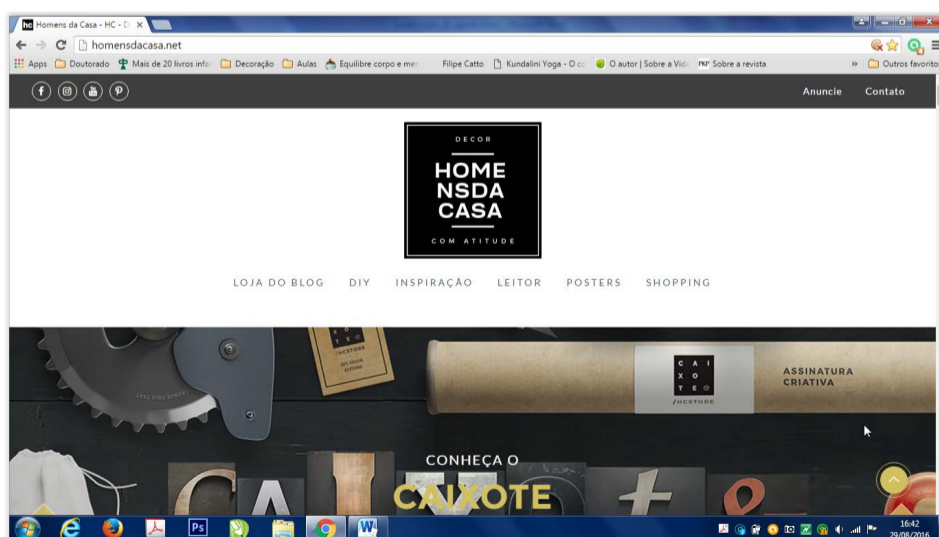
Palavras-chave: Decoração masculina. Homens da Casa. Tecnologia de Gênero.

INTRODUÇÃO

A decoração é um tema bastante popular atualmente e assunto frequente em diversos tipos de mídia: desde as revistas impressas até os programas de televisão, *blogs*, canais do *Youtube*, perfis do *Instagram* e páginas do *Facebook*. As mídias destacam a capacidade que a decoração tem de melhorar o aspecto dos interiores domésticos e, por extensão, a forma como as pessoas se relacionam com os interiores domésticos. O significado do lar é constantemente criado, negociado e depende do engajamento com a cultura material, nas práticas de consumo cotidianas (HOLLOWS, 2008).

Este artigo analisa a proposta de decoração masculina promovida pelo *blog Homens da Casa* (figura 1) sob uma perspectiva de gênero, analisando o potencial das tecnologias de gênero na decoração dos interiores domésticos. Criado em 2012 pelo publicitário Eduardo Mendes, o *blog* compartilha sugestões de projeto do tipo “faça você mesmo” para um público que não possui conhecimentos de decoração. Com uma abordagem bem-humorada e informal, o *Homens da Casa* estabelece um canal de comunicação com leitores e leitoras, articulando o conteúdo sobre personalização da decoração com discursos sobre gênero. A principal estratégia para distinguir a decoração promovida pelo *blog* é a valorização das práticas relacionadas ao “faça você mesmo”, tratadas como “colocar a mão na massa”

Figura 1. Página inicial do blogue Homens da Casa.
Fonte: Homens da Casa (2017).



A DECORAÇÃO “MÃO NA MASSA”

A expressão “colocar a mão na massa” é usada com frequência no *Homens da Casa*, destacando o caráter prático atribuído às atividades que compreendem o “faça você mesmo”. As origens

do “faça você mesmo” são frequentemente associadas ao período de reconstrução do pós-guerra, sobretudo nos EUA. Uma das versões mais aceitas é a de que o “faça você mesmo” é um fenômeno produzido como reação à escassez de mão de obra do período do pós-guerra, influenciado também pelo consumo de massa dos anos 1950. Historicamente, o “faça você mesmo” abrange diferentes tipos de atividades, que exigem distintos níveis de criatividade e habilidades, tais como bordados, crochês, construção de luminárias, móveis, barcos e casas; publicação de livros e fanzines; fazer/customizar roupas; jardinagem, arranjos florais; consertos e reparos nos interiores domésticos; instalação de papel de parede, etc.

O artesanato doméstico foi amplamente promovido como bem-estar psicológico e *hobby* saudável pelas revistas inglesas do início do século XX. As noções como eficiência e racionalidade, tão em voga no espaço público e do trabalho, foram disseminadas no espaço doméstico e influenciaram a defesa do artesanato doméstico como um *hobby* valorizado socialmente e ocupação que prevenia a dona de casa de instabilidade emocional, promovendo assim a sanidade mental.

Como parte do “faça você mesmo”, atividades tradicionalmente percebidas como femininas, como: bordado, fabricação de tapetes, crochê, trabalhos com agulhas, trabalhos aplicados, arranjos florais e carpintaria simples e marcenaria foram ignoradas ou ridicularizadas por profissionais. Essas atividades eram vistas como lazer ou *hobby*, realizadas por amadoras, e a ideia de artesanato foi estendida essencialmente às habilidades domésticas (HACKNEY, 2006).

No contexto do pós-guerra das décadas de 1960 e 1970, o “faça você mesmo” também é sugerido em revistas de decoração brasileiras, como solução relacionada à praticidade e economia. Algumas publicações mais populares ensinavam como fazer desde suportes de vasos de plantas até peças de mobiliário. Nas publicações da revista *Casa & Jardim*, por exemplo, o espaço doméstico era apresentado em termos de esferas separadas de atuação para homens e mulheres. Como o lar era associado, sobretudo às feminilidades, a figura masculina era relacionada a alguns tipos específicos de trabalho doméstico, como por exemplo, confecção de móveis (SANTOS, 2010).

O conceito “faça você mesmo” ganhou visibilidade no Brasil nos últimos dez anos, fazendo parte de sugestões de programas de decoração, revistas especializadas e blogs e tem sido adotado como estratégia ligada ao consumo e ao apelo à personalização. O “faça você mesmo” é adotado no *Homens da Casa* como prática que possibilita a personalização de objetos e interiores domésticos, pois a representação de identidades por meio da decoração é um dos principais argumentos do proprietário do *blog*.

Na publicação “Dia dos pais com a mão na massa” (2014), merecem destaque as representações associadas ao tipo de masculinidade associada à figura do “homem da casa” ou “faz tudo”. Essa publicação inicia com uma fotografia em preto e branco de um homem segurando um martelo que parece estar montando um brinquedo de madeira, ao lado de um menino fazendo careta para câmera (figura 2).

Figura 2: Imagem que abre a publicação “Dia dos pais com a mão na massa”.
Fonte: Homens da Casa, 2014.



A fotografia pode ser lida como um retrato da experiência da masculinidade compartilhada entre pai e filho, mediada pelos objetos e atividades. Na cena, o suposto pai está montando um brin-

quedo (carrinho de bombeiro) para o menino, com o auxílio de ferramentas, manual do brinquedo e cola. O proprietário do *blog* comenta a relação entre pai e filho em um trecho da publicação: “acho que ao invés de focar só no presente, o melhor é investir nessa relação. Então, que tal, nesse dia dos pais, você tirar um tempo pra curtir com seu velho e criar algo juntos?” (Homens da Casa, 2014). A imagem dialoga com o texto de Eduardo Mendes, conferindo destaque às atividades e ao tempo em que pai e filho passam juntos. Essa cumplicidade, cabe notar, é mediada pelos objetos representados na cena e que são semelhantes aos objetos e produtos sugeridos como presentes.

O proprietário do *blog* continua a associar comportamentos com objetos/presentes (figura 3): “Tá faltando ferramentas? Isso não é problema, ao invés de dar aquele conjunto de lenço e meia horroroso, você pode dar pra ele um conjunto de ferramentas ou algum equipamento pra ele tirar onda de faz tudo” (Homens da Casa, 2014).

Figura 1: Os presentes sugeridos na publicação “Dia dos pais com a mão na massa”.
Fonte: Homens da Casa, 2014.



O interesse por ferramentas é tratado como “natural” e “passado de pai para filho” no *Homens da Casa*. É neste contexto de discursos sobre comportamentos e atividades que a experiência e as práticas significantes da masculinidade são construídas, reforçadas e compartilhadas. A construção da masculinidade é um projeto “tanto individual quanto coletivo” (CONNEL, 1995, p. 191) que envolve instituições, família, sociedade, no qual cada cultura possui definições de condutas e sentimentos classificados como apropriados aos homens, em favor de uma conformidade.

Atividades que envolvem conhecimentos técnicos, uso de ferramentas e equipamentos tecnológicos costumam ser atribuídas aos homens, ainda hoje, criando uma narrativa convencional atualizada pelas mídias, como o *blog Homens da Casa*. Essa narrativa convencional ganha força como uma masculinidade hegemônica, que se diferencia de outras masculinidades porque se assume como normativa:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNEL; MES-SERSCHMIDT, 2013, p. 245).

A masculinidade hegemônica explica a ideia, muito popular no senso comum, que todos os homens se identificam em algum nível com a figura do “homem da casa”: aquele que executa reparos e reformas na residência, monta e desmonta móveis, instala luminárias e torneiras, por exemplo, sendo o responsável por essas tarefas e com habilidades para realiza-las.

O caráter normativo da masculinidade tida como hegemônica possibilita compreender como a associação entre as masculinidades e ferramentas/instrumentos técnicos e tecnológicos é empregada nas mídias e constantemente atualizada como preferência ou comportamentos esperados dos homens. As masculinidades do “homem da casa” e do “faz tudo” são posições de sujeito normativas, pois mesmo que muitos homens não se reconheçam nessas representações, elas servem como prática discursiva muito eficaz. Tais representações de gênero influenciam e reafirmam valores, comportamentos e posturas que, embora também sejam criticados e rejeitados, constituem uma forma de reconhecimento e identificação de gênero.

O HOMENS DA CASA COMO TECNOLOGIA DE GÊNERO

O Homens da Casa promove a valorização das masculinidades por meio da decoração dos interiores domésticos, articulando narrativas sobre atividades, práticas e comportamentos associados aos homens. A decoração masculina é construída pelo *blog* tanto discursivamente, dirigindo-se a um público presumido como masculino, quanto por meio dos artefatos e práticas ligadas ao “faça você mesmo”.

O *Homens da Casa* atua como uma tecnologia de gênero enquanto articula um sistema mais amplo de representação das masculinidades em circulação na sociedade, como a associação entre ser homem e gostar/saber usar ferramentas, executando reparos na residência, por exemplo. Entendo as representações de gênero no *Homens da Casa* constituem o “efeito de um sistema de significação, de modos de produção e decodificação de signos visuais e textuais politicamente regulados” (PRECIADO, 2008, p.83).

O conceito de tecnologia de gênero foi proposto primeiramente por Teresa De Lauretis (1994), com o objetivo de criticar a ênfase que o feminismo dos anos 1970 conferia à diferença sexual. O foco na diferença sexual limitava as discussões feministas, sob o risco de se adotarem perspectivas e representações arquetípicas de sujeitos, com a dificuldade em problematizar a categoria mulher/mulheres, por exemplo. De Lauretis propõe a desconstrução da relação entre o gênero e a diferença sexual, partindo do conceito de “tecnologia sexual”, formulada pelo filósofo francês Michel Foucault.

A representação social do gênero afeta sua construção subjetiva; então existem possibilidades de agenciamento no nível individual e subjetivo, por meio das práticas micropolíticas (DE LAURETIS, 1994). De Lauretis busca, dessa forma, evidenciar o caráter relacional e mútuo do gênero: estamos em diálogo com uma norma, com a representação e auto representação de sujeitos reais, que têm possibilidades de agenciamento por meio das práticas micropolíticas. De Lauretis define o investimento que os sujeitos fazem em certos tipos de representação de gênero como auto representação:

Se em um dado momento existem vários discursos sobre a sexualidade competindo entre si e mesmo se contradizendo – e não uma única, abrangente ou monolítica, ideologia -, então o que faz alguém se posicionar num certo discurso e não em outro é um “investimento” (termo traduzido do alemão *besetzung*, palavra empregada por Freud e expressa em inglês por *cathexis*), algo entre um comprometimento emocional e um interesse investido no poder relativo (satisfação, recompensa, vantagem) que tal posição promete (mas não necessariamente garante) (LAURETIS, 1994, p. 225).

A decoração masculina é construída em uma oposição constante às feminilidades, buscando se diferenciar daquilo que é entendido como feminino. Desta forma, o “faça você mesmo” não é somente um *hobby*, torna-se uma prática de forte caráter masculino, pois é associada ao fazer, ao aspecto prático da decoração e aos comportamentos naturalizados como masculinos: a caixa de ferramentas, os consertos e reparos em casa, a construção de móveis e luminárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como os discursos sobre gênero são atualizados por meio das materialidades de artefatos e práticas contribui para uma reflexão crítica sobre as representações de masculinidade e os efeitos que essas representações têm sobre a naturalização de atividades, conhecimentos e visões de mundo.

O “faça você mesmo” é uma atividade construída como masculina no *Homens da Casa*, tratada como prática na qual os homens são mais hábeis e “naturalmente” se identificam com o universo das ferramentas e reparos. Esta naturalização de atividades e comportamentos associados às masculinidades evidencia a construção do gênero e como o *Homens da Casa* configura-se como uma tecnologia de gênero. Raewyn Connel (1995, p. 190) argumenta que existem riscos em adotar certos tipos de masculinidades como padrão de comportamento para os homens: “a narrativa convencional adota uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade em geral”. Cabe lembrar que a masculinidade hegemônica não implica totalidade (CONNEL, 1995), mas um sentido de reconhecimento de certas práticas e comportamentos, como expressão e representação de um tipo de masculinidade que é conhecida e partilhada pelos homens em geral.

Compreender como os discursos e as materialidades contribuem na reprodução de desigual-

dades quanto ao gênero propicia uma reflexão crítica sobre a importância da decoração na formação de identidades, atividades e saberes ligados ao espaço doméstico.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Paul. Do it Yourself: Democracy and Design. *Journal of Design History*, vol. 19, n. 1, 2006.
- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, vol. 21, n.1, 2013, p. 241-282.
- CONNEL, Raewyn Políticas da masculinidade. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 185-206.
- EDWARDS, Clive. 'Home is Where the Art is': Women, Handicrafts and Home Improvements 1750-1900. *Journal of Design History*, vol.19, n.1, 2006.
- HACKNEY, Fiona. 'Use Your Hands for Happiness': Home Craft and Make-do-and-Mend in British Women's Magazines in the 1920s and 1930s. *Journal fo Design History*, Vol. 19, n. 1, 2006.
- HOLLOWS, Joanne. *Domestic cultures*. UK, Maidenhead: McGraw-Hill, 2008.
- HOMENS DA CASA. Dia dos pais com a mão na massa. Faça você mesmo. *Inspiração*. 28/07/2014. Disponível em: < <http://homensdacasa.net/dia-dos-pais-com-mao-na-massa/>> Acesso em: 12 novembro de 2016.
- _____. Cinco dicas de presentes DIY para o dia dos pais. Faça você mesmo. 04/08/2016. Disponível em:< <http://homensdacasa.net/dicas-de-presentes-para-o-dia-dos-pais-2/>> Acesso em: 12 novembro de 2016.
- LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- PRECIADO, Paul Beatriz. *Testo Yonqui*. Espanha, Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008.
- _____. *Manifiesto contrassexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Editorial Opera Prima, 2002.
- SANTOS, Marinês Ribeiro dos. *O Design Pop no Brasil dos anos 1970: Domesticidades e Relações de Gênero na Revista Casa & Jardim*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – DICH/ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DEFININDO A CIS-HETERO-NORMATIVIDADE

Eli Bruno do Prado Rocha Rosa

RESUMO

O presente trabalho pretende dar forma à ideia de cis-hetero-normatividade, fazendo um recorte histórico através de conceitos trabalhados anteriormente por teóricos de gênero e sexualidade e que apresentam a normatividade como heteronormatividade, cisnormatividade, cissexismo entre outros nomes, convertendo tais conceitos, até então distintos, em um conjunto delimitado e único na coerção e marginalização de indivíduos não-cisgêneros e/ou não-heterossexuais. A metodologia de estudo utilizada foi a revisão de literatura de autores reconhecidos em estudos de gênero como Foucault e Butler, mas com ênfase nas considerações de pesquisadores trans, como Preciado, Bagagli e Grimm. A partir do percurso das leituras apresentadas, pôde-se concluir que a cis-hetero-norma é naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir, desde a infância, corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, infligindo punições contra aqueles que a subvertem e reforçando comportamentos daqueles que se adequam para que (re)produzam outros corpos e subjetividades que se adequem à cis-hetero-norma. Assim, a heteronorma não pode ser pensada como tal sem pressupor, antes, a cisgeneridade dos corpos regulados por essa norma.

Palavras-chave: Cis-hetero-normatividade. Heteronormatividade. Cissexismo.

INTRODUÇÃO

A normatividade incrustada nas práticas sociais - e institucionais - ocidentais vem incidindo, constante e continuamente desde o século XVIII, sobre o sexo. Ainda que muitas vezes as normas de diferentes instâncias sejam ambíguas, contraditórias e mesmo mutuamente excludentes, o sexo se apresenta como o ponto de intersecção entre a moral social, a fé religiosa, a lei. Segundo Foucault (2010, p. 36-37), por volta do século XVIII ou XIX, mecanismos de produção de verdade passaram a adotar enunciados e formulações que tratavam de questões que viriam a se tornar discursos de conformação do sexo - a medicina, através das “doenças dos nervos”; a psiquiatria, buscando e categorizando exclusivamente o conjunto das perversões sexuais; a legislação, na busca em punir crimes “antinaturais” - que acabaram por criar um controle sexual minucioso de cada ato que pudesse ser perigoso à família nuclear e às práticas sexuais consideradas normais. Em torno do sexo, passou a se consolidar um discurso que afirmava o perigo das relações mas, simultaneamente, incitava o discurso sobre ele.

Em especial a partir do século XVIII, por meio do controle da linguagem com a qual se trata o sexo, pretendeu-se censurá-lo, tratá-lo com palavras que pareciam não se referir a ele, mas que ainda assim o regulavam, conforme mostra Foucault:

Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõem o silêncio. Censura (2010, p. 23).

Daquele momento até os tempos atuais, os sistemas de controle, repressão e conformação do corpo e da sexualidade se modificaram e evoluíram social e tecnologicamente, mas o corpo nunca deixou de ser peça central na delimitação dos poderes, e até meados do século XX a maior parte das verdades científicas e jurídicas a respeito da natureza do corpo e da sexualidade não eram profundamente questionadas. Tal fato passou a mudar com a inserção de pesquisadores e pesquisadoras não-heterossexuais, não-brancos e/ou não-cisgêneros em espaços de pesquisa científica. Entretanto, simultaneamente, a Verdade (aquela dita e pesquisada por homens cisgêneros, brancos em posições privilegiadas) também aprimorou-se no discurso da conformação e normatização dos corpos, resultando num cenário em que as estruturas de controle não regrediram significativamente até o início do século XXI.

É exatamente por volta dos anos 1860-70 que a procura de identidade na ordem sexual é praticada com maior intensidade: não só o verdadeiro sexo [...], mas também a identificação das diferentes perversões, sua classificação, caracterização, etc.; em suma, o problema do indivíduo e da espécie na ordem das anomalias sexuais (FOUCAULT, 1982, p. 5).

Dessa forma, em contrapartida à evolução teórica normativa, cunhou-se o termo *heteronormatividade* (COHEN, 2006, p. 440) para classificar a marginalização, perseguição, repressão e conformação por práticas sociais, crenças ou políticas que se referem especificamente à sexualidade e ao gênero dos indivíduos, tratando a heterossexualidade como uma prática intrínseca e natural ao ser humano e qualquer *desvio* como anti-natural e passível de perseguição, correção e destruição.

Na apresentação d'*O diário de um hermafrodita*, Foucault questiona se precisamos “*verdadeiramente de um verdadeiro sexo*” (FOUCAULT, 1982, p. 1 - grifo do autor), apontando para a necessidade de normatização dos corpos - nesse caso, dos corpos intersexuais - em nome de um sexo *verdadeiro*, um que se conformasse melhor a uma (e somente uma) das categorias de verdade anatômicas aceitas bio-jurídica-socialmente. Tal questionamento poderia extrapolar a noção de corpos intersexuais e aplicar-se igualmente aos corpos que se enquadram nos binários sexuais que têm assinalados, no momento do nascimento, seu *verdadeiro* sexo e, simultaneamente, seu *verdadeiro* gênero.

Grimm (2017) define a cisgeneridade como “um termo utilizado para se referir a pessoas que não são trans” (p. 1). Assim, a título de provocação – mas nem tanto – uma definição possível da cisgeneridade poderia ser pensada a partir da inversão da definição de *transexualismo* encontrada no CID10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, desenvolvida em 1992). Dessa forma, poder-se-ia definir o *cissexualismo* como: um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do *próprio* sexo. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de *bem estar* ou de *adaptação* por referência ao seu próprio sexo anatômico e do desejo se *não* se submeter a intervenções cirúrgicas ou tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Em resumo, segundo Vergueiro (2015) citando Jesus (2012), a cisgeneridade pode ser compreendida como experiência individual de gênero que corresponde ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento, ou seja, a pessoa cisgênera é aquela cuja identidade de gênero coincide com o gênero determinado no momento do seu nascimento. Em consonância com Grimm (2017), para Vergueiro, pessoas cisgêneras são “as pessoas não-transgênero” (JESUS apud VERGUEIRO, 2015).

Assim, a ciência, ao dicotomizar a anatomia humana e patologizar formas biológicas distintas; a lei, ao assegurar o registro civil num sexo determinado ao recém-nascido com base na mesma dicotomia científica; a religião, ao categorizar como naturais (por supostamente terem origem divina) a cisgeneridade, a heterossexualidade e a monogamia; e novamente a lei, assegurando que essas formas naturalizadas sejam legalmente aceitas, são instrumentos que marginalizam aqueles que as questionam, criando um ambiente propício para a reprodução em escala global dos discursos heteronormativos e cisnormativos, que, ciclicamente, se reafirmam como verdade por já terem um discurso e uma linguagem bem desenvolvidos para, a partir daí, criarem mais verdades que continuam sustentando tal sistema.

Com base nas ideias de normatividade, heteronormatividade e cisnormatividade/ cissexismo, o presente artigo pretende dar forma ao conceito de *cis-hetero-normatividade*. Por meio de reflexões acerca de conceitos apresentados por Paul Preciado, Judith Butler, Foucault, entre outros pretende-se reunir essas definições até então distintas em um conjunto bem delimitado e único, capaz de oprimir e marginalizar os corpos inadequados à cis-hetero-norma.

CIS-HETERO-NORMATIVIDADE

A heteronormatividade presume a cisnormatividade, na sua legitimação dos relacionamentos heterossexuais. Isso é: pressupõe também a inexistência ou a marginalização de pessoas trans – pressupõe também a possibilidade de “curar” pessoas trans, pra que se reconheçam dentro da identidade que lhes foi assignada pelo estado (GRIMM apud BAGAGLI, 2017, p. 159-160).

A heteronormatividade só pode ter esse título porque antes é *cis-heteronormatividade*. Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (PRECIADO, 2018, p. 134), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade. Como discutido por Wittig, a heterossexualidade é

tão tida como possibilidade única, natural ou instintiva, que mesmo as instituições que reforçam a heteronormatividade como regra, não a mencionam, por tê-la como uma norma antes da própria norma escrita.

Então, o que é heterossexualidade? Como termo, foi criado como uma contrapartida da homossexualidade no início deste século. Tanto pela extensão de seu “vai-sem-dizer”. Os juristas não a chamariam de instituição ou, em outras palavras, a heterossexualidade como instituição não tem existência jurídica (a jurisdição do casamento na legislação francesa nem sequer menciona que os parceiros do contrato devem ser de sexos diferentes). Antropólogos, etnologistas, sociólogos viriam a aceitá-lo como uma instituição, mas como uma não escrita, não dita. Pois eles assumem uma qualidade de já existente, devido a algo exterior a uma ordem social; de dois grupos: homens e mulheres. Para eles, os homens são seres sociais, as mulheres são seres naturais. (WITTIG, 1992, p. 41).

Além do mais, com a reivindicação de identidades de gênero dissonantes daquelas impostas a partir do sexo, o termo “heterossexualidade” como regra cai por terra. “Heterossexualidade” é sempre a relação entre corpos anatomicamente opostos? Nesse caso, a relação entre um homem cisgênero gay e um homem trans gay se torna um sexo hétero? Uma mulher trans hétero que não tenha passado pela cirurgia de redesignação ao se relacionar com um homem cisgênero hétero tem uma relação gay? E os corpos intersexuais, cuja anatomia foge à normatividade binária, como podem ser interpretados ao se relacionarem sexualmente? Um corpo que tenha passado por cirurgias de adequação/ redesignação sexual passa a ser interpretado como se tal anatomia fosse natural, ainda que seus cromossomos sejam os mesmos ou não? A interpretação do corpo “natural” é da ordem estética ou cromossômica? Essas são só algumas das questões que passam a existir quando a cisgeneridade deixa de ser regra, mas ainda tenta-se aplicar conceitos de base biológica e social atribuídos anteriormente. Por isso, é impossível pensar na heteronormatividade sem chamá-la de cis-heteronormatividade.

Mesmo as relações entre corpos cisgêneros são postas em questionamento com a evolução tecno-farmacológica. Se a reivindicação pelo sexo hétero como natural visa a natureza reprodutiva da espécie, pessoas que utilizam métodos contraceptivos são, também, anomalias? Corpos que transam sem a intenção de gerar estão fora da norma natural, mesmo quando se trata de um homem e uma mulher cisgêneros? Mulheres cisgêneras lésbicas que se relacionam com outras que utilizam dildo deixam de ser lésbicas pela representação industrial do pênis?

A internalização dos ditames da heterossexualidade como norma faz com que frequentemente se confundam expressões de gênero (gestos, gostos, atitudes), identidades de gênero e identidades sexuais. Não existe uma forçosa, inescapável e linear correspondência entre esses conceitos. Comportamentos não correspondem necessariamente a assunções identitárias (JUNQUEIRA, 2013, p. 487).

Não há relação direta entre a construção da identidade sexual de gênero, entretanto a heteronormatividade emparelha a construção de uma identidade de gênero à identidade sexual. É pressuposta a cisgeneridade por ser pressuposta a heterossexualidade baseada numa suposta dicotomia corporal, que não prevê casos que fujam à regra (como corpos intersexuais e trans). Ou seja, o termo “heteronormatividade” por si só pressupõe a cisgeneridade compulsória, desse modo a heteronormatividade sempre diz respeito, na realidade, à cis-hetero-normatividade, reafirmando a construção da identidade de gênero em conjunto, mas não igualada e unificada à construção das práticas sexuais do indivíduo.

Conforme explicitado por Butler no artigo *Corpos que importam*, ao assumir um sexo para identificação dos sujeitos, assinala-se simultaneamente a interpretação cultural daquele corpo (ou a performatividade de gênero pressuposta a ele), bem como suas práticas sexuais consideradas “normais”. Assinalar corpos a partir de dois sexos possibilita ou nega identificações sexuadas a partir do imperativo heterossexual (BUTLER, 2000, p. 112). Assim, ao determinar/ delimitar o sexo (e consequentemente o gênero) “certo”, cria-se simultaneamente a categoria “errada”, abjeta.

(...) se o gênero é o significado social que o sexo assume no interior de uma dada cultura [...] então, o que sobra do “sexo”, se é que sobra alguma coisa, uma vez que ele tenha assumido o seu caráter social como gênero? O que está em questão aqui é o significado de “assunção” [...]. Se o gênero consiste dos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não adquire significados sociais como propriedades aditivas, mas, ao invés disso, é substituído pelos significados sociais que adota; o sexo é abandonado no curso dessa assunção e o gênero emerge não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como um termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca de sua substanciação plena no gênero ou aquilo que, do ponto de vista materialista, pode constituir uma plena dessubstanciação (BUTLER, 2000, p. 114).

Assim, a presunção da verdade do sexo constrói, simultaneamente, a verdade sobre o gênero do indivíduo assinalado - e, ao mesmo tempo, de sua sexualidade pressuposta heterossexual. A heteronormatividade, para além das práticas sexuais e afetivas do sujeito, normatiza também seu gênero, sua expressão e sua performatividade de gênero. Dessa forma, tudo o que escapa ao cisgênero e, conjuntamente, ao heterossexual, foge à categoria do “certo”, do *straight* e torna-se o diferente, o abjeto, o censurável. *A heteronorma não existiria se não fosse cis-hetero-norma.*

CRISE EPISTEMOLÓGICA

As identidades que fogem do espectro binário e cisgênero são tão apagadas que mesmo teóricos de gênero, ao falarem da heteronormatividade, não levam em conta a existência desses corpos, pressupondo sempre, antes, a cisgeneridade. Pensando na realidade científica brasileira, tal fato comprova-se ao se realizar uma pesquisa rápida no Catálogo de Teses e Dissertações Capes: o termo “heteronormatividade” aparece em 283 resultados, publicados entre 2015 e 2018, sendo 193 dissertações (Mestrado) e 76 teses (Doutorado); em contrapartida, a soma das pesquisas com os termos “cissexismo”, “cisnormatividade” e “cisheteronormatividade” é de 21 resultados, publicados no mesmo período, sendo 19 dissertações e 2 teses. O movimento contrário também pode ocorrer, com teóricos que discorrem sobre o cissexismo ou transfobia, sem levar em conta que corpos trans nem sempre são heterossexuais. A certos pesquisadores parece inconcebível a ideia de que pessoas podem fazer parte de mais de uma letra da sigla LGBT.

A noção de gênero, criada em meados do século XX por Money, constituiu uma ruptura na história da sexualidade e um marco na epistemologia da diferença sexual. Ao criar a noção de gênero como diferente daquilo que “naturalmente” decorreria a partir da designação do sexo, “o discurso médico deixa à mostra suas fundações arbitrárias e seu caráter construtivista, ao mesmo tempo abrindo caminho para novas formas de resistência e de ação política” (PRECIADO, 2018, p. 124), ainda assim, graças às

novas tecnologias médicas e jurídicas de Money, as crianças “intersexuais”, operadas ao nascerem ou tratadas durante a puberdade, se convertem em minorias construídas como “anormais” em benefício da regulação normativa do corpo da massa *straight* (heterocentrada). (PRECIADO, 2011, p. 13).

Mesmo com a criação do *gênero* para designar uma estrutura à parte do sexo, o discurso normativo cis-heterocentrado continuou a marginalizar indivíduos que não se apresentassem adequadamente como cisgêneros e heterossexuais. Na realidade, a noção de gênero pôde ser amplamente utilizada - como ainda hoje o é - para justificar a realização de cirurgias genitais em crianças intersexo, por exemplo: para que o indivíduo possa performar adequadamente um gênero, é necessário que seu sexo se adeque à tal designação, que não pode apresentar ambiguidades ou não ser reconhecida imediatamente como um ou outro sexo.

Ainda falando a respeito da arbitrariedade das verdades científicas, Preciado (2018) extrapola as noções de *sexo* e *gênero* e interpreta os termos *masculino* e *feminino* como “termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem” (p. 111):

Por um lado, os critérios de atribuição de sexo que permitem decidir se um corpo é “feminino” ou “masculino” na hora do nascimento (ou ainda dentro do útero, utilizando a ultrassonografia) dependem de um modelo de reconhecimento visual que se pretende empírico e em que os significantes (cromossomos, tamanhos dos genitais etc.) se apresentam como verdades científicas (idem).

Dessa forma, o discurso científico, apesar de suas bases arbitrárias, postula a naturalização, imposição e legitimação de uma única sequência sexo-gênero-sexualidade: aquela centrada na

heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero que “agem como estruturadoras de relações sociais e produtoras de subjetividade” (BUTLER apud JUNQUEIRA, 2013, p. 483). Assim, “histórica e culturalmente transformada em norma”, a cisgeneridade em conjunto com “a heterossexualidade hegemônica e obrigatória torna-se o principal sustentáculo da heteronormatividade” (LOURO apud JUNQUEIRA, 2013, p. 483).

Processos heteronormativos de construção de sujeitos masculinos obrigatoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição da feminilidade e da homossexualidade, por meio de atitudes, discursos e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos (JUNQUEIRA, 2013, p. 485).

Em acordo com as premissas apresentadas por Preciado, em *Corpos que pesam*, Butler traz à tona a questão do sexo como normatizante dos corpos. Para além da norma, o sexo funciona como “parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla” (BUTLER, 2000, p. 110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da apresentação de diferentes termos cunhados por teóricos de gênero e sexualidade como cissexismo, heteronorma, cismatividade entre outros, nota-se a unidade entre a presunção da cisgeneridade com a heterossexualidade, caracterizando assim a cis-hetero-normatividade, uma forma de opressão única e apresentada de forma bem delimitada na coerção e marginalização de indivíduos não-cisgêneros e/ou não -heterossexuais.

A partir dessas leituras, pode-se concluir que a sociedade cis-hetero-normativa naturaliza e age, desde a infância, e através de diversas instâncias (escola, família, mídia etc.), na (con)formação de corpos e subjetividades para que estes se adequem às expectativas de sexualidade e gênero pressupostas como “certas” ou “naturais”.

Dessa forma, conclui-se que a cis-hetero-norma é naturalizada de tal modo que suas regras se tornam culturalmente impostas visando produzir corpos e subjetividades para que estes sejam cisgêneros e heterossexuais, infligindo punições contra aqueles que a subvertem e reforçando comportamentos daqueles que se adequam para que (re)produzam outros corpos e subjetividades que se adequem à cis-hetero-norma.

REFERÊNCIAS

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. Macapá: Letras Escreve, 2017. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.18468/letras.2017v-7n1.p137-164>> Acesso em 19 mar. 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 110-127. Disponível em <<https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>> Acesso em 10 abr. 2019.

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 24-26.

COHEN, Cathy J. Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? GLQ - A Journal of lesbian & gay studies, Vol. 3. Canada: Overseas Publishers Association, 1997, p. 437-465.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber; tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GRIMM. Raíssa Éris. Heteronormatividade e transfobia: sobre a invisibilidade trans lésbica. 2017. Disponível em <<https://sapaprofana.wordpress.com/2017-/02/01/heteronormatividade-e-transfobia-sobre-a-invisibilidade-trans-lesbica/>> Acesso em 19 mar. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. Revista Retratos da escola, Brasília, v.7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013. Disponível em <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em 28 de set. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics. Disponível em <<https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/90875286>> Acesso em 20 jul. 2019.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: Notas para uma política dos “anormais”. Rev. Estud. Fem. vol.19 no.1 Florianópolis jan./abr. 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>> Acesso em 24 jan. 2019.

_____. Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Salvador: UFBA, 2015.

WITTIG, Monique. On the social contract. In: The straight mind and other essays. Boston: Beacon Press, 1992. p. 33-45.

DOUBLE LIFE E O GÊNERO NÃO BINÁRIO: A CRISE DO RECEPTOR DA OBRA DE ARTE

Vanessa Fuckner

RESUMO

A temática da diversidade tem cada vez mais ocupado espaço em meio as discussões acadêmicas. No entanto o foco maior está em discutir as questões relacionadas aos estudos sobre a homoafetividade ou a transexualidade. Este trabalho tem como objetivo trazer para discussão a representação do que pode ser chamado de gênero não-binário na representação artística, em especial a fotografia, além de trabalhar a crise causada no receptor diante do uso de aparatos tecnológicos para a produção artística. Para essa análise será utilizado o *photobook* intitulado *Double life*, da fotógrafa americana Kelli Connell. A obra será analisada a partir das teorias de Arlindo Machado (2001; 2007) e Flusser (2002; 2008). Ao final deste trabalho busca-se discutir e refletir sobre a crise do receptor diante de obras produzidas com uso de aparatos tecnológicos, assim como as possíveis provocações causadas pela mesma.

Palavras-chave: Tecnologia. Gênero não-binário. Fotografia. Receptor.

INTRODUÇÃO

As relações humanas estão em constantes mudanças devido aos avanços tecnológicos, a percepção sobre uma obra de arte não deixa de estar em meio a esse movimento. Atualmente estão em pauta discussões sobre temas como a autenticidade de uma obra, a permanência ou a queda de sua aura, as relações de autoria e também a reação do receptor diante de uma obra provinda desse processo tecnológico. Mas até que ponto a tecnologia pode levar à uma crise no receptor?

Para essa análise a fotografia será tratada aqui como sendo uma obra de arte que possui um processo de produção, um autor e um receptor. A obra que será trabalhada é o livro de fotografias intitulado como *Double Life*, produzido pela fotógrafa americana Kelli Connell, para o *The Midwest Photographers Publication Project (MP3)*, publicado em 2006. A obra apresenta uma visão muito própria da representação do ser humano, e que tem a tecnologia digital e a edição como aparatos para a produção de suas imagens. Juntamente com a discussão sobre o processo de recepção da obra será tratada a temática da representação de pessoas que se identificam como gênero não-binário.

GÊNERO NÃO-BINÁRIO

Para iniciar a discussão é preciso discorrer sobre as questões relacionadas a sexo e a gênero. Ao longo da história apenas dois sexos foram reconhecidos e considerados como padrão, o sexo “feminino” e o sexo “masculino” porém, essa perspectiva vem sendo alterada nos últimos anos. A partir das teorias de Simone de Beauvoir (1949), e mais tarde com Judith Butler (1990), as teorias do feminismo trouxeram a visão de que a relação binária de sexo é uma construção cultural e social, estabelecida para criar ou manter as relações de poder. Dentro de uma perspectiva binária tudo o que não se encaixa ao padrão deveria buscar um meio de tornar-se padrão, nesse caso buscar se encaixar no sexo ditos “feminino” ou “masculino”.

A discussão se abriu ainda mais diante de pessoas conhecidas como “hermafroditas”, termo utilizado para tratar de pessoas que nascem em uma condição genética que as fazem não ser nem do sexo “feminino” e nem do sexo “masculino”, esse termo foi utilizado por muito tempo e atualmente continua presente no discurso popular. A utilização desse termo vem sendo bastante questionado devido ao seu caráter pejorativo, e aos poucos está sendo substituído pelo termo intersexo, ou seja, uma pessoa que não está em nenhum dos sexos padrão, mas sim entre os dois.

Dentro da discussão sobre pessoas intersexo, existem vários questionamentos, assim como, diferentes termos para falar sobre pessoas que se enquadram nessa classificação, e juntamente com as discussões que distinguem sexo e gênero encontram-se termos relacionados a identidade de gênero. Entre esses termos é preciso apontar sobre a discussão da teoria *queer*, termo americano que significa “estranho” e engloba as pessoas que não se identificam com os gêneros tradicionais, “feminino” ou “masculino”, e o termo gênero não-binário aqui escolhido para tratar de pessoas que não se identificam física e, até mesmo, psicologicamente, com um dos gêneros padrão.

SOBRE A OBRA

A obra *Double Life* apresenta uma sequência de imagens que a primeira vista parece narrar a história de amor de um casal homoafetivo, as imagens iniciam-se com o que parece ser o momento em que as personagens se conhecem, passando por momentos de carinho, intimidade, desentendimentos, finalizando com a ideia de uma rotina de um casal. Um dos elementos que contribui para essa percepção são os títulos das imagens, como por exemplo, *giggle* que traz a ideia de risadas e bons momentos, *cartalk* como uma conversa descontraída no carro, *domestic distance* trazendo a ideia de um distanciamento entre o casal, *bubble bath* e *sunday afternoon* com a ideia de momentos de intimidade, *kitchen tension* e *the conversation* trazendo momentos de tensão, etc. Todos os elementos encaminham para a interpretação de que o enredo está relacionado.

Entretanto, desde o primeiro contato com as imagens pode-se perceber que há algum elemento diferente, e até mesmo estranho, como por exemplo a semelhança entre as duas pessoas que compõem as imagens, porém o que não é perceptível em um primeiro momento é o fato de que a modelo que faz os dois papéis é a mesma pessoa, uma mesma modelo que parece ser duas pessoas distintas que “posam” juntas em cada uma das fotografias.

Uma das características principais das imagens é a distinção entre as personagens representadas, a maneira como a imagem e as cenas foram montadas transmite a ideia de que foi captado um momento real entre duas pessoas, isso ocorre por uma escolha da fotógrafa ao criar a imagem, desde o seu planejamento até a sua execução. A autora dessa obra deixa a interpretação das imagens de maneira aberta em que o receptor é o único responsável de atribuir sentido no que está sendo visto, como apontado no prefácio do livro,

“This work is an honest representation of the duality or multiplicity of the self in regard to decisions about intimate, relationship, family, belief systems, and lifestyle options. I’m interested in not only what the subject matter says about myself, but also what the viewer’s response to these images says about their own identities and social constructs.” (CONNEL, 2006, p. 5)

a autora apenas esclarece que as imagens estão conectadas com as relações humanas, ao mesmo tempo que tem como função instigar no seu receptor o autoconhecimento, deixando claro que o posicionamento do receptor não é apenas de apreciação mas sim de atribuição de sentido, dessa forma o receptor não é passivo a obra, mas sim exerce um papel ativo na construção de significado.

O USO DA TECNOLOGIA

Essa obra foi produzida em um momento em que o uso da tecnologia possibilitou uma interferência na imagem em um grau que não era possível anteriormente, conseguindo com que uma mesma modelo protagonizasse o que parecem ser duas pessoas diferentes dentro de uma mesma imagem. A fotografia digital nem sempre foi vista com bons olhos, pois com a mudança da aparelhagem e da forma de se produzir imagens apareceram questionamentos sobre a sua qualidade e a sua autenticidade como fotografia. Em seguida o uso dos computadores e dos programas de edição alimentou ainda mais essa desconfiança com as novas imagens.

“Assim enquanto o aparelho fotográfico é programado na fábrica para realizar determinadas funções e apenas essas funções, o computador é uma máquina genérica que pode ser programa de mil maneiras diferentes, para cumprir funções teoricamente infinitas, inclusive para simular qualquer outro aparelho ou instrumento.” (MACHADO, 2001, p.36) ‘

No caso do objeto aqui analisado é justamente a utilização do computar para a edição e montagem das fotografias que possibilita que esse tipo de imagem seja construído.

Com essa modificação na forma de fazer imagem, pode se dizer que, ocorre uma crise no receptor pois a partir do momento em que esse indivíduo não reconhece essa nova forma de produção de fotografia surge o estranhamento. Berger (2017), trabalha com a ideia de que a foto possui um caráter de autenticidade no que está sendo fotografado, até mesmo em cenas completamente montadas a sensação é de que o que foi registrado era um momento da vida real. Um exemplo disso, é o uso de imagens como prova em processos judiciais, pois existe a ideia de que tudo que é registrado é real.

Quando o receptor descobre que está vendo uma única pessoa posando em dois persona-

gens ao mesmo tempo, surge a necessidade de revisitar cada uma das imagens em busca de elementos que comprovem que as imagens não são reais. Esse processo de leitura circular, em que é preciso revisitar várias vezes uma mesma imagem para decifrá-la e compreendê-la é o que Flusser (2002) nomeia de “eterno retorno”. Essa obra como um todo exige que se retorne o olhar diversas vezes e mesmo assim não é possível observar tudo, devido ao seu potencial de significação.

O uso da tecnologia chega ao extremo, “O computador permite hoje forjar imagens tão próximas da fotografia que muita gente não é mais capaz de distinguir uma imagem sintetizada com recursos da informática de outra “registrada” por uma câmera.” (MACHADO, 2001, p. 38), nessa obra o uso da computação possibilitou mostrar dois lados de uma mesma pessoa de forma tão perfeita, tecnicamente falando, que gera dúvida no receptor se essa imagem é possível ou não, e sendo assim surge a crise no receptor. Cada uma das imagens produzidas foi elaborada, com uso de técnicas que possibilitou trocas de olhares, representação do toque, e etc, para que a obra conseguisse transmitir a veracidade desejada.

Devido a capacidade técnica presente na realidade em que estamos inseridos, a solução é, ao apreciar fotografias devemos além de interpreta-las, buscar entender o sentido da obra tanto em relação ao seu conteúdo, como em seu processo de produção, “não é analisando a casa mostrada na fotografia, mas analisando a câmera fotográfica e a intenção do fotógrafo que a decifraremos.” (FLUSSER, 2008, p. 53) Sendo assim, o sentido da imagem vai além do que podemos compreender em um único olhar, mas é a junção da interpretação do autor, dos recursos utilizados para a sua produção e o olhar do receptor.

Diferentemente do que o senso comum costuma afirmar, o momento em que nos encontramos não é necessariamente um fim para a originalidade da fotografia, “Ao mesmo tempo que a fotografia moderna parece estar ‘encerrando um ciclo de criação’, as imagens digitais podem ser ‘inseridas em circuitos mais amplos de sentido’, possibilitando o seu uso como ‘instrumento de novas maneiras de se pensar o mundo e o sujeito”. SOUZA e SILVA, p.18. Ou seja, a tecnologia possibilitou a reformulação na forma de produzir e receber imagem, enriquecendo ainda mais a experiência do receptor, além de trazer a participação do sujeito para dentro da obra.

A abertura de possibilidades de interpretação proposta por Kelli Connell permite que o consumidor, ou receptor, da obra de arte interprete as imagens que compõem o livro de acordo com a sua visão de mundo. Há várias possibilidades de interpretação desse livro, iniciando pela hipótese de ser a história de um casal lésbico, ou como citado por Rod Slemmons, autor do *essay* que acompanha o livro, a possibilidade de um relacionamento homoafetivo entre irmãs gêmeas, e assim sucessivamente. A leitura aqui apresentada traz a ideia de que o livro apresenta um relacionamento interior de uma pessoa de gênero não-binário, pois em cada uma das imagens é possível ver dois lados de uma mesma pessoa, alternado entre os gêneros padrões e compondo um gênero único e não-binário, essa representação também traz o relacionamento de uma pessoa não-binária consigo mesmo trazendo desde o seus conhecimento, seus conflitos internos e seus momentos de aceitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A personagem desse livro transita entre uma representação mais “feminina” e uma representação mais “masculina”, ao mesmo tempo em que essas duas representações sempre se apresentam juntas, estabelecendo entre as duas representações uma relação.

O início do livro traz a ideia de um conhecimento interior, em que o indivíduo tem acesso a todas as suas facetas, mais em diante as imagens passam para um relacionamento mais conflituoso, em que o indivíduo se questiona sobre si mesmo, e finaliza com momentos de serenidade, como em um processo de aceitação. Toda a narrativa proposta pelo trabalho fotográfico pode ser pensada como um relacionamento interiorizado em que o indivíduo que não entra em nenhum dos gêneros padrões se encontra. As imagens trazem uma nova maneira de ver e pensar o indivíduo, assim como questionar a distinção binária entre gêneros e sexo padrão “feminino” e “masculino”, “homem” ou “mulher”.

Trabalhar com a temática dos estudos de gênero nem sempre é fácil, a própria definição de gênero e sexo é questionável, porém vivemos em uma sociedade que tende a simplificar de forma binária o que é “feminino” e o que é “masculino”. Mas essa não é a única relação que temos com

os gêneros, pois tem se modificado e temos atualmente uma pluralidade de identidades, a própria fotografia está passando por um processo de atualizações e desenvolvimento que muitas vezes não é compreendida, ou até mesmo percebida, pelo seu receptor.

O livro analisado é um bom exemplo desse estranhamento que o receptor de um trabalho fotográfico pode passar por não compreendê-lo, ou não estar preparada para essa nova forma de se fazer fotografia. O estranhamento ocorre devido ao desenvolvimento de tecnologia digital para o meio de produção fotográficas, e é apenas em um cenário como esse, em que a tecnologia digital está em constante desenvolvimento é que se é possível que uma obra como *Double Life* possa ser produzida.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. São paulo: Companhia das letras, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONNELL, Kelli. *Double Life*. New York: Aperture, 2006.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

MACHADO, Arlindo. *O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

MACHADO, Arlindo. *O sujeito na tela: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço*. São Paulo: Paullus, 2007.

SILVA, Juremir Machado. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SOUZA E SILVA, Wagner. *Foto 0 foto1*. São Paulo: Edusp, 2006.

PARA ALÉM DOS ESTIGMAS: O ACESSO AS TECNOLOGIAS PARA O PROCESSO TRANSEXUALIZADOR AOS HOMENS TRANS NO BRASIL

Ana Maria de Carvalho
Lindamir Salete Casagrande

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar, pela perspectiva de homens trans brasileiros autodeclarados, qual a contribuição das tecnologias para o alcance da qualidade de vida, reconhecimento e pertencimento. Será utilizada para coleta de dados a aplicação de um questionário *online* com questões abertas e fechadas que possibilite captar a percepção dos homens trans acerca do alcance e efetividade das tecnologias no que se refere ao processo transexualizador e demais artefatos tecnológicos, ofertados pela rede pública ou privada de saúde. Pretende-se identificar e analisar se a insuficiência da oferta dos serviços no que concerne a saúde pública e demais dispositivos legais, são reflexos de uma sociedade regida pela cisheteronormatividade. O projeto de pesquisa contemplará de forma significativa a participação de homens trans de todo território nacional, para tanto os questionários serão enviados, via *email*, a partir da identificação e aceite dos mesmos por meio das interações sociais realizadas nas redes sociais e demais grupos representativos. Dentre os resultados esperados pretende-se identificar e analisar se a decisão dos homens trans pela adequação ou não de seus corpos aos estereótipos e marcadores de gênero, estariam sofrendo prejuízo pela insuficiência de incentivos para inovações científicas e tecnológicas e/ou pela oferta insatisfatória dos insumos pela rede de saúde pública para o atendimento de suas necessidades e especificidades, bem como conhecer se uma visão determinista e heteronormativa estariam desfavorecendo o alcance aos artefatos, insumos e procedimentos clínicos e cirúrgicos para promoção do bem estar, qualidade de vida e inclusão social desta parcela da população. Esperamos com essa pesquisa o aprofundamento da discussão e quebra dos estigmas acerca das demandas que envolvem as pessoas transgêneros, o que poderá contribuir para a construção e fortalecimento de políticas públicas voltadas para melhor acolhimento e inclusão social.

Palavras-chave: Tecnologias. Processo transexualizador. Homens trans.

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa objetiva analisar, pela perspectiva de homens trans brasileiros autodeclarados, qual o grau do alcance e efetividade das tecnologias para a qualidade de vida, no que se refere ao processo transexualizador, demais artefatos tecnológicos e dispositivos legais que possam contribuir para seu reconhecimento e pertencimento frente a uma sociedade com fortes traços de machismo, sexismo, racismo, lgbtfobia e misoginia.

Na sociedade moderna, as determinações biologizantes qualificam e normatizam o gênero de uma pessoa de acordo com o sexo de seu nascimento, ignorando a identidade das pessoas trans e desta forma ferindo os direitos humanos básicos. Para Berenice Bento (2012, p. 24, grifos da autora).

[...] A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos “normais/anormais” e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais.

As pessoas trans são constantemente estigmatizadas, conforme ponderações de Grazielle Tagliamento (2015, p. 65), uma vez que as condutas estigmatizantes impostas pela sociedade e instituições as quais representam “produz atos de violência contra as pessoas trans, levando-as muitas vezes, à morte. Além disso, produz a exclusão destas do mercado de trabalho, das escolas e dos serviços de saúde, fazendo com que tenham seus direitos básicos, enquanto cidadãos, negados”.

O estigma que acompanha as pessoas trans lentamente é suprimido. Pensando em saúde pública e saúde coletiva, em 18 de junho de 2018 a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou nova Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), retirando a transexualidade do capítulo que a tratava como transtorno mental. A partir de sua nova versão, o CID-11 traz a transexualidade como incongruência de gênero, dentro do novo capítulo de condições relativas à saúde sexual, porém, permanece como doença.

No Brasil, observam-se algumas conquistas nas últimas décadas. No ano de 2018 houve a regulamentação da retificação de prenome e sexo de pessoas trans nos registros civis independentemente da submissão à cirurgias de redesignação sexual, apresentação de laudos médicos, hormonioterapia ou intervenção judicial. No âmbito da saúde via Sistema Único de Saúde (SUS), a conquista de atenção à saúde específica da população trans, alcançou *status* de política pública por meio da Portaria 457 de 2008

, que instituiu formalmente o chamado Processo Transexualizador, após reivindicações de movimentos sociais e ativistas, a referida portaria foi revisada, resultando na publicação da Portaria GM/MS n. 2803/2013, que incluiu em suas diretrizes os procedimentos cirúrgicos de mastectomia e histerectomia para homens trans, procedimentos específicos para terapia hormonal, dispensação de hormônios e a inclusão do atendimento à travestis dentro do processo transexualizador.

No entanto, apesar de portaria específica que tipificou/regulamentou as diretrizes para o processo transexualizador via SUS, observa-se, no cotidiano relatado por pessoas trans e bem como pela cobertura midiática, a falta de hospitais e centros conveniados para oferta de atendimento e acompanhamento, o que, por consequência, vem gerando morosidade, ineficiência de utilização dos equipamentos públicos e insuficiência de insumos e procedimentos.

Ressaltamos que nesta pretensa pesquisa, nosso lugar de fala está demarcado enquanto feminista e trabalhadora social, que, na atuação profissional como Assistente Social, vivencia e acompanha cotidianamente as marcas e sequelas deixadas nessas vidas que sim, “importam muito”, e que diariamente são submetidas a sofrimentos psicológicos, intolerância, preconceito institucional, violência física, emocional, negligência médica, ausência ou acompanhamento clínico especializado insuficiente.

Considerando as tensões e dificuldades existentes para o reconhecimento das diferentes identidades/expressões de gênero, nos permite construir a seguinte pergunta de pesquisa: Conhecer como se dá o alcance e se as tecnologias e políticas públicas existentes são suficientes para a conquista da visibilidade e respeito às pessoas trans, em especial nesta pesquisa aos ‘homens autodeclarados trans’.

Desta forma, as estruturas hierárquicas, binárias e socialmente coercitivas, desconsiderariam as demais possibilidades que proporcionasse bem estar às pessoas trans. Inclusive pretendemos problematizar, durante a pesquisa, se as tecnologias disponíveis no sistema de saúde brasileiro e o uso/apropriação (ou não) delas, já lhes seriam suficientes para o sentimento de pertença, reconhecimento civil e social, aliadas à redesignação de nome, por exemplo.

Destacamos que, na presente proposta de pesquisa, não se tem a pretensão de falar pelos homens trans e sim visibilizar as suas vozes. Pois são as suas opiniões, anseios e perspectivas, que subsidiarão o desdobramento e considerações teóricas/dialógicas, as quais serão publicizadas à comunidade acadêmica e comunidade em geral, a partir de seus olhares e percepções postas.

QUESTÕES CONCEITUAIS

Nosso entendimento conceitual acerca de tecnologia dialoga com as ponderações de Donna Haraway (1995) e Tereza de Lauretis (1994), no sentido de que os artefatos produzidos, e seus processos subjacentes, não devem ser vistos como neutros em si mesmos e para si mesmos; tampouco se encontram alienados de disputas de poder entre diferentes grupos de pensadores/instituições, que querem fazer valer a sua visão de mundo, influenciando decisivamente nas relações entre os sujeitos e na direta relação entre seus corpos.

Produz-se então, conforme pontua Lauretis (1994), um conjunto de mecanismos, artefatos, elementos, voltados a controlar a mente, o corpo e as relações entre as pessoas, denominado por esta autora de tecnologias de gênero.

Do mesmo modo, ressaltamos que gênero é posto aqui conforme as postulações analíticas/relacionais de Joan Scott (1995), pois é a partir das relações entre os sujeitos que se constituem as diferenças/desigualdades, o que pode reforçar o ser de um gênero, conforme posto por Butler (2003; 2008; 2015).

Assim, entendemos que inexistente uma pretensa epistemologia universal da heterossexualidade, de modo que, se os sujeitos são culturalmente/socialmente construídos/constituídos, então gênero pode ser pensando no sentido de diferentes imitações/performances do que seriam homens e mulheres, como pontuou Butler (2003).

A interpretação de tecnologia de acordo com Andrew Feenberg (1995, p. 79), deve ser pensada e problematizada hermeneuticamente, pois “as diferenças do modo como os grupos sociais interpretam e usam objetos técnicos não são meramente extrínsecas, mas produzem uma diferença na própria natureza destes objetos”.

As ponderações de Feenberg (1995) sobre tecnologia convergem com o argumento de Domingos Leite Lima Filho e Gilson Leandro Queluz (2010, p. 4) de que

a tecnologia assume nos dias atuais uma presença marcante no cotidiano, estando presente em todas as dimensões da vida social, seja na esfera do lar, do trabalho ou do lazer, seja no espaço público ou no privado. Nesse sentido a tecnologia, ou o que se representa como tecnologia, assume um papel central na sociabilidade, na produção da realidade e do imaginário, ela existe dentro de um contexto cultural e social.

Visões limitadas acerca da transexualidade podem desencadear definições carregadas de valores conservadores, pecaminosos, odiosos, patologizantes ou compreendidas como meras adequações ao padrão biológico de gênero imposto pela noção de cisheteronormatividade. Desta maneira afirmamos, com base nas produções teóricas de Bento (2012), Butler (2003; 2008; 2015) e Scott (1995), que a desinformação é certamente um dos geradores da transfobias e *Lgbtfobia*, visto que o índice de violência contra a população LGBT no Brasil é considerado o mais alto do mundo, no qual as pessoas trans, especialmente travestis e transexuais são assassinadas diariamente. Os números levantados pelo Grupo Gay Bahia informam que no Brasil, *a cada 19 horas, uma pessoa LGBT morre de forma violenta por motivação homotransfóbica*. Os dados desta mesma fonte, também indicam que *2017 foi o ano com o maior número de assassinatos da população LGBT desde o início da pesquisa há 37 anos. Esta mesma estatística mostrou que no ano de 2017, das 445 mortes de pessoas da comunidade LGBT registradas, 42,9% foram de pessoas trans.*

Por isso entendemos que os aparatos, métodos, técnicas e processos são meios para se constituir e construir uma sociedade, marcando os corpos, suas existências e resistências diversas, como bem pontuou Bento (2006, p. 2012). Do mesmo modo, concordamos com esta autora, no sentido de que é esse desenvolvimento tecnológico que marcará as relações entre as pessoas trans, influenciando inclusive em suas intersubjetividades e ideologias postas.

OBJETIVOS E PERCURSO METODOLÓGICO

Destarte, definimos como objetivo geral, para este projeto de pesquisa, analisar, pela perspectiva de homens trans brasileiros autodeclarados, qual a contribuição das tecnologias para o alcance da qualidade de vida, reconhecimento e pertencimento.

Dentre os objetivos específicos temos:

- identificar se há interesse e necessidade dos homens trans de corporificarem suas identidades de gênero, por meio do processo transexualizador;
- levantar quais são os artefatos necessários/requeridos para a estética e bem-estar (a partir do entendimento dos próprios sujeitos), dos homens trans;
- levantar se há e quais são as tecnologias disponíveis no sistema público para homens trans adequarem seus corpos pela cisheteronormatividade;
- identificar quais são as dificuldades encontradas pelas pessoas trans, no que se refere a aquisição destes, aos artefatos tecnológicos;
- conhecer como se deu a inclusão para o acompanhamento no processo transexualizador via SUS;
- verificar se os procedimentos cirúrgicos realizados pelas pessoas trans, especialmente homens trans, para redesignação de sexo, ocorreram pelo processo de transexualização via SUS ou com recursos financeiros próprios;
- discutir criticamente qual o papel/entendimento das tecnologias disponíveis nesta dinâmica de resignificação de corpos, a partir da perspectiva das pessoas trans a serem ouvidas na pesquisa.

Para o alcance dos objetivos propostos, como embasamento teórico utilizaremos o levantamento bibliográfico, que se constituirá principalmente de livros, reportagens e artigos em periódicos que versem sobre a temática e/ou forneçam o suporte teórico metodológico. A pesquisa terá cunho qualitativo, embora elementos quantitativos sejam utilizados para embasar esta pesquisa. Para coleta de dados será utilizado um questionário *online* com perguntas abertas e fechadas que possibilite a captação da percepção dos homens trans acerca das contribuições das tecnologias para a qualidade de vida, a partir de suas próprias percepções e perspectivas, bem como sobre o processo transexualizador. Pretende-se nesta pesquisa, contemplar de forma significativa, a participação espontânea de homens trans de todo território nacional. Para tanto, os questionários serão enviados via *email*, caracterizando a amostragem como intencional.

Como método para a análise dos dados, pretendemos adotar a análise de conteúdo, a qual será iluminada pelos preceitos e fundamentação teórica adotados na pesquisa. Acreditamos

que, conforme as orientações descritas por Laurence Bardin (1977), este instrumento interpretativo procura desvelar o que está posto para além das respostas dadas pela pessoa participante da pesquisa, uma vez que a linguagem, conforme esta autora é interdependente das relações construídas entre entrevistadora e entrevistado. Esta observância é fundamental, em nosso entendimento, para ser o mais fidedigna possível ao exposto pelos homens trans, tendo consciência do nosso lugar enquanto mulher, cis, trabalhadora e feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que, dentre os resultados obtidos, possamos identificar se as escolhas (ou não) dos homens trans, em se adequar/submeter aos estereótipos e marcadores de gênero por intermédio do processo transexualizador, estariam sofrendo prejuízo pela insuficiência de incentivos para inovações científicas e tecnológicas voltadas a partir de suas demandas e perspectivas; pela oferta insatisfatória dos insumos postos pela rede pública, provocadas pela visão determinista, patologizante e biologizante, desfavorecendo o alcance de artefatos, insumos e procedimentos cirúrgicos para promoção do bem-estar e inclusão social da população de pessoas trans, na busca do atendimento às suas necessidades e especificidades, especialmente para os homens trans, público escolhido para dialogar com o tema proposto neste projeto.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 17-36.

BENTO, Berenice. Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. In: A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é Transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2012 -Coleção Primeiros Passos, 2 ed.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2008.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FEENBERG, Andrew (1995). Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia. In: NEDER, Ricardo T. (org.) A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia / Ricardo T. Neder (org.). — Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes, 2010, pp. 67-95.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade do saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. Cadernos Pagu, Campinas, n. 05, p. 7-41, 1995.

LAURETIS, Teresa de. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A Tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual, Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/atecnologiaed-tecnologicaok.pdf>. Acesso em 31 ago. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e

educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

TAGLIAMENTO, Grazielle. "Direitos humanos e saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas á saúde integral da população trans". In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidades e travestilidade na saúde. Brasília, 2015.

TRACER É LÉSBICA? VARUS É GAY? UMA ANÁLISE DOS RELACIONAMENTOS LGBTI+ EM *OVERWATCH* E *LEAGUE OF LEGENDS*

Letícia Rodrigues
Mariana Michels Fontoura
Luiz Ernesto Merkle
Marília A. Amaral

RESUMO

Este artigo busca investigar as estratégias utilizadas nos jogos contemporâneos *Overwatch* e *League of Legends* para representar casais considerados parte da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, e Intersex (LGBTI+). Em ambos os casos estudados neste texto, os relacionamentos caracterizados como LGBTI+ são apresentados por meio de recursos transmidiáticos, ou seja, fora do jogo propriamente dito. O debate proposto é pautado pelas categorias gênero e sexualidade com aportes nos estudos queer, por meio das quais buscamos não apenas apontar a construção de diferenças de gênero e sexualidade nas representações hétero e homo, mas como tais construções são feitas por meio de processos que estabelecem como normativas determinadas identidades e outras como abjetas. Escolhemos utilizar a abordagem queer, pois nos permite analisar o uso da transmídia para representar relacionamentos LGBTI+ em jogos digitais e os processos pelos quais a heteronormatividade se faz presente na cultura dos jogos.

Palavras-chave: Representatividade. Jogos Digitais. Estudos Queer. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Segundo Lucas Goulart, jogos digitais apresentam-se como “mídias híbridas, ou seja, evocam estilos narrativos e características originalmente provenientes de outras mídias, mas as transcendem” (GOULART, 2017, p. 1). Um jogo, diferente de algumas outras formas de mídia narrativa, requer (na maior parte dos casos) uma “performance participativa” por parte da jogadora ou jogador, esta ou este é também interpelado por um “contexto” narrativo que influencia na sua experiência como um todo (a narrativa do jogo) (GOULART, 2017, p.15). Cabe dizermos que por “narrativa” estamos entendendo o conteúdo “narrado” em termos de “histórias contadas” (storytelling), que aproxima os jogos de outras mídias como o cinema e à televisão (GOULART, 2017, p. 1), ou até mesmo os quadrinhos e os livros. Em muitos jogos a performance e a narrativa são distintas, ou seja, é possível jogar sem conhecer a narrativa, e vice-versa. *Overwatch* e *League of Legends* são um bom exemplo disso. Entretanto, embora essas esferas (performance/narrativa) estejam de certo modo independentes uma da outra, assim como existem jogadoras/es que não se envolvem com o universo do jogo, também existem aquelas/es cuja performance no ato de jogar é influenciada pelas narrativas articuladas ao jogo. Nesse sentido, é necessário pensar que a narrativa interpela as/os jogadoras/es em suas subjetividades, o que muitas vezes é o motivo das reações projetadas pela comunidade no conteúdo dos jogos.

Quando falamos em narrativas das personagens de *Overwatch* e *League of Legends* referimo-nos ao conteúdo narrado sobre elas como biografias, animações em vídeo, quadrinhos, etc. Este conteúdo localiza-se no que Goulart refere-se como “extra-jogo” (GOULART, 2017), constituído por diversas mídias e espaços, em especial sítios da internet. Por meio dos quais é possível interagir com conteúdo relacionado ao jogo, mas que não se trata do jogo em si. Eles abrangem desde conteúdo criado por fãs, até obras produzidas pelas desenvolvedoras dos jogos. Nesse sentido: “a cultura do jogo digital também inclui outros elementos, como os materiais desenvolvidos pelas equipes criativas ou produtoras (trailers, propagandas, capas, manuais), que visam interpelar os sujeitos, se endereçando a eles, na tentativa de atingir públicos-alvos específicos aos quais o jogo, a priori, se remeteria” (GOULART, 2017, p. 19). Não devemos, com base nisto, restringirmos a experiência do jogar apenas ao jogo em si (GOULART, 2017, p.19).

Aqui nos aproximamos dessa estrutura multimidiática nos termos de Henry Jenkins (2006) que ao analisar a convergência de mídias, fala da narrativa transmídia (*transmedia storytelling*) em algumas franquias contemporâneas como *The Matrix* e *Star Wars*. Segundo este autor, uma narrativa transmídia pode ser entendida como “uma história contada em “múltiplas plataformas midiáticas, cada novo texto cria uma contribuição distinta e valiosa para o todo” (JENKINS, 2006, p. 96). Nesse sentido cada meio deve ser também auto-suficiente para que possa ser compreendido tanto isolado como em conjunto com suas demais partes. Narrativas transmídia podem ser acompanhadas em

diversos suportes (livros, filmes, jogos, parques temáticos, etc) (JENKINS, 2006).

Ademais, como aponta Jenkins, devemos ter consciência que o uso de transmídia tem interesses econômicos, visto que amplia a área de abrangência de determinada obra, permitindo diversos “pontos de entrada” no universo de uma franquia (JENKINS, 2006, p. 96). Não obstante, Jenkins aponta que The Wachowskis, autoras de *The Matrix*, optaram pela elaboração da narrativa da franquia em formato transmidiático com inspiração no mix de mídias (media mix) japonês (JENKINS, 2006, p. 110) descrito pela antropóloga Mizuko Ito (2008).

O chamado “universo expandido” de ambos os jogos é caracterizado por vídeos disponibilizados em redes sociais, histórias em quadrinhos digitais e contos, ou textos que narram as particularidades e biografias de cada personagem, nação, ou espaço geográfico do universo dos jogos. Essa característica vai ao encontro do que Jenkins comenta sobre a característica da narrativa em se tornar uma “arte da construção de universos”, estes tão amplos que não “cabem” em uma única mídia, extravasando para espaços e públicos diversos (JENKINS, 2006, p. 114).

Com base nesse contexto exploramos as narrativas sobre os relacionamentos das personagens *Tracer* e *Emily* em *Overwatch* e *Valmar* e *Kai* em *League of Legends*, sob uma perspectiva dos estudos queer e apontamos os efeitos de seu uso para a representatividade da comunidade LGBTI+ nos jogos digitais.

HETERONORMATIVIDADE E PERSONAGENS LGBTI+ EM OVERWATCH E LEAGUE OF LEGENDS

Neste texto consideramos que os jogos digitais se configuram em tecnologias de gênero nos termos de Teresa de Lauretis (1994, 1987). Em outras palavras, tecnologias por meio das quais as relações de gênero estão recorrentemente sendo constituídas, mas também contestadas. Através deste conceito consideramos o potencial dos jogos enquanto dispositivos educacionais, por meio dos quais determinadas relações de gênero - e sexualidade - estão sendo estabelecidas e reiteradas mesmo em jogos cujo foco é o entretenimento.

Buscamos questionar a naturalização da heterossexualidade como “padrão” de normalidade (heteronormatividade). É necessário apontar também, conforme nos fala Richard Miskolci (2009) que os estudos queer não se restringem aos questionamentos da heteronormatividade compulsória enquanto ferramenta de regulação social, mas passam também a promover a crítica de normatizações diversas que estão também imbricadas pela sexualidade (MISKOLCI, 2009).

As/os teóricas/os *queer* entendem a sexualidade como dispositivo de poder, que se estabelece entre diversos elementos, tais como literatura, enunciados científicos e proposições morais (MISKOLCI, 2009, p.154-155). Dadas suas origens históricas predominantes nos Estudos Culturais, os estudos *queer* têm grande atenção “à análise discursiva de obras filmicas, artísticas e midiáticas em geral” (MISKOLCI, 2009, p. 155). Por este mesmo viés, entendemos que os jogos estão imersos num caldo histórico-cultural, onde são produzidos e consumidos perpassando essas relações de poder.

O público-alvo dos jogos digitais está caracterizado por um imaginário bastante específico de consumidor, “a construção popular e publicitária do estereótipo do adolescente gamer estadunidense, heterossexual, branco e cisgênero” (SHAW, 2014). Estes marcadores identitários de raça/etnia, gênero e sexualidade, entre outros, tornam-se relevantes, pois são utilizados para discriminar, excluir, perseguir (através de assédios ou ameaças), quaisquer pessoas, ou grupos de pessoas, que não se encaixam nesse imaginário (RODRIGUES, 2017). Faz-se necessário ter esse contexto em mente para analisar as narrativas não-normativas que surgem nos jogos.

A teórica de jogos Adrienne Shaw (2014) fala sobre a importância de que pessoas cujas identidades são subalternizadas sejam protagonistas das narrativas em jogos. Embora a representação dessas identidades esteja presente em *Overwatch* e *League of Legends*, apontamos que por ser articulada somente através de conteúdo transmidiático ainda falham em romper com a heteronormatividade compulsória, ou com o pressuposto de que a princípio, por “padrão”, todo personagem é heterossexual.

TRACER E EMILY

Na história em quadrinhos “Reflexos”, Tracer é retratada em busca de um presente de Natal. Posteriormente, Tracer se encontra com outra personagem chamada Emily (cuja aparição ocorre somente na HQ) que ao receber o presente agradece com um beijo. A seguir, as duas vão à casa de Winston (outro personagem do jogo), com quem comemoram o Natal.

Figura 1: Recorte do quadrinho Reflexos: Natal de Tracer, Emily e Winston.

Fonte: Recorte elaborado pelas autoras.



A cena do beijo, as atitudes casuais e a narrativa das personagens (Figura 1) permitem intuir que ambas têm um relacionamento e moram juntas. Apesar disso, fãs geraram discussões a respeito do quadro do beijo, questionando seu caráter de relacionamento. Outras pessoas questionaram a identidade lésbica de Tracer, afirmando que ela poderia ser bissexual. Isto levou Michael Chu, escritor principal de *Overwatch*, a confirmar que a personagem é lésbica através da rede social Twitter. Nesta HQ, *Tracer* e *Emily* não foram as únicas a serem representadas como um par romântico. *Torbjörn*, outro personagem do jogo, também aparece comemorando o Natal ao lado de sua esposa, Ingrid. Referente a outros personagens, existem algumas representações dentro e fora do jogo que dão pistas relacionadas a sexualidade das personagens, ainda que sejam algo discreto no universo de *Overwatch*. Interações entre os personagens no jogo e conteúdos transmídia podem sugerir relacionamentos, que são em sua maioria entre homens e mulheres.

No fórum online da *Blizzard* é possível ver algumas das manifestações a respeito da sexualidade de *Tracer*. Segundo um dos jogadores, em meio a um debate sobre a personagem *Tracer*, “[...] o problema é você conhecer ela como uma menina normal e depois de quase um ano ‘do nada’ aparecer uma cena de beijo lésbico[...]”. Este é um exemplo de comportamento heteronormativo, em que na falta de uma manifestação quanto a sexualidade da personagem, ela é tida como heterossexual, mas quando esta mesma identificada como lésbica (ou como qualquer identidade que tensione a “norma”), deixa de ser entendido na normalidade, e é tida como abjeta (FONTOURA; AMARAL, 2019). A inquietação causada pela sexualidade da personagem, de uma forma demonstra como parte do público ainda tem dificuldade em aceitar a representação homossexual mas também evidencia o sucesso da empresa em engajar o público com a transmídia do jogo. Para jogadores como os que participaram das discussões a este respeito do fórum oficial do *Overwatch*, a narrativa do jogo têm importância, e os afeta de maneiras diversas.

VALMAR E KAI

League of Legends é um jogo online desenvolvido pela Riot Games desde 2009. É uma característica do jogo apresentar uma pluralidade de personagens diferentes, cada qual com biografias, histórias e particularidades específicas. Um resumo sintético da biografia de cada personagem pode ser visualizado na interface do jogo e o restante dessas informações pode ser acessada no chamado “Universo League of Legends”, um sítio na internet com conteúdo transmidiático sobre o universo do jogo. Dentre essas personagens é interessante notar que diversos exemplos são relacionamentos declarados (Rakan e Xayah, Lucian e Sena), ou tem dicas e podem ser subentendidos como heterossexuais homens/mulheres, em personagens como, Illaoi e Braum, Zoe e Ezreal. Essas interações que remetem à heterossexualidade são representadas também durante a atividade de jogar (por meio de falas das personagens. Já no caso das personagens do relacio-

namento aqui analisado, Valmar e Kai (Figura 2), que remetem à homossexualidade; o conteúdo é apresentado em recursos transmidiáticos.

Figura 2: Kai (esquerda) e Valmar (direita) representados no videoclipe “As We Fall”.
Fonte: Videoclipe “As We Fall”. Disponível em: <https://universe.leagueoflegends.com/pt_BR/comic/varus/video/varus-music-video/>. Acesso em 15 set 2019.



Em 2017, *Riot Games* decidiu atualizar informações de história referentes ao personagem *Varus* dando-lhe uma biografia que envolve a história de um casal de caçadores: Kai e Valmar, que em um evento trágico têm suas almas presas junto a uma entidade denominada *Darkin*. *Varus* torna-se então a junção de três pessoas diferentes, o casal e o *Darkin*. A narrativa “*Varus*” é dividida em três atos e conta com duas histórias em quadrinhos digitais (Atos I e III) conectadas por um videoclipe musical (Ato II), adicionalmente há um conto sobre *Varus* e a página biográfica do personagem¹. Embora em nenhum momento a empresa *Riot Games* tenha declarado o personagem *Varus* como “gay” isto seria anunciado em diversos sítios de jogos após a divulgação do conteúdo transmidiático com a história de Kai e Valmar². Por meio da narrativa é possível interpretarmos o relacionamento afetivo de ambos através dos toques, tratamento, diálogos, etc.

League of Legends é ambientado em um universo fictício e fantástico, em que características e conceitos como homossexualidade e heterossexualidade não são mencionados. O relacionamento de Valmar e Kai é tratado com “naturalidade” pela mãe de Kai, por exemplo. Apesar disso a heteronormatividade ainda opera como “norma” entre a comunidade do jogo, logo sem um “anúncio” ou algum sinal subjetivo que remeta a uma relação diferente, parte-se da premissa que as/os personagens sejam heterossexuais por “padrão”. No caso de *Varus* não houve uma declaração “oficial” da homossexualidade do casal, mesmo assim as comunidades LGBTI+ reivindicaram tal identidade ao determinarem *Varus* como personagem gay em busca de representatividade e identificação com personagens no jogo³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As personagens *Tracer* e *Emily*, *Kai* e *Valmar* tensionam representações heteronormativas de sexualidade nos jogos digitais por meio de suas narrativas. Mas é necessário apontar que isto ocorre por intermédio de recursos extra-jogo/transmídia. Nesse sentido o esforço para buscar a história, biografias, ou complementos que revelam tais características são de responsabilidade da/o jogadora/a. Nesse sentido, acabamos por cair em uma espécie de pluralismo, como o citado por Shaw (2014), no qual a diversidade torna-se apenas um fator “a que se pode ou não aderir” e depende da pessoa nela se engajar.

Vale notar que tanto *Overwatch* quanto *League of Legends* são jogos de alcance global e amplamente populares em diversos países, estando sua circulação em determinados países sujeitas a legislação presente, inclusive em casos com leis “anti-homossexualidade”⁴. Ao observarmos o

1 Universo de League of Legends. Biografia de Varus: A Flecha da Vingança. Disponível em: <https://universe.leagueoflegends.com/pt_BR/champion/varus/>. Acesso em 12 set 2019.

2 STAGNI, Thais. League of Legends: Riot altera história e confirma que Varus é gay. IGN. 2017. Disponível em: <<http://br.ign.com/league-of-legends/56175/news/league-of-legends-riot-altera-historia-e-confirma-que-varus/>>. Acesso em 12 set 2019.

3 GASTALDO, Gabriel. Varus é Gay? E agora? Cabala de Arddhu. 2017. Disponível em: <<https://medium.com/cabala-de-arddhu/varus-e-gay-e-agora-b013362177ed>>. Acesso em 12 set 2019. 2018.

4 UOL. “League of Legends” terá personagens LGBT. Disponível em: <<https://jogos.uol.com.br/ultimas-noticias/2017/03/17/league-of-legends-tera-personagens-lgbt.htm>>. Acesso em 12 set 2019.

modo como a representação *queer* está posta em ambos os casos percebemos que é bastante sutil, podendo ser “ignorada” se o/a jogador/a o decidir.

Por outro lado, a existência desses tensionamentos, mesmo no espaço do “extra-jogo” é uma fonte de identificação e reivindicação por parte de comunidades LGBTI+, assim como é fonte de incômodo para alguns grupos. Nesse sentido os jogos e o conteúdo extra-jogo funcionam como tecnologias de gênero reforçando noções de gênero e sexualidade (a heteronormatividade), embora tensionada pelo conteúdo *queer* tanto em material “oficial” quando por manifestações da comunidade.⁵ Ainda que estejam de certa maneira “nas margens” dos discursos e representações relacionamento normativas e hegemônicas personagens como *Varus* e *Tracer* provocam rupturas nos regimes de representação heteronormativos e abrem caminho para repensarmos as questões de gênero e sexualidade nos jogos.

REFERÊNCIAS

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206–242, 1994.

FONTOURA, Mariana Michels; AMARAL, Marília A. Femininity in Video Games: an Analysis of Gender in Terms of Visual Aspects, Narrative and Sociability. In: IADIS INTERNATIONAL CONFERENCE GAME AND ENTERTAINMENT TECHNOLOGIES 2019 - MCCSIS 2019. Anais Eletrônicos... p. 181-188, 2019. . Disponível em: <<http://www.iadisportal.org/digital-library/femininity-in-video-games-an-analysis-of-gender-in-terms-of-visual-aspects-narrative-and-sociability>>. Acesso em: 11 set. 2019

GOULART, Lucas Aguiar. Proudmoore pride : potencialidades da cultura de jogo digital e identidade política de gênero/sexualidade. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/66649>>. Acesso em: 14/09/2019.

ITO, Mizuko. 7 Gender Dynamics of the Japanese Media Mix. Beyond Barbie and Mortal Kombat: new perspectives on gender and gaming. 1. ed, Mass: MIT Press, p. 97–110, 2008.

JENKINS, Henry. ‘Searching for the Origami Unicorn: The Matrix and Transmedia. Storytelling’, Convergence Culture: Where Old and New Media Collide. New York University Press, p. 93–130, 2006.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias [online]. n.21, p.150-182, 2009. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008> >. Acesso em 10/07/2018.

RODRIGUES, Letícia. Questões de Gênero em Jogos Digitais: uma coleção de recursos educacionais abertos de apoio à mobilização. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 235 f., 2017.

SHAW, ADRIENNE. Gaming At the Edge: Sexuality and Gender at the Margins of Culture. University of Minnesota Press. 2014.

5 Algumas das manifestações de jogadores a respeito dos relacionamentos que gostariam de ver (ships) no universo de ambos os jogos estão disponíveis em LUTHIEN. CoOP: os cartões de Dia dos Namorados criados pela comunidade. League of Legends Br. <<https://br.leagueoflegends.com/pt/news/community/comunidade-op/coop-cartoes-dia-dos-namorados>>. Acesso em 12 set 2019. MARSHAL, Cass. Exploring the year’s most popular Overwatch ships: Decoding the olympian Village of Overwatch ships. Disponível em : <<https://www.heroesneverdie.com/2018/1/3/16840132/overwatch-most-popular-ships-mchanzo-reaper76>>. Acesso em 12 set 2019.

UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES PRESENTES EM CAPAS DO JORNAL INFORMATIVO BABADO (1994-1997)

Julio Teodoro da Costa⁶
Marilda Lopes Pinheiro Queluz⁷

RESUMO

O presente artigo visa analisar as representações de masculinidades presentes em capas do periódico Babado (1994-1997), Informativo do Grupo Expressão (Campinas). O intuito é situar o material dentro das dinâmicas complexas de identidade, gênero e representação cultural, identificando formas onde masculinidades e feminilidades podem interpelar os espectadores, contribuindo na definição de comportamentos e práticas que ora reafirmam, ora resistem a posicionamentos normativos em circulação pela sociedade na época.

Palavras-chave: Jornal, História, Identidade, Gênero, Design gráfico

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar algumas capas do periódico Babado (1994-1997), informativo produzido e distribuído pelo Grupo Expressão, grupo da causa LGBTQI+ atuante em Campinas. O artigo se estrutura fazendo um breve resumo e contextualização de algumas circunstâncias históricas do movimento LGBTQI+, seguido por uma articulação de alguns teóricos e teóricas que fundamentam a discussão sobre representações culturais e imagem (Stuart Hall (2016), Mieke Bal (2016) e Tomáz Tadeu e Silva (2004)), para por fim aplicar a metodologia de análise de imagens proposta por Ana Maria Mauad (2005) nas capas das edições de número 2, 3 e 4 (1994) e 5 (1995).

O movimento LGBTQI+ no Brasil sempre passou por muitas lutas e conquistas. Pode-se falar de um movimento organizado a partir do final da década de 1970, (TREVISAN, 2018 p. 322) (LIMA, 2017 p.35) tendo como marcos principais a criação do grupo SOMOS, formado por intelectuais e militantes em enfrentamento a repressão da ditadura militar, bem como o jornal Lampião da Esquina, importante veículo de mídia da época que ao mesmo tempo em que expunha denúncias de violências e ações arbitrárias do estado, também promovia uma maior sociabilidade entre as pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais, ao noticiar suas vivências e permitir a troca de correspondências através de suas colunas. Esses movimentos contribuíram para a criação de diversos grupos por todo Brasil, como o Grupo Gay da Bahia (1980), o grupo Nós Também da Paraíba (TREVISAN, 2018 p.342), o grupo de iberação homossexual Libertus (1982), em São Paulo, entre outros, bem como de encontros e congressos, aproximando os militantes da causa LGBTQI+ das universidades.

Nos primeiros meses de 1983 são diagnosticados os primeiros casos de AIDS no Brasil, acontecimento que causa enorme impacto em toda a comunidade LGBTQI+ devido ao grande número de mortes, bem como com a associação promovida com as pessoas homossexuais, principalmente por algumas parcelas mais conservadoras da sociedade e alguns veículos de mídia, que estampavam manchetes como “câncer gay” ou “peste gay” (TREVISAN, 2018, p.393). Essa epidemia foi um grande desafio que envolveu a participação dos grupos de pessoas LGBTQI+ com instâncias do governo, tanto no amparo das pessoas infectadas pelo HIV, bem como no desenvolvimento de políticas públicas e campanhas de conscientização. Essa maior participação favoreceu o desenvolvimento de novos tipos de relacionamento entre o poder público e as pessoas LGBTQI+, com a criação de diversas ONGs, o que marcou mudanças na configuração dos movimentos LGBTQI+ no Brasil, como explica a pesquisadora e Psicóloga Dra. Andrea Moreira Lima, em sua tese de doutoramento (LIMA, 2017. p. 36).

O debate sobre sexualidade e ISTs, promovido pelos grupos, ONGs e instâncias do governo,

⁶ Possui Graduação em Tecnologia em Design gráfico pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2017) e atualmente é mes-
trando pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O presente
trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código
de Financiamento 001. Email: Julio.teodoro.21@gmail.com

⁷ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1985), graduação em Educação Artística pela Universidade
Federal do Paraná (1989), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1996) e doutorado em Comunicação e Semi-
ótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Professora Titular aposentada do Departamento de
Desenho Industrial. Atualmente é Professora Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica
Federal do Paraná, na linha de pesquisa Mediações e Culturas. Email: pqueluz@gmail.com

atingiu diversas parcelas da população, ampliando o debate de questões que eram consideradas tabus, bem como contribuiu para o desenvolvimento de estruturas de saúde para diagnóstico e acompanhamento das pessoas que viviam com o vírus. A associação do HIV com parcelas LGBTQI+ da população reforçou estigmas e preconceitos, muitas vezes articulados entre veículos de mídia, e grupos que se formavam para promover violências físicas, perseguindo pessoas suspeitas, como o Grupo Machão da Bahia (TREVISAN, 2018, p.407) bem como grupos neonazistas, o que gerou perseguições e violências que visavam a discriminação da população LGBTQI+, bem como a reafirmação de posicionamentos machistas e homofóbicos nos quais, em algumas parcelas da sociedade, ser hetero era associado a ser saudável, e apresentar trejeitos ou ser tachado de homossexual era entendido como sinônimo de estar doente, e portanto, vulnerável a sofrer discriminações, violências, perseguições e até morte, como explica TREVISAN (2018).

Assim, na entrada dos anos 1990 temos um cenário no qual as questões e circunstâncias dos outros anos, com suas conquistas, desafios, disputas e enfrentamentos, coexistem com uma maior participação na mídia e nas políticas públicas das parcelas LGBTQI+ da população. João Silvério Trevisan (2018) nos informa que uma das características desse período foi a criação da sigla GLS, para se referir a gays, lésbicas e simpatizantes (um equivalente a categoria gay friendly, nos Estados Unidos (TREVISAN, 2018, p. 348). Assim bares e baladas assumem a sigla, incentivando convivências menos conflituosas entre determinadas parcelas da população (vale comentar que nesses lugares a presença de simpatizantes geralmente era muito maior que a de gays, que por sua vez era muito maior que a presença de lésbicas, mostrando a assimetria de representatividade). Esse fenômeno abriu margem para a criação de produtos e serviços identificados como GLS, em um fenômeno que ia desde a afirmação das identidades dessas parcelas da população até a cooptação delas por tendências capitalistas, que visavam o lucro que essa fatia do mercado poderia oferecer. (TREVISAN, 2018).

Nesse complexo contexto, nos interessa analisar as publicações que surgiam nessa época voltadas para a população LGBTQI+. Trevisan afirma que esse campo passou por grande florescimento, já que inúmeros jornais e revistas foram criados, mas deixa uma lacuna ao comentá-los, citando apenas dois deles: a revista G-magazine (1997), publicação de cunho pornográfico que focava em mostrar modelos nus, mas também tinha colunas sobre comportamento e bem estar, e a revista Sui Generis (1995), com pautas voltadas para a área de cultura, comportamento e showbiz (TREVISAN, 2018. p.347). É dessa lacuna que esse artigo visa se aproximar, ao focar sua atenção sobre o jornal Babado (Campinas, 1994-1997) periódico informativo do Grupo Expressão, de circulação gratuita e tiragem de 16.000 exemplares, que abordava diversos aspectos da vivência LGBTQI+ da época, comentando sobre os eventos que aconteceram no último mês, com fotos dos lugares, agendas com os próximos eventos, roteiros de bares, festas, saunas e boates de Campinas, São paulo e Curitiba, espaço para a visibilidade dos talentos das festas, como maquiadores, drags, modelos e hostess, na sessão 'homo faz, homo mostra'. Também contava com colunas de opinião, que eram escritas por personalidades drags diferentes, espaço para as cartas dos leitores e leitoras, bem como colunas de autocuidado, colunas voltadas para a comunidade lésbica, dicas de vocabulário 'queer' (pajubá) entre outras.

Porém, antes de problematizar a publicação, vale comentar sobre o Centro de Documentação Professor Dr. Luiz Mott, importante acervo de materiais e documentos da população LGBTQI+, existente na sede do Grupo Dignidade, ONG fundada em Curitiba no ano de 1992. A ONG é pioneira no estado do Paraná na área da promoção da cidadania LGBTQI+, centralizando atividades jurídicas, psicológicas, médicas voltadas para o acolhimento e a conscientização dessas parcelas da população (DIGNIDADE, 2019). O Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, do Grupo Dignidade, volta-se para materiais relacionados à diversidade sexual e de gênero, visando também arquivar e preservar a memória do movimento LGBTQI+, contando em seu acervo com teses e dissertações, livros, cartilhas, periodicos, jornais e revistas, além de documentos e reportagens sobre conquistas e desafios relacionados a questões sexuais e de gênero de momentos passados.

A utilização desses materiais como fontes históricas é importante para conhecermos aspectos da mídia e da comunicação que circulavam por determinada comunidade em determinado contexto histórico e social. Esses materiais participam do que o Teórico dos estudos culturais Stuart Hall

(2016) chama de circuito da cultura, que envolve instâncias de produção, circulação e consumo de representações e discursos que participam, através de dinâmicas complexas, da construção das identidades culturais da população, como também explica Tomaz Tadeu e Silva (SILVA, 2004).

Stuart Hall (2016) define o fenômeno da cultura como um conjunto de práticas onde a produção e intercâmbio de sentidos acontece de maneira compartilhada, e as pessoas as interpretam de maneira semelhante. O autor ressalta que esses sentidos “auxiliam no estabelecimento de normas e convenções segundo as quais a sociedade é ordenada e administrada” (HALL, 2016. p.22).

Uma das maneiras de nos aproximarmos destas questões é atentando para como os discursos são produzidos e compartilhados. Hall define os discursos como “uma das maneiras de se referir a um determinado tópico da prática ou sobre ele construir conhecimento” (HALL, 2016. p.26). Essa perspectiva se mostra interessante para embasar esse artigo, pois foca nos efeitos e consequências das representações na produção dos sentidos e, conseqüentemente, nas relações de poder que participam, contribuindo para a regulação de condutas, na construção de identidades e subjetividades, bem como em modos de experiência, concepção e análises de determinados objetos e práticas. (HALL, 2016. p. 27).

Esse posicionamento também é compartilhado pela teórica, artista e professora holandesa Mieke Bal (2016). Na introdução de seu livro *Tiempos transtornados*, a autora nos informa que “grande parte de nossa vida social está influenciada pelo que vemos. E isso inclui ver os outros, programados para serem vistos em sua ‘outridade’, que se apresenta como natural, mas nada mais é do que cultural⁸” (BAL, 2016. p. 24) Desse modo, a autora inicia uma discussão sobre a cultura visual, partindo da problematização do termo visual, propondo uma perspectiva na qual a visão é recontextualizada com a totalidade do corpo, (BAL, 2016 p.31), bem como com o termo cultura, ressaltando o caráter político, dialógico e de disputas assimétricas e suas resistências que as vivências em sociedade possuem.

Segundo a autora, “a visão estabelece uma relação subjetiva com a realidade, na qual o espectro visual de um objeto se considera propriedade do próprio objeto⁹” (BAL, 2016. p. 37). Questionar a naturalidade dessas visualidades, situando-as em contextos históricos e culturais das sociedades onde circulam é fundamental para uma análise crítica de tais visualidades, entendendo que elas participam de práticas diárias, contribuindo para o que chamou de “táticas do ver” (BAL, 2016. p.55), olhares que constroem o que é visto, muitas vezes confabulando com poderes estabelecidos.

Essa abordagem também recai sobre o que Stuart Hall descreve como “as especificidades históricas de uma forma particular, ou de um regime de representação” (HALL, 2016. p. 27). Assim, interessa analisar as práticas discursivas, representações, linguagens e significados, bem como a maneira como eles eram utilizados e determinadas épocas e locais.

Para essa análise, utilizaremos a metodologia proposta pela historiadora e professora Dr^a. Ana Maria Mauad (2005), focada em análise de fotografias, que utiliza conceitos da semiótica como base para categorizar os elementos presentes nas imagens e chegar a resultados concretos.

Ana Maria Mauad parte da pergunta “como interpretar as imagens do passado?” (MAUAD, 2005. p. 138) para propor uma metodologia com qual podemos abordar esses objetos de estudo. Propondo a organização das imagens em coleções, a autora evidencia o caráter complexo de intertextualidade, na qual uma imagem complementa a outra, e tendências e contradições entre elas podem ser percebidas, o que não seriam facilmente percebidas pela análise de um único exemplar. Para esse artigo foram escolhidas 4 capas das primeiras edições do jornal Babado, com o objetivo de perceber estratégias que o jornal possui para identificar e atrair seu público de interesse.

Para a análise, foram utilizadas as categorias propostas em seu artigo “Na mira do olhar” (MAUAD, 2005), que divide a leitura e interpretação em dois momentos, o do conteúdo (que envolve as interações entre vivências, lugares, pessoas e objetos representados) e da expressão (que envolve escolhas técnicas e estéticas). Essa divisão separa os dois planos com fins didáticos e de estruturação da análise, mas a autora nos chama a atenção que eles são contínuos, e sua compreensão deve levar em conta o todo integrado (MAUAD, 2005, p.143) Assim, as análises se preocu-

8 Tradução livre do original “Gran parte de nuestra vida social está influida por lo que vemos. Y eso incluye ver a otros, preprogramados para ser vistos en su otredad, que se nos presenta como natural, pero no es más que cultural”. (BAL, 2016. p.24)

9 Tradução livre do original “[...] la vista establece una relación subjetiva con la realidad en la que el aspecto visual de un objeto se considera propiedad del propio objeto”. (BAL, 2016.p.27)

pam em identificar posturas, objetos, características corporais, olhares, situações construídas, bem como as escolhas técnicas baseadas na teoria da cor, na composição gráfica, nos textos utilizados e nos enquadramentos escolhidos.

Imagens 1, 2, 3 e 4 - capas das edições nº 2 (outubro-1994), nº 3 (novembro-1994), nº 4 (dezembro-1994) e nº 5 (janeiro/fevereiro-1995) respectivamente, do jornal Babado, informativo do grupo Expressão, de Campinas.



A objetificação dos corpos é uma estratégia utilizada em todas as capas analisadas, nas quais seguem determinado padrão. Todos possuem pele clara, poucos pêlos e músculos definidos, o que pode comunicar jovialidade e força, características valorizadas nessas construções de masculinidade. Essa estratégia busca apelar para o desejo dos espectadores, idealmente pensados como pessoas que possuem outros homens como objeto de desejo e afeto.

O único homem que possui cabelos longos está representado na capa da edição de nº 3, que assume a posição passiva na relação apresentada. Os cabelos compridos, aqui, podem ser lidos como uma característica entendida como de feminilidade, reforçando a leitura de passividade como característica feminina e, conseqüentemente, de exaltação da masculinidade do homem representado no papel de ativo na relação representada.

Nas edições de número 2 e 3 (imagens 1 e 2 respectivamente) a imagem da capa visa ilustrar uma das reportagens presentes na edição. A edição 2 (imagem 1), que possui a manchete “A polêmica: religião e homossexualismo” traz impressa a imagem que remete a iconografia de São Sebastião, santo da igreja católica que foi morto por não renunciar sua crença em Jesus Cristo no período romano, segundo a página do portal da comunidade Canção Nova, fundada em 1978 (NOVA, 2019). Ao representar essa imagem, também existe a escolha de evidenciar a sensualidade do corpo do modelo, produzindo-se uma imagem que reafirma a tensão que a reportagem busca discutir.

Na edição 3 (imagem 2) temos a chamada principal “Safe sex, just do it”, e na imagem temos dois homens em pé, se relacionando sexualmente. Pode-se interpretar que eles, virados para a direita, avançam (seguindo o sentido de leitura ocidental, da esquerda para a direita) da área escura e mal iluminada, para a área azul e clara, fazendo sexo seguro. Aqui podem ser acionadas diversas dicotomias que lidam com o escuro como mal, e o claro como bom, e o sexo seguro como ponte para essa passagem.

Já as duas outras capas selecionadas (edições 4 e 5), utilizam de outra estratégia, fazendo referência a sazonalidade na qual os periódicos foram lançados. A edição 4 (imagem 3), lançada em dezembro de 1994, utiliza elementos característicos do natal, como a paleta de cores verde, vermelha e branca, bem como as caixas de presentes embrulhadas com laços de fita para ambientar a composição. A sombra projetada contribui para identificar o cenário como um espaço interno, provavelmente o cômodo de uma casa. O modelo segura dois presentes, que ocultam a região da sua virilha. Ao mesmo tempo encara diretamente o espectador, definindo certa cumplicidade na troca de olhares. Dentro da fantasia construída, ao receber os presentes, também será revelada a nudez do modelo.

Por fim, a capa da 5ª edição (imagem 4), veiculada nos meses de janeiro e fevereiro, nos remete a época do carnaval. A fantasia utilizada pelo modelo valoriza seu corpo, deixando a mostra seu abdômen, braço e coxas. A calça que cobre sua virilha e canelas não possui um corte convencional, e valoriza o volume entre as pernas do modelo, com a utilização de textura semelhante a de suas munhequeiras. Possui um boá no pescoço, peça muito utilizada em bailes de carnaval. O enquadramento não mostra o rosto do modelo, o que reforça a objetificação de seu corpo, bem como pode acionar fantasias no espectador, já que o anonimato do modelo pode fornecer uma chance de encontrá-lo pelas festas da cidade, já que cabe ao espectador completar as feições que esse modelo terá.

Assim, pode-se perceber que as capas analisadas do jornal babado, ao valorizar determinados tipos de corpos, também acaba por reforçar determinadas formas de masculinidades, nas quais um perfil específico de jovialidade e força é apresentado como objeto de desejo, e corpos que fogem desse padrão não acabam tendo evidência. Essas representações circulam pela sociedade, e acabam por contribuir para a construção imaginários e práticas, como explicado pelas teóricas e teóricos utilizados na problematização do presente artigo (HALL, 2016.) (BAL 2016.) (MAUAD 2005). Contudo, vale ressaltar que a utilização de imagens estampadas nas capas contribui para a afirmação da homossexualidade em um período onde a discriminação, principalmente em decorrência a epidemia de AIDS, era presente. As escolhas imagéticas presentes nas capas também contribuem para a percepção e vivência de uma sexualidade mais aberta e livre, desafiando regulações conservadoras presentes na época.

REFERÊNCIAS

BAL, Mieke. Análisis - Introducción: puntos de partida. In: BAL, Mieke. *Tiempos trastornados: análisis, historias y políticas de la mirada*. Madrid: Ediciones Akal, 2016, p. 19-55.

DIGNIDADE, Grupo. Sobre o grupo Dignidade - Grupo Dignidade. Disponível em <<http://www.grupodignidade.org.br/o-grupo/>> Acesso em 25/09/2019.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. p. 31-228.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX, *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 13. n.1.p. 133-174.

NOVA, Canção. Santo do dia: São Sebastião. Disponível em <<https://santo.cancaonova.com/santo/sao-sebastiao-defensor-da-igreja/>> Acesso em 27/09/2019.

SILVA, Tomáz Tadeu da. *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da Colônia à Atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NO DESIGN DAS EMBALAGENS DE CERVEJA PROIBIDA PURO MALTE

Katia Fernanda de Oliveira¹⁰
Marinês Ribeiro dos Santos¹¹

RESUMO

Neste artigo temos como objetivo discutir o design como “tecnologia de gênero” capaz de atuar na construção e reforço de representações de gênero normativas. Para tanto, nosso objeto de estudo são as embalagens de cerveja Proibida Puro Malte, lançadas em 2017. Estas embalagens são apresentadas pela marca Proibida dentro de uma matriz heteronormativa, onde a cerveja “Rosa Vermelha Mulher” - classificada como mais leve e aromática - é associada ao público feminino, enquanto a cerveja “Puro Malte Forte” - classificada como forte e amarga - é associada ao homem “macho”. Percebemos aqui, que a marca Proibida constrói “*scripts* de gênero” dicotômicos que guiam a criação do design, onde concepções singulares de feminilidades e masculinidades são materializadas nas embalagens, visando a identificação dos consumidores com os produtos. Esta materialização do binarismo feminino/masculino feita por meio do design pode contribuir no reforço e naturalização de significados hegemônicos e concepções sociais ligadas a padrões de gosto, comportamento e sexualidade associados ao corpo biológico. Com isso, sujeitos sociais que se expressam fora desses limites, podem ser vistos como desviantes e seus modos de vida serem considerados ilegítimos. Por meio de uma análise do design gráfico das embalagens, buscamos identificar os signos utilizados para construir as representações de feminilidades e masculinidades. Percebemos que os “*scripts* de gênero” construídos no design intensificam socialmente as noções de mulher-feminina e homem-masculino reforçando uma perspectiva de representação heteronormativa.

Palavras-chave: Design. Representações de gênero. Heteronormatividade.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos identificar representações de feminilidades e masculinidades construídas no design das embalagens de cerveja da marca Proibida. Essas embalagens fizeram parte da Campanha de ampliação da família de cervejas Proibida Puro Malte, lançada em janeiro de 2017. O anúncio dos novos produtos contou com um vídeo comercial¹², onde o ator Antônio Fagundes apresenta os novos produtos com a seguinte fala:

[...] Agora você vai conhecer também: A Proibida Puro Malte Forte, com sabor intenso, uma cerveja para “macho”. A Proibida Puro Malte Leve, muito refrescante. E uma cerveja feita especialmente para você mulher, a Proibida Puro Malte Rosa Vermelha Mulher. Todas puro malte e uma para cada gosto. Gostosas demais. (PROIBIDA, 2017)

A marca Proibida associa a cerveja classificada como mais leve e aromática ao público feminino, enquanto relaciona a cerveja classificada como forte ao homem “macho”. Percebemos que a apresentação dos produtos é feita dentro de uma matriz heteronormativa, onde a marca considera o gênero do consumidor-alvo para comunicar a quem o produto se destina.

Nesse processo, a marca Proibida constrói “*scripts* de gênero” dicotômicos que guiam a criação do design, onde representações de gênero normativas são materializadas nas embalagens. Com isso, concepções de feminilidades e masculinidades são reforçadas socialmente, naturalizando significados hegemônicos e padrões de gosto, comportamento e sexualidade entendidos como decorrentes do corpo biológico. Desta forma, sujeitos sociais que se expressam fora desse binarismo de gênero podem ser vistos como desviantes de uma “norma” e ter seus padrões de comportamento e desejo sexual considerados ilegítimos.

Considerando a atuação do design na circulação de significados socialmente compartilhados, buscamos discutir o design como “tecnologia de gênero” capaz de atuar no reforço de representações de gênero normativas. Por meio de uma análise do design das embalagens visamos identificar os elementos que constroem essas representações de feminilidades e masculinidades. Na próxima seção apresentamos as bases teóricas que nos permitem analisar o design das embalagens e aprofundar a discussão.

10 Tecnóloga em Design Gráfico pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. (UTFPR) E-mail: kafernanda.oliveira@gmail.com

11 Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora do Departamento Acadêmico de Design Industrial e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: ribeiro@utfpr.edu.br.

12 Disponível em: <https://youtu.be/OvweXs7HZWY> Acesso em: 15 set. 2019.

REFERENCIAL TEÓRICO

Compreendemos o design, aqui, como uma linguagem cujo sentido é construído socialmente. A partir de Stuart Hall (2006) percebemos que qualquer elemento material - no caso em tela, as embalagens de cerveja - capaz de carregar e expressar sentidos, pode ser interpretado como uma linguagem.

Esta linguagem, produzida por meio da escolha de cores, formas e tipos não é aplicada no design de maneira desinteressada. Segundo Ellen Van Oost (2003) designers podem considerar o gênero do consumidor-alvo ao desenvolver um produto e com isso criar um “*script* de gênero”. Esse conceito se refere às “representações que os designers de um artefato têm ou constroem das relações de gênero e identidades de gênero – representações que eles então inscrevem na materialidade deste artefato.” (OOST, 2003 p. 195)¹³. Para Oost, o uso de signos culturalmente conhecidos de feminilidades ou masculinidades no design visa uma possível identificação dos consumidores com os produtos.

Estes símbolos culturais de masculinidades ou feminilidades à que Oost (2003) faz referência são noções construídas culturalmente e historicamente. De acordo com a pesquisadora Marinês Ribeiro dos Santos, existem expectativas sociais de alguns padrões adequados para “mulheres” e “homens”. Esses padrões dizem respeito a gostos, comportamentos, atividades, usos do corpo e relacionamentos afetivos. (SANTOS, 2018).

Segundo Santos (2018) apoiada na teoria de Judith Butler, existe uma matriz heteronormativa que envolve a significação do corpo e atribui a heterossexualidade como “natural”. Esta matriz “subentende um sistema específico de coerência e continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual.” (SANTOS, 2018 p. 3). Com isso, os corpos são classificados em femininos ou masculinos, e com base nesse binarismo, são construídos contornos entre os que representam a “norma” e os que ficam de fora dela.

Ao propormos a discussão do design como “tecnologia de gênero”, utilizamos o conceito proposto por Teresa de Lauretis (1994). Para a autora gênero é o resultado de complexas tecnologias com poder de “controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (LAURETIS, 1994 p. 228).

Lauretis afirma que, assim como a sexualidade, vista pelo filósofo Michel Foucault como “tecnologia sexual”, seria também o “gênero, como representação e como auto-representação, produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.” (LAURETIS, 1994 p.208).

Com esses pressupostos em vista, a análise do design das embalagens que apresentamos na sequência pretende discutir o design como uma “tecnologia de gênero”, identificando nas embalagens os “*scripts* de gênero” que constroem as representações de feminilidades e masculinidades dentro de uma matriz heteronormativa.

METODOLOGIA

Para evidenciar como o design participa da construção de representações de gênero nas embalagens da Proibida Puro Malte, adotamos um método de leituras das imagens, baseado na abordagem semiótica proposta por Martine Joly (2007).

Para Joly (2007), aquilo que chamamos de imagem é algo heterogêneo e o processo de significação decorre da relação de diferentes categorias de signos que a compõem: *plásticos*, *icônicos* e *linguísticos*. Por signos plásticos podemos considerar as cores, formas, composição, textura. Os signos icônicos são considerados os que têm semelhança com um referente real. E os signos linguísticos, a linguagem verbal, são os textos que podem acompanhar as imagens e ser responsáveis por direcionar a interpretação.

Adaptamos a metodologia de Joly (2007) para as seguintes etapas de análise que se aplicam melhor ao nosso objetivo: (1) Considerar para quem a mensagem visual foi produzida, qual a função da mensagem visual e qual seu contexto; e (2) Descrever as embalagens, identificando seus signos

13 Tradução livre do original: “[...] representation an artifact’s designers have or construct of gender relations and gender identities - representation that they then inscribe into the materiality of that artifact.” (OOST, 2003 p. 195)

plásticos, icônicos e linguísticos, relacionando-os aos possíveis significados associados por convenção a noções de feminilidades e masculinidades.

EMBALAGEM: PROIBIDA PURO MALTE LEVE ROSA VERMELHA MULHER

Figura 1. Puro Malte Leve Rosa Vermelha Mulher - Garrafa 330ml e caixa de 6 garrafas
Fonte: Mercado Livre.



De acordo com a descrição feita pela assessoria de imprensa da Proibida¹⁴ esta cerveja “vem atender a crescente demanda do exigente público feminino” (APAS, 2017). Esta descrição nos diz muito sobre o “*script* de gênero” que conduziu a criação das embalagens. O perfil de consumidor-alvo criado foi de um público feminino exigente que aprecia cervejas de boa qualidade. Para tal público a cerveja Puro Malte Rosa Vermelha Mulher é feita com sabor leve, baixo amargor e com aroma marcante (APAS, 2017).

O “gosto feminino” é comumente associado a sabores suaves, adocicados, aromáticos e, no caso das cervejas, circula no contexto social a ideia de que o público feminino aprecia apenas cervejas suaves e doces.¹⁵ A suavidade da Proibida Puro Malte Rosa Vermelha Mulher é marcada pelo baixo teor alcoólico de 4,2% e sugere um tipo de feminilidade que é fraca para bebidas alcoólicas. O design gráfico das embalagens atende ao “*script* de gênero” criado, recorrendo a elementos de linguagem específicos.

A cor rosa é utilizada com predominância na embalagem, aplicada em todo o fundo. É uma cor comumente aplicada em artefatos femininos, remetendo a delicadeza, encantamento, doces, flores. Em contraste ao rosa claro, o vermelho é aplicado pontualmente na marca e em parte do título, o que reforça o significado de proibição do próprio nome da cerveja Proibida. No título “Rosa Vermelha” o tom de vermelho é mais vivo, remetendo a cor da flor rosa vermelha. As flores podem representar romantismo mas também estão relacionadas ao universo de sedução e erotismo.

Nesta embalagem podemos perceber a aplicação de uma tipografia cursiva no título “Rosa Vermelha” que é fina e delicada, com serifas curvas e alongadas. Tipografias cursivas passam maior sensação de humanização por se aproximarem da escrita humana. São muito utilizadas em convites e certificados, pois transmitem sofisticação.

O uso das cores rosa e branco e a tipografia cursiva conferem à embalagem uma feminilidade que pode ser percebida como delicada, doce e pura. No entanto, paralelamente a esta primeira feminilidade, a proibição do vermelho e a paixão das rosas vermelhas remetem a outra feminilidade erotizada pela ideia de proibição, que é reforçada pelo nome, símbolo e cor da marca Proibida.

É importante ressaltar que este tipo de feminilidade não existe *a priori*. Ele foi construído como um perfil de consumidor-alvo e norteou as escolhas de design para cada signo. O/a designer por sua vez, ao utilizar um “*script* de gênero” para escolher os elementos plásticos, está também participando da construção simbólica das cores e da tipografia, pois a atribuição de sentido é feita socialmente e o design está inserido na cultura.

14 Disponível em: http://www.apasshow.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Release-Proibida-APAS_FINAL.pdf Acesso em: 15 set. 2019

15 Este tema foi melhor desenvolvido em: OLIVEIRA, K., 2018, pp. 45 - 49.

EMBALAGEM: PROIBIDA PURO MALTE FORTE

Figura 2. Cerveja Puro Malte Forte - Lata 269ml
Fonte: Proibida.



De acordo com o vídeo da campanha esta cerveja é destinada ao público masculino, sendo descrita como uma “cerveja forte, para ‘macho’.”¹⁶ O público masculino tem sido priorizado pelas marcas de cerveja como consumidor alvo naturalizado. Para se comunicar com o público masculino, as marcas de cerveja utilizaram em muitos anúncios o corpo feminino como objeto de sedução e desejo do “homem” consumidor, o que acabava por criar representações de gênero normativas quanto às expressões de masculinidades e de sexualidades.¹⁷

Ao considerar o público masculino para a cerveja Puro Malte Forte, a marca também é guiada por um “*script* de gênero”. A cerveja é descrita¹⁸ tendo sabor marcante, graças ao mais puro malte utilizado na receita. O aumento de lúpulo também fortalece o amargor, ao passo que o teor alcoólico é alto, contendo 6,5%.

O gosto forte e amargo e o forte teor de álcool é comumente associado ao gosto masculino. A noção “macho”, que é trazida para o perfil de consumidor-alvo, faz referência a comportamentos e gostos masculinos que são socialmente esperados em um homem heterossexual.

A cor que predomina na embalagem é o preto, utilizada no fundo da composição visual. O preto ajuda a fortalecer a noção de força masculina atrelada ao produto, também pode simbolizar elegância, modernidade e autoridade. Podemos associá-lo com uma masculinidade que possui força e conhecimento sobre cerveja.

O dourado aplicado nos detalhes, no ícone da marca Proibida e no ramo de cevada que fecha a composição tipográfica sugere uma masculinidade relacionada a riqueza financeira. A maneira como as cores são aplicadas na embalagem contribui para uma hierarquia visual, que destaca o logotipo da Proibida e o título “Forte”.

A masculinidade construída pelo design da embalagem decorrente do “*script* de gênero” que guiou a criação da cerveja é uma masculinidade forte, que entende de cerveja, que aprecia bebidas amargas e de forte teor alcoólico. O público masculino é tão naturalizado como consumidor de cerveja que esta embalagem não precisou do título “Homem”. O produto é nomeado pela característica mais comumente relacionada às masculinidades que é a força: a força do álcool, a força do amargor, a força física esperada socialmente de um homem “macho”.

16 Disponível em: <https://youtu.be/OvweXs7HZWY> Acesso em: 08 set. 2018

17 Este tema foi melhor desenvolvido em: OLIVEIRA, K., 2018, pp. 28 - 35.

18 Disponível em: http://www.apasshow.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Release-Proibida-APAS_FINAL.pdf Acesso em: 15 set. 2019

EMBALAGEM: PROIBIDA PURO MALTE LEVE

Figura 3. Puro Malte Leve - Garrafa 330ml e Lata 269ml
Fonte: Envase.



A cerveja Puro Malte Leve é a única que não é descrita pela assessoria¹⁹ como uma cerveja destinada ao público feminino ou masculino. Mesmo assim, um “*script* de gênero” pode ter sido usado de forma implícita na construção do produto e embalagem. A outra cerveja da “família” - a Rosa Vermelha Mulher - foi feita especialmente para o público feminino, sugerindo que não é o caso de todas as outras cervejas da “família” serem destinadas a este público. Logo, a cerveja “Leve” é implicitamente destinada ao público masculino, que vem sendo visto ao longo do tempo como consumidor padrão de cerveja.²⁰

No caso da cerveja “Leve” as características da bebida são: leveza, suavidade, frescor e um baixo teor de álcool, 4,1%. No design gráfico podemos perceber a utilização da cor cinza no fundo da embalagem que, pelo brilho do material da lata e do rótulo, sugere um efeito prateado. O cinza costuma ser associado a neutralidade, porém, com o brilho, sugere modernidade, sofisticação e tecnologia. O dourado nos detalhes também pode fazer referência ao ouro e riquezas. A cor preta é aplicada somente na marca Proibida, o que confere elegância e autoridade, gerando um contraste forte sobre o fundo cinza. O branco é aplicado no título “Leve” e sugere ordem e equilíbrio.

A tipografia utilizada no título “Leve” também é cursiva, mantendo a linguagem das demais embalagens. Porém, não possui ligaturas em todas as letras, o que confere uma noção de leveza, pois os caracteres parecem um pouco mais soltos na composição.

Podemos perceber características do produto e da embalagem que podem ser facilmente associadas tanto às feminilidades quanto a masculinidades. A noção de neutralidade ganha força na composição, mas a masculinidade se fortalece com a criação de sentido que é feita não somente pela embalagem Puro Malte Leve vista de maneira isolada. Pois sendo esta embalagem lançada ao lado de uma cerveja exclusiva para o público feminino, favorece a interpretação de que a cerveja Puro Malte Leve é destinada ao público masculino. Assim, podemos perceber uma masculinidade relacionada a elegância, sofisticação e modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do design das embalagens Proibida Puro Malte, percebemos que o “*script* de gênero” atribuído ao público feminino, constrói uma representação de feminilidade em torno da cerveja “Rosa Vermelha Mulher” que intensifica socialmente a noção de mulher-feminina. O design da embalagem materializa pelo uso das cores e tipografia as noções de delicadeza, pureza e sensualidade. Por outro lado, nas outras cervejas destinadas explícita e implicitamente ao público masculino, foi intensificado principalmente a noção de homem “macho”, onde o design fortalece as noções de força e heterossexualidade pela construção simbólica feita em oposição à cerveja Rosa Verme-

19 Disponível em: http://www.apasshow.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Release-Proibida-APAS_FINAL.pdf Acesso em: 15 set. 2019

20 Este tema foi melhor desenvolvido em: OLIVEIRA, K., 2018 pp.28 e ss.

Iha Mulher. A maneira dicotômica com que as representações de feminilidade e masculinidade foram construídas em torno das cervejas “Mulher” e “Forte” fortalecem uma perspectiva de representação heteronormativa, que nega ou exclui possíveis atravessamentos. Sendo assim, sujeitos sociais que não se sentem representados por esta lógica não são considerados. Com isso, o design atua como uma tecnologia social, produzindo e afirmando normativas para o consumo dos produtos ancoradas em supostas preferências decorrentes de naturezas biológicas distintas.

REFERÊNCIAS

JOLY, Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa, Ed. 70. 2007.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.

OLIVEIRA, Katia Fernanda. Representações de Gênero em Embalagens de Cerveja: Análise do Design da Família Proibida Puro Malte. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso Superior de Tecnologia em Design Gráficos (UTFPR), Curitiba, 2018.

PASTOREAU, M. Dicionário das Cores do nosso tempo. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

PROIBIDA, Cervejaria. Cerveja Proibida - Família Proibida Puro Malte. Youtube, Publicado em 30 jan. 2017. Disponível em <<https://youtu.be/OvweXs7HZWY>> Acesso em: 12 abr. 2018.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

MARQUES, Pedro. Mulheres se destacam no mercado cervejeiro. Revista Menu, 2017. Disponível em:<<https://www.revistamenu.com.br/2017/07/04/mulheres-se-destacam-no-mercado-cervejeiro/>> Acesso em: Maio de 2018.

SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. Rev. Estud. Fem. [online]. 2018, vol.26, n.1, e37361.

Van Oost, E. C. J. 2003 How users matter. The co-construction of users and technology. Oudshoorn, N. E. J. & Pinch, T. (eds.). Cambridge, Massachusetts: MIT Press, p. 193-208 340.

O CORPO LIBERTÁRIO: CONTRUÇÃO DE TECNOLOGIAS POLÍTICAS CONTRA-HEGEMÔNICAS NA REVISTA ANARQUISTA ESTUDIOS (1928-1937)

Nabylla Fiori de Lima²¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma breve reflexão sobre propostas publicadas em artigos na revista espanhola *Estudios* (1928-1937) por contribuintes anarquistas individualista de diversas áreas do conhecimento que recusavam às tecnologias políticas de gênero advindas das instituições do Estado. Durante a constituição e a intensificação dos discursos médico-científicos higienistas e do desenvolvimento da eugenia estatal, os movimentos de trabalhadores/as combateram a biopolítica governamental e construíram bases para a construção de corpos saudáveis e subjetividades libertárias. Através da imprensa, os/as trabalhadores/as não apenas divulgaram o conhecimento científico mas também impulsionaram a reflexão e a construção de novos conhecimentos. A saúde, para esses/as anarquistas, dependeria de uma vida em harmonia com a natureza mas também da edificação de uma nova moral que possibilitasse que novas relações sociais e econômicas se estabelecessem. Nas páginas da revista aqui analisada, defenderam o neomalthusianismo e a eugenia por fora do Estado e como instrumentos para o combate político e para a construção de novas culturas libertárias.

Palavras-chave: Anarquismo. Tecnologias de Gênero. Eugenia. Imprensa. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

Surgido em meados do século XIX, no tronco do movimento socialista, o movimento anarquista se preocupou em edificar uma nova cultura, em oposição à modernidade capitalista emergente. Em suas práticas, a aprendizagem e o autodidatismo eram meios para o crescimento individual. Sendo assim, a imprensa foi um dos instrumentos privilegiados para a construção de uma nova cultura, para a difusão de conhecimentos e informações sobre o movimento. Consideravam a importância da criação de subjetividades e corpos libertários, pois percebiam nas instituições do Estado a construção de corpos dóceis e subjetividades que reforçavam o sistema social em ascensão. Nas páginas da imprensa anarquista se fazem presentes textos de reflexão e apontamentos práticos sobre as possibilidades de reconstrução dos indivíduos.

Neste trabalho, apresentaremos uma breve reflexão sobre propostas publicadas em artigos na revista espanhola *Estudios* (1928-1937) por contribuintes anarquistas individualista de diversas áreas do conhecimento que recusavam às tecnologias políticas de gênero advindas das instituições do Estado. A partir das suas críticas, apontavam para as possibilidades de construção de tecnologias políticas contra-hegemônicas.

O ESTADO E AS TECNOLOGIAS DE GÊNERO

O desenvolvimento da sociedade industrial capitalista constituiu e é constituinte de uma série de mudanças na organização das sociedades. O surgimento de grandes aglomerados urbanos e o crescimento demográfico, fruto das melhoras nas condições de vida da população após a Revolução Industrial, demandou uma reorganização do governo da sociedade que fortalecesse os Estados modernos e que auxiliasse na reprodução do sistema econômico. Com essa intenção, uma série de instituições foram criadas: escolas, hospitais, prisões, o modelo de família nuclear burguesa, polícias, e outras instituições e políticas governamentais se fez presente. Através dessas tecnologias, “como nunca até então, o governo e os indivíduos e cidadãos estavam inevitavelmente ligados por laços diários”, facilitados pelas revoluções nos transportes e nas comunicações (HOBBSAWN, 1990, p. 102).

O governo passou a se preocupar com a população como um todo, mas, a fim de manter a estrutura econômica e social, também com os indivíduos. Houve, portanto, uma grande mutação tecnológica do poder no Ocidente (FOUCAULT, 2005). De um lado, foi necessário desenvolver tecnologias que visassem ao controle da população, do controle dos indivíduos como uma massa; Por outro lado, uma tecnologia da disciplina: “el mecanismo del poder por el cual alcanzamos a controlar en el cuerpo social hasta los elementos más tenues por los cuales llegamos a tocar los propios átomos sociales; esto es, los individuos. Técnicas de individualización del poder” (FOUCAULT, 2005, p. 21). Ou seja, transformar o corpo numa máquina produtiva. Um poder que se realizasse continu-

²¹ Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: nabyllafiori@gmail.com

amente, que fosse autoprodutora. Um governo que viesse do próprio indivíduo, mas que auxiliasse na reprodução do sistema econômico em ascensão. Era necessário, portanto, a construção de corpos dóceis.

“Flujos de capital se encuentran com flujos libidinales sobre una mesa de disección del cuerpo” (FERRER, 2004). É no corpo que o poder se manifesta primeira e prioritariamente. Diversos foram os investimentos do Estado em pesquisas médicas e biológicas a fim de construir conhecimentos sobre os corpos e a mente humana. Desses conhecimentos, controles e normas de conduta também foram desenvolvidas. Através das suas instituições e da produção cultural, o poder, ao se manifestar, constrói corpos e subjetividades. É possível, então, pensar essa construção como tecnologias. Tecnologias produtoras de corpos dóceis. Partimos, assim, do conceito de tecnologias de gênero de Teresa de Lauretis a fim de refletir sobre a recusa anarquista a essas tecnologias e a construção de tecnologias contra-hegemônicas que visavam à edificação de corpos e subjetividades libertárias:

Pode-se começar a pensar o gênero a partir de uma visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1994, p. 208).

Através da imprensa e da indústria cultural, foi possível disseminar concepções advindas das teorias biológicas e médico-científicas do período. O movimento anarquista, composto em grande parte por setores da classe trabalhadora, sentia na própria pele as investidas do poder. Percebendo como certas “verdades científicas” serviam para o controle dos seus corpos e subjetividades, passaram a desmascarar a ciência como verdades construídas ideologicamente. Assim, a partir da luta cotidiana e no diálogo com setores contra-hegemônicos do conhecimento científico e tecnológico construíram suas próprias concepções científicas e tecnologias.

O ANARQUISMO INDIVIDUALISTA E A REVISTA *ESTUDIOS* (1928-1937)

Com a derrota republicana e a instauração do regime franquista, no período de 1923 a 1938 várias publicações de caráter anarcoindividualista circularam da Espanha. Entre os anos de 1923 e 1930, com o golpe de Estado do general Primo de Rivera, e a instauração de uma ditadura, o movimento operário foi levado à clandestinidade. Num contexto de repressão, um anarquismo de caráter mais “filosófico” e de um “ativismo mais cultural” (DIEZ, 2007, p. 95) era mais tolerado e, assim, o anarquismo “mais filosófico, mais ideológico, e a corrente mais individualista voltam a fazerem-se visíveis” (DIEZ, 2007, p. 96).

Apesar do enfoque no indivíduo, os anarquistas individualistas compreendem a interrelação entre os indivíduos, entre os seres, e com o planeta. Características presentes no individualismo que nasce do romantismo: “O individualismo romântico enfatiza o caráter único e incomparável de cada personalidade – [...] o que conduz logicamente à complementaridade dos indivíduos em um todo orgânico” (LÖWY e SAYRE, 2015, p. 48).

Uma característica dessa corrente é a noção de *gimnasia revolucionaria*, ou seja, a utilização, por exemplo, de estratégias ilegalistas de desobediência consciente das leis, assaltos a bancos para financiamento das atividades revolucionárias, etc. Exercícios cotidianos práticos que visavam à construção da utopia no momento presente, como exercícios de ginástica, e funcionariam, portanto, como uma ginástica revolucionária.

A noção de viver a utopia é a principal estratégia revolucionária desta corrente e diz respeito a exercícios de subversão permanente. Essa subversão parte de cada um, em todas as situações cotidianas: “el individuo que es la medida de todas las cosas y que debe buscar en él mismo la verdad, en vez de aceptarla de autoridades ajenas” (DIEZ, 2007, p. 70).

A ideia de buscar um “caminho interior”, único, individual, corresponderia à proposta de “fugir do rebanho”, de não seguir autoridades: “la moral subjetivista debe suponer una búsqueda permanente de la armonía, del equilibrio, del caminho interior”(DIEZ, 2007, p. 72). A busca por esses princípios não deveria seguir leis externas e estanques, mas, sim, passar por reflexões constantes sobre as próprias ações.

A partir dessas concepções, o anarquismo individualista compreende o anarquismo mais como “una actitud vital que una construcción ideológica acabada” (DIEZ, 2007, p. 145), ou seja, como uma forma de viver e de entender o mundo.

A revista *Estudios* (1928-1937), continuação do periódico *Generación Consciente* (1923-1928), precisou trocar seu nome devido à perseguição estatal às propagandas neomalthusianas. Dentre as publicações anarquistas individualistas, a *Estudios* foi uma das de maior prestígio. Teve, no total, 102 números publicados mensalmente, contando com uma média de 50 páginas por edição. Seu fim se deu devido à participação dos/as editores/as na Guerra Civil Espanhola e às dificuldades advindas desse período revolucionário.

A revista, que contribuía para o autodidatismo dos/as trabalhadores/as do período, se afirmava como sendo “ecclética”, pois carregava em si diversas temáticas, e também pontos de vista muitas vezes divergentes entre si, mas convergentes com uma proposta libertária. Apostava na divulgação e construção de conhecimento científico para a emancipação social.

Tinha uma postura profundamente antifascista e antimilitarista, aliada a um pacifismo radical, expressados em diversos artigos e ilustrações que acusavam as barbáries das guerras e dos governos fascistas.

O neomalthusianismo e a eugenia e, junto a eles, discussões amplas sobre sexualidade, eram eixos centrais na revista. Compreendiam que o capitalismo necessitava de trabalhadores, os exércitos de soldados e as igrejas de fiéis, de modo a não se preocuparem com a qualidade dos nascimentos, mas sim com a sua quantidade. A eugenia servia ao Estado para justificar hierarquias e controles e foi, então, apropriada pelos anarquistas com a intenção de melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora e, aliada à defesa do neomalthusianismo, à melhoria na qualidade dos nascimentos.

Para Eduard Bracons, o neomalthusianismo serviu como um “movimiento protoecologista anticapitalista y feminista” (BRACONS, 2008, p. 69), visto que possibilitava críticas ecológicas, visto que afirmava a limitação dos recursos no planeta para suprir a toda a população mundial, visava à emancipação feminina ao afirmar a autonomia de escolha das mulheres quanto à maternidade, e a crítica anticapitalista às condições de vida miseráveis.

A CONSTRUÇÃO DE CORPOS E SUBJETIVIDADES LIBERTÁRIAS

Nas páginas da revista, diversas são as possibilidades de construção de corpos libertários. Cenas de nudismo são recorrentes; artigos sobre ginástica, com a intenção de construir conhecimentos sobre o próprio corpo de cada um; a divulgação da dançarina Isadora Duncan, precursora da dança contemporânea e seus movimentos livres de formas e gêneros; artigos sobre educação sexual, visando à formação sobre contracepção; artigos sobre respiração, homeopatia, doenças diversas e suas prevenções, alimentação, vegetarianismo, etc.; textos sobre o funcionamento do corpo humano e sua psicologia; a proximidade com o naturismo servia a uma concepção preventiva de saúde e pleno bem-estar corporal; tudo isso fazia parte do universo não apenas informativo, mas também de formação de uma nova cultura.

Diferente da moral cristã que via na sexualidade algo sujo, se fora do casamento e sem o objetivo da procriação, os/as anarquistas a compreendiam como um simples instinto e também como uma forma de prazer como tantas outras. Mas muitos viam no amor algo de sublime, mas não o sublime do amor romântico burguês, mas um sentimento puro e mesmo necessário para a evolução dos seres e para uma organização social harmoniosa. Como um instinto, não deveria ser encarado como imoral, tal como afirma Dra. María Winter, no artigo *Carta abierta a las mujeres: A mis queridas compañeras de dolor*:

Los periódicos y revistas publican, divulgan provechosos conocimientos sobre las relaciones sexuales, sobre este segundo gran instinto de la humanidad, que es el amor. El amor jamás puede ser inmoral, como no lo es el hambre. El hambre es una necesidad del estómago, pero la mitad inferior del cuerpo humano también tiene sus necesidades y sus derechos, y ha de cumplir sus funciones como ley de compensación exigida por la vida. Solamente aquel que vive en armonía con las leyes de la Naturaleza podrá llenar su misión en la vida, y bebiendo razonablemente en la fuente de la alegría, podrá satisfacer su sed y su hambre de amor (WINTER, Estudios, 1932, n. 101, p. 20).

A defesa do amor livre visava não apenas à liberdade de parceiros, mas também a um bem maior: o “amor plural”, na concepção do anarquista individualista francês, Han Ryner: um amor por todos os seres, que pressupunha, dentro dos princípios anarquistas, o apoio mútuo nas relações de trabalho e de organização social.

Dentro dessa perspectiva, a educação sexual serviria a uma revolução mais ampla:

La cuestión sexual no puede ser resuelta por una revolución, al menos por una revolución rápida, teatral y aparatosa. La revolución sexual debe ser emprendida ya, debe irse realizando de modo ininterrumpido y sistemático, “sin prisa, pero sin pausa, como la estrella”, que dijo Goethe. La sexualidad no puede ser dominada y encauzada por unos decretos fulminantes, redactados junto a las barricadas triunfales, sino que precisa de un previo proceso evolutivo.

[...]

Las grandes revoluciones no se hicieron nunca de modo súbito y violento, [...] han sido el fruto maduro de un largo proceso evolutivo (IBÁÑEZ, Estudios, 1934, n. 135, p. 5-7).

Através do conhecimento e da autogestão dos corpos e das subjetividades, no combate cotidiano desamarrando todas as amarras do poder, é que poderia se pensar a reconstrução da sociedade a partir de uma perspectiva anarquista, libertária e anticapitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo é a origem da utopia e também o seu ponto de chegada. Assim, os/as contribuintes da revista *Estudios* apostavam na primazia das reflexões sobre o corpo a fim de pensar a revolução social.

Suas reflexões, entretanto, eram embebidas de uma série de princípios éticos e preocupavam-se também com construções estéticas. “A vida como obra de arte também é uma preocupação anarquista” (PASSETTI, 2005, p. 5), de modo que diversas estéticas da existência foram construídas e possibilitadas.

Nesse sentido, a defesa do neomalthusianismo servia aos/as libertários/as como uma “teoría sociológica de resistencia al capitalismo” (BRACONS, 2008, p. 79). Resistências locais, cotidianas, visando à construção de corpos e subjetividades libertárias que construiriam, diariamente, a sociedade anarquista almejada.

REFERÊNCIAS

BRACONS, Eduard Masjuan. El neomalthusianismo ibérico e italiano: un precedente de la ecología humana contemporánea. In: *Historia Actual Online*, Universidad de Cádiz. Cádiz, Espanha, n. 15, invierno, 2008, pp. 69-87.

DIEZ, Xavier. *El anarquismo individualista en España (1923-1938)*. Barcelona: Virus editorial, 2007.

ESTUDIOS, Valencia, n.101, Janeiro, 1932.

_____, Valencia, n. 135, Novembro, 1934.

FERRER, Christian. La curva pornográfica: El sufrimiento sin sentido y la tecnología. In: *Revista Artefacto*, Buenos Aires, n. 5, 2004.

FOUCAULT, Michel. Las redes del poder. In: FERRER, Christian (org.). *El lenguaje libertario: antología del pensamiento anarquista contemporáneo*. La Plata: Terramar, 2005.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PASSETTI, Edson. Foucault libertário – heterotopia, anarquismo e pirataria. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005.



07

**PECADO E PRAZER
CIÊNCIA DA RELIGIÃO
E HOMOSSEXUALIDADE
DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS**

A HOMOSSEXUALIDADE NA CONCEPÇÃO DO CATOLICISMO: DO DISCURSO FUNDAMENTALISTA RELIGIOSO À ABORDAGEM INCLUSIVA E INTEGRADORA

Silvia Mara Camargo Kreuz¹

RESUMO

O constante debate entre a homossexualidade e o discurso religioso despertou o interesse para a elaboração deste artigo. A partir de uma pesquisa bibliográfica exploratória se procura demonstrar o discurso fundamentalista religioso promovendo o controle sobre a homossexualidade através de documentos, doutrinas e hermenêuticas bíblicas no catolicismo. Esta pesquisa elucida a origem de tais discursos, passa pelas análises da antropologia, ética e moral cristãs, para chegar a uma abordagem inclusiva e integradora da temática. Com base na bibliografia consultada foi possível compreender que a homossexualidade, no contexto da Igreja Católica, esteve por muito tempo ligada às questões da Teologia Moral, com a finalidade de não perder o controle sobre a sexualidade dos fiéis. Para além do que já foi destacado, há o aspecto conceitual, a homossexualidade não era conhecida na Igreja Primitiva, este conceito foi construído ao longo de séculos com a aceitação, por parte dos teólogos, exegetas e moralistas, dos preceitos sociológicos, culturais e psicológicos. Na comunidade católica, pode-se destacar que com o evento do Concílio Vaticano II, com a promulgação dos documentos da Dignidade da Pessoa Humana e a Carta sobre o atendimento das pessoas homossexuais, a pessoa é considerada na sua dignidade e não mais na perspectiva naturalística. Consta-se que nem a heterossexualidade nem a homossexualidade resultam de um processo consciente por isso é possível questionar o uso do código moral cristão na condenação e na marginalização das pessoas LGBTQ+. A mudança dos paradigmas de valorização da pessoa homossexual muda os discursos acerca da sexualidade humana e possibilita os processos de sua inclusão e integração na comunidade de fé, no ambiente educacional e na sociedade civil.

Palavras-chave: homossexualidade, fundamentalismo religioso, LGBTQ+, inclusão.

INTRODUÇÃO

A homossexualidade tem sido objeto de muitas críticas e incompreensões por parte de religiosos e fiéis do cristianismo. O heterossexismo² está presente em atitudes que condenam a homossexualidade e exaltam a heterossexualidade, geralmente ligado a altos níveis de religiosidade e ideologias tradicionais acerca da família e do gênero (JUNG e CORAY, 2005, p. 271). A prática de discursos fundamentalistas afasta as pessoas LGBTQ+ das igrejas e pode ser capaz de promover discriminações e intolerâncias, constituindo um elemento de discórdia dentro e fora dos templos. Reis relata em sua obra algumas entrevistas feitas em ambiente escolar e aponta que uma das causas da homofobia³ são as religiões (REIS, 2015). Tais discursos interferem também negativamente na promoção de políticas públicas para este público, “é necessária que seja feita uma distinção entre esses espaços/discursos/práticas e a discussão no campo das religiões e das teologias” (MUSKOPF, 2013, p. 167).

Ao se constatar que a moral pregada pelas instituições religiosas visa a não perder o controle sobre a sexualidade de seus fiéis (FOUCAULT, 1977), verificou-se que em nenhum outro tema a comunidade se manifesta tão fundamentalista como no tema da homossexualidade ou da diversidade sexual. Sem pesquisar e analisar novas condições da sexualidade humana e de identidades possíveis, permanecendo fechadas para o diálogo, tanto as lideranças religiosas como os fiéis estão incluídos na parcela denominada “fundamentalista” (PANASIEWICZ, 2008, apud GELINSKI e MORAIS, 2016, p. 6).

Alguns autores em Teologia Moral propõem uma visão antropológica e ética sobre a sexualidade, em contraponto aos valores normativos consolidados, para que se permita afirmar a possibilidade da existência e da dignidade da diversidade sexual (SALES, 2011). Movimentos de inclusão destas pessoas nos meios sociais e religiosos são impulsionados principalmente por posicionamentos do Papa Francisco na Igreja Católica, bem como por teólogos moralistas e exegetas.

1 Pós-graduada em Sexualidade Humana pela UP, graduada em Odontologia pela UFPR, assessora do grupo católico de acompanhamento pastoral a Pessoas LGBT, mentora e coordenadora do grupo MAMI (Mães de Amor Incondicional).

2 O heterossexismo é definido como a intolerância das pessoas com relação a gays e lésbicas.

3 A palavra homofobia foi cunhada no final da década de 1960 pelo psicólogo americano George Weinberg, que via uma natureza patológica no comportamento aversivo em relação a homossexuais. No entanto, o termo tem sido utilizado como modelo para nomear diversas atitudes negativas envolvendo gênero e sexualidade e, apesar de suas limitações, teve reconhecida importância na compreensão das experiências de rejeição, hostilidade e invisibilidade dos homossexuais, deslocando o ‘problema’ da homossexualidade para os ‘normais’ que não toleram gays e lésbicas (HEREK, 2004).

DISCURSO FUNDAMENTALISTA CATÓLICO

O conjunto de princípios que servem de base a um sistema religioso é a doutrina, ela assegura os preceitos que movem a fé (OLIVEIRA, 2016, p. 27). Quando a doutrina considera a heterossexualidade como única norma aceitável, atribuída a partir de preceitos biológicos e religiosos, a homossexualidade é estabelecida como anormal, podendo gerar um discurso compreendido como homofobia religiosa, o que é potencialmente gerador de “violência simbólica” (SILVA E BARBOSA, 2016). Com a finalidade de manter a tradição “foi-se elaborando na Igreja uma doutrina que se tornou clássica”, ela estava presente em “todos os manuais de moral do início do século XX e ainda hoje pode ser aceita como a ‘posição oficial’ da Igreja” (DURAND, 1989, p. 232). Entenda-se que “fundamentalismo não é uma doutrina, mas é uma forma de interpretar e de viver a doutrina” (BOFF, 2009, p. 49). O modo de agir de alguns líderes religiosos perpassa os limites deixando à mostra o caráter autoritário do moralismo religioso, o qual permite reproduzir na sociedade civil uma atitude fundamentalista, e “toda e qualquer atitude fundamentalista leva à exclusão e, o fanatismo tem sua força e afirma ter Deus ao seu lado” (SPONG, 1998, p. 14).

No catolicismo, a condenação da homossexualidade é baseada em três explicações: a primeira em que um homem reduz outro homem à posição de inferioridade própria da mulher, esta prática era compreendida como algo adquirido, e por isso poderia ser corrigido através de uma atitude de abandono do pecado (OLIVEIRA, 2016). A segunda aparece no escrito de São Pedro Damiano ao Papa Leão XI, o *Liber Gomorrhianus* (1049), que seria considerado o primeiro tratado sobre a homossexualidade, neste documento a culpa não está na redução à condição de inferioridade tal qual a mulher, mas na emissão de esperma onde não pode existir fecundação (GOMES e TRASFERETTI, 2011, p. 86)⁴. A análise da obra de São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae* (1266), por Oliveira, mostra que ele criminaliza a homossexualidade por ser uma prática contra a natureza. Por isto, concorda com Santo Agostinho que este é o prior dos pecados e ao mesmo tempo uma injúria para Deus (OLIVEIRA, 2016, p. 38).

O Concílio Vaticano II, realizado nos anos de 1962 a 1965, também é um marco na doutrina católica. Na proposta de um diálogo com a sociedade, a Igreja reconheceu a “liberdade de consciência”, bem como a “legítima autonomia” das ciências e das realidades temporais, com isso “não é mais possível se evitar questionamentos radicais que problematizam doutrinas tidas como certas” (LIMA, 2006, p. 3). Assim a Igreja entra em um dinamismo que desestabiliza muitas certezas imutáveis do tempo da cristandade e dois documentos emblemáticos marcam o surgimento de uma nova direção na abordagem da homossexualidade. São textos pastorais, pois são destinados aos “bispos da Igreja Católica”.

A declaração *Persona Humana* foi publicada no Brasil em 1976. Este documento da Congregação para a Doutrina da Fé marca um “distanciamento do magistério em relação à opinião de teólogos católicos e protestantes mais abertos”. O texto revela extrema preocupação com “a tendência a julgar com indulgência, e até mesmo a desculpar completamente, as relações homossexuais em determinadas pessoas”. E afirma que esse modo de pensar fere “o sentir moral do povo cristão” (VALLE, 2006, p. 160). Em um momento, este documento abandona a base doutrinal, trata a homossexualidade sob a condição de uma “anomalia” que não é de escolha própria da pessoa, portanto não é de responsabilidade dela. Ele também abre espaço para o acolhimento e para uma espécie de afrouxamento no julgamento da culpa da pessoa homossexual, Valle ressalta que “existe uma concomitância entre uma ‘linha dura’ no encarar a homossexualidade e outra, mais branda, no acolher a pessoa homossexual” (VALLE, 2006, p. 162).

Outro documento é a *Carta sobre o atendimento das pessoas homossexuais*, ela foi redigida em Roma pelo prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, assinada pelo então cardeal Joseph Ratzinger, em 1º de outubro de 1986, afirma fundamentar-se “nos resultados seguros das ciências humanas”. Portanto, poderia se esperar que fosse um documento mais progressista que o de 1976, mas parece mais limitador ao considerar a inclinação homossexual como sendo desordenada, ela se desenvolve neste discurso de caracterização dos atos homossexuais; interpretação teológica dos textos bíblicos; reação às contestações, críticas e manipulações políticas recebidas pelo documento

⁴ Para ver mais sobre as obras da tradição eclesial desde o Período Patrístico até o Vaticano II, consultar, Gomes e Trasferetti, 2011, *Homossexualidade: Orientações formativas e pastorais*, p. 80-93.

de 1976 e a condenação de algumas “interpretações excessivamente benévolas” que certos teólogos quiseram dar à condição homossexual (VALLE, 2006, p. 163).

Nota-se, neste documento, um grande cuidado em manter a doutrina católica quando ele assinala aos bispos que promovam em suas dioceses programas pastorais que estejam de acordo com o ensinamento da Igreja, deixando claro que a atividade homossexual é imoral, e afirmando que “uma atitude verdadeiramente pastoral incluirá a necessidade de evitar, para as pessoas homossexuais, as ocasiões próximas de pecado” (RATZINGER, 1986, n. 15). Neste mesmo documento Ratzinger diz que “é de se deplorar que as pessoas homossexuais tenham sido e sejam ainda hoje objeto de expressões malévolas e de ações violentas”, segue recomendando que os pastores da Igreja condenem tais atitudes que revelam “uma falta de respeito pelos outros que fere os princípios elementares sobre os quais se alicerça uma sadia convivência civil” (RATZINGER, 1986, n. 10). Há uma dificuldade na conscientização dos bispos, de agentes de pastoral, de catequistas e do clero de uma forma geral em não promover discriminação da pessoa homossexual considerando a ambiguidade dessa Carta e os “julgamentos tão taxativos quanto à ‘desordem objetiva’ à qual o homossexualismo estaria sempre e necessariamente associado” (VALLE, 2006, p. 165).

Um terceiro documento muito importante é o Catecismo da Igreja Católica, publicado em 1992, ele é a principal orientação aos fiéis católicos, sendo um ponto básico de referência. Nele, a Igreja começa a aceitar as definições trazidas da medicina, da psicologia e das ciências sociais, assumindo que a ciência ajuda a melhorar as relações das pessoas. No entanto, ainda “vê a prática de atos homossexuais como inadmissíveis do ponto de vista da moral cristã, pois é uma desordem”. Além disso, o catecismo afirma ser a relação homossexual um ato contrário à lei natural por não representar a complementaridade dos sexos masculino e feminino, portanto, estaria fechado ao dom da vida. Por outro lado, “reconhece que o número de pessoas com orientação homossexual ‘não é negligenciável’ e que essa tendência pode estar fundamente ancorada no organismo” (VALLE, 2006, p. 167).

ANTROPOLOGIA, ÉTICA E TEOLOGIA MORAL

O discurso moral sobre a sexualidade foi implantado pelas instituições religiosas e “auxilia na regulação dos indivíduos que fogem às regras morais passando a ser vigiados e punidos”, sendo que “para os que creem o discurso religioso é uma promessa, para os que não creem é uma ameaça” (SILVA, 2015, p. 46-47). Mas o cristianismo “não é um sistema ético articulado primariamente em função de imperativos morais” (EMPEREUR, 2006, p. 40). Além disso, sabe-se hoje que a “homossexualidade não é um fenômeno exclusivamente sexual, mas é a condição antropológica de um ser pessoal” (VIDAL, 2004, apud GOMES e TRASFERETTI, 2011, p. 29).

A doutrina trata a homossexualidade como um pecado grave, mas este pecado pode ter uma “diminuição subjetiva de responsabilidade”, considerando “as descobertas psicológicas recentes sobre o enraizamento da homossexualidade na constituição do indivíduo” (DURAND, 1989, p. 234).

Di Vito constata que “há uma escassez de material bíblico vinculado ao tópico” e expõe “a limitação da aplicabilidade da Bíblia à discussão contemporânea da homossexualidade” devido à “falta de terminologia correspondente para descrever relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo” (DI VITO, 2005, p. 142).

A doutrina da Igreja sobre homossexualidade está inserida no contexto mais amplo da doutrina eclesial sobre a sexualidade humana. Callahan afirma que “o intercuro sexual já não é governado pelos controles fisiológicos que o confinam ao período fértil”, não se considera razoável que a “Igreja insista que o fim da reprodução biológica deva se sobrepor a todos os outros bens da sexualidade humana” tais como o amor, o prazer e a emoção traduzidos em cuidados para a criação de vínculos afetivos, proteção e socialização dos filhos, criação da família e laços de parentesco. O conceito de procriação pode ser ampliado e incluir a fecundidade psicológica e social (CALLAHAN, 2005, p. 231-239). Alguns moralistas católicos procuram “distinguir os comportamentos ‘desintegradores’ (aberrações, promiscuidade, prostituição, pedofilia, abusos e atos não-vinculativos, etc.) dos comportamentos que propiciam e manifestam uma evolução em curso no nível psíquico, humano e cristão”, considerando que as mesmas regras são válidas para os heterossexuais e os homossexuais, aplicando o princípio do “mal menor” (VALLE, 2006, p. 172). A Igreja Católica passou a aceitar valores tais como a centralidade do indivíduo (expressa nos direitos humanos), a autonomia secular e a

racionalidade científica, tornando-os normativos com o Concílio Vaticano II (LIMA, 2006).

Não é novidade que a teologia e a doutrina eclesiástica basearam-se na experiência masculina, o que para Empereur demonstra a intenção de legitimar a superioridade do homem na sociedade, a partir da qual se supõe que “as mulheres lésbicas sofrem dupla opressão de serem homossexuais e mulheres” (EMPEREUR, 2006, p. 47). Há um medo de que todo o homem que se desvie das prescrições de gênero possa ser reduzido a uma mulher, isso seria um “tabu impensado” produto de uma “veemência do juízo negativo” (D’ANGELO, 2005, p. 221).

“Transformar a Bíblia num livro de prescrições deixa de lado o fato de a intemporalidade dela ter como fundamento sua capacidade de desafiar o cristão a pôr existencialmente em questão toda a sua vida” (DI VITO, 2005, p. 146). Durand recomenda que se fale com os homossexuais com sinceridade para promover a libertação e o progresso religioso destas pessoas. Neste contexto, duas ideias são apresentadas: “a fé cristã não é redutível à moral e o mistério da salvação transcende todo o código ético” (DURAND, 1989, p. 249).

EVANGELIZAÇÃO INCLUSIVA E INTEGRADORA

A exclusão primeira das pessoas homossexuais se dá no ambiente religioso, por isso a sugestão de uma evangelização inclusiva e integradora que abrange “uma orientação formativa e pastoral para os homossexuais que buscam viver com seriedade os compromissos da fé cristã” (GOMES e TRASFERETTI, 2011, p. 130).

A proposta mais honesta seria a de se desenvolver “uma nova ética sexual cristã que aceite plenamente o prazer erótico e a condição do homem de ser corporificado” evidenciando assim “duas verdades morais do Evangelho: Cristo ensina que é o coração humano que ensina o que é puro ou impuro nas ações humanas; e o amor cumpre a lei” (CALLAHAN, 2005, p. 244).

Analisando a obra de Geis e Messer, Empereur afirma que os liberais entendem os relacionamentos homoafetivos como uma variação permitida por Deus na criação. Salienta ainda que “o próprio Jesus não disse nada sobre homossexualidade, e a condenação dos homossexuais parece incompatível com seu evangelho de amor”, chegando à conclusão de que “a homossexualidade, deva-se ela a causas genéticas ou à socialização, é, como toda a sexualidade, um dom de Deus” (EMPEREUR, 2006, p. 36).

A tarefa dos exegetas e teólogos é citada pelo Papa como sendo uma ajuda para amadurecer o “juízo da Igreja”. As ciências sociais também contribuem com indicações concretas na evangelização. O próprio Deus criou a sexualidade e o erotismo, mesmo estando ligado à procura do prazer, pode humanizar os impulsos, “São João Paulo II rejeitou a ideia de que o ensinamento da Igreja leve a uma negação do valor do sexo humano ou que simplesmente o tolere pela necessidade da procriação”. O significado do corpo é um aprendizado de todo o ser humano, a sexualidade “é uma linguagem interpessoal em que o outro é levado a sério, com seu valor sagrado e inviolável”. (FRANCISCO, 2017, p. 166).

Após a frase “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para julgar?”⁵, o Papa também escreveu que os homossexuais não devem ser marginalizados, “Para começar, agrada-me que se fale de ‘pessoas homossexuais’: primeiro há a pessoa, na sua inteireza e dignidade”. Francisco pergunta se “Deus quando olha uma pessoa homossexual aprova a existência dela com afeto ou a rejeita condenando-a” (FRANCISCO, 2017, p. 62). O Papa segue convocando os membros da Igreja a irem ao encontro daqueles que ocupam as “periferias existenciais”, Lima inclui as pessoas LGBTQ+ nestas periferias, alertando para a violência física, verbal e simbólica que sofrem por causa da homofobia institucionalizada (LIMA, 2016, p. 474).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou demonstrar como o discurso religioso cristão vem se modificando, principalmente após o Concílio Vaticano II na Igreja Católica, com os conhecimentos vindos da pesquisa nas áreas das ciências biológicas e humanas e com a contribuição da teologia moral. Além de demonstrar a origem do discurso conservador fundamentalista, buscou-se elucidar que algumas

5 Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de retorno, disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-conferenza-stampa.html acesso em 12/08/2018.

práticas enraizadas na doutrina cristã não são mais aceitas por boa parte da população e alguns teólogos já produzem material com alternativas pastorais e de direcionamento espiritual para pessoas que vivem na diversidade sexual.

A investigação da disputa atualmente travada no Brasil entre fiéis LGBTQ+ e as instituições religiosas em torno dos sentidos da sexualidade humana demonstra uma valorização dos direitos humanos e provoca mudanças na moralidade sexual. No entanto, ainda se observa as pessoas LGBTQ+ vivendo em clima de opressão e condenação, para se recuperar a dignidade humana desta população é preciso estabelecer um processo de diálogo entre homo e heterossexuais, entre crentes e descrentes, entre a academia e as religiões.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Fundamentalismo, terrorismo, religião e paz: desafio para o século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CALLAHAN, Sidney. Homossexualidade, teologia moral e evidências científicas. In: JUNG, Patricia Beattie; CORAY, Joseph Andrew (Org.). Diversidade Sexual e Catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

D'ANGELO, Rose Mary. O medo perfeito expulsa o amor. In: JUNG, Patricia Beattie; CORAY, Joseph Andrew (Org.). Diversidade Sexual e Catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DI VITO, Robert A. Interrogações sobre a construção da (homos)sexualidade. In: JUNG, Patricia Beattie; CORAY, Joseph Andrew (Org.). Diversidade Sexual e Catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

DURAND, Guy. Sexualidade e Fé: Síntese da Teologia Moral. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

EMPEREUR, James L., SJ. Direção espiritual e homossexualidade. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade do Saber. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FRANCISCO, Papa. Quem Sou Eu Para Julgar?: o perdão e a tolerância como caminhos para a paz e a harmonia de cada um de nós e de todo o mundo; Reunido e editado por Anna Maria Foli. tradução de Clara A. Colotto. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

GELINSKI, Adriana; MORAIS, André. O fundamentalismo religioso judaico-cristão enquanto instrumento de opressão ao grupo de travestis no espaço escolar em Ponta Grossa. 2016. 12f. IV Simpósio Gênero e Políticas. Universidade de Londrina. 08 a 10 jun 2016.

GOMES, Ademildo; TRASFERETTI, José. Homossexualidade: orientações formativas e pastorais. 1. Ed. São Paulo: Editora Paulus, 2011.

HEREK, Gregory M. Beyond "Homophobia": Thinking About Sexual Prejudice and Stigma in the Twenty-First Century. Journal of NSRC, v. 1, n. 2, 2004.

JUNG, Patricia Beattie; CORAY, Joseph Andrew. Diversidade Sexual e Catolicismo: para o desenvolvimento da teologia moral; tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, Luís Corrêa. Homossexualidade e Igreja Católica - conflito e direitos em longa duração. Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luís Corrêa. Os LGBT e os desafios da evangelização. Revista Convergência Nº 493 Julho/Agosto 2016.

MUSSKOPF, ANDRÉ S. Estudos de Religião, v. 27, n. 1 • 157-176 • jan.-jun. 2013 • ISSN Impresso: 0103 801X – Eletrônico: 2176-1078 DOI <http://dx.doi.org/10.15603/21761078/er.v27n1p157-176>.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos. Doutrina Católica e a População LGBT: Gênese do Discurso. Revista de Ciências Humanas UniAges, Bahia, v. 1, n. 1, p. 24-44, jun/dez . 2016.

RATZINGER, Joseph. Carta aos bispos da igreja católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais. Vaticano, 1986. http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexual-persons_po.html acesso em 11 de ago de 2018.

REIS, Toni. Homofobia no Ambiente Educacional: o silêncio está gritando. Curitiba: Editora e Livraria Apris

Ltda, 2015.

SALES, Omar Perrout Fortes. "Passemos para a outra margem" da homofobia ao respeito à diversidade. Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, ano 9, n. 158, 2011.

SILVA, Laionel Vieira; BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. Revista Estudos de Religião, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 129-154, set.-dez. 2016.

SPONG, John S. Prefácio. In: HELMINIAK, Daniel A. O que a Bíblia Realmente Diz Sobre a Homossexualidade; tradução Eduardo Teixeira Nunes. São Paulo: Summus, 1998.

VALLE, Edênio. A Igreja Católica ante a Homossexualidade: Ênfases e deslocamentos de posições. Revista de estudos da Religião, São Paulo, n. 1, p. 153-185, 2006.

ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL E LGBTFOBIA: O ABISMO CRIADO COM O RESULTADO DO JULGAMENTO DA ADI 4439

Plumma Samanta Anhelo Corêcha da Costa⁶
Renata Muniz Moraes⁷

RESUMO

Este artigo tem a finalidade de demonstrar o quanto a decisão proferida acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4439, a qual versa sobre a permissão de um Ensino Religioso de caráter confessional nas escolas públicas, é extremamente nociva para a preservação da Liberdade Religiosa do país, celebrada em nossa Constituição, permitindo assim um leque de consequências negativas para o Estado e a Sociedade, principalmente a pessoas que integram a comunidade LGBTI+, visto que muitos não confessam a fé cristã em nenhuma de suas variadas denominações ou se identificam como ateus, agnósticos ou sem religião. Também neste trabalho aponta-se a arbitrariedade na decisão judicial, utilizando-se o voto do ministro Luiz Roberto Barroso para explanar que a decisão fomentará ainda mais a intolerância religiosa, pois apesar do nosso país ser plural culturalmente, a laicidade do estado não fora refutada.

Palavras-chave: Ação direta de Inconstitucionalidade. Ensino Religioso. Ciências das religiões. Lgbtfobia

INTRODUÇÃO

O ensino religioso, de matrícula facultativa nas escolas públicas do país, porém agora de presença obrigatória nas esferas pública e privada da educação, mais explicitamente no ensino fundamental do país desde a homologação da Base Nacional Curricular Comum em 2018, foi alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade justamente para que fosse debatida a confessionalidade ou não da disciplina em sala de aula. Além de uma grande derrota para as Ciências das Religiões e demais profissionais da educação e para a sociedade em geral que acredita em uma educação plural religiosa e culturalmente, um grande impacto desta errônea decisão que considerou constitucional o ensino religioso confessional nas escolas, reside no fato de que atinge, diretamente, o público LGTBQIA+ que compõe a comunidade escolar.

Como se sabe, as religiões cristãs no Brasil, são as mais difundidas e mais praticadas e suas crenças tendem a rejeitar a população LGTBQIA+, fomentando preconceito e ódio a essas pessoas e diminuindo o respeito e a dignidade destes. Não há como ignorar o quão negativos são os impactos que a sociedade sentirá quando crianças e adolescentes começarem a serem educadas no ambiente escolar formal a respeito de como uma crença tida como “melhor” pode ser sim excludente, tanto culturalmente como sexualmente.

Este trabalho inicial visa demonstrar como o voto divergente do Ministro Alexandre de Moraes cria uma problemática excludente na educação quando permite um Ensino Religioso de natureza confessional, permitindo até que a igreja enquanto instituição adentre no ambiente escolar para fazer proselitismo religioso, com o aval de um suposto “Estado laico”.

As metodologias utilizadas neste trabalho são a pesquisa bibliográfica, com o levantamento inicial de doutrinas jurídicas acerca da hermenêutica constitucional e de normas infraconstitucionais, direitos fundamentais e sobre como o direito se constrói a partir das perspectivas sociais e culturais, além de autores das áreas de história, antropologia, sociologia e ciências da religião para corroborar o impacto do fundamentalismo religioso na sociedade a partir do ensino religioso confessional, principalmente a população LGTBQIA+ que historicamente sofre com o preconceito oriundo das religiões majoritárias; pesquisa documental, analisando os votos da ADI4439, LDB, CF/88, Acordo Brasil-Santa Sé, vídeos, filmes, fotos e demais documentos que possam servir de base para esta temática pesquisada.

ADI 4439, UM BREVE RESUMO

A Referida ADI foi proposta pela Procuradoria Geral da República em meados de 2010, pedindo a corte que realiza-se a interpretação conforme a Constituição do art. 33 da LDB, caput e pará-

⁶ Graduada em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (2013). Graduanda em Direito pela Universidade da Amazônia/PA. E-mail: plummacorecha@gmail.com

⁷ Graduanda em Direito pela Universidade da Amazônia/PA. E-mail: rmunizmoraes@yahoo.com.br

grafos 1º e 2º, “para assentar que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não-confessional, com proibição de admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas”, além de pedir a interpretação conforme a constituição do art. 11, parágrafo 1º do Acordo Brasil - Santa sé, para assegurar o veto a quaisquer formas de proselitismo na rede pública de ensino e, caso não fosse aceito, que fosse declarada a inconstitucionalidade do trecho “católico e outras confissões religiosas” presente no referido artigo.

A parte do acordo que atraiu a atenção da Procuradoria Geral da República é a que se refere ao ensino religioso. O ensino religioso, de matrícula facultativa, não pode ser permeado de proselitismo, como prevê a Lei de diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 33, que assim diz:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Tal previsão tem mais de 20 anos presente no ordenamento jurídico brasileiro e em seu histórico até ser assim definido este artigo, há uma série de discussões acerca da liberdade religiosa dos estudantes da educação básica e como seria um ensino religioso ideal, o qual seja vetado todas as formas de proselitismo, porém que seja devidamente trabalhado a pluralidade religiosa existente em nosso país, de forma que não se perpetuasse o preconceito religioso que até hoje existe fortemente em nossa sociedade.

A tese defendida pela PGR consiste em dizer que o ensino religioso deveria ser de modelo não confessional, explorando em seu conteúdo programático as dimensões históricas, sociais e culturais das diferentes religiões existentes e das posições não-religiosas, como o ateísmo e o agnosticismo, de forma que o professor não tomasse partido de qualquer forma para a sua crença pessoal e que fossem professores inseridos na rede pública de ensino, e não meros representantes das confissões religiosas, até porque, se um professor do Estado doutrinar alguém, não é apenas uma pessoa doutrinando outra, mas sim, o próprio Estado fazendo doutrinação, o que não pode ocorrer em um Estado laico.

Segundo a PGR, o art. 33 da LDB está em perfeita consonância com aquilo que se espera de um Estado dotado de Laicidade: que seja assegurado aos seus cidadãos a liberdade religiosa, principalmente em um país tão diverso quanto o nosso. Apesar de existir uma previsão legal e constitucional de como deve ser o ensino religioso, na prática não é o que podemos observar na maioria das escolas públicas do país. Ainda há a ideia de que a religião não pode ser estudada e discutida, logo, a religião no âmbito escolar ainda é vista como algo apenas catequético. Nesse quesito, a PGR aponta que o que frequentemente existe nas escolas do país são modelos confessionais e interconfessionais, o que não estaria de acordo com a LDB e nem com o princípio da laicidade do Estado.

O julgamento da ADI 4439 teve início em 30 de agosto de 2017, sendo suspenso em duas ocasiões, dia 31 de agosto e 21 de setembro, tendo seu desfecho em 27 de setembro de 2017. Na primeira sessão, o ministro relator, Luiz Roberto Barroso, deu seu voto pela procedência feita no pedido da ADI. A divergência foi trazida ao plenário pelo ministro Alexandre de Moraes. O resultado foi apertado: 6 votos a 5. Foram vencidos os ministros Barroso, Weber, Fux, Marco Aurélio e Celso de Mello. Os vencedores, inclusive a presidente do tribunal na época, ministra Cármen Lúcia que proferiu o voto de minerva, acompanharam o voto do ministro redator do acórdão, Alexandre de Moraes.

O ministro Barroso inicia seu voto explicando as motivações da PGR para ingressar com a ADI e diz que a discussão procura harmonizar as normas que preveem o ensino religioso, que asseguram a liberdade religiosa e que institui o princípio da laicidade do Estado.

Logo no início do seu posicionamento, propriamente dito, o ministro deixa explícito que vê esse problema “como uma discussão fora de época entre o iluminismo e pré-iluminismo, sinceramente”. Segue explicando que seu voto foi dividido em três partes: uma breve nota sobre a religião no mundo contemporâneo; como é tratado o ensino religioso das escolas públicas no ordenamento jurídico brasileiro; e a solução deste ministro para a controvérsia constitucional apresentada na ADI.

Como solução para a controvérsia constitucional proposta na ADI, o Ministro explica em seu

voto que precisa-se interpretar as normas constitucionais de forma sistemática, aplicando-se o princípio da unidade da Constituição, que:

“impõe ao intérprete a tarefa de buscar a concordância prática entre os diferentes preceitos constitucionais, minimizando os conflitos e tensões que decorrem naturalmente do caráter pluralista do texto constitucional” (STF, 2017, p.12).

Segundo esse raciocínio, é importante observar o quão nocivo é para a laicidade estatal o ensino religioso confessional ou interconfessional nas escolas públicas:

Nota-se que a simples presença do ensino religioso em escolas públicas já constitui uma cláusula constitucional de exceção (ou limitação) ao princípio da laicidade, pelo fato de aproximar, em alguma medida, as ordens estatal e religiosa. Por se tratar de norma originária, deve ela ser interpretada com o mínimo de restrição a ideia de laicidade (STF, 2017, p.13).

Faz-se imprescindível a manutenção da laicidade estatal também a não admissão de representantes das confissões religiosas em sala de aula para que se mantenha definida a separação entre Igreja e Estado. Sendo assim, o ensino religioso confessional ou interconfessional é incompatível com a ideia de Estado separado das religiões.

Por estes motivos, o Ministro Barroso deu voto pela procedência da ADI 4439, concordando com a PGR acerca da necessidade do ensino religioso ser laico e plural, respeitando a laicidade estatal e assegurando a liberdade religiosa da sociedade brasileira.

Já o Ministro Alexandre de Moraes inicia seu voto expondo que é importante observar os conceitos de laicidade, liberdade de crença e culto, mas que também se faz importante observar a questão sob a ótica da tolerância e da diversidade de opiniões. Ele considera o cerceamento do ensino religioso confessional ou interconfessional como “censura prévia à livre manifestação de concepções religiosas em sala de aula”.

Segundo o seu raciocínio inicial, o ensino religioso neutro é uma tentativa de privar o aluno e seus pais de uma aula que diga respeito a sua própria religião, ou seja, cerceando a livre manifestação de vontade e restringindo a liberdade religiosa deste aluno. Para sustentar este argumento, o Ministro cita um dado do IBGE de 2010, afirmando que 92% da população brasileira possui uma determinada crença religiosa, por isso, se a matrícula da disciplina é facultativa, caberia aos alunos descrentes optarem por não se matricular nela.

Ao longo do voto, o Ministro tenta demonstrar que não há controvérsia constitucional, como apontado pelo Relator, pois há a garantia constitucional e infraconstitucional de facultatividade da matrícula na disciplina. Então, qualquer questionamento sobre a permissividade da confessionalidade ou não da disciplina, estaria sanada com este dispositivo. Para reforçar esta ideia, o Ministro cita o dispositivo constitucional quanto a garantia da assistência religiosa para os militares, como se esta parte de nossa constituição já assegurasse a liberdade religiosa.

O Ministro assegura ainda que a Constituição permite a confessionalidade da disciplina por que ainda na formulação da Magna Carta de 1988, havia a proposta de se manter o ensino religioso confessional porém de matrícula facultativa, para preservar a liberdade religiosa:

Manteve-se, portanto, a tradição constitucional brasileira de ensino religioso ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, que, voluntariamente, se inscrever para a disciplina, respeitando-se dessa maneira, a plena liberdade religiosa e não permitindo ao Estado escolher o conteúdo da matéria, em desrespeito às várias crenças existentes (STF, 2017, pg. 14).

Ao longo de seu voto, o Ministro Alexandre de Moraes deixa claro que seu posicionamento é de que o ensino religioso só é possível graças a um viés catequético, excluindo o estudo do fenômeno religioso, que é a ciência das religiões, como algo incompatível com o que, na visão dele, seria o ensino religioso nas escolas públicas.

Dessa forma, o Ministro Alexandre de Moraes julgou improcedente a ADI 4439, por entender que o modelo confessional do ensino religioso coaduna com o texto constitucional, desde que mantida a facultatividade da matrícula da disciplina e que o Estado faça chamamento público para que as instituições religiosas se apropriem do horário da disciplina nas escolas públicas, assentando, deste modo, a constitucionalidade do art. 33 da LDB e do art. 11, §1º do Acordo Brasil - Santa Sé.

MAIORIA NOCIVA: COMO O ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL NÃO COADUNA COM O ESTADO LAICO E PERPETUA A LGBTFOBIA

O Brasil não é e nunca teve ao longo de sua história, um comportamento laicista, semelhante ao que presenciamos no Estado Francês, por exemplo, onde até as vestes como a burca, por exemplo, são proibidas; porém o Brasil, apesar da sua vasta cultura e pluralidade religiosa, apresenta grandes números de intolerância religiosa. A Comissão de Liberdade Religiosa da OAB-PA afirma que 90% dos casos de intolerância religiosa do país são praticados contra membros de religiões de matriz africana, fora isso, caso a pessoa integre a comunidade LGBTQIA+, a situação só piora: grande parte das religiões condena as relações entre pessoas do mesmo sexo ou renova o discurso lgbtfóbico, difundindo a mesma ideologia essencialista e autoritária, como é o caso da Igreja Católica, que segundo Borrillo:

Apesar da mudança de tom, subsiste a homofobia católica. E em vez de lançar sodomitas na fogueira, trata-se, agora, de acolhê-los com compaixão a fim de que, na melhor das hipóteses, eles fiquem curados e, na pior, possam viver na abstinência (BORRILLO,2016.pg.59).

É sabido que através do manifesto da sexualidade, muitos jovens externalizam cada vez mais espectros divergentes a heteronormatividade. Segundo pesquisa feita por J. Walter Thompson, 51% dos jovens entre 13 e 20 anos se consideram homossexuais ou bissexuais, número crescente dado o impulso de movimentos sociais a fim de garantir direitos, bem como o aumento de informações difundidas sobre sexualidade e identidade de gênero. Em muitos casos, é nessa fase, onde jovens começam a perquirir o entendimento sobre corpo e o sexo, que grande parte buscam no auxílio familiar e escolar respostas para as demasiadas questões: a escola cumpre um papel fundamental para o fortalecimento do ciclo integral de informações, bem como elucidar pontos importantes para esta compreensão.

A perpetuação da lgbtfobia em espaços de convivência e aprendizado estudantil bem como a reiteração do discurso que emerge o homossexual a um ser incomum e errôneo, faz com que muitos jovens não se sintam pertencentes a religiões com princípios heterocisnormativos, fazendo com que muitos passem a compor outras manifestações religiosas que integrem seus membros de forma igualitária.

Como dito pelo Ministro Barroso, não há como o Estado permitir que uma ou várias confissões religiosas se apropriem do ensino religioso, pois a preferência sempre será das religiões tradicionais/majoritárias, o que aumentará e muito o número de casos de intolerância religiosa. Nesse sentido, Santos explica:

as religiões cristãs sempre impactaram de diversas formas a esfera pública e social latino-americana, e no caso brasileiro esse aspecto é surpreendentemente significativo para a compreensão e interpretação das dinâmicas relacionais sócio-políticas e culturais, agindo por outro lado de alguma forma na produção e disseminação do conhecimento, especialmente no campo educacional. Nesse aspecto, pensar a CR aplicada ao campo educacional brasileiro, a princípio, é confrontar-se com a proposta educacional colonial, imperial e republicana que recentemente vem tentando afastar da esfera pública e social as determinações e influências religiosas, ora com sucesso, ora com ressalvas, pois como destaca o educador Carlos Rodrigues Brandão acima ninguém escapa a educação, neste caso, ninguém escapou da educação católica, presente e imposta, convivendo durante séculos no Brasil junto do poder secular (SANTOS, 2017. p. 162).

A ideia de entregar o horário correspondente ao ensino religioso nas escolas públicas para a tutela das instituições religiosas esperando que como resultado se tenha igualdade, é tarefa impossível como demonstrou o Ministro Barroso em seu voto, pois segundo dados do IBGE, há no Brasil cerca de 140 denominações religiosas. O privilégio de algumas dentro do espaço escolar público já enfraqueceria a laicidade estatal. Sem contar que 8% da população se afirma sem religião, então como achar normal entregar a tutela de uma disciplina as instituições religiosas e deixar alunos sem crença religiosa ociosos na escola? Além disso, alunos que integrem a comunidade LGBTQIA+ pertencentes de outras religiões ou sem crença poderiam sofrer ainda mais com a perpetuação no convívio em espaços educacionais onde a homossexualidade é ensinada com caráter pouco inclusivo, dada a impossibilidade de aprender e se sentir integrante de outras manifestações religiosas que poderiam auxiliar no debate e no acolhimento dos estudantes. Dessa forma, como o estudante homossexual se sentirá em um ambiente onde o discurso religioso eclesialístico e tradicional rever-

bera que sua sexualidade é algo anormal?

É inconcebível esta ideia pois a educação básica tem por objetivo formar cidadãos em sua totalidade sócio-cultural e educacional e o ensino religioso, mesmo de matrícula facultativa, é uma disciplina concebida atualmente para combater a intolerância religiosa e fomentar o respeito a pluralidade sócio-cultural do país:

É esse princípio metateórico que tornam possível e pertinente no currículo escolar o ER transmutado a partir dos resultados das Rodrigo Oliveira dos Santos | 163 pesquisas desenvolvidas na CR, especialmente pela Ciência da Religião Aplicada (CRA), desdobramento prático e aplicado da disciplina para resolução de problemas e demandas da sociedade, em recente desenvolvimento no Brasil, mas que já conta com algumas produções teóricas no cenário internacional, especialmente o alemão. Nesse sentido, transcorre-se sobre essa disciplina acadêmica e seus frutíferos desdobramentos teórico-metodológicos, dialogando com as experiências educacionais que tem no ER os seus resultados, a saber, a resolução de problemas antigos e ainda impactantes na sociedade, como a intolerância religiosa, fundamentalismos e conflitos religiosos e tantas outras formas de violências que na sua origem podem ser ainda são motivadas pela falta de conhecimento sistemático, crítico, ético e reflexivo sobre religiões (SANTOS, 2017. p. 163).

Partindo deste princípio, como dito anteriormente neste trabalho, a Lei de diretrizes e Bases da Educação trazia em seu art. 33 e parágrafos, a expressa autorização do ensino religioso confessional, revogado sete meses depois por que não faz sentido algum um Estado democrático de direito, pautado no princípio da laicidade, oferecer aulas de conteúdo proselitista em seu ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Supremo Tribunal Federal é o guardião da nossa Constituição Federal, mas, como no caso em tela, percebemos que o ato de resguardar o texto constitucional e com isso, assegurar aos cidadãos seus direitos não ocorreu. Foi uma decisão tomada baseada em convicções pessoais equivocadas, sem um estudo aprofundado sobre a questão e suas consequências a sociedade brasileira.

O Brasil é um país diverso, plural religiosa e culturalmente, porém observa-se que o voto do Ministro Alexandre de Moraes atesta seu total desconhecimento e despreparo para julgar tal matéria, transformando seu voto em um grave ato arbitrário, com uma decisão mal fundamentada, criando argumentações infundadas e que em nada tem a ver com a matéria colocada pela ADI. O acompanhamento dos outros Ministros ao seu voto demonstra a mesma coisa.

Também podemos perceber com isso o quanto esta disciplina é tratada como algo secundário dentro da educação e por que não dizer dentro de nossa sociedade e isto fica bem claro quando se permite que qualquer pessoa, desde que confesse uma fé, adentre o ambiente escolar e se aproprie dele para supostamente ensinar esta fé, pois na verdade será uma imposição, pois muitos alunos lgbtis por serem menores e não entenderem o espectro de sua sexualidade, não poderão opinar sobre o que querem aprender, irão assistir o que seus pais determinarem, o que prejudica e muito a formação crítica de crianças e adolescentes, além de ser uma forma de perpetuar a lgbtfobia e a exclusão de alunos que não se sentem pertencentes a determinada doutrina religiosa.

Permitir o Ensino Religioso confessional, mesmo que de matrícula facultativa, não é assegurar a liberdade religiosa. Quando a Religião se estabelece nas entranhas do Estado, este não é mais dotado de laicidade, o que abre brechas para o fundamentalismo religioso e este, por sua vez, dá margem ao aumento significativo de violência provocada por intolerância religiosa.

REFERÊNCIAS

STERN, Fábio L.; OLIVA DA COSTA, Matheus. Ciência da Religião Aplicada Ensaios pela autonomia e aplicação profissional. Porto Alegre, RS: Fi, 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 4439. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=3926392>. Acesso em: 30 maio 2019.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4439. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/copy_of_pdfs/ADI%204439.pdf/view. Acesso em: 30 maio 2019.

GIUMBELLI, Emerson. O ACORDO BRASIL-SANTA SÉ E AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E RELIGIÃO. In: CIENCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO, 2011, Porto Alegre, RS. Ciencias Sociales y Religión/

Ciências Sociais e Religião [...]. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/CienciasSociaiseReligiao/article/download/19321/13647>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BULOS, Uadi Lammêgo. Direito Constitucional ao Alcance de Todos. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e Crítica de um preconceito. 1ª edição. São Paulo: Editora Autêntica, 2016.

TERRA. 52% Dos Jovens Se Declaram Bi Ou Homossexuais, Diz Pesquisa. São Paulo, 05 de setembro de 2018. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/jovens-gays-bissexuais-pesquisa/> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

HOMOSSEXUALIDADE SOB OS OLHARES TEOLÓGICOS – UM DIÁLOGO

Gregory Souza

RESUMO

O tema apresentado não é assunto recente, ao longo de toda a história, tal discussão precede diversas compreensões que as interpretações teológicas, sobre a homossexualidade passaram a englobar. Para tais interpretações serem entendidas faz-se necessária uma viagem no transcorrer dos séculos, para se observar as possíveis causas da formação do pensamento conservador no qual se embasam diversos líderes religiosos, políticos e sociais quando a temática se refere à homossexualidade. O texto então, visa demonstrar através de uma sucinta explanação, como ao longo dos tempos, os textos bíblicos foram utilizados por diversos grupos e seguimentos para discriminar pessoas, subjugando-as e até mesmo dominando-as, sem ao menos se preocupar com as possíveis consequências de tais atitudes. Não obstante, o presente artigo apresenta uma nova perspectiva das interpretações teológicas, utilizada nos tempos presentes, para acolher a diversidade humana sob uma ótica inclusiva dos textos bíblicos. Desta foi utilizada pesquisa bibliográfica, que buscou em autores renomados e de grande relevância sobre tal temática exemplificar que a atual forma de interpretação dos textos bíblicos utilizadas nos dias de hoje necessitam ser revistas e consequentemente confrontar a sociedade em suas atitudes e pensamentos, evitando equívocos e conceitos pré - estabelecidos, também apresentar os desafios, e mudanças que se se fazem necessárias para a melhora compreensão e aceitação das mais variadas formas que se apresenta a sexualidade humana.

Palavras-chave: Teologia. Interpretação. Inclusão. Homossexualidade. Preconceito.

INTRODUÇÃO

Tratar de um assunto tão polêmico, mas ao mesmo tempo esclarecedor, não é tarefa fácil, o mesmo provoca em quase todos os que com ele se deparam uma miríade de incógnitas, pois exige em seu cerne, a quebra de paradigmas e tabus sociais outrora construídos.

A homossexualidade sob a ótica das interpretações teológicas, é um desafio para os estudiosos e curiosos da temática, trazendo em si um resgate de questionamentos feitos no decorrer dos séculos, para que se pudesse compreender, a formação do pensamento conservador e inclusivo referente a mesma.

Tendo em vista a análise das diversas interpretações cristãs que se valem dos textos bíblicos que se referem a homossexualidade, para aceita-la ou rechaça-la pode-se obter a compreensão das construções acolhedoras, ou não, da diversidade presente na sexualidade humana.

Para isto, o presente texto tem como cerne motivador de sua análise, o sofrimento da população LGBT, tais como assassinatos, que em grande maioria, tem como influência, os discursos carregados de ódio, que são proferidos por líderes religiosos, que tomam para si a única e verdadeira interpretação dos textos bíblicos, e a utilizam como justificativa para sua maneira de pensar e doutrinar.

Através da observação dos aspectos teóricos que se referem a interpretação teológica dos textos bíblicos que abordam a homossexualidade, pode-se então compreender de maneira mais abrangente as vertentes cristãs e até mesmo não cristãs que se referem à homossexualidade, e assim, por conseguinte entender a sexualidade do ser humano, que se apresenta, como anteriormente citado, de maneira multiforme.

Sem se olvidar da maneira como a influência religiosa atuou e atua, na formação do pensamento conservador, também se obtém de maneira clara e objetiva a relação com a nova construção social de aceitação da homossexualidade, nas mais diversas posições religiosas e grupos sociais.

Fundamentando-se em autores já consagrados, e estudiosos da temática voltada a homossexualidade e também da teologia, o presente artigo se mostra dividido em partes que se complementam ao final. Em primeiro momento passamos a observar o que se define como sexualidade, tanto de maneira teológica quanto social. Já em segundo momento apresenta-se as percepções dos métodos utilizados sobre as interpretações teológicas referentes à homossexualidade e como são aplicadas nas mais diversas vertentes religiosas, tanto no quesito conservador, a qual chamamos tradicional, que rechaça a acolhida da homoafetividade em seu seio, quanto a nova construção de interpretação, que se fez conhecida por teologia inclusiva, suas origens e expansão. Além das subdivisões citadas anteriormente, apresenta-se também de maneira esmiuçada, os textos bíblicos utilizados para tratar de tal temática e suas visões, sendo elas acolhedoras ou não.

A SEXUALIDADE HUMANA

Para se compreender a temática da homossexualidade, primeiramente faz-se necessário o entendimento amplo da sexualidade humana. Sim, seria leviano tratar da homossexualidade sem antes haver uma análise sobre esta fundamental componente da condição humana.

Falar da sexualidade é compreender a origem do ser humano em sua intimidade e privacidade. Tal atitude é primordial para que se possa assumir uma postura humana, pautada na respeitabilidade pelo outro, fazendo paralelos sobre a forma com que se percebe tal questão nos tempos atuais, e como se pode ampliar os conhecimentos e entendimentos sobre o que haveriam de ser comportamentos aceitáveis ou não dentro do que se apresenta como sexualidade.

Existe uma gama grandiosa de estudos que tentam definir a sexualidade, porém poucos logram êxito em abranger sua maior parte, pois não há ainda um senso comum sobre a totalidade desta amplitude. No entanto, é necessário compreender em primeiro momento, o que é a sexualidade humana, como pode ser entendida, e de quais principais maneiras ela nos é apresentada.

A sexualidade humana compreende partes de cada ser, fazendo-se presente como uma necessidade basilar, e que não se pode desassociar de outros aspectos da vida. Ao contrário do que muito tem sido exemplificado no decorrer dos tempos, sexualidade não se resume a meras relações sexuais (coito). Desta forma:

A sexualidade é uma componente inseparável do ser humano, exercendo uma função decisiva para seu desenvolvimento como pessoa e para sua abertura tanto social como teológica. Em Tudo que sentimos, pensamos, dizemos e fazemos expressamos nossa condição de ser sexuado [...] Tendo em mente seu caráter enigmático, não podemos, portanto reduzi-la simplesmente aos órgãos genitais masculinos e femininos, como algumas vezes é tratada pela ideologia biologicista. (GOMES & TRASFERETTI, 2011, p.13)

Sexualidade vai muito mais além do que pensamos ou expressamos, é força vital para uma vida plena. A influência da sexualidade nas manifestações da vivência humana, traz consigo energia motivadora.

Sexualidade é a energia que motiva a encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas, e como estas tocam e são tocadas. A Sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, a saúde física e mental. (BRANDÃO, 2015, p.23)

No entanto, sabe-se que a sexualidade humana, por vezes fora limitada a apenas um único ponto, a definição biológica da questão, ignorando em sua maioria as variantes que a compreendem. A definição biológica da sexualidade baseia-se na observação das características físicas das genitálias humanas, fazendo delas caracteres definidores do que conhecemos por identidade sexual.

Porém, neste ínterim temos que abranger nossas compreensões, e observações para que possamos construir uma definição minimamente plausível para a sexualidade humana. Este ponto, para Gomes e Trasferetti, é abordado da seguinte maneira:

Segundo dados científicos, a sexualidade é formada de múltiplos fatores interligados. São estes morfológicos (os genitais), fisiológicos (os hormônios), neurológicos, genéticos, psicológicos, espirituais e, ainda, as influências culturais, sociais e ambientais, como também familiares/educativas. (GOMES & TRASFERETTI, 2011, p.14.)

Neste contexto, observamos que ao abordarmos a temática da sexualidade humana, abrimos um leque de impasses e incompreensões que a norteiam nos tempos atuais.

Todas as definições possíveis, foram alvos de debates ao longo de toda a história da humanidade, desde os quesitos filosóficos, aos pontos psicológicos e culturais da questão. Certamente, cada linha de pensamento carrega em si uma riqueza de contribuições para o conhecimento mais abrangente do ser humano.

As abordagens possíveis sobre a sexualidade humana perpassaram o limiar do tempo, galgando degraus de conhecimento e melhorias na forma de a compreender, que influenciaram a forma como a entendemos hoje.

AS MULTIFACES DA SEXUALIDADE HUMANA

Não há maneira de apresentarmos contestação aos inúmeros debates sobre a sexualidade que norteiam a atualidade. Fato é que a temática tem sido muito mais discutida do que há algumas décadas atrás. A grande quantidade de discussões e debates sobre este tema, já deveriam ter

provocado alguma reflexão ou mudança de pensamentos em toda a sociedade, ou pelo menos em grande parte dela. Ou seja, a construção social, cultural, filosófica e religiosa que se apresenta na atualidade, já deveria ter sido transformada pelo transcorrer dos tempos e da evolução dos pensamentos.

Tal construção das multifaces da sexualidade humana, como citado anteriormente, tem sido construída sob uma ótica simplista e direcionada apenas a uma forma de existência, a de que homem deve se relacionar com mulheres e a de que mulheres devem se relacionar com homens.

Porém quando falamos de sexualidade, não apenas devemos nos ater ao simples, devemos nos projetar para o ponto que se apresenta como tabu, para boa parte de nossa construção social atual, a exemplo, as relações homossexuais.

Desta maneira:

Sob esta palavra estão postas questões sobre a formação da identidade sexual humana, digo, questões de gêneros. E através delas podemos ampliar a discussão para pontos tidos ainda como tabus por muitos membros de nossa sociedade, como as relações homossexuais, o erotismo, a sensualidade de cada um, o conhecimento do nosso próprio corpo, que não estão limitadas em saber como ele funciona, mas é um conhecer que explora a formação das diferenças entre o homem e a mulher dentro de um grupo social. (GUEDES, NASCIMENTO, ARAÚJO, SANTOS & NETO, 2004, p.2)

Desta maneira, tratar a sexualidade humana com atitudes que cerceiam sua liberdade e expansão, não apenas representa fatores de explícita aleivosia, mas demonstra ações de desumanidade. Na totalidade, não existe maneira plausível de demonstrar como a sexualidade humana é difícil de ser explicada, mesmo com inúmeros questionamentos presentes nestes pontos e com a escassez de argumentos e respostas para os mesmos. Guedes, Nascimento, Araújo, Santos e Neto, observam que:

[...] estas questões sempre estão mediadas por um outro assunto subjetivo e vital para o ser humano – o amor. O que significa amar o outro? Como se ama o outro? Como se relaciona com o outro? Quem é o outro? Ou seja, a sexualidade é uma questão bem mais complexa e multifacetada do que a imaginação popular pressupõe.

Baseando-se nesta afirmativa, compreende-se como imprescindível, assimilar as diversas maneiras que se apresentam como definições da sexualidade humana, entendendo ainda que algumas delas fogem a concepção construída nas relações humanas chamadas de tradicionais, e que se encontram arraigadas na sociedade. Todas estas exemplificações ou tentativas de definições da sexualidade, são influenciadoras na formação do ser humano.

O processo de desenvolvimento do ser humano marcado por sua inserção em determinado grupo cultural se dá 'de fora para dentro'. Isto é, primeiramente o indivíduo realiza ações externas que serão interpretadas pelas pessoas ao seu redor, de acordo com os significados culturalmente estabelecidos. A partir dessa interpretação é que será possível para o indivíduo atribuir significados a suas próprias ações e desenvolver processos psicológicos internos que podem ser interpretados por ele próprio a partir dos mecanismos estabelecidos pelo grupo cultural e compreendidos por meio dos códigos compartilhados pelos membros desse grupo (OLIVEIRA, 1993, p.38-39).

Mesmo com as inúmeras explicações, e tentativas de se definir a sexualidade humana, é necessário compreender que suas manifestações são das mais diversificadas e presentes em várias áreas da sociedade. Por este motivo, estas definições, têm se tornado pontos que são cerne de debates e alterações em múltiplas áreas do conhecimento científico e especialmente religioso. Dentre todas as variações presentes nestas definições, uma provoca a ira de alguns segmentos sociais: a homossexualidade, que é compreendida pelas relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, homens ou mulheres.

DISCUSSÕES TEOLÓGICAS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE

A homossexualidade tem sido tema de inúmeras discussões nos tempos atuais. Estas discussões vêm tomando forma e se instalando nos mais diversos âmbitos da vida ciência e da vida humana, tais como: no campo político, social e especialmente ético-teológico. Estas inúmeras discussões perpassam o limiar do tempo, e compreendem desde a conversão do império romano ao cristianismo. Estes pontos ainda foram debatidos por diversas linhas de pensamento:

Debates que envolviam diversas linhas de pensamento. As primeiras reflexões giravam mais

no campo filosófico e teológico; nos últimos tempos, surgiram com grande poder de argumentação outras linhas científicas, como as sociológicas, psicológicas e culturais (GOMES & TRASFERETTI, 2011, p.15).

Destas discussões, algumas chamam a atenção por sua veemência nos pontos defendidos, beirando muitas vezes a catástrofes de ofensivas ideológicas e até mesmo teológicas. Neste ínterim, observamos que compreender o fenômeno da homossexualidade sob a ótica da teologia, é tarefa complexa, dada a escassez de material bibliográfico que tenha competência de propiciar uma análise fidedigna dos textos bíblicos que englobam a temática.

São travados embates no âmbito televisivo, jornalístico, e até mesmo no uso dos púlpitos das mais variadas facetas religiosas, nos quais esbraveja-se que a homossexualidade se trata de um desvio moral, uma escolha aprendida, ou até mesmo, argumenta-se que a mesma é derivada de uma infância construída por abusos sexuais, e ausência paterna.

O uso dos textos bíblicos para rechaçar a homossexualidade, é fato corriqueiro nos meios teológicos. Utilizam os textos bíblicos com mínima preocupação da aplicabilidade dos métodos de interpretação.

Das influências que o Cristianismo absorveu para si, há algumas que fomentam tais discussões. Dentre todas elas, encontramos duas com maior campo de atuação: cultura judaica e a teologia agostiniana.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA JUDAICA NAS DISCUSSÕES TEOLÓGICAS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE

Fato é que muitos ainda consideram a cultura judaica como a precursora de todos os preconceitos do mundo contemporâneo. No entanto, devemos compreender que tal influência data de séculos atrás, quando a sociedade judaica, Israel, não passava de uma pequena tribo, de hábitos nômades, podendo ser comparada a outras tribos da região da Mesopotâmia, que ora vagava e ora se estabelecia em determinado território.

Havia dentre o povo judeu a necessidade, quase que obrigatória de se diferenciar dos povos que os cercavam, tal atitude pode ser caracterizada como a busca por uma consciência de nacionalidade dentre seu povo. Havia no meio dos povos que habitam parte da mesma região onde se buscava o estabelecimento da sociedade judaica, a adoção das tradições politeístas, com seu panteão de deuses e deusas profundamente erotizados, a exemplo da sociedade babilônica, conforme narra Gonçalves (2003):

Dos povos da Antiguidade Oriental, destaco alguns aspectos da civilização babilônica, a qual parecia cultivar a sexualidade de forma muito intensa. Assim como em todas as culturas antigas conhecidas, na Babilônia eram comuns os cultos a deusas da fertilidade e estes envolviam rituais sexuais. Heródoto (s/d) relatou ser costume para as mulheres daquela sociedade se oferecerem nos templos aos estrangeiros, em troca de algumas moedas e de oferendas para as deusas. Porém, estudos mais recentes mostram que não há evidências explícitas de que os cultos mesopotâmicos tenham comportado ritos de caráter sexual, pelo menos de forma oficial e organizada.

De fato, toda a construção da sociedade judaica, baseou-se em uma construção voltada a perpetuação de seu povo e costumes, de forma que não sofresse influência de outros povos, tal qual fora citado anteriormente. Além destes pontos, o a sociedade judaica era construiu seus pilares impulsionados por características guerreiras e expansionistas, fazendo com que Israel necessitasse de um número substancial de soldados. No entanto, para que se lograsse êxito em sua empreitada, era necessário que os Israel se pautasse de outra maneira. Guedes, Nascimento, Araújo, Santos e Neto, 2004 exemplificam:

Como a mortalidade infantil era muito alta, a solução encontrada pelos líderes políticos (que também exerceriam a função de sacerdotes do povo) era estimular a reprodução do povo, através da prática sexual heterossexual e monogâmica. A questão do prazer oriundo da relação sexual tornou-se algo malvisto e a esterilidade considerada a maior de todas as maldições.

Alicerçados nesta regra, de que toda e qualquer relação afetiva que não se voltasse para a reprodução era detestável aos olhos de Deus, tidas como abominação, todas as demais práticas e costumes que não fossem baseados na manutenção social, no crescimento populacional, seriam punidas com a morte. Toda esta compressão é perceptível em toda vastidão dos textos bíblicos, a

exemplo que é observado nas sagradas escrituras, no velho testamento em Gênesis 38:8, quando Onã desobedece a Deus ao se valer do coito interrompido na relação com sua cunhada.

Então disse Judá a Onã: Toma a mulher do teu irmão, e casa-te com ela, e suscita descendência a teu irmão. Onã, porém, soube que esta descendência não havia de ser para ele; e aconteceu que, quando possuía a mulher de seu irmão, derramava o sêmen na terra, para não dar descendência a seu irmão. E o que fazia era mau aos olhos do Senhor, pelo que também o matou.

Ainda que a cultura judaica trouxesse em si tais exemplos de condenações e proibições voltadas para questões sexuais, como o exemplo citado anteriormente, a lista de proibições se estende, catalogando ainda mais práticas, como descrito por Guedes, Nascimento, Araujo, Santos e Neto (2004):

Da mesma maneira, as práticas sexuais da masturbação e da homossexualidade masculina eram abominações terríveis, enquanto a homossexualidade feminina era tida como um crime tão hediondo que nem sequer era cogitado. É decorrente desta maneira de pensar da tradição judaica que os pensadores judeus, seguidos mais tarde pelos cristãos, produziram uma nova interpretação para as causas da queda do homem, ou seja, para a separação do homem do seu criador (Deus).

Sendo assim entende-se que todas as análises que compreendem as afirmativas representadas na cultura judaica, trouxeram para a sociedade certa herança, que perdura até os dias de hoje, tal qual representado na citação supra. Esta herança, contribuiu para a construção da forma de pensar e agir de boa parte da sociedade, ainda que destes, alguns transformem o contexto histórico presente neste íterim em motivação para justificar preconceitos e agressões morais, e muitas vezes físicas, provocando em boa parte da sociedade a incompreensão da realidade e formando em sua mentalidade um pensamento de que a cultura judaica é homofóbica e até mesmo racista. O fator histórico não anula a importância, porém não define uma representação que outrora fora regra, como mandamento ou aliança perpétua para que seja exigência ainda na atualidade.

A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA AGOSTINIANA

Agostinho de Hipona, mais conhecido por Santo Agostinho, nasceu em Tagaste, localizado no norte da África, no dia 13 de Novembro do ano 354. Agostinho era filho de Patrício e Mônica, e já desde o nascedouro, vivia uma dicotomia: Patrício era pagão e Mônica, cristã.

Santo Agostinho, constrói toda sua trajetória de formação desde muito jovem. Inicia seus estudos na própria cidade onde nasceu, e logo depois os desenvolve em Madaura.

Agostinho, traça de maneira longa e dispendiosa a sua luta rumo a conversão ao cristianismo, que apenas se concretiza no compasso de um encontro com a espiritualidade em um jardim. Ao ler as cartas de Paulo se depara com os dizeres: “Não é nos prazeres da vida, mas em seguir a Cristo que se encontra a felicidade”, tem todo o esclarecimento que necessitava para assumir a postura que outrora relutava, e a partir de tal ponto, logo no ano seguinte a este evento, é batizado.

Todo o processo de formação sacerdotal de Agostinho, se dá de maneira explícita, com o apoio do povo de sua cidade natal. O site Agostinianos.org relata:

Agostinho decide voltar a Tagaste, para morar com seus amigos, e entregar-se inteiramente ao serviço de Deus por meio da oração e o estudo. Mas no ano 391, de visita na cidade de Hipona, é proclamado sacerdote pelo povo e ordenado padre pelo bispo Valério. Quatro anos depois é consagrado Bispo da cidade, daí o nome de Agostinho de Hipona.

Com embasamento pautado no exemplo citado supra, compreende-se que o caminho e a vivência de Agostinho foram voltados a vida religiosa, abarcando para si uma vivência de leitura e interpretação das escrituras sagradas e também a oração. Todas as suas teses sobre pecado, eram compreendidas por análises ao que é conhecido por pecado original, o pecado de Adão e Eva, na qual Agostinho traduz o prazer e o desejo carnal como produto da natureza humana que outrora fora corrompida em sua origem, no Édem. Baseando-se neste ponto Guedes, Nascimento, Araújo, Santos e Neto (2004) exemplificam:

Agostinho nunca identificou o pecado original do livro bíblico como sendo o ato sexual. Para ele, comer do fruto da árvore do conhecimento do Bem e do Mal foi o ato de desobediência do homem para com Deus, que o colocou à prova, com a proibição deste ato (ou seja, o homem foi testado por Deus com relação à sua obediência e submissão a Ele, quando foi proibido de comer do fruto).

Desta maneira, o desejo carnal (ou seja, a vontade de fazer sexo, de sentir prazer) é resultado da natureza humana corrompida e as paixões humanas (os desejos incontrolláveis) são modalidades da punição divina, de tal forma, que ser capaz de evitar ou controlar os desejos carnis (entenda-se, sexuais) é uma prova dada ao homem para que ele desenvolva a obediência (submissão) que foi pretendida e não desenvolvida no momento quando Deus determinou a proibição. É através desta prova que o homem aprenderia a ser obediente e submisso à vontade de Deus. Para este teólogo, caso o ser humano não houvesse pecado, ele teria então se propagado sem paixão carnal (sexo sem prazer!).

Desta maneira, toda a influência da pregação de Agostinho, se propagou e fora a precursora também da formação filosófica, teológica e moral da estrutura da igreja católica, sendo o mesmo tido como um dos doutores da Igreja.

Indo além de tal análise, encontra-se a exemplificação das pregações de agostinho como sendo as geradoras de grande curiosidade para com os que dela se fizeram conhecer, desta forma grande parte dos teólogos cristãos passaram a tomar a questão sexual como objeto de reflexão, e posterior definição, gerando até mesmo grandes e catastróficas interpretações dos textos bíblicos. Sobre tal ponto, temos mais uma vez o relato de Guedes, Nascimento, Araújo, Santos e Neto (2004):

Um destes teólogos que buscou solucionar o problema deixado pela concepção agostiniana sobre como ocorreria à reprodução humana sem o ato sexual foi São Gregório de Nysse. Para ele a reprodução humana sem o pecado original seria decorrente do poder e da vontade divina, assim como se dá com os anjos, não contendo nenhum vínculo com o ato sensual da humanidade. Mas, para outro teólogo eminente, Tomás de Aquino, haveria uma união carnal entre os seres humanos, entretanto, este seria realizado no estado de inocência, sendo radicalmente diferente de como esta relação acontece no estado atual, guiado unicamente pelo império da vontade humana.

Toda esta concepção e confusão interpretativa, se baseia na teoria agostiniana de que toda a questão relacionada ao sexo, o ato sexual, que não fosse voltado a procriação, estaria condicionado a uma espécie de ação diabólica, ou seja, contra a ordenança divina, sobre a atitude humana.

Com todas as influências, que circundaram a vivência da sexualidade humana no passar nos séculos, tem em si o influxo de métodos interpretativos, muitas vezes, utilizados de maneira incorreta, proporcionando as concepções contemporâneas que giram em torno da sexualidade humana, contribuindo para a formação de uma sociedade repleta de preconceitos para com a diversidade humana, como por exemplo o preconceito voltado à homossexuais

OS MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DAS ESCRITURAS E SUA INFLUÊNCIA

Todo o processo de construção social, passa por conflitos até chegar na culminância de sua formação, ou seja, a teoria que antecede a prática. E com as sagradas escrituras não seria diferente, toda a trajetória de formação das religiões mundiais se pauta na interpretação de algum líder para com os textos considerados sagrados para aquele determinado povo.

Como sabemos, a bíblia sagrada é considerada a regra de fé e prática do cristianismo, e como a influência de seus predecessores é grandiosa, métodos de interpretação dos textos bíblicos foram desenvolvidos. Porém, tais métodos acabam por ser geradores de conflitos interpretativos. E em se tratando de sexualidade humana, o que mais gera conflitos de interpretação nos tempos atuais, é a homossexualidade.

Neste íterim, compreender o fenômeno da homossexualidade sob a ótica da teologia, é tarefa complexa, dada a escassez de material bibliográfico que tenha competência de propiciar uma análise fidedigna dos textos bíblicos que englobam a temática.

É necessário observar que ao aproximarmos-nos dos textos bíblicos que abordam a temática da homossexualidade, devemos estar despidos de pretensões e conceitos pré-estabelecidos, tais como se encontrar nas sagradas escrituras respostas automáticas, prontas, para a devida interpretação dos mesmos quando aplicados às mais diversas situações da sociedade.

Para que a devida interpretação seja feita, é necessário que se conheçam os métodos interpretativos, que compreendem desde os escritos judaicos, representados pelos principais métodos, sendo eles o alegórico que consiste na leitura e na compreensão de determinado texto, baseando-se em alguma referência sobre o assunto em comparação com outro. O método midráshico, que segundo intersaberes (2015), é fruto da sabedoria judaica:

Essa forma de interpretar as Escrituras tornou-se conhecida como *Midrash*, método utilizado por rabinos e fariseus para a leitura bíblica. De acordo com Dockery (2005,p.33), 'o midrash tem significado de comentários, em particular, com a ideia de tornar contemporânea a Escritura a fim de aplica-la ou torna-la significativa para a situação atual do intérprete'.

Também agregando o método Literal, que depreende o significado puro e simples, direto do texto. O método tipológico, que reconhece e interpreta símbolos, tipos e alegorias das Escrituras, buscando alguma correlação entre pessoas e acontecimentos.

Os tempos, porém, mudaram, e os métodos de interpretação bíblica mais conhecidos atualmente são o fundamentalista, que parte do pressuposto de que a bíblia é fonte de divina inspiração, não cabendo em si erros ou incongruências, o estruturalista, que analisa os textos bíblicos como se encontram na atualidade, e por fim o método histórico-crítico, que tem como prioridade fontes históricas que procuram exemplificar estágios de crescimento e formação, até a maneira que se encontram na concepção atual.

Entender os textos bíblicos, aplica-los às novas situações e discutir os problemas teológicos à sua luz é parte da condição humana. Evitar essas discussões e usar as Escrituras como uma espécie de computador automático com respostas prontas para cada problema não é uma posição de respeito pela Palavra de Deus para nós (GALLAGHER, 1990, p.29.).

Os textos bíblicos que abordam a questão da homoafetividade, são poucos, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. Por este motivo a aplicação da exegese bíblica deve ser feita de maneira circumspecta, utilizando-se dos métodos correntes.

O estudo exegético é importante porque, infelizmente, muitas interpretações distorcidas ocorrem em nosso meio, levando diversas pessoas a naufragarem na fé. A questão é muito séria, pois interpretar errado uma peça teatral é uma coisa, mas interpretar erroneamente a Palavra de Deus acarreta consequências eternas" (INTERSABERES, 2015, p.22).

Muitos teólogos e líderes religiosos ainda não compreendem o verdadeiro sentido da aplicação da exegese ao texto bíblico, incorrendo em equívocos dos mais variados. Ao invés de aplicarem corretamente a Hermenêutica que conforme o livro Interpretação Bíblica, Intersaberes, 2015, é:

[...] a ciência e arte de interpretar a Bíblia. Na qualidade de ciência, enuncia princípios, investiga as leis do pensamento e da linguagem e classifica seus fatos e resultados. Como arte ensina como esses princípios devem ser aplicados.

burlam tais leis, e incorrem na aplicabilidade da eisegese:

[...] ao contrário da exegese, a eisegese ocorre quando o intérprete aborda o texto com preconceitos, extraíndo dele um sentido que já desejava de antemão, ou seja, significa, ler no texto fatos que ele quer encontrar ali, mas que, na realidade, não se encontra no texto, ou então o intérprete distorce um texto para adaptá-lo às próprias ideias. (INTERSABERES, 2015, p.31)

Porém, muito além destas discussões e compreensões, encontramos os fatores que se apresentam na atualidade em meio aos debates referentes a homoafetividade, como por exemplo as vertentes religiosas que se utilizam dos textos sagrados para acolher ou rechaçar tal fenômeno. Neste ponto, encontramos dois principais "lados", mais conhecidos por: Tradicionais e Inclusivos.

OS DOIS LADOS DA 'MOEDA' – OS TRADICIONAIS E OS INCLUSIVOS

Desta estruturação, obtém-se descritivos de ambos os lados, como citados supra; neles encontramos os Cristãos Tradicionais, que segundo Brandão (2015) são aqueles que não acolhem a diversidade humana representada em pessoas homoafetivas:

[...] há igrejas que tratam como perversão e promiscuidade e não aceitam os homoafetivos como membros de suas comunidades religiosas. Todas acabam tendo em comum o fator de que na hipótese de o membro homossexual não conseguir êxito nas propostas de 'recuperação, cura, libertação' é impedido de exercer qualquer função eclesiástica dentro da igreja, mesmo que esta pessoa tenha dons e talentos concedidos por Deus.

Também encontramos a vertente mais atual de igrejas cristãs: os cristãos inclusivos. Esta variação, nasceu em 06 de outubro de 1968, em Los Angeles, com a fundação da primeira igreja cristã inclusiva do mundo, a Igreja da Comunidade Metropolitana que tem como sigla as letras ICM.

A instituição foi criada pelo Reverendo Troy Perry, que buscando servir a Deus, ansiava proporcionar a outras pessoas a mesma experiência do encontro com o Sagrado, sem o peso das condenações propagadas pelas igrejas tradicionais.

Sendo assim a ICM acredita que seja heterossexuais ou homossexuais todos são santos e que a sexualidade é um dom sagrado de Deus. E que sem necessidade de mudança na sua orientação sexual, você pode buscar ter a sua experiência com Deus em corpo e espírito. (Brandão, 2015, p.40.)

A diferença que se apresenta entre tais grupos supracitados, é perceptível, palpável, e plenamente observada através da forma com que interpretam as Escrituras. Textos bíblicos que para um grupo são definidos como condenatórios a existência homoafetiva, para o outro são passíveis de uma interpretação diferenciada, baseada no método histórico-crítico da aplicabilidade hermenêutica através da exegese.

Os cristãos tradicionais, reverberam em seus discursos, afirmando que a homossexualidade se trata de um desvio moral, um comportamento, incompatível com a vida espiritual de um cristão. Alguns seguimentos desta vertente vão mais além ao defender que a homossexualidade é na verdade possessão demoníaca.

Dessa forma, as igrejas Cristãs atuais em sua grande maioria entendem que a o homoafetividade é um pecado e abominável diante dos olhos de Deus e da igreja. E com isso as igrejas tornam inflexíveis em seus argumentos e posicionamentos. (Brandão, 2015, p.35)

As igrejas cristãs tradicionais, viram-se ameaçadas em sua pregação e interpretação dos textos bíblicos, pelo rápido crescimento dos movimentos cristãos inclusivos. Então como resposta acabam se expressando com base nos textos específicos da bíblia sagrada que apresentam situações homossexuais e também nos textos que substanciam a moral e bons costumes. Utilizam textos da bíblia, os quais Brandão (2015) apresenta:

Textos da bíblia como: Geneseis 1:28 – A Criação, Genesis 19 – Sodoma e Gomorra, Levíticos 18:22, Levíticos 20:23, Deuteronômio 23:18 – leis morais sobre os sexos ilícitos, Romanos 1:24-27 – Ira de Deus, 1 Coríntios 6.9-10; 1 Timóteo 1.10 – lista de condenação.

Em contrapartida, os cristãos inclusivos, fazem uso dos mesmos textos bíblicos, para demonstrar que a bíblia sagrada não carrega em si condenação a homoafetividade, baseando-se na premissa de que a mesma chega a ser uma bênção de Deus para a pessoa homossexual. Fato que para Muskopf citado por Brandão (2015), é exemplificado da seguinte maneira:

De acordo com Musskopf, a teologia inclusiva ou ‘teologia gay’ foi desenvolvida no contexto norte americano, e foi fortemente influenciada pela teoria Queer e Teologia da Liberação. Onde se lutava pela libertação da opressão e preconceito com as minorias e classes oprimidas. Mesmo que a teologia da Liberação, na época tenha se omitido quanto aos gêneros da sexualidade, ela influenciou na construção dessa nova teologia inclusiva.

Salienta-se aqui então, a necessidade da avaliação dos pontos diversos que englobam a homossexualidade sob a ótica da interpretação teológica. Sendo eles éticos, morais, culturais, ou espirituais, todos devem ser avaliados, distinguidos e corretamente interpretados, fato que para Gomes e Trasferetti significa:

Em meio a essa diversidade de posições, é necessário buscar uma correta compreensão e avaliação ética, distinguindo o comportamento homossexual (psíquico, humano e cristão) dos comportamentos desintegradores’ (promiscuidade, prostituição, pedofilia, etc.), adotar uma ‘atitude de provisoriedade’ relativamente ao que é divulgado como resultados definitivos e não pretender ter um juízo ético e uma atitude pastoral categóricos, válidos para todas as situações e fechados a possíveis variações.

A vivência homoafetiva sob a luz da teologia, engloba determinados pontos que não podem ser negados. Tratar a homossexualidade como amoral, ou contrária a natureza sem antes haver o completo conhecimento dos reais princípios e circunstâncias envolvidas, sejam elas culturais ou temporais, e também levar em consideração as possíveis consequências do ato, não se pode oferecer um julgamento moral, mesmo que se evoque a intervenção das Sagradas Escrituras. Fato exemplificado por Vidal (2008) ao dizer que: “A revelação bíblica do amor e da sexualidade não é uma teoria, mas uma mística. Tem de informar a vida real e concreta dos Cristãos”

VERSÍCULOS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE (ANÁLISE TRADICIONAL)

O ensino da bíblia é direto e objeto para grande parte das igrejas tradicionais existentes. Todas elas compreendem que a bíblia não necessita de análises históricas e não há aqui a necessidade do entendimento dos contextos sociais e culturais no que se pode abordar sobre a homossexualidade. Há um consenso bem definido de que a bíblia e todos os seus conceitos já estão amplamente definidos, de forma pura, literal e explícita. Santos citado por Brandão exemplifica:

A bíblia possui ensino claro e direto sobre o homossexualismo. Ela o apresenta não apenas como transgressão do padrão divino para a sexualidade humana, mas também como uma distorção da ordem divina para a prática sexual – Rm 1:26.

De acordo com Santos então, o discurso proferido pelas igrejas tradicionais tem em si uma marca: a compreensão de que a homossexualidade seria uma transgressão do padrão apresentado por Deus como orientação para a existência do homem na terra. Toda esta compreensão segundo o autor vai muito além de simples pecado, mas é definida como uma grande distorção do papel predefinido para a sexualidade humana. Em consonância com o argumento de Santos, Lopes argumenta:

Existem muitas passagens na Bíblia que se referem ao relacionamento sexual padrão, normal, aceitável e ordenado por Deus, que é o casamento monogâmico heterossexual. Desde o Gênesis, passando pela lei e pela trajetória do povo hebreu, até os evangelhos e as epístolas do Novo Testamento, a tradição bíblica aponta no sentido de que Deus criou homem e mulher com papéis sexuais definidos e complementares do ponto de vista moral, psicológico e físico. Assim, é evidente que não é possível justificar o relacionamento homossexual a partir das Escrituras, e muito menos dar à Bíblia qualquer significado que minimize ou neutralize sua caracterização como ato pecaminoso.

A CRIAÇÃO (GÊNESIS)

Tendo como base os versículos do livro de Gênesis capítulo 1 e 2:

“E Deus criou os seres humanos; criou-os à semelhança de Deus, refletindo a natureza de Deus. Ele os criou macho e fêmea, e então os abençoou: “Cresçam! Reproduzam-se! Enchem a terra! Assumam o comando!” (Gênesis 1:27)

“Portanto, o homem deve deixar pai e mãe e unir-se à sua esposa. E os dois se tornarão uma carne” (Gênesis 2:24)

tem-se a afirmação de que a homossexualidade deve ser considerada como ilegítima, antinatural, baseada popularmente na expressão que “Deus criou macho e fêmea, Adão e Eva, e não Adão e Ivo”. Desta forma compreendem que não se pode haver admissibilidade das relações homoafetivas por entenderem que Deus desta passagem se obtém o padrão estabelecido por Deus para a formação do casamento perfeito, com a devida diferenciação sexual.

SODOMA E GOMORRA

A base para esta afirmativa, é encontrada nos textos que relatam a destruição das cidades de Sodoma e Gomorra:

“E antes que se deitassem, cercaram a casa, os homens daquela cidade, os homens de Sodoma, desde o moço até ao velho; todo o povo de todos os bairros. E chamaram a Ló, e disseram-lhe: Onde estão os homens que a ti vieram nesta noite? Traze-os fora a nós, para que os conheçamos. Então saiu Ló a eles à porta, e fechou a porta atrás de si, E disse: Meus irmãos, rogo-vos que não façais mal; eis aqui, duas filhas tenho, que ainda não conheceram homens; fora vo-las trarei, e fareis delas como bom for aos vossos olhos; somente nada façais a estes homens, porque por isso vieram à sombra do meu telhado” (Gênesis 19:4-8)

O versículo acima é amplamente utilizado como forma de justificativa a condenação da homossexualidade ainda nos dias atuais, pautando-se no que Brandão cita ai explicar o argumento de Santos:

Para Santos, nota-se que a principal maldade praticada pelos habitantes de Sodoma e Gomorra seja, o hábito da prática homossexual que foi descrita nas atitudes dos homens que chegaram à casa de Ló, querendo ter relações sexuais com os anjos enviados por Deus. O que culminou na destruição dessas cidades foi o distanciamento das pessoas em relação a Deus e o adorar outros deuses pagãos.

A LEI MOSAICA – LEVÍTICO E DEUTERONÔMIO

As leis de Moisés, proferidas para orientar e direcionar o povo de Israel no que se refere às práticas sexuais. Especificamente as que tratam sobre homossexualidade estão descritas em Levítico:

“Com homem não te deitarás, como se fosse mulher, abominação é”. (Levítico 18:22)
 “Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue será sobre eles.” (Levítico 20:13)

Sobre estas passagens bíblicas citadas supra, Brandão afirma que devido a tal interpretação utilizada pelas igrejas tradicionais ser literal, a mesma corrobora na compreensão de que Deus rejeita tal padrão, dando assim respaldo para que a igreja e seus líderes possam afirmar categoricamente o caráter pecaminoso das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

CARTAS DE PAULO – ROMANOS

As passagens utilizadas pelos cristãos tradicionais, também se estendem pelo Novo Testamento. As afirmativas encontram-se nas epístolas Paulo, das quais a direcionada a igreja em Roma, afirma:

“Então aconteceu o pior. Como se recusaram conhecer Deus, logo perderam a noção do que significa ser humano: mulheres não sabiam mais ser mulheres, homens não sabiam mais ser homens. Sexualmente confusos, abusaram um do outro e se degradaram, mulheres com mulheres, homens com homens – pura libertinagem, pois de modo algum isso pode ser amor. Mas eles pagaram caro por isso, e como pagaram: são vazios de Deus e do amor divino, perversos infelizes e sem amor humano”. (Romanos 1:26-27)

A afirmação compreendida nos versos desta carta de Paulo, tem em sua interpretação de condenações para com a homossexualidade a observância de que pela primeira vez encontra-se algo direcionado diretamente a homens e mulheres. Ele considera aqui que as práticas descritas são contrárias ao padrão estabelecido por Deus, sendo fator gerador da ira de Deus. Tendo isso, Lopes descreve:

O homossexualismo é o mais baixo nível de degradação moral e a maior expressão do juízo de Deus. Tanto a imundícia como as paixões infames, assim como a disposição mental reprovável, apontam para a imoralidade sexual, sobre tudo o homossexualismo. Em sua ira Deus entrega aqueles que o desonram à desonra de seu próprio corpo.

CARTAS AOS CORÍNTIOS E TIMÓTEO

Nestas cartas escritas pelo Apóstolo Paulo, uma para a igreja de Corínto, e a outra para a igreja que Timóteo pastoreava, obtemos a exemplo da lista de condenações presentes na lei mosaica, uma séria de fatores que se praticados serão causa da não entrada no reino dos céus, ou seja, a perda da salvação. São elas:

“Ou não sabeis que injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganeis: nem fornicadores, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem homens que se deitam com homens, nem ladrões nem gananciosos, nem bêbados, nem caluniadores, nem rapaces herdarão o reino de Deus” (1 coríntios 6:9-10)
 “E sabendo que a Lei não está estabelecida para o justo, mas para desregrados e insubordinados, para ímpios e pecadores, para sacrilégios e profanos, para parricidas e matricidas, homicidas, fornicadores, machos que se deitam com machos, traficantes de escravos, mentirosos, perjuros e qualquer outra coisa que se oponha à sã doutrina, segundo a boa-nova da glória de Deus bem-aventurado, que me foi confiada” (Timóteo 1:9-11)

Nestas listas, encontramos uma descrição direta à prática da homossexualidade, tendo a narrativa de 1 Coríntios com a tradução dos termos gregos *arsenokoitai* e *malakoi* de forma literal como homens que se deitam com outros homens, e nos levando a compreensão direta do que está narrado na carta à Timóteo como a plena condenação das relações homoafetivas. Conforme Santos:

Paulo apela para o que era comumente conhecido entre os coríntios, ou seja, que juntamente com as transgressões, o homossexualismo é uma depravação que, deliberadamente praticada ao longo da vida, exclui seus praticantes do Reino de Deus. Paulo condena pecados que eram comuns no mundo não cristão e que não deveriam fazer parte da experiência de um cristão.

Em que se pese então, compreende-se que para os cristãos tradicionais a homossexualidade se define como depravação moral e uma clara violação de todas as leis e padrões divinos.

A HOMOSSEXUALIDADE SOB A INTERPRETAÇÃO INCLUSIVA

A interpretação dos textos bíblicos que fazem menção à homossexualidade também pode ser analisada por outra ótica que não a mesma dos cristãos tradicionais. Das divergências de interpretação, encontra-se a Teologia inclusiva, que já fora narrada em tópicos anteriores do presente artigo, sendo assim, obtém-se a seguinte análise dos textos bíblicos que apontam sobre a homossexualidade.

A CRIAÇÃO (GÊNESIS)

Da mesma maneira que os cristãos tradicionais, os cristãos inclusivos abordam a criação pautando-se nos versos de Gênesis Capítulo 1 e 2:

“E Deus criou os seres humanos; criou-os à semelhança de Deus, refletindo a natureza de Deus. Ele os Criou macho e fêmea, e então os abençoou: “Cresçam! Reproduzam-se! Enchem a terra! Assumam o comando!” (Gênesis 1:27)

“Portanto, o homem deve deixar pai e mãe e unir-se à sua esposa. E os dois se tornarão uma carne” (Gênesis 2:24)

A teologia inclusiva analisa tal passagem com profundo respeito, compreendendo que tal texto é digno de consideração plena para a compreensão das questões das relações humanas, acompanhando assim a interpretação dos tradicionais para com estas passagens, que Deus haveria então criado homem e mulher, macho e fêmea, com as devidas diferenças pertinentes, que culminam então na afirmativa voltada a procriação, estabelecendo assim um padrão definido por Deus para que a humanidade pudesse se perpetuar e assim povoar a terra. Brandão exemplifica:

Sendo assim a teologia inclusiva concorda com o sentido interpretativo da teologia convencional de que Deus criou homem e mulher, macho e fêmea e que para gerar filhos precisará sempre de um relacionamento heterossexual. Tal como entende-se que os homossexuais são em seus gêneros sexuais, machos ou fêmeas, homens ou mulheres.

A teologia inclusiva observa ainda que referente a criação, há a compreensão de um contexto histórico e cultural de que havia a necessidade da formação da humanidade, sendo ainda validado, permitido e tido como natural, os relacionamentos incestuosos, poligâmicos e etc, visando apenas a procriação e manutenção dos clãs que buscavam a formação de uma nação. Feitosa ratifica:

O texto d gênesis é uma descrição do que se vê como padrão em uma sociedade patriarcal e em determinado contexto, não uma prescrição daquilo que deve ser literalmente aplicado a todas as pessoas, até porque os cristãos de hoje seriam obrigados a aceitar e a pregar o incesto, o que não é natural nem aconselhável.

Desta forma a teologia inclusiva contesta as afirmações dos tradicionais de que a homossexualidade seria considerada uma distorção do padrão estabelecido por Deus, e afirma a aplicabilidade dos métodos de interpretação bíblica descritos no ínterim da exegese, para que assim não se mergulhe em erros que podem promover danos irreparáveis.

As proibições dos atos homogenitais descritos na Bíblia referem-se a práticas pecaminosas próprias daquela época e em contextos muito específicos, não a um aspecto da diversidade sexual humana que seria reconhecido somente séculos mais tarde (Feitosa, 2010, p.25)

SODOMA E GOMORRA

Outro texto de gênesis também usado como forma de condenação a homossexualidade, é Gênesis 19:4-8, também interpretado pela teologia inclusiva.

“E antes que se deitassem, cercaram a casa, os homens daquela cidade, os homens de Sodoma, desde o moço até ao velho; todo o povo de todos os bairros. E chamaram a Ló, e disseram-lhe:

Onde estão os homens que a ti vieram nesta noite? Traze-os fora a nós, para que os conheçamos. Então saiu Ló a eles à porta, e fechou a porta atrás de si, E disse: Meus irmãos, rogo-vos que não façais mal; eis aqui, duas filhas tenho, que ainda não conheceram homens; fora vo-las trearei, e fareis delas como bom for aos vossos olhos; somente nada façais a estes homens, porque por isso vieram à sombra do meu telhado”

Para a teologia inclusiva, tal narrativa é analisada compreendendo a riqueza de detalhes da história destas duas cidades. Em primeiro ponto entende-se que havia nelas forte a versão a estrangeiros, a xenofobia, e fortes indícios de idolatria e soberba.

Seria leviano interpretar tal passagem afirmando que o pecado de Sodoma e Gomorra, causadores de sua destruição seria a homossexualidade tal qual a conhecemos nos tempos atuais. O fato de o texto remeter ao entendimento de os moradores destas cidades desejarem conhecer os anjos de forma sexual não é justificativa plausível, haja visto que a maneira sexual que o texto realmente faz menção trata-se de ponto voltado a uma forma de agressão e humilhação, abuso sexual. Fato comum para a cultura da época como forma de castigo a um homem ou a um estrangeiro.

O texto revela uma clara tentativa de violência sexual coletiva aos visitantes de Ló. Tal tentativa estava fundamentada na xenofobia, ou seja, ódio a estrangeiros, vistos como ameaças às riquezas locais. Naquela sociedade patriarcal, dominada pelos homens os habitantes de Sodoma desejaram submeter os estrangeiros à situação mais humilhante que um homem poderia experimentar: ser usado como mulher. Transgrediram, assim, violentamente, a lei da hospitalidade, sagrada para os povos semíticos (Êxodo 22.21). Na tentativa de humilhar os visitantes, mostraram-se maus e arrogantes. Enxergar a homoafetividade em tal gesto de violência demonstra completo desconhecimento ao que, de fato a Bíblia diz. (Feitosa, 2014, p.27)

Em suma, o autor descreve com maestria a visão da teologia inclusiva sobre tal ponto. Porém, a teologia inclusiva ainda ratifica sua visão pautando-se nas afirmativas de Judas e do profeta Ezequiel, que representam uma interpretação direta dos textos bíblicos que explicam a real causa da condenação de Sodoma e Gomorra.

“O pecado de sua irmã Sodoma foi este: ela viveu com suas filhas no colo da luxúria – orgulhosa, gluttona, preguiçosa. Elas ignoravam os pobres e oprimidos. Empinavam o nariz e praticavam obscenidades. E você sabe o que aconteceu: eu acabei com elas.” (Ezequiel 16:49-50)

“Quero lembrar-vos (sabendo vós tudo isto) que o Senhor, depois de primeiro ter salvado o seu povo da terra do Egito, num segundo momento destruiu os que não creram; e que os anjos – os que mantiveram a sua dignidade, mas abandonaram a própria morada – o Senhor os tem guardado sob o poder das trevas com cadeias perpétuas para o julgamento do grande dia, tal como Sodoma, Gomorra e as cidades circunvizinhas, que se prostituíram da mesma maneira e foram atrás de outra carne, são apontadas como exemplo, sofrendo a pena do fogo eterno.” (Judas 1:5-7)

Fica bem claro para a teologia inclusiva, que o pecado de Sodoma e Gomorra, tanto por um método literal ou histórico crítico não fora a homossexualidade como descrevem os paladinos da teologia tradicional, e sim a prostituição, a idolatria fazendo assim alusão às religiões Cananéias. Sobre este ponto Frederico Lourenço ao comentar sobre tal passagem de Judas explica:

“Que se prostituíram da mesma maneira e foram atrás de outra carne”: esta frase foi tradicionalmente interpretada como referência à homossexualidade (pecado, segundo o comentador protestante John Gill no século XVIII, típico de papistas), mas, de acordo com a linguagem típica do AT (LXX), “prostituir-se” (aqui *ekporneúomai*) pode ter também o sentido de praticar a idolatria, pelo que podemos perguntar se a “outra carne” (*sárx hetéra*) não se referirá a carne imolada a ídolos (e não a um objeto de desejo sexual do mesmo sexo do desejador).

LEI MOSAICA – LEVÍTICO E DEUTERONÔMIO

Do descritivo da lei de Moisés, direcionada a orientar o povo de Israel no que se refere às práticas sexuais, encontra-se sobre a homossexualidade os seguintes textos:

“Com homem não te deitarás, como se fosse mulher, abominação é”. (Levítico 18:22)
 “Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue será sobre eles.” (Levítico 20:13)

A Teologia inclusiva exemplifica que tais textos devem ser analisados sob a ótica da exegese, pautando-se no contexto histórico, religioso e até mesmo cultural da época para qual fora descrito e direcionado, fazendo com que se distanciasse amplamente dos dias atuais. Sobre tal ponto, Feitosa compreende que:

Se existe condenação à homoafetividade, por que o sexo entre mulheres não foi mencionado? Porque as igrejas Cristãs tradicionais não defendem a morte para os homossexuais? O texto é bem claro ao impor morte àqueles homens que praticassem atos homogenitais (20:13b). Não o fazem porque interpretam alguns textos de forma seletiva, utilizando versículos e trechos isolados, violando a regra da contextualização.

De acordo com Feitosa, a teologia tradicional incorre e grande equívoco ao se valer destes textos para condenar a homossexualidade. O autor representa que a seletividade da interpretação

dos textos utilizados faz com que as afirmativas tradicionais sejam consideradas totalmente incoerentes. Além do mais, o mesmo ratifica que se fossem aplicados os métodos literais de interpretação os tradicionais incorreriam também na violação das leis atuais de nosso país, haja visto que o texto defende de forma literal a morte aos que supostamente seriam homossexuais. Brash exemplifica melhor a afirmação de Feitosa:

“A Razão porque não mencionam mulheres – sugerem estudiosos do Antigo Testamento – é que se acreditava naquela época que a fonte total de uma nova vida vinha do homem, sendo que a mulher servia apenas para receptáculo no qual a semente se desenvolvia em uma nova vida. Numa pequena nação, cercada de poderosos vizinhos e almejando o crescimento, qualquer ação na qual as sementes de possível a nova vida fossem desperdiçadas tinha que ser declarada pecaminosa.

De acordo com o autor supracitado, o texto também não menciona a homossexualidade feminina, e levanta a seguinte questão, se os tradicionais interpretam os textos bíblicos apenas de maneira literal, porque há condenação da homossexualidade feminina por parte da maioria dos discursos que são proferidos nos dias atuais, uma vez que os textos não fazem menção a tal prática? Sobre este ponto, a teologia inclusiva faz com que o contexto histórico seja evocado, e compreenda-se que a mulher naquela época tinha papel de plena submissão, tratadas muitas vezes como objetos, até mesmo vendidas em leilões tal qual as escravas africanas eram tratadas no Brasil colônia. Também, muitas mulheres serviam a prática da prostituição, o que por diversas vezes estava ligada a rituais e festas sexuais pagãs. Segundo Feitosa:

As religiões cananeias enfatizam a capacidade reprodutora da terra, as colheitas e tudo o que estava ligado à fertilidade, visto que aqueles povos eram essencialmente agrícolas. Essa ênfase explica a importância dos intercursos sexuais em suas cerimônias. Seus cultos incluíam ritos muito comuns naquelas religiões, como prostituição sagrada e cultural, rituais em honra a fecundidade, celebrados com práticas orgíacas, principalmente em devoção a deuses Moloque, Milcon, Astarote e Baal.

CARTAS DE PAULO – ROMANOS

No Novo Testamento também há escritos que fazem menção a homossexualidade, e são explicados pela visão da teologia inclusiva. Na Carta de Paulo redigida a igreja de Roma, encontra-se o seguinte texto:

“Então aconteceu o pior. Como se recusaram conhecer Deus, logo perderam a noção do que significa ser humano: mulheres não sabiam mais ser mulheres, homens não sabiam mais ser homens. Sexualmente confusos, abusaram um do outro e se degradaram, mulheres com mulheres, homens com homens – pura libertinagem, pois de modo algum isso pode ser amor. Mas eles pagaram caro por isso, e como pagaram: são vazios de Deus e do amor divino, perversos infelizes e sem amor humano”. (Romanos 1:26-27)

De acordo com a teologia inclusiva, tal texto é o mais detalhado referente a condenação dos atos homogenitais por parte dos teólogos tradicionais. E deve ser analisado com os olhares voltados para a compreensão sociocultural e também da análise textual dos versos que antecedem a este utilizado.

Quando analisamos o contexto textual, percebemos que os versículos 26 e 27 de Romanos 1, têm o seu conteúdo específico iniciado a partir do versículo 18: a impiedade dos homens e a supremacia de Deus em relação à criação. A idolatria é um dos temas centrais (v.23 a 25). O versículo 26 inicia-se com a expressão “por isso”, ou seja, o que está explícito a partir desse ponto é o resultado das ações humanas descritas nos versos anteriores. Aqueles homens e mulheres envolveram-se em perversões sexuais motivados por uma disposição nascida a partir da idolatria. (Feitosa, 2014, p. 40)

Para o autor defensor da teologia inclusiva, a descrição dos versos da carta de romanos, diz respeito a orientação do apóstolo Paulo para que os cristãos habitantes de roma não se misturassem às práticas comuns na cultura romana, a idolatria, a prostituição cultural etc. Sendo assim para o autor, os textos de Romanos não fazem menção às relações homoafetivas como conhecemos nos tempos atuais, pautadas em respeito e em fidelidade, mas sim voltadas a prestação de cultos a deuses pagãos como Baco e Diana. Para Brandão

Desse modo, entendemos que havia cristãos que queriam frequentar a igreja cristã em Roma, e ainda praticarem as adorações a esculturas de animais, ou da criatura no lugar do criador. Queriam ainda praticarem as relações sexuais contrário ao padrão natural do homem e mulher, dentro

de uma fidelidade do casamento, para terem prazeres apenas e sim de acordo com a cultura e o sentido do contexto dessa pericope de Romanos 1:18-32, queriam ter essas relações vinculadas e a adoração ritualística aos deuses.

A homossexualidade não fora explorada por Paulo afim de demonstrar então que seria uma perversão, ou um desvio de conduta contrário ao padrão apregoado pelos tradicionais, mas sim apenas com o foco na idolatria e do adultério, conforme narrado por Feitosa

É muito claro que o apóstolo Paulo não se referia aos homossexuais de nascimento, mas a heterossexuais que abandonaram seu uso sexual natural por outro, contrário à sua natureza, sempre em um contexto de adoração idólatrica. A partir da compreensão da essência dos cultos e rituais da antiga Roma.

CARTAS AOS CORÍNTIOS E TIMÓTE

Nestas cartas escritas pelo Apóstolo Paulo, uma para a igreja de Corínto, e a outra para a igreja que Timóteo pastoreava, obtemos a exemplo da lista de condenações presentes na lei mosaica, uma séria de fatores que se praticados serão causa da não entrada no reino dos céus, ou seja, a perda da salvação. São elas:

“Ou não sabeis que injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganeis: nem fornicadores, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem homens que se deitam com homens, nem ladrões nem gananciosos, nem bêbados, nem caluniadores, nem rapaces herdarão o reino de Deus” (1 coríntios 6:9-10)

“E sabendo que a Lei não está estabelecida para o justo, mas para desregrados e insubordinados, para ímpios e pecadores, para sacrilégios e profanos, para parricidas e matricidas, homicidas, fornicadores, machos que se deitam com machos, traficantes de escravos, mentirosos, perjuros e qualquer outra coisa que se oponha à sã doutrina, segundo a boa-nova da glória de Deus bem-aventurado, que me foi confiada” (Timóteo 1:9-11)

Nestas passagens os vocábulos mais utilizados para condenação da homossexualidade são traduzidos comumente como sodomitas e efeminados, fato que é apresentado de forma diferente nesta tradução utilizada supra, realizada por Frederico Loureço, professor da universidade de Coimbra em Portugal, e que apresenta algumas das razões pela qual a teologia inclusiva se opõe a definição dos teólogos tradicionais sobre a homossexualidade

Para maior parte dos comentadores, não há dúvida de que, com os termos *malakoi* e *arsenokoitai*, Paulo se está a referir a pessoas do gênero masculino praticantes de sexo homossexual. Mas por que os dois termos? Porque *malakoi* (à letra “moles”, “delicados”) como categoria diferente de *arsenokoitai* (“machos que se deitam com machos”)? Aqui é fundamental percebermos o enquadramento greco – romano, no âmbito do qual não recaía opróbrio sobre um homem que, na qualidade de penetrador ativo, usasse sexualmente outro homem, ao passo que recaía a maior condenação sobre o homem que se deixava penetrar.

Para o autor, os versos narrados na carta de Paulo, referem-se apenas as questões culturais da cultura greco-romana, remontando a compreensão de que apenas as relações unissexuais masculinas seriam condenadas pela descrição tradicionais teológica, excluindo assim as relações unissexuais femininas. Para Feitosa:

Então, se é uma referência à homossexualidade, a relação unissexual feminina está isenta de culpa, ou então *arsenokoitai* não se refere à homossexualidade, pois essa orientação também está presente entre as mulheres. Não faltam, porém versões bíblicas fraudulentas, que traduzem *arsenokoitai* de forma genérica, incluindo, assim, as mulheres.

Compreende-se então, que segundo o autor, tal passagem bíblica não poderia ser utilizada para condenar a homossexualidade tal qual a conhecemos no contexto atual, pois além da dificuldade de se obter o significado original dos termos, há dezenas de traduções divergentes, provando assim a incerteza dos estudiosos ao traduzirem tais termos.

Usar os textos de Coríntios e Timóteo para condenar homossexuais não encontra respaldo hermenêutico e exegetico. Palavras como “homossexuais”, “depravados”, “travestis”, “prostitutos”, “efeminados”, “homossexuais passivos” e “pervertidos” já foram usadas para traduzir *malakoi*. “Sodomitas”, “pederastas”, “pedófilos”, “homossexuais praticantes”, “homossexuais ativos”, dentre ou-

tros termos, já foram utilizados para traduzir *arsenokoitai*.

Desta forma a teologia inclusiva compreende que além dos textos de Coríntios e Timóteo estarem ambientados em contextos culturais no qual a promiscuidade, o sexo abusivo, a devassidão, eram consideradas comuns, mais uma vez as questões voltadas as práticas da prostituição cultural, e do hedonismo (corrente filosófica cujo bem supremo era o prazer, o que via de regra, envolvia o sexo) devem ser levadas em consideração para uma compreensão fidedigna destes textos bíblicos. Feitosa conclui que:

A mensagem bíblica é que toda prática sexual fora do casamento (fornicação, prostituição, adultério e abusos) é pecaminosa, seja cometida por heterossexuais ou homossexuais. Dessa forma podemos facilmente identificar como *malakoi* e *arsenokoitai* os homens que vivem uma vida de promiscuidade, prostituição ou abuso sexual. Tais não herdarão o reino de Deus!

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, em primeiro lugar buscou-se a escolha de um tema de interesse e preponderante para a sociedade atual, e assim a delimitação do tema para facilitar a pesquisa e conceder ao resultado final uma abordagem concisa e com total embasamento teórico.

Em consonância com as exigências de um trabalho acadêmico, fora organizado um plano de pesquisa, para assim se proceder a pesquisa propriamente dita em livros que tenham relação com o assunto, trabalhos científicos já publicados, reportagens e estudos em revistas, e sites da internet. Compreende-se que o maior número de autores pesquisados, proporcionaria então encontrar autores com pensamentos e ideias de grande relevância, para que assim se pudesse conquistar melhor embasamento teórico, pois conforme Andrade (2001, p. 121), “[...] pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

Autores de grande relevância no cenário teológico chamado inclusivo, que despontam na atualidade como desbravadores das antigas formas e metodologias do pensamento teológico pautado em um modelo patriarcal foram pontos desta pesquisa, a exemplo Feitosa 2016, que argumenta sobre a temática apresentada da seguinte forma:

Na sociedade – extensão do antigo modelo patriarcal, androcêntrico e misógino - determina nosso lugar no mundo pela sexualidade, ou melhor, pela nossa orientação sexual ou nossa identidade de gênero, em variantes que vão da “normalidade” (a maioria heterossexual) à “anormalidade” (a minoria homossexual, bissexual e transgênera). Ser normal equivale a ter aceitação social, espaço e visibilidade; ser anormal equivale sofrer rejeição, a não ter espaço e a viver na clandestinidade, a buscar a face perdida para viver em consonância com sua verdadeira identidade.

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa foi de caráter exploratória e documental, visando proporcionar maior compreensão e familiaridade para com o tema. Também pode-se relatar que tal pesquisa foi de cunho bibliográfico, já que se baseou na análise de fontes documentais, como livros, teses, dissertações etc. Segundo Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

Desta forma, a apresentação desta, visa demonstrar que a sociedade atual, necessita compreender e saber que os fenômenos da sexualidade humana são multiformes, e abrangem parcela significativa da população, que por muitas vezes acaba por ser rechaçada devido há falta de conhecimento e entendimento dos que se valem dos preconceitos para justificar suas atitudes.

Por ser uma temática de grande relevância para os tempos presentes, fora necessária apresentação de tal, para que a compreensão de uma moral sexual renovada pudesse ser compreendida e trouxesse à sociedade atual outra forma de educação gerando o confronto das mudanças de atitudes, comportamentos e pensamentos.

A moral sexual, ao centrar-se sobre a pessoa, tende a transferir o acento ou ponto de interesse do campo “puramente sexual” para o terreno mais amplo da pessoa. Assume-se o princípio formulado por R. Allers de que “a melhor educação é, ao mesmo tempo, a melhor educação sexual”. (VIDAL, 2009, p.66)

Ainda nos tempos de hoje, a complexidade encontrada na sexualidade humana, faz com que

o presente tema compreenda a necessidade da educação teológica, social e moral, que de maneira direta influencia na forma de com que toda uma geração tem sido construída. Mesmo que inúmeros questionamentos sejam feitos, um perfeito embasamento para a reformulação da mentalidade se faz necessário, proporcionando assim alguma forma de saída para a crise de entendimentos morais existentes.

Para solucionar a crise de moral cristã, pediu-se uma reformulação séria e profunda do sentido e da finalidade das normas sexuais. Somente assim o ethos cristão seguiria tendo credibilidade para o homem atual. A defasagem entre significado (sexualidade) e norma (moral cristã) era bastante clara na moral sexual cristã oficialmente vigente. (VIDAL, 2009, p. 71).

Sendo assim, esta pesquisa, buscou apresentar uma alternativa para as questões e conflitos presentes, restaurando a confiança da sociedade no amor do Cristo, que de forma ou momento algum, se negou a abraçar, e trazer para perto de si, os que foram rejeitados e postos a margem pela religiosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a homossexualidade ainda compreende um grande desafio para o presente século, no que tange ao âmbito religioso, social e cultural, fazendo com que grande parte do cristianismo nos moldes atuais não saiba lidar com o fenômeno da homossexualidade.

Parte das igrejas evangélicas pautam-se então apenas nos métodos literais de interpretação dos textos bíblicos, não se preocupando com a integralidade do ser humano, em suas características morais, íntimas e sociais. Muitas delas agem com arbitrariedade, tecendo linhas de preconceito sem a devida compreensão dos textos bíblicos. Compreendeu-se ainda, que tais atitudes das igrejas tradicionais, é a principal geradora de revolta da comunidade LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros) para com a religião, podendo buscar outras maneiras de manifestar sua fé, culminando enfim, no abandono da fé cristã.

Neste trabalho, pudemos perceber que toda a realidade da sexualidade humana, perpassa o limiar dos séculos, trazendo em si bagagem histórica, que deve ser levada em consideração para o entendimento de tal manifestação. Esta bagagem histórica, tem caráter influenciador na forma com que se compreende a homossexualidade, nos mais diversos âmbitos.

Toda a forma com a qual a religiosidade tem tratado a homossexualidade, precisa ser modificada, e proporcionalmente buscar ser mais acolhedora, e interpretar os textos bíblicos de maneira coerente, e pautada nos métodos histórico críticos, compreendendo os contextos nos quais vivemos atualmente.

É preciso ampla compreensão de que a homossexualidade não pode mais ser tratada como tabu dentro das instituições religiosas, que são as maiores influenciadoras da sociedade atual, haja visto a herança judaico cristã presente em nossos moldes culturais. Não se pode mais olvidar que a sexualidade humana é multiforme, e se manifesta em conceitos que não podem ser explicados da maneira tradicional da teologia.

Entender que as famílias tomaram um formato diferenciado, com a compreensão de mães solteiras, famílias homoafetivas construídas através dos avanços da ciência, com as inseminações artificiais e também com as adoções de crianças abandonadas em orfanatos, é fato preponderante para a manifestação plena do amor de Deus.

Sendo assim é necessário que entendamos que a graça salvadora está disponível para todos e todas, e não pode ser negada a quem quer que seja pautando-se em preconceitos e má fé na interpretação dos textos sagrados. Deus, manifestado no Cristo, se fez homem e morreu em um madeiro, abolindo toda a lei antiga, para que todos pudéssemos ter livre acesso ao Santo dos Santos, e assim encontrarmos-nos com Ele na glória.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, FAGNER - Homossexualidade: um desafio para as igrejas evangélicas do século XXI. São Paulo: Fonte Editorial. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FEITOSA, ALEXANDRE. Bíblia e Homossexualidade: Verdades e Mitos. 1. Ed. Brasília – DF: Editora Metanóia, 2010.

FEITOSA, ALEXANDRE. Conhecimento e Graça. 1. Ed. Brasília – DF: Editora Oásis, 2012.

FEITOSA, ALEXANDRE. A Igreja Trans: Conhecer para conquistar, conquistar para incluir. 1 Ed. Brasília – DF: Editora Oásis, 2012.

GOMES, ADEMILDO – Homossexualidade: orientações formativas e pastorais / Ademildo Gomes, José Trasferetti – São Paulo: Paulus, 2011 – (Coleção Temas de atualidade).

GONÇALVES, FRANCOLINO J. O Antigo Testamento e a Sexualidade (I-IV). Disponível em: http://www.triplov.com/ista/fatima_2003/francolino/. Acessado em 08/05/2017.

GUEDES, NASCIMENTO, ARAÚJO, SANTOS & NETO. A sexualidade humana na perspectiva sócio - histórica de Vygotsk. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2004/ep127/Sexualidade_a.htm#3. Acesso em 08/05/2017.

História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil / organização Paul Veyne; Tradução Hildegard Feist; consultoria editorial Jonatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009 Interpretação bíblica / Organização da Editora. Curitiba: Intersaberes, 2015.

LOPES, AUGUSTUS NICODEMOS. Um engano chamado “teologia gay”. Disponível em: <http://www.cristianismohoje.com.br/materias/comportamento/pratica-da-homossexualidade-contraria-doutrina-biblica-e-e-incompativel-com-a-fe-crista>. Acesso em 24/06/2017.

ORDEM DE SANTO AGOSTINHO. Vida e Obra. Disponível em: <http://www.agostinianos.org.br/santo-agostinho>. Acesso em 08/05/2017.

VIDAL, MARCIANO – Sexualidade e condição homossexual na moral cristã – Aparecida, SP, Editora Santuário, 2008.

QUEM SOU EU PARA JULGAR?: DO ARMÁRIO DO VATICANO À “IDEOLOGIA” DE GÊNERO: OS PARADOXOS DO PONTIFICADO DE FRANCISCO

Reuber Côgo Daltio⁸
Chayane Daltio Figueiredo⁹

RESUMO

O Pontificado do Papa Francisco vem sendo um divisor de águas na história da Igreja e da religião Católica. Sendo o primeiro Papa não europeu e o primeiro jesuíta, suas posturas tem chamado a atenção não só dos fiéis e da hierarquia católica como de toda a comunidade mundial. Porém, ao mesmo tempo que Francisco se mostra condescendente com as “periferias existenciais”, os pobres (quando critica ferrenhamente o capitalismo), as crianças (punido severamente os casos de abuso entre o clero), mulheres (permitindo batismos de mães solteiras), os homossexuais (acolhendo uma transexual no Vaticano), nos escritos oficiais mantém a mesma postura rígida, conservadora e tradicional contrária ao matrimônio do clero, a hierarquia ou emancipação da mulher, à comunhão dos recasados e mais recentemente uma “cruzada” criada e incentivada, sobretudo neste pontificado, através das Conferências Episcopais, Dioceses e mídias sociais de conservadores católicos, contra os Estudos de Gênero e que tem minado, em vários países, inclusive no Brasil, as políticas públicas em favor das minorias e diversidades LGBTQI+. Um grande paradoxo está sendo perpetrado no cristianismo não só católico e que afeta diretamente 1,3 bilhão de fiéis que se declaram católicos e indiretamente nas políticas públicas que estes mesmos tem influenciado nos bastidores dos poderes democráticos das nações. Este trabalho investiga a origem da criação do termo “ideologia de gênero” pela Igreja católica e ao mesmo tempo expõe o paradoxo do catolicismo que tem na hierarquia a maior comunidade gay e ao mesmo tempo revela-se como uma instituição altamente homofóbica nas suas práticas e discursos religiosos. Tudo isto incide na relação com os LGBTQI+, e impulsiona novas interpretações da Bíblia, da lei natural, da compreensão da família tradicional e dos Estudos de Gênero.

Palavras-chave: Papa Francisco. Homossexualidade. “Ideologia” de Gênero. Estudos de Gênero. Igreja Católica.

INTRODUÇÃO

Sem sombra de dúvidas, o Pontificado do Papa Francisco será um divisor de águas na história da Igreja Católica, sobretudo na sua prática pastoral. Enquanto João XXIII e Paulo VI, com o Concílio Vaticano II, abriram as “janelas”¹⁰ da Igreja para a maior renovação eclesial do século XX, o Papa Francisco inaugurou uma Igreja de “portas abertas” contra estruturas caducas incapazes de acolhimento e, ao mesmo tempo, uma “Igreja em saída” para as “periferias existenciais”¹¹, uma Igreja que vai ao encontro dos que sofrem quaisquer formas de injustiças, conflitos e carências. Uma aproximação aos pobres e miseráveis, migrantes e refugiados, idosos e doentes, ameaçados e injustiçados (principalmente com a “tolerância zero” em relação ao abuso de crianças e adolescentes por parte do clero)¹² e até, para surpresa e “assombro” de alguns, a aproximação dos gays, lésbicas e transexuais opondo-se consideravelmente aos preconceitos religiosos historicamente construídos.¹³

Suas exortações e atitudes reverberam em toda a Igreja: nas Conferências Episcopais e nas Dioceses; paróquias e comunidades; faculdades e universidades Católicas envolvendo seus teólogos e teólogas e principalmente a mídia mundial; todos parecem de olhos e ouvidos atentos ao chefe da denominação religiosa de mais de 1,3 bilhão de fiéis¹⁴. Segundo a BBC, “Francisco imprimiu à conservadora instituição (Igreja) uma personalidade mais carismática, além de se envolver

8 Mestrando em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória - ES. E-mail: reubercd@hotmail.com

9 Pós-Graduanda em Ciência Política pela Faculdade Estácio de Sá – Vitória –ES. E-mail:

10 Cf. SOUZA, Ney de. GOMES, Edgar da Silva. Os Papas do Vaticano II e o diálogo com a sociedade contemporânea. *Teocomunicação*: V.44, n.1, p.10. jan-abr 2014. Disponível em: <<http://revistas-eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/18264/11689>> Acesso em: 29 ago. 2018

11 Os termos “portas abertas”, “Igreja em saída” e “periferias existenciais” são palavras chaves da primeira Exortação Apostólica do Papa Francisco sobre o Anúncio do Evangelho e uma amostra de como quer ser o Pontificado do Papa argentino (acolhimento interno, estado permanente de missão, descentralização e destinação preferencial do anúncio aos mais sofridos). FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Vaticano, 2013. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco-esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html>. Acesso em 27 ago. 2018.

12 Com uma carta apostólica em forma de *motu proprio* o Papa suspenderá de ordens, destituirá dos cargos ou mesmo reduzirá ao estado leigo, Bispos, Eparcas ou Superiores Maiores que negligenciarem diligências acobertando casos de crime de pedofilia ou abuso de vulneráveis. FRANCISCO, Papa. *Lettera Apostolica in forma di “Motu Proprio” Come una madre amorevole*. Vaticano, 2016. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/it/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20160604_come-una-madre-amorevole.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

13 Cf. LIMA, Luis Corrêa. Os LGBT e o pontificado de Francisco. *Perspectiva teológica*: Belo Horizonte, v.48, n.1, p.117-143. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3481/3588>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

14 Segundo o Anuário Estatístico da Igreja católica de 2016 os católicos batizados somam 1.299.000, um aumento de 1,1 % em relação a 2015. Cf. O ANUÁRIO Pontifício 2018 e o Annuario Statisticum Ecclesiae. *Vatican News*: Cidade do Vaticano, 17 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/anuário-pontifício-2018-annuario-statisticum-ecclesiae.html>>

em questões mundiais urgentes”¹⁵. A defesa da família frente ao capitalismo, temas de ecologia e cuidado da terra e do planeta, a promoção da paz entre os povos, o acolhimento aos refugiados, o alerta sobre crise migratória e até mesmo a retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba, são-lhe atribuídas.

Porém, mesmo com a teologia católica com pretensão diálogo com a comunidade científica - diálogo este sancionado e incentivado pelo seu atual pontificado- o amadurecimento de algumas temáticas não encontrou a mesma abertura. Temáticas como: o matrimônio do clero ocidental, a ascensão hierárquica da mulher, a sacramentalidade da união de pessoas do mesmo sexo e a aceitação do aborto voluntário parecem, para este Pontificado, muros intransponíveis. Isso se pôde notar na “cruzada”¹⁶, levantada pelos católicos romanos em diversas Conferências Episcopais, contra a *Gender Theory* (Os Estudos de Gênero). Esta temática tem sido, de modo especial, duramente combatida nos textos da hierarquia eclesiástica, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* e nas catequeses e pronunciamentos do atual Papa por ser “altamente perniciosa à família”. As Conferências Episcopais e a hierarquia, em muitos países, incluindo o Brasil seguem este discurso e produzem intenso material combativo ao que chamam “ideologia de gênero” e influenciam até mesmo as políticas públicas.

Mesmo que, para as teóricas feministas, como as filósofas Judith Butler¹⁷ e Joan Scott¹⁸, ainda não se possa falar de uma compreensão “unânime e unívoca do significado de gênero até porque se trata de uma categoria em aberto” (...) “despolitizada e, por isso, inofensiva à ordem hegemônica”¹⁹, parece pairar sobre o catolicismo, em tempos de Francisco, um temor todo especial.²⁰ O que motiva esta “cruzada” católica da hierarquia e fiéis contra os Estudos de Gênero? Estes estudos seriam uma revolução antropológica que poriam em risco o valor inviolável da família cristã católica? Seria possível descobrir alternativas para um diálogo entre estes dois campos para a construção de um mundo tolerante, sobretudo a partir de teologias feministas católicas?

Para alguns defensores do Estado laico e secular, aquilo que esperava Voltaire ao citar Jean Meslier quando afirmou que “o ser humano só será realmente livre quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre” é metaforicamente o inevitável para o fim do controle privilegiado, androcêntrico, heteronormativo e patriarcal da religião e moral católica sobre o “segundo sexo”. Este artigo abre-se a uma pesquisa similarmente às indagações de Anthony Favier, que em território francês, perguntava-se “se os estudos de gênero fazem problema ao Catolicismo ou são particularmente reveladores daquilo que faz problema para o Catolicismo?” (ROSADO-NUNES, 2015,p.1238), porém essa pesquisa revelará resultados humildemente tupiniquins.

GÊNESE DA “IDEOLOGIA” DE GÊNERO

As manifestações públicas de agentes religiosos e as discussões acaloradas, vez por outra violentas de parlamentares evangélicos e católicos contra a inclusão do termo “gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 em 2014, promoveram inúmeros debates e produções acadêmicas sobre o papel e a influência da religião no Estado laico brasileiro. O próprio texto introdutório ao PNE, sobre a história do PNE e os desafios da nova lei, de Paulo Sena²¹, marcou as pelepas realizadas antes da aprovação pelo Senado Federal.

A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse

15 O LEGADO dos cinco primeiros anos de Francisco, o Papa que desceu do trono. BBC News Brasil: São Paulo, 12 de março de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43339864>>. Acesso em 30 abr. 2018.

16 Termo medieval cunhado no Concílio de Clermont, convocado pelo Papa Urbano II, que designava a luta dos cristãos para recuperar a Terra Santa (Jerusalém) em poder do Islã. Devem ser vistas como expressão de fé. Cf. MATOS, Henrique Cristiano José de. Introdução à história da Igreja. Belo Horizonte: Editora O lutador, 1987. p.87.

17 Judith Butler é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria queer, filosofia política e ética. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

18 Joan Scott é professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. É especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. É, sem dúvida, uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em história. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

19 SANTOS, Naira Pinheiro dos. COELHO, Fernanda Maria Feitosa. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramições do plano nacional de educação brasileiro. *Religare*: Paraíba, v.13, n.1, jul.2016, p.29. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/view/30798/16536>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

20 TOLDY, Teresa; HENRIQUES, Fernanda; UBIETA, Carmen Bernabé. A “ideologia de gênero” da Igreja Católica. *Ex æquo*: Portugal, n.º 37, 2018, p. 9. Disponível em: <<https://doi.org/10.22355/exaquo.2018.37.01>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

21 Consultor legislativo da câmara dos deputados - área XV (Educação, Cultura e Desporto).

dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, **de gênero** e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. (PNE, 2014, p.22)

Para essa “cruzada” o Padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, da Igreja Católica Romana, movimentou a internet em seu site *Christo Nihil Praeponere* (www.padrepauloricardo.org) e conclamou a toda a sociedade cristã a mobilizar-se contra uma “agenda de gênero”.

Não é possível entrar na guerra cultural sem fazer o dever de casa, coisa que o *Gender Establishment* já fez – de modo bem feito e há muito tempo. Para entender como esta coalizão maligna trabalha, é preciso recorrer às obras que ela produziu e aos textos que ela engendra, por exemplo, na ONU. A Conferência de Pequim já traz, em seus documentos oficiais, a palavra “gênero”. Tratou-se do resultado de um trabalho meticulosamente articulado, como se conclui a leitura do livro “The Gender Agenda”, de Dale O’Leary.²² (CHRISTO NIHIL PRAEPONERE, 2018)

Este termo “agenda de gênero” foi cunhado a partir da tradução do livro de Dale O’Leary, sobre o qual o padre Paulo se debruça para levantar a bandeira contra o que se vai chamar “ideologia de gênero” – “a ideologia mais radical da história”²³, e que tem por objetivo, segundo ele, a total aniquilação da família tradicional segundo princípios marxistas metodicamente planejados desde às Conferências Internacionais sobre a População do Cairo (1994) e a Conferência Mundial da Mulher em Pequim (1995) firmando-se nas bases das filosofias feministas.

Na Agenda do Gênero, O’Leary retomou as feministas do gênero, acusando-as de marxistas e promotoras de uma “ideologia” que carece de respeito às diferenças biológicas e apela à “guerra dos sexos”; Também assinala que a idéia da construção social dos papéis de gênero visa a “abolição da natureza humana” e impedir que as mulheres cumpram o seu papel cuidador. Segundo a autora, a “agenda de gênero” visa construir um mundo com menos pessoas, mais prazer sexual, sem diferenças entre homens e mulheres, sem mães em tempo integral. Para atingir esses objetivos, procuramos garantir: 1. Acesso gratuito à contracepção e ao aborto; 2. Promover a homossexualidade; 3. Oferecer educação sexual a crianças e jovens para estimular a experimentação sexual; 4. A abolição dos direitos dos pais de educar os filhos; 5. Estabelecer paridade entre homens e mulheres no local de trabalho, promovendo a inserção das mulheres no mercado de trabalho; e 6. Desacreditar as religiões que se opõem a este projeto. (MENA-LOPEZ Y ARISTIZÁBAL, 2018, p.31)

Toda essa reflexão faz parte do acervo de informações que a hierarquia da Igreja Católica entende por “ideologia de gênero”, termo usado pela primeira vez, entre os sacerdotes, pelo Monsenhor Michel Schooyans, um sacerdote católico belga, demógrafo, filósofo e teólogo e que fez um exaustivo trabalho sobre as Nações Unidas na década de noventa e publicado em um livro com o prefácio do então Cardeal Yosef Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), da Congregação para a Doutrina da Fé. Para Schooyans liberalismo, eugenismo, neomalthusianismo, nazismo, fascismo, comunismo, socialismo, etc., são engenhos de uma única ideologia: a ideologia da morte.

Julgamos ter pedido contas ao comunismo, ao fascismo, ao nazismo; mas não arrancamos das nossas mentalidades o que há de mais perverso nestas ideologias: a familiaridade com a morte. Na verdade, as ideologias da morte passam por uma recuperação de actualidade e até tendem a sofisticar-se. (SCHOOYANS, 2000, p.32)

Segundo Schooyans, são várias as ideologias daí resultantes, inclusive o gênero e sobre o qual ele destina um capítulo inteiro do seu livro chamado “A coligação ideológica do Gênero”. Nele, Schooyans revisita o socialismo e o liberalismo para, a partir da coligação dos dois partidos, explicar o gênero como uma ideologia sofisticada para legitimar o controle populacional pelo Estado e pelo mercado.

A influência conjunta das tradições socialistas e liberal é particularmente impressionante nas duas principais ideologias antívda da actualidade: a ideologia do “gênero” (em inglês, gender), e a do “novo paradigma”. Embora muito deva ao liberalismo neomalthusiano, a ideologia do “gênero” é fortemente influenciada por Marx e Engels. Actualmente impregna a maior parte das organizações internacionais que tratam do controle da vida. (SCHOOYANS, 2000, p.53)

A partir das obras “A Ideologia Alemã” e “A Origem da Família da Propriedade Privada e do

22 CHRISTO NIHIL PRAEPONERE. Sexo ou gênero? De 6 out. 2013. Disponível em: < [https:// padrepauloricardo.org/episodios/sexo-ou-genero/#texto](https://padrepauloricardo.org/episodios/sexo-ou-genero/#texto)>. Acesso em: 30 ago. 2018. .

23 CHRSTO NIHIL PRAEPONERE, 2013.

Estado”, de Marx e Engels, Shooyans demonstra que o objetivo primevo do comunismo/socialismo é acabar com as classes sociais, superando a primeira forma de dominação que é a da mulher, pelo homem. “A família tem que desaparecer, porque não é lugar de complementaridade, mas de oposição” e continua “e quem há de fazer essa revolução será a classe oprimida, ou seja, a classe das mulheres” (SCHOOYANS, 2000, p.56-57).

...intervém diretamente no desenvolvimento histórico é o fato de os homens, que em cada dia renovam a sua própria vida, criarem outros homens, reproduzirem-se: é a relação entre o homem e a mulher, os pais e os filhos, a família. Esta família, que é inicialmente a única relação social, transforma-se numa relação subalterna (exceto na Alemanha) quando o acréscimo das necessidades engendra novas relações sociais e o crescimento da população dá origem a novas necessidades; deve-se, por conseguinte abordar e desenvolver este tema da família a partir dos fatos empíricos existentes e não do “conceito de família”, como é hábito fazer-se na Alemanha.

Esta divisão do trabalho, que implica todas estas contradições e repousa por sua vez sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas, implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição desigual tanto em qualidade como em quantidade; dá, portanto origem à propriedades cuja primeira forma, o seu germe, reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. (MARX E ENGELS, 1999)

O Papa Bento XVI foi o primeiro pontífice a assinalar num discurso à Cúria Romana por ocasião do natal do ano de 2012 a sua preocupação com os vocábulo *gender* - gênero, citando inclusive um rabino francês que usa Simone de Beauvoir como origem do movimento revolucionário antropológico que vem de encontro ao cabedal do pensamento católico a cerca da família (criação, natureza, modelo pai-mãe-filho).

Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos – um verdadeiro atentado –, atinge uma dimensão ainda mais profunda. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que aqui está em jogo a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. Ele cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: «Não se nasce mulher; fazem-na mulher – *On ne naît pas femme, on le devient*». Nestas palavras, manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o **vocábulo «gender - gênero»**, é apresentado como nova filosofia da sexualidade. (...). Onde a liberdade do fazer se torna liberdade de fazer-se por si mesmo, chega-se necessariamente a negar o próprio Criador; e, conseqüentemente, o próprio homem como criatura de Deus, como imagem de Deus, é degradado na essência do seu ser. Na luta pela família, está em jogo o próprio homem. E torna-se evidente que, onde Deus é negado, dissolve-se também a dignidade do homem. Quem defende Deus, defende o homem. (BENTO XVI, 2012)

A “ideologia de gênero” circulou então pelas Conferências Episcopais de vários países, sobretudo no Peru que elaborou um grande documento, talvez o mais extenso sobre o tema, seguido pela Conferência Episcopal Portuguesa. Muitas outras Conferências Episcopais e Dioceses em todo mundo começaram então a adotar o termo “ideologia de gênero” e produziram cartilhas catequéticas populares, distribuídas nas igrejas para alertar os seus fiéis sobre essa “ideologia” que, segundo os mesmos ameaça a concepção natural de homem e mulher, matrimônio e conseqüentemente a família tradicional cristã. O ápice desse acolhimento hierárquico do termo “ideologia de gênero” foi explicitado na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* do Papa Francisco na primeira metade do parágrafo 56, descrito abaixo:

Outro desafio surge de várias formas duma **ideologia** genericamente chamada *gender*, que nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferenças de sexo, e esvazia base antropológica da família. Esta ideologia leva a projetos educativos e diretrizes legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo. Preocupa o fato de que algumas ideologias deste tipo, que pretendem dar resposta a certas aspirações por vezes compreensíveis, procurarem impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças. É preciso não esquecer que sexo biológico (*sex*) e função sociocultural do sexo (*gender*) podem-se distinguir, mas não separar. (FRANCISCO, 2013, p.48).

Além da *Amoris Laetitia*, o Papa Francisco é o Pontífice que mais tem enveredado uma luta

contra os Estudos de Gênero principalmente em seus discursos públicos e ou viagens apostólicas, pois reforçam e legitimam a ação dos outros líderes católicos em todo o mundo. A frase de Francisco “*quem sou eu para julgar?*”²⁴, dita a um jornalista no regresso das Jornadas Mundiais da Juventude no Brasil em 2013, e que causou grande polêmica nos *mídias* pode aparentar certa condescendência à situação da homossexualidade e uma abertura ao combate à discriminação, mas pode também demonstrar indiferença à questão. Ao mesmo tempo em que dispensa neste combate um grande arsenal ideológico, Francisco tem grandes “questões” denunciadas no seu pontificado, pelo jornalista Frédéric Martel e pelos clérigos conservadores rivais ao seu governo: a pedofilia, o *lobby* gay do Vaticano e até heresias, são lhe imputadas.

ARMÁRIOS DO VATICANO

O jornalista francês Frédéric Martel, causou um grande alvoroço na mídia internacional e principalmente no Vaticano com a publicação do seu livro “No Armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade”. O Livro expõe com muita minúcia, a partir do relato do próprio clero entrevistado, e após o escândalo do *Vatileaks*, as vicissitudes da hierarquia da Igreja católica. Segundo Martel:

No coração da Igreja, num universo excessivamente constrangido, os padres vivem suas paixões amorosas, e ao fazê-lo, estão renovando o gênero e imaginando novas famílias (...) embora a homossexualidade seja a regra e a heterossexualidade a exceção no sacerdote católico, isso não significa que seja assumida como uma identidade coletiva. Os homossexuais do Vaticano e do clero são inúmeros mais não formam uma comunidade, e muito menos um lobby. (MARTEL, Frédéric. 2019, p.479.481)

A gravidade da exposição de Martel, incide justamente no paradoxo. Como pode a maior comunidade de homossexuais travar uma batalha contra os interesses de outros homossexuais, ainda que não sejam de matriz sacramental ou canônica, como as políticas públicas minadas e atacadas pela “ideologia” de gênero da Igreja Católica, que acabam por revelar uma profunda homofobia.

Martel não foi o único a insinuar uma grande mudança na orientação sexual do clero católico. Um sacerdote americano escreveu “A face mutante do sacerdócio”, um estudo sobre a crise de identidade dos padres americanos, onde revelara que cerca de quarenta por cento dos mesmos, já declaravam sua identidade homossexual, Cozzens também afirma que o sacerdócio “tornou-se uma profissão eminentemente exercida por homossexuais, podendo-se falar até de “êxodo heterossexual do sacerdócio”²⁵.

No Brasil, o psicólogo social William César Castilho fez um cuidadoso estudo sobre o sofrimento psíquico dos presbíteros, expondo em sua pesquisa as vicissitudes do clero brasileiro e que, assemelha-se ao restante do mundo. Além de divisões sexistas, os padres homossexuais tem ainda mais dificuldade em viver sua opção celibatária.

...o que se presencia no grupo de padres é a divisão interna entre os ditos heterossexuais e possíveis homossexuais. Esta divisão é histórica e vem se arrastando, provocando sérias conseqüências no campo da amizade, da pastoral, da administração e da ética no presbitério (...) falta ambiente para tratar com clareza essa problemática nas dioceses, por causa da insistência dos documentos da Igreja de considerar a orientação homossexual como “objetivamente desordenada”, antinatural, e por causa da excessiva institucionalização do celibato. Há questões conflituosas: o padre homossexual deve ensinar que a orientação homossexual é intrínseca e objetivamente desordenada, embora não sinta que sua própria orientação seja defeituosa, antinatural ou doentia. (PEREIRA, 2017.p.267.269)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de estar em crescente declínio de fidelização em comparação ao crescimento populacional e o aumento do número de conversões ao islamismo e protestantismo, a Igreja Católica, com seu status de Estado-nação, mantém indiscutivelmente seu poder moral, sobretudo nos Estados onde o catolicismo é predominante.

Mesmo com a laicidade dos países promulgada em constituição, os agentes políticos primam por satisfazer algumas demandas religiosas, seja por acreditarem nelas, seja por dependerem dos votos de quem acredita nelas, para manterem o poder.

É, portanto, essa construção de gênero como ideologia, cujos ecos reverberam em todo mun-

24 “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para julgar? (...) Não se devem marginalizar estas pessoas por isso”. FRANCISCO, Papa. Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de regresso do Brasil. 28 jun. 2013. Disponível em <w2.vatican.va>. Acesso em 10 ago.2019.

25 Cf. COZZENS, D. B. A face mutante do sacerdócio: reflexão sobre a crise da alma do sacerdote. São Paulo: Loyola, 2001.

do católico, configura-se de fato como uma “ideologia”, “na medida que não só escamoteia a divisão social quanto opera separação entre ideias dominantes e indivíduos dominantes”²⁶ e entre ideias dominantes e pessoas concretas e reais.

Enquanto for hegemônico nos estados de sua maioria, pode-se esperar cada vez mais, uma interferência do cristianismo, principalmente de ordem moral e sobretudo onde líderes religiosos reforçam-se como líderes civis. E quando não o são, por maioria, sempre haverá o discurso hierárquico conservador para ser uma voz contrária à “des-ordem natural” promovida pelas outras minorias. “O incômodo e a resistência dos seguimentos religiosos conservadores à agenda da igualdade de gênero não fazem mais do que confirmar aquilo que eles mesmos lhe reconhecem: o seu potencial ‘revolucionário’ e transformador”²⁷.

Para a filósofa e teóloga feminista, Ivone Gebara, os esforços de Francisco nada mais serão que tentativas individuais de quem, atrelado ao patriarcalismo eclesial, jamais dará um passo revolucionário.

Acredito na boa vontade do Papa Francisco, reconheço o valor de muitas de suas iniciativas e admiro seu esforço na introdução de comportamentos e atitudes que indiquem opções éticas e evangélicas para o nosso tempo. Mas também percebo nele, como em muitos de nós, a “nostalgia das origens perfeitas”. E essa nostalgia é ambígua e nos leva a querer um presente mais ou menos perfeito em vista de um futuro ou uma finalidade perfeita da vida. (SANTOS, 2016)

Partindo da filosofia da linguagem, onde “o dizer e o não dizer”²⁸ assumem conotações políticas, não pelo sentido mesmo das palavras, mas na sociedade que delas se utiliza, compreende-se que Gebara esperava mais que uma reprodução da estrutura patriarcal hierárquica de um papa latino, a fim de que o próprio pontificado de Francisco fosse um signo de revolução desta “abertura” eclesial proposta. É difícil, porém, escapar à tradição “ideológica” que “interpreta o sentido em uma única direção”²⁹ criando uma “imagem do mundo”, o mundo de Francisco.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI, Papa. Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação dos votos natalícios. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html> . Acesso em 22 jul.2018.

BINGEMER, Maria Clara Luchetti. Ser mulher em tempos de Francisco. In: Jornal do Brasil. <http://www.jb.com.br/maria-clara-lucchetti-bingemer/noticias/2014/02/27/ser-mulher-em-tempos-de-francisco/>, 27 fev 2014. Acesso em 20 jul 2018.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014, p.22. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. São Paulo: Editora Modera, 1981.

CHRISTO NIHIL PRAEPONERE. Sexo ou gênero? De 6 out. 2013. Disponível em: < <https://padrepauloricardo.org/episodios/sexo-ou-genero/#texto>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. Ideologia de gênero: os porquês e suas consequências no contexto do Plano Nacional de Educação Brasileiro 2014-2024. In: Mandrágora, v.23. n. 2, 2017.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. A ideologia de gênero: seus perigos e alcances. Lima, Peru 09 de junho de 2008. Disponível em: http://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_Conferencia_EpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

COZZENS, D. B. A face mutante do sacerdócio: reflexão sobre a crise da alma do sacerdote. São Paulo: Loyola, 2001.

26 CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Modera, 1981, p.35.

27 COELHO, Fernanda Marina Feitosa. SANTOS, Naira Pinheiro dos. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare*. V.13, n.1, julho de 2016, p.47.

28 “As palavras e o silêncio que as acompanha (porque são políticas) significam quase sempre o que não pretendem significar”. ORLANDI, Eni. Terra à vista. Discurso do confronto: *velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990, p.36.

29 ORLANDI, 1990, p.36.

CUNHA, Magali do Nascimento. Construções imaginárias sobre a categoria “gênero” no contexto do conservadorismo político religioso do Brasil dos anos 2010. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte. v.49, n.2, p.270.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. Vaticano, 2013. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/-documents/papa-francesco_esortazione_ap_20131124_evangelii_gaudium.html>. Acesso em 27 ago. 2018.

FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*. n.56, p.48. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia_po.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FRANCISCO, Papa. Lettera Apostolica in forma di “Motu Proprio” *Come una madre amorevole*. Vaticano, 2016. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/it/apost_letters/documents/papa-francesco_lettera-ap_20160604_come-una-madre-amorevole.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FRANCISCO. Entrevista ao Papa Francisco: Pe. Antonio Spadaro. 19 ago 2013. Disponível em: <w2.vatican.va> Acesso em 20 jul 2018.

GEBARA, IVONE. *Mulheres, Religião e Poder. Ensaio feministas*. São Paulo: Terceira Via, 2017.

LIMA, Luis Corrêa. Os LGBT e o pontificado de Francisco. *Perspectiva teológica*: Belo Horizonte, v.48, n.1, p.117-143. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3481/3588>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MARTEL, Frédéric. *No Armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade*. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva.

MARX, Karl. ENGELS, Frederick. *A Ideologia alemã*. Ed. Ridendo castigat mores, 1999. In: <http://www.ebooks-brasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf> > Acesso em: 31 ago.2018.

MATOS, Henrique Cristiano José de. *Introdução à história da Igreja*. Belo Horizonte: Editora O lutador, 1987. p.87.

MENA-LÓPEZ, Maricel y ARISTIZÁBAL, Fidel Mauricio Ramírez. Falacias discursivas e ideologia de gênero. *Ex æquo: Portugal*, n.º 37, 2018, pp. 19-31. Disponível em: <<https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.02>>. Acesso em: 30 ago.2018. (tradução nossa).

O ANUÁRIO Pontifício 2018 e o *Annuario Statisticum Ecclesiae*. *Vatican News*: Cidade do Vaticano, 17 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2018-06/anuário-pontifício-2018-annuario-statisticum-ecclesiae.html>>.

O LEGADO dos cinco primeiros anos de Francisco, o Papa que desceu do trono. *BBC News Brasil*: São Paulo, 12 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43339864>>.

O’LEARY, Dale. *The gender agenda: redefining equality*. Vital Issues Press: Louisiana – USA, 1997.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990, p.36.

ROCHA, Abdruschim Schaeffer. *Revelação e vulnerabilidade: caminhos para uma hermenêutica da revelação a partir de uma presença-ausência*. Rio de Janeiro, 2015, p.6.80 (tese de doutorado). Disponível em <www.maxwell.vrac.puc-rio.br> Acesso em: 19 jul. 2018.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontenela. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*: Belo Horizonte v.13, n.39, p.1238. jul-set.2015. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.21755841.2015v13n39p1237/8629>>. Acesso em: 30 ago.2018.

SANTOS, João Vítor. A igreja solteira, masculina e hierárquica que fala à família. *Entrevista especial com Ivone Gebara*. *IHU entrevistas*, 17 abr 2016. Disponível em <www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SANTOS, Naira Pinheiro dos. COELHO, Fernanda Maria Feitosa. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare: Paraíba*, v.13, n.1, jul.2016, p.29. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/view/30798/16536>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

SCHAFF, A. *A linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974.

SCHOOYANS, Michel. *O Evangelho perante a desordem mundial*. Grifo: Lisboa, 2000.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Cristine Rufino Dabat e Ma-

ria Betânia Ávila. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf >. Acesso em: 31 ago. 2018.

SOUZA, Ney de. GOMES, Edgar da Silva. Os Papas do Vaticano II e o diálogo com a sociedade contemporânea. Teocomunicação: V.44, n.1, p.10. jan-abr 2014. Disponível em: <<http://revistas-eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/18264/11689>> Acesso em: 29 ago. 2018.

TOLDY, Teresa; HENRIQUES, Fernanda; UBIETA, Carmen Bernabé. A “ideologia de gênero” da Igreja Católica. Ex æquo: Portugal, n.º 37, 2018, p. 9. Disponível em: <<https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.01>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

VEIGA, Edison. O Legado dos cinco primeiros anos de Francisco, o papa que desceu do trono. In: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43339864>. Milão, 12 mar 2018. Acesso em 20 jul 2018.



08

**PENSAR DIFERENTEMENTE E
SACUDIR AS EVIDÊNCIAS DA
HETERONORMATIVIDADE**

“GOSTO DE MENINOS, GOSTO DE MENINAS”: CONSIDERAÇÕES SOBRE BISSEXUALIDADE(S) E O PARADIGMA HETERONORMATIVO NAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

Oscar Guilherme Lopes¹

RESUMO

A bissexualidade pode ser usada como uma posição epistemológica para desconstruir o binário heterossexual/homossexual e a noção moderna de definir a sexualidade com base no sexo/gênero do objeto do desejo. As possibilidades do desejo sexual e das afetividades são infinitas, pois a bissexualidade é fluida. Essas possibilidades e as práticas de determinados atos sexuais mostram o potencial subversivo da bissexualidade, uma posição híbrida e fluida, a partir da qual se pode repensar a diversidade sexual. Assim, a bissexualidade aparece como um tema excelente para a teoria *queer* porque perturba as certezas: heterossexual, gay, lésbica. Tem afinidades com todas, mas não é delimitada por nenhuma. É, portanto, uma identidade que também não é uma identidade, uma indicação da certeza da ambiguidade, a estabilidade da instabilidade, uma categoria que define e vai contra a categorização. Esta Comunicação pretende contribuir para uma visão menos discriminatória e excludente, e também chamar a atenção para algumas questões sobre a bissexualidade.

Palavras chave: Bissexualidade; performances identitárias; discriminação; bifobia; teoria *queer*.

INTRODUÇÃO

Esta Comunicação parte do pressuposto de que não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a bissexualidade e que as ideias e práticas a ela associadas são produzidas sócio-histórico-culturalmente no interior de sociedades concretas e estão intimamente relacionadas a estas sociedades como um todo.

Há uma distinção entre *práticas* bissexuais, ou seja, a prática de ter relações sexuais com pessoas de ambos os sexos, e a *identidade* bissexual, isto é, a categoria identitária assumida por certas pessoas e o sentimento de identificação construído e performado por elas. Essa distinção é útil para desconstruir as concepções atuais da bissexualidade, na medida em que sujeito bissexual e identidade bissexual são invenções recentes e não concepções apropriadas para descrever como as relações bissexuais eram concebidas e praticadas nas diferentes sociedades ao longo da História.

A presente Comunicação partilha as modernas concepções de que a(s) homossexualidade(s), e, por conseguinte, a(s) bissexualidade(s) devem ser objeto de estudos, não da Medicina ou da Psicologia, que, desde meados do século XIX, propuseram-se a “explicar” a sexualidade, mas, sim, colocá-la no campo de estudos da cultura e da política em seu sentido mais amplo. Para Peter Fry, a ciência médica

[...] teve um papel político fundamental num nível mais sutil e profundo, pois ela é em grande parte responsável por noções que as classes médias urbanas têm a respeito da homossexualidade e da heterossexualidade como sendo dois campos “naturalmente” distintos. Ao falar da homossexualidade e da heterossexualidade, dos homossexuais e dos heterossexuais, a ciência médica fez com que se acredite que o mundo é de fato dividido entre uma categoria e outra. Esta maneira de ver as coisas combate outras maneiras de compreender a sexualidade humana [...] como simplesmente sexualidade. (1985, p.78)

A presente Comunicação pretende, assim, aplicar à área da(s) homossexualidade(s) e da(s) bissexualidade(s) algumas ideias já aceitas nas discussões sobre outras áreas do comportamento humano. Desde a década de 1930, com o progresso dos estudos antropológicos, e com a eclosão do movimento feminista, nos anos 1960, que a distinção entre sexo *fisiológico* e sexo *social* tem sido discutida cada vez mais, na medida em que os *papéis sexuais* de homens e mulheres são *relativizados*, ou seja, variam de acordo com a cultura de cada sociedade e da época estudada.

Hoje em dia, indivíduos que se identificam como bissexuais frequentemente sofrem preconceitos e discriminações da maioria das pessoas que se identificam como heterossexuais e de muitas que se identificam como homossexuais por não se enquadrarem dentro das categorias binárias normativas da sexualidade: heterossexual ou homossexual. Ao mesmo tempo, as identidades bissexuais (e outras identidades sexuais fluidas, como travestis, transexuais, intersexuais e assexuais)

¹ Licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialização em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: ogepecele@yahoo.com.br

também são pouco aceitas pelos movimentos LGBTQI+, apesar de serem, teoricamente, incluídas pela letra B na sigla e, portanto, supostamente representadas no ativismo político.

Além disso, a bissexualidade é relativamente pouco estudada nos trabalhos acadêmico-universitários, sendo geralmente vinculada às identidades homossexuais (gays e lésbicas).

Esta Comunicação tem o objetivo de contribuir para aumentar a visibilidade das pessoas que se identificam como bissexuais e denunciar estereótipos, preconceitos e discriminações dentro dos movimentos LGBTQI+, demonstrando como se dão as construções identitárias performativo-discursivas dessas pessoas.

IDENTIDADES E SEXUALIDADES

Conforme Butler (2003), as identidades de sexo/gênero não são expressões de alguma propriedade essencial do corpo ou da mente; são constituídas no decorrer do tempo através daquilo que uma pessoa *faz* (performance) e *diz* repetidamente (discurso).

Assim, assumem uma *aparência de naturalidade*. Pode-se dizer que sexo/gênero são performativos/discursivos: produzem aquilo que nomeiam. Porém, estas performances discursivas repetidas são limitadas dentro de um sistema de restrições sociais. Esse sistema é o *paradigma heteronormativo*, que exige que o sexo e o gênero de uma pessoa se alinhem (pessoa cis), e que essa pessoa sinta desejo sexual e afetividade por pessoas do sexo/gênero oposto e pela qual são marginalizadas as pessoas que não se enquadrem na *norma*.

Porém, dentro dos movimentos LGBTQI+ frequentemente funciona outro sistema de restrições sociais: um paradigma homonormativo, que exige que as pessoas manifestem desejo sexual e afetividade por outras do mesmo sexo/gênero e marginaliza quem não se encaixa nesse perfil. Assim, o binário heterossexual/homossexual é reforçado, e as pessoas que se identificam como bissexuais são excluídas.

Nesta Comunicação, ao abordar como são construídas as identidades bissexuais, podem-se ver os preconceitos a elas relacionados e as estratégias para lidar com estereótipos e preconceitos a fim de combater a marginalização da bissexualidade e os problemas de discriminações.

A bissexualidade e outras categorias identitárias não só existem, como são histórica e culturalmente determinadas. Ou seja, essas categorias também são *performativas*, pois têm o poder de produzir o que nomeiam (Butler, 2003), e refletem determinadas épocas e culturas. Atualmente, as sexualidades são definidas com base no sexo/gênero do objeto de desejo – heterossexuais desejam o sexo/gênero oposto, homossexuais desejam pessoas do mesmo sexo/gênero, e bissexuais (se/quando reconhecidos/as) sentem desejo por ambos os sexos/gêneros. As categorias identitárias heterossexual e homossexual constituem os dois grandes eixos e, por causa da persistência desse *binarismo*, as pessoas que se identificam como bissexuais ou que não se encaixem em um dos lados da equação frequentemente sofrem discriminações. A desconstrução da oposição presumida entre homossexualidade e heterossexualidade é importante porque permite imaginar modos alternativos de pensar e viver. Todas as categorias de sexualidade que usamos hoje em dia são inadequadas porque as sexualidades abrangem tantas dimensões que não podem ser bem descritas em função do sexo/gênero do objeto sexual.

Nesta Comunicação, ao examinar como a bissexualidade desestabiliza e/ou reproduz a definição da sexualidade com base no sexo/gênero do objeto sexual se poderá ensejar propostas para desconstruir essa visão atual da sexualidade baseada no binarismo heterossexualidade/homossexualidade. As construções identitárias bissexuais podem mudar as concepções da sexualidade e dar visibilidade a qualquer performance e/ou identificação (ou não identificação, sexualidade fluida) de sexualidade.

EXISTE BISSEXUALIDADE?

A bissexualidade pode constituir o ponto de partida para desconstruir o binário heterossexual/homossexual excludente que opera na sociedade em geral e nos movimentos LGBTQI+ e construir outras formas de pensar a sexualidade para além dessa equação, abrindo espaço para a diversidade sexual.

Os trabalhos acadêmico-universitários sobre bissexualidade são em quantidade inferior se

comparado ao número dos trabalhos que tratam de homossexualidade, transexualidade e travestilidade. Geralmente, a bissexualidade é mencionada como parte de uma lista (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais etc.) ou subordinada à homossexualidade (homens bissexuais seriam gays, mulheres bissexuais seriam lésbicas), mas não examinada, questionada e problematizada profundamente.

De modo semelhante, a falta de estudos *queer* sobre a bissexualidade tem reforçado o binário heterossexual/homossexual que a teoria *queer* supostamente pretende desestabilizar. Segundo Angelides, “ao ignorar o papel que a categoria da bissexualidade tem tido na formação da estrutura hetero/homossexual, o projeto da desconstrução *queer não tem alcançado, em modos importantes, seus objetivos*” (2006, p.126).

Na medida em que estudos sobre bissexualidade têm se concentrado sobre as relações não monogâmicas, a pesquisa sobre bissexualidade tem aumentado os estereótipos (seriam pessoas promíscuas?) e preconceitos contra as pessoas que se identificam como bissexuais, que resultam na sua estigmatização e marginalização, suscitando preconceitos na sociedade em geral e mesmo dentro dos movimentos LGBTQI+. Entretanto, os estudos sobre a marginalização de certas performances identitárias dentro dos movimentos LGBTQI+ geralmente se concentram sobre transgêneros (transexuais e travestis) e sobre grupos excluídos por preconceitos e discriminações de raça, etnia, classe social etc.

Dessa maneira, uma das propostas desta Comunicação é refletir sobre como desconstruir as noções atuais das sexualidades e mudar a situação estigmatizada e marginalizada dentro da chamada comunidade gay de pessoas que façam performances identitárias que não se encaixem nitidamente dentro das categorias identitárias dominantes.

A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA(S) BISSEXUALIDADE(S)

A sexualidade não é natural, ao invés disso, é discursivamente construída. Além do mais, a sexualidade é construída, experimentada e compreendida de maneiras cultural e historicamente específicas. Assim, não existiria a possibilidade de uma explicação verdadeira ou correta da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade, da transexualidade e assim por diante. De fato, estas mesmas categorias usadas para definir tipos particulares de relações e práticas sexuais são cultural e historicamente específicas e não têm operado em todas as culturas ou em todas as épocas. *Homossexualidade* e *sujeito homossexual* são invenções do século XIX (Foucault, 1988). No final desse século e no século XX, termo “bissexual” foi usado no campo da Psicanálise, para se referir às pessoas com uma suposta combinação de masculinidade e feminilidade psicológica, em vez de hermafroditismo anatômico. Esta noção de *hermafroditas psicosexuais* foi desenvolvida e popularizada por Freud, usando o termo “bissexual”, nos seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Freud argumentou que esta bissexualidade (feminilidade e masculinidade) psicológica fazia parte de uma “predisposição bissexual” inata que levava os indivíduos a se desenvolverem como heterossexuais ou homossexuais enquanto amadureciam. “Desde que me familiarizei com a noção de bissexualidade, passei a considerá-la como fator decisivo e penso que, sem leva-la em conta, dificilmente se poderá chegar a uma compreensão das manifestações sexuais efetivamente no homem e na mulher” (FREUD, 1995, p. 208).

Atualmente, “bissexual” tem sido usado para indicar um desejo sexual que combina ou une a heterossexualidade e a homossexualidade. Assim, a partir dos anos 1970, a definição da bissexualidade como uma combinação ou unificação de heterossexualidade e homossexualidade como identidade sexual gradualmente se tornou a mais usada.

A BISSEXUALIDADE E OS MOVIMENTOS LGBTQI+

De um modo geral, a evolução do movimento atualmente chamado LGBTQI+ seguiu um percurso parecido nos Estados Unidos e em outros países, inclusive no Brasil: inicialmente, a concentração sobre as questões relevantes para os homens identificando-se como gays (predominantemente brancos, cis, cristãos, de classe média), o afastamento das mulheres identificando-se como lésbicas, a exclusão das pessoas que se identificavam como bissexuais.

Atualmente, são mais ou menos estigmatizados pela sociedade em geral (dependendo das

circunstâncias) não somente certos comportamentos sexuais e afetividades, mas, em particular, certas classes de sujeitos sexualizados que estão vinculados a essas práticas e afetividades: qualquer prática, sentimento ou sujeito considerado não heteronormativo, ou seja, que não se encaixe nas normas da heterossexualidade, particularmente os sujeitos classificados como homossexuais, bissexuais e/ou transexuais ou transgêneros.

Porém, as pessoas que se identificam como bissexuais (e as pessoas que são identificadas como bissexuais por causa de suas práticas sexuais) muitas vezes são alvo de discriminações duplas. A pessoa bissexual, então, sofre um duplo preconceito: por parte da sociedade em geral e dos movimentos LGBTQI+. As discriminações partem de pessoas que se identificam como heterossexuais e pelas que se identificam como homossexuais, por não se enquadrarem dentro das categorias binárias normativas da sexualidade: ou heterossexual ou homossexual.

Dessa maneira, as pessoas que se identificam ou são identificadas como bissexuais frequentemente experimentam pressões para se normatizar vindo de ambos os lados do binário heterossexual/homossexual. Apesar de a homossexualidade ser o lado marginalizado do binário heterossexual/homossexual, ela tem sido consolidada como uma das duas opções de sexualidade construídas pela sociedade atual. A tendência atual de equiparar as *práticas sexuais* com a *identidade sexual* cria a necessidade de distinguir entre pessoas que se identificam como bissexuais – pessoas que decidiram assumir o rótulo de bissexual por razões pessoais ou políticas – e pessoas que são identificadas como bissexuais – pessoas rotuladas como bissexuais por outras pessoas por causa das suas práticas sexuais, embora não necessariamente queiram ser rotuladas como tal ou sintam uma afinidade com tal denominação (LEWIS, 2012).

Muitas das discriminações contra a bissexualidade e das pressões para as pessoas se encaixarem em um dos lados do binário heterossexual/homossexual vêm do fato de a bissexualidade perturbar essas “certezas” da heterossexualidade e homossexualidade.

A situação no coito sustenta [...] relações de poder hierárquico, onde o ativo é supostamente superior ao passivo. A vigência deste sistema é combatida por outro modelo alternativo, conforme o qual os homens se classificam-se em homossexuais ou heterossexuais, segundo sua escolha do objeto sexual, e já não mais em ativos e passivos pela sua performance na relação concreta. (PERLONGHER, 1987, p.214)

O desconforto com aquilo que não é facilmente enquadrado no binário não provém simplesmente de um medo da ambiguidade, mas de um medo de perda da coesão dentro dos próprios movimentos LGBTQI+. Essa coesão foi baseada originalmente na experiência comum da homossexualidade e, frequentemente, na rejeição dos modelos heterossexuais. Se a bissexualidade é concebida simplesmente como uma combinação de vários graus de heterossexualidade e homossexualidade, isso não somente reforça o binário heterossexual/homossexual, como também reforça preconceitos: a visão da bissexualidade como nada mais do que uma *fase transitória* antes de uma pessoa se tornar heterossexual ou homossexual; ou então do (a) bissexual como uma pessoa homossexual não assumida; ou, ainda, como uma pessoa que não quer abrir mão dos privilégios da heterossexualidade; ou mesmo como uma pessoa patologicamente promíscua. Quando a bissexualidade é considerada uma combinação da heterossexualidade e da homossexualidade, as pessoas que se identificam ou identificadas como bissexuais se tornam potenciais “ameaças heterossexuais”. Assim, a exclusão da “ameaça heterossexual” contribuirá para aumentar a identidade coletiva (homossexual) do grupo e a força política do movimento. Porém, uma pessoa que se identifica como bissexual e que está em uma relação com uma pessoa do mesmo sexo geralmente será acolhida em um grupo LGBTQI+ (embora pressionada a se identificar como homossexual), mas essa mesma pessoa em uma relação com uma pessoa do sexo oposto será discriminada. Tais discriminações e a pressão de se encaixar em um lado ou outro do binário são possibilitadas pela maneira na qual as identidades sexuais e os sujeitos sexualizados são definidos atualmente – pelo sexo/gênero do/a parceiro/a ou pelo objeto sexual desejado.

A TEORIA QUEER E A PERFORMATIVIDADE DO GÊNERO E DO SEXO

A teoria *queer* é um discurso contemporâneo, formado essencialmente pelo pensamento de mulheres intelectuais lésbicas, que propõe uma desconstrução dos elementos considerados defi-

nidores do feminino e do masculino – os pronomes definidos o/a, os/as, por exemplo – em virtude de suas consequências no cotidiano dos sujeitos. Questiona objetivamente um outro modo de se entender os gêneros, as identidades sexuais; busca demarcar dentro do discurso vigente a possibilidade de se pensar certas estratégias de repetição mantenedoras de um pensamento heterossexual (LOURO, 2004).

Louro esclarece:

Queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escapa de sua crítica a normalização e a estabilidade proposta pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (2004, p. 38-39)

Lewis entende que

A Teoria Queer, que procura desconstruir, desnaturalizar e desestabilizar os binários de sexo, gênero e sexualidade, e as epistemologias bissexuais, que buscam usar a bissexualidade como ponto de partida para tais desestabilizações, são particularmente relevantes para falar das performances identitárias bissexuais dentro dessa visão não essencialista. (2012, p. 49)

Em seu *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, um texto icônico da teoria *queer* e do feminismo pós-moderno e pós-estrutural (chamado de “a terceira onda”), Judith Butler desenvolve a teoria da *performatividade* de gênero. Para a Autora, o gênero é uma construção sócio-histórico-cultural e discursiva. Explica que “*não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados*” (2003, p.48); ou seja, o gênero não é uma propriedade essencial, inata ou pré-discursiva das pessoas, é produzido (em parte) pelos atos de fala que o nomeiam. Butler sugere, então, a seguinte “definição” de gênero: “[...] é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (2003, p. 59).

Esta explicação frisa que o gênero *não* é a expressão de uma propriedade essencial do corpo, porém, frequentemente, é percebido como uma realidade natural, e que o gênero é constituído através do que uma pessoa faz e diz repetidamente dentro de um sistema de restrições sociais.

O *Manual de Comunicação LGBTI+*, publicado em 2018, pela Aliança Nacional LGBTI+, define assim identidade de gênero e expressão de gênero: “Identidade de gênero é uma experiência interna e individual do gênero da cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal, por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher). A identidade de gênero da pessoa nem sempre está visível para as demais pessoas. Expressão de gênero é como a pessoa manifesta publicamente por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas. A expressão de gênero da pessoa nem sempre corresponde ao seu sexo biológico” (p. 25). E acrescenta: Identidade e expressão de gênero é a “forma como cada pessoa sente que ela é em relação ao gênero masculino e feminino, lembrando que nem todas as pessoas se enquadram, e nem desejam se enquadrar, na noção binária de homem/mulher, como no caso de pessoas agênero e *queer*, por exemplo” (p.33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Comunicação abordou a(s) bissexualidade(s) e o que elas podem *fazer*, usando-a(s) como um ponto de partida para desconstruir normatividades e a definição da sexualidade baseada no sexo/gênero do objeto de desejo, além de procurar dar visibilidade à diversidade sexual. Também tem a intenção de ajudar a repensar a singularidade do sujeito diante das normas, das repressões impostas pela sociedade atual, para poder se relacionar no social, o que também parece ser um propósito da teoria *queer*. No entanto, no estágio atual dos estudos *queer*, parece que a categoria identitária da bissexualidade ainda não foi convenientemente explorada no seu potencial

subversivo e desestabilizador das “certezas”.

REFERÊNCIAS

ANGELIDES, Steven. A history by bisexuality. Chicago/ Londres. University of Chicago Press. 2001.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. 13ª ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Em FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FRY, Peter. e MacRAE, Edward. O que é homossexualidade. São Paulo: Abril Cultural/Ed. Brasiliense, 1985.

LEWIS, Elizabeth Sara. “Não é uma fase”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBTQI+ que se identificam como bissexuais. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. “Uma política pós-identitária para a Educação”. Em LOURO, G.L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERLONGHER, Nestor. O negócio do michê. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS, Toni. (org.) Manual de comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBT+/Gay Latino, 2018.

DIREITO E NÃO RECONHECIMENTO DE FAMÍLIAS POLIAFETIVAS PELO CNJ: DE QUE MODO A DECISÃO LIGA-SE À HETERONORMATIVIDADE?

Caio Benevides Pedra²
Ettore Stefani de Medeiros³

RESUMO

Este trabalho se propõe a compreender, à luz de teorias de gênero e sexualidade em união com teorias do Direito, de que maneira a decisão de 2018 que proibiu o reconhecimento de famílias poliafetivas no Brasil guarda profunda relação com a heteronormatividade. Cremos que esta relação pode ser estabelecida na medida em que o conceito de família se firmou constitucional e historicamente como o vínculo entre um homem e uma mulher, cujo amor geraria o nascimento de filhos/as. Para tanto, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e de jurisprudência com a finalidade de propor uma análise multidisciplinar e atualizada.

Palavras-chave: Poliafetividade. Heteronormatividade. Casamento. Família.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que cartórios brasileiros estão proibidos de emitir qualquer documento que legitime a união estável entre três ou mais pessoas. O ministro João Noronha, relator do julgamento, afirmou que esta resolução tem fundamento na Constituição, que reconhece exclusivamente a existência de casais não poliafetivos (TEIXEIRA, 2018).

O pedido de providência 1459-08.2016.2.00.0000 recebeu 7 votos pela proibição do registro de escrituras públicas de uniões poliafetivas, 5 votos pela autorização do registro sem a equiparação com os direitos da união estável; e um voto totalmente divergente, pela improcedência do pedido. Como o pedido era para que o CNJ impedisse o registro de uniões entre mais de duas pessoas, o único voto pela improcedência foi, na verdade, um voto pela permissão dos registros de união poliafetiva.

O pedido foi formulado pela Associação de Direito das Famílias e das Sucessões (ADFAS), cuja presidente, ao defender a monogamia como regra, ressaltou que “o art. 226 da Constituição Federal é claro ao restringir o conceito de família a duas pessoas, homem e mulher” (LIMA, 2018). Segundo ela, “mesmo a decisão do STF [Supremo Tribunal Federal] que reconheceu as relações homoafetivas, em 2011, foi baseada no modelo heterossexual — ou seja, igualmente monogâmico” (ibid, 2018).

Essa argumentação é bem próxima das declarações do ministro relator:

O corregedor pediu que não fosse tido como um “falso moralista” em seu julgamento e apontou que, no Brasil, apesar de toda a mistura de culturas, a sociedade ainda não admite o poliamor. Noronha ressaltou ainda que o Congresso Nacional jamais aprovaria lei permitindo a relação do tipo: — Nosso substrato social, com a devida vênia, ainda não deu essa abertura para admissibilidade do poliamor. Nem sei se dará. É muito cedo e há muito poucos casos conhecidos (MARIZ, 2018).

A decisão reitera o quanto a família monogâmica mantém-se na contemporaneidade enquanto potência moral, preservando-se como uma basilar instituição sociocultural. Este entendimento é, há muitos anos, pacificado no judiciário brasileiro. Em 2008, por exemplo, o STF cassou decisão do Tribunal de Justiça da Bahia e negou à concubina o direito de dividir pensão com viúva de Valdemar do Amor Divino Santos, um baiano que faleceu deixando uma esposa (com onze filhos) e uma companheira (com nove filhos)⁴.

Marco nos estudos das famílias simultâneas, a decisão ignora o princípio constitucional da

² Mestre em Direito pela UFMG e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro com pesquisas relacionadas ao acesso à cidadania pela população LGBT. Bacharel em Direito pela UFMG e especialista em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela mesma universidade. Membro do projeto de extensão “Diverso UFMG”, do Grupo de Pesquisa “Estado, Gênero e Diversidade” (EGEDI-FJP) e da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/MG. E-mail: caiopedra@gmail.com

³ Doutorando e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais com pesquisas relacionadas com LGBTfobia e cultura LGBT. Pós-graduado em MBA em Marketing Digital pelo Instituto de Gestão em Tecnologia da Informação. Bacharel em Publicidade e Propaganda – Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ettoremedeiros@gmail.com

⁴ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=90310>. Acesso em: 26 set. 2019.

pluralidade familiar e protege o casamento em detrimento da união estável, apesar de a Constituição Federal equiparar os institutos. Ligado ao contexto supracitado, este trabalho se propõe a compreender, à luz de teorias de gênero e sexualidade em união com teorias do Direito, de que maneira tal decisão guarda profunda relação com a heteronormatividade. Cremos que esta relação pode ser estabelecida na medida em que o conceito de família se firmou constitucional e historicamente como o vínculo entre um homem e uma mulher, cujo amor geraria o nascimento de filhos/as. Para tanto, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e de jurisprudência com a finalidade de propor uma análise multidisciplinar e atualizada.

A VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA MONOGÂMICA E HETEROSSEXUAL

A falta de reconhecimento jurídico e cartorário por que passam as uniões poliafetivas tem por efeito e por finalidade invisibilizar outros modos de se relacionar afetivo-sexualmente, bem como apagar outros modelos familiares que efetivamente existem para além do dominante.

A valorização da família tradicional tem sido o cerne da sociedade ocidental desde tempos modernos. Configurou-se em torno dela o mito do casal enquanto uma unidade, em que o amor emerge como categoria universal e neutra (JIMÉNEZ; SINUES, 2010). Ficcional, esta visão do amor romântico entre um homem e uma mulher ancora-se em qualidades como pureza, fidelidade e predestinação, ao mesmo tempo em que desenvolve padrões diferentes e desiguais entre gêneros. A eles, atribuem-se a força, a racionalidade, a insaciabilidade e a autonomia sexuais; a elas, a delicadeza, o afeto, a inocência e o controle sexuais (WEEKS, 1998). Desenhado enquanto ideal, este tipo dominante de união constituiu-se como um espaço proveitoso para o controle do Estado e das instituições religiosas judaico-cristãs, sendo uma importante articuladora para a manutenção da desigualdade de gênero, bem como a preservação da heteronormatividade.

O conceito de heteronormatividade foi discutido por Warner (1994) na obra *Fear of a Queer Planet*. Nela, o pensador exibe uma ilustração desenvolvida pela NASA, que seria levada em viagens pelo espaço a fim de que, caso astronautas encontrassem vida extraterrestre, a representação de humanos fosse apresentada. A imagem é composta por um homem e uma mulher cisgêneros que, dispostos lado a lado, estão nus. Enquanto ele é mais alto que ela e acena em direção ao olhar do leitor, ela é mais baixa e está discretamente encurvada para ele, como se a ele estivesse subordinada. Ambos parecem ser um casal, cuja ausência de roupa deixa ver suas distinções anatômicas e sugere, em alguma medida, a ideia de reprodução da espécie. A relação entre esses dois corpos aponta não somente para uma hierarquia entre homens e mulheres, mas também a respeito de quem não aparece no material. A humanidade seria, pois, heterossexual e monogâmica, bem como seria a família.

Ao longo de séculos, a família foi constituída e defendida a partir de um ideal muito próximo a essa imagem. Sua formação incluiria um homem e uma mulher unidos pela finalidade procriadora, sendo ele o sexo forte, o provedor, e ela, a cuidadora, responsável pela criação dos filhos e pela organização da vida familiar. No decorrer do tempo, com grande resistência e ritmo lento, a noção de família tem evoluído na tentativa de acompanhar a atualização das instituições.

DIREITO E (A FALTA DE) RECONHECIMENTO DE OUTROS MODELOS FAMILIARES

Ao afirmar que as uniões homoafetivas reconhecidas pelo STF em 2011 eram as que seguiam o “modelo heterossexual”, a presidente da associação que pediu ao CNJ que proibisse as uniões poliafetivas ressalta a heteronormatividade que sempre pautou as demandas do movimento LGBT⁵. Ao falar sobre isso, Borrillo (2017) afirma que os direitos da população LGBT foram alcançados de forma “assimilacionista”, aplicando o princípio da igualdade de forma acrítica, provavelmente porque era a forma mais fácil de a militância poder exigir direitos. A assimilação, no entanto, não garante a diversidade. Pelo contrário, a assimilação significa “digerir a diferença, fazê-la desaparecer de maneira irreversível, ser incorporada e absorvida” (BORRILLO, 2017, p. 18).

Retomando Bourdieu, Borrillo (2017, p. 19) relembra que “a reivindicação do casamento

5 O reconhecimento de identidades não hegemônicas de gênero e sexualidade já se encontra extremamente avançado e essa sigla já é bem maior, além de nunca parar de crescer. Nesse trabalho, no entanto, optamos pela utilização de “LGBT” – referente a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneras – por ser a formação atualmente reconhecida pelo Estado brasileiro em seus documentos oficiais.

igualitário é a luta política mais subversiva e conformista”, pois, ao mesmo tempo em que “ameaça a representação do matrimônio enquanto sacramento”, também “leva os gays e as lésbicas para dentro da ordem social”. O ingresso dessas pessoas na ordem social dá-se pela definição de que “o horizonte do homossexual são os valores tradicionais: exército, igreja, casamento, filiação, animais de estimação e casa no campo”. Isso porque “o acesso à igualdade formal por assimilação” não enfrenta o patriarcalismo e não questiona os padrões, apenas pede um espaço dentro daquele espectro reduzido, uma equiparação.

Encerrando sua crítica ao movimento LGBT, Borrillo questiona a manutenção dos padrões heteronormativos que sobrevivem intocados frente à apatia social. Segundo o autor (2017, p. 20), “a busca por direitos novos e alternativos é mais do que nunca necessária para deixarmos de ser sujeitos disciplinados e nos tornarmos escultores da nossa própria existência”. Isso significa dizer que, mais que lutar pelo reconhecimento de direitos que já existem (e que são restritos a quem se encaixa em determinados padrões), a luta política dos movimentos sociais deve se voltar criticamente para as estruturas que mantêm esses padrões. Lutar pelo reconhecimento do casamento, por exemplo, não questiona o casamento, não o aprimora, não permite que ele evolua, mas estabelece o casamento heterossexual como um padrão desejável a que todos querem ter acesso. O casamento tal como hoje reconhece o direito brasileiro seria, em si, um modelo de família adequado e suficiente para as múltiplas realidades atuais?

RENOVAÇÕES NA NOÇÃO DE FAMÍLIA

O movimento do tempo alterou os costumes, os sujeitos e as relações entre eles. Consequentemente, a família, enquanto instituição e enquanto ideia, também precisou se desenvolver (HIRONAKA, 2008). Em torno dela, disputas conceituais são traçadas. Nesse sentido, têm ficado para trás as suas funções “tradicionais”, como a procriação, a sustentação econômica, a proteção religiosa (LÔBO, 2008) e a centralidade do poder masculino, dando lugar ao que Hironaka (2008) chama de “estampa da família contemporânea”. Essa família atual, que “não é melhor nem pior que a família do passado”, traz muitas inovações no que se refere às “estruturas de poder e de afeto que habitaram, construíram e modelaram os arquétipos anteriores” (HIRONAKA, 2008, p. 50), que precisaram evoluir, mas contribuíram para a constituição dos quadros de hoje.

A família evoluiu e se ampliou tanto a ponto de impedir conceituações. Não é possível hoje, segundo Fachin (2008, p. 121-122), buscar um “conjunto prévio de categorias técnicas ou jurídicas” que projetem para o discurso normativo a complexidade que se verifica em fatos sociais como a família, a filiação, a paternidade e a maternidade. Não é possível, então, estabelecer conceitos prévios sobre essas ideias. Nestes casos, esses conceitos constroem-se *a posteriori*, a partir da diversidade das relações vivenciadas.

É nesse contexto de evolução dos costumes e das famílias – somado aos fluxos migratórios, à globalização e a uma série de fatores econômicos e políticos – que o direito francês, por exemplo, já contempla doutrina e jurisprudência admitindo o casamento poligâmico nos casos em que as leis pessoais de todas as partes envolvidas reconhecem essa instituição. A Europa já abriga, há algum tempo, numerosas comunidades muçulmanas, que, juntamente a seus costumes, levaram os casamentos poligâmicos para as pautas jurídicas europeias (DOLINGER, 2008).

Sobre isso, o Brasil contemporâneo é dono da mais completa regulamentação sobre relações de família no globo, segundo Lôbo (2008, p. 252), já que “nenhuma constituição dos demais países do mundo regulou com tanta precisão, com tanta visão de futuro a família quanto a Constituição brasileira”. E, ainda assim, com toda essa preocupação em proteger a instituição familiar, algumas composições atualmente reconhecidas e protegidas só chegaram a tal *status* após muita luta e muitas negativas, como é o caso das uniões homoafetivas e da adoção homoparental. Até mesmo o divórcio, lembra Hironaka (2008), atualmente já tão naturalizado, levou décadas até ser reconhecido e incorporado à legislação. Esses três casos são exemplos de condutas antes vetadas pela legislação, mas que hoje são aceitas e bastante comuns em decorrência da evolução dos costumes, da jurisprudência e da legislação.

Nesse sentido, embora a Resolução do CNJ que nega reconhecimento aos casais poliafetivos seja um obstáculo para a visibilidade dessas famílias e uma batalha perdida na luta pela afirma-

ção desses grupos, ela jamais fará com que esses arranjos deixem de existir. Os fundamentos hoje apresentados como justificativas para a negativa são muito próximos dos que tantas vezes foram utilizados nas negativas dadas aos casais homoafetivos, por exemplo, pois se fundamentam em ideias muito próximas. A sociedade, como vimos, caminha a passos largos à frente da legislação, que, no Brasil, ainda é prisioneira do moralismo religioso predominante no Poder Legislativo.

O Código Civil de 2002, por exemplo, que reconhece como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher” foi publicado em 2002, mas é fruto de um projeto de lei proposto (e, portanto, elaborado) na década de 1970. Por mais que o texto tenha sido atualizado ao longo da tramitação, a base do Código Civil publicado já no século XXI foi escrita em um contexto muito diferente. A ordem pública, no entanto, seja interna ou no que diz respeito às relações internacionais, é volúvel e se altera no tempo e no espaço a partir da evolução da sensibilidade da sociedade, o que não inviabiliza variáveis desfechos quanto ao reconhecimento jurídico de fatos sociais (DOLINGER, 2008).

A família tem sido utilizada há séculos por instituições mais recentes que ela, como a Igreja e o Estado, que a definem e a limitam, recusando o fundamental reconhecimento a algumas configurações. Assim, atribuíram-lhe, historicamente, um “caráter quase exclusivamente patrimonializado, matrimonializado e sacralizado” (GROENINGA, 2008, p. 68), contrário a todos os princípios atuais que orientam as famílias. Apesar de, na contemporaneidade, novas configurações familiares estarem mais visíveis, a incluir as homossexuais e as bissexuais, o pensamento heterossexual e a relação afetivo-sexual obrigatória entre homem e mulher se mantêm como uma espécie de contrato social (WITTIG, 2016).

Propondo um diálogo com Wittig (2016), tal contrato vê tanto as orientações sexuais não heterossexuais quanto as famílias poliafetivas como fantasmáticas, tidas enquanto inferiores em uma escala de valor e normalidade. É com base nessas ideias heteronormativas obsoletas que o Direito, ao longo do desenvolvimento da nossa sociedade, reservou para si o monopólio de definir quais famílias merecem ser reconhecidas como tal e quais (ainda) não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a compreender de que forma a decisão que proibiu o reconhecimento de famílias poliafetivas no Brasil guarda relação com a heteronormatividade. Percebemos que a família tradicional, apesar de estar cercada por várias outras constituições familiares, segue sendo vista enquanto modelo moral, visão que é também presente no judiciário brasileiro. De tal forma, a antiga foto da NASA é ainda atual e representativa. Seja histórica ou constitucionalmente, o conceito de família se estabeleceu enquanto relação apenas entre um homem e uma mulher, cujos filhos aumentariam ainda mais seu valor social. A valorização da monogamia opera como se o amor “verdadeiro” fosse exclusivamente em pares, perspectiva ficcional que atribui o casal como única possibilidade relacional. Ademais, além de favorecer as uniões heterossexuais, tal noção de família também reitera papéis de gênero, em que homens e mulheres são caracterizados como antagonísticos.

A evidência de diversas formações familiares reforça cada vez mais que o conceito de família deve ser ampliado em diferentes esferas, inclusive no Direito. As uniões poliafetivas, nesse sentido, devem ser reconhecidas juridicamente, o que permite um movimento político de contestação multifacetado: a relação se estabelece entre mais de duas pessoas, contém mais de um representante do mesmo gênero, pode provocar ruptura nos ideais cristalizados de gênero. Ou seja, rompe-se com a heteronormatividade.

Devemos levar em conta que as famílias contemporâneas têm como fundamento o afeto, que as torna “vulneráveis às descaracterizações exercidas pelos mecanismos de controle social” (GROENINGA, 2008, p. 68). A família, hoje, não é (e não pode ser) uma instituição que se coloque “acima das pessoas”, mas, sim, um “ninho” que as acolha e proteja. (FACHIN, 2008, p. 122). Não são as pessoas que precisam, mediante o atendimento a algumas condições, conquistar o direito de serem reconhecidas como uma família. A família existe por si, de tal maneira que precisa ser uma realidade para que ela sirva e se configure como um ambiente de realizações para todos os que a integram, sejam quantos forem e independentemente da forma como se organizem.

REFERÊNCIAS

- BORRILLO, D. Novos rostos da homofobia e direitos LGBT alternativos. Trad. Caio Benevides Pedra. In: RAMOS, M; NICOLI, P; ALKMIN, G. Orgs. Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via, 2017, p. 13-21.
- DOLINGER, J. A Ordem Pública Internacional brasileira em frente de casamentos homossexuais e poligâmicos. In: BASTOS, E; DIAS, M. (Coord.). A família além dos mitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 81-100.
- FACHIN, L. Princípios constitucionais do Direito de Família brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, Eliene Ferreira; DIAS, Maria Berenice (Coord.). A família além dos mitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 121-130.
- GROENINGA, G. Afetos, sexualidade e violência – a família desmitificada. In: BASTOS, E; DIAS, M. (Coord.). A família além dos mitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 67-80.
- HIRONAKA, G. A incessante travessia dos tempos e a renovação dos paradigmas: a família, seu status e seu enquadramento na pós-modernidade. In: BASTOS, E; DIAS, M. (Coord.). A família além dos mitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 49-65.
- JIMÉNEZ, R; SINUES, O. Los géneros de la violencia. Madrid: Editorial Egales, 2010.
- LIMA, L. CNJ julga legalidade de união poliafetiva. O Globo. Sociedade. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/cnj-julga-legalidade-de-uniao-poliafetiva-22682855>. Acesso em: 26 set. 2019.
- LÔBO, P. A família enquanto estrutura de afeto. In: BASTOS, Eliene Ferreira; DIAS, Maria Berenice (Coord.). A família além dos mitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 251-258.
- MARIZ, R. 'Sociedade ainda não admite o poliamor', diz corregedor do Conselho Nacional de Justiça. O Globo. Sociedade. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/sociedade-ainda-nao-admite-poliamor-diz-corregedor-do-conselho-nacional-de-justica-22706161>. Acesso em: 26 set. 2019.
- TEIXEIRA, M. CNJ proíbe que cartórios reconheçam uniões poliafetivas: Para relator João Otávio de Noronha, permitir a união poliafetiva seria o mesmo que 'rasgar a Constituição'. Jota. Justiça. Disponível em: <https://www.jota.info/justica/cnj-proibe-que-cartorios-unioes-poliafetivas-26062018>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- WARNER, M. Fear of a Queer Planet. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- WEEKS, J. Sexualidad. México: Paidós-UnaM-PUEG, 1998.
- WITTIG, M. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Barcelona: Editorial Egales, 2016.

A LGBTFOBIA COMO EFEITO DA HETERONORMATIVIDADE NA UNIVERSIDADE

Mauricio Kölln Genero⁶

Danielle Jardim Barreto⁷

Gilberto Alves⁸

RESUMO

A heteronormatividade e a LGBTTI fobia são fenômenos cujo efeitos estão inter-relacionados e ambos podem servir como dispositivos de manutenção de determinados sistemas político-afetivos. A performatividade dos corpos que transitam por determinados locais pode ser tanto um dispositivo quanto efeito dos processos de subjetivação dos corpos que buscam corroborar ou questionar a ocupação política desses espaços. A partir de uma pesquisa de campo que investigou a visibilidade das vidas LGBTTI e possíveis violências contra estas no ambiente universitário, buscou-se problematizar as relações entre a heteronormatividade e a LGBTTI fobia. Os resultados apontam para o fenômeno do não-reconhecimento enquanto violência de algumas práticas LGBTTI fóbicas mais sutis e veladas como as piadas, e comentários de desqualificação, demonstrando um processo de naturalização de tais práticas. Problematiza-se como os dispositivos heteronormatividade agenciam os fenômenos apontados.

Palavras-chave: Heterossexualidade. Universidade. Masculinidades. LGBT fobia.

INTRODUÇÃO

O ambiente universitário é um espaço político. Sua ocupação, não obstante a pretensão de ser um território democrático, é profundamente marcado por jogos de saberes e poderes, podendo mesmo ser considerado um paradigma do acesso a determinadas formas de saberes, bem como da constituição de redes de troca subjetiva e distribuição de funções sociais (NARDI *et al*, 2013). Temos as universidades não apenas como o espaço da razão e das ciências, mas também como um espaço de subjetivação. Sendo tais instituições assentadas sobre bases histórico-culturais profundas e tradicionais, pode-se questionar: quais são os agenciamentos subjetivos possíveis na Universidade, se não as identitárias controláveis e docilizadas? É possível o trânsito de singularidades nestes territórios tão massificados?

Através do desenvolvimento e aplicação *in loco* de um questionário piloto anônimo sobre e para pessoas LGBTTI e LGBTTI fobia em 2018, objetivou-se neste trabalho, identificar como se dão as relações dentro do ambiente acadêmico em relação às vidas LGBTTIs, bem como o fenômeno da LGBT fobia nesse contexto. O campo de pesquisa é uma instituição de ensino superior privada que tem como público-alvo a população das cidades da microrregião do noroeste do Paraná. Esta localidade conta com uma população majoritariamente católica (73%), cuja média salarial é de 2,2 salários mínimos mensais (BRASIL, 2019). A partir do levantamento de dados, elegeu-se a parcela de respondentes autodeclarada heterossexual a fim de analisar a percepção desta sobre sentimentos com as pessoas LGBTTI e sobre a LGBT fobia.

A PRODUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES A PARTIR DO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

Foucault (1988) nos aponta que a sexualidade é um dispositivo de subjetivação, constituindo-se, assim, como efeito e agenciador do poder e das relações de saber sobre o corpo e suas possíveis expressões. Enquanto dispositivo, esta foi constituindo-se de variados discursos que produzem saberes, normas, disputam espaços e constituem-se como verdade, podendo permanecer difusos, múltiplos e impessoais. Talvez seja possível afirmar que esta seja a razão pela qual práticas LGBT fóbicas acabam, por vezes, não sendo percebidas como discriminatórias. Castañeda (2006) aponta que o machismo e a homofobia se revelam a partir de atitudes naturalizadas e baseadas em preconceitos sobre os significados de ser homem e mulher. Estes significados são baseados na polarização, acabando por estabelecer relações de desigualdade e opressão. Entendemos, em consonância com a autora, que o machismo não se dá apenas na dominação dos homens em relação às mulheres, mas também no estabelecimento de relações baseadas na manipulação de poder e na

⁶ Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - Acadêmico do curso de Psicologia da Universidade Paranaense/UNIPAR. E-mail: kolln.mauricio@gmail.com

⁷ Doutora em Psicologia e Sociedade pela Unesp/Assis SP (2016). Professora do curso de Psicologia e Medicina da Universidade Paranaense. E-mail: danibarreto@prof.unipar.br

⁸ Doutor em Ciências de Alimentos pela Universidade Estadual de Londrina (2000). Professor da Universidade Paranaense. E-mail: gilberto.alimentos@prof.unipar.br

valorização de certas formas de vida em detrimento de outras, a partir do estabelecimento de papéis e da naturalização da desigualdade (WELZER-LANG, 2001).

Esta valoração do conceito de homem/masculino - sob o viés que se entende quando se fala em modos de subjetivação hegemônicos - e a necessidade de dissociação deste conceito de tudo que possa pertencer ao “mundo das mulheres” se dá a partir da noção da diferença e da binariedade. Através dos ritos e espaços destinados à preservação do conceito de masculinidade, criam-se valores morais, expectativas e códigos, que são o “*modus operandi*” do que é agir homem, criadas num intenso mimetismo (WELZER-LANG, 2001). Tal pensamento aproxima-se do conceito de *performatividade* de Butler (2003) segundo o qual gênero não é substantivo, mas sempre resultado de uma constante reiteração e/ou criação de modos de se fazer identidade dentro de determinadas estruturas políticas – como a própria universidade.

Preciado (2013) demonstrou que a produção de subjetividades depende de fatores como o controle e distribuição dos códigos de gênero, através da inserção de determinados dispositivos no âmbito micropolítico das vidas, bem como do rígido controle do acesso destes por sujeitos específicos. Além dos dispositivos fármaco e biotecnológicos utilizados como forma de manutenção da diferenciação dos corpos, a performatização do sexo através da pornografia tem se mostrado como poderosa ferramenta de subjetivação, através da repetição de representações de papéis de gênero política e socialmente reguladas. O objetivo disso é a conversão dos corpos e do desejo em informação, ou seja, (re)criando modos de performance de sexo e gênero, retroalimentando o mecanismo de produção de subjetividades, a fim de geri-las em função da produção de demanda e consumo sobre os quais se assenta o capitalismo.

Tais mecanismos dependem da manutenção da hegemonia da heterossexualidade. Por este motivo se torna tão arriscado para o regime heterossexual a desestabilização das normas sobre as quais se assenta. Faugeron & Robert (1978 *apud* WITTIG, 2006) afirmam que o estabelecimento e controle de uma noção de diferença é um ato político-normativo possível somente a grupos socialmente dominantes, com o objetivo de camuflar conflitos de interesses e ideologias. Os sistemas teóricos sobre os quais tal dominação se apoia surgiram, conforme Wittig (2006), a partir de interpretações generalizadoras que tomam a heterossexualidade como fator *a priori* e reclamam para si a legitimidade científica a fim de se estabelecer como dogmas. Entretanto, a autora defende que, uma vez que tais discursos estão ligados ao campo político e material da linguagem, devem ser analisados e podem ser entendidos a partir do método genealógico de Foucault (1988). O referido filósofo, nos demonstrou como ao longo do tempo se desenvolveu uma incitação a se falar do sexo; entretanto, não livremente, mas segundo normas e discursos pré-estabelecidos, conforme a moral e racionalidade dominantes.

Barreto (2016) reflete sobre os atravessamentos e efeitos do dispositivo da sexualidade dentro da universidade e como estes se inserem e desestabilizam a produção dos discursos hegemônicos que perpassam o ambiente acadêmico. Tais questionamentos se fazem pertinentes, sobretudo, se considerarmos que o sistema linguístico no qual determinada pessoa se insere reflete em sua identidade e na sua (re)produção discursiva (FOUCAULT, 1996).

Ainda que certas concepções hegemônicas sobre a ordem dos corpos e dos desejos pareçam ter alcançado uma dimensão metafísica, é importante reconhecer que os jogos políticos que as agenciam são processos históricos, da ordem do discurso, em constante processo de renegociação e de recíproca influência com a realidade (FOUCAULT, 1988; WITTIG, 2006).

METODOLOGIA

Utilizaram-se dados do instrumento-piloto do projeto de pesquisa LGBTfobia e re(ve)lações universitárias: construindo um instrumento de pesquisa (aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob protocolo número 74185517.4.0000.0109 e financiada pelo CNPQ), realizada junto ao corpo discente de uma universidade, em 2018. De um total de 671 questionários aplicados, foram selecionadas 598 respondidos por indivíduos autodeclarados heterossexuais. Realizou-se análise estatística das respostas de algumas questões, buscando-se visualizar as relações entre as performatividades heterossexuais e a LGBTfobia no ambiente acadêmico.

RESULTADOS

Às afirmativas “Eu tenho medo que pais/amigos pensem que eu sou LGBT”, 40,67% discordam, 52,77% indiferentes e 6,56% concordam; “Os LGBT são um desvio e devem ser curados, além de ser uma ameaça para a sociedade”, 76,94% discordam, 18,52% indiferentes e 4,55% concordam; “Eu não gostaria de ter um colega de turma e nem um professor LGBT”, 76,3% dos alunos entrevistados discordam, 21,87% são indiferentes e somente 1,83% concordam. Questionados se “No ambiente acadêmico você já presenciou situações LGBTfóbicas (violências [...] verbais e não-verbais direcionadas a pessoas que não são heterossexuais”, 23,24% respondeu afirmativamente. Destes, entretanto, apenas 20,43%, afirmam ter relatado o acontecimento para alguém ou algum órgão competente a fim de obter ajuda. Diante da afirmação de que “Os LGBT vivem sua sexualidade de maneira aberta, se sentem bem e são aceitos no meio social” 52,23% dos respondentes discordam, 11,74% discordam totalmente, 23,80% são indiferentes, enquanto apenas 10,74% concordam e 1,49% concordam totalmente. Questionados se já foram discriminados por ter amigos ou amigas LGBT, 68,57% responderam que não, 20,5% que sim e 10,92% afirmam não ter amigos LGBT.

DISCUSSÃO

Podemos perceber que a maioria dos alunos autodeclarados heterossexuais não manifesta incômodo ou hostilidade em relação a formas de sexualidade não-heteronormativas. Entretanto, diante da parcela de respondentes que declaram já ter presenciado situações LGBTfóbicas, somos levados a crer que tais violências não provêm dos estudantes. Ainda que nossos dados não sejam conclusivos quanto a isso, há indícios de que o preconceito possa ter como ponto de partida outros setores da universidade que não os próprios estudantes. Tal constatação pode servir como objeto de novas averiguações.

Nos 79,57% dos casos em a situação de violência presenciada não foi relatada, solicitou-se que justificasse tal resposta. Em algumas das respostas, afirma-se que não julgaram necessário relatar, não acha que deve se envolver, ou não quis; outras ainda contemplam a ignorância a respeito da natureza violenta de tais situações, que desconhece a existência de dispositivos de ajuda nesses casos, ou que acha que nada aconteceria a respeito de tais violências mesmo se denunciadas. O jogo múltiplo de silenciamento das subjetividades LGBT e das violências, da confissão forçada sob o signo da humilhação e do não-reconhecimento do preconceito como fenômeno institucionalizado reproduz o paradoxo do “armário” dentro do ambiente universitário, acabando por responsabilizar e isolar os indivíduos, dificultando a problematização do fenômeno da LGBTfobia dentro do ambiente acadêmico e a elaboração de dispositivos, espaços e ações voltadas a esta demanda, ainda mais diante das respostas à afirmativa de que os LGBT vivem sua sexualidade livremente, se sentem bem e são aceitos no meio social (NARDI, 2013).

Nos casos em que o respondente afirmou não ter presenciado situações LGBTfóbicas, deveria ignorar a próxima questão, em que se indagava sobre a natureza destas. Devido a uma limitação do instrumento de pesquisa – por não ser online, devendo ser preenchido à mão – um dado acabou por revelar-se: ainda que alguns respondentes afirmassem não ter presenciado tais situações, muitos responderam já ter testemunhado práticas sobretudo de piadas, comentários desqualificadores e difamação. A naturalização das práticas LGBTfóbicas se insere na lógica demonstrada por Welzer-Lang (2001), segundo a qual, o paradigma central da heteronormatividade se dá pela exclusão de tudo que possa borrar as fronteiras entre os gêneros masculino e feminino fugir à lógica de uma sexualidade naturalizada e considerada “normal” e desejável. Deste modo é possível perceber como os efeitos da LGBTfobia atingem até mesmo os indivíduos autodeclarados heterossexuais por associarem-se a sujeitos não-heteronormativos.

Preciado (2014) defende que a (hetero)sexualidade é uma tecnologia social, que age sobre os sujeitos a fim de perpetuar e naturalizar a hierarquização e exploração de um sexo sobre outro. Para tanto, se vale de instituições e sistemas de linguagem legitimados socialmente. Muitos destes dispositivos podem ser facilmente identificados e são perpetuados pelos discursos de certas ciências e práticas arraigadas na tradição acadêmica “carregados historicamente do poder de investir um corpo como masculino ou feminino, bem como de sancionar os corpos que ameaçam a coerên-

cia do sistema sexo/gênero” (idem, p. 28-29) patologizando e controlando-os. De fato, como aponta Barreto (2016), a constituição de normas sobre o dispositivo da sexualidade e seus efeitos ainda se faz presente nos discursos das instituições responsáveis pela educação, saúde e vigilância dos corpos e dos sinais destes. Tal estratégia política, que Foucault (2012) chamou de *pastoreio*, objetiva o domínio, através da constante sondagem e modulação dos desejos e práticas políticas dos indivíduos de uma certa população. Daí é possível vislumbrar como a LGBTfobia - sobretudo sob suas formas mais sutis, como piadas e comentários e exclusões - acabam por não serem percebidas como violentas, uma vez que estão intimamente ligadas à constituição de certas concepções naturalizadas da realidade e de discursos sobre a sexualidade que reificam e disfarçam o lugar do privilégio ocupado pela heterossexualidade (NARDI *et al*, 2013; WELZER-LANG, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição hegemônica burguesa, racionalista e atribuidora de papéis e status sociais historicamente consolidada pelas instituições acadêmicas, não obstante as lutas da população LGBTTIIs pela inserção na universidade, ainda mostra-se como forte dispositivo político de controle das subjetividades possíveis e desejáveis. Uma vez constatada a ausência ou desconhecimento de dispositivos de apoio e espaços destinados ao atendimento da demanda apresentada, pode-se indagar se a LGBTTIIfobia tem adquirido caráter institucional dentro do ambiente acadêmico. Tal questão pode servir como substrato para novos estudos.

O paradigma da heteronormatividade, que suprime e estigmatiza as formas de sexualidade que não se conformem à esta lógica, impossibilita que a LGBTTIIfobia - sobretudo em suas formas mais sutis e veladas, como nas piadas e difamações - adquira sentido e reconhecimento enquanto violência. A naturalização da heterossexualidade se dá pela concepção de que esta é a única forma normal e saudável de sexualidade, e fazendo com que quaisquer outras expressões do desejo passem a ser consideradas anomalias ou, na melhor das hipóteses, diferentes e apenas toleráveis (WELZER-LANG, 2001).

O fenômeno da LGBTTIIfobia ocorrido dentro e a partir do ambiente universitário gera sofrimento psicossocial, não apenas por parte desta população, mas também por pessoas que se reconhecem heterossexuais caso ousem atravessar os limites do paradigma heterossexual, que inclui discriminação qualquer elemento que ameace a reiteração de tal separação. Tal violência tem como efeito grande sofrimento psicossocial que, além de questões relacionadas à saúde, segurança, saúde mental e invisibilização dos sujeitos, pode gerar evasões acadêmicas, reproduzindo o ciclo de marginalização e estigmatização da população LGBTTI.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, D. J. A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação queerizada em psicologia: narrativas de outras perspectivas e experiências docentes. 2016. 213 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2016.
- BRASIL. IBGE. Portal Cidades. Panorama das cidades. Umuarama/PR. 2019.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTAÑEDA, Marina. O machismo invisível. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- _____. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. Las redes del poder. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1996.
- NARDI, Henrique C. et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. Teoria e Sociedade. n. 21.2 p. 179-200, 2013. Disponível em < <http://www.teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view-/87/71>>. Acesso em 10 set. 2019.
- PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. Testo junkie: sex, drugs and biopolitics in the pharmacopornographic era. New York: The Feminist Press, 2013.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000-200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 set. 2019.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual. Madrid: Editorial Egales, 2006.

ROUPA PARA MODA “SEM GÊNERO”?

ANÁLISES DE ESTUDOS ACERCA DA ROUPA PARA MODA “SEM GÊNERO” E APROXIMAÇÕES À TEORIA DE JUDITH BUTLER

Tatiane Melissa Scoz⁹

RESUMO

Esse trabalho buscou analisar a noção do que tem sido chamado de roupa para moda “sem gênero”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as publicações mais recentes sobre o tema. A partir dessa pesquisa, surgiram reflexões acerca da teoria de Judith Butler, entorno do conceito de gênero, permeando as discussões sobre o binarismo de gênero e a heteronormatividade. Dentre outros aspectos, as principais questões que nortearam esse estudo buscaram pensar sobre como a ideia de moda “sem gênero” tem sido significada pelos profissionais da moda e estudiosos do tema, bem como saber se é possível a existência do “sem gênero”, e se a moda consegue de fato romper os padrões heteronormativos. Ainda há questões em aberto, mas a pesquisa permitiu evidenciar que muitos autores relacionam moda “sem gênero” com a tentativa de desvincular estereótipos, vestir de forma igual, e atender todas as pessoas que não se identificam com nenhum gênero. Há muitas críticas acerca do sucesso na aplicação da proposta “sem gênero” na produção e design de roupas para a moda pois, em geral, são produzidas roupas com cores neutras e modelagem única, ou peças iguais para os diferentes tipos de corpos. Muitos *blogs* e revistas sugerem que mulheres usando camisas masculinas e homens usando calças *skinny* femininas estariam de acordo com a moda “sem gênero”. A moda, nesse sentido, não concebe a ideia de roupas que se modelem a cada tipo de corpo nem promove a subversão das normas binárias de sexo/gênero vigentes. Ademais, para criar a ruptura no padrão binário de gênero é preciso ir além da produção de roupas, deve-se compreender todo o sistema de mercado, toda a lógica de produção. Outras identidades de gênero são possíveis, mas é preciso subverter a norma da heterossexualidade.

Palavras-chave: Gênero. Moda. Roupa.

INTRODUÇÃO

Esse texto pretendo colaborar com a discussão sobre a ideia do que tem sido chamado de roupa para moda “sem gênero”¹⁰. O que é gênero? Como a ideia de moda “sem gênero” tem sido significada pelos¹¹ profissionais da moda e estudiosos do tema? É possível a existência do “sem gênero”? Gênero neutro e “sem gênero” são a mesma coisa? Essas são algumas questões norteadoras que irão acompanhar o leitor nas reflexões que seguem.

Viver em sociedade significa, entre outras coisas, compartilhar cultura. A cultura é constituída por regras, hábitos, costumes, valores morais, etc. O conteúdo disso varia conforme os contextos sociais e os períodos históricos. As expressões culturais influenciam as visões de mundo e os comportamentos das pessoas. Muitas vezes, as pessoas naturalizam elementos culturais, ou seja, os consideram naturais, pois raramente questionam porque as coisas são como são (LARAIA, 2001).

As noções do que é tido por feminino e masculino são um exemplo de elementos culturais cujos significados foram elaborados ao longo da história. Tais significados se transformaram ao longo do tempo, mas foi preservada essa distinção binária para designar homem/macho e mulher/fêmea. Geralmente, as características e os papéis sociais atribuídos ao que se entende por feminino e masculino são considerados como naturais, no entanto, assim como outros elementos culturais, são construídos socialmente.

Os estudos de Butler se tornaram referência para as pesquisas na área, e são bastante utilizados para fundamentar a proposta do que tem sido chamado de “moda sem gênero”, que será debatido nesse texto. Por esse motivo, é importante apresentar aqui, mesmo que brevemente, as análises da autora sobre gênero.

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO A PARTIR DE JUDITH BUTLER

As reflexões de Butler sobre gênero perpassam a noção de sexo biológico. Butler (2013) questiona a ideia já estabelecida de que o sexo é dado biologicamente, definindo se alguém é homem ou mulher, e de que o gênero é o que possui dimensão cultural. Para Butler (*idem*), o sexo não

9 Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora de Sociologia do Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: tatiane.melissa@ifsc.edu.br

10 A expressão “sem gênero” será utilizada assim, entre aspas, por ser um termo utilizado pelos autores dos materiais estudados para as análises empreendidas nesse trabalho.

11 Entendo que sacudir as evidências da heteronormatividade deve passar pelo questionamento do gênero masculino, tão utilizado na língua portuguesa, para se referir ao geral. Nesse trabalho, optei por manter a regra convencional pelo fato de essa humilde escritora não ter familiaridade com outra forma de escrita, e também por acreditar que necessita se aprofundar mais sobre essa questão para poder se apropriar.

pode ser compreendido como sendo natural ou definido biologicamente, pois tanto o sexo como o gênero são construídos socialmente, e a classificação binária masculino/feminino ou macho/fêmea também.

Ocorre que, em nossa sociedade, é feita a distinção masculino e feminino que caracteriza os corpos em um ou outro. Tal distinção é determinada por causa de um discurso que entende o sexo como biológico, natural. Dessa forma, existem normas que imperam como padrões, definindo os corpos tal como as pessoas aprendem como sendo homem ou mulher. Aqueles que fogem ou não se reconhecem nessas normas, são discriminados, colocados à margem como pessoas que não se “encaixam”. Como bem argumenta Butler em uma entrevista concedida à revista *Le Nouvel Observateur*, e republicada para o português na revista *Geledés* (2015, p. 01), pesam sobre nós as normas heterossexuais, que “as recebemos pelas mídias, pelos filmes ou através de nossos pais, nós as perpetuamos através de nossos fantasmas e nossas escolhas de vida. As normas nos dizem o que devemos fazer para ser um homem ou uma mulher”. Nesse sentido, somos socializados nessas normas, pois elas estão presentes nos contextos sociais que partilhamos.

Nesse aspecto reside uma das grandes contribuições de Butler ao propor pensar o sexo e o gênero como performativos e produzidos discursivamente. Com isso, a autora mostra que é possível outras formas de identificação para além da lógica binária “masculino e feminino” tão consolidada como padrão na sociedade.

A argumentação de que o sexo e o gênero são produzidos discursivamente quer dizer que eles são efeitos do discurso. Ou seja, os corpos são interpretados por meio de significados culturais. Segundo Butler (2013, p.37) “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero”. Por “gêneros inteligíveis” a autora se refere àqueles que estão em conformidade com a norma padrão instituída de sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Pela possibilidade de sujeitos serem identificados como homem ou mulher a partir do modo como se comportam e estão vestidos, mesmo quando o sexo que possuem não corresponde à aparência, como no caso da travesti, Butler argumenta que gênero não é algo que somos, e sim algo que fazemos, por isso é performativo.

As identidades de gênero acontecem e são formadas a partir de atos realizados repetidamente, culturalmente significados como masculinos e femininos. Tal realização repetida de atos implica que gênero é algo que fazemos, portanto é performativo, e não se pode dizer que ele é decorrente de um sexo. Se gênero não decorre do sexo, “*homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino* tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2013, p. 25, grifos da autora).

Dessa forma, a produção de outras identidades de gêneros é possível. Mas, para tanto, é preciso subverter a norma da heterossexualidade. Vejamos: conforme explicado anteriormente, gêneros são construídos no seio de uma cultura que compreende que o sexo é biológico e que o gênero é derivado desse sexo. Nessa cultura, a norma é a heterossexualidade, e os gêneros são masculino e feminino. Logo, as concepções de gênero passarão por essa norma. Segundo Butler (2013, p. 28) há limites estabelecidos “sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal”. Assim, algumas identidades de gênero que não se conformam às normas hegemônicas, acabam por serem classificadas como algo que está “errado”. Entretanto, argumenta Butler (idem, p. 39), a persistência e proliferação dessas identidades de gênero “criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero”. Podemos entender, então, que, segundo Butler, a subversão ao dualismo sexual é possível, mas deve ocorrer no interior da própria norma. Isso não quer dizer que essa subversão implique na anulação do gênero ou na sua falta. Butler (2015, p. 02) explica: “eu nunca pensei que precisaríamos de um mundo sem gênero (...) nós não podemos ignorar a sedimentação das normas sexuais. Nós precisamos de normas para que o mundo funcione, mas nós podemos procurar aquelas que melhor nos sirvam”. Nesse sentido, reside a ideia de subversão às normas hegemônicas de identidades de gênero.

Vimos até aqui as percepções de sexo e gênero segundo Judith Butler, e como a autora analisa a possibilidade de subversão à norma de gênero instituída. Passaremos agora a analisar o que vem sendo chamado de “moda sem gênero”, para compreender o que se entende por “sem gênero” e como as propostas de roupa para essa moda são relacionadas por alguns pesquisadores aos estudos de Butler sobre gênero.

ROUPA E MODA “SEM GÊNERO”

Ao longo da história, a sociedade passou a representar as diferenças binárias de gênero também através da roupa. Segundo Santos (2018), as roupas, os acessórios, enfim, o conjunto de elementos que formam a vestimenta, são marcadores identitários. Eles são “modos de produzir-se, marcar-se e distinguir-se no espaço social. Nesse caso, há um conjunto de modos e maneiras, roupas, acessórios e mudanças corporais que, quando unidas e de alguma maneira visibilizadas, são tratadas por ‘moda’ ” (idem, p.22).

Santos e Grossi (2017, p. 242) buscam pensar a moda como linguagem, “como um discurso que se materializa nos corpos, uma comunicação que extrapola a pessoa mesma num misto de subjetividade e movimento coletivo”. Podemos entender, então, a moda como comunicação e produtora de significados. A moda é elaborada pela cultura, mas também reflete e reproduz elementos culturais. Logo, numa cultura em que há normas de gênero instituídas como padrões, a moda reproduzirá tais padrões. Entretanto, quando esses padrões são questionados, a moda pode também ser um meio de tentar repensá-los.

A ideia de moda “sem gênero” é recente, e parece não haver um consenso sobre seu significado. Há estudos, como o de Pereira e Freitas (2017), que designam a moda “sem gênero” como “agênero”, ou “gênero neutro”. Segundo os autores,

[...] esta proposta pode ser entendida como a criação de uma terceira categoria unissex ou ainda, como a unificação do masculino e feminino. Para se encaixar na categoria, o produto deve possuir uma linguagem na qual dificilmente se identifiquem características de um único gênero, e principalmente, que essas peças possam ser usadas por pessoas de todos os gêneros e orientações sexuais” (idem, p. 02).

Nessa definição, moda “sem gênero” seria aquela que busca a unificação dos gêneros masculino e feminino, de modo que não seja possível identificar as características de um único gênero, e as roupas poderiam ser usadas por pessoas com as mais diversas identidades de gênero.

Em outro estudo (PORTINARI, COUTINHO e OLIVEIRA, 2018), encontramos os termos “plurisex”, “*genderless*”, “*gender-bender*”, “agênero” para se referir à moda “sem gênero”. De acordo com as autoras, é uma proposta “que pretende se desvincular de estereótipos sociais sobre masculino e feminino, vestindo homens e mulheres de forma igual, de modo que dificilmente serão identificáveis pelos marcadores normatizados de gênero (idem, p. 145 – 146).

Aqui, os autores relacionam moda “sem gênero” com a proposta de desvincular estereótipos, vestir de forma igual. Tal como na definição de moda “sem gênero” do estudo de Pereira e Freitas (2017), nesse também aparece a ideia de roupas sem marcadores de gênero.

O trabalho de Perlin e Kistmann (2018, p. 10) traz percepção semelhante sobre a ideia de moda “sem gênero”. Segundo as autoras, “a moda sem gênero questiona as imposições de cores, formas, modelagens, modelos e estruturas das roupas como determinadas pelos sexos, e estimula a mistura e o uso despreendido das peças”. As autoras refletem sobre o conceito do “sem gênero”, argumentando que

[...] refere-se a uma privação do gênero, o que é alheio a esse. O prefixo a- em agênero sugere um afastamento, um estranhamento [...] Portanto, o “sem” gênero não precisa ser uma negação, necessariamente, ele condiz com a neutralidade e pode expressar os anseios de pessoas que não se identificam com gênero algum e de todas as outras multiplicidades como o transgênero, o andrógino, o *queer*, o pangênero, masculino, feminino, etc. (idem)

Nesse sentido, para as autoras, moda “sem gênero” não tem a ver, necessariamente, com a negação ou inexistência do gênero, mas sim com a ideia de neutralidade do gênero, e com a tentativa de atender todas as pessoas que não se identificam com nenhum gênero.

A partir dos estudos de Butler, podemos inferir que sempre haverá algum gênero que fará parte da identidade do sujeito, pois o gênero é uma construção cultural que é elaborada no seio de uma sociedade que identifica o sujeito dessa forma. O que pode acontecer é haver outras identidades de

gênero que não as já instituídas como padrão.

Outra questão que aparece como relevante nas definições de moda “sem gênero” apresentadas até aqui é a ideia de gênero neutro ou neutralidade do gênero. Como bem coloca Zambrini (2016), a ideia de neutralidade já foi bastante discutida e criticada no campo das ciências humanas, incluindo aí os estudos de gênero. A partir da interpretação da cultura damos significados também às identidades de gênero, assim, não há neutralidade possível. A noção de uma identidade “sem gênero” é imbuída de significados, e isso não é neutro. Para Zambrini (2016, p. 59), “um dos maiores desafios atuais para o campo do design é superar os discursos e legados do movimento moderno e o pensamento binário sem recair em uma reprodução da falsa neutralidade”, pois a moda é imbuída de significados culturais.

Existem muitas propostas de moda “sem gênero”, elaboradas por algumas marcas e estilistas. Portinari, Coutinho e Oliveira (2018) mencionam que foi a partir do trabalho de Alessandro Michele, para o desfile da grife italiana Gucci, que se propagou a ideia de moda “sem gênero” para outras campanhas publicitárias e editoriais de revistas, como *Vogue*, *Elle Magazine*, *Harper’s Bazaar*, *W Magazine* e *InStyle*. Essa tendência foi seguida por coleções de estilistas como a inglesa Vivienne Westwood, e grifes como Givenchy. No Brasil, dentre outros, podem ser citados os trabalhos dos estilistas Alexandre Herchcovitch e João Pimenta¹².

De modo geral, há muitas críticas sobre o sucesso na aplicação da proposta “sem gênero” na produção e design de roupas tanto para a moda que acontece nas passarelas de grandes desfiles, como para a moda vendida pelas chamadas *fast fashions*. Nesse aspecto, Sampaio e Araújo (2016, p. 03 - 04) argumentam que as roupas produzidas com foco na moda “sem gênero”, em sua maioria, são roupas “sem estampas e com cores neutras, cores estas que na maior parte das vezes compõem tanto coleções especificamente femininas como coleções especificamente masculinas”. As autoras também explicam que as lojas de departamentos brasileiras não eliminaram as seções masculina e feminina, apenas acrescentaram as roupas da proposta “sem gênero” no departamento.

Para Sampaio e Araújo (2016, p. 03 - 04), não se atende a proposta de moda “sem gênero” quando se propõe a “acreditar que a adoção das cores neutras e da quebra da silhueta seja por si só uma maneira de promover condições para as pessoas transitarem confortavelmente entre as categorias existentes”. Perlin e Kistmann (2018, p. 10) fazem uma observação semelhante quando afirmam que, no tocante à moda “sem gênero”, “a maioria das roupas é desenvolvida seguindo uma modelagem, em geral, *oversized*, que pode ser única para os diferentes corpos, ou com peças iguais”. Dessa forma, não concebem a ideia de roupas que se modelem a cada tipo de corpo nem promovem a subversão das normas binárias de sexo/gênero vigentes.

Portinari, Coutinho e Oliveira (2018, p. 154) se perguntam “em que medida a Moda pode ser desviante em relação a norma? Até que ponto consegue efetivamente atuar como crítica ou desconstrução da normatividade?”. As autoras também questionam se a ideia de moda “sem gênero” não seria “mais uma ação mercadológica da indústria, visando oferecer aos consumidores uma oferta mais abrangente de escolhas como forma de ampliar as possibilidades de mercado” (idem) servindo, portanto, aos interesses da indústria da moda que se apropriou das reflexões de gênero.

Sempre haverá um conjunto de significados atribuídos à roupa e aos corpos que elas vestem. Nesse sentido, a roupa pode funcionar como mecanismo de subversão, mas também de manutenção da lógica heteronormativa. Assim, é difícil pensar em uma categoria de existência “sem” gênero. Talvez, o que seja possível é a construção social de outros gêneros além do feminino e masculino, mas isso não faz do gênero um “sem”, um “agênero”, ou algo neutro. Retomando Butler (2013), a identificação das pessoas pelo gênero acontece conforme os padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero presentes na sociedade. Para que sejam possíveis outras identidades de gênero para além do feminino e masculino, é preciso subverter a norma da heterossexualidade, mas isso não implica na anulação do gênero ou na sua falta, implica na construção de outros gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos estudos sobre moda “sem gênero” introduzem o conceito de gênero utilizando as re-

12 Algumas marcas brasileiras procuram desenvolver a proposta de moda “sem gênero”, tais como PANGEA, Beira, Another Place, LED, Bem e Ocksa. A rede Zara também ganhou destaque nesse aspecto, apesar das críticas (PERLIN e KISTMANN, 2018).

flexões de Butler, mas seguem a defender a proposta de moda “sem gênero”. Diante do exposto nesse trabalho, isso parece ser contraditório.

Ademais, a proposta de criar a ruptura no padrão binário de gênero precisa ir além da produção de roupas, deve compreender todo o sistema de mercado, caso contrário, essa proposta não será bem-sucedida.

O capitalismo absorveu mais um ativismo social, mas será que deixa de ser ativismo se for representado nas lojas de vestuário também? Como romper ou transgredir padrões de gênero sem também tomar esses espaços?

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. Entrevista: Judith Butler. [Entrevista concedida a] Le Nouvel Observateur. Geledés, p. 01, 22 jan 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/entrevista-judith-butler-em-portugues/>> Acesso em: 18/03/2019.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PEREIRA, Patrícia Bedin Alves; FREITAS, Rene Aparecido de. Editorial Zara Ungendered: Uma análise icnológica. In: 13º COLÓQUIO DE MODA, 2017, Bauru - SP. Anais Colóquio de Moda, Universidade Estadual Paulista, 2017. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202017/CO/co_3/co_3_Editorial_Zara_Ungendered.pdf> Acesso em: 12/08/2019.

PERLIN, Rafaela Luvison; KISTMANN, Virginia Borges. A percepção da moda sem gênero na visão do público. Estudos em Design, v. 26, n. 1, p. 1-23, 2018. Disponível em: <http://www.prppg.ufpr.br/site/ppgdesign/wp-content/uploads/sites/93/2018/08/perlin_percepcao.pdf> Acesso em: 04/08/2019.

PORTINARI, Denise Berruezo; COUTINHO, Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Janara Morena da Silva de. Moda agênero: uma proposta de moda que desconstrói as fronteiras de gênero? Revista d'obras (online), v. 11, p. 140-157, maio 2018. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/viewFile/715/489>> Acesso em: 03/09/2019.

SANTOS, Lino Gabriel Nascimento dos; GROSSI, Miriam Pillar. “Marginais” na escola: a moda como dispositivo de reconhecimento entre docentes e estudantes em situações de subalternidade. In: WELTER, Tânia; GROSSI, Miriam P.; GRAUPE, Mareli E. (Org.). Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina. Tubarão: Copiart/Florianópolis: Editora Mulheres, 2017. Disponível em: <<http://nigs.ufsc.br/files/2017/09/Livro-Antropologia-genero-e-educacao-vers%C3%A3o-digital.pdf>> Acesso em: 03/07/2019.

SANTOS, Lino Gabriel Nascimento dos. Não tinha espaço pra mim nessa história: moda, raça e resistência no espaço escolar. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191265/PASO0452-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> Acesso em: 03/08/2019.

SAMPAIO, Paula Faustino; ARAÚJO, Elayne Eva Borges. Moda sem gênero: uma reflexão para além das cores neutras. 2016. In: III COENDU, 2016, Natal - RN. Anais Congresso Nacional de Educação, CEMEP, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD4_SA11_ID8317_15082016144239.pdf> Acesso em: 12/08/2019.

SCHNEID, Frantieska Huszar; BARRETO, Taís Silveira Batista. Moda sem gênero: representação de identidade e diversidade no vestuário. In: 13º COLÓQUIO DE MODA, 2017, Bauru - SP. Anais Colóquio de Moda, Universidade Estadual Paulista, 2017. Disponível em: http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202017/CO/co_3/co_3_MODAL_SEM_GENERO.pdf Acesso em: 03/09/2019.

ZAMBRINI, Laura. Olhares sobre moda e design a partir de uma perspectiva de gênero. Revista Dobra[s], v. 9, n. 19, p. 53 – 61, 2016. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/452/409>> Acesso em: 04/08/2019.

TRANS CORPORALIDADES E OS DESAFIOS FRENTE À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BINÁRIA ESPORTIVA

Giann Lucca Interdonato¹³

RESUMO

O novo cenário social vem desconstruindo as imposições da sexualidade, inclusive em relação à estrutura esportiva que possui como um de seus alicerces a garantia do fair-play, previsto na Carta Olímpica, sendo este, considerado um dos conceitos básicos do esporte. Sua finalidade tem como principal pressuposto evitar vantagens desiguais no mundo competitivo e para isto utiliza-se da binariedade das identidades sexuais. Em 2004, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou que as pessoas trans que iniciam a transição após a puberdade têm permissão para competir no esporte de acordo com sua identidade de gênero, desde que cumpridos determinados requisitos. Assim, buscou-se analisar os questionamentos na área esportiva sobre a inclusão de atletas trans, bem como compreender a evolução das questões sexuais e de gênero no cenário esportivo ao analisar a perspectiva da inclusão da população trans em âmbito olímpico, bem como as características biológicas oriundas da hormonização frente às disposições do Fair-Play. A referida política esportiva olímpica foi pioneira e acabou sendo adotada por diversas organizações esportivas ao redor do mundo, e embora promovesse a inclusão deste grupo, simultaneamente alimentava processos de exclusão em relação aos atletas que não se enquadram aos requisitos definidos. Contudo, embora a temática tenha emergido na contemporaneidade, as políticas esportivas mais recentes podem ser consideradas uma melhoria se comparadas às anteriores, pois analisam, de forma subjetiva, diferenças individuais além de dispensar a realização de cirurgia para competir em sua categoria de gênero. E desta forma, acaba por incluir uma quantidade maior de atleta trans, permitindo, de forma menos obstaculizada, sua participação nos Jogos Olímpicos, e conseqüentemente, apontando um cenário esportivo mais inclusivo, democrático e participativo.

Palavras-chave: Esporte. Inclusão Esportiva. Fair-Play. Transexualidade

INTRODUÇÃO

O sistema normativo social é reflexo dos símbolos e significados construídos no decurso do tempo através da linguagem e da comunicação. No que tange às identidades e à sexualidade humana, apesar das diversas variações das práticas sexuais existentes em cada período histórico, é perceptível que, ao longo da história, criaram-se tabus e atribuiu-se moralidade e sacralidade às relações sexuais, que acabaram por torná-las um forte instrumento de controle social (FOUCAULT, 2001).

A dicotomia resultante deste sistema molda as identidades sexuais de forma antagônica e binária, e constantemente, reitera as diferenças entre si e sobre os papéis que devem ser desempenhados, baseados numa normatividade que tem por referencial a dualidade do sexo biológico, definidos como macho e fêmea; do gênero, homem e mulher; e da normatividade do desejo heterossexual, originando as relações de poder e as desigualdades. De acordo com esta ordem normativa, a configuração biológica possibilita, na nossa cultura, a denominação de gênero como masculino ou feminino, que socialmente, atribui papéis e comportamentos específicos a cada sexo e se consolida em identidades sexuais distintas, que inclusive, são utilizadas como marcadores sociais determinantes para as relações de poder e desigualdades (SCOTT, 1995). Sendo assim, não se considera exclusivamente a morfologia genital para definir o “sexo”, e sim diversos fatores sociais, culturais e legais criando as identidades de gênero (ROHDEN, 2001).

Em outras palavras, a identidade sexual acaba por ser influenciada pelo gênero, pautada em sua função e aspectos sociais, no fenótipo comportamental em si (cultural), do que meramente aspecto anatômico e morfológico dos órgãos genitais (sexo) (SANCHES, 2014). Tais processos possuem como alicerce a função social, desempenhada pelas instituições sociais (como o Estado, as famílias, as escolas e as igrejas) e outros programas (LAQUEUR, 2001), de assegurar a manutenção desta ordem social através da produção constante de corpos-homens e corpos-mulheres (BUTLER, 2003). Esta normatividade está presente em toda estrutura social, refletindo na cultura e no esporte, sendo responsável pela separação de banheiros até às vestimentas das pessoas, categorizando as identidades sexuais com características subjetivas, e conseqüentemente, garantindo sua perpetuação no arranjo social.

No cenário esportivo, esta divisão se faz presente na organização de praticamente todas as modalidades, com raras exceções, utilizando-se das identidades sexuais como determinantes ao

13 Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) – Campus Londrina. Docente no curso de Direito na Faculdade de Direito de Santo André (FADISA). E-mail para contato: emaildogiann@gmail.com

considerar justo que homens e mulheres tenham o dever de competir em categorias separadas. Porém, o processo de construção destas identidades utiliza-se de fatores biológicos e anatômicos, e sob a ótica esportiva, esta divisão ocorre sob o fundamento de que os homens, geralmente, possuem uma vantagem de desempenho inerente em relação às mulheres devido à sua maior altura média e massa muscular e potência, como resultado de exposições correspondentemente diferentes a andrógenos (GOOREN; BUNCK, 2005). Assim, o esporte se reafirma como um fenômeno sociocultural e multidisciplinar, permitindo diversas possibilidades analíticas.

Não obstante essas imposições referentes às identidades e comportamentos sexuais, nas últimas décadas, as questões relacionadas à sexualidade humana começaram a ser discutidas, estudadas nos campos científicos, e conseqüentemente desmistificadas, refletindo diretamente no âmbito social e jurídico, e conseqüentemente, cultural e esportivo.

Uma destas outras formas de vivências é a transexualidade, que conforme afirma Zambrano (2003), se caracteriza quando o indivíduo não se identifica com o gênero que lhe é imposto de acordo com seu sexo biológico, ou seja, há antagonismo entre a autoidentificação psicológica com o gênero atribuído socialmente de acordo com o sexo morfológico com o qual nasceu. Logo, a transexualidade surge como rompimento desta norma social, especificamente da cisgeneridade, ao contestar a manutenção do controle dos corpos e da autonomia da pessoa, e demonstrar a diversidade de identidades sexuais existentes.

Atualmente, as demandas transexuais vêm sendo viabilizadas, no campo social e jurídico, constituindo um tipo de autonomia regulada pelas alternativas de acesso aos recursos biotecnológicos e legais que impõem a capacidade necessária à pessoa transexual para o exercício de sua autonomia individual, além da indispensabilidade da autorização mediada pelo saber médico ou pelo reconhecimento jurídico de sua identidade de gênero. (INTERDONATO; QUEIROZ, 2017). Assim, as conseqüências destas conquistas indubitavelmente refletem no cenário esportivo, evidenciando a importância em analisar como tem sido a inclusão de atletas trans em suas modalidades, e quais são os requisitos para que estejam aptos para competir de acordo com sua identidade de gênero considerando a diferença de corpos.

Recentemente, a participação de pessoas trans em esportes competitivos tem recebido ampla atenção da mídia e dos comitês esportivos. O Comitê Olímpico Internacional agora permite que transexuais possam competir de acordo com sua identidade de gênero, desde que cumpridos determinados requisitos relacionados ao tratamento hormonal. Nesse contexto, o questionamento acerca da transexualidade e sua inclusão no esporte foi o motivo principal para a realização deste capítulo, que tem como objetivo apresentar uma análise acerca da estrutura organizacional esportiva e como a transexualidade vem sendo incluída neste ordenamento, tendo por referencial as diretrizes os Jogos Olímpicos, instituídas pelo Comitê Olímpico Internacional.

A INCLUSÃO DOS CORPOS NO ESPAÇO ESPORTIVO DO FAIR-PLAY

Historicamente, o cenário esportivo era compreendido como território exclusivamente masculino. Esta percepção começou a ser questionada com o advento dos direitos das mulheres e as reivindicações dos movimentos feministas resultando no aumento de atletas mulheres, e posteriormente com a aceitação gradual de atletas homossexuais (ANDERSON; TRAVERS, 2017). E conseqüentemente, a reorganização da estrutura competitiva motivada pela inclusão, acabou por tracejar um ambiente esportivo mais democrático e diversificado.

Atualmente, a reivindicação para a reorganização da estrutura esportiva é motivada pela inclusão dos atletas trans que, muitas vezes, não são compreendidos integralmente nas definições estabelecidas de masculino e feminino nos espaços esportivos. Assim, as campanhas relativamente conservadoras e as políticas de inclusão para permitir que atletas trans concorram de acordo com seu gênero vêm delineando um novo cenário, contestando as diferenças sexuais naturalizadas em um sistema construído ideologicamente de forma binária.

Ao redor do mundo, os países vêm reconhecendo a identidade de gênero dos indivíduos trans, gradualmente. Diante das novas compreensões acerca das identidades sexuais, a participação de pessoas trans nos eventos competitivos tem 'transgredido' a organização binária dos esportes, estabelecida na maioria das modalidades, e demonstrado que, apesar da complexidade, possui

caráter potencialmente transformador e inclusivo (INTERDONATO; VIEIRA, 2019).

Conforme já mencionado, as discussões convergem sobre as possíveis vantagens causadas pelos andrógenos (principalmente a testosterona), e incidem, majoritariamente, acerca da participação de mulheres trans nas competições esportivas, pois, em razão dos altos níveis de testosterona endógena (quando a testosterona não foi bloqueada para um nível equivalente ao de uma mulher cisgênero), discute-se se estas atletas possuem alguma vantagem no esporte competitivo. Por outro lado, não há muito embate acerca da participação dos homens trans, pois considera-se que estes não possuem vantagem atlética, apesar de aumentarem os níveis de testosterona caso optem por fazer a transição médica com hormônios sexuais cruzados (JONES et. al, 2017).

Em sua pesquisa, Gooren e Bunck (2005) mediram a massa muscular das pessoas trans (por meio de ressonância magnética) e os níveis hormonais (por meio de análise de urina e sangue) comparando o período antes e após um ano de tratamento com hormônios sexuais cruzados. E assim, foi perceptível que, os níveis de testosterona dos homens trans aumentaram significativamente, tornando-se compatíveis com a produção hormonal de homens cisgênero, após o tratamento hormonal cruzado. Nesta mesma amostra, eles também descobriram que, após o período mencionado, a massa muscular dos homens trans havia aumentado e estava dentro da mesma faixa que as mulheres trans que não receberam tratamento com hormônio cruzado. Em relação às mulheres trans, descobriu-se que os níveis de testosterona e a massa muscular reduziram significativamente após um ano de tratamento com hormônios sexuais cruzados. No entanto, a massa muscular permaneceu consideravelmente maior se comparada aos índices dos homens trans que não receberam tratamento com hormônio sexual cruzado. Assim, Gooren e Bunck (2005) concluíram que homens trans são capazes de competir sem vantagem atlética após realizar o tratamento hormonal cruzado durante um ano. Até certo ponto isso também se aplica às mulheres trans, no entanto, ainda permanece um nível de incerteza devido a uma grande massa muscular mesmo após o tratamento hormonal cruzado, no período de um ano.

Em suma, a discussão acerca da vantagem atlética ainda é limitada às escassas pesquisas que exploraram diretamente como os níveis de hormônios androgênicos estão associados à competência atlética nas populações de cisgêneros e trans, alimentando outros questionamentos acerca da memória muscular. Porém não se devem afastar os resultados alcançados até aqui, que demonstram que as modificações e efeitos corporais resultantes do tratamento hormonal cruzado e também dos bloqueadores de testosterona, tem garantido certa equidade nas competições esportivas (JONES et al., 2017). Pois, os referidos resultados têm sido os propulsores para que as organizações esportivas desenvolvam e implementem políticas esportivas de inclusão de pessoas trans, inclusive na esfera olímpica, como veremos adiante.

AS POLÍTICAS OLÍMPICAS DE INCLUSÃO DE PESSOAS TRANS

Diante dos estudos realizados acerca da terapia hormonal cruzada e dos bloqueadores de testosterona, em 2004, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou que as pessoas trans que iniciam a transição após a puberdade têm permissão para competir no esporte de acordo com sua identidade de gênero, desde que tenham realizado a cirurgia de transgenitalização, sua identidade tenha sido legalmente reconhecida, e que tenham se submetido ao tratamento de hormônio sexual cruzado por pelo menos 2 anos e vivido de acordo com seu gênero durante esse tempo. Esta política esportiva internacional foi pioneira e acabou sendo adotada por diversas organizações esportivas ao redor do mundo.

Porém, embora tenha sido elogiada por seus esforços em incluir os atletas trans, ela era excludente por não contemplar os atletas trans que estivessem em processo de transição ou que não houvessem realizado a cirurgia de transgenitalização (CARROL, 2014). A política de 2004 do COI, portanto, adotava uma definição muito restrita que excluía uma grande proporção de pessoas trans. Além disso, a política parece ter sido desenvolvida exclusiva para mulheres trans, pois se considerava que homens trans não possuem vantagens competitivas na maioria dos esportes. Inclusive, inexistia justificativa baseada em evidências para a escolha do período de dois anos como a duração do tratamento com hormônio sexual cruzado (antes da competição esportiva), enquanto que diferenças individuais nos níveis de hormônios no sangue ou o uso de bloqueadores

de testosterona não eram considerados (CAVANAGH; SYKES, 2006).

Após doze anos, antes dos Jogos Olímpicos sediados no Rio de Janeiro em 2016, o COI anunciou mudanças em sua política esportiva competitiva para pessoas trans. A nova política sugere que os homens trans são capazes de competir em uma categoria masculina sem quaisquer restrições, e que as mulheres trans podem competir em uma categoria feminina se declararem seu gênero como feminino por pelo menos 4 anos e seus níveis de testosterona no sangue estiverem abaixo de 10 nmol/L, por pelo menos 12 meses antes da competição. Entretanto, cada caso será revisado individualmente para determinar se 12 meses é uma quantidade suficiente de tempo para suprimir os níveis de testosterona a um nível apropriado.

Logo, a política esportiva mais recente pode ser considerada uma melhoria se comparada à anterior, pois analisa, de forma subjetiva, a diferença individual em relação aos níveis de hormônios sanguíneos além de dispensar a realização de cirurgia para competir em sua categoria de gênero. E desta forma, acaba por incluir uma quantidade maior de atleta trans e permite, de forma menos obstaculizada, sua participação nos Jogos Olímpicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura esportiva possui como um de seus alicerces a garantia do fair play, previsto na Carta Olímpica, sendo este, considerado um dos conceitos básicos do esporte. Sua finalidade tem como pressuposto evitar vantagens desiguais no mundo competitivo e para isto utiliza-se da binariedade das identidades sexuais e também proíbe do uso de substâncias de aumento de performance. Mas essa polarização do mundo atlético teve muitas polêmicas ao longo da história a partir do momento em que mulheres com características físicas masculinas começaram a ser alvo de preconceito e dúvida. Vale inclusive, ressaltar que estas questões acerca estrutura esportiva não obstaculiza apenas a participação de pessoas trans, mas também de atletas intersexuais.

Embora alguns defendam a criação de categorias exclusivas para estes atletas, a frase “cada caso é um caso”, ou seja, a análise subjetiva deve ser aplicada às histórias que emergem mundo afora. A ciência carece de trabalhos multidisciplinares e sólidos que possam fortalecer qualquer tipo de conclusão no meio esportivo, e desta forma, torna-se necessário fomentar a discussão, nutrí-las, para produzir resultados mais conclusivos e inclusivos. Algumas pesquisas apoiam a recomendação do COI e mostram que mulheres trans submetidas à supressão hormonal da testosterona, após um ano de tratamento cruzado, apresentam diminuições de massa, força muscular e densidade óssea. Porém, tais estudos são alvo de embate de questões acerca da existência de memória muscular. Curiosamente, no caso da participação de homens trans, não há obstáculos para que estes possam competir em eventos esportivos.

Diante da emergente discussão global sobre gênero, bem como a conquista gradual de direitos e reconhecimento da população trans, o debate se mostra imprescindível. E embora não tenhamos tido nenhum caso documentado sobre a participação de atletas trans em jogos olímpicos, é perceptível que é apenas uma questão de tempo para sermos testemunhas desse fato histórico, felizmente.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, E., TRAVERS A. *Transgender Athletes in Competitive Sport*. London. Routledge. 2017.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CARROLL J.H. The inclusion of transgender students in United States school-based athletics. In: Hargreaves J, Anderson E. *Routledge handbook of sport, gender and sexuality*. Routledge; 2014. p. 367–75.
- CAVANAGH S, SYKES H. Transsexual bodies at the Olympics: the International Olympic Committee's policy on transsexual athletes at the 2004 Athens summer games. *Body Society*. nº12, 2006. p.75–102.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Vol. 1. Rio de Janeiro. Graal, 2001.
- GOOREN L, BUNCK M. Transsexuals and competitive sports. *European Journal Endocrinology*, nº151, 2005, p.425–429.

HANDELSMAN D.J, GOOREN L.J. Hormones and sport: physiology, pharmacology and forensic science. Asian J Androl, 2008.

INTERDONATO, G. L.; QUEIROZ, M. C. "Trans-identidade": a transexualidade e o ordenamento jurídico. Curitiba: Editora Appris, 2014.

_____; VIEIRA, T. R. "Trans-gredindo" as barreiras no esporte: a transexualidade e a inclusão esportiva para além do biológico. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). Transgêneros. 1 ed., Brasília: Zakarewicz Editora, 2019, v. 1, p. 687-702.

JONES B.A, ARCELUS J, BOUMAN M. P, HAYCRAFT E. Sport and transgender people: A systematic review of the literature relating to sport participation and competitive sport policies. Sports Med. nº47, 2017, p.701-716.

LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo, e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. PIRES, B. G. As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: Intersexualidade, doping, protocolos e resoluções. Sexualidade, Saúde e Sociedade, nº24, 2016, p. 215-239.

ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SANCHES, P. C. Mudança de nome e da identidade de gênero. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo. São Paulo: RT, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995.

SILVEIRA, V. T., VAZ, A. F. Doping e controle de feminilidade no esporte. Cadernos Pagu. 2014, n. 42, p. 447-475.

SYKES H. Transsexual and transgender policies in sport. Women Sport Phys Act. nº 15. 2006. p. 3-13.

VIEIRA, T. R. Transexualidades In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo. São Paulo: RT, 2011. p. 541-558.

ZAMBRANO, E. Trocando os documentos. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.



09

LITERATURA E ARTE LGBTI+

ARACNA SWAN: SUBVERSÃO DE GÊNERO NO BALLET CLÁSSICO PELA SAPATILHA DE PONTAS

Cristiano Paiva Mercês¹

RESUMO

Este trabalho pretende lançar o olhar sobre os papéis de gênero desempenhados na técnica do ballet clássico, que se mantém rígidos dentro de uma lógica cis-heteronormativa. São levantados elementos que, durante o desenvolvimento do ballet, contribuem para demarcar as diferenças entre bailarinas e bailarinos, e que destinam a sapatilha e pontas como um objeto de uso exclusivo feminino. Além disso, busca-se encontrar alguns movimentos de transgressão aos padrões de gênero durante alguns períodos do ballet. Por fim, é proposta a subversão de gênero nessa técnica, pela criação da drag queen bailarina Aracna Swan, que nasce da inconformidade as normas que vigoram nessa prática de dança, e que se dá pela apropriação da sapatilha de pontas.

Palavras-chave: Ballet. Drag Queen. Subversão. Sapatilha de Pontas. Papeis de Gênero.

A SAPATILHA DE PONTAS E OS PAPEIS DE GÊNERO

Compreendo que a sapatilha de ponta é hoje, se não a maior, uma das maiores representantes do feminino no *ballet* clássico. Que bailarina nunca sonhou em dançar nas pontas? Quantas bailarinas, mesmo em meio a dor, continuaram a insistir nesse sonho? Quantas bailarinas se sentiram realizadas ao ir aos palcos na pontas? Como é possível que um objeto cause tantas emoções contrastantes? De fato, a sapatilha de ponta demarca um lugar, o lugar da bailarina, que se eleva, que está acima do humano. As pontas têm o poder de legitimar a bailarina como ser inalcançável, idealizado, separando-a, inclusive, do bailarino que é humano, real e falho.

O *ballet*, logo nos seus primeiros anos, demonstrou profundo interesse pelos pés. Segundo Homans (2010 *apud* RIGOBON 2016), inicialmente quando o *ballet* foi descrito, muitos movimentos do corpo não foram determinados, por outro lado, os movimentos dos pés foram descritos minuciosamente. “Esses movimentos são tão específicos, que essa pode ser a razão de cada movimento de *ballet* ser chamado de passo” (RIGOBON, 2016, p. 8).

Os calçados utilizados nesse gênero de dança passaram por diversas modificações. Tais transformações acompanharam a evolução dessa dança, que se tornou mais complexa e, portanto, necessitou de calçados que permitissem maior agilidade dos pés e posteriormente maior desempenho técnico. Entretanto, não foi apenas sua função prática que se alterou, os sapatos – comumente conhecidos como sapatilhas – passaram a indicar diferenças entre personagens (humanos e sobrenaturais) e de gênero (bailarino e bailarina), como afirma Harris (2003),

Os calçados no ballet sugerem várias distinções que podem ser feitas entre bailarinos. A primeira e mais óbvia é a diferença de gênero. Mulheres usam sapatilha de ponta, e homens usam sapatilha de meia ponta [...]. [No período romântico], a primeira diferença de traje e coreografia é que enquanto a personagem etérea encarna tudo o que é leve, tênue e vertical, sua colega terrena usa sapatilha de meia ponta ou sapatos a caráter, e dança de uma maneira mais forte e com os pés no chão. Por isso, as sapatilhas de ponta facilmente indicam o desejado, o inatingível, o belo, temas passados em todos ballets Românticos (HARRIS, 2003, p. 4, tradução nossa).

O período romântico do *ballet* vai de 1830 a 1970, e foi influenciado por um movimento que abrangeu todas as formas de arte da época. Temas relacionados a natureza, mitos sobrenaturais, paixões avassaladoras e profunda melancolia serviram de inspiração para autores literários desse período, que foram seguidos por libretistas e coreógrafos. “Em 1927, ‘La somnambule’ do francês Aumer, foi considerado por muitos críticos como o primeiro ballet romântico da história” (CAMINADA, 1999, p 136). Apesar disso, foi *La Sylphide*, de Filippo Taglioni, estreado em 1832, que ficou conhecido como o primeiro *ballet* romântico.

A busca pela verticalização dos bailarinos, a fim de reforçar os ideais românticos resultou no aparecimento dos saltos realizados pela bailarina, bem como sua elevação e sustentação por meio de fio invisíveis permitindo que ela colocasse apenas os dedos dos pés no chão (CAMINADA, 1999). O que também deu passagem para o surgimento da sapatilha de pontas. O feito de ser a primeira

¹ Mestrando em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Bahia. E-mail: tianomercês@gmail.com

bailarina a dançar um *ballet* inteiramente nas pontas é dado a Marie Taglioni em *La Sylphide*. Nesse momento o bailarino perde ainda mais espaço nos palcos, já que agora serve de suporte para sua *partner*. Segundo Garafola (1985-86), a poesia, expressividade e graça se tornaram uma competência reservada às mulheres e a feminilidade se tornou a ideologia do *ballet*.

A supremacia da bailarina² se mantém até a mudança do *ballet* da França para a Rússia. “A incorporação das danças populares russas pelos coreógrafos estrangeiros trouxe de volta a imagem masculina, fazendo do bailarino o exemplo máximo da energia robusta masculina. (CAVRELL, 2012, p. 62). Cria-se então uma oposição entre bailarinos e bailarinas, leveza e fragilidade para elas, e força e coragem para eles.

A sapatilha de pontas, ao longo dos anos, passa por algumas transformações, chegando a influenciar o desenvolvimento técnico das bailarinas, com o aparecimento de novos movimentos, como os trinta e dois *fouettés en tournant*³, realizados por Pierina Legnani pela primeira vez no *ballet Cinderalla*, repetindo a proeza em *O lago dos cisnes* (CAMINADA, 1999).

As sapatilhas de pontas chegam ao século XX, e posteriormente ao séc. XXI, através dos *ballets* criados por Fokine, Massine e Balanchine para os *Ballets Russes* sob a direção de Diaghilev. Irina Baronova e Tamara Toumanova realizaram sessenta e quatro *fouettés*, seis *pirouettes*⁴ sem suporte e longos *balances* para o deleite e aplausos das plateias. (CREATIVE ACADEMY, s/p, s/a). Apesar da evolução técnica alcançada pelas bailarinas e das mudanças na estrutura da sapatilha, seus materiais básicos são antiquados: couro, aniagem, papel, cola e pequenos pregos, o que cria um grande problema para as bailarinas de hoje. Uma sapatilha de ponta nova é excessivamente dura, porque a palmilha e a caixa são excessivamente fortes. Uma vez quebrada, permitindo a articulação do pé realizar facilmente os saltos e subir na meia-ponta, dura pouquíssimo tempo. Usá-las é mais doloroso do que precisa ser e pouco é feito para minimizar o trauma ao dançar em superfícies duras (SANTOS, 2009, p. 30).

É importante salientarmos a íntima ligação entre a tríade *ballet*, bailarina e sapatilha de ponta, que vigora no imaginário coletivo. Ao mencionar a palavra *ballet*, comumente, surge a imagem de uma bailarina “na ponta dos pés” girando com a mãos sobre a cabeça. A figura masculina, em geral, não é associada a essa atividade. “*Ballet* é coisa de menina” é uma das frases que gerações de crianças ouvem e que, ao longo dos anos, reforça a ideia dessa prática sendo uma atividade exclusivamente feminina. As salas das escolas que ensinam esse gênero de dança são preenchidas por dezenas de meninas, com poucos ou nenhum representante masculino.

A presença do homem no *ballet* é associada a homossexualidade e “torna-se evidente uma ordem compulsória do sexo/gênero/desejo manifesta na lógica binária” (SANTOS, 2009, p. 51). Se o *ballet* é uma atividade destinada ao feminino, um homem, ao ingressar nessa prática, estaria revelando sua sexualidade orientada para o mesmo gênero. Em uma sociedade machista, o medo de repressões oriundas do preconceito resulta no afastamento dos homens do *ballet*.

Apesar da relação feita entre *ballet*, homem e homossexualidade, não se pode esperar que este realize o papel da bailarina e vice-versa. Cada um possui atribuições extremamente definidas e distintas. Segundo Ann Daly (1997), a bailarina é o objeto de desejo masculino, enquanto ele atua de forma mais ativa nas obras. Mesmo que os papéis principais fossem destinados a ela, era o bailarino que lidava com conflitos e tomavam decisões (DALY, 1997 *apud* SANTOS, 2009). As diferenças entre gêneros são refletidas nas vestimentas, no desenvolvimento técnico, nas mímicas, nos corpos, nas movimentações e treinamentos. Partindo dessas oposições, Santos questiona:

2 É importante termos claro que a posição de destaque alcançada pelas mulheres nessa técnica fica resumida aos palcos, pois funções como a de coreógrafo, diretor e mestre de ballet, ainda são exclusividades masculinas.

3 “Este é um giro popular, no qual as (os) bailarinas (os) executam uma série de giros na perna de suporte enquanto são impulsionados pelos movimentos de chicote da perna de trabalho. A perna que chicoteia deve estar na altura do quadril com o pé fechando no joelho da perna de base” (GRANT, [1967] 1982, p. 72, tradução do autor).

4 Rodopios, giros. Um giro completo do corpo em um pé, na ponta ou meia ponta. *Pirouettes* são feitas *en dedans*, girando para dentro em direção da perna de apoio, ou *en dehors*, girando para fora na direção da perna levantada [...]. *Pirouettes* podem ser realizadas em algumas posições determinadas, como *sur le cou-de-pied*, *en attitude*, *en arabesque*, *à la second*, etc (GRANT, [1967] 1982, p. 106, tradução do autor)

se o discurso do balé endossa os padrões de gênero na sua forma *naturalizada*, utilizando-se da clássica e tão controversa oposição binária masculino-feminino, não poderiam os meninos ter mais interesse na dança, visto que ela delinearía sua força, habilidade e resistência, enfim, seus traços de masculinidade? Nas narrativas, não são os homens que agem e fazem as escolhas, endossando a noção de superioridade masculina? Apesar de todas essas, digamos, *vantagens* em relação às mulheres, o balé segue configurado como uma atividade feminina (SANTOS, 2009, p. 50).

A autora retorna ao *ballet* romântico para explicar as origens desse fato, onde a atuação do bailarino era permitida nas partes de ação, ou seja, “o problema da participação do homem na dança clássica estaria localizado nos momentos em que ele não age, ou seja, não dá suporte ou manipula a bailarina, e não interpreta seu teatro gestual” (SANTOS, 2009, p. 50). Sem esses elementos, restaria ao bailarino os movimentos puros de dança, que o colocariam na posição de (objeto) observado, uma posição que não era – e ainda não é – aceita socialmente.

O *ballet* continua, portanto, historicamente fundamentado, a ser relacionado à leveza e delicadeza, características atribuídas ao feminino. A supremacia da bailarina nessa técnica é reafirmada pela introdução da sapatilha de ponta, que aparece como artefato de ascensão técnica e realce do papel feminino. Essas ideias se enrijeceram de tal maneira ao longo dos anos que parece utópico pensar em um afrouxamento das normas vigentes.

SUBVERSÃO DE GÊNERO NO BALLE

A forma como o gênero é compreendido vem se transformando ao longo dos anos, e, como já pudemos perceber, o *ballet* clássico tem muito bem definidos os papéis de gênero em sua técnica. Nesse momento, porém, levantarei alguns exemplos de subversão de gênero encontrados em diversos períodos dessa técnica.

Iniciamos ainda no século XIX, um período que, mais do que qualquer outro na história do *ballet*, pertenceu à bailarina (GARAFOLA, 1985-86). Com o advento do Romantismo, a criação do ideal etéreo da bailarina, representado principalmente por Marie Taglioni, e os avanços técnicos das bailarinas, os homens tiveram seus papéis reduzidos nos *ballets*. A “bailarina em trajes masculinos tomou a posição do bailarino no corpo do ballet e como *partner* da bailarina” (GARAFANOLA, 1985-86, p. 35, tradução nossa). Ela agora era responsável por viver papéis como marinheiros, toureiros, cavaleiros, deslocando o bailarino do centro do *ballet*. O *ballet Coppelia* (1870) – encenado até os dias atuais -, apresentou “uma bailarina em trajes masculinos para representar Franz, principal papel masculino” (CAMINADA, 1999, p. 142), tamanha era a decadência do bailarino na França.

Dando um salto na história, chegamos a 1890, quando o *ballet A bela adormecida* estreou, que contou com Enrico Ceccetti no papel de Carabosse (fada má) (CAMINADA, 1999). Muitas companhias atualmente destinam o papel a uma bailarina, entretanto, ainda são encontradas companhias que, como na primeira versão, tem um bailarino no papel de Carabosse.

Em 2017, o Houston Ballet, apresentou uma versão inovadora de *Cinderella*, na qual os papéis de madrastra e irmãs de Cinderella, foram interpretados por homens, que tiveram aula de pontas para desempenhar as personagens. Essa é uma importante questão a ser observada, pois até então apenas a companhia que satiriza os grandes *ballets* – Les Ballets Trockadero de Monte Carlo – faziam uso das pontas. No entanto, uma renomada companhia de *ballet*, ao destinar essa técnica aos homens revela que as compreensões de gênero estão sendo modificadas, ainda que de maneira lenta.

Definitivamente, Les Ballets Trockadero de Monte Carlo é o maior exemplo que podemos trazer para dialogar sobre subversão de gênero no *ballet*. A companhia, segundo seu próprio site, foi fundada em 1974, pelo desejo de performar o *ballet* clássico de forma divertida, paródica e em trajes femininos. Logo no ano seguinte o trabalho dos TROCKS, como são conhecidos, ganhou notoriedade graças à mistura de seus conhecimentos em dança, comédia e “o espantoso fato de que homens podem, de fato, dançar nas pontas sem cair de cara” (LES BALLETS TROKADERO DE MONTE CARLO, s/a. s/p, tradução nossa).

Com seu crescimento e profissionalização a companhia contratou um professor e uma mestra de *ballet* para ministrarem e supervisionar aulas e ensaios. Os TROCKS têm em seu repertório trabalhos de *ballet* clássico e dança moderna, mantendo muitos deles fieis aos originais. A comédia

se dá pelo exagero de quedas, fraquezas e erros durante as coreografias. “O fato de homens dançarem todos os papéis – corpos pesados equilibrados delicadamente nas pontas como cisnes, sílfides, espíritos da água, princesas românticas, damas vitorianas angustiadas – realça, ao invés de, zombar do espírito da dança como forma de arte deliciando e divertindo os mais experientes, bem como os novatos, na plateia” (LES BALLETS TROKADERO DE MONTE CARLO, s/a, s/p, tradução nossa).

Os TROCKS tem em seu arcaçouço tanto personagens femininas quanto masculinas, performando, dessa forma, ambos os gêneros. Ao performarem o feminino, porém, desmistificam algumas “verdades”, há tanto tempo reproduzidas, como quando “demonstram que nem sempre o uso restrito da sapatilha de ponta para mulheres tem uma justificativa fisiológica” (SÃO JOSÉ, 2011, p. 8). Entendemos quais as razões para que se tenha criado esse mito, quando percebemos que as mulheres são direcionadas ao uso da sapatilha de ponta ainda no início da sua adolescência, enquanto a maioria dos homens passa a vida toda sem entrar contato com ela. Assim como o discurso que, entre outras coisas, afirma que meninas naturalmente gostam de bonecas e meninos gostam de bola, no *ballet*, compreende-se como “inata” às bailarinas a habilidade nas pontas, quando, na verdade, é apenas um discurso/ação que, por ser reiterado há tanto tempo, cria a ideia de naturalidade.

Uma de suas obras mais aclamadas é a versão de “A morte do cisne”, original de Fokine, criada em 1907. É inegável o elevado desempenho técnico alcançado pelos TROCKS ao dançarem a sua versão, cheia de comicidade, sobre a qual nos fala São José, entendemos que os dançarinos subvertem pela paródia, ironizam com humor e comicidade nos gestos e movimentos dos braços do cisne, uso do figurino tutu, as penas do cisne não cessam, numa queda ininterrupta da saia e uso da sapatilha de ponta. Assim, o cisne leva um tiro na barriga, o braço fica paralisado desencadeando a paralisação de todo um lado do corpo, onde finalmente desfalece enforcado pelo próprio braço (SÃO JOSÉ, 2011, p. 7).

Em 1974, um grupo de bailarinos fez algo que até então seria inaceitável, subiram nas pontas, e conquistaram o público por meio do humor, que os firmou no cenário da dança internacional, chegando com a sua concepção revolucionária até os nossos dias. Acima de tudo, o Les Ballets Trokadero de Monte Carlo mostra que a sapatilha de pontas não tem gênero, dando passagem para outras formas de lidar com as questões de gênero na dança, mesmo no *ballet* que, como vimos, tem em sua constituição os papéis de gênero muito bem delimitados.

Trago, por fim, uma obra que considero reunir tanto uma subversão estética quanto de gênero: a versão de “O lago dos cisnes” de Matthew Bourne. A primeira quebra de padrões está nos cisnes, elementos centrais do enredo, eternizados como representantes do feminino, e que, no entanto, nesta obra são encarnados por bailarinos. Portanto, esta é a história de amor entre dois homens, o que considero a maior transgressão da obra. “Eles abraçam, acariciam e tocam o corpo um do outro de uma forma muito pouco convencional para bailarinos de balé clássico do sexo masculino” (VIERIA, 2011, p. 4).

Em relação aos cisnes, os movimentos delicados e suaves dão lugar aos fortes e vigorosos. Essa escolha poderia reforçar os estereótipos ligados aos papéis desempenhados pelos gêneros, o que logo em seguida é colocado em questão, como aponta Vieira (2011).

No segundo ato, no entanto, Bourne coreografou um acervo de movimentos para bailarinos que criaram diversos tipos de qualidades dinâmicas e expansivas. Em duetos e coreografias desta parte da obra, além da predominância de movimentos intensos, bruscos e enérgicos, também há aqueles que são leves, sustentados e lentos, qualidades de movimento que são normalmente realizadas por bailarinas (VIEIRA, 2011, p. 4).

Além disso, os realizados duos, ou *pas de deux* (passo de dois), que tradicionalmente são realizados por um bailarino e uma bailarina, no qual aquele é responsável por dar suporte e carregar esta, na obra de Bourne são realizados por dois bailarinos do sexo masculino. As normas convencionais são quebradas quando um bailarino é carregado, o que revela uma fragilidade masculina, que pouco se vê nas composições de *ballet*. Esta versão de *O lago dos cisnes* apresenta um conjunto de subversões estéticas e de gênero que são muito importantes dentro do cenário da dança (mas não somente) para que dialoguemos com temas que precisam de atenção, e que, no entanto, acabam

ficando à parte, sobretudo por conta do tradicionalismo.

CALÇANDO A TÉCNICA

Sou atravessado por todas essas questões no curso técnico em Dança Clássica, da Universidade Federal do Pará, no ano de 2016, na disciplina técnica de pontas. A turma apresenta um equilíbrio entre pessoas do sexo feminino e masculino, entretanto, é perceptível que o legado deixado por Marie Taglioni não pode ser acessado por mim – ainda que hoje eu não me veja dentro dos padrões binários de gênero, masculino-feminino -, mesmo que as aulas fossem direcionadas a todas/todos alunas/alunos.

Passo pela disciplina apenas para cumprir carga horária, pois somente as bailarinas recebem o devido acompanhamento técnico, ainda que eu passasse pelos mesmos enfrentamentos, sempre com muita dor, já que esse era meu primeiro contato com tal técnica. Além disso, somente a elas foi dado o privilégio de utilizarem a técnica na cena.

Foi pelo desejo de experimentar cenicamente o que é utilizar uma sapatilha de pontas é que inicio um processo, por vezes, independente de apreensão da técnica, sem recursos ou espaço adequado para seu desenvolvimento. Como eu havia iniciado na técnica a pouco tempo, o treinamento consistia primeiro em realizar os exercícios, passados na disciplina, que eu conseguia lembrar. Considero muita sorte eu não ter tido nenhuma lesão grave, pois não havia nenhuma supervisão no início.

Além do risco físico, sem um olhar atencioso eu não poderia fazer as correções necessárias para um melhor desempenho. Foi, então, que contar com o auxílio da amiga e então colega de turma Alice Amarante. Ela possui experiência de muitos anos como bailarina, além de ser professora de *ballet*, sendo assim, pôde contribuir muito para o meu treinamento nas pontas. Ela trouxe novas sequências de exercícios, mas eu ainda sentia muita dificuldade em realizá-las, ela, no entanto, insistia para que eu continuasse tentando, o que foi muito bom, pois dessa forma consegui alguma evolução, ainda que pequena, já que antes, nas primeiras dores, eu logo tirava as pontas. Ela sempre enfatizava os pontos que eu deveria tomar cuidado, até que eu conseguisse criar consciência da maneira correta de realizar o movimento. Os treinamentos aconteciam no hall da casa de estudantes onde eu morava, mas amplo que meu quarto, onde eu praticara até então, sendo as cadeiras, cama e janela, substituídas por grades de proteção e colunas de sustentação – nomes que considero muito apropriados.

A partir do momento em que comecei a realizar os movimentos com mais qualidade, comecei a experimentar algumas movimentações que eu poderia utilizar nas composições coreográficas. Procurei utilizar movimentos que representassem os dois animais que me serviram de inspiração para compor tanto a *drag* quanto suas performances: a aranha e o cisne. Eu tinha várias referências sobre os movimentos dos cines, afinal, em uma rápida pesquisa sobre *O lago dos cisnes* na internet já apresenta uma grande quantidade de conteúdos sobre diversas versões da obra. Sendo assim, o que eu precisei fazer foi experimentar esses movimentos e entender como eles funcionavam no meu corpo.

Meu maior desafio, portanto, foi a descobrir movimentos que pudessem representar a aranha. Comecei um processo de laboratório de pesquisa de movimentos. A partir daí, decidi que uma boa forma seria aproximar mais o corpo do chão, o que auxiliaria, inclusive, em criar um contraste maior entre os dois seres. Braços e pernas passaram a se movimentar como patas, os movimentos eram realizados de forma mais direta e rápida, além de procurar por torções e movimentos quebrados.

Tendo construído uma concepção corporal a partir do treinamento na técnica de pontas, pude, com a *drag queen*, finalmente concretizar a vontade de dançar nas pontas. Pois, como afirmam Santos e Pavan, “elas [drag queens] carregam em si o teor de questionamento acerca dos valores morais e sociais presentes em nossa sociedade” (SANTOS e PAVAN, 2009, p 1). Dessa forma, nasce da união improvável de aranha e cisne, a *drag queen* bailarina Aracna Swan.

O cisne representa a sua ligação com o *ballet*, pois toma como referência um dos maiores símbolos femininos, que nasce com a obra *O lago dos cisnes* (1895), na versão do coreógrafo Marius Petipa, que reúne um elevado grau de execução técnica e interpretativa de suas personagens

principais – os cisnes branco e negro. A aranha representa a transgressão, pois é um animal considerado feio, asqueroso e peçonhento por muitas pessoas. Além disso, na mitologia grega, Arachne é uma jovem tecelã que desafia a deusa Atena, e que é transformada em aranha. Aracna é, portanto, a criatura que desafia o *ballet* clássico. Aracna Swan adentra esse espaço, não para se conformar as suas rígidas normas, mas para questionar e tencionar suas estruturas.

Sua principal transgressão é a reivindicação do uso da sapatilha de pontas, já que a mesma é destinada a figura do feminino e a *drag queen* apresenta, ainda que performativamente, essa imagem. Sua subversão de gênero lhe garante a apropriação dessa técnica, que em suas performances ganham uma outra dimensão, já que se trata de um corpo feminino artificialmente produzido, cuja apreensão técnica não se deu da mesma forma das bailarinas.

Aracna desestabiliza as fronteiras do que pode ou não ser feito nesse gênero de dança, não por meio da sátira como fazem os Trocks, mas por meio de sua feminilidade, sensualidade, elegância e beleza, e ao mesmo tempo, estranheza e rudeza. Com suas patas, ocupa um lugar que, por muito tempo, lhe foi negado e propõe uma ampliação do entendimento sobre essa prática, para que outras aranhas, e também ratos e baratas se juntem a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradicionalidade do *ballet* é muito difícil de ser quebrada, por ser essa uma dança sistematizada a mais de 500 anos e que, portanto, reflete o pensamento que vigorava naquele contexto. Entretanto, não podemos encarar essa prática de dança como estática, e simplesmente reproduzir esses códigos sem problematizá-los. Desde a criação do ballet até hoje, são percebidas transformações técnicas, estéticas e metodológicas no seu cerne, todavia, no que diz respeito aos papéis de gênero ali desempenhados, poucas mudanças foram percebidas. Bailarinos e bailarinas são diferenciados por uma série de normas muito bem definidas que ditam como seus corpos serão moldados, apreciados e dentro de que estrutura poderão relacionar-se.

Mesmo que as fronteiras dos papéis de gênero sejam muito visíveis, comumente associa-se o *ballet* a uma prática feminina, o que requer dois trabalhos distintos: um seria a desmistificação do *ballet* como parte somente do universo feminino; o outro, consistiria em romper os limites que separaram bailarinas e bailarinos, permitindo que pessoas fora desse binarismo possam adentrar nesse espaço.

O que se propõe aqui é apresentar a *drag queen* como figura subversiva, que não somente deixa evidente as normas de gênero vigentes nessa técnica, mas também as transgride ao usar a sapatilha de pontas. Em diversos campos da sociedade os padrões existentes estão sendo tencionados e repensados, a dança não pode se manter aquém a essas questões, principalmente, porque arte é política e propõe novas formas de viver e entender o mundo, respeitando subjetividades e identidades. Por esse motivo, ela deve estar aberta a todos que queiram fazer parte dela.

REFERÊNCIAS

CAMINADA, Eliana. História da dança: evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

CAVRELL, Holly Elizabeth. Dando corpo à história. Tese de doutorado Campinas, SP: 2012. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/284369>> Acesso em: 07/09/2018.

CREATIVE ACADEMY. A brief history of pointe dancing. Disponível em: <<http://www.creativeacademy.org/wp-content/uploads/2018/01/DANCE-HISTORY-SESSION-2-POINTE.pdf>>. Acesso em: 04/06/2018.

GARAFOLA Linn, The travesty dancer in nineteenth-century ballet. Dance Research Journal Vol. 17/18, Vol. 17, no. 2 - Vol. 18, no. 1 (Autumn, 1985 - Spring, 1986), pp. 35-40. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1478078?seq=1#page_scan_tab_contents> Acesso em: 23/08/2018.

GRANT, Gail. Technical manual and dictionary of classical ballet (Third revised edition). New York: Dover Publications, Inc, [1967] 1982.

HARRIS, Kristin M. An examination of the pointe shoe as artifact through ethnographic and gender analysis. Material Culture Review / Revue de la culture matérielle, v 58, n 1, Fall/Automne 2003. Disponível em: <<https://journals.lib.unb.ca/index.php/MCR/article/view/17955>> Acesso em: 13/05/2018.

LES BALLETS TROCKADERO DE MONTE CARLO. History. Disponível <<https://trockadero.org/about-us/history/>>. Acesso em: 18/11/2018.

RIGOBON, Alexandra. Polyurethane inserts for comfort and injury prevention while dancing en pointe. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology. 2016. Disponível em: <<https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/104151>> Acesso em: 10/06/2018.

SANTOS, Joseylson Fagner dos; PAVAN, Maria Ângela. "DRAGSTARS": gestos, segredos e cores de uma experiência queen. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Teresina, 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14180013-Dragstars-gestos-segredos-e-cores-de-uma-experiencia-queen-1.html>>. Acesso em 07/05/2017.

SANTOS, Tatiana Mielczarski dos. Entre pedacinhos de algodão e bailarinas de porcelana: a performance artística do balé clássico como performance de gênero. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21386/000737079.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13/06/2018.

SÃO JOSÉ, Ana Maria de. Subversão e performance de gênero no balé a morte do cisne. Anais Do V Fórum Identidades E Alteridades Gepiadde/Ufs/Itabaiana, 2011. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/984/1/SubversaoGeneroBale.pdf>>. Acesso em: 10/06/2018.

VIEIRA, Alba Pedreira. Analisando imagens dançantes do "Lago dos Cisnes", de Matthew Bourne. VI Reunião Científica da ABRACE. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.portalabrace.org/vireuniao/pesquisa-danca/14.%20VIEIRA,%20Alba%20Pedreira.pdf>>. Acesso em: 11/01/2019.

RESUMO

A pesquisa realizada por meio da Iniciação Científica - UNESPAR, entre 2018 e 2019, sob orientação da Professora Doutora Katiucya Perigo, buscou compreender algumas das possíveis conexões entre arte, política e a Teoria Queer. Compreendemos a política para além de seu terreno institucional e presente de forma intrínseca nas produções artísticas. Assim, iniciamos um aprofundamento teórico sobre a Teoria Queer e nos deparamos com críticas sobre o distanciamento entre a teoria e a militância LGBTQI+ no Brasil. Tal fato trouxe o questionamento sobre como a arte contemporânea brasileira que flerta com a Teoria Queer se posiciona. Está mais próxima da militância ou da academia? Analisamos então um exemplo expressivo da atualidade, devido sua repercussão midiática, a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira” de 2017. Em contraponto, analisamos também as intervenções realizadas pelos coletivos Rasgo (RS), Seus Putos (RJ) na mostra. As intervenções puderam ser lidas como arte ativista, pois alinhavam práticas estéticas à militâncias políticas e teciam uma crítica sobre a quase inexistente presença de artistas queer na mostra, além da rasa tentativa de estetização do movimento queer e LGBTQI+. Diante destes acontecimentos, tecemos nesta pesquisa, análises que visam refletir sobre a invisibilização estrutural da comunidade queer, e a dupla maneira de atuação que a arte brasileira recente vêm abordando a temática e teoria, traçando paralelos entre as vias institucionais e as manifestações de arte ativista.

Palavras-chave: Exposição Queermuseu. Teoria Queer. Arte. Ativismo.

INTRODUÇÃO

A política perpassa todos os nossos atos em sociedade, Rancière afirma que “o político se ocupa do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto” (2005, p. 16-17), assim, passamos a compreender a política para além de seu terreno institucional. A arte assume este aspecto essencialmente político, não apenas nas temáticas presentes, mas no aspecto fundamental de gerar conteúdos, discursos e experiências por meio do compartilhamento do sensível.

Visto que a relação que se faz entre arte e política é certamente estreita e não necessariamente se apresenta somente como conteúdo do trabalho artístico. A arte também pode apresentar um caráter ativista, de forma que não apenas fale sobre política, mas a faça diretamente. Mesquita (2008) aponta que a arte ativista provém da “invenção de outras formas de emancipação do sujeito, de uma necessidade de produzir coalizões entre posicionamentos éticos e estéticos aliados aos movimentos de contestação” (MESQUITA, 2008, p. 9). Ou seja, acontece ao passo em que a arte e as militâncias políticas se aproximam.

Quanto à teoria *queer*, outro aspecto desta pesquisa, ela se apresenta como um conjunto de estudos que se constituiu nos anos 1980 nos EUA, a partir da militância LGBTQI+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, interssexuais e *queers*). Compreendendo a teoria *queer* como um nicho de ativismo e militância política nos assuntos de gênero e sexualidade, esta pesquisa tem o objetivo de refletir sobre as conexões entre a chamada teoria *queer* e a arte, abarcando os aspectos políticos e ativistas que as interseccionam. Por meio da análise de eventos e produções artísticas da arte brasileira recente, pretende-se assimilar como a arte conversa com a teoria *queer* e o ativismo LGBTQI+.

TEORIA QUEER E O CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

A teoria *queer* começou a ser desenvolvida por pesquisadores e ativistas estadunidenses no final da década de 1980, com base nos estudos sobre biopolítica do filósofo Michel Foucault. Eles propõem discussões sobre a constituição dos padrões normativos de gênero e sexualidade.

Os primeiros trabalhos dentro da teoria *queer* se dedicam principalmente à crítica da chamada heteronormatividade homofóbica (COLLING, 2007), se refere aos padrões sexuais e comportamentais vistos como únicos socialmente aceitos, posicionando os comportamentos que se desviam do padrão heterossexual, como anormais e abjetos. Os estudos buscam então desconstruir a ideia de que este padrão heteronormativo é natural e biológico, compreendendo assim, que se trata de uma construção cultural que serve uma normativa coercitiva.

A teórica Judith Butler, um dos nomes mais importantes na formação dos estudos *queer*, escreve sobre o que nomeia de “teoria da performatividade”, apontando o caráter performativo do

⁵ Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR – campus Curitiba I – Escola de Música e Belas Artes. Pesquisa realizada com apoio da Fundação Araucária no Projeto de Bolsas para Iniciação Científica, sob orientação da Prof^a Dr^a Katiucya Perigo. E-mail: giovanavespa93@gmail.com

gênero, produto de um regime que divide e hierarquiza por meio da repetição de normas impostas pela divisão binária de gênero. A performatividade do gênero, para Butler (2003, p.18), não deve ser compreendida como um ato único e intencional, mas como uma prática contínua e com referencial, que produz um determinado discurso.

A utilização do termo *queer* na língua inglesa busca positivar e politizar uma palavra vulgarmente utilizada como “forma pejorativa de insultar os homossexuais” (COLLING, p.1), o uso deste termo pelos teóricos busca a resignificação do uso pejorativo da palavra, exaltando o discurso desta população. A palavra *queer*, era comumente utilizada na língua inglesa para se tratar do que a sociedade considera estranho e anormal, e mesmo não tendo uma tradução literal para a língua portuguesa, são os sujeitos que desafiam as normativas de expressão de gênero e sexualidade. Portanto a população LGBTI+.

No entanto, o impacto linguístico da palavra *queer* não é o mesmo quando a teoria chega ao Brasil ou América latina, conforme Larissa Pelúcio, antropóloga e pesquisadora da área. Para a autora, os estudos *queer* “entraram no Brasil pela porta das universidades e não como expressão política vinda do movimento social” (PELÚCIO, 2014, p.6), resultando em uma distância entre o discurso acadêmico e o ativismo da população considerada *queer*.

Tanto a via de entrada da teoria no contexto latino americano, quanto a impossibilidade de tradução literal e de mesmo impacto do termo *queer*, resultou no distanciamento dos reais sujeitos desta discussão. Desde então, os teóricos latinos tentam rediscutir os estudos *queer*, dentro da perspectiva e pujanças particulares da realidade nos trópicos. Santos (2006) discute na sociologia as diferentes elaborações entre a academia e os movimentos sociais ao se tratar dos estudos *queer*, destacando “a importância de um compromisso entre ciência e ativismo como forma de gerar conhecimento e acção útil e relevante no campo dos estudos *queer*”.

Esse laço defendido por Santos, ainda é distante da realidade brasileira e latina, crítica tecida por diversos teóricos, entre estes Pelúcio (2014) que faz uma leitura pós-colonial da teoria *queer*, e pensa na especificidade real do Brasil e América Latina, não somente na linguística, mas na vida social e cultural. Tal questão nos direciona para este paradoxo entre ativismo e academia, entre estudos estadunidenses e leituras pós-colonialistas. Diante desta divergência, onde a arte contemporânea está posicionada? Se analisarmos os acontecimentos e trabalhos artísticos recentes com a temática *queer*, estes se aproximam mais da academia ou do ativismo político?

Um exemplo recente que trouxe grande visibilidade midiática no país para o assunto foi a exposição “Queermuseum: Cartografias da diferença na arte brasileira”. A mostra ganhou evidência devido à protestos conservadores que questionavam o conteúdo da exposição, alegando que as obras fazem apologias às práticas de pedofilia e que continham conteúdos de blasfêmia à símbolos religiosos (EL PAIS, 2007).

Tais críticas se direcionam no sentido de censurar o conteúdo artístico, por meio de uma leitura errônea e ultrapassada da mesma, se desconsidera o caráter subjetivo e crítico da produção artística e a compreende como imagem midiática, aproximando a leitura da obra de arte à de uma propaganda. A causa e resultado deste tipo de crítica é uma leitura conservadora da arte, interpretando-a como cópia da realidade material.

QUEERMUSEU: CENSURA E INTERVENÇÕES

A exposição de curadoria de Gaudêncio Fidélis teve abertura no dia 15 agosto de 2017, no espaço do Santander Cultural em Porto Alegre (RS), com previsão de encerramento para 08 de outubro de 2017. No entanto, devido à amplitude tomada pelas acusações realizadas por redes sociais, propagadas principalmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), a exposição é encerrada com antecedência pela instituição bancária no dia 10 de setembro.

Compreendendo que não é nada vantajoso para a cultura que tal ato de censura volte a acontecer, precisamos ir mais adiante e atentar para o conteúdo superexposto de um discurso que geralmente é silenciado, verificando sua compatibilidade com a militância LGBTIQ+ e a citada teoria *queer*. Alguns acontecimentos nos apontam este caminho para a análise crítica do conteúdo expositivo, no evento de ambas as aberturas da exposição houve intervenções artísticas realizadas por coletivos que questionavam as reais pautas da militância LGBTIQ+ e a representatividade deste

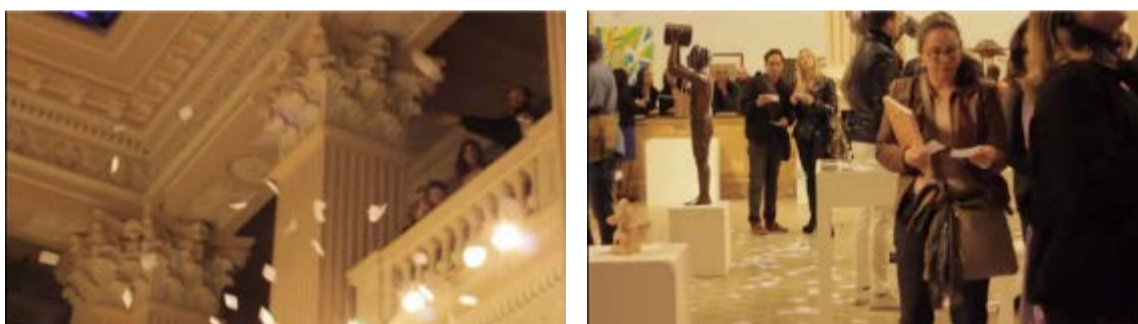
público nos espaços expositivos.

O primeiro exemplo que podemos analisar foi a intervenção realizada pelo coletivo *Rasgo*, no dia da abertura em Porto Alegre. Nesta ação, foram arremessados no espaço expositivo, do segundo andar do prédio do Santander Cultural, panfletos com indagações que diziam: “LGBT? Queer? Para quem? Vernissage para o sistema de arte enquanto 500 mulheres são agredidas por hora no Brasil. 13 mulheres são mortas por dia vítimas de agressões no Brasil. Cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil”, e ainda outros que traziam: “Aliados de Sartori aprovam a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres. LGBT/Queer na contemporaneidade é bixa morrendo sem anti-retroviral. Sem repasse de verbas da prefeitura de Porto Alegre fecha-se o GAP/RS. Sem repasse de verbas do governo federal faltam medicamentos anti-retrovirais em todo país. Porto Alegre vive e abafa uma epidemia de HIV/AIDS”. (SANT’ANNA, 2017).

Pode-se observar que a ação realizada pelo coletivo *Rasgo* teve cunho ativista, explora um momento litúrgico da arte, a *vernissage*, para apontar questionamentos sobre os problemas políticos enfrentados pela população LGBTIQ+. Tiago Sant’Anna, na crítica para o *Le Monde Diplomatique Brasil* intitulada “Queermuseu: a apropriação que acabou em censura” (2017), destaca que o surgimento da Teoria *Queer* tem uma relação muito próxima com a necessidade de radicalizar a militância LGBT devido à crescente discriminação a esta população, para o autor “as principais causas para a emergência do *queer* são a crise da AIDS e a assimilação da cultura gay masculina a um sistema capitalista e excludente através do chamado ‘*pink money*’”. (SANT’ANNA, 2017).

Figura 1 - Frames do vídeo registro da ação do coletivo Rasgo.

Fonte: vimeo.com/229913401?fbclid=IwAR0OywpC9cswKJomMPtSUOnHXPJP0m4nTnu08QCRVDtf3vNuWV8Ox1qHPcM



As críticas tecidas pelo coletivo *Rasgo* nesta ação apontam para estas raízes do movimento *queer* e como a luta da população LGBTIQ+ continua com as mesmas pautas. Aponta, desta forma, a utilização do *queer* como temática curatorial, apoiada por uma instituição bancária, que não condiz com as necessidades reais da comunidade ou oferece alguma contrapartida a ela. Sant’Anna ao confrontar a exposição com o conceito político de *queer*, conclui que “se a exposição acontece num contexto esterilizado e em que a condição das pessoas subalternizadas historicamente não é debatida, ela é pouco ou nada *queer*” (SANT’ANNA, 2017).

Mesmo assim, a carência de artistas *queer* na mostra em Porto Alegre acaba passando despercebida pelo público geral, como resultado das polêmicas que envolveram a censura. A ação do coletivo *Rasgo* têm pouco espaço de repercussão e debate, quando a censura conservadora e reacionária revela em nível midiático a “tentativa violenta e sistemática de extermínio de corpos LGBTs, sobretudo das pessoas trans e travestis, negros, mulheres, pobres e favelados.” (SANT’ANNA, 2017).

Após o fechamento precoce da exposição, a Escola do Parque Lage e o grupo *342 Artes* iniciaram uma campanha de financiamento coletivo para a reabertura da exposição, que aconteceu no espaço da escola (EAV) na cidade do Rio de Janeiro, com abertura no dia 18 de agosto de 2018.

Desta vez, o conteúdo curatorial chamou mais a atenção de críticos de arte ou estudiosos de gênero, sexualidade e teoria *queer*, que analisaram a mostra e ressaltaram a falta de representatividade LGBTI+ dentro da exposição. A crítica de arte Daniela Name no texto “Falta *Queer* em ‘Queermuseum’” (2018), também destaca que o excesso de obras apresentadas, segundo ela, se contrapõe com o pequeno número de artistas que trazem na obra, pontualmente, questões de gênero, sexualidade e corpo. Segundo Name (2018), “há uma indução do público a uma leitura superficial e gestáltica de alguns trabalhos”, direcionando o olhar do espectador a uma conclusão simplista sobre a temática do *queer*.

Vencidos os embates com a censura, os questionamentos de falta de representatividade acabam ficando ainda mais evidentes no momento da reabertura da exposição, ocasião em que outra produção artística é realizada em resposta à exposição. No primeiro dia da mostra no Rio de Janeiro, o coletivo carioca *Seus Putos* realiza a intervenção “TrouxaMuseu (ou Museu dos Trouxa)”, no qual uma trouxa envolvida em um pano preto é colocada na entrada do Parque Lage (Figura 2).

Figura 2 - Intervenção TrouxaMuseu, Coletivo Seus Putos.
Fonte: coletivoseusputos.wordpress.com/



Com ela, o grupo se propõe ações estético-políticas e práticas de crítica às instituições de opressão e aos padrões normativos de gênero e sexualidade. Parte da intervenção, também se dá em um texto crítico que o grupo veicula nas redes sociais, onde o grupo esclarece as propostas:

“Sabemos também que de tempos pra cá a teoria Queer [...] vem ganhando espaço no meio acadêmico e causado muito debate, que, no entanto, quase não sai da bo-lha. A polêmica movimenta os valores (\$\$\$) da sociedade. [...] Pensando nisso, nós do Coletivo Seus Putos, divulgamos através desse texto de tom sério nossa postura diante de abusos que culminaram nas barbaridades escritas sobre corpos transvestis e propomos uma intervenção que se pense crítica e ironicamente junto a esses corpos estranhos, num movimento de produção de contra-discursos. Vamos às ruas com nosso museu itinerante, o TrouxaMuseu (ou Museu dos Trouxa), para elaborar fora dessa máquina capitalista nossa arte e nosso grito.” (COLETIVO SEUS PUTOS, 2018)

O texto e ação realizados pelo coletivo atuam de maneira ativista e se posicionam de maneira contrária à forma como o *queer* é apresentado na mostra, considerando para além do conservadorismo associado à exposição, o grupo aponta formas mais sutis de subalternização da população LGBTIQ+. Nesta ocasião, outras ações artísticas aconteceram na mostra em resposta ao conteúdo da mostra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas e análises realizadas, destaca-se duas possíveis conexões recentemente traçadas entre arte e teoria *queer*, uma da via institucional e outras de aspecto ativista. A arte se encontra, nos itens analisados nesta pesquisa, entre a academia e a militância, dependendo do posicionamento do artista, curador, produtor etc. Ao se tratar de teoria *queer*, tanto na arte quanto fora dela, compreende-se a necessidade de aproximar os estudos acadêmicos da militância, por isso, compreendemos que as intervenções realizadas em resposta à exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira* se alinham melhor à perspectiva da pesquisa do que a própria mostra, pelo caráter ativista.

Atualmente, nos encontramos em um período político de constantes ataques aos direitos das minorias, com a ascensão do pensamento de extrema direita no Brasil a repressão às pautas de direitos humanos, negros e indígenas, população LGBTIQ+, dentre outras minorias. Fato que foi possível observar durante as pesquisas sobre a censura da exposição *Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira*, um indício do discurso de ódio e preconceito cada vez mais presente em nossa conjuntura.

No entanto, ao se aprofundar nos trabalhos de cunho ativista, pode-se compreender que o silenciamento da população *queer* acontece antes mesmo do episódio de censura, ele vem das

escolhas curatoriais. Parafraseando Spivak (2010) o subalterno não pode falar, e isso é anterior e mais estrutural do que o caso da censura. A não-presença de artistas *queer* na mostra sobre o tema, indica o alicerce do problema, a instituição artística acaba por reforçar o distanciamento entre a militância e a academia.

É importante que quando a arte incorpore um assunto que parte de uma militância social ou política, esta não acabe por somente estetizá-lo e ilustrá-lo, mas pense-os de forma profunda e inclusiva. Ao acolher uma causa urgente, como a da diversidade sexual, devemos nos atentar aos interesses institucionais, se são de fortalecimento ou exploração monetária da causa. Em contraponto, observa-se que a arte ativista traz em si a concepção da militância política, as ações pesquisadas traziam discursos claros de reivindicação para o olhar aprofundado sobre o *queer*, além de ressaltar a falta de representatividade desta população no contexto institucional da arte.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLETIVO SEUS PUTOS. Queer Museu Parque Lage 2018: Você sabe o que significa queer? Rio de Janeiro, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://coletivoseusputos.wordpress.com/> Acesso: 20 jan. 2019.
- COLLING, L. Teoria Queer. Mais definições em trânsito. Centro de estudos multidisciplinares de cultura, sem data. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Acesso em 12 set. 2018.
- MESQUITA, A. L. Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-200). 428 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- MENDONÇA, H. Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. El País. São Paulo, 13 set. 2017. (web) Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html Acesso em: 10 abr. 2019.
- NAME, D. Falta Queer em 'Queermuseum'. Revista Caju. Rio de Janeiro, 19 ago. 2018. (web) Disponível em: <http://revistacaju.com.br/2018/08/19/falta-queer-em-queermuseum/> Acesso: 10 abr. 2019.
- PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? Revista Periódicus. Salvador, 1ª ed, mai.- out. 2014. Disponível em: www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/index. Acesso: 15 nov. 2018.
- RANCIÈRE, J. A partilha do sensível. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SANT'ANNA, T. "Queermuseu": A apropriação que acabou em censura. LeMonde Diplomatique Brasil. 18 set. 2017. Disponível em: http://diplomatique.org.br/queermuseu-a-apropriacao-que-acabou-em-censura/?fbclid=IwAR0yVEokjX_Xv7tjHTR3EQpCdBL8463nm3DZ2fDucjvtjOmWmMmqLuG5hew#comment-18783 Acesso em: 12 abr. 2019.
- SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AVESSOS INAUDITOS: NARRATIVA DE UM CORPO-EXPERIÊNCIA EXPRESSANDO (RE)EXISTÊNCIAS

Rogério Amador de Melo⁶
Leandro Rodrigues Dias⁷
Fernando Silva Teixeira-Filho⁸

RESUMO

Em tempos sombrios de fascismos e retrocessos nacionais, alguns corpos se posicionam em (re)existência, construindo espaços de autonomia, mediante as apropriações dos estudos feministas, dos estudos de gêneros e dos estudos e perspectivas queer. A reinvenção da vida como estratégia ética-política-estética, vem fazendo conexões entre a arte e os fenômenos psicossociais contemporâneos. Partindo de tais pressuposto, este trabalho apresenta a narrativa de um corpo-experiência que nas conexões descontinuas entre Corpo, Arte e Processos de Subjetivação, busca construir territórios de expressividades das multidões que transitam e habitam a existência em seus encontros, acontecimentos e movimentos.

Palavras-chave: Corpos. Arte. Devires. Queer.

INTRODUÇÃO

Tempos passaram, desde as pistas e rastros deixados a partir das *'Inquietações de uma bicha: rastros de um futuro pesquisador'*⁹. Anos de encontros, desencontros e experimentações que na inquietude dos meus dias e noites, me provocam sempre o desejo pelos entre-lugares. Desejo paradoxal este, pois ao mesmo tempo que sigo almejando lugares de pertencimento, são os borrões, as margens, as redes de sensibilizações e vivências plurais que encantam meus olhos e abalam meu corpo, para compor rompimentos, fissuras, descontinuidades e escapes aos paradigmas epistemológicos, políticos e éticos das realidades e dos fenômenos psicossociais cisheteronormativos¹⁰ onde me localizo.

Outras inquietudes emergiram, se tornaram linhas interseccionais que produziram em mim, enquanto cishomem, bixa, psicólogo e pesquisador, atravessamentos que deixaram suas marcas no meu corpo. Corpo desejante, corpo de uma masculinidade afetada, borrada e desestabilizada pelas indagações coextensivas entre minha identidade de cishomem bixa e as multidões que compõem minha própria humanidade. Talvez, as potencialidades e a inventividade de outros tantos corpos que ouvi, que esbarrei, que encontrei, afetaram intensamente este meu corpo, fazendo-o desejar ir além; quem sabe, além do que é familiar, dos rótulos e do seu lugar de privilégios.

Me deparo sempre vislumbrando outros horizontes que neste momento não consigo nomear, pois não tem direção certa e errada, não tem bússola mostrando a rota a seguir. Existem apenas desejos, estes como potência de vida, que pulsa constantemente como monstro querendo devorar e romper com os limites estabelecidos, pois como diz Donna Haraway (2000, p. 40) ao escrever seu manifesto ciborgue: “[...] o limite é uma ilusão de ótica”. Deste modo, me coloco não diante da vida e dos seus fenômenos, mas na vida e nos seus múltiplos afetos; não em busca de respostas, de diagnósticos que possibilitem “receitas prontas” para uma vida mais potente, mas em tentativa quem sabe, de (re)criar outras tantas conexões que continuem inquietando meu corpo no que ele ainda pode a devir¹¹.

6 Doutorando e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UNESP/Assis-SP. Membro do grupo de pesquisa PsiCUQueer - Psicologia, Coletivos e Cultura Queer. Membro do Catálogo Performance Queer Brasil – SSEX BBOX Brasil. E-mail: rogerio.melo.psi@gmail.com

7 Psicólogo pela Universidade Paranaense – Campus Cascavel/PR. E-mail: leandrorodriguesdias@gmail.com

8 Livre Docente em Psicologia e Docente do Curso de Pós-Graduação em Psicologia – UNESP/Assis-SP. E-mail: fertilli@hotmail.com

9 Título de abertura da minha dissertação defendida em 2016: *Imagens, Sensações e Afetos: as personagens gays nos curtas-metragens brasileiros exibidos no Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade*.

10 O sistema cisheteronormativo é aquele que determina a inteligibilidade dos corpos, mediante a coerência e naturalização do sistema sexo/gênero/desejo. Se configura como uma organização relacional, psicológica e social que mediante a excessiva repetitividade de discursos fazem da heterossexualidade sua matriz central, isto é, seria uma norma sexual, um sistema homogeneizante que parte do princípio de que todos os corpos são e deveriam ser heterossexuais; pois tudo que foge a essa lógica é considerado anormal e abjeto. Portanto, são normas de condutas morais agenciadas por proposições que tem como matriz a heterossexualidade como normal, natural e obrigatória (MELO, 2016, p. 12).

11 Na concepção deleuze-guattariana, “[...] os devires se referem às processualidades de invenção, acontecimentos que comportam uma política e uma ética de existência, onde o fundamental é a criação de modos de vida inauditos que rompem com a lógica de representação (cópias), com os fenômenos de padronização e de imitação. Ou seja, passagens que transitam de um estado a outro, processos que estão sempre em oposição a contextualizações de caráter majoritário e fixo, isto é, um vir a ser constante” (MELO, 2016, p. 28).

E é nesse processo que me aproprio das conexões da Psicologia com a arte, não somente para pensar outros modos de existência, de intervenções e de posicionamentos na minha profissão, mas de me (re)inventar nesse território híbrido e intenso que essa bricolagem de saberes pode me proporcionar. Neste sentido, movido pelas inquietações e afetações do meu corpo com tantos outros corpos, ousou colocar em xeque as referências, as representações e os diálogos essencialistas, universais, binários e patológicos, por vezes legitimados e propagados por certos postulados ‘psi’ sobre/para os corpos, e é na/pela arte que encontro espaço para (re)existir aos fascismos e aprisionamentos. Esse posicionamento ético/político/estético vai se tornando mais explícito e contundente, ao fazer do meu corpo canal de passagem desses trânsitos, desses movimentos de (des)construções e fluxos. Assim, tais afetações e inquietações tomam forma em um projeto de ensaios fotográficos performáticos, onde atrevo-me colocar como corpo-experiência¹², criando sensibilidades e pensamentos sobre o que pode um corpo; este que por vezes se encontra silenciado, invisibilizado e, até imperceptível da sua própria potência de agir e existir dentro de uma sociedade cisheteronormativa.

Pensando que o corpo é agenciado por discursos e representações que o demarca, estratifica, enquadra, naturaliza e normatiza, mediante marcadores interseccionais de diferenças¹³ (sexo, raça/etnia, classe social, etc), trago em cena o ensaio fotográfico realizado em parceria com o fotógrafo e psicólogo, Leandro Rodrigues Dias, o qual denominamos de “*Aessos inauditos: os outros que me habitam*”. Ensaio este, pensado e produzido a partir dos diálogos e conexões entre as proposições dos Estudos e Perspectivas *Queer* juntamente com a Filosofia da Diferença, onde este corpo busca lançar-se sem referências e limites pré-estabelecidos, pois o que o move é o encontro, os afetos, os devires.

É um colocar-se em outros espaços político/ético/esteticamente, onde a arte se torna dispositivo possível de criação e reinvenção da vida e de si mesmo. Espaços e territórios errantes que narrarei no/pelo meu corpo, reverberando assim, no descobrimento do que pode meu corpo, a afirmativa de Stubs (2019, p. 27): “[...] Arte e produção de subjetividade são as minhas armas e, sem ingenuidade, é com elas que irei resistir e criar espaços de vida”. Outrora, são processos e experiências que estou antropofagicamente devorando em cada ensaio, nas suas elaborações, discussões e alianças, para quem sabe mostrar pistas e caminhos para (re)existirmos aos desamparos políticos, ao estatuto de seres abjetos e as LGBTTIQfobias que marcam nossa história, enquanto corpos e vidas dissidentes e por vezes, consideradas simplesmente, descartáveis.

Portanto, pretendo apresentar aqui, a narrativa do corpo nessa experiência, que em seus acontecimentos, é olhado e capturado por uma câmera que tenta registrar os movimentos que se efetuam em afetos que por vezes “[...] ficam ensaiando, mesmo que desajeitadamente, jeitos e trejeitos, gestos, expressões de rosto, palavras...]” (ROLNIK, 2016, p. 31).

UM CORPO EM/NA AFETAÇÃO...

[...] Masculinidade afetada
Macho desestabilizado
Homem borrado
Corpo desejante
Cabeça sem crítica
Vive do desejo
Que é mais forte que o medo
Então deixa de arremedo
Pena é o preconceito
Dessa gente entediada
Que não vive sua vida
E não deixa a sua marca
(Macho Transtornado – Solange, Tô Aberta)

12 Me aproprio das proposições apresentadas por Parpinelli (2015) e na sua própria experiência, onde o esse corpo-experiência é denominado como “[...] Um corpo que se sabe híbrido e que não quer ser anestesiado, que busca ativar a vibratibilidade da carne ao acionar sua capacidade de afetar e ser afetado” (PARPINELLI, 2015, p. 36).

13 É um conceito, uma ferramenta de análise que pode também ser denominado de interseccionalidades, termo utilizado a partir do feminismo negro norte-americano, para os eixos de categorias como classe social, raça/etnia, sexo, gêneros, religião, etc; ou seja, “[...] trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p.177).

As linhas que me compõem são múltiplas, profundas e potentes. Aos poucos vou permitindo seus movimentos, suas formas, suas expressividades. E é no corpo que sinto, que percebo e que busco (re)inventar minha existência. Esse ensaio foi um novo lançar-se em outros lugares, de uma estética que busquei criar em mim mesmo. De um corpo de cishomem em uma sociedade cisheteronormativa, porém, um corpo dissidente. Como é transitar por esses lugares? Foi o que me permitiu. Construí um corpo mais normativo possível dentro de uma estética viril e desejada, para narrar suas vozes inaudíveis e encontrar nos entre-lugares do meu corpo, minhas multidões.

A vida é processo, as vezes em grandes proporções, outras em seus pequenos detalhes. Nenhum deles tem importância maior, apenas acontecem de maneiras diferentes, exigindo de nós sensibilidades para seus movimentos. Construir esse ensaio, desde o primeiro contato com Leandro, foi de certo modo criar essa sensibilidade para os detalhes, para aquilo que poderia surgir, para os avessos. Com certeza foi um processo, a ideia do que eu queria, já existia em mente, faltava materializá-la dentro do trabalho que o fotógrafo já realizava com maestria. Nosso primeiro encontro, para explicar melhor minha ideia e construirmos juntos o caminho, foi horas a fim. Um bate papo intenso e interessante, que tiraram de mim lugares que faziam tempos que eu não visitava. Lembro como se fosse agora, as palavras, os gestos, a delicadeza e a profundidade do olhar do Leandro que como uma câmera, conseguia me olhar de outro prisma, com outros focos. O mesmo aconteceu em nosso encontro para as fotos, um bom chá saboreado de uma conversa intensa, que aos poucos me desconstruía e construía novamente. Sem perceber, ou percebendo, naquele momento tenso que eu estava passando, de dias sem dormir e muitas lágrimas, ele fazia meu corpo transitar por outros espaços, por outras sensibilidades, por outras potências que começavam a circular em mim.

Poucas pessoas até hoje, conseguiram essa façanha, me desnudar completamente. Não me encontrava mais diante de um fotógrafo, mas diante de um porto seguro naquele momento, onde eu poderia me colocar como quisesse; onde eu poderia expressar aquilo que eu nem fazia ideia que pudesse habitar meu corpo. Meus medos, inseguranças, força, sentimentos, lutas, etc..., o que pedisse passagem naquele instante. Foram horas incríveis de expressar o inaudito que habitava e transitava em mim, de buscar mediante um corpo construído por exercícios e dietas, o que ele poderia ir além dessa demarcação viril que se espera do corpo de cishomem.

Desafiador todo o processo de construção desse corpo, que durante meses buscou intencionalmente, construir uma estética corporal que de certo modo, correspondesse aos modelos hegemônicos representados socialmente como atléticos, desejáveis e belos em relação ao corpo masculino. E isso, é o que performaticamente reproduzimos no/pelo corpo, um conjunto de efeitos discursivos e representacionais que mediante o sistema sexo/gêneros/desejos/práticas sexuais nos produzem enquanto identidades binárias (BUTLER, 1990), agenciando o desejo pelo “belo”, pelo desejável, pelo reconhecimento do outro. Contudo, o objetivo do ensaio não era de mostrar o belo, de encontrar reconhecimento, pelo contrário, na inaudição do meu corpo-experiência, borrar esses limites.



Fotos do ensaio realizado pelo fotógrafo Leandro Rodrigues Dias.

Em cada clique, em cada flash meu corpo se deixava mover sem uma idealização almejada e/ou proposta, era um lançar-se em um campo de forças que aquele encontro agenciava naquele momento, simplesmente tentando dar vazão e expressividades às forças que de algum modo falam em mim e pediam passagem. Sim, tínhamos uma intenção, o desejo pela afirmação das diferenças, das potências e das multiplicidades, expressar em gestos, expressões, movimentos, as singularidades de um corpo que nada falta. Nos orientamos/alimentamos então, antropofagicamente, de um

exercício ético extra-moral que na tentativa de romper com os extratos hegemônicos e cisheteronormativos, possamos criar acessos às zonas de autonomia e reinvenção do real em nós.

Portanto, a criação dessa proposta artística tem seus operadores conceituais construídos em uma bricolagem cartográfica e rizomática, que em suas conexões dão passagens às vozes, aos silenciamentos, as expressividades, as dores, as alegrias, às multidões que habitam e transitam o corpo.

Assim, ao longo de dez anos envolvido com pesquisa científica, especificamente, com temáticas relacionadas as questões de sexualidades, gêneros, desejos, identidades, processos de subjetivação, etc, me encontrei no momento de ousar em colocar o meu corpo nesse território híbrido de experimentação, pois percebi a necessidade de vivenciar na pele, na carne, as propostas e inquietações que esses anos de estudos e investigações sempre me provocaram a pensar e as quais me identifico nesse momento. Neste sentido, é relevante salientar que a intenção em materializar de forma fotográfica essas experimentações, partiram do encontro desde o mestrado com o campo das artes, e de forma mais contundente agora, com a pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo.

Tal investigação, tem como intenção, por meio de interlocuções entre a perspectiva cartográfica e a pesquisa narrativa, cartografar as experiências cotidianas de corpos de cishomens que se experimentam e/ou se nomeiam enquanto corpos queers no cenário brasileiro; além de mapear os fenômenos psicossociais (processos de subjetivação e singularização) que se efetuam nas relações entre cultura, marcadores sociais de diferença e corpo. Pois, cremos ser de extrema relevância pensarmos nas trocas, interações e afetações que são vividas singularmente a partir das discussões, proposições e articulações que os Estudos e Perspectivas Queers trouxeram para o Brasil, desconstruindo e construindo não apenas práticas teórica-metodológicas e saberes, mas zonas de conexões que produzem encontros e movimentos rizomáticos entre os corpos nas/pelas relações (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

Tais pressupostos geram e provocam certas inquietações que aos poucos desenham o território de investigação: O que será que estes corpos e estas vidas podem nos dizer no/do contemporâneo? Quais caminhos, práticas e posicionamentos para além dos binarismos podem ser vislumbrados a partir das suas narrativas? Que lugares transitam e como se percebem enquanto pessoas? Quais deslocamentos performam nas suas vivências cotidianas frente aos dispositivos cisheteronormativos?

Por tudo isso, posso dizer, citando Suely Rolnik (2016, p. 31): “[...] No encontro, os corpos, em seu poder de afetar e serem afetados, se atraem ou se repelem”, que foi nesses encontros que me senti seduzido e provocado a criar sem garantias nenhuma, outros repertórios possíveis de sensibilidades, de afetos, de intensidades no meu corpo. Desafiador e inquietante, tentar encontrar em si os fluxos desterritorializados e descodificados do desejo em sua potência de existência.

Colocar então, o corpo nu em cena e permitir que o acontecimento o agencie, é deixar que o inaudito possa se expressar e se efetuar fora das representações e aprisionamentos das formas morais, das formas racionais e das formas do organismo; uma tentativa quem sabe, de encontrar e dar passagem a um Corpo sem Órgãos . Tentativas inventivas de si, para romper com as (de)limitações que impõem-se sobre o corpo, sobre a vida e suas inúmeras aberturas para o real. Criações inesperadas de outros caminhos, mediante o esvaziamento da nossa capacidade imaginativa, em um convite constante “[...] para inventar no mundo outras suavidades/sensibilidades, entendo a ficção como exercício político para desmistificar as verdades absolutas que crivam nosso corpo e a própria realidade” (STUBS, 2019, p. 80), pois é um apostar “[...] no /im/possível como forma de ultrapassar um aparente esgotamento do presente e resignificar a vida (Ibidem).



Fotos do ensaio realizado pelo fotógrafo Leandro Rodrigues Dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações são continuidades descontínuas, meu corpo ainda encontra em processo. Só existe suas narrativas de sensibilidades e zonas de (re)invenções, essas que se desenham no encontro com tantos outros corpos, pois meu corpo, é um corpo-experiência.

Um corpo intensivo, corpo potência, corpo intensidade...se move e se percebe nos acontecimentos, nas afetações entre os corpos. Olhar para o corpo que transita nesses entre-lugares é olhar para o acontecimento. Que acontecimento foi esse? A mão que transitou meu corpo, desconstruindo e construindo ao mesmo tempo vetores e canais possíveis de existir, mãos que chegaram, tocaram de outra forma. Mãos que trouxeram naquele instante, um tesão diferente, um prazer da “alma”, do intensivo em mim. Mãos diferentes de todas que já permite o toque. Cuidado sutil, como se aos poucos tirassem as amarras, os silenciamentos, apagamentos, as prisões do meu corpo e dos seus possíveis.

Ainda agora, ao contemplar a produção daquele acontecimento, vou descobrindo outros de mim, outros que foram permitidos existir, sair, gritar, silenciar, lutar, rugir, acalmar, desaparecer e aparecer. Experiência singular com esse olhar, com essas mãos, com essa sutileza e cuidado. Sim, fui desnudado por você, por suas lentes, pela profundidade do seu olhar e pelo seu corpo-afetação.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em 5 agost. 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1; Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 3; (Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa). Rio de janeiro: Ed. 34, 1996.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (Org.). Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MELO, Rogério Amador de. Imagens, sensações e afetos: as personagens gays nos curtas-metragens brasileiros exibidos no Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade) – Assis: UNESP - Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. 2016.

PARPINELLI, Roberta Stubs. A/To/Grafia de um corpo-experiência: arte contemporânea, feminismo e produção de subjetividade. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em Psicologia e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

STUBS, Roberta. Devires de um corpo-experiência. São Paulo: Aprris Editora, 2019.

_____. O /im/possível como coeficiente artístico. Revista Visuais, nº 8, v. 5, 2019. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/visuais/article/view/4238>.

EM CENA LÍDERES FEMININAS QUILOMBOLAS: O REGISTRO AUDIOVISUAL DA (RE)CONSTRUÇÃO NA RACIALIDADE

Carine Rossane Piassetta Xavier

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral registrar a cena das mulheres de comunidades quilombolas do Brasil e da África quanto a interface da sua identidade expressada no teatro narrado cuja a matriz envolve a cultura de raiz afro-brasileira e de raiz africana, com base na racialidade. Vislumbra-se identificar e categorizar nas narrativas destas mulheres quilombolas sua teatralidade, as palavras de regiões distintas e o devir cênico, tendo como recurso o meio audiovisual. A fase inicial exploratória já se iniciou com a pesquisa de mestrado com a identificação da teatralidade de mulheres quilombolas de uma comunidade localizada no interior do Paraná. Foi possível identificar que o processo teatral destas quilombolas é marcada pela cultura de raiz africana, com muitos traços de aculturação. O diferencial desta pesquisa está na coleta das narrativas contemporâneas quilombolas que não tem registro oficial acadêmico. E se torna atual e necessária neste momento em que as comunidades quilombolas saem da invisibilidade social para o reconhecimento territorial e cultural. Busca-se também demonstrar o papel das mulheres como fundamentais na tradição cultural desse grupo que valoriza a sociabilidade do estar juntos durante a contação de histórias. A presente pesquisa terá como fundamento filosófico o Estruturalismo, com abordagem de natureza qualitativa, e como método de pesquisa o método etnográfico-descritivo-audiovisual, tendo-se como observação participante a interação dos requisitos de teatralidade e sociabilidade do teatro narrado quilombola e dos requisitos técnicos necessários do processo teatral. O lado de lá (África) caracterizada por uma comunidade matriarcal e de língua-patrão, o português, e o lado de cá (Brasil) com uma comunidade urbana que busca a sua identidade cultural pelos dispositivos cênicos das narrativas quilombolas, conforme sinalizado na pesquisa de mestrado. Reforça-se que este grupo social tem restrições quanto a inserção de pessoas e projetos, e que a pesquisadora já possui familiaridade com o grupo e acesso por projetos institucionais já realizados.

Palavras-chave:: Identidade Cultural. Narrativa Quilombola. Líder Feminina Afro-brasileira. Audiovisual. Teatralidade.

O encontro com a comunidade quilombola que preserva a “identidade política unificadora em busca de propostas que transformem a realidade no Brasil (MUNANGA, 2013, p 15)” , inúmeros pensamentos e possibilidades sobre a cultura da raiz africana despertam em pessoas não quilombolas, que aguçam a cada dia para conhecer e aprimorar ainda mais como pesquisadora esse contexto de um grupo de mulheres que durante o processo de projetos de pesquisa e extensão universitária já apresentaram o interesse pelo registro das narrativas e suas vozes pelas narrativas.

Desse modo, a comunidade quilombola do início do século XXI apresenta como responsáveis pela transmissão dos saberes locais as mulheres idosas da sua localidade. Relembro que no processo dissertativo as mulheres, na região de Palmas, são nomeadas como líderes quilombolas, o que é diferente da realidade africana, que caracteriza a pessoa como transmissora dos saberes, djelis ou griôs. As nossas djelis, tecedoras das palavras, são mulheres que não saem do seu habitat, as suas narrativas referem-se à sua realidade local, o que difere dos griôs africanos, que geralmente se caracterizaram por serem homens e viajantes que transmitem os seus saberes em momentos festivos ou em reuniões familiares.

Como pesquisadora, percebi a importância da valorização da mulher nesse contexto como também das pessoas com mais idade. É um grupo que devemos seguir como exemplo na realidade dos não quilombolas, considerando-se que o Brasil é um país que está envelhecendo. Nesse instante, recordo que uma comunidade quilombola, do início do século XXI, é composta por pessoas da mesma família. Com isso, muitas vezes as narrativas são repassadas para aconselhamento e como um presente maternal, e tenho como abordagem o registro documental de que as líderes femininas quilombolas, também são contadoras de histórias. Tendo como base a questão afro-brasileira, na tese pretendo discorrer a interface das narrativas das mulheres quilombola, com cultura de raiz africana.

Conforme menciona Xavier (2016), que os saberes da terra são repassados os momentos que convivem juntos. A voz das narradoras é a voz do passado, do presente e a esperança de um futuro melhor para as mulheres quilombola da região.

Nesse instante, apresento que o quilombo tem origem epistemológica, de acordo com o Instituto Clóvis Moura (2010), da palavra Kilombo, que deriva da língua Mbundo do tronco linguístico Banto, com significado provável de sociedade como manifestação de jovens guerreiros/as – Mbundo dos Imbangala.

Também a etimologia da palavra deriva do Quilundo (kilombo), com significados diversifica-

dos como acampamento, arraial, povoação, capital, união e ainda exército. Atualmente, as pesquisas começam a desconstrução social do preconceito e da discriminação racial, conforme afirmam Pinto e Mezzomo (2012).

É indiscutível a importância e necessidade da desconstrução social do preconceito e da discriminação racial que são atribuídos à população negra, bem como a ampliação dos conhecimentos sobre esta etnia presente no Paraná e pouco mencionada pela historiografia. É necessário viabilizar formas que recuperem a autoestima e o orgulho de ser negro, bem como promover ações que contribuam para extirpar as representações sociais negativas calcadas à população negra por meio de estigmas e estereótipos (PINTO; MEZZOMO, 2012, p. 10).

Nesse contexto que se dá a importância do registro audiovisual do devir cênico e da teatralidade para o (re)conhecimento do processo das líderes femininas quilombolas pode ser descrito como uma manifestação cultural de um povo que transmite o seu conhecimento cultural de geração para geração, uma prática que vem das suas origens africanas e que mesmo com tantos sofrimentos continua a ser disseminada no Brasil.

A arte de narrar é milenar. Desde sempre o ser humano comunicar suas experiências aos outros, valorizando na narrativa o significativo para sua comunidade. O final do século XX, se caracterizou com a visibilidade paulatina das comunidades quilombolas no Brasil. Com isso, inicia um novo olhar para esse grupo social que trata de uma revolução permanente na vida intelectual e na cultura de um lugar e corpos sistematicamente combatidos. Para Fredric (2006) descrita como a impossibilidade e a necessidade constante de uma constante reinvenção de precauções contra a reificação conceitual. Nesse pensamento da vida cultural quilombola, segundo Marques (2008), caracterizado principalmente nos espaços de sociabilidade que nomeou como a pedagogia do estar junto.

A necessidade de se expressar para o quilombo é uma busca pela significação e pela representação naquele espaço de convivência, tanto Marques (2008) como Berthold (2007) apresentam questões pertinentes a essa proposta de tese, pois exploram descrições de narrativas para justificar a cena teatral que está presente nas transmissões dos saberes. Nessa relação, Frederic (2006) anuncia como a sociedade do espetáculo que

[...] a imagem é a forma final da reificação da mercadoria, que se impõe por toda parte, ao mesmo tempo que começa insistentemente a designar uma origem tecnológica... [] a tecnologia e a mídia que são os verdadeiros sustentáculos da função epistemológica, de onde se explica uma mutação da produção cultural, na qual as formas tradicionais dão lugar aos experimentos de mídia mista... (FREDERIC, 2016, p. 181).

Na comunidade quilombola, a cultura transmitida pelas líderes femininas remete ao tempo em que confiava na memória. A necessidade do registro audiovisual das líderes femininas quilombola se faz necessária principalmente para o registro e a relação da interface das comunidades escolhidas. Com esse registro a difusão cultural da comunidade quilombola será transmitida para a comunidade não quilombola, como também para futuras lideranças femininas quilombolas.

Para a realização desta pesquisa, será escolhida uma comunidade que tenha similaridades com a comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, objeto de pesquisa da pesquisadora durante o Mestrado em Teatro. Planeja-se estender o universo para outras comunidades estabelecidas com características similares na África, com a língua oficial português, podendo ser Guiné ou Moçambique.

Como resultado destaco que a proposta restringe-se a um grupo de mulheres mais idosas das comunidades que sejam responsáveis pela transmissão da cultura com raiz africana. Os limitantes da pesquisa ainda serão mais bem especificados posteriormente, como, por exemplo, os critérios para a inclusão das comunidades que serão visitadas, as que serão ouvidas, a proximidade com regiões urbanas ou rurais, o tempo de existência, as lideranças, as questões de gênero e as idades das contadoras (acima de 60 anos). Direciono para um grupo de mulheres devido ao registro acadêmico oficial de contadoras de histórias, dando visibilidade às vozes das mulheres das comunidades quilombolas. A história oral é uma história construída em torno de pessoas pelas filhas da terra que se protegem de perigos adversos. A mulher narradora do seu protagonismo social.

Narrar é um ato humano. Desde os primórdios o ser humano narra suas conquistas e fracassos. A narração de histórias quilombolas pode ser descrita como uma manifestação cultural de um povo que transmite o seus saberes de geração para geração, das filhas da terra onde realizam pela

oralidade uma prática que vem das suas origens Africanas e mesmo com tantos sofrimentos continuam despertar essa dinâmica no Brasil.

Ao reconfigurar as narrativas do ambiente quilombola, contada pelas idosas, modifico uma tradição oral, como também a questão do respeito e pela troca de saberes quilombolas para um novo contexto, o não quilombola. Um processo de teatralização com características performáticas, em que os atores sociais, fazem um espetáculo quase diário para um grupo específico, a própria comunidade quilombola.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Feminismo, pós-colonialismo e novas narrativas sociológicas (cap. 4). In: A Voz e a Escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Curitiba: Blucher, 2009. Disponível em: . Acesso em 03. jan. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 197-221.

BERNART, Isaac Garson. O olhar do griot sobre o ofício do ator: reflexões a partir dos encontros com Sotigui Kouyaté. 2008. Disponível em: <<http://www.portalabrace.org/vcongresso/textos/estudosperformance/ISAAC%20GARSON%20BERNART%20%20O%20olhar%20do%20griot%20sobre%20o%20oficio%20do%20ator%20reflexoes%20a%20partir%20dos%20encontros%20com%20Sotigui%20Kouyate.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BERTHOLD, M. História mundial do teatro. 2. ed. Campinas: Perspectiva, 2007.

BRECHT, Bertolt. Estudos sobre teatro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. (Coleção Logos).

CABALLERO, Ileana Diegues. Cenários liminares: teatralidades, performances e política. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CALAZANS, Regina. Comunicação e educação: questões delicadas na interface. – São Paulo: Hacker, 2001.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura — poder da identidade. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.2. 103.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas, ano 10, v. 172, 2002.

COHEN, Renato. Work in progress na cena contemporânea: criação, encenação e recepção. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES Jr.; Jackson; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso Bacarense. Paraná Negro. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARQUES, Sônia Maria dos. Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio. 2008. Tese (Doutorado em XXXX) – Universidade, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 .

MUNANGA, Kabengele; GOMES; Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global, 2004.

MOURA, Clóvis. Grupo de trabalho Clóvis Moura. Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010, Curitiba, PR: GTCM, 2010. 269p.

PAVIS, Patrice, 1947- Dicionário de Teatro. Tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PACHECO JÚNIOR, Waldemar; PEREIRA, Vera Lúcia Duarte do Valle; PEREIRA FILHO, Hyppólito do Valle.

Pesquisa científica sem tropeços: abordagem sistêmica. São Paulo: Atlas, 2007.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. Acesso à informação. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/QUADRO-GERAL.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SARRAZAC, Jean- Pierre Sarrazac. Léxico do drama moderno e contemporâneo. Trad: André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

XAVIER, Carine R. P. Narrativas quilombolas: saberes e teatralidade de mulheres idosas da comunidades Adelaide Maria Trindade Batista, em Palmas-PR. 2016. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade de Santa Catarina, Centro de Artes, Programa de Pós-Graduação em Teatro, Florianópolis, 2016.

LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO

Juliana Maria Duarte Marques

RESUMO

Em uma sociedade marcada por dicotomias de certo ou errado, céu ou inferno, direita ou esquerda, homem ou mulher, é apresentado o documentário “Laerte-se” (2017), cujo enredo conta um pouco da vivência da mulher trans Laerte Coutinho. O estudo procurou entender as questões de identidade de gênero sob a perspectiva da referida personagem, trazendo como contribuição a reflexão em torno da identidade como uma questão cultural. Neste diapasão, como objetivo geral: compreender a aplicação das questões de gênero sob a luz da vivência e local de fala da personagem no documentário. Como objetivos específicos: identificar a origem histórica do gênero como identidade; compreender a transexualidade a partir do depoimento da personagem na construção de sua identidade. Após análise, percebe-se que o reconhecimento da identidade de gênero de Laerte como mulher trans vai além dos aspectos materiais e gramaticais que a sociedade estabelece ao gênero feminino, contribuindo no âmbito dos estudos sobre a sexualidade a perspectiva da identidade de gênero como uma construção muito mais complexa do que reduzi-la apenas aos atributos biológicos, reforçando o respeito ao devido local de fala da personagem de modo a valorizar as lutas dos movimentos sociais LGBTQI+ pelo respeito e tolerância no Brasil.

Palavras-chave: Identidade, Gênero, Transexualidade.

INTRODUÇÃO

A produção de conteúdos visuais sérios, seja por meio da rede de televisão ou pela internet, sobre o tema acarretam maior visibilidade aos grupos historicamente marginalizados, entre eles, o movimento LGBTQI+, tendo em vista o alcance das informações em qualquer lugar e a qualquer tempo, permitindo o fomento de discussões e o desenvolvimento na busca do respeito as diversidades nos mais variados setores da sociedade.

Nesse contexto, em 2017, a empresa TrueLab em parceria com a Netflix produziu o primeiro documentário brasileiro no seu catálogo de serviços de streaming chamado LAERTE-SE, com a direção de Lygia Barbosa e Eliane Brum, que também contribuíram com o roteiro em conjunto com Raphael Scire e Nani Garcia, esta última responsável pela edição do longa, e conta o cotidiano da cartunista e chargista brasileira Laerte Coutinho, que assumiu a identidade de mulher trans aos 58 (cinquenta e oito) anos de idade.

Através do documentário, é permitido observar que o reconhecimento da identidade trans mostra-se uma tarefa a ser construída diariamente pela cartunista. Partindo deste princípio, foi estabelecido como objeto do presente estudo a análise e compreensão da aplicação das questões de gênero sob a luz da vivência e local de fala da personagem Laerte. Ao passo que os objetivos específicos para consolidação do objetivo estabelecido corresponde: identificar a origem histórica do gênero como identidade e compreender a transexualidade a partir do depoimento da personagem na construção de sua identidade.

A ORIGEM HISTÓRICA DO GÊNERO COMO IDENTIDADE

Na tentativa de desconstruir conceitos contemporâneos que expressam intolerância e promovem a perpetuação da exclusão da comunidade LGBTQI+ nas políticas públicas, torna-se cada vez mais importante contextualizar o dinamismo e naturalidade como as relações de gênero foram tratadas ao longo da história e em que momento tornou-se um assunto polêmico. Portanto, é mister analisar a origem histórica da referida expressão a partir de uma seara que vai além do binarismo masculino e feminino, no intuito de demonstrar que a fluidez ou transitoriedade entre os gêneros não se trata de algo recente, havendo registros em civilizações desde a antiguidade.

Na Idade Antiga, podemos citar como exemplo, o mito de Tirésias, que conta a estória de um famoso adivinho, nascido em Tebas, que foi orar no monte Citorão, quando encontrou duas cobras copulando, quando os animais o atacaram e na intenção de se defender, matou a cobra fêmea, no que tal atitude ensejou em um castigo de Zeus que o obrigou a viver como uma mulher. Outro registro importante é a existência da divindade mitológica Príapo, caracterizado como andrógono e hermafrodita, filho de Afrodite e Dionísio. Resta citar também Platão, que em sua obra chamada “O Banquete” dividia a espécie humana em três tipos: os filhos do sol (macho), as filhas da terra (fêmeas) e os filhos da lua (possuidores de ambos os sexos). (ZERBINATI, 2017)

Já no Império Romano, os historiadores relatam a existência de imperadores que se travestiam ou realizavam condutas consideradas típicas femininas na época, como também ordenavam que fossem feitas cirurgias de redesignação sexual em escravos. (ZERBINATI, 2017)

Outrossim, Diniz (2007) relata exemplos na história, o Rei Henrique III, da França, que em 1577, vestiu-se de roupas femininas chegando a comparecer diante de seus aliados políticos trajado dessa forma. François Timoléon, o Abade de Choisy, passou parte de sua vida sendo educado como uma menina e tornou-se embaixador de Luiz XIV no Sião. Charles de Beaumont, ou Chevalier d'Eon, viveu 49 (quarenta e nove) anos como homem e 34 (trinta e quatro) como mulher, foi amante de Luis XV e disputava a rivalidade com Madame Pompadour.

Para concluir, Foucault (1988) conta que as práticas referentes à sexualidade não eram sigilosas, os discursos não eram tímidos, as artes se expressavam em corpos nus, no entanto, após o início da Idade Clássica, por influência do cristianismo, a moral passou a interferir no âmbito da sexualidade, estabelecendo normas e punindo qualquer um que tentasse se abster de cumpri-las. No entendimento do autor embora a sexualidade fosse vista como pecado durante o regime vitoriano, esta nunca deixou de ser falada. A liberação estaria condicionada à transgressão de regras, condenando o conformismo de Freud na função de normatização da psicanálise entre outros estudos assegurados pelo discurso científico a respeito do sexo e suas práticas, que perpetuavam a intolerância e a patologização dos indivíduos que estivesse em desacordo.

A TRANSEXUALIDADE COMO IDENTIDADE DE GÊNERO A PARTIR DO DEPOIMENTO DE LAERTE NA CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE.

Seguindo esta perspectiva, para entender a transexualidade como uma identidade de gênero proveniente da condição humana utilizaremos o local de fala da personagem Laerte, presente no documentário LAERTE-SE, já qualificado nas considerações iniciais do presente artigo, que em 2009 assumiu sua identidade trans, aos 58 (cinquenta e oito) anos de idade, considerando as falas da própria personagem no decorrer do longa. Assim como na antiguidade, em que há relatos da existência de transitoriedade nas expressões de gênero, Laerte nos mostra justamente na sua vivência essa fluidez, indo além do binarismo cisgênero, homem e mulher, apresentando-se como mulher trans.

Nesse sentido, Butler (2014) é enfática ao afirmar que não se pode limitar os conceitos de gênero ao ser ou ter, uma vez que tal expressão é o instrumento pelo qual o masculino e o feminino se manifestam em conjunto com outros fatores, como por exemplo, hormônios, genética, físicos e demais expressões assumidas pelo gênero. No entanto, a autora complementa que não obstante se tome a referida definição como verdade, as normatizações de masculino e feminino são passíveis de desconstrução ou desnaturalização, tendo em vista que ao passo que estamos nos referindo à diversas formas de vivência como “confusão de gêneros, mistura de gêneros, transgêneros, cross-gêneros”, já entende-se como uma afirmação de que o gênero se move além do binarismo.

A partir dessa crítica ao discurso biológico, que antes de falar da transexualidade sob a perspectiva de Laerte, faz-se necessária a menção da noção do termo defasado “transexualismo”, que nos remete a ideia de que a transexualidade se trata de uma patologia, disposto no Código Internacional de Doenças – CID 10, código F640. Assim, o transexual seria o indivíduo “acometido de doença, passível de sofrer intervenções cirúrgicas reparadoras, capazes de adequar seu corpo físico ao sexo que possui em sua representação mental”. (ROCHA & SÁ, 2013)

Considerando que a definição médica já está classificada e codificada, utilizaremos o questionamento feito a Laerte, constante no documentário, no que se refere à possibilidade de se identificar como mulher fora da questão do corpo.

De jeito nenhum pode deixar o corpo de lado. Mas também não pode se resumir ao corpo. A questão do corpo é central, mas não pode ser tudo, senão a gente, uh, aceita a biologia como único norte, né? Teu útero é teu destino, esse tipo de coisa. E não é assim. O corpo é uma parte de uma negociação complicada. (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos).

Nesse contexto, apesar de entender a importância da questão biológica, que, segundo Laerte, não dá para desvencilhar, sua resposta vai na contramão ao posicionamento levantado pelo discurso médico quanto à necessidade de realização de procedimentos cirúrgicos para composição de sua identidade, entendendo que não se deve tê-la como algo predestinado e única opção ao indi-

víduo. O foco é tornar a questão de gênero sem se restringir ao discurso médico, que trata qualquer desvirtuamento como doença ou perversão sexual, mas sim tratar o assunto como uma questão de identidade. Jesus (2012) afirma que “ao contrário do que muitos pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico”.

Então, o que é ser mulher? Em sintonia com a definição de Jesus (2012) citada no parágrafo anterior, Laerte emite a seguinte resposta:

Eu tenho aprendido que é possível ser mulher com a minha genitália, sim. O que é se sentir mulher? É algo que eu me sinto. É algo que eu venho me sentindo cada vez mais. Agora, é definitivo ou não? Quer dizer, você é mulher, pronto, acabou? Carimba. Não, por que esta questão está se tornando algo de menor importância. Acaba sendo assim: Para que eu preciso ser oficialmente mulher ou homem? Eu não estou construindo uma identidade feminina. Mas é que eu não preciso de identidade nenhuma. Pode ser que a identidade que eu já tenho funcione beleza. Sabe? (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos)

Entretanto, embora a identificação como mulher trans de Laerte esteja além do binarismo, não quer dizer que esta não se veja diante de dilemas quando questionada acerca do seu corpo, que na época do documentário, não possuía tratamento hormonal, intervenção cirúrgica ou qualquer outra forma de ingerência que a aproxime da anatomia feminina.

O que quer dizer exatamente ter esse implante no meu corpo? Se eu estou convivendo com a ideia de que eu sou uma mulher, sem hormônios, sem quadril, e a ideia está factível pra mim, por que eu preciso de um peito, né? Então, está uma montanha-russa. Eu não sei, quando eu chego em casa e tiro o meu sutiã e o peito vai junto, eu fico pensando: “Poxa, eu gostaria que ele ficasse”, (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017)

Para Bagagli (2017), o desconforto com o corpo que muitos transgêneros experimentam não corresponde como uma inconformidade com a cisgeneridade, bem como não entende que tal disforia é resultado de uma “suposta reprodução consentida de normas sociais”. A autora conclui que cada indivíduo trans procura a forma de aceitação do seu corpo, configurando-se muitas vezes como uma resistência ao que é imposto pela sociedade quando decidem permanecer com alguma característica que vai na contramão da identidade assumida.

Essa busca por aceitação, por mais que decorra da subjetividade de cada indivíduo, não podemos descartar a vivência de cada um na sociedade e tratando-se de transgêneros, não podemos ignorar o fato de que a violência e a intolerância a que estão vulneráveis são fatores determinantes em muitas escolhas tomadas por este grupo de indivíduos. Quando Laerte é indagada como se relaciona com o seu corpo, especificamente ao implante de seios, sua resposta ainda se mostra confusa em quatro verbos:

Nossa, está uma confusão cada vez pior. Em relação ao peito, eu estou me debatendo com quatro verbos. O querer, o poder, o precisar e o dever. [...] Eu sei que eu não preciso. Eu não preciso, eu existo sem peito. Agora, eu quero. Mais recentemente, eu posso. Eu tenho meios para isso. Muito bem. E o devo? O devo é uma questão muito perturbadora porque diz respeito ao olhar dos outros. Eu sempre ouço, quando penso nesse verbo, eu sempre ouço a filha da p*** da fascistoide lá, enfiando o dedo na minha cara e perguntando: “E o seu peito, quando você vai pôr?” Por que? Porque isso é um documento, né? E é mesmo. É mesmo. (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos)

Para Laerte, percebe-se o conflito que o verbo “dever” está pesando na sua decisão, é claro que ao mesmo tempo que ela tem um desejo de colocar uma prótese, ela também não quer que aquilo defina sua identidade para os outros, citando como exemplo, um caso de intolerância em que foi vítima. Silva (2016) coloca a identidade como algo histórico e cultural, vez que a sua expressão se dá pelos “atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para machos e fêmeas”. No entanto, o conflito de Laerte em relação ao corpo ainda é reflexo de uma sociedade com heranças deixadas pelo cristianismo da Idade Média, que prioriza os atributos anatômicos femininos para estabelecer o que é ou não ser mulher, reduzindo ou ignorando qualquer outra concepção que não se enquadre dentro do que foi estabelecido.

Por esta razão, é o entendimento de Carvalho e Carrara (2013) de que o conceito biológico está enraizado e se mostra, inclusive, dentro dos próprios movimentos sociais, no discurso de transgêneros e travestis que passaram por qualquer procedimento cirúrgico que auxilie na reafirmação de sua identidade em face daqueles que ainda não tem em seus corpos quaisquer intervenção mé-

dica. Nesse sentido, Laerte condena a falta de empatia e respeito as diversas vivências e nega que tais indivíduos representem o grupo.

É estabelecer uma coisa assim: “Nós somos mulheres.”. Por causa dessa visão de “nós somos mulheres” elas também se arrogam no direito de cobrar: “você é mulher?” Eu digo: sou. “Cadê o seu peito?”. Você pode perguntar: “Cadê a sua b*****?”. Porque boa parte ali fez a operação de redesignação e se considera mais graduada do que quem não fez. Você percebe? Há uma questão corporativa, uma questão de quesitos e requisitos a se cumprir. Há uma questão de carteirinha. É um horror isso, um horror! A atuação dessas pessoas é de uma truculência absolutamente masculina. Sabe, o modo como as pessoas se ofendem, como se impõem, como dão porrada e dizem que isso é assim, travesti é assim. Travesti não é assim. (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017).

Carvalho e Carrara (2013) explicam muito bem essas divergências ideológicas dentro do movimento LGBTQI+, especialmente no que diz respeito a briga pelo fortalecimento da identidade das travestis para não serem incluídas no “T” junto com os transgêneros. A partir do depoimento de Tathiane Araujo, entrevista em 19/11/2010, os autores observaram a existência de categorias dentro do movimento quando a mesma afirma “travesti operado, travesti”. Em harmonia com os autores, Laerte sugere a existência de um corporativismo dentro do movimento:

Por exemplo, a ideia de que há uma identidade travesti e transexual. Inegável, verificável com determinados sinais, que tem o poder de excluir quem não se enquadra. É o corporativismo trans, né? (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017).

Os autores mencionados concluem que o fulcro da independência identitária das travestis configura-se na busca de políticas públicas exclusivas a este público alvo por entenderem que possuem vivências distintas, isto é, enquanto as organizações de travestis aparecem diante de violência policial e AIDS, as organizações voltadas aos transgêneros buscam entender a transexualidade e acessos às inovações médicas de transformação do corpo.

Travesti e transgêneros são pessoas dignas de serem consideradas humanas. Elas não estão ali fazendo palhaçadas. Elas não estão se exibindo, elas estão usando a condição, a identidade feminina que corresponde ao desejo íntimo delas. (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos).

A confiança que Laerte tem com o próprio corpo é construída diariamente, indo além dos conceitos de identidade de gênero reducionistas biológicos, apresentando o discurso abaixo: Eu também chego numa outra possibilidade que é: não existem homens e mulheres. Então, em princípio somos seres humanos e a gente tem essas disposições. Essas disposições são também, são convenções, são possibilidades, são linguagens. Se estou cada vez mais compreendendo que a questão de gênero é pra ser tratada como uma construção cultural mesmo, que não é um... Que não foi criado por Deus, então eu posso rever tudo, né? (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017).

Por derradeiro, vislumbra-se que, para Laerte, a questão de gênero deve ser tratada considerando os aspectos culturais, entendendo que o modo como nos relacionamos enquanto indivíduos que vivem em sociedade são oriundos de convenções normatizadas por costumes, porém com a possibilidade de desconstruir e reconstruir nossos pensamentos para acompanhar a evolução da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Laerte, como mulher trans, vai além dos aspectos materiais e gramaticais que a sociedade estabelece ao gênero feminino, é filha, amiga, pai e avô, deixando por meio do documentário “Laerte-se” sua perspectiva de vida, contribuindo, ainda que de forma involuntária, aos estudos sobre a sexualidade e reconhecimento de identidade de gênero como uma construção muito mais complexa e apaixonante, pois não se trata apenas de reduzir o indivíduo aos atributos biológicos de nascimento, mas de respeitar o devido local de fala e a subjetividade de cada, sem algemas sociais, de modo a valorizar as lutas por respeito e tolerância protagonizada pelos movimentos sociais, em especial o LGBTQI+.

Portanto, sabe-se que ainda há muito o que lutar contra esse sistema cis heteronormativo

estruturado, cuja perpetuação só acarreta na marginalização e escassez de registros autobiográficos ou relatos de vivência de pessoas trans. Colocar-se como antagonista desse sistema é dar importância a trabalhos como o primeiro documentário brasileiro no catálogo de serviços de streaming da Netflix, “Laerte-se”, que nos possibilita ter um pouquinho da vivência desses sujeitos dentro das nossas casas e conseqüentemente, trabalhar na desconstrução e reconstrução de identidades e relações de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação Sexual na Identidade de Gênero a partir da Crítica da Heterossexualidade e Cisgeneridade como normas. *Letras escreve*, v.7, n.1, p.137-164, janeiro-julho, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/-/index.php/letras/article/view/3073>>. Acesso em: 03/09/2018.

BUTLER, Judith. *Gender Regulations*. In: _____. *Undoing Gender*. Nova York: Routledge, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext-&pid=S0104-83332014000100249>. Acesso em: 20/08/2018.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198464872013000200015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20/08/2018.

DINIZ, Maria Helena. *O estado atual do Biodireito / Maria Helena Diniz*. – 4. Ed. Revista e atualizada conforme a Lei n. 11.105/2005. – São Paulo: Sairaiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. Tradução do original em francês: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus*. – 2. Ed. revista e ampliada. Brasília, 2012. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>>. Acesso em 02/09/2018.

LAERTE-SE (2017). Direção: Lygia Barbosa da Silvia e Eliane Brum. Distribuição: Netflix. Disponível em: <<https://www.netflix.com/title/80142223>> Acesso: 20/08/2018.

LEITE JUNIOR, Jorge. —Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2008. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074600.pdf>> Acesso em: 06/09/2018.

ROCHA, Maria Vital da. SÁ, Itanieli Rotondo. Transexualidade e o Direito Fundamental à Identidade de Gênero. In: *RIDB*, a. 2, n. 3, 2013, p. 2.337-2368. Disponível em <https://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/03/2013_03_02337-_02364.pdf>. Acesso em 07/09/2018.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. Unidade 1 – Sexualidade: Dimensão conceitual, diversidade e discriminação. Semana 3 – Orientação Sexual, Identidades Sexuais e Identidade de Gênero. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.comfor.unifesp.br/wpcontent/docs/COMFOR/biblioteca-_virtual/GDE/mod3/Semana3_Mod3_GDE.pdf> Acesso em: 20/08/2018.

ZERBINATI, João Paulo. *Desvelando a vivência transexual: gênero, criação e constituição de si mesmo / João Paulo Zerbinati*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo: 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152491/zerbinati_jp_me_arafcl.pdf?sequence=3> Acesso em: 03/09/2018.

LIVRO-REPORTAGEM: TODAS AS CORES

Caroline Giantomaso

RESUMO

O livro-reportagem “Todas as cores” apresenta histórias de pessoas LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e outros) sob perspectiva pouco explorada. Geralmente as pessoas desse grupo social são retratadas através de temáticas que envolvem o preconceito que sofrem; ou o jornalismo aproveita o sofrimento e violência pelo que passam para “vender” reportagens. O presente trabalho busca contar as histórias de vida de pessoas comuns, sem focar necessariamente no fato de a pessoa ser LGBT. O objetivo é justamente mostrar ao leitor que ser desse grupo social não torna a pessoa diferente, é só uma característica. Essas histórias são contadas na visão da repórter, que descreve junto suas próprias impressões e sensações. O texto é narrado utilizando recursos literários, com o intuito de causar empatia ao leitor, fazê-lo sentir como se estivesse vivendo aquela cena que lê. A produção do trabalho envolveu entrevistas com os oito personagens, algumas mais de uma vez, para que houvesse maior envolvimento entre fonte e jornalista. As fotografias são um complemento imagético ao texto descritivo. O título Todas as cores foi escolhido justamente pelo fato de o movimento LGBT ser conhecido mundialmente pelo arco-íris e porque a ideia é fugir da premissa de que cores são ligadas ao gênero, tal como azul para meninos e rosa para meninas. O livro-reportagem é dividido em capítulos, cada um contando um pedaço da vida de um personagem. Todos são independentes e não têm ligação narrativa entre si. A conclusão é que o livro-reportagem é uma plataforma que permite o uso da linguagem literária e da humanização das histórias e relatos, dá liberdade ao repórter. Resgata a essência do jornalismo, algumas vezes perdida no cotidiano da profissão.

Palavras-chave: Livro-reportagem. LGBT. Histórias de vida. Diversidade. Jornalismo literário.

INTRODUÇÃO

O livro-reportagem “Todas as cores” conta histórias de vida de pessoas LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e outros) por um ângulo normalmente não explorado. As pessoas desse grupo geralmente são retratadas pelo jornalismo e até pela ficção através do preconceito que sofrem ou somente como LGBTs, desconsiderando todos os outros aspectos da vida, tal como personalidade, história, medos, anseios, sonhos, conquistas, etc. Inicialmente a ideia era falar sobre o momento que os LGBTs se assumem para os familiares, mas, com receio de que o trabalho fosse apenas mais um recheado de histórias ruins de violência e se tornasse um gatilho incentivador, o gancho mudou. A ideia deste trabalho é justamente quebrar esse paradigma e mostrar por outro ângulo o movimento e a comunidade, sem dar foco apenas à sexualidade e ao gênero.

A falta de representatividade, além dos retratos de preconceito, despertou interesse para a produção do livro. O objetivo é mostrar que os LGBTs são pessoas comuns, por isso a escolha de fontes com histórias de vida comuns. A ideia não era falar sobre pessoas famosas ou com relatos extraordinários, era justamente normalizar o LGBT, para que o leitor sinta empatia e se identifique com os personagens ao ler o livro, muitas vezes se colocando no lugar do personagem.

O livro-reportagem também trabalha com a linguagem literária com o intuito de resgatar o jornalismo de profundidade, atualmente perdido em meio às páginas dos jornais e portais. A intenção era mostrar, por meio dos relatos humanizados, que a não-ficção pode se juntar à literatura em um material que vai além da superficialidade do jornalismo cotidiano.

Os capítulos são baseados em entrevistas com os oito personagens e a descrição detalhada da estética dos lugares, dos cheiros e do clima tem o objetivo de despertar os sentidos de quem lê. A ideia é fazer o leitor sentir o que a repórter sentiu quando foi aos locais conversar com os entrevistados. Esse tipo de narrativa já não é tão comum ao dia a dia da profissão e a pretensão é justamente resgatar essa característica dos primórdios do jornalismo, mas em um tema contemporâneo.

LGBT+

LGBT é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e outros. É preciso separar sexualidade de gênero, embora ambas façam parte do mesmo movimento que busca igualdade de direitos e fim do preconceito.

SEXUALIDADE

Sexualidade diz respeito ao interesse afetivo-sexual ou a falta dele. Nesta categoria entram as pessoas homossexuais, que se interessam por pessoas do mesmo gênero, bissexuais, que se interessam pelos dois gêneros, heterossexuais, que se interessam pelo gênero oposto. Também há

outras menos conhecidas, como assexuais, que não se interessam por gênero algum, demissexuais, que sentem atração somente depois de haver uma ligação emocional e pansexuais, que se interessam por pessoas de todos os gêneros – não se atendo apenas a masculino e feminino. Existem milhares de outras formas de definição, mas basicamente a sexualidade é sobre por quem a pessoa se interessa.

GÊNERO

Identidade de gênero vai além da sexualidade. Diz respeito sobre como a pessoa se sente, não sobre por qual gênero ela sente atração. De acordo com Jesus (2012), gênero e sexo são conceitos separados, embora a sociedade trate desde muito tempo os dois como sendo a mesma coisa. Sexo é o conceito biológico, é o órgão feminino ou masculino, ou ambos, que a pessoa nasce. Gênero é como a pessoa se identifica. Não necessariamente é o mesmo que o sexo, embora na maioria das vezes seja.

Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente (JESUS, 2012).

Quando uma pessoa identifica seu gênero com o sexo biológico, ela é cisgênero. Quando não se identifica, é transgênero. Também há pessoas que não se identificam com nenhum dos dois gêneros predominantes ou que se identificam com os dois, que pode ser chamado de não-binários – mas ainda não há um termo oficial.

Uma mulher transexual é uma mulher como todas as outras, mas que nasceu em um corpo masculino. Assim como um homem trans nasceu em um corpo feminino, mas é homem. Muitas vezes as pessoas transgêneros passam por processos cirúrgicos e hormonais para adequarem a aparência a características do gênero que se identificam. Esse processo pode ou não incluir a cirurgia de redesignação sexual, popularmente conhecida como “troca de sexo”. No entanto, esse procedimento não diz um nível maior ou menor de transexualidade e nem todas as pessoas trans o fazem.

O conceito de “travesti” não é o mesmo que de transexual, segundo Jesus (2012):

Entende-se, nesta perspectiva, que são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero.

Apesar de serem conceitos diferentes, a identidade de gênero e a sexualidade são relacionadas. As pessoas trans têm sua sexualidade como pessoas cis.

Uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo-sexualmente, portanto, mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice versa (JESUS, 2012).

DADOS

Os LGBTs são socialmente excluídos e sofrem preconceito desde muito tempo. Embora o comportamento homossexual seja identificado em várias espécies de animais, ainda é tratado por uma parcela da sociedade como sendo anormal. Muito disso é justificado com fundamentos religiosos.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) contabiliza dados de violência contra a comunidade LGBT no Brasil desde 1970. De acordo com o relatório referente a 2017, o número de assassinatos de LGBTs no ano passado cresceu 30% se comparado a 2016. O documento aponta que no país a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida por conta de preconceito e isso faz do Brasil o país que mais mata lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros no mundo.

De acordo com o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil divulgado em 2016 – com dados de 2013 – pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 25,7% dos casos de agressões, a violência aconteceu na casa da vítima.

O relatório é feito com base nos dados das ligações recebidas no “Disque 100” e aponta que

em 14,8% dos casos, a violência partiu de familiares. Na maioria das denúncias, 59,7%, a relação entre a vítima e o suspeito não foi informada. Dos casos denunciados, 40,1% foram de violência psicológica, enquanto 14,4% de física.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Todas as cores tem esse título porque o movimento LGBT tem como bandeira principal e mais conhecida o arco-íris. No entanto, a ideia não partiu apenas disso. A intenção desse nome é mostrar a diversidade por meio das cores, mostrar que, para além do azul e rosa, existem infinitas outras cores e tons. O nome é uma provocação ao paradigma de “rosa é para meninas” e “azul é para meninos”.

O projeto gráfico e a arte de capa foram pensados com base nisso também, com um fundo branco, neutro, e em destaque o colorido. O miolo da primeira versão, após a banca, será em sulfite 90g branco e a capa em couché fosco 250g. O acabamento fosco foi escolhido para valorizar o branco, assim como as folhas internas para dar continuidade ao neutro da capa. São 116 páginas com oito capítulos, cada um com a história de uma das fontes.

O primeiro capítulo fala de Alex Rodrigues, um jovem de 18 anos, transexual e que mora em Piracicaba. O texto foca no fato de ele ter cabelo rosa e, justamente por isso, é o capítulo de abertura do livro. Foram abordadas questões sobre transição corporal, hormônios e a troca de nome na certidão de nascimento.

Em seguida vem o capítulo que conta a história de Leonardo Portella, ou Giorgia Morgan, seu nome artístico. O personagem em questão é um jovem gay e trabalha como DJ e drag queen em Piracicaba. A descrição do capítulo se trata de uma das noites em que ele vai se montar para tocar em uma boate.

O terceiro capítulo conta a história de André Malosá, um ex-bailarino piracicabano que fez fama mundial e hoje atua como professor de dança em São Paulo. Ao longo do texto é abordada sua trajetória na dança costurada à ligação que teve com a tia, hoje falecida, Elisa. A tia não era tia biológica, e a escolha desse gancho se deu justamente para questionar a definição do que é família. A história de Lara Munhoz é contada no quarto capítulo. Ela é lésbica e trabalha como educadora na Fundação Casa e mora em Iaras, cidadezinha do interior de São Paulo e que deu nome ao capítulo. Ao longo do texto é abordada a relação que ela tem com o futebol e, principalmente, com o Palmeiras.

O quinto capítulo conta a história da produtora teatral Anelisa Ferraz, uma mulher bissexual. O texto foca na parte da vida dela que é ligada às artes cênicas e a trajetória até chegar a ser diretora de produção da Paixão de Cristo de Piracicaba.

Antônio Marcos Campos é o foco do sexto capítulo. Ele é um idoso e gay que trabalha como educador e radialista em Avaré, interior de São Paulo. O capítulo é focado no fato de a casa e toda a vida dele ser voltada para a arte e também no reencontro, já que a repórter o conhece desde a infância – daí o título “Lembranças de infância”.

O sétimo capítulo conta um pouco da história de vida e da descoberta da homossexualidade de Ana Laura Damasceno, uma educadora formada em história. Também foca na parte da vida dela que é voltada para a música, maior paixão da personagem.

O oitavo e último capítulo do livro conta a história de Luana Godoi, uma transexual não-binária, ou seja, que não se identifica apenas com um dos dois gêneros, mas com os dois no caso dela. O texto conta sobre a descoberta e o processo de transição e também sobre religião e espiritualidade.

Por último, há uma galeria de fotos coloridas dos personagens com o intuito de aproximar o leitor de cada um deles. Causar um reconhecimento por meio da descrição do texto nas fotos. Todos os personagens foram escolhidos justamente por terem uma história de vida comum, nada extraordinário, já que o intuito é causar empatia e levar o leitor a se identificar com cada um deles. Mostrar por meio das histórias de pessoas anônimas que LGBTs são pessoas comuns, que têm sonhos, medos, conflitos internos e é um ser humano como todos os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir o livro-reportagem Todas as cores trouxe para o âmbito prático todo o conhecimento estudado ao longo do curso de jornalismo. A narrativa que mistura elementos da literatura com o jornalismo mostra algo atualmente pouco usado no cotidiano da profissão. Apesar de ser a raiz do jornalismo contar histórias, o dia a dia de uma redação é tão frenético que não permite aos profissionais utilizarem esse tipo de recurso que requer mais tempo para a produção e humanização da reportagem.

Trabalhar com esse tipo de conceito fez com que a repórter se aproximasse das fontes por meio de entrevistas abertas, sem um roteiro pré-definido. Houve uma grande dificuldade inicial de encontrar fontes dispostas a se expor. Outra dificuldade foi da jornalista se envolver com as fontes ao ponto de conseguir trazer para o texto essas sensações. No curso de jornalismo acabamos dando muita ênfase às notícias quentes e factuais, com textos simples. Viciamos na estrutura lead e pirâmide invertida. Quando a jornalista se deparou com a necessidade de “soltar o texto” trabalhando um perfil mais literário, foi preciso um grande esforço para construir narrativas mais descritivas. Por essas e outras dificuldades, pode-se afirmar que trabalhar um livro em poucos meses é uma árdua tarefa.

O relato humanizado em um livro-reportagem é importante para fazer o leitor sentir empatia pelos personagens, fazendo com que ele se identifique com os personagens do livro. Por meio das descrições sensoriais, quem lê também consegue imaginar os locais citados no livro, os cheiros e até o clima no dia da entrevista.

O livro-reportagem utiliza do jornalismo de profundidade, que apesar de ser outro conceito em extinção nas redações dos principais veículos de comunicação do país, é uma importante ferramenta da profissão. Aprofundar a reportagem deveria ser um pré-requisito para o jornalismo, embora seja raridade nos dias atuais. Trabalhar com isso ao longo deste projeto mostrou a importância de resgatar o conceito.

REFERÊNCIAS

Grupo Gay da Bahia. Relatório de Assassinatos de LGBT no Brasil, 2016. Disponível em: <<https://homofobia-mata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos - Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Autor, 2012.

MULHER E LÉSBICA, DUAS VEZES INVISÍVEL: A LÉSBICA EXISTE PARA O MEIO LITERÁRIO?

Laura Guzinski

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o espaço ocupado pela mulher lésbica no meio literário e a representatividade que esses espaços proporcionam para essas mulheres como grupo social e minoritário de uma sociedade. Inicialmente será feita uma breve contextualização sobre a lesbianidade em seu contexto histórico, e a relação das mulheres lésbicas com a literatura ao longo dos séculos, desde a Grécia até os tempos atuais. Após, serão realizados comentários sobre a posição e o espaço que a mulher lésbica ocupa no meio literário como autora, a partir da análise de duas escritoras e sua relação com meio externo, ou seja, sua visibilidade e popularidade, debatendo assim como o meio literário enxerga a autoria de mulheres lésbica.

Palavras-chave: Lesbianidade, Literatura brasileira, Representatividade.

INTRODUÇÃO

Viver em sociedade é saber que a cada dia, a cada hora, uma trajetória de vida é invisibilizada. Seja porque, ao ouvir, não lhe deram o devido valor, seja porque, ao falar sobre, foi escolhida uma perspectiva um pouco diferente mas que era, naquele momento, a mais conveniente, seja porque não foi contada da forma certa ou até porque não foi contada de forma nenhuma. São histórias que talvez, contadas da forma certa pudessem ser importantes; para uma comunidade, para uma luta, para um indivíduo.

Os critérios de seleção sobre quais histórias merecem ser contadas sem cortes variam em relação ao tempo, em cada época temos uma coisa, mas algumas coisas permanecem. Sabemos que discursos masculinos e heterossexuais são sempre preteridos, por essa razão, historicamente, é difícil analisar o espaço da mulher lésbica na literatura. Essas autoras, que já sofrem de um duplo silenciamento, por sua condição de mulher e de não heterossexual, quando reconhecidas, costumam sofrer algum tipo de apagamento que pode desfavorecer uma representação positiva e a visibilidade dessas mulheres.

Neste trabalho analisaremos as autoras Virginia Woolf e Cassandra Rios que, de formas diferentes, foram invisibilizadas pelo sistema literário que optou por valorizar determinados aspectos da obra e vida dessas mulheres e silenciar outros.

A intenção deste trabalho é prioritariamente debater sobre o espaço e valorização dado a essas autoras enquanto mulheres que contestaram, tanto em vida quanto em obra, os padrões machistas e heteronormativos que lhes foram impostos.

AS LÉSBICAS SEMPRE EXISTIRAM?

Em 1977, o grupo “Coletivo Lésbico de Barcelona”, o mais combativo da Europa, assim respondeu quando perguntado sobre o conceito de lésbica:

Que é uma lésbica? A lésbica é a mulher que se identifica como mulher, que se erige como sujeito e objeto de sua própria sexualidade, que se reivindica como mulher em função de si mesma, que subverte todos os esquemas e papéis que deram lugar a normas sexuais estabelecidas. Em definitivo, a lésbica é a mulher que de qualquer forma e sob qualquer circunstância se rebela contra as limitações e opressões impostas pelo papel considerado o mais inferior da sociedade: o papel feminino. (ENRIQUEZ, 1978, p. 177)

Segundo a pesquisa realizada pelo antropólogo brasileiro Luiz Mott, para a escrita do livro O lesbianismo no Brasil, a palavra lésbica surgiu pela primeira vez na literatura francesa por volta de 1842, e na literatura inglesa por volta de 1870. No Brasil, o termo é usado desde 1894 como sinônimo de “invertida sexual”, conceito introduzido pelo criminalista Viveiro de Castro. Antes disso, porém, em 1621, os jesuítas já se deparavam com essas denominações, enquanto estudavam a cultura e as práticas dos povos que aqui viviam, visto que O vocabulário da Língua Basílica traduzia a palavra Tupi Çacoimbeguirá para “Mulher que não conhece homem e tem mulher”.

A palavra Lésbica, porém, tem uma origem muito mais antiga, ela deriva de Lesbos, terra natal de Safo de Lesbos, poeta grega que narrava em suas poesias as relações e o amor que tinha para com outras mulheres, antes mesmo de existir uma denominação para isso.

Segundo Guilherme Gontijo Flores, responsável pela tradução dos Fragmentos das obras de Safo, publicados pela Editora 34, em 2017, a dificuldade de delinear quem foi Safo de Lesbos ocorre tanto pela distância histórica quanto pela sua dupla condição de mulher e lésbica:

Por ser mulher, a sociedade grega patriarcal dava menos valor à sua biografia, havia muito menos interesse em sua história do que em sua poesia. Esse fascínio é tardio, e quando começa a surgir, tem um segundo empecilho, o lesbianismo. (FLORES, 2016).

Safo nasceu por volta de 630 A.C. e passou a maior parte de sua vida escrevendo sobre seus amores, suas angústias e seu erotismo. Embora, por conta da desvalorização que sofreu, seus textos estejam praticamente todos perdidos hoje em dia, ela é uma importante referência da poesia lírica, mais especificamente da mélica.

Longe do âmbito grego e alguns séculos depois, situação semelhante também ocorre com Juana Inês de la Cruz, conhecida como uma das primeiras mulheres a narrar, no papel, suas relações e seu interesse por outras mulheres, já na corte espanhola de 1600. Segundo Octavio Paz, escritor mexicano e vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1990, e autor do livro que narra a trajetória da poeta, Juana Inês de la Cruz é considerada a última escritora do Século de Ouro, além de grande defensora do direito da mulher à educação. Passou boa parte de sua vida sendo perseguida pelas autoridades católicas, até desistir das letras no final de sua vida, por conta dessa repressão. A maioria de seus poemas são destinados a María Luisa Manrique de Lara, e vice-rainha da Nova Espanha da época, com quem manteve uma forte relação, durante anos.

Ambas as mulheres, Safo de Lesbos e Juana Inês de la Cruz são um lembrete de que não apenas a homossexualidade feminina sempre existiu, em todas as sociedades e em todas as castas, como também de que esses temas são tratados na literatura há muito tempo, apenas nunca foram bem recebidos.

A AUTORIA LÉSBICA

Embora o espaço ocupado pela mulher na literatura brasileira tenha começado a ser debatido na última década com as novas ondas de feminismo e uma nova pressão social por mídias e narrativas que representem a diversidade que existe na população, em vez de apenas uma minoria que detém o poder sobre esses meios, as mulheres lésbicas sofrem um duplo silenciamento e costumam ser diminuídas de diversas formas no sistema literário. Segundo Ana Luiza Nunes Almeida sobre a pesquisa realizada por Regina Dalcastagné A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004, há um silenciamento do tema:

De acordo com tal perspectiva, é possível perceber um silenciamento do feminino e quase apagamento da homossexualidade – mais ainda da lésbica – em obras publicadas na literatura brasileira contemporânea. A Prof^a. Regina Dalcastagné coordenou uma pesquisa que procurou identificar como se configura o romance brasileiro contemporâneo e notou a supremacia masculina e heterossexual de escritores e personagens nesse cenário e, mesmo que de forma inconsciente, há uma censura a discursos que favorecem o protagonismo de mulheres e lésbicas, alegando que “os silêncios da narrativa brasileira contemporânea, quando nós conseguimos percebê-los, são reveladores do que há de mais injusto e opressivo em nossa estrutura social”. (DALCASTAGNÉ, 2005: 67). Ainda que não se pense na literatura como reflexo da sociedade, é inegável que os julgamentos de valores são construções sociais e, portanto, o silêncio dos grupos segregados no meio social é refletido através do controle discursivo que a literatura impõe. (ALMEIDA, 2017, p. 1)

Esse silenciamento dos grupos segregados está relacionado ao apagamento da obra ou da autora, quando falamos das mulheres lésbicas. Nesse sentido, a autora pode ser reconhecida no meio literário, porém invisibilizada quando se trata de ser representada e reconhecida como uma mulher não heterossexual ou pode ser reconhecida por sua imposição e militância acerca de sua homossexualidade e não ter sua obra reconhecida no meio literário, sendo rebaixada a subcategorias da literatura quando aborda como temática o relacionamento entre mulheres.

A vida privada de homens não é, e nem nunca foi, tão julgada quanto a de mulheres, sejam

elas artistas, autoras, ou não, mas se nunca foi pedido aos homens que optassem por serem reconhecidos por sua personalidade, seja ela de resistência ou não, ou por sua obra, seja ela de resistência ou não, porque então é pedido isso às mulheres? Embora “pedido” seja uma palavra errônea nesse caso, pois nada nos é pedido e sim imposto.

Virginia Woolf é um exemplo da primeira situação. Por mais renomada que seja como autora, sua sexualidade foi apagada ao longo dos séculos até que fosse reduzida ao padrão heteronormativo, mesmo que seja de conhecimento comum a relação que manteve com a escritora Vita Sackville-West, e que essa relação tenha sido de grande importância até mesmo para a criação literária da autora, mais especificamente da obra *Orlando* publicada em 1928, obra na qual o personagem central da narrativa é baseado em Vita, assim como uma das principais ambientações, que remonta a casa da família da mesma. Segundo o filho de Vita, Nigel Nicolson, no livro que escreveu sobre seus pais após o falecimento de ambos, *Orlando* é “a mais longa e mais encantadora carta de amor em toda a literatura”, e mesmo assim, muitas das capas e sinopses do livro costumam dizer que foi dedicado, em parte, a uma amiga de Virginia Woolf.

As cartas trocadas entre Vita e Virginia estão documentadas no livro *The 50 Greatest Love Letters of All Time*, publicado em 2002, editado por David H. Lowenherz e publicado pela editora Crown, e também no livro *Vita & Virginia: The Lives and Love of Virginia Woolf and Vita Sackville-West*, escrito por Sarah Gristwood e publicado pela Pavilion Books em 2018.

Mesmo que a obra de Virginia Woolf tenha indícios que retratem o amor entre o mesmo sexo, não é posta como uma literatura que fuja do padrão heteronormativo e, mesmo que a própria autora tenha mantido um relacionamento com outra mulher, pouco se fala sobre a possibilidade de ela, assim como sua obra, fugir desse mesmo padrão. Woolf foi uma autora que tratava de defender temas como a liberdade, o desejo sexual feminino e a homossexualidade, tanto na vida privada quanto na literária. Quando se trata da vida literária, porém, ela é muito mais reconhecida por sua vertente feminista do que por qualquer causa de defesa da homossexualidade. Suas obras sempre se destacaram por serem obras de certa forma revolucionárias para sua época. Por isso, e por todas as influências que esses aspectos de sua vida pessoal exercem em sua obra, Virginia Woolf, quando lida e estudada, não deveria ser considerada uma autora heterossexual. Isso é ignorar e invisibilizar a sexualidade de uma autora que sempre mostrou resistir aos ideais que lhe eram impostos.

Quando falamos em reconhecimento da sexualidade da autora e apagamento de sua obra é impossível não falar de Cassandra Rios, já no Brasil, algumas décadas depois.

Sob o pseudônimo de Cassandra, Odete Rios foi, desde muito cedo, abertamente declarada como lésbica. Durante o regime militar no Brasil, entre 1964 a 1985, ela narrava, no papel, cenas de amor entre mulheres sem nenhum constrangimento. Durante esse período, muitos dos livros foram censurados, assim como músicas, jornais e peças de teatro. Em relação à literatura, Cassandra Rios foi a autora mais censurada durante a ditadura, segundo estudo da professora da USP Sandra Reimão, que resultou no livro *Repressão e resistência*, publicado em 2011. Cassandra Rios teve, em 1976, de seus 36 títulos, 33 censurados pela ditadura.

Embora Cassandra Rios seja um nome reconhecido quando se fala em literatura lésbica no Brasil e uma das autoras brasileiras que mais vendeu livros, ela não foi reconhecida como uma “autora séria”. Sua literatura foi por muito tempo vista como marginal e de nada relevante ao cânone literário da época.

Os livros de Cassandra Rios exaltam temas como liberdade feminina, assim como falam explicitamente sobre a homossexualidade, até mesmo em seus títulos, como em *Eu sou uma lésbica*, publicado em 1979. Todas as capas dos livros reeditados de Cassandra Rios têm os dizeres “A autora mais proibida do Brasil.”, mas por que então não é reconhecida como uma autora importante para a literatura brasileira?

Segundo escreveu Walcyr Carrasco, para a revista *Época*:

Houve uma época em que o bom ou ruim tinha inspiração política. Durante o governo militar, no Brasil, entre os artistas, ser a favor era péssimo. Contra, dava um atestado de qualidade. [...] Talvez a maior injustiça já cometida pela intelectualidade brasileira tenha sido durante a ditadura. Havia uma escritora, Cassandra Rios, que vendia aos borbotões, inclusive em bancas de revistas. Era uma literatura erótica, fortemente apoiada no lesbianismo. Pelo menos um de seus livros foi adaptado para o cinema: *Ariella*, com Christiane Torloni e Nicole Puzzi. O governo militar também perseguiu

Cassandra Rios. Seus livros desapareceram, sob a pecha de imorais. Ninguém abriu a boca. Era considerada “ruim”, por que defender? Tratava-se, porém, do princípio da liberdade de expressão, esquecido em nome do preconceito intelectual. (CARRASCO, 2012)

Tanto nos casos de Virgínia Woolf quanto no de Cassandra Rios, temos um apagamento das autoras. No caso de Virgínia Woolf, esse apagamento se dá por parte de sua sexualidade. Seu relacionamento de muitos anos com outra mulher não é um fato escondido e ainda que existam cartas que provem a relação mantida pelas duas durante muitos anos, essa relação, ainda que importante para a criação literária de Virgínia, é pouco estudada ou mesmo lembrada quando se fala da autora. Por sua vez, quando falamos em Cassandra Rios falamos de uma autora cuja obra e personalidade ficou conhecida, porém sua obra é rebaixada e inferiorizada por conta da temática. Rick Santos, na revista *Gênero* em 2004 afirma que:

Em seu trabalho, Cassandra deu voz e visibilidade à existência de uma comunidade underground de resistência. Escrevendo de uma posição específica, como uma lésbica brasileira que, como seus personagens tinha de negociar opressão, identidade, classe e sexualidade diariamente. (SANTOS, 2004, p. 29)

Cassandra Rios se tornou conhecida, principalmente por toda a censura que lhe foi imposta, porém, embora tenha se tornado uma das autoras brasileiras mais vendidas, permaneceu ignorada pela crítica literária. A autora faz parte da história da literatura brasileira, mas suas obras nunca foram vistas como algo além de uma subliteratura, pois como afirma Castro (2008, p. 62)

A literatura que foge da temática permitida pela tradição patriarcal é punida com o desprestígio e silenciamento por tratar de um tema que não é considerado “universal”, ou seja, normal e identitário da sexualidade de homens e mulheres. (CASTRO, 2008, p. 62)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura, assim como todas as áreas da vida, é uma questão política.

Vivemos em uma sociedade que privilegia determinados discursos em detrimento a outros, que apaga e menospreza trajetórias que não lhe são convenientes, que invisibiliza aqueles que mais precisam de voz e entrega microfones àqueles que já ouvimos centenas de vezes.

Por isso, é importante pensar em todos os âmbitos da literatura dessa forma, principalmente considerando a situação regressista em que o Brasil se encontra atualmente, que somado ao atual cenário político, cria um ambiente onde cada discurso, cada texto, cada pesquisa, cada vivência e representação não só pode, como deve ser um ato político, um ambiente onde a visibilidade e a representatividade é importante como forma de resistência para grupos que, como as mulheres lésbicas, foram apagados e menosprezados ao longo de muitos séculos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana. Breves anotações sobre a homoafetividade feminina na literatura brasileira contemporânea. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE CRÍTICA LITERÁRIA, 30; SEMINÁRIO DE CRÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL, 29; ENCONTRO NACIONAL DE ESCRITA CRIATIVA, 3, 2017, Porto Alegre. Anais [...] Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/escrita-e-critica-literaria-no-brasil/assets/artigos/7.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BARBOSA, Lemos. Pequeno vocabulário Tupi-Português. Rio de Janeiro: São José, 1951.

CASTRO, Maria. O interdito no ideal de nação: a lesbiana existe para a literatura brasileira? Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, DF, n. 32, p. 57-67, 4 jan. 2011.

CARRASCO, Walcyr. Cafonice intelectual. *Época*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/vida/walcyr-carrasco/noticia/2012/08/cafonice-intelectual.html>. Acesso em: 08 abr. 2019

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, DF, n. 26, p. 13-71, jul./dez 2005.

GRISTWOOD, Sarah. *Vita & Virginia: The Lives and Love of Virginia Woolf and Vita Sackville-West*. London: Pavilion Books, 2018.

HOLANDA, Ismênia; PAIVA, Antônio. A literatura lésbica entre o virtual e o impresso. Dossiê: Literatura e Memória, v.3, n. 2, ago./dez. 2015.

LEAL, Virginia. Academia, criação literária e temática lésbica: a produção de Lúcia Facco. Estudos de literatura brasileira contemporânea, Brasília, DF, n. 47, p. 253-267, jan./jun. 2016.

LOWENHERZ, David. The 50 Greatest Love Letters of All Time. Nova York: Crown, 2002.

MOTT, Luiz. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NICOLSON, Nigel. Retrato de um casamento. Tradução de José Alberto Leite Gueiros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

OLIVEIRA, Maria. A representação feminina na obra de Virgínia Woolf: um diálogo entre o projeto político e o estético. 2013. 253 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

PAZ, Octavio. Sor Juana Inés De La Cruz Ou As Armadilhas Da Fé, São Paulo: Mandarim, 1998.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. O desejo lesbiano no conto de escritoras brasileiras contemporâneas. Revista Iberoamericana, São Paulo, v. 65, n. 187, p. 405-21. abr./jun. 1999.

REIMÃO, Sandra. Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar. São Paulo: Edusp, 2011.

RIOS, Cassandra. Eu sou uma lésbica. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2006.

SAFO: a obra da mulher lésbica que revolucionou a literatura ocidental. Portal Vermelho, São Paulo, 13 ago. 2017. Disponível em: <http://vermelho.org.br/noticia/300551-1>. Acesso em: 08 maio 2019.

SANTOS, Rick. Cassandra Rios e a literatura gay e lésbica surgida no Brasil. Núcleo transdisciplinar de estudos de gênero. Gênero, Niterói, v.4, n.1, p.17-31, 2. sem. 2003.

SOUZA, Ruan Gabriel. Sor Juana Inés de la Cruz, uma feminista barroca, Época, Rio de Janeiro, 19 jan. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2018/01/sor-juana-ines-de-la-cruz-uma-feminista-barroca.html>. Acesso em: 08 maio 2019.

WOOLF, Virginia. Orlando: uma biografia. Tradução de Tomaz Tadeu. São Paulo: Autêntica, 2015.

MURAL DOS NOMES IMPRÓPRIOS, A CALIGRAFIA COMO DESENHO: NOTAS SOBRE MINHA PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA, COM TEXTOS HOMOERÓTICOS PINTADOS EM BANHEIROS PÚBLICOS

Eduardo Souza da Silva

RESUMO

Este texto é resultado de uma análise sobre minha produção artística em pintura, que denomino hoje como, Mural dos Nomes Impróprios, a dimensão média das telas individuais é de 40x50 cm, texturizadas com papier maché e pintadas à óleo. Trabalho inspirado em rabiscos e escritos de paredes e portas de banheiros públicos. Aqui apresento as seguintes informações: o detalhamento da minha ideia de concepção de pintura, incluindo o fazer artesanal, técnico e o conceito; referências que compõem o trabalho visualmente, esteticamente e conceitualmente; apresentar enfim a produção, com registros dos trabalhos e uma descrição de sua origem. Atribuindo também destaque à questão da apropriação da escrita latrinária na composição de minhas pinturas. Esta pesquisa visa mostrar a prática dos grafitos eróticos de banheiros masculinos através de um perspectiva histórica e tende a nos revelar aspectos da cultura homoerótica territorial na qual ela se manifesta.

Palavras-chave: banheirão, abjeto, grafitos de banheiro, escrita latrinária e pintura contemporânea.

INTRODUÇÃO

Para iniciar o processo de análise de minha produção artística em atelier, adoto como estratégia a descrição do meu processo pessoal de criação desde a concepção conceitual, até confecção do objeto de arte me si. Tomo como uma das referências para minha produção, a pintura de Jean-Michel Basquiat, e sua experiência em utilizar a pichação e o graffiti como recurso pictórico, e a simplicidade na composição dos seus desenhos, transmitindo com certa estranheza para sua época, uma nova forma de comunicação através da pintura. A posteriori encontrei através de minhas pesquisas o trabalho de Victor Arruda, importante artista da pintura contemporânea brasileira, que para mim, também tem como sua poética, tratar de mostrar uma obscenidade visual que reduz a pornografia à simplicidade da palavra morta, dura e prática, assim como identifiquei os escritos que encontrei nas portas de banheiros masculinos, seu trabalho também explicita questões socio-políticas e revela a hipocrisia individual e coletiva do homem vivendo em sociedade. Esteticamente observo a semelhança do trabalho do pintor Cy Twombly e sua intenção de transformar a escrita automática cotidiana em pintura.

Além dos aspectos pictóricos, o presente texto abordará questões que surgem nos estudos sobre a arte rupestre, os grafitos das saunas romanas e na escrita latrinária no âmbito contemporâneo. Usando de apropriação sobre os escritos de banheiros públicos, para a composição pictórica da minha obra analisada aqui, destaco aspectos do espaço onde os escritos estão inseridos e a dimensão da importância disso, explicitando e buscando esclarecimento sobre o sujeito realizador dos grafitos e suas intenções de um modo geral. Me atenho na construção das pinturas e no principal objeto da pesquisa, que são os escritos de cunho e conteúdo erótico, pornográfico, de linguagem chula e obscena, já que este teor é o mais recorrente nos banheiros masculinos, território fonte da inspiração nesta série de pinturas.

Inquietante e perturbador, o banheiro público quase sempre esteve associado à ideia de sujeira, imundície, marginalidade e, sobretudo, estranheza e mal-estar. Esse “espaço sujo”, a que recorremos muitas vezes pela necessidade fisiológica, desempenha ainda outras funções, além de simplesmente servir-nos como local onde podemos, às pressas nos socorrer. (COUY, 2005, p. 41).

PRIMEIRO TÓPICO

Esta pesquisa visou analisar minha própria produção artística e para isso tomei como base as portas e paredes dos banheiros que me serviram como inspiração. Mesmo que de certa forma esta escolha tenha sido de forma intuitiva, e meu interesse tenha sido o aspecto pictórico que julguei estar incutido em tal prática executada nos grafitos de banheiro, não pude abrir mão de analisar o sujeito que realiza os escritos neste ambiente e na intenção presente nesta prática. Minhas questões envolvendo o fazer pictórico estão no âmbito de questionar a veracidade da mesma, a intenção e o compromisso presente na ideia de representação. A pintura hoje enquanto um estilo, se sustenta hoje muito mais de forma conceitual, do que plástica, e ainda que em meio à todo um mecanismo

de valorizar outros estilos e formas de se mostrar e expressar arte, como as linguagens que surgem na cena contemporânea, ela ainda é um grande recurso estético de visualidade e de identificação enquanto arte, e de se apresentar como tal, por isso eu apresento estes escritos marginais através da pintura à óleo sobre tela, para os deslocar intencionalmente, para o status de obra de arte, e a tela é o melhor suporte para validar isso.



Grafitos latrinários ocorrem principalmente em sanitários públicos de estabelecimentos de ensino (de todos os níveis), terminais de passageiros, fábricas, escritórios e repartições, bibliotecas, bares, cinemas e centros comerciais.

Como material de escrita, o grafiteiro prefere as canetas esferográficas ou hidrográficas, lápis de grafite, ou, conforme a superfície, instrumentos pontiagudos como canivetes, estiletos e compassos. Não é raro o uso das próprias fezes como material de escrita. Escreve-se principalmente nas paredes e portas, mas também nos assentos, no vaso, na descarga, no teto e até no chão. Os suportes mais propícios são paredes lisas de cimento, caiadas ou pintadas de cores claras, e as portas de madeira bruta ou pintada, ou as divisórias e portas de madeira aglomerada revestida com fórmica. (BARBOSA, 1984, p. 81).

Em meio a tantos recursos tecnológicos, experimentos e propostas artísticas na cena contemporânea, a ideia da permanência da pintura enquanto arte nos dias de hoje parece ser uma transgressão. A pintura ainda possui o ideal de aura, de grande habilidade técnica de atender um fetiche visual ou de um blefe do que se deseja enquanto arte. Mas se o interesse também consistia em produzir uma obra dotada de autenticidade ela só poderia vir a acontecer se fosse pelo fato de ser uma apropriação, já que somente na contemporaneidade uma artista visual pode criar obras sem o caráter inicial de contemplação, que muitas vezes é inerente da boa pintura.

SEGUNDO TÓPICO

A artesanaria e o reconhecimento da mesma é uma instância do artista, sendo assim surge também a minha identificação com a escrita latrinária. Ela aparece e é identificada como uma forma de expressão peculiar do homem desde a antiguidade. A maioria dos grafitos encontrados são de natureza erótica e pornográfica, desde nossos primórdios. O espaço do banheiro acaba por fazer a funcionalidade do corpo de uma forma tão visceral, tão própria e particular ao indivíduo que a própria questão da sujeira à partir da escatologia acaba por oferecer um traço peculiar à escrita. A escolha dessa linguagem acabou por me direcionar a pesquisar o sujeito presente na realização e construção desse conjunto literário e imagético que são as portas e paredes dos banheiros públicos masculinos. A obscenidade e a pornografia como forma de expressão tomam força diante da segurança e da privacidade que os reservados dos banheiros e a escuridão das salas de cinemas pornôns oferecem. Apesar de discorrer sobre assuntos e observações pertinentes ao indivíduo que se utiliza

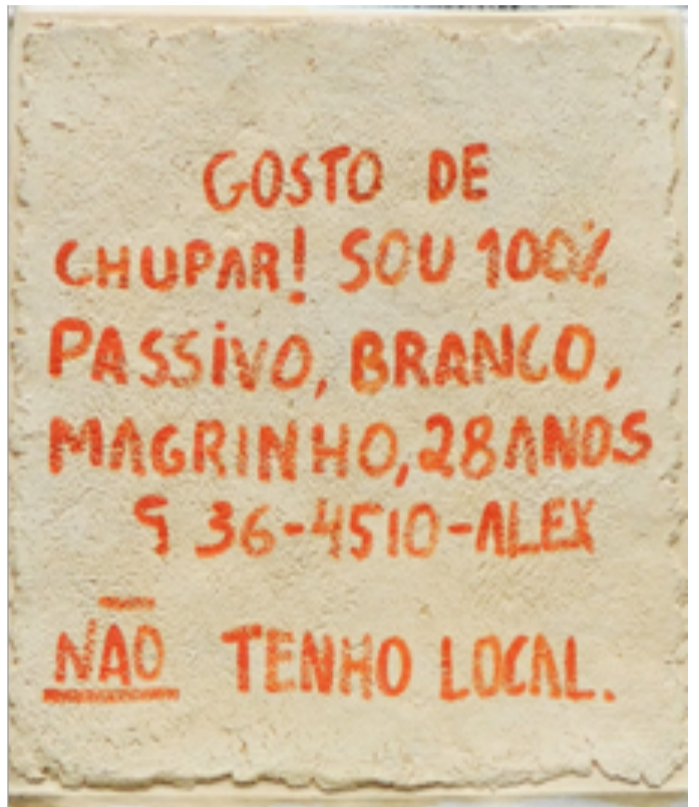
dessa escrita para se comunicar e dos interesses presentes no fazer do mesmo, meu assunto ainda era sobre a pintura e das particularidades presentes nestes três elementos: texto, textura e cor.



Estabelece uma ligação entre pintores que quebraram regras em suas produções, para que des- ses conta de expressar através de códigos e signos seus conteúdos mais pertinentes. Neste caso a pintura assume um caráter maldito, fora dos cânones ou questionando os mesmo, reduzindo a experiência pictórica e contemplativa à observação da imagem escolhida, do assunto exposto e da técnica aplicada, onde a fruição passa a ser relativa, particular e secreta, como um direito a cada observador, já que os grafitos de banheiro fazem parte de um ritual de transgressão. Pornográfico é o adjetivo que deveria substituir o pejorativo 'decorativo' em nossa crítica de arte. É um termo para a obra que não assume nenhuma responsabilidade. (ARCHER, 2001, p. 209).



De qualquer forma, escrever em latrinas é seguir vias de regra à uma espécie de transgressão convencional e organizada institucionalmente, afinal o grafiteiro de banheiro, já sentencia seus assuntos, práticas e interesses no espaço confinado do banheiro, seus pensamentos sobre moral e ética estão ali, no banheiro, ambiente sujo e secreto cumprindo a função de parecerem malditos e ao mesmo tempo moralizados por tal interlocutor, seus pensamentos estão publicados, mas já são feitos numa condição de exclusão social.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar uma pesquisa para começar um projeto pessoal de pintura, que visava num primeiro momento romper com a figuração e encontrar uma forma de pintar que apenas gerasse a sensação de comunicação entre as pessoas para além da imagem, me deparei com o que hoje chamo de 'recados de banheiro', mais conhecidos como escrita latrinária, estes recados em sua grande maioria são feitos por homens, que os deixam nos banheiros, para que outros homens leiam e façam contatos para fins sexuais, funcionam como uma espécie de classificados. Nos grafitos latrinários vi a possibilidade de desenvolver pinturas utilizando tal texto escrito como algo que beirava a situação de abjeção, e me refiro a questão do abjeto como algo que vai além do dejetivo em si.

A presença destes escritos nos banheiros, local este, para o excremento pode ser diretamente ligado à ideia de exclusão, definição de territorial específica, algo que demarca, delimita uma condição ímpar, particular e de reconhecimento, ou seja, uma experiência do indivíduo, que se faz presente, de forma real ou imaginária, através da possibilidade ou não do contato com o outro que se encontra em condição igual ou similar, já que sangue, fezes, urina, sêmen, vômito e suor, não são destacados da identidade que o sujeito carrega ou visa construir imagetivamente. Os escritos trazem à superfície da sociedade questões sobre sexo, promiscuidade, homossexualidade, masculinidades, amor, sentimentos, política, relacionamentos, questionamentos, existencialismo, desabafos e o corpo. Muitas vezes existe uma busca por um interlocutor, talvez algum diálogo, afinal é um

banheiro público, a escrita latrinária é de observação coletiva. Em alguns casos e momentos reparamos uma assinatura, talvez um pseudônimo, ou um texto claramente sem a pretensão de ter um autor, um texto marginal, escrito num local marginalizado e possivelmente, principalmente pelo teor do texto, escrito por alguém que pode ser discriminado, ou acredita ter um comportamento particular. No banheiro não deve existir pudores e limites, em algum momento este local é o próprio limite humano, por isso tudo pode ser escrito ali. Na intimidade se é o que se quer ser, seja no banheiro ou na obra de arte.

REFERÊNCIAS

- ARCHER, Michel. Arte contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ART IN AMERICA, Feb, 1995. Brooks Adams. Disponível em: <http://www.cytwombly.info/twombly_writings1.htm> Acesso em 16 de maio 2015.
- BARBOSA, Gustavo. Grafitos de banheiro / A literatura proibida. Sao Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BATAILLE, Georges. O erotismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BOOK ANNOUNCEMENT, 18 may, 1997. Produced by 1. Drummond. Disponível em: <<http://www.Btr.Br/bionner/DBsearch?BIOLINE-L+READC+5>> Acesso em 25 de maio de 1998.
- BORDIN, Dagoberto José. Inscrições de si: da porta de banheiro ao chat. 2005. 79f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça. Disponível em: <http://busca.unissul.br/pdf799337_Dagoberto.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2011.
- CAPUCHO, Luís. Cinema Orly. Rio de Janeiro: Interlúdio, 1999.
- COUY, Venus Brasileira. Mural dos Nomes Impróprios: ensaio sobre grafito de banheiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- EMMERLING, Leonhard. Jean-Michel Basquiat 1960-1988 a força explosiva das ruas. Taschen, 2003.
- ESTA PINTURA DISPENSA FLORES. Luiz Carlos Iacera, 2010. 20min. Documentário. Son. Cor. HD, RJ, Brasil, Co-produção Canal Brasil. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=czcksq8tlyu>.
- FARTHING, Stephen. Tudo sobre arte. Sextante, 2011.
- FEITOSA, Lourdes M. G. Conde. Amor e sexualidade no popular pompeiano: uma análise de gênero em inscrições parietais. Campinas: Unicamp, 2002; Tese de Doutorado.
- FUNARI, Pedro Paulo. A Vida Quotidiana na Roma Antiga. São Paulo: Annablume Editora, 2003.
- GANZ, Nicholas. O mundo do grafite arte urbana dos cinco continentes. WMF Martins Fontes, 2010.
- GONÇALVES, Flávio Roberto. Armas do desenho: Análise da minha produção de 1992 e 1993. Porto Alegre: UFRGS, 1994, 181 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- TRINDADE, Lima. Supermercado da Solidão. LGE Editora, 2005.
- WATSON, Simon. Jean-Michel Basquiat: First Impressions. Dasartes, São Paulo, ANO 5, n 31, p.34-43, verão 2014.
- NAVARRA, Enrico. Obras sobre papéis. Jean-Michel Basquiat / curadoria e texto. São Paulo. Exposição da Pinacoteca do Estado, realizada no pavilhão pe. Manoel da Nobrega de 16 de junho à 23 de agosto de 1998.
- NAVAS, Adolfo Montejo. Victor Arruda Adolfo, Montejo navas (Org.) Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2011.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. Comunicação Popular Escrita. Edusp, 2008.
- REY, Sandra. Por uma abordagem metodológica da pesquisa em artes. In: BRITES, Bianca, TESSLER, Elida (org.). O meio como ponto zero - metodologia da pesquisa em artes plásticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- SMITCH-LUCIE, Edwards. Movimentos artísticos à partir de 1945. Editora: martins Fontes, 2008.
- SEXO NO MUNDO ANTIGO EROTISMO NO EGITO. history.com. Disponível em <<http://www.seuhistory.com/>>.

O PROCESSO DE DESPEDI-SE DE UMA VOZ: PERCURSOS DE TRANSIÇÃO VOCAL DE CANTORES TRANSMASCULINOS

Bruno Caldeira

RESUMO

Este trabalho buscou entender os processos de adaptação e ressignificação da voz cantada e da atividade vocal de cantores transmasculinos em tratamento de reposição hormonal com testosterona, durante o seu período de transição de gênero. Dois cantores transmasculinos – Julian Morris e Holden Madagame –, um atuante no âmbito da música popular e outro no contexto da música erudita, foram escolhidos para serem participantes dessa pesquisa. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma análise de dados, tendo como fonte de pesquisa, vídeos do Youtube. A análise foi realizada buscando perceber de que forma os participantes da pesquisa adaptaram-se vocalmente durante o processo de transição de gênero e uso de terapia hormonal com testosterona; de que maneira esse processo afeta na construção de uma nova maneira de cantar e, portanto, na ressignificação da atividade vocal; delimitar os medos e incertezas enfrentados pelos cantores antes e durante esse processo, além de refletir brevemente sobre suas práticas e espaços musicais de formação e atuação. Concluiu-se que, apesar dos efeitos maléficos à voz do cantor transmasculino (inflamações, quebras, instabilidade etc), a terapia de reposição hormonal com testosterona na voz, produz, pelo espessamento das pregas vocais numa laringe, na maioria dos casos, sem possibilidade de crescimento, um timbre único que jamais se igualará ao timbre de um cantor cisgênero masculino. Pela realização desta pesquisa percebeu-se que é possível cantar mesmo após o processo de transição de gênero, que é possível (re)existir enquanto cantor transmasculino, inclusive em função da peculiaridade nas características timbrísticas da voz desse tipo de cantor, a despeito das convenções sociais criadas pelos atores sociais dos possíveis espaços e ambientes de atuação desses profissionais.

Palavras-chave: Cantor Transmasculino. Transição de Gênero. Terapia Hormonal com Testosterona. Canto. Adaptação Vocal.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado de uma monografia realizada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para o Curso de Graduação em Música (Habilitação em Canto), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que teve como objetivo entender de que forma a terapia hormonal com testosterona, durante o processo de transição do gênero feminino para o masculino (processo enfrentado por homens trans), afeta a voz e, conseqüentemente, transforma e ressignifica a prática vocal de cantores transmasculinos durante e após o seu período de transição de gênero. Buscou-se, ainda, olhar para os medos e dilemas advindos da incerteza dos efeitos desse tipo de terapia na voz cantada e contemplar diferentes processos de adaptação vocal no âmbito da música popular e no campo da música erudita.

Ora, se a música é “uma comunicação sensorial, simbólica e afetiva, e portanto social” (SOUZA, 2004, p. 9), o campo da educação musical deve olhar para as relações estabelecidas entre os sujeitos e a música que produzem. Dessa maneira, a importância deste trabalho reside justamente na tentativa de entender as relações estabelecidas pelo cantor transmasculino com a sua voz cantada e, conseqüentemente, com a música e de que modo ele a utiliza para ressignificar sua atividade vocal e musical.

Para a comunidade trans, a importância dessa pesquisa vem da possibilidade de dar visibilidade a indivíduos que desafiaram e conseguiram (re)existir e ressignificar suas atividades profissionais em ambientes de atuação, por vezes, adversos às manifestações de diversidade de gênero ao mesmo tempo em que se reafirmavam enquanto pessoas durante o processo de reatribuição de gênero.

A fim de compreender melhor o universo da pessoa transgênero, foi necessário visitar a literatura para apresentar aspectos e questões consideradas fundamentais para se entender relações que pessoas transgênero estabelecem com a música.

Vale mencionar que para aceitar e validar a existência de pessoas transgênero é necessário que se olhe para o gênero como uma construção social. Isso porque o sexo não causa o gênero; e o gênero não pode ser entendido como expressão ou reflexo do sexo; [...] o gênero é a construção cultural variável do sexo, uma miríade de possibilidades abertas de significados culturais ocasionados pelo corpo sexuado (BUTLER, 2003, p. 163).

Nesse contexto, é possível afirmar que o gênero caracteriza-se como uma tecnologia de identificação de um indivíduo pela sociedade a partir de seus comportamentos e do modo como exerce seu papel social. Apesar da construção sociocultural e heranças históricas que apontam para

uma ligação imprescindível entre gênero e sexo biológico, o gênero é, na verdade, uma construção sociocultural e não um fator biológico.

Questionando os padrões impostos à sociedade pelo binarismo homem-mulher, ou seja, as regras de performance de gênero, que têm como base os modelos heteronormativos, a teoria queer ajuda a pensar no gênero como uma construção social. Para Giesecking (2008), enquanto a heteronormatividade assume que a heterossexualidade e as relações dos gêneros masculino e feminino binários esperados dentro dele são seguros e constantes, a teoria queer é um modelo de discurso que desestabiliza os pressupostos e privilégios de modelos heteronormativos do estudo e da vida cotidiana e politiza e reconhece a fluidez e instabilidade das identidades (GIESECKING, 2008, p. 737) (Tradução minha).

Hall (2006) confirma a dinâmica citada por Giesecking no que diz respeito à instabilidade das identidades. De acordo com esse autor, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

De posse desses conceitos, já é possível pensar sobre identidade de gênero e transexualidade.

A transexualidade é uma questão de identidade gênero e se manifesta quando a pessoa sente que seu corpo não representa a imagem de gênero que tem de si, mesmo que essa imagem/identidade seja diferente do seu sexo biológico (JESUS, 2012, p. 14-15).

Deixando mais claro: a pessoa transgênero não identifica seu gênero tendo como base o sexo biológico com o qual nasceu. Descobrir-se transgênero e conseguir externar as características da sua identidade de gênero, da forma que melhor lhe contemple, é de extrema importância para que o indivíduo que sofre com a incongruência de gênero consiga entender seu papel e seu lugar no mundo.

Em se tratando da voz como uma ferramenta de identificação de um indivíduo, ela desempenha funções no exercício dos papéis sociais de gênero. Isso porque ter uma voz que corresponda ao seu sexo biológico é uma espécie de padrão estabelecido para se exercer um papel social de gênero. Nesse caso, ter voz grave por ser homem ou ter voz aguda por ser mulher.

Entretanto, há uma problemática em se pensar assim, afinal nem toda “voz de homem” é grave e nem toda “voz de mulher” é aguda. Para além disso, há que se pensar nas vozes de pessoas que não se identificam com os gêneros do binarismo homem-mulher como: travestis, transexuais, dentre outros.

Para Jacobs (2017) “a aproximação entre fisiologia, psicologia e sociologia, aliada à filosofia contemporânea, como é o caso das Teorias de Gênero, redimensiona a interpretação da produção vocal e os discursos de preparação vocal” (JACOBS, 2017, p. 374).

Sendo assim, pode-se afirmar que, se o gênero é uma construção sociocultural, o resultado vocal que se espera de uma pessoa baseada em seu sexo biológico também o será.

Trazendo essas questões para o contexto da música, considera-se que ela é epistêmica e, portanto, reproduz realidades sociais. Mais que isso, a música contribui para a construção social da realidade (MARTÍ, 1999, p. 30-31). Dessa maneira, a música também tem sua parcela de participação na construção da identidade do indivíduo e dos desmembramentos dessa identidade, tais como identidade de gênero e identidade vocal.

Conhecendo o objeto, foco e os referenciais teóricos que nortearam a pesquisa, segue-se para a estruturação do trabalho. Essa comunicação está dividida em 4 partes, sendo a primeira esta introdução, a segunda a metodologia empregada, a terceira o resultado das análises realizadas e a quarta as considerações finais.

METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa sobre cantores transmasculinos, era necessário que se encontrassem participantes com essas duas particularidades: que fossem homens transgênero e que fossem cantores. Entretanto, esse campo empírico não foi encontrado em Uberlândia – cidade na

qual esta pesquisa foi realizada – ou região.

Em razão disso, recorreu-se ao vídeo, mais especificamente vídeos do Youtube, como fonte de coleta de dados para este trabalho. Essa decisão foi tomada sabendo que vários campos de pesquisa (educação, marketing, medicina e psicologia, dentre outros), inclusive a música e a educação musical, já utilizam o Youtube como uma ferramenta e fonte de pesquisa (ROCHA, FURTADO e ROCHA, 2015, p. 47).

Para além disso, buscou-se olhar para o vídeo como “uma amálgama complexa de sentidos, imagens, técnicas, composição de cenas, sequências de cenas e muito mais” (ROSE, 2002, p. 343), considerando seu grande número de informações e dados disponíveis no vídeo, e que o “traslado” da linguagem visual para a linguagem escrita envolve a tomada de decisões de quais pontos se quer destacar durante a descrição do conteúdo audiovisual (ROSE, 2002, p. 343-344).

Posto isso, deve-se destacar que os participantes da pesquisa – Julian Morris (cantor popular) e Holden Madagame (cantor erudito) – não sabem que participaram desse estudo.

A escolha dos vídeos que abordam a história de transição de gênero e focam na questão vocal dos participantes foi escolhida por uma pesquisa realizada no Youtube, utilizando a palavra chave de busca “trans singer”. A escolha de Julian Morris e Holden Madagame deu-se justamente pelo fato de os vídeos sobre eles focarem na história de suas transições e o modo como eles, enquanto cantores, lidaram com isso: que medos e dilemas enfrentaram, como a voz reagiu etc.

Foram escolhidos 5 vídeos contando a história de transição de gênero e vocal de Julian Morris e 3 vídeos que discorrem sobre Holden Madagame, perfazendo um total de 8 vídeos, que, somados, têm a duração de 44 minutos e 44 segundos.

TRANSIÇÃO VOCAL: O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO CANTO

Constansis (2008, p. 4) chama atenção para o fato de que assim que a terapia hormonal se inicia e os níveis de testosterona aumentam no corpo de quem está transicionando do gênero feminino para o masculino, a laringe e, conseqüentemente, as pregas vocais começam a perder as características biologicamente “femininas”.

Ao entrar no processo de transição e decidir realizar a terapia hormonal com testosterona a fim de adquirir “características masculinas”, o cantor transmasculino deve estar ciente das conseqüências que os altos níveis de testosterona que serão introduzidos em seu corpo trarão para o seu aparelho fonador. Por isso mesmo, Romano (2018), defende que os profissionais da voz cantada considerem a possibilidade de conduzir o tratamento com testosterona iniciando com uma baixa dosagem do hormônio, administrado a uma taxa constante. O aumento da dosagem de testosterona deve ser gradual e levar em conta a confortabilidade vocal (ROMANO, 2018, p. 27).

Não foi fácil para Julian Morris ou Holden Madagame tomar a difícil decisão de se submeter à terapia hormonal com testosterona. Ao mesmo tempo em que havia a enorme vontade de adquirir “características masculinas” para melhor performar o gênero com o qual eles interiormente se identificavam, o medo de perder a voz que construíram durante toda uma vida estava presente.

Julian arriscou-se colocando em cheque sua voz, seu instrumento mais querido e forma preferida de ser identificado pelas pessoas. Já Holden foi contra todos os padrões que lhe diziam que não se podia ser um cantor de ópera transmasculino, enfrentando um mundo em que suas características vocais têm que ser, na grande maioria dos casos, definidas de acordo com seu sexo biológico e no qual, até pouco tempo, não havia espaço para diversidade.

No âmbito do canto popular, é comum que as mulheres cantem em uma tessitura que explora a região médio-grave de suas vozes, enquanto que os homens usam sua região médio-aguda, criando uma espécie de “equivalência” de tessitura entre as vozes. No caso de Julian, a grande mudança sonora ocorreu em função do espessamento das pregas vocais que, conseqüentemente, acarretou uma mudança de qualidade vocal (timbre) do cantor. Embora usando uma tessitura muito próxima daquela já utilizada antes da transição, as mudanças de timbre, pelas quais a voz passou, não permitem que ela soe como soava antes da terapia hormonal.

Ao contrário de Julian que, no canto popular, pôde manter uma tessitura aproximada àquela que usava antes de sua transição, a dinâmica do canto para Holden mudou completamente. Além disso, no canto lírico não há a possibilidade de mudança de tonalidade para uma região mais con-

fortável para o cantor (no caso das árias de ópera). Sendo assim, pode-se dizer que, no caso de Holden, a adaptação de sua voz e seu processo de ressignificação vocal foi conduzido tendo por base o tipo de música que ele canta e não a adaptação das músicas para que melhor se encaixem em sua voz.

Holden, apesar das dificuldades, vem conseguindo trabalhar sua voz como tenor, demonstrando que, mesmo em um processo em que a voz do cantor transgênero tenha que ser adaptada ao estilo de música que ele canta, é possível que essa ressignificação seja feita e, que sim, um cantor transmasculino pode (re)existir no canto lírico.

A iminência de “perder uma voz” que levou anos para ser construída é um dos motivos para o surgimento do medo em passar pelo processo de transição, pois a identidade vocal é um fator de suma importância na conexão de um indivíduo consigo mesmo, “a voz é uma das extensões mais fortes de nossa personalidade” (BEHLAU e ZIEMER, 1988, p. 71). Identidade vocal e identidade pessoal (ou personalidade) estão intrinsecamente ligadas e não é possível detectar quando uma começa e a outra termina. De acordo com Barros (2012), “cada indivíduo tem sua identidade vocal, tem seu timbre, que é reconhecido por ele e pelos outros indivíduos, revelando o que tem de inato e o que tem de cultural. A identidade vocal é um elemento muito forte no auto reconhecimento” (BARROS, 2012, p. 48).

Sendo assim, “perder a voz” implica na perda de uma parte da identidade enquanto indivíduo. O processo de aquisição de uma nova voz pode deixar o cantor transmasculino confuso quanto à pessoa que ele é, não só enquanto cantor, mas também como indivíduo. Após o agravamento da voz, o cantor, provavelmente, terá de passar por um processo em que terá de se acostumar com a nova voz e essa nova voz, por sua vez, desencadeará um processo de construção de uma nova identidade, ou de pelo menos parte da identidade do cantor transgênero, uma vez que as pessoas são constituídas de várias identidades que se deslocam continuamente. A partir disso, esse cantor transmasculino terá uma nova experiência, surgindo como um novo cantor, diferente do que fora outrora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência, resistência e evidência das histórias de sucesso tanto de Julian quanto de Holden podem ajudar a trazer esperança, podem constituir uma tábua de salvação que outros cantores transmasculinos podem se agarrar. Afinal, se os dois e vários outros cantores transmasculinos já passaram pelo processo de transição e conseguiram prosseguir cantando, outros também podem fazê-lo.

É necessário agora que mais pesquisas e trabalhos sejam desenvolvidos com o intuito de conhecer melhor e entender como, de fato, funciona a voz do cantor transmasculino durante a transição de gênero, os efeitos causados pela testosterona no aparelho fonador desses cantores e quais são as melhores ferramentas para se lidar com as vozes durante esse período.

A voz do cantor transmasculino jamais se igualará a voz de um cantor cisgênero masculino em função das peculiaridades do aparelho fonador desse tipo de cantor. Mas essas vozes não precisam de forma alguma se igualar. Muito pelo contrário, elas precisam ser únicas, transluzentes e servirem de lembrete de que sempre é possível mudar, que é possível, sim, ser e ter a voz da pessoa que se deseja ser.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria de Fátima Estelita. Canto como expressão de uma individualidade. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: < http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_e0b54164d7b899a577d88e838da26c32 > Acesso em: 10 jan. 2019.

BEHLAU, Mara; ZIEMER, Roberto. Psicodinâmica Vocal. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto (Org.). Trabalhando a voz: vários enfoques em fonoaudiologia. São Paulo: Summus, 1988. p. 71-88.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSTANSIS, Alexandros, N. The changing female-to-male (FTM) voice. Radical musicology, Nova Iorque,

- v. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.radical-musicology.org.uk/2008/Constansis.htm>> Acesso em: 23 maio. 2019.
- GIESEKING, Jen. Queer theory. In: PARRILO, M. et. al. (org.). Encyclopedia of social problems, Thousand Oaks, p. 737-738, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/304541334_Queer_Theory/citation/download> Acesso em: 15 jun. 2019.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- JACOBS, Daiane Dordete Steckert. Corpo vocal, gênero e performance. Revista Brasileira de Estudos da Presença, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 359-381, maio/ago. 2017.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2 ed. Brasília: publicação online, 2012. Disponível em <http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO__CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649> Acesso em: 8 jan. 2019.
- MARTÍ, Josep. Ser hombre o ser mujer a través de la música: una encuesta a jóvenes de Barcelona. Horizontes antropológicos, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, ano 5, n. 11, p. 29-51. 1999.
- ROCHA, Daniela; FURTADO, Gláucia; ROCHA, Edite. O YouTube como ferramenta tecnológica na pesquisa em Música. Modus, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 39-50, maio. 2015. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/modus/article/viewFile-/1103/767>> Acesso em: 24 maio. 2019.
- ROMANO, Tessa. The singing voice during the first two years of testosterone therapy: working with the trans or gender queer voice. 2018. Tese (Doctorate of Musical Arts) – Voice and Opera Graduate Thesis and Dissertations, University of Colorado Boulder, Boulder, 2018. Disponível em: <https://scholar.colorado.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=mvoc_gradetds> Acesso em: 25 jan. 2019.
- ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: Bauer, Marin W; Gaskell, George (org). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 343-364.
- SOUZA, Jusamara. Educação musical e práticas sociais. Revista da ABEM, Porto Alegre, v. 10, 7-11, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revista-abem/article/view/356>> Acesso em: 18 maio. 2019.

POSICIONAMENTO POLÍTICO NO MEIO DRAG: ABORDAGENS DÍSPARES COM UM MESMO FIM

Manoel Silva
Camila Dazzi

RESUMO

O texto apresenta algumas reflexões sobre a atuação de duas Drags, Pablo Vittar e Rita von Hunty, e foi redigido como parte do Projeto de Iniciação Científica “Arte Drag no Brasil”, em desenvolvimento no CEFET/RJ. Nosso objetivo com o estudo foi averiguar como Pablo e Rita se inserem em um contexto bastante específico: por um lado, aquele da afirmação, no Brasil, do modo Pageant/Fishy de “fazer Drag”, e, por outro, o da ascensão da extrema Direita ao poder. Essas duas Drags têm, inevitavelmente, as suas carreiras marcadas por posicionamentos ou de cautela, ou de embate à ideologia dos regimes neofascistas, que pregam o ódio à diversidade e que são, portanto, LGBTIfóbicos. Para realizar a pesquisa, foi feito um cuidadoso estudo de fontes secundárias como base teórica para reflexão, bem como o levantamento de comentários de internautas aos vídeos e postagens das duas Drags nas mídias sociais, como YouTube, Facebook e Instagram, feitos entre 2015 e 2019. Nesse sentido, o método de pesquisa definiu-se como o exercício de ler os comentários, relacionando-os aos contextos em que foram produzidos. Concluimos que apesar de terem posicionamentos diferentes, Pablo e Rita surgem, na conjuntura política atual, como símbolos de resistência, para um público bem mais amplo que apenas o LGBTI+.

Palavras-chave: Arte Drag. Pablo Vittar. Rita von Hunty. Extrema Direita no Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Arte Drag vem sendo conhecida há muitos anos pelo grande público através dos programas do Silvio Santos no SBT. O mais famoso desses programas foi o quadro “Os Transformistas”, que apresentava, na década de 1980, um tipo de Drag muito específico, a pageant/fishy – termo utilizado para designar uma Drag extremamente feminina. Apesar de “Os Transformistas” ser um espaço para os artistas se apresentarem e ganharem visibilidade, as Drags eram ridicularizadas no decorrer do programa. Perguntas como “é do sexo masculino? Mas você fala grosso ou fala fino?”, sucedidas de risadas da plateia, eram comuns, assim como o tratamento pelo nome vinculado a identidade, ao invés do nome que as participantes preferiam ser chamadas cotidianamente – no caso das transexuais e travestis –, o que causava, claramente, desconforto.

A abordagem de “Os Transformistas” pode ter ajudado a criar nos telespectadores do programa, majoritariamente das “classes C e DE”, que compreendia grande parte das famílias brasileiras no início década de 1990 (AIDAR; HAMBURGUER; ALMEIDA, 2006), uma enorme aversão à Arte Drag, que era apresentada como ligada exclusivamente ao universo LGBTI+ periférico e marginalizado, sendo seu único propósito entreter a audiência, o que destituía a Arte Drag de seu teor contestatório.

A percepção sobre a Arte Drag se modifica a partir de 2009, com a estreia, no Brasil, do Reality Show RuPaul’s Drag Race, aqui denominado “Corrida das Loucas”. Até o lançamento do programa, na Vh1, o único referencial de Drag que a massa consumidora do conteúdo tinha acesso era divulgado pelo SBT. Somente com o lançamento da “Corrida das Loucas”, pode-se ver o que havia por trás da beleza e do encantamento proporcionado pela Arte Drag. No backstage do Reality Show, os participantes tinham diálogos que eram televisionados e, por vezes, falavam acerca de suas vivências enquanto integrantes da sigla LGBTI+, aproximando o público à realidade de muitos artistas.

Sem nos alongarmos na problematização sobre a pluralidade de Drags existente, o presente texto dará destaque a duas personas de relevo que surgem no cenário brasileiro contemporâneo: Pablo Vittar e Rita von Hunty, ambas Pageant/Fishy. E esse “cenário” não será somente aquele de uma afirmação desse modo de “fazer Drag”, mas de uma conjuntura política bastante complexa: a ascensão da Direita ao poder no Brasil.

Essas duas Drags têm, inevitavelmente, as suas carreiras marcadas por posicionamentos, ou de cautela ou de embate, aos pensamentos racistas, xenófobos, misóginos e homofóbicos, que, popularizados através de apps de mensagens, se tornaram o alicerce para a expansão da Extrema Direita brasileira.

É em uma conjuntura que antecede o Impeachment/Golpe de 2016, e inspirada no RuPaul’s Drag Race, que ascende no Brasil Pablo Vittar. Dona de uma voz inconfundível e de uma irreverência invejável, ela traz um novo olhar ao pop e a Arte Drag nacional (PEREIRA, 2018), mostrando, em suas músicas, uma pluralidade de estilos. Já no âmbito da política o seu posicionamento é prudente,

evitando embates com o público.

Já a Drag Rita von Hunty, percebendo a proliferação destes pensamentos retrógrados e preconceituosos, e a possibilidade de vitória de um presidenciável machista, racista e LGBTIfóbico, modifica o conteúdo de seu programa “Tempero Drag”, inicialmente sobre culinária vegana, para abordar políticas marxistas e sociais.

PABLO VITTAR COMO REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS SEXUAIS

De naturalidade nordestina, a Drag Pablo Vittar teve seu reconhecimento por parte do público LGBTI+, em 2015, quando lançou no seu canal do YouTube o cover de Lean On, do Major Lazer & DJ SNAKE ft. MØ, “Open Bar” (PEREIRA, 2018). Antes disso, ele já era cantor na igreja e alguns já o conheciam por um vídeo publicado em uma plataforma online, no qual ele – “out of Drag” - fazia o cover de uma famosa música da Whitney Houston. O sucesso de Pablo é consolidado quando ela começa a integrar a banda do programa da Rede Globo, Amor e Sexo, em janeiro de 2016. Sua entrada se deu graças ao seu prévio sucesso online, percebido pela equipe organizadora do programa, que buscava um leque diverso de integrantes.

Suas primeiras aparições para o público, sobretudo LGBTI+, foi no Canal do YouTube do Coletivo Drag-se. Dono de um agudo quase estridente, Pablo, “out of drag”, foi sobrecarregado de ofensas, principalmente por ser muito afeminado, e ter um corpo muito semelhante ao de uma mulher. Mesmo não abordando em suas músicas o meio LGBTI+, Pablo Vittar canta sobre situações que grande parte das pessoas já passou seus relacionamentos, independente da orientação sexual ou da identidade de gênero - abusos, paixões avassaladoras e empoderamento corporal.

Pablo traçou uma estratégia bem-sucedida de divulgação de seu trabalho, por meio de inúmeras parcerias musicais, o que carrega seu nome para públicos que não especificamente o LGBTI+, garantindo, por um lado o aumento e diversificação de seus fãs, mas, por outro, alcançando uma audiência que rejeita artistas LGBTI+. Um comentário ao Clipe AmarELO, de Emicida, ilustra muito bem esse alcance de novos fãs:

Mano, que clipe foda, sem palavras, o áudio no começo parecia ter sido meu, parecia que eu estava falando, caralho, arrepiado até agora. E me senti tão mal em saber que eu deixei de ver esse clipe só porque tinha Pablo e Majur, que merda que nós como sociedade estamos fazendo? Precisamos aprender mais .

O sucesso de Pablo a tornou um exemplo para grande parte dos integrantes da sigla LGBTI+, pois agora possuíam um referencial de homem gay afeminado e bem-sucedido, no país considerado o que mais mata LGBTI+ nas Américas, segundo estatísticas de 2016.

Muitos LGBTI+, movidos pelo preconceito sofrido, pensam em suicídio, ou consomem o ato. Segundo OLIVEIRA (2018): “as tentativas e as consumações dos atos são os extremos dos reflexos da hostilidade direcionada a eles” e “a falta de políticas públicas efetivas em prol dessa classe desfavorecida é uma das principais causas de todo esse preconceito que promove o suicídio”. Nos comentários ao clipe “Indestrutível”, e Pablo Vittar, disponível no YouTube, é possível ler comentários como o que se segue: “Eu pensei em me mutilar e lembrei da Pablo e vim porque sou indestrutível (...)”, o que reafirma o papel de Pablo como um referencial positivo.

Pablo Vittar ascende a ícone da música nacional, juntamente com a Direita ao poder na política brasileira. No segundo semestre de 2015 é lançado “Open Bar”, e, paralelamente, se inicia o processo de Impeachment/Golpe de Dilma Rousseff (então Presidenta da República). Já no segundo semestre de 2016, Dilma é deposta e Michel Temer – agora líder da oposição – assume seu cargo enterinamente (GALLEGO, 2018), simultaneamente, Pablo faz sucesso pelo país com a sua primeira turnê. No início de 2017, Pablo lança seu álbum “Vai Passar Mal”, e se torna conhecida em todo país como símbolo de diversidade (PEREIRA, 2018), incomodando a Direita fundamentalista religiosa, e, concomitantemente, Lula é condenado à 12 anos de prisão (GALLEGO, 2018). No final de 2018, Pablo lança “Não para não”, ao passo que Bolsonaro – então líder da Direita e defensor da “família tradicional brasileira” – ganha as disputas eleitorais.

Por quebrar os estereótipos que são reforçados como estruturantes do “ideal familiar brasileiro”, Pablo Vittar recebeu muitas represálias daqueles que se identificam com essa ideologia. (SAMPAIO; LIMA; OLIVEIRA, 2018)

Nossa hipótese é a de que a sucessão de fake news e críticas negativas de que foi vítima acabou por coibir um posicionamento político mais ativo por parte de Pablo, que em raríssimas situações se mostrou partidária, como na seguinte publicação feita no Instagram: “Nunca deixem de brilhar e no segundo turno já sabe, é 13”. Essa postagem recebeu muitas críticas, dentre elas, uma feita após o segundo turno eleitoral: “Já pode ir embora bebê, você prometeu (...)”.

A imparcialidade política que Pablo assume em função das críticas e fake news, bem como a sua ausência nos debates partidários contemporâneos, fez com que ela fosse vista como uma representante “diplomática” da causa LGBTI+. Esse posicionamento acabou por levá-la a lugares que nunca antes uma Drag esteve presente, como o aniversário da Rainha Elisabeth II, em 19 de junho de 2019, a convite da Organização das Nações Unidas (ONU). Após o evento, em suas redes sociais, Pablo publicou: “vai ter viado na ONU, sim!” . A Drag ocupa, agora, um espaço inusual, o que acaba por gerar incômodo no tecido social nacional, dominado por uma elite liderada, majoritariamente, por homens brancos, cis e heteros. Podemos afirmar que, para a comunidade LGBTI+ marginalizada, Pablo é símbolo de resistência e superação.

RITA VON HUNTY, MAIS QUE UM PROFESSOR, UMA DRAG MOTHER

Conhecida pela irreverência, Rita von Hunty, com apenas 6 meses de montagem, participou da primeira edição do Reality Show “Academia de Drags”, lançada em outubro de 2014. Apesar de não ganhar o prêmio máximo, ela obteve o título de Miss Simpatia da Edição, mesmo após discussões acaloradas. Rita é a persona de Guilherme Terreri, formado em Artes Cênicas pela UNIRIO e em Letras pela USP, construiu a persona “Rita” de acordo com o seu rico repertório cultural, tendo como inspiração as dançarinas burlescas.

Rita se distancia das Drags tradicionais, ela não se baseia apenas em performance de palco e não faz uso de muitos artifícios comuns à artistas Drag, o que acabou por gerar conflitos com outros participantes da “Academia de Drags”. Baseando-se em parâmetros que possivelmente foram adquiridos ao assistir “RuPaul’s Drag Race”, as demais Drags a questionavam por não tapar/raspar sua sobrancelha, pelas suas vestes muito “pinup” e pela sua constante feição de deboche. Ao ver-se confrontada por esses fatores, Rita defendeu a sua Drag e não a modificou para satisfazer as vontades dos jurados.

Apesar de todos os conflitos dentro do Reality, ela foi a última eliminada da edição. Dada a sua trajetória no programa, uma equipe audiovisual paulista a convidou para ter seu próprio canal no YouTube. Sagaz, diríamos, Rita aceitou o convite, e em maio de 2015 inaugurou o Tempero Drag, que mixava culinária vegana com humor ácido. Em todos os episódios ela apresentava algum convidado, parte da sigla, e mostrava o quão simples é o preparo de uma receita vegana, sempre trocando o nome do prato por algo que remetesse à cultura LGBTI+.

Percebendo a ascensão de políticas de extrema Direita no Brasil, Rita começou, em outubro de 2017, a produção de vídeos com conteúdo político. Nomeado de “Rita em 1 minuto”, este novo quadro em seu canal tinha por objetivo discutir, com humor noir, temas polêmicos. Em razão do sucesso alcançado com o público do canal, “Rita em 1 minuto” se tornou “Rita em 5 minutos”, e virou um quadro vitalício a partir de maio de 2018, momento correspondente ao início das “corridas” eleitorais.

O conteúdo dos vídeos se tornou cada vez mais politizado. Em um de seus vídeos iniciais, intitulado “Rita em 5 minutos: Redes Sociais”, ela fala, por exemplo, sobre a operação “dúbia” da Polícia Federal de forma sarcástica; menciona o “Capital”, escrito por Karl Marx; discorre sobre a “pérfida gratuidade” das redes sociais . Assim, um indivíduo que acessa seu conteúdo esperando encontrar uma Drag “tradicional”, se depara com uma pessoa que domina um vasto repertório, in Drag, difundindo um conhecimento acadêmico muitas vezes detido somente pela “elite intelectual” de Esquerda.

Rita não tem por costume responder comentários feitos aos seus vídeos. Todavia, em seu novo quadro, o “Mulheres Foda”, ela recebeu um comentário de conteúdo muito delicado. Este insinuava que não havia motivo de ter um espaço, dentro do “Tempero Drag”, para falar sobre mulheres relevantes da história, já que estas provavelmente foram LGBTIfóbicas. Em resposta, Rita gravou um vídeo sobre como o machismo é danoso para a sociedade, sendo suas causas diretas, tanto a

LGBTIfobia, como a misoginia. Desta forma, ela analisa como se dá a exacerbação do ideal masculino dentro da comunidade LGBTI+, reprimindo outras performances, identidades e orientações de gênero .

Rita von Hunty pode ser considerada uma ativista, que busca conscientização das minorias. Suas ideias são propagadas por meio do seu canal no YouTube e do Curso Revolucionário de Rita von Hunty – uma espécie de aula, onde são apresentados, em 4 horas, um tema em voga na sociedade . O grande diferencial que Rita traz para o público, nos parece, se deve ao fato de ser totalmente inusual aprender política com uma Drag. As reflexões que Rita tece sobre a política brasileira são feitas de modo muito claro, e causam no público, LGBTI+ ou não, um processo de revisão de seus posicionamentos. Seu vídeo “Rita em 5 Minutos: Consciência de Classe” alcançou 220.788 visualizações, e despertou comentários como o que segue: “Puts estou com vergonha de mim mesma eu estava seguindo ideologias de direita. Mas seu vídeo foi um tapa na minha cara, baita realidade. Obrigada”.

Apesar de toda a importância de seu canal para a sigla, sua trajetória não é limitada a isso. Ainda em outubro de 2016, ela fez sua inscrição para ser apresentadora do reality Drag Me As a Queen, e foi selecionada, juntamente com outras duas Drags, Penelopy Jean e Icaro Kadoshi, para comandar o programa. Este tem uma proposta muito especial, transformar mulheres comuns, com grandes questões de vida, em Drags. E, no decorrer do processo, trazem essas questões a tona, a fim de saná-las, mostrando todo o belo potencial de cada mulher .

Podemos dizer, tendo como base a trajetória de Rita von Hunty, que Guilherme Terreri, homem cis, branco, quando “in Drag”, desempenha um papel importantíssimo ao levar o seu público a se questionar sobre o sistema político e econômico vigente. Rita é uma personalidade de grande importância para o meio LGBTI+, por se contrapor a uma visão generalizada das Drags como unicamente supérfluas e divertidas. Rita von Hunty rompe com o repertório prévio do espectador, retira-o de sua “zona de conforto”, e, por abordar de modo crítico temas inerentes à comunidade LGBTI+, contribui para a diminuição do racismo, do machismo e da misoginia dentro deste grupo tão diverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto que o leitor tem em mãos é constituído por uma série de reflexões iniciais que foram formuladas no decorrer do primeiro mês de andamento de uma pesquisa de Iniciação Científica, realizada no CEFET/RJ. O projeto teve início em agosto de 2019, e tem como propósito compreender o papel da Arte Drag no Brasil contemporâneo, frente à ascensão da Direita ao Governo. Procuramos mostrar que as Drags possuem um papel de relevo como símbolos de diversidade, como Pablló Vittar, ou de oposição política, como Rita von Hunty. Buscamos evidenciar, igualmente, que essas Drags não alcançam apenas um público LGBTI+, mas possuem fãs, seguidores e admiradores nos mais diferentes segmentos da sociedade. Em um Brasil que as poucas conquistas obtidas pelos integrantes da sigla LGBTI+ são retiradas, - suspensão de vestibular para candidatos transgêneros e intersexuais na Unilab-, que suas lideranças políticas são perseguidas – autoexílio do deputado federal Jean Wyllys - , e os integrantes da sigla são mortos devido ao ódio LGBTIfóbico, - só em 2018 foram 111 assassinatos -, Pablló e Rita, são emblemas de resistência.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Tizar; HAMBURGUER, Esther; ALMEIDA, Heloísa. O que dizem os números sobre a audiência de TV: Grande São Paulo, 1970 a 1997. 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. UFRGS, Rio Grande do Sul, 2006.

GALLEGO, Esther. O Ódio como Política: A Reinvenção das Direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.

MACHADO, Rosana; BURIGO, Joanna. #ELENÃO DEIXOU DE SER UMA SIMPLES HASHTAG: É UM MOVIMENTO FEMINISTA E POLÍTICO QUE PODE MUDAR O BRASIL. The Intercept Brasil. setembro de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/09/28/elenao-movimento-feminista-politico/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Daiana. O Suicídio na Comunidade LGBT no Brasil. 2018.13f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Juiz de Fora, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, Livia. Telas de glitter: O poder das drag queens na cultura da mídia. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Fortaleza, 2017.

PEREIRA, Livia. O “roteiro do linchamento” de Pablo Vittar: O discurso de ódio como forma de preservar identidades e valores tradicionais. Congresso Internacional Comunicação e Consumo. UFPB, Paraíba, 2018.

SAMPAIO, Denise; LIMA, Izabel; OLIVEIRA, Henry. ESTRATÉGIAS FACT-CHECKING NO COMBATE À FAKE NEWS: análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org. XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. UEL, Paraná, 2018.

SILVA, Luiz; SANTOS, Aldo. Ascensão Da Cultura Drag: Um Fenômeno Pós-RuPaul's s Drag Race. Conferência Internacional de Estudos Queer. UFS, Sergipe, 2018.

PÓS-PORNOGRAFIA: REPENSANDO O IMAGINÁRIO SEXUAL NO CONTEXTO LGBTQI+

Bruno Ribeiro

RESUMO

Desde a década de 1970, a produção pornográfica tradicional é pautada na heteronormatividade hegemônica, reforçando um imaginário restritivo e machista acerca das práticas sexuais. Como reação a isso, no final da década de 1980 surge o movimento artístico e político pós-pornográfico, visando repensar e ressignificar a pornografia ao favorecer o protagonismo de indivíduos dissidentes. No início dos anos 2000 a pós-pornografia se fortalece através do crescente número de artistas e teóricos concentrados na cidade de Barcelona e, posteriormente, na América Latina. Priorizando a linguagem audiovisual, este trabalho tem por objetivo contextualizar representação do sexo do início até a metade do século XX, perpassando o processo de legalização e industrialização da pornografia no cenário estadunidense, suas problemáticas e o conseqüente surgimento da pós-pornografia, entendendo a pluralidade de formas de representação de vivências LGBTQI+ da mesma.

Palavras-chave: Arte. Cinema. Pornografia. Pós-pornografia.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, quando se fala em material pornográfico é comum que primeiramente sejam pensadas as produções audiovisuais. No entanto, o conceito de pornografia surge a partir da Idade Moderna, através da literatura e da gravura entre os séculos XVI e XVIII, vindo a se formatar enquanto categoria específica no século XIX. Nesse período, mais do que causar excitação sexual, essas produções também tinham por objetivo contestar e satirizar as classes dominantes (HUNT, 1999 apud. SARMET, 2014, p. 3).

Da metade para o fim do século XIX houve o surgimento e a difusão de novas tecnologias como a fotografia e o cinema, que rapidamente foram utilizados para retratar o sexo. Embora com menos força, a pornografia dessa época manteve um caráter contestador devido a ilegalidade imposta pelos códigos de moralidade da época. Eventualmente, após a segunda metade do século XX a pornografia foi legalizada, deixando para trás qualquer resquício de contestação, se adequando a um mercado regido pela heteronormatividade presente em nossa sociedade. De que modo essa transformação na produção pornô implicou na construção de um imaginário opressor acerca das práticas sexuais? Mais do que isso, como é possível ressignificar a produção pornográfica em favor da dissidência sexual e de gênero?

Neste trabalho pretendo discorrer acerca do movimento artístico e político pós-pornográfico, surgido no fim da década de 1980 como forma de repensar os modos tradicionais e restritos de se fazer pornografia, tendo os indivíduos LGBTQI+ como protagonistas. Com ênfase na linguagem videográfica, iniciarei contextualizando a pornografia clandestina no cinema do início à metade do século XX, perpassando por sua legalização e processo de industrialização no cenário estadunidense. Na sequência, discorrerei sobre o imaginário acerca das práticas sexuais fomentado pelo pornô tradicional, sua relação com a heteronormatividade e, por fim, o surgimento da pós-pornografia e seu direcionamento aos indivíduos LGBTQI+ .

A PORNOGRAFIA DESDE O PRIMEIRO CINEMA

A representação do sexo no cinema é simultânea ao seu surgimento. Desde o fim do século XIX a erotização do corpo tem sido tema, mesmo que de forma pontual e relativamente sutil para os padrões da atualidade. Conforme aponta Rodrigo Gerace, o aspecto voyeurístico foi comum no “cinema de atrações” da virada do século (2015, p. 59), sendo que nesse período o principal objetivo era mostrar “algo acontecendo” em tela, sem haver qualquer preocupação com a narrativa. Assim, a imagem por si, bastava ao deleite do espectador, de modo que eram recorrentes os filmes que mostravam cenas de pessoas se despindo e, eventualmente, mantendo relações sexuais.

Entre 1906 e 1915, contudo, mesmo sob tramas simplórias é possível identificar nessas produções a introdução gradativa de uma diegese. Passa a existir um contexto narrativo, ainda que muitas vezes absurdo, que precede e justifica o ato sexual. Os filmes passam a exibir cenas de nudez e sexo de forma mais explícita, sendo que nesses casos “os closes genitais ocorrem, mas não exaustivamente; eles pretendem comprovar o ato ‘de perto’, repetindo-o, em uma continuidade atemporal, em

plano fixo, como se sua repetição bastasse como espetáculo” (GERACE, 2015, p. 68).

Para além da exibição do explícito, a construção da excitação sexual do espectador se deu através da obscenidade, ou seja, da transgressão dos padrões sociais de moralidade da época. Deste modo, não eram incomuns filmes que retratavam práticas sexuais que fugiam à heteronormatividade, pois, de acordo com Gerace, “esse ‘sexo pornográfico’ era tido como transgressão e violação dos tabus da época por trazer à cena incesto, adultério, travestimento, bissexualidade, homossexualidade” (2015, p. 63). Importante pontuar, contudo, que os filmes pornográficos deste período estiveram atrelados a meios alternativos de circulação, sendo produzidos e exibidos de forma clandestina, underground. Logo, esses filmes eram exibidos em locais como cinemas ilegais, clubes privados e bordéis. Foi justamente esse caráter marginal que permitiu que estas produções se desenvolvessem, até certo ponto, livres dos tabus castrantes da sociedade ocidental em relação à pluralidade de práticas sexuais.

Paralelamente, o cinema hollywoodiano exibiu a sensualidade de forma mais branda para o grande público, sendo que mesmo a sutileza das insinuações de sexualidade incomodaram diversos grupos religiosos estadunidenses. Deste modo, no ano de 1934 foi instituído o Código Hays, que censurou a produção cinematográfica mainstream, impedindo a indústria cinematográfica de retratar abertamente qualquer insinuação direta de sexualidade, homoafetividade e dissidência de gênero. Assim, o cinema mainstream se viu impelido a apostar em um “erotismo sublimado” (NAZARIO, 2007, p. 98). Posteriormente, diversos outros países passaram a aderir a códigos de censura próprios, ainda que menos restritivos.

Embora não seja o foco deste trabalho, contextualizar a imposição do Código Hays sobre o eixo de produção mainstream estadunidense importa não por sua instauração, mas por sua queda em 1966, quando foi substituído pelo sistema etário. O longo período de censura sobre os filmes hollywoodianos aglutinou o anseio pela expressão e consumo da sexualidade, que gradativamente passou a ser retratada mais abertamente no cinema mainstream.

Ainda que a pornografia underground não tivesse sido afetada pelo código censor, a dissolução do mesmo influenciou indiretamente na legalização do consumo de material explícito. A Suprema Corte dos Estados Unidos já tentava, sem sucesso, sistematizar uma forma objetiva de classificar material pornográfico a fim de legitimar a proibição de seu consumo. Por fim, em 1969 foi concluído que a pornografia não afetava negativamente a formação de jovens e adultos, resultando em sua legalização (SARMET, 2014, p. 05).

Deste modo, com a flexibilização da censura nos Estados Unidos, livre das limitações oriundas da clandestinidade, a indústria pornográfica passou a prosperar. Para além dos entraves judiciais citados, é relevante apontar o avanço tecnológico como articulador no processo de industrialização da produção pornô na década de 1970, pois, enquanto aparato, o videocassete “popularizou a gravação/reprodução do sexo no âmbito privado, ao passo que a reprodução e exibição da pornografia no âmbito público (nos cinemas) enfraqueceu-se [...]” (GERACE, 2016, p. 23).

A PÓS-PORNOGRAFIA

A partir do momento em que a produção pornográfica se estabelece enquanto indústria, passa a visar gerar lucro, se adequando ao seu maior público consumidor. Deste modo, a pornografia passa a ser produzida quase exclusivamente por e para homens. Pelas diversas problemáticas da sociedade heteropatriarcal em que vivemos, conseqüentemente são perpetuados padrões nocivos de objetificação e submissão de indivíduos considerados marginalizados por representarem elementos como diversidade de corpos, gêneros e práticas sexuais.

Em meio a corpos de proporções exageradas, intercursos de longa duração são permeados por encenações de papéis de gênero e pela objetificação do outro. Preocupado com o lucro através de seu público, o pornô tradicional serve ao consumidor a fantasia do macho dominante, onde nas relações cis heterossexuais a mulher é reduzida a um simples objeto de prazer. Nas produções direcionadas ao público gay é comum a imitação do sexo hétero, sendo que um papel similar de subjugação é desempenhado pelo passivo, comumente considerado “a mulher da relação”. O pornô lésbico é igualmente produzido para o consumo do homem heterossexual, não representando práticas sexuais lésbicas reais. Quando retratadas, pessoas trans são compreendidas como objeto de fetiche do

homem cisgênero, bem como é o caso de outras minorias como pessoas negras, asiáticas, etc. Para além dos problemas de representação de gênero e sexualidade são naturalizados corpos específicos, de padrões atléticos e esculturais.

Deste modo, os filmes pornográficos ajudaram a criar um imaginário controverso de como os corpos devem parecer e se portar durante o ato sexual. Guacira Lopes Louro comenta que os filmes exercem “pedagogias da sexualidade” (2008, p. 82). Ainda que nessa afirmação a autora se refira ao cinema tradicional, essa dinâmica também se aplica à produção pornô, sendo que sob a mesma lógica de pensamento, Conceição Nogueira afirma que a pornografia é, além de produto, entendida como um conjunto de “roteiros sexuais” (2010, p. 380). Logo, o espectador interpreta o conteúdo das produções pornográficas mainstream como um padrão desejável a ser reproduzido.

A segunda onda do feminismo repudiou a forma opressora que as mulheres eram tratadas nessas produções, sendo que “a pornografia era assim compreendida como uma evidente expressão da opressão masculina, feita por homens para homens, num continuum ideológico da hegemônica cultura heterossexista” (NOGUEIRA, 2010, p. 376). Contudo, nem todo o movimento era absolutamente anti-pornografia. Uma parcela das feministas entendia que a crítica à indústria pornográfica era essencialmente heterossexista, não dialogando com as especificidades dos movimentos LGBTQI+ da época (NOGUEIRA, 2010, p. 378) e acreditavam que a produção pornô poderia ser apropriada e resignificada sob o olhar de grupos marginalizados, uma vez que “[...] o melhor antídoto contra a pornografia dominante não é a censura, mas antes a produção de representações alternativas da sexualidade, feitas a partir de olhares divergentes do olhar normativo” (PRECIADO, 2017, apud. NOGUEIRA, 2010, p. 378).

O movimento pós-pornográfico é fruto dessa insatisfação com o modo tradicional de se produzir pornografia, especialmente em razão da indústria fomentar padrões heteronormativos que não refletem todas as possibilidades de práticas sexuais e identidades presentes em nossa sociedade. Embora a utilização do termo não possua origem exata, a ex atriz pornô estadunidense Annie Sprinkle é comumente apontada como sua precursora através da performance *Pos-Porn Modernist* (1989). Posteriormente, no início dos anos 2000, a cidade de Barcelona sediou o florescimento de uma diversidade de artistas que utilizaram o termo ao abordar a resignificação da pornografia, questionando as representações convencionais de gênero através de linguagens como fotografia, vídeo, poesia e performance. A cena pós-pornográfica espanhola impulsionou o nascente movimento artístico e político, tendo como principais atuantes artistas, ativistas e teóricos como Diana Pornoterrorista, Maria Llopis e Paul Preciado. Ainda, conforme aponta Sarmet, no início da década de 2010 o movimento pós-pornográfico passa a se difundir na América Latina através do aumento da produção de “textos, reportagens, vídeos, performances e festivais sobre o tema” (2014, p. 11).

Como é possível observar no documentário *Mi sexualidad es una creación artística* (2011), desde os anos 2000 as produções pós-pornográficas exibem um forte alinhamento ao feminismo e aos estudos queer, onde “o principal fim não é a estimulação do prazer, mas sim uma forma de contestação política frente à normalização dos corpos produzida pelo pornô comercial” (FREITAS e LEITES, 2016, p. 8). Contudo, limitar a definição do que é ou não a pós-pornografia soa inapropriado, pois segundo Sarmet “a pluralidade das formas de ação do pós-pornô evidencia que não estamos diante de um movimento unificado ou de um gênero com códigos estabelecidos” (2014, p. 10). Assim, a pós-pornografia não se configura como um conceito fechado, e sim um conjunto de idéias, que visa não somente contestar os padrões hegemônicos de corpos, gênero e práticas sexuais reforçados pela pornografia mainstream, mas também reimaginar a produção pornô de um modo inclusivo, priorizando os indivíduos dissidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas o movimento pós-pornográfico se constituiu como uma alternativa aos modelos tradicionais de pornografia, visando questionar os padrões de gênero e sexualidade dominantes. Ainda que possua um acentuado direcionamento teórico feminista e queer, o pós-pornô não exclui outras possibilidades de produção de sentido. A exemplo, conforme citado, a pós-pornografia é comumente entendida como um modo de utilizar a representação do sexo priorizando a crítica política em lugar da excitação sexual. Mas, se a pós-pornografia é múltipla em suas

formas de atuação e tem como fio condutor a desconstrução do imaginário heteronormativo hegemônico, não seriam as produções produzidas fora do circuito mainstream e protagonizadas por indivíduos marginalizados igualmente pós-pornográficas, mesmo quando concebidas essencialmente com o propósito de satisfazer o espectador?

Mesmo que abordado com menor frequência nos estudos acerca da temática, um dos aspectos mais marcantes da pós-pornografia é o D.I.Y. , uma vez que “se não gostas da pornografia que existe, faz pornografia tu mesmo. Reinventa” (BORGES, 2017). Essa linha de pensamento vai de encontro com o sistema de autogestão proposto por Laura Milano (2014), onde é relevante considerar as produções pornográficas alternativas, produzidas de modo autônomo, fora do eixo de mainstream. Logo, nesse tipo de produção é possível perceber a pós-pornografia sob outro olhar, mais afastado dos debates filosóficos e antropológicos pós-identitários e mais próximos das reflexões acerca dos modos de produção em artes.

Nesse sentido, a pós-pornografia também contribui na criação de novos espaços de representatividade, de modo a contemplar indivíduos costumeiramente negligenciados pela pornografia tradicional. Assim, o movimento pós-pornográfico não deve ser reduzido a uma única forma de expressão artística, pois a pluralidade de abordagens e reflexões é parte de sua proposta. Seja nas performances de crítica política mais acentuada ou em vídeos exclusivamente sexuais, mas produzidos por e para indivíduos dissidentes, a essência pós-pornográfica está presente por representar, através de uma forma alternativa de representação do sexo, rachaduras no estatuto heteronormativo hegemônico.

REFERÊNCIAS

- BORGES, L. Pósporno. Na borda, 8 de ago. 2017. Disponível em: <http://www.naborda.com.br/2017/08/08/posporno/>. Acesso em: 2 ago. 2019.
- FREITAS, S. L.; LEITES, B. B. P. N. Da pornografia à pós-pornografia: práticas contrassexuais no audiovisual. Intercom, 2016.
- GERACE, R. Cinema explícito: representações cinematográficas do sexo. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- LOURO, G. L. Cinema e sexualidade. Educação & Realidade, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6688/4001>. Acesso em: 9 set. 2019.
- MI sexualidad es una creación artística. Direção de Lucía Egaña Rojas. 2011. 1 vídeo (46 min.).
- MILANO, Laura. 2014. Usina posporno: disidencia sexual, arte y autogestión en la pospornografia.
- NAZARIO, L. O outro cinema. Aletria, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1408/1506>. Acesso em: 9 set. 2019.
- NOGUEIRA, C. Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. Psicologia Reflexão e Crítica, novembro 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v23n2/v23n2a20.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.
- Post Porn Modernist. ANNIESPINKLE.ORG(ASM). Disponível em: <https://anniesprinkle.org/ppm-bobsart/history.html>. Acesso em: 9 set. 2019.
- SARMET, E. Pós-pornô, dissidência sexual e a situação cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. Revista Periódicus (UFBA), Bahia, v. 1, n.1, 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10175/7263>. Acesso em: 9 set. 2019.

SARAU LGBTI+: “TODA FORMA DE AMOR VALE A PENA”

Ivo Marins Pedagogo

RESUMO

O trabalho contribui significativamente na medida em que informa, esclarece e desconstrói estigmas, rótulos e visões pejorativas relacionados à comunidade LGBTI+. O evento traz informações e entretenimento, dialoga com as artes e com a diversidade cultural: palestras, vídeos, depoimentos de mães de LGBT, músicas e declamações de poemas fazem parte do Sarau LGBTI+. Um evento que dá voz aos excluídos e permite que todos expressem através das artes as suas lutas, as suas verdades e as suas aspirações. O Sarau tem como público alvo toda a comunidade, independente da identidade de gênero ou orientação sexual. O ponto primordial é trabalhar com a diversidade e proporcionar informação àqueles que desconhecem a luta da classe LGBT e muitas vezes discrimina e age com preconceito por acreditar em informações da mídia que menospreza ou rotula de forma negativa a luta da comunidade LGBT. O evento é o início de um trabalho de conscientização e acolhimento ao ser humano na sua diversidade.

Palavras-chave: Sarau, Diversidade. Acolhimento, Respeito, Conscientização.

INTRODUÇÃO

Sarau é um evento cultural onde as pessoas se encontram para se expressarem ou se manifestarem artisticamente. É um momento para a soma de conhecimentos, descobertas e vivências coletivas. É também um momento de tomada de consciência, pois a cultura desperta a sensibilidade das pessoas para a realidade à sua volta e as estimula a refletir sobre ela a partir de outras linguagens. Pode envolver dança, poesia, círculos de leitura, seção de filme, música, bate-papo filosófico, pintura, teatro etc.

Visando a promoção de ações culturais e literárias voltadas para a população LGBTI+, o Sarau “Toda forma de Amor vale a pena” nasce da necessidade da criação deste espaço que proporcione a toda e qualquer pessoa um espaço de socialização e construção de saberes críticos. Acredita-se que o impacto social e cultural deste projeto será oportunizar um ambiente favorável ao hábito da leitura, de expressões culturais e literárias e de divulgação e troca de saberes importantes para a visibilidade da comunidade LGBTI+.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis, é também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2015, p. 9-).

O sarau como espaço político de socialização é local onde os cidadãos conquistam direitos de voz, local de sociabilidade e resistência. É o momento de tomada de consciência sobre a importância do seu papel na sociedade e que todos juntos somos mais fortes na luta contra a opressão e qualquer tipo de violência cometida às classes menos favorecidas.

OBJETIVO GERAL

Promover Saraus Literários destinados ao encontro de pessoas que desejam dialogar, conhecer, experimentar, compartilhar saberes e lutar na defesa da comunidade LGBT.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Criar um ambiente de conversa aberta, livre e descontraída possibilitando emergências de inovações sociais, culturais e políticas;

Possibilitar as mais variadas manifestações culturais num espaço para socialização de saberes; Divulgar as manifestações culturais de interessados em compartilhar os seus saberes em forma de recitais, músicas, poemas, livros, histórias, dentre outras que representem a identidade e a cultura LGBT.

METODOLOGIA

O sarau é um momento destinado ao encontro de pessoas que desejam dialogar, conhecer, experimentar e compartilhar saberes por meio de recitais, músicas, artes, poemas, reflexões, histó-

rias e ideias. Para realização do Sarau Literário serão utilizadas metodologias diversificadas como: aula dialogada, roda de conversas, pesquisas, produção e declamação de poesias, textos diversos, paródias, dramatizações, leituras de vários gêneros textuais; leituras dinamizadas, apresentações musicais, etc.

PÚBLICO ALVO

O público alvo do evento são professores, estudantes, poetas, artistas, contadores de histórias, sujeitos de culturas e comunidade em geral que tiver interesse em participar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do Sarau LGBTI+ espera-se a troca de conhecimentos entre todos os participantes, compartilhando informações e esclarecimentos necessários no que diz respeito ao público LGBT para o efetivo combate a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 592.

MARTINS, Victória. Saraus: lugares de sociabilidade e resistência. USP, AUN (Agência Universitária de Notícias). Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/05/23/saraus-lugares-de-sociabilidade-e-resistencia>. Acesso: 23/05/2017.

A POESIA LGBT+ DENTRO DE ESPAÇOS DE ENCLAUSURAMENTE NUMA SOCIEDADE HETERONORMATIVA

Gibson Camelo

RESUMO

O presente estudo descreve a relação homoafetiva dentro de espaços de enclausuramento numa sociedade heteronormativa por meio da poesia LGBT+. Abordando questões de sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade para então, finalizar, fundamentado em Foucault, com a análise de como a relação homoafetiva é descrita no poema “Noturno” de Ítalo Moriconi a partir da ideia da repressão dos corpos homossexuais dentro de uma sociedade heteronormativa.

Palavras-chave: Poesia. LGBT+. Sociedade Heteronormativa.

INTRODUÇÃO

O intuito deste trabalho é demonstrar que dentro da sociedade criaram um único conjunto de como ser homem ou mulher e que esse conjunto é imposto desde o nascimento de alguém. Assim, legitimaram uma única sexualidade: a heterossexualidade.

Entraremos em alguns aspectos da poesia no pós-modernismo brasileiro devido ao surgimento da pluralidade de vozes nesse movimento literário e do fenômeno cultural: a Literatura LGBT+, Gay, Homoerótica ou “GLS+”.

Abordaremos do ponto de vista da psicologia, da medicina e principalmente da filosofia pelo olhar da Judith Butler questões de sexo, gênero, identidade de gênero e sexualidade. Caminhando para a ideia da repressão dos corpos homossexuais dentro de espaços de enclausuramento numa sociedade heteronormativa, para analisar, fundamentando-se em Foucault, o poema “Noturno” do poeta Ítalo Moriconi.

A POESIA NO PÓS-MODERNISMO BRASILEIRO

Antes de introduzimos alguns aspectos da poesia no pós-modernismo, é importante distinguir os termos “pós-moderno” e “pós-modernismo” devido às diversas discussões e controvérsias acerca desses termos. Assim, optamos pelas definições do Ítalo Moriconi em *Como e por Que Ler a Poesia Brasileira do Século XX* (2002):

Pós-moderno diz respeito ao contexto cultural global pop-midiático. Pós-modernismo é um termo de periodização artística e literária. É o que vem depois do modernismo, num sentido amplo desta palavra, abrangendo suas três fases: primeiro modernismo dos anos 20, modernismo dos 30-45, modernismo canônico de meados dos anos 40 e 60 (2002, p. 124).

Segundo Heloísa Buarque de Hollanda em *Esses Poetas, Uma Antologia dos Anos 90* (2012), os poetas e as poetisas são cultos, acadêmicos, prezam a crítica, atuam no jornalismo e no meio acadêmico e retomam “certa seriedade literária”, declara Moriconi (2002). Isso marcou diferença com as gerações anteriores.

A produção poética, segundo Heloisa Buarque de Hollanda, é

[...] uma confluência de linguagens, um emaranhado de formas e temáticas sem estilos ou referências definidas. Nesse conjunto, salta aos olhos uma surpreendente pluralidade de vozes [...]. O primeiro diferencial significativo dessa geração, de acordo com Hollanda, são as vozes femininas, negras, indígenas, periféricas, LGBT+ que antes não tiveram espaços nos movimentos, em outras décadas, ganhando volumes e ecoando nas editoras, nas livrarias, feiras literárias e outros espaços. São poetas e poetisas escrevendo sobre as suas condições, segundo Moriconi (2002), sobre as marcas de gênero, de raça e de sexualidade. A experiência, a vida são as grandes inspirações para suas escritas. “Nasce” a poesia feminina, a poesia negra, a poesia indígena, a poesia LGBT+ – a Literatura Gay, LGBT+, Homoerótica ou “GLS”.

LITERATURA LGBT+, GAY, HOMOERÓTICA OU “GLS+”

De acordo com Roberto Muniz Dias (2013), é no fim do século XX que surgem os cursos de especializações de estudos LGBT+ em várias universidades norte-americanas e européias fazendo, assim, com que a Literatura “GLS+” também passasse a ser estudada como fenômeno cultural.

Segundo Roberto Muniz Dias (2013), a Literatura “GLS+” contém assuntos referentes ao universo LGBT+, porém, não necessariamente o poeta, a poetisa, o escritor ou a escritora deva pertencer a

comunidade LGBTQ+ para escrever este tipo de literatura. Um primeiro exemplo seria o escritor naturalista e homossexual Adolfo Caminha com a obra o “Bom Crioulo”. Apesar de no livro “[...] o desejo homoerótico suscitou abordagens discriminatórias em relação à homossexualidade” e “[...] imagens pejorativas da homoafetividade quanto à relação estabelecida por Aleixo e o Bom Crioulo (Amaro)”, surgem fortes representações da homossexualidade na literatura após o “Bom Crioulo”:

No romance Bom Crioulo, de Adolfo Caminha (1895), hoje incensado dentro e fora do Brasil, como uma obra pioneira, a representação da homossexualidade adquire um elemento central na narrativa não só um dado circunstancial ou estereotipado como vamos ver em tantas outras obras na literatura brasileira pelo século XX adentro (LOPES, 2002).

Porém, é válido ressaltar que segundo Sanzio de Azevedo (2007), Adolfo Caminha explica – em um artigo intitulado de “Um livro Condenado” – que o livro e/ou a relação homoafetiva dos personagens “Aleixo” e “Amaral” do “Bom Crioulo” foi inspirada em “um caso de inversão sexual estudado em Krafft-Ebing, em Moll, em Tardieu, e nos livros de medicina legal.”

O segundo exemplo é o poema “Rapto” de Carlos Drummond de Andrade que segundo Amanda Machado e Marina Moura em Poesia Gay Brasileira Antologia (2017), em toda a obra de Drummond, o único poema com temática sobre a homossexualidade é o poema “Rapto”, que tem como referência o “[...] mito do rapto do belo Ganimedes por Zeus, que se transformou em águia para levá-lo ao Olimpo, possuindo o rapaz em pleno voo”.

Portanto, a Literatura “GLS+” é escrita por heterossexuais sobre a temática homoafetiva ou por membros da comunidade LGBTQ+, porém, não necessariamente escrevendo sobre as relações homoafetivas. Em todo caso, esta literatura afirma as identidades LGBTQ+, cria discursos de resistência contra os sistemas de repressão trazendo a “margem” para o “centro”, para as estruturas de poder que controlam e reprimem essa comunidade, porque segundo Foucault (1986), é no próprio interior das estruturas discursivas que controlam os corpos que acontecem à subversão, mesmo quando, por exemplo, o discurso é desfavorável da imagem do homoafetivo como na obra o “Bom Crioulo” de Adolfo Caminha.

SEXO, GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

De acordo com a Sociedade Paraguaya de Estudios sobre Sexualidad Humana (2008), “sexo refere-se às características biológicas dos seres vivos que os diferenciam como macho e fêmea” ou hemafrodita. E o gênero seria a:

Construção social, cultural e psicológica do que significa ser masculino e ser feminino em função do sexo. O gênero é transmitido pela socialização em um contexto determinado. Muda através do tempo, varia entre e dentro das culturas (SPESH 2008). A identidade de gênero, segundo Ariel González Galeano (2014), “[...] é a identidade resultante entre o intimamente sentido, criado e desenvolvido pela pessoa, considerando as pautas e regras que sua própria cultura ou sociedade impõe.” E a sexualidade ou orientação sexual é “[...] a atração erótica-afetiva de uma pessoa com relação a outra ou mais pessoas (2014, p. 30).”

No livro O Segundo Sexo, Simone de Beauvoir (1980, p. 9) declara que:

“Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que se qualifica de feminino”. Segundo Sara Salih em Judith Butler e a Teoria Queer (2018), Butler declara que “a lei produz as identidades e os desejos inadmissíveis que reprime com a finalidade de instituir e manter a estabilidade das identidades de sexo e de gênero sancionadas” (2018, p. 84) e “que não há existência que não seja social (2018, p. 89)”. Por isso ela declara que Butler afirma que “escolher um gênero significa interpretar as normas existentes de gênero, organizando-as de uma nova maneira (2018, p. 68).

Assim :

Butler afirma que a concepção de sexo e sexualidade como um dado natural é um efeito da construção cultural de comportamentos esperados dos sujeitos e tanto o sexo quanto o gênero são construções socioculturais, resultam da tentativa de os sujeitos se adequarem a regras sociais que constroem a mulher a se comportar de modo “feminino”, e o homem a agir de modo “masculino” - e a ambos a viverem a heterossexualidade (grifo nosso).

Quando uma criança nasce ou quando o médico diz para os pais o que aquela criança biolo-

gicamente é – macho ou fêmea –, ele, também, está anunciando o gênero e a sexualidade daquela criança. Aquele médico não está apenas dizendo, por exemplo, “– é menino!”, e sim os “significantes” (pênis, provedor, heterossexual etc) que aquela sociedade heteronormativa (isso é, uma sociedade em que “ser” heterossexual predomina, tornou-se “normal” esse “ser” devido à repetição do “ato” – da “performance” heterossexual) criou do “significado” menino; e tudo que é contrário (isso é: a homossexualidade, a transexualidade, a bissexualidade, o/a queer etc) é considerado “anormal”. Assim, o anúncio do sexo de uma criança é o início de um processo – pela sociedade – de se tornar menino ou menina (SALIH, 2018, p. 125-126) heterossexual.

Numa pesquisa realizada pela Bianca Salazar Guizzo (2013) com crianças de uma escola no Rio Grande do Sul, nos traz a observação sobre a heterossexualidade “vista como ‘normal’, ‘natural’ e ‘universal’”. A pesquisa mostrou que as atitudes das crianças entrevistadas eram de rejeição a “qualquer possível traço de homossexualidade” e que eles “[...] devem evitar a aproximação a quaisquer atividades ou características ‘de meninas’”; “seus corpos não podem sugerir nada de feminino”. E que para ser “‘homem de verdade’, implica não somente não ser mulher, mas também, e principalmente, não ser homossexual”.

Segundo Foucault em *A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1988).

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo [...]. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida [...]. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras.

Criaram “[...] um tabu triplamente negado no século XIX pelo catolicismo (pecado), pela ciência (patologia) e pelo Estado (crime)”, declara Denilson Lopes em *O Homem Que Amava Rapazes E Outros Ensaio* (2002).

Partindo da ideia de repressão dos corpos homossexuais dentro de espaços de enclausuramento numa sociedade heteronormativa, analisaremos como a poesia LGBTQ+, precisamente o poema “Noturno”, de Ítalo Moriconi retrata a relação homossexual.

ANÁLISE DO POEMA “NOTURNO” DE ÍTALO MORICONI EM ESPAÇOS DE ENCLAUSURAMENTO NUMA SOCIEDADE HETERONORMATIVA.

Ítalo Moriconi nasceu no Rio de Janeiro em 1953. É crítico literário, poeta, ensaísta, antologista e professor de Literatura Brasileira na UERJ.

O poema “Noturno” foi publicado anteriormente em 1992 no livro “A Cidade e as Ruas” pela Editora da UERJ e incluído – e revisto – em 1996 no livro “Quase Sertão” que o autor lançou pela editora Diadorim. Analisaremos o poema publicado em “Quase Sertão” – apesar de não existir muitas diferenças entre o primeiro lançamento do poema.

“Noturno”

Colhi este rapaz do oco da noite
entre uma esquina e antigas angústias.

O vento levava copos vazios
e voltava nas asas de velhos jornais.

Era mais um bote da cobra grande,
lição de séculos aprendida nas ruas.

Nós dois e a rua. Nós dois, oco da noite.

Poeira. Os caras retardatários...

Ninguém nos vê – cor dos prédios apagados.

Entramos no hotel os dedos ligados.

O homem maduro e o rapaz das ruas.

O nome e o inominável unidos

escada estreita acima.
Ainda belisquei o camareiro antes de fechar a porta. Flor
do oco, broto
espesso, lisura sem pêlos,
urgência de futuro
nesta última hora.

A priori, o poema aborta a temática da prostituição entre dois homossexuais indo ao encontro do ato sexual. Porém, o que chamamos atenção são os aspectos dos espaços da relação homoafetiva que o poeta – ou o eu lírico – descreve no poema. Não abordaremos aqui também a questão de métrica e de rima.

Começamos chamando atenção para o título “Noturno” que segundo o dicionário online “Dicio” significa “que se faz de noite” ou “que anda de noite”. Dois significados interessantes porque segundo Foucault (1988), a sexualidade legítima, reconhecida como “normal” é a da família conjugal, de heterossexuais, que foi encerrada dentro de casa, no quarto dos pais. Tudo que está fora desse “conjunto” de sexualidade legítima (a homossexualidade, a transsexualidade, a bissexualidade e outros) e desse espaço é expulso, negado e reduzido ao silêncio, assim, o único lugar de “existência” da homoafetividade é fora de casa. Resta agora a relação homoafetiva somente à rua e a noite que encobre esses corpos.

Nos primeiros versos do poema: “Colhi esse rapaz do oco da noite/ entre uma esquina e antigas angústias/ o vento levava copos vazios/ e voltava nas asas de velhos jornais.” percebemos que o poeta descreve um encontro furtivo dentro de um cenário em que não há transeuntes além dos dois, porque é um espaço, uma esquina que não faz parte do corpo social, segundo Foucault (1988). Ou seja, eles não “existem”. “Ninguém nos vê – cor dos prédios apagados.” declara o poeta no nono verso.

Embora não esteja explícita a “afetividade” entre os dois, o poeta utiliza-se de palavras ambíguas ou “códigos” como no quinto e no sexto verso: “Era mais um bote da cobra grande, / lição de séculos aprendida nas ruas,” para falar da relação sexual entre esses corpos ou até mesmo de “estratégias” para se relacionarem porque de acordo com Foucault (1988), qualquer manifestação de “existência” desses corpos – “sejam atos ou palavras” – são silenciados ou apagados pela sociedade heteronormativa. Não é por acaso que o poeta diz no décimo segundo verso “o nome e inominável juntos”. Além de soar como uma distinção entre os dois ou uma “vida dupla” como se pela manhã o poeta vivesse de acordo com as normas da sociedade heteronormativa e a noite neste espaço marginalizado, há principalmente o realce da “inexistência” desses corpos sem nomes – sem identidades sociais.

No sétimo verso: “Nós dois e a rua. Nós dois, oco da noite.” o próprio poeta declara que os dois são o “oco da noite”, o “vazio”, a “ausência”, o “nada”.

Assim caminham os dois na “inexistência” à noite e aproveitando-se dessa “inexistência” ou “invisibilidade” para chegarem a onde querem. “Entramos no hotel [...]”, declara o poeta no décimo verso.

Percebemos que é como se eles percorressem um caminho e a cada passo dado, a cada aproximação vão “existindo” dentro da “inexistência” – um paradoxo –

“[...] os dedos ligados./ [...] unidos escadas estreita acima” neste espaço, o hotel, que é marginalizado pela sociedade heteronormativa porque o único lugar de sexualidade permitida está em casa dentro do “coração de cada moradia”: “o quarto dos pais”.

“Ainda belisquei o camareiro antes de fechar a porta.” “afirma” – a sua “existência” – o poeta no décimo sexto verso.

“O homem maduro e o rapaz das ruas”, descreve o poeta a si e ao seu “companheiro”. Ambos “existindo” dentro deste espaço “inexistente” para a sociedade.

Finalmente tornam-se “visíveis”, “existentes”, “completos” quando fecham “a porta” do quarto do hotel – e podem, agora, se relacionarem: “Flor do oco, broto/ espesso, lisura sem pêlos/ urgência de futuro/ nesta última hora.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo demonstramos que a heterossexualidade foi imposta como única sexualidade legítima dentro da sociedade, assim, silenciando, reprimindo, excluindo ou repudiando a homossexualidade e outras sexualidades; criando, de certa maneira, a homofobia nas pessoas desde o nascimento delas. Assim, desenvolvemos a ideia da repressão dos corpos homoafetivos dentro de

espaços de enclausuramento numa sociedade abrindo caminho pela literatura, pela psicologia, pela medicina e pela filosofia para chegarmos aqui.

Temos hoje em dia, tratando-se de literatura, a Poesia Gay, a Literatura LGBTQ+, Gay, Homoerótica ou “GLS+” e um mercado editorial, midiático muito mais aberto para poetas e poetisas LGBTQ+ publicarem seus livros e denunciarem e debaterem assuntos acerca do universo homoafetivo para um grande e diverso público. Temos, também, o próprio meio acadêmico com matérias e pós-graduações acerca de estudos LGBTQ+ – apesar de haver poucas menções ou nenhuma de poetas e poetisas LGBTQ+ na literatura escolar e em graduações que não sejam uma pós-graduação específica. Portanto, esse trabalho é um ato político, de resistência e de subversão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sânzio de. Adolfo Caminha e o Naturalismo. Belo Horizonte: 2007. Disponível em <file:///C:/Users/dineli%20lopes/Downloads/3243-9057-1-SM.pdf>. Acesso em 3 de maio de 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CYFER, Ingrid. Feminino, Sexualidade e Justiça no debate entre Judith Butler e Nancy Fraser. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/-ideias/article/download/8649783/16423>>. Acesso em 4 de abril de 2019.

DIAS, Roberto Muniz. Editoras LGBTQTTT Brasileiras Contemporâneas Como Registro De Uma Literatura Homoafetiva. Brasília: 2013. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14171/1/2013_RobertoMunizDias.pdf>. Acesso em 3 de maio de 2019.

DICIO: Disponível em <<https://www.dicio.com.br/>>. Último acesso em 7 de junho de 2019.

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GALEANO, Ariel González. Esquema da Sexualidade Humana. Em: Rodrigues Jr., Oswaldo M. (org.). p. 25-31. Terapia da Sexualidade v, 2. São Paulo: Zagodoni, 2014.

GRUPO AUTÊNTICA: Disponível em <<https://grupoautentica.com.br/autentica/autor/italo-moriconi/1623>>. Acesso em 7 de maio de 2019.

GUIZZO, B. S. Masculinidade e feminilidades em construção na Educação Infantil. FELIPE, J., GUIZZO, B. S. e BECK, D. Q. (orgs.), p. 29-43. Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Ulbra, 2013.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. Esses Poetas. Uma Antologia Dos Anos 90 (2012). Disponível em: <[http://www.sbpnet.org.br/saoluis/arquivos/MC-046%20-%20Material%20Minicurso%20SBPC%20\(Artigos\)%20D%C3%A9bora%20Racy%20Soares.pdf](http://www.sbpnet.org.br/saoluis/arquivos/MC-046%20-%20Material%20Minicurso%20SBPC%20(Artigos)%20D%C3%A9bora%20Racy%20Soares.pdf)>. Acesso em 30 de abril de 2019.

LOPES, Denilson. O Homem Que Amava Rapazes E Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MACHADO, A.; MOURA, M. (orgs.). Poesia Gay Brasileira Antologia. Belo Horizonte & São Paulo: Machado; Amarelo-grão editorial, 2017.

MENDES, Sandra Magrini Ferreira. Homossexualidade: A concepção de Michael Foucault em contraponto ao conhecimento neurofisiológico do século XXI. Encontro Revista de Psicologia, v XI, Nº16, ano 2007. Disponível em <<http://revista.pgskroton.com.br/index.php/renc/article/viewFile/2574/2457>>. Acesso em 17 de abril de 2019.

MORICONI, Ítalo. Quase Sertão. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. 1. Ed.; 5 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Sociedade Paraguaya de Estudios sobre Sexualidad Humana – SPESH. (2018) Consensos sexológicos. Em: Rodrigues Jr., Oswaldo M. (org.). p. 25-31. Terapia da Sexualidade v, 2. São Paulo: Zagodoni, 2014.

VEJA: Disponível em <<https://veja.abril.com.br/saude/por-que-considerar-a-homossexualidade-um-disturbio-e-errado/>>. Acesso em 18 de abril de 2019.



10

**CRIANÇA, INFÂNCIA,
JUVENTUDE E FAMÍLIA**

ABANDONO AFETIVO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL E DA IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Naira Almeida da Silva¹

RESUMO

O abandono afetivo dos pais em relação aos filhos em razão de sua identidade de gênero e orientação sexual desviante do padrão social heteronormativo é alvo de pouca investigação social. Em razão disso, faz-se necessário verificar, *a priori*, sua incidência na sociedade, e posteriormente quais as consequências para a vida da criança e do adolescente, tanto no âmbito social, quanto no jurídico. No decorrer do trabalho, realizar-se-á uma breve exposição acerca da discriminação irradiada pelo âmbito familiar perante aqueles que desviam dos arquétipos heteronormativos, efetuando um exame acerca responsabilização civil dos que procedem com o abandono e o seu consequente dever de indenizar. O objetivo é perfazer uma reflexão a respeito da problemática de em que medida essa responsabilização é um instrumento jurídico com potencial para a conscientização no âmbito familiar e minimização dos casos de abandono afetivo em decorrência do preconceito institucionalizado pela sociedade heteronormativa. Foi empregada metodologia de análise de dados, documentos, além de pesquisa bibliográfica e doutrinária, sob o enfoque exploratório, descritivo e qualitativo. O resultado extraído é de que o instituto jurídico da responsabilidade civil do abandono afetivo possui caráter meramente punitivo, sendo necessário a implementação de estratégias que propiciem a internalização da aceitação e acolhimento de familiares com sexualidades desviantes que não se enquadram no padrão imposto socialmente. É possível concluir que, tendo em vista a dupla vulnerabilidade do abandonado, é imprescindível buscar uma nova maneira de se enxergar o direito com tutelas diferenciadas, para que este sirva não tão somente como fim último ao responsabilizar o abandono afetivo, mas também como meio de prevenção para esta problemática, fazendo com que, consequentemente, se tenha a maximização da efetivação do exercício da sexualidade e a proteção do dever do cuidado concomitantemente.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Identidade de gênero. Orientação sexual. Heteronormatividade. Responsabilidade Civil.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 valorizou os vínculos familiares, tendo o afeto se tornado o principal pilar do conceito de família, constituindo uma importante base de apoio para que se estabeleçam relações harmônicas. Neste novo paradigma, os deveres jurídicos decorrentes do poder familiar dos pais para com os filhos não se restringem apenas à assistência material, mas ao dever de assistência moral, isto é, um genuíno dever de cuidado e de afeto (DIAS, 2017).

A inobservância desses deveres caracteriza o abandono afetivo, o que gera danos irreparáveis nas relações familiares, capazes de desestruturar psicologicamente quem sofre o abandono. Em razão disso, a discussão acerca do abandono afetivo dos pais tornou-se assunto de grande relevância para o direito, possibilitando a aplicabilidade do instituto da responsabilidade civil de quem procedeu com o abandono e a sua obrigação indenizatória. A situação merece maior destaque quando envolve o preconceito e a discriminação dos pais em relação à identidade de gênero e orientação sexual de seus filhos, que procedem com o abandono afetivo quando estes desviam do padrão heteronormativo imposto socialmente.

O fato de a estigmatização da identidade de gênero e orientação sexual causar marcas profundamente negativas na vida das pessoas, sobretudo quando se trata dos filhos que não encontram o apoio de seus familiares, motivou a realização deste estudo, tendo em vista que estes possuem uma dupla vulnerabilidade, já que além de terem que lidar com a discriminação proveniente da sociedade, tem que enfrentar também todo o preconceito irradiado por aqueles que deveriam ser o seu refúgio: a família.

A LUTA PELO REGULAR EXERCÍCIO DA IDENTIDADE E SEXUALIDADE EM UMA SOCIEDADE HETERONORMATIVA

É fundamental elucidar que gênero e sexualidade são dimensões distintas que não dependem uma da outra e integram a identidade pessoal de cada indivíduo e, que, não devem ser usados como sinônimos, mas sim entendidos em sua complexidade e singularidade na formação de cada ser humano. Entretanto, o presente trabalho a reflete teoricamente sobre o entendimento e conceituação da discussão de gênero vinculada à discussão da sexualidade.

O alinhamento entre os conceitos de sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual

¹ Graduada em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA).

sustentam o processo de construção e permanência da heteronormatividade. Segundo o professor Miskolci, a heteronormatividade “expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade” e é entendida como “um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo [para] aqueles que se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2008 *apud* TOLEDO, TEIXEIRA FILHO, 2013, *online*).

Dessa forma, pode-se concluir que é denominado heteronormatividade a constatação de que há um aspecto de superioridade da heterossexualidade na sociedade em geral, em que é apresentado um modelo de feminilidade e um modelo de masculinidade adequado a ser seguido. Além disso, é importante frisar o fato preponderante de que, a heterossexualidade é socialmente vista como algo “instintivo” da espécie humana em razão de reproduzir discursos marcados pela compulsoriedade de reprodução.

As regras heteronormativas impostas geram a discriminação daqueles que desviam, a qual nem sempre é marcada por uma violência direta e que, de certo modo, às vezes são corriqueiras e ignoradas, o que é ocasionado pela própria interiorização dessas regras, em que os sujeitos com sexualidades desviantes se sentem desajustados e, ao mesmo tempo, inferiorizados por estarem excluídos.

Uma parte da população que desvia do padrão de heterossexualidade está fazendo uma vivência clandestina, em razão do fardo que é viver em uma sociedade heteronormativa, eivada de discriminações, em que seria necessário se impor socialmente para ter uma respeitabilidade. Dessa forma, o padrão de clandestinidade permanece, e é isso que precisa ser enfrentado de forma universal, é uma luta que deve ser enfrentada pela totalidade social, mas essencialmente por aqueles que devem cumprir com o seu dever de cuidado amparado constitucionalmente: a família.

DISCRIMINAÇÃO FAMILIAR: A MAIS DOLOROSA DAS LGBTFOBIAS

É considerável o avanço social ao que diz respeito à expressão e a discussão acerca da sexualidade humana, entretanto, é possível analisar que esse tema ainda se configura como sendo desencadeador de conflitos no meio social e no âmbito das relações familiares. O modelo dominante reproduzido pela estrutura familiar como legítimo é todo aquele que é destinado para a reprodução.

Para se adequar com as premissas da heteronormatividade, as famílias atuam como agentes reguladores para que seus filhos se tornem heterossexuais e façam as correspondências das performances de gênero referentes a seu sexo biológico, atuando com a propagação de formas de violências com a finalidade de inferiorizar os comportamentos que não correspondem ao padrão imposto, tentando a todo custo inseri-los nos modelos e valores socialmente estabelecidos (TOLEDO e TEIXEIRA FILHO, 2013, *online*).

A família é vista pelo indivíduo como o maior alicerce para que ele possa revelar sua orientação sexual e identidade de gênero perante si mesmo e a sociedade. De certo modo, a revelação para a família é um desafio, uma vez que há o temor de que, além de ser rejeitado pela sociedade, será também pelos seus familiares, que deveriam ser a base e o apoio, mas optam pelo abandono, colocando seus pré-conceitos acima do que deveria ser incondicional: o amor.

Geralmente há o sentimento de sofrimento dos pais em razão da quebra de expectativa em relação a instituição de projetos de vida com base na cisgeneridade e heterossexualidade, representada por rituais como noivado, casamento e a geração de filhos nos moldes tradicionais. Entretanto, esses são paradigmas que precisam ser quebrados, tendo em vista que, independentemente da identidade e da orientação, atualmente é possível se realizarem em todos esses âmbitos, uma vez presente a possibilidade de celebração de casamento entre pessoas do mesmo sexo, além de que com a evolução da engenharia genética e pela adoção, a geração de filhos é perfeitamente possível. Dessa forma, esse não é um aspecto que apresenta problemas, o único problema de fato é o preconceito enraizado na sociedade essencialmente heteronormativa.

Alguns pais até são aparentemente compreensíveis e aceitam a sexualidade ou identidade de terceiros, entretanto, quando o cenário muda e o foco é o seu filho, toda a compreensão e aceitação que pareciam ter se reverte no oposto. Há a caracterização de um preconceito camuflado,

marcado pela incoerência de um discurso que se apresenta a favor das diferenças e, na prática, reproduz inúmeros comportamentos preconceituosos (ROSA, BARR e SOUZA, 2017, *online*).

No processo revelação da identidade e da orientação pode ocorrer o caso de os pais atuarem no sentido de colaborar para que esta seja adiada ou ocultada, utilizando-se até meios de violências físicas e psicológicas. Esse processo é baseado de acordo com o ambiente em que o sujeito estiver inserido, de modo que, se o ambiente for acolhedor e receptivo, a revelação pode acontecer, entretanto, se o ambiente for hostil, isso sequer pode vir a acontecer ou se alastrar no tempo.

De modo geral, há dificuldade da família em aceitar a orientação sexual e identidade de gênero que foge do que é estabelecido socialmente pela cultura como sendo o “correto”. O que acontece é que muitos pais se preocupam com a “reputação”, em que aceitar um filho homossexual ou transexual é motivo de fracasso na educação dada para este, muitos se indagam sobre onde foram cometidos erros na criação que possam ter gerado esses “desvios comportamentais”, apresentando sentimento de culpa por acreditarem que o filho “preferiu” ser transexual ou homossexual, além de pensarem na escolha “errada” que foi feita. Há ainda aqueles que fazem da condição de seu filho fonte para suas dores e angústias, como se suas vidas fossem interrompidas por uma lastimável tragédia.

Essas são características marcantes de pais responsáveis por limitar a felicidade de seu filho em prol de terceiros, tendo em vista que em sua concepção, ninguém pode ficar sabendo de forma alguma que possuem um filho transexual ou homossexual, já que isso seria motivo de julgamentos. Em muitos casos, os pais preferem não aceitar seu filho pelo simples fato do que vão falar deles, de como vão julgá-los. E quando passam isso para seus filhos, é como se dissessem que os pensamentos das outras pessoas são mais importantes do que a felicidade daqueles que amam, e que a forma de ser e de se relacionar devem estar sempre alinhadas com as opiniões alheias.

É de suma importância que a família tenha consciência e compreenda que não é uma “preferência” ou “escolha errada”, até por que, se o transexual ou homossexual pudesse escolher por qual gênero se identificar ou qual sexualidade se orientar, não escolheria desviar do padrão imposto pela sociedade heteronormativa, vindo a sofrer com todos os preconceitos e estigmas sociais diários, além de ter que passar por todo esse processo doloroso de aceitação no âmbito familiar, tendo que lidar com a dificuldade de se assumir diante de tanta discriminação. Esses sentimentos devem ser eliminados a partir de diálogos com os próprios filhos, como também com a busca de apoio que possa auxiliar, como, por exemplo, um amparo psicológico.

Embora vivenciem diariamente na sociedade a rejeição, preconceitos, coerção da liberdade, entre outros, o que esses indivíduos desejam é ter a liberdade para expressar a sua identidade de gênero e orientação sexual no âmbito familiar, bem como esperam a manutenção dos laços afetivos com a sua família, a qual deveria ser um refúgio das hostilidades e discriminações sociais.

A discriminação do seio familiar é a mais dolorosa, tendo em vista que, é onde se deve encontrar o amor, o respeito e confiança. É imprescindível que os pais compreendam a importância de aceitar, amar e apoiar incondicionalmente o seu filho, independentemente da sua identidade de gênero e orientação sexual, já que, infelizmente, estes indivíduos que desviam do padrão imposto sofrem duplamente: o preconceito social e o autopreconceito, decorrente do primeiro.

ABANDONO AFETIVO EM RAZÃO DAS SEXUALIDADES DESVIANTES

O poder familiar traduz uma autoridade parental com um sentido com maior inclinação ao dever do que ao poder, tendo em vista que se trata de uma obrigação legalmente atribuída devido à observância de certas circunstâncias, da qual não é possível esquivar-se. A lei impõe aos pais deveres pautados não apenas no âmbito patrimonial, como também no âmbito moral, com o exercício de uma relação afetiva responsável. O mártir das relações familiares é o afeto, sendo um direito fundamental do indivíduo e, conseqüentemente, um dever familiar (LOBO, 2019)

O abandono afetivo é caracterizado diante da verificação de ausência do exercício do dever de cuidado por parte dos pais em relação aos filhos, sendo este decorrente dos encargos advindos do poder familiar. Não se trata da obrigação de amar, a afetividade representa o exercício do dever de cuidado.

É imprescindível esclarecer que o abandono afetivo se refere à conduta dos pais, e não

as consequências desta nos filhos, isto é, para o viés jurídico, o abandono afetivo não tem como pressuposto qualquer sentimento de dor, angústia, humilhação entre outros, entretanto, dada a gravidade da situação, essas são as prováveis sequelas. Dessa forma, é ausência do exercício dos deveres legais inerentes aos pais que constituem o abandono afetivo, e não o sofrimento do filho (DIAS, 2017).

A situação se torna ainda mais agravante quando esse abandono ocorre em virtude da orientação sexual ou da identidade de gênero não abarcada pela sociedade heteronormativa. A família que não aceita procede com o abandono afetivo tanto no momento em que os expulsam de casa, deixando-os totalmente desamparados, como também quando ainda há coabitação, mas não é proporcionada uma convivência familiar harmoniosa, já que em virtude do preconceito, esses jovens sofrem diariamente com a discriminação da própria família, e as várias formas de violências e negligências.

Não há como falar em efetivo exercício dos deveres decorrentes do poder familiar quando os filhos têm que conviver com constantes humilhações resultantes de violências psicológicas, violências físicas, ou simplesmente sofrerem com o descaso, a negligência de seus entes familiares. Todas estas atitudes prejudicam o desenvolvimento físico, sexual e moral da criança e do adolescente e caracterizam graves violações aos seus direitos personalíssimos.

A responsabilização civil dos pais ocorre quando há descumprimento dos deveres decorrentes do poder familiar, o que infringe diretamente normas constitucionais e legislativas, caracterizando o abandono afetivo, gerando a possibilidade de indenização.

Os requisitos da responsabilidade civil estão pautados na conduta de ato ilícito do agente, dano e nexo de causalidade entre a conduta do ato ilícito e o dano. Partindo desse viés, data vênua, o que enseja a reparação civil é a conduta de ato ilícito que se configura como a omissão nos deveres decorrentes do exercício do poder familiar, a qual se traduz em negligência na assistência legalmente atribuída.

Não é qualquer comportamento omissivo ou ativo, como também não é a ausência do afeto e/ou do amor capaz de caracterizar o ato ilícito gerador da responsabilidade civil e do consequente dano moral, mas sim a negativa dos deveres decorrentes do poder familiar, em desferir amparo, assistência moral e psíquica, é desatender as necessidades em prejuízo da formação de um filho, desfazer os vínculos de afetividade já estabelecidos (ROLF, 2018).

Isto posto, a indenização não almeja valorar o amor ou compensar a dor propriamente dita, nem compelir os pais ao restabelecimento de seus deveres ou de reaproximação de laços existentes entre pais e filhos, pois muitas vezes sequer são almejados pelos genitores, especialmente se tratando do caso à baila, o abandono afetivo decorrente da discriminação de ter um filho que desvia do padrão de identidade e sexualidade imposto socialmente. O aspecto mais relevante é conscientizar o familiar do gravame causado ao filho e sinalizando para ele e outros que sua conduta deve ser cessada e evitada, por ser reprovável e grave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que as famílias exercem controle sobre seus membros de modo a manter a compulsoriedade da heterossexualidade, tendo em vista que os indivíduos que desviam desse heteronormativo sofrem o abandono afetivo, o que é merecedor de destaque, tendo em vista que a família, que deveria ser a base, fonte de apoio e amparo, torna-se uma das reiterações da opressão e discriminação sofridas cotidianamente. O preconceito é o vetor do abandono afetivo e a intolerância faz com que uma gama de direitos desses indivíduos seja violada, ocasionando danos irreversíveis.

Somente por meio do respeito à dignidade humana, que envolve também o respeito ao exercício da sexualidade, que haverá o pleno exercício do princípio da afetividade, é inadmissível que situações de abandono, descaso, discriminação, violência aconteçam com qualquer pessoa, ainda mais que ocorram no próprio seio familiar. Trata-se de pessoas vulneráveis, dotadas de dignidade, que devem ter seus direitos personalíssimos como a vida, a honra, a integridade moral e psicológica, a saúde física e o exercício da sexualidade respeitado e garantido tanto pela sociedade como pelo Estado, mas principalmente por aqueles que assumiram o compromisso, a obrigação de

cuidado, seus familiares.

A indenização gerada pela responsabilização em decorrência do abandono afetivo nas relações familiares é instrumento de extrema relevância no sentido de intentar a compensação a qualquer tipo de dano que venha a desenvolver, sendo necessário compreender que a fixação desta indenização tem um acentuado e preciso caráter punitivo, devendo haver a implementação de medidas que possam propiciar a internalização da aceitação e acolhimento de familiares com sexualidades desviantes que não se enquadram no arquétipo imposto socialmente.

É possível concluir pela imprescindibilidade de buscar uma nova maneira de se enxergar o direito, para que este sirva não tão somente como fim último ao responsabilizar o abandono afetivo, mas também como meio de prevenção para esta problemática. Bem como, deve-se erguer outros instrumentos que venham a garantir a real efetivação dos direitos daqueles que vivem sob a égide do poder familiar, com a conscientização de que independente da orientação sexual e da identidade de gênero, os pais têm o dever de cuidado para com os filhos, os quais não podem ser penalizados por exercerem algo inerente ao seu ser.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão. Direitos para alienígenas sexuais: Um estudo sobre a lógica de poder e verdade produzida sobre a sexualidade no campo jurídico. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

_____. Código Civil: promulgada em 1º de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 15 abril 2019.

DIAS, Maria Berenice. Conversando sobre homoafetividade. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

_____. Manual de direito das famílias. 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. 7ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

LÔBO, Paulo. Direito civil: Volume 5: Famílias. 9ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MADALENO, Rolf. Direito de família. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROSA, Abner Neli; BARR, Alberto Nathan Areas; SOUZA, Lívia Cristina Ribeiro de Souza. O luto dos pais na descoberta da homossexualidade dos filhos. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/-biblioteca/monografias/61047.pdf>>. Acesso em: 24 abril 2019.

TOLEDO, Lívia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300005>. Acesso em: 24 abril 2019.

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: DISCUTINDO A CULTURA DO ESTUPRO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nathália Hernandez Turke
Felipe Tsuzuki
Maria Lúcia Corrêa
Virgínia Iara de Andrade Maistro

RESUMO

Considerando que as identidades femininas e masculinas são produtos de processos educativos, torna-se relevante examinar em que medida a escola está implicada com a produção de diferentes e conflitantes modos de conceber e de viver os gêneros e as sexualidades. A atuação da escola se torna essencial ao evidenciar ações estabelecidas e costumeiras que demonstram relações de poder e opressão em relação à mulher e seu corpo. Neste contexto, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de criar espaços que oportunizem discussões acerca da cultura do estupro em sala de aula, com o intuito de levar os e as estudantes a questionarem naturalizações impostas por uma sociedade androcêntrica, principalmente no que se refere ao papel da mulher na sociedade, e promover o respeito às diferenças na sala de aula. Para tanto, foi desenvolvida a oficina intitulada: “Expondo a Cultura do Estupro”, a qual foi ministrada para 61 estudantes de duas turmas de sexto ano, em uma escola da rede pública de ensino, no estado do Paraná. Além de ter sido possível perceber que, durante e após as discussões, os e as estudantes começaram a questionar naturalizações impostas por uma cultura androcêntrica, houve a criação de um ambiente em que os mesmos se sentiram seguros para relatar assédios e abusos sofridos, demonstrando a importância da abordagem destes assuntos em sala de aula. Além disto, enfatiza-se a necessidade e a importância de uma educação não sexista e/ou binarista, a fim de instaurar modos de existência e promover equidade entre os gêneros. Para tanto, faz-se importante o entendimento de igualdade de gênero, que é a base para a compreensão e adequação da igualdade e do respeito.

Palavras-chave: Ambiente Escolar. Desconstrução. Machismo. Cultura Androcêntrica. Igualdade de Gênero.

INTRODUÇÃO

Embora as discussões de gênero tenham sua origem nas relações entre homens e mulheres e nos significados construídos historicamente, é evidente a sua dimensão cultural e social, podendo ganhar vida própria e servir de referencial para práticas com o poder instituinte, sendo capaz de moldar a forma de agir das pessoas – perpetuando significados antigos ou estabelecendo, em determinados meios, práticas diferenciadas das realizadas por esses mesmos homens e mulheres em outros espaços de sua convivência.

As mulheres passaram a ocupar espaços públicos após décadas de luta, contudo a sociedade continua inserida em um modelo patriarcal, configurando a existência de papéis de gênero moralistas e inflexíveis. No Brasil, o papel feminino foi inculcado a dirigir a atitude das mulheres desde sua infância em uma perspectiva androcêntrica, misógina e heterossexual, estando sempre preparadas para o casamento e submissas aos homens, sejam pais, irmãos ou companheiros (GALINKIN; ISMAEL, 2011).

Ensinamos as meninas que elas “não podem agir como seres sexuais, do modo como agem os meninos” (ADICHIE, 2015, p. 34), ou seja, a sexualidade das meninas é reprimida enquanto a masculina é, muitas vezes, exaltada e incentivada. Sendo assim, uma relação de poder é estabelecida entre homens e mulheres, levando desde o assédio moral à violência doméstica, onde há a culpabilização das mulheres pela violência sexual sofrida.

Nos anos 70, o feminismo da segunda onda criou o termo “Cultura do Estupro” para denunciar as ações machistas de uma sociedade que nomeava de “culpadas” as vítimas pelo abuso sexual sofrido e ainda tratava com normalidade a violência de homens contra as mulheres, defendendo que a culpa sempre é da vítima, nunca do criminoso. Segundo Machado (1998), esse pensamento encoraja todo tipo de violência contra a mulher, inclusive as agressões sexuais que incluem tanto assédio como “cantadas”, linguagem e gestos obscenos, abraços, beijos e qualquer outra forma de contato físico sem consentimento, inclusive o estupro.

Considerando que as identidades femininas e masculinas são produtos de processos educativos, torna-se relevante examinar em que medida a instituição escolar está implicada com a produção de diferentes e conflitantes modos de conceber e de viver o gênero e a sexualidade. Nesse contexto, problematizar estereótipos e questionar naturalizações impostas por uma cultura androcêntrica pode oportunizar a (re)construção de valores relacionados principalmente no que se refere

à questão da mulher na sociedade, mais especificamente, como objeto desse trabalho, à cultura do estupro.

Neste contexto, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de criar espaços que oportunizem discussões acerca da cultura do estupro em sala de aula, com o intuito de levar os e as estudantes a questionarem naturalizações impostas por uma sociedade androcêntrica, principalmente no que se refere ao papel da mulher na sociedade, e promover o respeito às diferenças na sala de aula.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi desenvolvida a oficina “Expondo a Cultura do Estupro”, a qual foi aplicada para 61 jovens de dois sextos anos da Educação Básica, em uma escola da rede pública do ensino, no estado do Paraná, Brasil. Para tanto, foram utilizados recursos multimídia (*slides*) – elaborados pelo programa “Microsoft PowerPoint”.

A oficina teve início com a exibição de fotos de pessoas de diferentes faixas etárias (bebês, crianças, jovens e adultos), gêneros (homens *cis*, mulheres *cis* e mulheres *trans*), etnias e classes sociais seguidas de um ponto de interrogação vermelho (no centro das imagens). A partir disso, os e as estudantes foram questionados/as mediante a seguinte questão: “O que vocês acham que estas pessoas possuem em comum?”.

Nenhum estudante procurou respondê-la, visto estar perceptível que todas as pessoas eram diferentes. Então, foi enunciado que estas imagens representavam pessoas que, em algum momento de sua vida, sofreram um abuso sexual, ou seja, foram vítimas de estupro.

Após a introdução do tema, foi solicitado aos alunos e alunas que retirassem uma folha de seus cadernos e enumerassem de 01 a 10, deixando um espaço de ‘três linhas’ entre as numerações. Os e as estudantes foram instruídas a observarem a foto de dez pessoas, e escreverem na folha, utilizando caneta, as circunstâncias em que imaginavam que estas pessoas haviam sido estupradas.

Na sequência, foram passadas notícias (reais) de pessoas, com perfil semelhante às das fotos, que foram estupradas, incluindo o local e por quem se deu o crime ocorrido. Os casos apresentados aos alunos seguem detalhados:

Caso 01: a vítima era uma mulher de 32 anos, negra e obesa. Trabalhava como empregada doméstica e foi estuprada por seu médico, o qual foi preso.

Caso 02: a vítima era uma criança (menina) de 10 anos. Foi estuprada pelo seu padrasto, o qual foi preso.

Caso 03: a vítima era uma mulher de 19 anos. Foi estuprada dentro de sua própria casa, em que morava com sua avó, durante um assalto. O estupro foi preso.

Caso 04: as vítimas eram duas crianças (meninas) de 08 e 10 anos, contudo a denúncia ocorreu apenas quando as mesmas já tinham 15 e 17 anos. Foi estuprada pelo próprio pai, o qual foi preso.

Caso 05: a vítima era uma mulher de 20 anos, a qual possuía deficiência mental. Ela estava passando com sua família e o estupro a levou ‘à força’ para um matagal. O estupro foi preso após ser identificado pela família.

Caso 06: a vítima era uma mulher transsexual de 23 anos. A jovem foi estuprada, espancada, assassinada e jogada em um córrego. Suspeita-se que o estupro ocorreu por mais de uma pessoa, contudo os estuprodores não foram presos.

Caso 07: a vítima era uma criança (menino) de 07 anos. Foi estuprodo pelo professor, no banheiro da escola. O estuprodo foi apenas afastado de seus serviços na escola.

Caso 08: as vítimas eram seis crianças, sendo cinco meninas e um menino. O estuprodo é um pai, o qual foi preso.

Caso 09: a vítima era uma bebê de 07 meses. Foi estuprodo pelo padrasto, o qual foi preso.

Caso 10: a vítima era uma mulher de 16 anos, a qual foi na casa do seu namorado, local em que foi dopada. Ela sofreu um estupro coletivo. Houve suspeita de que havia mais de 30 homens, mas nada foi confirmado. Seis homens foram indiciados pela justiça, mas nem todos foram presos.

É importante ressaltar que a imagem apresentada do caso 10 mostrava a vítima utilizando roupas curtas. Isso ocorreu devido a grande repercussão midiática acerca desta notícia, incluindo críticas e culpabilização da vítima nas redes sociais. Alguns comentários retirados do facebook nas postagens da notícia, os quais foram apresentados aos alunos, podem ser visualizados a seguir:

Indivíduo 01: A culpa é dela mesmo, coloca roupinha sensual, seminua e quer o quê? A gente acha o que procura e ela achou. Merecido!
 Indivíduo 02: Se ela tivesse ido à igreja isso não teria acontecido.
 Indivíduo 03: Quem se mistura com os porcos, farelo come. Errado quem fez muito mais errado ela, que procurou. Parem com o vitimismo barato.
 Indivíduo 04: Todo mundo falando que ela não devia ser estuprada, concordo, mas nenhuma mulher sequer falou que ela deveria se vestir adequadamente, ao invés de expor seu corpo como um objeto sexual e que não deveria frequentar lugares de baixo nível. Ou seja, vivemos em um mundo onde as mulheres não se valorizam e ainda sempre querem posar de coitadinhas.

Posteriormente, foram dados exemplos de casos de estupro que aconteceram apesar das mulheres estarem em casa, na igreja, sem expor o corpo com roupas curtas e assim sucessivamente, como argumentam pessoas que culpam as mulheres que são vítimas de estupro. Na sequência, foi abordado sobre assédio sexual, a partir da apresentação de casos em que o assediador era uma figura pública e famosa.

Finalmente, foi dado um tempo para que os e as estudantes pudessem reler o que escreveram em suas folhas. Além disto, foi solicitado para que eles e elas ‘riscassem’ a lápis se houvesse algo que haviam escrito, mas não concordam mais. As discussões realizadas durante a oficina e as escritas dos alunos foram analisadas mediante a seguinte questão: esta oficina foi capaz de levar os e as estudantes a refletirem e começarem a desconstruir seus pré-julgamentos?

Para que fosse feita a análise do que os e as estudantes escreveram em suas folhas, os dados foram transcritos e decodificados, a fim de facilitar ao leitor a compreensão dos mesmos. A codificação ocorreu da seguinte forma: a letra E foi utilizada para nomear os e as estudantes; a letra C para a identificação dos casos aos quais as afirmações dos e das estudantes se referiam. Desta forma, E01C4 se refere à afirmação do e da estudante 01 acerca do caso 4; E20C8 se refere à afirmação do e da estudante 20 acerca do caso 8, e assim por diante. É importante elucidar que o recorte de gênero dos depoentes não foi levado em conta porque a coleta de dados ocorreu de forma anônima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho foi feito um recorte das principais respostas em que foram identificados pré-conceitos e pré-julgamentos, bem como culpabilização de outra pessoa, que não o estupro, pelo abuso sexual ocorrido.

Com relação aos casos envolvendo crianças (casos 02, 04, 07, 08 e 09), a maioria dos e das estudantes culpavam o estupro pelo ato, bem como se mostraram ‘revoltados’ com o acontecimento. Houve apenas uma exceção nas respostas para o caso 04, em que E15 culpou a mãe das crianças pela ocorrência do estupro, o que pode ser percebido na seguinte afirmação: “A mãe devia estar em algum lugar, mas logo descuidou e alguém as estuprou” (E15C4).

Com relação ao caso 01, três estudantes afirmaram que a mulher negra e doméstica havia sido estuprada pelo patrão, o que pode ser percebido nas seguintes frases:

“Faxineira com roupas curtas, mostrando as pernas foi estuprada” (E11C1);
 “Foi estuprada em seu trabalho pelo seu patrão, mas a mulher dele não sabe” (E35C1);
 “Foi estuprada pelo patrão, num quarto, e ela não denunciou e nem pediu a conta” (E58C1).

Apesar de, posteriormente, a notícia apresentada esclarecer que esta mulher foi abusada por seu médico, percebe-se nestas falas a naturalização da mulher negra, doméstica, sendo abusada pelo patrão e, na maioria das vezes, sofrendo calada. Esta naturalização existe, ainda hoje, como ‘produto’ de séculos de escravidão, como afirma Oliveira (2014):

É na história dos fatos passados que podemos entender o porquê da imagem mulher negra associada a lugares como da prostituição e de serviços domésticos e da negação de direitos. Reforços sociais que contribuíram para cristalizar esses valores no universo de uma sociedade ainda preconceituosa no tempo presente (OLIVEIRA, 2014, p. 1602).

“A escravidão maculou, feriu e tirou a vida de muitos. Fez a mulher negra participar do duro jogo da exploração, da violência e da humilhação.” (OLIVEIRA, 2014, 1601). Ao contrário do período escravocrata, em que o “corpo era exposto para ser comercializado, hoje ele é exposto para ser consumido” (TEIXEIRA; QUEIROZ, 2017, p. 01).

Nos casos 03 e 10, em que a vítima eram mulheres jovens, nove estudantes culpabilizaram a vítima. Dentre as razões para culpar a vítima estão, de acordo com estes e estas estudantes, a

roupa curta, a beleza da menina, o sair na rua à noite, o marcar um encontro, o ‘não que quer dizer sim’, o morar ou frequentar uma favela, o frequentar um baile funk. Ainda, o/a aluna 42 afirmou que a jovem quis ser estuprada. Estas afirmações podem ser verificadas nas frases a seguir:

“Ela estava saindo para um lugar à noite, e como ela é muito bonita, um carro com 3 homens a sequestrou” (E03C3);
“Essa moça conheceu um homem pelas redes sociais e marcou um encontro. Neste encontro ela foi estuprada” (E03C3);
“Eu acho que essa garota foi estuprada pelo tio, porque ela só andava com roupa curta” (E23C3);
“Ela foi estuprada pelo pai dela porque ela é muito bonita” (E28C3);
“Ela estava tirando várias fotos com roupas curtas, enquanto ela andava na rua foi sequestrada e estuprada” (E52C3).
“Ela estava na rua com o short curto e um homem a elogiou. Ela disse que não gostou e então ele a estuprou” (E10C10);
“Uma jovem de 16 anos foi estuprada numa favela” (E18C10);
“Uma menina de 16 anos foi estuprada por 5 homens e foi na favela, num baile funk” (E35C10);
“Eu acho que essa menina foi estuprada porque ela quis. Ela já falava que queria ser estuprada por homens e amigos” (E42C10).

No caso 05, três estudantes justificaram o estupro tendo em vista que a vítima era portadora da síndrome de Down, o que pode ser visualizado nas afirmações:

“Eu acho que pelos problemas mentais dela alguma pessoa pensou que se a esturprasse ela não contaria para ninguém” (E05C5);
“Ela estava falando com a mãe, e o pai não gostava dela porque ela tinha Síndrome de Down, então ele a estuprou” (E14C5);
“Alguém deve ter percebido que ela tinha Síndrome de Down e a estuprou” (E29C5).

Tanto neste caso como nos dois anteriores, percebe-se a justificação do estupro ao culpabilizar a vítima, ao invés de culparem o único responsável pelo abuso sexual, o esturprador. Compreende-se, então, a naturalização da ‘Cultura do Estupro’, em que:

Os mecanismos de culpabilização da vítima se dão, pela construção de aceitação e replicação de conceitos que normalizam o estupro com bases nas questões que tangem a relação de gênero e sexualidade, informadas pelas categorias de poder, hierarquia e patriarcado (LEITE, 2017, p. 03).

Ainda, a objetificação do corpo da mulher na sociedade, o qual é visto “apenas para o desejo sexual e dominação masculina” (LEITE, 2017, p. 03) leva muitas pessoas a justificarem o estupro por conta das roupas que a vítima estava usando. Desta forma, percebem-se frases como ‘usando estas roupas está pedindo para ser estuprada’; ‘não se dá ao respeito, como vão respeitá-la?’; ‘como o homem vai se controlar vendo estas roupas curtas?’, as quais são utilizadas em defesa do esturprador, em uma tentativa de desmoralizar e desmerecer a denúncia feita pela vítima.

Com relação ao caso 06, por se tratar de uma travesti, além da culpabilização, a vítima foi julgada simplesmente por sua identidade de gênero. As justificativas foram desde o ‘assanhamento’ da vítima, até a prostituição, como pode ser percebido nas frases dos e das cinco estudantes a seguir:

“Ela foi fazer o seu programa e foi estuprada” (E04C6);
“Uma transexual assanhada, estuprada por homens maldosos” (E11C6);
“Ela deve ter ido mostrar as partes íntimas para vários homens e lá aconteceu o estupro” (E27C6);
“Travesti foi estuprada pelo seu jeito de ser” (E30C6);
“Foi estuprada no meio do mato por causa do gênero dela” (E60C6).

De acordo com Amorim (2018, p. 145), “o corpo da travesti ainda é associado aos desvios sexuais e por esse motivo é alvo de atitudes invasivas”. Em sua pesquisa, a autora entrevistou pessoas transexuais, e de acordo com uma das entrevistadas, seu:

corpo é foco de um olhar que o vê como “hipersexualizado”, corpo que demonstra ambiguidade, por isto é imaginado como público e perverso, associado à promiscuidade, à prostituição, à invasão (AMORIM, 2018, p. 145 e 146).

Estas afirmativas dos estudantes encontram-se carregadas de preconceitos e naturalizações impostas por uma sociedade machista, patriarcal e transfóbica. Contudo, após as discussões ocorridas durante o desenvolvimento da oficina, foi possível notar que os alunos e as alunas passaram a questionar estas naturalizações.

Além disto, nas afirmações que diziam respeito aos casos 03, 06 e 10, os jovens escreveram, ao final, com lápis, que não concordavam mais com o que haviam escrito inicialmente.

Com relação aos outros casos aqui discutidos, é possível afirmar que, talvez, os e as estu-

dantes se quer perceberam que estavam julgando a vítima pelo abuso sofrido. Contudo, a carga horária da oficina era pequena e não houve tempo para levar estas discussões adiante, ainda mais que as respostas ainda não haviam sido lidas pelos ministrantes.

Ao final, durante a abordagem de assédio sexual, muitos estudantes relataram já terem sofrido. Ainda, uma aluna, ao final da oficina, pediu para conversar, momento em que relatou um abuso sofrido anos atrás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se é falado acerca da responsabilidade ou, ainda pior, a vontade da vítima de ser violentada, sendo necessárias medidas preventivas para que as potenciais vítimas estejam 'preparadas' ou 'protegidas'. Pouco se ouve a respeito de uma educação que não favoreça a prática da violência, ou seja, as potenciais vítimas são treinadas para se protegerem, mas os possíveis estupradores não são instruídos a não estuprar.

A partir dos dados expostos pode-se concluir que a Cultura do Estupro tem sua origem no machismo, o qual é naturalizado na sociedade, inclusive dentro das salas de aula. Desta forma, evidencia-se a necessidade discussões, a fim de desconstruir e desnaturalizar preconceitos, formando homens e mulheres críticas que respeitem o corpo do próximo, bem como criar um ambiente seguro para que as vítimas de assédio e abuso sexual sintam segurança em denunciar seu agressor.

Além disto, enfatiza-se a necessidade e a importância de uma educação não sexista e/ou binarista, a fim de refletir sobre os modos de existência e promover equidade entre os gêneros, em diversas instâncias da vida pública, educando seres humanos (sujeitos) e não meninos para serem "machões" e meninas para serem "princesas". Para tanto, faz-se importante o entendimento de igualdade de gênero, que é a base para a compreensão e adequação da igualdade e do respeito.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

AMORIM, S. M. G. *Escola e transfobia: vivências de pessoas transexuais*. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – UNESP. Araraquara, SP, 2018.

GALINKIN, A. L.; ISMAEL, E. Gênero. In: Camino L.; Torres A. R.; Lima, M .E.; Pereira, M. E. (Org.). *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik Editora, 2011.

LEITE, T. S. *Cultura do estupro: jornais online e a reprodução da culpabilização da vítima em Rondônia*. 11 Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2017. Anais [...]. Disponível em: http://www.en.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499360988_ARQUIVO_CULTURADOESTUPRO-JornaisOnlineRTF.pdf. Acesso em: 21 Ago 2019.

MACHADO, L. Z. *Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade*. Cadernos Pagu, v. 11, 1998.

OLIVEIRA, F. C. S. *Mulheres negras letras e literatura: Uma Análise da Condição da mulher negra no final século XIX a meados do século XX*. 18º REDOR, Recife, 2014. Anais [...]. Recife, PE, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/natha/Downloads/2309-4614-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 Ago 2019.

TEIXEIRA, M. S. S. P.; QUEIROZ, J. M. *Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra*. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, 2017. Anais [...]. Salvador, BA, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA24_ID402_17072017210303.pdf. Acesso em: 21 Ago 2019.

FEITA DE AMOR: UM OLHAR SOBRE O RELACIONAMENTO HOMOAFETIVO NA ANIMAÇÃO STEVEN UNIVERSE

Leonardo José Costa²
Naiza Comeil³

RESUMO

Steven Universe foi a primeira série animada televisiva e exibir o casamento de duas personagens lésbicas. Ao considerar a presença de um relacionamento homoafetivo na série, este artigo busca apontar se o viés narrativo escolhido – falar de amor para explicar ao público infanto-juvenil a relação entre as personagens - pode contribuir para o rompimento com modelos heteronormativos vigentes. O marco teórico percorre autores como Butler (2003) e Warner (1991) nas questões de gênero e a heteronormatividade; a temática do amor na mídia segundo Khul (2015); e a importância da representação por meio do olhar de Hall (2016) e Woodward (2014). A metodologia seguiu a análise de narrativa de Motta (2013) e, entre os resultados, percebeu-se que a série traz a perspectiva de que o amor é resultado de interações de respeito e reciprocidade, além de um direito não exclusivamente heterossexual.

Palavras-chave: Relacionamentos Homoafetivos. Animação. Gênero. Steven Universe. Representação.

INTRODUÇÃO

A abordagem de gênero e sexualidade já permeia as animações desde a década de 1940 com Pernalonga travestido em uma versão feminina. No episódio *The Wabbit Who Came To Supper* (1942), o famoso coelho aparece como a primeira travesti animada da televisão (ATKINSON, 2015). No *mainstream*, esses personagens comumente estavam ligados ao humor. Em 1988, o canal *Cartoon Network* apresentou em *As Meninas Super Poderosas* seu antagonista principal: “Ele”, um personagem referido como masculino, mas com aparência, voz e vestimentas femininas. Para Santos (2015), o humor e a tendência de utilizar gêneros não binários como vilões era comum em animações, sendo o protagonismo exclusivamente heterossexual e o antagonismo relacionado às sexualidades “desviantes”. Com alguns lançamentos de canais fechados, percebeu-se que o modo como a temática de gênero é representada mudou a partir de 2010. Animações como *A Lenda de Korra* (2011), *Gravity Falls* (2012), *A Hora da Aventura* (2012) e *Steven Universe* (2014) já trazem personagens com comportamentos mais abertos quanto à sua orientação sexual. Foi a partir da mudança de olhar sobre a representação das comunidades LGBTI+ que o tema começou a surgir como forma de resistência ao preconceito e violência. Logo, partindo do pressuposto de que *Steven Universe* contribui com uma narrativa inclusiva para a aceitação da diversidade, questiona-se qual o viés utilizado para tratar o tema e se este é eficiente em sua forma de representar positivamente as relações homoafetivas. A análise se debruçou sobre dois episódios, mais detalhados adiante, e a forma como a série se apropria do amor como fio condutor de sua explicação sobre o relacionamento homoafetivo.

REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA: UMA RELAÇÃO INSTÁVEL

Ao colocar em perspectiva as identidades de gênero e preconceitos envolvendo essa questão, é necessário considerar na equação o papel das representações. Responsável por anos de construção de uma imagem estereotipada da população LGBTI+ no imaginário social, a representação, segundo Hall (2016), usa de signos, linguagem e imagens para que algo tome o lugar de ou represente pessoas e coisas. Ou seja, mostra uma perspectiva específica apresentada como um todo. Conceitos como pertencimento, inclusão e exclusão estão ligados à proporção na qual certa raça ou gênero, por exemplo, está exposta na mídia e como se apresenta às pessoas por meio de sua representação (WOODWARD, 2014).

Outra noção importante no âmbito representativo é sua relação com as identidades. Sabe-se que o apagamento de identidades lésbicas e gays em uma sociedade heteronormativa é um elemento que vem levantando diversas contestações. A partir do pensamento de Woodward (2014), entende-se

2 Mestrando do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Bolsista pesquisador da CAPES. E-mail: leojcosta@outlook.com.

3 Mestranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Bolsista pesquisadora da CAPES. E-mail: naizacomel@gmail.com

que as identidades e diferenças têm que ser produzidas culturalmente e essa produção é alimentada pela representação. Além disso, para Hall (2005), a relação entre representação e identidade é vista como “uma „celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, p. 12-13).

Ao considerar *Steven Universe*, uma série animada televisiva, a representação por meio desse gênero e formato também tem tratamento específico. Soares (2007) aponta que os meios de comunicação, na modernidade, são a concretização máxima das formas de representação. A representação midiática é entendida ainda como uma poderosa ferramenta que categoriza, privilegia alguns e demoniza outros. No âmbito da representação na animação, tem-se a ficção seriada como parte da programação de vários canais e, atualmente, se dá com muito mais fácil acesso pelos serviços de *streaming*. Logo, o tempo que uma criança passa assistindo televisão é, algumas vezes, maior ou igual ao tempo que passa na escola. Em sua maioria, os canais infantis investem em animações que também são uma importante ferramenta de educação e conscientização (BASTOS, 1988). Nesse contexto, percebe-se a importância da visibilidade de minorias nas séries animadas, para que estas possam deslocar conceitos naturalizados no imaginário que reforçam estereótipos e preconceitos de gênero, contribuindo para construir ressignificações.

UM SENTIMENTO QUE NÃO VAI ACABAR

A representação como fator-chave para a naturalização das diversidades que compõem a sociedade é acompanhada ainda de um ponto crucial: o que ela diz e a forma como diz sobre tal sexualidade ou identidade de gênero. Para tentar ir de encontro à imagens fortemente estabelecidas no cinema e na televisão envolvendo personagens homossexuais - a constante violência física e psíquica que sofrem, a rejeição, o isolamento social e outros aspectos negativos -, falar de amor ao contar suas histórias tem se mostrado uma estratégia narrativa positiva. Para Lins (2012), os movimentos sociais de minorias ajudam a abrir caminho para uma nova vivência amorosa. Percebe-se na contemporaneidade um discurso pautado em frases e hashtags como #loveislove, #alterlove, #lovewins, entre outras, que indicam o desejo de que o amor seja direito de todos.

Porém, muito do que se vê sobre a representação do amor ainda está pautado na noção clássica de amor apenas entre um homem e uma mulher. A repetição do discurso ancorado na binaridade de gênero para justificar o sentimento cria barreiras para a aceitação de famílias homoafetivas. Este cenário, entretanto, possui brechas que, aos poucos, têm permitido a naturalização de outros tipos de amor. Kuhl (2015) aponta a temática como uma forte tendência em produções audiovisuais e foca seu olhar nas animações como transgressoras.

Em histórias infantis é possível identificar uma mudança no tratamento estereotipado do perfil do amor [...] Na última década as produções da Walt Disney pautam em seus roteiros outras formas de amor, como [...] a exemplo de Valente (2012), em que o foco é o amor entre mãe e filha, Frozen (2013), que prioriza o amor entre duas irmãs e Malévola (2014) em que o amor entre a vilã e mocinha da história atua como redentor e salvador. (KHUL, 2015, p.6).

Ao adentrar essa gama de manifestações amorosas como possibilidades reais, a televisão e o cinema abrem espaço para que o entendimento a respeito do que é o amor possa mudar. Essa ideia de amor como algo também transitório permeia o pensamento de Neves (2007), quando a autora aponta que esta é uma construção social e discursiva e que, ao olhar o amor como figura central de muitas sociedades, ele precisa ser entendido dentro das suas significações históricas e culturais. Assim, “aquilo que é percebido como uma manifestação de intimidade ou de amor pode variar em função do espaço e do tempo onde tal fenômeno está situado” (NEVES, 2007, p. 612). A relação do tema com questões de gênero ainda é um aspecto nebuloso no imaginário social, alimentado pela ideia heteronormativa de uma sociedade regida por relações de poder

GÊNEROS IDEAIS, VIDAS REAIS

Os estudos de gênero percorrem diferentes âmbitos, que seriam impossíveis de serem contemplados com a delimitação desta pesquisa. Por isso, a conceituação aqui proposta apresenta a relação da heteronormatividade com o apagamento de identidades desviantes deste padrão, como as homossexuais. Warner (1991) aponta que vive-se em um contexto heteronormativo, ou seja,

que existe apenas no conceito binário de masculino e feminino, o que gera diversos preconceitos com os agentes que não se encaixam nos polos dessa dicotomia. Na modernidade tardia de Hall (2005), apropriar-se do gênero binário é também uma forma de tentar manter uma identidade estruturada e não fragmentada de indivíduos que se veem cada vez menos centrados e estáveis, tornando necessário reafirmar constantemente essa estrutura “segura” e fixa. Butler (2003, p.38) aponta que o gênero idealizado pela heterossexualidade chamada “compulsória” se constitui por uma relação íntima decoerência e casualidade que define como uma pessoa “é” fisicamente, como ela age e como ela se expressa sexualmente, sendo um modelo impassível de contestação.

Portanto, tem-se dois conceitos principais relacionados aos modelos heterossexuais que afetam a comunidade LGBTI+: a heterossexualidade compulsória, na qual se exige que todos sejam heterossexuais para serem “normais”; e a heteronormatividade (WARNER, 1991), que define um modelo sexual a ser seguido, independentemente da orientação sexual do sujeito. Essa relação de poder está centrada em uma visão masculina heterossexual ideal que precisa buscada e seguida por todos para que cada indivíduo garanta sua validação social. É importante ressaltar que gays e lésbicas vivenciam as consequências da heteronormatividade de forma diferente, em níveis opressivos diferentes. O apagamento da identidade da mulher lésbica, por exemplo, vem carregado de uma cultura machista e patriarcal que a coloca em posição submissa em diversos âmbitos de sua vida. Rich (2010, p.35) comenta que “as lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina”.

Logo, tem-se na mídia uma forma de perpetuar a heteronormatividade por meio de histórias e personagens heterossexuais que, com vantagem numérica, contribuem para o apagamento de outras sexualidades. É perceptível que gays e lésbicas têm comumente pouco espaço de visibilidade nesse ambiente, o que dificulta ainda mais a naturalização de sua existência e reitera sua necessidade de representação e representatividade.

RUBI, SAFIRA E GARNET: O RELACIONAMENTO IDEAL É FEMININO

Atualmente em sua quinta temporada, *Steven Universe* é uma série estadunidense produzida pelo canal Cartoon Network. Um aspecto peculiar de seus personagens é que eles possuem o dom de se fundirem quando estabelecem uma forte conexão com seus companheiros, formando um personagem totalmente novo. Um deles é Garnet, resultado da união entre Safira e Ruby, duas *gems* que se apaixonam e, juntas, formam a líder do grupo conhecido como *Crystal Gems*. Contrariando as normas impostas por Homeland, seu planeta de origem - que vê as fusões como uma abominação - Garnet se recusa a se separar e passa a existir de forma permanente, como o resultado do relacionamento entre Ruby e Safira.

Por meio da Análise de Narrativa proposta por Motta (2013), buscou-se observar momentos da série nos quais a relação dessas personagens faz alusão direta aos casais homoafetivos e sua luta por igualdade. Aspectos ancorados na realidade, segundo o autor, apontam que as narrativas existem sempre em um contexto - cultural, histórico, etc. -, e é a partir delas que se têm a criação de significações sociais, cristalização de crenças, valores e ideologias. Assim, buscou-se primeiro compreender em *Steven Universe* as três instâncias do discurso narrativo: *Plano da expressão*: o plano da linguagem pelo qual o enunciado narrativo é construído e produz efeitos de sentido como comoção, medo, etc.; *Plano da estória* - plano da significação, do conteúdo e da intriga; e *Plano da metanarrativa* - a estrutura que envolve o imaginário cultural (MOTTA, 2013). Focando principalmente no plano da metanarrativa e da expressão, a análise utilizou em seguida, 3, dos 7 movimentos analíticos apontados pelo autor: olhar o personagem e o que ele representa (*movimento 5*); entender as estratégias argumentativas por trás da temática da série (*movimento 6*); e permitir às metanarrativas aflorar, revelando sentidos e significações no discurso da série (*movimento 7*).

Foram selecionados 2 episódios para análise: *Jail break*, 49º episódio da primeira temporada e *Reunited*, 23º episódio da quinta temporada, analisados em seu idioma original, o inglês. O tratamento dos episódios priorizou cenas que enfatizam números musicais como forma de contextualizar o posicionamento da série sobre a temática homoafetiva. Percebeu-se a relevância da

música como forma de expressão em ambos episódios, delineando o olhar ao que as letras de *Stronger than You* e *Let's only think about love* enunciaram.

UM RELACIONAMENTO ESTÁVEL

Ao observar o episódio *Jail Break* tem-se na história que se desenrola a alusão metafórica à rejeição de relacionamentos homoafetivos, principalmente por meio do discurso da personagem Jasper, antagonista. Vinda do planeta de origem das *gems*, Jasper é contra a fusão de dois seres da mesma raça e vê na união de Ruby e Safira uma afronta à tradição de sua espécie. No episódio, Ruby e Safira estão separadas em celas diferentes e não conseguem se unir para formar a fusão Garnet. Quando conseguem fugir, elas se encontram em um abraço romântico traz então Garnet de volta. A heroína começa uma batalha contra Jasper enquanto canta a canção *Stronger than You* e partes da letra ecoam a responsabilidade dela ser uma personagem que representa um sentimento: o amor.

“The two of us ain't gonna follow your rules [...] Go ahead and try and hit me if you're able! Can't you see that my relationship is stable? I can see you hate the way we intermingle. But I think you're just mad cause you're single. And you're not gonna stop what we made together [...] I'm made of LOVE. This is who we are. This is who I am. And if you think you can stop me, then you need to think again. Cause I am a feeling and I will never end [...] Everything they care about is what I am. I am their fury, I am their patience. I am a conversation! I'm made of LOVE”

Tem-se desta forma, no âmbito representacional, uma personagem que literalmente luta pelo seu direito de estar viva em um mundo no qual sua existência é questionada por quem está em posições de poder, no caso, Jasper. A relação aqui por meio do olhar de Butler (2003) é evidente quando a autora constrói seu pensamento acerca do gênero ancorado na noção de poder. A batalha termina com Garnet conseguindo derrotar Jasper temporariamente e validando a posição da série em afirmar que o amor é mais forte que o ódio, discurso intrinsecamente ligado às manifestações LGBTI+. Ao indicar que o resultado da união homoafetiva é o amor, a série tenta contribuir com a noção de identidade por meio da representação dessa minoria, já que “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2014, p. 17). Ao acionar o pensamento de Hall (2005), sobre apelar ao gênero para buscar uma fixação identitária, é possível ainda acompanhar na confiança de Garnet uma total confirmação de sua identidade por meio da intimidade relacional. Sua confiança no sentimento que existe entre as *gems* que a formam apontam para um novo momento identitário representado na série, no qual a identidade de gênero é, portanto, um elemento ameaçador para Jasper como alguém que não compreende essa relação, mas uma base segura para Garnet, que vive plenamente sua sexualidade. Assim, o posicionamento da personagem aponta possíveis maneiras de lidar com conflitos que a criança ou adolescente pode vivenciar durante sua formação identitária e relacionados à sua identidade sexual.

No segundo episódio analisado, *Reunited*, o casamento de Ruby e Safira é o centro dramático do episódio e também a consolidação da ideia de amor como maior defesa aos desafios que a comunidade LGBTI+ enfrenta. Cantando *Let's only think about love*, Steven contextualiza a difícil jornada que as duas personagens percorrem para manter sua relação em um mundo que tenta apagar sua existência.

[...] Let's think about cake. Let's think about flowers. Let's think about dressing up and dancing around for hours. There's an awful lot of awful things we could be thinking of! But for just one day let's only think about love.[...] We could think about war. We could think about fighting. We could think about long lost friends we wish we were inviting. We can think about joy. We could think about pain [...] But for just one day let's only think about love”

Em meio a menções de violência, perdas e rejeição, o episódio apresenta a realização do casamento como uma vitória muito particular, que não está livre das ameaças cotidianas. O beijo de Safira e Ruby e seu casamento oferece imagetivamente uma representação da naturalização de casais homoafetivos permeando rituais culturais que antes a eles eram negados. Assim, “a representação, compreendida como um processo cultural [...] e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem

eu quero ser?” (WOODWARD, 2014, p. 17). Para além do âmbito ficcional, esta é uma forma de garotas lésbicas, por exemplo, simbolicamente se sentirem representadas e passarem a acreditar que sua sexualidade não precisa ser um tabu ou uma barreira para que elas vivam plenamente o amor romântico como um direito em comum.

Durante a cena do matrimônio, percebe-se ainda uma tentativa de ir contra o discurso heteronormativo apontado por Warner (1991) ao analisar aspectos visuais das personagens, considerando ainda suas roupas carregadas de significação. A celebração da diferença vem à tona como forma de contestar um regime de representação limitador. Comumente a condição feminina lésbica está associada a desvios de ideais de beleza e delicadeza e mais próxima de uma vivência bruta e masculina. Entretanto, a personagem Ruby, trabalhada na série como mais explosiva, durona e insensível, é quem opta por usar o clássico vestido de noiva, enquanto Safira, uma *gem* mais delicada e emotiva, casa de terno e gravata. Assim, desloca-se o conceito por trás de um de muitos estereótipos envolvendo lésbicas, por exemplo, já que, segundo Hall (2016) na representação o significado nunca pode ser fixado pois está sempre sujeito a reinterpretções de sentido, apesar de o estereótipo carregar imagens hegemônicas.

Por fim, o casamento de Safira e Ruby é, simbolicamente, uma forma de resistência e a canção que embala a cena remete à celebração do amor em um contexto tão radical que ainda existe para a comunidade LGBTI+. Ao mencionar na música as frases “podemos pensar sobre guerra, sobre brigas e sobre amigos perdidos que queríamos ter convidado”, Steven relata situações do cotidiano de membros de uma comunidade que, muitas vezes, não tiveram a mesma oportunidade de celebrar conquistas por terem tido sua história interrompida por ações violentas. A transgressão do episódio Reunited mostra que, apesar de Hall (2016) alertar que a representação do real não se confunda com a realidade, tem-se por meio dela uma forma de elucidar a presença de minorias sexuais de forma mais naturalizada e, assim, tentar estimular a aceitação das mesmas no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar sobre os episódios da série indicou como o discurso sobre o amor e o direito de viver esse amor plenamente é uma pauta ainda relevante para os membros da comunidade LGBTI+, a qual a própria criadora da série, Rebecca Sugar, pertence. Por meio de uma abordagem metafórica e ricamente simbólica, os desafios para conquistar a aceitação do amor homoafetivo na sociedade mostram-se ligados à questões de pertencimento, aceitação e resistência. Entende-se então que, por meio da série, é possível levar até o espectador uma história que confronta sua noção de família, relacionamento e amor, nos casos mais conservadores. Entretanto, que pode também ir ao encontro de uma busca do público por ver-se representado de forma justa e não estereotipada, em um contexto no qual valores como amor, respeito e aceitação estão presentes no ambiente familiar, mesmo que este não seja composto pelo modelo tradicional de família. *Steven Universe* é uma animação que oferece diversas possibilidades de abordagem. Entre elas, a temática transsexual; outras noções de família que envolvem mães e pais solteiros e seus papéis de gênero revisitados; além das outras formas como o amor é representado na série que não foram abordadas no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Sophie. The Complete History of Queer Characters in Cartoon Shows. Nov, 2015. Disponível em: <https://www.highsnobiety.com/2015/11/09/queer-cartoons-history/> . Acesso em: 20 de ago 2019.

BASTOS, Laura. A criança diante da TV: um desafio para os pais. Petrópolis: Vozes, 1988.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

HALL, Stuart. Cultura e representação. 1 ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KHUL, Crystian Eduard. Eros uma vez. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.

LINS, Regina. O Livro do Amor Vol. 1 e Vol. 2. Rio de Janeiro. Editora Best Seller, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise crítica da narrativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NEVES, Ana Sofia Antunes. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? Estudos Feministas, Florianópolis, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 5, p. 17-44, jan./jun. 2010.

SOARES, Murilo César. Representações e comunicação: uma relação em crise. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

WARNER, Michael. Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, T.T. da. (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais, 2014.

JOÃO GOSTA DE ROSA: ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA QUEER NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Alex Menezes Matsuyama⁴

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir a relação entre gênero e sexualidade na educação infantil, em comunhão com pesquisas pós-estruturalistas e da psicologia histórico-cultural a partir de um relato retirado do diário de campo do autor para uma disciplina de estágio curricular. A pesquisa em campo aconteceu em um Centro de Educação Infantil localizado no município de Campinas. Foram trazidas para dialogar com a pesquisa autores da Sociologia da Infância brasileira (Tebet, Faria, Buss-Simão) e também internacional (Corsaro), da psicologia histórico-cultural (Vygotsky) e da filosofia da diferença (Deleuze), com diferentes perspectivas para compreensão das crianças e das relações que elas estabelecem com o social. As crianças aprendem muitas coisas a todo momento em diversas interações. Algumas aprendizagens, no contexto da educação infantil, são comuns a todas crianças⁵, como por exemplo as cores. Essas aprendizagens são carregadas de símbolos e significados que não se encerram em si mesmo, ou seja, são permeadas pela relação que se estabelece entre o social e o indivíduo. No caso das cores, são, dentre outras coisas, atribuídos gêneros – rosa de menina e azul de menino. O estudo de caso presente neste trabalho analisa elementos importantes sobre experimentações de gênero que colocam mais questões acerca dos limites e desafios para se fazer pesquisa com crianças, sobretudo em temas como gênero e sexualidade. Ademais, o trabalho traz mais questões para a formação de educadores no contexto da educação infantil nos seguintes temas: diferença, identidade, *queer* e gênero e desse modo, busca refletir sobre concepção de criança e infância.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Infância. Pedagogia. Queer.

INTRODUÇÃO

A gênese da aprendizagem de crianças, excede, muitas vezes, o próprio ambiente familiar e até mesmo, a relação adulto-criança que se estabelece nos espaços de educação infantil. Nesse sentido, surge a Sociologia da Infância, que, reconhece a infância não mais como uma passagem para a vida da adulta, mas como um grupo imbuído de características comuns, e nesse sentido, entende a infância como construção social (BARDEM, 2014, p. 188) e desse modo envereda novas formas de compreender a socialização das crianças, substituindo de vez um *modus operandi* de pesquisar crianças estritamente por seus aspectos genéricos, biológicos e psicológicos.

No entanto, a fim de compreender a cultura de quem não tem sua linguagem desenvolvida, sobretudo na primeira infância, algumas contribuições da teoria sócio-interacionista servem de teoria de transição para uma Sociologia da Infância plena. Transição, pois, foca sua atenção no desenvolvimento individual, mas também identifica fatores sociais que provocam tal desenvolvimento (TEBET, 2013, pp.25-27). Nesse sentido, é um desafio à Sociologia da Infância ser reconhecida como tal, uma vez que as crianças e os bebês se constituem na medida em que são reconhecidas por um outro, sendo que no contexto ocidental, esse outro sempre foi um adulto, ou seja, “[...] nos tornamos nós mesmos através dos outros [...] nisso radica a essência do processo de desenvolvimento cultural [...] A personalidade vem a ser para si o que é em si para os demais. Este é o processo de formação da personalidade”. (VYGOTSKY, 1995, p. 149). No entanto, a manifestação da personalidade da criança é um *devoir*, uma vez que a criança não é um sujeito dado, mas um constructo social que perpassa por processos de subjetivação-dessubjetivação, “afinal o homem se constrói em muitas relações e se desconstrói em diversas outras ao enveredar por linhas de fuga.” (CASSIANO & FURLAN, 2013, p. 375). A riqueza de pesquisar crianças está justamente na construção dessas linhas de fuga, pois, são elas (as crianças e as linhas de fuga) que mobilizam e tencionam as estruturas, que negam a obrigatoriedade e a norma, que agem imprevisivelmente (idem, p. 374).

MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho é de ordem exploratória e qualitativa, consistindo em refletir e analisar um trecho retirado de um diário de campo da disciplina de estágio curricular em educação infantil do curso de pedagogia. A fim de analisar as relações geracionais e de gênero que se estabeleceram na educação infantil, a pesquisa se alicerça em Vygotsky (apud CRUZ, 2013, p. 23): “as ações da criança são inseridas em um sistema de significações sociais, por parceiros

4 Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas. Integrante do grupo de pesquisa BebêEducação/UNI-CAMP. E-mail: alex.matsuyama.m@gmail.com

5 Todas crianças videntes não-daltônicas. Nesse contexto, todas as crianças.

mais experientes”, nesse sentido, apoiadas nas proposições de Vygotsky, as análises estão “procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles” (CHIZOTTI, 2003, p. 2).

JOÃO GOSTA DE ROSA

A fim de realizar um estágio obrigatório⁶ para validação de créditos no curso de pedagogia, no primeiro semestre de 2019 fui à CEI Agostinho Pattaro, localizada em Barão Geraldo, um bairro próximo à Universidade Estadual de Campinas. Lá, fui apresentado a uma professora de um grupo de agenciamento 3, nome dado ao grupo que compreende crianças de 3 anos completos a 6 anos incompletos. A turma era diversa: crianças brancas, negras, amarelas, indígenas, compostas por meninos e meninas. Na realização do estágio, diversas experiências me atravessaram, mas a que mais me chamou atenção foi a de João.

Certo dia, logo após as crianças terem terminado a refeição, as crianças foram em direção às suas respectivas mochilas e me foram mostrando as suas escovas...

ERICK: Olha só, Alex, minha escova é azul!!

MARIA: A minha é rosa!

CARLOS (e outros meninos): Credo, rosa! Rosa é de menina. HAHAHHA

EU: Rosa não é só de menina, eu sou um menino e também gosto de rosa.

JOÃO: Eu tenho uma escova rosa e é de menina!

EU: Que escova bonita! Mas escova rosa não é só de menina, João...

JOÃO: É de menina sim e é minha!

Nesse momento eu fiquei imobilizado.⁷

O trecho descrito destaca as interações das crianças em uma relação híbrida - de cores e gênero. É de suma importância que se elucide a configuração desse grupo - mista - de meninos e meninas. Desse modo, segundo Buss Simão (2013, p. 948):

Essa configuração do grupo também traz elementos importantes para se compreender o modo como meninos e meninas, nas interações que estabelecem, constroem ativamente seu gênero, bem como experimentam diferentes formas de ser menino ou menina num contexto institucional.

Posteriormente, houve uma conversa com a professora da turma e com a professora responsável pela disciplina de estágio (Gabriela) sobre a situação em questão.

A professora Gabriela, da disciplina de estágio, havia dito que era preciso tomar cuidado ao analisar essa situação, uma vez que as crianças realizam reproduções interpretativas, isto é, “as crianças criam e participam de suas culturas de pares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender seus interesses próprios enquanto crianças” (COR-SARO, 2009, p. 31). Assim como está garantida a criança, o direito de expressar e lidar com seus sentimento e impulsos (CAMPOS & ROSEMBERG, p. 25)

Já a professora Beatriz me disse que João é uma criança que sempre preferiu brincar com meninas, com coisas femininas e seus pais estão de acordo com essa conduta. Ouvido ainda de Beatriz, seus pais especularam a possibilidade de João ser transgênero, mas prefere ser chamado apenas de João, sem uso de pronomes femininos (talvez também, sem uso de pronomes masculinos) e foram orientados pela professora e por uma psicóloga a esperar da criança uma resposta mais definitiva e por enquanto, apenas permiti-la experimentar seu corpo, seus afetos, sua sexualidade e seu gênero.

ANÁLISE DO CASO

João era uma incógnita, ou seja, fugia da norma. Nesse sentido, segundo Deleuze:

Partir, se evadir, é traçar uma linha. [...] A linha de fuga é uma desterritorialização. Os franceses não sabem bem o que é isso. É claro que eles fogem como todo mundo, mas eles pensam que fugir é sair do mundo, místico ou arte, ou então alguma coisa covarde, porque se escapa dos engajamentos e das responsabilidades. Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário.

⁶ EP912 – Estágio Supervisionado III, ofertada pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. É dever do aluno cumprir 60 horas de estágio em uma instituição de educação infantil.

⁷ Todos nomes dados às crianças são fictícios, a fim de garantir a preservação de suas identidades. Trecho retirado do Diário de Campo, 8 de abril de 2019.

É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano. [...] Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia. Só se descobre mundos através de uma longa fuga quebrada. (DELEUZE, 1998, p. 49)

João fez fugir: os padrões binários de gênero, as reações óbvias de repúdio ao feminino apresentadas pelos demais meninos, mas também a ruptura com o que é “ser de menina”, e nesse sentido, a formação de uma linha de fuga. Desse modo, acentua o caráter social da formação de gênero e de infância.

A Sociologia da Infância e a psicologia histórico-cultural, por sua vez, contribuem para pensar as relações intergeracionais que se estabelecem na relação entre pesquisador-professoras-criança, pois compreende que, diferentemente da pesquisa com outros grupos sociais, em que os mesmos podem vir a interpretar e reivindicar outras narrativas sobre as questões que se colocam, as crianças, por não estarem apropriadas graficamente da linguagem, não possuem tal recurso e portanto, o trabalho do pesquisador não pode ser simplesmente de “falar por elas”, ou seja, não pode assumir uma postura adultocêntrica (FARIA, 2006, p. 286). Nesse sentido, faz sentido falar de relações de gênero na educação infantil? Assim, fica aberta a identidade de gênero de João e cabe ainda o questionamento: ela se faz necessária nesse momento pelo educador?⁸

Se não falarmos de identidade, podemos falar do quê então? Diferença! Trata-se de compreender a diferença não como moduladora de desigualdades, mas de potencialidades. A potência de João é grande, é queer: quebra modelos binários de gênero e produz um modo de ser único, singular. Em uma pedagogia das diferenças a tarefa do educador é, pois, a de reconhecer e produzir diferentes modos de ser e negar de todo modo a ideia de que professor precisa ser modelo, referência para os alunos. (TEBET & SOUZA, 2017, p. 119)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio curricular na educação infantil traz elementos importantes para formação do pedagogo, sobretudo, para uma prática pedagógica ciente das diferenças e do acaso. E registrar tal experiência é importante, pois “a prática do registro faz que atuemos sobre nossa própria história, percebendo suas contradições e incoerências, refazendo seu processo” (OSTETTO, 2011, p. 136). Sendo assim, no atendimento a crianças no ambiente educacional, faz-se imperativo um processo permanente de reflexão de práticas e de valores. Cabe, portanto, ao educador, registrar e mapear as inter-ações das crianças, tendo em vista as linhas de fuga que elas estabelecem e o desafio que é não reprimir suas singularidades, mas produzi-las conjuntamente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A. A pesquisa com criança em infâncias e a sociologia da infância. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de e FINCO, Daniela (orgs). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2011, p. 17-36.
- BARDEM, S. C. Olhar sobre a criança e a infância e suas implicações político-pedagógicas. *Cadernos de Educação*, v. 13, n. 26, jan-jun 2014.
- BECCHI, E. Molte infanzia, poche storie. *Richerche Pedagogiche*, nºs 68-9, Parma, 1983, pp.1-15.
- BUSS-SIMÃO, M. Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n.55, out-dez de 2013.
- CAMPOS, M. M.; R, F. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 6. ed. Brasília, DF:MEC/SEB, 2009.
- CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafio. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 16, n. 2, p. 221 – 236, 2003.
- CORSARO, W.A. Reprodução interpretativa e Cultura de pares. In Muller, F. & Carvalho, A.M.A (orgs.). *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez. 2009.
- COSTA, F. O.; A, A. S. A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percep-

8 Portanto, cabe questionar também, se há necessidade, nesse caso, de registrar os resultados alcançados pela pesquisa.

ção dos pais. Paideia. Ribeirão Preto, SP. pp. 67-75, Junho de 1999.

DELEUZE, G.; P, C. Diálogos. Tradução de E. A. Ribeiro. São Paulo: Editora Escuta, 1998, p. 49.

FARIA, A. L. G. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. Cadernos Pagu, vol.26, pp.279-287, janeiro-junho de 2006.

FARIA, A. L. G. & F, D.. Apresentação. In: Sociologia da Infância no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2011, p. 1-15.

LEITE, Rachel Winz e ZANINI, Juliana dos Santos. "Refletindo a história vivida: A sensibilização do movimento, do olhar e da escuta". Relatório de estágio do curso de Pedagogia - Educação Infantil. Florianópolis: UFSC. 2007.

LUZ, Iza Rodrigues da. Relações entre crianças e adultos na educação infantil. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

NASCIMENTO, M. L. B. P. Crianças pequenas e a produção das culturas infantis. In: GOBBI, Márcia Aparecida e NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso (orgs). Educação e diversidade cultural: desafios para os estudos da infância e da formação docente. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2012, p. 68-88.

OSTETTO, L. O estágio curricular no processo de formação de professores. In: Educação Infantil: Saberes e fazeres da formação de professores, São Paulo, 2011.

PEETERS, J. Os profissionais da infância: actores de mudanças. Como construir uma nova profissão a partir do terreno. Infância na Europa, Lisboa: APEI, nº. 15, p. 22-26, julho/dezembro, 2008.

SILVA, P. R. Não sou tio, nem pai, sou professor!: a docência masculina na educação infantil. 2014. 222 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/319170>; Acesso em: 25 ago. 2018.

SOUZA, R. M & TEBET, G. C. Diversidade, diferença e mal-estar: ensaio para novos modos de pensar o ato educativo. Políticas Educativas, Santa Maria, v. 11, n. 1, p. 107-122, 2017.

TEBET, G. G. C. Isto não é uma criança! Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas linguagens: abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2013.

VANDENBROECK, M. & PEETERS, J. Gender and professionalism: a critical analysis of overt and covert curricula, Early Child Development and Care, vol. 178, nº. 7, p. 703-715, 2008.

VANDENBROECK, M. Educação infantil e diferença. Campinas-SP: Papirus, p. 9-12. 2013.

O PROJETO DE LEI ESTATUTO DA FAMÍLIA: DISPOSITIVO DE PODER CRISTÃO?

Marildo de Oliveira Lopes⁹

RESUMO

O poder, para Foucault (1978/2017) está em toda parte, por meio de vários dispositivos, afetando a todas as pessoas, não apenas na esfera política. No entanto, este trabalho estuda um tipo de poder político, objetivando discutir o Projeto de Lei Estatuto da Família (PL 6582/2013), que restringe o conceito de família à união de um homem e uma mulher (e filhos). Antes da análise de dados, apresento alguns postulados teóricos acerca da sexualidade, a partir de Foucault, sobre a moral sexual cristã e a interdição ao sexo com o cristianismo. Além disso, exponho reflexões a partir das pesquisas sobre sexualidade de Colling (2013), que revelam a insuficiência dos binarismos de gênero para compreender a sexualidade humana e a diversidade de gênero. Como orientação teórico-metodológica, empreendo uma pesquisa qualitativa, de análise interpretativista. Para tanto, analiso excertos de entrevistas, concedidas ao Programa CQC, da Rede Bandeirantes de Televisão, de três deputados federais, exibidas em 2015. Os dados revelam que o referido PL possui uma base religiosa de matriz judaico-cristã, que condena a união de pessoas do mesmo sexo. Na defesa do PL em questão, os deputados fazem alusão à Bíblia Sagrada. Minhas conclusões são que o PL Estatuto da Família concebe as uniões homoafetivas como anormais e não-naturais, considerando como válida e legítima apenas as uniões heteronormativas. Um dos deputados considera a homossexualidade uma anomalia. Os demais condenam as uniões homossexuais citando sua base cristã. O PL é um dispositivo de poder embasado no binarismo bíblico macho-fêmea, que desrespeita a diversidade humana, os estudos de gênero e sexualidade, o princípio constitucional da igualdade e os direitos humanos.

Palavras-chave: Estatuto da Família. Dispositivo de Poder. Religião. Binarismo de gênero.

INTRODUÇÃO

As relações de poder e as práticas de poder receberam atenção especial nos postulados de Michel Foucault (1978/2017; 1982/2014), que não estava preocupado em explicar o conceito de poder, em si, mas de como o poder opera, como ele estabelece relações e práticas, por meio de seus dispositivos. Para o autor, o poder está em todo lugar, não sendo uma substância que está nas mãos de uma pessoa e não está nas mãos de outra. Toda relação, na visão foucaultiana, é uma relação de poder.

A partir da história do ocidente cristão, mecanismos de poder foram criados para controlar a sexualidade, que era mais livre na Antiguidade. Qualquer modo de ver o mundo é movido por um sistema de verdade, por uma cosmovisão, legitimada por poderes e saberes diversos. Na atualidade, a moral cristã ainda influencia o modo de vida das pessoas, incluindo-se aqui o modo de fazer sexo, de constituir as relações de amor e de construir laços maritais.

Este ensaio se propõe discutir sobre o Projeto de Lei Estatuto da Família (PL 6583/2013), que objetiva estabelecer no Brasil o conceito de família como a união entre um homem e uma mulher e os filhos gerados dessa união. Embora o texto do PL possua um conteúdo bastante relevante no que diz respeito a proteger a família, a criação de órgãos que deve cuidar da instituição familiar – o que de fato são questões importantes, a grande polêmica é a definição da família heteronormativa como a família legítima e legal. Isso exclui qualquer outro conceito de família e pretende estabelecer, de forma excludente, como as pessoas amam, casam e fazem sexo.

Desde Freud até a atualidade, a sexualidade tem sido intensamente discutida em âmbito científico. Os estudos sobre gênero e sexualidade avançaram muito. No entanto, temos no Congresso Nacional parlamentares que ignoram as descobertas da ciência e continuam reproduzindo discursos preconceituosos, sobretudo em relação aos LGBTQI+, que são alvo principal do PL, a meu ver, e que são discriminados e excluídos de sua cidadania plena.

Este trabalho foi produzido à luz de algumas considerações foucaultianas, na tentativa de trazer à tona algumas de minhas preocupações em relação aos preconceitos sofridos pelos que, por seu modo de vida, subverteram a moral sexual imposta pelo cristianismo e decidiram constituir casamentos/ uniões amorosas/relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

A MORAL SEXUAL CRISTÃ

Foucault (1978/2017, p. 61) nos diz que na Antiguidade grega e romana, a sexualidade não

⁹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura (PPGLinc) na Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: marildolopes@hotmail.com.

era tão controlada, ela era livre, expressa na forma da arte erótica. Contudo, segundo o autor, “o cristianismo interveio, o cristianismo que teria, pela primeira vez na história do ocidente, colocado uma grande interdição à sexualidade, que teria dito não ao prazer e por aí mesmo ao sexo”. Foucault (1978/2017) aponta que a burguesia assume uma posição hegemônica, a partir do século XVI, adotando uma posição ainda mais rigorosa do controle da sexualidade, até o século XIX, quando os estudos de Freud começam a discutir a sexualidade com teor científico, o que representa uma ruptura significativa com o tabu em relação ao sexo.

No que diz respeito ao poder exercido pelos legisladores da bancada evangélica, atualmente, há uma recente onda de conservadorismo muito forte no Brasil, influenciada por questões religiosas de matriz judaico-cristã. Argumentando com princípios bíblicos, a bancada evangélica se recusa a aceitar as descobertas da ciência sobre gênero e sexualidade.

A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

É preciso compreendermos que existe uma diversidade sexual. O mundo não é binário. A orientação sexual e a sexualidade não são questões simples, mas muito complexas. Corroboro a afirmação de Colling (2013), que, ao referir à diversidade sexual, diz:

Para enxergar e aceitar as diferenças precisamos estar abertos para ver que as pessoas diferentes não podem ser divididas entre binarismos e dicotomias. Não temos um conjunto pequeno de diferenças. Por isso, no campo das sexualidades e dos gêneros, em específico, existem variadas formas de sermos heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexos, homens e mulheres. Como podemos dizer então que somos todos iguais, reunidos em torno de número pequeno de identidades? Os pensamentos binários, muito utilizados, tentam a todo custo trabalhar apenas com duas categorias, como se elas fossem, inclusive, absolutamente puras (COLLING, 2013, p. 410).

Segundo o autor, as orientações sexuais e os gêneros são diversos. Não há apenas macho e fêmea, heterossexual ou homossexual. Categorizar as pessoas em caixas binárias é limitar a compreensão desses fenômenos.

RELIGIÃO, ESTATUTO DA FAMÍLIA E PODER

O PL Estatuto da Família possui um conteúdo relevante no que diz respeito aos direitos da família e da criação de aparatos governamentais para a garantia desses direitos e da proteção da instituição familiar. No entanto, há um ponto bastante polêmico no PL, que propõe instituir no Brasil que a família deve ser um núcleo constituído a partir do casamento ou da união estável entre um homem, uma mulher e os filhos do casal. Ficam excluídos do status de família qualquer outra configuração alternativa familiar: as famílias formadas entre pessoas do mesmo sexo, ou por mães e pais solteiros, como também as uniões dentro do poliamor, etc. Esse PL é de autoria de um deputado da bancada evangélica, o Deputado Federal Anderson Ferreira (PR-PE). Tramitando no Congresso desde 2013, o PL teve o parecer no novo relator Diego Garcia aprovado pela Comissão Especial em 2015 e seguirá para a apreciação da Câmara dos Deputados.

A base legal utilizada na argumentação dos apoiadores do referido PL são o artigo 226 da Constituição Federal e o Código Civil de 2002, que se referem à união estável heterossexual, sem mencionar as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Como a lei não proíbe as uniões entre pessoas do mesmo sexo, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, estendeu o direito a esses casais. E o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou o casamento entre homossexuais, obrigando os cartórios a realizar esses casamentos. Isso não se deu à toa. Até porque o artigo 5º da Constituição diz que “todos são iguais perante a lei”, e ninguém pode ser discriminado por orientação sexual. Em entrevistas ao CQC, em 05 de outubro de 2015, coletadas do portal Youtube, alguns deputados se posicionaram em relação ao Estatuto da Família. Apresento, neste trabalho, um recorte de opiniões de três deputados. Vejamos:

Entrevistador: “Deputado, qual sua opinião sobre o Estatuto da Família?”

Pastor Franklin (PTdoB/MG): “No meu preceito, eu acho que ele é bem conservador, eh... mas traz a dignidade da família. [...] Se você chegar agora em uma mangueira e lá você encontrar uma banana, você no mínimo não vai achar estranho porque não é natural?”.

Entrevistador: “É que a gente não está discutindo, deputado, como a pessoa nasce. E sim o que forma uma família. Porque, por exemplo, uma criança que é adotada por duas mães, dois pais, ou um pai e uma mãe, ela não nasceu naquela família ali. E ela constitui aquela família também. O senhor concorda?”

Deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP): “Não, Não constitui uma família.”

Entrevistador: “Não faz parte da família uma criança adotada?”

Deputado Nelson Marquezelli: “Não. Não. Ela pode... se tiver um homem e uma mulher é uma família. Se não tiver, são duas amigas que criam uma criança.”

Entrevistador: “O que o senhor acha sobre o Projeto de Lei Estatuto da família?”

Deputado Victorio Galli (PSC/MG): “Minha opinião é que a família deve ser na versão natural, homem e mulher”.

Entrevistador: “Homem e mulher, essa é a única maneira da família se constituir, é isso?”

Deputado Victorio Galli: “Se constituir, produzir, né? A não ser que tão inventando anomalia, homem com homem e mulher com mulher.”

Em todos esses excertos, os deputados se posicionam contrários às relações entre pessoas do mesmo sexo. Até mesmo no excerto (2), quando o Deputado Nelson Marquezelli diz que duas mulheres (um casal ou não) que criam uma criança são amigas, negando a legitimidade de um amor romântico entre elas. Todos são muito explícitos ao tratar a heteronormatividade como a única possibilidade natural, enquanto condenam a união entre pessoas do mesmo sexo. Todos esses excertos de entrevistas fazem alusão ao discurso bíblico, que diz que Deus criou macho e fêmea, além de evocar o discurso bíblico de condenação aos homossexuais. É notória aqui uma cosmovisão de matriz judaico-cristã sobre o casamento.

Vários deputados que apoiam o Estatuto da Família afirmam ser a lei a razão de defenderem o casamento heterossexual como o único válido, porém isso é uma forma de negarem que estão utilizando seus preceitos religiosos para imporem as pessoas um modo de amar.

A bancada evangélica, de onde saiu o PL em questão, cresce a cada dia e, cada vez mais, desrespeita as discussões da ciência sobre gênero e sexualidade e querem impor a visão de uma corrente religiosa a todos. Ser legislado por evangélicos não seria, então, um perigo para a defesa de uma democracia e do Estado laico? Acredito que sim.

Embora eu discuta aqui um poder exercido por legisladores, no âmbito governamental, o poder, para Foucault (1978/2017) é um biopoder, que se encontra em todo lugar. Assim, não há relações de poder apenas entre governo e o povo, mas em qualquer encontro entre seres humanos. O contexto legislativo é apenas uma das circunstâncias da vida que possuem relações e dispositivos de poder.

O Estatuto da família é um dispositivo de poder, que pretende deslegitimar várias formas de constituir família. Uma forma de poder exercida por legisladores, para constituir sujeitos interpelados por uma lógica binária de mundo em relação à sexualidade e, conseqüentemente, uma sociedade, que expurga pessoas que querem amar de maneira diferente da que advoga a moral sexual cristã.

É impossível ficar imune às influências do poder, apesar de podermos resistir a ele. A tese foucaultiana é de as relações de poder afetam a todos, em primeiro lugar. Em segundo lugar, as formas de poder classificam as pessoas em categorias, impõe-lhes uma “lei de verdade”, para que eles assim se vejam e sejam vistos, num processo de subjetivação, de constituição de seres humanos e sujeitos de tal ou tal modo. O sentido da palavra sujeito, aqui refere-se a “um sujeito submisso ao outro, pelo controle e pela dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si” (Foucault, 1982/2014, p. 123). Embora sejamos todos interpelados pelo poder, desvelar seus mecanismos é o início de uma forma de resistência ao poder.

Conhecer as estratégias do poder pode ser uma forma de tomar consciência de como o poder opera, para, com isso, elaborarmos uma forma de resistência. No que diz respeito ao PL Estatuto da família, que fere o Estado laico, discrimina pessoas e desrespeita os direitos humanos, são necessárias formas de luta e resistência. Um sistema de verdade que cria homofóbicos e, conseqüentemente dor humana, não pode ser tolerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou discutir sobre o PL Estatuto da Família, um projeto com conteúdo relevante no que diz respeito à proteção da família, mas limitando o conceito de família à união de um homem e uma mulher e filhos.

Mencionei, brevemente, a moral sexual cristã, segundo Foucault (1978/2012), para mostrar como a sexualidade passou a ser controlada pelo cristianismo. Apresento, sucintamente, algumas considerações sobre a diversidade sexual, postuladas por Colling (2013), que apontam a insuficiência dos binarismos de gênero e sexualidade para explicar a complexidade da questão. Não há apenas o macho e a fêmea, o gay e o hétero, mas diversas identidades que se reconfiguram de vários modos.

Analisei alguns excertos de entrevistas dadas por três deputados. Os dados revelam que o PL tem uma base religiosa de matriz judaico-cristã, que condena uniões entre pessoas do mesmo sexo. O PL em discussão é um dispositivo de poder que busca deslegitimar qualquer relação entre essas pessoas, gerando preconceito e discriminação, quando limita o conceito de família. Um verdadeiro desrespeito à diversidade humana, ao Estado laico, ao princípio constitucional da igualdade e aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, p. 405-428, 2013.

FOUCAULT, Michel. (1978) Sexualidade e Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Ditos e Escritos volume V. Ética, Sexualidade e Política/ Michel Foucault. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. (1982) O sujeito e o Poder. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Ditos e Escritos volume IX. Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade/ Michel Foucault. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

QUESTÕES DE GÊNERO NA ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS

Pedro Henrique Feliciano¹⁰

RESUMO

A diferença anatômica dos sexos é adotada como justificativa natural de discriminações socialmente construídas. Faz-se necessário dar um lugar adequado a essa diferença, sem perpetuar estigmas que sustentem a dominação masculina. Este trabalho investiga de que maneira o gênero pode repercutir nas adoções por homoafetivos. A investigação se baseia em pesquisa bibliográfica e documental para articular o debate proposto. A permanência do modelo heterocêntrico, sustentado no casamento monogâmico com a figura de uma família heterossexual com filhos, resulta na opressão daqueles que fogem a esse padrão. Para os sujeitos homossexuais, considerados desviantes, caberiam as punições de exclusão e discriminação. A lógica binária de oposição entre masculino e feminino impõe a divisão arbitrária das atividades entre os sexos, reduzindo a importância da mulher às suas funções maternas e reprodutivas. Por outro lado, o corpo masculino, por sua força física, serve ao provimento material da família, escapando aos deveres de cuidado. Observa-se uma certa tolerância quanto à maternidade exercida por mulheres lésbicas, diante do senso comum de que, mesmo homossexuais, detêm uma “vocação” para o cuidado. Por outro lado, os homens homossexuais são vistos como estranhos em relação à parentalidade. As dificuldades e resistências ao reconhecimento e inserção social das famílias homoparentais são devidas não somente pela questão da sexualidade, mas também pela desigualdade de gênero e desvalorização da mulher e do feminino.

Palavras-chave: Gênero. Adoção. Homoafetividade.

INTRODUÇÃO

A palavra “gênero” passou a ser utilizada com a finalidade de destacar o caráter social das distinções baseadas no sexo, procurando se afastar do determinismo biológico, incluindo uma noção relacional. Joan Scott propõe que o gênero seja desenvolvido e utilizado como uma categoria de análise. Assim, é preciso dar um lugar adequado à diferença entre os sexos, em suas diversas dimensões, sem fazer uso delas para perpetuar estigmas que estabelecem uma relação de poder.

Neste trabalho, inclui-se a investigação sobre o gênero, a fim de compreender de que maneira tais questões podem repercutir nas adoções por homoafetivos.

No primeiro tópico, explora-se os usos do termo “gênero” e sua utilidade como categoria analítica. Em seguida, descrevem-se aspectos históricos e legais da família, informando o reconhecimento das famílias homoafetivas e a possibilidade de adoção conjunta ou individual por pessoas homossexuais. Por fim, no terceiro tópico, busca-se estabelecer uma conexão, indicando de que forma a naturalização de funções para cada um dos sexos se comunica com as dificuldades do reconhecimento do exercício da parentalidade por pessoas homossexuais.

A investigação se baseia em pesquisa bibliográfica e documental para articular o debate proposto.

O GÊNERO COMO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE

A palavra gênero apenas recentemente começou a ser utilizada como uma “maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 72). Há uma referência explícita à gramática normativa, considerando as regras linguísticas de atribuição do masculino e do feminino. Nesse sentido, algo se perde e escapa à apreensão no uso da palavra gênero com essa atribuição, pois em diversos idiomas indo-europeus, há um terceiro gênero, o neutro. Trata-se de um ponto que toca a percepção social e a linguagem, posto que muitas vezes “o gênero masculino se mostra como algo não marcado, de certa forma neutro, ao contrário do feminino, que é explicitamente caracterizado” (BOURDIEU, 2014, p. 18).

Uma expressão dessa limitação na própria língua portuguesa, e de interesse a este trabalho, envolve os substantivos que se referem às pessoas que exercem papéis parentais. No plural, o termo “mães” se refere a um grupo de mulheres que exercem a maternidade (ou parentalidade). Por outro lado, a palavra “pais” por si só não carrega a mesma clareza, uma vez que pode significar um conjunto de homens ou de homens e mulheres no exercício da parentalidade. O mesmo não acontece em outros idiomas. Em inglês, tem-se *mother/mothers* para mãe/mães; *father/fathers* para pai/pais [pessoas do sexo masculino]; e *parent/parents* como termo neutro para se referir à mãe, ao

¹⁰ Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: felicianophf@gmail.com

pai, ou a mais de um de qualquer gênero ou ambos. Variação semelhante é encontrada no alemão: *Mutter, Vater e Eltern*.

Nesses termos, Joan Scott propõe que o gênero seja desenvolvido e utilizado como uma categoria de análise, extrapolando o seu uso como simples referência descritiva e invocando noções relacionais, causais e dialéticas, assim como se abordam a classe social e a raça (SCOTT, 1995, p. 73). Deve-se considerar o gênero como um modo de abordar sistemas de relações sociais ou sexuais, a partir dos quais questões sociais surgem, como disputas e conflitos. A definição de gênero proposta integra duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Pierre Bourdieu aponta que a diferença biológica dos sexos, marcada pela diferença dos corpos e suas anatomias é adotada como justificativa natural de diferenças socialmente construídas. A virilidade em seu aspecto ético é vinculada à virilidade física, expressa sobretudo pela potência sexual fecundante (BOURDIEU, 2014, p. 20). A função do pai, enquanto homem, na reprodução parece, portanto, reduzida a essa potência e virilidade. Não há lugar para as funções de cuidado, de instrução, de educação, pois estas não se vinculam à referida virilidade moral. Nesse sentido, a diferença dos corpos estabelece a “divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher” (BOURDIEU, 2014, p. 28).

É inócuo negar a diferença entre os sexos. Elas existem, em diversas dimensões. No entanto, é preciso dar um lugar adequado a essa diferença, sem fazer uso delas para perpetuar estigmas do senso comum que estabelecem uma posição hierárquica e uma relação de poder com a dominação masculina. Nesse sentido, cabe questionar a fixação do que seria a figura adequada de uma mulher e de um homem. Essa fixação fica a serviço de uma relação de poder imposta como natural.

NOVAS FAMÍLIAS E A ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS

A família é o berço das relações dos sujeitos. Em razão da trama de complexos e eventos que propiciam o desenvolvimento psíquico e formação moral do indivíduo, é que se diz que a família é o local estruturante do sujeito (PEREIRA, 2012). Por isso, a família é reconhecida como a *celula mater* da sociedade; um microcosmo em que o sujeito aprende a estabelecer seus laços sociais.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ampliou o conceito jurídico de família, ao tratar do casamento, da união estável e da família monoparental. Quanto à adoção, apenas determina que deverá ser assistida pelo Poder Público e estabelece a isonomia entre os filhos. A limitação das previsões constitucionais é reflexo de um modelo naturalizado de família, baseado nas funções biológicas de reprodução, sem levar em conta aspectos da liberdade individual e afetividade.

A previsão restrita das formas de família no ordenamento jurídico brasileiro limita a percepção da riqueza de possibilidades de arranjos familiares. Há uma permanência do modelo heterocêntrico, recorrente nos discursos, e uma escassez de referências de famílias homossexuais. A sociedade ocidental é sustentada no eixo do casamento monogâmico com a figura de uma família heterossexual com filhos, resultando na opressão daqueles que fogem a esse padrão (SANTOS, 2005, p. 58).

Os juristas apontam para o entendimento de que a indicação do texto constitucional não é taxativa, mas meramente exemplificativa dos contornos que o grupo familiar pode tomar. Maria Berenice Dias destacou a variedade dos arranjos familiares, inovando ao consagrar a expressão “Direito das Famílias”, empregada a fim de refletir no termo utilizado esse caráter plural (DIAS, 2013, p. 10).

A marginalização de outras formas de famílias, ao serem excluídas da menção expressa nas normas jurídicas, não impede a sua existência social. Trata-se de um banimento, que tem como principal efeito (e objetivo) a invisibilização. As transformações contemporâneas em curso na sociedade convidam a pensar na diversidade de comportamentos, opiniões, modos de vida etc., em choque com a intolerância promovida pelos valores morais tradicionais.

A sociedade insiste em perpetuar uma visão reducionista da sexualidade, em que há uma relação obrigatória entre essa, a genitalização e a reprodução, como um reflexo de valores arra-

gados, especialmente os religiosos, científicos, jurídicos e psicológicos (SANTOS, 2005, p. 38). No entanto, com o avanço das tecnologias e das realidades sociais, o casamento, o sexo, a reprodução, a parentalidade, antes necessariamente vinculadas uma a outra, agora aparecem com independência.

Com isso, novas formas de família surgem na sociedade e, a despeito de não estarem expressamente indicadas no texto constitucional, merecem a mesma proteção do Estado. Nesse sentido, é necessário levar em conta a noção de família eudemonista, que diz respeito à busca da felicidade e da realização dos seus membros. Integra a ideia de que a busca pela realização pessoal acaba por deslocar a proteção jurídica da família, passando da instituição ao sujeito (DIAS, 2013, p. 58).

A união estável homoafetiva foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132. Posteriormente, possibilitou-se o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a partir da edição da Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

A possibilidade jurídica de estabelecimento da união estável e realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, garantiu aos casais homoafetivos a possibilidade de optarem pela adoção conjunta, no caso de desejarem formar uma família com filhos. Isso porque o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

A família deve ser vista como um grupo marcado pelo afeto, sem se olvidar, diante da sua importância já explorada, da função social que desempenha. É por isso que a família não deve ser limitada pela lei, mas sim protegida por esta. As mudanças em desenvolvimento no campo dos papéis sexuais, decorrentes especialmente das lutas de mulheres pela emancipação e justa igualdade, promovem aberturas favoráveis quanto ao exercício da parentalidade. No entanto, por mais que se observem mudanças na definição de família, com a ampliação do conceito para abrigar novas formas, e nas exigências sobre o desempenho parental, a distinção de gênero determinando atributos qualificados para a função de “cuidador/educador” permanece. “O pai deve mudar mais do que a mãe porque os valores modernos para ser ‘bom pai/boa mãe’ são sobretudo (socialmente) femininos” (UZIEL, 2007, p. 28).

Faz-se necessário, portanto, analisar as atribuições de funções a cada um dos sexos, e como essa distinção de atributos sexualmente definida pode se manifestar em situações de adoção por pessoas ou casais homoafetivos.

QUESTÕES DE GÊNERO E SEUS IMPASSES NA ADOÇÃO POR HOMOAFETIVOS

A adoção é uma alternativa nos casos de impossibilidade biológica de reprodução. Com relação aos casais homoafetivos, o resgate das discussões da Constituinte de 1988 revela um viés moralista, com interpretação da homossexualidade como um desvio patológico e anormal, e uma preocupação explícita em não se possibilitar que os homossexuais pudessem reivindicar os mesmos direitos da família e legalização das uniões (SANTOS, 2005, p. 96).

A ideia de que a orientação sexual seria definida por uma escolha livre e consciente do sujeito, e a vinculação fantasiosa da homossexualidade com a infidelidade, a promiscuidade e a perversão, geraram uma resistência contra a aceitação social da parentalidade exercida por pessoas em relacionamentos homoafetivos. Mas para além das problemáticas relativas à aceitação da sexualidade em si dos adotantes, é possível observar que questões relacionadas ao gênero também influenciam nos casos de adoção por pessoas homoafetivas.

A lógica binária implica a ideia de oposição entre um polo masculino e um polo feminino, em papéis de dominador e dominado, como única forma possível de relação entre esses elementos (SANTOS, 2005, p. 56). A lógica de dominação transforma a história em natureza, fazendo do arbitrário cultural uma realidade supostamente natural. Pierre Bourdieu aponta que, nessa lógica, aos homens estaria reservado o lado do exterior, do público, dos atos perigosos, ao passo que às

mulheres estaria reservado o lado do baixo, dos trabalhos domésticos, privados e escondidos, como o cuidado das crianças e dos animais (BOURDIEU, 2014, p. 41).

Nesse ponto, há uma conexão com as proposições de Joan Scott:

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (SCOTT, 1995, p. 75)

Extraí-se, portanto, o gênero enquanto uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75). Referida imposição implica em uma marca sobre os corpos, sobre suas destinações – inclusive sociais –, suas finalidades socialmente esperadas a partir de uma condição natural. Ocorre, com isso, a naturalização de funções que foram impostas por processos sociais históricos.

Destaca-se a capacidade do corpo feminino de dar à luz e a potencial força muscular do corpo masculino. A partir dessas condições naturais, pois verdadeiramente biológicas, foram impostas expectativas outras sobre esses corpos. Num sentido que se aproxima dessa observação, Pierre Bourdieu aponta:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuais), como o fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade [...] (BOURDIEU, 2014, p. 9-10).

O corpo feminino, com seu dom de gerar a vida e dar à luz um novo ser, teve a si atribuído a expectativa de um dom incontestável para a maternidade. Como o processo de geração envolve por mais tempo e compromete exclusivamente o corpo da mulher, houve uma naturalização do dever de cuidado e sua conexão à maternidade. A importância da mulher é reduzida às suas funções maternas e reprodutivas. O corpo masculino, por sua vez, em decorrência de sua força física, serve ao provimento material da família, escapando aos deveres de cuidado.

A partir da variável única da diferença física entre os sexos, é pressuposto “um significado permanente ou inerente para o corpo humano – fora de uma construção social ou cultural” (SCOTT, 1995, p. 78). Com a redução do lugar da mulher e da sua posição desfavorável nas relações de poder, é possível vislumbrar que a desvalorização do homossexual na sociedade advém de uma desvalorização direcionada à mulher e ao feminino (BOURDIEU, 2014, p. 31-32).

É nesse campo de disputa do que seriam as funções da mulher e do homem, enquanto pais e mães, que se busca compreender como as questões de gênero podem interferir na formação de famílias a partir da adoção por homoafetivos.

O estudo de Claudiene Santos aponta uma certa tolerância quanto à maternidade exercida por mulheres lésbicas, diante do senso comum de que, mesmo homossexuais, as mulheres detêm uma “vocação” para o cuidado. Por outro lado, os homens homossexuais são vistos através de uma lente de duplo preconceito: o fato de se relacionarem com homens os afastam do modelo masculino heterossexual, privando-os de um senso de virilidade, e, “por uma idéia de submissão masculina, que os coloca em pé de igualdade (e, portanto, numa posição inferior, desqualificada) com as mulheres” (SANTOS, 2005, p. 76). A distribuição dos papéis parentais de forma sexista contribui para que um homem homossexual seja visto como estranho, fora do lugar (UZIEL, 2007, p. 29). Por outro lado, reforça o lugar da mulher no privado, no doméstico, no cuidado, assujeitada ao poder masculino.

As dificuldades e resistências ao reconhecimento e inserção social das famílias homoparentais são devidas não somente pela questão do exercício da sexualidade, mas também pelas vias espinhosas da desigualdade de gênero e desvalorização da mulher e do feminino:

Se a mulher passa a ser vista como complementar ao homem, o lugar ocupado por ela, inverso ao do homem, passa a ser do homossexual, tido como homem invertido, que nega as características previstas por sua natureza. Esta é a visão de negação da natureza, ou de transgressora da ordem, seja ela biológica, moral, religiosa, social,

que perpassa os discursos contra a parentalidade homossexual. A ideia de negação da paternidade em função da escolha de parcerias do mesmo sexo aparece como justificativa para o estranhamento da parentalidade gay (UZIEL, 2007, p. 63).

A partir da abordagem do gênero proposta por Joan Scott, surge a necessidade de questionar a oposição binária dos lugares atribuídos ao feminino e ao masculino, as formas pelas quais opera nas relações sociais e a imposição dos papéis que promove, buscando-se inverter o caráter de naturalidade com que são enxergadas as funções parentais distribuídas para cada um dos sexos. A família, o casamento, o sexo e a reprodução não estão mais necessariamente vinculados, faz-se necessário dissolver o estigma que envolve a mulher e a maternidade. Por essa via, seria possível garantir os direitos das famílias homossexuais, ao reivindicarem uma sexualidade não-procriativa (UZIEL, 2007, p. 66), o que, no entanto, não pode servir como argumento para a proibição de formarem de uma família parental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica de dominação transforma a história em natureza, fazendo do arbitrário cultural uma realidade supostamente natural, estabelecendo a divisão das atividades entre os universos masculino e feminino. Ocorre, com isso, a naturalização de funções, que, na verdade, foram impostas por processos sociais históricos. O corpo feminino, com sua capacidade especial de gerar a vida e dar à luz um novo ser, teve a si atribuído um dom incontestável para a maternidade. Reduz-se a importância da mulher às suas funções maternas e reprodutivas. Já o corpo masculino serve ao provimento material da família, escapando aos deveres de cuidado.

A desvalorização do homossexual na sociedade advém de uma desvalorização inicialmente direcionada à mulher e ao feminino. Observa-se certa tolerância quanto à maternidade exercida por mulheres lésbicas, diante do senso comum de que as mulheres detêm uma “vocação” para o cuidado, o que abrandaria a repressão social nesse caso. Por outro lado, os homens homossexuais que pretendem exercer ou que exercem a paternidade são vistos através de uma lente de duplo preconceito: o fato de se relacionarem com homens os afastam do modelo masculino heterossexual, privando-os de um senso de virilidade, e posicionando-os numa posição inferior, desqualificada, com as mulheres.

As dificuldades e resistências ao reconhecimento e inserção social das famílias homoparentais são devidas não somente pela questão do exercício da sexualidade, mas também pelas vias espinhosas da desigualdade de gênero e desvalorização da mulher e do feminino. Em qualquer caso, a questão do gênero aparece como um estigma para as situações de adoção por pessoa ou casal homoafetivo.

A investigação teórica desenvolvida para a elaboração deste trabalho indica a necessidade de dedicar atenção a como o sexo dos pretendentes adotantes e dos pais adotivos influencia no caminhar dos processos judiciais de habilitação e adoção e no reconhecimento social dessas famílias.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito de família: uma abordagem psicanalítica. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- SANTOS, Claudiene. A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. V. 20, n. 2, p. 71-100, julho/dez, 1995.
- UZIEL, Anna Paula. Homossexualidade e adoção. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RECEPTIVIDADE JUDICIAL PARA O DIREITO DE FAMÍLIAS LGBTIQ+ NO STF (1988-2011)

Iago Masciel Vanderlei¹¹

RESUMO

O trabalho situa-se dentro de uma agenda de pesquisa que busca identificar as fissuras, os pontos de abalo provocados pelos questionamentos das vivências afetivo-familiares LGBTIQ+ ao invólucro jurídico de família e parentesco centrado em um enquadramento cisheteronormativo, para compreender como o desacordo e a aparente incoerência delas constroem um processo de mudança contínuo e podem ser lidos como potência para a construção de uma teoria constitucional que não submeta modos de vida subalternizados a um maquinário de fragmentação e universalização à semelhança do eu hegemônico para a sua inclusão e o reconhecimento de suas vivências e sujeitos. Nessa perspectiva, busca-se identificar a receptividade judicial para o reconhecimento de famílias LGBTIQ+ na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro antes do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, que reconheceram a constitucionalidade da união homoafetiva, para, pelo método reconstrutivo da história constitucional, entender como as limitações dos litígios já realizados podem abrir caminhos para pensar uma reconstrução constitucional não excludente de vivências familiares de sujeitos LGBTIQ+ que não se conformam a exigências de um modelo pensado a partir e para pessoas cisgêneras e heterossexuais.

Palavras-chave: Oportunidades legais; Receptividade judicial; Direito das famílias LGBTIQ+.

A disputa por conferir o sentido/significado das normas jurídicas assume local distinto nas disputas de entendimentos no espaço público em razão do domínio simbólico em que o Direito também está inserido. Sua construção mesmo tempo autores e destinatários¹², é invólucro de sua face simbólica, muitas vezes esquecida ou negligenciada, criadora de normalizações dentro de um discursiva como instrumento legítimo para solução de conflitos e regulação da vida social de uma comunidade política de cidadãos livres e igual, que são ao binômio de legitimidade das condutas que regula e das coerções por ação ou omissão que justifica. Historicizar a receptividade judicial para o reconhecimento de famílias LGBTIQ+, ao localizar essa abertura dentro de um processo de construção e reconstrução do Direito e da própria teoria constitucional na história constitucional, permite compreendê-las como fenômeno histórico, não-natural, não existente em um estado de pureza transcendental e inerentemente inacabado, levando-nos à impossibilidade de renunciar às interpretações já elaboradas na história no processo de significação das normas jurídicas do presente.

O litígio judicial assumiu um local privilegiado nas estratégias utilizadas por parte do movimento LGBTIQ+ brasileiro para garantir direitos, incluído o de constituir família, apesar da utilização do direito como estratégia não ter adquirido unanimidade, mesmo com as vitórias de casos estratégicos. Persistem questionamentos quanto à capacidade do direito de atender as demandas de pessoas LGBTIQ+ sem as enquadrarem em um modelo cisheteronormativo. Grupos do movimento LGBTIQ+ que adotam a estratégia do litígio judicial transformam suas linguagens, suas estruturas organizacionais, bem como o modo como percebem as oportunidades políticas e legais. Essa interação reciprocamente interativa é percebida na literatura sobre mobilização legal. Andersen (2005), em seu estudo empírico sobre os litigantes de direitos LGBs nos Estados Unidos, percebe que as estruturas sociolegais mudam as estratégias dos movimentos, mas também são moldadas por essas estratégias.

Em seu atual estágio, o reconhecimento jurisdicional das relações afetivas de pessoas LGBTIQ+ como famílias, embora se apresente como a garantia de um direito fundamental e um elemento de democratização, tanto no espaço público como no privado, limitou-se a um arquétipo pré-definido excludente de sujeitos LGBTIQ+ que não se conformam a exigências como a monogamia e a monossexualidade. Relações afetivo-sexuais de pessoas LGBTIQ+ que não se enquadram na expansão promovida no julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 da moldura do modelo de família que é reconhecido como base da sociedade brasileira e, como tal, tem proteção do Estado (Constituição Federal, art.

¹¹ Mestrando em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília – UnB. Pesquisador vinculado aos grupos de pesquisa Constitucionalismo Brasileiro (DCJ/UFPI), Estudos Qonstitucionais (FD/UnB) e Maré - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro (FD/UnB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: iagomasciel@gmail.com.

¹² Para construções da teoria constitucional neste sentido, ver Habermas (1997, 2001), Rosenfeld (2003, 2004) e Dworkin (2014a, 2014b).

226, caput), ainda estão excluídas do reconhecimento estatal. O enquadramento familiar cisheteronormativo produz seus efeitos tanto na exclusão vivências afeito-sexuais como famílias, como na construção cotidiana dos relacionamentos das pessoas LGBTIQ+. Lira, Morais e Boris (2016), por exemplo, em sua pesquisa sobre as concepções e os modos de viver em família de 4 (quatro) mulheres lésbicas de Fortaleza, Ceará, Brasil, entre 33 (trinta e três) e 46 (quarenta e seis) anos de idade, com filhos, verificaram que as entrevistadas, em suas estratégias para ter filhos, sofrem influência do enquadramento cisheterossexual, ora o reproduzindo, ora o desnaturalizando.

O trabalho situa-se dentro de uma agenda de pesquisa que busca identificar as fissuras, os pontos de abalo provocados pelos questionamentos das vivências afetivo-familiares LGBTIQ+ ao invólucro jurídico de família e parentesco centrado em um enquadramento cisheteronormativo, para compreender como o seu desacordo e aparente incoerência constroem um processo de mudança contínuo e podem ser lidos como potência para a construção de uma teoria constitucional que não submeta modos de vida subalternizados a um maquinário de fragmentação e universalização à semelhança do eu hegemônico para a sua inclusão e o reconhecimento de suas vivências e sujeitos. Pensando desde o direito, a categoria de receptividade judicial se coloca como uma lente de análise com capacidade de contribuir para a produção de estratégias jurídicas de inclusão/reconhecimento que compreendam o risco de exclusão de vivências afetivo-familiares LGBTIQ+ que lhes é inerente, bem como pensar possíveis novos caminhos a serem trilhados no reconhecimento da pluralidade de vivências afetivo-familiares LGBTIQ+. O estudo reconstrutivo da história constitucional coloca-se como um método para entender a receptividade judicial para litígios de grupos do movimento LGBTIQ+, pois experiências anteriores da história do direito podem indicar potencialidades e limites de compreensões então vigentes sobre o direito.

A partir de uma amostra inicial da pesquisa pretende-se, no decorrer deste trabalho, identificar o estado da receptividade judicial para o reconhecimento de famílias LGBTIQ+ na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF brasileiro antes do julgamento conjunto da ADI 4277 e da ADPF 132, ocasião em que foi reconhecida a constitucionalidade da união homoafetiva. O método utilizado para a operacionalização da pesquisa foi o estudo de casos múltiplos (YIN, 2001), por meio de análise de conteúdo documental das decisões do STF sobre direito de famílias das pessoas LGBTIQ+ entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o julgamento conjunto da ADI 4277 e da ADPF 132. Os dados foram coletados por meio de levantamento de decisões judiciais do STF no sítio virtual do Órgão. Realizou-se pesquisa jurisprudencial com palavras-chave que permitiram identificar ações fonte da pesquisa com base nos seguintes critérios: (1) direitos de pessoas LGBTIQ+ serem objeto do processo; (2) processos de direito de família ou de natureza conexa (ex.: direito previdenciário); e (3) o órgão julgador ter se posicionado quanto ao mérito do processo.

Foram identificados 3 (três) processos em que o órgão julgador se posicionou quanto ao mérito de processos de direito de família, ou de natureza conexa, das pessoas LGBTIQ+. Os processos foram organizados em planilha, identificando-se classe, número, palavras-chave identificadas e eventual motivo pelo qual o processo não constitui objeto da análise. A organização dos dados ocorreu por meio de protocolos semiestruturados e, complementarmente, um mapa analítico (SPINK, 2010) para visualização e análise das informações coletadas. Os protocolos semiestruturados permitiram a síntese dos processos e o rápido acesso às principais informações (órgão julgador, relator(a), data do julgamento, polo ativo, polo passivo, resumo, fundamentos do pedido, discursividades acionadas e palavras-chave). O mapa analítico elaborado contém todos os processos, permitindo análises sintéticas de cada decisão e análises comparativas entre as decisões.

Antes da efetiva declaração da inconstitucionalidade, no julgamento conjunto da ADI 4277 e da ADPF 132, de qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil de 2002 que impedisse o reconhecimento de uniões contínuas, públicas e duradouras entre pessoas do mesmo gênero como família, segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva, identificou-se, por meio de pesquisa de jurisprudência de 23 (vinte e três) palavras-chave que permitissem verificar processos do STF que envolvessem pessoas LGBTIQ+¹³, 3 (três) decisões

13 Pederastia ou Pederasta, Homossexual ou Homossexuais, Intersexual, Travesti, Queer, Homoafetivo ou Homoafetiva, Transgênero ou Transgênera, Lesbianidade ou Lesbianismo ou lésbica, Identidade adj de adj gênero, Homofobia ou Transfobia ou LGBTfobia, Assexuado, Binarismo, Opção adj sexual, Homossexualidade ou Homossexualismo ou Homoafetividade, Orientação adj sexual, Gay ou Veados, LGBT ou LGBTQ, Sodomia ou Sodomita, Transexualidade ou Transexualismo, Diversidade adj sexual, Bissexual ou Bissexualidade, Sexualidade, Homoerótica ou Homoerotismo, Preferência adj sexual.

que tratavam de questões referentes à orientação sexual ou à identidade de gênero. São processos de família ou de natureza conexa que contêm posicionamento quanto ao mérito do caso: Pet 1984, julgamento em 10 de fevereiro de 2003; RE 406837, julgamento em 23 de fevereiro de 2005; e ADI 3300, julgamento em 03 de fevereiro de 2006. As três ações foram indeferidas ou extintas por aspectos formais, mas contêm posicionamentos dos ministros sobre o direito de família LGBTIQ+.

A Petição 1984, julgada em 2003 pelo ministro Marco Aurélio, em decisão da presidência, foi a primeira oportunidade em que o Supremo enfrentou a questão. O ministro afirmou que, à luz do artigo 5º da Constituição Federal, era impossível realizar distinção ante a “opção sexual” (sic) e que esse seria um preconceito constitucionalmente vedado, por contrariar o princípio da promoção do bem de todos, sem preconceitos. Em 2005 o STF voltou a se posicionar sobre a questão, dessa vez no âmbito do Recurso Extraordinário 406837, ocasião em que o ministro Eros Grau, em decisão monocrática, reconheceu que a união homossexual representa um avanço na esfera do direito social, mas se distanciou do ministro Marco Aurélio na Pet 1984, sem fazer referência à decisão, ao entender que a proteção do Estado somente se destinava às uniões estáveis entre pessoas do sexo oposto, desde que entre esses não se verificasse nenhum impedimento legal à conversão da união em casamento. Um ano depois, em sede de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3300, por meio de decisão monocrática, o ministro relator da ação Celso de Mello, afirmou ser a atribuição de um “estatuto de cidadania” às uniões estáveis homoafetivas uma superação de “incompreensíveis resistências sociais e institucionais fundadas em fórmulas preconceituosas inadmissíveis”.

A história jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal demonstra que embora desde 2003 já houvesse a compreensão entre o quadro de ministros de que a distinção entre pessoas em razão da orientação sexual era uma forma de discriminação (e, portanto, constitucionalmente vedada), argumento que fundamenta uma possível atuação do Judiciário para a resolução dessa questão, pelo menos até 2005, ano de julgamento do RE 406837, o reconhecimento do direito de constituir família das pessoas homoafetivas ainda não era uma questão pacífica entre os ministros do STF. A posição do ministro Eros Grau aponta para a presença de uma narrativa de que a questão não se tratava de um direito judicializável. A manifestação processual, nesse período, com elementos mais férteis para análise é a do ministro Celso de Mello em 2006, na ADI 3300. A receptividade judicial à demanda reflete-se tanto pelo aspecto material de afirmação da pertinência do reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, quanto pelo aspecto processual, em que não só defendeu que caberia ao Judiciário garantir a visibilidade e os mesmos direitos que as outras relações possuem às uniões homoafetivas, pelo menos até que o Legislativo as regulamente, como indicou o instrumento processual adequado para que a litigância fosse feita, sugerindo que a apreciação da matéria poderia se dar em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF.

Em 2011, quando o STF pacificou, por unanimidade, o reconhecimento da constitucionalidade da união estável homoafetiva, a maioria dos ministros seguiu o voto do relator, ministro Ayres Britto, de interpretação extensiva das espécies de família constitucionalmente estabelecidas, para incluir a união homoafetiva, enquanto os ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso reconheceram a união homoafetiva como uma nova forma de entidade familiar, distinta da união estável prevista constitucionalmente, que se limitaria à união heteroafetiva. O Tribunal Pleno não apenas reconheceu que a Constituição não veda a formação da família por pessoas do mesmo gênero, mas também que a Carta não empresta nenhum significado ortodoxo ou técnico-jurídico ao substantivo família, mas sim o entende como categoria sociocultural e princípio espiritual, assumindo que a família possui significado de núcleo doméstico, instituição privada voluntariamente constituída por pessoas adultas que não requer, para sua constituição, qualquer formalidade ou orientação sexual específica.

Na ADI 4277 e na ADPF 132, o STF reconheceu a constitucionalidade da união homoafetiva em uma estrutura relacional com base na igualdade abstrata entre as vivências afetivo-sexuais de pessoas LGBTIQ+ e pessoas cisgêneras e heterossexuais: à união entre pessoas do mesmo gênero atribuiu-se os mesmos direitos e deveres da união estável entre pessoas de gênero distinto. Essa decisão insere-se na história constitucional como uma vitória do movimento LGBTIQ+ brasileiro que abriu as portas para outras vitórias judiciais (a mais recente, a criminalização da homofobia e da

transfobia pelo STF, em 2019) e que firmou a Corte como garantidora de direitos fundamentais individuais. E, após o caso, a disputa pelo Estado nas questões sobre família e parentalidade parece ter apenas mudado seu local: do Judiciário para o Legislativo. A luta pela reprodução em lei dos direitos conquistados via decisão judicial.

A mudança de arena oculta a limitação desse reconhecimento, que teve como base o enquadramento cisheteronormativo com molduras restritivas das constituições familiares LGBTIQ+, reconhecendo apenas as que se assemelham às de pessoas cisgêneras e heterossexuais. Restrições que colocam o desafio de pensar outras molduras, capazes de reconhecer a pluralidade de constituições familiares de pessoas LGBTIQ+. Reconhecida a união estável homoafetiva, a ADI 4277 e a ADPF 132 não ampliam a receptividade judicial para o reconhecimento de outras conformações familiares de pessoas LGBTIQ+, ou pelo menos não nos moldes do limitado argumento de igualdade abstrata adotado pelos ministros do STF no julgamento. Ao mesmo tempo, entendimentos do Supremo Tribunal Federal a partir das ações, como de que a Constituição proíbe a discriminação das pessoas em razão da sua orientação sexual, a liberdade sexual é um direito, a liberdade para dispor da própria sexualidade é um direito fundamental do indivíduo por ser uma expressão da autonomia da vontade, uma cláusula pétrea, podem ser utilizados como instrumento de construção de uma narrativa que defenda o reconhecimento da pluralidade de famílias LGBTIQ+ como um direito fundamental de dispor da própria sexualidade.

Embora essa narrativa construída por meio da mobilização legal seja observada com ressalvas por grupos que contestam lutas por dignidades que têm como principal via a litigância estratégica, por considerarem que essa tática mais assimila as normas cisgêneras e heterossexuais para pessoas LGBTIQ+ do que reconhece a sua diferença (HILSON, 2002), distintas táticas, sejam litigância estratégica, protestos ou *lobby*, atuam em campos diferentes que nem sempre são concorrentes na luta pelo direito das famílias LGBTIQ+ – e todas possuem limitações. Na litigância, reconhecer essa limitação pode ser uma potencialidade. Não se pode tudo na disputa institucional do direito, ou nem tudo que seja envolto de juridicidade e tutela estatal é desejável, mas se pode alguma coisa, e os efeitos de conquistas judiciais são sentidos no dia a dia. Entender as limitações dos litígios já realizados abre caminhos para pensar uma reconstrução constitucional não excludente de vivências familiares de sujeitos LGBTIQ+ que não se conformam a exigências de um modelo pensado a partir e para pessoas cisgêneras e heterossexuais.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Ellen Ann. *Out of the closets and into the courts: legal opportunity structure and gay rights litigation*. Michigan: The University of Michigan Press, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas por Emendas Constitucionais, Decretos Legislativos e pelas Emendas Constitucionais de Revisão. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 05 nov. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direita de Inconstitucionalidade 4277 – Distrito Federal. Relator: Ministro Ayres Britto. Pesquisa de Jurisprudência. Acórdãos, 05 mai. 2011a. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=11872>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 – Rio de Janeiro. Relator: Ministro Ayres Britto. Pesquisa de Jurisprudência. Acórdãos, 05 mai. 2011b. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2598238>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direita de Inconstitucionalidade 3300 – Distrito Federal. Relator: Ministro Celso de Mello. Pesquisa de Jurisprudência. Decisões Monocráticas, 03 fev. 2006. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2243952>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Petição 1984 – Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Marco Aurélio. Pesquisa de Jurisprudência, Decisões da Presidência, 10 fev. 2003. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1821057>>. Acesso em 15 out. 2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 406837 – São Paulo. Relator: Ministro Eros Grau. Pesquisa de Jurisprudência. Decisões Monocráticas, 23 fev. 2005. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2173139>>. Acesso em: 15 out. 2018.

DWORKIN, Ronald. A Raposa e o Porco-Espinho: justiça e valor. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014a.

_____. O Império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2014b. (Justiça e direito).

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. El Estado Democrático de Derecho. ¿Una unión paradójica de principios contradictorios?. Anuario de Derechos Humanos. Nueva Época, Norteamérica, 2, out. 2001. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/ANDH/article-/view/ANDH0101110435A>>.

HILSON, Chris. New social movements: the role of legal opportunity. Journal of European Public Policy, n. 9, v. 2, p. 238-255, 2002. Acesso em: 10 set. 2019.

LIRA, Aline Nogueira de; MORAIS, Normanda Araujo de; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Concepções e Modos de Viver em Família: A perspectiva de Mulheres Lésbicas que Têm Filhos. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 32, n. 4, e324213, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000400213&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2019.

ROSENFELD, Michael. A identidade do sujeito constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

_____. A identidade do sujeito constitucional e o Estado Democrático de Direito. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 11-63, jan./jun. 2004.

SPINK, Mary Jane. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.



11

**SAÚDE INTEGRAL E
CUIDADO CONTÍNUO
EM HIV-AIDS,
ISTS E HEPATITES
VIRAIS AVANÇOS
E DESAFIOS**

A CONDUTA SEXUAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA EM TEMPOS DE 'AMORES LÍQUIDOS', ISTS E HIV/AIDS

Wellington do Nascimento Moreira Junior
André William Marinho Fama

OBJETIVO: O presente trabalho tem como finalidade analisar a conduta sexual do segmento jovem na sociedade brasileira contemporânea, em tempos de 'amores líquidos', ISTs e HIV/AIDS, a partir dos dados estatísticos do Ministério da Saúde.

METODOLOGIA: Por meio da análise dos documentos do Ministério da Saúde (2018), do estudo do livro "Amor Líquido" de Zygmunt Bauman e dados eletrônicos, como Scielo e TEDE, buscou-se também desenvolver os estudos sobre as categorias de individualismo, consumismo e desejo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES: De acordo com as pesquisas, a precocidade das relações sexuais, anterior aos 15 de idade, ocorre em ambos os sexos. Nesse segmento a utilização de preservativos é uma constante devido às políticas públicas que investem na disseminação de informações referentes à primeira relação, o que confirma um maior conhecimento sexual desses jovens sobre o corpo e sobre os cuidados de prevenção. Entretanto, ainda é preciso direcionar maiores esforços, pois a *liquidez* nos relacionamentos evidencia-se por meio da multiplicidade de parcerias, ampliando a insegurança, a instabilidade e a coisificação do corpo. A modernidade, com seus efeitos de individualização, consumismo e imediatismo, seguido do descarte rotativo dos bens de consumo, contribuiu para que as relações viessem a se tornar cada vez mais efêmeras. Na tentativa de transformar essa realidade e fomentar a busca de um autoconhecimento consciente e responsável é fundamental a consolidação de atitudes mais solidárias e, modificando a representação das pessoas como objetos de uso e consumo, trabalhar para a construção de vidas mais saudáveis e compartilhadas.

No romper das sociedades modernas e de consumo dos séculos XIX e XX, representações e comportamentos sobre o amor foram se moldando as novas formas de relações sociais existentes. Como resultado desse processo nos dias atuais, observa-se que temos um considerável número de pessoas que demonstra facilidade para apaixonar-se e desapaixonar-se. Estas, se questionadas, não garantem que seu atual amor será o último, existindo assim a premissa de que novos amores surjam no futuro. A definição romântica do amor como "até que a morte nos separe" está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás seu tempo de vida útil em função da radical alteração das estruturas de parentesco às quais costumava servir e de onde extraía seu vigor e sua valorização." (BAUMAN, 2004, p. 10).

Segundo Bauman (2004) o desaparecimento da condição "até que a morte nos separe" e a própria mudança nas relações afetivas, em era contemporânea, remetem a uma mudança gradual da noção de amor e sua representação para diversos indivíduos. O significado desta palavra atualmente é designado também para se referir as relações efêmeras. Com esta nova noção de sentir e perceber o amor houve uma abertura maior dos indivíduos de ousarem experimentar muitos amores, na crença de que a vivência de cada um deles, os tornariam mais experientes e hábeis para lidar com suas relações.

A súbita abundância e a evidente disponibilidade das 'experiências amorosas' podem alimentar (e de fato alimentam) a convicção de que amar (apaixonar-se, instigar o amor) é uma habilidade que se pode adquirir e que o domínio dessa habilidade aumenta com a prática e a assiduidade do exercício. (BAUMAN, 2004, p. 10)

No entanto, pode-se observar tal conduta como sendo apenas algo aparente, uma vez que estas relações trazem noções de amores pouco duradouros, frágeis e impetuosos. Portanto o conhecimento adquirido com esses laços é o de vivenciar continuamente relações efêmeras.

Diante da atribuição cada vez menos contínua do antigo significado que o amor possuía e sua substituição por um teor cada vez mais subjetivo, e por isso efêmero, para o indivíduo em suas relações sociais, busca-se neste breve trabalho analisar o comportamento sexual do segmento jovem na sociedade brasileira contemporânea, em tempos de 'amores líquidos', ISTs e HIV/AIDS, a partir dos dados estatísticos do Ministério da Saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho qualitativo e tem como referência de análise o documento do Ministério da Saúde: Recomendações para a Atenção Integral a Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (2018) que apresenta um quadro estatístico da relação entre juventude, ISTs e HIV/AIDS em tempos de 'amores líquidos' no segmento jovem da sociedade brasileira contemporânea. O estudo do livro "Amor Líquido" de Zygmunt Bauman (2004), como dos autores ASSIS (2010), Saraiva (2002), Giffín (1999), dentre outros, que discutem a temática do HIV/AIDS nas sociedades atuais, assim como as discussões subtraídas de dados eletrônicos TEDE-PUC/GO da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2010), contribuíram para entendermos as categorias de contemporaneidade, consumismo, individualidade, relações efêmeras, desejo e HIV na realização da pesquisa em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Bauman (2004), parentesco, afinidade e elos causais são traços da individualidade e/ou do convívio humanos. O amor e a morte não têm história própria. São eventos que ocorrem no tempo humano - eventos distintos, não conectados (muito menos de modo causal) como eventos "similares", a não ser na visão de instituições ou de estudos que buscam identificar retrospectivamente essas conexões e compreender o incompreensível. Klíma (1993) reafirma essa ideia, dizendo que existem poucas coisas que se parecem com a morte, uma delas é o amor quando realizado.

O modo como o indivíduo lida com o sentimento sempre esteve atribuído a fatores sociais, econômicos e políticos presentes no seu cotidiano. A sociedade de consumo transformou o amor em um sentimento vendável e volátil, não sendo mais necessário o investimento de tempo para a conquista, o que Bauman (2004) define como 'Amores Líquidos'. Com o advento do capitalismo, alterou-se a conceituação de relações sexuais para 'atos' sexuais, visto que não se promovia o ato de conhecer o outro e amá-lo, dedicando-se o tempo necessário. O que passou a predominar foi à utilização do corpo do outro como objeto de consumo para divertimento, para a busca da autossatisfação, visto que é uma consequência da coisificação proveniente do consumo.

A velocidade da lógica produtiva do mercado capitalista globalizado, movida pela cada vez mais sofisticada divisão e tecnificação das relações de trabalho, pelo imperativo do individualismo, pela imposição do consumo de produtos muitas vezes desnecessários, dentre outras, caracteriza os modos do homem contemporâneo se relacionar com o outro e consigo mesmo. Em um mundo em que a concepção da constituição da individualidade atrela-se à capacidade individual de consumir os produtos oferecidos pelo mercado e pela indústria cultural como sinais de liberdade de escolha e felicidade, urge questionar como os processos de sociabilidade tem se configurado em tempos de primazia do privado e do enfraquecimento do sentido de público da vida. (ASSIS et al. 2010)

Comportamentos baseados na satisfação unilateral não necessariamente vêm correlacionados com prevenção baseada no bem-estar ou no *cuidado de si e do outro*. Neste cenário, o uso de preservativos nem sempre é promovido. Segundo Toledo et al. (2011) no Brasil, a taxa de incidência (por 100.000 hab.) de casos de AIDS notificados no sexo masculino, na faixa etária de 13 a 19 anos, foi de 2,2 em 2008, para o mesmo ano e faixa etária, a incidência foi de 2,8 entre o sexo feminino. O crescimento das notificações no sexo feminino foi maior se comparado ao sexo masculino, o qual se manteve relativamente estável.

Este resultado remete à percepção de que o indivíduo está inserido em um espaço constituído de condições hierarquizadas de forma desigual. A feminização está ligada a uma lógica afetiva que subjuga o caráter manifestante da mulher e de suas emoções, identificando-a como protetora do lar no trato com os filhos. O caráter fálico, viril, provedor é associado ao homem que deve controlar a situação nesse contexto. Segundo Giffín et al. (1999) a desvalorização da intimidade e sua identificação como feminina, apontava para a construção de uma outra caracterização do gênero masculino. Em função disto, os homens temem adentrar nas questões de fórum íntimo ou de intimidade, como se fossem 'coisas de mulher', preferindo manter o autocontrole sobre as emoções, o que é considerado, inclusive, como 'maturidade moral'.

Tais condições de ambos os sexos promovem a aceitação e a não discordância do feminino diante da utilização de métodos contraceptivos, como a camisinha, quando o parceiro decide não

utilizar, alegando fidelidade. O que caracteriza um comportamento de risco favorável ao aparecimento de ISTs e da contaminação pelo vírus do HIV/AIDS. A “ideia mágica” de que comigo não vai acontecer ou o desconforto gerado pela ‘campanha’ promovida que a camisinha atenua o prazer, predominam neste contexto.

Diante da promoção de conhecimentos em programas que desenvolvem grupos de discussão sobre esses assuntos e atendimento a jovens, como o Programa Saúde do Adolescente – PROSAD(1990), o Ministério da Saúde (2013) realizou a Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira (PCAP). O PCAP (2008) incluiu 8.000 indivíduos de 15 a 64 anos de idade, sendo 2.485 jovens entre 15 e 24 anos. A amostragem foi estratificada pelas cinco macrorregiões geográficas do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e pela situação urbana/rural. Foi utilizado questionário modular sobre as condições sociodemográficas; conhecimento sobre transmissão do HIV e outras IST; prevenção e controle de IST; testagem de HIV; uso de drogas lícitas e ilícitas e práticas sexuais. Decorrente desta pesquisa, constatou-se que,

Algumas práticas sexuais são consideradas associadas a um maior risco de transmissão do HIV e foram mensuradas no estudo PCAP. Entre os jovens, o início precoce da atividade sexual - antes dos 15 anos de idade - foi relatado por 36,9% dos homens e 17% das mulheres, e 35%, quando se considerar ambos os sexos. A atividade sexual na vida foi relatada por 77,6% dos jovens. Relação sexual com indivíduo do mesmo sexo é mais frequente entre os jovens, se for comparada às outras faixas etárias, e foi referida por 8,7%. A maior frequência de múltiplas parcerias sexuais (mais de cinco relações casuais) no último ano é observada entre jovens (14,6%). É, também, mais frequente entre os jovens a proporção dos que tiveram parceiros casuais nos últimos 12 meses (43,5%) e que tiveram relação sexual com pessoas que conheceram pela internet (6,5%). Quase 61% da população sexualmente ativa de 15 a 24 anos declarou ter usado preservativo na primeira relação sexual. O uso de preservativo na última relação sexual, independentemente da parceria, foi de 55% entre os jovens, atingindo quase 68%, quando se considera o seu uso na última relação com parceiro casual. Quase 35% dos jovens declararam uso regular de preservativo, independentemente da parceria. A frequência de uso do preservativo entre os jovens é superior às faixas etárias mais velhas em todos os parâmetros avaliados [...] (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p.12).

Da pesquisa em questão pode-se constatar que a precocidade das relações sexuais, anterior aos 15 de idade, ocorre em ambos os sexos. Nesse segmento a utilização de preservativos é uma constante devido às políticas públicas que investem na disseminação de informações referentes à primeira relação, o que confirma um maior conhecimento sexual desses jovens sobre o corpo e sobre os cuidados de prevenção. Entretanto, ainda é preciso direcionar maiores esforços, pois a *liquidez* nos relacionamentos evidencia-se por meio da multiplicidade de parcerias, que apontam um maior desejo de vivenciar experiências sexuais, ampliando a insegurança, a instabilidade e a coisificação do corpo, que é reafirmada e instigada pelo capitalismo, e conseqüentemente, sentida e reproduzida pelo indivíduo.

A revolução da sexualidade, ao tentar se libertar do julgo coercitivo imperado pela heteronormatividade, em tempos de HIV/AIDS e amores líquidos, aponta para uma reorientação das subjetividades. Ao pensar no sexo como algo que deve ser vivenciado de forma descomplicada e com multiplicidade de parceiros, na tentativa de não ser categorizado como aquele que vive sua vida sexual de forma reprimida e oculta. O que leva a caracterizar a manutenção da saúde como uma preocupação em última instância em detrimento do exercício do prazer; o que não é geral. Visto que uma parcela significativa passa a defender uma vivência sexual mais consciente e responsável consigo e com os outros. O que não significa abrir mão das conquistas no campo sexual, mas saber lidar com o prazer sem o risco de se contaminar.

A falsa ideia de estar fugindo da ordem normativa promove uma sensação de liberdade ao sujeito, o que lhe faz acreditar na sua imortalidade, trazendo para si a ilusão de que nada vai lhe acontecer. Ideário este que permite entender que a deficiência não está somente no acesso que o segmento jovem tem à informação sobre ISTs e HIV/AIDS e sua prevenção, mas no aspecto resistente e ilusório desse segmento em achar que tais mazelas não acontecerão na sua vida.

Cabe ressaltar que no segmento jovem há uma pluralidade de ‘eus’ que corresponde à diversidade, não do homem e da mulher na atribuição normativa biológica, mas às diversas representatividades de sujeitos construídos socialmente. Diante desta multiplicidade de sujeitos sociais e sexuais, ainda permanece o equívoco social de considerar somente os travestis e os homossexuais como grupos de riscos. Tal fato faz com que os indivíduos gozem de uma liberdade ilusória e alie-

nada frente às ofertas da sociedade industrial e de consumo. Segundo Saraiva,

situamos o chamado sexo de risco - condutas que negligenciam ou até mesmo negam a possibilidade do contágio pelo HIV - como uma característica da contemporaneidade, com suas promessas de felicidade exemplificadas no consumismo, promotoras de um ideal de bem-estar e completude. A cultura do consumo, forjada no capitalismo industrial, como forma de perpetuar sua hegemonia, tem ressonâncias no processo de subjetivação, característico da contemporaneidade e na constituição de um sujeito envolto em certo ideal de imortalidade. A negação da morte enquanto finitude e limite têm como um de seus pilares de sustentação, o consumismo, e o sexo se presta a ser mais um objeto a ser consumido frenética e impulsivamente. A contemporaneidade, promovendo o consumo como ideal de felicidade e não permitindo a experiência de nosso próprio desamparo, pode estar nos incitando a realizar vivências que, por negarem a morte, aproximam-se perigosamente dela. (SARAIVA, 2002, p.133)

CONCLUSÃO

Depreende-se dos dados obtidos e da discussão em questão que a contemporaneidade líquida traz uma nova resignificação dos conceitos de amor, relações sociais e sexuais com o advento do HIV/AIDS. O que modifica a anterior normativa pautada em seguir antigos padrões baseados na moral, por uma nova ordem, baseada na liberdade de agir dos sujeitos por suas próprias normas de subjetividade.

O agir baseado nos impulsos comandados pelo desejo acarreta possíveis consequências, dentre elas a contaminação por ISTs e HIV/AIDS, que são tratadas por profissionais da saúde e outros que elaboram pesquisas, como o PROSAD, na disseminação de conhecimento a fim de atenuar ou redirecionar comportamentos para que não se tornem de risco. No entanto, o ensejo de redirecionar antigos comportamentos ainda não convenceram de vez o segmento jovem sobre a manutenção permanente de práticas preventivas nas suas vidas sexuais.

Quanto à hierarquização do sexo e do gênero, quando se diz de outras formas de manifestar a sua sexualidade construída no social, e não biologicamente, há que atrelar esforços juntamente com a Escola, onde o conhecimento é primeiramente ensinado aos indivíduos que estão em formação, aproveitando para resignificar antigos conceitos e ensinar a tolerância, de modo que os indivíduos ali presentes saibam entender e propagá-la. Com esse propósito, é possível haver uma desconstrução da marginalização dos sujeitos, a fim de torná-los capazes de decidir por si quando quiserem utilizar seu corpo para o prazer ou para o desejo e de mantê-lo saudável quando do uso de mecanismos anti-HIV/ISTs em tempos pós- modernos.

A modernidade, com seus efeitos de individualização, consumismo e imediatismo, seguido do descarte rotativo dos bens de consumo, contribuiu para que as relações viessem a se tornar cada vez mais efêmeras. Na tentativa de transformar essa realidade e fomentar a busca de um autoconhecimento consciente e responsável é fundamental a consolidação de atitudes mais solidárias e, modificando a representação das pessoas como objetos de uso e consumo, trabalhar para a construção de vidas mais saudáveis e compartilhadas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, N. C. F. de JOVENS E RELACIONAMENTOS AFETIVOS: MEDIAÇÕES PSICOSSOCIAIS DO AMOR EM TEMPOS DO "FICAR". Goiânia, 2010.

Available from http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?cod-Arquivo=794 Acess on 22 August 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.10.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Recomendações para a Atenção Integral a Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/ Aids. Brasília, DF, 2013. p.11-12 Available from http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/52844/adolescentes_07032013_web_pdf_20485.pdf Acess on 22 August 2014.

COSTA, M. A. G. da. . Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. Direitos Reprodutivos: Um Enfoque de Gênero. Ceará: Expressão Gráfica, 1995, p.87-90.

GIFFIN, K., and COSTA, SH., orgs. Questões da saúde reprodutiva [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 468 p. ISBN 85-85676-61-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. acess on

20 August 2014. <http://books.scielo.org/id/t4s9t/06>.

KLÍMA, Ivan. Amor e lixo. Rio de Janeiro:Record, 1993. Ministério da Saúde Available from :http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/recomendacoes_atencao_integral_hiv.pdf> Acess on 20 August 2014.

SARAIVA, J. E.M. Prazer do consumo ou consumo do prazer? AIDS, consumismo e mal-estar Contemporâneo. Rev.. MAL-ESTAR E SUBJETIVIDADE FORTALEZA .v. II , n. 1,p. 129 - 140 , Mar. 2002.

TOLEDO, Melina Mafra;TAKAHASHI, Renata Ferreira; DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mónica Cecilia. Elementos de vulnerabilidade individual de adolescentes ao HIV/AIDS. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 64, n. 2 , Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000200024&lng=en&nrm=iso>. access on 21 August 2014. [http:// dx.doi.org/10.1590/S0034-71672011000200024](http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672011000200024).

ADOLESCENTES E JOVENS DISCUTINDO SAÚDE, GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE PARES: UM RELATO DE CASO

Gabryel Gustavo Faustino¹
Bárbara Daniel de Andrade Noronha³
Camila Francieli Cordeiro⁴
Edilomar Leonart⁵
Vanessa Bacelar de Souza⁶
Doriana Cristina Gaio Girata⁷
Gisele Marchetti⁸
Maria Lúcia Tozetto Vettorazzi⁹

RESUMO

Saúde e gênero fazem parte do desenvolvimento humano de maneira muito significativa. A adolescência constitui um momento de transição, sendo um período único no ciclo de vida para desenvolver as bases de uma boa saúde na idade adulta. O objetivo deste trabalho foi promover a reflexão sobre gênero e saúde, na comunidade interna e externa do Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Curitiba, por meio da educação entre pares. A metodologia se baseou em orientações educativas por pares, onde os adolescentes e jovens foram responsáveis tanto pela troca de informações quanto pela coordenação de atividades de debate e discussão. No intuito de provocar o diálogo e aprofundar o conhecimento sobre saúde e gênero entre os pares, foram realizadas diversas ações no período de outubro de 2017 a agosto de 2019, sendo divididas em duas etapas. A primeira delas contou com a atuação de alunos voluntários e um bolsista, promovendo atividades de roda de conversa sobre gênero, orientação sexual e enquete sobre “o que é ser sexy”. Essas atividades foram realizadas com estudantes e professores do IFPR. Além disso, esta primeira etapa envolveu a atuação junto a crianças e jovens em vulnerabilidade social de uma ONG de Curitiba. As atividades com esta comunidade externa envolveram orientações sobre infecções sexualmente transmissíveis (IST), sexualidade e instrução de higiene bucal. Na segunda etapa do projeto, os alunos desenvolveram atividades lúdico-educativas sobre a “boca beijável” com adolescentes de um colégio estadual de Curitiba. Ademais, nesta etapa foram desenvolvidas atividades de orientação com alunos do ensino médio integrado do IFPR, abordando temas como: mononucleose, sífilis, HPV. Os educadores de pares têm como tarefa formar outras pessoas ao mesmo tempo em que formam a si mesmos, atuando na promoção de discussões e informando questões de saúde que afetam o grupo, mantendo um diálogo próprio e eficaz, tornando-se promotor da educação em saúde e disseminando conhecimento. Conclui-se que durante esse processo os mediadores foram transformados e tiveram novas vivências, adquirindo experiência na formação em saúde à comunidade.

Palavras-chave: Saúde. Educação entre pares. Gênero. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Saúde e gênero fazem parte do desenvolvimento humano de maneira muito significativa, sendo importantes na construção biopsicossocial e na formação dos sujeitos sociais e políticos (CRESPIN, 2007). Trazer esses temas para os cenários da educação representa, pois, uma provocação e uma oportunidade para reflexões que, decisivamente, devem interferir no cuidado à saúde dos jovens e adolescentes.

A adolescência constitui um período de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por mudanças significativas. Essa fase é caracterizada por profunda ruptura e ressignificação, na qual o sujeito busca definir sua identidade e sua posição na sociedade. Além disso, extremas instabilidades emocionais podem ser experimentadas nesta etapa da vida, com períodos alternados de altivez, introversão, timidez, descoordenação, urgência, desinteresse, apatia e conflitos afetivos, além de importantes descobertas relacionadas à sexualidade (ABERASTURY; KNOBEL, 1992).

Estas alterações afetam todos os aspectos da vida do adolescente, incluindo questões relacionadas à sua saúde. Em verdade, por se tratar de uma fase de importantes redefinições, a adolescência se torna um período único no ciclo de vida para desenvolver as bases de uma boa saúde na idade adulta, uma vez que os comportamentos adotados neste período tendem a se consolidar e tornar-se permanentes no futuro (BARROS et al., 2015).

1 Discente do Curso Técnico em Enfermagem pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR. Bolsista do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social – PBIS. E-mail: gabryelgustavo@hotmail.com

3 Discente do Curso Técnico em Enfermagem pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR. Participante do Projeto de Extensão Saúde e Gênero: Adolescentes e Jovens como Facilitadores da Educação Entre Pares. E-mail: bandrade.noronha@gmail.com

4 Discente do Curso Técnico em Enfermagem pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR. Participante do Projeto de Extensão Saúde e Gênero: Adolescentes e Jovens como Facilitadores da Educação Entre Pares. E-mail: cordeirocami@gmail.com

5 Mestre em Enfermagem Fundamental pela Universidade de São Paulo – USP (2004). Docente do Curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal do Paraná. E-mail: edilomar.leonart@ifpr.edu.br

6 Mestre em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (2009). Docente do Curso Técnico em Saúde Bucal do Instituto Federal do Paraná – IFPR. E-mail: vanessa.souza@ifpr.edu.br

7 Doutora em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (2018). Docente do Curso Técnico em Saúde Bucal do Instituto Federal do Paraná – IFPR. E-mail: dorinan.gαιο@ifpr.edu.br

8 Doutoranda em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente do Curso Técnico em Saúde Bucal pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR. E-mail: gisele.marchetti@ifpr.edu.br

9 Doutora em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (2012). Docente do Curso Técnico em Saúde Bucal do Instituto Federal do Paraná – IFPR. E-mail: maria.tozetto@ifpr.edu.br

Segundo o Ministério da Saúde (2008), nos últimos anos a medicina estabeleceu foco no atendimento por faixa etária, visando entender as demandas do ser humano em cada ciclo de vida. Sendo assim, visto que os adolescentes e jovens encontram-se em processo de transformação, conhecer as suas necessidades, características e comportamentos, consiste em um desafio que exige crescimento de quem atende e de quem é atendido.

Tratando-se da população LGBTI+ (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti Transexual, Intersexual, entre as outras expressões de gênero e sexualidade), este desafio é maximizado, pois além da transformação própria da idade que um adolescente cisgênero e heterossexual passa, o adolescente LGBTI+ precisa passar por um processo de descoberta e de autoaceitação.

Ao reconhecer a escola como um cenário privilegiado de aprendizado contínuo de adolescentes e jovens, fomentar espaços de diálogo entre eles, com os seus professores, e também com a comunidade, institui-se como importante dispositivo para construir respostas sociais com vistas à superação das relações de fragilidade a que os mesmos estão cotidianamente expostos. Ao fortalecer a metodologia de educação entre pares, estimula-se e capacita-se os adolescentes e jovens a desenvolver ações para o grupo do qual fazem parte, provocando reflexões e instigando o diálogo sobre as temáticas de interesse comum (BRASIL, 2006).

Com base nessas premissas, o objetivo do trabalho foi promover a reflexão sobre gênero e saúde na comunidade interna e externa do Instituto Federal do Paraná - IFPR do campus Curitiba, por meio da educação entre pares, bem como desenvolver estratégias de ação que contribuam para a criação de espaço de debate e diálogo acerca de gênero e saúde, priorizando temas como: saúde mental, uso de álcool e outras drogas, violência, sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis, saúde bucal entre outras.

SAÚDE E GÊNERO

Ao valorizar diferentemente os atributos femininos e masculinos, as mais diversas culturas e sociedades transformam as questões de gênero em desigualdades que se expressam em todas dimensões da existência humana, inclusive nos modos de adoecer e morrer. Por isso, é de fundamental importância reconhecer a influência da construção social da identidade e das subjetividades nas práticas desenvolvidas em torno da atenção à saúde (FERRAZ & KRAICZYK, 2010).

Divulgado em 2018 pelo Ministério da Saúde, o Boletim Epidemiológico sobre o HIV/AIDS notificou um aumento de 700% nos novos casos do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV entre os jovens de 15 a 24 anos, no período de 2007 a 2017 na população em geral (BRASIL, 2018). Embora qualquer pessoa possa ser infectada pelo HIV, estão mais vulneráveis homens gays e bissexuais (BRASIL, 2008), bem como pessoas travestis e transexuais (MONTEIRO *et al.*, 2019).

A razão mais plausível para este aumento de vulnerabilidade, segundo Ryan *et al.* (2009), e Russel *et al.* (2011), é o fato de que a saúde da população LGBTI+ resulta da aceitação. Quando há rejeição da família e vitimização, nota-se um aumento nos casos de abuso de drogas ilícitas, relações sexuais sem o uso de preservativo, depressão e tentativas de suicídio. O relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) aponta que no ano de 2018 ocorreram cem casos de suicídio envolvendo LGBTs, representando 20% das mortes nessa comunidade. Sendo assim, a LGBTfobia (Lesbofobia, Homofobia, Bifobia e Transfobia) devem ser levadas em consideração nas determinações sociais de sofrimento e no processo saúde e doença (BRASIL, 2013).

Também na escola, as ações de prevenção e recuperação da saúde devem ser desprovidas de preconceito, e permeadas pela reflexão sobre as diferentes trajetórias vivenciadas pelos estudantes no contexto da diversidade sexual (SILVA, 2016).

EDUCAÇÃO ENTRE PARES

O número de pais que alegam não ter conhecimento suficiente para conversar com os filhos sobre questões relacionadas à sexualidade ainda é significativo. E mesmo quando dominam o tema, sentem-se incapacitados de abordar o assunto. A falta de instrução sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), vergonha, falta de liberdade com os filhos em virtude de fatores culturais são razões alegadas para a falta de diálogo. Ademais, os responsáveis pelos adolescentes não consideram seus filhos como pessoas passíveis de contaminação por alguma infecção sexualmente

transmissível (HOLANDA, 2006).

Percebe-se também que os amigos, ou seja, outros adolescentes surgem como as principais fontes de informação e troca de conhecimentos sobre assuntos relacionados a adolescência (BEZERRA, 2014). Além de informações trazidas pela mídia que nem sempre são claramente compreendidas. Nesse contexto a escola se mostra como um local de compromisso social, onde é necessário o diálogo aberto para discussão de vários temas referentes à sexualidade (BEZERRA *et al.*, 2008).

Aprender é fundamentalmente uma questão de estabelecer e manter conexões, e esse processo torna-se facilitado quando os envolvidos são pares pertencentes à uma mesma comunidade, nesse caso a escola (BRASIL, 2010).

A educação entre pares é um processo de ensino e aprendizagem em que os envolvidos atuam como facilitadores de ações e atividades com e para outras pessoas do grupo ao qual fazem parte. É uma metodologia em que adolescentes e jovens passam a ser facilitadores de intervenções entre si, ou seja, os pares. É um termo oriundo do inglês: *peer educator*, e é usado para designar a pessoa que fica responsável pelo desenvolvimento de ações educativas à um grupo no qual possua vivência. A ideia principal é que sejam eles, os adolescentes e jovens, quem conduzam a troca de informações, atividades de discussões e debates (BRASIL, 2010).

A educação entre pares trabalha tendo como base a problematização. Essa educação problematizadora é inseparável dos conceitos na construção do sujeito e no processo de educação, tanto alunos quanto professores são transformados. Quem ensina também é ensinado, havendo uma emancipação no reconhecimento dos contextos de vida. Freire (2017) enfatiza que a educação problematizadora busca promover a consciência crítica da realidade e a postura ativa no ensino-aprendizagem, fazendo a valorização do mundo que o influencia. Portanto, a educação é vista como um ato político, e somente após as interações entre sujeitos e cidadãos ocorre o conhecimento crítico, centrado na busca pela autonomia, mas fazendo uma ressalva que autonomia é individual não podendo sofrer interferência (FREIRE, 2011; FREIRE 2017).

O caminho a ser seguido na metodologia entre pares dependerá dos objetivos propostos. O importante é sempre observar que quanto mais o grupo tiver chance de participar, de refletir sobre seus sentimentos, valores e preconceitos, maiores vão ser as chances de mudanças no seu comportamento e hábitos (BRASIL, 2010).

Assim, são propostas rodas de conversa, discussões em pequenos grupos e busca de soluções para problemas comuns que propiciem reflexões, mudanças de atitudes discriminatórias, levando a outras mais igualitárias e, inclusive, a opção por práticas sexuais mais seguras e protegidas (BRASIL, 2010).

METODOLOGIA

A metodologia da educação entre pares prevê que os adolescentes e jovens sejam os responsáveis tanto pela troca de informações quanto pela coordenação de atividades de discussão e debate junto a seus pares (BRASIL, 2010).

No presente projeto, os alunos voluntários e um bolsista, prioritariamente do curso técnico em enfermagem do IFPR, juntamente com os professores, definiram e planejaram as ações a serem realizadas. Também foram efetivos na elaboração dos materiais de apoio e condução das atividades desenvolvidas junto aos pares, tanto para a comunidade interna do IFPR quanto para a comunidade externa.

O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Paraná, no dia 20/09/2017 (IFPR, 2019).

RESULTADOS

No intuito de provocar o diálogo e aprofundar o conhecimento sobre saúde e gênero entre os pares, foram realizadas diversas ações no período de outubro de 2017 a agosto de 2019, sendo divididas em duas etapas.

Na primeira etapa, em 2017/2018, as atividades foram: roda de conversa com estudantes e professores sobre gênero e orientação sexual, enquete no campus sobre “o que é ser sexy”, tabu-

lação e interpretação dos dados para apresentá-los na 1ª Semana da Saúde do IFPR. Além disso, os participantes passaram por diversos momentos de formação, que trataram do tema “sexualidade e o desenvolvimento psicosssexual” e algumas discussões sobre “gênero e seus conceitos”, com orientação de psicólogas docentes da instituição. As atividades de extensão foram realizadas em uma Organização Não Governamental (ONG), no bairro Uberaba em Curitiba, que atende crianças e jovens em vulnerabilidade social. Inicialmente, as ações desenvolvidas buscaram a interação e formação de vínculos entre os estudantes do IFPR e os jovens da ONG. Posteriormente, foram realizadas diversas atividades educativas sobre a prevenção da sífilis, HIV/AIDS, sexualidade e orientações de higiene bucal e escovação supervisionada.

Na segunda etapa, em 2019, foram desenvolvidas atividades lúdico educativas com 200 adolescentes de um colégio estadual de Curitiba. Foram definidas quatro “estações” no espaço do salão de eventos da escola, e os alunos foram divididos em 4 grupos. Em cada estação foi desenvolvida uma brincadeira para serem abordados os temas pelos alunos-formadores: Sífilis (jogo de passa ou repassa); HPV (batata-quente); mononucleose (jogos de dados) e saúde bucal (“boca beijável”). Cada grupo permaneceu na estação por 30 minutos. Terminado este tempo, houve rodízio dos grupos até todos passarem por todas as atividades. A exemplo do colégio estadual, estas ações educativas foram realizadas em turmas dos cursos integrados do Campus Curitiba. Ao todo foram abordadas 10 turmas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no período da tarde (Mecânica 1, 2 e 3; Jogos Digitais 1 e 3; Eletrônica 2 e 3; Processos Fotográficos 1, 2 e 3). As atividades desenvolvidas foram as mesmas já citadas, com exceção da “boca beijável” pois o tema já havia sido abordado em outro momento.

Esta metodologia possibilitou o raciocínio crítico dos alunos participantes, fato que pode ser observado pelos questionamentos direcionados aos alunos formadores, seja em relação às patologias abordadas ou a outros assuntos que surgiram no decorrer das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador de pares tem como tarefa formar outras pessoas, ao mesmo tempo em que forma, também, a si mesmo. Ao levantar questões sobre saúde e sexualidade nos grupos favoreceu-se um espaço de reflexão, questionamento e troca de ideias e conceitos. Constituiu-se um processo de escuta ativa, centrado no contato direto com outros adolescentes e jovens, proporcionando relação de confiança contribuindo para escolhas conscientes com base na escolarização.

A estrutura e materiais mostraram-se úteis para promover a discussão sobre as temáticas propostas e despertar seu interesse.

Os alunos formadores mostraram-se comprometidos com as atividades e satisfeitos com a aquisição de conhecimento teórico, autoconfiança e desenvolvimento da capacidade argumentativa.

Outro ponto considerado como ganho fundamental por parte dos estudantes foi a vivência de uma realidade diferente da sua em comunidades socialmente vulneráveis, quando da participação em atividades no ambiente externo ao IFPR. Reforça-se, portanto, a relevância dos projetos de extensão não apenas como forma de expandir o conhecimento do aluno, mas também de ampliar seu horizonte sociocultural, estimulando a consciência cidadã e aprendizado mais comprometido com as mudanças do contexto em que vive.

Os participantes do projeto puderam observar que é possível refletir sobre saúde e gênero com a comunidade acadêmica e externa ao campus Curitiba. A criação de um espaço de diálogo sobre gênero e saúde mostrou-se capaz de promover a autonomia e empoderamento dos adolescentes e jovens no processo educativo entre pares e no cuidado com a saúde.

Entende-se que a escola e os espaços de educação são ambientes de plena transformação de adolescentes e jovens, e deve ser um espaço plural, acolhendo as demandas dos mesmos.

Portanto, as discussões acerca da saúde da população jovem têm relevância, visto as frequentes transformações e descobertas desses sujeitos. Sugere-se que essa população tem autonomia entre pares, promovendo discussões e informando questões de saúde que os afetam, mantendo um diálogo próprio e eficaz, e assim tornam-se promotores da educação em saúde e disseminando o conhecimento.

Ressalta-se que durante esse processo os mediadores foram transformados e tiveram novas

vivências, adquirindo experiência na formação em saúde à comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BARROS, W. R. C.; NASCIMENTO, L. S.; FONTES, R. B. C.; AGUIAR, N. L.; SILVA JÚNIOR, I. F.; SOUZA, C. N. P. Prevalência de cárie dentária na adolescência em Belém do Pará: uma perspectiva amazônica. *Adolescência e Saúde*, v. 12, n. 2, p. 59-68, 2015.
- BEZERRA, E. P. et al. Adolescência e vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis: uma pesquisa documental. *ISTTS- Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, v. 20, n.1, p. 32-35, 2008.
- BEZERRA, M. A. R.; QUEIROZ, M. V. O; OLIVEIRA, K. N. de S. Reflexões acerca do adolescer e da saúde no ambiente escolar. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.* [online]. 2014, vol.24, n.2 [citado 2019-08-18], pp. 175-180. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822014000200009&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-1282.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 24 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico HIV/Aids 2018 Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2018>>. Acesso em 01 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Saúde do adolescente: competências e habilidades/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays HSH e Travestis. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Metodologia de Educação entre pares Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metodologias.pdf>> Acesso em 21 de ago. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em 08 ago. 2019.
- CRESPIN J. Hebiatria: medicina da adolescência. São Paulo: Editora Roca, 2007.
- FERRAZ, D.; KRAICZYK, J. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. *Revista de Psicologia da UNESP*. São Paulo, 9(1), 2010. 70
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 64. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2017.
- Grupo Gay da Bahia – GGB. População LGBT Morta no Brasil. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2019.
- HOLANDA M.L.; MACHADO M. F. A. Z.; VIEIRA N. F. C.; BARROSO M. G. T. Compreensão dos pais sobre a exposição dos filhos aos riscos das DST/Aids. *Ver. RENE* 2006; 7(1): 27-34.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR. Comitê de Pesquisa e Extensão – COPE do Campus Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/menu-academico/pesquisa-extensao-inovacao/cope/>>. Acessado em 01/09/2019.
- MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, M. R. Saúde e direitos da população trans. *Cad. Saúde Pública* vol.35 no.4 Rio de Janeiro 2019 Epub. Abril 08. 2019 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2019000400201&script=sci_arttext> Acesso em 19 de ago. 2019.
- RYAN, C. et al. Family rejection as a predictor of negative health outcomes in white and Latino lesbian, gay, and bisexual young adults. *Pediatrics*, v. 123, n. 1, p. 346-352, 2009.
- RUSSELL, S. T. et al. Lesbian, gay, bisexual, and transgender adolescent school victimization: Implications for young adult health and adjustment. *Journal of School Health*, v. 81, n. 5, p. 223-230, 2011.
- SILVA, E. A.; CAMPOS, K. C. Os estudos da diversidade sexual na escola e suas contribuições para o curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Mário de Andrade em Francisco Beltrão. – PR. Os desafios a escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE – 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/2016/2016_artigo_dtec_unioeste_ednaaparecidasilva.pdf>. Acesso em: 23/08/2019.

ATENDIMENTO A POPULAÇÃO LGBTI NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: ESTUDO DE CASOS

Washington Luan Gonçalves de Oliveira²
 Ana Lúcia Barreto da Fonseca³
 Anderson Fontes Passos Guimarães⁵

RESUMO

Pessoas LGBTIs são marginalizadas no que diz respeito às políticas de saúde. Esse processo começa desde a negação do exercício da cidadania como a discriminação e opressão. As ações de saúde para esse público acontecem prioritariamente por meio da Atenção Básica. Será que os profissionais de saúde na Atenção Básica estão instrumentalizados para lidar com a saúde da população LGBTI? **Objetivos:** Esse trabalho objetiva-se a descrever dois casos de atendimentos realizados a pessoas LGBTIs em uma Unidade de Saúde da Família (USF). **Método:** Através da entrevista aberta com um homem trans heterossexual e uma mulher cis lésbica foi possível coletar dados a cerca da experiência de atendimento de pessoas LGBTIs em USF. **Resultados:** O sujeito 01 descreveu a situação em que foi negado atendimento em função do desconhecimento em relação ao processo transsexualizador por parte da equipe de saúde. O sujeito 02 relatou a impossibilidade de realizar um exame após a enfermeira negar pois a mesma não tem atividade sexual em um modelo heteronormativo. As informações levam as barreiras de acesso das pessoas LGBTIs aos serviços de saúde mediante profissionais não instrumentalizados teóricos e tecnicamente para acolher as demandas de saúde dessa população. **Conclusão:** Todos esses fatores definem a necessidade de investimento na formação dos profissionais da base da saúde pública, tanto em relação as questões técnicas, quanto em relação as discussões e ampliação da compreensão das especificidades inerentes a pessoas da comunidade LGBTI, de forma a tornar efetiva as leis de proteção a população em geral e especial a dessa comunidade, tendo em vista que a legitimidade da lei implica que ela seja aplicada para assegurar não só a saúde, mas a integridade física e mental dos indivíduos protegendo eles da violência institucional.

Palavras-chave: LGBTI; Saúde; Atenção Básica.

INTRODUÇÃO

As pessoas LGBTIs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexuais) no ano de 2019 passaram a serem amparadas perante a tipificação do crime LGBTIfobia, equivalendo-se da lei já promulgada (lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989) que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. A luta em busca de uma lei que proteja essa parcela da população é historicamente longa nos movimentos das minorias, tornando-se mais evidente nas últimas duas décadas quando toma corpo e evidencia as práticas discriminativas e preconceituosas dirigidas a essa população culminando em muitos casos na morte de pessoas pela orientação sexual ou identidade de gênero.

No anuário de 2019 pela primeira vez foi trazido dados oficiais da segurança pública sobre violência contra pessoas LGBTIs. Apesar desse avanço, os registros ainda não são compatíveis com a realidade, pois há uma subnotificação das ocorrências policiais dirigidas a essa população, ficando os registros restritos basicamente a partir de fontes jornalísticas. “Os dados trazidos oficialmente por meio de acesso à informação contabilizam, nos 10 estados respondentes, 99 homicídios dolosos contra população LGBTI+ em 2017 e 109 casos em 2018, um aumento de 10,1%” (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p.89).

A violência contra LGBTIs não se restringem aos danos físicos, mas principalmente a aspectos discriminativos e preconceituosos nos equipamentos institucionais. Entre esses equipamentos encontramos aqueles que se destinam ao cuidado da população em relação a saúde, não só pelos aparatos culturais que reproduzem crenças e valores dirigidos a essa população, mas como também pelos desconhecimentos das especificidades que envolvem esse público. Os profissionais de saúde pouco ou nada têm na sua formação contato com conhecimentos voltados a diversidade sexual e de gênero, sendo uma formação dirigida ao modelo heteronormativo.

Entre esses profissionais, aqueles que compõe a equipe de saúde da família são os que tem direta relação com as comunidades, principalmente as populações marginais, no entanto, esses profissionais em sua maioria não possuem formação técnica para lidar com as minorias marginaliza

² Pós-graduando em Psicologia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Psicólogo clínico e conselheiro no Conselho Regional de Psicologia Bahia (CRP-03). E-mail: was.luan@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora no Centro de Ciências da Saúde - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: analbfonseca@yahoo.com.br

⁵ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Professor na Faculdade Bahiana de Medicina e Saúde Pública e Conselheiro do CRP-03. E-mail: fontes_psi@hotmail.com

das, dentre elas: drogaditos, usuários de saúde mental, pessoas com deficiência, pessoas LGBTIs, etc. Em vista dessa falta de tecnologia, muitas vezes incorrem em violências institucionais que comprometem as condições de saúde dessas pessoas não lhes assegurando os direitos constitucionais de acesso aos serviços básicos de saúde.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988 no artigo 196 assegura-se que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2016, p.119).

Para tornar efetivo esses direitos, foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS) que legitima o tripé de equidade, integralidade e universalizadade nas ações realizadas pelos serviços de saúde destinados a toda a população. As ações de saúde foram construídas a partir de programas como o Programa de Saúde da Família (PSF), mais tarde transformado em Estratégia de Saúde da Família (ESF), cuja a finalidade é a atenção básica as comunidades desassistidas dirigidas a educação e prevenção em saúde. A ESF é geralmente composta por equipe multiprofissional que possui, no mínimo, médica generalista, enfermeira, auxiliar ou técnica de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS) (BRASIL, 2017).

Esses profissionais atuam em Unidades de Saúde da Família (USF) com atividades que envolvem visitas domiciliares para o mapeamento de características endêmicas e ações educativas. Essas USFs tornam-se o elo de comunicação entre a população e os serviços de saúde. A equipe de saúde da família tem como principal função conhecer a realidade social e de saúde das populações assistidas e suas especificidades nos territórios onde estão inseridas, a fim de identificar as problemáticas de saúde e buscar estratégias de enfrentamento das dificuldades.

Indo na perspectiva de buscar estratégias de enfrentamento das dificuldades de um determinado segmento populacional, na 14ª Conferência Nacional de Saúde foi implementada a Política Nacional de Saúde LGBTI como resultado de lutas que estavam sendo travadas a mais de três décadas em busca de inserir estratégias e metas longitudinais através de compromissos do governo dirigidas a essa população. Essas ações de saúde acontecem prioritariamente por meio da Atenção Básica, que tem como função acolher, identificar problemáticas e dar continuidade aos serviços de saúde. Será que os profissionais de saúde na Atenção Básica estão instrumentalizados para lidar com a saúde da população LGBTI?

Esse trabalho objetiva-se a descrever dois casos de atendimentos realizados a pessoas LGBTIs em uma USF.

MÉTODO

As informações aqui apresentadas foram coletadas após a indicação na comunidade de pessoas LGBTIs. A partir desses dados, houve contato com os sujeitos que foram convidados a relatarem a experiência de atendimento na USF. As características dos sujeitos são: sujeito 01, homem transgênero, heterossexual, universitário, branco, 22 anos e sujeito 02, uma mulher, cisgênero, lésbica, universitária, negra de 27 anos. O instrumento utilizado foi a entrevista aberta, que consiste em um tipo de entrevista, na qual os questionamentos fluem a partir da resposta do entrevistado, sem ter prévia definição do que será perguntado.

RESULTADOS

O sujeito 01 no momento da entrevista estava em processo de transição de gênero, com o uso de hormonioterapia e em psicoterapia. Ele apresentava características fenotípicas masculinas como voz grave, barba, desenho do cabelo e vestimenta.

O sujeito relatou que procurou atendimento na USF quando estava com metrorragia em decorrência da interrupção no uso da hormonioterapia. Descreveu que ao buscar o atendimento na USF a recepcionista questionou sobre o seu problema e ao informar a situação, a mesma reagiu com descrença, ficando bastante irritada por considerar que ele estava sendo jocoso, e diante disso ela se retirou do ambiente. Somente após elevar a voz pedindo socorro, foi encaminhado a sala da enfermeira.

A enfermeira ao invés de ouvi-lo passou a falar sobre a seriedade do trabalho dela que estava sendo interrompido. Nesse momento o sujeito descreve o nível de constrangimento que foi exposto ao ter que elevar a voz para com a enfermeira afirmando que estava com metrorragia decorrente do tratamento de redesignação de gênero e enfermeira ainda não o entendia. O sujeito chegou a questionar se a profissional tinha conhecimento sobre o que era uma pessoa transgênero, a mesma pareceu ofendida. Segundo relatos do paciente, ele foi solicitado a retirar-se e buscar outro lugar para atendimento.

O sujeito ainda explana que ao sair da sala, a agente comunitária de saúde da sua área o questionou sobre a sua presença na USF, ela o encaminhou para uma outra sala, sendo que a agente ouviu o relato e o orientou a procurar o hospital geral, pois naquela USF não seria possível fazer nenhum procedimento para resolução do problema, fato que assim se procedeu. Vale destacar que o sujeito interrompeu o uso do hormônio por falta de recursos financeiros e indisponibilidade no SUS.

Esse público possui dificuldades cotidianas que afetam diretamente a saúde mental das pessoas trans, que é a questão hormonal, pois a testosterona não é distribuída gratuitamente pelo SUS (CRP-12, 2019, p.113). Os relatos das pessoas trans por padrões corporais que performam o gênero de identificação geram processos psicológicos e intervenções clandestinas no intuito de ter o corpo idealizado socialmente por aquele gênero.

O sujeito 02 busca a USF com a finalidade de realizar exame Papanicolau. Ao ser questionada pela enfermeira sobre atividades sexuais, a mesma informa que é lésbica e que tem uma companheira há 02 anos. O sujeito descreve que percebeu uma mudança no comportamento na enfermeira e essa informa que não há necessidade de realização do exame, visto que ela não tem atividade sexual com parceiros homens. O sujeito questiona a informação e mantém a solicitação de realizar o exame afirmando que necessita desses dados de saúde diante de alguns sintomas que tem sido apresentado no seu corpo. A enfermeira mantém a sua posição e a dispensa do atendimento afirmando que possui outras pessoas com maior necessidade para atender. O sujeito relata que ficou bastante indignada com o procedimento da profissional e buscou a Secretaria da Saúde para fazer denúncias, porém não houve sucesso na sua ocorrência.

A partir desses relatos sofridos pelo sujeito 02, podemos verificar que a sexualidade da mulher lésbica é vista socialmente dentro de um modelo heteronormativo em que há um apelo para estruturar as suas relações no mesmo molde tradicional de uma família nuclear.

Essas narrativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs trazem à tona um processo de violência institucional nos diversos serviços públicos. “Parece-nos que a violência institucional cumpre o papel de adequar os corpos reais, sua história e a subjetividade do paciente dentro das rotinas de procedimentos, das burocracias e das técnicas dos serviços de saúde (AZEREDO & SCHRAIBER, 2017, p. 3019). Esse tipo de violação de direitos é tão frequente e relatado pelas pessoas LGBTIs nos serviços essenciais para a sua saúde.

Os resultados desse estudo corroboram com a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia que trazem os intensos sofrimentos éticos-políticos e os processos de resistência decorrentes de diversas formas de violências, preconceitos, injustiças e exclusão da população LGBTI (CFP, 2019). Violência essa estrutural e presente na atenção básica em saúde e em espaços públicos e cotidianos, nos quais humanos sofrem e são assassinados pelo simples fato de manifestarem suas orientações sexuais e suas identidades de gênero. É necessário alicerçar o trabalho em um modelo de saúde integral pela autonomia dos sujeitos e pela autodeterminação das pessoas trans.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois casos mostram a falta de instrumentalização dos profissionais de saúde na Atenção Básica para dar suporte e atendimento a pessoas LGBTIs, seja para acompanhamento de processo transsexualizador definida na política do SUS, seja também em situações mais cotidianas da saúde dessa população. Todos esses fatores definem a necessidade de investimento na formação dos profissionais da base da saúde pública, tanto em relação as questões técnicas, quanto em relação as discussões e ampliação da compreensão das especificidades inerentes a pessoas da comunidade LGBTI, de forma a tornar efetiva as leis de proteção a população em geral e especial a dessa comu-

nidade, tendo em vista que a legitimidade da lei implica que ela seja aplicada para assegurar não só a saúde, mas a integralidade física e mental dos indivíduos protegendo eles da violência institucional.

Percebe-se nos relatos desses casos que há uma exclusão do sujeito de direito sem buscar compreender ou acolher as necessidades dos indivíduos, muito menos são postas estratégias de resolução de problemas. É outro fator que se destaca é a exclusão do sujeito em práticas preventivas que fujam dos padrões definidos pelas heteronormas, colocando-os a margem da sociedade sujeitando-os a todo tipo de exclusão e violência. Dessa forma os preceitos do SUS não estão sendo respeitados, constituindo-se como um ato de violência que se confirma efetivamente nos índices crescentes de mortes por LGBTIfobia.

É notório o posicionamento contemporâneo no que diz respeito às questões sociais e governamentais de indiferença as temáticas de gênero e sexualidade, e o distanciamento dos princípios centrais da atenção básica em um estado de negação de direitos e neoliberal. Essas formas são notórias em práticas profissionais que visam higienização desses corpos na sociedade de formas também normatizadoras e disciplinares. Sugere-se que novos estudos possam trazer aprofundamentos dessas temáticas de gênero e sexualidade, novas perspectivas que quebrem essa lógica de psicopatologia e normatização dos corpos LGBTIs.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Yuri Nishijima; SCHRAIBER, Lilia Blima. Violência institucional e humanização em saúde: apontamentos para o debate. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9):3013-3022, 2017.

BRASIL. Saúde da Família. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/noticias-772-acoes-e-programas/saude-da-familia/41285-saude-da-familia>>. Acessado em 11/09/2019.

_____. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

_____. Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em: 11/09/2019.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Tentativas de aniquilamento da subjetividades LGBTIs. Brasília, DF, 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª Região. Psicologia, travestilidades e transexualidades : compromissos ético- políticos da despatologização / Ematuir Teles de Sousa, Marília dos Santos Amaral, Daniel Kerry dos Santos (organizadores). – Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 11/09/2019.

COMPETÊNCIA NO CUIDADO EM SAÚDE COM A POPULAÇÃO LGBTI+

Maurício da Silva Oliveira
Milena Santana da Conceição

RESUMO

Devido o contínuo preconceito da população geral e da população médica, associado ao desconhecimento sobre vários aspectos da população LGBTI+, ainda nos dias atuais, este é um grupo que vive marginalizado e carente de atenção. Dessa forma, um modo eficaz de atuar sobre esta realidade é fomentar uma maior discussão em relação à atenção em saúde à comunidade LGBTI+, em um espectro amplo e não estigmatizado. Esta população é composta por pessoas completas, que devem receber uma atenção integrada por parte do médico e de todo o sistema que o apoia. Para tal, o projeto “Competência no cuidado em saúde com a população LGBTI+”, constituído por um evento de capacitação, três oficinas temáticas com a comunidade externa e um evento de encerramento, abordou o tema saúde da população LGBTI+, com acadêmicos, profissionais da área da saúde e membros da ONG Dignidade. Com palestras e relatos reais na capacitação, oficinas com rodas de conversa e reunião final para discussão e encerramento, os participantes puderam ter um melhor entendimento da realidade dessa população e, por essa, um estímulo para aprimorar a abordagem destas pessoas no seu papel de pacientes.

Palavras-chave: educação médica, atenção em saúde, atenção integrada, capacitação, aprimoramento.

INTRODUÇÃO

A população LGBTI+ – lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, intersexuais e outros – é considerada vulnerável quanto ao atendimento de seus direitos humanos, incluindo o acesso aos serviços públicos de saúde. (CARDOSO, et. al. 2012). Há ainda muito preconceito e discriminação quando se fala na população LGBTI+, que vive marginalizada e carente de maior atenção do setor público. Ainda que existam algumas melhorias executadas pelo SUS com relação ao atendimento dessa população, se faz necessária uma maior discussão sobre as formas de abordagem médica à comunidade, visto que atualmente há pouca especialização na área da saúde relacionada a esse tema. Pensando nisso, foi criada a política nacional de atenção especial a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que teve sua origem junto ao Ministério da Saúde em parceria com os movimentos sociais visando, inicialmente, o combate ao HIV/AIDS. Atualmente, essa parceria apresenta mais de duas décadas de acúmulo teórico e de ações de promoção à saúde, o que conduziu à ampliação das políticas públicas para além do combate à AIDS e estabeleceu, ainda, as diretrizes para o combate à violência e à discriminação (BRASIL, 2013). Apesar dos esforços do Sistema Único de Saúde, as transformações das redes de saúde para o melhor atendimento dessa população também dependem das transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais de saúde. Compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social, bem como a dificuldade de acesso à serviços públicos interferem diretamente na qualidade de vida e de saúde. Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, se enquadrando a lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença. (BRASIL, 2009). Diante do exposto, a relevância do correto atendimento pelo profissional da saúde à essa população se torna inquestionável. Neste contexto, torna-se necessário o debate da competência no cuidado em saúde com a população LGBTI+, incluindo a importância da instrução dos futuros profissionais da saúde para o tratamento desta demanda social.

OBJETIVO

Promover um evento de capacitação, dentro do projeto intitulado “competência no cuidado em saúde com a população LGBTI+”, a fim de abordar a realidade social e a saúde da população LGBTI+ nos meios acadêmico e profissional da área da saúde, discutir as demandas no atendimento da população LGBTI+, bem como aprimorar o conhecimento técnico dos acadêmicos, residentes e professores em relação ao acolhimento e atendimento clínico dessa população. Além disso, por meio das demais atividades do projeto, o estabelecimento de um espaço de diálogo, visando à inserção dos participantes no contexto de vida da comunidade LGBTI+.

MÉTODOS

Foram desenvolvidas atividades em prol do aprimoramento da formação médica, almejando-se trazer um atendimento mais adequado e compatível com as expectativas dos pacientes pertencentes à comunidade LGBTI+, visto que é um quesito considerado ineficiente, de acordo com informações previamente colhidas pelos coordenadores do trabalho. Firmaram-se parcerias com a ONG GRUPO DIGNIDADE, referência em acolhimento, cuidado e políticas públicas envolvendo a comunidade LGBTI+, a Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia da UFPR (LIAGO) e o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX), que certificou e validou o projeto e, ainda, auxiliou no andamento das atividades. O trabalho foi realizado, em um primeiro momento, com um evento de capacitação, no dia 04 de setembro de 2018, dentro das dependências do setor de ciências da saúde do Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. A programação envolveu relatos de militantes da ONG DIGNIDADE (um gay, uma lésbica, uma bissexual, uma mulher trans e uma interssexual) e capacitação com médicos de família e comunidade. Avaliou-se, no dia, o conhecimento dos participantes em relação ao tema com um questionário pré e pós evento, previamente elaborado pela equipe de organização. O projeto teve uma segunda parte, em que foram realizados encontros com participantes que manifestaram interesse em seguir com as atividades previstas no projeto. Assim, foram organizadas oficinas com temas específicos para cada dia. Estas oficinas foram incluídas em uma atividade que ocorre na ONG GRUPO DIGNIDADE, chamada de Café com Diversidade. As oficinas foram no número de três, com os seguintes temas: Saúde do homem gay e bissexual, Saúde da mulher lésbica e bissexual e Saúde de transgêneros, incluindo interssexuais. Estas atividades foram abertas à comunidade externa e teve como principal objetivo, trazer um contato direto dos participantes com a população LGBTI+ a fim de aprofundar o conhecimento e troca de experiências relacionadas a cada tema. O fim das atividades do projeto, foi realizado um evento de encerramento, com a presença de participantes de todas as etapas do projeto.

RESULTADOS

218 estudantes se inscreveram no evento de capacitação inicialmente, com a maioria dos inscritos do curso de medicina da UFPR até o 8º período, apesar de razoável adesão dos alunos do 9º ao 12º, com quase 40 inscritos desses períodos. Outros cursos com participantes foram enfermagem, odontologia, alunos da residência multiprofissional, farmácia, terapia ocupacional e instrumentação cirúrgica, além de profissionais já atuantes na área de saúde. No questionário pré campanha, de 0 a 10, a maioria respondeu 5 ou menos na quantificação do quanto eles se sentiam preparados para dar assistência médica e acolhimento corretos a um paciente LGBTI+. Houveram 103 participantes no evento de capacitação. Dentre esses, 54 responderam o questionário pós evento. Foi questionado o quanto os acadêmicos se sentiam preparados para dar assistência profissional e acolhimento corretos a um paciente LGBTI+ quantificado de 0 a 10 pontos pós evento. A maioria se auto avaliou com a nota 7, apontando uma melhora em relação às inscrições, porém demonstrou que a deficiência que há no ensino sobre essas questões ainda é muito grande. 98,1% respondeu que o evento ajudou a se tornar mais preparado (a) para atender pacientes do grupo LGBTI+ como profissional da área da saúde. 59,6% disseram que o assunto nunca havia sido abordado na matriz curricular da graduação. Os 40,4% que tiveram o assunto abordado responderam que as disciplinas que contemplaram o assunto eram da saúde comunitária como medicina da família, saúde sexual do adolescente, integração ensino e comunidade, habilidades médicas e de comunicação e psicologia e saúde. A maioria dos estudantes (61,5%) não tinha conhecimento da política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e 55,8% acharam que a política nacional de saúde integral LGBTI+ não é implantada pelos profissionais da saúde SUS de forma generalizada. Todos os participantes responderam que o preconceito contra LGBTI+ e a falta de informações estão por trás do atendimento de má qualidade à essa população. 92,3% dos participantes responderam que os profissionais de saúde estão pouco ou muito pouco preparados para o atendimento da população LGBTI+ e quase todos os participantes (98,1%) acham necessária a inclusão de aulas sobre assistência médica/profissional de saúde à população LGBTI+ no currículo acadêmico de cursos da área da saúde. No evento de encerramento, em que foram debatidos com maior afinco todos os resultados obtidos durante a vigência do projeto, houve o fortalecimento da importância

do conhecimento adequado de questões acerca da saúde da população LGBTI+ pelos profissionais da área da saúde em geral, destacando-se a necessidade de uma melhor abordagem clínica nos diversos setores organizacionais da saúde pública brasileira. Além disso, foi discutida a importância do conhecimento deste grupo do crescente interesse por questões relacionadas a sua saúde e bem estar. Por fim, os trabalhos mostraram-se como uma forma de abrir espaço para o debate o tema e de trocar experiências entre estudantes, profissionais da saúde e a população LGBTI+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do foco na abordagem da realidade social e de saúde da população LGBTI+ no meio acadêmico dos estudantes e profissionais já atuantes, houve um aprimoramento e maior sensibilidade por parte dos envolvidos em relação ao acompanhamento integral em saúde. A humanização da conduta médica torna-se um importante e eficaz meio de diminuição das desigualdades e preconceitos existentes. Contrapondo a grande defasagem do ensino da competência no acompanhamento clínico à população LGBTI+ na grade curricular tradicional da maioria das faculdades da área da saúde, ações como esta devem ser constantemente apresentadas e trabalhadas, a fim de melhorar o contexto social e proporcionar um serviço de saúde de acordo com as expectativas dos pacientes, respeitando sempre as suas individualidades.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Michelle Rodrigues; Ferro, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2012, vol.32, n.3, pp.552-563. ISSN 1414-9893.<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Saúde Brasil 2008 : 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

UNIDADE BÁSICA AMIGA DA SAÚDE LGBT

Lúcia Maria da Silva Barbosa⁴

Erik A. F. ABADE⁵

Vanessa F. RIBEIRO⁶

Elizabete O. SANTANA⁷

Alexandre A. C. SOUSA⁸

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência do projeto Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT, estratégia formulada pelo Campo Temático Saúde da População LGBT (CTLGBT) da Secretaria Municipal de Saúde do Salvador (SMS/Salvador), com o objetivo de promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; ampliar o acesso dessa população aos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) e, qualificar a atenção à saúde prestada a esse grupo de acordo com suas necessidades e demandas específicas. O projeto foi implantando em 15 Unidades Básicas de Saúde (UBS), seguindo o critério de uma unidade por Distrito Sanitário (DS), para garantir a implantação da estratégia em todos os territórios do município. As unidades escolhidas foram qualificadas, sensibilizadas e organizadas para acolher, resolver e/ou encaminhar as demandas de saúde do público LGBT. O projeto organiza-se em duas etapas, a primeira de qualificação e a segunda de certificação. Para a qualificação utilizou-se a educação permanente dos profissionais como estratégia prioritária para garantir um atendimento humanizado, livre de práticas preconceituosas e discriminatórias, e adequado as necessidades dessa população. A operacionalização ocorreu a partir do próprio processo de trabalho das equipes e, foram utilizadas as metodologias de rodas de conversa nas próprias UBS, seminários e webpalestra com a participação de toda a rede municipal de saúde, ainda foram produzidos materiais educativos como *folders*, *banners* e camisetas. A etapa de certificação consiste num cumprimento de 10 critérios pela UBS para ser considerada uma Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT, entre estes, estão a realização de atividades educativas em datas temáticas, utilização do nome social e a inclusão das categorias de orientação sexual e identidade de gênero nas anamneses e roteiros de atendimentos. Os critérios foram discutidos e pactuados com os trabalhadores e os movimentos sociais atuantes na região. Entre os resultados já alcançados estão a visibilização da população LGBT nas UBS com a realização de ações para esse público pelas equipes de saúde, a inclusão do tema de forma sistemática e organizada na educação permanente no SUS municipal, a ampliação do conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) e a redução de barreiras de acesso com destaque para o uso do Nome Social. A iniciativa segue no momento para a fase de certificação e passou a constituir a estratégia central de implantação da PNSILGBT no município do Salvador, a ser progressivamente expandida para toda a rede de Atenção Primária à Saúde (APS).

Palavras-chave: Saúde LGBT. Acesso. Cuidado Integral. Educação permanente.

INTRODUÇÃO

A Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) tem como objetivo promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como, contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como um sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2011).

A política tem como marca o reconhecimento da discriminação e do preconceito por orientação sexual e identidade de gênero na determinação social da saúde, sendo um fator relevante no processo de sofrimento e adoecimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Nesse contexto, são objetivos centrais da política ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, e qualificar a rede de serviços para ofertar uma atenção integral às demandas e às necessidades de saúde dessa população.

Para tanto, o II Plano Operativo (2017-2019) da PNSILGBT apresenta 05 eixos prioritários: Acesso da população LGBT à atenção integral à saúde; Promoção e vigilância em saúde; Educação permanente, educação popular em saúde e comunicação; Mobilização, articulação, participação e controle social; e, Monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população LGBT (BRASIL,

4 Pós-Graduada em Psicoterapia Analítica Junguiana pela Clínica Psiquê/Faculdade Hélio Rocha. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia. Técnica de Referência do Campo Temático Saúde da População LGBT da Secretaria Municipal de Saúde do Salvador. E-mail: saudelgbt@gmail.com.

5 Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Observatório de Análise Política em Saúde OAPS/ISC. Técnico de Referência do Campo Temático Saúde da População LGBT da Secretaria Municipal de Saúde do Salvador. E-mail: erikasley@hotmail.com.

6 Pós-graduada em Especialização em Saúde Coletiva: com concentração em Gestão da Atenção Básica. Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia. Subcoordenadora de Ciclos de Vida e Gênero da Coordenadoria da Atenção Primária à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Salvador. E-mail: vanessafonseca@msn.com.

7 Pós-graduada em Teorias e Práticas Clínicas em Atenção Psicossocial aos Usuários de Drogas e em em Saúde da Família. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Psicóloga do Núcleo de Apoio a Saúde da Família no município de Salvador. E-mail: betebete@hotmail.com.

8 Mestre em Saúde Pública. Graduado em enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará. Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família no município de Salvador. E-mail: sousaalexandre@yahoo.com.br.

2017).

Deste modo, visando garantir a ampliação do acesso e uma assistência qualificada à população LGBT nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) com e sem a Estratégia de Saúde da Família do município do Salvador, nos anos 2017 e 2018, foi desenvolvido, pelo Campo Temático Saúde da População LGBT (CTLGBT), o projeto piloto Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT.

Assim, este trabalho tem o objetivo de descrever a experiência de implantação do projeto Unidade Amiga da População LGBT no município do Salvador.

CENÁRIO DE ATUAÇÃO

Com vistas à implantação da PNSILGBT no município, no ano de 2014 foi criado o Campo Temático Saúde da População LGBT (CTLGBT), órgão técnico que está inserido na Coordenadoria de Atenção Primária à Saúde da Secretária Municipal de Saúde do Salvador (APS/Salvador) e, destina-se a desenvolver ações e estratégias no intuito de garantir o acesso e o cuidado integral em saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais da cidade do Salvador. Já entre suas primeiras atuações, o CTLGBT constatou que havia um grande desconhecimento dos profissionais atuantes na rede de atenção à saúde a respeito da PNSILGBT e dos conceitos de orientação sexual e de identidade de gênero como determinantes sociais da saúde.

Além disso, o CTLGBT começou a identificar a presença de práticas estigmatizantes e discriminatórias a respeito dessa população, que dificultavam o acesso aos serviços e prestação de assistência não qualificada. Constatou-se também a invisibilidade das questões relacionadas a saúde LGBT nos demais Campos Temáticos e nas ações da SMS. Cabe destacar ainda a reivindicação dos movimentos sociais por uma atenção organizada a população LGBT no município.

Para atuar sobre estas questões, em 2016 foi elaborado o Projeto “Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT”, que busca implementar as recomendações da PNSILGBT, com destaque para a sensibilização e qualificação dos profissionais a respeito dos direitos das pessoas LGBT, com inclusão do tema de forma sistemática e organizada na educação permanente no SUS municipal, tendo como foco a rede de Atenção Primária a Saúde (APS).

As Unidades Básicas Amigas da Saúde LGBT visam promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; ampliar o acesso dessa população aos serviços da Atenção Primária à Saúde; e qualificar a atenção à saúde prestada a esse grupo de acordo com suas necessidades e demandas específicas.

Essa estratégia tem como ponto central a transformação das práticas dos profissionais de saúde em relação ao cuidado integral à saúde da população LGBT, prestando um atendimento humanizado, livre de qualquer preconceito e discriminação, respeitando assim o compromisso do SUS com seus princípios de integralidade, igualdade e universalidade da assistência em saúde.

O projeto foi implementado em todos os Distritos Sanitários (DS) do município e, em cada um deles, elegeu-se uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para ser qualificada, sensibilizada e organizada para acolher, resolver e/ou encaminhar as demandas de saúde do público LGBT. Essa escolha baseou-se tanto na localização e no perfil de atendimento das unidades, como na presença de profissionais que pudessem contribuir localmente no desenvolvimento do projeto.

ETAPAS DESENVOLVIDAS

A implantação ocorreu em duas fases: na fase de qualificação e na fase de certificação. Na fase qualificação foram realizadas atividades de educação permanente com os profissionais das UBS. A educação permanente foi operacionalizada a partir do processo de trabalho das equipes e foram utilizadas as metodologias de rodas de conversa nas próprias UBS, seminários e webpalestra que contaram com a participação de toda a rede municipal de saúde.

As atividades de educação permanente foram organizadas em 03 ciclos e, nos dois primeiros, contaram com a participação de pelo menos 75% dos trabalhadores das UBS. No primeiro ciclo foi realizada a apresentação da PNSILGBT e discussão sobre diversidade sexual e identidade de gênero. No segundo ciclo foi abordado o respeito ao uso do nome social no SUS, acolhimento humanizado e livre de preconceito à população LGBT como ferramenta para ampliação do acesso e da integralidade da assistência na APS/Salvador. Os dois primeiros ciclos foram realizados localmente, em

cada UBS, com a participação de todos os trabalhadores de nível elementar, médio e universitário.

Já o terceiro ciclo objetivou a qualificação dos profissionais do atendimento integrado (médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, entre outras) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF-AB) em temas específicos, como: hormonização em transexuais e travestis; prevenção de cânceres ginecológicos (cérvico-uterino e de mamas) em mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans; saúde sexual de gays, homens bissexuais, mulheres transexuais e travestis, com foco em Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), especialmente com relação ao HIV/Aids e às hepatites virais; saúde mental e violências contra a população LGBT.

Até então foram realizados 03 (três) seminários, 01 (uma) webpalestra e 01 (um) treinamento abordando as demandas específicas: cuidado integral à saúde de travestis e transexuais, especificidades de mulheres lésbicas e bissexuais e atuação para os casos de violências motivadas por LGBTfobia e saúde sexual da população LGBT. Para a etapa de qualificação ainda foram produzidos materiais educativos para utilização com os profissionais como folders, banners e camisas.

Na fase de certificação, os critérios foram definidos com a participação dos distritos sanitários e dos trabalhadores das UBS Amigas da Saúde LGBT. Após a formulação da proposta inicial os critérios ainda foram submetidos aos representantes dos movimentos sociais atuantes no município para apreciação, sendo validados os seguintes critérios:

- Apresentar participação de 75% das trabalhadoras e trabalhadores nas rodas de conversa do ciclo 01 de educação permanente;
- Estar representada por pelo menos 01 (um) profissional nas qualificações de temas específicos ofertadas pelo CTLGBT. Devendo ser observada a categoria profissional convocada para cada atividade no período avaliado;
- Utilizar o Nome Social nos prontuários/formulários de pessoas travestis e transexuais. Incluir a informação sobre a orientação sexual e a identidade de gênero dos usuários nos dados registrados nos prontuários;
- Ofertar a impressão do Cartão do SUS com o Nome Social para as pessoas travestis e transexuais;
- Realizar 01(uma) atividade por ano sobre o tema da diversidade sexual e identidade de gênero nas escolas vinculados ao PSE. Quando não houver PSE ou a escola vinculada ao PSE for apenas de séries iniciais, realizar as atividades em outras escolas da área de abrangência ou em grupos de adolescentes em funcionamento;
- Incluir atividades educativas sobre a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais, mulheres transexuais e travestis no Outubro Rosa. Mínimo de 01(uma) atividade;
- Incluir atividades educativas sobre homens gays e bissexuais e homens transexuais no Novembro Azul. Mínimo de 01 (uma) atividade;
- Realizar 01 (uma) atividade educativa em cada uma das datas temáticas: Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro), Dia internacional de combate a LGBTfobia (17 de maio); Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto);
- Expor Banner e outros materiais educativos nos locais apropriados das UBS;
- Ter o profissional de referência para a PNSILGBT habilitado pelo curso Política Nacional da Saúde Integral LGBT que é ofertado pela plataforma AVASUS. O curso deve ser realizado dentro da carga horária de trabalho do profissional, e estar condicionado à existência de computador na UBS para sua realização.

Para o processo de certificação, cada UBS Amiga da Saúde LGBT elegeu um profissional de referência que se responsabiliza pelo acompanhamento das atividades na unidade. A certificação está em andamento e programada para finalizar em junho de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população LGBT está exposta a diversas iniquidades, que não estão restritas apenas a área da saúde, mas que são potencializadas pelas barreiras de acesso aos serviços de saúde e pela invisibilidade de suas demandas no cuidado prestado pela Atenção Primária à Saúde. Assim, é preciso destacar a importância e potencialidade da estratégia Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT como indutora de mudança no acolhimento e atenção a esta população.

São inúmeros os desafios de operar uma estratégia que tem como eixo a educação permanente e modificações de práticas, especialmente, em temas que mobilizam fortes questões culturais, morais e religiosas. Ainda mais no contexto da Atenção Primária à Saúde onde o território, as histórias de vida e a relação entre profissionais e usuários são características fundamentais.

A Unidade Básica Amiga da Saúde LGBT, vem, então, buscar a promoção, proteção e recuperação da saúde dessa população, por meio da mobilização das UBS. Essa iniciativa delineia um importante papel de atuação que as unidades de saúde podem desempenhar a fim de garantir um

atendimento humanizado e qualificado à população LGBT, livre de qualquer preconceito e discriminação, assim como, fortalecer a participação dos movimentos sociais LGBT no âmbito da saúde.

Destaca-se, também, a importância dos processos educacionais para a implementação das políticas de equidade, onde a atuação profissional é uma das principais tecnologias a ser qualificada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria n. 2.836, de 01 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília, 2011.

BRASIL. Resolução nº 26, de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre o II Plano Operativo (2017-2019) da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2017.

O USO DE PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO (PREP) E A RESPONSABILIDADE DE SÍ: UM ESTUDO DE CASO

Jeneson Tavares da Cruz⁹

RESUMO

O uso de PrEP baseia-se na prevenção de infecção pelo HIV, reduzindo o risco em mais de 90% segundo pesquisas recentes (FONNER; DALGLISH; KENNEDY et al., 2016). Contudo, ao receber usuários deste tratamento em consultório, verifica-se comumente o abandono deste tratamento em casos quando se inicia uma relação fixa e monogâmica. Um caso em particular, numa breve descrição, após o uso de PrEP por quase um ano, decide parar já que começou a namorar. Foi-se questionado e indagado a associação do uso do tratamento e sua prática sexual, assim como benefícios e malefícios possíveis da continuidade do tratamento com PrEP. Uma interpretação a partir da fala deste usuário fez-nos pensar que ao decidir parar o uso da medicação imediatamente a responsabilidade pelo seu corpo e sua saúde estariam, a partir daquele instante, nas mãos de um outro. Se não utilizo uma medicação preventiva, a relação teria que ser monogâmica e assim, esse outro seria responsável se alguma infecção lhe acometesse. Todavia, ao ouvir e refletir sobre isso, foi decidido manter o tratamento e assegurar que do corpo que lhe pertence e a responsabilidade frente a saúde deste corpo é do próprio usuário.

Palavras-chave: PrEP. Usuário. Responsabilidade. Corpo. Saúde.

INTRODUÇÃO

A PrEP consiste no uso diário de medicação antirretroviral (ARV) com o intuito de manter-se prevenido de uma infecção pelo vírus HIV. A eficácia deste tratamento, que é acompanhado por uma equipe multiprofissional, está diretamente ligada à adesão ao tratamento e pesquisas afirmam que esta medida de prevenção do HIV reduz a incidência do vírus em 95%. (GRANT; LAMA; ANDERSON et al., 2010)

Atualmente, os segmentos populacionais que têm prioridade para acesso a este tratamento são homens gays e outros homens que têm relação sexual com homens (HSH), pessoas trans, trabalhadores sexuais e parcerias sorodiferentes, onde um dos parceiros tem o vírus e o outro não.

Para tanto, ainda é preciso avaliar se há indicação para tais de acordo com alguns critérios estabelecidos no “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco a Infecção pelo HIV”, que está disponível pelo site do governo federal: <http://www.aids.gov.br/pcdt>.

Cabe ressaltar que este tipo de prevenção faz parte de um conjunto de ações que chamamos “prevenção combinada”. Esta consiste, como por exemplo, o uso contínuo e diário de PrEP e de preservativos durante as relações sexuais, já que não há nenhum método que é 100% eficaz e também, a PrEP previne de infecção pelo HIV e existem tantas outras infecções sexualmente transmissíveis da qual se faz necessário o uso de preservativos.

DESCRIÇÃO DE CASO

Um sujeito que acompanho há dez meses decide utilizar de PrEP pois não tem parceiro fixo e vem se expondo ao risco de infecção pelo HIV com certa frequência. Este inicia o tratamento e tem uma adesão bem consistente no uso da medicação. Nos últimos dois meses encontra alguém do qual se enamora e decidem namorar. Com isso, traz para o atendimento a ideia de parar o uso da PrEP já que não vê mais razão de ter que continuar. Discutimos esta questão e a possibilidade de interromper o tratamento por ser do seu interesse, além do que poderá retomá-lo mais adiante caso seja necessário.

Todavia, algo faz uma questão. Ao falar disso retoma um ponto que diz que se agora não mais faria uso do medicamento e camisinha, que o parceiro teria que se cuidar para que nada acontecesse com ele. Em psicanálise pensamos que o sujeito está no termo e não no começo (RIBEIRO, 2002). Ou seja, ele é responsável pelo que comete e o que lhe acomete de alguma maneira. É um tanto infantil esquivar-se da responsabilidade e colocar no outro, assim como a criança ao brincar e derrubar um objeto diz: “Caiu!”. O objeto foi derrubado por ele, mas sua capacidade ainda que linguística, precisa ser lida como da evasão da cena e responsabilização do outro pelo que acontecerá.

⁹ Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Psicanalista e psicólogo em consultório particular, e aconselhador/linkador na Clínica e-COA. E-mail: jenesontc@gmail.com

No caso descrito lemos que ao dizer ao parceiro que não tomaria mais a profilaxia de prevenção, também alegava que a relação seria monogâmica, e isto não estava posto em palavras, não haveria consideração de uma possível relação aberta ou mesmo que o desejo do outro estivesse única e exclusivamente direcionado a ele. Longe de qualquer julgamento de valor para todo tipo de relação, foi questionado o que era do seu desejo e o que lhe servia enquanto relação e prática sexual.

INTERVENÇÃO

A intervenção do psicanalista faz ruído e abre questões. O próprio uso de uma medicação de prevenção e a interrupção deste tratamento lhe ressoa questões de seu desejo sexual e sua atitude para com o laço com um outro.

Sobre desejo, já sabemos a partir da psicanálise, que é “um movimento psíquico de origem interna que visa obter uma satisfação interdita ou reencontrar um gozo primordial cujos vestígios se fixaram no inconsciente” (BONNET, 2016). Portanto, não nos surpreende que o questionamento sobre o passar o bastão do cuidado com o seu corpo para um outro pode ressoar, e, assim, levando a uma ressignificação de sua própria relação com o corpo, cujo desejo está vinculado à satisfação do mesmo.

O sujeito ao poder se interrogar sobre o que é do seu desejo e o que ele tem a ver com esse desejo, isto é, sua responsabilidade para com ele, mostra a capacidade de assumir uma posição de sujeito de desejo. Responsabilidade esta que demarca não só as escolhas pelas quais realiza, mas também a não escolha. Em outras palavras, deve se responsabilizar até mesmo pelo que não escolher livremente, ou pelo menos, como no caso relatado, pelo que acha que tinha escolhido em detrimento de algo cuja não escolha estava presente. Isto revela o quão importante é poder tomar seu lugar de responsável pela sua história, sua vida e seu corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este pequeno recorte de caso nos aponta para o imprescindível suporte e acompanhamento de um tratamento psicológico e psicanalítico nas mais diversas formas de sexo, assim como nos movimentos de prevenção de ISTs.

O próprio uso de PrEP revela que, primeiramente, há contato sexual, há desejos nos corpos que estão além e aquém de apreensões do social ou da norma. Portanto, se existem políticas de saúde que preveem tais pontos, se existem ainda estratégias de prevenção, também faz-se necessário um acompanhamento que só a psicologia e a psicanálise podem dar conta.

Ao desvelar que a partir do momento que se faz uso de uma profilaxia de prevenção para o HIV associada ao uso de pre, está intrinsecamente inconsciente que há uma possível exposição de infecção com o vírus, e assim, a responsabilidade do corpo está naquele que o possui, e não naquele ou naqueles dos quais se relaciona. Em qualquer caso de infecção o primeiro movimento é sempre de dizer que o outro o infectou ou sempre se pergunta de onde veio ou quem me infectou. Isto tanto pelo HIV como qualquer outra infecção sexualmente transmissível.

Estes apontamentos demonstram a relevância de esclarecer a responsabilidade de algo que é do nosso domínio – o corpo. Podemos até optar por não fazer uso de PrEP, mas que isso possa ser interrogado para ver qual a posição do sujeito em relação ao seu corpo e seu cuidado.

REFERÊNCIAS

BONNET, Gérard et al. *Lé Desir – l’objet qui nous fait vivre*. Colletion Psy Pour Tous. Edition in Press. - Paris : In press, DL 2016. - 1 vol. (105 p.) .

FONNER, V. A.; DALGLISH, S. L.; KENNEDY, C. E. et al. Effectiveness and safety of oral HIV pre-exposure prophylaxis (PrEP) for all populations: A systematic review and metaanalysis. *AIDS*, 2016.

GRANT, R. M.; LAMA, J. R.; ANDERSON, P. L., et al. Preexposure chemoprophylaxis for HIV prevention in men who have sex with men. *N Engl J Med*. 2010;363(27):2587-2599. doi: 10.1056/NEJMoa1011205.

Prevenção Combinada do HIV/Sumário Executivo/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde,

Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. Da Responsabilidade na Psicanálise. GRUPO DE ESTUDO DE ARTE, FILOSOFIA E PSICANÁLISE. São Paulo: 2002. Disponível em: <<http://psicanaliselacanianana.blogspot.com/2012/07/da-responsabilidade-na-psicanalise.html>>. Acesso em 10/08/19.

RESUMO

O envelhecimento da população brasileira já é uma realidade que não se pode mais deixar de lado pelas autoridades. No entanto, reconhecer que o país necessita adotar políticas públicas voltadas aos idosos que não se limitem apenas às reformas previdenciárias, mas também em outros setores, ainda é um passo que está se construindo lentamente. No que tange à saúde e sexualidade, a imagem do idoso como indivíduo assexuado ainda resiste, porém, pesquisas apontam que não só essa específica população continua ativa nas suas relações, como também houve um aumento de idosos que contraíram infecções sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, quando se trata da vivência da população idosa LGBTQI+, esse assunto ainda é menos explorado, inclusive dentro dos movimentos sociais. Portanto, como objetivo geral, procurou-se compreender a sexualidade no envelhecimento e como estes sujeitos se relacionam com os atuais métodos preventivos contra infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e HIV/Aids. Como objetivos específicos, identificar a moralização da sexualidade e o estereótipo do idoso como sujeito abjeto; verificar a percepção dos idosos em relação às suas vulnerabilidade para adquirir IST's e HIV/Aids. Após análise, percebeu-se que ainda há muito desconhecimento sobre os novos métodos de prevenção e a necessidade de incluir este público específico nas políticas públicas que envolvem saúde, prevenção e sexualidade.

Palavras-chave: Envelhecimento; Sexualidade; Prevenção Combinada.

INTRODUÇÃO

Embora os debates que envolvam a temática acerca da sexualidade tenham se intensificado nos últimos anos, resultado das transformações sociais que passaram a reconhecer como direitos humanos universais, quando se fala especificamente em direitos sexuais e reprodutivos, logo se é remetido ao público mais jovem como sexualmente ativo em que são direcionadas a maior parte das políticas públicas de saúde e prevenção, ao passo que os idosos permanecem na ideia errônea de que não possuem mais desejos e impulsos sexuais.

Na contramão desta perspectiva de que o indivíduo ao passar pela juventude e fase adulta, encontrando-se no processo de envelhecimento, pesquisas tem mostrado que esta população de idosos continuam sexualmente dispostos, inclusive após os 80 (oitenta) anos, mesmo com as mudanças biológicas do corpo. (ANDRADE e outros, 2017)

Nesse sentido, não basta apenas desmistificar a crença popular de que idosos são seres assexuados, mas também incluí-los nas políticas públicas de saúde e prevenção no intuito de que estes se percebam como detentores de direitos sexuais, promovendo a melhor qualidade de vida durante o envelhecimento.

A partir desse entendimento, a presente Oficina tem como objetivo geral compreender a sexualidade no envelhecimento e como se relacionam com os atuais métodos preventivos contra infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e HIV/Aids. Para tanto, os objetivos específicos consistem em identificar a moralização da sexualidade e o estereótipo do idoso como sujeito abjeto e verificar a percepção dos idosos em relação às suas vulnerabilidade para adquirir IST's e HIV/Aids.

ENVELHECIMENTO, MORALIDADE E SUJEITOS ABJETOS

A moralização da sexualidade, com o início do domínio da Igreja Católica, trouxe como consequência que qualquer desvirtuamento daquilo que estava normatizado pela religião se caracterizaria como pecado. Santo Agostinho, um dos teólogos e filósofos mais importantes do cristianismo, foi um dos responsáveis por pregar a inferioridade da mulher em relação ao homem, bem como correspondeu o sexo ao pecado, havendo necessidade de controle rigoroso para não contrariar Deus. (ZERBINATI, 2017)

Zerbinati (2017) afirma ainda que tal mudança da organização social por conta do cristianismo como religião oficial influenciou os estudos acerca de gênero até o século XIX, no sentido de que as discussões somente fossem voltadas acerca das definições anatômicas e fisiológicas do ser humano, no âmbito da medicina. Desta forma, houve um rompimento dos ideais cristãos e a sexualidade passou a ser vista como uma questão biológica, cujo discurso científico tratava-se de diagnosticar, tratar e curar.

10 Pós-graduada na Especialização em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. E-mail: julianamdm@live.com.

Os resultados dos esforços da medicina e das ciências de um modo geral, interessados em descobrir as verdades fundamentais dos corpos humanos, tiveram a necessidade de criar definições para as práticas sexuais e identidades sexuais. Produzindo rótulos e demarcando o território entre o normal e o anormal, definindo, na sexualidade, perversões sexuais como problemas de patologia individual. (Zerbinati, 2017, p. 26)

Neste diapasão, a sociedade atual ainda carrega heranças dessa evolução histórica dos estudos voltados à sexualidade, passando de pecado à biologia, em seus mais variados níveis, não se resumindo apenas ao ato sexual, mas também à saúde, prevenção, orientações sexuais, identidades de gênero. No entanto, embora os estudos comprovem a naturalidade em que o indivíduo vivencia sua sexualidade, caracterizando-se como uma condição humana, as políticas públicas para efetivação de direitos ainda se restringem a determinados grupos e, conseqüentemente, a exclusão de outros.

Como exemplo e voltando um pouco no tempo, Miskolci (2012) conta que a partir da segunda metade da década de 1980, nos Estados Unidos, quando a epidemia de *AIDS* se tornou emergência de saúde pública, retrocedendo e dando munição aos movimentos conservadores que eram contra a Revolução Sexual vivenciada naquele momento, houve a necessidade dos movimentos pela diversidade sexual se firmarem novamente, uma vez que a homossexualidade já havia deixado de ser considerada patologia em 1973, uma das conquistas do grupo. Por conseguinte, com a epidemia de *AIDS*, os questionamentos acerca de uma possível relação da condição sexual homoafetiva com a transmissão da infecção voltaram e junto também o receio dos ativistas dos movimentos sociais de ocorrer uma possível “repatologização” da homossexualidade. Portanto, conforme o autor afirma, os valores defendidos se voltaram para uma “classe média letrada e branca, ávida por aceitação e até mesmo incorporação social”, sem levar em consideração que parte dos indivíduos que aderiram ao movimento se enquadravam no grupo marginalizado repudiado pela sociedade da época. Cumpre mencionar, que este grupo foi o embrião do movimento *Queer*.

O exemplo citado acima, resume a Revolução Sexual vivida na década de 1980, a sociedade estava passando por uma transformação a respeito da moral e costumes, bem como o surgimento e epidemia do HIV/*Aids* que atingiu em maior número a população LGBTQI+ da época que era excluída das políticas públicas e a tentativa do próprio movimento social de desassociar-se da imagem da infecção com a marginalização de indivíduos do mesmo grupo e que estavam em situação de vulnerabilidade acentuada comparado aos outros. Assim, o referido exemplo traz a luz que apesar da sociedade se libertar das amarras morais da sexualidade, ainda há grupos que continuam estigmatizados e que não são alcançados pelas políticas de forma efetiva, seja por não serem o público-alvo delas, e/ou por ainda persistirem preconceitos que tornam invisíveis esses indivíduos perante a sociedade.

Entre esses grupos que tem a sua sexualidade ignorada, podemos destacar a população idosa, que não só carrega ainda a herança vivida de uma juventude reprimida sexualmente, como também a ideia da assexualidade a partir da entrada na terceira idade, em razão das mudanças fisiológicas. Como idoso, a legislação pátria, ora o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), considera “as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”, conforme consta em seu artigo primeiro.

Ao adentrar na discussão acerca da sexualidade no envelhecimento, é importante trazer a perspectiva de Paiva (2009) que após citar algumas narrativas cujas personagens são idosas, destacando o fato de que possuem idades mais avançadas que as demais personagens que interagem e que executam ações não comuns de pessoas mais velhas representadas pelas mídias, isto é, possuem atitudes grosseiras, desejos sexuais e violentos, entre outras, que o autor classifica como cenas abjetas, este faz a seguinte indagação “Seriam essas cenas, cenas abjetas, envolvendo velhos abjetos?”

Cumpre destacar o termo “abjeto” utilizado por Paiva (2009), cujo sentido entende-se que é de desvalorização do indivíduo no meio social, em consonância com o de Judith Butler (2005), em que a filósofa entende a necessidade do sentimento de não-pertencimento, ora de exclusão, de determinado grupo de sujeitos para que ocorra a afirmação de outro grupo de sujeitos dominantes que se enquadram dentro dos padrões estabelecidos.

Sabe-se nos estudos de Sexualidade e Gênero, a referida expressão é muito utilizada na Teoria Queer, Louro (2001) chama de abjeto também para definir aqueles sujeitos que estão fora da norma, isto é, que não se enquadram dentro dos padrões culturalmente construídos, em consonância com os demais autores citados. Portanto, o questionamento do autor, não só se refere ao processo de envelhecimento como algo pouco discutido na sociedade em geral, como também, da perpetuação da ideia do “bom velhinho” e do corpo assexuado aos sujeitos que estão em processo de envelhecimento.

Trazendo ao debate à velhice sob o aspecto de sujeitos abjetos, Paiva (2009) elaborou estudos sob o prisma da melancolia e da miséria de posição, cuja conclusão aponta a necessidade de desenvolver um campo de investigação de Sexualidade e Gênero sobre o envelhecimento da população LGBT no Brasil. No entanto, quando se trata do processo de envelhecimento do geral da população, os estudos sociológicos referentes aos longevos, ainda é pouco explorada e tratando-se da conexão de temáticas como gênero, orientação sexual e geração configuram-se mais raras ainda as pesquisas nesse âmbito.

PREVENÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE

Na contramão do dogma da cultura da assexualidade durante o processo de envelhecimento do indivíduo, o Ministério da Saúde (2018) mostrou os seguintes resultados a respeito da taxa de detecção de Aids segundo faixa etária e sexo no período de 2007 a 2017 no Brasil:

Entre os homens, nos últimos dez anos, observou-se um incremento da taxa de detecção entre aqueles de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 e 29 anos, 55 a 59 anos e 60 anos e mais. Destaca-se o aumento em jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos. A maior taxa de detecção em 2017 foi de 50,9 casos/100.000 habitantes, que ocorreu entre os indivíduos na faixa etária de 25 a 29 anos, tendo superado as taxas de detecção em homens de 30 a 34 anos e de 35 a 39 anos, que eram mais prevalentes até o ano de 2016 (Tabela 17 e Figura 10).

Entre as mulheres, verifica-se que, nos últimos dez anos, a taxa de detecção apresentou queda em quase todas as faixas etárias, exceto na de 60 anos e mais: nesta, foi observado aumento de 21,2% quando comparados os anos de 2007 e 2017 (Tabela 17 e Figura 11). (grifos nossos)

(Ministério da Saúde, Boletim Epidemiológico - HIV Aids Julho de 2017 a junho de 2018, p. 17)

Vislumbra-se que a partir dos dados e das ações que envolvem às políticas públicas de prevenção de HIV/Aids foram bastante efetivas em relação ao público mais jovem, principalmente em relação às mulheres, embora em relação aos homens, a maior taxa de detecção ainda seja entre 25 a 29 anos de idade. No entanto, importante destacar que houve um aumento na taxa de detecção de ambos os gêneros a partir dos 60 (sessenta) anos, não restando dúvida de que esta população não poderá mais ser considerada “abjeta” quando tratar-se da necessidade de elaboração de políticas públicas de prevenção, bem como, também não se pode mais ignorar o fato de que os indivíduos permanecem sexualmente ativos mesmo após o avanço da idade.

Para romper essas barreiras, o estudo de Alencar e outros (2014), após a análise e revisão de 15 (quinze) artigos científicos, elencaram alguns fatores que interferem na percepção dos mais velhos a respeito da própria sexualidade, quais sejam: ausência de parceiro fixo após a viuvez, valorização dos padrões de beleza juvenil, doenças decorrentes do envelhecimento, uso constante de medicamentos e mudança na fisiologia sexual.

Por conseguinte, os referidos autores dissertam sobre cada uma delas. Quanto à ausência de parceiro fixo após a viuvez, entendem que a partir do falecimento do cônjuge ou parceiro, encerra suas práticas sexuais. Já a valorização da beleza dos mais jovens refere-se a autoestima dos idosos que acreditam não serem mais alvos de qualquer atração de outros indivíduos para que possam ter relações sexuais. Em seguida, em relação às doenças decorrentes do envelhecimento e uso constante de medicamento, tais fatores referem-se às condições de saúde, vez a presença de enfermidades, tanto no parceiro, como no próprio idoso. Por fim, as mudanças fisiológicas sexuais tanto no homem, quanto na mulher, que acabam por configurarem como fator impeditivo de manter relações sexuais.

Cumprir mencionar a respeito do último fator citado, que os autores destacam a diferenciação de genitalidade da sexualidade, uma vez que a sexualidade não consiste apenas no ato sexual da penetração, podendo se expressar de outras formas que melhor se adaptam ao organismo nessa

fase da vida.

Independente dos fatores que interferem na sexualidade dos idosos, não restam dúvidas que os idosos expressam sua sexualidade nas mais variadas formas, não se restringindo apenas ao coito, porém isso não quer dizer que não estão vulneráveis à infecção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV/Aids. Como bem colocamos, nos últimos anos, houve um aumento na taxa de detecção de HIV/Aids na população acima de 60 (sessenta) anos. Ainda que os números não sejam alarmantes a ponto de considera-los como uma população prioritária nas políticas públicas, tal informação não pode ser ignorada.

Reconhecer que a sexualidade deve ser incluída nas discussões acerca do envelhecimento é mister para que esta população se coloque como suscetível à contração de IST's e busquem métodos que melhorem a condição de vida. Brito e outros (2016) entendem que as políticas devem compreender a "capacidade funcional, a necessidade de autonomia, a participação e a autossatisfação, bem como incentivar a prevenção, cuidado e atenção à saúde no que tange à sexualidade". Para tanto, os autores buscaram entender o que os idosos sabem a respeito das infecções sexualmente transmissíveis e como estes se sentem quanto à possibilidade de se contrair tais infecções.

O resultado da pesquisa elaborada por Brito e outros (2016) demonstrou que muitos não possuem conhecimentos sobre IST's a respeito de prevenção e as diferentes vias de transmissão, havendo também desinformação acerca do assunto, sendo necessária a implantação de estratégias educativas para este público, uma vez que o desconhecimento também pode ser um dos motivos para que os idosos não se percebam como vulneráveis. Outrossim, a referida pesquisa também demonstrou que a população idosa requer ações específicas que possam garantir de forma efetiva seus direitos sexuais.

Importante mencionar, que o Ministério da Saúde (2018) traz o método de prevenção combinada, vez que a intervenção de prevenção isolada, em determinados casos, não se mostra suficiente, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao usuário. A prevenção combinada consiste no "uso combinado de métodos preventivos, de acordo com as possibilidades e escolhas de cada indivíduo, sem excluir ou sobrepor um método a outro". Dentre as ferramentas, destacam-se como métodos de prevenção combinada: testagem para HIV, Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP); uso regular de preservativos, diagnóstico oportuno e tratamento adequado de infecções sexualmente transmissíveis (IST), redução de danos, gerenciamento de vulnerabilidade, supressão da replicação viral pelo tratamento antirretroviral, imunizações.

Assim, o método de prevenção combinada além de ser um método efetivo no combate à infecções sexualmente transmissíveis, também permite maior autonomia e melhor qualidade de vida do indivíduo no exercício da sua sexualidade, devendo ser divulgada para todos os públicos, incluindo os idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca antes no mundo tivemos uma população com a tanta expectativa de vida. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), que em 2050 teremos o dobro da quantidade de indivíduos com mais de 60 (sessenta) anos. Pereira e outros (2018) são enfáticos ao afirmar que o "envelhecimento da população torna-se um problema quando a sociedade não está preparada para o seu próprio envelhecimento, apresentando atitudes negativas face a esta fase da vida".

Nesse contexto, a política brasileira de enfrentamento ao HIV/Aids está adotando estratégias que vão além do uso da camisinha como forma de prevenção. O Ministério da Saúde (2018) traz o método de prevenção combinada, visto que a intervenção de prevenção isolada, em determinados casos, não se mostra suficiente.

Portanto, faz-se cada vez mais necessária a inclusão da sexualidade nas políticas públicas de envelhecimento, visto que o olhar voltado a terceira idade que carrega estigmas de dependência ou incapacidade não pode mais continuar. Falar sobre sexualidade, é falar de saúde e qualidade de vida, sendo direito de todo indivíduo vivenciá-la da melhor forma possível em todos o desenvolvimento da vida.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Danielle Lopes de; MARQUES, Ana Paula de Oliveira; LEAL, Márcia Carréra Campos and VIEIRA, Júlia de Cássia Miguel. Fatores que interferem na sexualidade de idosos: uma revisão integrativa. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.8 [cited 2019-08-30], pp.3533-3542. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000803533&lng=en&nrm=iso>.
- ANDRADE, Juliane et al. Vulnerabilidade de idosos a infecções sexualmente transmissíveis. *Acta paul. enferm.* [online]. 2017, vol.30, n.1 [cited 2019-08-30], pp.8-15. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002017000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07/08/2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico - HIV Aids Julho de 2017 a junho de 2018. AIDS. Boletim epidemiológico, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2018>>. Acesso: 10/08/2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-profilaxia-pre-exposicao-prep-de-risco>>. Acesso em: 08/08/2019.
- Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília (DF); 2003; 03 Out. Seção 1, p. 1.
- BRITO NMI, Andrade SSC, Silva FMC, Fernandes MRCC, Brito KKG, Oliveira SHS. Idosos, infecções sexualmente transmissíveis e AIDS: conhecimentos e percepção de risco. *ABCS health sci* [periódico da internet] 2016 [acesso em 15 Jan. 2019]; 41(3): [6]. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/view/902/744>. Acesso em: 10/08/2019.
- Butler, Judith P. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade* / Judith Butler ; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553.
- MISKOLCI, Richard. Origens históricas da Teoria Queer. In: ___. *Teoria Queer: uma aprendizagem pela diferença*. Belo Horizonte: Autêntica; UFOP. 2012, p. 21-34.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE [OMS]. (2015). *Resumo: Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMSENVELHECIMENTO-2015-port.pdf> Acesso em: 08/08/2019.
- PAIVA, Cristian. *Corpos/Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos*. *Revista Bagoas*, Natal, v. 3, n. 4, p. 191-208, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art10_paiva.pdf>. Acesso em: 02/08/2019.
- PEREIRA, Diane; PONTE, Filomena e COSTA, Eleonora. Preditores das atitudes negativas face ao envelhecimento e face à sexualidade na terceira idade. *Aná. Psicológica* [online]. 2018, vol.36, n.1 [cited 2019-08-30], pp.31-46. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312018000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10/08/2019.
- ZERBINATI, João Paulo. *Desvelando a vivência transexual: gênero, criação e constituição de si mesmo* / João Paulo Zerbinati. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo: 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152491/zerbinati_jp_me_arafcl.pdf?sequence=3> Acesso em: 08/08/2019.

PSICOLOGIA E IDENTIDADE DE GÊNERO: PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS POR CRIANÇAS TRANSGÊNERO

Verônica Louro Meneguete
Yasmin Tamires Bezerra de Araújo

INTRODUÇÃO

O objetivo, neste estudo, é compreender como crianças trans lidam com essa identidade de gênero, quais os principais desafios que enfrentam. Sendo de extrema importância entender as fases do desenvolvimento infantil, no qual neste período ocorrem as mudanças de uma fase da vida para outra, e é nesse contexto que se faz necessária a compreensão de como crianças trans se organizam com essas diferenças no seu desenvolvimento.

Na literatura foram encontrados estudos sobre pessoas trans adultas, mas ao tratar dessa temática em crianças, poucos dados foram coletados, sendo essa a principal causa pela motivação do tema.

A discriminação acarreta sofrimentos psicológicos, e é nesse contexto que se torna emergente o papel do psicólogo enquanto profissionais da saúde. Saber como promover saúde para pessoas transgêneras desde a sua infância acarretaria danos psicológicos menores, sendo assim, o envolvimento de todos os profissionais da saúde para realizar um atendimento mais humanitário a essa população é de uma relevância primordial para que se realize um acolhimento digno que segundo a Lei 5002/2013- Lei de Identidade de Gênero, no artigo 1º, parágrafo III: Toda pessoa tem direito: - a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles.

Sendo assim, é necessário fazer uma análise introdutória de crianças transgêneros para o aprimoramento aos profissionais da saúde sobre as demandas, direitos e necessidades desse público e como esses profissionais possam garantir um atendimento mais acolhedor.

JUSTIFICATIVA SOCIAL

Articular que as diferenças de gênero são construções sociais não é algo novo. Muito se fala da temática “diferença sexual”, sendo este objeto de investigação das ciências sociais e da antropologia. A novidade não está na questão do tema, mas em priorizar a questão da diferença e da igualdade não só entre homens e mulheres, mas entre mulheres e entre homens, grupos que não são em si universais (Araújo, 2005).

Conforme a Lei 5002/2013 – Lei de Identidade de Gênero que prevê:

Artigo 1º - Toda pessoa tem direito:

I - ao reconhecimento de sua identidade de gênero; II - ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III - a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles.

Portanto, a lei assegura o direito de toda pessoa ao reconhecimento de gênero, mas ao tratar de identidade de gênero em criança?

Segundo Lodi (2018), ao se falar sobre crianças transgêneras, não há muitos respaldos. No qual as repetições de comportamentos arraigados são frequentes, até que exigidos mesmo que profissionalmente conviver com a transidentidade que esses comportamentos são entendidos como reais.

Após o nascimento da criança, as tecnologias discursivas dirigem-se para a preparação do corpo, a fim de que este desempenhe com êxito os papéis de gênero; bonecas, saias e vestidos para as meninas; bolas, calças, revólveres para os meninos...O mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações (Bento, 2017.)

“Acontece quando começam a frequentar a escola e são agredidos pelos colegas em decorrência do visual e/ou comportamento, levando a um primeiro reconhecimento de si com alguém

‘diferente’” (Zambrano, 2011).

Segundo Garcia (2009) desde a perspectiva ética, o termo transgênero “englobaria todas as pessoas que questionam, com sua própria existência, a validade do esquema dicotômico de sexo-gênero, sejam elas partidárias ou não da cirurgia de redesignação sexual”.

Segundo a Organização Mundial da Saúde no Brasil, a cirurgia só pode ser feita após os 21 anos, mas o uso dos hormônios pode iniciar a partir dos 18. Apontado que não sobra dúvida sobre a transexualidade da criança/adolescente, é aceitável tentar autorização junto ao Conselho Federal de Medicina para adiantar o tratamento hormonal.

Articular que as diferenças de gênero são construções sociais não é algo novo. Muito se fala da temática “diferença sexual”, sendo este objeto de investigação das ciências sociais e da antropologia. A novidade não está na questão do tema, mas em priorizar a questão da diferença e da igualdade não só entre homens e mulheres, mas entre mulheres e entre homens, grupos que não são em si universais (Araújo, 2005).

Conforme a Lei 5002/2013 – Lei de Identidade de Gênero que prevê:

Artigo 1º - Toda pessoa tem direito:

I - ao reconhecimento de sua identidade de gênero; II - ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III - a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles.

Portanto, a lei assegura o direito de toda pessoa ao reconhecimento de gênero, mas ao tratar de identidade de gênero em criança?

Segundo Lodi (2018), ao se falar sobre crianças transgêneras, não há muitos respaldos. No qual as repetições de comportamentos arraigados são frequentes, até que exigidos mesmo que profissionalmente conviver com a transidentidade que esses comportamentos são entendidos como reais.

Após o nascimento da criança, as tecnologias discursivas dirigem-se para a preparação do corpo, a fim de que este desempenhe com êxito os papéis de gênero; bonecas, saias e vestidos para as meninas; bolas, calças, revólveres para os meninos...O mundo infantil se constrói sobre proibições e afirmações (Bento, 2017.)

“Acontece quando começam a frequentar a escola e são agredidos pelos colegas em decorrência do visual e/ou comportamento, levando a um primeiro reconhecimento de si com alguém ‘diferente’” (Zambrano, 2011).

Segundo Garcia (2009) salienta que, desde a perspectiva ética, o termo transgênero “englobaria todas as pessoas que questionam, com sua própria existência, a validade do esquema dicotômico de sexo-gênero, sejam elas partidárias ou não da cirurgia de redesignação sexual”.

JUSTIFICATIVA CIENTÍFICA

A construção no que diz respeito à transexualidade infantil ainda é pouco questionada, a partir de pesquisas bibliográficas há uma grande defasagem no que tange a pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da criança transgênero. Sendo assim, existe a necessidade de explicar este tema para auxiliar no aporte teórico de Psicólogos e demais profissionais da saúde.

Segundo Lodi (2018), a capacitação profissional de operadores da saúde a partir da perspectiva de não patologizar a identidade trans e a possibilidade de refletir sobre a problemática em rotular crianças transgênero como doentes é o principal desafio do poder público para oferecer um atendimento distante da idealização hegemônica de heterocisnormatividade.

Na área da saúde coletiva, Arán (2006) discute que, desde o século XIX, o argumento médico, baseado na heteronormatividade e no binarismo de gênero, decorre normatizando as condutas sexuais e as expressões da masculinidade e da feminilidade em fatores de saúde/normalidade ou de doença/anormalidade. A autora ressalta a importância de levar em consideração que certos cujos de identidade de gênero são considerados como meros atrasos do desenvolvimento, ou impossibilidades lógicas, porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural vigente (Arán, 2009).

A discriminação acarreta sofrimentos psicológicos, e é nesse contexto que se torna emergente o papel do psicólogo enquanto profissionais da saúde.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2019, em meio de nota, aponta sobre responsabilidade do Psicólogo e destaca: os Psicólogos tem o desafio de garantir ao público Trans o respeito e acesso aos serviços públicos e ter ciência de que a transexualidade não constitui em um processo Psicopatológico.

Na Portaria MS Nº 1.707/2008, a psicoterapia é requerida, consistindo no acompanhamento do usuário no processo de elaboração de sua condição de sofrimento pessoal e social, antes e após a tomada de decisão da cirurgia de transgenitalização e demais alterações somáticas.” O Psicólogo deve trabalhar para a promoção da qualidade de vida e acolhimento.

O estado brasileiro matou ao menos 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, o que o deixa, disparado, no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras. O dado, publicado pela ONG Transgender Europe (TGEu) em novembro de 2016.

A partir de dados levantados pela APRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) temos acesso à quantidade de assassinatos destinados a este público. Segue os dados: 2017 – 179 casos registrados, 2018 – 163 casos registrados e 2019 – até dia 06/04 – 39 casos registrados.

Neste contexto identifica-se que a cada dois dias uma pessoa Trans morre no Brasil das mais diversas formas, todas incluem violência.

Segundo também a Associação Nacional de Travisti e Transexuais (APRA), Curitiba se encontra em 15º lugar no ranking de assassinatos no Brasil contra transexuais e travestis e propiciar discussão sobre violência á esse público é de extrema relevância para nossa sociedade.

REVISÃO DE LITERATURA

Segundo ART. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerado criança pessoas até 12 anos incompletos.

Para Vygotski (1984-2007), a criança ao nascer se inclui no “mundo” através da interação com a família, estabelecendo suas primeiras vivências com a linguagem, através do próximo. Segundo Stenberg (2012), as operações cognitivas (percepção, memória, pensamento, linguagem) dizem como as pessoas entendem, estudam, se recordam e refletem sobre as informações. Para a profissão de psicologia muito importante que possamos entender as operações cognitivas e os processos de desenvolvimento para compreender todo o desenvolvimento do ser (Shaffer, 2012).

Segundo Vygotsky (2007) a criança consegue desenvolver sua autonomia, mas precisa de um adulto para auxiliá-la, ou seja, com a ajuda do seu objeto proximal. A Zona de Desenvolvimento Proximal “é o intervalo entre o desenvolvimento real, que se costuma afirmar através da resolução de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinando através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (Vygotsky, 2007).

A compreensão de sexo por sua vez está relacionada aos órgãos genitais ou ao ato de relação sexual, o que diferente da sexualidade, que está diretamente ligada ao modo como os indivíduos vivem seus prazeres e desejos, sendo estes mais culturais que biológicos. (Louro, 1998).

Nossos corpos foram rigidamente criados a ser sexuados, o que naturalmente apresenta uma forma de tatuagem nata de como habitar o corpo ao qual temos. Ele destaca que a heterossexualidade é o modelo de normalidade e o que se encontra fora deste é corpo com patologias, ainda cita: “... Um corpo mal tatuado pela natureza ou um ser que deseja mudar a tatuagem natural.” (Mello, 2012).

Segundo Meira, 2006, a sexualidade é vivenciada individualmente, mas sua constituição está intimamente ligada a normas e valores sociais. Somos seres sociais e nos tornamos humanos a partir das relações estabelecidas, por este motivo é passível de ser modificado e questionado. Neste sentido, compreende-se que desde o nascimento somos submetidos à educação sexual sejam elas diretas ou indiretas por pessoas ou instituições (escola, família, amigos e igrejas), que irão influenciar diretamente condutas e valores relacionados a questões que envolvem a sexualidade.

A sexualidade apresentaria então algo “dado” pela natureza, porém ainda visto como algo pronto e inabalável. Portanto segundo Louro (2009), identificar que a sexualidade não é somente isso, envolve rituais, fantasias, símbolos, além de processos culturais e plurais. Nesse sentido afir-

ma-se que exista algo exclusivamente “natural”. Além disso, as inscrições de gênero – Masculino e Feminino – é sempre relacionado sempre a cultura inserida e as marcas também serão frutos desta.

Segundo Oliveira (2015) o indivíduo transexual é aquele que não se identifica com o gênero imposto desde o seu nascimento, almejando então, modificar seu corpo e imagem da sua identidade de gênero, por meio da transexualização. É válido ressaltar, ainda, que a transexualização direciona-se à reivindicação identitária e não à orientação sexual (Silva & Oliveira, 2013).

Ao se tratar de Orientação sexual, se caracteriza à atração por alguém de algum gênero(s) o que não se faz dependente uma da outra. Neste sentido é identificado que a orientação sexual não é uma norma para o gênero das pessoas, onde nem todo homem e mulher são heterossexual. (De Jesus, 2012).

De acordo com o Conselho Federal de Medicina, no artigo 3º, da Resolução nº 1.652/2002 para a definição transexualismo deve seguir os seguintes critérios:

- a) desconforto com o sexo anatômico natural;
- b) desejo expresso de eliminar genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- c) permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- d) ausência de outros transtornos mentais.

No dia 25 de maio de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou da classificação oficial de doenças, CID-11, o conhecido “transtorno de identidade de gênero” definição esta que considerava a transexualidade um transtorno mental. Neste contexto foi incluído na área de sexualidade hoje denominada “Incongruência de gênero”

Segundo a Organização Mundial da Saúde no Brasil, a cirurgia só pode ser feita após os 21 anos, mas o uso dos hormônios pode iniciar a partir dos 18. Apontado que não sobra dúvida sobre a transexualidade da criança/adolescente, é aceitável tentar autorização junto ao Conselho Federal de Medicina para adiantar o tratamento hormonal.

De acordo com Olson (2015), a constância de gênero permanece intacta a partir dos três ou cinco anos de idade. Ou seja, uma criança de sete anos que afirma que é de outro gênero sabe muito bem o que está falando- tanto quando uma criança da mesma idade afirma que é cisgênero.

Bujes (2002), Larrosa (2011) e Guizzo e Beck (2013) trazem que o conceito de infância é algo que nos escapa, principalmente quando é para falar sobre identidade de gênero, sendo assim resolvemos investigar sobre a transexualidade, em especial quando esta se manifesta desde a mais tenra idade (Zanette, 2016).

Segundo De Jesus (2013), crianças que vivem a transgeneridade identificam sua “diferença”, vivem o estranhamento de forma solitária com o intuito de minimizar a visão social patologizada. Entrando em contato com esta realidade em muitos casos somente depois de um processo penoso de autoaceitação e ao longo do tempo de amadurecimento psicológico.

Para Lodi (2017), as famílias tem uma forte influência na vida de transgêneros jovens. Aquelas que acolhem, protegem, e tentam entender esse conflito que eles estão passando, fazem com que diminuam os resultados negativos e reforcem o acesso ao bem-estar, enquanto que, as famílias que rejeitam afetam negativamente e contribuem para piorar os seus problemas de saúde física e mental. Quando entendem a não adequação da criança, toda a família passa pelos exercícios de adequação à identidade transgênera: negação, choque, raiva, medo, tristeza, autodescoberta, aceitação e por fim orgulho (Forbes, 2011).

Grande parte das crianças trans, desconhecem outras pessoas que tenham identidade ou se expressam de acordo com o seu gênero, o que naturalmente trás para si a imagem de anormalidade (Kennedy, 2010).

O trabalho de educação sexual na escola vai ao encontro de uma prática da psicologia da educação comprometida com o processo de humanização. O profissional deve estar engajado com a construção de um processo educacional no qual haja a socialização do saber e da construção do pensamento crítico, de maneira que seja possível transformar o imediato em mediato, apreender a realidade em suas múltiplas determinações e entender a sociedade como um movimento de relacionar-se (Meira, 2006).

OBJETIVOS GERAL

Estudar os principais desafios enfrentados por crianças transgêneros.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as fases do desenvolvimento infantil;
- Identificar na literatura fatos da identidade de gênero;
- Levantar quais são as principais contribuições da psicologia diante da transexualidade de infantil.

MÉTODO

Este estudo foi realizado a partir de uma revisão literária descritiva integrativa. Foram utilizados dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na Biblioteca *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Google Acadêmico por artigos que trouxessem a palavra transgênero.

O delineamento do estudo baseou-se na integração dos seguintes descritores contidos no DECS (Descritores em Ciências da Saúde): Psicologia, Transexualidade, Crianças trans, Identidade de gênero, Transexual, Infância. Em diferentes combinações utilizando a estratégia de busca associado aos descritores com o operador Booleano *AND*, (para a triagem utilizaram-se publicações nacionais, por meio da seleção do idioma “português”).

REFERÊNCIAS

- BECKER, Simone. A visibilidade lésbica como produtora de direitos. *Sexualidade: gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 23/24/25, out. 2005.
- BENTO, B. (2017). *O que é transexualidade*. Brasiliense.
- Craidy, C.M., Kaercher (2007) *Educação Infantil: Pra que te quero?* da Criança, E. (2008). do Adolescente (ECA). Lei Federal, (8.069).
- DE JESUS, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião.
- DE JESUS, J. G. (2013). Crianças trans: memórias e desafios teóricos. Anais do III seminário internacional enlaçando sexualidades. Salvador. UFBA, 1-14.
- DIAS, M.B. , Zenevich L. (2014). Um histórico da patologização da transexualidade e uma conclusão evidente: a diversidade é saudável.
- DORNELLES, P.G, Dal’Igna. M. C (2015) *Gênero, Sexualidade e Idade: Tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar*.
- FARIA, D.M.I (2019) *A pessoa tran e o seu acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil: o que têm a dizer os recentes estudos sobre o tema*.
- GARCÍA, Francisco Vázquez. Del sexo dicotómico al sexo cromático: la subjectividad transgénera y los límites del constructivismo. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, n. 1, p. 63-88, 2009. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/viewArticle/10/122> . Acesso em 14 abr. 19
- KENNEDY, N., & Hellen, M. (2010). Transgender children: more than a theoretical challenge. *Graduate Journal of Social Science*. Lei n. 6.015 de 1973. Em 2013, passou a dispor sobre o direito à identidade de gênero e assim alterando o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973.
- LODI, A., & Verdade, K. K. (2018). Transexualidade e infância: buscando um desenvolvimento saudável. *Acesso em*, 22.
- LOURO, G. L. (1998). Sexualidade: lições da escola. In D. E. E., Meyer (Org.), *Saúde e sexualidade na escola*. (Cadernos de Educação Básica, vol. 4, pp. 85-96). Porto Alegre: Mediação.
- LOURO, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- LOURO, Lopes (2008) *Corpo, Gênero e Sexualidade*.

MAPA DE ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2017. Rio de Janeiro: Antra, 2017-2018-2019. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2019.

MEIRA, M. E. M., Queiroz, A. B., Oliveira, I. A., Moraes, R. Q., & Oliveira, T. H. (2006). Psicologia Escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. *Revista Ciência em Extensão*, 2(2), 21.

MÉLLO, R. P. (2012). Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 197-207.

RIBEIRO, D.M., Silva, R.L.F.C. , Carneiro L.V. (2009) Vygotsky e desenvolvimento infantil.

SAMPAIO, L.L.P.; Coelho, M.T.A.D. A transexualidade na atualidade: Discurso científico, político e histórias de vida. In: *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. Salvador: 2013.

SOBRE VIDAS ATRAVESSADAS PELO HIV/AIDS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Danielle Jardim Barreto¹¹
Nádia Alessandra Silva¹²

RESUMO

Este trabalho apresenta o relato de uma experiência no atendimento psicológico, realizada ao longo de um ano com pessoas que vivem e convivem com HIV/Aids, usuárias e usuário do Centro de testagem e aconselhamento (CTA). O encontro com essa população se deu através de visita domiciliar. Passando pela experiência cartográfica, foi possível visualizar as enunciações, para então pensar nas formas de intervenção, visando a desconstrução dos regimes de verdade e potencialização das vidas em suas plurais formas de existir. Nesse contexto, a Psicologia toma força em suas ações a nível micropolítica, em prol das vidas para além do HIV/Aids. Desta forma, as experimentações do corpo nesse espaço ganham nomes e histórias neste relato.

Palavras-chave: HIV/Aids. Psicologia. Experimentações. Afetos. Ressignificações.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um relato das experiências vividas durante a realização das atividades ofertadas pela Universidade Paranaense – Umuarama, dentro do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório II, para a obtenção do título de formação de psicólogas e psicólogos, tendo como especificidade a população que vive e convive com HIV/AIDS. Chegamos a essa população por meio do Centro de testagem e aconselhamento (CTA) que realiza seu trabalho por meio de testagem, aconselhamento e conta com uma equipe multiprofissional. Uma das principais propostas do projeto realizado, foi de problematizar junto as pessoas que vivem com IST/Aids, sobre suas potencialidades de vida existentes, diante o contexto que se encontram.

Pensar em pessoas que vivem e convivem com HIV/Aids, vai além de se pensar em um corpo biológico, que porta um vírus, uma infecção. Antes e em comunhão, esse corpo é atravessado pela sua história, seus afetos, e de uma forma muito ativa e controladora, pelas formas de subjetivação: as formas que são apresentadas a essas pessoas e a todas e todos, de como viver corretamente e aceitavelmente. Pensando em torno da vulnerabilidade dessas pessoas, é que é conduzido tudo que envolveu o projeto. A vulnerabilidade frente às infecções de IST/Aids ainda devem ser muito discutidas.

No início, na descoberta da nova doença, era atribuído maior vulnerabilidade aos homens homossexuais, em uma época onde a sexualidade era muito mais “velada”, causando um alvoroço na população. Com o tempo foi se revelando um índice maior nas mulheres, inclusive nas mulheres que viviam dentro da monogamia, podendo ser discutido então as questões de fidelidade em detrimento do próprio cuidado e a liberdade masculina em contramão da submissão feminina (PERUCCHI, et al, 2011). As autoras Perucchi, et al (2011), fazem uma retomada histórica da Aids no Brasil. Seu surgimento foi na década de 1980 coincidindo com a queda do regime militar.

O estigma é carregado desde a revelação da existência da doença, chamada de peste Gay, por identificar essa população como “vulneráveis à doença”, pelos seus hábitos e práticas sexuais, nomeando-os de grupo de risco. Sabemos que é papel da Psicologia, levando em consideração de que nossa profissão é norteadora pelas políticas de direitos humanos, uma atuação micropolítica, pois é através de pequenas ações, no campo das relações primárias, que podemos localizar quais as forças presentes para intervir junto as políticas de IST/Aids, que visam esse olhar para corpo e subjetividade, quais sujeitos estamos produzindo, através das políticas norteadoras, ultrapassando “discursos de culpabilização e preconceito e que de fato garantam direitos integrais, também se torna a prática de uma Psicologia que se preocupa com o coletivo e assume papel propositivo na área da saúde” (PERUCCHI, et al, 2011, p.72).

Com esse olhar para o estigma e Direitos Humanos, por onde norteamos nossa atuação, tivemos como objetivo geral do projeto, oportunizar que nós acadêmicas e acadêmicos fizéssemos a interlocução entre a teoria e a prática da Psicologia Social na perspectiva dos estudos de gêneros

11 Doutora em Psicologia e Sociedade pela Unesp/Assis, SP. Docente dos cursos de Psicologia e Medicina na Universidade Paranaense/Umuarama, PR. E-mail: danibarreto@prof.unipar.br

12 Psicóloga, graduada na Universidade Paranaense/Umuarama, PR. E-mail: nadiaalessandra@outlook.com

e sexualidades e da Filosofia da Diferença, desenvolvendo atividades de problematização acerca dos estigmas e preconceitos produzidos para e com pessoas que vivem e convivem com IST/AIDS e para o agenciamento de redes de potencialização dos modos de viver singulares, no tocante as expressões de gêneros e as vivências de sexualidades. Perante a atuação no contexto de HIV/Aids, é preciso se posicionar proporcionando a pluralização das sexualidades, analisando as possíveis entradas para se trabalhar na linha molecular, onde permeia a nível do instituinte, que é a quebra desse instituído como dentro da norma, correto, bonito e aceito, para assim desnaturalizar o que é subjetivado nas relações para então desconstruir conceitos e potencializar essas vidas consideradas abjetas, possibilitando que os corpos experimentem e ressignifiquem a vida, abrindo-o para os processos de singularização.

Partindo do entendimento de que nos depararíamos com pessoas que vivem a sombra do estigma, era preciso passar em nós primeiramente uma desconstrução enquanto regimes de verdades acerca das sexualidades, pois falar de HIV/Aids, não é falar de qualquer doença comum, mas falar sobre um “fantasma” que encobre esse assunto, um tabu: HIV/Aids/práticas sexuais. Esses regimes de verdades são problematizados por vários autores dizendo que todos os nossos comportamentos, sensibilidades, afetos, relações em geral, nossas sexualidades, são capturadas e normalizadas, internalizando vários discursos tidos como verdades, controlando, selecionando, organizando e limitando-nos em uma única e aceita identidade.

Ainda nesse sentido, Machado (1984) analisa os escritos de Foucault sobre as relações de poder, e por essa ótica, podemos considerar que as mesmas controlam e produzem padrões de vida para as pessoas. O poder perpassa os corpos, adentrando na vida cotidiana das pessoas e caracteriza-se como um micro poder, produzindo a subjetivação das pessoas, controlando-as em seus gestos, atitudes e produzindo discursos. Desta forma, temos corpos mais dóceis politicamente e úteis socialmente, corpos acessíveis e de fácil controle.

Para Foucault (1999), essa forma de controle sobre a sexualidade das pessoas também serve ao capitalismo, pois se as pessoas são controladas no que se refere até mesmo (e principalmente) aos seus prazeres, se tornam mais produtivas e não fogem às regras e posturas esperadas. Dentro das práticas que resistem a essas normas, é que se localizam as minorias, a qual chamaremos de corpos dissidentes, conceito aplicado por Foucault (1999) em suas obras, a qual trabalharemos as várias formas de sexualidade, por isso no plural, sexualidades. Desse modo, nosso trabalho e a proposta de Foucault (1999) andam lado a lado, pois problematizam os regimes de verdade, buscam localizar as práticas de poder que produzem modos de vida, para que através do questionar sobre, possam pensar possibilidades de existir pluralizadas.

Desta forma, vimos que é necessário todo um caminho de discussões sobre vidas subjetivadas e naturalizadas para que possamos adentrar com a ciência Psi em prol da desconstrução de regimes, de preconceitos, de tudo que limita a vida como um todo, como também todos os atravessamentos por esses corpos, que ao mesmo tempo, vivem em seu processo de subjetivação, buscando ressignificações, diante o lugar que agora ocupam. Para isso, utilizamos de dispositivos para abrir o leque de possibilidades para alavancar as potencialidades que dormem em cada corpo que afeta e deixa ser afetado por nossa prática.

Com essas problematizações, muito do que poderia ser pensado como natural, agora não faz mais sentido, sabemos que tudo é produzido em nós a fim de alguma coisa. E então, as pessoas que iríamos nos deparar também são pessoas que são atravessadas por esses discursos e principalmente pelo estigma e preconceito que eles geram. Guattari e Rolnik (1996) colocam que essas produções de subjetividades através dos discursos de verdade estão em nível do que é imposto (instituído) e tudo que escapa através de uma abertura a problematizações (instituinte) estão no território da molecularidade, onde existe uma maior mobilidade, onde os corpos se movimentam e acabam resistindo aos processos que foram impostos. Entendendo a resistência como a possibilidade de libertar esse corpo de padrões. Sendo assim, não haveriam corretos ou errados, culpados ou inocentes, santos e promíscuos.

Voltando um pouco na história, através do olhar sobre os processos de subjetivação colocadas por Foucault (1999), nos capítulos estudados sobre a História da Sexualidade, onde diz que em meados do século XVII, os corpos pavoneavam, exibindo todo seu libido, e no decorrer da história,

a família conjugal confisca a função de reprodução, ditando a norma, através de um regime de verdade, controlando o prazer e desqualificando tudo que fugia a isso, como as práticas dissidentes, os corpos abjetos, e as formas plurais da sexualidade. Essa localização foi de suma importância, pois entendemos que o estigma carregado pelas pessoas que vivem com HIV/ Aids caminha junto as minorias dissidentes, pois a primeira ligação que se faz é de promiscuidade, fora da hegemonia e do sexo politicamente “correto”, tendo em seu histórico foco de estigma nas populações LGBT’s, e que até hoje buscamos a desconstrução de alguns conceitos.

Com a teoria estudada e embasados nas políticas que efetivam os direitos humanos é que partiremos sempre nessa busca pela desnaturalização para então pensar nas pluralidades das vidas, dos corpos, corpos atravessados não somente pela infecção, mas também por todo o estigma e regimes que matam as vidas que convivem com as infecções.

O projeto, portanto, se deu por meio de visitas domiciliares às pessoas que o CTA nos destinou. As visitas pretendiam estreitar os vínculos entre a equipe e as usuárias e os usuários, sendo estas de extrema importância para o processo de prevenção e promoção da saúde, garantindo que seu atendimento seja de forma integral. Elas comungam com a proposta do SUS e seus princípios, principalmente em sua atenção integral, pois é no seu lar, em sua rotina, que se faz importante a adesão ao tratamento e as problematizações acerca do HIV-Aids. Lopes; Saupe; Massaroli (2008) salientam que a visita domiciliar é considerada como um instrumento rico, onde se podem construir relações, isto é, a escuta, o acolhimento, o vínculo, permitindo assim que os indivíduos tenham maiores chances de fazer-se autônomos em seu próprio contexto.

Entendemos que a partir do método cartográfico os objetivos finais não são a prioridade, nem planejados. O que teve como prioridade, foi cada encontro em si, vivido de acordo com a demanda trazida pelas usuárias e pelo usuário a cada dia, a cada momento, seja bom ou ruim. E estar preparado para esse “não preparo” é estar cartográfico a campo. Aberto para as afetações de cada encontro, de cada experiência trocada. Despindo-nos de teorias prontas com respostas programadas, para estar abertos à vivências únicas, costurando sempre com a teoria estudada e ao que a nossa ciência Psi nos traz para uma atuação ética-política. E foi justamente o método cartográfico que nos possibilitou o vínculo com as usuárias e usuário de uma forma tão horizontal e afetiva. O deslocar o corpo, treinado em ser respondente das questões da ciência, e agora, o que era preciso, era colocar todo o saber Psi nas costas pra que meu corpo estivesse aberto pro toque, pro afeto, pro olhar, pra escuta, pro pegar no colo.

RELATO DA EXPERIMENTAÇÃO:

Diamante: Pedra que por si só, sem lapidar, é única. Uma mulher, vive com HIV/Aids, mãe de um menino de seis anos que foi infectado por transmissão vertical, usuária de drogas. Vive com sua mãe e outras duas filhas, uma de nove anos e outra de treze. E foi essa família que utilizei para análise e descrever como se deu a prática, dispositivos e o que se enunciou. A priori, o acompanhamento se daria com a criança, pois a mãe passou por processo de internação para uma suposta desintoxicação do uso de drogas. Em nosso município não há o investimento em outras estratégias de cuidados que não seja pela abstinência e reclusão temporária. Os objetivos do projeto se deram em torno dessa criança em contato com a família, através da questão da revelação diagnóstica, pois relatavam questionamentos por parte do menino, que chamaremos de Pietro.

Durante as visitas, havia uma conversa muito aberta e afetiva, proporcionada pela cartografia. Desde um sentar-se no chão para brincar até a escuta das pessoas, revelando suas mais profundas limitações e esperanças. As visitas na maioria das vezes aconteceram na sala da casa. Casa de origem simples, lugar de máxima intimidade da família, com dois sofás grandes cobertos por uma capa, um rack e uma televisão e vários cachorrinhos, gatos e brinquedos, barulho da tv e das crianças brincando. O retorno da mãe estava por vir (Diamante). E existia na família, todo um comportamento esperado, aparência da identidade estigmatizada de uma pessoa que faz o uso de drogas, e no caso uso contínuo de crack. Havia uma ansiedade muito grande nessa espera, pela parte da família e minha também. Quando pude finalmente conhecê-la, fui recebida com muito afeto e a alegria tomava conta da casa, quem faltava agora estava ali. Pude então ouvi-la e senti-la. Havia muitas coisas a serem ditas por ela: seus medos, desejos, suas angústias e esperanças, sua rela-

ção com os filhos, com a casa, com a vida e também pude me encantar com o posicionamento de vida dela, perante as suas experimentações.

Diamante mostra a vivência de uma das grandes relações que compõe o comportamento vulnerável, o uso contínuo de drogas e a infecção do HIV. Foi na busca por drogas que aconteceu sua infecção, por meio de prostituição e não prevenção com o uso da camisinha. Ela relata que chegou no fundo do poço e precisou voltar. Ela estava, como Paulo e Vieira (s. d.) problematizam, no grupo dos condenados à morte civil pela ausência do direito à vida e ao prazer de viver e no grupo de pessoas que vivem com HIV, 90% por uso de drogas injetáveis. Daniel (s. d.) fala um pouco mais dessa morte civil, a morte simbólica do preconceito, da exclusão, da margem, a morte a qual é apontada a aqueles que não demonstram lucro, produção, desejos, prazeres politicamente corretos, os inaudíveis. No decorrer dos encontros, descobria uma Diamante em seus vieses.

As questões que passavam pela família, o segredo do HIV, mas uma revelação bem autêntica em relação ao uso de drogas, tanto que as crianças verbalizavam seu conhecimento sobre. O primeiro pedido da família foi justamente o sigilo em relação ao nome “Aids” para com as crianças, em especial Pietro. Tem um peso né? AIDS. Ainda soa sentença de morte. E uma consequência de um “pecado mortal”. Existe uma negociação em cada família na forma como se referir a Aids. No caso desta família, se falava em anemia. O silêncio se dá por meio de palavras ditas de outras formas, um caminho aprendido pela família para enfrentar e sobreviver a morte civil, principalmente vinda de outros membros da própria família. O silêncio faz de cada membro da família um aliado, seguindo em uma mesma direção, num círculo de proteção. Porém, em relação à Pietro, era preciso um rompimento com esse segredo, pois segundo as autoras Guerra e Seidl (2009) é grande a importância de uma revelação do HIV feita de forma correta e de acordo com cada faixa etária. Para elas, a adesão ao tratamento ganha outras significações e portanto otimiza a relação com medicação e futuramente, com respeito ao posicionamento diante a sociedade.

Quando foi verbalizado as preocupações da mãe em relação a essa descoberta de Pietro, nos seus questionamentos, pudemos então sentar e falar sobre, usando como referência os trabalhos de Kit revelação e pesquisas sobre o assunto. A família toda se envolveu e foi um trabalho de pré-revelação muito bonito, com muito cuidado. Foi brincando que se deu o início do processo, entre super-heróis, bichinhos e remédios pra ficar forte, brincadeira externamente, mas interiormente, em mim, sentia o peso da responsabilidade de profissional da Psicologia. A mãe aguardando depositando sua confiança naquele processo. Ao retornar, na conversa com a mãe, Pietro faz uma devolutiva muito sucinta, pois através da brincadeira faz-se a conexão da expressão do que se sente, ligando à afetividade e à personalidade e é a partir do (re)conhecimento do seu próprio corpo que se organiza os outros elementos participantes da vida de cada criança (SANTOS e COSTA, 2015).

Através dessa “arte”, a criança se coloca no mundo, dando uma estética a sua existência, expressa suas fantasias, se coloca em equilíbrio com a sua realidade, faz magia ao território inexplorado (ROLNIK, 2002). E esse corpo, infantil, também ressignifica, produz sentidos, cria seus mundos de super-heróis. Pietro sabia dos “seus bichinhos”, sabia que precisava combatê-los, e que a família toda é seu círculo de proteção. Pietro vai continuar sua vida. Vai reclamar do remédio ruim, mas ele sabe que precisa e que faz parte da vida dele, que é diferente das irmãs e aos poucos, conforme for crescendo, outras informações se agregarão pra compor sua consciência de existência. Vai brincar, aprender, se apaixonar, se magoar, se descobrir, redescobrir. E junto a sua mãe que cuja preocupação vai além dos aspectos físicos, é o preconceito e estigma que a preocupa. Essas duas vidas seguem, ligadas por uma concepção atravessada por uma infecção.

No cuidado mútuo de uma criança, cuja vida é um conto, uma brincadeira de vilões e mocinhos, heróis e monstros, para com a mãe, que é seu porto seguro, mas que precisa dos seus cuidados porque às vezes percorre um caminho que acaba se perdendo de casa e não volta. E da mãe para com o filho, que quer o proteger de tudo que pode ser perigoso, triste e que o delimita enquanto um homem potente. Essas vidas se atravessam, não somente pelo DNA, mas pelas lutas de todos os dias um pelo outro, pelo afeto, pelo carinho e proteção, pelo diálogo aberto e sincero e por acreditarem, às vezes até sem entender, que o que conta é isso, a vida VIVIDA, na mais escancarada verdade entre as pessoas que se amam, dentro de uma casa, e que lá fora, tudo lá fora, pode ser experimentado, mas cada um ali tem onde voltar, pra quem voltar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto, desde problematizar acerca das sexualidades, processos de subjetivação, “e retirar as questões de sexualidade do campo dos comportamentos negativos que implicam prejuízo moral a muitos grupos sociais” (SEFFNER; PARKER, 2016, p. 32), até a desconstrução do estigma de “população de risco” problematizando todas as relações que sem o uso de preservativo seria uma vulnerabilidade à infecção, como também as estratégias de prevenção e promoção da saúde como resposta a esse problema, visando todo o social, comungam com as diretrizes do SUS, fortalecendo o campo da saúde primária e abrindo as possibilidades de ações para além da medicação, mas em toda a integralidade das pessoas, pessoas estas que tem o direito de usufruírem as políticas públicas, sem delimitar o uso do mesmo.

Por esse viés, podemos problematizar a forma como vem sendo manuseada tais políticas, através da leitura de Seffner e Parker (2016). Os autores descrevem a Aids como um marcador social, indicando populações estigmatizadas, as Vidas baratas. “Vidas baratas que não valem a pena cuidar e tratar, pois não têm futuro” (p. 25). Vidas baratas pela lente capitalismo, pelos discursos da moral tão violentos. Seffner e Parker (2016) falam sobre os perigos de se basear uma política na moralidade, discursos estes que ouvimos e sentimos pelas falas de profissionais próximos a nós, onde acabam reforçando a opressão, o estigma gerando mais exclusão.

As pessoas que pude ouvir naquele espaço sentem essa opressão e negam qualquer encaminhamento aos equipamentos públicos. Diante disso, fica nossa vergonha e indignação, pois no campo a qual trabalhamos, quando baseamos na moralidade, é rompido o que a constituição assegura em termos de Direitos, que inclusive, coloco a necessidade de frisar que estes, foram conseguidos com a incansável luta de provar que são necessários, para a então responsabilização do Estado. Por outro lado, fica também a luta diante isso tudo e a alegria de poder dividir com meus colegas de formação, tantas experiências e problematizações sobre qual Psicologia acreditamos.

A Psicologia que não busca dar respostas e mostrar caminhos a serem seguidos visando o enquadramento das pessoas, ou o dedo julgador apontado à elas, ou a Psicologia que tira as drogas das pessoas, mas a Psicologia que enxerga a vida multifacetada. Sinto que ser Psicóloga é ser defensora da VIDA, que caminha junto às pessoas buscando as possibilidades de vida, de viver, viver a própria doença, no caso do HIV, como deixa tão forte no texto de DANIEL (s. d), existir até o fim, viver o preconceito, viver os prazeres, os limites, viver com a sombra do HIV, e, vivendo os afetos “que aliviam como todo ato de amor pode aliviar” (DANIEL, s. d. p. 10). E tudo o que foi experimentado é Psicologia, no brincar para ressignificar, no ouvir para compreender, no falar para instigar, no caminhar com. Claro que para chegar a essa conclusão de que se fazer Psicologia, vai além do protocolar, foi preciso passar inúmeras vezes pelo momento “não sei o que estou fazendo”, ou pelo medo e pela sensação de impotência, não que me sinta tão potente agora, mas sabemos que estamos indo pelo caminho certo quando caminhamos junto à essas políticas que garantam a vida na sua pluralidade. E prefiro ficar com esse lado “bonito da coisa”, pois uma pessoa que me instiga muito um dia me disse que nós podemos sim, podemos fazer muito, podemos sonhar com um mundo onde Castelos de regimes de verdades caíam, e Castelos da diversidade se ergam, se reergam em constante construção, desconstrução, reconstrução, através da Psicologia da perturbação.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A Vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DANIEL, H. Anotações à margem do viver com AIDS. In LANCETTI, A. (et al). Saúde Loucura, nº 3. São Paulo: Hucitec. 2ed sd. p. (1-20).
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica – Cartografias do desejo (7ª ed.) Petrópolis: Vozes, 2005.
- GUERRA, C. P. P.; SEIDL, E. M. F. Crianças e adolescentes com HIV/Aids: revisão de estudos sobre revelação do diagnóstico, adesão e estigma. Paideia. Brasília, Vol. 19, No. 42, 59-65, 2009.
- LOPES, W. O; SAUPE, R; MASSAROLI, A. Visita domiciliar: tecnologia para o cuidado, o ensino e a pesquisa. Ciência Cuidado e Saúde. v. 7, p. 241-247. (2008).
- Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article-/view/5012> Acesso em: 15 set. 2017.

MACHADO, R. Prefácio. In: Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984.

PERUCCHI, J. et al Psicologia e políticas públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões. Psicologia & Sociedade; 23 (n. spe.), 72-80, 2011.

ROLNIK, S. Subjetividade em obra. Psicanálise, Arte e Estéticas de subjetivação, Imago, 2002.

SANTOS, A.; COSTA G. M. T. A Psicomotricidade Na Educação Infantil: Um enfoque psicopedagógico. Revista de Educação do Ideau. Rio Grande do Sul, v. 10, n. 22, p. 1-13, 2015. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/278_1.pdf> Acesso em: 15 set. 2017

SEFFNER; PARKER. A neoliberalização da prevenção do HIV e a resposta brasileira à AIDS. In: BASTHI, A.; PARKER, R.; TERTO JR, Mito vs Realidade: sobre a resposta brasileira à epidemia de HIV e AIDS em 2016.

ABIA, Rio de Janeiro, 2016.



12

**DEVIRES DISSIDENTES
SEXUALIDADES,
GÊNEROS, RAÇAS,
DEFICIÊNCIAS
E VELHICES
LGBTIs**

A DIFERENÇA NA DIFERENÇA: AS RUPTURAS HETERÔNOMAS E HETEROSSEXISTAS DA COMUNIDADE SURDA NO 1º SEMINÁRIO: SOU SURDX, SOU LGBTI+ E AGORA?'

José Francisco Duran Vieira²

RESUMO

Este trabalho é fruto das reflexões oriundas do 1º Seminário: Sou Surdx, Sou LGBTI+ e agora?, ocorrido nos dias 8 e 9 de junho de 2018. Evento promovido pela Escola Especial Professor Alfredo Dub e pela Associação dos Surdos, na cidade de Pelotas/RS. Tem por objetivos analisar e relatar alguns momentos mais significativos ocorridos no seminário. É importante registrar que foi a primeira vez que uma escola e uma associação de surdos reuniram-se para organizar e celebrar um evento LGBTI+ de tamanha relevância e necessidade para a Comunidade Surda. Seminário oriundo da minha trajetória como professor formador em atividades e projetos desenvolvidos em parceria com a Escola Estadual de Educação Assis Brasil – IEEAB e Colégio Municipal Pelotense – CMP, por meio do Ensino Médio para alunos Surdos e também através da formação de futuros professores do Curso Normal de as ambas escolas. Atividades que visavam trabalhar e discutir a temática da homofobia na semana do Dia Internacional Contra a Homofobia.

Palavras-chave: LGBTI+. Surdos. Homofobia. Homossexualidade. Educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte sobre algumas reflexões e discussões suscitadas pelo 1º Seminário: Sou Surdx, Sou LGBTI+ e agora? Ocorrido nos dias 8 e 9 de junho de 2018, promovido pela Escola Especial Professor Alfredo Dub³ e pela Associação dos Surdos⁴, na cidade de Pelotas/RS. Sendo assim, as narrativas que serão apresentadas ao longo do texto são oriundas dos participantes, dos palestrantes e dos organizadores do evento.

Para ilustrar a caminhada e motivação que originou o evento analisado, descrevo de forma sucinta como ocorreu essa aproximação com a Comunidade Surda⁵. Esta trajetória está atrelada ao meu caminho como docente, pois foi a partir do ingresso de surdos no Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense - CMP⁶ no ano de 2000 e no Ensino Médio na Escola Técnica Estadual João XXIII⁷ em 2003, escolas nas quais lecionava respectivamente, as disciplinas Didática de Matemática e Matemática, que iniciei meu contato com a Comunidade Surda.

Em 2008, ocorreu um fato preconceituoso e homofóbico com uma das alunas do Curso Normal do CMP. O qual despertou em mim a necessidade de trabalhar as questões das dissidências sexuais e de gênero nas duas escolas que então atuava. O episódio não somente alertou para a importância de abordar o tema na sala de aula, mas também possibilitou repensar essa temática por dentro da Educação de Surdos, a qual já se apresentava para nós professores ouvintes como uma proposta desafiadora diante de uma cultura que tinha uma identidade, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS⁸ e lutavam por direitos políticos e sociais igualitários.

O VERSO E O REVERSO DO COLONO: AMIGOS E INIMIGOS NO MESMO LADO DAS DIFERENÇAS

Observar esses sujeitos Surdos, materializando-se através de corpos munidos por uma língua própria, impregnados de expressão e cultura, desejosos de serem percebidos entre seus pares, familiares, intérpretes e ouvintes não apenas como sujeitos iguais ou diferentes linguisticamente – detentores de possíveis corpos que fogem da norma heteronormativa imposta por uma sociedade ouvinte hegemônica, na qual a Comunidade Surda também a tem como padrão –, possibilitou-me

1 Trabalho submetido ao GT 01: Comunicação, Linguagem e Cultura: sociabilidades, subjetivações e (re)significações das narrativas e (re)existências LGBTI+, do Congresso Internacional LGBTI+

2 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professor da Escola Especial Professor Alfredo Dub. E-mail: jf.duran1963@gmail.com.

3 Escola fundada em 27 de setembro de 1949 pela professora Maria de Lourdes Furtado de Magalhães. É uma instituição filantrópica que atua na educação de alunos Surdos. Oferece estimulação precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

4 A Associação dos Surdos de Pelotas foi fundada em 26 de julho de 1999.

5 Utilizo o termo em maiúscula por considerar um grupo social de minorias que mantêm historicamente uma luta constante pelo reconhecimento a sua cultura, identidade e, principalmente, por ter a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como sua língua mãe.

6 Considerada a maior escola municipal da América Latina, ingressaram pela primeira vez, no ano de 2000, alunos e alunas Surdas no Curso Normal, tornando-se a primeira escola da região a formar uma turma exclusiva de Surdos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

7 Primeira Escola Técnica Estadual da região de Ensino Médio com turmas exclusivas para alunos e alunas Surdas da região.

8 Regulamentada pela Lei 10436/02 de 24 de abril de 2002.

avizinhar a diferença na diferença, isto é, aproximar-me de uma comunidade que, de certa forma, encontrava-se num duplo processo de colonização, pressuposto mecanismo de poder que se exerce na Comunidade Surda, principalmente, na Educação de Surdos, através do “oralismo” ou “ouvintismo” (SKLIAR, 1998, p. 15). E, simultaneamente, num processo de produção de identidades e diferenças entre o “nós” e o “eles”, ainda que no mesmo território de alteridade, demarcando um novo conflito dentro da diferença. Conforme Silva (2014, p. 82), “Os pronomes “nós” e “eles” não são aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições- de-sujeitos fortemente marcadas por relações de poder”.

Os Surdos LGBTI+, trazem outras identidades que escapam dessas fronteiras demarcadas pela própria Comunidade Surda e impõem outros indicadores de posições de sujeitos. As quais questionam essas marcas incutidas por uma cultura ouvintista heterossexista e desestabilizam essas relações de poder.

Desta forma, os estranhos também se estabelecem, isto é, cristalizam-se corpos inimigos entre as diferenças. Segundo Bauman (1999, p. 62), “os inimigos são amigos falhados; eles são a selvageria que viola a domesticidade dos amigos”. E esse racha entre eles, tornam “a vita contemplativa e a vita activa reflexos no espelhamento da outra” (BAUMAN, 1999, p. 63). Os surdos LGBTI+ passam a ser, inimigos dos inimigos. E esses corpos estranhos remetem-se e se reinscrevem na família dos indefiníveis, que segundo Bauman (1999, p. 65), “Os indefiníveis expõem brutalmente o artifício, a fragilidade, a impostura da separação mais vital. Eles colocam o exterior dentro e envenenam o conforto da ordem com a suspeita do caos”.

O seminário teve como uma das metas propor que essas oposições, esses corpos inimigos dos inimigos ficassem lado a lado, frente a frente, e que essa inimizade fosse o elo de oposição entre essas identidades adormecidas pela não definição desses sujeitos que teimam em desestabilizar a própria diferença. Para chegar ao seminário, vários projetos foram desenvolvidos tanto no Colégio Municipal Pelotense, na Escola Técnica Estadual João XXIII e posteriormente, no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil. Geralmente, essas atividades aconteciam na semana do dia 17 de maio, referente ao Dia Internacional Contra a Homofobia⁹. O evento é fruto dessa caminhada, na qual várias pessoas parceiras a ideia e ao trabalho se envolveram.

A IDEALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

Na concepção da ideia do evento, contatou-se a direção da Escola Especial Alfredo Dub e foi solicitada uma reunião para apresentar a proposta do seminário. Para a reunião, foram convidadas a direção da escola, a mantenedora e a Associação dos Surdos de Pelotas – ASP, com a finalidade de apreciar, colaborar e dar andamento a execução do projeto. Para justificar a necessidade desse seminário, na reunião, além de relatar a trajetória dos projetos já desenvolvidos sobre as dissidências sexuais e de gênero em anos anteriores nas escolas públicas citadas anteriormente, externou-se a minha preocupação como professor de Ensino Médio, sobre a grande demanda de alunos Surdos LGBTI+ que dividiam e dividem comigo, devido a nossa afinidade, como amigo e professor, suas intimidades, angústias e desejos que qualquer adolescente ou adulto tem sobre suas sexualidades. Acrescento ainda, a dificuldade e a falta de oportunidade na família ou na própria Comunidade Surda de dividir seus sentimentos e libido. E as instituições escolares também não ficam de fora. Muitas vezes, as implementações de políticas públicas acabam silenciando o tema. Percebe-se nitidamente que as ações do Programa Brasil sem Homofobia¹⁰ do Ministério da Educação – MEC, não tem surtido efeito no cenário educacional brasileiro a título que precisamos urgentemente rever essa forma de lidar com as diferenças e com as dissidências sexuais e de gênero, ainda mais diante das ameaças da implantação da Escola Sem Partido¹¹, que sustenta em seus argumentos uma lei

9 Esse dia é considerado um marco na luta contra o preconceito, no qual o homossexualismo, que era compreendido como uma doença, passou a ser desconsiderado e a homossexualidade excluída da Classificação Estatística Internacional de doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 17 de maio de 1990.

10 “Publicado em 2004, o Programa Brasil sem Homofobia está pautado em três princípios alicerçados pela busca por um discernimento fundamentado pela não-discriminação, pela promoção dos direitos humanos dos homossexuais e, principalmente, pelo combate ao sentimento homofóbico, que deverá conduzir as implementações de políticas públicas em todos os setores do Governo Federal” (VIEIRA, 2017, p. 57-74).

11 Criado em 2004, com o objetivo manifesto de “dar visibilidade à instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários”, a organização Escola sem Partido se apresenta como um “movimento” e como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ALGEBAILLE, 2017, p. 64).

que estabelece o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores devem acompanhar a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, “para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados” (GAUDÊNCIO, 2017, P. 29).

Conforme salienta Butler (2015, p. 24), numa sociedade democrática “temos que pensar o lugar de corpos atuantes e de corpos movendo-se livremente”. Desta forma, a escola precisa repensar seu papel e seu fazer pedagógico diante da subjetividade de corpos que circulam nela. Nessas tensões do biopoder (Foucault, 2008), esse enfrentamento não deixa de ser um instrumento para exercer o direito de quem deve viver ou não. Conforme Mbembe (2018), se a guerra é utilizada como um artifício para conseguir a soberania e assim obter a prerrogativa de matar, deveríamos nos perguntar: “que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano [...]? Como eles estão inscritos na ordem do poder?” (MBEMBE, 2018, p. 6-7).

Diante dessas ponderações, o seminário teve como proposta discutir e enfrentar essa normatividade heterossexista, bem como dar visibilidade e representatividade a esses corpos e também sugerir que eles dialogassem entre si, com as instituições que por eles perpassam e, principalmente, refletissem de que modo esses corpos estão inscritos na ordem do poder perante a Comunidade Surda.

O EVENTO

O seminário teve amplo apoio da Associação dos Surdos de Pelotas- ASP. As Associações de Surdos constituem-se em locais significativos e importantes entre os Sujeitos Surdos da Comunidade Surda. As trajetórias dessas agremiações no Brasil registram marcas históricas e expressivas desses percursos, nas quais, muitas vezes, foram registradas não apenas em retratos, mas através de narrativas das vivências desse povo contadas de geração em geração pelos Surdos. Nas palavras de Strobel (2009, p43), “importantes movimentos em prol da causa de surdos se originaram e ainda se resultam das reuniões e assembleias nas associações de surdos que ocorrem por todo o Brasil”.

Muitas ações e proposições foram e são pensadas dentro das associações e que fomentam inúmeros movimentos sociais, culturais, políticos e linguísticos que impulsionam e dão visibilidade a Comunidade Surda. Muitas vezes, são propostas que se somam em formato de parcerias de projetos vinculados, principalmente, à educação. Foi em uma dessas parcerias que surgiu a ideia, juntamente com a escola, de realizarmos o primeiro seminário que debateria questões envolvendo a temática LGBT com a participação da Comunidade Surda e a escola de Surdos – evento que se tornaria o primeiro no Brasil a ser realizado envolvendo uma associação e uma escola de Surdos.

Sem hesitar, a ASP, colocou-se à disposição para a realização do seminário. É de suma importância ressaltar, que a gestão atual da ASP, diferencia-se das anteriores, por ter pela primeira vez na sua composição, um rapaz trans exercendo a função de secretário. Vale destacar, que no mês de julho de 2018, ele retificou sua certidão de nascimento no cartório civil, devido a um “provimento da Corregedoria- Geral da justiça do Estado do Rio Grande do Sul que possibilita tais mudanças, mesmo quando não há cirurgia transgenital, sem necessidade de autorização judicial” (SANGUINÉ, 2018).

Os Tradutores/Intérpretes tiveram um espaço significativo no evento. Não somente por se voluntariarem em interpretar o seminário, bem como tiveram a oportunidade de narrarem suas experiências como intérpretes LGBTI+. Minha aproximação com o profissional Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, sucedeu-se bem antes da profissão ser regulamentada oficialmente através da Lei Federal 12.319 do ano de 2010¹². Na cidade de Pelotas, o cargo foi criado em dezembro de 2001 pela Lei Municipal nº 4.743¹³, em decorrência da demanda do município devido ao ingresso de alunos surdos na rede municipal de educação, especificamente, no Colégio Municipal Pelotense no ano de 2000 no Curso Normal.

Este contato inicial, estimulou-me a realizar cursos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS,

12 Informações mais detalhadas sobre a Lei Federal que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais, acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm>.

13 Para averiguar mais sobre a Lei Municipal que criou o cargo de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais na cidade de Pelotas/RS.

tornando-me em 2004, o primeiro professor do Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense a receber o certificado de intérprete fornecido, naquela época, pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis, facilitando significativamente minha comunicação com os alunos surdos. Dessa forma, pude ter contato mais direto com vários profissionais da área. Além de presenciar estes profissionais em seus momentos de interpretação, principalmente, quando os surdos se encontravam incluídos em turmas de ouvintes pude perceber que o sujeito que mais fica em evidência era o intérprete. Seu corpo expõe-se profundamente, sua identidade aparentemente fixa, velada e normatizada, escapa, se desnuda intimamente por meio da tradução e interpretação da Libras. O corpo de um intérprete homossexual é audaz e visivelmente político. Mesmo resguardado, seus trejeitos o denunciam ao inimigo que o observa, não apenas a tradução, mas seu corpo explícito. Desta forma, a hegemonia heterossexista e homofóbica internalizada que circunda também os surdos têm a frente um impasse: o tradutor é inimigo do inimigo. “A homofobia [...] desempenha a função de “policiamento da sexualidade” ao reprimir qualquer comportamento, gesto ou desejo que transborde as fronteiras “impermeáveis” dos sexos” (BORRILLO, 2010, p.90).

Não foi um único momento em que a homofobia se desvelou através da sinalização de um intérprete na minha sala de aula. Hoje, reflito que o pior de tudo, foi minha omissão como professor e militante perante o transcorrido. Talvez, essa passividade se justifique, nessa ocasião, ao perceber que, diferentemente de mim, aquele corpo ainda não se sentia pronto para isso, isto é, ainda não tinha “saído do armário”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento foi ímpar. Não há dúvidas do impacto que o evento teve na visibilidade e na representatividade Surda LGBTI+ perante a Comunidade Surda. Todos tiveram, de alguma forma, pela primeira vez, a possibilidade de discutir, refletir e, principalmente, estarem juntos, isto é, associação, escolas, professores, familiares surdos, amigos e inimigos, cara a cara, dialogando sobre suas diferenças e suas sexualidades.

O seminário oportunizou que Surdos e Surdas LGBT, pudessem estar dividindo sentimentos e angústias que, muitas vezes, não são possíveis realizá-los devido à falta de comunicação, inicialmente, com as famílias, que geralmente, não dominam a Língua de Sinais. Se para um adolescente ouvinte, já é difícil falar sobre sexualidades com seus familiares, a dificuldade aumenta quando a comunicação é quase inviável, acontecendo apenas por gestos ou leitura de lábios.

É imprescindível que ocorram encontros, seminários e eventos, essencialmente no âmbito da educação em todos os níveis, que viabilizem um debate aberto sobre todos os temas, sem mordanças, dentro de uma democracia que pontue a dignidade e direitos a todos à vida, sem homofobia, xenofobia, misoginia, feminicídio, racismo e intolerância com o Outro.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. A performatividade de gênero e do político. Revista Cult. São Paulo, n. 205, a.18, set. 2015.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: . (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANGUINÉ, Leon. Reconhecimento mais rápido: sem a necessidade de processo judicial, dez pessoas mudaram de nome e gênero em Pelotas nos últimos 60 dias. Reportagem Jornal Diário Popular, 28 de jul.

de 2018. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=MTM0M-jky&id_area=Mg==>. Acesso em: 29 de jul. de 2018.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: (Org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SKLIAR, Carlos. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. História da Educação de Surdos. Apostila. Licenciatura em Letras- LIBRAS na modalidade a distância da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/Texto-Base_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

VIEIRA, José F. D. O Homoerotismo na Literatura Infantil: análises e reflexões sobre as histórias não contadas na hora do conto. Dissertação. 2017. Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Ensino de Ciência e Matemática – Mestrado Profissional. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B-acF_5K4uDVM2hqM0xVekRaMGs/view>. Acesso em: 2 de ago. de 2019.

DA MARGINALIDADE À BUSCA PELO SUCESSO: CARREIRAS DE PESSOAS TRANSEXUAIS NA ATUALIDADE

Lucas Jorge¹⁴
Heliani Berlato¹⁵

RESUMO

Este estudo teve por objetivo verificar os impactos que ocorrem na carreira dos transexuais com a transição de gênero, a partir de uma percepção dos próprios indivíduos e da bibliografia de carreira, transgênero e o contexto organizacional. A metodologia utilizada é qualitativa, com um roteiro de pesquisa semiestruturado, realizado com oito transexuais, sendo seis homens trans e duas mulheres trans. A partir da análise dessas entrevistas, constatou que ocorre uma grande discriminação, tanto no ambiente de trabalho como na sociedade em si. Segundo os entrevistados, existe um forte constrangimento em relação ao nome de nascimento, corroborando o preconceito existente no momento da entrevista e dificultando a sua socialização. Além disso, o transexual busca desenvolver sua carreira de forma a quebrar os estereótipos e a discriminação, buscando o reconhecimento profissional e a auto realização através do processo de transição de gênero

Palavras-chave: Carreira; Transexual; Organização.

INTRODUÇÃO

Por ser um tema presente nos estudos organizacionais, se tem diversos autores que tratam o assunto, porém em perspectivas distintas (LONDON; STUMPF, 1982; ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989; RIBEIRO, 2009). Hughes (1958) apresenta a definição de carreira sob dois aspectos inseparáveis, uma é de forma objetiva e a outra subjetiva ao indivíduo. Se tem na carreira objetiva uma sequência de trabalho, que são as experiências do indivíduo na empresa, o qual assume papéis bem definidos pela mesma. No prisma da carreira subjetiva, são referentes às experiências pessoais no âmbito organizacional, as quais geram significados no indivíduo, acarretando em mudanças particulares e intrínsecas (HUGHES, 1958).

Analisando carreira a partir da visão dos transexuais, Carrieri, Souza e Aguiar (2014) trazem a questão da violência interpessoal na organização e na sociedade, devido a não aceitação do transexual por parte destes. Por causa da transfobia, ocorre que os indivíduos encontram dificuldades em sua carreira (SCOTT; BELKE; BARFIELD, 2011), fazendo com que, em sua grande maioria, fiquem desempregados ou acabam optando por trabalhos marginalizados, como a prostituição (THANEM, 2011).

Se tem uma sociedade que os discrimina de forma informal e formal, além de criar uma estigmatização, levando a disparidade econômica e ao desemprego (COLLINS; MCFADDEN; ROCC; MATHIS, 2015).

Além da violência provinda da sociedade, existe a questão da violência simbólica, que é o primeiro conflito que eles têm, que causa uma disforia com corpo (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014), buscando assim se ajustarem aos padrões estético-políticos (MISKOLCI, 2015).

Entendido que a carreira não é imóvel e sim um processo contínuo, tendo a carreira do transexual a mercê de uma sociedade discriminatória que reflete nas organizações, dado a estigmatização e a marginalização que se tem destes indivíduos, esse estudo tem como principal objetivo verificar os impactos que ocorrem na carreira dos transexuais com a transição de gênero. Visto que a transexualidade é um tema pouco difundido na sociedade, conhecer como se dá a trajetória de carreira dos indivíduos que são excluídos quando se revela a sua condição de transexual (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014), possibilita destacar a percepção dessas pessoas mediante a este cenário.

Ademais, essa pesquisa se argumenta pela deficiência de estudos de carreira do transexual e de desfazer o estigma imposto a esta minoria, ciente que este é um fator preponderante na contratação. Como objetivos específicos, busca-se apurar se os transexuais identificam práticas inclusivas por parte das organizações e entender eles convivem no ambiente de trabalho, apresentando as dificuldades encontradas no desenrolar da sua trajetória organizacional.

14 Graduando em Administração pela Universidade de São Paulo - Esalq/USP (2020). E-mail: lucasj_pedreira@hotmail.com

15 Livre-docente pela Universidade de São Paulo - ESALQ/USP (2018). Professora no departamento de Economia, Administração e Sociologia da Universidade de São Paulo, ESALQ/USP. E-mail: hberlato@usp.br

A PERCEPÇÃO DE CARREIRA

London e Stumph (1982) descrevem a carreira como uma série de ocupações e de trabalhos realizados no decorrer da vida profissional do indivíduo, tendo como perspectiva do indivíduo na carreira as experiências profissionais, e como perspectiva organizacional, todo o processo, políticas e medidas relativas à carreira na empresa. Compreende-se uma linha de mudanças que estão associadas a necessidades individuais e disposições da organização e da sociedade.

Na proposta de Arthur, Hall e Lawrence (1989), carreira engloba uma série de experiências que estão associadas ao trabalho, no decorrer da vida do indivíduo, influenciando na forma de como estes veem e se relacionam com os demais (indivíduos, organizações e sociedade). Desta forma, é possível notar o elo que existe entre carreira, indivíduo e sociedade.

Apesar das diversas definições que surgem a respeito de carreira, Hall (2002) ressalta quatro conceitos distintos, sendo eles: a) Carreira como avanço, é o pensamento popular de carreira, o qual vê como uma ascensão organizacional (mobilidade vertical); b) Carreira como profissão, também compartilha de um pensamento popular, só que não tão comum, que tem carreira somente quando a ocupação leva a uma progressão de status, quando não se tem essa progressão, não é visto como uma concepção de carreira; c) Carreira como a sequência de trabalhos durante a vida, essa concepção tem teor mais científico, relatando que pessoas que possuem trajetórias profissionais tem carreira, independentemente do tipo de ocupação; d) Carreira como a sequência de experiências relativas a funções ao longo da vida, também com um teor científico, vai afirmar que a carreira retrata a forma que o indivíduo vivência essa série de atividades profissionais no decorrer de sua história.

Com isso, pode-se associar os dois últimos conceitos à proposta de Hughes (1937) de carreira objetiva (Carreira como a sequência de trabalhos durante a vida) e a carreira subjetiva (Carreira como a sequência de experiências relativas a funções ao longo da vida). A primeira se traduz na sequência de trabalho, ou seja, a trajetória dos indivíduos nas empresas. Já a segunda remete à experiência pessoal no trabalho, que contemplam as mudanças de interesses, padrões de contentamentos, autoconhecimento e outros comportamentos do indivíduo em relação ao seu trabalho e sua vida.

Em uma sistematização dos estudos de carreira, Ribeiro (2009) apresenta uma topologia (categorias de estudos de carreira), sendo elas: individual, institucional e contextual. A primeira (individual) remete às questões mais pessoais, como valores, carreira interna,

gostos e vocação. Já a segunda (institucional), é a carreira projetada pela organização, uma carreira normativa, que cabe ao indivíduo a adequação. Por fim, a terceira (contextual) que é a execução de papéis, alinhados a fatores individuais e sociais, inserindo o conceito de carreira psicossocial.

O autor aponta que o desafio contemporâneo dos estudos de carreira está em compreender tanto o movimento (mudança) como a essência (permanência), fazendo-se necessário que a mudança tenha permanência e que a permanência possua mudança, pois assim não seria possível se ter, respectivamente, carreira e nem desenvolvimento. Com a amplitude e complexidade do mundo do trabalho, cabe ao estudo de carreira dois caminhos, visto que as concepções tradicionais não conseguem esclarecer as novas formas: a) revisar os estudos tradicionais, propondo novas formas de análise; b) o estudo de carreira como um processo psicossocial, ou seja, aquelas não desenvolvidas no interior da organização (RIBEIRO, 2009).

Partindo da segunda alternativa, Vondracek (1990) expõe o modelo contextual-desenvolvimental, ou seja, uma carreira de desenvolvimento vocacional, que é baseada no interacionismo do crescimento individual e o contexto (interpessoal, sociocultural e ambiental), gerando um apanhado de adaptações das mudanças individuais e sociais, pois ambos estão em processo contínuo de transformação.

TRANSEXUAL, CARREIRA E SOCIEDADE

Visto que o sexo (órgão genital, cromossomos e hormônios) é um conceito biológico e o gênero (forma de interagir, se vestir e se expressar) é uma concepção social, temos que quando o assunto é identidade de gênero, o fator preponderante é a auto percepção e a forma em que se

expressa e interage com o meio (JESUS, 2012).

O transgênero apresenta dois aspectos: Identidade (transexuais e travestis) e Funcionalidade (crossdressers, drag queens/kings e transformistas). Com isso, a transexualidade envolve a questão de identidade, possuindo uma vivência de gênero que é dissonante ao sexo, não sendo relacionada a orientação sexual. Atualmente existem procedimentos cirúrgicos para que o transexual possua uma fisiologia idêntica a desejável, no entanto, a condição de ser transexual não é a partir da cirurgia, mas como a pessoa se identifica. Outro fator é que a pessoa transexual pode ser definida como heterossexual, bissexual e homossexual, dependendo gênero adotado e do gênero de atração afetivo-sexual. Em suma, transexual é a pessoa que está insatisfeita com o seu corpo, mediante a forma como se sente e pensa, querendo adequar ele ao seu estado psíquico. Então se torna imprescindível viver de acordo ao seu estado psíquico, seja no aspecto social e profissional, solidificando a sua identidade (JESUS, 2012).

A ONG Transgender Europe (2016) aponta que um dos principais motivos do Brasil liderar o índice de violência a transexual, possuindo uma média de homicídio de 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, é a vulnerabilidade dessas pessoas aderirem a prostituição como carreira, gerando a exclusão deste no mercado de trabalho. Em uma avaliação feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), apresenta que 90% da população trans já recorreu a prostituição em algum momento, como forma de sobrevivência (BRASIL, 2013). Segundo o Correio Braziliense (2016), não existe nenhuma companhia nacional entre as 28 que participam do Fórum de Empresas e Direitos LGBT, ressaltando a falta de políticas de inclusão e diversidade organizacional.

De acordo com Carrieri, Souza e Aguiar (2014), a violência simbólica que os transexuais sofrem é instaurado pelo corpo, devido ao modelo binário de gênero, fazendo que eles queiram ajustar seus corpos mediante ao padrão estabelecido. E quando ocorre essa normalização do corpo, acaba reafirmando esse modelo simbólico que os violenta.

Quando se revela a condição de transexual, vários transexuais acabam sofrendo violências interpessoais na organização, seja por meio de piada ou de discriminação. Surge como a principal alternativa para trabalho organizacional o concurso público, visto que no processo de recrutamento e seleção eles são apenas números, entretanto, não os isentam da discriminação, pois não conseguem promoção (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

Fenwick (2004) aponta que um dos princípios que permeiam o Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) crítico é a modificação do local de trabalho e práticas do DRH buscando justiça e equidade, sendo importante na carreira profissional de pessoas pertencentes ao grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros). Entretanto, os transexuais podem ter dificuldades particulares em sua carreira devido a sua transição de gênero (SCOTT; BELKE; BARFIELD, 2011).

Além da discriminação formal, informal e estigmatização, existe a disparidade econômica. Não existe um estudo de grande escala que aponte essa diferença, contudo, um estudo menor aponta altas taxas de desemprego e renda baixa de pessoas transexuais (COLLINS; MCFADDEN; ROCC; MATHIS, 2015).

Em uma análise do DRH crítico, os autores apontam cinco preposições mediante ao pensamento crítico e as experiências profissionais dos indivíduos transexuais, sendo elas: os estereótipos de gênero que cercam as pessoas, a ética de trabalho e o comprometimento organizacional nem sempre são suficientes; a identidade e socialização de gênero e o estigma excluem os transexuais dos demais funcionários; os papéis de gênero causam conflitos para se referir ao transexual; os modelos de DRH não possuem experiências transexuais (COLLINS; MCFADDEN; ROCC; MATHIS, 2015).

Portanto, as pessoas transexuais passam a ser vítimas de ódio, violência (física e verbal) e de discriminação no âmbito profissional. E devido a transfobia, surgem obstáculos para as pessoas transexuais serem contratadas, promovidas ou até mesmo manter o cargo na organização, que para a sobrevivência acabam optando para a prostituição ou outras formas ilegítimas de trabalho (THANEM, 2011).

TEORIA QUEER: UMA DESCONSTRUÇÃO DA NORMALIDADE

Com importantes marcos de mudanças paradigmáticas no século XX, as questões que envolvem identidade de gênero passam a ter lugar na abordagem sociológica, sendo que no mesmo período, o casal heteronormativo se afirmou como norma de conduta sexual (Policarpo, 2016).

Miskolci (2015) expõe que, segundo a teoria queer, passamos de uma sociedade heterossexista para uma heteronormativa, em que os sujeitos não heterossexuais ou que estão “fora do padrão” se ajustem aos padrões estéticos políticos.

Em uma revisão literária, Souza (2017) revela que os estudos organizacionais que começaram a utilizar o conceito da teoria queer foi desenvolvido por Brewis, Hampton e Linstead, futuramente sendo desenvolvido no âmbito de trabalho, liderança, subjetividade e identidade, políticas de orientação sexual, gênero e performatividade, humor, temporalidade e espaço. Na academia brasileira, o conceito é estudado pela psicologia, literatura e filosofia, mas foi na educação e na sociologia que teve grande destaque (SOUZA, 2017).

Numa análise epistemológica, no pós-estruturalismo se teve a concepção que o sujeito é criado pelo meio, sendo aquele moldável, um ser não pré-existente (MISKOLCI, 2007).

Muito da literatura queer problematiza a questão identitária relacionada ao gênero e sexualidade. Em relação a este último, a teoria queer vai propor que culturalmente e socialmente criada, sendo mais um quesito político do que uma determinação biológica. (BUTLER, 1990; EDWARDS, 2005; JAGOSE, 1996; SEDGWICK, 2008; SEIDMAN, 1996; SULLIVAN, 2003). Por isso a teoria queer tem a concepção que o sujeito é criado pelo meio, pois é uma abordagem construcionista social, apontando qualquer forma de identidade como um elemento organizador, social e político (SEIDMAN, 1996).

No entanto, a teoria queer não pode ser vista apenas como um estudo de sexualidades (QUINN & SINFIELD, 2006). Ela questiona a relação existente entre desejo e identidade, problematizando os processos de agrupamento sexuais, dando ênfase a suas desconstruções (WATSON, 2005). Por fim, ela ressalta os diversos sistemas de opressão que estão em funcionamento e indagam a forma que esses sistemas empregam categorias e identidades institucionalizadas para restringir e civilizar os sujeitos (COHEN, 1997).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a análise do resultado foi feita uma categorização de maneira a evidenciar os assuntos emergentes a respeito da carreira do transexual. As categorias encontradas foram: O processo de transição, a aparência e o pronome, da marginalidade à busca pelo sucesso e a falta de conhecimento gera preconceito.

Categoria 1: O processo de transição de gênero

Essa primeira categoria buscou identificar como foi o processo de transição de gênero. Como Jesus (2012) afirma, o transexual envolve a questão de identidade, em que o gênero do indivíduo não se identifica com o corpo, levando a pessoa a buscar uma fisiologia que se identifique com o seu estado psíquico. O E4, como o E5, teve dificuldades no início devido a aceitação pessoal e o reconhecimento, que por sua vez possui influência familiar, tornando o processo mais complicado. Ou seja, a família é fator preponderante no quesito de aceitação e se identificar como transgênero. Portanto, o processo só tem início a partir desse reconhecimento. Como apontado pelo E7, não se aceita logo de início a sua condição. Por vir de uma sociedade preconceituosa, o processo de aceitação vem se consolidando por etapas, de forma que não cause grande impacto.

No início, eu tentei colocar pra mim que eu era bi pra não ser logo de cara gay. (E7).

Durante esse processo de transição, que muitas acompanham a cirurgia (JESUS, 212), tem todo um acompanhamento pelo psicólogo, psiquiatra e o endocrinologista. O E2 cita que se faz necessário o acompanhamento do psicólogo e psiquiatra, não para averiguar se o indivíduo possui certeza no que é, mas orientar mediante a um arrependimento. O endocrinologista vai fazer o acompanhamento hormonal do paciente, receitando doses hormonais de acordo com a necessidade de cada corpo.

Para alguns existe uma certa dificuldade para conseguir o acompanhamento, seja por falta de condições financeiras ou por falta de vaga no atendimento. Por causa da disforia do corpo, o indivíduo acaba se automedicando, correndo o risco de desenvolver um câncer ou até mesmo morrer, por se tratar de algo perigoso e que reflete no organismo. Contudo, mesmo ciente das consequências, o indivíduo persiste justamente porque se torna algo compensatório e significativo no processo de transição.

Em contrapartida, existe o caso do E2 e o E8, que não encontrou nenhuma dificuldade no seu processo de transição, pois teve o apoio da família. Não que, necessariamente, a família aceite a condição, mas respeita e dá o suporte necessário.

Entre esses dois extremos do processo, em ser ou não complicado, temos o caso do E1 em que, novamente, a participação familiar minimiza a tensão criada durante o processo de transição. Portanto, existe uma correlação do grau de enfrentamento do processo e o apoio da família.

Eu ainda tenho um pouco de aceitação dentro de casa, então é mais fácil pra mim.
(E1)

As demais dificuldades se tornam generalizadas, pois giram em torno da conquista do nome social e a oportunidade de emprego. Segundo o decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, assinado pela ex-presidenta da República Dilma Rousseff, se dispõe do uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero dos transexuais. No entanto, como aponta o E2, se trata de um processo muito burocrático, que necessita de carta de pessoas próximas, laudo médico, além dos documentos básicos.

Porque você é tratado como doente, vamos falar bem a verdade. Pra poder provar pro juiz que não é aquilo que ele tá vendo. (E2)

Acredita-se que a aquisição do nome social minimizaria a transfobia e ampliaria as oportunidades dos transexuais.

Categoria 2: A aparência e o pronome

As pessoas sentem no direito de falar “não, você não é um homem, você é uma mulher!”. (E7)

Remetendo a categoria anterior, o uso do nome social diminuiria a troca do pronome, que muitas vezes é seguido de um preconceito ou a não aceitação, em que se tem um grupo que se recusa a chamar pelo pronome de identidade, pois não enxerga o indivíduo dessa maneira. Existem casos em que a troca não seja proposital, sendo apenas uma confusão.

Além desse fator, vale resgatar a teoria queer na questão da normalização, em que o sistema caracteriza as identidades, com o intuito de regular essa socialização dos sujeitos (COHEN, 1997). Então, devido essa busca incansável de se encaixar nos modelos “padrões éticos” (MISKOLCI, 2007), de mulher e homem cis hétero, acaba que os indivíduos trans não se sentem totalmente realizados, simplesmente por não atingirem o auge da transição.

Meu físico ainda não tá totalmente, cem por cento, do jeito que eu quero. Ainda passo algumas vergonhas na rua. (E3)

Um dos pontos críticos que é levantado pelo Desenvolvimento de Recursos Humanos (DRH) em suas experiências com pessoas transexuais é o conflito do pronome que se tem na hora de se referir ao transexual. Além do estereótipo de gênero que acompanham as pessoas (COLLINS; MCFADDEN; ROCC; MATHIS, 2015).

No entanto, existem casos em o indivíduo não almeja essa normalização do estado psíquico com o corpo, apenas deseja o reconhecimento como indivíduo trans e possuir algumas características que predominam aquele gênero.

A genitália não define quem você é. Você define você por si. (E2)

Por fim, o ponto crucial dessa categoria é o momento da entrevista e contratação. Nenhum dos entrevistados possui nome social, portanto, quando vai formular o currículo, coloca-se o nome de nascimento, o qual consta nos documentos de identificação. Porém, nesse processo do RH de recrutamento e seleção, acaba que o indivíduo atende as necessidades da organização, no entanto, no momento em que é chamado para a entrevista ou, até mesmo, a contratação, acaba

que gerando um conflito, pois no currículo é um indivíduo cis hétero, enquanto no presencial é um indivíduo trans. Devido à falta de ética de trabalho e o comprometimento organizacional (COLLINS; MCFADDEN; ROCC; MATHIS, 2015), se tem uma discriminação “mascarada” (SCOTT; BELKE; BARFIELD, 2011), que mesmo atendendo todos os requisitos, se cria a justificativa que a vaga já foi preenchida.

As pessoas não vão falar na sua cara que não vão te contratar porque você é trans, mas assim, você percebe pelo jeito de olhar, as coisas que são ditas indiretamente. (E5)

Categoria 3: Da marginalidade à busca pelo sucesso

Essa categoria vai tratar do estigma que se tem dos transexuais e qual é a perspectiva de carreira destes. Como visto anteriormente, o mercado já é excludente na entrevista, a partir do momento em que se apresenta como transexual (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014), fazendo com que o indivíduo encontre dificuldade na carreira devido a transição (SCOTT; BELKE; BARFIELD, 2011).

Por causa das barreiras criadas pelo próprio mercado, acaba que o transexual, este sem apoio da família e estabilidade financeira, opta pela prostituição ou outra forma ilegítima de trabalho (THANEM, 2011).

Eu acho que o lado mais fácil, que as trans encontram [...], porque tem muitas pessoas que não tem o apoio da família. (E8).

O E7 acredita que essa solução está um tanto equivocada, pois atualmente se expandiu o mercado informal, abrindo novas formas de investir no mercado. Para ele o mercado é excludente, porém o que mais representa essa alta taxa de desemprego, é a falta de vontade do transexual, pois se espelha no modelo de carreira como avanço (HALL, 2002).

Apesar da discriminação e o estigma (COLLINS; MCFADDEN; ROCC; MATHIS, 2015), todos os entrevistados anseiam pelo sucesso, por conquistar uma carreira e ter a sua ascensão. Buscam das mais diversas formas se profissionalizar e ser reconhecido no mercado. Não podendo generalizar, existem casos de transexuais estarem contratados, porém se encontram em cargos baixos, sem expectativa de crescimento e um salário base (COLLINS; MCFADDEN; ROCC; MATHIS, 2015; CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

Ocorre em casos que a organização tenta impor condutas de comportamento e vestimenta, como forma de inibir a transexualidade do indivíduo.

São umas coisas sutis que as pessoas fazem no dia a dia e não tem noção o que tá acarretando na vida do outro. (E7)

Na perspectiva de carreira se tem uma variedade de concepção, pois alguns veem a carreira como sequência de ascensões (HALL, 2002), outros veem mais como uma carreira objetiva (HUGHES, 1958) e uma minoria dos entrevistados viam como uma individual (RIBEIRO, 2009).

Contudo, ainda se torna predominante o fato do mercado organizacional não acolher bem o transexual. Se este estava empregado durante a transição, acaba sendo desligado da empresa com a justificativa que estão fazendo corte de funcionário. No entanto, por trás dessa argumentação, existe todo um receio de ter um transexual na organização e este denegrir a imagem da empresa, visto que ele traz consigo um estigma. Portanto, acaba tendo uma discriminação de forma indireta e “mascarada”, pois a empresa ainda precisa manter a sua imagem de diversidade e inclusão.

Eu entrei numa empresa antes da transição e eu comecei a transicionar estando trabalhando. Então, eu comecei a receber olhares diferentes, comecei a regredir [...] tinha expectativa de crescimento, mas de repente tudo isso mudou devido a transição. E, de repente, eu recebi um aviso [...] a qual eu estava sendo demitido.

Categoria 4: Falta de conhecimento gera preconceito

Minha opinião é que falta muito conhecimento. Acho que o assunto quando ele é pouco conhecido, ele é visto como algo ruim. (E5)

Todos os entrevistados alegam um problema maior em relação a transfobia e todo tipo de dis-

criminação que o transexual vem sofrendo, a falta de conhecimento. As organizações, a sociedade e a própria comunidade LGBT marginaliza essa minoria pelo simples motivo de não saberem o que é ser transexual.

Por ser algo mais recente, as pessoas ainda desconhecem. Aceitam qualquer definição pronta do assunto, porém a maioria das pessoas, inclusive os transexuais, não participam de discussões que levam essa temática de gênero e transexualidade.

Ficam à mercê do que a mídia dita como regra, como padrão. Aceitando aquela condição que lhe é imposta. No entanto, a mídia não só exerce um papel negativo, como contribuiu para o aumento da visibilidade do transexual. Ensinando as pessoas algo que muitos não sabiam que existia.

Cabe a organização, segundo Fenwick (2004), dissipar essa política de diversidade e inclusão, buscando um ambiente de justiça e equidade, o qual tem uma mudança de trabalho e políticas organizacionais.

Essa categoria é um apanhado de todas as anteriores. Pois com o conhecimento, as pessoas vão começar a enxergar além das aparências e os pronomes, desmitificar esse estigma que acompanha o transexual, e por fim, criar uma empatia, e entender que o processo de transição se torna menos complicado quando tem um apoio mútuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os entrevistados relataram que o processo de transição é algo gradual e contínuo, de forma que não se revela na sua plenitude. Apesar de existirem padrões normativos, cada indivíduo almeja um processo de transição diferente, alguns querem o auge da masculinidade ou da feminilidade, outros apenas se realizam com o reconhecimento e respeito da sociedade.

Observa-se que existe uma defasagem nos estudos que englobam esse tema, principalmente no aspecto organizacional, em que o mercado não está preparado suficientemente para essa demanda, o que resulta nos problemas relatados pelos entrevistados como preconceito, discriminação e transfobia. Isso demonstra uma grande intolerância do mercado, pois tentam passar a imagem que se sensibilizam com temas de diversidade e inclusão, mas falham na hora de por em prática. Portanto, se necessita de mais estudos na área, que possa suprir essa deficiência, gerando conhecimento para todos os níveis organizacionais e dar suporte para os transexuais, para que possam ter seu direito de exercer, de forma digna, sua atividade remunerada. Não só tem essa falta de conhecimento no mercado, como também da própria sociedade. Tal fato pode ser exemplificado pelo motivo do Brasil liderar o índice de violência do transexual, marginalizando este, de forma que é acolhido pelo mercado ilegítimo e de prostituição. Por isso a grande ênfase na necessidade de estudo do tema, pois pesquisa acadêmica gera resultado, que, conseqüentemente, gera conhecimento em diversos âmbitos.

As empresas se preocupam mais com a formação da identidade organizacional, apresentando discursos de equidade, diversidade e inclusão. Contudo, como já fora apresentado pelos entrevistados, esses discursos são apenas discursos. Falta a organização por em prática essas políticas inclusivas e trabalhar em cima delas, utilizando a seu favor e como um diferencial.

Ainda no âmbito organizacional, pode-se pontuar que a maioria dos entrevistados tiveram uma convivência conturbada, tendo diversas dificuldades durante a transição, tanto que existe os relatos de demissão. Fica evidente que se tem a formação de um conflito interno e externo, interno devido a aceitação e reconhecimento do indivíduo e externo por conta da aceitação e reconhecimento da sociedade e da organização. Apesar de existirem casos em que o transexual se encontra empregado, são casos específicos. A grande parte desta população ainda almeja serem conhecidos pelo mercado e serem avaliados mediante a sua competência e não devido a sua condição. Dado a estatística, gera-se a hipótese que se o mercado acolhesse esses indivíduos, será que ainda existiria essa marginalização. Apesar da grande dificuldade de aceitação, da discriminação informal e formal, os transexuais ainda lutam pelo seu reposicionamento no mercado. Escolhendo suas carreiras a partir dos gostos pessoais, competência e vocação.

Partindo para o aspecto sociológico e psicológico da questão, espera-se que esse estigma que foi imposto seja desconstruindo, contribuindo para que dilemas enfrentados sejam menores

e que os indivíduos possam alcançar o sucesso almejado. Se a sociedade compreender a teoria queer em seu todo, saberá como desfazer essa normalização existente. Novamente se volta a questão do conhecimento, sendo primordial para que o transexual possa sair da marginalização e obter sucesso.

Por fim, vê que a pesquisa se torna restrita, pois somente analisou oito entrevistados, sendo que em sua maioria eram homens trans. Propõe se aprofundar mais no tema, visto que é atual e de grande significância para o crescimento pessoal, organizacional e político.

REFERÊNCIAS

- ARTHUR, M.B.; HALL, D.T.; LAWRENCE, B.S. Generating new directions in career theory: the case for a transdisciplinary approach. In: Arthur, M.B.; Hall, D.T. e Lawrence, B.S. (Orgs.) Handbook of career theory. Cambridge University Press, 1989.
- BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge Classics. 1990.
- CARRIERI, A.P.; SOUZA, E.M. de, AGUIAR, A.R.C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pp. 78-95, 2014.
- COLLINS, Joshua C.; MCFADDEN, Ciarán; ROCCO, Tonette S.; MATHIS, Mary Katherine. The Problem of Transgender Marginalization and Exclusion Critical Actions for Human Resource Development. Human Resource Development Review 2015, Vol. 14.
- COHEN, C. J. Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies. 1997.
- CRESWELL, J.W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUNHA, Thaís. Transexuais são excluídos do mercado de trabalho. Correio Braziliense, 2016. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acessado em: 03 out. 2017.
- EDWARDS, T. Queering the pitch? Gay masculinities. In M. S. Kimmel, J. Hearn, & R.W. Connell (Eds.), Handbook of studies on men and masculinities (pp. 51- 68). Thousand Oaks, London, Panchshell Enclave: Sage Publications. 2005.
- FENWICK, T. J. (2004). Toward a critical HRD in theory and practice. Adult Education Quarterly, 2004.
- HALL, D. T. Careers in and out of organizations. London: Sage Publications. 2002.
- HUGHES, E. C. Institutional office and the person. American Journal of Sociology, 43, 404-413. 1937.
- JAGOSE, A. R. Queer theory: an introduction. New York: New York University Press. 1996.
- JESUS, J. G. de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília, 2012.
- LONDON, M., & STUMPH, S. Managing careers. Boston, MA: AddisonWesley, 1982. MAIA, Flávia. Empresas brasileiras ainda têm resistência para empregar transexuais. Correio Braziliense, 2016. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016-/05/17/interna_cidadesdf,5_32183/empresadoredores-do-df-ainda-tem-resistencia-para-empregartransexuais.shtml>. Acessado em: 03 out. 2017.
- MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização (queer theory and sociology: the challenging analysis of normalization). Anais do Congresso de Leitura do Brasil, Campinas, SP, Brasil, 16. 2007.
- MISKOLCI, Richard. “Discreto e fora do meio” – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. Dossiê: percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades, 2015.
- POLICARPO, Verónica Mafalda Nunes de Melo. Para lá da heteronorma: subjetivação e construção da identidade sexual. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(2): 292, maio-agosto/2016.
- QUINN, V., & SINFIELD, A. Queer theory. Year’s Work in Critical and Cultural Theory, 14. 2006.
- RIBEIRO, M.A. A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a proposta dialética da carreira

psicossocial. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 203-216.

SCOTT, D. A., BELKE, S. L., & BARFIELD, H. G. Career development with transgender college students: Implications for career and employment counselors. *Journal of Employment Counseling*, 2011.

SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the closet*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 2008.

SEIDMAN, S. *Queer theory/sociology*. Cambridge/Oxford: Blackwell Publishers. 1996.

SOUZA, Eloisio Moulin de. A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. *RAC*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, art. 2, pp. 308-326, Maio/Jun. 2017.

SULLIVAN, N. *A critical introduction to queer theory*. New York: New York University Press. 2003.

THANEM, T. Embodying transgender in studies of gender, work, and organization. In E. Jeanes, D. Knights, & P. Y. Martin (Eds.), *Gender, work and organization handbook* (pp. 191-204). Oxford, UK: Wiley, 2011.

VONDRACEK, F. W. A developmental-contextual approach to career development research. In R. A. Young & W. A. Borgen (Eds.), *Methodological approaches to the study of career*. New York: Praeger Publishers, 1990.

WATSON, K. Queer theory. *Group Analysis*, 38(1), 67-81. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/0533316405049369>>. Acessado em 03 out. 2017.

NOVAS CONFIGURAÇÕES DE MASCULINIDADE E SAÚDE MENTAL DO HOMEM

André Lucas Santos Rodrigues¹⁶
Erick Figueredo Santos¹⁷
Isabelle Elisandra Kuch¹⁸
Victoria Maria Pinto Cordeiro¹⁹

RESUMO

Objetivo: a presente pesquisa tem por objetivo a revisão e sistematização de obras a respeito da historicidade e dinâmicas de organização de expressões das masculinidades, relacionando os dados colhidos ao conceito de saúde mental. **Método:** trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica e, também, de uma revisão narrativa de literatura, cujo objetivo principal é a descrição e discussão do que já foi produzido acerca do tema pesquisado. **Resultados:** haja vista que diversos estudos e estatísticas têm relacionado comportamentos auto e heteroagressivos como majoritariamente desempenhados por homens, tem-se por hipótese que isso se dá pela obrigatoriedade da incorporação de uma normatividade viril, estoica, dominante e insensível destinada aos indivíduos do gênero masculino desde o seu nascimento. **Conclusão:** tal expressão compulsória exigida de um sujeito conflita diretamente com sua identidade e autonomia emocional, impossibilitando uma (con)vivência natural e relações autênticas que podem levar a complicações em sua saúde mental.

Palavras-chave: Masculinidades. Masculinidade Hegemônica. Saúde Mental. Gênero.

INTRODUÇÃO

São diversas as explicações sócio-antropológicas a respeito do processo de construção dos papéis de gêneros como hoje postos, contudo é inegável o processo de questionamento sofrido por estes estereótipos compulsórios – o que tem levado à ruptura das obrigatoriedades de gênero em diversos sujeitos. Contudo, ao adentrar na temática da masculinidade hegemônica na atualidade encontramos de pronto o termo “masculinidade tóxica” como sinônimo, sendo essa correlação guiada pelas consequências que esses mesmos padrões – construídos de forma social e histórica – impõem à sociedade.

É conhecido que a masculinidade hegemônica atual se pauta na necessidade que o homem possui de reafirmar e seguir rigorosamente uma virilidade, tendo, de tal forma, um grande autocontrole para a manutenção desse status. Nesse padrão, o homem pouco se permite expressar sentimentos, medos e fraquezas, pois essa forma de comportar-se é tida como exclusiva do universo feminino, logo deve afastar-se de tais comportamentos para que seja possível reafirmar o agir “masculino” que está em conformidade com a estoicidade, agressividade, competitividade e dominância esperados pelos moldes hegemônicos vigentes. Essa visão construída ao longo da história por meio de um modelo de sociedade patriarcal acaba gerando em homens que fogem a estes padrões o sentimento de inadequação.

Mesmo que os estudos de gênero já venham abordando esta temática, ele ainda é desconhecido pelos próprios homens, uma vez que, segundo o *Google Consumer Surveys* (2018) de abril de 2018, 75% dos homens brasileiros entre 25-44 anos nunca ouviram falar em masculinidade tóxica, o que pode ser um indicativo de que essa discussão ainda não está muito presente na vida dos homens em geral.

Tal lacuna na discussão dessa temática pode ser prejudicial devido aos efeitos que a masculinidade tida como tóxica tem apresentado, efeitos estes que podem ser ilustrados pelo estudo da Flacso Brasil – Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015), no qual é reportado que os homens cometem suicídio em um número quase quatro vezes maior do que as mulheres no Brasil. No estudo da IPEA – Atlas da Violência 2017 (BRASIL, 2017), se reporta que dez vezes mais homens morrem vítimas da violência do que mulheres e que também a taxa de jovens entre 15 e 19 anos

16 Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduando em Psicologia e Direito. E-mail: andre_rdg@live.com – Curitiba, PR, Brasil.

17 Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduando em Psicologia. E-mail: eriickfigueredo@live.com – Curitiba, PR, Brasil.

18 Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduanda em Psicologia. E-mail: isabelle_kuch@hotmail.com – Curitiba, PR, Brasil.

19 Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduanda em Psicologia. E-mail: victoriacordeiro_@hotmail.com – Curitiba, PR, Brasil.

que morrem vítimas de violência é maior em homens (53,8% em homens e 14,9% em mulheres). Essas consequências também atingem as mulheres, uma vez que o Brasil tem a 5ª maior taxa de feminicídios do mundo, segundo o já mencionado estudo da Flacso Brasil - Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015).

Mais precisamente falando sobre saúde mental masculina, a Associação Americana de Psicologia divulgou um documento direcionado aos profissionais que trabalham com essa população intitulado "*Boys and Men Guidelines Group: guidelines for psychological practice with boys and men*" (APA, 2018), onde aponta-se que a masculinidade tradicional é, de fato, psicologicamente nociva aos homens. O guia aponta que os homens criados neste padrão de masculinidade hegemônica costumam não procurar cuidados preventivos de saúde e assumem comportamentos de risco com maior frequência (por exemplo, fumar e beber). São também os homens os responsáveis por 90% dos homicídios nos Estados Unidos, sendo eles, da mesma forma, as maiores vítimas da violência no país.

Observa-se, portanto, que os ideais de masculinidade vigentes possuem como efeitos colaterais uma grande dificuldade por parte do homem de falar sobre sentimentos e demonstrar suas fraquezas, fato este que corrobora com os altos índices de suicídio dessa população, bem como o alto número de morte por violência. Os dados apresentados, portanto, reforçam a necessidade de que a discussão sobre a masculinidade hegemônica e suas consequências seja cada vez mais expandida, para que possa, assim, atingir o maior número de pessoas a fim de gerar mudanças.

Ademais, o que também se verifica é um movimento que busca a libertação da compulsoriedade do modelo hegemônico de masculinidade. A quebra dos estereótipos de gênero, a busca por igualdade entre homens e mulheres e os debates acerca da temática colocaram em pauta a discussão sobre a forma como os homens são criados na sociedade. As diferentes possibilidades de ser e estar no mundo trazidas por esses novos padrões de comportamentos e desejos, colocam o modelo vigente – o tóxico e compulsório – frente a uma crise. A pluralidade e flexibilidade de se relacionar e investir seus afetos invade o campo de algo que era tido como natural e imutável e agora passa a perder seu protagonismo construído historicamente.

Assim, as novas formas de ser homem aceitam e acolhem as mais diversas posições destes na sociedade, fugindo de estereótipos até então cristalizados. Acredita-se que este movimento caminha para condições mais igualitárias entre os gêneros e padrões de vida mais saudáveis. Posto isto, a compreensão da dinâmica relacionada a masculinidade hegemônica e as subalternas tem grande importância para a ciência e prática psicológica, uma vez que a emancipação aponta para uma resguarda ao direito de existência plena e emocionalmente autônoma.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, que pode ser caracterizada como um levantamento do referencial teórico já produzido sobre determinada temática em diversas fontes, tais como livros e artigos científicos (FONSECA, 2002). É o primeiro passo para que os pesquisadores entrem em contato com o tema a ser pesquisado, objetivando a aquisição de conhecimentos prévios sobre o problema de pesquisa.

Nesse sentido, a presente pesquisa trata-se, também, de uma revisão narrativa de literatura, cujo objetivo principal é a descrição e discussão do que já foi produzido acerca do tema pesquisado (FERREIRA, 2011). Esse tipo de revisão caracteriza-se como mais amplo e apropriado para descrição e discussão do desenvolvimento de um determinado assunto, sob um viés teórico. Ainda, a revisão narrativa de literatura é fundamental para o leitor "adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço" (ROTHER, 2007, p.1).

Posto isto, para a construção da presente pesquisa, foi realizado um levantamento geral de dados para mapeamento da relevância do tema e de produções científicas já realizadas. Os autores utilizaram como fonte de dados para análise teórica livros, artigos científicos em bases de dados online e relatórios de organizações de áreas da saúde que compreendessem a temática de gênero, masculinidades e saúde mental do homem.

DISCUSSÃO - MASCULINIDADES: HISTORICIDADE E CONCEITOS

O conceito de masculinidades, como o próprio nome sugere, abrange concepções plurais, não podendo este ser considerado unilateral, cristalizado ou estático. O estudo das masculinidades compreende construtos teóricos relativamente recentes, cujo foco estaria na desnaturalização e problematização das diferentes formas de “ser homem”, agora consideradas como construídas sócio-historicamente.

As masculinidades, então, configuram-se como um conjunto variável de significados construído pelos homens com relação a si próprios, a outros homens e com o mundo. Seu conceito sugere dinamicidade e temporalidade, não sendo uma manifestação pautada em construtos biológicos ou uma essência interna e inerentemente masculina, mas sim relacionada a cultura, que é diversa (ZANELLO, 2018).

Consta que as primeiras reflexões acerca do masculino tinham como base a noção de uma masculinidade naturalizada e, portanto, estudada a partir de modelos naturalistas, em uma perspectiva sexual-biológica (BOTTON, 2007). Partindo disso, observa-se que os ideais de masculinidade foram se institucionalizando na sociedade em sua historicidade através, também, de discursos técnicos e científicos advindos da academia. A partir disso temos “a concepção de que a personalidade e as ações sociais dos homens seriam delimitadas por sua aparelhagem física, e que a diferença entre os sexos era fruto de uma estrutura natural inquestionável”. (BOTTON, 2007, p. 110).

Neste viés, os homens eram compreendidos a partir de determinados atributos e qualidades “naturais”. O homem seria aquele detentor da

[...] ação enérgica, a atividade sexual, a coragem, a resistência física e moral, o controle de si (emoções e corpo), cabendo a eles o âmbito público e o trabalho reconhecido e remunerado. Firma-se uma nova configuração das virilidades, cuja historicidade é necessário reconhecer (ZANELLO, 2018, p. 177).

Neste sentido, ao se observar a constituição histórica dos ideais de masculinidade, nota-se que estes foram usados como artifício desde tenra época. Nos registros, ao que se refere às Grandes Civilizações, encontramos inúmeros mitos e estátuas gregas que trazem consigo a representação e a exaltação do corpo masculino. Além disso, no período do Renascimento, o corpo masculino constituiu o alicerce fundamental de grandes estudos registrados, como os de Leonardo da Vinci e Michelangelo. Dessa forma, é construído e direcionado ao homem um controle rigoroso em relação ao seu corpo, de modo a estabelecer padrões físicos e comportamentais bem definidos (FERNANDES FILHO, 2013). Posto isto, verifica-se que a masculinidade nesses moldes foi concebida historicamente em uma sociedade patriarcal, apresentando a ideia de que ela era naturalmente dominante e que o poder era exclusivo do homem, sendo essas concepções naturalizadas a partir de diferentes tecnologias e discursos.

Tais tecnologias e discursos estão englobados no conceito de *dispositivo*, introduzido por Michel Foucault, cuja finalidade consiste no gerenciamento e controle de corpos. Sobre os dispositivos, Foucault (1979, p. 244) os conceitua como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Neste sentido, a sexualidade é entendida pelo mesmo autor como um dispositivo histórico. Dessa maneira, esta refere-se a uma grande rede que envolve a “estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 2017, p. 115), agindo por meio de diversas estratégias de poder e de saber. Ademais, a sexualidade passa a ser manipulada por meio do biopoder, que vai legitimar ou deslegitimar as diversas formas de sua expressão.

Entende-se por biopoder um poder que se apropria da vida humana, estando esta sujeita a administrações tanto no âmbito individual quanto no social. Taylor (2018) explana as ideias de Foucault que instituições disciplinares como escolas, prisões e hospitais psiquiátricos assestam os corpos individuais conforme fogem às normas, enquanto o Estado visa conhecer e administrar as

normas da sociedade de maneira integral, objetivando entender e praticar a regulação de fatores como “os problemas da natalidade, da longevidade, da saúde pública, da habitação e da migração” (FOUCAULT, 1990, *apud* TAYLOR, 2018, p. 62).

O que Foucault (*apud* TAYLOR, 2018) desenreda como poder disciplinar funciona principalmente através do Estado, ainda que este esteja implicado em muitas instituições. Essa disciplina toma uma característica, portanto, de um biopoder que tem como objetivo o controle de corpos individuais, enquanto num outro nível de biopoder visa o corpo-espécie. Foucault compreende estes dois níveis como “os dois polos em torno dos quais a organização do poder sobre a vida foi implantada” (FOUCAULT, 1990 *apud* TAYLOR, 2018, p. 63). Podemos entender, de tal forma, que esses níveis são impreterivelmente engendrados de maneira simultânea, partindo da perspectiva de que corpos constituem populações e populações são constituídas por corpos individuais, e assim:

O biopoder é capaz de acessar o corpo porque funciona através de normas em vez de leis, porque é internalizado por sujeitos em vez de exercido de cima mediante atos ou ameaças de violência, e porque está disperso por toda a sociedade em vez de localizado em um único indivíduo ou organismo do governo (TAYLOR, 2018, p.61).

Na perspectiva foucaultiana, a masculinidade em suas expressões de controle diante do corpo e atitude dos homens, destaca-se, portanto, como um dispositivo.

Observa-se, então, que a partir do século XX, teóricos como Foucault foram ganhando notoriedade, sendo este período caracterizado pela problematização de conceitos já cristalizados na sociedade, principalmente devido aos movimentos feministas da época. Neste íterim surge a noção da construção social e cultural dos gêneros, colocando em xeque a concepção naturalizadora dos papéis sociais assumidos por homens e mulheres. Dessa forma, diferencia-se o sexo biologicamente estabelecido do gênero construído através do social e da cultura:

Tal diferenciação entre sexo e gênero é de fundamental importância para compreensão da masculinidade, uma vez que também a masculinidade passou a ser compreendida como uma construção social. A partir desse momento nega-se o argumento de que os comportamentos de gêneros se constroem naturalmente, visão defendida pelo discurso técnico-científico, agora percebido como defensor de uma posição político-ideológica (BOTTON, 2007, p.112).

No início dos estudos de gênero, pouco foi produzido acerca das masculinidades, pois o homem era visto como um indivíduo privilegiado e o unicamente beneficiado por esse sistema, ou seja, o homem até então era concebido exclusivamente como ser dominante e detentor do poder.

Essa visão foi rompida somente por volta da década de 70, onde estudiosos dedicaram-se, de fato, ao estudo do masculino como algo também construído sócio-historicamente. Dessarte, nas décadas finais do século XX nota-se um aumento gradual na produção científica com foco nas masculinidades e na forma como estas são postas na sociedade. Neste sentido, um importante autor desse período é Pierre Bourdieu que, a partir de sua análise dos corpos e das relações de gênero, também reafirma a divisão relacional entre homens e mulheres institucionalmente aceita no âmbito social e que, tomando isso como uma verdade irrefutável, os indivíduos discriminam suas ações fundamentadas nessa premissa:

[...] A construção social dos órgãos sexuais registra e ratifica simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis: ela contribui, assim, juntamente com outros mecanismos, dos quais o mais importante é, sem dúvida, como vimos, a inserção de cada relação (cheio/vazio, por exemplo) em um sistema de relações homólogas e interconectadas, para converter a arbitrariedade do nomos social em necessidade da natureza (*physis*) (BOURDIEU, 2012, p. 22).

Essas circunstâncias possibilitam o surgimento de uma forma de violência de difícil identificação, mas não menos devastadora: a violência simbólica, onde o indivíduo reprimido aceita sua condição como se essa fosse própria, inevitável e inerente às relações de gênero (BOURDIEU, 2012).

Ainda sobre a temática histórica da dominação masculina, Pateman (1988) introduz o conceito de contrato sexual, que se fundamenta como um complemento omitido, mas real, do contrato originário que a sociedade moderna foi e está submetida. Tratando-se de histórias que atribuem significado à vida social, esse regime de contratualismo parte da ideia discutida por autores clássicos dos séculos XVII e XVIII, que por sua vez não se constitui apenas pela via da ação política, mas também apresenta sua gênese fundamentada pelo que se refere a um contratualismo de caráter sexual.

A autora supracitada define o contrato sexual como essencialmente patriarcal, uma vez que é a partir da busca pela liberdade civil e tutela do Estado que sua fundamentação é constituída, porém, de maneira que essa proposta traz benefícios exclusivamente aos homens, aos maridos e aos provedores. Logo, submetendo-se a esse contrato, a sociedade se divide em duas camadas bem definidas por esse sistema: os homens, com seus direitos, sua plena liberdade e sua função precisamente definida pela dominação e as mulheres, compreendidas a partir de seu papel de dominadas, submissas, subordinadas à figura masculina. Essa organização hierárquica produz, nesse sentido, uma relação legitimamente pautada na desigualdade entre os gêneros (PATEMAN, 1993). Nesse espaço de desequilíbrio entre os gêneros e sua relação de surgimento de distintos papéis pré-estabelecidos, a violência se propaga na sociedade pela via da dominação do masculino sobre o feminino, refletindo os preocupantes e demasiados números de casos concretizados por ações violentas, das mais variadas espécies, direcionadas às mulheres (DE AQUINO; KONTZE, 2014).

Nesse sentido, Connell (2005 apud RABELO, 2010) teoriza sobre a naturalização das questões de gênero dada a sua estruturalidade social, apontando, contudo, a contradição existente nessa relação uma vez que a dominação de determinado gênero requer enorme esforço social na tentativa de orientar comportamentos, como é o caso das normatizações. Além disso, afirma que esse mesmo sistema de relações de gênero não produz naturalmente apenas uma expressão de masculinidade, dada a complexidade e a contraditoriedade de toda e qualquer manifestação de gênero. Por conseguinte, posto que são diversas as expressões de masculinidade e que todas partem de um grau de arbitrariedade, Connell introduz o conceito de masculinidades hegemônica e subalternas: “Ao assumir que há várias masculinidades, o autor [sic] cria o conceito da masculinidade hegemônica que representa a forma de masculinidade que em cada tempo-espaço tem destaque em relação a outras” (CONNELL, 1997 apud RABELO, 2010).

Assim sendo, a masculinidade hegemônica sugere performances masculinas consideradas mais honradas de acordo com a historicidade, sustentando a posição social de liderança atrelada a um jogo de poder com as demais expressões de masculinidade – as subalternas. A masculinidade hegemônica se constitui por meio de práticas e discursos - trata-se de um dispositivo, conforme já apontado (CONNEL, 2000 apud ZANELLO, 2018).

Kimmel (1998) traz a concepção de que a masculinidade hegemônica e as masculinidades subalternas são simultaneamente concebidas e, para melhor introduzir sua ideia, o autor traça um comparativo com as metrópoles que são construídas concomitantemente às periferias. Ao passo que o ideal hegemônico é criado, há uma oposição por parte de outras masculinidades – as chamadas masculinidades subalternas, que são problematizadas e desvalorizadas. Ambas são geradas numa relação mútua, porém desigual.

Além disso, nota-se a existência de certa cumplicidade masculina, caracterizada por aqueles homens que receberam os privilégios e benefícios do patriarcado mesmo que não tenham adotado uma expressão forte da dominação masculina. É em parença com esse grupo, junto à indulgência vista dentre uma parcela considerável das mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia performou com maior eficácia. “A hegemonia não significa violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão” (CONNELL, 2013, p. 245).

Sendo assim, Connell (1997 apud RABELO, 2010) aplica o conceito de masculinidade hegemônica na atualidade aos moldes do patriarcado, sendo essa a expressão masculina considerada dominante à medida que repudia tudo aquilo que se liga ao feminino – o que inclui expressões subalternas de masculinidade, como aquelas expressadas por parte dos homossexuais. O autor afirma, ainda, que as masculinidades são fluidas assim como as relações de gênero, dado o dinamismo das interações e, principalmente, pela resistência exercida pelos novos grupos de homens e/ou mulheres, logo a hegemonia patriarcal não é eterna. Corroborando a isso, Zanello (2018) menciona que expressões de masculinidade hegemônica atuais implicam na necessidade de aprovação por outros homens, sendo um de seus testes principais a antifeminilidade, ou seja, as mulheres devem ser desejadas pelos homens, mas estes nunca devem desejar ser como elas, reafirmando, assim, sua virilidade.

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E MASCULINIDADE TÓXICA

Haja vista a construção histórica e social da masculinidade patriarcal e a sua dominação enquanto hegemônica na contemporaneidade, faz-se importante desmistificar a sinonímia atribuída aos termos referentes à masculinidade *tóxica* e *hegemônica*, corriqueiramente confundidos no senso comum. Conforme exposto no item anterior, a masculinidade hegemônica é caracterizada como parte de uma estrutura de funcionamento das expressões de masculinidades (aceitas e/ou dominantes ou não) de caráter instrumental, podendo ser aplicável a ela qualquer expressão existente ou inexistente, já conhecida ou sequer ainda imaginável que tome poder a ponto de dominar e oprimir quaisquer outras expressões concomitantemente existentes – chamadas de subalternas.

Em contrapartida, a masculinidade tóxica se refere, no uso comum, àquela expressão normativa, construída historicamente e em vigor atualmente, que por conta de seu afastamento e repressão compulsória às questões sentimentais e afetivas torna-se tóxica à saúde física e mental do homem que a exerce. Portanto, ainda que a expressão hegemônica atual seja considerada tóxica, isso não significa que obrigatoriamente toda e qualquer expressão de masculinidade hegemônica também o seja. A toxicidade é reflexo de uma específica manifestação do que se acredita ser, ou do que se construiu enquanto masculinidade, e não da hegemonia de qualquer expressão. Porquanto, se faz pertinente a compreensão de que a masculinidade hegemônica dita regras e normas estabelecedoras de um modo de “ser homem”, que afetam além de seu meio social, mas também sua própria saúde mental. Contudo, é de importante ressalva que ao definir o conceito de masculinidade hegemônica, Connell (1997) afirma que “não há um caráter fixo na sua definição, somente configurações de práticas geradas de situações particulares, numa estrutura cambiante de relações”, o que reitera a instrumentalidade do termo, que pode perfeitamente relacionar-se com categorizações de masculinidade – como a patriarcal, subalternas ou outras - mas não deve, por definição, confundir-se a essas.

O SOFRIMENTO PSÍQUICO E A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Como observado, por muito tempo tentou-se naturalizar os papéis de gênero, sendo postas as obrigatoriedades comportamentais, laborais e relacionais como características inerentes à condição sexual de macho e fêmea. Contudo, estudiosos da temática de gênero e suas implicações sociais têm contestado tal naturalização, como o fez Michel Foucault (apud TAYLOR, 2018, p. 79):

O senso comum – uma espécie de conhecimento inquestionado – diz-nos que essa divisão sexual em masculino e feminino é verdadeira, como as coisas são. Mas se essa diferença é tão óbvia, poderíamos perguntar por que a distinção entre os sexos exige coerção.

Quando rompida a visão do homem como sujeito único e exclusivamente beneficiado pelo sistema de gênero e os estudos acerca da construção sócio-histórica das masculinidades adquiriram notoriedade, conseqüentemente foi posto à tona o sofrimento que esse sistema coercitivo de conduta causaria ao homem que dele é vítima.

O perfil de masculinidade hegemônica é pautado nas concepções de virilidades, tratadas sempre no plural devido a atualização do conceito ao longo do tempo, uma vez que cada civilização concebeu estas em diferentes formas de manifestações. Porém, o que é possível perceber, no que se refere às sociedades ocidentais, é a imutabilidade da relação entre virilidade e dominação, direcionadas tanto às mulheres, a outros homens e, não menos relevante, direcionadas a si mesmos – a partir de um controle extremamente rígido de suas ações e emoções (ZANELLO, 2018).

Assim, a ideia da virilidade funciona como um dispositivo de eficácia, ou seja, a eficácia de se cumprir seu papel subjetivo enquanto um “homem de verdade”. A masculinidade hegemônica enquanto expressão de notável sexualidade e produtividade no âmbito do trabalho culmina como objeto de extremo sofrimento para o homem quando esta eficácia é impedida de ser alcançada. Dessa forma:

A experiência a se evitar é a falha (falta de eficácia) ou da impotência (sexual e laborativa). Situações estruturais (como algum problema físico ou mental) ou circunstanciais (tais como desemprego, aposentadoria, etc.) que colocam em xeque a possibilidade da eficácia ou da sua perda nos dois âmbitos acima apresentados, geralmente se constituem como experiências de grande sofrimento para os homens (ZANELLO, 2018, p. 267).

É importante ressaltar que não se trata da manifestação em si desses aspectos, mas de todos os ideais identitários e representações construídas para o homem, que fazem com que o sofrimento seja intenso e bastante significativo (ZANELLO, 2018).

Esses princípios apontam para o que a APA (*American Psychological Association*), em um documento aos profissionais que trabalham com homens e meninos, alerta sobre a saúde mental dos mesmos. Muitas das características que integram a vida dos homens desde muito cedo são reforçadas ao longo da vida, tendo variações de acordo com a identidade cultural que o indivíduo tem, sua etnicidade, sexualidade, nível socioeconômico e quaisquer atributos relacionados a um senso básico de identidade e influência em seus comportamentos. Segundo Badinter (1992) apud Zanello (2018), o “ser homem”, em nossa cultura, corresponde a uma construção que se dá no imperativo e no negativo: “Seja homem!”, frase esta proferida deliberadamente aos meninos, reforçando o padrão natural da virilidade e a negação do feminino. Admitir fraquezas, vulnerabilidades e fragilidades significa ser visto por outros homens como covarde ou afeminado, ou seja, significa não ser visto como um “homem de verdade”.

Quanto mais cedo um garoto transgride as normas de masculinidade, mais propenso ele está a sofrer abusos de várias formas, seja de seus colegas ou familiares, o que pode resultar em sintomas depressivos, automutilação e suicídio (APA, 2018). Segundo Foucault (2017), a família pode tornar-se os principais agentes do dispositivo de sexualidade, apoiando-se exteriormente em médicos, pedagogos, psiquiatras e afins. O que se observa é que o policiamento da expressão normativa de masculinidade em garotos é ineficaz e danoso emocionalmente para a criança, portanto, é comum ao decorrer da infância algumas crianças optarem por seguir este padrão para não sofrerem desaprovação.

A mudança de expressão de sua masculinidade, optando por umas das modalidades subalternas, acarretaria com um excesso de esforços para alcançar essa legítima forma de expressão. Em conformidade, Bordieu (2012) discorre em sua teoria a respeito da comodidade dos indivíduos com relação a irrestrita aceitação de seu papel de gênero na sociedade, explicitando que a violência de cunho simbólico é acobertada pelos indivíduos quando estes optam pela conformidade e adequação quanto a prévia estipulação desses papéis, visto que opor-se categoricamente a essa forma de funcionamento acarretaria com o investimento exorbitante de esforços para este fim.

O *Guidelines for Psychological Practice with Boys and Men* (APA, 2018) traz a ideia de que a construção da masculinidade é afetada por estereótipos associados a características de identidade, alertando que experiências dolorosas relacionadas a discriminação podem impedir homens pertencentes a minorias de assumirem suas heranças culturais, o que é associado a problemas em saúde física e mental. Sintomas depressivos associados às discriminações raciais, por exemplo, podem ser explicados pelo ideal de masculinidade branco e eurocêntrico de repressão emocional e autoconfiança. Relata-se que homens que pertencem a minorias podem aderir a rígidos padrões de masculinidade para não sofrerem consequências tão duras do meio, mesmo não indo de acordo com seus próprios ideais (APA, 2018).

Referente ao envelhecimento, nota-se que papéis masculinos impostos socialmente, e que acabam sendo empregados durante a vida, podem prejudicar a autopercepção de homens ao envelhecer. Papéis naturalmente concebidos como masculinos, como o de provedor, que deve ser saudável e enérgico, bem como possuir um desempenho sexual satisfatório, por exemplo, são modificados no momento do envelhecimento, especialmente com a chegada da aposentadoria e da fragilidade orgânica inevitável. Morbidade e mortalidade associados a pós-aposentadoria incluem o suicídio, isolamento e percepção de pouco suporte social (APA, 2018).

O documento da APA (2018) ainda expressa como os privilégios e poder social do homem afetam também mulheres e outras populações vulneráveis, assim como afetam e aprisionam o próprio homem em um sistema de práticas sociais e estratégias psicológicas individuais para manter esses privilégios. Ainda que o sexismo possa não corresponder às ideias pessoais da maioria dos homens, ele serve como um produto, reforçador e justificador do privilégio masculino, e pode estar enraizado na construção de masculinidade destes. Meninos são ensinados desde cedo que sofrerão represálias se transgredirem às normas impostas; essas ameaças podem influenciá-los

pela vida toda. Meninos que são constantemente humilhados por expressarem vulnerabilidade emocional podem apresentar consequências em suas futuras relações. Homens que aderem a essa premissa sexista rigidamente tem maior probabilidade de cometer violência doméstica e sexual contra mulheres.

Esses esquemas sexistas atingem também homens que não estão dentro das normas estipuladas, como transgêneros e *gender-nonconforming*. Mulheres transgêneros, por exemplo, são vistas como “homens fingindo” ou “se vestindo de mulher” e homens transgênero são tidos como “não são homens de verdade”. A masculinidade hegemônica atual está relacionada a padrões violentos contra homens que não estão em conforme com o padrão vigente. Esses padrões restritivos também impedem os homens de serem emocionalmente vulneráveis e formarem conexões adultas profundas. Esses papéis estão ligados ao medo de homens serem íntimos e o desconforto em relação ao contato físico com outros homens. Assim, os padrões hegemônicos também afetam negativamente o bem-estar de relações íntimas (APA, 2018).

Os homens também aparecem com os maiores números de suicídios, além de um alto índice de uso de substâncias – uso este relacionado a evitação de emoções difíceis relacionadas a traumas e a estados afetivos complicados. Os sintomas depressivos em homens surgem de forma encoberta sendo expressos por meio de irritabilidade, distanciamento interpessoal, sensibilidade a ameaças a autoestima e respeito próprio, compulsividade, sintomas somáticos e dificuldades de motivação e concentração (APA, 2018).

Outros aspectos que confirmam os danos gerados pela toxicidade da expressão de uma masculinidade normativa, tida como o modelo hegemônico atualmente, referem-se à explicitação da relação desta com a violência e agressividade entre homens. Os homens são, de acordo com a APA (2018), ensinados desde cedo a resolver conflitos através da violência, por essa característica ser comumente relacionada à masculinidade, tanto pela família quanto pela mídia, por exemplo.

O resultado disso é que os homens veem a violência como uma forma de reforçar e proteger sua masculinidade, o que os torna os maiores cometedores de violência e as maiores vítimas. De acordo com Connell e Messerschmidt (2013), no que tange aos custos e às consequências desses atos violentos,

pesquisas em criminologia mostraram como padrões particulares de agressão eram ligados com a masculinidade hegemônica, não como um efeito mecânico do qual ela fosse a causa, mas através da busca pela hegemonia. Além disso, a pesquisa pioneira de Messner mostrou que a colocação em ato da masculinidade hegemônica nos esportes profissionais, ao mesmo tempo que reproduz hierarquias exageradas, também vem com custos consideráveis para os vitoriosos, em termos de danos emocionais e físicos (p. 247).

Todos os fatores apresentados demonstram as consequências, quase sempre negativas, das rígidas normas que a masculinidade hegemônica vigente impõe aos homens. Essas consequências variam de acordo com múltiplos fatores atrelados ao indivíduo, sua história, cultura e nível socioeconômico. Afeta-se tanto a saúde física quanto a mental do sujeito conflitado com o padrão hegemônico, assim como as relações sociais que se dão nesse meio.

SAÚDE MENTAL

O conceito de saúde mental ainda é bastante relativo e implicado em aspectos culturais de quem o estuda, sendo, portanto, bastante difícil encontrar uma definição completa. Apesar disso, é certo e bem aceito pelos estudiosos que a saúde mental vai além da ausência de transtornos mentais, abrangendo muitos outros aspectos da vida do indivíduo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2001), este conceito engloba, dentre outras coisas, “o bem-estar subjetivo, a auto-eficácia percebida, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a autorrealização do potencial intelectual e emocional da pessoa” (p. 3). Ademais, para compreender a saúde mental é necessário levar em consideração todo o funcionamento mental do sujeito, sendo estes fatores articulados com diversas outras dimensões, que podem variar social, cultural, econômica e historicamente.

Posto isto, a saúde mental foi definida como “um estado de bem-estar que permite aos indivíduos usar suas habilidades, lidar com o estresse normal da vida, trabalhar de forma produtiva e proveitosamente, e contribuir para suas comunidades” (OMS, 2007, p. 4). Ao se estudar a saúde

mental é possível verificar que, quando a mesma é positiva, seus impactos são muito favoráveis ao ser humano em sua totalidade. Dentre eles, menciona-se estilos de vida mais saudáveis, melhora na saúde física, melhora na recuperação de doenças, diminuição da limitação na execução de atividades da vida diária, aumento da produtividade, melhora nos relacionamentos interpessoais, melhora na qualidade de vida como um todo, dentre outros (FRIEDLI, 2009).

Desta forma, a saúde mental como conceito amplo abrange aspectos do bem-estar físico, mental e social do indivíduo, não podendo ser aplicado a este um caráter reducionista com foco exclusivo sobre ausência de psicopatologias, mas sim, deve-se considerar a multiplicidade de fatores inter-relacionados que o mesmo engloba.

A MASCULINIDADE EM CRISE

A partir do momento em que se problematiza questões referente ao gênero e, posteriormente, se reconhece a masculinidade como construto social e histórico, estudos voltaram-se aos homens e ao que acreditava-se “ser homem”, numa visão de desconstrução de padrões até então estáveis e bem aceitos, culminando mais tarde na chamada “crise da masculinidade”, pois verificou-se um “sentimento de fragilidade do homem frente à violência, à frieza e ao sofrimento da construção social da virilidade masculina” (BOTTON, 2007, p. 114).

Como apontam Petersen, Collier e MacInnes (1998 apud CONNELL, 2013), “o conceito de masculinidade é falho porque ele essencializa o caráter dos homens ou impõe uma unidade falsa a uma realidade fluida e contraditória” (p.249). Dessa maneira, quando se sugere uma instabilidade às referências de masculinidade previamente cristalizadas, observa-se que os sujeitos acabam se deparando com novos valores e configurações que nem sempre são fixos, acarretando um abalo de identidade, verificado por meio dos “sentimentos de insegurança, [...] fugacidade e diversidade” (BONÁCIO, 2012).

Assim, a crise da masculinidade surge da explicitação da instabilidade e fluidez dos conceitos do masculino, trazendo à tona sua multiplicidade e complexidade. O homem, ao perder seus referenciais até então bem aceitos e inquestionáveis na sociedade, entra em crise, pois é posto

a repensar sua identidade, atitudes e a representação de si diante de um mundo complexo, cujos questionamentos e problematizações possuem grande potencial para causar desconforto significativo. Ao passo que isso pode causar desconforto, pode-se conceber, também, que a crise da masculinidade pode contribuir para o bem-estar masculino, já que se deparam com a possibilidade de reconstruir suas identidades a partir de padrões menos rígidos de expressão de masculinidade, uma vez que há um maior espaço para as manifestações da multiplicidade destes.

NOVAS CONFIGURAÇÕES DE MASCULINIDADE E SAÚDE MENTAL DO HOMEM

Uma vez que as masculinidades subalternas são entendidas como todas aquelas que se diferem ou não correspondem à masculinidade hegemônica, a pluralidade intrínseca na liberdade de manifestações de masculinidade impede a categorização ou definição precisa das novas configurações em ascensão com a crise do modelo hegemônico atual.

Dessa forma, o presente estudo não tem por objetivo categorizar as novas configurações de masculinidade, dada a impossibilidade e a carga dominadora em tal ato, mas sim pretende identificá-las à medida em que divergem do conceito hegemônico, oferecendo critérios comparativos à definição de saúde mental, a fim de concluir a direção que se tem tomado a emancipação da manifestação hegemônica na qualidade de vida do homem moderno.

Até o presente momento, pode-se inferir que não é possível estudar ou compreender as masculinidades por si só. Junto a estes conceitos e percepções sobre a temática, encontram-se diversas outras estruturas e instituições sociais que agem sobre as expressões do masculino, tais como a condição socioeconômica do sujeito, sua etnia, nacionalidade, geração e temporalidade (BOTTON, 2007). As produções científicas dentro da temática das masculinidades precisam estar desprendidas “[...] de qualquer acusação binária ou reducionista ao estudar esse assunto tão debatido e despercebido, estudando a partir da multiplicidade da existência de diversas masculinidades” (BOTTON, 2007, p. 117).

Essa dificuldade de conceituação se estende à noção de saúde mental nas novas configurações de masculinidade, havendo uma escassez de material que retrate esse assunto. Contudo, é possível traçar paralelos com os materiais já apresentados sobre masculinidade hegemônica. As possíveis vantagens para a saúde mental, física e social do homem que foge do padrão normativo de masculinidade são múltiplas, a começar pela diminuição nos níveis de violência, como também a diminuição da constrição emocional e padrões rígidos de comportamento, característicos dos padrões hegemônicos vigentes que, como já apontados, são comprovadamente danosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as diversas manifestações de masculinidades corroboradas pela literatura, foi possível conceber que além das performances hegemônicas substanciadas pela estrutura tradicionalista dos papéis de gênero, existem homens à margem destes ideais, acarretando o crescimento da expressão de outras formas de “ser homem”, aqui consideradas subalternas. Contudo, a supervalorização das características hegemônicas ainda é uma realidade e, portanto, também tida como referência para se comportar e se relacionar consigo e com o mundo. As manifestações hegemônicas tendem a apresentar fatores de risco para um desenvolvimento pleno no que se refere ao cuidado com a saúde mental, uma vez que particularidades como a rigidez de pensamento, violência, insegurança e instabilidade emocional não são incomuns para esses sujeitos.

Voltamos a ressaltar a importância de uma melhor compreensão a respeito das masculinidades hegemônicas e subalternas devido ao efeito que possuem nas relações sociais como um todo, pois permeiam a construção da identidade dos homens e como estes avaliam suas relações. A construção histórica dessas masculinidades nos permite agir sobre elas para que se tenha uma construção mais equilibrada e saudável para todos. Nesse sentido, os pesquisadores desta revisão estão em busca da aplicabilidade prática desses conceitos às realidades masculinas a fim de mensurar de que forma os padrões rígidos ligados à parcela hegemônica têm impactado em sua saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA (APA). Boys and Men Guidelines Group: guidelines for psychological practice with boys and men (tradução nossa). 2018. Disponível em <<http://www.apa.org/about/policy/psychological-practice-boys-men-guidelines.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2019.
- BONÁCIO, Daiany. Representações da masculinidade em crise: legados pós-modernos. In TASSO, Ismara, & NAVARRO, Pedro, orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 231-258. ISBN 97885-7628-583-0. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/hzj+5q/pdf/tasso-978857628583011.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2019.
- BOTTON, Fernando Bagiotto. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. Revista Vernáculo, v. 1, n. 19/20, 2007. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20548>>. Acesso em 18 mar. 2019. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso online]. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 12 mar. 2019.
- BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas da violência. 2017. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em 19 mar. 2019.
- CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade, 20(2): 185-206, jul.dez., 1995. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/0>>. Acesso em 03 abr. 2019.
- CONNELL, Robert W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 241-282, jan.-abr., 2013. Disponível em <<http://ref.scielo.org/brmv45>>. Acesso em 07 mar. 2019.
- DE AQUINO, Quelen Brondani; KONTZE, Karine Brondani. O “contrato sexual” e promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher na sociedade contemporânea. Barbarói, n. 42, 2014. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5557>>. Acesso em 12 mar. 2019.
- FERREIRA, Haroldo. Redação de trabalhos acadêmicos nas áreas das ciências biológicas e da saúde. Editora Rubio, 2012.

FERNANDES FILHO, Aurivar. O Corpo como “Veículo de Ser” na Construção da Masculinidade. *Anagrama*, v. 6, n. 4, p. 1-17, 2013. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/56340/59479>>. Acesso em 10 abr. 2019.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Universidade Estadual do Ceará, 2002. Disponível em <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 10 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRIEDLI, Lynne. *Mental health, resilience and inequalities*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2009.

GOOGLE. Dossiê Brandlab: A Nova Masculinidade e os Homens Brasileiros. São Paulo, 2018. Disponível em <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-deconsumo/dossie-brandlab-nova-masculinidade-e-os-homens-brasileiros/>>. Acesso em 17 mar. 2019.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out., 1998. Disponível em <<http://ref.scielo.org/729pph>>. Acesso em 07 mar. 2019.

LEVANT, Ronald F. et al. Evaluation of the factor structure and construct validity of scores on the Male Role Norms Inventory—Revised (MRNI-R). *Psychology of Men & Masculinity*, v. 11, n. 1, p. 25, 2010.

MACHADO, Wagner L., de. BANDEIRA, Denise R. Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos. In: *Estudos de Psicologia*. Campinas, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório mundial da saúde: saúde mental nova concepção, nova esperança*. Genebra, World Health Organization, 2003. Disponível em <https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf>. Acesso em 17 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Investing in mental health*. Genebra, World Health Organization, 2003. Disponível em <http://www.who.int/mental_health/media/investing_mnh.pdf>. Acesso em 17 mar. 2019. PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, June 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2019.

TAYLOR, Dianna. *Michel Foucault: Conceitos Fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, FLACSO Brasil, 2015.

WANG, M-L; JABLONSKI, B; MAGALHÃES, A.S. Identidades masculinas: limites e possibilidades / Male identities: limits and possibilities. *Psicologia em Revista*, v. 12, n. 19, p. 5465, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. The World Health Organization quality of life assessment (WHO-QOL): development and general psychometric properties. *Social science & medicine*, v. 46, n. 12, p. 1569-1585, 1998.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos*. Curitiba: Appris, 2018.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO GETLIBRAS: TERMINOLOGIA, LIBRAS, INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA E COMUNIDADE SURDA LGBTI+

Vinicius Martins Flores²⁰
Sandro Rodrigues da Fonseca²¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência do projeto: Grupo de Terminologia da Libras (Língua Brasileira de Sinais) – GETLibras desenvolvido como programa de extensão no curso de Bacharelado em Letras – com ênfase em tradução e interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) - Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Com foco em estudos de terminologia, o projeto também oferece interpretação simultânea da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais. Portanto, o GETLibras vem proporcionar além de pesquisa de sinais-termos, outros serviços, como o de interpretação simultânea em eventos LGBTI+, os quais serão narrados e discutidos neste trabalho. Os eventos interpretados foram a Parada Livre (2018) e a Parada de Luta LGBTI+ (2019) o que incluiu o show da cantora Valesca Popozuda em Porto Alegre, oportunizando a participação de pessoas surdas no movimento LGBTI+. A experiência de interpretar de forma simultânea para Libras o Show de funk e a Parada de Luta LGBTI+ de Porto Alegre 2019 proporcionaram um momento de ligações entre teoria e prática, pois a vivência de preparação, atuação, de resolução de problemas tradutórios, organização de glossário terminológicos só reforçam a necessidade de formação para poder atuar como ILS. Além disso, demonstra a importância de termos o serviço de interpretação simultânea em espaços organizados pelos movimentos LGBTI+ e a importância da extensão universitária para unir a comunidade acadêmica da universidade bem como a externa. Os resultados extraídos dessa experiência demonstram que os estudos terminológicos necessitam continuar, para registrar a língua em uso da comunidade surda. E também sugerem para continuarmos com os programas de extensão para apoiar a comunidade surda a ter autonomia e empoderamento nas atividades de movimentos LGBTI+.

Palavras-chave: Libras. Parada de Luta LGBTI+. Interpretação simultânea. Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho serão apresentadas as atividades do Grupo de Estudos em Terminologia em Língua Brasileira de Sinais (doravante, GETLibras), desenvolvido como programa de extensão no curso de Bacharelado em Letras – com ênfase em tradução e interpretação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) - Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O grupo tem como objetivo o estudo de termos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas seguintes áreas: política; anatomia; LGBTI+; religião. A proposta inicial do programa de extensão foi mapear termos recorrentes nas áreas mencionadas e verificar a função do sinal-termo no ato interpretativo e sua equivalência semântica com o termo interpretado.

Para compreender a pesquisa desenvolvida pelo grupo de estudos, citamos de forma breve um panorama de conceitos e visões estabelecidas atualmente em nossas pesquisas. Assim delimitaremos o que é a Libras e o processo de tradução e interpretação dessa língua para outra, intermediada pelo ILS (Intérprete de Língua de Sinais), e a importância do estudo dos sinais-termos a serem interpretados em um contexto LGBTI+.

No que se refere a Língua de Sinais, ela recebeu um status linguístico nos anos 60 após pesquisas realizadas nos Estados Unidos pelo linguista William Stokoe, que investigou na Língua de Sinais Americana (ASL) os seus níveis fonológicos e morfológicos, conforme nos apresenta Gesser (2009, p 14). Nesse estudo, Stokoe apontou a existência dos parâmetros fonológicos, que posteriormente serão classificados de parâmetros primários, que constituem os sinais: configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA) ou locação (L) e movimento (M).

Anos mais tarde, em 2002, a Lei 10.436 reconhece a Libras como primeira língua da comunidade surda no Brasil. Dessa forma, a Língua de Sinais é o meio de comunicação pela comunidade surda do Brasil, mas de fato está em uso desde 1857 na inauguração da primeira Escola de Surdos fundada no Rio de Janeiro, o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

20 Doutorando em Letras – Psicolinguística (UFRGS); Mestre em Letras – Linguística Aplicada (UFRGS); Especialista em Aquisição da Linguagem e Alfabetização (FEEVALE); graduado em Letras Libras – Bacharelado (UFSC) e em Pedagogia – Licenciatura (ULBRA); participa do Grupo de Pesquisa Educação e Processos Inclusivos (GPEPI) da UFRGS – Litoral Norte e do Grupo de Pesquisa – Laboratório de Bilinguismo e Cognição (LABICO) da Letras/UFRGS; atua como docente do curso de Letras Libras Bacharelado da UFRGS. E-mail: vinicius.mf@ufrgs.br

21Doutorando em Letras – Psicolinguística (UFRGS); Mestre em Letras – Linguística Aplicada (UFRGS); Especialista em Estudos Culturais (ULBRA); graduado em Letras Inglês – Bacharelado (UFRGS) e em Pedagogia – Licenciatura (ULBRA); participa do Grupo de Pesquisa – Laboratório de Bilinguismo e Cognição (LABICO) da Letras/UFRGS; atua como docente do curso de Letras Libras Bacharelado da UFRGS. E-mail: sandro.fonseca@ufrgs.br

Pelo fato de a Libras não estar subordinada a Língua Portuguesa (LP), o processo de construção do sinal não necessariamente segue a LP para a criação de sinais ou da forma sintática de sinalizar uma frase. Assim, o ILS durante o processo de tradução/interpretação necessita fazer escolhas tradutórias que envolvem as línguas, exigindo proficiência na Libras e um excelente domínio de sua língua nativa. Conforme Rónai (1976) o aspirante a ser um bom tradutor “tentará familiarizar-se, igualmente, na medida do possível, com os costumes, a história, a geografia, o folclore, as instituições do país de cuja língua traduz, além de se munir da indispensável cultura geral”.

Na constituição de um ILS, além da proficiência nas línguas que serão traduzidas/interpretadas, é fundamental desenvolver conhecimento teórico sobre o processo de tradução/interpretação e a realização de práticas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências para que o mesmo possa estar atuando em diferentes situações. Apresentamos a seguir uma afirmação de Pagano (2005, p 19) que de forma interessante pode elucidar nossa discussão, onde ele coloca que “a competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores”.

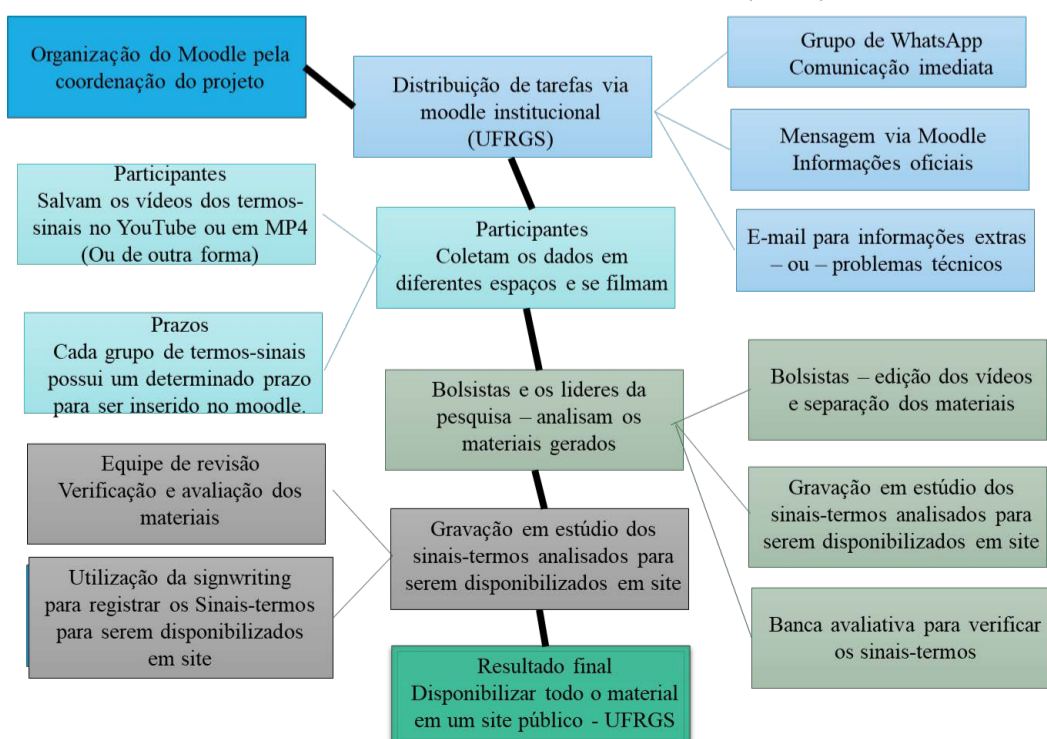
Hoje, no Brasil, a legislação garante o atendimento da população surda no âmbito escolar e não-escolar, a partir das exigências criadas pelo Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Estabelecer que o surdo é uma pessoa bilíngue e o tratá-lo dessa forma é uma atitude de equidade, por proporcionar acessibilidade comunicacional e respeitá-lo como sujeito bilíngue. Portanto, o GETLibras vem proporcionar além de pesquisa de sinais-termos, outros serviços, como o de interpretação simultânea em eventos LGBTI+, os quais serão narrados e discutidos neste trabalho.

ORGANIZAÇÃO DO GRUPO E DOS REGISTROS DE SINAIS-TERMOS

O projeto GETLibras é composto por bolsistas, alunos da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e pelos colaboradores externos (que são pessoas surdas que se identificam como pessoas LGBTI+). Utilizando uma metodologia de cunho exploratório descritivo com uma análise qualitativa, o projeto mantém três fases para realizar coletas de sinais-termos, e no caso deste trabalho iremos ilustrar a atividade de coleta da área LGBTI+. A primeira fase foi de mapeamento de termos em Língua Portuguesa a partir das experiências de interpretação simultânea de Paradas Gay anteriores, essas vivências são tanto dos bolsistas quanto dos professores envolvidos com o projeto. Assim criamos uma lista inicial de 60 termos. Na segunda fase, foi utilizado as tecnologias e buscamos em dicionários, glossários, vídeos no YouTube, vídeos em grupos de Facebook, vídeos em grupos de WhatsApp para coletar possíveis equivalentes entre os termos em Língua Portuguesa e a Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Quadro 1 – Organização das atividades do GETLibras

Fonte: Elaborado pelos os autores (2019).



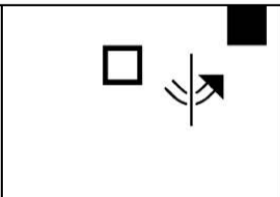
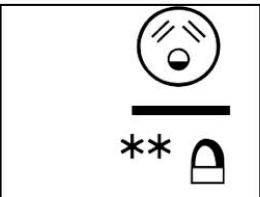
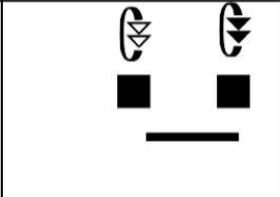
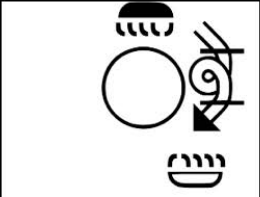
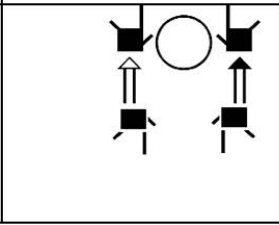
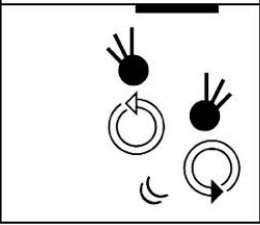
Na terceira fase, a banca avaliadora dos sinais-termos conta com a participação dos colaboradores externos que são as pessoas surdas usuárias de Libras. Esse momento é de extrema importância, pois essa banca é formada por pessoas que se auto identificam como pessoas LGBTI+. Assim validamos os sinais-termos e fechamos o ciclo do processo de registro de cada sinal.

OS REGISTROS DOS SINAIS-TERMOS E AS EXPERIÊNCIAS

Para fins de registro, optamos por ter o vídeo do sinal-termo sinalizado e o registro escrito, usando assim o sistema de escrita de sinais – SignWriting (SSTUMPF, 2005). Para tanto, quando registramos o sinal em SignWriting, utilizamos a plataforma: “SignPuddle Online – que é uma plataforma que requer uso de internet que permite acessar dicionários de diversas línguas de sinais na forma escrita e inserir sinalários escritos pelos usuários”.

QUADRO 2 - Exemplo de termos e termos-sinais

Fonte: Elaborado pelos os autores (2019).

ARRASOU		TÔ PASSADA	
BABADO		DRAG	
CLOSE		AFEMINADO	

A lista inicial de termos em Língua Portuguesa era de 60 itens e ao longo dos estudos e análises de vídeos das Paradas anteriores, ampliamos para 87 termos. E como a busca por sinais-termos ocorreu em espaços de redes sociais, muitos foram localizados. Mas quando apresentamos para pessoas surdas que compõem nossa banca avaliadora, os mesmos não reconheceram como sinais-termos utilizados pelos surdos da cidade de Porto Alegre e região metropolitana. Então, registramos para fins de pesquisa a variação linguística dos sinais, mas para usar nos eventos em Porto Alegre optamos por usar os sinais-termos da variedade linguística local.

Nas experiências de uso dos sinais-termos, temos duas oportunidades, já que a capital dos gaúchos possui dois eventos LGBTI+, um geralmente em julho e outro em meados de novembro. Por isso a preparação de atuação da interpretação simultânea iniciou em reuniões discutindo sobre as experiências dos eventos de 2018. A comunicação entre comissão organizadora da Parada de Luta LGBTI+ de Porto Alegre em 2019 com nossa equipe de interpretação foi realizada por um de nossos integrantes (um estudante), assim otimizando tempo do grupo e organizando questões relacionadas com o roteiro do evento.

Um dos nossos desafios foi exatamente ter um roteiro final, pois o grupo que organiza o evento trabalha de forma colaborativa e voluntária com artistas locais. Dessa forma, há um cronograma com datas e horários, mas sem definir de fato quem são os artistas a se apresentarem. Com base em evidência anedótica nas Paradas que ocorreram em 2018, tínhamos uma ideia do que deveríamos esperar para 2019, e portanto, listamos termos que poderiam nos proporcionar problemas tradutórios (NORD, 1997) nos eventos passados para ter base de preparação para o atual.

Geralmente, o intérprete começa sua preparação lendo os materiais fornecidos (nem sempre) pelos organizadores do evento, bem como estudando o corpus publicado do palestrante e treinando com eventuais vídeos disponíveis online. Este tipo de preparação pode envolver a criação de corpora – de forma manual e/ou (semi) automática – para extração de terminologia, a atualização e/ou criação de glossários bilíngues ou multilíngues ad hoc, contendo a terminologia recorrente da área, com a consequente busca de equivalentes em outras línguas de trabalho, co-ocorrentes e contextos definidores [...] (CAVALLO, p.51, 2017)

A proposta inicial foi a interpretação da Abertura oficial e Caminhada de Luta LGBTI+, o show de Valesca Popozuda e os shows de Drags. Na prática tivemos um desdobramento do evento, pois o excesso de chuvas na data agendada foi enorme, obrigando a organização do evento reagendar a Caminhada de Luta LGBTI+ e os shows de Drags, deixando assim na data inicial somente o show de Valesca Popozuda. A equipe de ILS optou por interpretar nas duas datas para contemplar a interpretação nos eventos citados acima em benefício da comunidade surda que estava presente.

No primeiro dia o foco foi a apresentação do show de Valesca Popozuda, que nos gerou uma dedicação maior na preparação, pois além das letras das músicas serem de um gênero específico, no caso o gênero funk, a cantora cantou ao vivo, e não foi disponibilizado um o roteiro das músicas a serem cantadas. Como preparação ficamos atentos ao seu novo álbum – De Volta para a Gaiola (Gravadora: Independente) – sendo que fomos avisados que determinadas músicas deste álbum não seriam executadas, o que não foi verdade, pois a dinâmica do show foi conforme o pedido do público, que solicitou todas as músicas. Sendo assim, a cantora seguiu as músicas atuais mesclando com as mais conhecidas do público.

Já o segundo dia, que foi o da Caminhada de Luta LGBTI+ e dos shows de Drags, o palco disponibilizado foi um caminhão-palco (trio elétrico), o que modificou nossa organização de revezamento de interpretação adotado no primeiro dia. Os membros da equipe alternam-se nas funções durante o ato interpretativo, isto é, enquanto um está no turno da interpretação o outro está na função de intérprete de apoio se mobilizando para oferecer suporte ao colega conforme a orientação da Nota Técnica Nº 02 (FEBRAPILS, 2017). Ou seja, como o palco era em cima do caminhão-palco, havia público e possibilidade de haver surdo em qualquer lugar. Então optamos em ter ILS nas duas laterais e na traseira do palco, pois na frente era a caixa de som com DJ.

Portanto, na caminhada ficou inviável ter revezamento e apoio de ILS, pois todos estavam atuando em algum lugar do caminhão-palco. A dificuldade foi estrutural (equipamento de som) e não de interpretação de termos, pois o retorno do som nem sempre era audível, já que estávamos em posições diferentes e o som era projetado para o público e não para cima do caminhão-palco. Quando finalizada a caminhada, iniciaram-se os shows de Drags e de artistas locais. Destacamos um dos shows com música ao vivo, pois o grupo cantou em espanhol, sem nos fornecerem as letras ou o roteiro antes. Por sorte, um dos ILS conhecia as letras por ser fã, e assim assumiu a responsabilidade sozinho por essas interpretações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de interpretar de forma simultânea para Libras o Show de funk e a Parada de Luta LGBTI+ de Porto Alegre 2019 proporcionou um momento interessante de ligações entre teoria e prática, pois a vivência de preparação, atuação, resolução de problemas tradutórios, de organização de glossários terminológicos só reforçam a necessidade de formação para poder atuar como ILS.

Além disso, demonstra a importância de termos o serviço de interpretação simultânea em espaços organizados pelos movimentos LGBTI+ e a importância da extensão universitária para unir comunidade acadêmica interna e externa da universidade. Os resultados extraídos dessa experiência demonstram que os estudos terminológicos necessitam continuar, para registrar a língua em uso da comunidade surda. E também sugerem para continuarmos com os programas de extensão para apoiar a comunidade surda a ter autonomia e empoderamento nas atividades de movimentos LGBTI+.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436 - Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, 24 de abril de 2002.

BRASIL. DECRETO nº 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 22 de dezembro de 2005.

BÓZOLI, Daniele Miki Fujikawa; STUMPF, Marianne Rossi. SIGNPUDDLE: O USO DO SISTEMA SIGNWRITING NA PRODUÇÃO TEXTUAL EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. v. 24, n. 1, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/3048> >. Acesso em: 10/09/2019.

CAVALLO, P. Necessidades terminológicas dos intérpretes vs. as dos tradutores: análise de três produtos terminográficos multilíngues. Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 54, p. 47-65, out. 2017.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio. (Org.) Competência em Tradução: Cognição e discurso. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

RÓNAI, Paulo. A tradução vivida. Rio de Janeiro, RJ: Editora Educom, 1976.

STUMPF, M. R. Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema de SignWriting: Línguas de sinais no papel e no computador. 2005. 330 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ROMPENDO CERCAS E TECENDO A LIBERDADE: A AUTO ORGANIZAÇÃO DAS LGBT NO MST

Alessandro Santos Mariano²²

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desde 1984, vem desenvolvendo a luta pelo acesso à terra, reivindicando a democratização dela com a efetivação da Reforma Agrária. Junto a essa dimensão realiza a luta pelos direitos sociais (educação, saúde, moradia) historicamente negados à classe trabalhadora. Para além da luta por direitos, desenvolve a luta por uma sociedade justa, igualitária, ou seja, o socialismo, que implica a subsunção do capitalismo, racismo e o patriarcado. Nos últimos anos as LGBT no MST, vem construindo espaços de auto-organização, trazendo a dimensão da diversidade sexual e da liberdade sexual como um elemento importante no processo de luta e emancipação humana. A experiência de auto-organização das LGBT no MST, tem afirmado que a lutar por uma sociedade justa e igualitária, exige ir a raiz das opressões e superar esse sistema de opressões que tem por base as classes sociais, a propriedade privada, a exploração da força de trabalho, o racismo, mas também romper com os padrões da heteronormatividade que estabelece mecanismos de dominação de homens sobre as mulheres e o binarismo.

Palavras-chave: MST, LGBT Sem Terra, Diversidade Sexual.

INTRODUÇÃO

Este artigo²³ registra e reflete o processo de auto organização das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sua elaboração tomou como referência os seminários, cursos de formação e reuniões organizativas do grupo de estudos LGBT Sem Terra²⁴, através das sínteses e relatorias destes espaços. Recorremos também aos principais textos que vem sendo utilizados como fundamentação teórica e política das categorias essenciais para o estudo e debate da diversidade sexual e de gênero no Movimento.

O MST, desde sua criação em 1984, construiu sua unidade em torno de três objetivos: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações sociais mais amplas, simbolizadas na construção do socialismo. As ocupações de latifúndios, possibilitadas pela capacidade de organização de uma multiplicidade de sujeitos Sem Terra, são marca fundamental da sua forma de luta. Organizadas/os as/os Sem Terra constroem processos de formação política, uma organicidade que dê conta de fazer fluir os desafios que vão encontrando e lutas de enfrentamento ao agronegócio e ao Estado, exigindo seus direitos.

Já no seu início, o MST buscou a integração da família²⁵. Esse processo foi se dando ao longo de sua história em meio a avanços e contradições. As mulheres foram as primeiras a questionar a organização quanto aos mecanismos para realmente assegurar a participação de todos os integrantes da família. A juventude seguiu o mesmo caminho. Pensando o lugar das crianças, se constituiu um importante debate sobre a infância. Recentemente, também as LGBT²⁶ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) passaram a se organizar no interior do Movimento apresentando questões sobre o seu protagonismo político e o enfrentamento de preconceitos e discriminações.

Na busca por organizar os sujeitos, o MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massas, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude. Podemos dizer que a vitalidade do MST vem, fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das/os Sem Terra.

22 Do Coletivo LGBT do MST (LGBT Sem Terra), doutorando em educação pela Faculdade da Educação/UNICAMP, e-mail: alessandromstpr@gmail.com

23 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

24 O Grupo de Estudos LGBT Sem Terra foi criado ao final do primeiro seminário "O MST e a Diversidade Sexual". É composto por militantes LGBT do MST que atuam em diversos setores da organização e objetiva o aprofundamento dos temas relacionados ao debate sobre diversidade sexual, bem como pensar nos processos de formação e auto-organização de LGBT Sem Terra.

25 Tendo em vista as diversas posições em torno do conceito de família, este é um processo permeado por contradições. Entendemos que a organização LGBT no interior do MST contribui para a ampliação do conceito de família construído pelo movimento.

26 A partir desse momento utilizaremos sempre o artigo feminino para nos referir às pessoas LGBT, entendemos que este é um exercício pedagógico interessante para chamar atenção para as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais que, por diversas questões, foram sendo invisibilizadas no próprio movimento LGBT.

A PARTICIPAÇÃO DAS LGBT NO MST

Para tratar das questões que envolvem a participação das LGBT no MST é interessante inserir o Movimento na história da esquerda latino-americana, para que possamos partir de um contexto concreto. Green (2003), historiciza o movimento LGBT na América Latina e demonstra que o seu berço está diretamente ligado à esquerda e à luta anti-imperialista.

As culturas homossexuais urbanas da Cidade do México, de San Juan e de Buenos Aires revelaram-se solos férteis para desenvolvimento dos movimentos dos gays e lésbicas dentro dessa avalanche de revoltas políticas do final da década de 1960 e início de 1970. Assim, não surpreenderia que um desses grupos que se formaram no México em 1978, a Frente Homossexual de Acción Revolucionaria, adotasse a linguagem e o simbolismo da esquerda. Da mesma forma, na Argentina, ativistas formaram, em 1971, a Frente de Liberación Homossexual de la Argentina (FLH) com a coalizão de quatro grupos diferentes. Ao mesmo tempo, muitos destes membros deslocaram-se para a ala esquerda do movimento peronista, num esforço anti-imperialista pela libertação nacional e justiça social (GREEN, 2003, p. 27 – 28).

O Brasil, por sua vez, não acompanhou o mesmo ritmo dos demais países da América Latina. Como lembra Green (2003, p. 30), “enquanto movimentos incipientes esforçavam-se para sobreviver em Buenos Aires, Cidade do México e San Juan, os gays e lésbicas brasileiros estavam vivendo sob os mais repressivos anos da ditadura militar”. Ainda assim, também há uma articulação muito estreita entre as/os organizadoras/es dos primeiros grupos homossexuais com a esquerda também no nosso país.

A relação da esquerda com a criação do movimento LGBT não foi linear. Um exemplo símbolo é o fato da primeira organização LGBT da Argentina, o grupo Nuestro Mundo, ter sido criado por um militante expulso do Partido Comunista Argentino por ser homossexual (GREEN, p. 25). Essa postura se repetiu em outros partidos comunistas pelo mundo, e, para além de razões religiosas ou culturais, há uma explicação histórica para ela.

Entre as conseqüências da ascensão de Stálin ao poder no final de 1924, estava o Estatuto de 1934 que criminalizava os envolvimento sexuais consentidos entre homens adultos, com a punição de três a quatro anos de encarceramento. As mulheres não foram mencionadas no novo Estatuto. A homossexualidade passou a ser associada com a classe alta e à “decadência burguesa”, e essa ideologia permeava o movimento comunista internacional. Mais tarde, em 1981, o Partido Comunista Brasileiro, pró-soviético, para dar apenas um exemplo, continuou mantendo essa posição nos seus pronunciamentos oficiais (GREEN, 2003, p. 32 – 33).

As mulheres não terem sido mencionadas no Estatuto de 1934 não quer dizer que sobre elas também não recaíssem discriminações, uma vez que o patriarcado já se encarregava de impor grande controle sobre seus corpos e sexualidade. A postura da URSS descrita por James Green, deixou profundas marcas no movimento socialista internacional e ainda podemos encontrar alguns de seus resquícios na compreensão de que não há LGBT na classe trabalhadora, por exemplo.

A afirmação stalinista de que a homossexualidade seria um “desvio burguês” contribuiu para que ocorresse um afastamento do movimento LGBT da esquerda marxista. No entanto, o tema da diversidade sexual continuou sendo desenvolvido tanto na teoria como na política, pois, “existe um movimento de luta por direitos para a população LGBT independente da vontade das organizações de esquerda em se aproximar ou distanciar dessa pauta” (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2014, p. 20). Na nossa compreensão esse afastamento foi profundamente negativo, tanto para as organizações socialistas que poderiam enriquecer sua análise da realidade e a perspectiva revolucionária tendo em conta a dimensão da liberdade sexual, quanto para o movimento LGBT que até hoje tem dificuldades em apontar desafios que ultrapassem pautas por direitos civis imediatos, ou seja, uma estratégia de luta direcionada à construção de uma nova sociedade onde não existam relações de exploração e dominação. Localizamos nessa relação tensa algumas das explicações sobre os limites que o MST teve ao tratar de temas ligados à diversidade sexual.

Haja vista o pouco número de trabalhos que debatem as determinações sobre a sexualidade a partir do campo, durante os seminários, cursos de formação e reuniões realizadas pelas LGBT Sem Terra tem sido dedicado um tempo para que as histórias de vida sejam compartilhadas. Assim, existem alguns dados que foram sendo coletados, contribuindo para que se forme uma compreensão coletiva sobre as contradições que envolvem os sujeitos do campo e na atuação nas organizações e movimentos populares.

A participação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no MST não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do Movimento podem ser encontradas/os muitas/os militantes e dirigentes LGBT que tiveram – e têm – suas trajetórias entrecortadas por uma série de conquistas, mas, também preconceitos e discriminações. Este é um ponto fundamental para analisar o lugar da diversidade sexual na organização.

O MST é um movimento popular que organiza sujeitos expostos a grandes contradições da sociedade capitalista, patriarcal e racista. Vive constantemente a tensão entre a reprodução dessas contradições e a busca por superá-las. Nesse sentido, podemos lembrar as suas várias experiências pedagógicas que articulam a dimensão da luta, da organização e da formação política.

Percebemos que antes da alteração das normas gerais do MST em 2016, não havia uma linha política clara sobre a forma de tratar a orientação sexual e a identidade de gênero na organização. Apesar da produção do MST apontar a superação das desigualdades e a construção do homem e mulher novos, ao não nomear a orientação sexual e a identidade de gênero deixava-se uma brecha para interpretações variadas sobre a questão. Reunimos relatos que passam por não aceitar LGBT em alguns acampamentos, coagir militantes a não publicizar sua orientação sexual sob o risco de serem expulsas das instâncias, ou mesmo perseguidas e, ainda, diversas situações de violência nas suas variadas expressões.

No entanto, a história das LGBT no MST está longe de se resumir a preconceitos e discriminações. É também nessa organização que muitas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis puderam se constituir enquanto sujeitos políticos. Os espaços coletivos do Movimento são apontados como lugares de aceitação e apoio para assumir a sexualidade. Não são poucas/os as/os militantes que antes da família, encontraram no MST o espaço para se afirmarem enquanto LGBT. Uma frase relatada no 1º Curso de Formação Política para LGBT Sem Terra, realizado em julho de 2017, em Caruaru – PE, foi: “no MST encontrei minha liberdade”. Esta fala é bastante ilustrativa do que estamos relatando.

A dinâmica organizativa do MST de distribuir tarefas desde a base, os diversos espaços de formação, a luta enquanto elemento pedagógico, possibilitou que a militância LGBT pudesse se reconhecer enquanto sujeito, com capacidade de ação política para lutar por seus direitos, o que também inclui a dimensão da liberdade sexual. Por isso, afirmamos que a construção do debate sobre a diversidade sexual e de gênero é, também, um resultado do processo de formação da consciência no MST.

Identificamos ainda outros elementos que contribuíram para que o debate LGBT se estruturasse no MST nesse momento. Um dado importante é que as pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero tomaram os debates políticos no Brasil e, nos últimos anos tem posicionado dois blocos em enfrentamentos acirrados. Podemos citar como exemplos a apresentação de projetos como a “cura gay” e ainda o ataque sobre os currículos escolares buscando retirar toda menção à gênero ou orientação sexual. Essas pautas têm sido capitaneadas pela “bancada da bíblia” no Congresso Nacional e obrigado os diversos partidos a se posicionar. Por outro lado, as manifestações públicas em torno da pauta também cresceram. A parada LGBT de São Paulo, em 2017, contou com a participação de mais de três milhões de pessoas. Os partidos, movimentos e sindicatos têm sido pressionados a dar respostas à esse processo, de modo que praticamente todas essas organizações da esquerda brasileira construíram setoriais ou passaram a apoiar a construção de organizações LGBT²⁷.

Por sua vez, o MST também vem passando por transformações, tendo que dar respostas à uma série de questões como, por exemplo, os relatos de que a base dos acampamentos e assentamentos tem sido cada vez mais diversa²⁸. As LGBT na sua diversidade colocam em cheque algumas formulações do Movimento como o próprio conceito de família. Se alguns anos atrás alguns acampamentos poderiam ver como desvio de comportamento, hoje isso não é encarado da mesma

27 Fizemos um esforço de levantar as iniciativas dos partidos políticos da esquerda brasileira, centrais sindicais e movimentos populares em torno da criação de setoriais LGBT. Esta síntese consta no caderno de formação Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate.

28 Um exemplo são os casais homossexuais que buscam a titulação conjunta de terras, ou ainda a dupla maternidade ou paternidade de seus filhos. Nesta reportagem temos um exemplo de duas militantes do MST mobilizando-se em torno do reconhecimento legal da dupla maternidade: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/casal-de-mulheres-do-mst-de-santa-catarina-consegue-registro-de-dupla-maternidade-para-filho-14686842.html>

maneira.

Soma-se a isso o fato do Movimento ter passado recentemente por um momento de ajuste de sua estratégia. Nos últimos anos o MST passou por um intenso debate sobre as determinações atuais do desenvolvimento do capitalismo no campo, aprofundando sua leitura em torno do agronegócio. Percebendo as transformações colocadas na realidade, também ajustou seu projeto político, apontando não mais a reforma agrária clássica, mas sim uma reforma agrária de caráter popular. A construção da Reforma Agrária Popular pressupõe que o Movimento amplie a leitura sobre sua base social, avançando na mobilização dos diversos sujeitos que a compõe.

São, portanto, muitos elementos que confluíram para que as LGBT Sem Terra passassem a se organizar e pautar o debate da diversidade sexual e de gênero no interior do MST. Buscando recuperar processos históricos, observamos que existiram muitas iniciativas localizadas em alguns cursos de formação, estados, contato de militantes do MST com organizações LGBT, mas, a partir de 2013 essas iniciativas foram ganhando força.

No dia 15 de maio de 2013, MST e movimento LGBT coincidiram suas agendas de mobilização em Brasília. Os dois grupos que pouco se conheciam realizaram pela primeira vez uma mobilização conjunta²⁹, uniram as bandeiras vermelhas com as do arco-íris e inauguraram uma imagem que hoje se prolifera pelos espaços do movimento camponês. Em 2014, o MST realizou o seu VI Congresso Nacional e, dentre as/os mais de quinze mil participantes do evento, a presença LGBT se evidenciou. A bandeira do arco-íris tremulou pelos corredores e nas místicas e, na página do MST na internet, uma reportagem³⁰ que contou a história de algumas LGBT ganhou destaque.

Ainda em 2014, uma regional do MST no estado do Ceará realizou um seminário para debater diversidade sexual e de gênero com a base social dos seus acampamentos e assentamentos. Esta ação repercutiu internamente na organização e passou a ser uma demanda para outros estados. Entre os dias 05 e 08 de maio de 2015 o MST do estado da Bahia realizou sua Marcha Estadual com cerca de 3 mil marchantes mobilizados e, nesta ocasião, a juventude do MST construiu uma brigada de agitação e propaganda anti-homofobia³¹. Meninos e meninas brincaram com os gêneros usando roupas e acessórios entendidos como do gênero oposto e percorreram os dois quilômetros de filas da marcha denunciando a homofobia e pedindo o fim do preconceito.

Neste mesmo ano, no dia do orgulho LGBT, 28 de junho, foi a vez da ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes – acolher uma ação da militância LGBT Sem Terra. Uma roda de conversa com os estudantes vindos de diversos países da América Latina e de várias organizações populares no Brasil.

A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS LGBT SEM TERRA

É a partir desse caminho que se realizou em agosto de 2015 o primeiro seminário “O MST e a Diversidade Sexual³²” na Escola Nacional Florestan Fernandes. O evento contou com a participação de 35 militantes de 13 estados do país e marcou o que podemos chamar de início formal da auto-organização das LGBT no MST, lançando a identidade LGBT Sem Terra. Este primeiro seminário foi um momento de socialização dos debates que já ocorriam isoladamente, apontando para a formulação de uma leitura nacional sobre os caminhos da construção em torno da diversidade sexual e de gênero no MST. As sínteses desse encontro se transformaram em um documento que circulou nas instâncias do Movimento, localizando as linhas de ação para o período que se seguiu no sentido da formação, estudo, luta, trabalho de base, organicidade e articulação política, bem como as principais reflexões de onde se estava partindo. Estas reflexões foram sintetizadas nas seguintes afirmações:

29 Reportagem disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/12951/>

30 Reportagem disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/02/19/sem-terra-lgbt-lutam-por-uma-sociedade-sem-preconceitos.md-e>

31 Reportagem disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/05/14/juventude-sem-terra-reivindica-o-fim-da-homofobia-durante-marcha/>.

32 Reportagem disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/08/11/sou-gay-sou-lesbica-sou-bi-sou-sem-terra-sou-humano-sou-como-voce.html>.

- 1) A questão da diversidade sexual e a auto-organização dos sujeitos LGBT's Sem Terra só tem sentido se estiver vinculada ao projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo.
- 2) Apesar desta luta ter sido forjada no bojo das lutas da esquerda, historicamente ocorreu por parte desta a negação e desqualificação das suas lutas, por muitas vezes, perseguindo os sujeitos LGBT's e ignorando as violências por eles vividas, na sociedade e nos próprios espaços de militância. O momento atual indica cada vez mais a necessidade de debate e unidade da esquerda também nessa temática.
- 3) A luta pela liberdade sexual revolucionária é coletiva e esta construção deve ser feita, desde já, pelo conjunto de nossa organização, se contrapondo à perspectiva liberal burguesa.
- 4) [Afirmamos] A luta contra o patriarcado, como estratégica para a superação da sociedade de classes, entendendo que a igualdade substantiva dos sujeitos jamais será possível nos marcos do capital.
- 5) A formação do ser humano numa perspectiva omnilateral, que prioriza suas várias dimensões como: o trabalho, a político-ideológica, cultural, estética e afetiva é fundante do nosso projeto de Reforma Agrária Popular, que implica na construção de novas relações humanas e sociais (MST, 2017, p. 30).

Estes apontamentos revelam o conteúdo e os rumos da auto-organização LGBT Sem Terra. Já no primeiro ponto se explicita o caráter articulado da luta pela liberdade sexual com o projeto político do MST e a luta socialista. A partir daí se firma as LGBT Sem Terra como integrante da base social do Movimento que, assim como as mulheres, a juventude e as crianças Sem Terrinha, demandam reconhecimento e agregam uma diversidade ainda maior ao povo organizado sob sua bandeira.

Outro elemento que se traduz das afirmações é o caráter da auto-organização que se inicia a construir. No terceiro ponto se evidencia que a luta pela liberdade sexual não deve ser construída apenas pelos sujeitos LGBT, mas pelo conjunto da organização, tendo em vista a sua dimensão coletiva. Assim, entendemos que a auto-organização se refere ao método de construção do debate que é impulsionado, planejado e protagonizado pelas LGBT, mas, que não deve se restringir a elas. Da mesma maneira, deve ser construído de forma articulada com as instâncias e organicidade do MST.

Como encaminhamento deste primeiro seminário, foi criado o Grupo de Estudos LGBT Sem Terra, espaço responsável por acumular nos debates e coordenar com os setores e instâncias do MST o acompanhamento das ações planejadas, bem como propor novas atividades. Não foi apresentada a demanda imediata de criar um coletivo LGBT no Movimento, pois se entendeu que era importante construir ações, mobilizar sujeitos e que a resposta enquanto estrutura orgânica deveria vir depois, de maneira a não artificializar a sua construção. Mais adiante debatemos esse ponto da organicidade ao falar da relação com o setor de gênero.

Para além da constituição do grupo de estudos, depois desse primeiro espaço nacional, muitas ações foram construídas nos estados e em atividades nacionais. A partir de espaços dos setores, especialmente os de juventude, gênero, educação, cultura e comunicação, além das instâncias de coordenação do Movimento, as LGBT construíram uma série de ações que passou por rodas de conversas, intervenções nos encontros estaduais, temas de formação, indicação de LGBT para fazer cursos como o “Marxismo e Feminismo”, participação em lutas do movimento LGBT, entre outras iniciativas.

Um marco fundamental desses primeiros esforços foi a marcante presença LGBT na reunião da coordenação nacional do MST, realizada em janeiro de 2016, na cidade de Caruaru – PE. No universo de 400 delegadas/os, chamou atenção a bandeira do arco-íris nas místicas e o informe realizado na plenária falando sobre o primeiro seminário. Foi o momento para socializar com o todo da organização os primeiros passos que se estava dando. Como a reunião aconteceu também no dia da visibilidade trans (29 de janeiro), foram construídas três importantes iniciativas sobre o tema: uma roda de conversa aberta a todas/os interessadas/os em participar; uma campanha fotográfica onde as/os delegadas/os tiravam fotos com uma placa que tinha a inscrição “MST contra transfobia”; e uma matéria com Dê Silva, militante transexual da organização, que contribuiu para dar visibilidade a toda diversidade que o Movimento abriga.

Foi também nessa reunião que se alterou as normas gerais do MST, incluindo a referência à orientação sexual e identidade de gênero no seu texto. A proposta de alteração foi apresentada pelas LGBT e aclamada por toda a plenária, simbolizando o reconhecimento dos sujeitos LGBT como parte integrante do Movimento, estabelecendo o combate às discriminações como uma tarefa da

organização. A redação dos artigos modificados passou a ser a seguinte:

- 1.3 Natureza do MST: participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos jovens e crianças (MST, 2016, p. 10).
- 3.6 Educação e Cultura: e) combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual, etc. (MST, 2016, p. 17).
- 3.7 Direitos Sociais combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes (MST, 2016, p.18).

Ao decidir alterar as normas gerais, a coordenação nacional do MST também instituiu uma linha política clara para o Movimento no que diz respeito ao lugar das LGBT. Ainda que possamos entender que essas questões eram compreensíveis a partir dos princípios e valores que a organização traz desde sua criação, a partir dessa deliberação a questão da diversidade sexual e de gênero não fica mais relegada ao “etc.”, munindo toda a militância de uma orientação fundamental para garantir a ação política das pessoas LGBT.

Para além da construção interna, em 2016, houve um momento muito breve, porém bastante significativo no âmbito da articulação política. No contexto dos debates com a juventude em torno do plano de sucessão rural, conduzidos pelo, então, Ministério do Desenvolvimento Agrário, movimentos camponeses, indígenas e quilombolas demandaram a realização de uma reunião de estudos com as LGBT do campo, das águas e das florestas. No mês de março reuniram-se militantes do MST, MCP (Movimento Camponês Popular), PJR (Pastoral da Juventude Rural), indígenas e quilombolas que organizaram uma proposta de criação de grupo de trabalho no MDA. Essa reunião foi um espaço fundamental para que percebêssemos o quanto o debate sobre sexualidade no campo carece de aprofundamento teórico, mas também de um processo coletivo de organização e formulação que possa estruturar uma plataforma política com as necessidades das LGBT no espaço rural. Com o golpe e a imediata extinção do MDA essa iniciativa foi interrompida.

De 20 a 22 de setembro de 2016 foi realizada uma nova reunião nacional de estudos na Escola Nacional Florestan Fernandes. Participaram cerca de 30 militantes do MST, além de convidados de outros movimentos do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e o Movimento Camponês Popular – MCP. O objetivo desse espaço foi aprofundar o estudo sobre diversidade sexual, avançando na formulação coletiva do Movimento sobre o tema.

Ainda como esforço de ir construindo uma compreensão do conjunto do Movimento sobre a diversidade sexual e de gênero, foi realizado um momento de formação sobre o tema durante uma reunião da Direção Nacional do MST, em novembro do mesmo ano. Neste espaço, a instância máxima de decisões do Movimento se posicionou, reconhecendo a diversidade dos sujeitos que constroem a luta pela Reforma Agrária Popular, afirmando compromisso com a construção e sinalizando condições para a inserção orgânica dos sujeitos LGBT nas instâncias e espaços organizativos, além de apontar para a constituição do Coletivo LGBT Sem Terra.

Outra iniciativa importante merece ser destacada. A partir das reuniões nacionais de formação e do processo de aproximação com o movimento LGBT, o Grupo de Estudos sistematizou o caderno de formação nº 5 do setor de gênero, chamado “Diversidade Sexual no MST – Elementos para o debate”. Cabe chamar atenção para a importância dessa publicação que documenta um debate coletivo, socializa uma formulação própria e coerente com a orientação política do Movimento, além de ser um instrumento de trabalho de base. O caderno foi lançado na reunião da Coordenação Nacional do MST que aconteceu em janeiro de 2017, na cidade de Fortaleza – CE. Mais uma vez, esse espaço foi marcado pela ação propositiva e ousada das LGBT Sem Terra.

Tendo construído uma série de ações e avançado no processo de formulação, um dos desafios principais apontados para 2017 foi o enraizamento do debate no MST. O caderno de formação não resolve os limites que são encontrados nos assentamentos e acampamentos se não houver pessoas dispostas a trabalhar com ele, utilizando-o no trabalho de base e socializando com o todo da militância. Daí sai a compreensão sobre a necessidade de formar formadores que possam internalizar os debates que o caderno apresenta, além de poderem trazer apontamentos para que as formulações sejam enriquecidas com determinações que podem não ter sido acessadas ainda. Nesse sentido, foi organizado o primeiro Curso de Formação Política para LGBT Sem Terra entre

os dias 29 de junho e 03 de julho de 2017, no centro de formação Paulo Freire, Assentamento Normandia, Caruaru – PE. Participaram militantes do MST de oito estados, contando com a participação de convidados do Levante Popular da Juventude, da Marcha Mundial de Mulheres e da Pastoral da Juventude Rural. O foco desse espaço foi o processo de formação política e o enraizamento das definições coletivas.

A partir desses espaços, tem se firmado a identidade LGBT Sem Terra, articulando com a luta pela democratização e acesso à terra, afirmando o campo como espaço também das LGBT. Conforme MST (2017, p.20):

A identidade Sem Terra como sujeito coletivo é também composta pela expressão da identidade de cada uma e cada um, dentro das suas particularidades, que são resultados da construção histórica consciente da nossa humanidade, da liberdade sentida e exercida sem medo, ou seja, a liberdade de vivermos nossos sentimentos e nossas convicções no espaço da organização política e nas ruas. Assim como rompemos com as cercas do latifúndio que concentram a terra, o poder e a riqueza, é preciso romper com as cercas que nos impedem de viver e amar.

Assim, podemos perceber que depois de dois anos da realização do primeiro espaço LGBT auto-organizado nacionalmente, muitas iniciativas foram tomadas, resultando em uma síntese cheia de novidade tanto para o movimento camponês quanto para o movimento LGBT brasileiro. Articulando identidades coletivas, o MST tem conseguido conformar um sujeito político que explicita contradições e, ao mesmo tempo, se coloca em movimento para superá-las. As LGBT Sem Terra estão expostas a tantas situações de opressão, exploração e dominação que não basta lutar pela resolução de apenas uma parte delas, é urgente articular essas dimensões na luta política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, a organização das LGBT no MST representa o início de um novo ciclo para o movimento camponês, uma novidade para todas/os aquelas/es que se ocupam cotidianamente da luta pela emancipação humana. Não por trazer soluções, mas por se desafiar a trazer a dimensão da liberdade sexual na prática política cotidiana de forma articulada com a luta pela terra, pela Reforma Agrária Popular, por uma sociedade socialista. Apenas os primeiros passos foram dados, o caminho a percorrer é longo, atribulado, novas contradições serão evidenciadas e exigirão criatividade suficiente para encontrar novas respostas. No entanto, nesse pequeno período, já podemos apontar alguns aprendizados.

Um primeiro aprendizado é que não deve haver contradição entre a militância política e o direito de amar e de ser quem se é. Não é admissível que as pessoas precisem optar por uma delas. Os sujeitos em sua diversidade precisam estar mobilizados no esforço de superar as profundas desigualdades que caracterizam a atual organização social.

As experiências coletivas que os movimentos populares acumularam ao longo de sua história, também contribuem para fazer avançar o debate em torno da diversidade sexual e de gênero. Exemplo disso é que se seguiram os caminhos, as instâncias e o método acumulado pelo MST. Esse processo coletivo potencializa as formulações, o trabalho de base e o enraizamento, fugindo de algumas fragilidades como o personalismo.

Por fim, se avançou na compreensão de que o combate ao conjunto de discriminações contra as LGBT está articulado à superação do atual sistema econômico, político e cultural. Nesse sentido, envolve necessariamente esforços coletivos, que devem estar articulados em um projeto político amplo, um novo projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Leonardo Nogueira. Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil. Dissertação Mestrado Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. 250p.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.
- GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. In Cadernos AEL. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19, 2003.

MST, Diversidade Sexual no MST: Elementos para o debate. Caderno de Formação nº 5. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, janeiro de 2017.

_____. Normas Gerais do MST. Cartilha. São Paulo, Secretaria Nacional do MST, janeiro de 2016.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. Bagoas. Natal, n. 05, p. 17-44, 2010.

RODRIGUES, Larisse; OLIVEIRA, Mariana. Patriarcado, diversidade sexual e feminismo: desafios para a construção do projeto feminista e popular. Consulta Popular. Coletivo de Diversidade Sexual. III Caderno de debates. Abril de 2014 (mimeo).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LIMA, Wesley. Juventude Sem Terra reivindica o fim da homofobia durante marcha. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/05/14/juventude-sem-terra-reivindica-o-fim-da-homofobia-durante-marcha/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

PINTO, Ana Carolina. Casal de mulheres do MST de Santa Catarina consegue registro de dupla maternidade para filho. 2014. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/casal-de-mulheres-do-mst-de-santa-catarina-consegue-registro-de-dupla-maternidade-para-filho-14686842.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SILVA, Maura. Sou gay, sou lésbica, sou trans, sou bi, sou Sem Terra, sou humano, sou como você. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/08/11/sou-gay-sou-lesbica-sou-bi-sou-sem-terra-sou-humano-sou-como-voce.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

TAVARES, Joana. Sem Terra LGBT lutam por uma sociedade sem preconceitos. 2014. Disponível em: <www.mst.org.br/2014/02/19/sem-terra-lgbt-lutam-por-uma-sociedade-sem-preconceitos.md-e>. Acesso em: 18 jul. 2017.

TOITIO, Rafael Dias. Quando as bandeiras se unem. 2013. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/12951/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

UM ESTUDO SOBRE A DEFRONTAÇÃO NO PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO EM PESSOAS TRANSGÊNERAS: A ESCOLHA DO NOME SOCIAL

Jordana Roberta Ribeiro Pantoja³³

Priscila Pellegatti Faia³⁴

Wendel Kledir da Silva³⁵

João Eduardo Coin de Carvalho³⁶

RESUMO

Esta é uma pesquisa que teve por objetivo investigar o processo de transexualização de mulheres transgêneras adultas (25 a 45 anos de idade) no que diz respeito à escolha do novo nome, e visou-se a coleta de informações sobre o processo de escolha de um novo nome para si, e quais as implicações esse processo teve na história do indivíduo, como foi desabrochando e amadurecendo a ideia de eleger o nome social até os registros civis, a relação com a família, o que representou essa jornada diante uma gama de opções e atalhos que escolheram e os caminhos por trilhar. A reinvenção de si mesmas, considerando o processo de construção das subjetividades e da identidade social.

Palavras-chave: Transgênero; Transexualização; Nome Social; Identidade Social.

INTRODUÇÃO

Em interface com o mundo, a população brasileira Transgênero - LGBTI vem buscando, através de militância, descortinar para a sociedade um pano de fundo que ainda é latente e paradoxal, encoberto por uma retaliação majoritária procedente do próprio sistema público de saúde. Esta população também procura, frente a essas circunstâncias, lutar paulatinamente contra um impactante e reprimido modo de vida que acomete suas subjetividades, bem como contra nuances e clichés que subliminarmente os afetam inclusive no tocante psíquico, derivados da ideologia heteronormativa.

Entretanto, em virtude desses diferentes e novos modos de ser parecerem incompreensíveis e destoantes das instâncias públicas e sociais, subentende-se que, no processo de transexualização de pessoas transgêneras, rotineiramente suas existências são marcadas por vivências silenciosas e amálgamas que acarretam percursos obstruídos e geram distorções cognitivas, desconforto e angústia, além de outros agravantes que ocasionam suicídio e evasão, ao invés de obterem o respaldo ante a fundamentação dos preceitos da Legislação em vigor em nosso país.

À vista disso, esse estudo, se propôs investigar, através de pesquisa qualitativa, como transcorre o processo de transformação de identidade nas transexuais adultas entre 25/45 anos, procurando compreender o passo a passo dessa trajetória cruzadas por histórias e experiências. Assim, poderemos averiguar como foi desabrochando e amadurecendo a ideia de eleger o nome social até os registros civis, levando em conta o que representou essa jornada diante uma gama de opções e atalhos que trilharam a partir das escolhas e do envolvimento com a causa. Quanto à coleta dos dados, realizamos entrevista semiestruturada com base no roteiro elaborado pelo grupo de pesquisadores, incluindo questões que elucidam a vivência cotidiana dos participantes e seu entorno, assim como os desafios e conquistas que o universo LGBT vem percorrendo desde quando optaram a enfrentar corajosamente o processo de transexualização e a escolha do nome social. As entrevistas foram individuais e gravadas com a autorização dos participantes. O TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) foi juntamente entregue e explicado aos participantes segundo os preceitos da Resolução 466/2012.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Quando iniciamos a pesquisa nosso interesse era investigar o processo de transexualização das mulheres transgêneras no que diz respeito à escolha de seu novo nome, buscando conhecer através de suas histórias de vida o processo de escolha, quem foi participante deste processo, como foi desabrochando e amadurecendo a ideia de eleger o nome social até os registros civis, a relação com a família, e gostaríamos de entender quais eram as suas expectativas em relação ao nome

33 Graduanda em Psicologia pela Universidade Paulista. E-mail: jordpantoja@gmail.com

34 Graduanda em Psicologia pela Universidade Paulista. E-mail: pripellegatti@gmail.com

35 Graduando em Psicologia pela Universidade Paulista. E-mail: wkledir@gmail.com

36 Doutor em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Paulista. E-mail: joaocoin@gmail.com

que eles tiveram a chance de escolher e os caminhos por trilhar. Ao escutar suas histórias fomos percebendo esses objetivos serem atingidos. Para isso, todo o ambiente foi beneficiador, estávamos em um café da tarde com as mulheres que escolheram participar da entrevista e outras que queriam estar perto.

A Casa de Referência ajudou direcionar os resultados da nossa pesquisa de maneira a incliná-la a um recorte social. Todas as participantes residem na Casa com outras 30 mulheres em situação de vulnerabilidade, sendo assim as suas histórias se assemelham no que diz respeito à situação socioeconômica, renda, relações de conflito com a lei e com as famílias.

Carmo e Guizardi (2018) falam de vulnerabilidade e consideram que mesmo que a vulnerabilidade se instale, em maior grau, nas populações pobres, nas sociedades capitalistas contemporâneas, em que as relações sociais se desenvolvem por modos marcadamente complexos, a questão econômica é relevante, porém não determinante. Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o autorrespeito. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade.

A escolha do novo nome parte de processos inúmeros que influenciaram a vida das entrevistadas antes mesmo de pensarem nesta hipótese. A não identificação com o seu próprio corpo, o não reconhecimento de seu próprio nome, são algumas das raízes para que começassem a pensar nesta possibilidade de troca de nome.

Dessa forma, compreende-se que a luta das pessoas trans ultrapassa os conflitos éticos, patológicos e hegemônicos em prol dos direitos humanos, e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa. Concomitantemente, as leis em vigor podem de fato legitimar esta condição, preservando integralmente a subjetividade humana desses indivíduos junto à diversidade das expressões singulares (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ al., 2015).

Pensando na questão do nome como algo de muita importância para qualquer pessoa em uma sociedade, foi possível constatar que a escolha desse novo nome geralmente está vinculada ao início do processo de transição, com a mudança do corpo. Há sempre uma vinculação com o período em que iniciaram as modificações corporais, tratamentos hormonais, próteses, etc. Dessa forma, com as mudanças que elas estavam por iniciar, houve o pensar o novo nome. Nesse ponto Rocon (2016) fala que a mudança de nome incita e é incitada pelas modificações do corpo, sem, no entanto, confundirem-se ou exigirem-se necessariamente. O nome, como transformação incorporal ou signo a designar uma mudança que ultrapassa e radicaliza a transformação corporal, não dispensa essa última.

Ademais, vale salientar que para uma pessoa transgênera, o sofrimento pelo qual ela perpassa, por causa de sua identidade ser diferente daquilo que é imposto pela sociedade, começa desde a infância e estende-se até o momento em que começa essa transição. Junto com isso, vemos também a luta para aceitação dentro da sociedade, culminando em poderem ter oportunidade de trabalho, emprego, moradia, educação e acesso aos serviços de saúde, constituindo-se como um fator essencial para a busca da dignidade da pessoa humana acima de tudo (SAMPAIO; COELHO, 2013).

Soma-se a isso que um aspecto é necessário ser pontuado aqui também, dado que não se pode separar a escolha do novo nome social desse processo de mudança do corpo. É como se ele estivesse sendo gestado novamente, ou seja, um novo nascimento, o momento de ser quem a pessoa realmente é. Pode-se aqui falar de assumir-se, mas pode ir mais além disso, dado que vai promover uma retrospectiva sobre toda a vivência daquele indivíduo, encontrando os momentos em que começou a ver-se diferente do seu grupo de iguais, os incômodos pessoais, a entender o porquê da família, amigos e pessoas próximas começarem a apresentar um estranhamento, vendo que o comportamento estava inadequado, para os padrões que são ditados pela sociedade heteronormativa e transfóbica. Então, pode-se compreender que essa escolha, associada a este processo de transição, traz consigo um sentimento primeiro de auto aceitação, auto reconhecimento e até de auto empoderamento, sendo este último o que poderá fazer toda a diferença no enfrentamento do

preconceito, bem como na busca pelo seu espaço.

Dessa forma, uma pessoa que decide iniciar o processo de mudança corporal com o tratamento hormonal e, no caso de uma mulher transgênero, decide por um nome feminino, isso se constitui como uma ação que ajuda na retomada e seguridade da autoestima, bem como chega a atuar com eficácia antidepressiva, antiparalisante e desneurotizante (SOUZA, 2014). Portanto, através dessa ótica, pode-se entender que esta atitude não se pode confundir com um mero fetiche – o que o senso comum acredita também ser – e que após ter o desejo saciado passa. Essa é a maior expressão de sua autolegitimação enquanto pessoa, bem como o modo de explicitar a diversidade que há dentro da sociedade e que precisa ser reconhecida, assumida e respeitada.

Dentro desse âmbito, outro fator que é importante considerar e discorrer diz respeito à escolha pela identificação com alguém. Percebe-se a presença marcante da inspiração em pessoas importantes, desde amigos ou pessoas famosas e até por uma suposta força que o nome escolhido traz consigo ou carrega. Sendo parte essencial deste novo nascimento, assim como os pais tiveram alguma referência para a escolha do primeiro nome, o indivíduo nessa verdadeira condição de seu existir parece também buscar em algo ou alguém uma centelha que contribua para essa escolha.

A não identificação com o primeiro nome, escolhido pela família, e no processo de transexualização, em que surge para elas a possibilidade da escolha de um nome que faça sentido, que tenha para além de significado uma expectativa, e de acordo com o que foi identificado nesta pesquisa, também nasce uma ruptura delas com a família e a negação de sua identificação para com eles. A principal responsável pelos primeiros nomes das sujeitas foi a mãe. A maioria das mulheres que entrevistamos demonstram extremo desconforto com este primeiro nome devido à falta de identificação com o mesmo. Percebemos que o meio familiar é o local onde há mais recusa do novo nome escolhido pela mulher trans. Para Silva, Bezerra e Queiroz (2015), a saída do lar está ligada a não aceitação dos familiares em relação às novas descobertas e mudanças relacionadas ao corpo e à sexualidade, está ligada às intervenções corporais que não têm mais retorno quando são feitas. O reconhecimento pela família e pela comunidade de onde vieram é o que mais demora, enquanto o acolhimento imediato parte dos amigos.

As entrevistadas responderam que não encontraram na família liberdade para expressar sua identidade de gênero, e tão logo demonstraram sua diferença na aparência, vestes e conseqüentemente na escolha de um novo nome, não obtiveram de seus familiares apoio, aceitação ou acolhimento.

O afastamento do âmbito familiar promoveu, além de um rompimento de vínculos, a exposição à vulnerabilidade e a desvalorização devido ao estigma sofrido por pessoas transexuais em uma sociedade heteronormativa, que não lhes permite um lugar de existência.

A falta de aceitação no ambiente familiar encontrada nesse estudo corrobora com as colocações de Silva, Bezerra e Queiroz (2015), de que não encontrando espaço no contexto familiar para expressarem sua identidade, entram em contato com novas perspectivas de vida e começam a surgir outros sofrimentos, marcados por agressões físicas e psicológicas, histórias de discriminação e exclusão.

A exclusão e o desrespeito apareceram não apenas no âmbito familiar, mas também no social, no religioso, na comunidade da qual faziam parte, nas escolas, nos serviços de saúde, delegacias e demais espaços que pretenderam ou necessitaram frequentar, além da extrema dificuldade de se colocarem no mercado profissional, fatores esses que colaboram com a invisibilidade social sofrida pelas pessoas trans.

Diante do preconceito, da violência e da exclusão sofridas na sociedade, a primeira oportunidade de trabalho das entrevistadas ocorreu nas ruas com a prostituição. Foi nas ruas também que algumas das entrevistadas puderam vivenciar sua real identidade, como se montar e usar o novo nome.

A sociedade que marginaliza, exclui e ataca propicia às mulheres trans o ingresso a um sub-mundo que as criminaliza através das práticas tidas como ilícitas ao se envolverem em situações conflituosas presentes da vida nas ruas e avenidas, muitas vezes como condição de defesa diante da violência que sofrem constantemente.

A pobreza, a condição de exclusão e a falta de assistência de todos os âmbitos da sociedade

favorecem o envolvimento com a criminalidade, além da drogadição como consequência quase inevitável quando a prostituição se apresenta como único meio de sustento e fonte de renda aliada à ausência de oportunidades e dignidade.

No meio social, todas as pessoas são diferentes, no entanto, na vivência social nem sempre isso é considerado. As pessoas que não se enquadram dentro das perspectivas que o imaginário social dita em relação às normas de gênero e ao que vem a ser a representação social da figura do masculino e do feminino são discriminadas. (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015)

O sofrimento psíquico e os desconfortos gerados a partir da discordância entre o sexo biológico e o psicológico não são os únicos problemas enfrentados por essas pessoas. Dentro desse contexto, o desamparo e a vulnerabilidade são reforçados quando faltam apoio e suporte do Estado, principalmente nos casos em que os recursos financeiros são escassos. (VIEIRA, 2012)

Algumas entrevistadas relataram possuir problemas com a justiça devido ao envolvimento em situações que as fizeram responder judicialmente e informaram que também nesse contexto, a condição trans e o nome social não foram respeitados, sequer considerado nos âmbitos policiais e carcerários.

Lima e Nascimento (2014) salientam que não se deve enfrentar a realidade da prostituição da população transgênera com argumentos moralistas, uma vez que este é acima de tudo um problema social, e não pelo exercício da atividade em si, mas pela ausência de oportunidades do exercício de função diversa. Desta maneira, o que deve ser feito é garantir proteção jurídica àquele grupo que está exercendo a prostituição cotidianamente, e se pensar em políticas para desconstrução do preconceito e inclusão e capacitação para o mercado de trabalho: críticas provenientes de argumentos puramente morais não podem nem devem legitimar violações de direitos constantemente perpetradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do novo nome, dentre as entrevistadas, traz esperança. A partir da escolha deste e toda a história que ele carrega, que elas marcam o início dessa identidade, da reinvenção de si. Ao escolher o novo nome, elas também escolhem que a partir daquele momento algo será diferente. É um marco no seu processo de transexualização. As entrevistadas ao escolherem um nome que as inspira, que traz significações, aspiram que esse nome traga a força e a beleza que a ele atribuem.

A principal responsável pelos primeiros nomes das sujeitas foi a mãe. A maioria das mulheres que entrevistamos demonstram extremo desconforto com este primeiro nome devido à falta de identificação com o mesmo. Percebemos que o meio familiar é o local onde há mais recusa do novo nome escolhido pela mulher trans. O reconhecimento pela família e pela comunidade de onde vieram é o que mais demora, enquanto o acolhimento imediato parte dos amigos.

A violência, o medo da rejeição por parte da família e da sociedade são temas extremamente comuns na realidade em que as entrevistadas vivem. Dessa forma, entende-se a importância de criar Centros de Referência e outros espaços que fortalecem as mulheres através de estratégias de cuidado, maneiras de diminuir o estado de desamparo e vulnerabilidade. Um destes caminhos está no proporcionar a este grupo a oportunidade de compartilhar suas experiências e histórias de vida.

REFERÊNCIAS

CARMO, M.E., GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública* 2018; 34(3). Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000303001&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 out. 2018.

LIMA, H. B.; NASCIMENTO, R. V. R.; Transgeneridade e cárcere: diálogos sobre uma criminologia transfeminista. *Revista Transgressões Ciências Criminais em Debate*. p. 75-89. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6444>>. Acesso em 16 ago. 2019.

ROCON, P.C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde*. Espírito Santo v.21, n.8, p.2517-2526, 2016. Disponível em:< https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232016000802517&script=sci_abstract&tlng=en > Acesso em: 07 abr. 2018.

ROCON, P.C. et al. O que esperam pessoas trans no Sistema Único de Saúde? *Interface Comunicação Saúde de Educação*. Botucatu v.22, n.64, p. 43-53, 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.org/article/icse/2017>>.

nahead/10.1590/1807-57622016.0712/ >. Acesso em: 08 abr. 2018.

SAMPAIO, L. COELHO, M. T. A transexualidade na atualidade: Discurso científico, político e histórias de vida. UFBA, 2013.

SILVA, R. BEZERRA, W. QUERIOZ, S. Os Impactos das identidades transgêneros na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. Revista Terapia Ocupacional. USP, 2015.

SILVA, B. C. S. L. Ideologia Heteronormativa: Uma crítica à luz da teoria Queer. In: 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade, Espírito Santo, 19-21 julho, Anais...16p, 2016. Disponível em: <[http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467402564_ARQUIVO_HETERONORMATIVIDADEETEORIA-QUEER\(2\).pdf](http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467402564_ARQUIVO_HETERONORMATIVIDADEETEORIA-QUEER(2).pdf)> Acesso em 03 mai. 2018.

SOUZA, G. E. O Corpo da Roupa. A pessoa transgênera entre a transgressão e conformidade com as normas de gênero. 2014. 342f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: ><https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20L.1.%20LANZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y> > Acesso em 03 mai. 2018.

VIEIRA, T. R. Adequação de nome e sexo e a vulnerabilidade do transexual. In: Minorias Sexuais: Direitos e Preconceitos. Brasília Consulex 2012, pg. 375-396.

ZANELLA, M. Acesso a informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do nome social como estratégia de inclusão. Rev. Bras. Bibliot. e Informação. Vol. 14, n. 2. Santa Catariana, 2018.

VALORIZAÇÃO RECONHECIDA DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS COMO VIVÊNCIA LIBERTADORA: NOVAS PERCEPÇÕES

Albina Lurdes Mattana Minozzo³⁷

Palavras-chaves: Homoafetividade. Uniões Estáveis. Práticas Emancipatórias. Dignidade. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

As reflexões deste estudo abordam as uniões entre pessoas do mesmo sexo, que tenham por características o afeto, a solidariedade, a estabilidade, duração e intenção de constituir família.

Faz-se necessário desconstruir as opiniões contrárias ao casamento homossexual, com argumentações que evidenciam a justeza de se estender direitos iguais aos casais do mesmo sexo, inclusive o reconhecimento legal da união civil.

Para Bunchaft (2012), “o debate sobre os direitos das uniões homoafetivas constitui um dos tópicos mais controversos do direito constitucional”.

Não é possível falar em homossexualidade sem falar em “afeto” e “as uniões de pessoas do mesmo sexo nada mais são do que vínculos de afetividade” (DIAS, 2000).

Na definição de família e no texto jurídico, o direito homoafetivo, busca localizar seu fundamento no afeto. O amor familiar entre os envolvidos é o principal elemento a ser considerado quando se visa o reconhecimento de uma relação. Ou, tem-se que a afetividade está na concepção das relações familiares devendo-se garantir proteção às diversas formas e entidades familiares fundamentadas no afeto, visto que o ponto comum entre todas as famílias é o amor.

O movimento LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) dominante, usa a ideia de homoafetividade de forma estratégica, mas tem afirmado com clamor crescente a necessidade de reconhecimento desse afeto.

No enfrentamento à homofobia e luta pela cidadania homossexual (AMORIM & AGUIAR JUNIOR, 2015) referem que apesar do reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas, a homossexualidade ainda é tratada como forma de orientação sexual inferior à heterossexualidade, e isso se traduz em lacunas legislativas sobre o direito à livre vivência e manifestação da orientação sexual.

Barroso (2011) relata que, milhões de pessoas do mesmo sexo convivem em parcerias contínuas e duradouras, caracterizadas pelo afeto e pelo projeto de vida em comum.

A aceitação social e o reconhecimento jurídico dessas convivências são relativamente recentes e, conseqüentemente, existem inseguranças acerca da forma como o Direito deve lidar com tal temática.

Regulamentada no código civil de 2002, por força dos princípios da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da segurança jurídica, foi votada a procedência, e o reconhecimento da “união homoafetiva” como entidade familiar e foi aplicado, por analogia, o regime concernente à “união estável”.

Precisamente em relação à concessão de direitos previdenciários e sucessórios que a equiparação legal à união estável, revela-se fundamental (BUNCHAFT, 2012).

A Constituição de 1988, fundada na igualdade de todos, não contém norma expressa acerca da liberdade de orientação sexual. Conseqüentemente, não menciona às uniões homoafetivas. Aceita como entidade familiar às uniões heterossexuais; a união estável entre o homem e a mulher.

O objetivo delineado deste opúsculo é analisar as implicações subjetivas da escolha do afeto no reconhecimento das uniões estáveis de pessoas do mesmo sexo, como forma de eliminar a discriminação dos direitos sexuais do indivíduo, confrontando com a dignidade inerente à pessoa, e aos direitos humanos, com novas percepções. Objetiva igualmente, analisar as visões conflitivas, sobre a possibilidade de pares homoafetivos serem ou não contemplados a partir do instituto jurí-

37 Especialista em Sexualidade Humana: Educação e Terapias (Universidade Positivo). Graduada em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduada em Enfermagem. Pesquisadora no Grupo Bioética Humanização e Cuidados em Saúde da PUCPR-CNPq. Contato: albinaminozzo@yahoo.com.br

dico “família”. O Código Civil Brasileiro reconhece como entidade familiar a união entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. A união homoafetiva regulamentada em 2002, por princípios bioéticos teve o reconhecimento como entidade familiar denominada de “união estável”, porém, sem as prerrogativas da heteroconjugabilidade. Sob as percepções da Bioética e da Teologia, as discussões consequentes às polêmicas que envolvem o reconhecimento social e jurídico das uniões homossexuais, como instituições familiares, parecem ser permanentes. Propõe-se, portanto, refletir sobre os direitos civis do ser humano à luz do pensamento cristão, seguindo as premissas do Evangelho.

O método utilizado para o desenvolvimento deste estudo será o de revisão da literatura, considerando o descritivo da Constituição Federativa do Brasil de 1988, e de alguns descritores tais como Maria Berenice Dias, Maria Eugênia Bunchaft, Naiana Bezerra, Luís Roberto Barroso entre outros.

DESENVOLVIMENTO

A não-aceitação por parte do Estado da homoconjugabilidade é contraditória com a Carta Maior do Brasil, que não percebem pela invisibilidade pessoas que vivem a diversidade sexual como cidadãs, faltando com o respeito aos seus direitos.

Nada, além da ignorância e do preconceito, justifica qualquer discriminação aos gays, lésbicas e transgêneros (MOTT, 2006).

Apesar de ser direito, o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal não reconhece expressamente a união homoafetiva, inexistindo normas específicas ou regulamentação legal.

Nenhuma lei pode discriminar os homossexuais; uma aspiração de muitas lésbicas e gays; com as bênçãos de Deus; segurança social e legal; aumento da respeitabilidade da homossexualidade; são algumas razões que justificam a convicção de que a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo representa uma conquista importantíssima para a liberação homossexual, uma verdadeira revolução politicamente correta, que deve ser abraçada por todos quantos defendam um mundo igualitário regido pelo amor e não pelo ódio. Conquista que beneficiará não apenas os homossexuais, mas a toda sociedade, que passará a conviver mais harmonicamente com formas alternativas de uniões matrimoniais (MOTT, 2006).

Existe uma heterogeneidade social, cultural e sexual de cidadãos iguais em dignidade, já que segundo Laffer (1988), “a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado”. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público.

Conforme Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e elencados por *FACCHINI (2018)* lê-se:

Art. II. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, opinião, ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. **Art. III** – Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. (...) **Art. V** - Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. (...) **Art. VII** - Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

O aprofundamento do impasse criado pela não-aceitação por parte do Estado da homoconjugabilidade, com seus consequentes direitos, e a realidade concreta, deu-se pelo fato de pessoas homossexuais estarem assumindo publicamente sua identidade e exigirem, como cidadãs respeito aos seus direitos, sem a necessidade de se utilizar subterfúgios para designar o que é de fato “casamento” (MELLO, 2005).

Relata Bunchaft (2012), que parte da jurisprudência brasileira também resiste em equiparar as uniões homoafetivas às entidades familiares, impedindo a distribuição das demandas às varas de família.

O direito à homoafetividade, além de estar garantido pelo princípio da isonomia, cuja dedução é a coibição de intolerâncias desumanas, também se abriga sob escolha da orientação sexual que é questão de liberdade (DIAS, 2015).

Em face da ausência de diretrizes normativas próprias para essas questões, impõem-se al-

gumas indagações e linhas de investigação, dentre as quais, um questionamento elencado por Barroso (2011): a Constituição considera legítima a discriminação das pessoas em função de sua orientação sexual? -a referência feita à união estável entre homem e mulher significa uma proibição da extensão de tal regime jurídico às uniões homoafetivas?

Frente a esses questionamentos, surge nova indagação: qual regime jurídico deve ser aplicado às uniões homoafetivas: o das sociedades de fato; ou o da união estável?

Discorrendo sobre os princípios da liberdade e da igualdade, a desembargadora Maria Berenice Dias (2006), aponta que:

A regra maior da Constituição brasileira é o respeito à dignidade humana, servindo de norte ao sistema jurídico nacional. A dignidade humana é a versão axiológica da natureza humana. Esse valor implica dotar os princípios da igualdade e da isonomia de potencialidade transformadora na configuração de todas as relações jurídicas.

Em épocas sucessivas da evolução do pensamento humano, a condição homossexual foi tratada com intolerância, atrocidade, barbárie, crueldade, como malignidade, perversidade e coisa desprezível.

A Constituição Brasileira em seu Art. 1º relata que a República Federativa do Brasil, constituiu-se em Estado Democrático de Direito tem cinco fundamentos visando garantir os direitos Humanos: O terceiro fundamento elencado, a dignidade da pessoa humana.

Apesar da ausência de normatização explícita, as uniões estáveis homoafetivas, vêm conquistando aceitação e respeito. Até o Estado, aos poucos vai manifestando o reconhecimento de tais uniões. Em determinadas situações e para determinados fins, o Poder Público já atribui às uniões entre pessoas do mesmo sexo, status semelhante ao das uniões entre homem e mulher. Contudo, em diversos tribunais ocorrem pronunciamentos judiciais divergentes sobre as referidas uniões.

A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano. Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Propõe-se, portanto, reflexão sobre os direitos civis do ser humano na esteira do pensamento cristão. Na perspectiva de Tomás de Aquino, a mais remota expressão “*dignitas humana*” deriva do fato de o ser humano, ser criado à imagem e semelhança de Deus, e, portanto, ter dignidade inalienável (FACHIN 2009, descrito por BEZERRA 2017), indicando que o simples fator humano é o suficiente para ensejar o direito à dignidade.

O não reconhecimento da união homoafetiva também ofende o princípio da isonomia, que consiste no direito que todos têm a tratamento idêntico pela lei.

“Não assegurar qualquer garantia nem outorgar quaisquer direitos às uniões homoafetivas infringe o princípio constitucional da igualdade, revela discriminação sexual e violação aos direitos humanos, pois afronta o direito ao livre exercício da sexualidade, liberdade fundamental do ser humano que não admite restrições de quaisquer ordens.” (DIAS, 2015).

Por meio de leituras incompletas, preconceituosas, até mesmo fundamentalistas dos textos bíblicos, o cristianismo transformou a homossexualidade em ameaça aos alicerces da sociedade. Sacralizando o matrimônio heterossexual e a concepção de família que dele deriva, qualquer tentativa de ultrapassar esse limite é denominada como ameaça, anomalia e até mesmo pecado.

Diante de novos questionamentos que se apresentam à igreja, o teólogo deve se utilizar de instrumentos críticos, arriscar novas reinterpretções da linguagem da fé, considerando a questão histórica que provocou certos acontecimentos, não reduzindo-as a uma unidade doutrinal simples (GEFFRÉ, 1989).

Devido à explosão cultural abriu-se espaço hoje para a aceitação de um pluralismo teológico que não se contenta em seguir uma regra de fé imposta e acabada que não condiz com a fé pessoal diante das particularidades do ser humano: “Que importância tem para mim uma linguagem que não é verdadeira para mim? [...] Que importância tem para mim uma verdade que me separa de meus irmãos?” (GEFFRÉ, p. 96). Diante de questionamentos que não nos fazem sentido é imprescindível considerar que algumas renovações vêm de baixo e não de cima.

A interpretação do texto não deve ficar restrita a uma teologia particular, mas o sujeito interpretante deve ter seu espaço de liberdade para entregar-se à pesquisa emergente do seu tempo, sempre a partir da tradição, visto que, o evento Jesus Cristo carrega um sentido inesgotável de in-

interpretação criativa (GEFFRÉ, 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Práticas libertadoras precisam ser bioética e teologicamente fundamentadas para favorecer a inclusão de pessoas homossexuais na comunidade eclesial, reconhecimento das uniões estáveis igualmente, de acordo com padrões heteronormativos, entre outras, como forma de quebrar esses paradigmas incongruentes e discriminatórios. Mas, para isso, é preciso ressignificar a compreensão da sexualidade humana à luz dos direitos humanos.

Deve-se batalhar pela eleição de direitos mais elementares como justificativa para a garantia de direitos às populações LGBTs brasileiras: direitos humanos de liberdade, igualdade e não-discriminação. Indica-se, assim, a possibilidade de conversão das uniões estáveis homoafetivas, já aceitas no ordenamento jurídico brasileiro, em casamento civil homoafetivo.

É mister, que se aprofunde essa temática com reflexões sólidas e fundamentadas nos Direitos Humanos e a luz do Evangelho, para que se possa construir uma sociedade livre e soberana. Onde todos tenham sua dignidade respeitada e possa em tudo e acima de tudo fazer prevalecer o princípio básico do AMOR.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Rosendo Freitas, AGUIAR JÚNIOR, Carlos Augusto. Enfrentamento à homofobia e reconhecimento de direitos: luta pela cidadania homossexual. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/294c/cb4a354b7487ed3d4475442a867421bf103e.pdf>> Acesso em 20 jun.19.
- BARROSO, Luis Roberto. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas no Brasil. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/themes/LRB/pdf/diferentes_mas_iguais_atualizacao_2011.pdf>. Acesso em: 15.fev.19.
- BEZERRA, Naiana. Direitos humanos: direitos inerentes à condição humana. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/55610/direitos-humanos-direitos-inerentes-a-condicao-humana>>2017. Acesso em: 7.ago.19.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BUNCHAFT, Maria Eugenia. A Temática das Uniões Homoafetivas no Supremo Tribunal Federal à Luz do Debate Honneth-Fraser, Revista Direito GV, São Paulo, 8(1) | P. 133-156 | Jan-jun. 2012.
- DIAS, Maria Berenice, A família homoafetiva. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_640\)44__a_familia_homoafetiva.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_640)44__a_familia_homoafetiva.pdf)> Acesso em: 26. mai.19.
- DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10 ed. Editora Ebook. São Paulo, 2015.
- DIAS, Maria Berenice. União homossexual: o preconceito & a justiça. 3 ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- FACCHINI, Regina. Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil – Unicamp. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/.../direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e>>jun/2018. Acesso em 5. jun.19.
- GEFFRÉ, Claude; CUNHA. Como Fazer Teologia Hoje: Hermenêutica teológica. São Paulo: Edições Paulinas, 1989. p. 15-102 (“Da Teologia como Hermenêutica”).
- LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.22.
- MELLO, Luiz. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil, Cadernos Pagu n.24 Campinas Jan./Jun 2005, Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100010> Acesso em 09. ago.19.
- MOTT, Luiz. Homoafetividade e direitos humanos, Rev. Estudos Fem, Florianópolis, v. 14, n.2, Maio/Set 2006.



SOBRE A COLEÇÃO

A Coleção Livres & Iguais do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual busca discutir os avanços, limites e desafios das questões LGBTI+ na América Latina, especialmente as condições de precariedade e estratégias de resistências das pessoas LGBTI+, promovendo, a partir de um diálogo interdisciplinar, o conhecimento e o respeito à diversidade sexual e de gênero.

OBRAS PUBLICADAS

LIVRO 1 – Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Humberto da Cunha Alves de Souza é doutorando em Tecnologia e Sociedade, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná e Coordenador do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC). Foi Diretor de Comunicação e Pesquisa do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX) na gestão 2018-2019 e coordenador de comunicação do Grupo Dignidade entre 2017 e 2020.

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira é Livre Docente em Ciência da Religião e Pós-Doutor em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós-Doutor em Geografia da Religião; Pós-Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Estadual do Pará; Doutor e Mestre em Ciência da Educação; Especialista em Metodologia do Ensino Religioso; Especialista em Metodologia do Ensino Superior; Licenciado em Pedagogia; Bacharel em Ciências Religiosas e Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É Diretor do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX).

Toni Reis é Pós-Doutor em Educação, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+ e Diretor-Executivo do Grupo Dignidade. Foi Presidente do Congresso Internacional LGBTI+.

Livres & Iguais

Este e-book é o primeiro dos resultados do eixo acadêmico do Congresso Internacional LGBTI+, realizado em Curitiba, entre os dias 13 e 15 de novembro de 2019. O evento, inédito na região, contou ainda com a participação das empresas e dos movimentos sociais de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras, transexuais, intersexo e de outras orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTI+). Foi um sucesso de adesão com a participação de 437 pessoas de todo o Brasil e de alguns países que falam espanhol, da América Latina e do Caribe. No que diz respeito especialmente ao eixo acadêmico, participaram 31 pesquisadoras e pesquisadores de destaque sobre o tema da diversidade sexual e de gênero nas mais diversas áreas do conhecimento e, um total de 116 conferencistas, com trabalhos apresentados nos 12 Grupos de Trabalhos (GTs), que são trazidos aqui, neste primeiro e-book, para a circulação e democratização do conhecimento. Desde o primeiro momento, o congresso foi pensado para promover a interdisciplinaridade e a colaboração entre academia, movimentos sociais e empresas. Certamente um desafio colocar em colaboração campos tão distintos e tão importantes ao mesmo tempo para todos os aspectos das vidas de pessoas LGBTI+. Por esta razão, os temas das mesas e GTs buscaram abarcar diferentes abordagens e/ou objetos e, nos GTs, em especial, decidimos aceitar não somente artigos e ensaios, mas também relatos de experiência, para que esta colaboração fosse possível. Estes trabalhos são trazidos todos aqui no seu formato original de submissão e apresentação, para que fique registrada, também, esta diversidade. Buscamos ainda construir estes GTs de maneira provocativa e questionadora para que pudesse ecoar nos trabalhos uma atitude reflexiva, não somente sobre os avanços, mas, especialmente, sobre os limites e desafios de nossas próprias questões e abordagens teóricas, sobretudo diante do momento que se apresenta. Uma tarefa que não devemos “rejeitar com um floreio”, como bem nos ensinou Gayatri Chakravorty Spivak. A tarefa de construir uma “Universidade sem condição”, uma universidade livre, que pode “conhecer e pensar sua própria história ao infinito” como, então, nos ensinou Jacques Derrida, que se desconstrói porque assim o faz com sua sociedade e que produza, “longe de toda neutralidade utópica, **obras performativas**”, para lembrarmos novamente Derrida, mas, também, John Austin e Judith Butler.